SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

AROM Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 28 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XVIII | Nº 4328

Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2026-2029

Conselho Diretor

Presidente: MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA

Vice-Presidente: LEANDRO TEIXEIRA VIEIRA

Secretário Geral: JOSÉ WELLINGTON DRUMOND GOUVEIA

1º Secretário: FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA

Tesoureiro: EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA

1º Tesoureiro: CLEONE LIMA RIBEIRO

Conselho Fiscal

Titular: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

Titular: VALTAIR FRITZ DOS REIS

Titular: SÉRGIO PEDRO DA SILVA

Suplente: SILVANO ASCARI DE ALMEIDA

Suplente: EDER DA SILVA

Suplente: EZEQUIEL SALDANHA

==========

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Diretor

Presidente: LAERTE GOMES
Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral: Kleber Calistode Souza
Membros: Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular: Luiz Gomes Furtado
Titular: Augusto Tunes Plaça
Titular: Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
web-site: www.arom.org.br
fam page: facebook.com/arom.org.br
e-mail de contato: arom@arom.org.br

ESTADO DE RONDÔNIA
CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA
CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 108/2026

Contrato de Programa nº. 108/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, inscrito no **CNPJ nº. 63.761.936/0001-55**.
Contratado: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Objeto: Contrato de Programa a delegação ao CONSÓRCIO da execução regionalizada do Programa Teleneuro, consistente na prestação de serviços especializados em neurologia pediátrica na modalidade teleassistencial, incluindo teleinterconsultas, teleconsultorias, capacitação técnica e apoio multiprofissional na unidade central de atendimento administrada pelo CONSÓRCIO.
Valor: R$ 30.521,19 (trinta mil, quinhentos e vinte um reais e dezenove centavos).
Vigência do Contrato: 05 (cinco) meses, compreendendo o período de agosto a dezembro do presente ano.
Embasamento Legal: Artigo 241 da Constituição Federal, do artigo 8º da Lei nº. 11.107/2005, artigo 13 e seguintes do Decreto nº. 6.017/2007, Lei Municipal nº. 586/2012, Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas deliberações da Assembleia Geral do Consórcio.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:B6B8E273

PROCURADORIA
CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 109/2026

Contrato de Programa nº. 109/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE, inscrito no **CNPJ nº. 22.855.142/0001-73**.
Contratado: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Objeto: Contrato de Programa a delegação ao CONSÓRCIO da execução regionalizada do Programa Teleneuro, consistente na prestação de serviços especializados em neurologia pediátrica na modalidade teleassistencial, incluindo teleinterconsultas, teleconsultorias, capacitação técnica e apoio multiprofissional na unidade central de atendimento administrada pelo CONSÓRCIO.
Valor: R$ 30.521,19 (trinta mil, quinhentos e vinte um reais e dezenove centavos).
Vigência do Contrato: 05 (cinco) meses, compreendendo o período de agosto a dezembro do presente ano.
Embasamento Legal: Artigo 241 da Constituição Federal, do artigo 8º da Lei nº. 11.107/2005, artigo 13 e seguintes do Decreto nº. 6.017/2007, Lei Municipal n°. 1.287/2014, Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas deliberações da Assembleia Geral do Consórcio.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:868FCF21

PROCURADORIA
CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 111/2026

Contrato de Programa nº. 111/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO, inscrito no **CNPJ nº. 00.699.197/0001-07**.
Contratado: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Objeto: Contrato de Programa a delegação ao CONSÓRCIO da execução regionalizada do Programa Teleneuro, consistente na prestação de serviços especializados em neurologia pediátrica na modalidade teleassistencial, incluindo teleinterconsultas, teleconsultorias, capacitação técnica e apoio multiprofissional na unidade central de atendimento administrada pelo CONSÓRCIO.

Valor: R$ 30.521,19 (trinta mil, quinhentos e vinte um reais e dezenove centavos).
Vigência do Contrato: 05 (cinco) meses, compreendendo o período de agosto a dezembro do presente ano.
Embasamento Legal: Artigo 241 da Constituição Federal, do artigo 8º da Lei nº. 11.107/2005, artigo 13 e seguintes do Decreto nº. 6.017/2007, Lei Municipal n°. 378/2012, Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas deliberações da Assembleia Geral do Consórcio.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:866DD2A7

PROCURADORIA
CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 113/2026

Contrato de Programa nº. 113/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE THEOBROMA, inscrito no **CNPJ nº. 84.727.601/0001-90**.
Contratado: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Objeto: Contrato de Programa a delegação ao CONSÓRCIO da execução regionalizada do Programa Teleneuro, consistente na prestação de serviços especializados em neurologia pediátrica na modalidade teleassistencial, incluindo teleinterconsultas, teleconsultorias, capacitação técnica e apoio multiprofissional na unidade central de atendimento administrada pelo CONSÓRCIO.
Valor: R$ 30.521,19 (trinta mil, quinhentos e vinte um reais e dezenove centavos).
Vigência do Contrato: 05 (cinco) meses, compreendendo o período de agosto a dezembro do presente ano.
Embasamento Legal: Artigo 241 da Constituição Federal, do artigo 8º da Lei nº. 11.107/2005, artigo 13 e seguintes do Decreto nº. 6.017/2007, Lei Municipal n°. 407/2012, Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas deliberações da Assembleia Geral do Consórcio.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:5279A028

PROCURADORIA
CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 115/2026

Contrato de Programa nº. 115/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO, inscrito no **CNPJ nº. 63.786.990/0001-55**.
Contratado: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Objeto: Contrato de Programa a delegação ao CONSÓRCIO da execução regionalizada do Programa Teleneuro, consistente na prestação de serviços especializados em neurologia pediátrica na modalidade teleassistencial, incluindo teleinterconsultas, teleconsultorias, capacitação técnica e apoio multiprofissional na unidade central de atendimento administrada pelo CONSÓRCIO.
Valor: R$ 30.521,19 (trinta mil, quinhentos e vinte um reais e dezenove centavos).
Vigência do Contrato: 05 (cinco) meses, compreendendo o período de agosto a dezembro do presente ano.
Embasamento Legal: Artigo 241 da Constituição Federal, do artigo 8º da Lei nº. 11.107/2005, artigo 13 e seguintes do Decreto nº. 6.017/2007, Leis Municipais nº. 822/2012 e nº. 1.844/2022, Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas deliberações da Assembleia Geral do Consórcio.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:BD074759

PROCURADORIA
CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 116/2026

Contrato de Programa nº. 116/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE URUPÁ, inscrito no **CNPJ nº. 63.787.097/0001-44**.
Contratado: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Objeto: Contrato de Programa a delegação ao CONSÓRCIO da execução regionalizada do Programa Teleneuro, consistente na prestação de serviços especializados em neurologia pediátrica na modalidade teleassistencial, incluindo teleinterconsultas, teleconsultorias, capacitação técnica e apoio multiprofissional na unidade central de atendimento administrada pelo CONSÓRCIO.
Valor: R$ 30.521,19 (trinta mil, quinhentos e vinte um reais e dezenove centavos).
Vigência do Contrato: 05 (cinco) meses, compreendendo o período de agosto a dezembro do presente ano.
Embasamento Legal: Artigo 241 da Constituição Federal, do artigo 8º da Lei nº. 11.107/2005, artigo 13 e seguintes do Decreto nº. 6.017/2007, Lei Municipal n°. 517/2012 e nº. 1.008/2022, Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas deliberações da Assembleia Geral do Consórcio.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:46A64C8C

PROCURADORIA
INSTRUÇÃO DE TRABALHO Nº. 006/2026 - CIMCERO

INSTRUÇÃO DE TRABALHO Nº. 006/2026

Dispõe sobre os procedimentos para habilitação e desabilitação de estabelecimentos e produtos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal executado pelo CIMCERO.

O **Presidente** do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia – CIMCERO, **Giovan Damo**, no uso de suas atribuições legais,
Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos relacionados à habilitação e desabilitação de estabelecimentos e produtos ao SISBI-POA;
Considerando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para equivalência dos serviços de inspeção;
Considerando a competência do Serviço de Inspeção Municipal para avaliar, conceder, manter, suspender ou cancelar a habilitação ao SISBI;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a presente Instrução de Trabalho, que estabelece os procedimentos administrativos e técnicos para habilitação, manutenção, suspensão e desabilitação de estabelecimentos e produtos ao SISBI-POA no âmbito do SIM/CIMCERO.

Art. 2º Esta Instrução de Trabalho aplica-se:
I – Aos Médicos Veterinários Oficiais vinculados ao SIM/CIMCERO;
II – Aos estabelecimentos registrados no SIM/CIMCERO que pleiteiem ou detenham habilitação ao SISBI-POA.
III – À Diretoria do SIM/CIMCERO, no âmbito das decisões administrativas relacionadas ao SISBI-POA.

Art. 3º A habilitação ao SISBI-POA será concedida aos estabelecimentos registrados no SIM/CIMCERO que atendam integralmente às exigências legais, técnicas e operacionais previstas na legislação vigente.

Art. 4º Para solicitação de habilitação ao SISBI-POA, o estabelecimento deverá apresentar, no mínimo:
I – Requerimento formal de habilitação;
II – Comprovação de registro ativo no SIM/CIMCERO;
III – Programas de Autocontrole implantados, atualizados e verificados oficialmente;
IV – Comprovação de conformidade estrutural, operacional e higiênico-sanitária;

V – Histórico satisfatório de fiscalização, sem pendências graves ou recorrentes;
VI – Relação dos produtos a serem habilitados ao SISBI, com respectivos rótulos aprovados.
Parágrafo único. O requerimento formal de habilitação deverá seguir o modelo constante no Anexo III desta Instrução de Trabalho.

Art. 5º A habilitação de estabelecimento ao SISBI-POA será precedida de avaliação documental e técnica pelo SIM/CIMCERO, formalizada mediante aplicação de checklist e emissão de parecer técnico, contemplando:
I – análise da regularidade documental do estabelecimento e dos produtos objeto da habilitação;
II – análise dos Programas de Autocontrole e dos respectivos registros de verificação oficial;
III – avaliação *in loco* das condições sanitárias, técnicas, estruturais e operacionais do estabelecimento;
IV – análise do histórico das ações de inspeção e fiscalização e das conformidades do estabelecimento;
V – verificação da conformidade dos produtos e respectivos rótulos objeto da habilitação.
§ 1º A avaliação *in loco* prevista no inciso III será obrigatória previamente à habilitação inicial do estabelecimento ao SISBI-POA.
§ 2º A avaliação *in loco* poderá ser dispensada exclusivamente nos procedimentos de manutenção da habilitação, suspensão, desabilitação ou outras atualizações administrativas que não impliquem habilitação inicial do estabelecimento, desde que o SIM/CIMCERO disponha de elementos técnicos e registros oficiais recentes e suficientes para subsidiar a decisão. A avaliação in loco poderá ser realizada sempre que o SIM/CIMCERO entender necessária a verificação das condições do estabelecimento.
§ 3º A reabilitação de estabelecimento anteriormente desabilitado será precedida de nova avaliação técnica, incluindo avaliação *in loco*, destinada à verificação da correção das não conformidades que motivaram a desabilitação e do atendimento aos requisitos aplicáveis.

Art. 6º Concluída a avaliação e constatada a conformidade, o SIM/CIMCERO:
I – Emitirá parecer técnico favorável;
II – Procederá ao cadastro do estabelecimento e dos produtos habilitados no sistema SISBI-POA.
Parágrafo único. A habilitação ao SISBI poderá ser parcial, restrita a determinados produtos ou linhas de produção.

Art. 7º A manutenção da habilitação ao SISBI-POA está condicionada:
I – À manutenção do registro ativo no SIM/CIMCERO;
II – Ao cumprimento contínuo da legislação sanitária;
III – À efetiva implementação e verificação dos Programas de Autocontrole;
IV – À inexistência de não conformidades graves ou reiteradas.

Art. 8º A habilitação ao SISBI-POA poderá ser suspensa ou desabilitada, total ou parcialmente, observado o princípio da proporcionalidade e da gravidade da infração, quando constatadas:
I – Não conformidades graves que comprometam a inocuidade do produto;
II – Reincidência de não conformidades;
III – Descumprimento de ações corretivas determinadas pelo SIM;
IV – Fraudes, adulterações ou irregularidades que afetem a confiabilidade do sistema;
V – Interrupção das atividades de inspeção oficial.

Art. 9º A suspensão poderá ser aplicada de forma cautelar, quando houver risco iminente à saúde pública.

Art. 10º A desabilitação ao SISBI-POA será formalizada mediante:
I – Parecer técnico fundamentado;
II – Registro no processo administrativo do estabelecimento;
III – Atualização no sistema SISBI-POA;
IV – Comunicação formal ao estabelecimento.

Art. 11º O estabelecimento desabilitado poderá solicitar reabilitação, desde que:
I – Sanadas integralmente as não conformidades;
II – Comprovada a adoção de medidas corretivas eficazes;
III – Submetido à nova avaliação técnica pelo SIM/CIMCERO.

Art. 12º Todos os atos relacionados à habilitação, suspensão, desabilitação e reabilitação ao SISBI-POA deverão ser devidamente registrados e arquivados no processo administrativo do estabelecimento.

Art. 13º Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do SIM/CIMCERO, com base na legislação vigente.

Art. 14º A manutenção da habilitação ao SISBI-POA será avaliada periodicamente, conforme planejamento do SIM/CIMCERO ou sempre que houver alterações relevantes no estabelecimento ou nos produtos habilitados.

Art. 15º Fica revogada a Instrução de Trabalho nº 03/2026 anteriormente publicada, passando a vigorar, a partir da publicação deste ato, a presente versão.

Art. 16º Esta Instrução de Trabalho entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná – RO, na data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)
GIOVAN DAMO
Presidente do CIMCERO
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:04E2377E

PROCURADORIA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 008/2026 - CIMCERO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008/2026

Altera a Instrução Normativa nº 04, de 24 de junho de 2025, para incluir o Mapa Mensal de Condenações dos estabelecimentos sob inspeção periódica.

O **Presidente** do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia – CIMCERO, **Giovan Damo**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de complementar os instrumentos de registro dos dados estatísticos previstos na Instrução Normativa nº 04, de 24 de junho de 2025;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar o registro e o encaminhamento das informações referentes às condenações de matérias-primas e produtos de origem animal ocorridas nos estabelecimentos submetidos à inspeção periódica;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a rastreabilidade das condenações, incluindo a identificação do produto ou da matéria-prima, a quantidade, o motivo e a respectiva destinação;

RESOLVE:
Art. 1º Fica acrescido ao parágrafo único do art. 2º da Instrução Normativa nº 04, de 24 de junho de 2025, o seguinte item:
Mapa Mensal de Condenações: data da condenação, identificação do produto, lote, quantidade, unidade de medida, motivo da condenação e destinação, relativamente aos estabelecimentos sob inspeção periódica. (ANEXO V).

Art. 2º O parágrafo único do art. 5º da Instrução Normativa nº 04, de 24 de junho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Parágrafo único.** Caso não ocorra abate, produção, recebimento, comercialização ou condenação em determinado mês, os respectivos mapas deverão ser encaminhados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, declarando-se expressamente a ausência de atividade ou ocorrência no período."

Art. 3º Fica acrescido o **Anexo V – Mapa Mensal de Condenações dos Estabelecimentos sob Inspeção Periódica** à Instrução Normativa nº 04, de 24 de junho de 2025, na forma do Anexo Único desta Instrução Normativa.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná/RO, na data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)
GIOVAN DAMO
Presidente do CIMCERO
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:8DBE183E

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N°. 006/2026 - CIMCERO

RESOLUÇÃO N°. 006/2026

Dispõe sobre o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no âmbito dos municípios consorciados ao Consórcio público Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia – CIMCERO, e dá outras providências.

O **Presidente** do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia - CIMCERO**, Giovan Damo**, fundamentado no disposto do artigo 16, Incisos XVI, XVII e XVIII do Estatuto Social,
Considerando a necessidade de retificar e atualizar as disposições estabelecidas na Resolução n°. 001/2025, de 10 de março de 2025;
Considerando a 121ª Assembleia Geral realizada em 22 de setembro de 2026, no item 3.3, promulga a seguinte resolução:

REGULAMENTA

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DO ÂMBITO DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1° Esta Resolução dispõe sobre a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no âmbito dos municípios consorciados ao CIMCERO, disciplinando as atividades do Serviço de Inspeção Municipal, em conformidade com as Leis de criação dos Serviços de Inspeção dos municípios consorciados, a Lei Federal n° 1.283, de 18 de dezembro de 1950, a Lei Federal n° 7.889, de 23 de novembro de 1989, o Decreto Federal n° 9.013, de 29 de março de 2017, e o Decreto Federal n° 10.032, de 1° de outubro de 2019.
§ 1° Desde que haja reconhecimento da equivalência do serviço junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme o disposto na legislação específica do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, de acordo com o disposto na Lei n° 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e na Lei n° 9.712, de 20 de novembro de 1998, é facultado o comércio interestadual aos estabelecimentos registrados no SIM e aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI POA.

§ 2° As atividades de que trata o *caput*, de competência do Município**,** serão executadas pelo Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, para os Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal dos municípios que compõem o consórcio, subordinado diretamente à Secretaria Executiva do consórcio.
§ 3° Esta Resolução e as normas que o complementarem:
I - Serão orientados:
a) entre outros, pelos princípios constitucionais:
1. do federalismo;
2. da promoção das microempresas e das empresas de pequeno porte; e
3. do desenvolvimento científico e da inovação tecnológica; e
b) pelos princípios contidos:
1. na Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990;
2. na Lei n° 13.874, de 20 de setembro de 2019; e
3. na Lei Complementar Federal n° 123, de 14 de dezembro de 2006;
c) pelo objetivo de:
1. promover a racionalização, a simplificação e a virtualização de processos e procedimentos;
2. promoção e preservação da saúde humana e do meio ambiente;
3. promover a inclusão social, razoabilidade, transparência e racionalização, considerando o risco sanitário dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos; e 4. promoção do processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnicas e científicas nos sistemas de inspeção.

CAPÍTULO II
DO ÂMBITO DE ATUAÇÃO
Art. 2° Ficam sujeitos à inspeção e à fiscalização previstas nesta Resolução os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados, os produtos de abelhas e seus derivados comestíveis, com adição ou não de produtos vegetais.
§ 1° A inspeção e a fiscalização a que se refere este artigo abrange, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção ante mortem e post mortem dos animais, a recepção, a manipulação, o beneficiamento, a industrialização, o fracionamento, a conservação, o acondicionamento, a embalagem, a rotulagem, o armazenamento, a expedição e o trânsito de quaisquer matérias-primas e produtos de origem animal.
§ 2° Excluem-se das disposições do caput do art. 2° os produtos que tenham finalidade medicamentosa ou terapêutica e as preparações opoterápicas.
Art. 3° A inspeção e a fiscalização de que trata esta Resolução serão realizadas:
I - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal;
II - nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais previstas nesta Resolução para abate ou industrialização;
III - nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;
IV - nos estabelecimentos que produzam e recebam ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;
V - nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
VI - nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
VII - nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expeçam matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis procedentes de estabelecimentos registrados;
Art. 4° O servidor do SIM, mediante apresentação de documento de identificação funcional e no desempenho de suas funções, em qualquer horário, terá livre acesso aos estabelecimentos e às suas dependências, às propriedades rurais, aos depósitos, aos armazéns ou a qualquer outro local ou instalação onde se abatam animais, processem, manipulem, transformem, preparem, beneficiem, acondicionem, armazenem ou comercializem produtos e subprodutos de origem animal, matérias-primas e afins, no âmbito do município.
Art. 5° A execução da inspeção e da fiscalização pelo SIM isenta o estabelecimento de qualquer outra fiscalização industrial ou sanitária federal ou estadual, para produtos de origem animal, salvo aqueles estabelecimentos que integrem o SUASA/ SISBI.
Art. 6° Para os fins desta Resolução entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, qualquer instalação industrial, na qual sejam abatidos ou industrializados animais produtores de carnes e onde sejam obtidos, recebidos, manipulados, beneficiados, industrializados, fracionados, conservados, armazenados, acondicionados, embalados, rotulados ou expedidos, com finalidade industrial ou comercial, a carne e seus derivados, o pescado e seus

derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados ou os produtos de abelhas e seus derivados, incluídos os estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte de produtos de origem animal conforme dispõe a Lei n° 8.171, de 1991, e suas normas regulamentadoras.

Art. 7° Para os fins desta Resolução entende-se por produto ou derivado o produto ou a matéria prima de origem animal.

Art. 8° Para os fins desta Resolução são adotados os seguintes conceitos:

I - análise de autocontrole - análise efetuada pelo estabelecimento para controle de processo e monitoramento da conformidade das matérias-primas, dos ingredientes, dos insumos e dos produtos;

II - análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC - sistema que identifica, avalia e controla perigos que são significativos para a inocuidade dos produtos de origem animal;

III - análise fiscal - análise efetuada por laboratório de controle oficial ou credenciada ou, ainda, pela autoridade sanitária competente, em amostras colhidas pelo SIM executado pelo CIMCERO;

IV - análise pericial - análise laboratorial realizada a partir da amostra oficial de contraprova, quando o resultado da amostra da análise fiscal for contestado por uma das partes envolvidas, para assegurar amplo direito de defesa ao interessado, quando pertinente;

V - animais exóticos - todos aqueles pertencentes às espécies da fauna exótica, criados em cativeiro, cuja distribuição geográfica não inclua o território brasileiro, aquelas introduzidas pelo homem, inclusive domésticas, em estado asselvajado, ou também aquelas que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e das suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em território brasileiro;

VI - animais silvestres - todos aqueles pertencentes às espécies da fauna silvestre, nativa, migratória e quaisquer outras aquáticas ou terrestres, cujo ciclo de vida ocorra, no todo ou em parte, dentro dos limites do território brasileiro ou das águas jurisdicionais brasileiras;

VII - espécies de caça - aquelas definidas por norma do órgão público federal competente;

VIII - Boas Práticas de Fabricação - BPF - condições e procedimentos higiênico-sanitários e operacionais sistematizados, aplicados em todo o fluxo de produção, com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos de origem animal;

IX - desinfecção - procedimento que consiste na eliminação de agentes infecciosos por meio de tratamentos físicos ou agentes químicos;

X - equivalência de serviços de inspeção - condição na qual as medidas de inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica aplicadas por diferentes serviços de inspeção permitam alcançar os mesmos objetivos de inspeção, fiscalização, inocuidade e qualidade dos produtos, conforme o disposto na Lei n° 8.171, de 1991, e em suas normas regulamentadoras;

XI - espécies de açougue - são os bovinos, búfalos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos, lagomorfos e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, abatidos em estabelecimentos sob inspeção veterinária;

XII - higienização - procedimento que consiste na execução de duas etapas distintas, limpeza e sanitização;

XIII - limpeza - remoção física de resíduos orgânicos, inorgânicos ou de outro material indesejável das superfícies das instalações, dos equipamentos e dos utensílios;

XIV - sanitização - aplicação de agentes químicos aprovados pelo órgão regulador da saúde ou de métodos físicos nas superfícies das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, posteriormente aos procedimentos de limpeza, com vistas a assegurar nível de higiene microbiologicamente aceitável;

XV - padrão de identidade - conjunto de parâmetros que permite identificar um produto de origem animal quanto à sua natureza, à sua característica sensorial, à sua composição, ao seu tipo de processamento e ao seu modo de apresentação, a serem fixados por meio de Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade;

XVI - Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO - procedimentos descritos, desenvolvidos, implantados, monitorados e verificados pelo estabelecimento, com vistas a estabelecer a forma rotineira pela qual o estabelecimento evita a contaminação direta ou cruzada do produto e preserva sua qualidade e integridade, por meio da higiene, antes, durante e depois das operações;

XVII - programas de autocontrole - programas desenvolvidos, procedimentos descritos, desenvolvidos, implantados, monitorados e verificados pelo estabelecimento, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, que incluam, mas que não se limitem aos programas de pré-requisitos, BPF, PPHO e APPCC ou a programas equivalentes reconhecidos pelo SIM ou pelo Ministério da Agricultura e Pecuária;

XVIII - qualidade - conjunto de parâmetros que permite caracterizar as especificações de um produto de origem animal em relação a um padrão desejável ou definido, quanto aos seus fatores intrínsecos e extrínsecos, higiênico-sanitários e tecnológicos;

XIX - rastreabilidade - é a capacidade de identificar a origem e seguir a movimentação de um produto de origem animal durante as etapas de produção, distribuição e comercialização e das matérias-primas, dos ingredientes e dos insumos utilizados em sua fabricação;

XX - Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ - ato normativo com o objetivo de fixar a identidade e as características mínimas de qualidade que os produtos de origem animal devem atender;

XXI - inovação tecnológica - produtos ou processos tecnologicamente novos ou significativamente aperfeiçoados, não compreendidos no estado da técnica, e que proporcionem a melhoria do objetivo do processo ou da qualidade do produto de origem animal, considerados de acordo com as normas nacionais de propriedade industrial e as normas e diretrizes internacionais cabíveis;

XXII - aproveitamento condicional - destinação dada pelo serviço oficial à matéria-prima e ao produto que se apresentar em desconformidade com a legislação para elaboração de produtos comestíveis, mediante submissão a tratamentos específicos para assegurar sua inocuidade;

XXIII - supervisão - procedimento técnico-administrativo conduzido pela coordenação do serviço de inspeção municipal, com formação em Medicina Veterinária, com o objetivo de:

a) apurar o desempenho do serviço de inspeção municipal junto aos estabelecimentos sob inspeção em caráter permanente; e

b) avaliar as condições técnicas e higiênico-sanitárias dos estabelecimentos registrados;

XXIV - condenação - destinação dada pela empresa ou pelo serviço oficial às matérias-primas e aos produtos que se apresentarem em desconformidade com a legislação para elaboração de produtos não comestíveis, assegurada a inocuidade do produto final, quando couber;

XXV- descaracterização - aplicação de procedimento ou processo ao produto ou à matéria prima de origem animal com o objetivo de torná-lo visualmente impróprio ao consumo humano;

XXVI - desnaturação - aplicação de procedimento ou processo ao produto ou à matéria-prima de origem animal, com o uso de substância química, com o objetivo de torná-lo visualmente impróprio ao consumo humano;

XXVII - destinação industrial - destinação dada pelo estabelecimento às matérias-primas e aos produtos, devidamente identificados, que se apresentem em desconformidade com a legislação ou não atendam às especificações previstas em seus programas de autocontrole, para serem submetidos a tratamentos específicos ou para elaboração de outros produtos comestíveis, asseguradas a rastreabilidade, a identidade, a inocuidade e a qualidade do produto final;

XXVIII - inutilização - destinação para a destruição, dada pela empresa ou pelo serviço oficial às matérias-primas e aos produtos que se apresentam em desacordo com a legislação;

XXIX - SIM: Serviço de Inspeção Municipal – Unidade técnico-administrativa vinculada ao CIMCERO, que constitui a representação local do serviço de inspeção de produtos de origem animal;

XXX - Responsável técnico do estabelecimento (RT) - responsável técnico na condução dos trabalhos de natureza higiênico-sanitária e tecnológica, cuja formação profissional deverá atender ao disposto em legislação específica.

Art. 9° A inspeção municipal será realizada em caráter permanente ou periódico.

§ 1° A inspeção em caráter permanente consiste na presença do serviço oficial de inspeção para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização ante mortem e post mortem, durante as operações de abate das diferentes espécies de açougue, de caça, de anfíbios e répteis nos estabelecimentos.

§ 2° A inspeção em caráter periódico consiste na presença do serviço oficial de inspeção para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização nos demais estabelecimentos registrados e nas outras instalações industriais dos estabelecimentos de que trata o Art.3°.

Parágrafo único. A frequência da inspeção e fiscalização disposto no §2° será estabelecida em normas complementares, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

Art.10. A inspeção e a fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal abrangem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I - inspeção ante mortem e post mortem das diferentes espécies animais;

II- verificação das condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos;

III - verificação da prática de higiene e dos hábitos higiênicos pelos manipuladores de alimentos;

IV - verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos;

V - verificação da rotulagem e dos processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto ao atendimento da legislação específica;

VI - coleta de amostras para análises fiscais e avaliação dos resultados de análises físicas, microbiológicas, físico-químicas, de biologia molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo;

VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública;

VIII - avaliação do bem-estar dos animais destinados ao abate;

IX - verificação da água de abastecimento;

X - fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais;

XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação específica ou em fórmulas registradas;

XII - verificação das matérias-primas e dos produtos em trânsito;

XIII - verificação dos meios de transporte de animais vivos e produtos derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana;

XIV - controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal;

XV – verificação dos controles de rastreabilidade dos animais, das matérias-primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva, a partir de seu recebimento nos estabelecimentos;

XVI - certificação sanitária dos produtos de origem animal; e

XVII - outros procedimentos de inspeção, sempre que recomendarem a prática e o desenvolvimento da indústria de produtos de origem animal.

TÍTULO II
DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

Art. 11. Os estabelecimentos de produtos de origem animal são classificados em:

I - de carnes e derivados;

II - de pescado e derivados;

III - de ovos e derivados;

IV - de leite e derivados;

V - de produtos de abelhas e derivados;

VI- de Armazenagem

Parágrafo único. Os estabelecimentos devem dispor de dependências, instalações e equipamentos compatíveis com o conjunto de operações e processos estabelecidos para cada produto.

CAPÍTULO I
Dos estabelecimentos de carnes e derivados

Art. 12. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

I - abatedouro frigorífico; e

II - unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos.

§ 1° Para os fins desta Resolução, entende-se por abatedouro frigorífico o estabelecimento destinado ao abate dos animais produtores de carne, à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos oriundos do abate, dotado de instalações de frio industrial, que pode realizar o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos comestíveis.

§ 2° Para os fins desta Resolução, entende-se por unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos o estabelecimento destinado à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de carne e produtos cárneos, que pode realizar a industrialização de produtos comestíveis.

§ 3° Fica facultada ao estabelecimento classificado como unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos a comercialização direta ao consumidor final dos produtos processados exclusivamente no próprio estabelecimento, desde que a área de comércio esteja contígua ou anexa ao estabelecimento produtor.

Art. 13. A fabricação de gelatina e produtos colagênicos será realizada nos estabelecimentos classificados como unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos.

CAPÍTULO II
Dos estabelecimentos de pescado e derivados

Art. 14. Os estabelecimentos de pescado e derivados são classificados em:

I - barco-fábrica;

II - abatedouro frigorífico de pescado;

III - unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado.

§ 1° Para os fins desta Resolução, entende-se por barco-fábrica a embarcação de pesca destinada à captura ou à recepção, à lavagem, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de pescado e produtos de pescado, dotada de instalações de frio industrial, que pode realizar a industrialização de produtos comestíveis.

§ 2° Para os fins desta Resolução, entende-se por abatedouro frigorífico de pescado o estabelecimento destinado ao abate de anfíbios e répteis, à recepção, à lavagem, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos oriundos do abate, que pode realizar o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos comestíveis.

§ 3° Para os fins desta Resolução, entende-se por unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado o estabelecimento destinado à recepção, à lavagem do pescado recebido da produção primária, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de pescado e de produtos de pescado, que pode realizar também sua industrialização.

§ 4° Fica facultada aos estabelecimentos classificados como abatedouro frigorífico de pescado e unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado a comercialização direta ao consumidor final dos produtos processados exclusivamente no próprio estabelecimento, desde que a área de comércio esteja contígua ou anexa ao estabelecimento produtor.

CAPÍTULO III
Dos estabelecimentos de ovos e derivados

Art. 15. Os estabelecimentos de ovos são classificados em:

I - granja avícola; e

II - unidade de beneficiamento de ovos e derivados.

§ 1° Para os fins desta Resolução, entende-se por granja avícola o estabelecimento destinado à produção, à ovoscopia, à classificação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos oriundos, exclusivamente, de produção própria destinada à comercialização direta.

§ 2° É permitida à granja avícola a comercialização de ovos para a unidade de beneficiamento de ovos e derivados.

§ 3° Para os fins desta Resolução, entende-se por unidade de beneficiamento de ovos e derivados o estabelecimento destinado à produção, à recepção, à ovoscopia, à classificação, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos e derivados.

§ 4° É facultada a classificação de ovos quando a unidade de beneficiamento de ovos e derivados receber ovos já classificados.

§ 5° Se a unidade de beneficiamento de ovos e derivados destinar-se, exclusivamente, à expedição de ovos, poderá ser dispensada a exigência de instalações para a industrialização de ovos.

§ 6° Caso disponha de estrutura e condições apropriadas, é facultada a quebra de ovos na granja avícola, para destinação exclusiva para tratamento adequado em unidade de beneficiamento de ovos e

derivados, nos termos do disposto resta Resolução e em normas complementares.

CAPÍTULO IV
Dos estabelecimentos de leite e derivados
Art. 16. Os estabelecimentos de leite e derivados são classificados em:
I - granja leiteira;
II - posto de refrigeração;
III - unidade de beneficiamento de leite e derivados;
V - queijaria.
§ 1° Para os fins desta Resolução, entende-se por granja leiteira o estabelecimento destinado à produção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, podendo também elaborar derivados lácteos a partir de leite exclusivo de sua produção, envolvendo as etapas de pré-beneficiamento, beneficiamento, manipulação, fabricação, maturação, ralação, fracionamento, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição.
§ 2° Para os fins desta Resolução, entende-se por posto de refrigeração o estabelecimento intermediário entre as propriedades rurais e as unidades de beneficiamento de leite e derivados destinado à seleção, à recepção, à mensuração de peso ou volume, à filtração, à refrigeração, ao acondicionamento e à expedição de leite cru refrigerado, facultada a estocagem temporária do leite até sua expedição.
§ 3° Para os fins desta Resolução, entende-se por unidade de beneficiamento de leite e derivados o estabelecimento destinado à recepção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, facultada a transferência, a manipulação, a fabricação, a maturação, o fracionamento, a ralação, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de derivados lácteos, permitida também a expedição de leite fluido a granel de uso industrial.
§ 4° Para os fins desta Resolução, entende-se por queijaria o estabelecimento destinado à fabricação de queijos, que envolva as etapas de fabricação, maturação, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição, e que, caso não realize o processamento completo do queijo, encaminhe o produto a uma unidade de beneficiamento de leite e derivados.

CAPÍTULO V
Dos estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados
Art. 17. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados são classificados em:
I- unidade de beneficiamento de produtos de abelhas.
§ 1° Para os fins desta Resolução, entende-se por unidade de beneficiamento de produtos de abelhas o estabelecimento destinado à recepção, à classificação, ao beneficiamento, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de produtos e matérias-primas pré-beneficiadas provenientes de outros estabelecimentos de produtos de abelhas, facultada a extração de matérias-primas recebidas de produtores rurais.
§ 2° É permitida a recepção de matéria prima previamente extraída pelo produtor rural, desde que atendido o disposto nesta Resolução e em normas complementares.
§ 3° Fica facultada ao estabelecimento classificado como unidade de extração e beneficiamento de produtos de abelhas e à unidade de beneficiamento de produtos de abelhas a comercialização direta ao consumidor final dos produtos processados exclusivamente no próprio estabelecimento, desde que a área de comércio esteja contígua ou anexa ao estabelecimento produtor.

CAPÍTULO VI
Dos estabelecimentos de armazenagem
Art. 18. Os estabelecimentos de armazenagem são classificados em:
I - entreposto de produtos de origem animal;
§ 1° Para os fins desta Resolução, entende-se por entreposto de produtos de origem animal o estabelecimento destinado exclusivamente à recepção, à armazenagem e à expedição de produtos de origem animal comestíveis, que necessitem ou não de conservação pelo emprego de frio industrial, dotado de instalações específicas para a realização de reinspeção.
§ 2° Nos estabelecimentos de que tratam os § 1°, não serão permitidos trabalhos de manipulação, de fracionamento ou de substituição de embalagem primária, permitida a substituição da embalagem secundária que se apresentar danificada.
§ 3° Nos estabelecimentos de que trata o § 1°, é permitida a agregação de produtos de origem animal rotulados para a formação de kits ou conjuntos, que não estão sujeitos a registro.

TÍTULO III
DO REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS

CAPÍTULO I
DO REGISTRO
Art. 19. Todo estabelecimento de produtos de origem animal que deseje realizar o comércio municipal deve requerer o registro no SIM.
§ 1° O Título de Registro é o documento emitido pelo SIM ao estabelecimento, depois de cumpridas as exigências previstas no presente Regulamento e em normas complementares.
§ 2° O estabelecimento registrado receberá o Título de Registro, de acordo com a respectiva classificação.
Art. 20. O SIM editará normas complementares sobre os procedimentos e as exigências documentais para:
I - registro de estabelecimentos;
II - aprovação prévia de projeto de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos;
III – suspensão de registro de estabelecimentos; e
III – cancelamento de registro de estabelecimentos.
Parágrafo único. Normas complementares poderão prever exigências simplificadas para o registro de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal junto ao SIM.
Art. 21. Atendidas as exigências estabelecidas desta Resolução e nas normas complementares, o SIM emitirá o título de registro, que poderá ter formato digital, no qual constará:
I - o número do registro;
II - o nome empresarial;
III - a classificação do estabelecimento; e
IV - a localização do estabelecimento.
Parágrafo único. O número de registro do estabelecimento é único e identifica a unidade fabril no município.
Art. 22. O Título de Registro emitido pelo SIM é o documento hábil para autorizar o funcionamento dos estabelecimentos.
§ 1° Quando se tratar de estabelecimentos sob inspeção em caráter permanente, além do título de registro de que trata o caput, o início das atividades industriais está condicionado à designação de equipe de servidores responsável pelas atividades de inspeção *ante mortem e post mortem* das diferentes espécies animais;
§ 2° Os estabelecimentos atenderão às exigências ou pendências estabelecidas quando da concessão do Título de Registro anteriormente ao início de suas atividades industriais.
Art. 23. A ampliação, a remodelação ou a construção nas dependências e nas instalações dos estabelecimentos registrados, que implique aumento de capacidade de produção ou alteração do fluxo de matérias-primas, dos produtos ou dos funcionários, e as alterações nas demais dependências ou instalações poderão ser realizadas somente após o cumprimento dos procedimentos a serem estabelecidos em ato complementar.
Art. 24. Nos estabelecimentos que realizem atividades em instalações independentes, situadas no mesmo perímetro, pertencentes ou não à mesma empresa, a construção isolada de dependências comuns de abastecimento de água, tratamento de efluentes, laboratório, almoxarifado e sociais poderá ser dispensada.
Art. 25. A existência de estabelecimento varejista na mesma área da indústria implicará no seu registro no órgão competente, independente do registro da indústria no SIM e as atividades e os acessos serão totalmente independentes, tolerando-se a comunicação interna do estabelecimento varejista com a indústria apenas por óculo.
Art. 26. O registro do estabelecimento terá validade de 12 (doze) meses. O SIM estabelecerá as condições e procedimentos para revalidação do registro em normas complementares.

CAPÍTULO II
DA TRANSFERÊNCIA DO ESTABELECIMENTO E MUDANÇA DE RAZÃO SOCIAL

Art. 27. Nenhum estabelecimento previsto nesta Resolução pode ser alienado, alugado ou arrendado, sem que, concomitantemente, seja feita a transferência do registro ou do relacionamento junto ao SIM.
§ 1° No caso do adquirente, locatário ou arrendatário se negar a promover a transferência, o fato deverá ser imediatamente comunicado por escrito ao SIM pelo alienante, locador ou arrendador.
§ 2° Os empresários ou as sociedades empresárias responsáveis por esses estabelecimentos devem notificar os interessados na aquisição, na locação ou no arrendamento a situação em que se encontram, durante as fases do processamento da transação comercial, em face das exigências desta Resolução.
§ 3° Enquanto a transferência não se efetuar, o empresário e a sociedade empresária em nome dos quais esteja registrado o estabelecimento continuarão responsáveis pelas irregularidades que se verifiquem no estabelecimento.
§ 4° No caso do alienante, locador ou arrendante ter feito a comunicação a que se refere o § 1°, e o adquirente, locatário ou arrendatário não apresentar, dentro do prazo máximo de trinta dias, os documentos necessários à transferência, será cassado o registro do estabelecimento.
§ 5° Assim que o estabelecimento for adquirido, locado ou arrendado, e for realizada a transferência do registro, o novo empresário, ou a sociedade empresária, será obrigado a cumprir todas as exigências formuladas ao anterior responsável, sem prejuízo de outras que venham a ser determinadas.
§ 6° As exigências de que trata o § 5° incluem aquelas:
I - relativas ao cumprimento de prazos de:
a) planos de ação;
b) intimações; ou
c) determinações sanitárias de qualquer natureza; e
II - de natureza pecuniária, que venham a ser estabelecidas em decorrência da apuração administrativa de infrações cometidas pela antecessora em processos pendentes de julgamento.
Art. 28. O processo de transferência ou alteração de razão social será estabelecido em normas complementares.

TÍTULO IV
DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS

CAPÍTULO I
DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS
Art. 29. Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento que não esteja completamente instalado e equipado para a finalidade a que se destina, conforme o projeto aprovado e a concessão do registro ou do relacionamento do estabelecimento.
Parágrafo único. As instalações e os equipamentos de que trata o caput compreendem as dependências mínimas, os equipamentos e os utensílios diversos, em face da capacidade de produção de cada estabelecimento e do tipo de produto elaborado.
Art. 30. O estabelecimento de produtos de origem animal não poderá ultrapassar a capacidade de suas instalações e equipamentos, conforme aprovado pelo SIM.
Art. 31. O estabelecimento de produtos de origem animal deve dispor das seguintes condições básicas e comuns, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, o porte do estabelecimento e as atividades desempenhadas, sem prejuízo de outros critérios estabelecidos nesta Resolução e em normas complementares:
I - localização em pontos distantes de fontes emissoras de mau cheiro e de potenciais contaminantes;
II - pátio e vias de circulação pavimentados e perímetro do estabelecimento em bom estado de conservação e limpeza;
III - dependências e instalações compatíveis e apropriadas à finalidade do estabelecimento e apropriadas para obtenção, recepção, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, acondicionamento, embalagem, rotulagem, armazenamento ou expedição de matérias-primas e produtos comestíveis.
IV - dependências e instalações de produtos comestíveis separadas por paredes inteiras daquelas que se destinem ao preparo de produtos não comestíveis e daquelas não relacionadas com a produção;
V - dependências, instalações ou armários específicos para armazenagem de ingredientes, aditivos, coadjuvantes de tecnologia, embalagens, rotulagem;
VI – dependências, instalações ou armários específicos para guarda dos materiais de higienização, produtos químicos ou outros utilizados no controle de pragas, com acesso restrito;
VII - paredes e separações revestidas ou impermeabilizadas, de cor clara, construídas deforma a facilitar a higienização, preferencialmente com ângulos arredondados entre paredes destas com o piso;
VIII - ordenamento das dependências, das instalações e dos equipamentos, para evitar estrangulamentos no fluxo operacional e prevenir a contaminação cruzada;
IX - pé-direito com altura suficiente para permitir a disposição adequada dos equipamentos e atender às condições higiênico-sanitárias e tecnológicas específicas para suas finalidades;
X - forro nas dependências onde se realizem trabalhos de recepção, manipulação e preparo de matérias-primas e produtos comestíveis;
XI - pisos impermeabilizados com material resistente e de fácil higienização construídos de forma a facilitar a coleta das águas residuais e a sua drenagem;
XII - ralos sifonados e de fácil higienização;
XIII - barreiras sanitárias que possuam equipamentos e utensílios específicos nos acessos à área de produção e pias para a higienização de mãos nas áreas de produção, onde se fizer necessário;
XIV - janelas, portas e demais aberturas construídas e protegidas de forma a prevenir a entrada de vetores e pragas e evitar o acúmulo de sujidades;
XV - luz natural ou artificial e ventilação adequadas em todas as dependências;
XVI - equipamentos e utensílios resistentes à corrosão, de fácil higienização e atóxicos que não permitam o acúmulo de resíduos;
XVII - equipamentos ou instrumentos de controle de processo de fabricação calibrados e aferidos considerados necessários para o controle técnico e sanitário da produção;
XVIII - local específico, devidamente sinalizado, para higienização de recipientes utilizados no transporte de matérias-primas e produtos;
XIX - equipamentos e utensílios exclusivos para produtos não comestíveis identificados por cor diferente daquela dos equipamentos e utensílios utilizados para os produtos comestíveis e/ou com inscrição "não comestível";
XX – área destinada para higienização de recipientes utilizados no transporte de matérias-primas e produtos;
XXI - equipamentos e utensílios exclusivos para produtos não comestíveis e identificados na cor vermelha;
XXII - rede de abastecimento de água com instalações para armazenamento e distribuição, em volume suficiente para atender às necessidades das áreas de produção e áreas sociais e, quando for o caso, instalações para tratamento de água;
XXIII - água potável nas áreas de produção de produtos comestíveis;
XXIV - rede diferenciada e identificada para água não potável, quando a água for utilizada para outras aplicações, de forma que não ofereça risco de contaminação aos produtos;
XXV - rede de esgoto projetada e construída de forma a permitir a higienização dos pontos de coleta de resíduos, dotada de dispositivos e equipamentos destinados a prevenir a contaminação das áreas de produção;
XXVI - vestiários e sanitários em número proporcional ao quantitativo de funcionários, com fluxo interno adequado;
XXVII - para estabelecimento agroindustrial de pequeno porte com até 8 (oito) trabalhadores será aceita uma única unidade de sanitário/vestiário, podendo ser utilizado sanitário já existentes na propriedade, desde que não fiquem a uma distância superior à 40 m (quarenta metros) e o caminho entre o sanitário/vestiário e a área de produção seja pavimentado e protegido das intempéries;
XXVIII - local para realização das refeições, quando aplicável, e de acordo com o previsto em legislação específica dos órgãos competentes;
XXIX - estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte com até 8 trabalhadores, são dispensados de dispor de refeitório, podendo ser utilizado a casa da propriedade.
XXX - instalação de frio em número e área suficientes, segundo a capacidade e a finalidade do estabelecimento e dispositivos de controle de temperatura;
XXXI - instalações equipamentos e utensílios para recepção, armazenamento e expedição dos resíduos não comestíveis;
XXXII - gelo de fabricação própria ou adquirido de terceiros com comprovação de potabilidade da água;

XXXIII - equipamentos apropriados para a produção de vapor, quando aplicável;
XXXIV - laboratório adequadamente equipado para a garantia da qualidade e da inocuidade do produto, de acordo com o porte e o risco estimado de cada estabelecimento;
XXXV - sistema de lavagem de uniforme dos colaboradores das áreas produção de produtos comestíveis que atenda aos princípios das boas práticas de higiene, seja em lavanderia própria, terceirizada ou outra forma de lavagem.
XXXVI - locais e equipamentos que possibilitem a realização das atividades de inspeção e de fiscalização sanitárias;
XXXVII - dependência específica dotada de ar filtrado e pressão positiva, quando aplicável;
Art. 32. Os estabelecimentos de carnes e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, o porte do estabelecimento e as atividades desempenhadas, também devem dispor de:
I - instalações e equipamentos para recepção e acomodação dos animais, com vistas ao atendimento dos preceitos de bem-estar animal, localizados a uma distância que não comprometa a inocuidade dos produtos;
II - instalações específicas para exame e isolamento de animais doentes ou com suspeita de doença;
III - instalação específica para necropsia com forno crematório anexo, autoclave ou outro equipamento equivalente, destinado à destruição dos animais mortos e de seus resíduos, quando aplicável;
IV - instalações e equipamentos para higienização e desinfecção de veículos transportadores de animais; e
V - instalações e equipamentos apropriados para recebimento, processamento, armazenamento e expedição de produtos não comestíveis, quando necessário.
Parágrafo único. No caso de estabelecimentos que abatem mais de uma espécie, as dependências devem ser construídas de modo a atender às exigências técnicas específicas para cada espécie, sem prejuízo dos diferentes fluxos operacionais.
Art. 33. Os estabelecimentos de pescado e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, o porte do estabelecimento e as atividades desempenhadas, também devem dispor de:
I - cobertura que permita a proteção do pescado durante as operações de descarga nos estabelecimentos que possuam cais ou trapiche;
II - equipamento de lavagem do pescado nos estabelecimentos que o recebam diretamente da produção primária;
III - câmara de espera, quando aplicável, nos estabelecimentos que o recebam pescado diretamente da produção primária;
Parágrafo único. Os barcos-fábrica devem atender às mesmas condições exigidas para os estabelecimentos em terra, no que for aplicável.
Art. 34. Os estabelecimentos de ovos e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis de cada estabelecimento, o porte do estabelecimento e as atividades desempenhadas, também devem dispor de instalações e equipamentos para a ovoscopia e para a classificação dos ovos.
Art. 35. Os estabelecimentos de leite e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, o porte do estabelecimento e as atividades desempenhadas, também devem dispor de:
I - instalações e equipamentos para a ordenha, separados fisicamente das dependências do estabelecimento, no caso de granja leiteira; e
II - instalações de ordenha separadas fisicamente da dependência para fabricação de queijo, no caso das queijarias.
Parágrafo único. Quando a queijaria não realizar o processamento completo do queijo, a unidade de beneficiamento de leite e derivados será corresponsável por garantir a inocuidade do produto por meio da implantação e do monitoramento de programas de sanidade do rebanho e de programas de autocontrole.
Art. 36. O estabelecimento e as suas dependências deverão ser mantidos livres de produtos, objetos ou de materiais estranhos à finalidade.
Art. 37. Será permitida a armazenagem de produtos de origem animal comestíveis de natureza distinta em uma mesma câmara, desde que seja feita com a devida identificação, que não ofereça prejuízos à inocuidade e à qualidade dos produtos e que haja compatibilidade em relação à temperatura de conservação, ao tipo de embalagem ou ao acondicionamento.
Art. 38. Será permitida a utilização de instalações e equipamentos destinados à fabricação de produtos de origem animal para a elaboração e armazenagem de produtos que não estejam sujeitos ao registro no SIM, desde que não haja prejuízo das condições higiênico-sanitárias e da segurança dos produtos sob inspeção do SIM- ficando a permissão condicionada à avaliação dos perigos associados a cada produto.
Parágrafo único. Nos produtos de que trata o caput não podem ser utilizados os carimbos oficiais do Serviço de Inspeção Municipal SIM.
Art. 39. Outras exigências referentes à estrutura física, às dependências e aos equipamentos dos estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte de produtos de origem animal serão disciplinadas em normas complementares específicas, observado o risco de disseminação de doenças para saúde animal, de pragas e de agentes microbiológicos, físicos e químicos prejudiciais à saúde pública e aos interesses dos consumidores.

CAPÍTULO II
DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE
Art. 40. Os responsáveis pelos estabelecimentos deverão assegurar que todas as etapas de fabricação dos produtos de origem animal sejam realizadas de forma higiênica, a fim de se obter produtos que atendam aos padrões de qualidade, que não apresentem risco à saúde, à segurança e ao interesse do consumidor.
Art. 41. Os estabelecimentos devem possuir programa eficaz e contínuo de controle integrado de pragas e vetores, executado por empresa especializada ou por pessoal capacitado e por meio do uso de substâncias aprovadas pelo órgão regulador da saúde, conforme legislação específica.
Art. 42. O estabelecimento e as suas dependências deverão ser mantidos livres de pragas, roedores, animais domésticos ou de outros animais capazes de expor risco a higiene e a sanidade dos produtos de origem animal;
Art. 43. Para o desenvolvimento das atividades de produção, todos os funcionários devem usar uniformes apropriados e higienizados.
§ 1° Os funcionários que trabalhem na manipulação e diretamente no processamento de produtos comestíveis devem utilizar uniforme na cor branca ou outra cor clara que possibilite a fácil visualização de possíveis contaminações.
§ 2° É proibida a circulação dos funcionários uniformizados entre áreas de diferentes riscos sanitários ou fora do perímetro do estabelecimento.
§ 3° Os funcionários que trabalhem nas demais atividades de produção ou que executem funções que possam acarretar contaminação cruzada ao produto devem usar uniformes diferenciados por cores.
Art. 44. Os funcionários envolvidos de forma direta ou indireta em todas as atividades de produção devem cumprir práticas de higiene pessoal e operacional que preservem a inocuidade dos produtos.
Art. 45. São proibidos o consumo, a guarda de alimentos e o depósito de produtos, roupas, objetos e materiais estranhos às finalidades do setor onde se realizem as atividades de produção.
Art. 46. É proibido fumar nas dependências destinadas à manipulação ou ao depósito de matérias-primas, de produtos de origem animal e de seus insumos.
Art. 47. O SIM determinará, sempre que necessário, melhorias e reformas nas instalações e nos equipamentos, de forma a mantê-los em bom estado de conservação e funcionamento, e minimizar os riscos de contaminação.
Art. 48. As instalações de recepção, os alojamentos de animais vivos e os depósitos de resíduos industriais devem ser higienizados regularmente e sempre que necessário.
Art. 49. É proibido o uso de utensílios que, pela sua forma ou composição, possam comprometer a inocuidade da matéria-prima ou do produto durante todas as etapas de elaboração, desde a recepção até a expedição, incluído o transporte.
Art. 50. O responsável pelo estabelecimento deve implantar procedimentos para garantir que os funcionários que trabalhem ou circulem em áreas de manipulação não sejam portadores de doenças que possam ser veiculadas pelos alimentos.
§ 1° Deve ser apresentada comprovação médica atualizada, sempre que solicitada, de que os funcionários não apresentam doenças que os incompatibilizem com a fabricação de alimentos.
§ 2° No caso de constatação ou suspeita de que o manipulador apresente alguma enfermidade ou problema de saúde que possa comprometer a inocuidade dos produtos, ele deverá ser afastado de suas atividades.

Art. 51. Os reservatórios de água, as fábricas e os silos de gelo, as câmaras frigoríficas, antecâmaras, túneis de congelamento e equipamentos congeladores e resfriadores devem ser mantidos sob condições higiênico-sanitárias apropriadas, higienizados regularmente e sempre que for necessário.

Art. 52. Não é permitido residir nas dependências dos estabelecimentos.

Parágrafo único. Quando houver residência contígua ou anexa ao estabelecimento, fica proibida a comunicação direta entre ambas.

Art. 53. Nos ambientes nos quais há risco imediato de contaminação de utensílios e equipamentos, é obrigatória a existência de dispositivos ou mecanismos que promovam a sanitização com água renovável à temperatura mínima de 82,2° C (oitenta e dois inteiros e dois décimos de graus Celsius) ou outro método com equivalência técnico-científica e autorizado pelo SIM.

CAPÍTULO III
DAS OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 54. Os responsáveis pelos estabelecimentos ficam obrigados a:

I - atender ao disposto nesta Resolução e em normas complementares;

II - disponibilizar, sempre que necessário, nos estabelecimentos sob inspeção em caráter permanente, o apoio administrativo e o pessoal para auxiliar na execução dos trabalhos de inspeção post mortem, conforme normas complementares estabelecidas pelo SIM;

III - disponibilizar instalações, equipamentos e materiais julgados indispensáveis aos trabalhos de inspeção e fiscalização;

IV - fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM até o décimo dia útil de cada mês subsequente ao transcorrido e sempre que solicitado;

V - manter atualizados os dados cadastrais de interesse do SIM, conforme estabelecido em normas complementares;

VI - comunicar ao SIM:

a) com antecedência mínima de setenta e duas horas, a realização de atividades de abate e outros trabalhos que necessitem acompanhamento, a paralisação e/ou reinício, parcial ou total, das atividades produtivas;

b) com antecedência de, no mínimo, cinco dias úteis, a pretensão de realizar atividades de abate em dias adicionais à sua regularidade operacional, com vistas à avaliação da autorização, quando se tratar de estabelecimento sob caráter de inspeção permanente, e;

c) sempre que requisitado, a escala de trabalho do estabelecimento, que conterá a natureza das atividades a serem realizadas e os horários de início e de provável conclusão, quando se tratar de estabelecimento sob inspeção em caráter periódico ou, quando se tratar de estabelecimento sob inspeção em caráter permanente, para as demais atividades, exceto de abate;

VII - fornecer o material os utensílios e as substâncias específicos para coleta de amostras, bem como seu acondicionamento, inviolabilidade e remessa das amostras fiscais aos laboratórios;

VIII – de acordo com o porte do estabelecimento, arcar com o custo das análises fiscais;

IX – manter locais apropriados para recepção e guarda de matérias-primas e de produtos sujeitos à reinspeção e para sequestro de matérias-primas e de produtos suspeitos ou destinados ao aproveitamento condicional;

X - dispor de controle de temperaturas das matérias-primas, dos produtos, do ambiente e do processo tecnológico empregado, no que for aplicável;

XI - manter registros auditáveis da recepção de animais, matérias-primas e insumos, especificando procedência, quantidade e qualidade, controles do processo de fabricação, produtos fabricados, estoque, expedição e destino;

XII - manter equipe regularmente treinada e habilitada para execução das atividades do estabelecimento;

XIII - garantir o acesso de representantes do SIM a todas as instalações do estabelecimento para a realização dos procedimentos inerentes a inspeção e a fiscalização sanitária previstos nesta Resolução e em normas complementares;

XIV - dispor de programa de recolhimento dos produtos por ele elaborados e eventualmente expedidos, nos casos de constatação de adulteração e/ou não conformidade e/ou quando for constatado desvio no controle que possa incorrer em risco à saúde ou aos interesses dos consumidores;

XV - realizar a descaracterização permanente de produtos condenados, quando não houver instalações para sua transformação imediata;

XVI - realizar aproveitamento condicional ou a inutilização de produtos de origem animal, em observância aos critérios de destinação estabelecidos nesta Resolução ou em normas complementares e manter registros auditáveis de sua realização;

XVII - inutilizar a rotulagem existente em estoque sob supervisão do SIM, no caso de cancelamento do registro.

Art. 55. Os estabelecimentos devem dispor de programas de autocontrole desenvolvidos, implantados, mantidos, monitorados e verificados por eles mesmos, contendo registros sistematizados e auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos nesta Resolução e em normas complementares, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos, até a expedição destes.

§ 1° Os programas de autocontrole devem incluir o bem-estar animal, quando aplicável, as BPF, o PPHO ou outra ferramenta equivalente reconhecida pelo Serviço de Inspeção Municipal;

§ 2° Os programas de autocontrole não devem se limitar ao disposto no § 1°;

§ 3° Os estabelecimentos que integram o SUASA/SISBI devem dispor de plano APPCC, ficando essa ferramenta facultada aos demais estabelecimentos, de acordo com o critério de risco e solicitação do SIM;

§ 4° Na hipótese de utilização de sistemas informatizados para o registro de dados referentes ao monitoramento e a verificação dos programas de autocontrole e plano APPCC, a segurança, integridade e a disponibilidade da informação devem ser garantidas pelos estabelecimentos.

Art. 56. Os estabelecimentos devem dispor de mecanismos de controle para assegurar a rastreabilidade das matérias-primas e dos produtos, com disponibilidade de informações de toda a cadeia produtiva, em consonância com esta Resolução e com as normas complementares.

Art. 57. Os estabelecimentos devem apresentar os documentos e as informações solicitados pelo SIM, de natureza fiscal ou analítica, e os registros de controle de recepção, estoque, produção, expedição ou quaisquer outros necessários às atividades de inspeção e fiscalização.

Art. 58. Os estabelecimentos sob SIM não podem receber produto de origem animal destinado ao consumo humano que não esteja claramente identificado como fabricado em outro estabelecimento sob Serviço de Inspeção Oficial.

Parágrafo único. Os estabelecimentos cadastrados no SISBI somente podem receber matérias-primas e produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos registrados em outros âmbitos de inspeção, desde que haja reconhecimento da equivalência deste serviço de inspeção ou que seja registrado no SIF.

Art. 59. Na hipótese de constatação de perda das características originais de conservação, é proibida a recuperação de frio dos produtos e das matérias-primas que permaneceram em condições inadequadas de temperatura.

Parágrafo único. Os produtos e as matérias-primas que apresentarem sinais de perda de suas características originais de conservação devem ser armazenados em condições adequadas até sua destinação industrial.

CAPÍTULO IV
DOS ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DE PEQUENO PORTE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 60. Para efeitos desta Resolução, considera-se estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal aquele que cumulativamente:

I- pertence, de forma individual ou coletiva, a produtores urbanos e agricultores familiares ou equivalentes ou produtores rurais;

II- é destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal; e

III - possui área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados.

IV- atenda os requisitos previstos na Lei complementar Federal n° 123, de 14 de julho de 2016.

§ 1° Não serão considerados para fins do cálculo da área útil construída os vestiários, sanitários, escritórios, área de descanso, área

de circulação externa, área de projeção de cobertura da recepção e expedição, área de lavagem externa de caminhões, refeitório, caldeira, sala de máquinas, estação de tratamento de água de abastecimento e esgoto, quando existentes.

Art. 61. As normas estabelecidas para os estabelecimentos definidos no Art.60 serão fundamentadas visando tratamento diferenciado, a simplificação, racionalização e unicidade dos processos.

Art. 62. Os estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte que realizem operação de abate deverão possuir inspeção permanente para seu funcionamento.

Art. 63. As análises laboratoriais de controle de qualidade dos produtos de origem animal poderão ser subsidiadas pelo SIM, diretamente ou através de parcerias, de modo a garantir o controle dos processos e a qualidade e inocuidade dos produtos beneficiados nos estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte.

Art. 64. As taxas e valores devidos relativos à inspeção industrial e sanitária do estabelecimento agroindustrial são estabelecidas na legislação municipal.

Art. 65. O SIM disponibilizará as diretrizes e os requisitos mínimos para elaboração dos Programas de Autocontrole a serem implantados por estes estabelecimentos.

Art. 66. O SIM editará normas complementares sobre os procedimentos e as exigências documentais para o registro de agroindústrias de pequeno porte.

Art. 67. As exigências referentes à estrutura física, às dependências e aos equipamentos dos estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte de produtos de origem animal serão as disciplinadas em normas complementares ou na ausência destas, em normas federais específicas.

Art. 68. No estabelecimento agroindustrial de pequeno porte, é permitida a pasteurização lenta ("Low Temperature, Long Time" - LTLT, equivalente à expressão em português "Baixa Temperatura, Longo Tempo") para produção de derivados de leite.

§1° O equipamento de pasteurização a ser utilizado deve ser apropriado, mantendo se o leite com agitação mecânica e lenta.

§2° Não é permitida a pasteurização lenta para o envase de leite fluido.

Art. 69. O estabelecimento agroindustrial de pequeno porte fica dispensado de dispor de escritório ou sala para o SIM, a critério deste, devendo, contudo, dispor de local apropriado para arquivar documentos do Serviço.

Art. 70. O estabelecimento agroindustrial de pequeno porte estará sujeito às sanções administrativas previstas nesta Resolução.

Art. 71. É permitida a multifuncionalidade do estabelecimento agroindustrial de pequeno porte para utilização das instalações e equipamentos destinados à fabricação de diversos tipos de produtos de origem animal, desde que respeitadas as implicações tecnológicas e classificação do estabelecimento descritas nesta Resolução.

TÍTULO V
DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA

Art. 72. O SIM adotará nesta Resolução, o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal-RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e normas complementares para execução dos procedimentos de inspeção e fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal e desenvolverá programas de controle oficial com o objetivo de avaliar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos e de seus processos produtivos.

Art. 73. O SIM, durante a fiscalização no estabelecimento, poderá realizar análises previstas nesta Resolução, nos RTIQs, no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal-RIISPOA, em normas complementares, em legislação específica ou outras que se fizerem necessárias, podendo ainda determinar a sua realização pela empresa.

Art. 74. Nos estabelecimentos registrados no SIM, é permitido o abate de bovinos, bubalinos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos, aves domésticas, lagomorfos, animais exóticos, animais silvestres, anfíbios e répteis, nos termos do disposto nesta Resolução, no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e em normas complementares, de acordo com a classificação contida no Título de Registro do estabelecimento.

§ 1° O abate de diferentes espécies em um mesmo estabelecimento pode ser realizado, desde que haja instalações e equipamentos específicos para a finalidade e desde que seja evidenciada a completa segregação entre as carnes das diferentes espécies durante todas as etapas do processamento, inclusive durante o abate propriamente dito, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto à higienização das instalações e equipamentos.

Art. 75. Os estabelecimentos de abate são responsáveis por garantir a identidade, a qualidade e a rastreabilidade dos produtos, desde sua obtenção na produção primária até a recepção no estabelecimento, incluído o transporte.

SEÇÃO I
DA INSPEÇÃO ANTE MORTEM

Art. 76. O recebimento de animais para abate em qualquer dependência do estabelecimento deve ser feito com prévio conhecimento do SIM.

Art. 77. Os animais recebidos nos estabelecimentos devem, obrigatoriamente, ser acompanhados dos documentos de trânsito previstos em normas específicas e, respeitadas as particularidades de cada espécie, desembarcados e alojados em instalações apropriadas e exclusivas, onde aguardarão avaliação pelo SIM

Parágrafo único. Os animais que chegarem em veículos transportadores lacrados por determinações sanitárias, conforme definição do órgão de saúde animal competente, poderão ser desembarcados somente na presença de um servidor do SIM.

Art. 78. O estabelecimento é obrigado a adotar medidas para evitar maus tratos aos animais e aplicar ações que visem à proteção e ao bem-estar animal, desde o embarque na origem até o momento do abate.

Art. 79. O estabelecimento deve apresentar, previamente ao abate, a programação de abate e a documentação referente à identificação, ao manejo e à procedência dos lotes e as demais informações previstas em legislação específica para a verificação das condições físicas e sanitárias dos animais pelo SIM.

§ 1° Nos casos de suspeita de uso de substâncias proibidas ou de falta de informações sobre o cumprimento do prazo de carência de produtos de uso veterinário, o SIM poderá apreender os lotes de animais ou os produtos, proceder à coleta de amostras e adotar outros procedimentos que respaldem a decisão acerca de sua destinação.

§ 2° Sempre que o SIM julgar necessário, os documentos com informações de interesse sobre o lote devem ser disponibilizados com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

Art. 80. É obrigatória a realização do exame ante mortem dos animais destinados ao abate por servidor competente do SIM.

§ 1° O exame de que trata o caput compreende a avaliação documental, do comportamento e do aspecto do animal, sintomas de doenças de interesse para as áreas de saúde animal e de saúde pública, da necropsia, quando aplicável, e outros procedimentos de acordo com cada situação, em atendido o disposto nesta Resolução e em normas complementares.

§ 2° Qualquer caso suspeito implica a identificação e o isolamento dos animais envolvidos e, quando necessário, se procederá ao isolamento de todo o lote.

§ 3° Os casos suspeitos serão submetidos à avaliação do servidor médico veterinário oficial do SIM, que pode compreender exame clínico, necropsia ou outros procedimentos com o fim de diagnosticar e determinar a destinação, aplicando-se ações de saúde animal quando o caso exigir.

§ 4° O exame ante mortem deve ser realizado no menor intervalo de tempo possível após a chegada dos animais no estabelecimento de abate.

§ 5° Dentre as espécies de abate de pescado, somente os anfíbios e os répteis devem ser submetidos à inspeção ante mortem.

Art. 81. Na inspeção ante mortem, quando forem identificados animais suspeitos de zoonoses ou enfermidades infectocontagiosas, ou animais que apresentem reação inconclusiva ou positiva em testes diagnósticos para essas enfermidades, o abate deve ser realizado em separado dos demais animais, adotadas as medidas profiláticas cabíveis.

Parágrafo único. No caso de suspeita de doenças não previstasnesta Resolução ou em normas complementares, o abate deve ser realizado também em separado, para melhor estudo das lesões e verificações complementares.

Art. 82. Quando houver suspeita de doenças infectocontagiosas de notificação imediata determinada pelo serviço oficial de saúde animal, além das medidas já estabelecidas, cabe ao SIM:
I - notificar o serviço oficial de saúde animal, primeiramente na área de jurisdição do estabelecimento;
II - isolar os animais suspeitos e manter o lote sob observação enquanto não houver definição das medidas epidemiológicas de saúde animal a serem adotadas; e
III - determinar a imediata desinfecção dos locais, dos equipamentos e dos utensílios que possam ter entrado em contato com os resíduos dos animais ou qualquer outro material que possa ter sido contaminado, atendidas as recomendações estabelecidas pelo serviço oficial de saúde animal.
Art. 83. Quando no exame ante mortem forem constatados casos isolados de doenças não contagiosas que permitam o aproveitamento condicional ou impliquem a condenação total do animal, este deve ser abatido por último ou em instalações específicas para este fim.
Art. 84. As necropsias, independentemente de sua motivação, devem ser realizadas em local específico e os animais e seus resíduos serão destinados nos termos do disposto nesta resolução, no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal-RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.
Art. 85. O SIM levará ao conhecimento do serviço oficial de saúde animal o resultado das necropsias que evidenciarem doenças infectocontagiosas e remeterá, quando necessário, material para diagnóstico, conforme legislação de saúde animal.
Art. 86. Os critérios e os procedimentos referentes ao exame ante mortemsão os estabelecidos no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e em normas complementares.

SEÇÃO II
DO ABATE DOS ANIMAIS
Art. 87. Nenhum animal pode ser abatido sem autorização do SIM.
Art. 88. É proibido o abate de animais que não tenham permanecido em descanso, jejum e dieta hídrica, respeitadas as particularidades de cada espécie e as situações emergenciais que comprometem o bem-estar animal.
Parágrafo único. Para os parâmetros referentes ao descanso, ao jejum e à dieta hídrica dos animais devem ser seguidas as referências estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.
Art. 89. Os animais que chegam ao estabelecimento em condições precárias de saúde, impossibilitados ou não de atingirem a dependência de abate por seus próprios meios, e os que foram excluídos do abate normal após exame ante mortem, devem ser submetidos ao abate de emergência.
Parágrafo único. As situações de que trata o caput compreendem animais doentes, com sinais de doenças infectocontagiosas de notificação imediata, agonizantes, contundidos, com fraturas, hemorragia, hipotermia ou hipertermia, impossibilitados de locomoção, com sinais clínicos neurológicos e outras condições previstas em normas complementares.
Art. 90. É proibido o abate de emergência na ausência do Médico Veterinário Oficial.
Art. 91. O SIM deve coletar material dos animais destinados ao abate de emergência que apresentem sinais clínicos neurológicos e enviar aos laboratórios oficiais para fins de diagnóstico e adotar outras ações determinadas na legislação de saúde animal.
Art. 92. Os critérios e os procedimentos referentes ao abate de emergência são os estabelecidos no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e normas complementares.
Art. 93. Só é permitido o abate de animais com o emprego de métodos humanitários, utilizando-se de prévia insensibilização, baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria.
§ 1° Os métodos de insensibilização empregados para cada espécie animal são os aprovados em atos normativos federais.
§ 2° É facultado o abate de animais sem insensibilização, de acordo com preceitos religiosos, desde que seus produtos sejam comprovadamente destinados ao consumo por comunidade religiosa que os requeira.
Art. 94. Antes de chegar à dependência de abate, os animais devem passar por banho de aspersão com água suficiente ou processo equivalente para promover a limpeza e a remoção de sujidades, respeitadas as particularidades de cada espécie.
Art. 95. A sangria deve ser a mais completa possível e realizada com o animal suspenso pelos membros posteriores ou com o emprego de outro método aprovado pelo SIM ou em normas complementares.
Parágrafo único. Nenhuma manipulação pode ser iniciada antes que o sangue tenha escoado o máximo possível, respeitado o período mínimo de sangria previsto em normas complementares.
Art. 96. Os critérios e os procedimentos referentes ao abate dos animais são os estabelecidos no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e em normas complementares.

SEÇÃO III
DOS ASPECTOS GERAIS DA INSPEÇÃO POST MORTEM
Art. 97. A inspeção post mortem deve ser realizados na dependência de abate e consiste no exame da carcaça, das partes da carcaça, das cavidades, dos órgãos, dos tecidos e dos linfonodos, realizado por visualização, palpação, olfação e incisão, quando necessário, e demais procedimentos definidos em normas complementares específicas para cada espécie animal.
Parágrafo único. A equipe de inspeção deve ser suficiente para a realização dos procedimentos de inspeção post mortem e sempre que necessário o Médico Veterinário Oficial pode ser assistido por auxiliares de inspeção efetivos ou contratados pela própria empresa, devidamente capacitados.
Art. 98. Toda carcaça, partes das carcaças e dos órgãos, examinados nas linhas de inspeção, que apresentem lesões ou anormalidades que possam ter implicações para a carcaça e para os demais órgãos devem ser examinados por Médico Veterinário Oficial.
§ 1° Quando se tratar de doenças infectocontagiosas, o destino dado aos órgãos será similar àquele dado à respectiva carcaça.
§ 2° O material condenado deve ser desnaturado ou apreendido pelo SIM quando não possa ser processado no dia do abate ou nos casos em que for transportado para transformação em outro estabelecimento.
Art. 99. São proibidas a remoção, a raspagem ou qualquer prática que possa mascarar lesões das carcaças ou dos órgãos, antes do exame pelo Serviço de Inspeção Municipal.
Art. 100. As carcaças julgadas em condições de consumo devem receber as marcas oficiais previstas nesta resolução ou em normas complementares, sob supervisão do SIM.
Parágrafo único. Será dispensada a aplicação do carimbo a tinta nos quartos das carcaças de bovinos, búfalos e suídeos em estabelecimentos que realizam o abate e a desossa na mesma unidade industrial, observados os procedimentos definidos em normas complementares.
Art. 101. Sempre que requerido pelos proprietários dos animais abatidos, oSIM disponibilizará, nos estabelecimentos de abate, laudo em que constem as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas nas carcaças, mesmo em caráter presuntivo, durante a inspeção sanitária e suas destinações.
Art. 102. Durante os procedimentos de inspeção ante mortem e post mortem, o julgamento dos casos não previstos nesta Resolução e no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária ou em normas complementares, ficará a critério do SIM, que deve direcionar suas ações principalmente para a preservação da inocuidade do produto, da saúde pública e da saúde animal.
Parágrafo único. O SIM coletará material, sempre que necessário, e encaminhará para análise laboratorial para confirmação diagnóstica.
Art. 103. Para fins nesta Resolução, serão considerados os procedimentos e critérios de inspeção post mortem estabelecidos no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e em normas complementares.

CAPÍTULO I
DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DO PESCADO E DERIVADOS
Art. 104. Entende-se por pescado os peixes, os crustáceos, os moluscos, os anfíbios, os répteis, os equinodermos e outros animais aquáticos usados na alimentação humana.

Parágrafo único. O pescado proveniente da fonte produtora não pode ser destinado à venda direta ao consumidor sem que haja prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário.
Art. 105. Os dispositivos previstos nesta resolução são extensivos aos gastrópodes terrestres, no que for aplicável.
Parágrafo único. Os procedimentos de inspeção referentes aos gastrópodes terrestres serão aqueles definidos em norma específica.
Art. 106. São vedados a recepção e o processamento do pescado capturado ou colhido sem atenção ao disposto nas legislações ambientais e pesqueiras.
Art. 107. O estabelecimento é responsável por garantir a identidade, a qualidade e a rastreabilidade do pescado, desde sua obtenção na produção primária até a recepção no estabelecimento, incluído o transporte.
§ 1° O estabelecimento que recebe pescado oriundo da produção primária deve possuir cadastro atualizado de fornecedores que contemplará, conforme o caso, os produtores e as embarcações de pesca
§ 2° O estabelecimento que recebe pescado da produção primária é responsável pela implementação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos fornecedores.
Art. 108. Quando o desembarque do pescado oriundo da produção primária não for realizado diretamente no estabelecimento sob Serviço de Inspeção Oficial, deve ser realizado em um local intermediário, sob controle higiênico-sanitário do estabelecimento.
§ 1° O local intermediário de que trata o caput deve constar no programa de autocontrole do estabelecimento ao qual está vinculado.
§ 2° O estabelecimento deve assegurar:
I - a rastreabilidade do pescado recebido; e
II - que as operações realizadas no local intermediário de que trata o caput:
a) não gerem prejuízos à qualidade do pescado; e
b) não sejam de caráter industrial, facultados a lavagem superficial do pescado com água potável, sua classificação, seu acondicionamento em caixas de transporte e adição de gelo, desde que haja condições apropriadas para estas finalidades.
Art. 109. É obrigatória a lavagem prévia do pescado utilizado como matéria-prima para consumo humano direto ou para a industrialização de forma a promover a limpeza, a remoção de sujidades e microbiota superficial.
Art. 110. Sem prejuízo das disposições desta Resolução, o controle, a fiscalização e a inspeção sanitária do pescado e dos seus produtos são realizados conforme critérios estabelecidos no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e normas complementares.

CAPÍTULO II
DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE OVOS E DERIVADOS
Art. 111. Para os fins do dispostonesta Resolução, entende-se por ovos, sem outra especificação, os ovos de galinha em casca.
Art. 112. A inspeção de ovos e derivados a que se refere este Capítulo é aplicável aos ovos de galinha e, no que couber, às demais espécies produtoras de ovos, respeitadas suas particularidades.
Art. 113. O estabelecimento é responsável por garantir a identidade, a qualidade e a rastreabilidade dos ovos, desde sua obtenção na produção primária até a recepção no estabelecimento, incluído o transporte.
§ 1° O estabelecimento que recebe ovos oriundos da produção primária deve possuir cadastro atualizado de produtores.
§ 2° O estabelecimento que recebe ovos da produção primária é responsável pela implementação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos produtores.
Art. 114. Os ovos só podem ser expostos ao consumo humano quando previamente submetidos à inspeção e à classificação previstas nesta resolução e em normas complementares.
Art. 115. Para os fins do disposto nesta Resolução, entende-se por ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo e se enquadrem na classificação estabelecida nesta resolução e em normas complementares.
Art. 116. Os ovos recebidos na unidade de beneficiamento de ovos e seus derivados devem ser provenientes de estabelecimentos avícolas registrados junto ao serviço oficial de saúde animal.
Parágrafo único. As granjas avícolas também devem ser registradas junto ao serviço oficial de saúde animal.
Art. 117. Sem prejuízo das disposições desta Resolução, o controle, a fiscalização e a inspeção sanitária de ovos são realizadas conforme critérios estabelecidos no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal -RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e normas complementares.

CAPÍTULO III
DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE LEITE E DERIVADOS
Art. 118. A inspeção de leite e derivados, além das exigências previstas nesta Resolução, abrange a verificação:
I - do estado sanitário do rebanho, do processo de ordenha, do acondicionamento, da conservação e do transporte do leite;
II - das matérias-primas, do processamento, do produto, da estocagem e da expedição; e
III - das instalações laboratoriais, dos equipamentos, dos controles e das análises laboratoriais.
Art. 119. A inspeção de leite e derivados a que se refere este Capítulo é aplicável ao leite de vaca e, no que couber, às demais espécies produtoras de leite, respeitadas suas particularidades.
Art. 120. Para os fins nesta Resolução, entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.
§ 1° O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda.
§ 2° É permitida a mistura de leite de espécies animais diferentes, desde que conste na denominação de venda do produto e seja informada na rotulagem a porcentagem do leite de cada espécie.
Art. 121. Para os fins desta Resolução, entende-se por colostro o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam.
Art. 122. Para os fins desta Resolução, entende-se por leite de retenção o produto da ordenha obtido no período de trinta dias antes da parição prevista.
Art. 123. Para os fins desta Resolução, entende-se por leite individual o produto resultante da ordenha de uma só fêmea e por leite de conjunto o produto resultante da mistura de leites individuais.
Art. 124. Para os fins desta Resolução, entende-se por gado leiteiro todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.
Parágrafo único. É proibido ministrar substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento da secreção láctea com prejuízo da saúde animal e humana.
Art. 125. Sem prejuízo das disposições desta Resolução, o controle, a fiscalização e a inspeção sanitária do leite e seus derivados são realizados conforme critérios estabelecidos no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e normas complementares.

CAPÍTULO IV
DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS
Art. 126. A inspeção de produtos de abelhas e derivados, além das exigências já previstasnesta Resolução, abrange a verificação da extração, do acondicionamento, da conservação, do processamento, da armazenagem, da expedição e do transporte dos produtos de abelhas.
Art. 127. Sem prejuízo das disposições desta Resolução, o controle, a fiscalização e a inspeção sanitária de produtos de abelhas e seusderivados são realizados conforme critérios estabelecidos no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal- RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e normas complementares.
Art. 128. As análises de produtos de abelhas, para sua recepção e seleção no estabelecimento processador, devem abranger as características sensoriais e as análises determinadas em normas complementares, além da pesquisa de indicadores de fraudes que se faça necessária.

Parágrafo único. Quando detectada qualquer não conformidade nos resultados das análises de seleção da matéria-prima, o estabelecimento receptor será responsável pela destinação adequada do produto, de acordo com o disposto nesta Resolução e em normas complementares estaduais e federais.

Art. 129. O mel e o mel de abelhas sem ferrão, quando submetidos ao processo de descristalização, pasteurização ou desumidificação, devem respeitar o binômio tempo e temperatura e o disposto em normas complementares estaduais ou federais.

Art. 130. Os estabelecimentos de produtos de abelhas são responsáveis por garantir a identidade, a qualidade e a rastreabilidade dos produtos, desde sua obtenção na produção primária até a recepção no estabelecimento, incluído o transporte.

§ 1° Os estabelecimentos que recebem produtos oriundos da produção primária devem possuir cadastro atualizado de produtores.

§ 2° Os estabelecimentos que recebem produtos da produção primária são responsáveis pela implementação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos produtores.

Art. 131. A extração da matéria-prima por produtor rural deve ser realizada em local próprio, inclusive em unidades móveis, que possibilite os trabalhos de manipulação e acondicionamento da matéria-prima em condições de higiene.

Art. 132. Os produtos de abelhas sem ferrão devem ser procedentes de criadouros, na forma de meliponários, autorizados pelo órgão ambiental competente.

TÍTULO VI
DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE

CAPÍTULO I
DOS ASPECTOS GERAIS

Art. 133. Para os fins desta Resolução, ingrediente é qualquer substância empregada na fabricação ou na preparação de um produto, incluídos os aditivos alimentares, e que permaneça ao final do processo, ainda que de forma modificada, conforme estabelecido em legislação específica e normas complementares.

Art. 134. A utilização de aditivos ou coadjuvantes de tecnologia deve atender aos limites estabelecidos pelo órgão regulador da saúde e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, observado o que segue:

I - o órgão regulador da saúde definirá os aditivos e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos e seus limites máximos de adição; e

II - O SIM obedecerá ao estabelecido em normas federais quanto aos aditivos e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos, nos produtos de origem animal e seus limites máximos, quando couber.

Art. 135. O sal e seus substitutivos, os condimentos e as especiarias empregados no preparo de produtos de origem animal devem ser isentos de substâncias estranhas à sua composição e devem atender à legislação específica.

Parágrafo único. É proibido o reaproveitamento de sal, para produtos comestíveis, após seu uso em processos de salga.

Art. 136. É proibido o emprego de salmouras turvas, sujas, alcalinas, com cheiro amoniacal, fermentadas ou inadequadas por qualquer outra razão.

Parágrafo único. É permitido o tratamento com vistas à recuperação de salmouras por meio de métodos como filtração por processo contínuo, pasteurização ou pelo uso de substâncias químicas autorizadas pelo órgão competente, desde que não apresentem alterações de suas características originais.

Art. 137. O SIM adotará as determinações do Ministério da Agricultura e Pecuária quanto aos Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade (RTIQ) para os produtos de origem animal previstos ou não nesta Resolução.

Art. 138. Os produtos de origem animal devem atender aos parâmetros e aos limites microbiológicos, físico-químicos, de resíduos de produtos de uso veterinário, contaminantes e outros estabelecidos em legislação e atos normativos federais.

Art. 139. Os produtos de origem animal podem ser submetidos ao processo de irradiação em estabelecimentos que estejam devidamente regularizados nos órgãos competentes.

Parágrafo único. Os procedimentos relativos à rastreabilidade, registro e rotulagem dos produtos, responsabilidade quanto ao tratamento e comercialização serão estabelecidos em normas complementares.

Art. 140. Sem prejuízo das disposições desta Resolução, os padrões de identidade e qualidade dos produtos de origem animal abaixo relacionados devem obedecer aos critérios e definições estabelecidos no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e normas complementares:

I. CARNES E DERIVADOS
a) matérias-primas
b) produtos cárneos
II. PESCADO E SEUS DERIVADOS
a) produtos e derivados de pescado
III. OVOS E DERIVADOS
IV. LEITE E DERIVADOS LÁCTEOS
a) leite
b) derivados lácteos
c) creme de leite
d) manteiga
e) queijos
f) leites fermentados
g) leites concentrados e desidratados
h) derivados lácteos
V. PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS
a) produtos de abelhas
b) derivados de produtos de abelhas

Art. 141. Os produtos de origem animal que não possuam Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade – RTIQ ou padrão de identidade e qualidade estabelecido em legislação específica deverão observar os requisitos, parâmetros e condições aprovados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.

§ 1° Os parâmetros físico-químicos, microbiológicos e demais requisitos aplicáveis ao produto deverão observar o estabelecido ou aprovado pelo MAPA.

§ 2° Para os produtos não regulamentados, os parâmetros físico-químicos, microbiológicos e do processo, bem como seus respectivos limites críticos, deverão estar fundamentados em estudos técnico-científicos, observadas as condições estabelecidas ou aprovadas pelo MAPA.

TÍTULO VII
DO REGISTRO DE PRODUTOS, DA EMBALAGEM, DA ROTULAGEM E DOS CARIMBOS DE INSPEÇÃO

CAPÍTULO I
DO REGISTRO DE PRODUTOS

Art. 142. Todo produto de origem animal comestível produzido nos Municípios que integrem o território do CIMCERO deve ser registrado no SIM executado pelo CIMCERO.

§ 1° O registro de que trata o caput abrange a formulação, o processo de fabricação, as embalagens e o rótulo.

Art. 143. Os procedimentos para o registro do produto e seu cancelamento serão estabelecidos em norma complementar.

§ 1° O registro será cancelado quando houver descumprimento do disposto na legislação.

Art. 144. No processo de solicitação de registro deve constar:

I - matérias-primas e ingredientes, com discriminação das quantidades e dos percentuais utilizados;

II - descrição das etapas de recepção, de manipulação, de beneficiamento, de industrialização, de fracionamento, de conservação, de embalagem, de armazenamento e de transporte do produto;

IV - croqui do rótulo a ser utilizado.

Parágrafo único. Para registro, podem ser exigidas informações ou documentação complementares, conforme critérios estabelecidos pelo SIM.

Art. 145. É permitida a fabricação de produtos de origem animal sem Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade – RTIQ ou não previstos nesta Resolução ou em normas complementares, desde que seu processo de fabricação, sua composição e sua denominação de venda tenham sido previamente aprovados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.

§ 1° Para fins de registro junto ao SIM/CIMCERO, o estabelecimento deverá apresentar a documentação comprobatória da aprovação de que

trata o *caput*, além dos documentos e informações exigidos para o registro do produto.
§ 2° O registro do produto pelo SIM/CIMCERO ficará condicionado à observância das condições, características, parâmetros de identidade e qualidade, processo de fabricação e demais requisitos estabelecidos ou aprovados pelo MAPA.
§ 3° Alterações posteriores na formulação, no processo de fabricação, na denominação de venda ou em outras características que tenham fundamentado a aprovação de que trata o *caput* deverão observar os procedimentos estabelecidos pelo MAPA e pelas normas complementares do SIM/CIMCERO.
§ 4° Nos casos em que a tecnologia proposta possua similaridade com processos produtivos já existentes, serão consideradas, na análise da solicitação, a tecnologia tradicional de obtenção do produto e as características consagradas pelos consumidores.
Art. 146. As informações contidas no registro do produto devem corresponder exatamente aos procedimentos realizados pelo estabelecimento.
Art. 147. Todos os ingredientes e os aditivos apresentados de forma combinada devem dispor de informação clara sobre sua composição e seus percentuais nas solicitações de registro.
Parágrafo único. Os coadjuvantes de tecnologia empregados na fabricação devem ser discriminados no processo de fabricação.
Art. 148. Nenhuma modificação na formulação, no processo de fabricação ou no rótulo pode ser realizada sem prévia atualização do registro no SIM.

CAPÍTULO II
DA EMBALAGEM
Art. 149. Os produtos de origem animal devem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou continentes que confiram a necessária proteção, atendidas as características específicas do produto e as condições de armazenamento e transporte.
§ 1° O material utilizado para a confecção das embalagens que entram em contato direto com o produto deve ser previamente autorizado pelo órgão regulador da saúde.
§ 2° Quando houver interesse sanitário ou tecnológico, de acordo com a natureza do produto, pode ser exigida embalagem ou acondicionamento específico.
Art. 150. É permitida a reutilização de recipientes para o envase ou o acondicionamento de produtos e de matérias-primas utilizadas na alimentação humana quando íntegros e higienizados.
Parágrafo único. É proibida a reutilização de recipientes que tenham sido empregados no acondicionamento de produtos ou de matérias-primas de uso não comestível, para o envase ou o acondicionamento de produtos comestíveis.

CAPÍTULO III
DA ROTULAGEM

Seção I
Da rotulagem em geral
Art. 151. Para os fins nesta Resolução, entende-se por rótulo ou rotulagem toda inscrição, legenda, imagem e toda matéria descritiva ou gráfica que esteja escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo, litografada ou colada sobre a embalagem ou contentores do produto de origem animal destinado ao comércio, com vistas à identificação.
Art. 152. Os estabelecimentos podem expedir ou comercializar somente matérias-primas e produtos de origem animal registrados ou isentos de registro, de acordo com o serviço de inspeção oficial, e identificados por meio de rótulos, dispostos em local visível, quando forem destinados diretamente ao consumo ou enviados a outros estabelecimentos em que serão processados.
§ 1° O rótulo deve ser resistente às condições de armazenamento e de transporte dos produtos e, quando em contato direto com o produto, o material utilizado em sua confecção deve ser previamente autorizado pelo órgão regulador da saúde.
§ 2° As informações constantes nos rótulos devem ser visíveis, com caracteres legíveis, em cor contrastante com o fundo e indeléveis, conforme legislação específica.
§ 3° Os rótulos devem possuir identificação que permita a rastreabilidade dos produtos.
§ 4° Fica dispensada a aposição de rótulos em produtos não comestíveis comercializados a granel, quando forem transportados em veículos cuja lacração não seja viável ou nos quais o procedimento não confira garantia adicional à inviolabilidade dos produtos.
Art. 153. O uso de ingredientes, de aditivos e de coadjuvantes de tecnologia em produtos de origem animal e a sua forma de indicação na rotulagem devem atender à legislação específica.
Art. 154. Os rótulos podem ser utilizados somente nos produtos registrados ou isentos de registro aos quais correspondam.
§ 1° As informações expressas na rotulagem devem retratar fidedignamente a verdadeira natureza, a composição e as características do produto.
§ 2° Na venda direta ao consumidor final, é vedado o uso do mesmo rótulo para mais de um produto.
§ 3° Para os fins do § 2°, entende-se por consumidor final a pessoa física que adquire um produto de origem animal para consumo próprio.
Art. 155. Além de outras exigências previstas desta Resolução, em normas complementares e em legislação específica, os rótulos devem conter, de forma clara e legível:
I - nome do produto;
II - nome empresarial e endereço do estabelecimento produtor;
III - carimbo oficial do SIM;
IV - CNPJ ou CPF, nos casos em que couber;
V - marca comercial do produto, quando houver;
VI - prazo de validade e identificação do lote;
VII - lista de ingredientes e aditivos;
VIII - indicação do número de registro do produto no SIM;
IX - identificação do país de origem;
X - instruções sobre a conservação do produto;
XI - indicação quantitativa, conforme legislação do órgão competente; e
XII - instruções sobre o preparo e o uso do produto, quando necessário.
XIII - conter a seguinte frase: "**Rótulo registrado no SIM-XXXX** sob n° 0000/0000", onde o primeiro número se refere ao número de registro do produto e o segundo número se refere ao número de registro do estabelecimento no SIM;
§ 1° O prazo de validade e a identificação do lote devem ser impressos, gravados ou declarados por meio de carimbo, conforme a natureza do continente ou do envoltório, observadas as normas complementares.
§ 2° No caso de terceirização da produção, deve constar a expressão "Fabricado por", ou expressão equivalente, seguida da identificação do fabricante, e a expressão "Para", ou expressão equivalente, seguida da identificação do estabelecimento contratante.
§ 3° Quando ocorrer apenas o processo de fracionamento ou de embalagem de produto, deve constar a expressão "Fracionado por" ou "Embalado por", respectivamente, em substituição à expressão "fabricado por".
§4° A prestação de serviços a que se refere o § 3° deve ser aprovada pela SIM mediante a apresentação do instrumento do contrato de prestação de serviço.
§ 5° Nos casos de que trata o § 3°, deve constar a data de fracionamento ou de embalagem e a data de validade, com prazo menor ou igual ao estabelecido pelo fabricante do produto, exceto em casos particulares, conforme critérios definidos pelo SIM.
§ 6° Nos casos de que trata o § 3°, deve constar a data de fracionamento ou de embalagem e a data de validade, com prazo menor ou igual ao estabelecido pelo fabricante do produto, exceto em casos particulares, conforme critérios definidos pelo SIM.
§7° Nos rótulos de produtos de origem animal, que apresentem em sua formulação produtos de abelhas como ingredientes, à exceção dos derivados dos produtos de abelhas, devem constar no painel principal, o percentual utilizado destes produtos.
§8° As informações nos rótulos deverão ser indicadas em linguagem clara, figurando de forma visível, legível e indelével.
§ 9° A presença de água no produto de origem animal deverá ser declarada na lista de ingredientes, exceto quando faça parte de compostos já anunciados, tais como salmouras, xaropes, molhos, caldos ou outros similares.
§10° Não é obrigatória a declaração do conteúdo líquido para produtos pesados à vista do consumidor, desde que no rótulo conste a

expressão: “VENDA POR PESO” ou “DEVE SER PESADO À VISTA DO CONSUMIDOR”.

Art. 156. Nos rótulos podem constar referências a prêmios ou a menções honrosas, desde que sejam devidamente comprovadas as suas concessões na solicitação de registro e mediante inclusão na rotulagem de texto informativo ao consumidor para esclarecimento sobre os critérios, o responsável pela concessão e o período.

Art. 157. Na composição de marcas é permitido o emprego de desenhos alusivos a elas.

Parágrafo único. O uso de marcas, de dizeres ou de desenhos alusivos a símbolos ou quaisquer indicações referentes a atos, a fatos ou a estabelecimentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deve cumprir a legislação específica.

Art. 158. Nos rótulos dos produtos de origem animal é vedada a presença de expressões, marcas, vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que possam transmitir informações falsas, incorretas, insuficientes ou que possam, direta ou indiretamente, induzir o consumidor a equívoco, erro, confusão ou engano em relação à verdadeira natureza, composição, rendimento, procedência, tipo, qualidade, quantidade, validade, características nutritivas ou forma de uso do produto.

§ 1° Os rótulos dos produtos de origem animal não podem destacar a presença ou ausência de componentes que sejam intrínsecos ou próprios de produtos de igual natureza, exceto nos casos previstos em legislação específica.

§ 2° Os rótulos dos produtos de origem animal não podem indicar propriedades medicinais ou terapêuticas.

§ 3° O uso de alegações de propriedade funcional ou de saúde em produtos de origem animal deve ser previamente aprovado pelo órgão regulador da saúde, atendendo aos critérios estabelecidos em legislação específica.

§ 4° As marcas que infringirem o disposto neste artigo sofrerão restrições ao seu uso.

Art. 159. É facultada a aposição no rótulo de informações que remetam a sistema de produção específico ou a características específicas de produção no âmbito da produção primária, observadas as regras estabelecidas pelo órgão competente.

§ 1° Na hipótese de inexistência de regras ou de regulamentação específica sobre os sistemas ou as características de produção de que trata o caput, o estabelecimento deverá apor texto explicativo na rotulagem, em local de visualização fácil, que informará ao consumidor as características do sistema de produção.

§ 2° A veracidade das informações prestadas na rotulagem nos termos do disposto no § 1° perante os órgãos de defesa dos interesses do consumidor é de responsabilidade exclusiva do estabelecimento.

Art. 160. Poderão constar expressões de qualidade na rotulagem quando estabelecidas especificações correspondentes para um determinado produto de origem animal em regulamento técnico de identidade e qualidade específico.

§ 1° Na hipótese de inexistência de especificações de qualidade em regulamentação específica de que trata o caput e observado o disposto no art. 159, a indicação de expressões de qualidade na rotulagem é facultada, desde que sejam seguidas de texto informativo ao consumidor para esclarecimento sobre os critérios utilizados para sua definição.

§ 2° Os parâmetros ou os critérios utilizados devem ser baseados em evidências técnico-científicas, mensuráveis e auditáveis, e devem ser descritos na solicitação de registro.

§ 3° A veracidade das informações prestadas na rotulagem nos termos do disposto nos § 1° e § 2° perante os órgãos de defesa dos interesses do consumidor é de responsabilidade exclusiva do estabelecimento.

Art. 161. O uso de informações atribuíveis aos aspectos sensoriais, ao tipo de condimentação, menções a receitas específicas ou outras que não remetam às características de qualidade é facultado na rotulagem, nos termos do disposto no inciso XVIII do caput do art. 8°.

Parágrafo único. As informações de que trata o caput não se enquadram no conceito de expressões de qualidade de que trata o art. 160.

Art. 162. O mesmo rótulo pode ser usado para produtos idênticos que sejam fabricados em diferentes unidades da mesma empresa, desde que cada estabelecimento tenha o produto registrado.

§ 1° Na hipótese do caput, as informações de que tratam os incisos II, III, IV, V e IX do caput do art. 155 deverão ser indicados na rotulagem para as unidades fabricantes envolvidas.

§ 2° A unidade fabricante do produto deve ser identificada claramente na rotulagem, por meio de texto informativo, código ou outra forma que assegure a informação correta.

§ 3° Alternativamente à indicação dos carimbos de inspeção das unidades fabricantes envolvidas, a empresa poderá optar pela indicação na rotulagem de um único carimbo de inspeção referente à unidade fabricante.

Art. 163. Os rótulos devem ser impressos, litografados, gravados ou pintados, respeitados a ortografia oficial e o sistema legal de unidades e de medidas.

Art. 164. Nenhum rótulo, etiqueta ou selo pode ser aplicado de modo que esconda ou encubra, total ou parcialmente, dizeres obrigatórios de rotulagem ou o carimbo do SIM.

Art. 165. Os rótulos e carimbos do SIM devem referir-se ao último estabelecimento onde o produto foi submetido a algum processamento, fracionamento ou embalagem.

Art. 166. A rotulagem dos produtos de origem animal deve atender às determinações estabelecidasnesta Resolução, em normas complementares e em legislação específica.

Art. 167. Os estabelecimentos sob inspeção do SIM devem ser responsabilizados por eventuais riscos causados à saúde, segurança ou aos interesses dos consumidores, devido a quaisquer irregularidades apresentadas nos rótulos, tais como ausência de dizeres obrigatórios ou informações incorretas sobre sua natureza, qualidade, quantidade, composição e prazo de validade dos produtos entre outros.

Art. 168. Sempre que necessário, o SIM solicitará ao estabelecimento, documento comprobatório do órgão regulador da saúde que discipline o registro de produtos com alegações funcionais, indicação para alimentação de criança de primeira infância ou grupos populacionais que apresentem condições metabólicas e fisiológicas específicas ou outros que não estejam estabelecidas em normas específicas.

Seção II

Da rotulagem em particular

Art. 169. O produto deve possuir a denominação de venda estabelecida no respectivo RTIQ.

§ 1° O pescado deve ser identificado com a denominação comum da espécie, podendo ser exigida a utilização do nome científico conforme estabelecido em norma complementar federal ou estadual.

§ 2° Os ovos que não sejam de galinhas devem ser denominados segundo a espécie de que procedam.

§ 3° Os derivados lácteos fabricados com leite que não seja de vaca devem possuir em sua rotulagem a designação da espécie que lhe deu origem, exceto para os produtos que, em função da sua identidade, são fabricados com leite de outras espécies que não a bovina.

§ 4° Os queijos elaborados a partir de processo de filtração por membrana podem utilizar em sua denominação de venda o termo queijo, porém sem fazer referência a qualquer produto fabricado com tecnologia convencional.

§ 5° A farinha láctea deve apresentar no painel principal do rótulo o percentual de leite contido no produto.

§ 6° Casos de designações não previstas nesta resolução e em normas complementares serão submetidos à avaliação do SIM.

Art. 170. Carcaças, quartos ou partes de carcaças em natureza debovinos, búfalos, de equídeos, de suídeos, de ovinos, de caprinos e de ratitas, destinados ao comércio varejista ou em trânsito para outros estabelecimentos recebem o carimbo do SIM diretamente em sua superfície e devem possuir, além deste, etiqueta-lacre inviolável.

§ 1° As etiquetas-lacres e os carimbos devem conter as exigências previstas nesta resolução e em normas complementares.

§ 2° Os miúdos devem ser identificados com carimbo do SI-, conforme normas complementares.

§ 3° Quando constatadas irregularidades nos carimbos, estes devem ser imediatamente inutilizados pelo SIM.

Art. 171. Os produtos cárneos que contenham carne e produtos vegetais devem dispor nos rótulos a indicação das respectivas percentagens.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos condimentos e às especiarias.

Art. 172. A água adicionada aos produtos cárneos deve ser declarada, em percentuais, na lista de ingredientes do produto.

Parágrafo único. Sempre que a quantidade de água adicionada for superior a três por cento, o percentual de água adicionado ao produto deve ser informado, adicionalmente, no painel principal da rotulagem.

Art. 173. Os produtos que não sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto não podem utilizar rótulos, ou qualquer forma de apresentação, que declarem, impliquem ou sugiram que estes produtos sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto, ou que façam alusão a um ou mais produtos do mesmo tipo.

§ 1° Para os fins desta Resolução, entende-se por termos lácteos os nomes, denominações, símbolos, representações gráficas ou outras formas que sugiram ou façam referência, direta ou indiretamente, ao leite ou aos produtos lácteos.

§ 2° Fica excluída da proibição prevista no caput a informação da presença de leite, produto lácteo ou produto lácteo composto na lista de ingredientes.

§ 3° Fica excluída da proibição prevista no caput a denominação de produtos com nome comum ou usual, consagrado pelo seu uso corrente, como termo descritivo apropriado, desde que não induza o consumidor a erro ou engano, em relação à sua origem e à sua classificação.

Art. 174. Quando se tratar de pescado fresco, respeitadas as peculiaridades inerentes à espécie e às formas de apresentação do produto, o uso de embalagem pode ser dispensado, desde o produto seja identificado nos contentores de transporte.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica ao pescado recebido diretamente da produção primaria.

Art. 175. Tratando-se de pescado descongelado, deve ser incluída na designação do produto a palavra "descongelado", devendo o rótulo apresentar no painel principal, logo abaixo da denominação de venda, em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor, sem intercalação de dizeres ou desenhos, em caixa alta e em negrito, a expressão "NÃO RECONGELAR".

Art. 176. Na rotulagem do mel, do mel de abelhas sem ferrão e dos derivados dos produtos das abelhas deve constar a advertência "Este produto não deve ser consumido por crianças menores de um ano de idade.", em caracteres destacados, nítidos e de fácil leitura.

Art. 177. O rótulo de mel para uso industrial, sem prejuízo das demais exigências estabelecidas em legislação específica, deve atender aos seguintes requisitos:

I - não conter indicações que façam referência à sua origem floral ou vegetal; e

II - conter a expressão "Proibida a venda fracionada.".

Art. 178. Os rótulos das embalagens de produtos não destinados à alimentação humana devem conter, além do carimbo do SIM, a declaração "NÃO COMESTÍVEL", em caixa alta, caracteres destacados e atendendo às normas complementares.

CAPÍTULO IV
DOS CARIMBOS DE INSPEÇÃO

Art. 179. O carimbo de inspeção representa a marca oficial doSIM e constitui a garantia de que o produto é procedente de estabelecimento inspecionado e fiscalizado pelo Serviço de Inspeção Municipal executado pelo CIMCERO.

Art. 180. As iniciais "SIM" e, conforme o caso, a palavras "INSPECIONADO" ou "REINSPECIONADO", representam os elementos básicos do carimbo oficial do serviço, cujos formatos, dimensões e emprego são fixados nesta Resolução.

§1°. As iniciais "SIM" traduzem "Serviço de Inspeção Municipal"

§ 2°. O carimbo do SIM representa a marca oficial usada unicamente em estabelecimento sujeitos a fiscalização sanitária de produtos de origem animal pelo município, e constitui o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pela autoridade competente.

Art. 181. O número de registro do estabelecimento deve ser identificado no carimbo oficial cujos formatos, dimensões e empregos são fixados nesta Resolução.

§ 1° O carimbo deve conter:

I - a expressão "SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL", na borda superior externa;

II – o nome do município onde está localizado o estabelecimento e sigla do estado, "XX/RO", na borda inferior externa;

III - palavra "INSPECIONADO", ao centro;

IV - o número de registro do estabelecimento, acima da palavra "Inspecionado"; e

V - as iniciais "SIM", abaixo da palavra "INSPECIONADO".

§ 2° O número de registro do estabelecimento constante do carimbo de inspeção não é precedido da designação "número" ou de sua abreviatura (n°) e é aplicado no lugar correspondente, equidistante dos dizeres ou das letras e das linhas que representam a forma.

§ 3° Pode ser dispensado o uso da expressão "SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL" na borda superior dos carimbos oficiais de inspeção, nos casos em que os carimbos forem gravados em relevo em vidros, latas, plásticos termo moldáveis, lacres e os apostos em carcaças.

Art. 182. Os carimbos do SIM devem obedecer exatamente à descrição e aos modelos determinados nesta Resolução e em normas complementares, respeitadas as dimensões, a forma, os dizeres, o tipo e o corpo de letra e devem ser colocados em destaque nas testeiras das caixas e de outras embalagens, nos rótulos ou nos produtos, numa cor única, de preferência preta, quando impressos, gravados ou litografados.

Parágrafo único. Nos casos de embalagens pequenas, cuja superfície visível para rotulagem seja menor ou igual a 10 cm² (dez centímetros quadrados), o carimbo não necessita estar em destaque em relação aos demais dizeres constantes no rótulo.

Art. 183. Quando constatadas irregularidades nos carimbos, estes devem ser imediatamente inutilizados pelo SIM.

Art. 184. Os diferentes modelos de carimbos do SIM a serem utilizados pelos estabelecimentos inspecionados e fiscalizados pelo SIM serão definidos e regulamentados em normas complementares, que estabelecerá suas respectivas especificações e condições de uso, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 185. Quando constatadas irregularidades nos carimbos, estes e/ou os rótulos onde estejam impressos ou grafados devem ser imediatamente inutilizados pelo SIM.

TÍTULO VIII
DA ANÁLISE LABORATORIAL

Art. 186. As matérias-primas, os produtos de origem animal e toda e qualquer substância que entre em suas elaborações, estão sujeitos a análises físicas, microbiológicas, físico-químicas, de biologia molecular, histológicas e demais análises que se fizerem necessárias para a avaliação da conformidade.

Parágrafo único. Sempre que o SIM julgar necessário, realizará a coleta de amostras para análises laboratoriais.

Art. 187. A colheita de amostra de matéria-prima, produto ou qualquer substância que entre em sua elaboração e de água de abastecimento para análise fiscal deve ser efetuadas por servidor do SIM.

§1°A amostra deve ser coletada sempre que possível, na presença do detentor ou de seu representante, conforme o caso.

§2° Não deve ser colhida amostra de produto cuja identidade, composição, integridade ou conservação estejam comprometidas.

§3° Nos casos previstos no §1°, as intervenções legais e penalidades cabíveis não dependerão das análises e de laudos laboratoriais.

Art. 188. As amostras para análises devem ser colhidas, manuseadas, acondicionadas, identificadas, conservadas e transportadas de modo a garantir a sua integridade física.

Parágrafo único. A autenticidade das amostras deve ser garantida pela autoridade competente que estiver procedendo a colheita.

Art. 189. Para os casos onde existem dúvidas da inocuidade de produtos devido ao comprometimento das condições industriais ou higiênico sanitárias das instalações e do processo tecnológico de qualquer produto, a partida ficará sequestrada, sob a guarda e conservação do responsável pelo estabelecimento como fiel depositário, até o laudo final dos exames laboratoriais.

Art. 190. As metodologias analíticas devem seguir o que está estabelecido em legislação federal.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a critério da autoridade competente do SIM, podem ser aceitas metodologias analíticas além das adotadas oficialmente, desde que reconhecidas internacionalmente ou por instituições de pesquisa, e devem ser obrigatoriamente mencionadas nos respectivos laudos.

Art. 191. Para realização das análises fiscais, deve ser coletada amostra em triplicata da matéria-prima, do produto ou de qualquer substância que entre em sua elaboração, asseguradas a sua inviolabilidade e a sua conservação.

§ 1° Uma das amostras coletadas deve ser encaminhada ao laboratório credenciado pelo SIM ou laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e as demais devem ser utilizadas como

contraprova. Uma amostra deverá ser entregue ao detentor ou ao responsável pelo produto e a outra amostra deverá ser mantida em poder do laboratório ou do SIM.

§ 2° É de responsabilidade do detentor ou do responsável pelo produto, a conservação de sua amostra de contraprova, de modo a garantir a sua integridade física.

§ 3° Não devem ser coletadas amostras fiscais em triplicata quando:

I - a quantidade ou a natureza do produto não permitirem;

II - o produto apresentar prazo de validade exíguo, sem que haja tempo hábil para a realização da análise de contraprova;

III - se tratar de análises fiscais realizadas durante os procedimentos de rotina de inspeção oficial;

IV - forem destinadas à realização de análises microbiológicas, por ser considerada impertinente a análise de contraprova nestes casos; e

V - se tratar de ensaios para detecção de analitos que não se mantenham estáveis ao longo do tempo.

§ 4° Para os fins do inciso II do § 3°, considera-se que o produto apresenta prazo de validade exíguo quando possuir prazo de validade remanescente igual ou inferior a quarenta e cinco dias, contado da data da coleta.

Art. 192. Nos casos de resultados de análises fiscais que não atendam ao disposto na legislação, o SIM notificará o interessado dos resultados analíticos obtidos e adotará as ações fiscais e administrativas pertinentes.

Art. 193. É facultado ao interessado requerer ao SIM a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que couber, no prazo de quarenta e oito horas, contado da data da ciência do resultado.

§ 1° Ao requerer a análise da contraprova, o interessado deve indicar no requerimento o nome do assistente técnico para compor a comissão pericial e poderá indicar um substituto.

§ 2° O interessado deve ser notificado sobre a data, a hora e o laboratório definido pela autoridade competente do SIM, em que se realizará a análise pericial na amostra de contraprova, com antecedência mínima de setenta e duas horas.

§ 3° Deve ser utilizada na análise pericial a amostra de contraprova que se encontra em poder do detentor ou do interessado.

§ 4° Deve ser utilizada na perícia de contraprova o mesmo método de análise empregado na análise fiscal, salvo se houver concordância da comissão pericial quanto à adoção de outro método.

§ 5° A análise pericial não deve ser realizada no caso da amostra de contraprova apresentar indícios de alteração ou de violação.

§ 6° Na hipótese de que trata o § 5°, deve ser considerado o resultado da análise fiscal.

§ 7° Em caso de divergência quanto ao resultado da análise fiscal ou discordância entre os resultados da análise fiscal com o resultado da análise pericial de contraprova, deve-se realizar novo exame pericial sobre a amostra de contraprova em poder do laboratório ou do SIM.

§ 8° O não comparecimento do representante indicado pelo interessado na data e na hora determinadas ou a inexistência da amostra de contraprova sob a guarda do interessado implica a aceitação do resultado da análise fiscal.

Art. 194. O solicitante, quando indicar assistente técnico ou substituto para acompanhar análises periciais, deverá comprovar que os indicados possuem formação e competência técnica para acompanhar a análise pericial, conforme os critérios definidos pelo SIM.

§ 1° Na hipótese de o assistente técnico ou substituto indicado não atender aos requisitos de formação e competência técnica de que trata o caput, o pedido de realização de análise pericial da amostra de contraprova será considerado protelatório.

§ 2° Na hipótese de que trata o § 1°, o pedido de realização de análise pericial da amostra de contraprova será indeferido e será considerado o resultado da análise fiscal.

Art. 195. O interessado poderá apresentar manifestação adicional quanto ao resultado da análise pericial da amostra de contraprova no processo de apuração de infrações no prazo de dez dias, contado da data de assinatura da ata de análise pericial de contraprova.

§ 1° Aplica-se à contagem do prazo de que trata o caput o disposto nos § 1° e § 2° do art. 193, considerada, para este fim, como data da cientificação oficial a data de assinatura da ata de análise pericial de contraprova.

§ 2° O resultado da análise pericial da amostra de contraprova e a manifestação adicional do interessado quanto ao resultado, caso apresentado, serão avaliados e considerados na motivação da decisão administrativa.

Art. 196. O estabelecimento deve realizar controle de seu processo produtivo, por meio de análises físicas, microbiológicas, físico-químicas, de biologia molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias para a avaliação da conformidade de matérias-primas e de produtos de origem animal prevista em seu programa de autocontrole, de acordo com métodos com reconhecimento técnico e científico comprovados, e dispondo de evidências auditáveis que comprovem a efetiva realização do referido controle.

Art. 197. A coleta de amostras de produtos de origem animal registrados no SIM pode ser realizada em estabelecimentos varejistas, em caráter supletivo, com vistas a atender a programas e a demandas específicas.

Art. 198. Os procedimentos de coleta, de acondicionamento e de remessa de amostras para análises fiscais, bem como sua frequência, serão estabelecidos pelo SIM em normas complementares.

Art. 199. Nos casos de análises fiscais de produto com padrões microbiológicos não previstos em Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade ou em legislação específica, permite-se seu enquadramento nos padrões estabelecidos para um produto similar.

Art. 200. Confirmada a condenação do produto ou da partida, o SIM determinará a sua inutilização em subproduto não comestível.

TÍTULO IX
DA REINSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA

Art. 201. Os produtos de origem animal podem serreinspecionados sempre que necessário antes de sua liberação para consumo.

Art. 202. A reinspeção dos produtos deve ser realizada em local ou em instalação que preserve as condições sanitárias dos produtos.

Parágrafo único. A reinspeção de que trata o caput abrange:

I - a verificação das condições de integridade das embalagens, dos envoltórios e dos recipientes;

II - a rotulagem, as marcas oficiais de inspeção e os prazos de validade;

III - a avaliação das características sensoriais, quando couber;

IV - a coleta de amostras para análises físicas, microbiológicas, físico-químicas, de biologia molecular e histológicas, quando couber;

V - a documentação fiscal e sanitária de respaldo à origem do produto, ao seu trânsito e comercialização, quando couber;

VI - as condições de manutenção e de higiene do veículo transportador e o funcionamento do equipamento de geração de frio, quando couber; e

VII - o número e a integridade do lacre SIM de origem ou do correspondente serviço oficial de controle do estabelecimento de procedência, quando couber.

Art. 203. Nareinspeção de matérias-primas ou de produtos que apresentem evidências de alterações ou de adulterações, devem ser aplicados os procedimentos previstos nesta resolução e em normas complementares.

§ 1° Na reinspeção, os produtos que forem julgados impróprios para o consumo humano devem ser condenados, vedada a sua destinação a outros estabelecimentos sem autorização prévia do SIM.

§ 2° Os produtos que, na reinspeção, permitam aproveitamento condicional ou rebeneficiamento devem ser submetidos a processamento específico autorizado e estabelecido pelo SIM e devem ser novamente reinspecionados antes da liberação.

Art. 204. É permitido o aproveitamento condicional ou a destinação industrial de matérias primas e de produtos de origem animal em outro estabelecimento sob inspeção oficial, desde que:

I - haja autorização prévia do serviço oficial do estabelecimento de destino; e

II - haja controle efetivo de sua rastreabilidade, contemplando a comprovação de recebimento no destino.

CAPÍTULO II
DAS DOAÇÕES

Art. 205. Os produtos apreendidos e perdidos durante as atividades de inspeção e fiscalização nos estabelecimentos registrados, unicamente em decorrência de fraude econômica ou com irregularidades na rotulagem, poderão ser objeto de doação destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome a juízo do médico veterinário do SIM.

§ 1° O SIM estabelecerá, em normas complementares, os procedimentos para aplicação da sanção de perdimento de produtos.

Art. 206. Não serão objeto de doações os produtos apreendidos sem registro em Serviço de inspeção oficial da entidade sanitária competente.

TÍTULO X
DO TRÂNSITO E DA CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

CAPÍTULO I
DO TRÂNSITO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
Art. 207. O trânsito de matérias-primas e de produtos de origem animal deve ser realizado por meio de transporte apropriado, de modo a garantir a manutenção de sua integridade e a permitir sua conservação.
§ 1° Os veículos, os contentores ou os compartimentos devem ser higienizados e desinfetados antes e após o transporte.
§ 2° Os veículos, os contentores ou os compartimentos utilizados para o transporte de matérias-primas e de produtos de origem animal refrigerados ou congelados devem dispor de isolamento térmico e, quando necessário, de equipamento gerador de frio, além de instrumento de controle de temperatura, mantendo-a nos níveis adequados à conservação dos produtos transportados, em atendimento ao disposto em normas complementares.
§ 3° É proibido o transporte de pescado fresco a granel, com exceção das espécies de grande tamanho, conforme critérios definidos pelo SIM.
Art. 208. Os produtos e matérias-primas de origem animal registrados, procedentes de estabelecimentos sob inspeção oficial, atendidas as exigências desta Resolução e da legislação específica, têm livre trânsito entre os municípios consorciados, desde que devidamente rotulados ou acompanhados de documento sanitário oficial, quando aplicável, sem prejuízo das exigências específicas relativas à sanidade animal, podendo ser expostos ao consumo nos municípios consorciados.
Art. 209. Para fins do disposto no art. 208, os estabelecimentos registrados no SIM/CIMCERO deverão estar cadastrados no sistema e-SISBI do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, bem como deverão estar inseridos no referido sistema os produtos e respectivos rótulos, quando aplicável.
Art. 210. Os produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos com inspeção permanente, quando em trânsito, deverão estar acompanhados de Certificado Sanitário firmado pelo médico veterinário responsável pela inspeção ou Guia de Trânsito firmado por servidor do SIM.
Art. 211. O trânsito de produtos de origem animal deverá ser feito em veículos devidamente higienizados e em conformidade às normas específicas relacionadas à espécie e à conservação do produto transportado.
§1° É proibido o trânsito de produtos de origem animal destinados ao consumo humano com produtos ou mercadorias de outra natureza.
§2° Os produtos de origem animal em trânsito deverão estar higienicamente acondicionados em recipientes adequados, independentemente de estarem embalados.
§3° Os veículos transportadores de produtos de origem animal refrigerados ou congelados deverão ser providos de isolamento térmico e dispor de meios que permitam verificar a temperatura, mantendo-a nos níveis adequados à conservação dos produtos transportados.
§4° Os produtos de origem animal que não necessitarem ser identificados por meio de marcas oficiais ou rótulos aprovados pelo SIM, quando em trânsito, devem estar acompanhados do "Certificado Sanitário ou Guia de Trânsito", assim como as matérias primas e produtos destinados ao aproveitamento condicional, subprodutos e produtos não comestíveis.

CAPÍTULO II
DA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
Art. 212. É obrigatória a emissão de certificação sanitária para o trânsito de matérias-primas ou de produtos de origem animal:
§ 1° A critério do SIM, pode ser dispensada a certificação sanitária para o trânsito de matérias-primas ou de produtos de origem animal, conforme estabelecido nesta Resolução e em normas complementares, observada a legislação de saúde animal.
§ 2° Os procedimentos de emissão dos documentos de certificação sanitária assim como os modelos serão definidos pelo SIM em normas complementares.
Art. 213. É obrigatória a emissão de certificação sanitária para o trânsito de matérias-primas ou de produtos de origem animal destinados ao aproveitamento condicional ou à condenação.
§ 1° Nos casos de matérias-primas ou de produtos destinados ao aproveitamento condicional ou à condenação, é obrigatória a comprovação do recebimento das matérias-primas e dos produtos pelo estabelecimento de destino junto ao estabelecimento expedidor, no prazo de quarenta e oito horas.
§ 2° Não serão expedidas novas partidas de matérias-primas ou de produtos até que seja atendido o disposto no § 1°.
Art. 214. Nos estabelecimentos de abate em que não seja possível separar o material condenado oriundo do Departamento de Inspeção Final – DIF e das linhas de inspeção *post mortem* do material condenado pelo estabelecimento nas demais operações industriais, fica dispensada a certificação sanitária para o trânsito desses produtos, que será respaldado pela declaração de condenação emitida pelo estabelecimento.
Art. 215. Os procedimentos de emissão dos documentos de certificação sanitária, assim como os respectivos modelos, serão definidos pelo SIM em normas complementares.

TÍTULO XI
DAS RESPONSABILIDADES, DAS MEDIDAS CAUTELARES, DAS INFRAÇÕES, DAS PENALIDADES E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I
DAS RESPONSABILIDADES E DAS MEDIDAS CAUTELARES
Seção I
Dos responsáveis pela infração
Art. 216. Serão responsabilizadas pela infração às disposições desta Resolução, para efeito da aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas:
I - fornecedoras de matérias-primas ou de produtos de origem animal;
II - proprietárias, locatárias ou arrendatárias de estabelecimentos registrados no SIM; e
III - que expedirem ou transportarem matérias-primas ou produtos de origem animal.
Parágrafo único. A responsabilidade a que se refere o caput abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e comerciais de produtos de origem animal ou de matérias-primas.

Seção II
Das medidas cautelares
Art. 217. Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido alterado, adulterado ou falsificado, o SIM adotará, isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas cautelares:
I- apreensão do produto, dos rótulos e/ou das embalagens;
II - suspensão provisória do processo de fabricação ou de suas etapas;
III - coleta de amostras do produto para realização de análises laboratoriais.
§ 1° Sempre que necessário, será determinada a revisão dos programas de autocontrole dos estabelecimentos.
§ 2° As medidas cautelares adotadas devem ser proporcionais e tecnicamente relacionadas aos fatos que as motivaram.
§ 3° Quando a apreensão de produtos for motivada por deficiências de controle do processo de produção, as medidas cautelares poderão ser estendidas a outros lotes de produtos fabricados sob as mesmas condições.
§ 4° Serão levantadas as medidas cautelares adotadas cujas suspeitas que levaram à sua aplicação não forem confirmadas.
§ 5° Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada.
§ 6° Quando for tecnicamente pertinente, a liberação de produtos apreendidos poderá ser condicionada à apresentação de laudos laboratoriais que evidenciem a inexistência da irregularidade.
§ 7° O disposto no caput não afasta as competências de outros órgãos fiscalizadores, na forma da legislação.

Art. 218. O SIM poderá determinar que o estabelecimento desenvolva e aplique um plano de amostragem delineado com base em critérios científicos para realização de análises laboratoriais, cujos resultados irão respaldar a manutenção da retomada do processo de fabricação quando a causa que motivou a adoção da medida cautelar for relacionada às deficiências do controle de processo de produção.

Parágrafo único. Desde que previamente autorizado pelo SIM, as amostras de que trata o caput podem ser coletadas pela empresa e as análises poderão ser realizadas em laboratório próprio ou credenciado.

CAPÍTULO II
DAS INFRAÇÕES

Art. 219. Para efeito das infrações previstasnesta Resolução as matérias-primas e os produtos podem ser considerados alterados ou adulterados.

§ 1° São considerados alterados as matérias-primas ou os produtos que não apresentem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam e incorrem em risco à saúde pública.

§ 2° São considerados adulterados as matérias-primas ou os produtos de origem animal:

I - fraudados:

a) as matérias-primas e os produtos que tenham sido privados parcial ou totalmente de seus componentes característicos em razão da substituição por outros inertes ou estranhos e não atendem ao disposto na legislação específica;

b) as matérias-primas e os produtos com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de dissimular ou de ocultar alterações, deficiências de qualidade da matéria-prima ou defeitos na elaboração do produto;

c) as matérias-primas e os produtos elaborados com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de aumentar o volume ou o peso do produto; ou

d) as matérias-primas e os produtos elaborados ou comercializados em desacordo com a tecnologia ou o processo de fabricação estabelecido em normas complementares ou em desacordo com o processo de fabricação registrado, mediante supressão, abreviação ou substituição de etapas essenciais para qualidade ou identidade do produto; ou

II - falsificados:

a) as matérias-primas e os produtos em que tenham sido utilizadas denominações diferentes das previstas nesta Resolução, em normas complementares ou no registro de produtos junto ao SIM;

b) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados, fracionados ou reembalados, expostos ou não ao consumo, com a aparência e as características gerais de outro produto registrado junto ao SIM e que se denominem como este, sem que o seja;

c) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados de espécie diferente da declarada no rótulo ou divergente da indicada no registro do produto;

d) as matérias-primas e os produtos que não tenham sofrido o processamento especificado em seu registro, expostos ou não ao consumo, e que estejam indicados como um produto processado;

e) as matérias-primas e os produtos que sofram alterações no prazo de validade; ou

f) as matérias-primas e os produtos que não atendam às especificações referentes à natureza ou à origem indicadas na rotulagem.

Art. 220. Constituem infrações ao disposto nesta Resolução, além de outras previstas:

I - construir, ampliar, remodelar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do projeto pelo SIM;

II - não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;

III - utilizar rótulo que não atende ao disposto na legislação aplicável específica ou que não esteja registrado junto ao SIM;

IV - armazenar ou expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;

V - ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;

VI - elaborar produtos em desacordo com a legislação específica ou com os processos de fabricação, formulação e composição registrados pelo SIM;

VII - expedir produtos sem rótulos ou produtos que não tenham sido registrados no SIM;

VIII - desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal dispostos nesta Resolução e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;

IX - desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;

X - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

XI - receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;

XII - utilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendem ao disposto na legislação específica;

XIII - não cumprir os prazos previstos nos documentos expedidos em resposta ao SIM relativos a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;

XIV - adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal fabricados em estabelecimento não registrado no SIM ou que não conste no cadastro geral do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

XV - fabricar, expedir ou distribuir produtos de origem animal com rotulagem falsificada;

XVI - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição registrados pelo SIM;

XVII - utilizar produtos com prazo de validade vencida, em desacordo com os critérios estabelecidos nesta Resolução ou em normas complementares;

XVIII - sonegar informação que, direta ou indiretamente, interesse ao SIM e ao consumidor;

XIX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;

XX - ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;

XXI - adulterar matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

XXII - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

XXIII - expedir para o comércio intermunicipal ou interestadual produtos elaborados sem atenção ao disposto nas normas complementares relativas SISBI;

XXIV - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar servidor do SIM;

XXV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;

XXVI - utilizar matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ou sem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;

XXVII - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

XXVIII- - utilizar matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ou sem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;

XXIX - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;

XXX - deixar de fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM nos prazos regulamentares;

XXXI - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;

XXXII - deixar de fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM nos prazos regulamentares;

XXXIII - prestar ou apresentar informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ao SIM;

XXXIV - apor aos produtos novos prazos depois de expirada a sua validade;

XXXV - importar matérias-primas ou produtos de origem animal adulterados;

XXXVI - iniciar atividade sem atender exigências ou pendências estabelecidas por ocasião da concessão do título de registro;

XXXVII - não apresentar produtos de origem animal sujeitos à reinspeção obrigatória no local de reinspeção autorizado;

XXXVIII - utilizar de forma irregular ou inserir informações ou documentação falsas, enganosas ou inexatas nos sistemas informatizados do SIM;
XXXIX - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ao SIM;
XL - não apresentar para reinspeção os produtos de origem animal sujeitos à reinspeção obrigatória;
XLI - expedir ou comercializar produtos de origem animal sujeitos à reinspeção obrigatória anteriormente à realização da reinspeção;
XLII - receber, manipular, beneficiar, industrializar, fracionar, conservar, armazenar, acondicionar, embalar, rotular ou expedir produtos de origem animal sem possuir registro no órgão de fiscalização competente;
XLIII - descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares; e
XLIV - não realizar os tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos nesta Resolução ou em normas complementares ou não dar a destinação adequada aos produtos condenados.

Art. 221. Para efeito das infrações previstasnesta Resolução, as matérias-primas e os produtos podem ser considerados alterados ou adulterados.

§ 1° São considerados alterados as matérias-primas ou os produtos que não apresentem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam e incorrem em risco à saúde pública.

§ 2° São considerados adulterados as matérias-primas ou os produtos de origem animal:

I - fraudados:

a) as matérias-primas e os produtos que tenham sido privados parcial ou totalmente de seus componentes característicos em razão da substituição por outros inertes ou estranhos e não atendem ao disposto na legislação específica;

b) as matérias-primas e os produtos com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de dissimular ou de ocultar alterações, deficiências de qualidade da matéria-prima ou defeitos na elaboração do produto;

c) as matérias-primas e os produtos elaborados com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de aumentar o volume ou o peso do produto; ou

d) as matérias-primas e os produtos elaborados ou comercializados em desacordo com a tecnologia ou o processo de fabricação estabelecido em normas complementares ou em desacordo com o processo de fabricação registrado, mediante supressão, abreviação ou substituição de etapas essenciais para qualidade ou identidade do produto; ou

II - falsificados:

a) as matérias-primas e os produtos em que tenham sido utilizadas denominações diferentes das previstas nesta Resolução, em normas complementares ou no registro de produtos junto ao SIM;

b) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados, fracionados ou reembalados, expostos ou não ao consumo, com a aparência e as características gerais de outro produto registrado junto ao SIM e que se denominem como este, sem que o seja;

c) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados de espécie diferente da declarada no rótulo ou divergente da indicada no registro do produto;

d) as matérias-primas e os produtos que não tenham sofrido o processamento especificado em seu registro, expostos ou não ao consumo, e que estejam indicados como um produto processado;

e) as matérias-primas e os produtos que sofram alterações no prazo de validade; ou

f) as matérias-primas e os produtos que não atendam às especificações referentes à natureza ou à origem indicadas na rotulagem.

§ 2°. São ainda considerados impróprios para consumo humano a carne ou os produtos cárneos obtidos de animais ou matérias-primas animais não submetidos à inspeção sanitária oficial.

Art. 222. Além dos casos previstos no art. 221, são considerados impróprios para o consumo:

I – a carne ou os produtos cárneos obtidos de animais ou matérias-primas animais não submetidos à inspeção sanitária oficial;

II- o pescado ou os produtos de pescado na forma como se apresentam, quando:

a) estejam em mau estado de conservação e com aspecto repugnante;
b) apresentem sinais de deterioração;
c) sejam portadores de lesões ou doenças;
d) apresentem infecção muscular maciça por parasitas;
e) tenham sido tratados por antissépticos ou conservadores não autorizados pelo SIM;
f) tenham sido recolhidos já mortos, salvo quando capturados em operações de pesca; ou
g) apresentem perfurações dos envoltórios dos embutidos por parasitas.

Art. 223. Além dos casos previstos no art. 221, os ovos e derivados devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se encontram, quando apresentem:

I - alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença de manchas escuras ou de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;
II - mumificação ou estejam secos por outra causa;
III - podridão vermelha, negra ou branca;
IV - contaminação por fungos, externa ou internamente;
V - sujidades externas por materiais estercorais ou tenham tido contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;
VI - rompimento da casca e estejam sujos; ou
VII - rompimento da casca e das membranas testáceas.

Parágrafo único. São também considerados impróprios para consumo humano os ovos que foram submetidos ao processo de incubação.

Art. 224. Além dos casos previstos no art. 221, considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru, quando:

I - provenha de propriedade interditada pela autoridade de saúde animal competente;
II - na seleção da matéria-prima, apresente resíduos de produtos inibidores, de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, de conservadores, de agentes inibidores do crescimento microbiano ou de outras substâncias estranhas à sua composição;
III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância; ou
IV - revele presença de colostro.

Parágrafo único. O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento e qualquer produto que tenha sido preparado com ele ou que a ele tenha sido misturado devem ser descartados e inutilizados pelo estabelecimento.

Art. 225. Além dos casos previstos nos art. 221, e art. 224 considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru que não seja aprovado nos testes de estabilidade térmica estabelecidos em normas complementares.

Art. 226. Além dos casos previstos no art. 221, são considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, o mel e o mel de abelhas sem ferrão que evidenciem fermentação avançada ou hidroximetilfurfural acima do estabelecido, conforme o disposto em normas complementares.

Art. 227. O SIM deve definir se matérias-primas e produtos julgados impróprios para o consumo humanos, na forma em que se apresentam, devem ser:

I - submetidos a tratamentos específicos de aproveitamento condicional ou de destinação industrial que assegurem a eliminação das causas que os motivaram, mediante solicitação tecnicamente fundamentada; ou
II - condenados e destinados à destruição pelos meios adequados e disponíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos de aproveitamento condicional pelo emprego do frio, sal ou calor.

Art. 228. Nos casos previstos no art. 221, independentemente da penalidade administrativa aplicável, podem ser adotados os seguintes procedimentos:

I - nos casos de apreensão, após reinspeção completa, as matérias-primas e os produtos podem ser condenados ou pode ser autorizado o seu aproveitamento condicional para a alimentação humana, conforme disposto em normas complementares; e
II - nos casos de condenação, pode ser permitido o aproveitamento das matérias-primas e dos produtos para fins não comestíveis.

CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES

Art. 229. As penalidades a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.
Art. 230. Sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, a infração ao disposto nesta Resolução ou em normas complementares referentes aos produtos de origem animal, considerada a sua natureza e a sua gravidade, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:
I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;
II - multa, nos valores e proporcionalidades definidos em lei municipal;
III - apreensão ou condenação das matérias-primas e dos produtos de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;
IV - suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;
V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;
VI - cancelamento do registro do estabelecimento; e
VII - Cassação do registro do estabelecimento.
§ 1° As multas previstas no inciso II do caput serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.
§ 2° A interdição ou suspensão poderá cessar após o atendimento das exigências que motivaram a penalidade.
§ 3° Se a interdição total ou parcial não for levantada, nos termos do § 2°, após doze meses, será cancelado o registro do estabelecimento.
§ 4° As sanções de que tratam os incisos IV e V do caput poderão ser aplicadas de forma cautelar, sem prejuízo às medidas cautelares previstas no art. 217.
Art. 231. Os valores decorrentes das multas aplicadas no âmbito das atividades de inspeção e fiscalização executadas pelo Serviço de Inspeção Municipal — SIM/CIMCERO constituirão receita própria do CIMCERO e deverão ser recolhidos diretamente aos cofres do Consórcio.
§ 1° Os recursos arrecadados na forma do caput serão destinados ao custeio e ao fortalecimento das atividades relacionadas à execução do Serviço de Inspeção, priorizando-se as ações de prevenção e combate à clandestinidade e às fraudes, bem como as iniciativas de educação sanitária.
§ 2° O não pagamento das multas aplicadas no âmbito das atividades de inspeção e fiscalização, após o encerramento da instância administrativa e observado o procedimento previsto nesta Resolução, implicará a adoção das medidas administrativas e judiciais de cobrança cabíveis, nos termos da legislação aplicável e da Resolução nº 001/2022/CIMCERO e suas alterações posteriores.
Art. 232. Para fins de aplicação da sanção de multa de que trata o inciso II do art. 230, são consideradas:
I - infrações leves as compreendidas nos incisos I a VII e inciso XXXII do caput do art. 220;
II - infrações moderadas as compreendidas nos incisos VIII a XVI, inciso XXXIII e inciso XXXIV do caput do art. 220;
III - infrações graves as compreendidas nos incisos XVII a XXIII e incisos XXXV a XXXVII do caput do art. 220; e
IV - infrações gravíssimas as compreendidas nos incisos XXIV a XXXI e incisos XXXVIII a XLIV do caput do art. 220.
§ 1° As infrações classificadas como leves, moderadas ou graves poderão receber graduação superior, nos casos em que a falta cometida implicar risco à saúde ou aos interesses dos consumidores, ou, ainda, pelas sucessivas reincidências.
§ 2° Aos que cometerem outras infrações a esta Resolução ou às normas complementares, será aplicada multa no valor compreendido entre vinte e cem por cento do valor máximo da multa, de acordo com a gravidade da falta e seu impacto na saúde pública ou na saúde animal, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no art. 233.
Art. 233. Para efeito da fixação dos valores da multa de que trata o inciso II do caput do art. 230, serão considerados, além da gravidade do fato, em vista de suas consequências para a saúde pública e para os interesses do consumidor, os antecedentes do infrator e as circunstâncias atenuantes e agravantes.
§ 1° São consideradas circunstâncias atenuantes:
I - o infrator ser primário na mesma infração;
II - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;
III - o infrator, espontaneamente, procurar minorar ou reparar as consequências do ato lesivo que lhe for imputado;
IV - a infração cometida configurar-se como sem dolo ou sem má-fé;
V - a infração ter sido cometida acidentalmente;
VI - a infração não acarretar vantagem econômica para o infrator;
VII - a infração não afetar a qualidade do produto;
VIII - o infrator comprovar que corrigiu a irregularidade que motivou a infração, até o prazo de apresentação da defesa;
IX - o infrator ser estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos agropecuários que se enquadra nas definições dos incisos I ou II do caput do art. 3° ou do § 1° do art. 18-A da Lei Complementar Federal n° 123, de 2006.
§ 2° São consideradas circunstâncias agravantes:
I - o infrator ser reincidente específico;
II - o infrator ter cometido a infração com vistas à obtenção de qualquer tipo de vantagem;
III - o infrator deixar de tomar providências para evitar o ato, mesmo tendo conhecimento de sua lesividade para a saúde pública;
IV - o infrator ter coagido outrem para a execução material da infração;
V - a infração ter consequência danosa para a saúde pública ou para o consumidor;
VI - o infrator ter colocado obstáculo ou embaraço à ação da fiscalização ou à inspeção;
VII - o infrator ter agido com dolo ou com má-fé; ou
VIII - o infrator ter descumprido as obrigações de depositário relativas à guarda do produto.
§ 3° Na hipótese de haver concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena deve ser considerada em razão das que sejam preponderantes.
§ 4° Verifica-se reincidência quando o infrator cometer nova infração depois do trânsito em julgado da decisão administrativa que o tenha condenado pela infração anterior, podendo ser genérica ou específica.
§ 5° A reincidência genérica é caracterizada pelo cometimento de nova infração e a reincidência específica é caracterizada pela repetição de infração já anteriormente cometida.
§ 6° Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior se entre a data do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa e a data da infração posterior tiver decorrido mais de cinco anos, podendo norma específica reduzir esse tempo.
§ 7° Quando a mesma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo desta Resolução, prevalece para efeito de punição o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.
§ 8° O disposto no inciso IX do § 1° não se aplica aos casos de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.
Art. 234. As multas a que se refere este Capítulo não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, do cancelamento do registro do estabelecimento ou da ação criminal, quando tais medidas couberem.
Art. 235. Na hipótese de apuração da prática de duas ou mais infrações em um processo administrativo, as penalidades serão aplicadas cumulativamente para cada infração praticada.
Art. 236. Para fins de aplicação das sanções de que trata o inciso III do caput do art. 230, será considerado que as matérias primas e os produtos de origem animal não apresentam condições higiênico sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou que se encontram alterados ou adulterados, sem prejuízo de outras previsões nesta Resolução, nos casos definidos no art. 221:
§ 1° Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção, de transporte e de destruição dos produtos condenados.
§ 2° Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção e de transporte dos produtos apreendidos e perdidos em favor do Município que serão destinados aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos termos do § 4° do art. 2° da Lei n° 7.889, de 1989.
Art. 237. A sanção de que trata o inciso IV do caput do art. 230 será aplicada nos seguintes casos, sem prejuízo a outras previsões nesta

Resolução, quando caracterizado risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária:
I - Desobediência ou inobservância às exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e produtos;
II - omissão de elementos informativos sobre a composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
III - alteração de qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;
IV - expedição de matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens armazenadas em condições inadequadas;
V - recepção, utilização, transporte, armazenagem ou expedição de matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido de comprovação de sua procedência;
VI - simulação da legalidade de matérias-primas, ingredientes ou produtos de origem desconhecida;
VII - utilização de produtos com prazo de validade expirado em desacordo com os critérios estabelecidos nesta Resolução ou em normas complementares ou apor aos produtos novos prazos depois de expirada a validade;
VIII - produção ou expedição de produtos que representem risco à saúde pública;
IX - produção ou expedição, para fins comestíveis, de produtos que sejam impróprios ao consumo humano;
X - utilização de matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ou sem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;
XI - utilização de processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendam ao disposto na legislação específica;
XII - utilização, substituição, subtração ou remoção, total ou parcial, de matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
XIII - fraude de registros sujeitos à verificação pelo SIM;
XIV - ultrapassagem da capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
XV - aquisição, manipulação, expedição ou distribuição de produtos de origem animal oriundos de estabelecimento não registrado no SIM ou que não conste do cadastro geral do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Anima – e-SISBI;
XVI - não realização de recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;
XVII - início de atividade sem atendimentos às exigências ou às pendências estabelecidas por ocasião da concessão do título de registro;
XVIII - recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenamento, acondicionamento, embalagem, rotulagem ou expedição de produtos de origem animal que não possuam registro no órgão de fiscalização competente;
XIX - recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenamento, acondicionamento, embalagem, rotulagem ou expedição de produtos de origem animal que não possuam registro no órgão de fiscalização competente;
XX - descumprimento de determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou de outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares; e
XXI - não realização de tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos nesta Resolução ou em normas complementares ou não destinação adequada a produtos condenados.

Art. 238. A sanção de que trata o inciso IV do caput do art. 230 será aplicada, nos termos do disposto no art. 240, quando o infrator:
I - embaraçar a ação de servidor do SIM no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;
II - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor do Serviço de Inspeção Municipal executado pelo CIMCERO;
III - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
IV - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
V - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
VI - fraudar documentos oficiais;
VII - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;
VIII - descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou de outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares;
IX – prestar ou apresentar ao SIM informações, declarações ou documentos falsos;
X - não apresentar para reinspeção produtos de origem animal sujeitos à reinspeção obrigatória;
XI - expedir ou comercializar produtos de origem animal sujeitos à reinspeção obrigatória anteriormente à realização da reinspeção.

Parágrafo único. A penalidade de que trata o inciso IV do caput do art. 230 será aplicada também, nos termos do disposto no art. 241, sem prejuízo de outras previsões nesta Resolução, nos seguintes casos, quando caracterizado o embaraço à ação fiscalizadora:
I- não cumprimento dos prazos estabelecidos nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações de forma deliberada ou de forma recorrente;
II - prestação ou apresentação de informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao SIM e ao consumidor.
III - utilização de forma irregular ou inserção de informações ou documentação falsas, enganosas ou inexatas nos sistemas informatizados do SIM;
VI - expedição para o comércio intermunicipal de produtos elaborados sem atenção ao disposto nas normas relativas ao trânsito de produtos de origem animal entre municípios que abrangem o território do CIMCERO.

Art. 239. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso IV do caput do art. 230, caracterizam a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, sem prejuízo de outras previsões nesta Resolução, quando ocorrer:
I - desobediência ou inobservância às exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, bem como dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias primas e produtos.

Art. 240. As sanções de interdição total ou parcial do estabelecimento em decorrência de adulteração ou falsificação habitual do produto ou de suspensão de atividades oriundas de embaraço à ação fiscalizadora serão aplicadas pelo prazo de, no mínimo, sete dias, que poderá ser prorrogado em quinze, trinta ou sessenta dias, de acordo com o histórico de infrações, as sucessivas reincidências e as demais circunstâncias agravantes previstas no art. 233, independentemente da correção das irregularidades que as motivaram.

§ 1° A suspensão de atividades oriundas de embaraço à ação fiscalizadora poderá ter seu prazo de aplicação reduzido para, no mínimo, três dias, em infrações classificadas como leves ou moderadas ou na preponderância de circunstâncias atenuantes, excetuados os casos de reincidência específica.

§ 2° As penalidades tratadas no caput terão seus efeitos iniciados no prazo de trinta dias, a partir da data da cientificação do estabelecimento.

§ 3° Após início dos efeitos das sanções de que trata o caput, o prazo de aplicação será contado em dias corridos, exceto nos casos de que trata o § 1°, em que a contagem do prazo será feita em dias úteis subsequentes.

§ 4° A suspensão de atividades de que trata o caput abrange as atividades produtivas e a certificação sanitária, permitida, quando aplicável, a conclusão do processo de fabricação de produtos de fabricação prolongada cuja produção tenha sido iniciada antes do início dos efeitos da sanção.

§ 5° A interdição de que trata o caput será aplicada de forma parcial ao setor no qual ocorreu a adulteração, quando for possível delimitar ou identificar o local da ocorrência, ou de forma total, quando não for possível delimitar ou identificar o local da ocorrência, mediante especificação no termo de julgamento.

§ 6° Caso as sanções de que trata o caput tenham sido aplicadas por medida cautelar, o período de duração das ações cautelares, quando superior a um dia, será deduzido do prazo de aplicação das sanções ao término da apuração administrativa.

Art. 241. As sanções de interdição, total ou parcial, do estabelecimento em decorrência da constatação de inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, e de suspensão de atividade, decorrente de risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, serão levantadas após o atendimento das exigências que as motivaram.

§ 1° A sanção de interdição de que trata o caput será aplicada de forma:

I - parcial aos setores ou equipamentos que não apresentam condições higiênico-sanitárias adequadas de funcionamento; ou

II - total, caso as condições inadequadas se estendam a todo o estabelecimento ou quando a natureza do risco identificado não permita a delimitação do setor ou equipamento envolvidos.

§ 2° A suspensão de atividade de que trata o caput será aplicada ao setor, ao equipamento ou à operação que ocasiona o risco ou a ameaça de natureza higiênico-sanitária.

§ 3° As sanções de que trata este artigo deixarão de ser aplicadas ao término do processo de apuração, caso já tenham sido aplicadas por medida cautelar.

Art. 242. A habitualidade na adulteração ou na falsificação de produtos caracteriza-se quando for constatada idêntica infração por três vezes, consecutivas ou não, no período de doze meses.

§ 1° Para os fins deste artigo, considera-se idêntica infração aquela que tenha por objeto o mesmo fato motivador, independentemente do enquadramento legal, que tenha sido constatada pela fiscalização.

§ 2° Para contagem do número de infrações para caracterização da habitualidade, serão consideradas a primeira infração e duas outras que venham a ser constatadas, após a adoção, pelo estabelecimento, de medidas corretivas e preventivas para sanar a primeira irregularidade.

Art. 243. A sanção de cancelamento de registro do estabelecimento deve ser aplicada nos casos de:

I - reincidência em infração cuja penalidade tenha sido a interdição do estabelecimento ou a suspensão de atividades, nos períodos máximos fixados no art. 242; ou

II - não levantamento da interdição do estabelecimento após decorridos doze meses.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 244. O descumprimento às disposições nesta Resolução e às normas complementares será apurado em processo administrativo devidamente instruído, iniciado com a lavratura do auto de infração.

Art. 245. O auto de infração será lavrado pelo Médico Veterinário do SIM que houver constatado a infração, no local onde foi comprovada a irregularidade ou no órgão de fiscalização.

Parágrafo único. Para fins de apuração administrativa de infrações à legislação referente aos produtos de origem animal e aplicação de penalidades, será considerada como data do fato gerador da infração a data em que foi iniciada a ação fiscalizatória que permitiu a detecção da irregularidade, da seguinte forma:

I- a data da fiscalização, no caso de infrações constatadas em inspeções, fiscalizações ou auditorias realizadas nos estabelecimentos ou na análise de documentação ou informações constantes nos sistemas eletrônicos oficiais; ou

II - a data da coleta, no caso de produtos submetidos a análises laboratoriais.

Art. 246. O auto de infração deve ser claro e preciso, sem rasuras nem emendas, e deve descrever a infração cometida e a base legal infringida.

Art. 247. O auto de infração será lavrado em modelo próprio a ser estabelecido pelo SIM.

Art. 248. A assinatura e a data apostas no auto de infração por parte do autuado, ao receber sua cópia, caracterizam intimação válida para todos os efeitos legais.

§ 1° Quando da recusa do autuado em assinar o auto de infração, o fato deve ser consignado no próprio auto de infração.

§ 2° A ciência expressa do auto de infração deve ocorrer pessoalmente, por via postal, com aviso de recebimento - AR, ou outro meio que assegure a certeza da cientificação do interessado.

§ 3° No caso de infratores indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido ou na impossibilidade da cientificação de que trata o § 2°, a ciência será efetuada por publicação oficial.

§ 4° A cientificação será nula quando feita sem observância das prescrições legais.

§ 5° A manifestação do administrado quanto ao conteúdo da cientificação supre a falta ou a irregularidade.

Art. 249. A defesa e o recurso do autuado devem ser apresentados por escrito, em vernáculo e protocolados na sede do SIM, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da cientificação oficial.

§ 1° A contagem do prazo de que trata o caput será realizada de modo contínuo e se iniciará no primeiro dia útil subsequente à data da cientificação oficial.

§ 2° O prazo será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente caso o vencimento ocorra em data que não houver expediente ou o expediente for encerrado antes da hora normal.

Art. 250. Não serão conhecidos a defesa ou recurso interpostos:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por pessoa não legitimada;

IV - após exaurida a esfera administrativa.

§ 1° Na hipótese do inciso II do caput, a autoridade competente será indicada ao autuado e o prazo para defesa ou recurso será devolvido.

§ 2° O não conhecimento do recurso não impede que a administração pública o ato ilegal de ofício, desde que não tenha ocorrido a preclusão administrativa.

Art. 251. O médico veterinário oficial do SIM, após juntada ao processo a defesa, deve instruí-lo com relatório e o Diretor(a) deve proceder com o julgamento em primeira instância em no máximo 30 dias, prorrogável por igual período mediante justificativa.

Parágrafo único. Na hipótese de não apresentação de defesa, a informação constará do relatório de instrução.

Art. 252. Do julgamento em primeira instância, cabe recurso, em face de razões de legalidade e do mérito, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de ciência ou da data de divulgação oficial da decisão.

Parágrafo único. O recurso tempestivo poderá, a critério da autoridade julgadora, ter efeito suspensivo sobre a penalidade aplicada e deve ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, encaminhará o processo administrativo para proceder ao julgamento em segunda instância.

Art. 253. A autoridade competente para decidir o recurso em segunda e última instância será a Secretaria Executiva do CIMCERO, respeitados os prazos e os procedimentos previstos nesta Resolução.

§ 1º Para subsidiar o julgamento do recurso, a Secretaria Executiva poderá solicitar à Diretoria do SIM as informações e os documentos necessários à análise do processo, incluindo o histórico de antecedentes do infrator, quando aplicável, e o relatório técnico elaborado pela autoridade autuante ou pelo médico veterinário oficial responsável pela instrução do processo.

§ 2º As informações e os documentos solicitados nos termos do § 1º deverão ser encaminhados pela Diretoria do SIM no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo de prazo diverso fixado pela Secretaria Executiva em razão da complexidade do processo.

§ 3º Após o julgamento do recurso, a Secretaria Executiva proferirá decisão administrativa fundamentada e encaminhará o processo à Diretoria do SIM para adoção das providências decorrentes da decisão.

§ 4º Sendo mantida, total ou parcialmente, a decisão recorrida, a Diretoria do SIM adotará as providências necessárias ao cumprimento da decisão administrativa definitiva, incluindo, quando aplicável, a lavratura do respectivo Termo de Imposição de Penalidade.

§ 5º Sendo o recurso julgado procedente, total ou parcialmente, a Diretoria do SIM adotará as providências necessárias ao cumprimento da decisão, inclusive o cancelamento, a alteração ou o arquivamento das medidas administrativas e penalidades objeto do processo, conforme o caso.

§ 6º Da decisão proferida em segunda e última instância não caberá recurso na esfera administrativa.

Art. 254. O não recolhimento do valor da multa no prazo de trinta dias, contado da ciência da decisão administrativa definitiva, implicará o encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa do CIMCERO, com a consequente emissão da Certidão de Dívida Ativa — CDA.

Art. 255. Será dado conhecimento público dos produtos e dos estabelecimentos que incorrerem em adulteração ou falsificação comprovadas em processos com trânsito em julgado no âmbito administrativo.
Parágrafo único. O recolhimento de produtos que coloquem em risco a saúde ou que tenham sido adulterados também poderá ser divulgado.
Art. 256. A lavratura do auto de infração não isenta o infrator do cumprimento da exigência que a tenha motivado.
Art. 257. Para fins do disposto no art. 55 da Lei Complementar Federal n° 123, de 2006, consideram-se atividades e situações de alto risco as infrações classificadas como grave ou gravíssima, nos termos estabelecidos nesta Resolução ou em normas complementares, praticadas por microempresas ou empresas de pequeno porte de produtos agropecuários.

TÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 258. O SIM deve atuar em conjunto com o órgão competente da saúde para o desenvolvimento de:
I - ações e programas de saúde animal e saúde humana para a mitigação ou a redução de doenças infectocontagiosas ou parasitárias que possam ser transmitidas entre os homens e os animais; e
II - ações de educação sanitária.
Art. 259. O SIM poderá adotar procedimentos complementares de inspeção e fiscalização decorrentes da existência ou da suspeita de:
I - doenças, exóticas ou não;
II - surtos; ou
III - quaisquer outros eventos que possam comprometer a saúde pública e a saúde animal.
Parágrafo único. Quando, nas atividades de fiscalização e inspeção sanitária, houver suspeita de doenças infectocontagiosas de notificação imediata, o SIM deve notificar o serviço oficial de saúde animal.
Art. 260. Os casos omissos ou as dúvidas que forem suscitadas na execução desta Resolução serão resolvidos pela Diretoria do SIM executado pelo CIMCERO.
Art. 261. As penalidades aplicadas, após o trânsito em julgado administrativo, serão consideradas para a determinação da reincidência em relação ao fato praticado depois do início da vigência desta Resolução.
Art. 262. Os estabelecimentos registrados SIM executado pelo CIMCERO terão o prazo de doze meses, contado da data de entrada em vigor, para se adequarem às disposições desta Resolução.
Art. 263. O SIM executado pelo CIMCERO expedirá normas complementares necessárias à execução desta Resolução.
Art. 264. O SIM executado pelo CIMCERO adotará as normas complementares estabelecidas pela legislação federal nos casos em que não possua legislação própria.
Art. 265. Fica revogado integralmente a Resolução N°. 001/2025 de 10 de março de 2025.
Art. 266. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná, na data da assinatura.

GIOVAN DAMO
Presidente do CIMCERO
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:3ACD30E8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
01 TERMO ADITIVO CONTRATO Nº66/2025

Processo Administrativo nº 1074/2025
Contrato nº. 66/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D' OESTE/RO
Contratada: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA
Objeto: Renovação de contrato.

1º TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 66/2025, em que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D' OESTE-RO e de outro lado NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE-RO**, pessoa jurídica de direito público, com CNPJ sob n. 15.834.732/0001-54, demais dados constantes no preâmbulo do Contrato nº 010/2021, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **GIOVAN DAMO**, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 07.797.967/0001-95, com sede na Rua Izabel A Redentora, 2356, Edifício Loewen – Sala 117, Bairro Centro, no município de São José dos Pinhais – Paraná, CEP 83.005-010, neste ato representado por seu representante legal Sr. RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, inscrito no CPF n. 574.460.249-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,, neste ato representada pelo seu signatário, resolve, na forma da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
As partes acordam em Prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº 66/2025 em mais 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR As partes acordam em aplicar o reajuste contratual pelo IPCA/IBGE, correspondente a 3,985770%, resultando no valor total de R$ 23.526,78 (vinte e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos) para os 12 (doze) meses de prorrogação.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO DOS TERMOS PACTUADOS
Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 66/2025, em tudo o quanto não conflitarem com as alterações introduzidas no presente termo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
Para sua eficácia legal, o presente Aditivo será publicado obedecendo ao estabelecido em Lei através do Órgão Oficial do Município.

Assim ajustados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo.

Alta Floresta D' Oeste/RO, 23 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE – RO
Contratante

NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª ____
CPF:

2ª_____
CPF:

Publicado por:
Ibrahin Portual Carvalho Pego
Código Identificador:13C0CAE3

PODER EXECUTIVO
CONTRATO Nº66/2025

CONTRATO Nº. 66/2025

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado **MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE-RO**, pessoa

jurídica de direito público, com CNPJ sob n. 15.834.732/0001-54, com sede à Av. Brasil, n. 3044, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **GIOVAN DAMO**, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 07.797.967/0001-95, com sede na Rua Izabel A Redentora, 2356, Edifício Loewen – Sala 117, Bairro Centro, no município de São José dos Pinhais – Paraná, CEP 83.005-010, neste ato representado por seu representante legal Sr. **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF n. 574.460.249-68, RG n. 4.086.763-5 SSP/RS, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ambos têm por certo e contratado o que segue:

Contrato referente a: Contratação de licença anual para acesso a ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o artigo 74, I da Lei n. 14.133/2021, pelo período de 12 (doze) meses, no valor global de R$ 22.625,00 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais).

Processo Administrativo n. 1074/2025;

Inexigibilidade de licitação n. 56/2025;

Nota de Empenho n. 2294/2025 – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.002 (SEMAF – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANCAS) – PROG. TRABALHO 04.122.0040.2.004 (MANUTENÇÃO DAS ATIV DA SEMAF) – ELEMENTO DESPESA 3.3.9.0.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOA JURIDICA) – REDUZIDO 14 – FONTE DE RECURSO OUTROS RECURSO NÃO VINCULADOS (EXERCÍCIO CORRENTE) – DESDOBRAMENTO 57 00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, no valor global de R$ 22.625,00 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais), datado de 02/10/2025.

DO OBJETO
CLÁUSULA PRIMEIRA: O Objeto do presente contrato consiste na contratação de licença anual para acesso a ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o artigo 74, I da Lei n. 14.133/2021, pelo período de 12 (doze) meses, no valor global de R$ 22.625,00 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais).

DO PRAZO
CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo máximo para a execução completa dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pela Administração Municipal.

DO VALOR
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor total do presente contrato é de R$ 22.625,00 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais).

DO PAGAMENTO
CLÁUSULA QUARTA: O pagamento será realizado mediante liquidação das despesas em até 30 (trinta) dias úteis, após a emissão de nota fiscal correspondente aos serviços executados, de acordo com o estabelecido nos documentos que estão em anexo ao processo, bem como a comprovação dos serviços executados, que deverão ser atestados pela comissão de recebimento, estando condicionada à comprovação de regularidade com INSS, conforme previsão do Art. 195, § 3º da Constituição Federal, assim como os demais documentos e certidões negativas nos termos legais.

DAS DESPESAS
CLÁUSULA QUINTA: Todas as despesas decorrentes do referido objeto correrão por conta exclusiva da contratada, conforme estabelecido no processo n. 1074/2025.

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES
CLÁUSULA SEXTA: Cada parte arcará com as responsabilidades cabíveis para o cumprimento do contrato, de forma integral, bem como aceita todos os termos do processo.

DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA: A fiscalização do referido objeto será exercida pelo servidor Sr. IBRAHIM PORTUGAL CARVALHO PÊGO, além das demais previsões dos documentos que estão em anexo ao processo.

DAS ALTERAÇOES
CLÁUSULA OITAVA: O presente contrato administrativo poderá ser alterado unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos artigos 124 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

DAS GARANTIAS
CLÁUSULA NONA: As garantias da presente contratação será nos termos descritos no Processo Administrativo n. 1074/2025.

DA RESCISÃO
CLÁUSULA DÉCIMA: A rescisão contratual poderá ocorrer por inadimplemento contratual de qualquer das partes, facultando a contratante a rescisão unilateral por conveniência administrativa, especialmente o disposto no art. 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, o que desde já fica aceito pelas partes, bem como as demais cominações previstas no Termo de Referência.

DA MOBILIZAÇAO E INSTALAÇÃO
CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os pagamentos a título de mobilização e instalação, se necessários, serão realizados integralmente por conta da contratada.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Aplica-se ao presente contrato todas as legislações pertinentes e reguladoras dos preceitos de direito público, bem como as cláusulas aqui estabelecidas e no que faltar, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições do direito privado.

DA MULTA
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As sanções relacionadas à execução do contrato previstas no Termo de Referência e demais documentos do Processo Administrativo n. 1074/2025, e regras previstas nos art. 155 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, constantes do Capítulo I, incluso no Título IV.

DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA:
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Conforme definido na Nota de Empenho n. 2294 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.002 (SEMAF – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANCAS) – PROG. TRABALHO 04.122.0040.2.004 (MANUTENÇÃO DAS ATIV DA SEMAF) – ELEMENTO DESPESA 3.3.9.0.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOA JURIDICA) – REDUZIDO 14 – FONTE DE RECURSO OUTROS RECURSO NÃO VINCULADOS (EXERCÍCIO CORRENTE) – DESDOBRAMENTO 57 00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, no valor global de R$ 22.625,00 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais), datado de 02/10/2025.

DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O contrato será celebrado no prazo de até 05 (cinco) dias da data da ciência ao chamamento.

DAS OBRIGAÇÕES:
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Fica obrigado o contratado a cumprir fielmente as obrigações do contrato, nas condições pelo qual foi habilitado e aceito todos os termos do processo, em especial no tocante a licitação e sua modalidade.

DA VINCULAÇÃO:
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O presente Contrato fica vinculado ao Processo n. 1074/2025.

DO FORO:
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Fica eleito o foro da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO, para dirimir eventuais litígios e dúvidas que possam surgir.

E, por assim estarem certos e contratados assinam o presente instrumento particular de contrato em 03 vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Alta Floresta D'Oeste - RO, 9 de outubro de 2025.

Contratante:
Município de Alta Floresta D' Oeste –RO
GIOVAN DAMO

Contratada:
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

Fiscal do Contrato:
IBRAHIM PORTUGAL CARVALHO PÊGO

TESTEMUNHAS:

1ª_____
CPF:

2ª_____
CPF:

Publicado por:
Ibrahin Portual Carvalho Pego
Código Identificador:EF7B68F9

PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 11.287/2026 "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

DECRETO Nº 11.287/2026

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº. 2092/2025 e Lei 2202/2026:

DECRETO

Art. 1º. – Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento vigente no valor de R$ 402.573,18 (Quatrocentos e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e dezoito centavos), para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Alta Floresta D'Oeste, observando as classificações funcionais, programáticas e econômicas a seguir:

SUPLEMENTAÇÃO:

Órgão – 08 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE	
Órgão/ Unidade – 08.001 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto Proj/Ativ. 04.122.0041.2101 – Manutenção dos Serviços Administrativos	R$ 402.573,18
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais **TOTAL**	R$ 317.623,18 R$ 84.950,00 **R$ 402.573,18**

Total de Suplementação----------R$ 402.573,18

Art. 2º. – Para cobertura do crédito serão utilizados recursos por anulação de dotação orçamentaria, com a fonte 15000000 no valor de R$ 402.573,18 (Quatrocentos e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e dezoito centavos), para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Alta Floresta D'Oeste.

Redução:

Órgão – 08 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE	
Órgão/ Unidade – 08.001 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto Proj/Ativ. 04.122.0041.2101 – Manutenção dos Serviços Administrativos	R$ 122.751,96
33.90.14.00.00 – Diárias – Pessoal Civil 33.90.30.00.00 – Material de Consumo 33.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção 33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 33.90.46.00.00 – Auxilio Alimentação 44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanentes **TOTAL**	R$ 9.950,00 R$ 31.301,96 R$ 4.000,00 R$ 20.000,00 R$ 7.500,00 R$ 50.000,00 **R$ 122.751,96**

Órgão – 08 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE	
Órgão/ Unidade – 08.001 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto Proj/Ativ. 04.122.0041.2103 –Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R$ 279.821,22
33.90.30.00.00 – Material de Consumo 33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanentes **TOTAL**	R$ 150.000,00 R$ 35.000,00 R$ 94.821,22 **R$ 279.821,22**

Total de Redução ----------R$ 402.573,18

Art. 3º.-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário.

Paço Municipal Izidoro Stédile, aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

GIOVAN DAMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:0A411DB0

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 36/2026 - SEMSAU

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTA FLORESTA D'OESTE – RO
TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 36/2026 - SEMSAU

O Secretário de Saúde do Município de Alta Floresta D'Oeste, Marcel Leme Cristaldo, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

Artigo 1° - Tornar público o edital de convocação nº 36/2026 para emprego temporário, nos termos do Edital do Teste Seletivo nº 03/2025.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	LOCAL DE TRABALHO
80º	ANDREIA MARQUES SANTOS FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMSAU
81º	SUELI SILVA DE PAULA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SENSAU
14º	FERNANDA LACERDA DA SILVA	AGENTE ADMINSTRATIVO	SEMSAU
15º	BRENDHA OLIVEIRA LOPES	AGENTE ADMINSTRATIVO	SEMSAU
3º	JEFERSON SOBRINHO DA SILVA	FISCAL SANITÁRIO	SEMSAU
9º	NICOLLY GABRIELE SANTOS DE LUNA	AUXILIAR ODONTOLOGICO	SEMSAU
10º	KAMILA PENA DE PAULO	AUXILIAR ODONTOLOGICO	SEMSAU
2º	ALINE PEIXOTO DE OLIVEIRA	DENTISTA – 40 HORAS	SEMSAU
4º	JOSELINA SOARES DA SILVA	SERVIÇOS GERAIS	SEMSAU
25º	SILVIA DE CASTRO	ENFERMEIRA	SEMSAU

Art. 2º - Os candidatos convocados têm o prazo de até 05 (cinco) dias uteis para apresentar, os documentos solicitados no Edital Nº 003/2025, exclusivamente via e-mail: rhsemsauafo@gmail.com, sendo:

OS CANDITATOS (AS) CONVOCADOS DEVERÃO ENCAMINHAR A DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

DIGITALIZADA EM UM ÚNICO ARQUIVO PDF PARA O RESPECTIVO E-MAIL rhsemsauafo@gmail.com
AO ENCAMINHAR A DOCUMENTAÇÃO DIGITALIZADA, MENCIONAR NO E-MAIL O NOME COMPLETO, CARGO PELO QUAL FOI CONVOCADO E CONTATO DE WHATSAPP.

DOCUMENTOS ORIGINAIS DIGITALIZADOS NA ORDEM ABAIXO DESCRITA:

OBSERVAÇÃO: NÃO DIGITALIZAR CÓPIAS DOS DOCUMENTOS, SOMENTE DOCUMENTOS ORIGINAIS.

1 - ATESTADO MÉDICO DE SANIDADE FÍSICA E MENTAL QUE COMPROVE A SUA APTIDÃO FÍSICA;
2 - RG;
3 - CPF;
4 - TÍTULO DE ELEITOR;
5 - RESERVISTA (SOMENTE PARA SEXO MASCULINO "ALISTAMENTO MILITAR"; 6 - CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO (OBS. A CERTIDÃO DE CASAMENTO DEVE VIR ACOMPANHADA COM O RG E CPF DO CÔNJUGE OU NASCIMENTO);
7 - CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL FRENTE E VERSO;
8 - CARTÃO DE PARTICIPAÇÃO NO PIS/PASEP (O (A) CANDIDATO (A) QUE NÃO POSSUE O NÚMERO DO PIS/PASEP PROCURAR A AGÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA PARA CADASTRAR);
9 - CARTEIRA PROFISSIONAL DE IDENTIFICAÇÃO JUNTAMENTE COM CERTIFICADO DE REGULARIDADE ATUALIZADO DO CONSELHO RESPECTIVO;
10 - ESCOLARIDADE (DIPLOMA) E HISTÓRICO ESCOLAR – DEVIDAMENTE ASSINADO;
11 - CARTEIRA DE HABILITAÇÃO (PARA O CARGO DE MOTORISTA);
12 - COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUAL OU DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO (NECESSÁRIO QUANDO O (A) CANDIDATO (A) NÃO TEM O ENDEREÇO EM SEU NOME);
13 - CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS;
14 - CPF DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS;
15 - COMPROVANTE DE MATRÍCULA ESCOLAR DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS;
16 - CARTÃO DE VACINAÇÃO ATUALIZADA DOS FILHOS MENORES DE 05 ANOS;
17 - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD (DISPONIVEL NO SITE DA PREFEITURA https://www.altafloresta.ro.gov.br)

DECLARAÇÕES E CERTIDÕES ORIGINAIS NECESSÁRIAS:

➢ CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NO MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE-RO (PREFEITURA MUNICIPAL);
➢ CERTIDÃO NEGATIVA DO CARTORIO ELEITORAL-TRE;
➢ CERTIDÃO NEGATIVA DO TJ-(ORIGINAL, COM VALIDAÇÃO NO PRÓPRIO SITE) WWW.TJRO.JUS.BR CERTIDÃO NEGATIVA/1ª INSTÂNCIA – TIPO DE CERTIDÃO – AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS – RESOLUÇÃO 156- CNJ (1º GRAU);
➢ CERTIDÃO NEGATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. (ORIGINAL, COM AUTENTICADA NO PRÓPRIO SITE WWW.TCE.RO.GOV.BR);
➢ DECLARAÇAO DE FICHA LIMPA (NÃO INCIDÊNCIA NAS VEDAÇÕES DA LEI DE FICHA LIMPA MUNICIPAL LEI N°1.360/2016 (DEVIDAMENTE ASSINADO);
➢ DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO (DEVIDAMENTE ASSINADO);
➢ DECLARAÇÃO EMITIDA PELO PRÓPRIO CANDIDATO, DE EXISTENCIA OU NÃO DE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA OU A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO (DEVIDAMENTE ASSINADO);
➢ ÚLTIMA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA OU DECLARAÇÃO DE BENS (DEVIDAMENTE ASSINADO).
➢ AUTODECLARAÇÃO DE COR/ETNIA.

Alta Floresta D'Oeste/RO, 25 de setembro de 2026.

MARCEL LEME CRISTALDO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paola Kimberle Inacio Caciano
Código Identificador:5BC3F18A

PODER EXECUTIVO
HOMOLOGAÇÃO DE INEXGIBILIDADE DA PREMIAÇÃO DO 3º ENCONTRO ESTADUAL CULTURAL DE CAPOEIRA - " QUEM VEM LÁ SOU EU "

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo de Alta Floresta D'Oeste, Edson Manoel da Anunciação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Assessoria jurídica, resolve

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº :	1340/2026
b) Licitação Nº :	78/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	25/09/2026
e) Objeto Homologado :	Objeto referente ao pagamento da premiação do 3º ENCONTRO ESTADUAL CULTURAL DE CAPOEIRA - " QUEM VEM LÁ SOU EU ", destinada aos vencedores da competição esportiva e cutural, o qual ocorrerá na data de 26 de setembro de 2026. A despesa tem por finalidade incentivar a prática esportiva, promover a integração entre os participantes, valorizar os atletas e equipes envolvidas e reconhecer o desempenho dos vencedores, conforme deliberação constante na Ata nº 07/2026 do COMDESP.

Fornecedor: CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - COMDESP
CNPJ/CPF: 12.131.059/0001-06
Valor Total Homologado - R$ 3.000,00

ALTA FLORESTA D'OESTE, 25 de setembro de 2026.

EDSON MANOEL DA ANUNCIAÇÃO
Secretário SEMECTUR

Publicado por:
Mateus Batista Vieira
Código Identificador:12B00C2D

PODER EXECUTIVO
HOMOLOGAÇÃO DE INEXGIBILIDADE DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE MALHA 2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo de Alta Floresta D'Oeste, Edson Manoel da Anunciação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Assessoria jurídica, resolve

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº :	1339/2026
b) Licitação Nº :	77/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	25/09/2026
e) Objeto Homologado :	Objeto referente ao pagamento da premiação do Campeonato Municipal de Malha do ano de 2026, destinada aos vencedores da competição esportiva, iniciada no mês de Julho de 2026, com as partidas finais previstas para os dias 27 de setembro de 2026. A despesa tem por finalidade incentivar a prática esportiva, promover a integração entre os participantes, valorizar os atletas e

	equipes envolvidas e reconhecer o desempenho dos vencedores, conforme deliberação constante na Ata nº 06/2026 do COMDESP.

Fornecedor: CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - COMDESP
CNPJ/CPF: 12.131.059/0001-06
Valor Total Homologado - R$ 5.000,00

ALTA FLORESTA D'OESTE, 25 de setembro de 2026.

EDSON MANOEL DA ANUNCIAÇÃO
Secretário SEMECTUR

Publicado por:
Mateus Batista Vieira
Código Identificador:D61B5987

PODER EXECUTIVO
HOMOLOGAÇÃO DE INEXGIBILIDADE PREMIAÇÃO PREMIAÇÃO DO TORNEIO DA FINAL DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE MALHA 2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo de Alta Floresta D'Oeste, Edson Manoel da Anunciação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Assessoria jurídica, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº :	1341/2026
b) Licitação Nº :	79/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	25/09/2026
e) Objeto Homologado :	Objeto referente ao pagamento da premiação do TORNEIO DA FINAL DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE MALHA 2026, destinada aos vencedores da competição esportiva, o qual ocorrerá na data de 27 de setembro de 2026. A despesa tem por finalidade incentivar a prática esportiva, promover a integração entre os participantes, valorizar os atletas e equipes envolvidas e reconhecer o desempenho dos vencedores, conforme deliberação constante na Ata nº 09/2026 do COMDESP.

Fornecedor: CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - COMDESP
CNPJ/CPF: 12.131.059/0001-06
Valor Total Homologado - R$ 1.000,00

ALTA FLORESTA D'OESTE, 25 de setembro de 2026.

EDSON MANOEL DA ANUNCIAÇÃO
Secretário SEMECTUR

Publicado por:
Mateus Batista Vieira
Código Identificador:424E4A62

PODER EXECUTIVO
LEI N.º 2.198/2026 "ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.183/2026, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CADEIRAS DE RODAS ADAPTADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEI N.º 2.198/2026

"ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.183/2026, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CADEIRAS DE RODAS ADAPTADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE**, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia aprovou e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

L E I

Art. 1º - O art. 3º da Lei Municipal nº 2.183/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º- A concessão das cadeiras de rodas adaptadas fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, sendo vedada sua entrega nos casos de insuficiência de recursos, podendo os equipamentos ser adquiridos mediante recursos extraorçamentários como convênios, parcerias com entes governamentais, entidades da sociedade civil, doações e eventual devolução do duodécimo da Câmara Municipal, observada a legislação vigente."
Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 2.183 de 06 de agosto de 2026.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Izidoro Stédile, aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2026.

GIOVAN DAMO
Prefeito

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:59494D2A

PODER EXECUTIVO
LEI Nº 2.199/2026 "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

LEI Nº 2.199/2026

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº. 2092/2025, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia aprovou e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

Art. 1º. – Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulação de dotação no Orçamento vigente no valor de R$ 247.000,00 (Duzentos e quarenta e sete mil reais) para atender a Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO, observando as classificações funcionais, programáticas e econômicas a seguir:

SUPLEMENTAÇÃO:

Órgão/ Unidade – 01.001 – Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste.	R$ 247.000,00
Proj/Ativ. 01.031.0001.2001 – **Manutenção das Atividades Legislativas.**	
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	R$ 220.000,00
33.90.46.00.00 – Auxilio Alimentação	R$ 27.000,00
TOTAL	**R$ 247.000,00**

Total de Suplementação--------R$ 247.000,00

Art. 2º. – Para cobertura do crédito serão utilizados recursos de que trata o art. 43, § 1, inciso III da Lei Federal 4.320/64, por Anulação de Dotação Orçamentaria no orçamento, do valor de R$ 247.000,00 (Duzentos e quarenta e sete mil reais) para atender a Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO

REDUÇÃO:

Órgão/ Unidade – 01.001 – Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste.	R$ 247.000,00
Proj/Ativ. 01.031.0001.2001 – **Manutenção das Atividades Legislativas.**	
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 247.000,00
TOTAL	**R$ 247.000,00**

Total de Redução------R$ 247.000,00

Art.3º.-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário.

Paço Municipal Izidoro Stédile, trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

GIOVAN DAMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:05E86CE9

PODER EXECUTIVO
LEI Nº 2.200/2026 "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA DE VOLEIBOL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO AEVAFO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI Nº 2.200/2026

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA DE VOLEIBOL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO AEVAFO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE, ESTADO DE RÔNDONIA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal, Estado de Rondônia, **APROVOU** e ele Prefeito Municipal **SANCIONA** e Publica a seguinte:
L E I

Art. 1º - Fica declarada de **Utilidade Pública Municipal a Associação Esportiva de Voleibol de Alta Floresta D'Oeste/RO-AEVAFO**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 54.485.473/0001-55, com sede e foro no Município de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia.
Art. 2º- A Associação tem por finalidade promover ações de caráter esportivo, social, educacional e assistencial voltadas às crianças, jovens e adolescentes, adultos, especialmente:
Art. 3º - Constituem finalidades da Associação Esportiva de Voleibol de Alta Floresta D'Oeste – AEVAFO:
I – promover a prática do voleibol, incentivando a participação de crianças, adolescentes, jovens e adultos;
II – desenvolver projetos esportivos com foco na inclusão social e formação cidadã;
III – organizar, apoiar e participar de competições, campeonatos e eventos esportivos;
IV – estimular hábitos saudáveis por meio da atividade física e esportiva;
V – identificar, incentivar e desenvolver talentos esportivos no município;
VI – promover ações educativas, culturais e sociais vinculadas ao esporte;
VII – firmar parcerias com o poder público e iniciativa privada para execução de projetos esportivos;
VIII – contribuir para o fortalecimento do esporte amador no âmbito municipal.
Art. 4º- A entidade deverá comprovar, para fins de manutenção da declaração de utilidade pública:
I – Que possui personalidade jurídica regularmente constituída;

II – Que exerce atividades de interesse esportivo/social sem finalidade lucrativa;

III – que seus dirigentes não recebem remuneração pelo exercício de suas funções, salvo quando permitido por lei;

IV – Que aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

V – Que mantém escrituração contábil regular e apresenta relatórios de atividades quando solicitados pelo Poder Público.

Art. 5º- A entidade deverá apresentar, sempre que solicitado pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo Municipal, relatório circunstanciado de suas atividades e prestação de contas dos recursos eventualmente recebidos do Poder Público.
Art. 6º - O descumprimento das disposições desta Lei ou a perda das condições que fundamentaram a presente declaração implicará na revogação do reconhecimento de utilidade pública, mediante procedimento administrativo assegurado o contraditório e a ampla defesa, caso fique comprovado que a entidade:
I – Deixou de cumprir suas finalidades estatutárias;

II – Deixou de funcionar regularmente;

III – Utilizou recursos públicos em desacordo com seus objetivos sociais;

IV – Praticou atos incompatíveis com a finalidade para a qual foi instituída.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Izidoro Stédile, aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

GIOVAN DAMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:E501653A

PODER EXECUTIVO
LEI Nº 2.201/2026 "ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 1008/2010 QUE TRATA DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE -RO".

LEI Nº 2.201/2026

"ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 1008/2010 QUE TRATA DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE -RO".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 57, I da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia aprovou e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I, da Lei n. 1008/2010, que define a área do perímetro e extensão urbana do Município de Alta Floresta D' Oeste, passando a ser o constante do Anexo I da presente lei.

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogando as disposições
em contrário, especialmente o anexo I da Lei n. 1.008/2018 alterado pela Lei n. 1.431/2018

Paço Municipal Izidoro Stédile, aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

GIOVAN DAMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:96913CB1

PODER EXECUTIVO
LEI Nº 2202/2026 "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

LEI Nº 2202/2026

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº. 2092/2025, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia aprovou e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

Art. 1º. – Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento vigente no valor de R$ 402.573,18 (Quatrocentos e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e dezoito centavos), para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Alta Floresta D'Oeste, observando as classificações funcionais, programáticas e econômicas a seguir:

SUPLEMENTAÇÃO:

Órgão – 08 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE	
Órgão/ Unidade – 08.001 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto Proj/Ativ. 04.122.0041.2101 – Manutenção dos Serviços Administrativos	R$ 402.573,18
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$ 317.623,18
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	R$ 84.950,00
TOTAL	**R$ 402.573,18**

Total de Suplementação----------R$ 402.573,18

Art. 2º. – Para cobertura do crédito serão utilizados recursos por anulação de dotação orçamentaria, com a fonte 15000000 no valor de R$ 402.573,18 (Quatrocentos e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e dezoito centavos), para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Alta Floresta D'Oeste.

Redução:

Órgão – 08 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE	
Órgão/ Unidade – 08.001 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto Proj/Ativ. 04.122.0041.2101 – Manutenção dos Serviços Administrativos	R$ 122.751,96
33.90.14.00.00 – Diárias – Pessoal Civil	R$ 9.950,00
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R$ 31.301,96
33.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 4.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 20.000,00
33.90.46.00.00 – Auxilio Alimentação	R$ 7.500,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanentes	R$ 50.000,00
TOTAL	**R$ 122.751,96**

Órgão – 08 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE	
Órgão/ Unidade – 08.001 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto Proj/Ativ. 04.122.0041.2103 –Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R$ 279.821,22
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R$ 150.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 35.000,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanentes	R$ 94.821,22
TOTAL	**R$ 279.821,22**

Total de Redução ----------R$ 402.573,18

Art. 3º.-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário.

Paço Municipal Izidoro Stédile, aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

GIOVAN DAMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:C01CE602

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela falta de concorrência, quanto pela justificativa por ser um fornecedor exclusivo;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO do Agente de Contratação que prevê que a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** está em conformidade ao disposto no artigo 74, I, da Lei Federal 14.133/2021;
AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 14/2026, nos termos descritos abaixo:
Materiais de consumo a ser adquiridos: uma passagem rodoviária de ida de Cacoal, RO a Porto Velho, RO e uma de volta de Porto Velho, RO a Santa Luzia D'Oeste, RO, sendo, a ida dia 28 de setembro de 2026 e volta no dia 30 de setembro de 2026, para o servidor Marco Antonio Rodrigues da Silva.
2. **CONTRATADO**: **EVANDRO PEREIRA TEIXEIRA 01273371135, CNPJ 34.849.180/0001-0**0; **Valor Total: R$ 575,51 (quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos**); Fundamento Legal: Artigo 74, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Alto Alegre dos Parecis, RO, dia 25 de setembro de 2026.

VALMIRO GOMES DA SILVA
Presidente da CMAAP

Publicado por:
Marco Antonio Rodrigues da Silva
Código Identificador:829D8130

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, LEI 14.133/21, ART 74, I

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou a melhor técnica;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO da Comissão de Contratação que prevê que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 74, I, da Lei Federal 14.133/2021;

AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 008/2026, nos termos descritos abaixo:
Objeto a ser contratado: Revisão obrigatória de 10.000 km, do veículo oficial da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, RO, HILUX CD DSL 4X4 SRV AT, Placa SLK1H92.

2. **CONTRATADO**: **NISSEY MOTORS VILHENA LTDA; CNPJ N° 04.901.195/0003-63;** Prazo de Vigência: **02 (dois) meses**; **Valor Total: R$ 2.551,40** (dois mil e quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos); Fundamento Legal: Artigo 74, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da

Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Alto Alegre dos Parecis, RO, dia 16 de setembro de 2026.

VALMIRO GOMES DA SILVA
Presidente Da CMAAP

Publicado por:
Marco Antonio Rodrigues da Silva
Código Identificador:0818EC05

PROCURADORIA-GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N.º 061/PGM/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 061/PGM/2026

Espécie: Contrato 061/PGM/2026; **Data do Contrato**: 24/09/2026; **Contratante:** Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; **Contratado (a)**: C A MARTINS CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA-EPP, CNPJ nº 36.597.968/0001-94; **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AMPLIAR ESCOLA SEVERINO BATISTA PASSARELA, nas condições estabelecidas no Projeto Básico. **Amparo:** Concorrência n. º 011/2026; **Fundamento Legal:** Lei federal nº 14.133/2021; **Processo**: 12A.D2C - 0001308.08.02-2026/SEMEC; **Vigência**: 25/10/2026; **Valor Global:** R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais); **Signatários**: pelo **Contratante,** Denair Pedro da Silva e, pelo **Contratado**, Antonio Martins de Souza.

Alto Alegre dos Parecis, 25 de setembro de 2026.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:40DBA15C

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, através do Agente de Contratação nomeado pelo **Decreto Municipal Nº 42/GP/2026**, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço global, modo de disputa aberto, destinada a **Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à implantação de sistema de drenagem pluvial nas quadras I e II do cemitério municipal** de Alto Alegre dos Parecis/RO. Processo Administrativo ID: 12D.32A - 0001403.08.07-2026 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos. No valor global de: **R$ 393.983,38** (trezentos e noventa e três mil novecentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos). **Data da Sessão Pública dia 22/10/2026 às 09:00h (horário de Brasília).** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico no endereço www.licitanet.com.br. Informações e o Edital estão à disposição dos interessados no site www.altoalegre.ro.gov.br e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena n.º 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3643-1255 Opção 11.

Alto Alegre dos Parecis - RO, em 25 de setembro de 2026.

KÉSIA FERREIRA DA SILVA LAURO
Agente de Contratação

Publicado por:
Ludmyla Fernandes de Araujo
Código Identificador:3D779BA3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
LEI MUNICIPAL 1.957/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL 1.957/2026
DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE: "AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO E O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE RONDÔNIA - SEBRAE/RO".

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Rondônia, Sr. João Pavan, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio entre o Município de Alto Paraíso/RO e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia – **SEBRAE/RO**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 04.774.105/0001-59.

Parágrafo único – O convênio referido neste Artigo será para transferência de recursos financeiros em contrapartida, a serem utilizados nas despesas operacionais dos procedimentos necessários de incentivo aos produtores rurais do município de Alto Paraíso e região.

Art. 2º. O subsídio de que trata esta Lei será no valor de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais),** pago em uma única parcela, conforme estabelecida em Termo de Convênio a ser celebrado entre as partes.

Art. 3º. As despesas desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

02 0206 PODER EXECUTIVO
020601 Secretaria Mun. Agricultura, Comércio e Indústria
1018 Agricultura Sustentável
1018 0007 Incentivo ao Produtor Rural
20 606 0007 2026 0017 Incentivo ao Produtor Rural
3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS.....Ficha 571
0.1.500 002.001 Receitas de Próprios do Município

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 15 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kéthelen Teodoro de Souza
Código Identificador:7A8C6E02

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
LEI MUNICIPAL 1.958/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL 1.958/2026
DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO ANO DE 2026, LEI ORÇAMENTARIA ANUAL Nº

1.887/2025 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO PAVAN, Prefeito Municipal de Alto Paraíso RO, no uso das atribuições que são conferidas pelo inciso VI do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica oChefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por excesso de arrecadação, no valor de R$ 136.772,54 (cento e trinta e seis mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), na dotação orçamentária abaixo:
10 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02 PODER EXECUTIVO
02 09 Secretaria Municipal de Saúde
02.09.02 Bloco -Atenção Básica
10 Saúde
10. 301 Atenção Básica
10.301.0004 Gestão das redes de atenção á Saúde
10.301.0004.2045.0002 Estruturação e investimentos
Natureza 4.4.90..... R$ 92.631,26

020903 Bloco Média e Alta Complexidade Amb. e hospitalar
10 Saúde
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0004 Gestão das redes de atenção á Saúde
10.302.0004.2048 Manutenção das atividades de atenção especializada em saúde
10.302.0004.2048.0001 Estruturação e Investimento
Natureza 4.4.90. ..... R$ 44.141,28

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei municipal 1.878/2025 de 25 de novembro de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, e na Lei Municipal nº1.877 de 25 de novembro de 2025, Plano Plurianual de Investimentos para o período de 2026/2029.
Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, 15 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kéthelen Teodoro de Souza
Código Identificador:F45A3A1E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
LEI MUNICIPAL 1.959/2026 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL 1.959/2026
DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO ANO DE 2026, LEI ORÇAMENTARIA ANUAL Nº 1.887/2025 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO PAVAN, Prefeito Municipal de Alto Paraíso RO, no uso das atribuições que são conferidas pelo inciso VI do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação, no valor de R$ 104.612,82 (Cento e quatro mil, seiscentos e doze reais e oitenta e dois centavos.), conforme disposto no Art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, na dotação orçamentária abaixo:

020904 Bloco Vigilância em Saúde
10 Saúde
10 304 Vigilância Sanitária
10 304 0004 Gestão das redes de atenção á Saúde
10 304 0004 2047 0000 Ações de Vigilância Sanitária
Ficha 652-3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R$ 104.612,82
15.1.500 010.388- Vereadora Elissandra Silva Queiroz

Art. 2ºO crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Anulação:

020902 Bloco -Atenção Básica
10 Saúde
10.301 Atenção Básica
10.301.0004 Gestão das redes de atenção á Saúde
10.301.0004.2045.0000 Manutenção das ações de atenção primária em saúde
Ficha 302-3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R$ -104.612,82
15.1.500 010.388- Vereadora Elissandra Silva Queiroz

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei municipal 1.878/2025 de 25 de novembro de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, e na Lei Municipal nº1.877 de 25 de novembro de 2025, Plano Plurianual de Investimentos para o período de 2026/2029.
Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, 22 de setembro de 2026.

Assinatura EletrônIca)
JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kéthelen Teodoro de Souza
Código Identificador:94E00281

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA N° 209 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N° 209 DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

"NOMEAR ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

E Considerando o disposto na Lei Municipal nº 271/99 de 28 de Abril de 1999;

E considerando o disposto na Lei Municipal nº 277/99 de 28 de Abril de 1999, devidamente atualizada;

R E S O L V E:

Art. 1º- Nomear a **Sra. HAYNARA PRICILLA GOMES SILVA,** inscrita no CPF/MF sob o nº XXX.984.XXX-02, para o cargo de **ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO III**.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vi209gor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros 22 de setembro de 2026.

(Assinatura Eletrônica)
JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kéthelen Teodoro de Souza
Código Identificador:33E4C81F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA Nº 035/SUPEL/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Extrato da Ata de Registro de Preços Ata nº 035/SUPEL/2026
Processo nº 730.02.06-2026/SEMUSA
Pregão Eletrônico nº 031/2026/SUPEL/PMAO-GSRP
Contratante: Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste - RO
Detentor: **GILVANE DE OLIVEIRA SOARES SOUZA - MEI**
Objeto: Formação de Registro de Preço para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COSTURA, TECIDOS E AVIAMENTOS**, a fim de atender as necessidades do setor de aviamentos pertencentes à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
Valor global **R$ 82.761,43** (oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos).
Prazo: **12 (doze) meses**
Data**: 24/09/2026**
Assinam:
Vera Lucia Quadros - Secretária Municipal de Saúde – **Interveniente**
GILVANE DE OLIVEIRA SOARES SOUZA - MEI - Detentor
Obs.: **Ata assinada nos autos respectivos.**
A ata completa encontra-se disponível no site www.alvoradadooeste.ro.gov.br

VERA LUCIA QUADROS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Oldiglei Odair Veronez
Código Identificador:08DAD312

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Proc. nº: 8-4423/2026

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E FUNDAMENÇÃO JURÍDICA

A ordem cronológica de pagamentos é uma exigência legal e principiológica da Administração Pública, regida pelo **artigo 141 da Lei Federal nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). A legislação estipula que as obrigações de pagamento devem ser cumpridas observando rigorosamente a sequência de exigibilidade, separadas por fonte de recursos e categorias de contratos, a fim de resguardar a impessoalidade, a moralidade e a isonomia entre os credores.
Contudo, o **§ 1º do art. 141 da Lei nº 14.133/2021** prevê que a ordem cronológica **poderá ser alterada excepcionalmente**, mediante justificativa prévia e formalizada pelo Ordenador de Despesas, nas seguintes hipóteses legais **a)** Garantia da continuidade da prestação de serviços públicos essenciais (inciso I), **b)** Prevenção de paralisação ou de descontinuidade de atividades estratégicas ou de riscos ao patrimônio e interesse público (inciso II), **c)** Impedimento formal/operacional insanável momentaneamente que trancando a fila referente aos credores antecedentes, impossibilite a fluidez financeira regular do órgão (inciso V).

2. SITUAÇÃO DOS PROCESSOS ANTECEDENTES NA FILA

Atualmente, a fluidez do Relatório de Ordem Cronológica de Pagamentos do sistema SCPI/DigProc encontra-se retida em razão de inconsistências e pendências administrativas/contábeis verificadas nos processos situados nas primeiras posições da fila. Como aponta a documentação técnica (a exemplo do Memorando 80 de 14/09/2026 (ID 4285415)), constataram-se divergências de vinculação orçamentária no SCPI, pendências na regularização de empenhos e falta de certidões/documentações fiscais obrigatórias dos credores anteriores.
O Diretor Administrativo da Autarquia foi formalmente notificado por meio do Memorando 32 de 24/09/2026 (ID 4308239) para que promovesse o saneamento e a regularização das pendências documentais e orçamentárias que paralisam a tramitação dos referidos processos. A retenção indefinida do fluxo financeiro por vício atribuível exclusivamente aos processos que antecedem na fila compromete a eficiência administrativa e descumpre os compromissos com fornecedores com processos hígidos e prontos para quitação.

3. DA NECESSIDADE E MOTIVAÇÃO DA QUEBRA CRONOLÓGICA

Diante do travamento provocado pelos processos pendentes de regularização, a Administração não pode paralisar o adimplemento de obrigações de serviços contínuos e essenciais. Processo a ser Adiantado: Processo nº 8-4423/2026 (Inexigibilidade nº 000053/26, Empenho nº 23/7-2026/OR), referente ao credor Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S.A., relativo ao fornecimento de energia elétrica da nova sede da Agência Municipal de Regulação.
Valor: R$ 1.202,26 (um mil, duzentos e dois reais e vinte e seis centavos), **Data de Vencimento:** 28/08/2026, **Fundamentação da Exceção:** O adimplemento da conta de energia elétrica é serviço essencial indispensável à continuidade das atividades institucionais da Autarquia (art. 141, § 1º, I e II, da Lei nº 14.133/2021). A falta de pagamento sujeita a AMR à interrupção do fornecimento de energia e à incidência de juros e encargos contratuais.

4. CONCLUSÃO E DETERMINAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Pelo exposto, com fulcro no **art. 141, § 1º, incisos I, II e V da Lei nº 14.133/2021**:

a) AUTORIZO a quebra da ordem cronológica de Pagamento em favor da empresa Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S.A (Proc. nº 8-4423/2026).
b) DETERMINO a publicação formal no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos municípios, em estrito cumprimento do dever de publicidade e transparência da Administração Pública.
c) Reiterem-se os termos da notificação enviada ao Diretor Administrativo via Memorando 32 de 24/09/2026 (ID 4308239) , fixando o prazo de 02 (dois)dia úteis para a regularização definitiva dos processos saneáveis retidos na fila.

Ariquemes/RO, 25 de setembro de 2026.

MARCO AURÉLIO SOARES FERNANDES
Diretor-Presidente AMR
Dec. nº 21.743/2024

Publicado por:
Marco Aurelio Soares Fernandes
Código Identificador:E0A79A8B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 24.164, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SHIRLEI MARIA DA SILVA

DECRETO Nº 24.164, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SHIRLEI MARIA DA SILVA

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, o Processo Administrativo 1-23845/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedido Gozo de Licença Prêmio, de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Shirlei Maria da Silva, admitida em 07/03/2008, matrícula nº 6413-0, no cargo/função de Professor 40 H Nivel III - GRUPO - 75, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

Art. 2º O gozo da referida Licença Prêmio será no período de 23/09/2026 á 22/10/2026, referente ao período aquisitivo de 2018/2023, conforme ciência e parecer do Secretário Municipal da Pasta.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de Setembro de 2026.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de Setembro de 2026, 138º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 09:30, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4308708** e o código verificador **B2DE82D7**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:2EE1337A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 24.166, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARIQUEMES - CMDCA, PARA O PLEITO 2025/2027

DECRETO Nº 24.166, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARIQUEMES - CMDCA, PARA O PLEITO 2025/2027

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Memorando 1223 de 23/09/2026 (ID 4307599), advindo da Secretaria Municipal de Governo de Ariquemes;

Considerando Lei Municipal 2.206 de 19 de outubro de 2018;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para o pleito setembro de 2025 a setembro de 2027.

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

1) Secretaria Municipal de e Desenvolvimento Social - SEMDES

Titular: Evelin Christina Kuhn da Silva

Suplente: Izabel Felizardo

2) Secretaria Municipal de de Educação - SEMED

Titular: Francenilda da Silva Alves

Suplente: Maria Geralda Lima da Silva

3) Secretaria Municipal de de Saúde - SEMSAU

Titular: Ursulla Araújo da Silva Lima

Suplente: Juliana Gomes de Moraes

4) Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SEMTEC

Titular: Marlene Xavier de Castro Sione

Suplente: Nilton Cesar de Almeida da Silva

5) Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG
Titular: Oliveira Lima de Melo

Suplente: Elenice Cristina da Rocha

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

6) Associação de Bombeiros Militar de Ariquemes ABMARI

Titular: Simone Borges Cruz

Suplente: Renato Gonçalves de Souza

7) Associação de Mães de Autistas de Ariquemes AAMAR

Titular: Lidiany Jorgea Lima Carvalho

Suplente: Euderly Araújo Marques

8) Entidade de Acolhimento Casa da Criança Francisco de Assis

Titular: Cheila Pimenta

Suplente: Loreni Flosina de Jesus

9) Instituto Educacional e Social Polícia Militar Mirim - PMM

Titular: Silvina Maia

Suplente: Catia Raquel Pontes Godoy dos Santos

10) Lions Clube de Ariquemes Canaã

Titular: Clovis José de Souza

Suplente: Douglas Carvalho dos Santos

Art. 2º Fica revogado o Decreto 22977 de 15/10/2025 (ID 3540355).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 21:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4309363** e o código verificador **0A96D101**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:69E66DEB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 24.167, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE ARIQUEMES - COMTRAR, PARA O PLEITO 2025/2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 24.167, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE ARIQUEMES - COMTRAR, PARA O PLEITO 2025/2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Prefeita do Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições Legais em conformidade o artigo 4º da Lei Municipal nº. 1210/06 alterada pela Lei Municipal nº 1.525/09 o Conselho Municipal de Trânsito de Ariquemes COMTRAR;

Considerando o Memorando 1222 de 23/09/2026 (ID 4307595), advindo da Secretaria Municipal de Governo;

D E C R E T A:

Art.1º O Conselho Municipal de Trânsito - COMTRAR, constitui-se em órgão normativo, consultivo, orientador, fiscalizador e de deliberação coletiva e assessoramento ao Poder Executivo no âmbito de sua competência e fiscalizador das políticas públicas implementadas pelo Município de Ariquemes para o trânsito, tem por objetivo consubstanciar a participação da sociedade civil organizada na proposição, orientação e promoção das políticas de trânsito a serem adotadas pelo Município de Ariquemes.

Art. 2º Nomeia as pessoas abaixo relacionadas, como representantes dos respectivos órgãos e entidades que comporão o Conselho Municipal de Trânsito- COMTRAR, no pleito 17 de outubro de 2025 a 17 de outubro de 2027.

REPRESENTANTES DO SEGMENTO GOVERNAMENTAL

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SEMUST;

Titular: Rodrigo Perez Pedroti

Suplente: Diogenes Henrique Milan

II- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU;

Titular: João Guilherme dos Santos Brito

Suplente: Diogo Soares Estevão

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP;

Titular: Lucas Aparecido Francisco da Silveira

Suplente: Fabio Fernandes Soares

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED;

Titular: Gecielli Aparecida Dal Pra

Suplente: Juliane Silveira da Silva

V- CÂMERA MUNICIPAL DE ARIQUEMES;

Titular: Alisson Santos da Costa

Suplente: André Henrique da Silva Fonseca

VI - CORPO DE BOMBEIRO MILITAR;

Titular: Neide Rosa dos Santos

Suplente: Fábio Rosset

VII - POLÍCIA MILITAR;

Titular: Renato Vanjura Ferreira

Suplente: Joel Reis da Silva

VIII - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA - CIRETRAN;

Titular: Eveline Toricaquiri de Araújo

Suplente: Marcel Morais Castro

IX - GUARDA MUNICIPAL CIVIL;

Titular: Cleber Arcanjo Cardoso

Suplente: Janaina De Oliveira Alecrim

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

I - ASSOCIAÇÃO DOS MOTOTAXISTA DE ARIQUEMES - AMOTA;

Titular: Elenildo Oliveira dos Santos

Suplente: Valdir Bertoli

II - ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS;

Titular: Fabio Barbosa

Suplente: Marcos Andrews Reis

III - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ARIQUEMES - ACIA;

Titular: Alex Sandro Maulais Bertan

Suplente: Marcio dos Santos

IV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES;

Titular:

Suplente:

V - LOJA MAÇÔNICA;

Titular: Evandro Leite Franco

Suplente: Altamir Mello

VI - ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS AUTO-ESCOLAS;

Titular: Mario Jamir Marques

Suplente: Adriano Araújo Pontes

VII - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB/RO;

Titular: Rejane Correa Griehl

Suplente: Weverton Jefferson Teixeira Heringer

VIII - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS - ASDEFARI;

Titular: Isabel Maria do Carmo Lima

Suplente: Leia Guedes Luciano.

IX - REPRESENTAÇÃO DOS IDOSOS DE ARIQUEMES;

Titular: José Luiz Clais

Suplente: Ivaldir Zeferino

Art. 3° Ficam cientes que os serviços prestados no exercício de suas atribuições não serão remunerados, sendo considerado de relevante interesse público e social.

Art. 4° Fica revogado o Decreto 23873 de 30/06/2026 (ID 4113543)

Art. 5° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por CARLA GONCALVES REZENDE, PREFEITA MUNICIPAL, em 24/09/2026 às 11:35, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID 4309415 e o código verificador 9A4DF584.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:56980827

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 833, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV, SÍFILIS, HTVL, HEPATITE B E C.

PORTARIA Nº 833, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV, SÍFILIS, HTVL, HEPATITE B E C.

O Secretário Municipal Interino de Saúde de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando que a Sífilis congênita permanece como problema de saúde pública, mesmo com diagnóstico e tratamento simples e efetivo;

Considerando que a importância do monitoramento das ações de prevenção e controle da transmissão vertical do HIV, da Sífilis, do HTVL e das Hepatites B e C;

Considerando a necessidade da formação de um comitê municipal que investigue, mapeie, analise os principais problemas relacionados à transmissão vertical do HIV, sífilis, HTVL e hepatites virais e proponha medidas que possam reduzir a ocorrência e a morbi-mortalidade da população a estes agravos;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Investigação da Transmissão Vertical do HIV, Sífilis, Hepatite B e C, tendo como objetivo:

I - Mapeamento dos problemas e proposição de soluções, a partir de um protocolo de investigação pré-estabelecido pelo Ministério da Saúde, para subsidiar intervenções, visando a eliminação desses agravos como problema de saúde pública, visando à melhoria da qualidade de vigilância, assistência e gestão no município de Ariquemes.

II - Contribuir para o conhecimento sobre os indicadores da transmissão vertical do HIV, Sífilis, HTVL e Hepatites Virais no município, suas causas (fatores determinantes e condicionantes) e os fatores de risco associados, visando a melhoria da qualidade na atenção, assistência e vigilância;

III - Analisar e avaliar periodicamente os principais problemas observados nos casos de transmissão vertical do HIV, Sífilis, HTVL e Hepatites Virais, bem como as medidas realizadas de intervenção para redução dos referentes agravos;

IV - Envolver e sensibilizar gestores e profissionais de saúde, com o intuito de fomentar a mudança e práticas nos serviços de saúde, visando a correção de procedimentos que possam impactar nas oportunidades de redução da transmissão vertical da Aids, Sífilis, HTVL e Hepatites Virais;

V - Notificar os profissionais e/ou instituições, através de documento específico, quando da identificação de condutas que comprometam a assistência ou acesso dos usuários nos serviços, independente, de estarem ou não diretamente relacionadas as causas de transmissão;

VI - Melhorar a qualidade da assistência dos recém-nascidos expostos a essas doenças e o acesso precoce e medidas profiláticas para transmissão vertical;

Art. 2º O Comitê Municipal de Investigação da Transmissão Vertical do HIV, Sífilis, HTVL e Hepatites Virais tem como público alvo de investigação:

a) Todos os casos de transmissão de HIV em menores de 05 anos.

b) Todos os casos de Sífilis Congênita (menor ou igual a dois anos)
- casos de aborto por sífilis
- casos de natimorto por sífilis
- casos de óbitos por sífilis
- casos de sífilis congênita precoce

c) Todos os casos de transmissão vertical de hepatite B e C diagnosticados com dois anos de idade ou menos.

d) Todos os casos suspeitos ou confirmados de transmissão vertical do HTLV, incluindo a investigação e o acompanhamento dos recém-nascidos e crianças expostos, conforme protocolos e orientações vigentes do Ministério da Saúde.

Art. 3º O Comitê Municipal de Investigação da Transmissão Vertical do HIV, Sífilis, HTVL e Hepatites Virais terá as seguintes características:

I - Natureza multiprofissional;

II - Caráter analítico dos eventos relacionados a agravos evitáveis, e apontamento das medidas de intervenção para sua redução;

III - Atuação técnica, sigilosa, não-coercitiva com função educativa;

IV - Acompanhamento e avaliação permanente das políticas de atenção à saúde.

Art. 4º Comitê Municipal de Investigação da Transmissão Vertical do HIV, Sífilis, HTVL e Hepatites Virais será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

a) Gerente da Vigilância em Saúde;
b) Diretor (a) da Atenção Básica;
c) Representante da Unidade SAE - Serviço de Atendimento Especializado;
d) Responsável Técnico da Centro de Parto Normal de Ariquemes;
e) Médico (a) Pediatra do Hospital Municipal e Hospital da Criança;
f) Médico (a) responsável pelo Pré-natal de Alto Risco;
g) Coordenador da Estratégia Saúde da Família;
h) Responsável Técnico de Enfermagem pelo Hospital municipal das Crianças.

Art. 5º Os cargos de presidência, a Vice-Presidência e a Secretaria-Executiva do Comitê serão preenchidos por membros eleitos entre seus pares. Parágrafo Único. Por deliberação do Comitê o mandato para os membros descritos no artigo anterior será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período;

Art. 6º O Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições, associações ou entidades que possam contribuir para a análise de casos ou para a realização de trabalhos específicos.

Parágrafo único: Os membros convidados terão direito à voz, porém não a voto.

Art. 7º O Comitê receberá apoio administrativo da Secretaria Municipal de Saúde para seu funcionamento, por meio da Coordenação de Saúde da Mulher, Coordenação de Saúde da Criança e Núcleo de IST, Aids e Hepatites Virais.

Art. 8º O Comitê se reunirá bimestralmente, em conformidade com calendário previamente estabelecido e aprovado pelos seus membros.

Art. 9º As reuniões serão confirmadas com 10 dias úteis de antecedência e os membros serão convocados por meio de documento oficial, e-mail e/ou contato telefônico e pelo aplicativo *whatsapp;*

Art. 10. Cada instituição representada poderá faltar até no máximo três (3) reuniões consecutivas ou quatro (4) alternadas no prazo de um ano sem justificativa, sob pena de desligamento da Instituição no Comitê.

Art. 11. Poderá ocorrer reunião extraordinária, quando convocada pelo presidente do Comitê, ou por 1/3 de seus membros, no prazo de três (3) dias para a convocação e mais dois (2) para a realização;

Art. 12. Ao Presidente do Comitê compete:

a) Convocar e presidir as reuniões;
b) Elaborar em conjunto com o Comitê a pauta das reuniões;
c) Responder as solicitações feitas ao Comitê;
d) Coordenar as atividades do grupo, mantendo a integração dos membros;
e) Promover o encaminhamento das propostas do comitê aos órgãos competentes
f) Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Comitê.

g) Representar o Comitê.

Parágrafo Único: Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas atribuições.

Art. 13. Ao Secretário (a) Executivo (a) compete:

I. Elaborar as atas das reuniões;

II. Acompanhar as atividades do serviço administrativo quanto à convocação e agenda dos membros para as reuniões, elaborando pautas e outras determinações pertinentes;

III. Proporcionar informações aos interesses do Comitê necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

IV. Organizar, distribuir e arquivar documentos.

Art. 14. Aos membros competem:

I. Apresentar-se às reuniões e participar das discussões;

II. Apreciar e aprovar a pauta e as atas das reuniões;

III. Eleger o (a) Presidente, o (a) Vice-Presidente e o (a) Secretário (a) Executivo (a) entre os membros;

IV. Elaborar e aprovar o Regimento Interno;

V. Indicar e sugerir medidas de prevenção que apontem melhorias a atenção à saúde da criança e da mulher;

VI. Discutir sobre óbitos maternos e infantis ocorridos no âmbito municipal e do diagnóstico da relação entre esses óbitos e seus fatores determinantes;

VII. Cumprir o disposto no Regimento Interno do Comitê.

Art. 15. O Comitê terá sua estrutura e funcionamento regulado por Regimento Interno a ser aprovado por seus integrantes em reunião convocada para este fim específico.

Art. 16. Os casos omissos deste Regimento serão discutidos e resolvidos pelo Comitê;

Art. 17. As funções desempenhadas pelos membros não serão remuneradas, sendo consideradas como serviço público relevante;

Art. 18. Somente por decisão da maioria absoluta de seus membros, este Regimento poderá ser Modificado ou revogado;

Art. 19. Fica revogada a Portaria 214 de 17/05/2021 (ID 348108).

Art. 20. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

GABRIEL SANTOS DALLA COSTA
Secretário Municipal Interino de Saúde de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL SANTOS DALLA COSTA**, **Secretário Municipal de Saúde** , em 24/09/2026 às 16:16, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4309105** e o código verificador **6AD60A1F**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:7026223A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 834, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO DE Nº 341/2025.

PORTARIA Nº 834, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO DE Nº 341/2025.

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Memorando 698 de 22/09/2026 (ID 4302806), advindo da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 341/2025, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a Empresa CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA.

Gestor do Contrato
Edivaldo Braz da Silva

Suplente Gestor do Contrato
Silmara Machado dos Santos

Fiscal do Contrato
Luiz Cunha Aguiar

Suplente do Fiscal do Contrato
Elenice Aparecida Ferreira Langner

Art. 2º Fica revogada a Portaria 1068 de 18/12/2025 (ID 3680831).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 10:42, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4309520** e o código verificador **07F201F3**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:8FA66F67

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 835, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO PROCESSO N. 22832/2026.

PORTARIA Nº 835, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO PROCESSO N. 22832/2026.

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando, o Memorando 53 de 22/09/2026 (ID 4304494), advindo da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Processo Administrativo nº 22832/2026, referente à Nota de Empenho nº 9906, que tem por objeto a prestação de serviços contratada pelo Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, junto à empresa PRIME SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA.

Gestora:
Titular: Edivaldo Braz da Silva

Suplente: Silmara Machado dos Santos

Fiscal:
Titular: Luiz Cunha Aguiar
Suplente: Elenice Aparecida Ferreira Langner

Art. 2º Fica revogada a Portaria 727 de 02/09/2026 (ID 4259830).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 10:42, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4309543** e o código verificador **D3CD09A8**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:93C1FBD7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 836, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 204/2026

PORTARIA Nº 836, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 204/2026

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Memorando 60 de 23/09/2026 (ID 4306203), advindo da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 204/2026, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a AUTOVEMA MOTORS COMERCIO DE CAMIONETAS LTDA.

GESTOR DE CONTRATO:
Edivaldo Braz da Silva

SUPLENTE DE GESTOR DE CONTRATO:
Silmara Machado dos Santos

FISCAL DO CONTRATO:
Juliane Silveira da Silva de Araujo Moreira

SUPLENTE DE FISCAL DE CONTRATO:
Diogenes Henrique Milan

Art. 2º Fica revogada a Portaria 654 de 10/08/2026 (ID 4203302).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 10:48, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4309584** e o código verificador **5724E893**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:FBF439EF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 837, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO N. 199.

PORTARIA Nº 837, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO N. 199.

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando, o Memorando 60 de 23/09/2026 (ID 4306203), advindo da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 199/2026, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a Empresa MARQUES SERVIÇOS DE CONSTRUCOES LTDA.

GESTOR DO CONTRATO
Edivaldo Braz da Silva

SUPLENTE DE GESTOR DO CONTRATO
Silmara Machado dos Santos

FISCAL DO CONTRATO
Lafaiete Ribeiro Batista

SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO
Ricardo da Silva

Art. 2º Fica revogada a Portaria 645 de 06/08/2026 (ID 4198572).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 11:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4309628** e o código verificador **C67D9BD9**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:326D9ED5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 838, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO DE Nº 179/2026.

PORTARIA Nº 838, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO DE Nº 179/2026.

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Memorando 60 de 23/09/2026 (ID 4306203), advindo da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 179/2026, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a Empresa CASTOR EVENTOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Gestora do Contrato:
Edivaldo Braz da Silva

Suplente de Gestora do Contrato:
Silmara Machado dos Santos

Fiscal do Contrato:
Lafaiete Ribeiro Batista

Suplente da Fiscal do Contrato:
Ricardo da Silva

Art. 2º Fica revogada a Portaria 545 de 15/07/2026 (ID 4147584).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

SANDRA MÁRCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 10:48, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4309646** e o código verificador **741F0CE7**

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:E526FA67

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 839, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 161/2025

PORTARIA Nº 839, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 161/2025

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Memorando 60 de 23/09/2026 (ID 4306203), advindo da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 161/2022, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a Empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Gestor do Contrato

Edivaldo Braz da Silva

Suplente de Gestor do Contrato

Silmara Machado dos Santos

Fiscal do Contrato

Juliane Silveira da Silva de Araújo Moreira

Suplente do Fiscal do Contrato

Gecielli Aparecida Dal Pra

Art. 2° Fica Revogada a Portaria 350 de 05/05/2026 (ID 3969233).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por SANDRA MARCIA NEVES, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , em 24/09/2026 às 10:48, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID 4309675 e o código verificador C6979FFC.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:C6EE89C5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 847, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAIS REFERENTE AO CONTRATO DE Nº 460/2024.

PORTARIA Nº 847, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAIS REFERENTE AO CONTRATO DE Nº 460/2024.

O Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Processo Administrativo 1-27812/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 460/2024, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e a Empresa SOLO TOP. GEORREFERENCIAMENTO LTDA.

Gestor do Contrato
Titular: Tatiane Bratz de Assunção
Suplente: Eliany Pereira Bellé;

Fiscal do Contrato
Titular: Clemilson Rodrigues da Rocha
Suplente: Fábio Fernandes Soares

Comissão de Fiscalização
Antônio Sérgio Castro Alves
Diego William Rodrigues Dos Santos

Art. 2º Fica revogada a Portaria 202 de 12/03/2025 (ID 3030667).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

MARCOS VENÍCIO ARAÚJO RAPOSO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO**, **SECRETÁRIO DE OBRAS**, em 24/09/2026 às 12:26, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4310124** e o código verificador **D46DFB6F**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:D3B762F3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 848, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO DE Nº 217/2026

PORTARIA Nº 848, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL REFERENTE AO CONTRATO DE Nº 217/2026

O Secretário Municipal de Saúde Interino de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

A Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ariquemes/RO, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Processo Administrativo 8-21438/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 217/2026, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes e a Empresa ENRON CONSTRUCOES LTDA.

Gestor de Contrato
Titular: Pamela Cristina de Oliveira
Suplente: Eduardo Santos de Sousa

Fiscal da Obra e Recebimento:
Titular: Silvio Mera Neto
Suplente: Egídio Osvaldo Silva de Azevedo;

Comissão de Fiscalização e Recebimento da obra:
Titulares: Lucas Bruno Silva e Mylon dos Santos Anselmo
Suplente: Angelica Helena Pego de Almeida.

Art. 2º Fica revogada a Portaria 699 de 21/08/2026 (ID 4229459).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

GABRIEL SANTOS DALLA COSTA
Secretário Municipal de Saúde Interino de Ariquemes/RO

ELIZETE GONÇALVES DE LIMA
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **ELIZETE GONCALVES DE LIMA**, **Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 24/09/2026 às 13:47, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL SANTOS DALLA COSTA**, **Secretário Municipal de Saúde** , em 24/09/2026 às 16:32, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4310182** e o código verificador **8FC324A2**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:4C2AF8CE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 850, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO PROCESSO N. 24432/2026.

PORTARIA Nº 850, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO PROCESSO N. 24432/2026.

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando, o Processo Administrativo 8-24432/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Processo Administrativo nº 24432/2026, referente à Nota de Empenho nº 10334, contratada pelo Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, junto à empresa GUAPUI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI.

Gestora:
Titular: Edivaldo Braz da Silva

Suplente: Silmara Machado dos Santos

Fiscal:
Titular: Luiz Cunha Aguiar
Suplente: Elenice Aparecida Ferreira Langner

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 13:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4310743** e o código verificador **8E1487CE**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:8BE8C12A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 851, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO PROCESSO N. 24506/2026.

PORTARIA Nº 851, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO PROCESSO N. 24506/2026.

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando, o Processo Administrativo 8-24506/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Processo Administrativo nº 24506/2026, referente à Nota de Empenho nº 10335 e nº 10336, contratada pelo Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, junto à empresa A. PAZINATO MARINGA.

Gestora:
Titular: Edivaldo Braz da Silva

Suplente: Silmara Machado dos Santos

Fiscal:
Titular: Luiz Cunha Aguiar
Suplente: Elenice Aparecida Ferreira Langner

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 24 de setembro de 2026, 138º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 13:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4310838** e o código verificador **FE7C5149**.

Publicado por:
Bruno de Luca Soares Vieira
Código Identificador:9B1D562A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 24165/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

"ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO VALOR DE R$ 83.767,00 (OITENTA E TRÊS MIL E SETECENTOS E SESSENTA E SETE REAIS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-SEMPOG."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei 2996 de 29/12/2025 (ID 3696613) - LOA/2026, publicada no dia 30/12/2025, edição 4140 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e art. 41, inciso I com o art. 43 §1°, inciso I ambos da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDO ser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo nº 24588/2026-Memorando 959 de 23/09/2026 (ID 4305681), o qual justifica o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, no valor de **R$ 83.767,00 (oitenta e três mil e setecentos e sessenta e sete reais)** no exercício financeiro de 2026, conforme dotação abaixo distribuída:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 06-SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-SEMPOG				
Projeto/Atividade: 1703-CONVÊNIO Nº 916417/2021-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA COM DRENAGEM				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	1345	02.06.15.451.0032.1703	4.4.90.51.00-OBRAS E INSTALAÇÕES	83.767,00
Fonte: 2.500.0000-Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos.				
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO				**83.767,00**

Parágrafo Único O crédito ora aberto será coberto por Superávit Financeiro, apurado em exercício anterior, comprovado pelo Anexo 14D-Balanço Patrimonial de 24/09/2026 (ID 4308657), proveniente de Recursos da Próprios e será utilizado na contrapartida do Convênio nº 916417/2021 destinado à pavimentação asfáltica em via urbana com drenagem, em ação previamente existente na LOA/2026**,** conforme a fonte STN/TCE abaixo detalhada:

SUPERÁVIT FINANCEIRO	**83.767,00**
FONTE DE RECURSO	
2.500.0000-Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos.	83.767,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 48º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 21:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Everton Absolon Cória Mendes
Código Identificador:D95A0FB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 841/2026

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2996 DE 29/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei 2996 de 29/12/2025 (ID 3696613), publicada no dia 30/12/2025, edição 4140, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo do Decreto 23343 de 05/01/2026 (ID 3700883), publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2025, edição 4145, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2.996 de 29 de dezembro de 2025-LOA/2026, conforme Processo Administrativo nº 1-12679/2026-Memorando 87 de 18/09/2026 (ID 4296942), e abaixo distribuído:

Poder: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Órgão: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2519 - SERV DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	1351	02.08.10.302.0026.2519	3.1.90.**04**.00-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00
REDUÇÃO	490		3.1.90.**11**.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-20.000,00
Fonte: 1.605-Recursos do Exercício Corrente-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**20.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-20.000,00**

Art. 2º A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026.

Art. 3º O Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 24 de setembro de 2026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 21:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Everton Absolon Cória Mendes
Código Identificador:6EEBF0A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 842/2026

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2996 DE 29/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei 2996 de 29/12/2025 (ID 3696613), publicada no dia 30/12/2025, edição 4140, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo do Decreto 23343 de 05/01/2026 (ID 3700883), publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2025, edição 4145, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2.996 de 29 de dezembro de 2025-LOA/2026, conforme Processo Administrativo nº 1-12679/2026-Memorando 89 de 21/09/2026 (ID 4299212), e abaixo distribuído:

Poder: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Órgão: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2513 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX AMB E HOSPITALAR MAC				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	479	02.08.10.302.0026.2513	3.3.90.**36**.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	226.000,00
REDUÇÃO	472		3.3.90.**30**.00-MATERIAL DE CONSUMO	-226.000,00
Fonte: 1.600.0000 - Recursos de Exercício Corrente Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**226.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-226.000,00**

Art. 2º A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026.

Art. 3º O Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 24 de setembro de 2026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 21:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Everton Absolon Cória Mendes
Código Identificador:A71EA3A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 843/2026

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2996 DE 29/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei 2996 de 29/12/2025 (ID 3696613), publicada no dia 30/12/2025, edição 4140, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo do Decreto 23343 de 05/01/2026 (ID 3700883), publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2025, edição 4145, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2.996 de 29 de dezembro de 2025-LOA/2026, conforme Processo Administrativo nº 1-12679/2026-Memorando 90 de 21/09/2026 (ID 4300023), e abaixo distribuído:

Poder: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Órgão: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2501 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	385	02.08.10.122.0023.2501	3.1.90.**11**.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
REDUÇÃO	387		3.1.90.**16**.00-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	-150.000,00
Fonte: 15.1.500.1002-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**150.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-150.000,00**

Art. 2º A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026.

Art. 3º O Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 24 de setembro de 2026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 21:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Everton Absolon Cória Mendes
Código Identificador:B85AB35F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 844/2026

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2996 DE 29/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei 2996 de 29/12/2025 (ID 3696613), publicada no dia 30/12/2025, edição 4140, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo do Decreto 23343 de 05/01/2026 (ID 3700883), publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2025, edição 4145, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2.996 de 29 de dezembro de 2025-LOA/2026, conforme Processo Administrativo nº 1-12679/2026-Memorando 90 de 21/09/2026 (ID 4300023), e abaixo distribuído:

Poder: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Órgão: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2501 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	401	02.08.10.122.0023.2501	3.3.90.**48**.00-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10.000,00
REDUÇÃO	400		3.3.90.**46**.00-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	-10.000,00
Fonte: 15.1.500.1002-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**10.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-10.000,00**

Art. 2º A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026.

Art. 3º O Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 24 de setembro de 2026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 21:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Everton Absolon Cória Mendes
Código Identificador:4103FFCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 845/2026

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2996 DE 29/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei 2996 de 29/12/2025 (ID 3696613), publicada no dia 30/12/2025, edição 4140, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo do Decreto 23343 de 05/01/2026 (ID 3700883), publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2025, edição 4145, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2.996 de 29 de dezembro de 2025-LOA/2026, conforme Processo Administrativo nº 1-12679/2026-Memorando 94 de 22/09/2026 (ID 4305225), e abaixo distribuído:

Poder: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Órgão: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2507 - ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PAP				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	429	02.08.10.301.0024.2507	3.1.90.**11**.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
REDUÇÃO	426		3.1.90.**04**.00-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	-200.000,00
Fonte: 1.600.0000 - Recursos de Exercício Corrente Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.				
ACRÉSCIMO	433	02.08.10.301.0024.2507	3.1.90.**13**.00-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	21.000,00
REDUÇÃO	431		3.1.90.**11**.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-21.000,00
Fonte: 15.1.500.1002-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**221.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-221.000,00**

Art. 2º A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao

legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026.

Art. 3º O Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 24 de setembro de 2026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 21:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Everton Absolon Cória Mendes
Código Identificador:7AF6D4FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 846/2026

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2996 DE 29/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei 2996 de 29/12/2025 (ID 3696613) publicada no dia 30/12/2025, edição 4140, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo do Decreto 23343 de 05/01/2026 (ID 3700883), publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2025, edição 4145, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2.996 de 29 de dezembro de 2025-LOA/2026, conforme Processo Administrativo nº 1-2122/2026-Memorando 42 de 24/09/2026 (ID 4309212), e abaixo distribuído:

Poder: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Órgão: 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED				
Projeto/Atividade: 3010-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	277	02.07.12.361.0039.3010	3.3.90.**46**.00-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	350.000,00
REDUÇÃO	279		3.3.90.**48**.00-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	-350.000,00
Fonte: 30.1.540.0 - Recurso do exercício corrente - Transferência do FUNDEB - Impostos e transferências de impostos.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**350.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-350.000,00**

Art. 2º A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao

legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.966, de 28 de agosto de 2025 - LDO/2026.

Art. 3º O Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 24 de setembro de 2026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 21:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Everton Absolon Cória Mendes
Código Identificador:17930EB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 261/2026

Processo Administrativo nº 24479/2026

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMOSP
2) MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 12.753.213/0001-73

OBJETO: Aquisição de Veículos de Carga, Máquinas Pesadas e Equipamentos para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Ariquemes/RO por um período de 12 (doze) meses contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Ariquemes/RO, 24 de setembro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚLIOS - SEMOSP
Interveniente

Publicado por:
Eliany Pereira Bellé
Código Identificador:B83CA5D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO NO CONTRATO Nº 190/2024

Extrato do Sexto Termo Aditivo no Contrato nº 190/2024
Processo Administrativo nº 1374/2024

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMPOG
2) MEKA ENGENHARIA LTDA CNPJ: 08.812.617/0001-13

OBJETO: Aditivo de Valor no Contrato nº 190/2024.

PRAZO:
2.1 Fica aditivado o valor de R$ 443.820,66 (quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e vinte reais e sessenta seis centavos), correspondente a 6,12% no recurso próprio / 2,91% no global); 2.2 O

valor global do contrato passa a ser de R$ 18.528.909,92 (dezoito milhões, quinhentos e vinte e oito mil, novecentos e nove reais e noventa e dois centavos).

Ariquemes/RO,23 de Setembro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
Interveniente

Documento assinado eletronicamente por ELIZETE GONCALVES DE LIMA, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, em 24/09/2026 às 11:26, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Carolina Corsini Fernandes
Código Identificador:28B3096E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 262/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17504/2026

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU
2) FLUIDO INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI - CNPJ: 09.402.310/0001-07

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação com manutenção do sistema de tratamento de água por filtração, com escopo técnico integrado de manutenção, controle microbiológico e emissão de laudos, visando atender as necessidades da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes/RO.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 69.360,00 (sessenta e nove mil, trezentos e sessenta reais).

Ariquemes/RO, 25 de setembro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
Interveniente

Publicado por:
Fatima Eliane Tomé
Código Identificador:19A1231E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 0177/2026 PROCESSO Nº 21.010/2026 - SEMSAU

CELEBRAÇÃO: 23.09.2026

PARTES:
1-) **MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS** - CNPJ nº 14.749.953/0001-61
2-) **APAE ASSOC DOS PAIS E AMIGOS EXEP** - C.N.P.J: 04.900.106/0001-00

OBJETO: Repasse financeiro para execução do Projeto "Cuidado Integral em Saúde para Usuários da APAE de Ariquemes", visando garantir a continuidade e ampliação dos atendimentos especializados de reabilitação em saúde, mediante o custeio de recursos humanos especializados (03 fisioterapeutas, 01 técnico em enfermagem, 01 equoterapeuta, 01 equitador e 01 motorista), bem como das despesas proporcionais referentes a 13º salário, férias e 1/3 constitucional, conforme Plano de Trabalho (ID 4278936), beneficiando aproximadamente 272 (duzentos e setenta e dois) usuários. Preceitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Estadual 3.122/2013.

Valor: R$ 169.837,73 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos)

Prazo de vigência: De 23 de setembro de 2026 até 23 de maio de 2027.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21.010/2026 - SEMSAU

GABRIEL SANTOS DALLA COSTA
Secretário Municipal de Saúde
Decreto n.º 21.864/2025

Publicado por:
Fatima Eliane Tomé
Código Identificador:3EC12415

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 344/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2052/2026/SEMSAU SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO, RESERVA DE COTAS E LOTES EXCLUSIVOS

Objeto: Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Bolsas, Bonés, Camisetas, Coletes, Protetor Solar e Uniformes, para atender as . Com o valor total estimado em R$ 684.193,13.
A Prefeitura de Ariquemes/RO, através da Pregoeira designada pelo Decreto nº. 23385 de 07 de janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o Nº 344/2026 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, Cód. UASG: 450522, na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura Municipal de Ariquemes. Envio das propostas poderá ser feito das 09h00min do dia 02/10/2026 até às 09h00min do dia 15/10/2026. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 15/10/2026 (Horário de Brasília). A retirada do edital está disponível no site www.gov.br/compras e www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao, sendo que a sessão pública será pelo site www.gov.br/compras(Comprasnet). Informações na Sala da Superintendência Municipal de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min. (Horário Local). Mais informações, através do telefone (69) 3516-2020/2021 pelo e-mail pregaopma@hotmail.com

Ariquemes(RO), 24 de setembro de 2026.

DAIANE VIEIRA PACÍFICO
Pregoeira

Publicado por:
Daiane Vieira Pacifico
Código Identificador:12E621A7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Valtair Fritz dos Reis**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Superintendência de Licitação e Contratos e Parecer Jurídico, **homologa e adjudica** o resultado dos procedimentos administrativos realizados **através do INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 047/SLC/2026**, Processo Administrativo n° **3121-2026/SEMAST**, **objeto:** (Custeio de taxa de inscrição para participação de servidor no Curso de "Elaboração Das Peças Na Prática, ETP, Mapa De Riscos, Termo De Referência, em conformidade com a Lei 14,133/2021- com uso da Inteligência Artificial" no formato presencial em Ariquemes/RO.) baseado no Caput do Artigo 74 e em razão do seu inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021, **em favor de**:

CERTAME-CONSULTORIA, TREINAMENTO E SERVIÇOS - CNPJ: 10.176.098/0001-96 a proposta no valor de R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Buritis, 24 de Setembro de 2026.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:5726F2F1

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Valtair Fritz dos Reis**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Superintendência de Licitação e Contratos e Parecer Jurídico, **homologa e adjudica** o resultado dos procedimentos administrativos realizados **através do Pregão Eletrônico nº: 53/2026/SLC**, Processo Administrativo n° **3272-2025/SEMOSP**, **objeto:** (Futura e eventual aquisição de ferramentas, equipamentos, acessórios e componentes destinados à manutenção da infraestrutura rural e urbana.) de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 123/06 **em favor das empresas**:

SANTOS COMERCIO E SOLUCOES EM ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ: **18.105.790/0001-35**, a proposta no valor de R$ 24.404,00 (vinte e quatro mil ,quatrocentos e quatro reais).

COMERCIAL ARRUDA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA – CNPJ: **15.118.338/0001-10**, a proposta no valor de R$ 1.827,00 (mil oitocentos e vinte e sete reais).

A L X COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: **52.014.162/0001-82** a proposta no valor de R$ **11.388,50** (onze mil trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ: **52.386.933/0001-62**, a proposta no valor de R$ 30.563,65 (trinta mil quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

65.793.274 CALIEL CANDIDO VASCONCELOS ARAUJO - CNPJ: **65.793.274/0001-20** a proposta no valor de R$ 62.794,85 (sessenta e dois mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

BARBOSA COMERCIO DE MATERIAIS PRA CONSTRUCAO LTDA – CNPJ: **44.638.553/0001-40** a proposta no valor de R$ 5.851,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta e um reais).

GILSON MONTEIRO DA SILVA LTDA – CNPJ: **63.615.058/0001-60** a proposta no valor de R$ 2.875,00 (dois mil oitocentos e setenta e cinco reais).

ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA – CNPJ: **46.423.434/0001-03** a proposta no valor de R$ 1.782,20 (mil setecentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).

Buritis, 24 de Setembro de 2026.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:281F0724

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL 2027-2030 DO CACS-FUNDEB, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro do ano de 2026, às 08h00min, na sala do Conselho do CACS-FUNDEB, localizada na Avenida Porto Velho, nº 1340, Setor 02, no município de Buritis/RO, realizou-se a 2ª Reunião da Comissão Especial Eleitoral 2026-2030 do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB. A reunião contou com a presença dos seguintes membros da Comissão Especial Eleitoral: Ana Cristina Mantai Von-Rondon Coelho, Presidente da Comissão e representante de pais de alunos da Educação Básica; Edi Carlos Pereira da Silva, membro e representante dos professores da Educação Básica; Luciana de Souza, membro e representante de Organização da Sociedade Civil; e Patrícia de Sousa Marques, membro e representante de pais de alunos da Educação Básica. A Presidente da Comissão Especial Eleitoral, Ana Cristina Mantai Von-Rondon Coelho, declarou aberta a reunião, dando as boas-vindas aos presentes. Em seguida, apresentou a pauta do dia, composta pelos seguintes assuntos: I – leitura e aprovação da ata da reunião anterior; II – deliberação sobre os encaminhamentos referentes ao processo de composição do novo CACS-FUNDEB, para o mandato 2027-2030; III – elaboração e expedição dos ofícios aos órgãos, entidades e segmentos responsáveis pela indicação ou escolha de seus representantes titulares e suplentes; IV – definição dos prazos para recebimento das indicações e da documentação dos representantes; V – organização e definição dos próximos procedimentos do processo eleitoral; e VI – demais assuntos pertinentes à composição do novo CACS-FUNDEB, em conformidade com a Lei Federal nº 14.113/2020, a Lei Municipal nº 1.526/2021 e o Edital de Convocação. Dando continuidade aos trabalhos, foi realizada a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada pelos membros presentes. Na sequência, foram tratados os encaminhamentos necessários ao andamento do processo de composição do novo CACS-FUNDEB. O Edital de Convocação foi elaborado para publicação, e os ofícios destinados aos órgãos, entidades e segmentos competentes, foram elaborados para posterior encaminhamento, com a finalidade de solicitar as indicações dos respectivos representantes titulares e suplentes. Ficou estabelecido o período de 28 de setembro de 2026 a 30 de outubro de 2026 para o recebimento das indicações e da documentação dos representantes. Quanto à próxima reunião da Comissão Especial Eleitoral, ficou definido que sua realização será agendada conforme a necessidade e o andamento dos procedimentos relacionados ao processo de composição do Conselho. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião. Eu, Edi Carlos Pereira da Silva, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.
Buritis/RO, 24 de setembro de 2026.

ANA CRISTINA MANTAI VON-RONDON COELHO
Presidente da Comissão
Decreto nº 16.680/2026

EDI CARLOS PEREIRA DA SILVA
Membro/ Professores da Educ. Básica
Decreto nº 16.680/2026

LUCIANA DE SOUZA
Membro/ Membros de Org. da Sociedade Civil
Decreto nº 16.680/2026

PATRICIA DE SOUSA MARQUES
Membro/ Pais de Alunos da Educ. Básica
Decreto nº 16.680/2026

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:5BDB99EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA DA 7ª REUNIÃO DO CACSFUNDEB, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO

Aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2026, às 08h00, na sala do Conselho do CACS-FUNDEB, localizada na Avenida Porto Velho, nº 1340, Setor 02, no município de Buritis/RO, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB. A reunião contou com a presença de representantes dos seguintes segmentos: Organizações da Sociedade Civil; Estudantes da Educação Básica; Conselho Municipal de Educação; Professores da Educação Básica; Diretores das Escolas Públicas da Educação Básica; Poder Executivo Municipal; Servidores Técnico-Administrativos das Escolas de Educação Básica; e Pais de Alunos da Educação Básica. A Vice-Presidente do Conselho, Sra. Patrícia de Sousa Marques, declarou aberta a reunião, dando as boas-vindas aos presentes. Em seguida, apresentou a pauta do dia: I – Apresentação dos pareceres das Comissões I, II, III e IV; II – Comissão Especial Eleitoral para a eleição dos novos conselheiros, referente ao mandato 2027-2030; III – Cronograma de visitas para verificação in loco; IV – Nota de esclarecimento sobre servidora que exerce mandato classista e está na folha do FUNDEB 70%, bem como sobre processo judicial já julgado; V – Outros informes. Dando continuidade à reunião, a Comissão III (Licitações, Notas Fiscais e Empenhos) apresentou Relatório de Fiscalização referente ao processo de continuidade da construção da Creche/Pré-Escolar, localizada no Setor 08, no município de Buritis/RO. Após análise realizada pela comissão, verificou-se que os valores constantes nos empenhos, na liquidação, na ordem de pagamento e nos comprovantes bancários apresentam correspondência, não tendo sido identificadas divergências financeiras ou duplicidade de pagamento nos recursos da ficha analisada. Na sequência, a Vice-Presidente, Sra. Patrícia de Sousa Marques, apresentou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, referente à retificação do relatório do 2º Bimestre de 2026. A Vice-Presidente reforçou a importância da realização de visitas pelas comissões, com o intuito de fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do FUNDEB. Deste modo, ficou decidido que, no dia 08 de outubro de 2026, serão realizadas visitas às Escolas Municipais, no período matutino, e, às 14h00, será realizada Reunião Ordinária do CACS-FUNDEB. Com relação ao item referente à nota de esclarecimento sobre servidora que exerce mandato classista e está na folha do FUNDEB 70%, bem como ao processo judicial já julgado, este Conselho deliberou que não emitirá a referida nota, por se tratar de matéria relacionada a processo judicial já julgado, cabendo ao órgão competente o cumprimento da decisão judicial. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Egly da Costa Freitas, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Buritis/RO, 10 de setembro de 2026.

GISELE APARECIDA DOS SANTOS
Presidente do CACSFUNDEB

PATRICIA DE SOUSA MARQUES SILVA
Vice-Presidente do CACSFUNDEB

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:1BC84726

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO ELEITORAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, ATRAVÉS DA COMISSÃO ELEITORAL NOMEADA PELO DECRETO nº 16.680/2026/GAB/PMB/2026 de 20 de agosto de 2026, pelo presente Edital convoca os interessados em participar do Processo Eleitoral para concorrer às vagas do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, constituído pela Lei Federal 14.113/2020 de 25 de dezembro de 2020 e Municipal nº 15.26/2021 de 24 de março de 2021.

Artigo 1º - DA COMPOSIÇÃO:
O Conselho será constituído pelos representantes previstos nos incisos IV e §1º do art. 34 da Lei Federal nº 14.113/2020, totalizando 13 (treze) membros titulares na composição básica, acrescidos, quando houver no Município, dos representantes das escolas indígenas, das escolas do campo e das escolas quilombolas, conforme representação e indicação sendo:
I. 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação e ou Órgão Educacional equivalente;
II. 1 (um) representante dos Professores das escolas públicas municipais;
III. 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas municipais;
IV.1(um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básica públicas municipais;
V. 2 (dois) representantes dos pais de alunos das escolas básicas públicas municipais;
VI. 2(dois) representantes dos estudantes da educação básica pública municipal, dos quais 1(um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas, quando houver;
VII. 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME),
VIII. 1(um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;
IX. 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;
X. conforme o art. 3º da lei municipal 1526/2021/24/03/2021 § 1º integrará ainda o conselho municipal do fundo, quando houver;
I .1 (um) representante das escolas indígenas;
II .1 (um) representante das escolas do campo;
III 1 (um) representante das escolas quilombolas;
§ 1. Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI e IX deste Artigo serão indicados pelas respectivas representações após processo eletivo organizado para escolha, pelos respectivos pares.
§ 2. Os membros de que tratam os incisos VII e VIII, deste Artigo serão indicados pelo Colegiado dos respectivos Conselhos.
§ 3. os membros que tratam o inciso X só serão inseridos em caso de existirem representatividades no município.
§ 4. Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo.
§ 5. Os representantes titulares e suplentes dos gestores das escolas públicas municipais deverão ser gestores aprovados pela Gestão Democrática, conforme Lei nº 1856/2023.

Artigo 2º - DA INSCRIÇÃO DE INDICADO POR SEGMENTO:
I. Os representantes serão inscritos, via ofício e preenchimento de ficha própria modelo anexo, a serem protocolados na sala dos conselhos, situada na Rua Theobroma, nº1580, Setor 02, pelo segmento interessado no período de 28 setembro à 30 outubro 2026, no horário das 08h00min às 13h00min.
II. O não cumprimento de prazos e de procedimentos para indicação implica em inelegibilidade.

Artigo 3º - DOS IMPEDIMENTOS:
São impedidos de integrar o Conselho CACS FUNDEB:
I. Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Diretores dos Departamentos Municipais;
II. Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do CACS FUNDEB, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;
III. Estudantes que não sejam emancipados;

IV. Pais de alunos que: Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal, ou prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal;
V. Os incisos I, II, III e IV estão amparados nas leis federal e municipal no Artigo 34º, Parágrafo - § 5 da Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, e Artigo 3º Parágrafo § 5 da lei municipal 1526/2021 de 24 de março de 2021.
VI. De acordo com o Artigo 34º, Parágrafo - § 6 da Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, e Artigo 3º Parágrafo § 6 da lei municipal 1526/2021 de 24 de março de 2021.A Presidência do Conselho não poderá ser exercida pelos membros representantes do Poder Executivo.
VII. De acordo com o Artigo 33º, Parágrafo - § 9 da Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, e Artigo 3º Parágrafo § 9 da lei municipal 1526/2021 de 24 de março de 2021. O mandato dos membros dos conselhos do Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.
VIII. De acordo com o Artigo 42º parágrafo § da Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, e Artigo 4º Parágrafo § 2 da lei municipal 1526/2021 de 24 de março de 2021. 2º No caso dos conselhos municipais, o primeiro mandato dos conselheiros extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2026.

Artigo 4º - DA SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS.
O suplente substituirá o titular do Conselho do CACSFUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:
I – Desligamento por motivos particulares;
II – Rompimento do vínculo do estabelecimento ou segmento que representa;
III – Situação de impedimento incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.
IV - Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo, o
estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.
V - Na hipótese em que o titular e o suplente incorrer simultaneamente na situação de
afastamento definitivo, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do CACS FUNDEB.

Artigo 5º– PERÍODO DE VIGÊNCIA
O mandato deste conselho se iniciará em 01/01/2027 e encerrará em 31/12/2030, totalizando 4 (quatro) anos, sendo vedada a recondução para o mandato subsequente, em conformidade com as legislações vigentes.

Artigo 6º - DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DO FUNDEB
Compete ao Conselho do CACS FUNDEB:
I - Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
II - Supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do CACS FUNDEB;
III - Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;
IV - Emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal;
V – Outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça;

Artigo 7º – DA CONVOCAÇÃO
I. Ficam convocadas as categorias através deste Edital para realização de Assembleia Geral, por segmento que ficará a cargo da comissão eleitoral do Conselho do CACSFUNDEB a realização das eleições. As Assembleias serão realizadas na SALA DOS CONSELHOS, SITUADO NA RUA THEOBROMA, Nº 1580, SETOR 02, no dia 09 de NOVEMBRO de 2026, de acordo com o seguinte cronograma:
II. Assembleia dos Representantes do segmento de Pais de Alunos das escolas públicas municipais da Educação Básica Pública Municipal a partir das 8h.
III. Assembleia dos Representantes do Segmento dos Estudantes da Educação Básica Pública Municipal a partir das 9h.
IV. Fica a cargo do segmento dos diretores das escolas públicas municipais de educação básica a escolha em assembleia de seus respectivos representantes, mediante processo eletivo organizado especificamente para esse fim e realizado pelos respectivos pares.
V. Fica a cargo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais a escolha em assembleia dos representantes do segmento de professores e servidores técnicos administrativos das Escolas Públicas Municipais, assim como posteriormente indicação à comissão eleitoral o ofício da referida escolha e comprovante de inscrição preenchido devidamente.
VI. A documentação concernente ao processo de organização ficará sob a guarda da Comissão Eleitoral organizadora que, após a conclusão, protocolada em inteiro teor, na Secretaria De Educação para que sejam tomadas as devidas providências.

Artigo 8º – DA ESCOLHA E COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS.
I. A escolha dos membros citados no artigo 7º será feita através das Assembleias, com votação aberta, por aclamação.
II. Serão considerados eleitos Titulares de acordo com seu respectivo segmento, os candidatos que obtiverem maior número de votos e os demais como suplentes na ordem de classificação.
III. Em caso de empate prevalecerá o candidato com a maior idade.
IV. Todos os professores e servidores municipais efetivos das unidades escolares bem como os Pais de Alunos, e alunos que atingiram a maioridade e cumpram todos os requisitos estabelecidos neste edital poderão votar e serem votados devendo obedecer às exigências estabelecidas pela Comissão eleitoral.
V. Os membros eleitos serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo e iniciarão seu mandato no dia 01/01/2027, subsequente à publicação oficial.

Artigo 9º – DA ESCOLHA DA PRESIDÊNCIA.
I. Nesta composição o Presidente exercerá mandato de 4 (quatro) anos, sendo vedada a reeleição por mais um mandato.
II. Após a publicação oficial do ato de nomeação dos membros titulares e suplentes que comporão o CACS-FUNDEB para o mandato 2027–2030, será realizada Assembleia Geral Extraordinária para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, dentre os membros do Conselho aptos ao exercício das funções, mediante escrutínio secreto.
III. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada na Sala dos Conselhos, situada na Rua Theobroma, nº 1580, Setor 02, em data e horário a serem definidos e previamente comunicados aos membros do Conselho, após a publicação oficial mencionada no inciso anterior.

Artigo 10º – CONSIDERAÇÕES GERAIS.
As medidas transitórias que se fizerem necessárias serão tomadas pela Comissão Eleitoral do CACS-FUNDEB, Secretaria Municipal de Educação e Procuradoria Jurídica do Município, conforme o caso, devendo o mesmo ser registrado em Ata.
Buritis, 24 de setembro de 2026.

ANA CRISTINA MANTAI VON-RONDON COELHO
Presidente da Comissão Eleitoral
Decreto nº 16.680/GAB/PMB/2026

FICHA DE INSCRIÇÃO:
INDICAÇÃO DE MEMBROS POR SEGMENTO

(A ficha de inscrição deverá estar acompanhada de ofício de encaminhamento e da qualificação completa do indicado)
juntamente com cópia do RG E CPF.

Instituição/Unidade:_____
Endereço:_____
Contato Telefônico: _____
Correio Eletrônico: _____
Indicação (nome): _____

RG:_____ Órgão Emissor: _____UF:____ Data de Emissão RG:___/____/___
Data de nascimento: ____/____/____ CPF:_____
Título de Eleitor:_____ Seção Eleitoral: _____ Zona Eleitoral:_____
Profissão:_____
Escolaridade:_____
Endereço Residencial: _____
Contato telefônico: _____
Correio eletrônico: _____
Favor assinalar o segmento:
( ) Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais de Educação Básica.
( ) Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Educação Básica.
( ) Representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais de Educação Básica.
( ) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais de Educação Básica.
( ) Representante dos estudantes das escolas Públicas Municipais de Educação Básica(maiores de 18 anos).
( ) Representante do Conselho Municipal de Educação,
( ) Representante do Conselho Tutelar.

( ) Representante de Organizações da Sociedade Civil.

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:6CDC25E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2026

A Presidente da COMISSÃO ELEITORAL 2026, no uso das atribuições que lhe são conferidas resolve:
Convocar os membros conselheiros a participarem da segunda reunião, que se realizará no dia 24/09/2026, QUINTA - FEIRA, às 07h 30min, na sala dos conselhos, anexo ao CETEFIC, prédio da antiga câmara de vereadores, acima da loja Renove Acessórios. Onde será tratado a pauta de:
-Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
-Deliberação sobre os encaminhamentos referentes ao processo de composição do novo CACS-FUNDEB, mandato 2027–2030;
-Elaboração e expedição dos ofícios aos órgãos, entidades e segmentos responsáveis pela indicação ou escolha de seus representantes titulares e suplentes;
-Definição dos prazos para recebimento das indicações e da documentação dos representantes;
-Organização e definição dos próximos procedimentos do processo eleitoral;
-Demais assuntos pertinentes à composição do novo CACS-FUNDEB, em conformidade com a Lei Federal nº 14.113/2020, Lei Municipal nº 1.526/2021 e Edital de Convocação.

Contamos com a presença de todos.
Buritis – RO, 21 de setembro de 2026.

ANA CRISTINA MANTAI VON-RONDON COELHO
Presidente da Comissão Eleitoral
Decreto nº 16.680/2026

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL 2026

TITULARES

NOMES	FUNÇÃO	REPRESENTATIVIDADE
Ana Cristina Mantai Von-Rondon Coelho	Presidente	Pais de alunos Educ. Básica
Zeni Siqueira	Vice-Presidente	Servidores Téc. Administrativos
Edi Carlos Pereira da Silva	Membro	Professores da Educ. Básica
Luciana de Souza	Membro	Membros de Organização da Sociedade Civil
Patricia de Sousa Marques	Membro	Pais de Alunos da Educ. Básica

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:A14DA5B0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 39/2026 Processo nº 1-317/2026

O Município de Cacaulândia/RO torna público que conheceu da impugnação apresentada por Barbosa Comércio de Materiais para Construção Ltda. e a julgou improcedente quanto à alegação de ilegalidade dos descontos mínimos previstos no edital. A decisão integral está disponível nos autos do processo e na plataforma da licitação.
Cacaulândia/RO, 25 de setembro de 2026.

ADRIE APARECIDA BIAZATTI DANIELETTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Código Identificador:10A2F704

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
AVISO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 PROCESSO Nº 3-60/2026

AVISO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 PROCESSO Nº 3-60/2026
A Prefeitura Municipal de Cacaulândia, através do Prefeito, torna público, para conhecimento de todos os interessados a adjudicação e a homologação do Pregão Eletrônico nº 38/2026 que tem por objeto: Contratação de empresa especializada através da Ata de registro de preços, para a prestação de serviços de atividades físicas orientadas, mediante disponibilização de espaço físico adequado para a execução dos serviços, devidamente equipado, contendo piscina em condições adequadas de uso, higiene e segurança, bem como de profissional de Educação Física habilitado e regularmente registrado no Conselho Regional de Educação Física (CREF), para ministrar aulas de natação destinadas a crianças e adolescentes e aulas de hidroginástica destinadas a idosos e gestantes do Município de Cacaulândia/RO**,** em favor da empresa: Odelina Fernandes da Silva-CNPJ-18.296.297/0001-40, no valor de R$ 83.199,96 (oitenta e três mil, cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

Cacaulândia/RO, 25 de setembro de 2026

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:1457C808

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº 7268GP/2026

DECRETO Nº 7268/GP/2026 de 25 de setembro de 2026

"TRANSPOSICIONA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL de Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere o art.6º, da Lei nº 1470 de 22 de dezembro de 2025 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2026.

DECRETA:

Art.1º. Ficam transposicionados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº1470, de 22 dezembro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO
ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
02 05 00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha: 166 12.361.1003.2040.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ 210.104,08
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA
Ficha: 167 12.361.1003.2040.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ 35.500,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Ficha: 170 12.361.1003.2040.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ 58.000,00
3.1.91.13.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$ 303.604,08

REDUÇÕES
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
02 05 00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha: 172 12.365.1003.2042.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -200.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA
Ficha: 176 12.365.1003.2042.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -48.036,05
3.1.91.13.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
Ficha: 178 12.365.1003.2043.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -15.568,03
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Ficha: 181 12.365.1003.2043.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -40.000,00
3.1.91.13.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$ -303.604,08

Publicado por:
Marcia Madeira de Souza Rodrigues
Código Identificador:2B2298DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº 7269GP/2026

DECRETO Nº 7269/GP/2026 de 25 de setembro de 2026

"TRANSFERE RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL de Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere o art.6º, da Lei nº1470, de 22 dezembro de 2025 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2026.

DECRETA:

Art.1º. Ficam transferidos na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1470, de 22 de dezembro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
02 05 00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha: 117 12.122.1001.2002.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$ 5.300,00
3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES T

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 5.300,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
02 05 00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha: 121 12.122.1001.2002.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$ -5.300,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$ -5.300,00

Publicado por:
Marcia Madeira de Souza Rodrigues
Código Identificador:F1AEC395

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2026 PROCESSO Nº. 1-144/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA.
VENCEDORES: N C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA -CNPJ-23.496.174/0001-92, no valor de R$ 24.699,99 (vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
OBJETO: Registro de preço para eventual e futura aquisição de toner, cartucho e kit de tintas, por um período de 12 (doze) meses.
PRAZO DE VALIDADE:12 (doze) meses a partir da publicação no PNCP.

Cacaulândia, 24 de setembro de 2026.

PAULO AURELIO SOUZA DOS SANTOS
Diretor de Atas Registros de Preços e Contratos

Publicado por:
Paulo Aurelio Souza Dos Santos
Código Identificador:6C73518D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO
A Prefeitura do Município de Cacaulândia/RO por meio do Prefeito Municipal torna público a adesão à Ata de Registro de Ata de Registro de Preço n° 010/2026 do Pregão Eletrônico nº 007/2025 - Processo nº 014/2025, tendo como órgão gerenciador o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de MG - COMGRANBEL . A presente adesão tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento, entrega, instalação/montagem, treinamento, garantia e assistência

técnica de itens RENEM de mobiliário hospitalar, equipamentos médico-assistenciais e acessórios de apoio, tendo como Empresa registrada na Ata: MINAS INDUSTRIA DE MOVEIS HOSPITAR LTDA - CNPJ nº 34.237.336./0001-94 situada na Rua Maria Claudina Rocha Silva, nº 150 Bairro Areias, Ribeirão das Neves/MG, sendo o Item aderido: 1- Mobiliário hospitalar equipamentos médico-assistenciais e Apoio, Apoio Laboratorial, Gerais, Infraestrutura e Item Industrial Infraestrutura e Item Industrial totalizando o valor de R$ 437.752,49 (quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos)

Cacaulândia/RO, 25 de setembro de 2026

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:C639C057

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 189, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia o Conselho de Alimentação Escolar - CAE e dá outras providências.

ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), em cumprimento as determinações da Lei nº 11.947/2009, e conforme disposto no capítulo VII, da Resolução CD/FNDE nº 04, de 26 de fevereiro de 2026:

Representante do Poder Executivo:
Titular: Marco Aurélio Pereira de Oliveira Alves;
Suplente: Márcio da Costa Murata.

Representantes Profissionais da Educação Básica:
Titular: Maria Ines Santos Mattge;
Suplente: Rosa Helena Mendes Marques.

Representantes de Pais de Alunos da Educação Básica:
Titular: Abimael Teixeira da Silva;
Suplente: Franciele Mendes Marques.

Representantes da Sociedade Civil:
Titular: Pedro Niedemeyer do Prado;
Suplente: Nicole da Silva Batista Nascimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, em especial o Decreto n 141/2022.

ADEILSON CORREIA DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:1507EA9F

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 725 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia servidores para atuarem como fiscais do contrato n° 142/2026 contido no processo n° 11-1549/2026 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 11-1549/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidores abaixo relacionados para atuarem como fiscais do contrato n° 142/2026 contido no processo n° 11-1549/2026, Referente à Contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada para gerenciamento de áreas contaminadas–gac, incluindo atividades de campo e elaboração de estudos (avaliação preliminar e projeto técnico de encerramento) para as áreas de disposição inadequadas deresíduos (lixões) dos municípios consorciados no âmbitodo CISANCENTRAL/RO**.**

Fiscais Dos Contratos

Função	Servidor	Matrícula
Gestor	Catieli Oliveira De Sousa	25111
Fiscal	Yago Rafael Guedes De Oliveira	26805
Fiscal Técnico	Valdinei Ferreira Geraldo	26894
Fiscal Técnico/Substituto	Cristina Moreira Da Silva	26818

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:6B7B2B4E

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 828, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera membros nomeados pela Portaria n° 1071/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, no processo Eletrônico n° 11-1503/2025:

RESOLVE:

Art. 1º Altera membros nomeados pela Portaria n° 1071/2025, que compõem a Comissão de Recebimento do Processo 1503/2025, Referente à Eventual e futura aquisição de combustíveis, com abastecimento direto na bomba, na sede do Município de Campo Novo de Rondônia e em seus Distritos na Zona Rural, Rio Branco e Três Coqueiros da Secretaria Municipal De Obras e Serviços Públicos, ficando responsáveis os servidores listados abaixo:

NOME	Matricula	Função/cargo
Cesar Rodrigo Da Silva	26866	Chefe De Operações De Máquinas
Wilton Prates da Silva	24447	Gerente De Manutenção E Controle De Frotas
Marcos Da Silva Sousa	25554	Diretor De Departamento
Wemerson Penas Fortunato	26943	Diretor De Departamento

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ADEILSON CORREIA DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:5C0FD221

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 829 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia servidores para atuarem como fiscais do contrato n° 153/2026 contido no processo n° 11-1924/2026 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 11-1924/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidores abaixo relacionados para atuarem como fiscais do contrato n° 153/2026 contido no processo n° 11-1924/2026, Referente àEventual Contratação de empresa especializada para realização de manutenção de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de peças e componentes, da secretaria municipal de administração.

Fiscais Dos Contratos

Função	Servidores	Matrícula
Gestor	Cristiane Izabel Murata	26536
Fiscal Administrativo	Geovana de Souza Cavichon	26559
Fiscal Técnico	Allyson Kaique Klippel Lopes	26550

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ADEILSON CORREIA DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:DF0DC79B

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 830, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede auxílio-doença do servidor Antônio Juventino Alves Vieira e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 10-1668/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 12 (Doze) dias de auxílio-doença em favor do servidor **Antônio Juventino Alves Vieira**, matricula 24942, cargo Trabalhador Braçal, pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir de 21/09/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a partir de 21/09/2026**.**

[Documento Assinado Eletronicamente]
ADEILSON CORREIA DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:E266BF79

DEPTO DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO PESSOAL
EDITAL CONVOCAÇÃO 056

A Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia RO, através daSecretaria Municipal de Educação – SEMED. Edital nº. 001/2025-SEMED de 06 de janeiro de 2025, com homologação do Resultado Final em 21 de fevereiro de 2025. Os candidatos aprovados serão convocados de forma imediata de acordo com o número de vagas ofertadas no presente Processo Seletivo, através de Edital de convocação e publicação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Mural da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia, no Diário dos Municípios no sítio eletrônicohttp://www.diariomunicipal.com.br/arom, e Portal da Prefeiturahttp://www.camponovo.ro.gov.br, para assinatura de Contrato de Trabalho, devendoseapresentarna Secretaria Municipal de Educação no Município de Campo Novo de Rondônia, no prazomáximo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do Edital de Convocação e fazer entrega dosseguintesdocumentos: a) Atestado de sanidade física e mental; b) Uma fotografia 3x4 recente e colorida; c) Cópia do RG, frente e verso; d) Cópia do CPF; e) Cópia do título eleitoral, frente e verso; f) Cópia da CTPS, frente e verso; g) Cópia da Certidão de Nascimento/Casamento; h) Cópia da Reservista, se do sexo masculino; i) Cópia daCarteira nacional de habilitação - CNHválidadacategoriaexigida (categoria Dou superior) e Curso Especializado para condutores de Veículos de Transporte Escolar conforme Lei 9503/1997; j) Cópia do Cartão PIS/PASEP; k) Cópia do Comprovante de escolaridade exigido para o cargo e histórico; l) Cópia do Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral; m) Conta Bancária do Banco do Brasil nominal (conta corrente e/ou salário); n) Declaração de que, firmado o contrato, não estará acumulando mais de dois cargos ou empregos públicos, conforme vedação expressa no art. 37 XVI, c, da Constituição Federal, e que os dois juntos não excederão o que está previsto em Lei; o) Certidão negativa de débitos municipais e estaduais; p) Certidão negativa do Tribunal de Contas; q) Certidão negativa de antecedentes criminais, estadual e federal de 1º e 2º grau,www.tjro.jus.breportal.trf1.jus.br; r) Certidão negativa de ações civis e criminais Resolução 156/CNJ. s) Comprovante de residência; t) Caso tenha filho(s), Cópia do CPF, Certidão de nascimento, Cartão de vacina dos filhos até 03 (três) anos e Comprovante de matrícula escolar dos acima de 04 anos. u)Telefone para contato. **12.2**O candidato convocado para assinatura de Contrato de Trabalho que não comparecer dentro do prazo preestabelecido no**item nº 12.1**será tido como desistente, podendo, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação. **12.3.**Ao candidato convocado fica vedado qualquer tipo de transferência para outros órgãos das Administrações Públicas Municipais, Estaduais e Federais. **12.4.**Durante a vigência do contrato o candidato deverá apresentar certidão negativa de antecedentes criminais atualizadas a cada 90 (noventa) dias e deverá ser entregue na SEMEC.

NOME	CARGO	COL	LOTAÇÃO
Jessica Prata de Jesus Oliveira	Professor NV II Serie Inicial 40h	94º	E.M.E.I.F. Cassiano Ricardo
Ingrid Caudal Magalhaes	Nutricionista	09º	Sec. Educação/SEMED

Campo Novo de Rondônia - RO, 25 de setembro de 2026.

ADEILSON CORREIA DA SILVA
Prefeito em Exercício.

Publicado por:
Maria Guedes Martins
Código Identificador:FE38EA1B

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
ATA 07/2026/COFIS

CONSELHO FISCAL
(Lei de Criação nº. 777/2017 Alterado pela Lei 839/2019).

ATA DE REUNIÃO ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPECAN – COFIS – 2026
Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2026, às 14h00min, foi realizada de forma presencial a 7ª (sétima) Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia – IPECAN, na Av. Costa e Silva, 2021 – Centro, Campo Novo de Rondônia/RO. Estiveram presentes os conselheiros Claudio de Paula Silva (Presidente), Beatriz de Oliveira Cardoso (Secretária) e Alcirlene Garcia de Souza Ribeiro (Membro Titular). Havendo quórum regimental, deu-se início à reunião. O Presidente cumprimentou os conselheiros presentes e deu abertura aos trabalhos, passando à análise dos documentos da pauta do dia: 1. Ofício nº 196/2026/IPECAN – Prestação de Contas do mês de agosto/2026 (ID 644815);
2. Parecer Mensal do Comitê de Investimentos – agosto/2026 (ID: 643741);
3. Relatório Mensal de Investimentos – agosto/2026/Infinity (ID: 644827).
1. Apreciação do Ofício nº 196/2026/IPECAN – Prestação de Contas de agosto/2026

O Conselho Fiscal procedeu à análise das informações financeiras e previdenciárias apresentadas no Ofício nº 196/2026/IPECAN. Registrou-se que a Lei Municipal nº 1.323/2026, vigente a partir de 1º de agosto de 2026, alterou o plano de custeio do RPPS, estabelecendo a contribuição patronal em 14%, o aporte para cobertura do déficit atuarial em 6,73% e mantendo a taxa de administração em 4,32%. A previsão orçamentária das receitas para o exercício de 2026 é de R$ 24.307.708,05, tendo as receitas acumuladas até 31 de agosto alcançado R$ 17.476.621,22, correspondentes a aproximadamente 71,9% da previsão anual. No mês de agosto, a arrecadação foi de R$ 2.344.910,33.

O patrimônio líquido do Instituto encerrou o mês de agosto em R$ 107.502.691,80. Os recursos permanecem distribuídos entre quatro instituições financeiras, com predominância das aplicações em renda fixa. No mês, a carteira apresentou rentabilidade de 1,17%, frente à meta atuarial de 0,14%. No acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou 9,54%, enquanto a meta atuarial acumulada foi de 6,97%, correspondendo ao atingimento de 136,81% da meta.

Em relação à Taxa de Administração, o valor apurado para 2026 é de R$ 905.458,52, dos quais R$ 561.472,59 foram empenhados e R$ 485.227,22 pagos, restando R$ 76.245,37 a pagar. O Conselho também tomou ciência das demais informações relativas às despesas, parcelamentos, benefícios e compensação previdenciária. Até 31/08/2026, o IPECAN possuía 143 benefícios em pagamento, sendo 101 aposentadorias e 42 pensões.

Para adquirir um veículo, uma tenda e painéis solares, foi orçado o valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), dos quais houve o empenho de R$ 197.825,47 (cento e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos). Foi aberto crédito adicional especial por superávit financeiro no orçamento vigente, para a correta execução orçamentária e financeira dos recursos, isto, por se tratar de valores oriundos de superávit financeiro de exercícios anteriores.

No ofício de prestação de contas referente a agosto de 2026 consta que não há registros de débitos previdenciários referentes às contribuições patronais e seguradas do Ente Municipal, Câmara e Autarquias.

Após a análise das informações apresentadas, o Conselho Fiscal APROVA SEM RESSALVAS as contas referentes ao mês de agosto de 2026.

2. Parecer Mensal do Comitê de Investimentos – agosto/2026

O Conselho tomou ciência do Parecer de Análise do Relatório Mensal de Investimentos elaborado pelo Comitê de Investimentos. Conforme o documento, o patrimônio líquido do IPECAN atingiu R$ 107.502.691,80, distribuído em 27 fundos, sendo 25 ativos de renda fixa (94,25% do patrimônio) 01 ativo de renda variável (3,34% do patrimônio) e o outro de investimentos estruturados (2,40% do patrimônio).

O parecer do Comitê mostra que os investimentos permanecem enquadrados nos limites aplicáveis, em conformidade com a Política Anual de Investimentos e com a Resolução CMN nº 5.272/2025. Registrou-se ainda a orientação da assessoria de investimentos quanto à realocação dos recursos aplicados no fundo BB Fluxo Soberano para outro fundo de renda fixa com estratégia de rentabilidade prefixada.

3. Relatório Mensal de Investimentos – agosto/2026 (Infinity)

O Conselho Fiscal analisou o Relatório Mensal de Investimentos elaborado pela Consultoria Infinity, verificando compatibilidade entre os dados apresentados e as informações constantes no Parecer do Comitê de Investimentos O relatório demonstra que a carteira permanece predominantemente alocada em renda fixa, correspondendo a 94,25%, seguida de renda variável, com 3,34%, e investimentos estruturados, com 2,40%, observados os parâmetros da Política Anual de Investimentos e da legislação aplicável. O patrimônio líquido consolidado ao final do período foi de R$ 107.502.691,80.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 16h05min, sendo lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

[Assinado eletronicamente]
Claudio de Paula Silva
Presidente do Conselho
(CP RPPS COFIS I /479958950292611)
Decreto nº 140/2026

[Assinado eletronicamente]
Beatriz de Oliveira Cardoso
Secretária
(CP RPPS COFIS I /276772274162701)
Decreto nº 140/2026

[Assinado eletronicamente]
Alcirlene Garcia de Souza Ribeiro
Membro Titular
(CP RPPS COFIS I /067016213812901)
Decreto nº 140/2026

PARECER 19/2026 CONSELHO FISCAL COFIS

Os membros do Conselho Fiscal (COFIS), participantes da 7ª (sétima) Reunião Ordinária de 2026 do Conselho Fiscal (COFIS), Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia/IPECAN, ocorrida em 22 de setembro de 2026, conforme o cronograma de reuniões ordinárias, no desempenho de suas competências de que trata o artigo nº 78 da lei nº 839/2019, de 31 de março de 2019, publicada na edição 2471 de 03/06/2019 do Diário Oficial do Municípios, e em acordo com o Regimento Interno do Conselho publicado na edição nº 3438 de 23/03/2023, após examinarem a apresentação do Parecer Mensal do Comitê de Investimentos – agosto/2026 (ID: 643741), opinam FAVORAVELMENTE por sua aprovação.

Campo Novo de Rondônia-RO, 23 de setembro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
CLAUDIO DE PAULA SILVA
Presidente do Conselho
(CP RPPS COFIS I /479958950292611)
Decreto nº 140/2026

[Assinado Eletronicamente]
BEATRIZ DE OLIVEIRA CARDOSO
Secretária
(CP RPPS COFIS I /276772274162701)
Decreto nº 140/2026

[Assinado Eletronicamente]
ALCIRLENE GARCIA DE SOUZA RIBEIRO
Membro Titular
(CP RPPS COFIS I /067016213812901)
Decreto nº 140/2026

Publicado por:
Luiza Maria da Silva Santos
Código Identificador:A54B716D

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 74/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1918/2026. TESTE SELETIVO 001/2025/SEMED

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO.

CONTRATADO: DILCEIA CANDIDA DO SANTISSIMO AMORIM.

OBJETO: CONTRATO **POR TEMPO DETERMINADO**, PROFESSOR NÍVEL II SÉRIES INICIAIS 40H.

VALOR MENSAL: R$ 5.130,63 (CINCO MIL CENTO E TRINTA REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS)**.**

PRAZO: 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO.

GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO 21 DE SETEMBRO DE 2026.

[Documento Assinado Eletronicamente]
Município de Campo Novo de Rondônia
ADEILSON CORREIA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Francisca Leidiane do Nascimento Silva
Código Identificador:A7290ED4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2026 - SEMUSA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, convoca os aprovados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2025-SEMUSA, de 03 de dezembro de 2025, com Homologação do Resultado Final em 14 de janeiro de 2026, devendo se apresentar no Departamento de Gestão Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Novo de Rondônia, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital de Convocação e fazer a entrega dos seguintes documentos (apresentar todos os documentos originais):

a.Atestado de sanidade física e mental;
b. Uma fotografia 3x4 recente e colorida;
c. RG - Registro Geral;
d. CPF;
e. Registro Profissional no Conselho de Classe dentro da validade (exceto para cargos cuja legislação não exija);
f. Título Eleitoral;
g. CTPS;
h. Certidão de Nascimento/Casamento;
i. Reservista, se do sexo masculino;
j. CNH válida, se exigida para o cargo;
k. Cartão PIS/PASEP;
l. Comprovante de escolaridade exigido para o cargo e histórico;
m. Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;
n. Conta Bancária do Banco do Brasil nominal (conta corrente e/ou salário);
o. Telefone e e-mail para contato;
p. Comprovante de Residência em seu nome, podendo ser fatura de luz, água, internet ou telefone (desde que contenha nome completo e endereço) correspondente aos 03 (três) últimos meses, caso não seja em seu nome, apresentar junto à fatura declaração assinada pelo titular do comprovante reconhecida em cartório ou através do GOV.
q. Cartão de Vacina ou documento que comprove atualização de imunizantes para a faixa etária;
r. Declaração de que, firmado o contrato, não estará acumulando mais de dois cargos ou empregos públicos, conforme vedação expressa no art. 37 XVI, c, da Constituição Federal, e que os dois juntos não excederão o que está previsto em Lei;
s. Declaração emitida pelo próprio candidato da existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público nos últimos 05 (cinco) anos (sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes);
t. Certidão nada consta emitida pelo DETRAN de não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses, para condutores de veículos leves e coletivos;
u. Declaração que não responde a Processo Administrativo Disciplinar, nas esferas públicas Municipal, Estadual e Federal https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
v. Certidão negativa de débitos municipais https://certidoes.camponovo.ro.gov.br/servicosweb/home.jsf e estaduais https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/certidaoNegativa.jsp;
w. Certidão negativa do Tribunal de Contas https://tcero.tc.br/certidao-negativa-e-positiva-tce/;
x. Certidão negativa de antecedentes criminais, estadual 1° e 2° grau https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/certidaoPublicaEmitir?ehCertidaoMilitancia=0 e federal https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/;
y. Certidão negativa de ações civis e criminais Resolução 156/CNJ https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/certidaoPublicaEmitir?ehCertidaoMilitancia=0;
z. Atestado Médico evidenciando a aptidão para a função pretendida, em caso de inscrito para as vagas destinadas aos Portadores de Necessidades Especiais;
aa. Caso tenha filho(s): CPF, Certidão de Nascimento, Cartão de vacina dos filhos até 03 (três) anos e Comprovante de Matrícula Escolar dos acima de 04 anos;
bb. O candidato (a) deverá realizar os Exames Médicos e Laboratoriais: Hemograma Completo, EAS Urina Tipo 1, TGO, TGP, Glicemia, Colesterol Total, Creatinina, Ureia, VDRL, Beta HCG, Parasitológico de Fezes, HIV1/HIV2 Pesquisa de Anticorpos e Raio-X do Tórax PA e Perfil.

Os resultados dos exames médicos e laboratoriais deverão ser apresentados presencialmente pelo(a) próprio(a) candidato(a) à Junta Médica Oficial do Município de Campo Novo de Rondônia, primeiramente realizando o agendamento prévio no HPP - Hospital de Pequeno Porte do Município de Campo Novo de Rondônia ou através do e-mail: gestaopessoal@camponovo.ro.gov.br. Sendo considerado(a) Apto(a), será expedido Certificado de Aptidão Física e Mental, certificando a aptidão para o exercício do cargo. Em posse do Certificado de Aptidão Física e Mental emitido pela junta Médica Oficial do Município de Campo Novo de Rondônia, o(a) candidato(a) deverá comparecer a Secretaria Municipal de Saúde para efetuar a entrega dos documentos solicitados.

Classificação	Candidato	CPF	Cargo/Função	Lotação
16 º lugar	**GESSIANE MAYARA DE JESUS**	XXX.697.252.XX	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	HOSPITAL DE PEQUENO PORTE - HPP

Campo Novo de Rondônia, 25 de Setembro de 2026.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ADEILSON CORREIA DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Cauã Cardoso Lira
Código Identificador:9CF5064E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 1446, 25 DE SETEMBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO AO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANDEIAS DO JAMARI/RO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto Municipal nº 3.544, de 10 de julho de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 7.530, de 10 de janeiro de 2023,

CONSIDERANDO a solicitação constante no ID nº 2.A17.335, referente à participação da servidora **SAMILLY BATISTA DE CARVALHO**, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Candeias do Jamari – CMSCJ, na Oficina para Secretários(as) Executivos(as) dos Conselhos de Saúde, a ser realizada nos dias 29 e 30 de setembro de 2026, no Município de Ariquemes/RO;

CONSIDERANDO que o deslocamento ocorrerá no período de 29 de setembro a 01 de outubro de 2026, compreendendo a ida, a permanência necessária para participação no evento e o retorno ao Município de Candeias do Jamari/RO, mediante utilização de veículo oficial, cuja condução ficará sob a responsabilidade do servidor **JONISSON TEIXEIRA DE FREITAS;**

CONSIDERANDO que, em razão do encerramento das atividades no dia 30 de setembro de 2026 e considerando a distância do percurso de retorno, faz-se necessária, por razões de segurança, a permanência dos servidores no Município de Ariquemes/RO após o término do evento,

com retorno a Candeias do Jamari/RO no dia 01 de outubro de 2026, justificando, assim, a concessão de 02 (duas) diárias com pernoite e ½ (meia) diária sem pernoite, totalizando 2,5 (duas e meia) diárias para cada beneficiário;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **SAMILLY BATISTA DE CARVALHO** 2,5 (duas e meia) diárias, para participação no evento acima mencionado, sendo:
I – 02 (duas) diárias com pernoite, no valor de R$ 350,00 cada;
II – ½ (meia) diária sem pernoite, no valor de R$ 175,00;
Total: R$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais).

Art. 2º Conceder ao servidor **JONISSON TEIXEIRA DE FREITAS,** na condição de condutor responsável pelo veículo oficial, 2,5 (duas e meia) diárias, para realizar o transporte da servidora no trajeto Candeias do Jamari/RO – Ariquemes/RO – Candeias do Jamari/RO, sendo:

I – 02 (duas) diárias com pernoite, no valor de R$ 371,00 cada;
II – ½ (meia) diária sem pernoite, no valor de R$ 185,50;
Total: R$ 927,50 (novecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Art. 3º As despesas referentes às diárias de **SAMILLY BATISTA DE CARVALHO** correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Conselho Municipal de Saúde de Candeias do Jamari – CMSCJ, e as referentes a **JONISSON TEIXEIRA DE FREITAS,** à conta das dotações próprias da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Os beneficiários deverão apresentar a respectiva prestação de contas, nos termos do Decreto Municipal nº 3.544, de 10 de julho de 2018, e suas alterações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IRGO MENDONÇA ALVES
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 10.325/2026

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:D5881BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SEMES
EXTRATO DO TERMO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001785.18.01-2026
Órgão: Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO

Requisitante: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMES.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, c/c Arts. 72 e 74 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Instrução Normativa SEGES nº 67/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo (UNIFORME ESPOTIVO PROFISSIONAL) visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMES destinado a atender os atletas da delegação oficial que irá participar dos Jogos Intermunicipais de Rondônia – JIR, conforme Termo de Referência.

CONTRATADA: Indústria e Comércio de Confecções Bigmar Ltda. - EPP
CNPJ: 05.210.349/0001-71
VALOR TOTAL: R$ 3.398,70 (três mil trezentos e noventa e oito reais e setenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (Sessenta) dias (Validade da Proposta).

JUSTIFICATIVA: A presente contratação, por meio de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mostra-se urgente e necessária para viabilizar o fornecimento de uniformes esportivos e institucionais personalizados e bandeira oficial do Município, destinados aos atletas contemplados e aos servidores da SEMES que atuarão na organização e apoio durante a participação do Município nos Jogos Intermunicipais de Rondônia - JIR, conforme Processo Administrativo nº 0001785.18.01-2026. Ademais, o valor da contratação encontra-se dentro do limite legal para dispensa por pequeno valor, estando devidamente justificado por meio de pesquisa de mercado, demonstrando compatibilidade com os preços praticados e vantajosidade para a Administração Pública.

PARECER JURÍDICO: Parecer Jurídico Nº 416/2026 – ID-2.999.116 – Favorável.

Candeias do Jamari/RO, **25 de setembro 2026.**

EDINEIA NUNES TORRES MAIRINK
Secretária Municipal de Esporte e Lazer – SEMES.

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:96BCEC5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº 1448, 25 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS A FAVOR DA SERVIDORA AYDA CERCINO PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL,** no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe na Lei Nº 1.453/2024;

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder a Servidora Ayda Cercino Pereira – Mat. 13333/1, suprimento de fundos aplicável aos casos de despesas expressamente a Lei Nº 1.543 de janeiro de 2024.

Art. 2º – O valor do suprimento será de R$ 8.000,00 (oito mil reais) para ser investido em Material de Consumo e Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Art. 3º – O Servidor citado deverá prestar contas ao gestor da pasta, das despesas integralmente no prazo estabelecido no Inciso III do Art. 23 da presente Lei

Art. 4º - Os recursos serão por conta da dotação orçamentária:

Ficha: 253
Unidade Orçamentária: 02.019 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Função/Sub Função: 18.542 - Gestão Ambiental / Controle Ambiental
Programa: 0011 - Sustentabilidade e Preservação Ambiental
Ação: 2.030 - Gerir Coordenar a Administração da SEMA
Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 - Material de consumo
Valor: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Ficha: 256
Unidade Orçamentária: 02.019 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Função/Sub Função: 18.542 - Gestão Ambiental / Controle Ambiental
Programa: 0011 - Sustentabilidade e Preservação Ambiental
Ação: 2.030 - Gerir Coordenar a Administração da SEMA
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica
Valor: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO DOS SANTOS LEANDRO
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:F0604F14

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO, PROJETOS,INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS.
ORDEM DE SERVIÇO DO CONTRATO Nº 153/2026-PGM/PMCJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI-RO
INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E PISIEC – **SEMG.**
CONTRATADA: Empresa NISSEY MOTORS LTDA
Processo Administrativo nº: 0002879.02.01-2026-Licitação: Por Inexigibilidade

A Secretaria Municipal Geral de Administração, Planejamento, Orçamento, Projetos, Infraestrutura, Serviços, Indústria, Emprego e Comércio –**SEMG,** vem por meio do presente instrumento, **NOTIFICAR e AUTORIZAR** a Empresa **NISSEY MOTORS LTDA**, a dar início na **realização das revisões periódicas obrigatórias correspondentes aos intervalos de 50.000 km e 60.000 km, respectivamente 5ª e 6ª revisões, do veículo oficial TOYOTA/YARIS SA XS15, placa QTH8E13**, compreendendo o fornecimento das peças e materiais, e a execução dos serviços necessários no veículo acima mencionado, conforme as especificações e orientações estabelecidas pelo fabricante.

Candeias do Jamari/RO, 25 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Andeia do Jamari –PMCJ/RO
CNPJ sob o nº 63.761.902/0001-60
Contratante
EDINEY MÁRCIO ASSUMPÇÃO QUADROS
Secretário de Infraestrutura, Serviços, Indústria, Emprego e Comércio –SEMG

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:36DEA04D

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO, PROJETOS,INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS.
PORTARIA Nº 1447, 25 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA DO SALDO REMANESCENTE DE FÉRIAS DA SERVIDORA MARINA THAINAN DE SOUZA REVOGA AS PORTARIAS Nº 1229, 07 DE AGOSTO DE 2026 E A ERRATA DA PORTARIA Nº 1432, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL GERAL DE CANDEIAS DO JAMARI**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17 de dezembro de 1997,

CONSIDERANDO que a servidora **MARINA THAINAN SOUZA,** matrícula nº 13.493/1, possui saldo de 15 (Quinze) dias de férias;

CONSIDERANDO que o gozo integral das férias não foi possível em razão da necessidade do serviço público, permanecendo o servidor em efetivo exercício;

CONSIDERANDO a elevada demanda dos serviços administrativos e a impossibilidade de concessão do saldo das férias até o encerramento do exercício de 2026;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica reconhecido o saldo de 15 (quinze) dias de férias da servidora **MARINA THAINAN SOUZA**, matrícula nº13.493/1

Art. 2º Fica convertido em indenização pecuniária o saldo de 15 (quinze) dias de férias, em razão da necessidade do serviço público e da impossibilidade de concessão do respectivo gozo até o encerramento do exercício de 2026.

Art. 3º Fica expressamente revogada a **PORTARIA Nº 1229, de 07 DE AGOSTO DE 2026 E A ERRATA DO Nº1432, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026.** passando a presente Portaria a disciplinar integralmente a matéria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDINEY MÁRCIO ASSUMPÇÃO QUADROS
Secretário Municipal Geral

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:E3A10AE1

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA - SETES
PORTARIA Nº 1445, 25 DE SETEMBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS A FAVOR DO SERVIDOR DENILSON DA SILVA MATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **Secretário Municipal de Turismo e Economia Solidária – SETES de Candeias do Jamari,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder ao servidor **DENILSON DA SILVA MATOS,** matrícula nº 12540/2, suprimento de fundos aplicável aos casos de despesas expressamente previstos na Lei nº 1.543, de 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º – O valor do suprimento será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a serem investidos em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Art. 3º – O servidor citado deverá prestar contas ao Gestor da Pasta das despesas integralmente, no prazo estabelecido no inciso III do art. 23 da presente Lei.

Art. 4º – O recurso será por conta da dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 02.017 – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA – SETES
Função/Subfunção: 2.033 – GERIR E COORDENAR A ADMINISTRAÇÃO DA SETES
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 235
Valor: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 5º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DAVI ALMEIDA DA HORA
Secretário Municipal de Turismo e Economia Solidária – SETES

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:864F74F3

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
LIBERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 021/SML/2026

Processo Administrativo: 1580/SEMG/2026

Pregão Eletrônico: Nº. 003/2026
Processo Principal: Nº 3890/SEMG/2025

OBJETO: Aquisição de insumos da construção civil da Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil), por período estimado de 12 (doze) meses, com o intuito de suprir as necessidades da Prefeitura de Candeias do Jamari e suas Secretarias.

Fornecedor:
SEVEN COMERCIO E SERVICO LTDA
CNPJ: 07.359.137/0001-86
Item: 1 e 2.
R$ 47.139,48 (quarenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos)
Com base nas normas constantes da Lei nº. 14.133/21 e DECRETO Nº 8.781 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.
Candeias do Jamari – RO, 25 de Setembro de 2026.

LUCIVALDO SILVA DA COSTA
Superintendente Municipal de Licitação
Dec. 10325 de 2026

Publicado por:
Lucivaldo Silva da Costa
Código Identificador:B5108EE5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE CASTANHEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/SUPEL/PMC/2026
PROCESSO Nº 556/SEMAD/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, DESTINADO A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, MELHORIAS E REFORMAS DE BENS MOVEIS E IMÓVEIS, SENDO MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, HIDRÁULICOS E DE CONSTRUÇÃO, FERRAGENS, FERRAMENTAS, UTENSÍLIOS DE USO, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E 2027**.** No Valor Estimado de **R$ 1.100.818,40 (Um milhão e cem mil e oitocentos e dezoito reais e quarenta centavos).** Início da Sessão Publica dia 13/10/2026, as 09:00 horas (Horário de Brasília). Edital e Sessão disponíveis no endereço eletrônico: http://www.licitanet.com.br, ou na sala da SUPEL de segunda a sexta-feira das 7h30min às 13h30min. (Horário Local). Informações: Fone (69) 3474-2050, e-mail: supel@castanheiras.ro.gov.br.

Castanheiras RO, 25 de Setembro de 2026.

DENIZE REGINA DOS SANTOS
Superintendente de Licitação

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:9152461A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEREJEIRAS

GABINETE DA PREFEITA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE FOMENTO N. 015/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 015/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CEREJEIRAS – RO – APAE.

O MUNICIPIO DE CEREJEIRAS, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ nº. 04.914.925/0001-07, com sede na Rua Florianópolis nº 503 - Cerejeiras - RO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA**, brasileiro, casado, agente político, CPF n° ***.143.472-** e RG n° 451*** SSP/RO residente/domiciliado nesta cidade de Cerejeiras/RO, doravante denominado **FOMENTANTE**, e por outro lado a **Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CEREJEIRAS-RO**, inscrita no CNPJ 15.893.704/0001-08, situada na Av. Antônio Carlos Zancan 1772 / Eldorado / Cerejeiras / RO / 76997-000, neste ato devidamente representada por sua Presidente, **Sra. JULIANA DE SOUZA FERREIRA** brasileira, casada, portadora do RG n° 4494*** SESP/SC, inscrita no CPF sob o n° ***.512.659-** doravante denominada **FOMENTADA**, pactuam o presente Termo Aditivo atendido, as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **repactuação do Plano de Trabalho** do Termo de Fomento nº 015/2026, em conformidade com a solicitação apresentada pela Organização da Sociedade Civil e aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, promovendo adequações no Plano de Aplicação dos Recursos, sem alteração do objeto, das metas, dos resultados esperados, do público beneficiário ou do valor global da parceria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO
Fica aprovada a adequação dos valores dos seguintes itens constantes do Plano de Trabalho:
I – **Material Permanente – Guilhotina:** o valor inicialmente previsto de R$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) passa a ser considerado no valor de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), resultando em economia de R$ 110,00 (cento e dez reais);
II – **Material Permanente – Fragmentadora de Papéis:** o valor inicialmente previsto de R$ 655,50 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos) passa a ser considerado no valor de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), resultando em acréscimo de R$ 194,50 (cento e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRAPARTIDA
Em razão da adequação dos valores dos itens mencionados na Cláusula Segunda, a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CEREJEIRAS – APAE** complementará a diferença no valor de **R$ 84,50 (oitenta e quatro reais e cinquenta centavos),** a título de contrapartida, mediante depósito integral na conta específica do recurso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO
Passa a integrar o presente Termo Aditivo, para todos os efeitos legais, o novo **Plano de Trabalho de Repactuação**, substituindo, no que couber, o Plano de Trabalho anteriormente aprovado.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Fomento nº 015/2026 do Processo 1850/2026 e seus aditivos, que não colidirem com as constantes do presente aditamento.
E por estarem assim justos e contratados e de perfeito e amplo acordo quanto aos termos das cláusulas acima especificadas, passa a assinar o presente na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Cerejeiras, 24 de setembro de 2026.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito
Fomentante

JULIANA DE SOUZA FERREIRA
Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais de Cerejeiras-RO
Fomentada

Testemunhas:

Dayanne Monte de Oliveira Gatti

Rosangela França da Silva

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:5E2B7FB4

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO

Contrato Individual de Trabalho por Prazo Determinado que entre si fazem o Município de Cerejeiras, Estado de Rondônia, Pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.914.925/0001-07, com sede à Rua Florianópolis, n.° 503, Bairro Maranata, nesta cidade, doravante denominada simplesmente como CONTRATANTE e o senhor LARISSA DA SILVA SAMPAIO, brasileira, casada, portador do RG 1333*** SESDEC/RO, e do CPF N° ***.449.442-** residente e domiciliado à Rua Goias, nº 869, Bairro Alvorada, Município de Cerejeiras-RO, doravante denominado simplesmente como CONTRATADO, acordam firmar o presente Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, nas condições das Cláusulas abaixo especificadas e demais condições da Lei Municipal nº 2.876/2019 e do Edital n.º 005/2025/PMC conforme o Processo 4590/2025.

CLÁUSULA 1ª:
O Município admite o Contratado na função de Agente de Gestão Pública/Agente Administrativo, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais pelo período de 12 (doze) meses, com início em 28/09/2026, podendo ser prorrogado por igual período, na forma da Lei Municipal n° 2.876/2019 ou rescindido antes de findar o prazo conforme a necessidade do Município de Cerejeiras.

CLÁUSULA 2ª:
O Contratado perceberá o vencimento de R$ 1.786,69 (um mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

CLÁUSULA 3ª:
O Contrato será regido pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (C.L.T.).

CLÁUSULA 4ª:
Na Rescisão do Contrato motivada pelo Contratado, o Município arcará apenas com o pagamento no decorrer do mês e verbas rescisórias a que se fizer jus, se for o caso.

CLÁUSULA 5ª:
As partes poderão previamente, com prazo não inferior a 30 (trinta) dias, comunicar a pretensão da futura rescisão do presente Contrato. Quando houver rescisão contratual, caso o Contratado esteja em débito com a Carga Horária proporcionalmente estabelecida pela Legislação para aquele período, serão descontados do seu pagamento os dias não trabalhados.

CLÁUSULA 6ª:
Findo o Contrato, caberá o Contratado, receber tão somente o pagamento mensal no decorrer do mês, Gratificação Natalina, descanso anual, integral ou proporcional, caso ainda não tenham sido pagos e FGTS, caso não tenha sido depositado.

CLÁUSULA 7ª:
O Contratante poderá de acordo com suas necessidades alterar a escala de trabalho, devendo nesse caso ser previamente comunicado o Contratado.

CLÁUSULA 8ª:
O Contratado deverá atender às determinações do(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Planejamento e submeter-se às normas estabelecidas pela Secretaria Municipal na qual estiver prestando serviços.

CLÁUSULA 9ª:
E, por estarem assim justos e de perfeito e amplo acordo quanto aos termos das cláusulas acima especificadas, passam a assinar o presente Contrato, na presença das testemunhas abaixo especificadas, elegendo o foro da Comarca de Cerejeiras – RO.

Cerejeiras - RO, 24 de Setembro de 2026.

Assinado Digitalmente
SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

LARISSA DA SILVA SAMPAIO
Contratado

Assinado Digitalmente:

TESTEMUNHAS
Raphael Rodrigues Gomes
Ivo Leonardo da Silva Costa

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:6E843B01

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 435/2026, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

"Dispõe sobre Vacância por posse em outro cargo inacumulável."

O **Prefeito Municipal de Cerejeiras – RO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60 da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo Prof. Mag./Ed.Inf. e Ser. Inic., ocupado pela servidora Vanusa Melo, matrícula 29262, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a partir de 21 setembro de 2026 em decorrência de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do Processo Administrativo nº 4017/2026, com fulcro no art. 46, inciso VII da Lei Municipal nº 1.900/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 21/09/2026.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:F1A603BE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 227/2026/SEMAP

A Secretária Municipal Adjunta de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, **RECLASSIFICA** para o final da fila de classificação, a saber **150º posição**, a pedido do(a) candidato(a) **ROSICLÉIA DA SILVA CAVASSANI ALVES**, aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 007/2026/SEMED, e convocado(a) através do Edital 222/2026/SEMAP para o cargo de **Agente Educacional/Cuidador de Alunos**

Cerejeiras, RO 24 de setembro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:C7307BDE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 228/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, convoca o(a) candidato(a), **JOSIANE LOPES LIMA GOMES** aprovado(a) no Processo Seletivo Municipal, homologado em 13/04/2026, para o cargo de **AGENTE EDUCACIONAL/CUIDADOR DE ALUNOS**, de acordo com o Edital n.º 007/2026/SEMED da abertura do Processo Seletivo, publicado no DIÁRIO OFICIAL/CINDERONDONIA, a se apresentar no Departamento de Recursos Humanos/SEMAP no prazo de 08 (oito) dias a contar da Publicação deste, munido dos seguintes documentos. Fica ainda consignado que, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.900/2011, artigo 225, inciso III (com redação dada pela Lei nº 3.723/2025), o candidato convocado não poderá assumir o cargo caso tenha encerrado contrato anterior com o Município de Cerejeiras há menos de 06 (seis) meses.

Capitulo XX – DO PROVIMENTO DOS CARGOS: Documentos necessários apresentar para posse no cargo.

CPF; RG; (Copias)
Título de Eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição; (Copias)
Carteira de Trabalho Previdência Social; (Copias)
PIS/PASEP;
Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação militar (candidatos do sexo masc); (Copias)
Certidão de Casamento ou Nascimento; (Copias)
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos; (Copias)
Certidão de Nascimento ou RG; e CPF dos filhos maiores de 14 anos; (Copias).
RG e CPF do Cônjuge;
Certificado ou histórico de escolaridade mínima exigida para o cargo; (Copias)
Certidão Negativa Civil e Criminal com autenticação (internet: site www.tj.ro.gov.br);
Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas com autenticação (internet: site www.tce.ro.gov.br);
01 foto 3x4 recente;
Comprovante de entrega da declaração de IRRF ano anterior com Declaração de bens; (Copias)
Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37 § XVI alínea "c" da Constituição Federal, salvo os casos previstos em lei;
Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho;
Tipagem sanguínea;
Comprovante de residência – (conta de água, luz ou telefone no nome do convocado ou declaração de residência autenticada em cartório); (Cópias)
Carteira Nacional de Habilitação (quando for requisito para o cargo) na categoria mínima exigida para o cargo;
Carteira de Registro de Conselho Classe Profissional respectiva, para cargos de formação técnica e de formação de nível superior (quando for requisito para investidura no cargo); (Copias)
Certidão de Tributos Municipais.
Declaração de parentesco.
Declaração Etinico-Racial;
Declaração de não condenação de perda de cargo público.
Conta salário na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência de Cerejeiras/RO (primeiro comparecer no DRH).

Dos exames:
a) A.S.O
b) Hemograma Completo
c) Hepatite B
d) Hepatite C
Cerejeiras 24 de setembro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:4212524A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 229/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, **RECLASSIFICA** para o final da fila de classificação, a saber **74ª posição**, a pedido do(a) candidato(a) **ARIADNE KAROLINE GODOY VARGAS**, aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2026/PMC, e convocado(a) através do Edital 220/2026/SEMAP para o cargo de **ENFERMEIRO.**

Cerejeiras, RO 24 de setembro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:4BB923C2

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 230/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, convoca o(a) candidato(a) **ANDREZA PRESTES DOS SANTOS SENA ,** aprovado(a) no Processo Seletivo Municipal, homologado em 08/07/2026, na Categoria de **ENFERMEIRO**, de acordo com o Edital n.º 001/2026/PMC da abertura do Processo Seletivo, publicado no DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIO DE RONDONIA, a se apresentar(em) no Departamento de Recursos Humanos/SEMAP no prazo de 08 (oito) dias a contar da Publicação deste, munido dos documentos abaixo relacionados. Fica ainda consignado que, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.900/2011, artigo 225, inciso III (com redação dada pela Lei nº 3.723/2025), o candidato convocado não poderá assumir o cargo caso tenha encerrado contrato anterior com o Município de Cerejeiras há menos de 06 (seis) meses.

Capitulo XX – DO PROVIMENTO DOS CARGOS: Documentos necessários apresentar para posse no cargo.

CPF; RG;
Título de Eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição; (Copias)
Carteira de Trabalho Previdência Social; (Copias)
PIS/PASEP;
Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação militar (candidatos do sexo masc); (Copias)
Certidão de Casamento ou Nascimento; (Copias)
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos; (Copias)
Certidão de Nascimento ou RG; e CPF dos filhos maiores de 14 anos; (Copias).
RG e CPF do Cônjuge;
Certificado ou histórico de escolaridade mínima exigida para o cargo; (Copias)
Certidão Negativa Civil e Criminal com autenticação (internet: site www.tj.ro.gov.br);
Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas com autenticação (internet: site www.tce.ro.gov.br);
01 foto 3x4 recente;
Comprovante de entrega da declaração de IRRF ano anterior com Declaração de bens; (Copias)
Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37 § XVI alínea "c" da Constituição Federal, salvo os casos previstos em lei;
Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho;
Tipagem sanguínea;

Comprovante de residência – (conta de água, luz ou telefone no nome do convocado ou declaração de residência autenticada em cartório); (Copias)
Carteira Nacional de Habilitação (quando for requisito para investidura no cargo) na categoria mínima exigida para o cargo;
Carteira de Registro de Conselho Classe Profissional respectiva, para cargos de formação técnica e de formação de nível superior (quando for requisito para investidura no cargo); (Copias)
Certidão de Tributos Municipais.
Declaração de parentesco.
Declaração Étnico Racial.
Declaração de não condenação de perda de cargo público.
Conta salário na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência de Cerejeiras/RO (primeiro comparecer no DRH).

Dos exames:
A.S.O
Hemograma Completo
Hepatite B
Hepatite C

Cerejeiras/RO, 24 de setembro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:AF4F596C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 231/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, convoca o(a) candidato(a) **ANA PAULA GORNI** aprovado(a) no Processo Seletivo Municipal, homologado em 08/07/2026, na Categoria de **TÉCNICO DE SAÚDE/TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, de acordo com o Edital n.º 001/2026/PMC da abertura do Processo Seletivo, publicado no DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIO DE RONDONIA, a se apresentar(em) no Departamento de Recursos Humanos/SEMAP no prazo de 08 (oito) dias a contar da Publicação deste, munido dos seguintes documentos. Fica ainda consignado que, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.900/2011, artigo 225, inciso III (com redação dada pela Lei nº 3.723/2025), o candidato convocado não poderá assumir o cargo caso tenha encerrado contrato anterior com o Município de Cerejeiras há menos de 06 (seis) meses.
Capitulo XX – DO PROVIMENTO DOS CARGOS: Documentos necessários apresentar para posse no cargo.
CPF; RG;
Título de Eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição; (Copias)
Carteira de Trabalho Previdência Social; (Copias)
PIS/PASEP;
Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação militar (candidatos do sexo masc); (Copias)
Certidão de Casamento ou Nascimento; (Copias)
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos; (Copias)
Certidão de Nascimento ou RG; e CPF dos filhos maiores de 14 anos; (Copias).
RG e CPF do Cônjuge;
Certificado ou histórico de escolaridade mínima exigida para o cargo; (Copias)
Certidão Negativa Civil e Criminal com autenticação (internet: site www.tj.ro.gov.br);
Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas com autenticação (internet: site www.tce.ro.gov.br);
01 foto 3x4 recente;
Comprovante de entrega da declaração de IRRF ano anterior com Declaração de bens; (Copias)
Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37 § XVI alínea "c" da Constituição Federal, salvo os casos previstos em lei;
Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho;
Tipagem sanguínea;
Comprovante de residência – (conta de água, luz ou telefone no nome do convocado ou declaração de residência autenticada em cartório); (Copias)
Carteira Nacional de Habilitação (quando for requisito para investidura no cargo) na categoria mínima exigida para o cargo;
Carteira de Registro de Conselho Classe Profissional respectiva, para cargos de formação técnica e de formação de nível superior (quando for requisito para investidura no cargo); (Copias)
Certidão de Tributos Municipais.
Declaração de parentesco.
Declaração Étnico Racial.
Declaração de não condenação de perda de cargo público.
Conta salário na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência de Cerejeiras/RO (primeiro comparecer no DRH).

Dos exames:
A.S.O
Hemograma Completo
Hepatite B
Hepatite C

Cerejeiras/RO, 24 de setembro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:321B439C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 232/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, convoca o(a) candidato(a) **MONIQUE DE SOUZA DUARTE,** aprovado(a) no Processo Seletivo Municipal, homologado em 15/12/2025, na Categoria de **Técnico de Nível Superior I/Psicólogo**, de acordo com o Edital n.º 005/2025/PMC da abertura do Processo Seletivo, publicado no DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIO DE RONDONIA, a se apresentar(em) no Departamento de Recursos Humanos/SEMAP no prazo de 08 (oito) dias a contar da Publicação deste, munido dos documentos abaixo relacionados. Fica ainda consignado que, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.900/2011, artigo 225, inciso III (com redação dada pela Lei nº 3.723/2025), o candidato convocado não poderá assumir o cargo caso tenha encerrado contrato anterior com o Município de Cerejeiras há menos de 06 (seis) meses.
Capitulo XX – DO PROVIMENTO DOS CARGOS: Documentos necessários apresentar para posse no cargo.
CPF; RG;
Título de Eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição; (Copias)
Carteira de Trabalho Previdência Social; (Copias)
PIS/PASEP;
Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação militar (candidatos do sexo masc); (Copias).
Certidão de Casamento ou Nascimento; (Copias)
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos; (Copias)
Certidão de Nascimento ou RG; e CPF dos filhos maiores de 14 anos; (Copias).
RG e CPF do Cônjuge;
Certificado ou histórico de escolaridade mínima exigida para o cargo; (Copias)
Certidão Negativa Civil e Criminal com autenticação (internet: site www.tj.ro.gov.br);
Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas com autenticação (internet: site www.tce.ro.gov.br);
01 foto 3x4 recente;
Comprovante de entrega da declaração de IRRF ano anterior com Declaração de bens; (Copias)

Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37 § XVI alínea "c" da Constituição Federal, salvo os casos previstos em lei;
Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho;
Tipagem sanguínea;
Comprovante de residência – (conta de água, luz ou telefone no nome do convocado ou declaração de residência autenticada em cartório); (Copias)
Carteira Nacional de Habilitação (quando for requisito para investidura no cargo) na categoria mínima exigida para o cargo;
Carteira de Registro de Conselho Classe Profissional respectiva, para cargos de formação técnica e de formação de nível superior (quando for requisito para investidura no cargo); (Copias)
Certidão de Tributos Municipais.
Declaração de parentesco.
Declaração Étnico Racial.
Declaração de não condenação de perda de cargo público.
Conta salário na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência de Cerejeiras/RO (primeiro comparecer no DRH).

Dos exames:
A.S.O
Hemograma completo
Hepatite B – HBsAg
Epatite C – Anti HCV
Cerejeiras/RO, 24 de setembro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:180D9561

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DO CONTRATO Nº. 120/2026

Onde se lê: (...) LEANDRO DOS SANTOS XAVIER GOUVEA Leia-se: (...) LEGIONARIOS EMPREENDIMENTOS LTDA Cerejeiras, 21 de setembro de 2026

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:99E3C7A9

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 034/2026

Onde se lê: (...) LEANDRO DOS SANTOS XAVIER GOUVEA Leia-se: (...) LEGIONÁRIOS EMPREENDIMENTOS Cerejeiras, 21 de setembro de 2026.

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:FBA349A5

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 007/2026

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS – RO E O MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE, PARA CEDÊNCIA DE SERVIDOR EFETIVO, COM ÔNUS POR REEMBOLSO O MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.914.925/0001-07, com sede na Rua Florianópolis, nº 503, Maranata, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA, doravante denominado CEDENTE, e o MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.592.473/0001-98, com sede à Avenida Brasil, nº 893, Centro, com CEP 76.999-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA doravante denominado CESSIONÁRIO, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONVÊNIO, nos termos da Lei Municipal n° 1.727/2009 e suas alterações posteriores, mediante às cláusulas e condições a seguir estabelecidas: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O presente instrumento tem por objeto a cedência da servidora efetiva Sheila Martins de Oliveira Espildora, matrícula funcional nº 16383-1, ocupante do cargo efetivo de Merendeira Nível I, vinculado ao quadro permanente do Município de Pimenteiras do Oeste/RO, para prestar serviços temporários junto ao Município de Cerejeiras/RO. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PERÍODO DE CEDÊNCIA A cessão do servidor ocorrerá no período de 01 de agosto de 2026 a 01 de agosto de 2027, podendo ser prorrogada mediante celebração de termo aditivo, desde que haja ID: 919398 e CRC: B79358E7 MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS Gabinete do Prefeito Prefeitura Municipal Rua Florianópolis, nº 503 – Bairro Maranata, Cerejeiras/RO 2/3 Termo de Convênio n° 007/2026 concordância expressa entre as partes, com efeitos retroativos ao dia 01 de agosto de 2026. CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÔNUS E DO REEMBOLSO A cedência será com total ônus ao CESSIONÁRIO por meio de reembolso mensal, cabendo a CEDENTE quanto ao pagamento de salários ao servidor cedido e os respectivos encargos. CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS O servidor exercerá atividades compatíveis com suas atribuições legais no âmbito da Prefeitura Municipal, obedecendo às determinações funcionais da chefia local, sem prejuízo de sua vinculação estatutária ao órgão de origem. CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DEVERES Durante o período da cedência, o servidor permanecerá vinculado ao regime jurídico do Município de Pimenteiras do Oeste/RO, fazendo jus a todos os direitos e sujeitando-se aos deveres do cargo efetivo, inclusive quanto à contagem de tempo de serviço, evolução funcional e demais prerrogativas estatutárias, salvo o pagamento do auxílio alimentação que cabe ao ente com o ônus da cedência. CLÁUSULA SEXTA – DA REVOGAÇÃO E DO RETORNO A cedência poderá ser revogada a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sem que isso gere qualquer ônus adicional. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Municipal 1727/2009 e suas alterações posteriores. CLÁUSULA OITAVA – DO FORO ID: 919398 e CRC: B79358E7 MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS Gabinete do Prefeito Prefeitura Municipal Rua Florianópolis, nº 503 – Bairro Maranata, Cerejeiras/RO 3/3 Termo de Convênio n° 007/2026 Fica eleito o foro da Comarca de Cerejeiras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente CONVÊNIO, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem às partes justas e conveniadas, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito de Cerejeiras/RO
(Assinado Digitalmente)

VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA
Prefeito de Pimenteiras do Oeste/RO
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:BB5B6438

SECRETARÍA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATO Nº 177/2026

Termo de Contrato nº 177/2026 que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa COMERCIO DE PANIFICACAO E GENEROS ALIMENTICIOS LTDA.

O Fundo Municipal de Assistência Social de Cerejeiras, estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob nº 14.895.276/0001-90, com sede na Rua Panamá nº 950, Cerejeiras/RO, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. Elisângela de Oliveira Araújo Souza**, brasileira, casada, CPF nº ***.702.652-**, RG nº 431*** expedido pela SES DEC/RO, no uso das atribuições conferidas no Decreto Municipal n° 016/2025, de 06 de janeiro de 2025, dora-vante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado à

empresa **COMERCIO DE PANIFICACAO E GENEROS ALIMENTICIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.145.111/0001-00, com endereço na Av: Integração Nacional, 118 – Centro – 76997-00 – Cidade: Cerejeiras/RO, doravante designado **CONTRATADO,** neste ato representado por sua representante legal, a **Sra. Vilma Arriel Neves de Lima**,portadora do RG n° 12627*** expedido pela SSP/SP e CPF nº ***.177.109-** resolvem conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Digital nº 742/2026 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023, Decreto Municipal nº 150/2023 de 30 de março de 2023, Decreto Municipal Nº 049/2024 de Fevereiro de 2024, Decreto Federal nº 11.462/2023 de 31/03/2023, Decreto Federal nº 10.024/2019 de 20/09/2019, Artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155 de 27 de Outubro de 2016, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026,** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente instrumento é o Fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do Município de Cerejeiras/RO, visando assegurar o abastecimento regular das unidades, serviços, programas e projetos socioassistenciais por meio de Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e recursos próprios, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
a) o Termo de Referência;
b) o Edital da Licitação;
c) a proposta do contratado;
d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, admitida somente em casos excepcionais e devidamente justificada nos autos mediante autorização prévia e expressa da Administração Municipal;

I – A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

II – A subcontratação admitida nos casos excepcionais depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

III - Para cumprimento do previsto no subitem anterior o contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO e DA RETENÇÃO DOS IMPOSTOS
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total da contratação é de R$ 6.460,00 (seis mil quatrocentos e sessenta reais.)
PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

PARÁGRAFO QUARTO - Da retenção dos impostos:
a) Será efetuado a retenção na fonte do lmposto sobre a Renda – IR quanto aos pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas premissas constantes na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 e seus anexos, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal. Em conformidade com o Decreto Municipal Nº 049/2024 09 de fevereiro de 2024;
b) Serve o presente como comunicação às pessoas jurídicas contratadas para que observem o disposto no Decreto retromencionado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Será admitida o reajuste do valor do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para o primeiro reajuste, esse interregno será contado a partir da data limite para apresentação das propostas ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído, com os seguintes documentos:
I - Requerimento da Contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
II - Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
III - Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando

em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
IV - As particularidades do contrato em vigência;
V - A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
VI - Índice IPCA/IBGE;
VII - Tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
VIII - A disponibilidade orçamentária do órgão Contratante.

PARÁGRAFO QUINTO - O reajuste poderá ser formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contratante se obriga a:
I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

V – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

VI – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VII – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VIII – Cientificar o órgão de representação judicial Procuradoria Geral do Município – PGM para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

IX – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

X – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

XI – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

XII - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XIII – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
I - Entregar o objeto em conformidade com o termo de referência e edital;

II – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

III – Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IV – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

V – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VI – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VII – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

VIII – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

IX – Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

X – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XI – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

XII – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

XIII – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

XV – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XVI - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XVII - As obrigações pertinentes à Lei Geral de Proteção de dados reger-se-ão pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

XVIII - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

XIX - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

XX - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XXI - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XXII - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

XXIII – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

CLÁUSULA DEZ – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA ONZE – DA GARANTIA
Os produtos ficam isentos de apresentação de garantia, contudo a contratada deverá fornece-los em perfeitas condições de consumo, observando as características, padrões de qualidade, validade, conservação, acondicionamento e demais especificações exigidas para cada gênero alimentício.

CLÁUSULA ONZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I – Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

IV – Multa:
a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
b) moratória de 1,0% (Zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.
d) compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO OITAVO – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO NONO – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DEZ – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO ONZE – O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DOZE – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TREZE – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DOZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO OITAVO - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III - Indenizações e multas.

PARÁGRAFO NONO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS
Ficha: 554
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2047.0000 - Bloco da Proteção Social Básica (CRAS / CCI / SCFV / PAIF) FNAS - C/C 19774-2.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 2.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Ficha: 556
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2048.0000 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade(MAC) - C/C: 20517-6.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 2.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Ficha: 214
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.243.0009.2051.0000 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz/Crescendo Bem C/C: 20259-2.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 235
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2047.0000 - Bloco da Proteção Social Básica (CRAS / CCI / SCFV / PAIF) FNAS - C/C 19774-2.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 248
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2048.0000 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade(MAC) - C/C: 20517-6.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

PARÁGRAFO SEGUNDO - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA QUINZE – ALTERAÇÕES
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal n° 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n° 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO (art. 89, § 1º)
Fica eleito o Foro do Município de Cerejeiras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Cerejeiras, 22 de setembro de 2026.

ELISÂNGELA DE OLIVEIRA ARAÚJO SOUZA
Sec. Mun. de Assistência Social
Contratante

VILMA ARRIEL NEVES DE LIMA
Comercio de Panificacao e Generos Alimenticios LTDA
Contratado

Testemunhas:
Alini Dantas de Oliveira
Barbara Rachel Nogueira da Silva

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:F3E166E7

SECRETARÍA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATO Nº 178/2026

Termo de Contrato nº 178/2026 que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa SUPERMERCADO MIRANDA LTDA.

O Fundo Municipal de Assistência Social de Cerejeiras, estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob nº 14.895.276/0001-90, com sede na Rua Panamá nº 950, Cerejeiras/RO, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Elisângela de Oliveira Araújo Souza, brasileira, casada, CPF nº 478.702.652-68, RG nº 431*** expedido pela SES DEC/RO, no uso das atribuições conferidas no Decreto Municipal n° 016/2025, de 06 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado à empresa SUPERMERCADO MIRANDA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.609.049/0001-36, com endereço na Av. das Nações, 1402 – Primavera – 76997-000 – Cidade: Cerejeiras/RO, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. Olivio Miranda, portador do RG n° 18842716 expedido pela SSP/SP e CPF nº 443.374.269-49 resolvem conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Digital nº 742/2026 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023, Decreto Municipal nº 150/2023 de 30 de março de 2023, Decreto Municipal Nº 049/2024 de Fevereiro de 2024, Decreto Federal nº 11.462/2023 de 31/03/2023, Decreto Federal nº 10.024/2019 de 20/09/2019, Artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155 de 27 de Outubro de 2016, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026,** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente instrumento é o Fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do Município de Cerejeiras/RO, visando assegurar o abastecimento regular das unidades, serviços, programas e projetos socioassistenciais por meio de Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e recursos próprios, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
a) o Termo de Referência;
b) o Edital da Licitação;
c) a proposta do contratado;
d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, admitida somente em casos excepcionais e devidamente justificada nos autos mediante autorização prévia e expressa da Administração Municipal;

I – A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

II – A subcontratação admitida nos casos excepcionais depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

III - Para cumprimento do previsto no subitem anterior o contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO e DA RETENÇÃO DOS IMPOSTOS
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total da contratação é de R$ 6.460,00 (seis mil quatrocentos e sessenta reais.)
PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

PARÁGRAFO QUARTO - Da retenção dos impostos:
a) Será efetuado a retenção na fonte do lmposto sobre a Renda – IR quanto aos pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas premissas constantes na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 e seus anexos, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal. Em conformidade com o Decreto Municipal Nº 049/2024 09 de fevereiro de 2024;
b) Serve o presente como comunicação às pessoas jurídicas contratadas para que observem o disposto no Decreto retromencionado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Será admitida o reajuste do valor do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para o primeiro reajuste, esse interregno será contado a partir da data limite para apresentação das propostas ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído, com os seguintes documentos:
I - Requerimento da Contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
II - Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
III - Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
IV - As particularidades do contrato em vigência;
V - A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
VI - Índice IPCA/IBGE;
VII - Tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
VIII - A disponibilidade orçamentária do órgão Contratante.

PARÁGRAFO QUINTO - O reajuste poderá ser formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contratante se obriga a:
I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

V – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

VI – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VII – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VIII – Cientificar o órgão de representação judicial Procuradoria Geral do Município – PGM para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

IX – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

X – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

XI – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

XII - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XIII – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
I - Entregar o objeto em conformidade com o termo de referência e edital;

II – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

III – Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IV – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

V – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VI – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VII – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

VIII – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

IX – Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

X – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XI – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

XII – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

XIII – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

XV – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XVI - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XVII - As obrigações pertinentes à Lei Geral de Proteção de dados reger-se-ão pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

XVIII - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

XIX - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

XX - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XXI - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XXII - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

XXIII – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

CLÁUSULA DEZ – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA ONZE – DA GARANTIA
Os produtos ficam isentos de apresentação de garantia, contudo a contratada deverá fornece-los em perfeitas condições de consumo, observando as características, padrões de qualidade, validade, conservação, acondicionamento e demais especificações exigidas para cada gênero alimentício.

CLÁUSULA ONZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I – Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

IV – Multa:
a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
b) moratória de 1,0% (Zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.
d) compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO OITAVO – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO NONO – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DEZ – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO ONZE – O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DOZE – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TREZE – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DOZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO OITAVO - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

PARÁGRAFO NONO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS
Ficha: 554
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2047.0000 - Bloco da Proteção Social Básica (CRAS / CCI / SCFV / PAIF) FNAS - C/C 19774-2.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 2.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Ficha: 556
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2048.0000 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade(MAC) - C/C: 20517-6.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 2.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Ficha: 214
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.243.0009.2051.0000 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz/Crescendo Bem C/C: 20259-2.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 235
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2047.0000 - Bloco da Proteção Social Básica (CRAS / CCI / SCFV / PAIF) FNAS - C/C 19774-2.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 248
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2048.0000 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade(MAC) - C/C: 20517-6.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

PARÁGRAFO SEGUNDO - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA QUINZE – ALTERAÇÕES
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal n° 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n° 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO (art. 89, § 1º)
Fica eleito o Foro do Município de Cerejeiras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Cerejeiras, 25 de setembro de 2026.

ELISÂNGELA DE OLIVEIRA ARAÚJO SOUZA
Sec. Mun. de Assistência Social
Contratante

OLIVIO MIRANDA
Supermercado Miranda LTDA
Contratado

Testemunhas:

Alini Dantas de Oliveira

Barbara Rachel Nogueira da Silva

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:E06F9905

SECRETARÍA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATO Nº 179/2026

Termo de Contrato nº 179/2026 que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa LICITIBEM SOLUCAO EM LICITACAO LTDA.

O Fundo Municipal de Assistência Social de Cerejeiras, estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob nº 14.895.276/0001-90, com sede na Rua Panamá nº 950, Cerejeiras/RO, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. Elisângela de Oliveira Araújo Souza**, brasileira, casada, CPF nº ***.702.652-**, RG nº 431*** expedido pela SES DEC/RO, no uso das atribuições conferidas no Decreto Municipal n° 016/2025, de 06 de janeiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado à empresa **LICITIBEM SOLUCAO EM LICITACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 56.416.507/0001-85, com endereço na Rua Castanheira, 2039, Bairro Nova Brasília – Sala A– 76908-644 – Cidade: Ji-Paraná/RO, doravante designado **CONTRATADO,** neste ato representado por sua representante legal, a **Sra. Karen Bianca Souza Figueredo**,portadora do RG n° 1395*** expedido pela SESDEC/RO e CPF nº ***.200.192-** resolvem conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Digital nº 742/2026 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023, Decreto Municipal nº 150/2023 de 30 de março de 2023, Decreto Municipal Nº 049/2024 de Fevereiro de 2024, Decreto Federal nº 11.462/2023 de 31/03/2023, Decreto Federal nº 10.024/2019 de 20/09/2019, Artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155 de 27 de Outubro de 2016, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026,** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente instrumento é o Fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do Município de Cerejeiras/RO, visando assegurar o abastecimento regular das unidades, serviços, programas e projetos socioassistenciais por meio de Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e recursos próprios, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
a) o Termo de Referência;
b) o Edital da Licitação;
c) a proposta do contratado;
d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, admitida somente em casos excepcionais e devidamente justificada nos autos mediante autorização prévia e expressa da Administração Municipal;

I – A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

II – A subcontratação admitida nos casos excepcionais depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

III - Para cumprimento do previsto no subitem anterior o contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO e DA RETENÇÃO DOS IMPOSTOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total da contratação é de R$ 8.697,60 (oito mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).
PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

PARÁGRAFO QUARTO - Da retenção dos impostos:
a) Será efetuado a retenção na fonte do lmposto sobre a Renda – IR quanto aos pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas premissas constantes na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 e seus anexos, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal. Em conformidade com o Decreto Municipal Nº 049/2024 09 de fevereiro de 2024;
b) Serve o presente como comunicação às pessoas jurídicas contratadas para que observem o disposto no Decreto retromencionado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Será admitida o reajuste do valor do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para o primeiro reajuste, esse interregno será contado a partir da data limite para apresentação das propostas ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído, com os seguintes documentos:
I - Requerimento da Contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
II - Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
III - Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
IV - As particularidades do contrato em vigência;
V - A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
VI - Índice IPCA/IBGE;
VII - Tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
VIII - A disponibilidade orçamentária do órgão Contratante.

PARÁGRAFO QUINTO - O reajuste poderá ser formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contratante se obriga a:
I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

V – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

VI – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VII – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VIII – Cientificar o órgão de representação judicial Procuradoria Geral do Município – PGM para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

IX – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

X – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

XI – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

XII - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XIII – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Entregar o objeto em conformidade com o termo de referência e edital;

II – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

III – Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IV – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

V – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VI – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VII – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

VIII – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

IX – Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

X – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XI – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

XII – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

XIII – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

XV – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XVI - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XVII - As obrigações pertinentes à Lei Geral de Proteção de dados reger-se-ão pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

XVIII - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no

procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

XIX - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

XX - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XXI - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XXII - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

XXIII – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

CLÁUSULA DEZ – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA ONZE – DA GARANTIA
Os produtos ficam isentos de apresentação de garantia, contudo a contratada deverá fornece-los em perfeitas condições de consumo, observando as características, padrões de qualidade, validade, conservação, acondicionamento e demais especificações exigidas para cada gênero alimentício.

CLÁUSULA ONZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I – Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

IV – Multa:
a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
b) moratória de 1,0% (Zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
c) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.
d) compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO OITAVO – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO NONO – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DEZ – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO ONZE – O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DOZE – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TREZE – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DOZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO OITAVO - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III - Indenizações e multas.

PARÁGRAFO NONO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS
Ficha: 554
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2047.0000 - Bloco da Proteção Social Básica (CRAS / CCI / SCFV / PAIF) FNAS - C/C 19774-2.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 2.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Ficha: 556
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2048.0000 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade(MAC) - C/C: 20517-6.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 2.660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Ficha: 214
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.243.0009.2051.0000 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz/Crescendo Bem C/C: 20259-2.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 235
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2047.0000 - Bloco da Proteção Social Básica (CRAS / CCI / SCFV / PAIF) FNAS - C/C 19774-2.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 248
Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional: 08.245.0009.2048.0000 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade(MAC) - C/C: 20517-6.
Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

PARÁGRAFO SEGUNDO - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA QUINZE – ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n° 14.133, de

2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal n° 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n° 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO (art. 89, § 1º)
Fica eleito o Foro do Município de Cerejeiras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Cerejeiras, 22 de setembro de 2026.

ELISÂNGELA DE OLIVEIRA ARAÚJO SOUZA
Sec. Mun. de Assistência Social
Contratante

KAREN BIANCA SOUZA FIGUEREDO
Licitibem Solucao em Licitacao LTDA
Contratado

Testemunhas:

Alini Dantas de Oliveira

Barbara Rachel Nogueira da Silva

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:D53818C9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL - RH
ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO SELETIVO Nº. 061/2026

A Prefeitura de Chupinguaia, vem por meio deste retificar **EDITAL DE CONVOCAÇÃO SELETIVO Nº. 061/2026 que** convoca os candidatos aprovados através do Processo Seletivo Simplificado 001/2026 processo administrativo nº 399/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, 13/04/2026 Edição Nº 4211, Decreto Nº 1.351 publicado AROM 25/05/2026. Edição 4239, conforme segue:

Onde Lê–se: encaminhar a documentação via Peticionamento nos dias **18/09/2026 a 23/09/2026** encerrando o prazo as 13:00 horas**.**

Leia–se: encaminhar a documentação via Peticionamento nos dias **25/09/2026 a 30/09/2026** encerrando o prazo as 13:00 horas**.**

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **JADSON PAULINO DE ABREU**, **SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, em 24/09/2026 às 19:23, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **916229** e o código verificador **C9D55FF6**.

Docto ID: 916229 v1

Publicado por:
Luzia Arcanjo Salmento Garcia
Código Identificador:39DC01ED

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO Nº 1.683, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede Licença Maternidade à servidora CAROLINE MARIA DE FREITAS VIEIRA e dá outras providências.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Concede Licença Maternidade à servidora **CAROLINE MARIA DE FREITAS VIEIRA**, ocupante do cargo de Psicologo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme atestado anexado ao Processo Administrativo nº 2003/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 23 de setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

OSVALDO APARECIDO DE CASTRO
Secretário Municipal de Saúde - SEMUSA

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:BC14DDB6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1680, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo de Tomada de Contas Especial, institui a respectiva Comissão Processante para apuração de omissão e indícios de dano ao Erário decorrentes de irregularidades patrimoniais da gestão 2021-2024, e dá outras providências.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO os termos da Representação Administrativa nº 001/2026, originária da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD);

CONSIDERANDO o despacho emanado pela Controladoria-Geral do Município acostado ao Processo Administrativo nº 2164/2024;

CONSIDERANDO as conclusões técnicas da Comissão de Transição de Governo (Decreto nº 3.261/2024) consolidadas no Relatório Final de 19 de julho de 2025 (ID: 708521), e os achados da Comissão Especial de Levantamento Patrimonial (Decreto nº 006/2025), que evidenciaram a não entrega dos inventários físicos, financeiros e de almoxarifado obrigatórios pela gestão antecedente até a data limite de 31 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO os graves indícios de danos ao Erário decorrentes da degradação forçada de aproximadamente 70% dos ativos móveis, além de fundadas suspeitas de extravios de patrimônio, doações sem suporte documental e leilões pretéritos sem lastro idôneo;

CONSIDERANDO, por fim, o caráter cogente e vinculante do Artigo 1º, § 2º c/c Artigo 3º da Instrução Normativa nº 21/TCE-RO-2007 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que impõe à autoridade administrativa o dever de imediata instauração da Tomada de Contas Especial sob pena de responsabilidade solidária;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a instauração de Processo Administrativo de Tomada de Contas Especial (TCE), autuado sob o Processo de Referência nº 1-1977/2026, com o objetivo de apurar os fatos, identificar os responsáveis, individualizar as condutas e quantificar os danos causados ao patrimônio público do Município de Chupinguaia/RO em face da ausência de inventários obrigatórios e degradação de ativos.

Art. 2º - Fica instituída a Comissão de Tomada de Contas Especial, de caráter especial e temporário, a ser integrada pelos seguintes servidores públicos estáveis e efetivos do quadro municipal:

ALEXANDRO GARCIA SIQUEIRA, ocupante do cargo efetivo de serviços gerais, inscrito na matrícula nº 202006, que a presidirá;

ERICK RODRIGUES SILVA SOMAVILA, ocupante do cargo efetivo de agente administrativo, inscrito na matrícula nº 202863, na qualidade de membro/relator;

JOSEANE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de agente administrativo, inscrito na matrícula nº 204300, na qualidade de membro/secretário.

Art. 3º - Fica determinado o apensamento imediato do Relatório Final de Transição de Governo (ID: 708521) à contracapa destes autos, servindo como peça probatória inicial da instrução.

Art. 4º - A Comissão Processante terá o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, contados a partir da data de publicação deste Decreto, prorrogável por igual período mediante justificativa fundamentada direcionada ao Chefe do Poder Executivo, observando-se rigorosamente o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) providenciará a comunicação oficial ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis subsequentes à publicação deste ato, cumprindo as diretrizes do Artigo 2º da IN nº 21/TCE-RO-2007.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 23 de setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:DE8B6916

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.681, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

Exonera A PEDIDO a servidora IVETE DE JESUS BATISTA ocupante do cargo em comissão que ocupa e dá outras providências.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - É exonerada, a partir de 01 de outubro de 2026, a servidora abaixo descriminada;

CARGO: COORDENADOR DE SUPORTE EDUCACIONAL - CC8 - SEMED

IVETE DE JESUS BATISTA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 23 de setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

MARIA CÂNDIDA GURGEL
Secretária Municipal de Educação - SEMED

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:45DD2ABF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.682, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

Aprova Instrução Normativa 05/2026/CGM/PMCHP, que dispõe sobre os Procedimentos para Política Municipal de Gestão e Manutenção da Frota Municipal, Controle de Combustível e uso da Frota de Veículos Oficiais pela Administração Pública Municipal Direta e Indireta da Prefeitura de Chupinguaia/RO, e dá outras providências.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondonia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de prever diretrizes e procedimentos para a gestão de manutenção de veículos oficiais do Município de Chupinguaia, com vistas à eficiência, economicidade, transparência e segurança na Manutenção da frota pública;

CONSIDERANDO a necessidade de nortear os procedimentos de gerenciamento de frotas que compõe a utilização, a manutenção, o abastecimento e a fiscalização dos veículos oficiais do Município de Chupinguaia/RO;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o disposto no Decreto Nº 1.219, de 31 de março de 2026 que estabelece a Política Municipal de Gestão de Manutenção da Frota dos veículos oficiais do Município de Chupinguaia/RO;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a **INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2026/CGM/PMCHP QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, CONTROLE DECOMBUSTÍVEL E USO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DA PREFEITURA DE**

CHUPINGUAIA/RO, que segue anexa como parte integrante do presente decreto.

Art. 2º - A Instrução Nomativa após sua aprovação e publicação deverão ser executados e aplicadas pelas Unidades Executoras Administrativas;

Art. 3º - Caberá a Unidade Central de Controle Interno - UCCI acompanhar e orientar a e respeito da aplicação do dispositivo deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se .

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Chupinguaia(RO), 23 de Setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:8AB5EAB0

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2026/CGM/PMCHP

INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2026/CGM/PMCHP

ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, CONTROLE DE COMBUSTÍVEL E USO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DA PREFEITURA DE CHUPINGUAIA/RO.

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar o disposto no Decreto Nº 1.219, de 31 de março de 2026 que estabelece a Política Municipal de Gestão de Manutenção da Frota dos veículos oficiais do Município de Chupinguaia/RO;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Chupinguaia, orgão central de controle interno tem a obrigação e a atribuição legal prevista na Lei Municipal nº 303, de 27 de Junho de 2003, bem como, art. 51 da Constituição Estadual e do art. 74 da Constituição Federal/88 de emitir normatização sobre areas de controle;

RESOLVE:

Art. 1º. Nortear as atividades da Política Municipal de Gestão de Manutenção da Frota dos veículos oficiais do Município de Chupinguaia/RO;

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar normas procedimentais, para Política Municipal de Gestão de Manutenção da Frota quanto ao gerenciamento da Central de frotas do municipio compondo os veículos oficiais, próprios, disponibilizados oficialmente, ou contratados de prestadores de serviços, pela Administração Pública municipal direta e indireta, e abrangendo a manutenção, o abastecimento e a fiscalização dos veículos oficiais do Município de Chupinguaia/RO;

Art. 3º. A Central de Frotas é a unidade responsável pela gestão, controle e disponibilização dos veículos oficiais, abrangendo automóveis, motocicletas, caminhões, máquinas agrícolas e demais equipamentos motorizados pertencentes ao Município de Chupinguaia/RO, inclusive fundos municipais.

Parágrafo único. Os veículos oficiais se destinam ao atendimento das necessidades de serviço e sua utilização deve observar os princípios que regem a Administração Pública.

Art. 3º. Aplica-se a todos os órgãos e unidades administrativas integrantes da Prefeitura Municipal de Chupinguaia/RO, inclusive fundos municipais.

DA BASE LEGAL

Art. 4.º - A presente Instrução Normativa, integra o conjunto de ações de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, no sentido de implementação da Política Municipal de Gestão de Manutenção da Frota dos veículos oficiais do Município de Chupinguaia/RO estabelecido pelo Controle Interno na Prefeitura Municipal de Chupinguaia, e tem como base legal os dispositivos contidos na:
Constituição Federal;
Decreto Nº 1.219, de 31 de março de 2026 que estabelece a Política Municipal de Gestão de Manutenção da Frota dos veículos oficiais do Município de Chupinguaia/RO;
Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078 de 11/09/1990.
Resolução CONTRAN nº 231/2007, Disposições do Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art.5º. Para os fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I- Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego, função ou qualquer espécie de atividade, inclusive de prestação de serviço por empresa contratada, nos órgãos e entidades da administração pública.

II-Pessoa a serviço: Integrantes da Administração Pública municipal direta e indireta, quando no estrito cumprimento de atividade solicitada pela administração.

III-Colaborador eventual: Pessoa convidada a prestar serviço ao órgão ou entidade, em caráter eventual ou transitório, desde que não esteja prestando serviço técnico-administrativo de forma continuada, sem qualquer espécie de vínculo com o serviço público.

IV-Veículos de representação: Utilizados pelo Prefeito; Vice-Prefeito; e pelos Secretários do Município.

V-Veículos de serviços comuns: Utilizados em transporte de material; e os utilizados em transporte de pessoal a serviço.

VI-Veículos de serviços especiais:São os utilizados em atividades relativas à segurança pública; saúde pública; e fiscalização.
VII-Central de Frotas - Unidade responsável pela gestão, controle e disponibilização dos veículos oficiais, abrangendo automóveis, motocicletas, caminhões, máquinas agrícolas e demais equipamentos motorizados pertencentes ao Município.
VIII-Frota-Conjunto de veículos necessários aos serviços do órgão ou entidade da administração pública municipal.

IX- Veículos oficiais do Município - Veículo automotor de propriedade do Município ou veículo locado, utilizado pela administração pública municipal direta ou indireta;
X- Ordem de serviço- Procedimentos administrativo que envolva a atividade de autorização para realização do serviço no veículo oficial.

XI- Materiais de Consumo – Materiais que se extinguem ou perdem sua identidade física em até 02 (dois) anos e/ou tem sua utilização limitada a esse período. (ex.: peças de reposição, pneus, etc).
XII--Materiais Permanentes - Bens duráveis, com vida útil superior a dois anos, que não se consomem rapidamente e são incorporados ao patrimônio da instituição (ex.: veículos automotivos motocicletas, máquinas agrícolas, caminhão e outros). Devem ser registrados em sistema patrimonial e identificados por número de tombamento renavan, placas e unidade administrativa.
XIII- Recebimento- Atividade de conferência quantitativa e qualitativa dos materiais e serviços entregues, verificando conformidade com pedido, ordem de serviço, relatório fotográfico e nota fiscal.
XIV-Aceitação- Ato administrativo que confirma a conformidade dos materiais recebidos com especificações técnicas e contratuais, e se declara, através do "certifico" que o material recebido satisfaz às especificações contratadas e autorizando sua incorporação ao estoque ou patrimônio.
XV- Requisição- Documento formal utilizado pelos centros de custos para solicitar materiais ao almoxarifado. Constitui instrumento de controle e registro da movimentação de estoque.
XVI-Sistema de Gestão de Frotas -(SGF) - Conjunto de recursos humanos, organizacionais e físicos que tem como objetivo garantir o recebimento dos serviços da frota municipal nas condições técnicas e economicamente adequadas, para o perfeito funcionamento de todas as Unidades Administrativas (UAs) da Prefeitura Municipal de Chupinguaia/RO".

CAPÍTULO III
DA IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Art. 3º. Os veículos de serviços comuns terão placa oficial de acordo com definição dos órgãos de regulação de trânsito, e possuirão adesivos de identificação nas dimensões de uma folha A4, localizado nas portas dianteiras, posicionado abaixo das janelas e nos dois metros iniciais de cada unidade acoplada.

§1º.O adesivo previsto no caput deste artigo conterá obrigatóriamente:
I - Brasão da Prefeitura de Chupinguaia;
II - A sigla da secretaria ou entidade, quando for o caso;
II - A expressão "PODER EXECUTIVO"; e
III - Uma tarja preta contendo a expressão "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO".
§2º. Os veículos de serviços comuns utilizados no transporte coletivo poderão ter cor padrão de fábrica ou definida pela respectiva secretaria ou entidade, mantidas as demais características conforme caput deste artigo.

Art. 4º. Os veículos de serviços especiais da área de segurança pública, próprios ou contratados, terão placa oficial de acordo com a Resolução CONTRAN nº 231/2007 e identificação visual definida pelos respectivos órgãos e entidades.

Art. 5º. As ambulâncias terão cor branca, placa oficial de acordo com a Resolução CONTRAN nº 231/2007, tarja vermelha de 10 cm de largura, em toda extensão da carroçaria, sigla do órgão ou entidade, também em vermelho, com letras de 15cm de altura, nas portas dianteiras, abaixo da faixa, dispositivo de alarme sonoro, luz vermelha intermitente, e logotipo, se for o caso.

Art. 6º. As motocicletas, motonetas, ciclomotores ou veículos assemelhados terão cor padrão de fábrica, placa oficial de acordo com a Resolução CONTRAN nº 231/2007, e sigla da secretaria ou entidade, em cor contrastante, com 5cm de altura, nas laterais do tanque de combustível, e logotipo, se for o caso.
Parágrafo único. Os veículos referidos no caput deste artigo, quando destinados a serviços especiais, terão cor padronizada pela respectiva secretaria ou entidade, placa oficial de acordo com a Resolução CONTRAN nº 231/2007, dispositivo de alarme sonoro, luz vermelha intermitente e, se for o caso, logotipo e/ou sigla.

Art. 7º. Os veículos de serviços destinados às atividades específicas terão a cor padrão de fábrica, ou a definida pela secretaria ou entidade, e a sigla e o logotipo, quando for o caso, em cor contrastante.

Art. 8º. Os veículos de prestação de serviço de transporte contratado para o deslocamento de servidor no desempenho de atividades externas serão identificados com afixação, nas portas dianteiras, de um retângulo com 450x220 mm, nas cores oficiais do Município (adesivo com manta magnética), posicionado abaixo das janelas dentro do qual deverá conter as expressões **"A SERVIÇO DA PREFEITURA DE CHUPINGUAIA",** sigla da secretaria ou entidade e "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO".

Art. 9º. Os veículos doados por outros órgãos e incorporados ao patrimônio do Município poderão manter sua cor original e conter a identificação referente à procedência do veículo, conforme conveniência da Administração, sem prejuízo da identificação estabelecida nesta norma.

Art. 10º. É proibido o uso de placa não oficial em veículo oficial ou de placa oficial em veículo particular.

CAPÍTULO IV
DO USO DE VEÍCULOS OFICIAIS E VEDAÇÃO

Art. 11º. As secretarias e entidades manterão cadastro de veículos atualizado contendo as informações do mesmo a Ficha Cadastro de Veículos Oficiais.

Parágrafo único.O cadastro a que se refere o caput será atualizado sempre que ocorrer transferência, cessão, alienação, doação ou permuta.

Art. 12º. Na utilização de veículo oficial serão registradas, no mínimo, as seguintes informações:
I - Identificação do nome, vínculo e lotação do usuário;
II - Identificação do motorista; e
III - origem, destino, finalidade, horários de saída e de chegada e as respectivas quilometragens.

Art. 13º. Os veículos de transporte institucional serão utilizados exclusivamente por:
I - Prefeito e Vice-Prefeito;
II -Ocupantes de cargo de Natureza Especial;
III-Ocupantes de cargo de primeiro escalão dentre estes: chefe de gabinete do prefeito, procurador, controlador, Secretários ou equivalente;
IV-Outros agentes públicos, desde que autorizados pelo respectivo Secretário ou pelo dirigente máximo da respectiva entidade;
§1º. Os veículos de transporte institucional somente serão utilizados no desempenho da função.
§2º. As autoridades referidas nos incisos I, II e III poderão dispor de veículo de uso exclusivo e com identificação própria.
§3º. As autoridades referidas nos incisos IV disporão de veículo de uso exclusivo ou compartilhado, a juízo do respectivo Secretário ou do dirigente máximo da respectiva entidade.
§4º. Aos agentes referidos no inciso IV caberá o uso compartilhado de veículos de transporte institucional.

Art. 14º. Os veículos de serviços comuns se destinam ao transporte de servidores a serviço e de materiais, bem como à execução de atividades específicas.
§1º. Entende-se por atividades específicas, para fins deste Decreto, aquelas que exigem determinado veículo como instrumento inerente à sua realização.
§2º. Para efeitos do caput deste artigo, considera-se pessoa a serviço, além do servidor:
I - O colaborador eventual quando no estrito cumprimento de atividade solicitada pela Administração;
II – O prestador de serviço cujo contrato preveja expressamente o transporte a cargo do órgão ou entidade; e
III - aquela acompanhando servidor com finalidade de realização de serviço com finalidade pública.
§4º. No caso do uso de veículos de serviços comuns para o transporte de documentos que exijam cuidados especiais quanto à segurança a locais de embarque e desembarque, na origem e no destino, o servidor encarregado do transporte não fará jus à indenização de locomoção relativa àquele trecho.

§5º. É permitido o uso dos veículos de serviços comuns para transporte, inclusive a local de embarque e desembarque, de colaborador eventual, estrangeiro ou nacional, participante de evento ou atividade a convite e no interesse da Administração Pública, desde que o colaborador eventual não receba indenização de locomoção nos trajetos em que o veículo oficial seja utilizado.

Art. 15º. É vedado:

I - O provimento de serviços de transporte coletivo para condução de pessoal a partir de sua residência ao local de trabalho e vice-versa, salvo em casos específicos, devidamente autorizados pelo Secretário da pasta ou pelo Prefeito;
II - O uso de veículos oficiais para transporte individual da residência ao local de trabalho e vice-versa, salvo em casos específicos, devidamente autorizados pelo Secretário da pasta ou pelo Prefeito Municipal;
III - O uso de veículo oficial nos sábados, domingos e feriados, salvo para o desempenho de encargos inerentes ao exercício da função pública devidamente comprovada;
IV -O uso de veículos oficiais em excursões ou passeios;
V -No transporte de familiares do servidor ou de pessoas estranhas ao serviço público;
VI - A guarda dos veículos oficiais em garagem residencial, salvo no caso específico de Prefeito.
§1º. Não constitui descumprimento do disposto neste decreto a utilização de veículo oficial para transporte a estabelecimentos comerciais e congêneres, sempre que seu usuário se encontrar no desempenho de função pública.

Art. 16º. Aplicam-se as regras deste Decreto aos veículos apreendidos pelos órgãos policiais e de fiscalização que temporariamente estejam sendo utilizados pela administração municipal em decorrência de autorização judicial ou administrativa.

Art. 17º. A Secretaria Municipal de Trânsito é competente para expedir normas complementares ao disposto neste Decreto, inclusive no que diz respeito às características e identificações dos veículos.

Art. 18º. O uso indevido de veículos oficiais, próprios, disponibilizados oficialmente, ou contratados de prestadores de serviços, pela Administração Pública Municipal direta e indireta, é passível de aplicação de pena disciplinar e sanção civil, administrativa e criminal aos responsáveis, conforme cada caso.

CAPÍTULO V
DA OBRIGAÇÃO DO MOTORISTA

Art.18º. São obrigações dos motoristas:
I – Preencher corretamente o diário de bordo;
II – Dirigir o veículo dentro das normas de trânsito obedecendo à sinalização;
III – Dirigir somente os veículos permitidos pela categoria de sua carteira nacional de habilitação;
IV – Não dirigir sob efeito de sedativos, estimulantes ou bebida alcoólica;
V – Não fumar no interior do veículo;
VI – Obedecer ao roteiro proposto;
VII– Não entregar à direção do veículo a outra pessoa sem o conhecimento do responsável pela frota;
VIII– Antes de sair com o veículo verificar o nível de óleo e combustível;
IX – Vistoriar o veículo antes de sua entrega, para não deixar objetos e documentos em seu interior;
X – Informar imediatamente ao superior imediato quanto a possíveis sinistros ou defeitos já anotados no diário de bordo, para que este tome as providências cabíveis.
XI – Assegurar pelo zelo dos veículos oficiais, e em caso de danos, sejam apurados os fatos, e se, constatado mau uso, imprudência ou desleixo, o valor do conserto seja revertido ao condutor;
XII – Assegurar que os veículos estejam sempre limpos e em condições de uso;
XIII– Registrar no diário de bordo e comunicar ao Secretário detentor do veículo a falta de acessórios e ferramentas obrigatórias, como macaco, chave de rodas, extintor de incêndio e triângulo, bem como qualquer equipamento ou peça danificada que possa ser objeto de multa de trânsito.

CAPÍTULO VI
DO PREENCHIMENTO DO DIÁRIO DE BORDO

Art.19º. Os veículos oficiais serão conduzidos por motoristas devidamente habilitados e autorizados pelo Secretário responsável pelo veículo, devendo preencher diariamente, a cada viagem, o Diário de Bordo.
§1º. Para a utilização de todos os veículos oficiais deverá ser preenchido o respectivo Diário de Bordo com todas as informações necessárias ao controle por viagem, como nome do motorista, origem e destino, motivo do deslocamento, além de data, hora e quilometragem percorrida (quilometragem de saída e chegada).
§2º. Quando por problemas mecânicos não for possível a indicação correta da quilometragem ou do horímetro do veículo, máquina ou equipamento deverá ser anotado tal problema no Diário de Bordo, não desobrigando o condutor a deixar de preencher os outros campos solicitados.
§3º. Caso a secretaria não possua frota própria suficiente (veículos ou máquinas) para executar determinado serviço ou viajem, este deverá solicitar do Secretário que tiver a disponibilidade dos mesmos, com no mínimo 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, salvo em casos excepcionais, comprovada a necessidade do serviço mediante posterior justificativa por escrito do secretário da pasta.

Art.20º. No final de cada mês o motorista ou operador deverá encaminhar o Diário de Bordo devidamente preenchido e sem rasuras por completo ao Chefe de transportes ou Secretário da respectiva Secretaria e retirar outro Diário de Bordo em branco, para o uso no mês seguinte.

Art.21º. O Chefe de transportes ou Secretário deverá conferir todos os Diários de Bordo dos veículos, máquinas e equipamentos de sua Secretaria a fim de verificar se todos os campos foram preenchidos corretamente.
Parágrafo único. Caso seja identificado algum campo não preenchido deverá imediatamente solicitar ao responsável o devido preenchimento.

Art.22º. Após o Secretário conferir o correto preenchimento do Diário de Bordo, deverá entregá-lo (a via original) ao Setor de Frotas até o dia 07 do mês seguinte.
Parágrafo único. Não será admitido um diário de bordo que contenha mais de um mês em uma mesma página, salvo casos especiais onde veículos se encontrarem fora do domicílio na passagem de um mês para outro.

Art.23º. As Secretarias deverão designar um Servidor para fiscalizar o uso dos veículos que estejam sob a responsabilidade das mesmas.
Parágrafo Único. Os Servidores designados pelas secretarias serão responsáveis pela aferição do uso, do consumo, da conferência do preenchimento do Diário de Bordo, e serão os responsáveis por providenciar a indicação do condutor em relação às possíveis infrações de trânsito que poderão ser lançadas sobre o veículo.

CAPÍTULO VII
DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

Art.24º. O condutor de veículo da frota da Administração Direta e Indireta do Município de Chupinguaia é o responsável pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB e em seu regulamento, decorrentes de atos praticados na direção do veículo.

§1º. Para atender ao disposto neste artigo, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:
I - Todos os Autos de Infrações dos veículos da Administração Municipal de Chupinguaia deverão ser endereçados à sede administrativa do Município de Chupinguaia, localizada na Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, CEP: 76990-000, Chupinguaia- RO.
II –As notificações depois de recebidas serão encaminhadas ao Órgão de lotação do veículo notificado;

III –O Órgão de lotação do veículo promoverá os procedimentos de:
a) Identificação do condutor responsável pela infração;
b) Análise da procedência da infração verificando se cabe recurso;
c) Encaminhamento ao setor Jurídico, para defesa, no caso de improcedência da infração dentro dos prazos legais;
d) Proceder à notificação pessoal ao condutor infrator, para que este se manifeste, por escrito, quanto a sua decisão de acatar a atuação ou apresentar recurso junto ao Órgão competente;
e) Comunicar ao Chefe de Setor de Gerencionamento de Frotas, os dados do condutor, para identificação do responsável pela infração;
§2º. O pagamento das autuações analisadas como procedentes, não cabendo recurso, serão de responsabilidade do condutor, sem prejuízo do procedimento disciplinar cabível;
§3º. O Setor de Central de Frotas, deverá encaminhar ao departamento Recursos Humanos, cópia da infração anexada à notificação para desconto em folha de pagamento, autorizando o devido desconto do valor da multa do salário do condutor autuado, de acordo com os critérios aceitos.
§4º. Se não identificado o condutor, as penalidades e os valores da multa serão descontados do Secretário titular da Secretaria responsável pelo veículo.

CAPÍTULO VII
DO CONTROLE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

Art.25º. Tanto no abastecimento de combustível como na troca de óleo lubrificante, deverá ser observada a caracterização do veículo, por intermédio da placa e de sua quilometragem/horímetro atual, e a identificação do condutor.
I – Os abastecimentos deverão ser realizados nos Postos de Combustíveis contratados pelo Município através de licitação;
II - O abastecimento do veículo sem consulta prévia ao sistema será de responsabilidade do Secretário da Secretaria responsável pelo veículo, caso haja restrição ou ausência de saldo.
III – Para a realização do abastecimento, o veículo oficial deverá estar cadastrado no Sistema da empresa contratada, sendo proibido o abastecimento através de preenchimento de ficha ou similar.
IV – A Prefeitura não poderá efetuar pagamento de nota fiscal de combustível, bem como de manutenção, sem a mesma estar devidamente registrada no sistema de frotas;
V – Somente serão abastecidos os veículos que possuírem a autorização por escrita das pessoas responsáveis;

CAPÍTULO VIII
A RESPONSABILIDADE DAS SECRETARIAS DETENTORAS DE VEÍCULOS

Art.26º. Caberá aos Secretários das Secretarias detentoras de veículos:
I – Definir os nomes das pessoas que podem requisitar veículos, em área de atuação;
II–Elaborar Diário de Bordo com todas as informações necessárias ao controle por viagem, como nome do motorista, origem e destino, motivo do deslocamento, além de data, hora e quilometragem percorrida (quilometragem de saída e chegada), disponibilizar impressa no interior do veiculo e cobrar a obrigatoriedade do uso e do correto preenchimento do mesmo;
III – Promover a fiscalização e controle da guarda dos veículos e circulação dos mesmos;
IV – Manter atualizados os controles de manutenção dos veículos;
V – Manter sob sua guarda, de forma sempre atualizada, o registro contendo as características gerais dos veículos entregues a sua tutela de uso;
VI – Organizar e manter atualizados os controles de abastecimento dos veículos, com o intuito de acompanhar e controlar o gasto e o consumo de combustível com veículos sobre sua responsabilidade;
VII – Solicitar a Central de Frotas, relatórios periódicos de manutenção, permitindo que sejam checadas possíveis irregularidades ocorridas durante execução de serviço ou trocas de peças e componenetes da frota sob sua responsabilidade;
VIII – Providenciar para que os veículos satisfaçam as condições técnicas e os requisitos exigidos em lei;
IX – Zelar pela boa apresentação dos motoristas e veículos;
X – Manter atualizados os dados pessoais e referentes à habilitação dos motoristas credenciados;
XI – Manter o departamento de Controle Interno informado de toda e qualquer irregularidade verificada.
Art.27º. As secretarias farão apuração do custo operacional dos veículos visando a identificar os passíveis de reparos (recuperáveis) e os antieconômicos ou irrecuperáveis (sucatas), comprovadamente alienáveis.
§1º. Para os fins do caput deste artigo, o órgão ou entidade manterá o Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial de cada veículo atualizado mensalmente.
§2º. A apuração prevista no caput deste artigo deverá se basear em critérios econômicos e técnicos, inclusive os relativos à proteção do meio ambiente.

Art.28º. As secretarias e entidades devem providenciar a renovação do licenciamento anual de veículos automotores em tempo hábil, obedecendo ao calendário estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres.

CAPÍTULO IX
OS CRITÉRIOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS

Art.29º. - Todas as solicitações de manutenções preventivas e corretivas da frota Municipal deverão ser operacionalidas pela Comissão de Manutanção de frotas, independentemente da Secretaria Municipal que o veículo se encontra cadastrado.

Art.30º. É de responsabilidade da Central de Frotas, promover revisões preventivas e corretivas aos veículos do Município, com vista a minimizar a ocorrência de falhas mecânicas e melhorar a gestão da frota.

§1°.A manutenção preventiva será obrigatória, conforme cronograma definido pela Central de Frotas. O usuário deverá comunicar imediatamente qualquer avaria ou acidente As datas agendadas para as revisões periódicas e preventivas deverão ser comunicadas, por escrito, ao Secretário responsável pelo veículo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
§2°.A manutenção corretiva seguirá sempre que possível o cronograma estabelecido pela Central de Frotas. Deverá ser solicitada para Central de Frotas, sempre que possível com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e deverá incluir os seguintes documentos e procedimentos:
Solicitação de despesa, emitida previamente pelo gestor da pasta;
Definição de parâmetros de preços, realizada por membros da Central de Frotas;
Emissão da Ordem de Serviço pela Central de Frotas;
Aprovação da Ordem de Serviço obrigatoriamente pelo gestor da pasta;
Acompanhamento da execução do serviço por membros da Central de Frotas ou servidor designado;
Termo de recebimento e relatório fotográfico elaborados pela Central de Frotas;
Liquidação de material de consumo pelo almoxarifado central;
Emissão de relatórios obrigatórios do sistema de terceirização de frotas, necessários para o pagamento da despesa;
Inclusão da **NF-e-** Nota Fiscal eletrônica devidamente certificada nos autos
Art.31º. As empresas (mínimo de 03 três) antes de proceder à manutenção deverão encaminhar para o e-mail institucional da Central de Frotas orçamentos dos serviços e das peças a serem substituídas, especificando seus preços líquidos unitários, para que o Setor de frotas em conjunto com a secretraia demandante decididam se farão a aquisição do fornecedor detentor do serviço e ainda se procederá à aquisição das peças de terceiros encaminhando-as posteriormente a contratada.
§1°. As peças e componentes de reposição, fornecidas e instaladas pela contratada, deverão ser originais do fabricante do veículo/máquina e novas peças paralelas somente poderão ser instaladas mediante autorização expressa da Central de Frota.
§2°. As peças e acessórios novos e originais deverão ser apresentadas em suas embalagens originais de fábrica, não podendo estar violadas, constando inclusive a identificação do fabricante, especificações

técnicas e termo de garantia da mercadoria, tudo de acordo com o código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078 de 11/09/1990.
§3°. As peças e acessórios substituídos pela contratada deverão ser entregues, no ato do recebimento do veículo devidamente consertado, para registro fotográfico e encaminhamento para compor o processo de empenho.

CAPÍTULO X
DAS ATRIBUIÇÕES DA CENTRAL DE FROTAS

Art.32º. Compete aos componentes da Central de Frotas, dentre outras competências:
I- Orientar a fiscalização dos veículos oficiais quanto a observância dos padrões de controle de utilização;
II-Controlar prazos de entrega junto aos fornecedores;
III-Receber a solicitação da secretaria de origem e realizar cotação o cadastro dos itens, no sistema de materiais para movimentação;
IV-Registrar os movimentos do estoque de entrada e saída tempestivamente no sistema informatizado;
V- Encaminhar nota fiscal a Secretaria de origem do material para providenciar o pagamento;
VI-Controlar os materiais em ponto de reposição e informar as Unidades Gestoras;
VII-Prestar conta do movimento do estoque do mês de referência;
VIII-Orientar a fiscalização dos veículos oficiais quanto a observância dos padrões de controle de utilização;
IX - Realizar vistorias periódicas e/ou randômicas nos veículos a fim de verificar sua condição de conservação e manutenção, cabendo ao servidor responsável cooperar plenamente com tais inspeções;
X- Manter arquivo físico ou digital das requisições e relatórios de uso;
X- Fiscalizar o uso adequado dos veículos e comunicar irregularidades à autoridade competente.
XI - Realizar vistorias periódicas e/ou randômicas nos veículos a fim de verificar sua condição de conservação e manutenção, cabendo ao servidor responsável cooperar plenamente com tais inspeções;
XII – Registrar quilometragem, consumo de combustível e manutenção preventiva/corretiva;
XIII– Manter arquivo físico ou digital das requisições e relatórios de uso;
V – Fiscalizar o uso adequado dos veículos e comunicar irregularidades à autoridade competente.

Sessão I
DA RESPONSABILIZAÇÃO DA CENTRAL DE FROTAS

Art.33º. - O membro da Central de Frotas, quando da execução da Ordem de Serviço a ele destinado será responsabilizado integralmente por:
Parâmetros de preços realizados com sobrepreço de materiais ou serviços.
Serviços realizados e recebidos diferente do que foi contratado;
Delongas injustificadas na realização do serviço da frota;
Negligência com o veiculo público quando este estiver sob sua responsabilidade;

Sessão II
DA REMUNERAÇÃO AOS MEMBROS DA CENTRAL DE FROTAS

Art.34º. – Quando houver necessidade de deslocamento de membro da Central de Frotas, ou servidor designado pelo secretário, para acompanhar a execução de serviços na frota do município, independente da kilometragem do trajeto, o servidor fará jus à ajuda de custo no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta) reais por dia de acompanhamento do serviço;

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35º. - Caberá a cada órgão da Administração Pública Municipal, com relação aos veículos oficiais sob sua gerência designar um servidor responsável pelo acompanhamento da utilização e zelo dos veículos, e encaminhar as solicitações de manutenções preventivas e corretivas da frota a Comissão de Manutenção de Frotas. Na ausencia do servidor responsável, tal acompanhamento e solicitação ficará a cargo do Secretário Municipal do órgão.

Art.36º. - Nenhum veículo oficial, poderá realizar manutenção preventiva e corretiva sem que seja operacionalizada pela Comissão de Manutenção de Frota.
Art.37º. A Comissão de Manutenção de Frota encaminhará relatórios mensais de utilização à Secretaria competente.
Art.38º. A Controladoria-Geral poderá realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade do uso da frota bem como ao cumprimento no diposto deste Decreto.
Art.39º. Ficará sujeito às sanções disciplinares do regime jurídico a que estiver vinculado o servidor que der causa ao descumprimento do disposto neste Decreto.
Art.40º. Os casos omissos serão resolvidos pela Controladoria-Geral do Município.
Art.41.º - Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou
técnicos assim o exigirem;
Art.42º.- A presente Instrução Normativa será disponibilizada em meio eletrônico, acessível no site da Prefeitura Municipal, menu transparência, controle interno, Instrução Normativa.
Art.43.º - Esta Instrução Normativa passa a produzir seus efeitos legais a partir da sua publicação.

Chupinguaia(RO), 23 de setembro de 2026.

NORMA TECLÂNIA SARAIVA BARROS
Controladora Geral do Município

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:A488D133

PROCURADORIA GERAL
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROC. 1969

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Com base no inciso I do art. 74 da Lei Federal 14.133/2021

DISPENSA-SE

A licitação para a contratação direta com a empresa **EDIMAR COSTA DE SOUZA, CNPJ: 01.999.171/0001-39** empresa especializada para fornecimento de 2 (duas) inscrições em capacitação presencial sobre Gestão e Mapeamento de Dados na Administração Municipal, abrangendo, no mínimo, os seguintes temas:, Em conformidade com as especificações detalhadas contidas no Termo de Referência (ID 914327) a Justificativa da Contratação (ID 914391), NAD (ID 914413) e Parecer da Auditoria (ID 914811), com empenho, no valor de R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), com respaldo legal no artigo 74 inciso I da Lei 14.133/2021

Publique-se o Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº. 066/2026.

Processo Administrativo nº. 1969/2026.

Gabinete do Prefeito em 25 de setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/09/2026 às 11:31, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **916388** e o código verificador **7EAAC58A**.

Referência: Processo nº 1-1969/2026.	Docto ID: 916388 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:4EBE46DE

PROCURADORIA GERAL
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROC. 2007

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Com base no inciso I do art. 74 da Lei Federal 14.133/2021

DISPENSA-SE

A licitação para a contratação direta com a **MAX MAURO SERVIÇOS MEDICOS LTDA,CNPJ: 66.227.993/0001-47,** para o Contratação de Credenciamento de Empresa para Prestação de Serviços Medicos Especialistas, conforme previsão contida no edital de chamamento para credenciamento nº 001/2025-- EDITAL CREDENCIAMETO PRESENCIAL 01-2025 - PJ-SERVI de 11/11/2025 (ID 761680) tendo como base o processo original nº 2235/2025., Em conformidade com as especificações detalhadas contidas no Termo de Referência (ID 913727) a Justificativa da Contratação (ID 913736), NAD (ID 913735)com empenho, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com respaldo legal no artigo 74 inciso I da Lei 14.133/2021

Publique-se o Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº. 67/2026.

Processo Administrativo nº. 2007/2026.

Gabinete do Prefeito em 24 de setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/09/2026 às 07:46, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **916215** e o código verificador **7D4AED88**.

Referência: Processo nº 2-2007/2026.	Docto ID: 916215 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:45B4D6C2

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0289-26

EXTRATO DO CONTRATO N°.0289/26

DAS PARTES:

-**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA.**
- SSC TELECOM SERVICOS LTDA

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de serviços de acesso à internet pela tecnologia de fibra optica, conforme modelos constantes do Anexo II, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de AGRICULTURA, de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0057/26**,** Proc. Adm. Nº 1734/2026

DA DOTAÇÃO:
02.09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI
20.606.0035.2278.0000 – CUSTEIO DAS ATIIDADES DA SEMAGRI
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
NOTA DE EMPENHO Nº 3913 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

DO PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de setembro de 2026

Chupinguaia - RO, 17 de setembro de 2026

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL LISBOA LOUBACK**, **PROCURADOR MUNICIPAL**, em 25/09/2026 às 08:25, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **915980** e o código verificador **F434C796**.

Referência: Processo nº 1-1734/2026.	Docto ID: 915980 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:9C3E33CD

PROCURADORIA GERAL
HOMOLOGAÇÃO PROC. 1522

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o Processo Administrativo nº **1522/2026**, conforme o Pregão Eletrônico nº **93/2026**. Após a tramitação legal, foram consideradas vencedoras pelo Pregoeiro, as empresas: **HGM DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA** - 37.053.176/0001-11, Documentação. da empresa ID 906715, vencedora dos itens 1,5,6,7,8,10,14 e 15 com valor de R$ 49.180,40 ; a empresa **DENTAL PVH COMERCIO DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA** - 48.036.918/0001-17,Documentação da empresa ID 906713, vencedora dos itens 2 e 4 com valor de R$ 9.480,00; e a empresa**65.793.274 CALIEL CANDIDO VASCONCELOS ARAUJO - CNPJ: 65.793.274/0001-20**, Documentação da empresa (ID ID 906712), vencedora dos itens 3,11 e 13 com valor de R$ 23.716,50, perfazendo o valor total de R$ **82.376,90 (oitenta e dois mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa centavos).**
Cumpridas as exigências do Pregão Eletrônico apresentado os menores preços para os item de acordo com a Ata Final do Pregoeiro(ID 906717), Termo de Adjudicação (ID 906718), Homologação (ID 911200).

Chupinguaia-RO, 15 de setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 15/09/2026 às 14:22, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **911204** e o código verificador **8C0A9594**.

Referência: Processo nº 2-1522/2026.	Docto ID: 911204 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:B17975BF

PROCURADORIA GERAL
HOMOLOGAÇÃO PROC. 1653

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o Processo Administrativo nº **1653/2026**, conforme o Pregão Eletrônico nº **99/2026**. Após a tramitação legal, foi considerada vencedora pelo Pregoeiro, a empresa **DISTRIBUIDORA CHUPINGUAIA - CNPJ: 26.123.203/0001-69**, Documentação da empresa (ID 910535), vencedora dos itens licitados, perfazendo o valor total de R$ **69.382,00 (sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais).** Cumpridas as exigências do Pregão Eletrônico apresentado os menores preços para os itens de acordo com a Ata Final do Pregoeiro (ID 914342), Termo de Adjudicação (ID 914340), Homologação (ID 915879).

Chupinguaia-RO, 24 de setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 12:54, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **915923** e o código verificador **499F2FE3**.

Referência: Processo nº 1-1653/2026.	Docto ID: 915923 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:B421005C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE ADIANTAMENTO N° 025, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE Município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia, no
uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei n° 580, de 8 de Novembro de 1994;
Resolve:
Art. 1º - CONCEDER a Servidora Rosimar Lourenco Santos de Oliveira ocupante do cargo
efetivo de Servente , lotado na SEMDESFAT, desta Administração Municipal, Adiantamento na importância
de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a ser depositada em conta corrente para suprimento de fundo , com os
seguintes objetivos:
Garantir a aquisição imediata de medicamentos e a realização de exames e procedimentos médicos
essenciais, especialmente quando não disponibilizados pela rede pública, assegurando atendimento
ágil e contínuo às demandas de saúde, inclusive em situações urgentes e imprevisíveis.
Unidade orçamentária: 02.04 - SEMDESFAT
Programação orçamentária: 08.122.0024.2013 - Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Fonte: 0.1.500 - Recurso Próprio
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99 - Outros Materiais de Consumo
Unidade orçamentária: 02.04 - SEMDESFAT
Programação orçamentária: 08.245.0006.2027 - Bloco Da Proteção Social Especial (PSE) De Média E Alta
Complexidade.
Fonte: 0.1.500 - Recurso Próprio
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Art. 2º- O prazo de aplicação do adiantamento será de 60 (sessenta) dias e 10 (dez) dias para a
prestação de contas, conforme Art. 5º da Lei Municipal acima mencionada.
Art. 3º- Ao responsável aplicação do adiantamento caberá fazer pessoalmente sua
comprovação na forma estabelecida, nas normas que acompanham a lei municipal acima.
Art. 4º- A 19 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, no âmbito de sua Unidade Orçamentária
e a Contabilidade, manterão rigorosamente o controle da concessão e comprovação do presente
Adiantamento.
Art. 5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.
Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 25 de setembro de 2026

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Portaria de Adiantamento 025 de 25/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 095/2020 (ID: 633065 e CRC: 7648CB27). Pág: 2/2
Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito,
em 25/09/2026 às 12:21, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº
095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente por Elzimar Grei Coelho, ASSESSORA ESP. DE
DES.SOCIAL DA FAMILIA E DO TRAB., em 25/09/2026 às 12:35, horário de Colorado do
Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br,
informando o ID 633065 e o código verificador 7648CB27.
Referência: Processo nº 1-2347/2026. Docto ID: 633065 v1

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:DEAD4B7C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE ANULAÇÃO DE DIÁRIA 53 EM 25 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito do município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições
legais, que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2.394, de 31 de Maio de 2022, e Lei Municipal nº 2.406
de 11 de Julho de 2022.
RESOLVE
Art. 1º - ANULAR a PORTARIA DE DIÁRIA Nº 51 de 16 de Setembro de 2026 em desfavor da
servidora Valdicéia de Cássia da Silva Balbinot, respectivamente.
Parágrafo Único - A Portaria supramencionada está sendo anulada pelo motivo de força
maior, relacionados a questões de saúde da servidora, que impossibilitaram seu deslocamento e
consequente participação no evento previsto, tornando necessária a anulação da referida concessão
de diárias para fins de regularização administrativa.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação
Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito,
em 25/09/2026 às 09:54, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº
095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br,
informando o ID 632280 e o código verificador 8B96001B.
Referência: Processo nº 1-885/2026. Docto ID: 632280 v1

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:9FC1EC11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 152, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas
atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022,
2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais nº 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a servidora GRAZIELI GOMES MACHADO, ocupante do cargo de
Coordenadora Geral de Desenvolvimento Econômico e de Fomento a Pequenas Empresas, Comércio e
Indústria, matrícula nº 400596, lotada no GABINETE DO PREFEITO, desta Administração Municipal, 1 (uma)
diárias no valor total de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), com desconto do auxílio alimentação
referente a 1 (um) dia no valor de R$ 36,36 (trinta e seis reais e trinta e seis centavos) de acordo com o
Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando o líquido de R$ 513,64 (quinhentos e treze
reais e sessenta e quatro centavos). As diárias destinam-se a custear despesas com alimentação,
hospedagem e demais gastos decorrentes de viagem oficial ao município de Ji-Paraná/RO, a ser realizada
no período de 14 a 18 de setembro de 2026, com a finalidade de participar da Reunião de Alinhamento do
PROAMPE, com a participação de todos os agentes de crédito do Estado, que será realizada no dia
16/09/2026, e do Encontro Estadual da Rede Estendida Sebrae, no dia 17/09/2026, ambos em Ji-
Paraná/RO. Conforme solicitação (ID 627014).
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: O deslocamento será realizado por via
terrestre, utilizando transporte rodoviário (ônibus) e veículo oficial pertencente à frota municipal da
SEMELJU do Município de Colorado do Oeste-RO, modelo Micro Ônibus Iveco, placa RSX6H70.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 14 de setembro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Portaria de Diárias 152 de 14/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 095/2020 (ID: 627199 e CRC: 2FB4EAC1). Pág: 2/2
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito,
em 14/09/2026 às 12:47, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº
095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br,
informando o ID 627199 e o código verificador 2FB4EAC1.
Referência: Processo nº 1-1386/2026. Docto ID: 627199 v1

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:88C90235

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 158, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais nº 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao servidor Gustavo Mateus Silva dos Santos, ocupante do cargo de Divisão de Des. Esportivo, matrícula nº 42544, lotado na SEMELJU, desta Administração Municipal, 2,5 (duas e meia) diárias no valor total de R$ 1.375,00 (um mil e trezentos e setenta e cinco reais), com desconto do auxílio alimentação referente a 1 (um) dia no valor de R$ 36,36 (trinta e seis reais e trinta e seis centavos) de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um montante de R$ 1.338,64 (um mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos), no período de 25/09/2026 a 28/09/2026, onde o mesmo se deslocará a Pimenta Bueno - RO, com o objetivo de acompanhar e prestar suporte técnico e logístico aos atletas das categorias Sub-15 e Sub-17, que representarão o Município de Colorado do Oeste/RO na competição denominada Liga Rondônia de Futsal, que tem como objetivo a disputa de vaga para a competição nacional de 2027.
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Micro Ônibus Iveco, placa RSX6H70
(SEMELJU).
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 24 de setembro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Portaria de Diárias 158 de 24/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 095/2020 (ID: 632014 e CRC: 79FFCB2F). Pág: 2/2
Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000

Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 24/09/2026 às 13:55, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br,
informando o ID 632014 e o código verificador 79FFCB2F.
Referência: Processo nº 1-415/2026. Docto ID: 632014 v1

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:23202A39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 94, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas
atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022,
2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais nº 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao servidor Cleison Passos da Silva, ocupante do cargo de ASSESSOR
ESPECIAL DE SAÚDE, matrícula nº 42510, lotado na SEMUSA, desta Administração Municipal, 2,5 duas e
meia diárias no valor total de R$ 1.375,00 Mil trezentos e setenta e cinco reais, com desconto do auxílio
alimentação referente a 1,5 um meio dias no valor de R$ 54,54 cinquenta e quatro reais e cinquenta e
quatro centavos de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um
montante de R$ 1.320,46 Mil trezentos e vinte reais e quarenta e seis centavos, no período de
27/09/2026 a 29/09/2026, onde o mesmo se deslocará a Porto Velho com o objetivo de Participar de
reunião no CES, na IESPRO em Porto Velho.
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Toyota hilux placa: TFV6H95
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 25 de Setembro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente por Cleison Passos da Silva, ASSESSOR ESPECIAL DE
SAÚDE, em 25/09/2026 às 12:13, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do
Decreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito,
em 25/09/2026 às 12:21, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº
095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br,
informando o ID 633078 e o código verificador 047F5E44.
Referência: Processo nº 1-252/2026. Docto ID: 633078 v1

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:249182EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO E A ASSOC. DE BOLEIROS E ESP. DE COLORADO DO OESTE -ABEC.

CONVÊNIO n° 22/2026
PROCESSO n° 1377/2026

MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.391.512/0001-87, com sede na Avenida Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA** brasileiro, casado, domiciliado em Colorado do Oeste RO, doravante denominado CONVENENTE e a **ASSOC. DE BOLEIROS E ESP. DE COLORADO DO OESTE -ABEC,** inscrita no CNPJ nº. 84.560.036/0001-10, com sede na AV MARECHAL RONDON, 2274 - CRUZEIRO - COLORADO DO OESTE RO, neste ato representado pelo seu presidente **CELIO DA CRUZ MARTINS VAZ**, brasileiro, presidente, portador do RG nº. 7xxxxx4 SSP/RO e inscrito no CPF sob nº. 724xxxxx-44, domiciliado na Avenida Xingu, 5787 nesta cidade de Colorado do Oeste/RO, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, autorizado pela Lei nº 14.133/2021, mediante cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente CONVÊNIO tem como objeto apoio financeiro para custear a construção de muro com a aquisição de material de construção conforme Plano de Trabalho Id 627574 nos autos.
DO REPASSE
CLÁUSULA SEGUNDA – O município repassará a Associação o total de **R$ 37.824,70 (trinta e sete mil oitocentos e vinte e quatro reais e setenta centavos)** em única etapa/parcela, conforme plano de trabalho juntado aos autos fruto de emenda parlamentar impositiva nº 002-008-006-004-007/2025 descrita nos Id 587658.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁSULA TERCEIROS – A despesa deste Contrato correrá à conta do Elemento de Despesa:

Institucional: 08.01 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SEMELJU, na Funcional Programática: 27.122.0018.2.006 – Firmar Convênios e Parcerias com Associações e Cooperativas, na Natureza da Despesa: 3.3.50.41 – Contribuições, na Fonte: 0100 – Recursos Ordinários (Próprio)

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
4.1- O presente Convênio se vincula na íntegra às disposições contidas na Lei Federal nº 14133/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES
5.1- **DA CONCEDENTE:**
I. Efetuar o pagamento do valor conveniado, conforme Cláusula Segunda, dentro do prazo previsto;
5.2- **DO CONVENENTE:**
I. Utilizar os recursos repassados pela CONCEDENTE dentro das finalidades do Convênio;

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
6.1 – A Prestação de Contas dos recursos constantes neste convênio deverá ser encaminhada a Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - RO, no prazo de 6 (seis) meses contados da liberação do recurso, juntado os seguintes documentos e com vistas aos art. 184-A da lei 14133/2021:
I. Cópia do Convênio.
II. Relatório de Execução físico-financeiro;
III. Demonstrativo da Execução da receita e despesa.
IV. Relação de pagamento.
V. Extrato da conta bancária específica e conciliação bancária, quando for o caso;

VI. Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome do convenente devidamente atestado, recibados e identificados com o número do convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
7.1- O prazo de vigência do presente convênio se dará durante o exercício 2026/2027 finalizando em 23/09/2027.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS
8.1- As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução e vigência do presente Convênio será dirimido pelos partícipes signatários, podendo constituir Termo Aditivo ao presente Instrumento, nos termos da Lei nº 14133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO
9.1- O Presente Convênio poderá ser rescindido nos termos da lei 14.133/2021 com vistas ao art.184.
CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1- Fica eleito o foro da Comarca de Colorado do Oeste - RO, para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas do presente Convênio que não forem solucionadas amigavelmente, com recusa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
10.2- E, por estarem justos e conveniados, assinam o presente Termo.

Colorado do Oeste - RO, 23 de setembro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA	Assoc. De Boleiros E Esp. De Colorado Do Oeste - ABEC
Prefeito de Colorado do Oeste	***CELIO DA CRUZ MARTINS VAZ***
	Conveniado

FRANCESCO DELLA CHIESA
OAB/RO 5025
Advogado do Município Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO

Documento assinado eletronicamente por **Francesco Della Chiesa**, **Advogado**, em 23/09/2026 às 11:22, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **Edmilson Rodrigues de Almeida**, **Prefeito**, em 24/09/2026 às 13:27, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente por **CÉLIO DA CRUZ MARTINS VAZ**, **PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO**, em 25/09/2026 às 11:04, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID **631410** e o código verificador **D336130D**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	Roseli Conceição Feliciano	***.003.102-**	25/09/2026 08:15

Publicado por:
Roseli Conceição Feliciano
Código Identificador:8984B463

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
Processo Administrativo n º073/2026

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO**, no uso de suas atribuições legais, e considerando os documentos constantes dos autos, especialmente o **Parecer do Controle Interno nº 277/2026** e o **Parecer Jurídico nº 073/2026/AJ/CMC**, que se manifestaram favoravelmente à contratação, **HOMOLOGA** o presente processo administrativo.
Fica homologada a contratação da empresa **CERTAME – Consultoria, Treinamentos e Serviços Ltda.**, inscrita no **CNPJ nº 10.176.098/0001-96**, para fornecimento de **02 (duas) inscrições** no curso presencial **"Treinamento Prático – Elaboração das Peças na Prática: ETP, Mapa de Riscos e Termo de Referência"**, a ser realizado nos dias **28 e 29 de setembro de 2026**, no Município de Ariquemes/RO.
A contratação será realizada por **inexigibilidade de licitação**, com fundamento no **art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021**, conforme manifestação jurídica constante dos autos.
O valor da contratação é de **R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, correspondente a **R$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais) por inscrição**.
Determino o prosseguimento dos atos necessários à formalização da contratação e demais providências administrativas pertinentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM – RO, 25 de setembro de 2026.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:3E1E80A9

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA Nº 202, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 202/2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 02 (DUAS) diárias para a Servidora Sra. ALINE MUNARI GARCIA DE SOUZA, CPF *.475.***-53, para realização de despesa referente à inscrição da servidora ALINE MUNARI GARCIA DE SOUZA no curso "ELABORAÇÃO DAS PEÇAS NA PRÁTICA – ETP, MAPA DE RISCOS E TR, EM CONFORMIDADE COM A LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/21 – COM USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL", promovido pela CERTAME – Consultoria, Treinamentos e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.176.098/0001-96.**
O treinamento será realizado nos dias 28 e 29 de setembro de 2026, no município de Ariquemes/RO, e tem por finalidade o aperfeiçoamento dos conhecimentos relacionados à elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, Mapa de Riscos e Termo de Referência – TR, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com utilização de Inteligência Artificial.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 25 de setembro de 2026.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:39374CEB

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA Nº 203, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 203/2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER (02) UMA DIÁRIAS para a servidora Sra. SOLANGE MODENA DE ALMEIDA BARATA, CPF *.169.***-53,** para realização de despesa referente à inscrição da servidora **SOLANGE MODENA DE ALMEIDA BARATA** no curso **"ELABORAÇÃO DAS PEÇAS NA PRÁTICA – ETP, MAPA DE RISCOS E TR, EM CONFORMIDADE COM A LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/21 – COM USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL"**, promovido pela **CERTAME – Consultoria, Treinamentos e Serviços LTDA**, inscrita no CNPJ nº **10.176.098/0001-96**.
O treinamento será realizado nos dias **28 e 29 de setembro de 2026**, no município de **Ariquemes/RO**, e tem por finalidade o aperfeiçoamento dos conhecimentos relacionados à elaboração do **Estudo Técnico Preliminar – ETP, Mapa de Riscos e Termo de Referência – TR**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com utilização de Inteligência Artificial.
Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 25 de setembro de 2026.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:82EC42C3

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/PMC/SEMSAU/2026

O presente Edital tem por objetivo selecionar proposta para **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO**, destinado ao cadastramento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos especializados ambulatoriais e cirúrgicos, nas áreas de **Cirurgia Geral, Urologia e Ginecologia**, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Para efetivar a inscrição, os interessados deverão encaminhar toda a documentação exigida no edital, através do e-mail **credenciamentosemsau@gmail.com** do dia 25/09/2026 á 30/09/2026. A Comissão Especial de Seleção, analise Documental e Julgamento de Proposta, junto à COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO, no endereço: Avenida Condor, nº 2588, Setor 02, CEP. 76864-000, Telefone: 69.3582 2004, a data do Julgamento: dos documentos apresentados será do dia 01/10/2026 a 02/0102026, em sessão pública na sala de abertura de licitação deste Município de Cujubim, no endereço já descrito. O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico www.cujubim.ro.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CCP, (endereço acima mencionado), Telefone: (69) 3582 2004.

Cujubim/RO, 24 de Setembro de 2026.

SERAFIM CRUZ PARIHUANCOLLO
Presidente da Comissão de Análise Documental e Julgamento Dos Pedidos

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:B1006B59

INPREC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 001/INPREC/2026

O Instituto de Previdência de Cujubim – RO, através do Agente de Contratação, instituído pelo Portaria nº 005 de 21 de Janeiro de 2026, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a **Dispensa de Licitação na sua forma eletrônica nº 001/INPREC/2026**, tipo Menor Preço Unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com alterações posteriores e os artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Decreto Municipal nº 1287/2022, Objeto: Água mineral natural, sem gás, potável, acondicionada em copos plásticos descartáveis selados e hermeticamente fechados de 200 ml cada. Produto em conformidade com as normas da ANVISA e Ministério da Saúde, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Edital e no Termo de Referência. Valor estimado de R$: 1.000,00 (Hum Mil Reais). Processo Administrtivo nº 3-100/2026. Modo de Disputa Aberto. A **sessão pública virtual será das 09:00 hrs às 12:00 hrs do dia 01/10/2026.** (horário oficial de brasilia). O Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica e seus anexos estão disponivel no site www.licitanet.com.br e no portal da transparência na aba licitações endereço eletrônico site: www.cujubim.ro.gov.br e https://pncp.gov.br/app/editais, para maiores informações através, e-mail: cpl@cujubim.ro.gov.br, pregaocujubim@gmail.com. Cujubim/RO, 24 de Setembro de 2026.

SÉRGIO HENRIQUE SANTUZZI ZUCCOLOTTO.
Agente de Contratação

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:C840F250

INPREC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 002/INPREC/2026

TRATAMENTO DE FAVORECIMENTO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS-MPE LOCAL / REGIONAL, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 1626/2024.
O Instituto de Previdência de Cujubim – RO, através do Agente de Contratação, instituído pelo Portaria nº 005 de 21 de Janeiro de 2026, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a **Dispensa de Licitação na sua forma eletrônica nº 002/INPREC/2026**, tipo Menor Preço Global Por Lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com alterações posteriores e os artigos 42, 43, 44,

45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Decreto Municipal nº 1287/2022, Objeto: fornecimento de alimentação, do tipo *coffee break*, destinada a atender os participantes da IV Conferência Municipal dos Servidores Públicos de Cujubim/INPREC, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Edital e no Termo de Referência. Valor estimado de R$: 5.348,10 (Cinco Mil Trezentos e Quarenta e Oito Reais Dez Centavos). Processo Administrtivo nº 3-101/2026. Modo de Disputa Aberto. A **sessão pública virtual será das 09:00 hrs às 12:00 hrs do dia 01/10/2026.** (horário oficial de brasilia). O Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica e seus anexos estão disponivel no site www.licitanet.com.br e no portal da transparência na aba licitações endereço eletrônico site: www.cujubim.ro.gov.br e https://pncp.gov.br/app/editais, para maiores informações através, e-mail: cpl@cujubim.ro.gov.br, pregaocujubim@gmail.com. Cujubim/RO, 24 de Setembro de 2026.

SÉRGIO HENRIQUE SANTUZZI ZUCCOLOTTO.
Agente de Contratação

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:EB7B0DA6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 12125/GAB/2026 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº. 12125/GAB/2026
DE 25 de setembro de 2026

"Dispõe sobre Licença Prêmio da Servidor DANIEL CEVADA DE MORAES, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando: Processo Administrativo Nº1027-1/2022.

Considerando: Requerimento 01 de 24/09/2026 (ID 455622), Parecer Referencial de 24/09/2026 (ID 455657) Ficha Cadastral DANIEL CEVADA DE MORAES de 24/09/2026 (ID 455660) Despacho Integrado 5 de 25/09/2026 (ID 455731) o qual consta os requisitos legais para a cedência da licença prêmio, **sendo 45 dias referente ao período de 14/03/2021 À 13/03/2026**

DECRETO

Art. 1º - Fica Concedida a Licença Prêmio, pelo período de **45 (quarenta e cinco)** dias referente ao quinquênio de **14/03/2021 À 13/03/2026** da servidora **DANIEL CEVADA DE MORAES,** cadastro nº 1019, função: AGENTE DE PORTARIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU do município de Governador Jorge Teixeira/RO.

Art. 2º - O Período correspondente se dá em **01 de outubro de 2026 até 14 de novembro de 2026.**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a contar a partir do dia 01 de outubro de 2026**. Revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA /RO, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:69FBEECB

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12126/GAB/2026 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº.12126/GAB/2026
25 de setembro de 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 514 de 25/09/2026 (ID 455743).

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 11.518/GAB/2025, de 16 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2026, no valor de R$ 46.051,93 (quarenta e seis mil, cinquenta e um reais e noventa e três centavos) na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo descriminado:

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER ACRESCIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.367.0018.2038.000 Manutenção e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Despesa: 3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Ficha: 375
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 43.951,93 (quarenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos)

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.367.0018.2038.000 Manutenção e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Despesa: 3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Ficha: 330
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER REDUZIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.367.0018.2038.000 Manutenção e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Despesa: 3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Ficha: 329
Código de Aplicação: 002.019
Fonte de Recurso: 30.1.540
Valor: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.367.0018.2038.000 Manutenção e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Despesa: 3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Ficha: 374
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 26.051,93 (vinte e seis mil, cinquenta e um reais e noventa e três centavos)

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.796, de 29 de outubro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos do art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:959FFA73

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12127/GAB/2026 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº.12127/GAB/2026
25 de setembro de 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 514 de 25/09/2026 (ID 455743).

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 11.518/GAB/2025, de 16 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2026, no valor de R$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo descriminado:

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER ACRESCIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Ficha: 358
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.3.90.08 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
Ficha: 363
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 3.000,00 (três mil reais)

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER REDUZIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Ficha: 357
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
Ficha: 313
Código de Aplicação: 002.019
Fonte de Recurso: 30.1.540
Valor: R$ 3.000,00 (três mil reais)

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.796, de 29 de outubro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos do art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:2EC4E34D

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12128/GAB/2026 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº.12128/GAB/2026
25 de Setembro de 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 514 de 25/09/2026 (ID 455743).

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 11.518/GAB/2025, de 16 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2026, no valor de R$ 163.624,40 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos) na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo descriminado:

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER ACRESCIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2037.000 Manutenção e Funcionamento da Creche

Despesa: 3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Ficha: 365
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 163.624,40 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER REDUZIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2037.000 Manutenção e Funcionamento da Creche

Despesa: 3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Ficha: 319
Código de Aplicação: 002.019
Fonte de Recurso: 30.1.540
Valor: R$ 60.716,70 (sessenta mil, setecentos e dezesseis reais e setenta centavos)

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2037.000 Manutenção e Funcionamento da Creche

Despesa: 3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Ficha: 364
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 38.102,32 (trinta e oito mil, cento e dois reais e trinta e dois centavos)

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2037.000 Manutenção e Funcionamento da Creche

Despesa: 3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Ficha: 320
Código de Aplicação: 002.019
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 64.805,38 (sessenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais e trinta e oito centavos)

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.796, de 29 de outubro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos do art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:FEDF8B57

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 12129/GAB/2026 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026 "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SENHORA SABRINA APOLINÁRIO ARRUDA EM CARGO COMISSIONADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO MUNICIPAL Nº. 12129/GAB/2026
DE 25 de setembro de 2026

"Dispõe sobre EXONERAÇÃO A PEDIDO da senhora SABRINA APOLINÁRIO ARRUDA em CARGO COMISSIONADO, e contém outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - EXONERAÇÃO A PEDIDO da Senhora **SABRINA APOLINÁRIO ARRUDA,** CPF Nº ***.134.852-**, no Cargo de **COORDENADORIA DE COMPRAS E PESQUISA DE PREÇOS -CCIV** da Prefeitura Muncipal de Governador Jorge Teixeira-RO.

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a contar do dia 01 (primeiro) de outubro de 2026.** Revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:55B3A152

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12130/GAB/2026 25 DE DEZEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº.12130/GAB/2026
25 de dezembro de 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 341 de 25/09/2026 (ID 455739).

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 11.518/GAB/2025, de 16 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2026, no valor de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) na unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo descriminado:

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER ACRESCIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação: 10.302.0017.2042.0000 - Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Basica
Despesa: 3.1.90.11 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Ficha: 147
Código de Aplicação: 003.105
Fonte de Recurso: 0.1.600
Valor: nº R$ 53.000,00

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER REDUZIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação: 10.302.0017.2042.0000 - Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Basica
Despesa: 3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Ficha: 146
Código de Aplicação: 003.105
Fonte de Recurso: 0.1.600
Valor: R$ 53.000,00

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.796, de 29 de outubro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos do art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:267ACF3D

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12131/GAB/2026 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº.12131/GAB/2026
25 de setembro de 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 341 de 25/09/2026 (ID 455739).

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 11.518/GAB/2025, de 16 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2026, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) na unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo descriminado:

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER ACRESCIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação : 10 0017 2042 0000 Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Especializada
Despesa: 3.3.90.49 Auxílio-transporte
Ficha: 242
Código de Aplicação: 002.001
Fonte de Recurso: 0.1.500
Valor: nº R$ 10.000,00

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação : 10 0017 2042 0000 Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Especializada
Despesa: 3.3.90.48 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Ficha: 240
Código de Aplicação: 002.001
Fonte de Recurso: 0.1.500
Valor: nº R$ 10.000,00

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER REDUZIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação: 10 0017 2042 0000 Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Especializada
Despesa: 3.3.90.08 Outros Beneficios Ass. do Servidor
Ficha: 239
Código de Aplicação: 002.001
Fonte de Recurso: 0.1.500
Valor: R$ 10.000,00

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação: 10 0017 2042 0000 Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Especializada
Despesa: 3.3.90.46 Auxilio Alimentação
Ficha: 243
Código de Aplicação: 002.001
Fonte de Recurso: 0.1.500
Valor: R$ 10.000,00

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.796, de 29 de outubro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos do art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:5B776AA2

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12131/GAB/2026 25 DE SETEMBRO DE 2026

ECRETO MUNICIPAL Nº.12131/GAB/2026
25 de setembro de 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 341 de 25/09/2026 (ID 455739).

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 11.518/GAB/2025, de 16 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2026, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) na unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo descriminado:

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER ACRESCIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação : 10 0017 2042 0000 Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Especializada
Despesa: 3.3.90.49 Auxílio-transporte
Ficha: 242
Código de Aplicação: 002.001
Fonte de Recurso: 0.1.500
Valor: nº R$ 10.000,00

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação : 10 0017 2042 0000 Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Especializada
Despesa: 3.3.90.48 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Ficha: 240
Código de Aplicação: 002.001
Fonte de Recurso: 0.1.500
Valor: nº R$ 10.000,00

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER REDUZIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação: 10 0017 2042 0000 Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Especializada
Despesa: 3.3.90.08 Outros Beneficios Ass. do Servidor
Ficha: 239
Código de Aplicação: 002.001
Fonte de Recurso: 0.1.500
Valor: R$ 10.000,00

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.16 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 021602 Fundo Municipal De Saúde
Programa/Ação: 10 0017 2042 0000 Manutenção das Ações e Serviços da Atenção Especializada
Despesa: 3.3.90.46 Auxilio Alimentação
Ficha: 243
Código de Aplicação: 002.001
Fonte de Recurso: 0.1.500
Valor: R$ 10.000,00

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.796, de 29 de outubro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos do art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:2EB5BCB3

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12132/GAB/2025 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº.12132/GAB/2025
25 de setembro de 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026.Revoga-se o Decreto 12127 de 25/09/2026 (ID 455968)

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 514 de 25/09/2026 (ID 455743).

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 11.518/GAB/2025, de 16 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2026, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo descriminado:

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER ACRESCIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Ficha: 358
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER REDUZIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação

Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Ficha: 357
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.796, de 29 de outubro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos do art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto 12127 de 25/09/2026 (ID 455968)

Governador Jorge Teixeira, 25 de Setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:716B3247

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12132/GAB/2025 25 DE SETEMBRO DE 2026 ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.REVOGA-SE O DECRETO 12127 DE 25/09/2026 (ID 455968)

DECRETO MUNICIPAL Nº.12132/GAB/2025
25 de setembro de 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026.Revoga-se o Decreto 12127 de 25/09/2026 (ID 455968)

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 514 de 25/09/2026 (ID 455743).

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 11.518/GAB/2025, de 16 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2026, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo descriminado:

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER ACRESCIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Ficha: 358
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER REDUZIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Ficha: 357
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.796, de 29 de outubro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos do art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto 12127 de 25/09/2026 (ID 455968)

Governador Jorge Teixeira, 25 de Setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:B972BDBD

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.12132/GAB/2026 25 DE SETEMBRO DE 2026 ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.REVOGA-SE O DECRETO 12127 DE 25/09/2026 (ID 455968)

DECRETO MUNICIPAL Nº.12132/GAB/2026
25 de Setembro de 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026.Revoga-se o Decreto 12127 de 25/09/2026 (ID 455968)

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 514 de 25/09/2026 (ID 455743).

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 11.518/GAB/2025, de 16 de dezembro de 2025, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2026, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo descriminado:

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER ACRESCIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação

Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.3.90.08 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
Ficha: 363
Código de Aplicação: 002.018
Fonte de Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 3.000,00 (três mil reais)

ELEMENTO / DESDOBRAMENTO A SER REDUZIDO

Entidade: 02 Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Órgão: 02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
Programa/Ação 12.365.0018.2036.000 Manutenção e Funcionamento da Pré Escola

Despesa: 3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
Ficha: 313
Código de Aplicação: 002.019
Fonte de Recurso: 30.1.540
Valor: R$ 3.000,00 (três mil reais)

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.796, de 29 de outubro de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos do art. 28, da Lei Municipal n° 1.794, de 29 de outubro de 2025 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto 12127 de 25/09/2026 (ID 455968)

Governador Jorge Teixeira, 25 de Setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:DDA7485D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18.244/GAB.PREF/2026.

"Abre Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município do exercício financeiro de 2026".

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta na Lei nº 3.053/GAB/PREF/25, Artigo 9º parágrafo 1º.
D E C R E T A

Art. 1º - Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município, no exercício de 2026, no valor de R$ 50.000,00(cinquenta mil reais). referente a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP. Em conformidade com que preceitua a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

SUPLEMENTAR

0209	**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**		
04.122.0009.2002.0000	**Gestão Administrativa**		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de terceira pessoa Jurídica	F- 160	R$ 50.000,00
TOTAL			**R$ 50.000,00**

Art. 2º - O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada, conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.

ANULAR

0218	**Secretaria Municipal para os povos Indígenas**		
04.122.0001.2014.0000	**Fortalecimento dos Povos Originário**		
3.3.90.39.00	Outros Serviço de terceira pessoa jurídica	F- 372	R$ 30.000,00
4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	F- 373	R$ 20.000,00
TOTAL			**R$ 50.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré, 23 de setembro de 2026.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:EC259FF6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. º 18.247/GAB-PREF/2026 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 24 DE SETEMBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a designação da Comissão de Atesto de Notas Fiscais de Serviços de Terceiros no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SEMAGRIP."

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a solicitação constante do Memorando nº 123/SEMAGRIP/2026, de 23 de setembro de 2026;

DECRETA

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a **Comissão de Atesto de Notas Fiscais de Serviços de Terceiros**, no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SEMAGRIP:

I – RAIMUNDO RONIE BERNADINO DE LIMA, matrícula nº **9611**, Diretor da Divisão de Agricultura;
II – JOSÉ ERNESTINO FERREIRA XAVIER, matrícula nº **4872**, Operador de Máquinas Pesadas I;
III – ANA FABIULA GOMES DE SOUZA, matrícula nº **9532**, Diretora da Divisão de Pesca;
IV – SÍGLIA CAMINHA CAVALCANTE RAMOS, matrícula nº **9780**, Diretora do Sistema de Inspeção Municipal – S.I.M.

Art. 2º Compete à Comissão conferir e verificar a efetiva execução dos serviços contratados e proceder ao atesto das respectivas notas fiscais, observando as condições contratuais, a documentação comprobatória e as normas legais e administrativas aplicáveis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré, Guajará-Mirim/RO, 24 de setembro de 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:9BDFCB45

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. º 18.249/GAB-PREF/2026 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 25 DE SETEMBRO DE 2026.

"Nomeia a Comissão responsável pelo chamamento público de entidades para recomposição do Conselho Municipal de Saúde de Guajará-Mirim e dá outras providências."

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO a deliberação da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 25 de agosto de 2026, e as alterações aprovadas no item 9 da 19ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de setembro de 2026;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão responsável pela condução do chamamento público de entidades para recomposição das vagas em vacância no Conselho Municipal de Saúde de Guajará-Mirim, composta pelos seguintes membros:

I – **TANOUS MELHEM BOUCHABKI NETO**, Presidente do Conselho Municipal de Saúde e representante titular da entidade Mitra Diocesana;
II – **IOLENE FAREL CORRÊA**, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde e representante da entidade COREN;
III – **ABRAHIM CUELLAR**, representante suplente da entidade Loja Maçônica; e
IV – **ALMIR RICARDO LOPES ALVES**, 1º Secretário da Mesa Diretora e conselheiro suplente da entidade Bom Pastor Pro Saúde.

Art. 2º Compete à Comissão acompanhar a publicação e a divulgação do edital, receber e analisar a documentação das entidades interessadas, verificar o cumprimento dos requisitos, emitir parecer fundamentado sobre a habilitação ou inabilitação e encaminhar ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde a relação das entidades habilitadas.

Art. 3º A Comissão deverá concluir seus trabalhos nos prazos previstos no edital, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré, Guajará-Mirim/RO, 25 de setembro de 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:DE2C9827

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18.252/GAB.PREF/2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município do exercício financeiro de 2026".

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta na Lei nº 3.053/GAB/PREF/25, Artigo 9º parágrafo 1º.
D E C R E T A

Art. 1º - Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município, no exercício de 2026, no valor de **R$ 13.000,00 (treze mil reais),** referente a solicitação da Coordenadoria Municipal de Planejamento - COMPLA. Em conformidade com que preceitua a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.
SUPLEMENTAR

0205	**Secretaria Municipal de Fazenda- SEMFAZ**		
04.122.0001.2009.0000	**Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Fazenda**		
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	F- 043	R$ 13.000,00
TOTAL			**R$ 13.000,00**

Art. 2º - O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada, conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.

ANULAR

0205	**Secretaria Municipal de Fazenda- SEMFAZ**		
04.122.0001.20110000	**Gestão Administrativa da Coordenadoria Municipal de Trânsito**		
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	F- 051	R$ 13.000,00
TOTAL			**R$ 13.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré,23 de setembro de 2026.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:4777FE1B

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 449/CHEF-GAB/2026 EM, 22 DE SETEMBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I –Conceder ao servidor**BRUNO CARNEIRO DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de**Assessor Técnico**, lotado na**Chefia de Gabinete**,**04 (quatro) diárias**, no valor unitário de**R$ 300,00 (trezentos reais)**, perfazendo o valor total de**R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)**, para custear seu deslocamento do Município de Guajará-Mirim/RO até Porto Velho/RO, no período de**22 a 25 de setembro de 2026**.

O deslocamento tem por finalidade a participação no curso**"Comunicação Interlegislativa e Mandato Digital"**, promovido pelo**Instituto Rui Barbosa – Escola de Gestão Pública**, a ser realizado no Hotel Golden Plaza, em Porto Velho/RO, com o objetivo de aprimorar conhecimentos relacionados à comunicação institucional, transparência pública, redes de colaboração, tecnologias, redes sociais e prestação de contas.

II –O servidor fica obrigado a apresentar a comprovação da viagem no prazo estabelecido pelo art. 14 da Lei Municipal nº 1.079/2005. O descumprimento implicará o desconto do valor recebido em seus vencimentos do mês em curso ou, se for o caso, do mês subsequente.

III –A Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ ficará responsável pela verificação do cumprimento do prazo e pela notificação do servidor, quando necessária.

IV –Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:9F232EC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 004/COMAD/2026

PORTARIA Nº 004/COMAD/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal do Contrato nº 21/2026 e dá outras providências.

A **COORDENADORA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GUAJARÁ-MIRIM**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 18.175/2026,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto à necessidade de acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO o Contrato nº **21/2026 (ID 871019)**, referente à **Execução de Obra de Construção de Creche e Escola de Educação Infantil, conforme Projeto Padrão FNDE Tipo 2**, celebrado com a empresa **VERDE MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA**;

CONSIDERANDO o Memorando nº **146/COMPLA/2026**, de 18 de setembro de 2026, e a necessidade de regularização da instrução processual quanto à designação dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **DOMICIANO CAVALCANTE DE ARAÚJO**, **Administrador**, para exercer a função de **GESTOR DO CONTRATO**, responsável pelo acompanhamento administrativo e gerencial do **Contrato nº 21/2026**, firmado com a empresa **VERDE MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA**.

Art. 2º Designar o servidor **LUIS CARLOS DOMINGUES MARQUES**, **Diretor da Divisão de Programação e Execução Orçamentária**, para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO nº 21/2026**, incumbindo-lhe acompanhar e fiscalizar a execução contratual, observadas as atribuições previstas na legislação vigente e nos instrumentos que regem a contratação.

Art. 3º Compete ao Gestor e ao Fiscal do Contrato, no âmbito de suas respectivas atribuições, zelar pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais, registrar e comunicar eventuais ocorrências, acompanhar a execução do objeto e adotar as providências necessárias ao regular desenvolvimento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Art. 4º Os servidores designados deverão exercer suas funções em estrita observância à legislação aplicável, ao contrato e aos demais documentos que integram o processo administrativo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Guajará-Mirim/RO, 25 de setembro de 2026.

LEIRIANY RODRIGUES SAMPAIO
Coordenadora Mun. de Administração
Decreto nº 18.175/2026

Publicado por:
Leiriany Rodrigues Sampaio Dantas
Código Identificador:98B495E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1144-DIÁRIA NEILLIANY DA CRUZ ASSUNÇÃO

Portaria nº 1144/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 06 de Julho de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora:

NEILIANY DA CRUZ ASSUNÇÃO, e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 01 (Uma) diária de deslocamento + 04 (Quatro) diárias no valor unitário de **R$ 200,00 (Duzentos Reais)**, perfazendo um **TOTAL** de **R$ 1.000 (Mil Reais)** na função: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/ACS**.
Artigo 2º. As referidas diárias serão para o mesmo deslocar-se a Associação dos Seringueiros da Reserva Estadual Extrativista do Rio Pacaás Novos e a Reserva extrativista Federal Barreiro das Antas – Associação Primavera, para a realização de ações voltadas ao atendimento de 85 (oitenta e cinco) famílias. As atividades serão realizadas no período de 06 a 10 de julho de 2026, sendo que o deslocamento do servidor ocorrerá no dia 05 de julho 2026. "**RECURSO AT. BÁSICA 195.**
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal De Saúde
Decreto N°17.824/GB-PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:911027C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1457-DIÁRIA NEILLIANY DA CRUZ ASSUNÇÃO

Portaria nº 1457/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 21 de Agosto de 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidora: Neiliany da Cruz Assunção,e dá outras providências.

Artigo 1º. A Secretária Municipal de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº17.824/GAB-PREF/26**,** torna-se pública a concessão de 01 (Uma) diária de deslocamento + 02 (Duas) diária, no valor unitário de R$ 300,00 (Trezentos Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 900,00** (**Novecentos Reais**) na função Agente Comunitário de Saúde – ACS
Artigo 2º. As referidas diárias serão concedidas para o mesmo deslocar-se até **PORTO VELHO-RO**, para participação no Projeto "Laços de Vida: Estratégia de Promoção da Puericultura e do Alimento Materno em consonância com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)". O referido evento será realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2026, na cidade de Porto-Velho/RO, sendo que o deslocamento ocorrerá no dia 24 de agosto de 2026 **RECURSO AT. BÁSICA FICHA:195**.
Artigo 3º. A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LARYSSA MARIA DA SILVA EGUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°17.824/GB/PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:C079C8F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 168/SEMTAS/2026

PORTARIA Nº 168/SEMTAS/2026 Guajará-Mirim, 25 de setembro de 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAS, no uso das suas atribuições legais, através da Secretária Municipal Laís Selvita Barros Pinheiro de Oliveira - Decreto nº 16.506/GAB.PREF/2025:
R E S O L V E:

I – Conceder as diárias aos servidores mencionados a seguir, conforme a solicitação:

a) 01 ½ (um e meia) diária no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), perfazendo o valor total de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) em favor de **Alessandra Pereira Lima – Coordenadora Municipal da Política de Assistência Social/SEMTAS** com a finalidade de participar do Apoio Técnico Regionalizado às Vigilâncias Socioassistenciais dos municípios do Estado de Rondônia, que ocorrerá no dia 28 de setembro de 2026, no município de Porto Velho, no Auditório do IDEP, conforme Ofício nº 7701/2026-SEAS-GSUAS e folder informativo. Início de deslocamento na data de 27/09/2026.
b) 01 ½ (uma e meia) diária, no valor unitário de **R$ 300,00 (trezentos reais),** perfazendo o valor total de **R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais),** em favor da servidora **Lucineide Viriato Dantas – Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS,** com a finalidade de participar do Apoio Técnico Regionalizado às Vigilâncias Socioassistenciais dos municípios do Estado de Rondônia, que ocorrerá no dia 28 de setembro de 2026, no município de Porto Velho, no Auditório do IDEP, conforme Ofício nº 7701/2026-SEAS-GSUAS e folder informativo. Início de deslocamento na data de 27/09/2026.
c) 01 ½ (uma e meia) diária no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais) perfazendo o valor total de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), em favor do servidor **Wanderson Rodrigues Pereira - Motorista**, para que o mesmo possa se deslocar ao município de Porto Velho, conduzindo as técnicas da SEMTAS, para participarem no dia 28/09/2026, do Apoio Técnico Regionalizado às Vigilâncias Socioassistenciais dos municípios do Estado de Rondônia, no município de Porto Velho, no Auditório do IDEP, conforme Ofício nº 7701/2026-SEAS-GSUAS e folder informativo. Início de deslocamento na data de 27/09/2026.

II- Os servidores ficam obrigados a comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento fica ciente de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.
III- A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso o servidor.
IV-Esta portaria entre em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

LAÍS SELVITA BARROS PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social
Decreto nº 16.506/GAB-PREF/2025

Publicado por:
Alessandra Pereira Lima
Código Identificador:F9D2B116

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nª79 CMDCA

PARECER N° 79/CMDCA-2026

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Guajará - Mirim/Rondônia, em reunião ordinária realizada no dia 02 de julho de 2026, Ata n°85, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 382/GAB/PREF/1991,755/GAB/PREF/2.000 e considerando a Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho 1990.

RESOLVE:

Art. 1º Dar parecer favorável à autorização/anuência para que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA proceda ao custeio, no valor de **R$ 2.000,00 (dois mil reais),** destinado exclusivamente à **tradução juramentada dos documentos referentes ao adolescente J.J.P.V.**, necessários ao regular prosseguimento do **Processo nº 7003656-69.2024.8.22.0015**, em trâmite perante o **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO.**

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

I - Publique-se.

Guajará - Mirim, 02 de julho de 2026.

ÍRIS RODRIGUES DURAN
Presidente do CMDCA
Decreto n° 17.341/GAB-PREF/2025

Publicado por:
Graziele Barroso Lucas
Código Identificador:75CFBEDD

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
1º REEQUILÍBRIO DE PREÇO – PREGÃO ELETRÔNICO 015/2025, REGISTRO DE PREÇOS 014/2025

Processo Administrativo: **858-07/2025**

Objeto: Aquisição de Calcário Dolomítico 90%

ATENDENDO ao memorando da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – SEMAGRI, e amparado no Parecer Jurídico da Controladoria Municipal, a Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste/RO torna público o reequilíbrio de preço, referente ao presente processo.
A análise e decisão sobre o Reequilíbrio econômico e financeiro são atos discricionários da SEMAP, na cabendo aqui a análise do caso pela Comissão de Contratação.
À Comissão de Contratação cabe apenas a publicação do Ato.

Amparo legal:
Parecer jurídico **nº 244/2026** – (ID564680)
Memorando 121/SEMAGRI – (ID555797)

Fornecedor: **AVANTENORTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
CNPJ: 35.872.723/0001-65
Endereço: Marechal Rondon, nº 936, Bairro Pimenta Bueno, Município de Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000

Os valores atualizados são os seguintes:

ITEM 01
Calcário Dolomítico 90%
Valor licitado: **R$: 314,99**
Valor praticado atualmente: **R$: 314,99**
Valor do reajuste: **R$: 63,00**
Valor reajustado: **R$: 377,99**

Itapuã do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026.

ELIEZER BATISTA DA SILVA JÚNIOR
Pregoeiro
Portaria N.º 069/GAB-PMIO/2026

Publicado por:
Lucilaine Veiga de Souza Volet Castro
Código Identificador:4E92EF04

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 63.761.936/0001-55, COM SEDE NA RUA AIRTON SENNA, Nº 1425, CENTRO, ITAPUÃ DO OESTE/RO, CEP: 76861-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO

CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Airton Senna, nº 1425, Centro, Itapuã do Oeste/RO, CEP: 76861-000, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **IDIZNEI CASTRO MARTINS;**

CONTRATADA: FORTTECH SOLUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 47.199.093/0001-99, com sede na Avenida Macapá, nº 1489, Município de Presidente Médici/RO, CEP 76916-000, telefone (69) 9 8448-5382, e-mail forttech.adm@gmail.com, neste ato representada por seu representante legal Sr. **Renato Cristiano de Souza**, conforme poderes conferidos no contrato social.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Utensílios de Cozinha para atender as unidades da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$5.541,90 (cinco mil quinhentos e quarenta e um reais e noventa centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

SEMTAS
Órgão: Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social SEMTAS
Dotações Orçamentárias:
08.122.0005.0022.0000 BL GBF Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;
08.122.0005.0023.0000 BL GSUAS Gestão do SUAS;
08.122.0005.0023.0003 Vigilância Socioassistencial;
08.244.0005.0019.0000 BL PSB Manutenção da Proteção Social Básica Piso Básico Fixo;
08.244.0005.0019.0001 SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
08.244.0005.0019.0004 Piso Fixo PSB Serviços e Programas Estado;
08.244.0005.0019.0005 Piso Variável Mamãe Cheguei Estado;
08.244.0005.0019.0006 Piso Variável Criança Feliz Estadual;
08.244.0005.0019.0011 Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica FNAS;
08.244.0005.0020.0000 BL PSB Manutenção dos Benefícios Eventuais;
08.244.0005.0020.0001 Benefícios Eventuais Estadual;
08.244.0005.0021.0000 BL PSEMC Manutenção da Proteção Social Especial de Média Complexidade;
08.244.0005.0021.0001 BL PSEMC Manutenção da Proteção Social Especial de Média Complexidade Estadual;
08.244.0005.0023.0002 Programa Primeira Infância no SUAS;
08.243.0005.0024.0000 Programa de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente;
08.122.0002.0016.0000 Apoio às Atividades do Conselho Tutelar;
08.122.0002.0018.0000 Manutenção dos Conselhos Vinculados à SEMTAS;
08.244.0005.0107.0000 Manutenção das Atividades de Medidas Socioeducativas;
08.245.0005.0116.0000 Programa Municipal Polícia Militar Mirim de Itapuã do Oeste/RO.
Naturezas de Despesa:
3.3.90.30.00 Material de Consumo;
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica;
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente.

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:9B6977C3

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 030/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 010/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1295-03/2025 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 542-03/2025 TERMO ADITIVO N° 076/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 030/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO E A EMPRESA L & F SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna nº 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Idiznei Castro Martins.

CONTRATADO/LOCADOR: L & F SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.927.970/0001-26, neste ato representada por sua representante legal, **Marta Garcia de Almeida Falcao.**

As partes, de comum acordo e em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, que terá por objeto a prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviço nº 030/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviço nº 030/2025, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, bebedouros, freezers e geladeiras, bem como substituição de peças, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais.

CLÁUSULA 2ª – DA JUSTIFICATIVA
A prorrogação da vigência do presente contrato encontra-se devidamente justificada e fundamentada nos seguintes termos:
2.1. Necessidade da Administração: A prorrogação justifica-se pela necessidade de continuidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos abrangidos pelo contrato, indispensáveis à conservação dos bens e ao regular funcionamento das unidades municipais atendidas.
2.2. Regularidade da Execução: O Gestor e o Fiscal do Contrato atestaram que a execução contratual vem ocorrendo de forma regular e

satisfatória, sem registros de inadimplemento ou ocorrências que constituam impedimento à continuidade da contratação.
2.3. Vantajosidade Econômica: A manutenção da contratação permanece vantajosa para a Administração, considerando as pesquisas de preços e demais elementos constantes dos autos, bem como a regularidade da execução e as características dos serviços contratados.

CLÁUSULA 3ª – DO VALOR CONTRATUAL
Para o período correspondente à presente prorrogação, permanece o valor global estimado de **R$48.151,44 (quarenta e oito mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos)**, mantidas as condições originalmente pactuadas.

O eventual reajuste previsto na Cláusula Sétima do Contrato nº 030/2025 será apurado e formalizado separadamente, observados o índice, a anualidade e as demais condições estabelecidas no instrumento contratual.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência do Contrato de Prestação de Serviço nº 030/2025 por mais **12 (doze) meses**, iniciando-se em **01 de outubro de 2026 e encerrando-se em 30 de setembro de 2027**.

CLÁUSULA 5ª – DAS DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviço nº 030/2025, no que não conflitarem com as disposições do presente Termo Aditivo.

Itapuã do Oeste/RO, 03 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE/RO
Contratante

L & F Serviços E Manutenção LTDA
Contratada
Representada por
MARTA GARCIA DE ALMEIDA FALCAO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – SEMAP
Secretário Municipal

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:7CE7AA0C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 348/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 025/2026 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°621-03/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1106-04/2026

CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Airton Senna, nº 1425, Centro, Itapuã do Oeste/RO, CEP: 76861-000, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **IDIZNEI CASTRO MARTINS;**

CONTRATADA: A SAMPAIO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.664.427/0001-20, com sede na Avenida Costa e Silva, nº 1585, Centro, Itapuã do Oeste/RO, CEP 76.861-000, telefone (69) 9921-6195, e-mail famaconstrucao.m@gmail.com, neste ato representada por sua representante legal, Sra. **Anancy Sampaio de Oliveira.**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de materiais de construção, ferramentas e equipamentos permanentes, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itapuã do Oeste/RO.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$1.684.876,96 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

SEMOSP
02.04.01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
15 452 0003 2022 0000 Urbanização de Praças, Parques, Jardins e Avenidas
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:49BFDF35

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 349/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 025/2026 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°621-03/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1106-04/2026

CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Airton Senna, nº 1425, Centro, Itapuã do Oeste/RO, CEP: 76861-000, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **IDIZNEI CASTRO MARTINS;**

CONTRATADA: INFANTARIA COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.795.155/0001-79, com sede na Rua Fritz Spernau, nº 1000, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP 89055-200, telefone (47) 3037-1021, e-mail infantaria@infantariacomercial.com.br, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **Marcos Peter Nunes.**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de materiais de construção, ferramentas e equipamentos permanentes, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itapuã do Oeste/RO.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$1.788,88 (mil setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

SEMOSP
02.04.01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
15 452 0003 2022 0000 Urbanização de Praças, Parques, Jardins e Avenidas
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:8E9EA202

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1278, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPUÃ DO OESTE, ESTABELECE NORMAS PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS DESTINADOS À INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS NO MUNICÍPIO, DISCIPLINA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO E OUTROS INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CRIA MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o **Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapuã do Oeste – PMDE**, destinado à promoção do desenvolvimento sustentável do Município, mediante a concessão de incentivos a empreendimentos de interesse público, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, segurança jurídica, livre iniciativa, desenvolvimento sustentável e função social da atividade econômica.

Art. 2º O Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico tem por finalidade:

I – estimular a instalação de novos empreendimentos econômicos;
II – incentivar a ampliação e modernização de empresas já estabelecidas no Município;
III – promover a geração de emprego, trabalho e renda;
IV – ampliar a arrecadação tributária municipal de forma sustentável;
V – incentivar a agregação de valor à produção agropecuária e florestal;
VI – fomentar atividades industriais, agroindustriais, comerciais, tecnológicas, logísticas, turísticas e de prestação de serviços;
VII – fortalecer a competitividade econômica do Município;
VIII – estimular a inovação tecnológica e a sustentabilidade ambiental;
IX – promover o desenvolvimento regional em consonância com as políticas públicas municipais, estaduais e federais;
X – assegurar que os incentivos concedidos atendam ao interesse público e produzam benefícios econômicos e sociais permanentes para a coletividade.

Art. 3º A concessão dos incentivos previstos nesta Lei observará os seguintes princípios:

I – supremacia do interesse público;
II – segurança jurídica;
III – isonomia entre os interessados;
IV – transparência dos atos administrativos;
V – planejamento e desenvolvimento sustentável;
VI – eficiência na aplicação dos recursos públicos;
VII – responsabilidade fiscal;
VIII – proteção do patrimônio público;
IX – valorização da livre iniciativa;
X – geração de benefícios sociais e econômicos para a população.

Art. 4º São objetivos permanentes do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I – aumentar a competitividade do Município na atração de investimentos;
II – promover o aproveitamento racional das áreas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico;
III – incentivar empreendimentos ambientalmente responsáveis;
IV – ampliar a participação do Município nas receitas tributárias próprias e nas transferências constitucionais decorrentes da atividade econômica;
V – estimular a utilização de mão de obra local e a qualificação profissional;
VI – incentivar a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico;
VII – promover o fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Art. 5º Os incentivos previstos nesta Lei possuem natureza de política pública de desenvolvimento econômico e não constituem benefício individual ou liberalidade administrativa, devendo sua concessão observar critérios objetivos, interesse público devidamente demonstrado, processo administrativo regular e os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Art. 6º Constituem instrumentos de incentivo ao desenvolvimento econômico, observada a legislação aplicável:

I – cessão de uso de áreas públicas;
II – concessão de direito real de uso, quando juridicamente cabível;
III – incentivos fiscais ou tributários previstos em legislação municipal específica;
IV – apoio institucional e administrativo;
V – programas de capacitação e qualificação profissional;
VI – parcerias, convênios e instrumentos de cooperação destinados ao fortalecimento da atividade econômica local.

Parágrafo único. A concessão de incentivos fiscais ou tributários dependerá de legislação específica, observância das normas constitucionais, tributárias, orçamentárias e de responsabilidade fiscal aplicáveis, não constituindo direito automático do interessado.

Art. 7º A disponibilização de bens imóveis pertencentes ao Município para fins de incentivo ao desenvolvimento econômico dependerá de demonstração do interesse público, avaliação prévia do bem, observância da legislação aplicável e formalização mediante instrumento jurídico adequado.

§ 1º A utilização de áreas públicas municipais deverá estar vinculada ao desenvolvimento do empreendimento aprovado, ao cumprimento das metas estabelecidas e às contrapartidas assumidas pelo beneficiário.

§ 2º A cessão, concessão de direito real de uso ou outro instrumento jurídico utilizado deverá estabelecer:

I – a finalidade específica de utilização do imóvel;
II – o prazo de vigência;
III – as obrigações do beneficiário;
IV – as metas de investimento e implantação;
V – as hipóteses de extinção e reversão;
VI – os mecanismos de fiscalização e acompanhamento.

Art. 8º A disponibilização de bens públicos municipais no âmbito do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico não caracteriza transferência definitiva de propriedade, permanecendo o domínio do bem pertencente ao Município, salvo hipótese legal específica.

Parágrafo único. O beneficiário não poderá utilizar o bem para finalidade diversa daquela autorizada, nem transferir sua utilização a terceiros sem autorização prévia do Município.

CAPÍTULO II
DOS INSTRUMENTOS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 9º O Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico poderá conceder incentivos destinados à implantação, ampliação, modernização, diversificação ou manutenção de empreendimentos considerados de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social do Município, observadas as disposições desta Lei, da legislação aplicável e o interesse público.

Art. 10. Os incentivos previstos nesta Lei poderão ser concedidos de forma isolada ou cumulativa, desde que compatíveis com a natureza do empreendimento, devidamente justificados no processo administrativo e observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, responsabilidade fiscal e proteção ao patrimônio público.

Art. 11. Constituem instrumentos de incentivo ao desenvolvimento econômico, dentre outros admitidos pela legislação:

I – Concessão de Direito Real de Uso de bens imóveis públicos, com encargos e prazo determinado;
II – cessão de uso de bens públicos, quando cabível e autorizada pela legislação;
III – alienação de bens imóveis públicos, em caráter excepcional, quando demonstrado que a concessão de direito real de uso ou outro instrumento que preserve o domínio municipal não se mostra adequado à finalidade pública pretendida, observados a avaliação prévia, a autorização legislativa quando exigível e os demais requisitos previstos na legislação aplicável;

§ 1º A disponibilização de imóveis públicos no âmbito do Programa deverá priorizar a concessão de direito real de uso, em detrimento da venda ou doação, observadas as disposições da Lei Orgânica Municipal e da legislação aplicável.

§ 2º A concessão de direito real de uso, a concessão administrativa de uso, a alienação ou outro instrumento que dependa de autorização legislativa somente poderá ser formalizado após a aprovação da respectiva autorização pela Câmara Municipal, observado o quórum estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

§ 3º A concessão de direito real de uso observará a prévia autorização legislativa e o procedimento de seleção exigido pela legislação aplicável, admitidas as hipóteses excepcionais previstas na Lei Orgânica Municipal e na legislação vigente, mediante justificativa expressa do interesse público.

§ 4º Esta Lei institui normas gerais do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico e **não constitui, por si só, autorização legislativa para a concessão de direito real de uso, concessão administrativa de uso, alienação ou doação de imóvel municipal determinado.**

IV – execução ou apoio à implantação de infraestrutura pública necessária ao empreendimento, conforme planejamento municipal e disponibilidade orçamentária;
V – apoio institucional aos procedimentos administrativos necessários à implantação do empreendimento, observado o tratamento isonômico entre os interessados;
VI – incentivo à qualificação da mão de obra local, mediante programas próprios ou em parceria com instituições públicas e privadas;
VII – incentivos fiscais de competência municipal, quando autorizados por legislação específica, observadas as exigências da legislação tributária e da responsabilidade fiscal;
VIII – outros incentivos compatíveis com a legislação vigente e com os objetivos desta Lei.

Art. 12. A concessão de qualquer incentivo dependerá de processo administrativo regularmente instruído, contendo, no mínimo:

I – demonstração do interesse público;
II – identificação do empreendimento e de seus objetivos;
III – justificativa técnica para a concessão do incentivo;
IV – avaliação da compatibilidade do empreendimento com o planejamento municipal;
V – manifestação dos órgãos técnicos competentes, quando exigível;
VI – manifestação jurídica, quando exigível pela natureza do incentivo ou pela legislação aplicável.

Art. 13. A concessão dos incentivos previstos nesta Lei não gera direito adquirido à obtenção de novos benefícios ou à sua renovação automática, ficando condicionada ao cumprimento das obrigações assumidas pelo beneficiário e à manutenção do interesse público.

Art. 14. Os incentivos concedidos deverão guardar proporcionalidade com os benefícios econômicos, sociais e ambientais esperados para o Município, considerando, entre outros fatores:

I – o volume do investimento;
II – a geração de empregos e renda;
III – o fortalecimento da economia local;
IV – a agregação de valor à produção municipal;
V – a inovação tecnológica;
VI – a sustentabilidade ambiental;
VII – a contribuição para o aumento da arrecadação tributária e para o desenvolvimento econômico do Município.

Art. 15. É vedada a concessão de incentivos que:

I – contrariem a legislação vigente;
II – comprometam injustificadamente o patrimônio público;
III – resultem em tratamento privilegiado sem fundamento em critérios objetivos previstos nesta Lei;
IV – não atendam ao interesse público devidamente demonstrado;
V – sejam incompatíveis com o planejamento urbano, ambiental ou de desenvolvimento do Município.

Art. 16. A concessão de incentivos de que trata esta Lei será formalizada por instrumento jurídico próprio, no qual constarão as obrigações do beneficiário, os prazos de execução, as condições de acompanhamento e fiscalização, as hipóteses de extinção, as penalidades aplicáveis e, quando cabível, as cláusulas de reversão em favor do Município.

CAPÍTULO III
DOS BENEFICIÁRIOS E DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

Art. 17. Poderão pleitear os incentivos previstos nesta Lei as pessoas jurídicas de direito privado, individualmente ou em consórcio quando admitido pela legislação, que pretendam implantar, ampliar, modernizar ou diversificar empreendimento de interesse para o desenvolvimento econômico do Município.

Art. 18. Poderão ser beneficiários do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico, entre outros:

I – empreendimentos industriais;
II – agroindústrias;
III – empreendimentos comerciais;
IV – empresas prestadoras de serviços;
V – empresas de base tecnológica e inovação;
VI – centros de distribuição e logística;
VII – cooperativas regularmente constituídas;
VIII – empreendimentos de economia circular, reciclagem e reaproveitamento de resíduos;
IX – empreendimentos voltados ao turismo, lazer e hospitalidade;
X – outros empreendimentos considerados de relevante interesse econômico e social, mediante decisão motivada da Administração Pública.

Art. 19. Somente poderão participar do Programa os interessados que demonstrem:

I – regular constituição jurídica;
II – inscrição e situação cadastral regular perante os órgãos competentes;
III – regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de regularização;
IV – capacidade técnica compatível com o empreendimento proposto, quando aplicável;
V – capacidade econômico-financeira suficiente para executar o projeto apresentado;
VI – compatibilidade entre o objeto social e a atividade econômica pretendida.

Art. 20. O interessado deverá apresentar Plano de Investimento contendo, no mínimo:

I – descrição detalhada do empreendimento;
II – valor estimado do investimento;
III – cronograma de implantação;
IV – estimativa de geração de empregos diretos e indiretos;
V – estimativa dos impactos econômicos e sociais;
VI – necessidade de infraestrutura pública;
VII – estimativa do início das operações;
VIII – outras informações previstas no instrumento de seleção.

Art. 21. A Administração Pública poderá exigir estudos, documentos ou esclarecimentos complementares sempre que considerar necessário para avaliar a viabilidade técnica, econômica, financeira, urbanística, ambiental ou social do empreendimento.

Art. 22. Não serão habilitados os interessados que:

I – apresentarem documentação falsa ou incompleta;
II – prestarem informações inverídicas;
III – estiverem impedidos de contratar com o Poder Público, nos casos previstos em lei;
IV – não demonstrarem capacidade para executar o empreendimento proposto;
V – deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nesta Lei e no instrumento de seleção.

Art. 23. A habilitação no Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico não assegura, por si só, o direito à concessão de incentivos, ficando sua efetiva concessão condicionada à classificação no procedimento público de seleção, à disponibilidade dos incentivos pretendidos, ao interesse público e ao cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

CAPÍTULO IV
DA SELEÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Art. 24. A seleção dos empreendimentos interessados nos incentivos previstos nesta Lei será realizada, **como regra, mediante procedimento público de seleção, observada a modalidade e o procedimento juridicamente aplicáveis à natureza do incentivo,** assegurada ampla publicidade e participação dos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos, observados critérios objetivos previamente definidos e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, isonomia, eficiência, transparência, motivação e interesse público.

§ 1º O procedimento deverá assegurar condições isonômicas de participação e vedar critérios que impliquem favorecimento injustificado de determinado interessado.
§ 2º A adoção de procedimento diverso da seleção pública somente será admitida quando houver **fundamento legal específico**, devendo a excepcionalidade, sua motivação e o interesse público ser expressamente demonstrados no processo administrativo.

Art. 25. O procedimento de seleção será precedido de instrumento público de divulgação, contendo, no mínimo:

I – descrição do incentivo ou oportunidade disponibilizada;
II – requisitos e condições para participação;
III – documentação necessária à habilitação;
IV – critérios objetivos de avaliação e classificação;
V – obrigações e contrapartidas esperadas do beneficiário;
VI – condições para formalização do instrumento jurídico;
VII – mecanismos de acompanhamento e fiscalização do empreendimento.

Art. 26. A análise dos projetos apresentados observará critérios objetivos, considerando, entre outros:

I – capacidade técnica, operacional e econômico-financeira do interessado;
II – valor e relevância dos investimentos previstos;
III – potencial de geração de empregos diretos e indiretos;
IV – contratação preferencial de trabalhadores residentes no Município, quando compatível com a atividade desenvolvida;
V – impacto econômico e social do empreendimento;
VI – sustentabilidade ambiental;
VII – compatibilidade com o planejamento municipal e o desenvolvimento econômico local.

Art. 27. A escolha do empreendimento beneficiado deverá ser fundamentada em relatório técnico elaborado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, contendo:

I – análise da documentação apresentada;
II – avaliação do projeto de investimento;
III – demonstração do interesse público envolvido;
IV – análise das contrapartidas propostas;
V – manifestação técnica quanto à viabilidade e relevância do empreendimento.

Art. 28. A existência de apenas um interessado no procedimento público de seleção não impedirá a análise e eventual aprovação do empreendimento, **desde que tenha sido assegurada publicidade suficiente ao procedimento, não tenham sido estabelecidas condições indevidamente restritivas à participação e o interessado atenda integralmente aos requisitos e critérios previamente estabelecidos**, além de demonstrados:

I – o interesse público na implantação ou expansão da atividade econômica;
II – a compatibilidade do projeto com os objetivos do Programa;
III – a capacidade de execução do empreendimento;
IV – as contrapartidas econômicas e sociais oferecidas;
V – a observância dos princípios que regem a Administração Pública.

Parágrafo único. A existência de interessado único deverá ser expressamente registrada e justificada no processo administrativo, não dispensando a avaliação da vantajosidade e do interesse público da concessão do incentivo.

Art. 29. O resultado do procedimento de seleção será divulgado pelos meios oficiais de comunicação do Município, garantindo-se transparência, controle social e acesso às informações relativas aos incentivos concedidos, observadas as normas de proteção de informações legalmente protegidas.

Art. 30. Os interessados poderão apresentar manifestação ou recurso administrativo na forma estabelecida no instrumento de seleção e na legislação municipal aplicável.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 31. Fica instituída a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, órgão colegiado de natureza técnica, consultiva e de assessoramento da Administração Pública Municipal, responsável pela análise, acompanhamento e avaliação dos empreendimentos vinculados ao Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 32. Compete à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico:
I – analisar tecnicamente os projetos apresentados pelos interessados;
II – avaliar a viabilidade econômica, social e ambiental dos empreendimentos;
III – emitir pareceres e relatórios técnicos;
IV – acompanhar o cumprimento das metas, investimentos e contrapartidas assumidas;
V – recomendar medidas administrativas relacionadas aos empreendimentos;
VI – propor melhorias para o funcionamento do Programa;
VII – realizar outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Art. 33. A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico será composta por representantes dos órgãos municipais relacionados ao desenvolvimento econômico, planejamento, fazenda, administração, meio ambiente, infraestrutura e demais áreas cuja atuação técnica seja necessária à análise dos empreendimentos.

§ 1º A composição da Comissão deverá buscar equilíbrio entre conhecimento técnico, representação institucional e capacidade de análise dos projetos apresentados.
§ 2º O Poder Executivo regulamentará a composição, funcionamento e forma de atuação da Comissão.
§ 3º A Controladoria Geral do Município exercerá suas atribuições de controle, auditoria, avaliação e orientação com independência funcional, não integrando a Comissão na condição de membro deliberativo, sem prejuízo de prestar orientação técnica quando solicitada, observadas suas competências legais.

Art. 34. Poderão ser convidados a participar das análises técnicas da Comissão representantes de órgãos públicos, instituições de ensino, entidades de apoio ao desenvolvimento, entidades empresariais e profissionais especializados, quando a natureza do empreendimento justificar.

§ 1º Os convidados participarão na condição de colaboradores técnicos.
§ 2º Os colaboradores não terão direito a voto nas deliberações internas da Comissão.

Art. 35. Os membros da Comissão deverão declarar impedimento ou suspeição quando houver interesse pessoal, profissional ou econômico relacionado ao empreendimento analisado.

Art. 36. As manifestações da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico possuirão caráter técnico e opinativo, não substituindo a competência da autoridade administrativa responsável pela decisão final.

Art. 37. As reuniões, análises e manifestações da Comissão deverão ser registradas em documentos próprios, especialmente atas, relatórios técnicos e pareceres, garantindo transparência, rastreabilidade e fundamentação das decisões administrativas.

Art. 38. A Comissão deverá atuar observando os princípios da legalidade, impessoalidade, transparência, eficiência, segurança jurídica e proteção do patrimônio público.

CAPÍTULO VI
DOS DIREITOS E DAS GARANTIAS DO INVESTIDOR

Art. 39. Os interessados e beneficiários dos incentivos previstos nesta Lei terão assegurado tratamento isonômico, transparente, impessoal e compatível com os princípios que regem a Administração Pública, observadas as condições estabelecidas nesta Lei, no instrumento de seleção, no processo administrativo e no instrumento jurídico firmado com o Município.

Art. 40. São direitos e garantias dos investidores participantes do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico:
I – receber informações claras, acessíveis e suficientes acerca dos procedimentos, requisitos, critérios de seleção e condições para concessão dos incentivos;
II – ter seus requerimentos e projetos analisados mediante critérios objetivos, técnicos e previamente estabelecidos;
III – obter decisão administrativa devidamente motivada e fundamentada;
IV – acompanhar a tramitação dos processos administrativos de seu interesse, ressalvadas as informações legalmente protegidas;
V – apresentar documentos, esclarecimentos, manifestações e recursos administrativos, na forma da legislação aplicável;
VI – exercer o contraditório e a ampla defesa previamente à aplicação de penalidades ou à adoção de medidas administrativas que possam restringir direitos ou extinguir benefícios;
VII – ter respeitadas as condições regularmente estabelecidas nos instrumentos jurídicos celebrados com o Município, desde que permaneçam atendidas as obrigações assumidas e as exigências legais;
VIII – receber tratamento administrativo eficiente, impessoal e compatível com a natureza e a relevância econômica e social do empreendimento;
IX – ter assegurada a proteção das informações empresariais, comerciais, industriais e tecnológicas legalmente protegidas, sem prejuízo das obrigações de transparência e publicidade aplicáveis à Administração Pública.

Art. 41. O Município buscará promover ambiente institucional favorável ao desenvolvimento econômico, mediante:

I – simplificar e racionalizar os procedimentos administrativos relacionados à implantação, ampliação e funcionamento dos empreendimentos, observada a legislação aplicável;
II – orientar os investidores quanto aos procedimentos necessários à regularização e implantação de suas atividades;
III – promover articulação entre os órgãos e unidades administrativas municipais envolvidos nos procedimentos relacionados ao empreendimento;
IV – incentivar a integração entre o setor produtivo, instituições de ensino, entidades de capacitação, órgãos públicos e demais organizações voltadas ao desenvolvimento econômico;
V – adotar, sempre que possível, mecanismos destinados a conferir maior eficiência, previsibilidade e segurança jurídica aos procedimentos administrativos relacionados ao Programa.

Art. 42. Os incentivos concedidos mediante instrumento jurídico próprio deverão observar a segurança jurídica e as condições regularmente pactuadas durante sua vigência, desde que o beneficiário cumpra integralmente as obrigações assumidas e a legislação aplicável.

Parágrafo único. A superveniência de alterações legislativas ou administrativas será considerada nos termos da legislação aplicável, preservados, quando juridicamente cabíveis, os atos regularmente constituídos, sem prejuízo da supremacia do interesse público e do exercício das competências legais do Município.

Art. 43. O Município poderá promover reuniões técnicas, orientações e outras medidas de apoio institucional destinadas a facilitar a implantação, regularização e desenvolvimento dos empreendimentos beneficiados pelo Programa.

Parágrafo único. O apoio institucional previsto no caput não implica garantia de resultado econômico, assunção de riscos empresariais ou responsabilidade do Município pela viabilidade econômica ou financeira do empreendimento.

Art. 44. Os direitos e garantias previstos neste Capítulo não afastam o poder-dever de fiscalização da Administração Pública, nem impedem a adoção de medidas corretivas, a aplicação de sanções administrativas ou a extinção dos incentivos, quando constatado o descumprimento das obrigações assumidas ou das disposições legais e regulamentares aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VII

DAS OBRIGAÇÕES E DAS CONTRAPARTIDAS DO BENEFICIÁRIO

Art. 45. Os incentivos concedidos no âmbito do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico possuem natureza de instrumento de promoção do desenvolvimento local e ficam condicionados ao cumprimento integral das obrigações assumidas pelo beneficiário, na forma desta Lei, do instrumento de seleção, do instrumento jurídico celebrado e da legislação aplicável.

Art. 46. Constituem obrigações gerais do beneficiário:

I – implantar o empreendimento nos prazos estabelecidos;
II – executar o Plano de Investimentos aprovado;
III – manter a atividade econômica que fundamentou a concessão do incentivo;
IV – cumprir as normas ambientais, urbanísticas, sanitárias, trabalhistas e de segurança aplicáveis;
V – manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante a vigência do benefício, ressalvadas as hipóteses de regularização admitidas pela legislação;
VI – permitir o acompanhamento e a fiscalização pelos órgãos competentes do Município;
VII – apresentar as informações e documentos solicitados pela Administração Pública para fins de monitoramento do Programa.

Art. 47. O beneficiário deverá cumprir as contrapartidas estabelecidas no processo administrativo e no instrumento jurídico correspondente, podendo compreender, entre outras:

I – realização do investimento proposto;
II – geração e manutenção de empregos;
III – capacitação e qualificação de trabalhadores;
IV – adoção de práticas de responsabilidade ambiental e social;
V – observância do cronograma de implantação;
VI – desenvolvimento de ações que contribuam para o fortalecimento da economia local.

Art. 48. Na contratação de trabalhadores, o beneficiário deverá, sempre que possível e compatível com as necessidades técnicas do empreendimento, priorizar a utilização de mão de obra residente no Município de Itapuã do Oeste, observada a disponibilidade de profissionais qualificados.

§ 1º O Município poderá promover ou apoiar programas de qualificação profissional para ampliar a disponibilidade de mão de obra local.
§ 2º O instrumento de seleção ou o instrumento jurídico poderá estabelecer metas de contratação de trabalhadores residentes no Município, compatíveis com a natureza, o porte e a complexidade do empreendimento, desde que fundamentadas tecnicamente e em conformidade com a legislação vigente.

Art. 49. O beneficiário deverá comunicar previamente ao Município qualquer alteração relevante relacionada:

I – ao controle societário;
II – à atividade econômica desenvolvida;
III – ao cronograma de implantação;
IV – à paralisação temporária das atividades;
V – a quaisquer fatos que possam comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

Art. 50. O beneficiário responderá pela conservação, manutenção e utilização adequada dos bens públicos que lhe forem disponibilizados, responsabilizando-se pelos danos decorrentes de dolo ou culpa, observado o disposto no instrumento jurídico celebrado.

Art. 51. O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a adoção de medidas administrativas previstas nesta Lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da motivação.

Art. 52. Sempre que constatadas dificuldades justificadas na execução do empreendimento, a Administração Pública poderá avaliar, mediante requerimento fundamentado do beneficiário e parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, a revisão do cronograma ou de obrigações acessórias, desde que:

I – não haja desvio da finalidade do incentivo;
II – seja preservado o interesse público;
III – não resulte em prejuízo ao patrimônio público;
IV – sejam mantidas as condições essenciais que justificaram a concessão do benefício.

Parágrafo único. A revisão prevista neste artigo não constitui direito do beneficiário, dependendo de decisão motivada da autoridade competente.

CAPÍTULO VIII
DA FISCALIZAÇÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 53. A execução dos empreendimentos beneficiados pelos incentivos previstos nesta Lei será acompanhada de forma contínua pelo Município, com a finalidade de verificar o cumprimento das obrigações assumidas, avaliar os resultados alcançados e assegurar a observância do interesse público.

Art. 54. Compete à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos competentes:

I – acompanhar a execução dos empreendimentos beneficiados;
II – monitorar o cumprimento das obrigações e contrapartidas assumidas;
III – solicitar informações, documentos e esclarecimentos sempre que necessários;
IV – realizar visitas técnicas e inspeções, previamente comunicadas quando cabível;
V – elaborar relatórios técnicos de acompanhamento;
VI – recomendar medidas preventivas ou corretivas para assegurar o cumprimento desta Lei.

Art. 55. Para cada empreendimento beneficiado será elaborado um **Plano de Acompanhamento do Empreendimento – PAE**, que integrará o respectivo processo administrativo.

Parágrafo único. O Plano de Acompanhamento do Empreendimento conterá, sempre que aplicável:

I – cronograma de implantação;
II – metas de investimento;
III – metas de geração de empregos;
IV – indicadores de desempenho;
V – cronograma de fiscalização;
VI – obrigações assumidas pelo beneficiário;
VII – demais informações necessárias ao acompanhamento do empreendimento.

Art. 56. O beneficiário deverá apresentar relatórios periódicos, na forma estabelecida no instrumento jurídico ou em regulamento, contendo informações suficientes para demonstrar o cumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo único. A periodicidade dos relatórios poderá variar conforme a natureza, o porte e a complexidade do empreendimento.

Art. 57. O monitoramento dos empreendimentos observará, sempre que possível, indicadores relacionados a:

I – investimentos efetivamente realizados;
II – geração e manutenção de empregos;
III – cumprimento do cronograma de implantação;
IV – regularidade das atividades desenvolvidas;
V – impactos econômicos, sociais e ambientais;
VI – cumprimento das contrapartidas assumidas.

Art. 58. Constatada irregularidade sanável, o beneficiário será notificado para apresentar esclarecimentos ou promover a regularização no prazo fixado pela autoridade competente, observado o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único. Sempre que possível e compatível com o interesse público, será priorizada a adoção de medidas preventivas e corretivas antes da aplicação das penalidades previstas nesta Lei.

Art. 59. A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico elaborará relatório anual de avaliação do Programa, contendo, entre outras informações:

I – número de empreendimentos acompanhados;
II – investimentos privados realizados;
III – empregos gerados ou mantidos;
IV – principais resultados econômicos e sociais obtidos;
V – dificuldades verificadas na execução do Programa;
VI – recomendações para seu aperfeiçoamento.

Art. 60. O Poder Executivo poderá divulgar, observadas as normas sobre transparência e proteção de informações sigilosas, relatório consolidado dos resultados do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de fortalecer a transparência, subsidiar o planejamento das políticas públicas e incentivar novos investimentos no Município.

Art. 61. A fiscalização prevista nesta Lei não exclui a atuação dos órgãos de controle interno e externo, nem das demais autoridades competentes, permanecendo o beneficiário sujeito às obrigações legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade.

CAPÍTULO IX
DAS PENALIDADES, DA SUSPENSÃO, DA EXTINÇÃO DOS BENEFÍCIOS E DA REVERSÃO DOS BENS
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 62. O descumprimento das obrigações assumidas pelo beneficiário, previstas nesta Lei, no instrumento de seleção, no Plano de Investimentos, no Plano de Acompanhamento do Empreendimento ou no instrumento jurídico firmado com o Município, poderá ensejar a adoção das medidas administrativas previstas neste Capítulo.

Parágrafo único. A aplicação de qualquer medida deverá observar os princípios da legalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, interesse público, contraditório e ampla defesa.

Seção II
Das Medidas Preventivas e Corretivas

Art. 63. Antes da aplicação de penalidade definitiva, sempre que a irregularidade for passível de correção e não houver prejuízo ao interesse público, o Município poderá adotar medidas administrativas destinadas à regularização da situação.

Art. 64. As medidas previstas neste Capítulo poderão compreender:

I – orientação técnica;
II – notificação para apresentação de esclarecimentos;
III – determinação de medidas corretivas;
IV – estabelecimento de prazo para regularização;
V – celebração de Termo de Compromisso de Regularização, quando cabível.

Parágrafo único. A adoção das medidas corretivas não impede a aplicação de penalidades quando constatada má-fé, abandono do empreendimento ou descumprimento injustificado das obrigações assumidas.

Seção III
Das Penalidades Administrativas

Art. 65. Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos beneficiários, conforme a gravidade da conduta:

I – advertência;
II – suspensão temporária de benefícios;
III – restrição de novos incentivos;
IV – extinção dos benefícios concedidos;
V – rescisão do instrumento jurídico celebrado;
VI – reversão da área ou bem público disponibilizado, quando aplicável.

Art. 66. Na aplicação das penalidades serão considerados:

I – a natureza e gravidade da infração;
II – os prejuízos causados ao Município;
III – a boa-fé do beneficiário;
IV – as medidas adotadas para corrigir a irregularidade;
V – o histórico de cumprimento das obrigações assumidas.

Seção IV
Das Hipóteses de Extinção dos Benefícios

Art. 67. Poderão ensejar a extinção dos benefícios concedidos:

I – o descumprimento injustificado das obrigações assumidas;
II – a paralisação injustificada das atividades;
III – a utilização do imóvel ou incentivo para finalidade diversa da autorizada;
IV – a apresentação de informações falsas;
V – a transferência do empreendimento ou do bem público sem autorização municipal;
VI – o abandono do projeto de implantação.

Seção V
Da Reversão dos Bens Públicos

Art. 68. Nos casos em que o incentivo concedido envolver a disponibilização de bens imóveis pertencentes ao Município, poderá ocorrer a reversão do bem ao patrimônio municipal quando houver descumprimento das obrigações essenciais assumidas pelo beneficiário ou desvio da finalidade pública que fundamentou a concessão.

Art. 69. A reversão do bem público observará:

I – a existência de previsão no instrumento jurídico firmado entre o Município e o beneficiário;
II – a instauração de processo administrativo próprio;
III – a comprovação do descumprimento das obrigações assumidas;
IV – a garantia do contraditório e da ampla defesa;
V – decisão administrativa devidamente fundamentada.

Art. 70. Constituem hipóteses que poderão ensejar a reversão do bem público:

I – não implantação do empreendimento dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
II – abandono ou paralisação injustificada das atividades;
III – utilização do imóvel para finalidade diversa daquela autorizada;
IV – transferência da utilização do imóvel a terceiros sem autorização municipal;
V – descumprimento das contrapartidas essenciais estabelecidas no instrumento jurídico;
VI – prática de atos que comprometam o interesse público relacionado ao Programa.

Art. 71. Antes da aplicação da reversão, o Município deverá avaliar a possibilidade de adoção de medidas corretivas quando:

I – o descumprimento for passível de regularização;
II – houver demonstração de boa-fé pelo beneficiário;
III – a continuidade do empreendimento representar maior benefício ao interesse público.

Art. 72. A reversão do bem público não gera direito automático à indenização, observadas as disposições legais aplicáveis e as condições estabelecidas no instrumento jurídico firmado.

Parágrafo único. As regras relativas às benfeitorias realizadas no imóvel deverão ser previamente estabelecidas no instrumento de concessão ou cessão, observada a legislação vigente.

Seção VI
Do Processo Administrativo

Art. 73. A aplicação das penalidades previstas nesta Lei dependerá de processo administrativo próprio, salvo medidas urgentes destinadas à proteção do patrimônio público.

Art. 74. O processo administrativo deverá assegurar ao beneficiário:

I – ciência dos fatos imputados;
II – possibilidade de apresentação de defesa;
III – produção de provas;
IV – manifestação técnica;
V – decisão fundamentada.

Art. 75. Da decisão administrativa caberá recurso na forma estabelecida pela legislação municipal aplicável.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 76. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação, estabelecendo os procedimentos necessários à sua adequada execução.

Parágrafo único. A regulamentação poderá dispor sobre:

I – procedimentos administrativos para apresentação, análise e acompanhamento dos projetos;
II – funcionamento da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico;
III – modelos padronizados de documentos e instrumentos administrativos;
IV – critérios complementares de acompanhamento e avaliação dos empreendimentos;
V – demais medidas necessárias ao funcionamento do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 77. O Poder Executivo poderá instituir instrumentos administrativos destinados à operacionalização desta Lei, incluindo, entre outros:

I – Plano de Investimentos (PI);
II – Plano de Acompanhamento do Empreendimento (PAE);
III – Relatórios Periódicos de Execução;
IV – Relatórios Técnicos da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico;
V – Termos de Compromisso, Concessão, Permissão, Cessão ou outros instrumentos jurídicos compatíveis com a legislação aplicável.

Art. 78. A implementação dos incentivos previstos nesta Lei observará a disponibilidade orçamentária, financeira e administrativa do Município, bem como o cumprimento das exigências legais aplicáveis a cada modalidade de incentivo.

Art. 79. A concessão de incentivos previstos nesta Lei não gera direito adquirido à manutenção do benefício quando houver descumprimento das obrigações assumidas pelo beneficiário, alteração da finalidade do empreendimento ou violação das condições estabelecidas no instrumento jurídico correspondente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 80. Os processos administrativos iniciados anteriormente à regulamentação desta Lei poderão ser adequados às suas disposições, conforme avaliação da Administração Pública e observada a legislação aplicável.

Art. 81. O Poder Executivo poderá celebrar parcerias, convênios, termos de cooperação ou instrumentos similares com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades de capacitação, organizações empresariais e demais instituições que possam contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável do Município.

Art. 82. A execução do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico deverá observar os princípios da:

I – legalidade;
II – impessoalidade;
III – moralidade;
IV – publicidade;
V – eficiência;
VI – transparência;
VII – segurança jurídica;
VIII – sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Art. 83. Os casos omissos serão solucionados pela Administração Pública Municipal, mediante análise técnica dos órgãos competentes, observada a legislação vigente e os princípios que regem a Administração Pública.

Art. 84. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Floresta, Itapuã do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:DCD887DF

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1124-41/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando os elementos constantes nos autos do **Processo Administrativo nº 1124-41/2026**, referente à **Dispensa de Licitação nº 039/2026**, fundamentada no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**,

RESOLVE:

RATIFICAR o procedimento de **Dispensa de Licitação nº 039/2026**, destinado à **aquisição de materiais esportivos para atender ao Campeonato Municipal Amadorzão de Futebol de Campo 2026, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo – SEMCELT, do Município de Itapuã do Oeste/RO**, conforme condições, especificações e demais elementos constantes no processo administrativo.

Fica ratificada a contratação do seguinte fornecedor:

CONTRATADO: GILBERTO JORGE PACHECO CARDOSO

CNPJ: 11.828.204/0001-31

ENDEREÇO: Rua Costa e Silva, nº 2065, Centro, Itapuã do Oeste/RO, CEP 76.861-000.

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

• **Material permanente:** R$ 3.780,00;
• **Material de consumo:** R$ 22.450,00;
• **Valor total: R$ 26.230,00 (vinte e seis mil duzentos e trinta reais).**

Diante do exposto, **RATIFICO** a contratação direta e **AUTORIZO** a adoção das providências administrativas necessárias ao regular prosseguimento do feito, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

Determino, ainda, que sejam promovidos os atos de publicidade e demais providências pertinentes à contratação, na forma da legislação vigente.

Itapuã do Oeste/RO, 23 de setembro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Prefeito Municipal

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:27676348

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5222

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº 5222 , DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Abre no orçamento vigente Crédito Adicional Suplementar por transferência e anulação parcial de dotação orçamentária, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a solicitação constante no Memorando nº 365, de 10 de setembro de 2026 (ID 1052932), encaminhada pela Secretaria Municipal de Gabinete;

CONSIDERANDO a necessidade de de prosseguimento dos procedimentos para contratação de licença perpétua do software CorelDRAW Graphics Suite 2026, objeto constante do Processo nº 1950/2026.

CONSIDERANDO o parecer favorável contido na Análise Técnica nº 024/SEMPLAC/2026 (ID 1060102);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 17 das Leis Municipais nº 2.789 e nº 2.790, ambas de 30 de dezembro de 2025, bem como na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei Complementar nº 101/2000;
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente do Município de Machadinho D'Oeste/RO um Crédito Adicional Suplementar por transferência de saldo no valor total de R$ 3.213,00 (três mil, duzentos e treze reais), conforme a planilha abaixo:

1) SUPLEMENTAR (+)
ÓRGÃO / UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 24.0004.2003.0000

FICHA	ELEMENTO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$)
901	4.4.90.40.00	Serviços de técnologia da informação e comunicação	R$ 3.213,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, utilizar-se-á a anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 3.213,00 (três mil, duzentos e treze reais), conforme a planilha abaixo:

1) ANULAR (-)
ÓRGÃO / UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 24.0004.2003.0000

FICHA	ELEMENTO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$)
490	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.213,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 25 dias do mês de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/09/2026 às 12:57, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1062566** e o código verificador **16B3D6FD**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:E1F1B7D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°365/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA N°365/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR ADRIANO BARBOSA SOBRINHO PARA ATUAR COMO FISCAL SUBSTITUTO, NOS CASOS DE AUSÊNCIA, IMPEDIMENTO OU AFASTAMENTO DO FISCAL TITULAR - SEMUSA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais:

R E S O L V E:

Art.1º - DESIGNAR o Senhor **ADRIANO BARBOSA SOBRINHO,** para atuar como Fiscal Substituto, nos casos de ausência, impedimento ou afastamento do fiscal titular.

FISCAL SUBSTITUTO	Adriano Barbosa Sobrinho	CPF nº: ***.233.402-**

Art.2º - SEM ÔNUS ADICIONAL para o Município, permanecendo o servidor designado vinculado ao seu cargo de origem, sem alteração de sua lotação, cargo, remuneração ou demais direitos funcionais.

Art.3º -A PRESENTE portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 24 de setembro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000

Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 13:57, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1061114** e o código verificador **F187594E**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:86179A79

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°368/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA N°368/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA DAMEICA LOUBACK DOS SANTOS, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, NO PROCESSO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À FARMÁCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais:

R E S O L V E:

Art.1º - DESIGNAR a servidora **DAMEICA LOUBACK DOS SANTOS**, para exercer a função de **Fiscal de Contrato**, tendo como **Fiscal Substituta** a servidora **CARLA EDUARDA PIANISSOLA**, no processo referente à aquisição de **medicamentos destinados à Farmácia** da Secretaria Municipal de Saúde.

FISCAL TITULAR	Dameica Louback Dos Santos	CPF nº: ***.711.022-**
FISCAL SUBSTITUTO	Carla Eduarda Pianissola	CPF nº: ***.485.152-**

Art.2º - As servidoras serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, competindo à fiscal titular e, em seus impedimentos e ausências, à fiscal substituta, acompanhar a execução do contrato, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e demais procedimentos pertinentes à fiscalização dos medicamentos.

Art.3º - SEM ÔNUS ADICIONAL para o Município, permanecendo as servidoras designadas vinculadas ao seu cargo de origem, sem alteração de sua lotação, cargo, remuneração ou demais direitos funcionais

Art.4º -A PRESENTE portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 24 de setembro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 13:58, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1061805** e o código verificador **1843D080**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:AC720760

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°369/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA N°369/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR MARCIO ANDRADE DE MEDEIROS, COMO FISCAL TÉCNICO DE OBRAS REFERENTE AO PROCESSO N°1047/2026"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais:

R E S O L V E:
Art.1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado para atuar como **FISCAL TÉCNICO DE OBRAS** do Contrato n°303 de 23/06/2026, processo administrativo nº1047/2026 que tem como objeto **CONSTRUÇÃO DE PONTE DE MADEIRA BATE ESTACA NESTE MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, SITUADA NA MP 135/MA 31 NO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

NOME	CPF	FUNÇÃO
MARCIO ANDRADE DE MEDEIROS	***.507.274-**	Fiscal Técnico de Obras

Art.2º - A PRESENTE portaria terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data de sua assinatura, e; Execução, de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura da Ordem para Início dos Serviços - OS, revogando as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 24 de setembro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 13:58, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1061844** e o código verificador **79D7A0C8**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:57370BA7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°370/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA N°370/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

"DESIGNAR A SERVIDORA ELAINE CRISTINA NASCIMENTO DE ALMEIDA RUBIM PARA OCUPAR INTERINAMENTE A FUNÇÃO DE FISCAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais:

R E S O L VE:

Art. 1º DESIGNAR a senhora ***ELAINE CRISTINA NASCIMENTO DE ALMEIDA RUBIM,*** Matrícula nº: 3652, ocupante do cargo Assessor(a) Nível III (C.C.), para responder **INTERINAMENTE** pelo função de Fiscal de Alimentação Escolar, exercendo cumulativamente as atribuições de ambas funções pelo período de 25/08/2026 a 22/02/2027.

Art. 2º Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus subsídios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito do dia 25/08/2026 e com vigência até o dia 22/02/2027.

Registre-se,
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 24 de setembro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/09/2026 às 10:27, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1061850** e o código verificador **EB60729C**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:76BA3C56

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°371/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA N°371/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR DOUGLAS BORGES ANTERO, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, NO PROCESSO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS - SEMUSA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais:

R E S O L V E:

Art.1º - DESIGNAR o servidor **DOUGLAS BORGES ANTERO**, para exercer a função de Fiscal de Contrato, tendo como Fiscal **Substituto** o servidor **IVANIR DA SILVA**, no processo referente à contratação de serviços de manutenção de veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

FISCAL TITULAR	Douglas Borges Antero	CPF nº: ***.494.502-**
FISCAL SUBSTITUTO	Ivanir Da Silva	CPF nº: ***.155.382-**

Art.2º - Os servidores serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, competindo ao fiscal titular e, em seus impedimentos e ausências, ao fiscal substituto, acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e demais procedimentos pertinentes à fiscalização do contrato.

Art.2º - **SEM ÔNUS ADICIONAL** para o Município, permanecendo os servidores designados vinculados ao seu cargo de origem, sem alteração de sua lotação, cargo, remuneração ou demais direitos funcionais

Art.3º -A PRESENTE portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 24 de setembro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 13:58, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1061856** e o código verificador **084494E2**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:4DF9A851

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º1269/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal

de Machadinho

D'Oeste- RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.

https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

"HOMOLOGO E ADJUDICO", para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o ADITIVO DE PRAZO DO Contrato nº 411/2025, de 01/10/2025(ID 836625) – Pregão Eletrônico nº 18/SEMED/2025, solicitado através do MEMORANDO N.º 133/2026/SEMED/GAB, presente no Processo n.º1269/2025, que tem como objeto Serviço contínuo de transporte escolar com ônibus e micro-ônibus, com condutores e monitores – Lotes 1, 2 e 3 (91 trajetos), termo de referência e docs anexos, tendo como contratada a empresa: F C TRANSPORTE E TURISMO LTDA inscrita no CNPJ sob o n° 84.084.383/0001-13 em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Parecer Jurídico (ID 1062087).

Publique-se,

Cumpra-se,

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000

Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por PAULO HENRIQUE DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL, em 25/09/2026 às 15:23, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID 1062854 e o código verificador B9853F62.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:3FE3FAED

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 4269/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 4269/2026
ASSUNTO: LICENÇA PRÊMIO.
INTERESSADO: ROSELI BATISTA ONOFRE.

Prefeitura Municipal
de Machadinho
D'Oeste - RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.

https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

DECISÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"DEFERIR" o requerimento (ID 1054624), de LICENÇA PRÊMIO, referente ao Processo n.º4269/2026, solicitado pela servidora **ROSELI BATISTA ONOFRE,** de acordo com o Despacho (ID 1062221).

Publique-se,
Cumpra-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/09/2026 às 12:57, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1062554** e o código verificador **15EB8F5E**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:5DA42A9C

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 4370/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 4370/2026
ASSUNTO: PEDIDO DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.
INTERESSADO: MARLI DE JESUS ALVES.

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste - RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

DECISÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"DEFERIR" o requerimento (ID 1061960), de Pedido de Afastamento por motivo de doença em pessoa da família, referente ao Processo n.º4370/2026, solicitado pela servidora **MARLI DE JESUS ALVES,** de acordo com o atestado médico de acompanhamento (ID 1060947).

Publique-se,
Cumpra-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/09/2026 às 10:28, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1062068** e o código verificador **5F61E029**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:8384930C

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 6-2674/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 6-2674/2026
CLASSE: CONVENIOS.
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Prefeitura Municipal
de Machadinho
D'Oeste-RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

HOMOLOGAÇÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"HOMOLOGAR E ADJUDICAR" o Processo n.º 6-2674/2026, que tem como objeto **celebração de Convênio entre o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Machadinho D' Oeste/RO - APAE,** devidamente inscrita no CNPJ sob o n°63.628.408/0001-22, destinada ao custeio dos serviços socioassistenciais prestados pela entidade, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). De acordo com o Relatório de Análise Processual (ID 1059853).

Publique-se;
Cumpra-se;
Arquiva-se;

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste-RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/09/2026 às 10:27, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1061847** e o código verificador **4AC32172**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:7C1973B1

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º: 6-648/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PROCESSO N.º: 6-648/2026
CLASSE: AQUISIÇAO DE MATERIAL PERMANENTE.
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste-RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

HOMOLOGAÇÃO:

O Prefeito de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"HOMOLOGAR E ADJUDICAR" o Processo n.º 6-648/2026, que tem como objeto formação de registro de preços para eventual e futura aquisição de tubos pead corrugado, tubos metalicos corrugado e manilhas, em favor da empresa: **AGROHIL COMERCIAL LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o n°14.991.877/0001-04, no valor de R$ 2.274.950,00 (dois milhões, duzentos e setenta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais). De acordo Parecer Jurídico (ID 1057921) e Relatório de Análise Processual (ID 1018035).

Publique-se;
Cumpra-se;
Arquiva-se;

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste-RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 13:58, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1061781** e o código verificador **75688C33**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:FC7CBE2D

IMPREV
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº.008/2026 DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IMPREV/MACHADINHO D'OESTE-RO, REALIZADA NO DIA 24 DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2026, NA SEDE DO IMPREV, SITO À AVENIDA DIOMERO MORAES BORBA Nº 3545, CENTRO, MACHADINHO D'OESTE-RO, DE AC

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (24/09/2026), às 15 hrs, reuniram-se na sede do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho D'Oeste – IMPREV, situada na Av. Diomero Moraes Borba, nº 3545, os membros do Conselho Deliberativo, convocados para Reunião Extraordinária pela Presidente do Conselho, Srª Sílvia Natália Gandra Demeu (participando de forma online). Estiveram presentes as conselheiras Fabiane Purificação A. dos Santos, Representante Servidor eleita; Leila Augusta Gomes Souza, Representante dos Inativos; Aparecida Susana Ferreira Maistrovicz, Representante do Executivo Municipal; Telma Luísa dos Santos Teixeira, Representante do Executivo Municipal; a Srª Dvani Martins Nunes, Representante do Legislativo Municipal. Também esteve presente na reunião a Presidente do IMPREV, Srª Kerles Fernandes Duarte. Após a conferência do quórum, a senhora Aparecida Susana, presidindo a reunião iniciou a mesma, saudando a todos agradecendo a presença, logo após apresentou a pauta. PAUTA 1: APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PARA CONSOLIDAÇÃO DA ALÍQUOTA PATRONAL EM BASE ÚNICA, com a finalidade de adequar a legislação municipal à forma de apuração e contabilização do custeio previdenciário e administrativo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. A presidente do IMPREV apresentou ao Conselho a proposta de consolidação, em uma única alíquota patronal de 18,41% (dezoito inteiros e quarenta e um centésimos por cento), das parcelas correspondentes ao Custo Normal patronal de 14% (quatorze por cento) e ao custeio administrativo de 4,41% (quatro inteiros e quarenta e um centésimos por cento), ambas incidentes sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, correspondente à base previdenciária. Foi apresentado ao Conselho o PARECER TÉCNICO ATUARIAL nº 018/2026, tendo como interessado o Instituto Municipal de Previdência de Machadinho D'Oeste – IMPREV, referência Ofício nº 103/2026/IMPREV/PRESIDÊNCIA, de 23 de setembro de 2026, e assunto "Alteração da forma de cobrança da Taxa de Administração — migração da base de cálculo de remuneração bruta para base previdenciária, com manutenção do percentual-limite de 2,76%, e necessidade de revisão das alíquotas de custeio patronal", elaborado pelo senhor Thiago Silveira, Técnico Atuarial, Atuário MIBA nº 2756. Após a apresentação do referido Parecer Técnico Atuarial, foram

prestados os esclarecimentos necessários aos membros do Conselho acerca da forma de composição da alíquota proposta e de seus reflexos na legislação municipal, na avaliação atuarial e nos procedimentos de contabilização e arrecadação do RPPS. A composição da alíquota patronal passa, assim, a ser demonstrada da seguinte forma: 14,00% – Custo Normal patronal; 4,41% – Custeio administrativo; Total: 18,41% – Alíquota patronal consolidada sobre a base previdenciária. Nesse sentido, a proposta apresentada busca adequar a legislação municipal à metodologia indicada no estudo técnico atuarial, bem como aos procedimentos contábeis aplicáveis ao setor, mantendo a correspondência entre a base de incidência e os percentuais destinados ao custeio previdenciário e administrativo. Após ampla análise e discussão da matéria, a Presidente interina colocou em votação a proposta apresentada pela presidente do IMPREV, quanto à consolidação da alíquota patronal em 18,41%, incidente sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos (base previdenciária). Submetida à votação, a proposta foi APROVADA pelo Conselho Deliberativo, por, unanimidade ficando aprovada a consolidação da alíquota patronal nos termos apresentados. Na mesma oportunidade, o Conselho Deliberativo AUTORIZOU o encaminhamento da proposta de alteração legislativa ao Poder Executivo Municipal, acompanhada da respectiva minuta do Projeto de Lei Complementar, da presente Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, do Parecer Técnico Atuarial nº 018/2026 e do Parecer da Assessoria Jurídica do IMPREV, para análise e adoção das providências administrativas e legislativas cabíveis. Ficou ainda deliberado que, após a análise e os procedimentos pertinentes no âmbito do Poder Executivo Municipal, fica AUTORIZADO o encaminhamento da proposta ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e eventual aprovação, observadas as competências constitucionais e legais de cada Poder. O Conselho Deliberativo deliberou, ainda, por solicitar especial atenção dos responsáveis pela elaboração, instrução, tramitação e conclusão da presente alteração legislativa quanto ao cumprimento do prazo de noventa dias (noventena) eventualmente aplicável à matéria, conforme a legislação previdenciária federal e os atos normativos expedidos pelo Ministério da Previdência Social. Ficou expressamente consignado que a minuta do Projeto de Lei Complementar deverá estabelecer que: "Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2027." Nada mais havendo a tratar, eu, Aparecida Susana Ferreira Maistrovicz, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será inserida no sistema DIGPROC para assinatura dos presentes,devendo ser publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial da AROM, para que produza os devidos efeitos legais. A reunião foi encerrada às 16 horas.
ASSINATURAS ELETRÔNICAS
APARECIDA SUSANA FERREIRA MAISTROVICZ MEMBRO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 24/09/2026 16:23:32 IMPREV Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.431/2020.
DVANI MARTINS NUNES MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO 24/09/2026 16:25:16 Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.431/2020.
FABIANE PURIFICACAO APARECIDA DOS SANTOS MEMBRO CONSELHO DELIBERATIVO IMPREV 24/09/2026 16:25:19 Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.431/2020.
LEILA AUGUSTA GOMES MEMBRO CONSELHO DELIBERATIVO IMPREV 24/09/2026 16:26:07 Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.431/2020.
TELMA LUISA DOS SANTOS TEIXEIRA ASSESSOR (A) NÍVEL III 24/09/2026 16:26:41 Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.431/2020.
SILVIA NATALIA GANDRA DEMEU PRESIDENTE CONSELHO DELIBERATIVO 24/09/2026 16:33:05 IMPREV Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.431/2020. KERLES FERNANDES DUARTE PRESIDENTE DO IMPREV 24/09/2026 16:35:35

Publicado por:
Fagner Partelli Coser
Código Identificador:59BE6C1A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

ASSESSORIA JURÍDICA
21 EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATO FINAL DA FILA REFERENTE AO TESTE SELETIVO EDITAL Nº. 001/2.025

21 EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATO FINAL DA FILA

REFERENTE AO TESTE SELETIVO EDITAL Nº. 001/2.025

O Município de Ministro Andreazza, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ ALVES PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e consubstanciado na Lei Orgânica Municipal e especialmente na Lei 2.734/PMMA/2.025, em conformidade com o disposto no Edital do Processo Seletivo SEMAP N. 001/2.026, constante no processo 971/2025/SEMAP homologado em 22 de dezembro de 2.025, e publicado no dia 23 de dezembro de 2.025 RECLASSIFICA, a pedido, o candidato classificado na ordem 29 no teste seletivo, passando para 51 classificação:

PROFISSIONAL MEDIADOR 40 horas semanais

JEOVANI BERNABÉ

E, para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital em 25 de setembro de 2.026.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:51AB5489

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº. 7.078/PMMA/2026.

DECRETO Nº. 7.078/PMMA/2026.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL INTERINSTITUCIONAL PERMANENTE CRIANÇA PROTEGIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO, JOSÉ ALVES PEREIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeado os **MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL INTERINSTITUCIONAL PERMANENTE CRIANÇA PROTEGIDA**, do município de Ministro Andreazza/RO, nos termos do Decreto Municipal n° 6.825/PMMA/2.025, pelo período de dois anos, conforme disposto abaixo:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

TITULAR: **POLIANA OLIVEIRA LEITE**
SUPLENTE: **LUCIENE NEVES DE OLIVEIRA**

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação
TITULAR: **RAYLANE LUIZ MARTINS**
SUPLENTE: **CAMILA CIESLIK PERSCH**

III - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
TITULAR: **DELOTEIA ALVES DA S. VICENTE**
SUPLENTE: **KENIDY DONDONI**

IV - Representantes da Polícia Militar
TITULAR: **REGINALDO KESTER**
SUPLENTE: **HUESLEY FAGNER RODRIGUES**

V - Representantes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
TITULAR: **JOSILANE FERREIRA LIMA FORNAZIER**
SUPLENTE: **SUEDIS NARA NUNES DE SOUSA BALLA**

VI - Representantes do Conselho Tutelar

TITULAR: **MARIA DINEIA CEZAR**
SUPLENTE: **VALÉRIA RODRIGUES DE OLIVEIRA SILVA**

VII - Representantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nilo Coelho
TITULAR: **GABRIELI SANTOS NASCIMENTO**
SUPLENTE: NEUSA ISHI

Art. 2º. O Comitê Interinstitucional Permanente Criança Protegida será presidida pelo membro titular da Secretaria Municipal de Assistência Social e na sua ausência pelo seu suplente.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/RO, 25 de setembro de 2026.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA
Procuradora do Município - OAB/RO 2209

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:AC6B3B9F

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº7.081/PMMA/2026

DECRETO Nº7.081/PMMA/2026

"APLICA A PENA DE DEMISSÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EM DECORRÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas na Lei Municipal nº 294/PMMA/2002, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,
CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Sindicância nº 881/PMMA/2025, instaurado para apurar supostas irregularidades relacionadas ao consumo de combustível e à utilização de cartões de abastecimento vinculados ao veículo de placa NCO-9791;
CONSIDERANDO que a Comissão responsável pelo procedimento foi designada pelo Decreto nº 6.782/PMMA/2025 e, após a instrução processual, concluiu pela responsabilidade do servidor P. R. B.;
CONSIDERANDO que o servidor P. R. B., ocupante do cargo de Mecânico, matrícula nº 8X2X, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, foi devidamente citado para apresentar defesa escrita e não apresentou manifestação no prazo legal;
CONSIDERANDO que foi decretada a revelia do servidor e nomeada defensora para assegurar o exercício da defesa, tendo a Comissão apreciado a defesa apresentada nos autos;
CONSIDERANDO que o procedimento observou as etapas previstas na legislação municipal, com garantia do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;
CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão e o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, ambos acolhidos pela autoridade competente;
CONSIDERANDO que foram reconhecidas a autoria e a materialidade das infrações disciplinares previstas no art. 232, incisos I e X, da Lei Municipal nº 294/PMMA/2002, consistentes em crime contra a Administração Pública e lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio público;
CONSIDERANDO a homologação e ratificação do Relatório Final e do Parecer Jurídico pelo Prefeito Municipal em 25 de setembro de 2026;
DECRETA:
Art. 1º Fica aplicada a pena de demissão ao servidor P. R. B., ocupante do cargo de Mecânico, matrícula nº 8X2X, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em razão das infrações disciplinares previstas no art. 232, incisos I e X, da Lei Municipal nº 294/PMMA/2002.
Art. 2º A demissão de que trata este Decreto decorre da conclusão do Processo Administrativo de Sindicância nº 881/PMMA/2025, instaurado para apurar irregularidades relacionadas ao consumo de combustível e à utilização de cartões de abastecimento do veículo de placa NCO-9791.
Art. 3º Nos termos da legislação municipal, o servidor demitido ficará incompatibilizado para nova investidura em cargo público municipal pelo prazo de 4 (quatro) anos, contado da publicação deste Decreto.
Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração, por meio do setor competente, deverá:
I – proceder às anotações necessárias nos assentamentos funcionais do servidor;
II – promover as providências relativas à vacância do cargo;
III – comunicar a demissão aos órgãos e setores administrativos pertinentes;
IV – providenciar a publicação deste Decreto na forma da legislação aplicável.
Art. 5º Considerando que a infração disciplinar também foi capitulada como crime contra a Administração Pública, fica determinada a remessa de cópia integral dos autos ao Ministério Público do Estado de Rondônia, permanecendo traslado do processo na repartição competente, para as providências cabíveis.
Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/RO, 25 de setembro de 2026.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

KELLY DA SILVA MARTINS STRELLOW
Assessora Jurídico - OAB/RO 1549

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:8239C34B

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026 PROCESSO GLOBAL Nº 957/SEMOSP/2026

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026
PROCESSO GLOBAL Nº 957/SEMOSP/2026
A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor PREÇO GLOBAL, a ser realizado por meio da internet, no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 15 de outubro de 2026, às 09h00min. (Brasília).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO.
O VALOR ESTIMADO: R$ 805.802,94 (Oitocentos e cinco mil oitocentos e dois reais e noventa e quatro centavos).
Informações pelo telefone 069-3448-2361/69-99226-2378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 25 de setembro de 2025.

CLEDER DE CAMARGO
Agente de Contração

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:82022BCC

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° ° 033/PMMA/2026 PROCESSO ORDINARIO Nº 941/SEMOSP/2026

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° ° 033/PMMA/2026
PROCESSO ORDINARIO Nº 941/SEMOSP/2026

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por lote, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 09 de outubro de 2026, às 10h00min. (Brasília).
OBJETO: **AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE 26,00 METROS DE TUBO METÁLICO CORRUGADO (ARMCO).**

O VALOR ESTIMADO: R$ 271.493,60 (Duzentos setenta e um mil quatrocentos e noventa e três reais e sessenta centavos**)**.

Informações pelo telefone 069-3448-2361/69-99226-2378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 25 de setembro de 2026.

CLEDER DE CAMARGO
Pregoeiro/Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:55ACB8F0

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
DECRETO Nº 7.079//PMMA/2026

DECRETO Nº 7.079//PMMA/2026

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, EM CARÁTER DE AVERIGUAÇÃO SUMÁRIA, E DESIGNA COMISSÃO ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA, Estado de Rondônia, **JOSÉ ALVES PEREIRA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de apurar fatos que possam caracterizar irregularidade funcional praticada por agente público;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a observância do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da imparcialidade e da busca da verdade material;

CONSIDERANDO a notícia de fatos atribuídos, em tese, à servidora **M .DA C, S.**, matrícula nº **7905**, ocupante do cargo de **Odontólogo – Seletivo**, com vínculo registrado como **temporário**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, no **ESF/Unidade Básica de Saúde Elói de Lima Machado**;

CONSIDERANDO que os fatos noticiados podem, em tese, enquadrar-se na hipótese prevista no art. 44 da Lei nº 2.799/PMMA/2026, que trata de incontinência pública e conduta escandalosa praticadas por agente público nessa qualidade, sem prejuízo de eventual enquadramento jurídico diverso que resulte da apuração;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 2.799/PMMA/2026 relativas à instauração e ao processamento de sindicância, à designação de comissão específica, aos impedimentos dos membros, à instrução e ao prazo de conclusão.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, EM CARÁTER DE AVERIGUAÇÃO SUMÁRIA**, destinada a apurar os fatos atribuídos, em tese, à servidora **M. DA C. S.**, matrícula nº **7X0X**, consistentes, em síntese, nas seguintes condutas noticiadas:

I – em **10 de setembro de 2026**, na Unidade Básica de Saúde Elói de Lima Machado, a servidora teria discutido em tom elevado e autoritário com a recepcionista **D.**, na presença de pacientes, fato que teria sido presenciado pelo Coordenador da Atenção Primária à Saúde, **B. F.**;
II – ainda em 10 de setembro de 2026, teria sido realizada reunião com os envolvidos e representantes da Secretaria Municipal de Saúde, ocasião em que foi explicado as consequências dos atos;
III – em **11 de setembro de 2026**, a Secretaria Municipal de Saúde teria recebido novo relato acerca da reiteração de comportamentos supostamente abusivos, autoritários e desrespeitosos atribuídos à servidora, com alegação de sofrimento no ambiente de trabalho por parte de servidora da UBS;
IV – a existência de relatos anteriores, atribuídos à Diretora **E. B. P.**, bem como de documentos da Direção e da Coordenação da Atenção Primária à Saúde, relativos a possíveis más condutas e à reiteração dos comportamentos mencionados;
V – demais circunstâncias relacionadas aos fatos, inclusive a eventual caracterização de comportamento moralmente agressivo, indecoroso, agressivo ou ofensivo dirigido a servidor ou particular, nos termos do art. 44 da Lei nº 2.799/PMMA/2026.
§ 1º A apuração deverá verificar a existência ou não dos fatos, sua materialidade, as circunstâncias em que ocorreram e eventual autoria ou responsabilidade funcional, não constituindo esta DECRETO juízo antecipado de culpabilidade.
§ 2º Integram os elementos iniciais de informação o Memorando nº 126/2026-SEMSAU, de 14 de setembro de 2026, os relatórios mencionados no memorando, a ata de reunião de 10 de setembro de 2026 e o relatório de ocorrência, sem prejuízo de outros documentos que venham a ser juntados.

Parágrafo único. A apuração deverá verificar a existência ou não dos fatos, sua materialidade, as circunstâncias em que ocorreram e eventual autoria ou responsabilidade funcional, não constituindo este Decreto juízo antecipado de culpabilidade.

Art. 2º para conduzir os trabalhos, fica designada a Comissão Permanente de ética nomeada pelo Decreto nº. 7.020/PMMA/2.026.

§ 1º A comissão deverá atuar com independência, imparcialidade, isenção e observância das garantias asseguradas à servidora investigada.
§ 2º Os membros deverão declarar, antes da instalação dos trabalhos, a inexistência de impedimento ou suspeição para atuar no procedimento, comunicando imediatamente à autoridade competente qualquer circunstância superveniente que possa comprometer sua imparcialidade.
§ 3º Não poderão atuar na comissão aqueles que estejam em situação de impedimento prevista na legislação municipal, inclusive quem tenha atuado como testemunha, perito ou representante da interessada; seja cônjuge, companheiro ou parente da investigada até o terceiro grau; ou litigue judicialmente com a interessada ou com seu cônjuge ou companheiro.

Art. 3º A comissão terá por atribuições:

I – instalar os trabalhos e lavrar a respectiva ata;
IV – promover a notificação da servidora investigada, assegurando-lhe ciência dos fatos apurados e oportunidade de manifestação;
V – colher depoimentos, ouvir testemunhas, requisitar documentos, realizar diligências e adotar as providências necessárias ao esclarecimento dos fatos;

VI – assegurar à investigada o contraditório e a ampla defesa, inclusive o direito de acompanhar os atos, apresentar documentos, requerer diligências pertinentes e formular alegações;
VII – elaborar relatório final circunstanciado, indicando os fatos apurados, as provas produzidas, as manifestações apresentadas e a conclusão fundamentada quanto à existência ou inexistência de irregularidade e de responsabilidade funcional;
IX – encaminhar os autos à autoridade instauradora para decisão.

Art. 4º A comissão deverá concluir a averiguação sumária no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado da publicação deste Decreto, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme a disciplina aplicável aos contratados temporários prevista na Lei nº 2.802/PMMA/2026.

Parágrafo único. Caso, no curso da apuração, sejam identificados elementos que indiquem a necessidade de sindicância formal ou de processo administrativo disciplinar, a comissão deverá relatar a circunstância à autoridade competente, sem prejuízo da adoção do procedimento adequado.

Art. 5º A comissão poderá solicitar apoio técnico, informações e documentos aos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como requisitar as diligências necessárias à completa elucidação dos fatos.

Art. 6º Os trabalhos da comissão serão realizados na sede da Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza, situada na Av. Pau Brasil, 5577, centro, Ministro Andreazza-RO, ou em outro local previamente definido pela Presidência, devendo todos os atos ser reduzidos a termo e juntados aos autos.

Art. 7º A servidora **M. DA C. S.**, matrícula nº **7905**, deverá ser formalmente notificada para acompanhar o procedimento e apresentar defesa ou manifestação no prazo e nas condições estabelecidos pela comissão, respeitada a legislação municipal aplicável.

Art. 8º Ao final da instrução, será assegurada vista dos autos para apresentação de alegações finais, antes da elaboração do relatório conclusivo, na forma da legislação municipal.

Art. 9º Esta Decreto não implica aplicação de penalidade, afastamento funcional ou reconhecimento de responsabilidade, destinando-se exclusivamente à apuração administrativa dos fatos nela descritos.

Art. 10. A autoridade instauradora apreciará o relatório final e adotará as providências administrativas cabíveis, inclusive o arquivamento, a instauração de processo administrativo disciplinar ou outras medidas previstas em lei, conforme o resultado da apuração e assegurada a fundamentação da decisão.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/RO, 25 de setembro de 2026.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA
Procuradora Municipal – OAB 2209

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:6350359F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE SUSPENSÃO PROCESSO N°: 1296/SEMAFP/2026
EDITAL N°: 081/PMMS/2026

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 081/2026

O MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO, por intermédio do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2026, referente ao Processo Licitatório nº 1296/SEMECE/2025.

OBJETO: Aquisição de cerca colorida, incluindo todos os materiais, componentes, ferragens, parafusos, acessórios, transporte, montagem e instalação, destinada à delimitação e complementação da área do playground já adquirido pela Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/RO, em atendimento à finalidade estabelecida no Termo de Convênio nº 220/2025/PGE-SEOSP.

A suspensão do certame ocorre a partir de 25 de setembro de 2026, ficando temporariamente suspensa a realização da sessão pública até ulterior deliberação.

A nova data e demais informações pertinentes serão divulgadas oportunamente, pelos mesmos meios de publicidade utilizados para o presente certame, observada a legislação aplicável.

Mirante da Serra/RO, 25 de Setembro de 2026.

RAULDINEI SILVEIRA REZENDE DE OLIVEIRA
Agente de Contratação (Pregoeiro)
Portaria nº 7365/2025
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Rauldinei Silveira Rezende de Oliveira
Código Identificador:FE378C32

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO

Despacho de Anulação do Processo

MUNICÍPIODEMIRANTEDA SERRA/RO
Nº 072/2026 PROCESSOLICITATÓRIO
1024/SEMSAU/2025

ProcessoAnulado em 25 de Setembro de 2026

Considerando que foi oportunizada aos interessadosmanifestaçãopréviaacercada anulação,peloprazode03(três)diasúteis, em observância ao art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

Publicado por:
Jucilene Borges Martins da Silva
Código Identificador:00891209

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO

Despacho de Revogação do Processo

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

PROCESSO LICITATÓRIO
1024/SEMECE/2026

Processo Revogado em 21 de Setembro de 2026

Informamos que o Pregão Eletrônico nº 060/PMMS/2026 fica suspenso até ulterior deliberação, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Popular

nº 7003721-29.2026.8.22.0004, em trâmite na 2ª Vara Cível de Ouro Preto do Oeste/RO.

Publicado por:
Jucilene Borges Martins da Silva
Código Identificador:1F3E5AA5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1633/2026

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 52 – ASPRUS 52 DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/ RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA-RO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Linha 52 – ASPRUS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.050905/0001-23, com sede na Linha 52 da Linha 81, Km 03, Lote 24, Zona Rural do município de Mirante da Serra – RO, CEP 76.926-000.

Art. 2º A referida associação preenche os requisitos exigidos pela Lei Municipal nº 311, de 23 de junho de 2004.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Mirante da Serra, 23 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Jaqueline de Azevedo Pereira
Código Identificador:9779A1C8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 8461

PORTARIA DE Nº 8462/2026. EM 24 DE SETEMBRO DE 2026.

"NOMEIA SIMONE TERTULIANA PINHEIRO MATRICARDI PARA EXERCER O CARGO, DE SECRETARIA (SUBSTITUTA) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomeia Simone Tertuliana Pinheiro Matricardi para Exercer o Cargo, de Secretária (Substituta) da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. SUBSÍDIO

Parágrafo. 1º - A substituição será excepcional visando cobrir o período de licença maternidade da Titular do Cargo.

Parágrafo. 2º A nomeada fará jus a remuneração do Cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, com efeito a partir do dia 28 de Setembro de 2026.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Glauciania Dos Santos
Código Identificador:528F8104

GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2026

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2026
Processo Administrativo nº 511/2026
Contratante: Município de Mirante da Serra/RO
Contratada: Construtora Paraiso Ltda. – CNPJ nº 00.541.146/0001-44
Objeto: Prorrogação dos prazos de execução e de vigência contratual, bem como acréscimo de valor ao Contrato nº 118/2026, referente à construção de 6.000 m² de calçadas em área urbana do Município de Mirante da Serra/RO.
Prazo de execução: Prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias corridos, de 07/10/2026 a 20/11/2026.
Vigência contratual: Prorrogada por 60 (sessenta) dias, de 29/09/2026 a 27/11/2026.
Valor: Acréscimo de R$ 68.671,27 (sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte e sete centavos). O valor contratual passa de R$ 628.893,39 para R$ 697.564,66.
Data do termo aditivo: 25 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Ricardo Augusto Portela Lucindo
Código Identificador:2CBFED4E

GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DO TERMO ADITIVO 1495/2023

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 141/2023

PROCESSO ADMINSTRATIVO N.º 1495/2023

CELEBRAÇÃO: 25/09/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

CONTRATADA: O. P. DOS SANTOS ME

INTERVENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

TERMO ADITIVO: Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a **Cláusula Sexta do Contrato n° 141/2023**, por mais 12 (doze) meses, contados de 09/11/2026 até 08/11/2027, referente a Contratação de Empresa no ramo pertinente a prestar Serviço de Comunicação Multimídia SCM velocidade de 200MBPS downloads / 140 MBPS uploads na fibra óptica. **Com o valor global de R$ 1.798,80 (um mil e setecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).**

(Assinatura Eletrônica)
JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Glauciania Dos Santos
Código Identificador:A3E53E9D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 1734

Termo de Homologação

PROCESSO: 17342026

ASSUNTO: contratação de empresa para aquisição de medicamentos do programa de assistência Farmacêutica Básica.

INTERESSADO:SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMSAU

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, na condição de Prefeito e Ordenador de Despesa, homologo o processo supracitado, procedimento de Pregão eletrônico nº 074/PMMS/2026 (ID 451505), conforme as decisões da CPL (ID 443797) até relação de vencedores (ID 453711). Parecer Controladoria Municipal (ID 455248)constante nos autos. Em favor da empresa jurídica:

01 – CAMARGO E SCUSSEL LTDA, inscrita no **CNPJ sob o nº 15.837.057/0001-17,** no valor de **R$ 28.979,00** (vinte e oito mil, novecentos e setenta e nove reais);

02 – L. FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, inscrita no **CNPJ sob o nº 35.250.918/0001-73,** no valor de **R$ 13.000,00** (treze mil reais) e,

03 – JGM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no **CNPJ sob o nº 38.460.625/0001-09,** no valor de **R$ 6.140,00** (seis mil, cento e quarenta reais)

Termos do Parecer Técnico HOMOLOGO o presente procedimento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mirante da Serra/RO, 25 de Setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Glauciania Dos Santos
Código Identificador:4A761213

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO
PORTARIA

PORTARIA Nº 76/2026

"SUSPENDER GOZO DE FÉRIAS REGULAMENTARES DO VEREADOR CLEITON DIOGO DE OLIVEIRA"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Regimento Interno dessa Casa,

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER o gozo das férias regulamentares do servidor CLEITON DIOGO DE OLIVEIRA, Matrícula nº. 440 em caráter eletivo ao cargo de VEREADOR, por 1 (um) dia para participar da Reunião de Comissão Extraordinária e a Sessão Ordinária, sendo realizadas na data de 28/09/2026, conforme art. 68º da Lei Municipal 015/93, sendo assim estenderá o gozo do referido dia para um momento oportuno.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

JOEL RODRIGUES MATEUS
Presidente
Câmara Municipal de Monte Negro – RO

Publicado por:
Fabrício Oliveira Monteiro
Código Identificador:051DF255

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO
PORTARIA

PORTARIA Nº 77/2026

"SUSPENDER GOZO DE FÉRIAS REGULAMENTARES DO VEREADOR PERO ALVES DA SILVA"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Regimento Interno dessa Casa,

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER o gozo das férias regulamentares do servidor PEDRO ALVES DA SILVA, Matrícula nº. 451 em caráter eletivo ao cargo de VEREADOR, por 1 (um) dia para participar da Reunião de Comissão Extraordinária e a Sessão Ordinária, sendo realizadas na data de 28/09/2026, conforme art. 68º da Lei Municipal 015/93, sendo assim estenderá o gozo do referido dia para um momento oportuno.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

JOEL RODRIGUES MATEUS
Presidente
Câmara Municipal de Monte Negro – RO

Publicado por:
Fabrício Oliveira Monteiro
Código Identificador:66E6FC02

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026 – CONC. PRESENCIAL Nº 001/2026
TERMO DE FOMENTO Nº 02/2026/SEOSP-NFEF
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2026, CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MONTE NEGRO EM PROL DO HOSPITAL DO AMOR – ASBEMON E A EMPRESA W. A. TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.

A **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MONTE NEGRO EM PROL DO HOSPITAL DO AMOR – ASBEMON**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **33.546.208/0001-60**, com sede no Município de Monte Negro/RO, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Valdenir Moreira Freitas**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **W. A. TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº **03.740.955/0001-73**, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o **Contrato nº 008/2026**, decorrente do Processo Administrativo nº 001/2026 e da Concorrência Presencial nº 001/2026, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto **exclusivamente a adequação/prorrogação do prazo de vigência administrativa do Contrato nº 008/2026**, pelo período de **60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir do término da vigência contratual vigente, com a finalidade específica de possibilitar a conclusão dos procedimentos administrativos, financeiros e de encerramento contratual relacionados ao objeto, compreendendo, conforme o caso, processamento e conferência de medições, emissão e recebimento de documentos fiscais, liquidação e pagamento das obrigações devidamente reconhecidas, recebimento provisório e definitivo, saneamento

documental, prestação de contas do Termo de Fomento e demais providências necessárias ao regular encerramento do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISTINÇÃO ENTRE PRAZO DE EXECUÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente prorrogação possui natureza **administrativa e financeira** e **não implica concessão de novo prazo de 60 (sessenta) dias para execução física da obra**, tampouco importa deferimento, ainda que parcial ou indireto, do pedido anteriormente apresentado pela CONTRATADA para acréscimo de 30 (trinta) dias ao prazo de execução.

Permanece íntegra a decisão administrativa que acolheu o **Parecer Técnico de Engenharia nº 026/2026**, pelo qual foi indeferido o pedido de prorrogação do prazo de execução física formulado pela CONTRATADA.

O prazo adicional estabelecido neste Termo Aditivo destina-se, portanto, à manutenção da vigência do vínculo contratual pelo período necessário à conclusão das obrigações remanescentes e dos procedimentos administrativos e financeiros decorrentes da contratação.

A Ordem de Serviço nº 001/2026 estabeleceu originalmente prazo de execução de **90 (noventa) dias corridos**, contados de seu recebimento pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES

A formalização deste Termo Aditivo **não autoriza a CONTRATADA a utilizar integralmente o novo período de vigência como novo prazo de execução da obra**.

Eventuais serviços físicos remanescentes, correções, reparos, ajustes, testes, limpeza final ou providências necessárias ao recebimento do objeto deverão ser executados **com a maior brevidade possível**, de acordo com as determinações da fiscalização técnica, sem que a presente extensão da vigência caracterize reconhecimento de justificativa para atraso anteriormente ocorrido.

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nas disposições contratuais aplicáveis, na **Lei Federal nº 13.019/2014**, no Termo de Fomento nº **02/2026/SEOSP-NFEF** e, subsidiariamente, na **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente quanto aos contratos de escopo.

O art. 111 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que, nas contratações destinadas à conclusão de escopo predefinido, a vigência é prorrogada quando o objeto não é concluído no período inicialmente estabelecido.

A Orientação Normativa AGU nº 92/2024 também recomenda avaliar a formalização de termo aditivo ou apostilamento para estabelecer novas datas, prazos ou cronogramas. (Serviços e Informações do Brasil)

A presente formalização tem, ainda, por finalidade conferir segurança jurídica, transparência e adequada rastreabilidade documental aos atos de execução financeira, recebimento e prestação de contas vinculados aos recursos públicos transferidos à ASBEMON.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O presente Termo Aditivo **não promove qualquer acréscimo financeiro ao Contrato nº 008/2026**, permanecendo inalterado seu valor global de **R$ 302.894,33 (trezentos e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e três centavos)**.

Fica expressamente vedada a interpretação deste instrumento como autorização para execução de serviços adicionais, acréscimos quantitativos ou qualitativos, reajustes ou pagamentos não previstos no contrato original, os quais, se necessários e juridicamente cabíveis, dependerão de procedimento próprio e prévia formalização.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

Permanecem mantidas as atribuições da **Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras da ASBEMON**, inclusive quanto à verificação dos serviços executados, medições, correções eventualmente necessárias, recebimento da obra e produção da documentação indispensável à prestação de contas.

A Ordem de Serviço atribuiu o acompanhamento e a fiscalização à Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras, sob a presidência da **Eng. Civil Allanis Vitória Camilo da Costa – CREA nº 26001994 D/RO**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem **integralmente ratificadas e inalteradas** todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 008/2026 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Ficam igualmente preservadas as responsabilidades da CONTRATADA quanto à qualidade, segurança, estabilidade, correção de vícios e defeitos, cumprimento das determinações da fiscalização e demais obrigações decorrentes da execução da obra.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE E EFICÁCIA

A CONTRATANTE providenciará a publicidade do extrato deste Termo Aditivo pelos meios adotados no processo da parceria e da contratação, para fins de transparência, controle e prestação de contas.

O presente instrumento produzirá seus efeitos a partir de sua assinatura, observada a data de início da prorrogação estabelecida na Cláusula Primeira.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Monte Negro/RO, 17 de agosto de 2026.

Pela Contratante:
VALDENIR MOREIRA FREITAS
Presidente da ASBEMON
Contratante

Pela Contratada:
CLAUDIO RAIMUNDO BITTENCOURT
Representante Legal
W. A. Terraplenagem e Construções LTDA
CNPJ nº 03.740.955/0001-73
Contratada

Publicado por:
Eliane Ronconi
Código Identificador:23C41575

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 2263/2026

"DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DA CESSÃO DA SERVIDORA ANGELA MARIA ASSIS, ORIUNDA DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os Decretos nº 159/2026 e nº 162/2026, expedidos pelo Prefeito do Município de Novo Horizonte do Oeste/RO, que dispõem sobre a cessão da servidora ANGELA MARIA ASSIS para este Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o recebimento da cessão da servidora **ANGELA MARIA ASSIS**, inscrita no CPF sob o nº xxx.305.482-xx, ocupante do cargo de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Novo Horizonte do Oeste/RO, para desenvolver suas atividades junto à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste durante o período de 11/09/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º O ônus decorrente da presente cessão será integralmente suportado pelo Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, o qual fica responsável por todas as despesas relacionadas aos vencimentos, férias, 13° salário, encargos tributários e demais vantagens de direito da servidora e a fazer os repasses previdenciários ao Instituto de origem da servidora, o Instituto de Previdência Social dos Servidores de Novo Horizonte do Oeste - IPSNH.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 11 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 25 de setembro de 2026.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriella Camargo Ratund
Código Identificador:5CBB9310

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL Nº 2101/2026

"Institui o programa de Regularização Fiscal do Município de Nova Brasilândia D'Oeste- REFIS/NBO no ano de 2026".

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D´Oeste/RO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Regularização Fiscal do Município de Nova Brasilândia D'Oeste- REFIS/NBO no ano de 2026, para recuperação de créditos tributários e não tributários relacionados ao ISSQN, IPTU, ITBI e TAXA DE LIXO, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 01(um) de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), restituições aos cofres públicos por determinação judicial, bem como créditos resultantes de protesto realizado entre os anos de 2021 e 2026, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, sendo que:

§ 1° Serão contemplados pelo Programa de Regularização Fiscal do Município de Nova Brasilândia D'Oeste- REFIS/NBO as restituições aos cofres públicos oriundas de determinação do Tribunal de Contas. Os juros embutidos nas determinações do TCE continuarão sem redução, fazendo parte total do débito.

§ 2° O débito será consolidado, de forma individualizada por espécie de débito, na data do pedido de ingresso no programa, com todos os acréscimos

legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.
§ 3° Os valores exigidos pelo Cartório de Protesto de Títulos em razão da retirada do protesto não serão contemplados, ficando o contribuinte responsável por efetuar o pagamento diretamente ao Tabelionato.

§ 4° As dívidas constituídas em Certidão de Dívida Ativa que estiverem sendo cobradas judicialmente, somente serão permitidas a adesão ao REFIS/NBO desde que a primeira parcela seja de, no mínimo, 10% (dez por cento) no valor do débito, podendo parcelar o restante em até 40 (quarenta) parcelas.

abaixo enumerados:

Art. 2° - A opção pelo REFIS/NBO contemplará os benefícios

I- Redução de multa e de juros de mora, e

II- Pagamento a vista ou parcelado do crédito tributário ou não tributário em moeda corrente ou dação em pagamento.

Parágrafo único – O parcelamento previsto nesta Lei poderá ser deferido, independente da existência de parcelas anteriores celebradas, ressalvado o disposto no art. 7° desta lei:

Art. 3° Para usufruir dos benefícios do programa o sujeito passivo deve formalizar sua adesão, que se efetivará com o pagamento de parcela única ou da primeira parcela.
§1° O período do REFIS/NBO: Terá início a partir de 09 de outubro de 2026 e término em 31 de dezembro de 2026, com o prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis para o pagamento.

§ 2º Tratando-se de crédito tributário decorrente de auto de infração ou de penalidade pecuniária lançada por descumprimento de obrigação tributária, a fruição dos benefícios estabelecidos nos artigos 5º e 6º para pagamento da multa punitiva fica condicionada ao pagamento do imposto lançado.

§ 3º A parcela do crédito tributário referente ao imposto deverá ser recolhida, conforme a modalidade do benefício escolhida entre os incisos dos artigos 5º e 6º, por meio de DAM pago antecipadamente à parcela referente à multa pecuniária, a qual somente será disponibilizada para pagamento na mesma modalidade escolhida para o pagamento do imposto.
Art. 4º - Independente do pagamento de taxas, a adesão ao programa dar-se-á mediante o recolhimento aos cofres públicos, dentro do prazo previsto no artigo 3º, dos valores contemplados com o benefício, cujo cálculo e emissão do Documento de Arrecadação Municipal - DAM será realizado pelo setor de receitas do Município.
§1º A simples emissão do DAM não configura a adesão ao REFIS/NBO nem implica direito relativo ao benefício concedido por esta Lei, os quais se concretizam apenas por meio do seu pagamento dentro do prazo estabelecido no artigo 3º.

Art. 5º - Os créditos tributários referentes ao ISSQN e créditos não tributários referentes as restituições aos cofres públicos por determinação judicial e que estejam consolidados poderão ser pagos:

- Em parcela única, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) das multas punitivas, multas moratórias e dos juros de mora;

- Em até 03 (três) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 90% (noventa por cento) das multas punitivas, multas moratórias e juros de mora;

- em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 85% (oitenta e cinco por cento) das multas punitivas, multas moratórias e juros de mora;
- Em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) das multas punitivas, multas moratórias e juros de mora.
Parágrafo único. O valor da parcela mensal a que se referem os incisos II, III e IV do caput não poderá ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 6º - Os créditos tributários relacionados ao IPTU, TAXA DE LIXO e ITBI consolidados por tipo de tributo poderão ser pagos:

- Em parcela única, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) das multas punitivas, multas moratórias e dos juros de mora;

- Em até 3 (três) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 90% (noventa por cento) das multas punitivas e moratórias, bem como dos juros de mora; e
- em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 85% (oitenta e cinco por cento) das multas punitivas e moratórias, bem como dos juros de mora.
- Em até 15 (quinze) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) das multas punitivas e moratórias, bem como dos juros de mora.

Parágrafo único. O valor da parcela mensal a que se referem os incisos II, III e IV do caput não poderá ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 7º - Tratando-se de parcelamento/reparcelamento em curso ou já rescindido, somente é permitida a adesão REFIS/NBO para pagamento à vista ou parcelado em até 04 parcelas, desde que a primeira parcela seja de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor do débito.

Art. 8º - Em relação aos débitos quitados com os benefícios previstos nesta Lei, os honorários advocatícios, decorrentes de ajuizamento de ação judicial para cobrança da dívida ativa, serão aplicados no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor final do débito consolidado, após a aplicação das reduções previstas.
Parágrafo único. O valor da parcela mensal referente a honorários advocatícios, a ser recolhido separadamente através de DAM, não poderá ser inferior a R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), tratando-se

de débitos relacionados ao ISSQN, e a R$ 120,00 (cento e vinte reais), nos casos de débitos de IPTU e ITBI.

Art. 9º - Para fins de pagamento dos débitos fiscais e não fiscais apurados na forma desta Lei, sem prejuízo das reduções previstas no artigo 5º, o crédito tributário e não tributário a ser parcelado terá seu valor atualizado monetariamente até a data do parcelamento e atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento de cada parcela.
§ 1º O crédito tributário e não tributário a ser parcelado, depois de atualizado monetariamente na forma do caput, será acrescido de juros de mora, não capitalizáveis, de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração.

§ 2º Os juros vincendos serão contados a partir do mês em que se concretizar o parcelamento até o mês do efetivo pagamento de cada parcela, não incidindo sobre os juros vencidos.

§ 3º No pagamento de parcela em atraso serão aplicados os acréscimos legais previstos na legislação de regência do ISSQN, IPTU, TAXA DO LIXO ou ITBI no Município de Nova Brasilândia D'Oeste, conforme o tributo.

Art. 10 - O contrato celebrado em decorrência do parcelamento de que trata esta Lei será considerado descumprido e automaticamente rescindido, independentemente de qualquer ato da autoridade fazendária, quando ocorrer:
- A inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;
- A falta de pagamento de qualquer uma das parcelas, por prazo superior a 60 (sessenta) dias;
- a ausência do pagamento do mesmo tributo beneficiado, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do vencimento previsto na legislação, cujo fato gerador tenha ocorrido a partir da data de efetivação da adesão ao programa.

Parágrafo único. Ocorrida a rescisão nos termos do caput, o responsável pelo setor de Receita do Município deverá restabelecer, em relação ao saldo devedor, os valores originários das multas e dos juros dispensados, prosseguindo-se na cobrança do débito remanescente.

Art. 11 - A adesão ao REFIS/NBO implica o reconhecimento, em caráter irretratável e irrevogável, dos créditos tributários e não tributários nele incluídos, a renúncia de qualquer defesa ou recurso no âmbito administrativo ou judicial, a desistência dos já interpostos, bem como a aceitação das demais condições estabelecidas na legislação tributária municipal.

Art. 12 - O benefício de que trata esta Lei não confere ao sujeito passivo qualquer direito à restituição ou compensação das importâncias já pagas.

Art. 13 - Aplicam-se à quitação integral dos créditos tributários incluídos no REFIS/NBO as disposições do artigo 9°, da Lei Federal nº. 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste, 25 de setembro de 2026.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriella Camargo Ratund
Código Identificador:F1FED1B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA 002/2026 PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 005/2026/SEMED

PROCESSO DE SELEÇÃO TÉCNICA PARA FORMAÇÃO DE BANCO DE CANDIDATOS HABILITADOS ÀS FUNÇÕES DE DIRETOR ESCOLAR E VICE-DIRETOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a presente ERRATA ao Edital nº 005/2026/SEMED, referente ao Processo de Seleção Técnica para Formação de Banco de Candidatos Habilitados às Funções de Diretor Escolar e Vice-Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino, para alteração do item 7.2, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:
7.2. Será habilitado o candidato que obtiver pelo menos 24 pontos no Plano de Gestão e 60 pontos na nota final, além de ser considerado apto na etapa documental.

LEIA-SE:
7.2. Será habilitado o candidato que obtiver pelo menos 24 pontos no Plano de Gestão e 50 pontos na nota final, além de ser considerado apto na etapa documental.
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições do Edital nº 005/2026/SEMED que não tenham sido expressamente modificadas por esta Errata.

A presente Errata passa a integrar o Edital nº 005/2026/SEMED para todos os efeitos legais.

Nova Brasilândia D'Oeste 4 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
LUCINEIA DOS REIS DIAS
Presidente da Comissão Designada
Port. N º 23/SEMED/2026

Publicado por:
Luiz Alberto Vicente Ferreira
Código Identificador:6EAC72BD

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 21/PMNM/2026

Processo Administrativo nº 3302-SEMED/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de assessoria e consultoria técnica no acompanhamento e monitoramento de programas e projetos federais na área da educação, mediante disponibilização de licença de uso da plataforma SIGEMEC e respectivos módulos, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Nova Mamoré/RO.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ/RO, no uso de suas atribuições, com base na documentação acostada aos autos pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED e no Parecer Jurídico nº 83/2026, de 24 de setembro de 2026 (ID 434951), **ADJUDICA** o objeto em favor da empresa **DALBERTO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 20.275.382/0001-73**, pelo valor unitário de R$ 8.035,00 (oito mil e trinta e cinco reais) mensal, perfazendo o valor global de R$ 96.420,00 (noventa e seis mil e quatrocentos e vinte reais), e **HOMOLOGA** o procedimento de Inexigibilidade nº 21/PMNM/2026, com fundamento no art. 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.
Por este ato, AUTORIZA a contratação direta, nos termos do art. 72, inciso VIII, determinando a divulgação do presente ato em sítio eletrônico oficial, conforme o parágrafo único do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.
PALÁCIO 21 DE JULHO, em 25 de setembro de 2026.

MARCELIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:0ED8FB6D

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL OS SERVIDORESPÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA MAMORÉ
ATA ORDINARIA

ATA DA 8ª (OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA MAMORÉ – RONDÔNIA.

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às dez horas na Sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Nova Mamoré Rondônia, cito a Avenida Antônio Lucas de Araújo nº 3160, João Francisco Clímaco, município de Nova Mamoré-RO. Reuniram se os membros do Comitê de Investimentos **Reni Parente da Silva Teles, Sebastião Soares do Nascimento e José Cicero da Silva**. O Presidente do Comitê de Investimentos Sr. **Reni Parente da Silva Teles** agradeceu a presença de todos os membros do comitê, e passou a deliberar sobre a pauta da reunião, sendo: **1)** Apresentação é análise da carteira de investimentos – Competência: julho de 2026; **2)** Estratégia e Proposta de alocação de recursos; **3)** Deliberações. O Presidente do Comitê passou a palavra para o Sr. Sebastião Soares do Nascimento, membro do Comitê de Investimentos que apresentou o primeiro item da pauta. **1)** Apresentação é análise da carteira de investimentos – Competência: julho de 2026 – para análise, ciência e aprovação dos membros presentes. A carteira de Investimento do IPRENOM no mês de julho apresentou rentabilidade acima da meta atuarial, a meta proposta de **0,45%** (zero virgula quarenta e cinco por cento) o Instituto atingiu **1,16%** (Um virgula dezesseis por cento) no acumulado o Instituto atingiu **258,24%** (Duzentos cinquenta e oito virgula vinte e quatro por cento) da meta atuarial mensal e apresentou um rendimento positivo de **R$ 1.590.102,85** (Um milhão, quinhentos e noventa mil e cento e dois reais e oitenta e cinco centavos). A carteira de investimentos do IPRENOM encerrou o mês de julho com o patrimônio líquido de **R$ 138.224.118,31** (Cento e trinta e oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil e cento e dezoito reais e trinta e um centavos); Sendo distribuída em fundos de renda fixa no valor de **R$ 137.591.496,06** (Cento e trinta e sete milhões, quinhentos e noventa e um mil e quatrocentos e noventa e seis reais e seis centavos) representando **99,54%** (Noventa e nove vírgula cinquenta e quatro por cento) da carteira; Fundo Estruturado no valor de **R$ 632.622,25** (Seiscentos e trinta e dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) representando **0,46%** (Zero vírgula quarenta e seis por cento). Houve uma evolução patrimonial de **R$ 1.954.939,15** (Um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e trinta e nove reais e quinze centavos) em relação a posição do patrimônio em 30/06/2026. Foram aprovado o relatório mensal dos investimentos, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do IPRENOM e o atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional; **2)** Estratégia e Proposta de alocação de recursos, após apresentação é análise da carteira de investimentos – Competência: julho de 2026, o Comitê de Investimentos passou a deliberar sobre a realocação de recursos da Carteira de Investimento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Nova Mamoré, referente a recursos oriundos de repasses Previdenciário da Prefeitura, Câmara de Vereadores e Instituto Previdência, Compensação Previdenciária INSS, Aportes para amortização do déficit atuarial e Crédito de Cupom de Juros de NTN-B com vencimentos par ser aplicadas em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025; **5)** Deliberações, com base nas informações expostas e na situação atual da Carteira sob gestão, foi deliberado pelos participantes a realocação dos recursos das contribuições previdenciárias mensais devidas e recolhidas aos cofres do IPRENOM (alíquota patronal e do servidor), devem ser aplicadas no fundo de investimento que busca rentabilidade que acompanhe a variação do CDI. Nada mais a tratar o Presidente do Comitê agradeceu aos demais membros do comitê dando por encerrada a reunião. Esta ata foi de minha lavra, Presidente do Comitê de Investimentos **Reni Parente da Silva Teles**, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais componentes do COMINOM presentes.

Nova Mamoré, 19 de agosto de 2026.

Assinado Eletronicamente
RENI PARENTE DA SILVA TELES
Presidente do COMINOM

Assinado Eletronicamente
SEBASTIÃO SOARES DO NASCIMENTO
Membro do COMINOM

Assinado Eletronicamente
JOSÉ CICERO DA SILVA
Membro do COMINOM

Publicado por:
Sebastiao Soares do Nascimento
Código Identificador:3813F3DB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
DECRETO Nº 3.267 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A REALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR TRANSPOSIÇÃO NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerado o disposto no art.167 da Constituição Federal, com autorização contida no § 4º do art. 17, da Lei n.º 1.247 de 11 de Dezembro de 2025.
DECRETO:

Art. 1º Por este Decreto, ficam realocados recursos orçamentários por Transposição, no atual orçamento da **SEMOSP**, no valor de **R$ 5.000,00** (cinco mil reais).

Considerando a solicitação feita pelo SEMOSP em Memorando nº. 099/SEMOSP/2026, devidamente Autorizado, em anexo.

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	Valor R$
02.03.04.122.0001.2001	3.1.90.13	067	R$ 5.000,00
		TOTAL	**R$ 5.000,00**

Art. 2º As despesas com a realocação de recursos orçamentários por Transferência, de que trata o artigo 1ºdeste Decreto, serão cobertas com recursos oriundos da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	Valor R$
02.03.04.122.0001.2002	3.3.90.39	076	- R$ 5.000,00
		TOTAL	**- R$ 5.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:6FABAC20

P M N U - RO
ERRATA

No Aviso de Adesão a Ata de Registro de Preços, publicado no Diário Oficial dos Municípios (acessohttp://www.diariomunicipal.com.br) do dia 25.09.2026, pag. 139, Ano XVIII, nº 4327, código identificador **C9FA946C**

Onde se lê: Centro Comércio, Serviço, gestão Tecnológica Ltda
Leia-se: Centro América Comércio, Serviço, gestão Tecnológica Ltda

Nova União RO, 25 de setembro de 2026.

JOÃO JOSE DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:99698E34

P M N U - RO
ERRATA

No Termo de homologação, publicado no Diário Oficial dos Municípios (acessohttp://www.diariomunicipal.com.br) do dia 25.09.2026, pag. 142, Ano XVIII, nº 4327, código identificador **57AF4ABB**.

Onde se lê: Centro Comércio, Serviço, gestão Tecnológica Ltda
Leia-se: Centro América Comércio, Serviço, gestão Tecnológica Ltda

Nova União RO, 25 de setembro de 2026.

JOÃO JOSE DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:688F76CB

P M N U - RO
PORTARIA Nº 385, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Designa colaboradores para exercerem a função de Fiscais e gestores de Contrato e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Nova União no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,
Considerando que os órgãos públicos devem manter fiscal e gestor formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores fiscais e gestores de contrato:

I. Gabinete do Prefeito:
a) Euclebis Nogueira de Oliveira, CPF n. 004.XXX.XXX-40 – Gestor de Contrato;
b) Elisangela Marchioli, CPF n. 658.XXX.XXX-53 – Fiscal de contrato.

II. Semosp:
a) Fernanda Pitol, CPF n. 031.XXX.XXX-43, gestora de contrato;
b) Lucas Henrique Faria de Oliveira, 005.XXX.XXX-70, fiscal de contrato.

III. Semplacaf:
a) Dayana Silva Teixeira, CPF n. 904.XXX.XXX-68, gestor de contrato;
b) Khatlyn Ruhama Ribeiro de Almeida, 066.XXX.XXX-75, fiscal de contrato.

IV. Semecet:
a) Wellington Gama de Oliveira, CPF n. 994.XXX.XXX-91, gestor de contrato;
b) Raquiele Tomadon Pereira, CPF n. 067.XXX.XXX-17, fiscal de contrato.

V. Semas:
a) Adriana Oliveira de Souza Dias, CPF n. 946.XXX.XXX-68, gestor de Contrato;
b) Klyvila Taiane da Silva Ribeiro, CPF n. 012.XXX.XXX-29, fiscal de contrato.

VI. Semsau:
a) Samia Miranda de Oliveira, CPF n. 027.XXX.XXX-09, gestor de contrato;
b) Raniele Nascimento da Rocha, CPF n. 036.XXX.XXX-39, fiscal de contrato.

VII. Semagri:
a) Marcos Araújo de Oliveira, CPF n. 819.XXX.XXX-34, gestor de contrato;
b) Jeane Falkembá dos Santos, CPF n. 014.XXX.XXX-59, fiscal de contrato.

Art. 2º Para fins desta Portaria considera-se o objeto do contrato a aquisição de peças e combustíveis (carona), processo nº **1045/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria n. 383/2026 devido a erro formal.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:3063D38C

P M N U - RO
PORTARIA Nº 386 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a aplicação de suspensão de Servidor.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União, com fulcro no art. 105 da Lei Municipal nº 60, de 1º de abril de 1998;

Considerando o processo de n° 845/2026.

RESOLVE:

Art. 1° Aplicar ao servidor municipal N.B., matrícula nº 206, ocupante do cargo de Agente de Portaria e Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a pena de SUSPENSÃO pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 1º de outubro de 2026, nos termos do art. 97, XI, c/c os arts. 105, II, 106 e 108 da Lei Municipal nº 60, de 1º de abril de 1998, sem percepção de remuneração durante o período de suspensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova União - RO, 25 setembro de 2026.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:A14B4329

P M N U - RO
PORTARIA Nº 387 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Convoca o servidor Eloisio de Oliveira Lacerda de férias para retorno aos trabalhos.

O Prefeito do Município de Nova União-RO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica e Lei Municipal n. 060/1998.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar para retornar ao trabalho, o servidor, Eloisio de Oliveira Lacerda, **a partir do dia 28 de setembro de 2026**. **Férias** as quais foram concedidas pelo período de 15 (quinze) dias, pela Portaria nº 376/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova União, em 25 de setembro de 2026.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:E7DE9D80

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 001/SEMUSA/2026, PUBLICADO EM 18 DE SETEMBRO DE 2026:

RETIFICAÇÃO Nº 01/2026

Referente ao Edital nº 001/SEMUSA/2026

A Secretaria Municipal de Saúde e a Comissão De Elaboração, Organização E Avaliação Do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto Nº 109/2026, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte **retificação** ao Edital nº 001/SEMUSA/2026, publicado em 18 de setembro de 2026:

Art. 1º O Iten 12.5 do Edital nº **001/SEMUSA/2026**, que trata da Avaliação de Títulos, passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê: 12.5 Somente serão considerados como documentos comprobatórios diplomas, certificados e declaração de conclusão de cursos atestando a data de conclusão e carga horária.

Leia-se: 12.5 Somente serão considerados como documentos comprobatórios diplomas, certificados e declaração de conclusão de cursos atestando a data de conclusão e carga horária. Sendo estes realizados antes da Publicação do Edital, **em 18 de setembro de 2026**, devidamente comprovados no ato da inscrição.

Art. 2º Em razão da presente retificação, o prazo de inscrições será **prorrogado até o dia 28 de setembro de 2026**, assegurando que nenhum candidato será prejudicado, os que já realizaram sua inscrição poderão rever e substituir o arquivo inicial caso necessário na área do candidato, garantindo ampla publicidade e igualdade de condições a todos os candidatos.
Art. 3º Demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte do Oeste/RO, CNPJ: 13.890.217/0001-66 Rua Carlos Gomes, Nº 4780- Centro, CEP: 76956-000.

Novo Horizonte do Oeste/RO, 23 de setembro de 2026.

MICHELLY SANTOS ROLIM
Presidente da Comissão De Elaboração, Organização E Avaliação Do Processo Seletivo Simplificado

ABIMAEL PEDRO DA SILVA
Secretário Municipal De Saúde Portaria n°414/2025

Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte do Oeste/RO, CNPJ: 13.890.217/0001-66 Rua Carlos Gomes, Nº 4780- Centro, CEP: 76956-000.

Município de Novo Horizonte do Oeste
63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes www.novohorizonte.ro.gov.br

Tipo do Documento
Retificação

Identificação/Número
Nº 01/2026

Data
23/09/2026

ID: CRC:
Processo: Usuário:

354491
FEDFCD89
1-240/2026
MICHELLY SANTOS ROLIM

Processo

Documento

Criação:

23/09/2026 12:51:29

Finalização:

23/09/2026 13:03:18

MD5: SHA256:

163DC873B513D055048FF6284F879163
ABB88CCB4A473F978B9E5F75E1D12F5D6F94D3AC541033661
48A637AF350F44B

Súmula/Objeto:		
Retificação Nº 01/2026		
	INTERESSADOS	
SECRETARIA MUN DE SAÚDE		23/09/2026 12:48:59
	ASSUNTOS	
TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS	DA SAÚDE	23/09/2026 12:48:59

MICHELLY SANTOS ROLIM
Assessor Tecnico Administrativo

23/09/2026 13:04:11

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

Publicado por:
Wilson Aparecido Carreta
Código Identificador:A5B4DAC7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA nº 05/2026

A Câmara Municipal da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna público que realizará a Dispensa Eletrônica nº 05/2026. Tipo: MENOR PREÇO ITEM. Processo Administrativo nº 289/2026.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) 13kg, destinada ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Valor estimado: R$ 2.138,55 (dois mil cento e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

Início da disputa: 01/10/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF).

Final da disputa: 01/10/2026, às 13h00min (horário de Brasília/DF).

O edital encontra-se à disposição nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br, www.licitanet.com.br e www.ouropretodooeste.ro.leg.br para conhecimento, sendo que a sessão pública ocorrerá pelo site www.licitanet.com.br.
Informações complementares: Preferencialmente, pelo endereço eletrônico: cpl@ouropretodooeste.ro.leg.br ou no Departamento de Compras e Licitações da Câmara Municipal da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Jardim Tropical.
Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7h30min às 13h30min. Telefone: (69) 99331-6994.

Ouro Preto do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026.

JESSIKA CASTOLDI MARTINS OENNING
Pregoeira Port. nº 35/2026

Publicado por:
Olcymar Galimberti da Silva
Código Identificador:1DE4C7B3

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP N. 22/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP N. 22/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 49/2026
Processo Administrativo: PROC. N°. 1056/GECRP/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITEX E COFFEE BREAK)
Contratante: Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto Do Oeste RO.
Detentoras: MARCIONILIA DIAS CHAVES CNPJ: 19.476.326/0001-18
Valor Estimado: R$ 831.424,35 (oitocentos e trinta e um mil quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos).
Data de publicação da Ata de Registro de Preços 25/09/2026.
Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses a partir da publicação na imprensa oficial.

Ouro Preto do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026.

JUCILEY TOMAZ
Assessor do Sec. Geral de Planejamento do Poder Executivo

Publicado por:
Juciley Tomaz de Oliveira
Código Identificador:18A0A7DC

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste/RO, no uso de suas atribuições, à vista da instrução do Processo Administrativo nº 2613/2026, do parecer conclusivo da Procuradoria Jurídica N. º 363 ID 1728232, HOMOLOGA o procedimento de adesão e AUTORIZA a contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº 45/2025, com fundamento no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 17.543/2024, nos termos abaixo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021;
Decreto Municipal nº 17.543/2024.
ÓRGÃO GERENCIADOR / DADOS DO PROCESSO ADM.

Órgão gerenciador	Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência Nordeste e Jequitinhonha – CISNORJE – Teófilo Otoni/MG
Pregão eletrônico nº	005/2025
Processo licitatório nº	014/2025
ARP nº	45/2025 – Lote 05
Publicação da ARP	11/09/2025

ADERENTE

ADERENTE	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE/RO CNPJ: 04.380.507/0001-79
INTERVENIENTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU
PROC. ADM. Nº	2613/2026
OBJETO	Aquisição de 01 ambulância Tipo D – Unidade de Suporte Avançado de Vida.

FORNECEDOR

FORNECEDOR	**BRANDÃO VEÍCULOS LTDA**
CNPJ Nº	53.641.615/0001-63
ENDEREÇO	Rua F, Setor Oeste, nº 16, Bairro Morada do Ouro – Cuiabá/MT

OBJETO DA CONTRATAÇÃO / ITEM DA ADESÃO

Item RENEM	Descrição	Qtd.	Valor unit. R$	Valor total R$
11587	Ambulância Tipo D – Unidade de Suporte Avançado de Vida, nova, 0 km, Renault Master L2H2 Suporte Avançado, conforme item registrado, edital, proposta vinculada e TR compatibilizado da SEMSAU.	01	452.327,76	452.327,76
VALOR POR EXTENSO: Quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos.				

Ouro Preto do Oeste/RO, 25de Setembro de 2026.

Publicado por:
Juciley Tomaz de Oliveira
Código Identificador:D90D60A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO N.º 20.330 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL Nº 001/2024/PETOPO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam nomeados para exercer os cargos de provimento efetivo, os candidatos aprovados no **Concurso Público Municipal EDITAL nº 001/2024/PETOPO,** de provas e Títulos para investidura em **Cargos de Nível Superior, Nível Médio, Técnico e de Nível Fundamental**, no seu quadro de pessoal, conforme relação constante do Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Sendo as nomeações decorrentes de aprovação em concurso público, as mesmas somente surtirão os efeitos legais após a entrega, por parte dos nomeados, dos documentos pertinentes ao cargo da convocação, e as efetivas assinaturas do Termo de Posse.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

ANEXO I
CONVOCAÇÃO
N° 046/2026
SEMAD

N°	ENFERMEIRO/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	URSULA INGRID BRAGA PACIFICO	28º

N°	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVE/40 HS	CLASSIFICAÇÃO
1	ESTELA LOPES DE LIMA	8º

N°	TÉCNICO EM ENFERMAGEM/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	DIANA MUNIZ DE SOUZA	65º
2	ELIANE APARECIDA DA SILVA ARAUJO	66º
3	ANGÉLICA DALCIN DE OLIVEIRA MARTINS	67º
4	JAYNE DA SILVA VICENTE	68º
5	BRENO LUÍS PINHEIRO PEIXOTO BARRETO	69º
6	CLAUDIANE APARECIDA ROSA QUEIROZ	70º

Ouro Preto do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Ursolina Freire Martines
Código Identificador:63530FE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO N.º 20.332 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL Nº 001/2024/PETOPO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam nomeados para exercer os cargos de provimento efetivo, os candidatos aprovados no **Concurso Público Municipal EDITAL nº 001/2024/PETOPO,** de provas e Títulos para investidura em **Cargos de Nível Superior, Nível Médio, Técnico e de Nível Fundamental**, no seu quadro de pessoal, conforme relação constante do Anexo I, parte integrante deste Decreto, sendo que **a presente convocação é remanescente e se faz necessária devido ao não comparecimento de candidatos aprovados, convocados através do EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039/2026/SEMAD e do EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2026/SEMAD, conforme descrito a seguir:**

- EDITAL Nº 039/2026/SEMAD de 20/08/2026, em substituição: no cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES/40 horas o 3º e o 5º Classificados no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO/40 HORAS o 4º Classificado, no cargo de PROFESSOR NIVEL II/40 HORAS o 38º Classificado, que não compareceram para posse no Prazo previsto no referido Edital, conforme mencionado no Memorando nº 735/SEMAD/2026, ID nº 1729829:

- EDITAL Nº 041/2026/SEMAD de 24/08/2026, em substituição: no cargo de PROFESSOR NIVEL II/30 HORAS o 64º e o 65º Classificados, no cargo de Supervisor Escolar/40 horas, o 7º Classificado, que não compareceram para posse no Prazo previsto no referido Edital, conforme mencionado no Memorando nº 735/SEMAD/2026, ID nº 1729829:

Art. 2º Sendo as nomeações decorrentes de aprovação em concurso público, as mesmas somente surtirão os efeitos legais após a entrega, por parte dos nomeados, dos documentos pertinentes ao cargo da convocação, e as efetivas assinaturas do Termo de Posse.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

ANEXO I
CONVOCAÇÃO
N° 047/2026
SEMAD

N°	MOTORISTA DE VEICULOS LEVE40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	FILLIPP LENK TOBIAS GUEDES	9º
2	TALYSSON MARTINS DE JESUS	10º

N°	AGENTE ADMINISTRATIVO/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	VINICIUS MUNIZ DA SILVA	5º

N°	PROFESSOR NIVEL II/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	JOSIAS RODRIGUES DA SILVA	415 (4º PCD)

N°	PROFESSOR NIVEL II/30 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	BRUNA BRANDÃO VAZ PEREIRA	66º
2	CAMILA RUIVO MACHADO DE ALMEIDA	67º

N°	SUPERVISOR ESCOLAR/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	GESSICA KAUINY DA SILVA SOUZA CANTILHO	8º

Ouro Preto do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Ursolina Freire Martines
Código Identificador:13C52848

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO N.º 20.334 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL Nº 001/2024/PETOPO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam nomeados para exercer os cargos de provimento efetivo, os candidatos aprovados no **Concurso Público Municipal EDITAL nº 001/2024/PETOPO,** de provas e Títulos para investidura em **Cargos de Nível Superior, Nível Médio, Técnico e de Nível Fundamental**, no seu quadro de pessoal, conforme relação constante do Anexo I, parte integrante deste Decreto, conforme solicitadono Memorando Nº 814/SEMSAU/2026, ID Nº 1730113, mencionado no Memorando nº 674/SEMAD/2026, ID Nº 1706695.
.
Art. 2º Sendo as nomeações decorrentes de aprovação em concurso público, as mesmas somente surtirão os efeitos legais após a entrega, por parte dos nomeados, dos documentos pertinentes ao cargo da convocação, e as efetivas assinaturas do Termo de Posse.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

ANEXO I
CONVOCAÇÃO
N° 048/2026
SEMAD

N°	RECEPCIONISTA/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	MIKAÉLLEN SILVA BARRETO	7º

Ouro Preto do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Ursolina Freire Martines
Código Identificador:7649323A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 046/2026

SEMAD

A Secretaria Municipal de Administração de Prefeitura da Estância Turística de ouro Preto do Oeste, tendo em vista os resultados divulgados e homologados pelo Prefeito de Ouro Preto do Oeste, referente ao **Concurso Público Municipal EDITAL N° 001/2024/PETOPO,** de provas e títulos para investidura em **Cargo de Nível Superior, Nível Médio, Técnico e de Nível Fundamental,** no seu quadro de pessoal, convoca os candidatos abaixo descritos, para que no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data desta publicação, compareça ao Departamento de Recursos Humanos (DRH), munidos dos documentos pessoais e de habilitação ao cargo a que se inscreveu para tomar posse sob pena de se declarar deserta a ascensão.

N°	ENFERMEIRO/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	URSULA INGRID BRAGA PACIFICO	28º

N°	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVE/40 HS	CLASSIFICAÇÃO
1	ESTELA LOPES DE LIMA	8º

N°	TÉCNICO EM ENFERMAGEM/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	DIANA MUNIZ DE SOUZA	65º
2	ELIANE APARECIDA DA SILVA ARAUJO	66º
3	ANGÉLICA DALCIN DE OLIVEIRA MARTINS	67º
4	JAYNE DA SILVA VICENTE	68º
5	BRENO LUÍS PINHEIRO PEIXOTO BARRETO	69º
6	CLAUDIANE APARECIDA ROSA QUEIROZ	70º

Ouro Preto do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Ursolina Freire Martines
Código Identificador:1A527F39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 047/2026 SEMAD

A Secretaria Municipal de Administração de Prefeitura da Estância Turística de ouro Preto do Oeste, tendo em vista os resultados divulgados e homologados pelo Prefeito de Ouro preto do Oeste, referente ao**Concurso Público Municipal EDITAL N° 001/2024/PETOPO,**de provas e títulos para investidura em**Cargo de Nível Superior, Nível Médio, Técnico e de Nível Fundamental,**no seu quadro de pessoal, convoca os candidatos abaixo descritos, para que no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data desta publicação, compareçam no Departamento de Recursos Humanos (DRH), munidos dos documentos pessoais e de habilitação ao cargo a que se inscreveu para tomar posse sob pena de se declarar deserta a ascensão, **a presente convocação é remanescente e se faz necessária devido ao não comparecimento de candidatos aprovados, convocados através do EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039/2026/SEMAD e do EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2026/SEMAD, conforme descrito a seguir:**

- EDITAL Nº 039/2026/SEMAD de 20/08/2026, em substituição: no cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES/40 horas, o 3º e o 5º Classificados, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO/40 HORAS, o 4º Classificado, no cargo de PROFESSOR NIVEL II/40 HORAS, o 38º Classificado, que não compareceram para posse no Prazo previsto no referido Edital, conforme mencionado no Memorando nº 735/SEMAD/2026, ID nº 1729829:

- EDITAL Nº 041/2026/SEMAD de 24/08/2026, em substituição: no cargo de PROFESSOR NIVEL II/30 HORAS, o 64º e o 65º Classificados, no cargo de Supervisor Escolar/40 horas, o 7º Classificado, que não compareceram para posse no Prazo previsto no referido Edital, conforme mencionado no Memorando nº 735/SEMAD/2026, ID nº 1729829:

N°	MOTORISTA DE VEICULOS LEVE40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	FILLIPP LENK TOBIAS GUEDES	9º
2	TALYSSON MARTINS DE JESUS	10º

N°	AGENTE ADMINISTRATIVO/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	VINICIUS MUNIZ DA SILVA	5º

N°	PROFESSOR NIVEL II/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	JOSIAS RODRIGUES DA SILVA	415 (4º PCD)

N°	SUPERVISOR ESCOLAR/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	GESSICA KAUINY DA SILVA SOUZA CANTILHO	8º

Ouro Preto do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Ursolina Freire Martines
Código Identificador:86D23EC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

N° 048/2026
SEMAD

A Secretaria Municipal de Administração de Prefeitura da Estância Turística de ouro Preto do Oeste, tendo em vista os resultados divulgados e homologados pelo Prefeito de Ouro Preto do Oeste, referente ao **Concurso Público Municipal EDITAL N° 001/2024/PETOPO,** de provas e títulos para investidura em **Cargo de Nível Superior, Nível Médio, Técnico e de Nível Fundamental,** no seu quadro de pessoal, convoca os candidatos abaixo descritos, para que no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data desta publicação, compareça ao Departamento de Recursos Humanos (DRH), munidos dos documentos pessoais e de habilitação ao cargo a que se inscreveu para tomar posse sob pena de se declarar deserta a ascensão, conforme solicitadono Memorando Nº 814/SEMSAU/2026, ID Nº 1730113, mencionado no Memorando nº 674/SEMAD/2026, ID Nº 1706695:

N°	RECEPCIONISTA/40 HORAS	CLASSIFICAÇÃO
1	MIKAÉLLEN SILVA BARRETO	7º

Ouro Preto do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Ursolina Freire Martines
Código Identificador:25B2753A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS

CPL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PARECIS/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 84.745.363/0001-46, representado neste ato pelo Srº **MARCONDES DE CARVALHO**, torna público para conhecimento dos interessados que a Licitação na Modalidade **Pregão Eletrônico SRP Nº 027/2026** do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1668/2026**, que tem por **objeto** registro de preço para a eventual prestação de serviço de Registro de preços para Aquisição de brinquedos destinados à distribuição gratuita às crianças do Município de Parecis/RO., consta a seguinte atas de SRP:

Ata de Registro de Preço N° 068/2026, Fornecedor: **27.467.771 EDILSON MARCELO DA SILVA,** Representante: **EDILSON MARCELO DA SILVA,** inscrita no CNPJ sob o nº **27.467.771/0001-40**, situada na RUA GETULIO DORNELES VARGAS, 406 - CENTRO, Parecis - RO - 76979-000 no Valor total de R$ 69.575,00 (sessenta e nove mil quinhentos e setenta e cinco reais).

Ata de Registro de Preço N° 069/2026, Fornecedor: **TX MIX VARIEDADES LTDA**, CNPJ: 40.539.052/0001-55, Representante: ALINE DE SOUZA RUIS BARBOSA, situada na AV DAS COMUNICACOES, 2611 - TEIXEIRAO, Cacoal - RO - 76965-638, no Valor total R$ 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais).

Parecis/RO, 25 de Setembro de 2026.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Rocha Barreto
Código Identificador:769495EE

CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

O **MUNICÍPIO DE PARECIS/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº **84.745.363/0001-46**, com sede na Rua Jair Dias, nº 150, Centro, Parecis/RO, representado neste ato pelo Srº Marcondes de Carvalho, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, MARCONDES DE CARVALHO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, vem por meio deste tornar público, para conhecimento dos interessados, o que segue:

DA LICITAÇÃO MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 027/2026; **TIPO:** Menor Preço por item **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 1668/2026 **OBJETO:** registro de preço para a eventual prestação de serviço de Registro de preços para Aquisição de brinquedos destinados à distribuição gratuita às crianças do Município de Parecis/RO.

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: Considerando a regularidade dos atos procedimentais do certame, que foi conduzido em estrita observância à legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e o edital da licitação, ADJUDICO e HOMOLOGO o resultado final, conforme segue.

DAS EMPRESAS VENCEDORAS: São declaradas vencedoras do certame as seguintes empresas, que cumpriram todos os requisitos de habilitação e apresentaram as propostas mais vantajosas:

TX MIX VARIEDADES LTDA CNPJ: 40.539.052/0001-55 Valor Total Adjudicado: R$ 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais).

27.467.771 EDILSON MARCELO DA SILVA CNPJ: 27.467.771/0001-40 Valor Total Adjudicado: R$ 69.575,00 (sessenta e nove mil quinhentos e setenta e cinco reais).

DO VALOR TOTAL DO PROCESSO: O valor total homologado para a licitação é de R$ 99.375,00 (noventa e nove mil trezentos e setenta e cinco reais).

Este Termo de Adjudicação e Homologação está em conformidade com as especificações e quantidades constantes no edital e seus anexos, estando satisfeito o mérito e a legalidade do procedimento.

Parecis/RO, 25 de Setembro de 2026.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Rocha Barreto
Código Identificador:DBD1B8D8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.207, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.207, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

PARECIS/RO, 24 de setembro de 2026.

"AUTORIZA A ABERTURA CRÉDITO ADICIONAL POR SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO NO VALOR DE R$34.710,00 (TRINTA E QUATRO MIL SETECENTOS E DEZ REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais e, especialmente, com base naLEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.282/2025,e na Lei Orgânica do Município de Parecis/RO:

Decreta:

Artigo 1º -Abre Crédito Adicional por Suplementação e Anulação no orçamento vigente no valor deR$34.710,00 (trinta e quatro mil setecentos e dez reais),para suplementar a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme funcional programático abaixo relacionado.

SUPLEMENTA-SE:

Especificação			FH	D.R.	Total R$
Entidade	02.000	PODER EXECUTIVO			
Unidade	02.004	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP			
Func/Prog	26.782.0007.1078	GESTÃO DE APOIO ÀS ATIVIDADES - DER (CV. 184/2022) PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA			
Crédito	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	438	1.500.0000.0000	34.710,00
TOTAL DO CRÉDITO				R$	34.710,00

Artigo 2º -Para cobertura do Crédito Adicional Aberto no art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos orçamentários remanejados por anulação de dotação do orçamento vigente no valor deR$34.710,00 (trinta e quatro mil setecentos e dez reais)da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP para suplementar a dotação,conforme abaixo relacionado.

ANULA-SE:

Especificação			FH	D.R.	Total R$
Entidade	02.000	PODER EXECUTIVO			
Unidade	02.004	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
Func/Prog	26.782.0007.2090	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA			
Crédito	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	112	1.500.0000.0000	34.710,00
TOTAL DO CRÉDITO				R$	34.410,00

Artigo 3º- O crédito previsto no presente Decreto, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2026, nas rubricas de Receita e Despesas, nas Unidades Orçamentárias e funcionais Programáticas.

Artigo 4º- Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º -Revogam-se as disposições em contrário.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Parecis-RO

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:D964CDBF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 097, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 097, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Parecis/RO, o Senhor, **MARCONDES DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que o gozo de muitos dos direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, notadamente férias e licenças, devem também observar os critérios de necessidade e conveniência da Administração Pública Municipal, o que não significa que o direito não venha a ser concedido, ficando apenas prorrogado para tempo futuro e breve o gozo de alguns dos referidos direito;

CONSIDERANDO que devem prevalecer sempre o interesse público e o interesse coletivo, em sobreposição ao interesse particular;

CONSIDERANDO que a eficiência administrativa é um dos princípios básicos da Administração Pública, tal como previsto no Art. 37, caput, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO ainda que compete ao Prefeito exercer a administração superior do Município e cuidar da sua organização administrativa, nos termos da Lei Orgânica do Município de Parecis/RO, que está em consonância com as demais normas constitucionais e legais aplicáveis ao caso, nos ternos dos Princípios Constitucionais;

RESOLVE;
Art. 1º – CONCEDER,e autorizar, o direito ao**GOZO DE FÉRIAS**a Servidora **MARTA DA SILVA CARVALHO**, matricula nº 2501/2, sendo:
1º - 10 dias pagos em pecúnia;
2º - 28/09/2026 à 02/10/2026 (05 dias);
3º - 12/07/2027 à 26/07/2027 (15 dias);
por conveniência e interesse público.
Art. 4º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Revogam as disposições em contrário.

Certifique-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:D2BF4BDC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2026.

O Município de Pimenteiras do Oeste – RO, através do Agente de compras e Pregoeiro oficial do Município nomeado pelo Decreto Municipal nº. 172/2025 torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço por Lote, Modo de Disputa Aberto nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto Aquisição de parque infantil tipo playground. Valor total estimado: R$ 214.333,33 (duzentos e quatorze mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) Abertura de propostas e início da sessão pública: dia 07/10/2026, com início às 09:00 horas, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares: O Edital estará à disposição dos interessados nos sites: www.licitanet.com.br e www.pimenteirasdooeste.ro.gov.br "acesso identificado no link - licitações" e na sala da CPL situada na AV: das Brasil n°893 centro de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, sem custos. Para maiores informações estaremos à disposição na sala da CPL de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, no horário de expediente supracitado ou pelo telefone (0XX69) 99211 -6445 WhatsApp.

Pimenteiras do Oeste - RO, 23 de setembro de 2026.

DIRCEU CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial do Município
Dec. Nº. 172/2025

Publicado por:
Rodrigo Sordi Moreira
Código Identificador:93780084

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE/RO comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 011/2026 referente à Aquisição de grade niveladora. Valor total estimado: R$ 57.466,67 (cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta e seis mil e sessenta e sete centavos), que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Empresa vencedora P.D.V PEÇAS LTDA - 28.737.608/0001-1
Valor total de R$ 53.900,00.

Pimenteiras do Oeste-RO , 23 de Setembro de 2026.

VALERIA APARECIDA MARCELINO GARCIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Sordi Moreira
Código Identificador:B08C831E

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 638/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026
CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS

A **PREFEITA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE/RO, VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA**, na qualidade de autoridade competente, no uso de suas atribuições legais, considerando os elementos constantes do Processo Administrativo nº 638/2026;

CONSIDERANDO o resultado da análise documental referente ao período inicial do Chamamento Público nº 003/2026, no qual foram declarados habilitados 11 (onze) interessados por atenderem às condições estabelecidas no instrumento convocatório;

CONSIDERANDO a publicação do Resultado da Análise Documental no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM, Edição nº 4319, de 15 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a Certidão de Decurso do Prazo Recursal, que certifica o encerramento, em 22 de setembro de 2026, do prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso administrativo, sem apresentação de recurso;

CONSIDERANDO o Relatório Circunstanciado elaborado pela Agente de Contratação, que atesta a regularidade da fase de análise documental e encaminha os autos à autoridade competente para homologação;

CONSIDERANDO o disposto no item 8 do Edital de Chamamento Público nº 003/2026, segundo o qual a homologação consiste no reconhecimento formal da regularidade do procedimento de credenciamento e da relação dos interessados habilitados;

HOMOLOGO o procedimento referente ao período inicial do **Chamamento Público nº 003/2026**, vinculado ao **Processo Administrativo nº 638/2026**, destinado ao credenciamento de Leiloeiros Oficiais para futura contratação visando à prestação de

serviços técnicos especializados de preparação, organização, divulgação, operacionalização, condução e realização de leilão público destinado à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Pimenteiras do Oeste/RO.

Em consequência, **HOMOLOGO O CREDENCIAMENTO** dos 11 (onze) interessados habilitados no período inicial, conforme relação constante dos autos:

• **MARCUS ALLAIN DE OLIVEIRA BARBOSA**;
• **MICHAEL DE OLIVEIRA**;
• **PEDRO AUGUSTO DA COSTA SILVA**;
• **MARIA RAFAELA BARBOSA SILVA**;
• **MARIA VANIELLY DE LIMA HONORATO PORTELA**;
• **FRANCISCO PORTELA AGUIAR**;
• **CELSO ALVES CUNHA**;
• **LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA**;
• **FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO**;
• **JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA**;
• **DANIEL ELIAS GARCIA**.

Os leiloeiros acima relacionados passam a integrar o cadastro de credenciados do Município de Pimenteiras do Oeste/RO, ficando aptos a participar da sistemática de distribuição das futuras demandas, observadas as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 003/2026.

A presente homologação **não gera direito subjetivo à contratação**, constituindo mera expectativa de direito, ficando eventual convocação condicionada à necessidade da Administração Pública, à manutenção das condições de habilitação e à observância da sistemática de distribuição das demandas mediante sorteio e critério de rotatividade, nos termos do Edital e da legislação aplicável.

Determino a publicação da relação dos credenciados na forma prevista no Edital e no Decreto Municipal nº 201/2023.

Após, **retornem os autos à Agente de Contratação**, para prosseguimento do procedimento e adoção das providências necessárias à realização do sorteio público destinado à formação da ordem inicial de chamada, observadas as disposições do Edital de Chamamento Público nº 003/2026.

Pimenteiras do Oeste/RO, 24 de setembro de 2026.

(Assinatura Digital)
VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Sordi Moreira
Código Identificador:AD37D1D8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DECRETO Nº 528/CMPV-2026

Porto Velho, 24 de setembro de 2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, Vereador **FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Art. 48 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

R E S O L V E:

CONCEDER a Promoção Funcional aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente desta Câmara Municipal, após terem cumprido o interstício de 04 (quatro) anos de efetivo exercício, conforme LC nº 258, art. 17, **com efeitos financeiros retroativos a 01 de setembro de 2026**.

SERVIDOR	DE	PARA
Desilane de Lima Macedo Pinheiro	Oficial Legislativo **N.XVI**-FX.18	Oficial Legislativo **N.XVII**-FX.18
Francisco Agnaldo Silva de Oliveira	Oficial Legislativo **N.XV**-FX.20	Oficial Legislativo **N.XVI**-FX.20
José Celzimário Gomes Napolião	Assistente Administrativo**N.XIV**-FX.21	Assistente Administrativo**N.XV**-FX.21
Maria do Socorro Raposo de França	Assistente Legislativo **N.XV**-FX.19	Assistente Legislativo **N.XVI**-FX.19
Raimunda Nonata do Nascimento	Oficial Legislativo **N.XVI**-FX.18	Oficial Legislativo **N.XVII**-FX.18
Raimunda Waldete dos Santos Oliveira	Oficial Legislativo **N.XVI**-FX.19	Oficial Legislativo **N.XVII**-FX.19
Rita de Kassia Figueiredo Neto Cangussu	Oficial Legislativo **N.XVI**-FX.19	Oficial Legislativo **N.XVII**-FX.19
Sandro Euzebio Lima Santos	Oficial Legislativo **N.XVI**-FX.21	Oficial Legislativo **N.XVII**-FX.21

SERVIDORES À DISPOSIÇÃO PARA A PREFEITURA MUNICPAL DE PORTO VELHO

NOME	DE	PARA
Francisco Alberto de Lacerda	Oficial Legislativo**N.XVI**-FX.19	Oficial Legislativo**N.XVII**-FX.19
Valdenizia dos Santos Vieira Tinoco	Assistente Legislativo**N.XV**-FX.20	Assistente Legislativo **N.XVI**-FX.20

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente Da Câmara Municipal De Porto Velho

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:04A3D898

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL
PORTARIA N° 039/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026

*"*Altera a composição da *Comissão de Análise Processual e Controle Interno* da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL, estabelece atribuições para análise de conformidade dos processos de despesa e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – FUNCULTURAL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo **Decreto nº 3.160/I, de 11 de junho de 2026**, que a nomeou para o cargo de Diretora-Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL, e

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, que orientam a atuação da Administração Pública;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de manter mecanismos de controle destinados à prevenção, identificação e correção de impropriedades na execução dos atos administrativos e das despesas públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer os procedimentos internos de conferência e controle dos processos administrativos de despesa, como instrumento preventivo de mitigação de riscos, aprimoramento da instrução processual e promoção da regularidade, transparência e eficiência da gestão pública;

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**, especialmente quanto às fases de empenho, liquidação e pagamento da despesa pública, bem como a necessidade de que a liquidação seja precedida da verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, especialmente quanto aos mecanismos de governança, gestão de riscos, controle das contratações públicas e fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 22.270, de 27 de julho de 2026**, que disciplina a padronização de procedimentos

a serem observados nos processos de licitações e contratações públicas no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, estabelecendo, inclusive, a utilização de formulários de conferência, listas de verificação e modelos-padrão;

CONSIDERANDO que o art. 12 do Decreto Municipal nº 22.270/2026 estabelece que, na fase prévia ao pagamento da despesa, os processos deverão conter, quando cabíveis, os instrumentos padronizados de verificação da execução da despesa e o relatório de exame de despesa da Unidade Executora de Controle Interno;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da composição da **Comissão de Análise Processual e Controle Interno da FUNCULTURAL**, em razão da alteração das funções exercidas por servidores anteriormente designados;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das atividades de análise, conferência e controle dos processos administrativos no âmbito da FUNCULTURAL;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a designação da servidora **MARIA SANTIAGO DE LIMA**, Gerente II – DPC, matrícula nº **100802356-01**, da função de membro da *Comissão de Análise Processual e Controle Interno* **da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL**.

Art. 2º Permanecem designadas para compor a *Comissão de Análise Processual e Controle Interno* **da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL**
o, sem prejuízo das atribuições inerentes aos respectivos cargos, as seguintes servidoras:

I – DAYANE MODESTO DE BRITO, Assistente Administrativo do quadro pessoal do Município e nomeada no cargo de Assessor Chefe-ASTEC, Matrícula n.° 80812, na função de **Presidente**;

II – ANA GABRIELE GOMES OLIVEIRA, Assessor II - ASTEC, Matrícula n° 10078206-01, na função de **Membro**.

Art. 3º Fica **designada** a servidora **MILENA GUEDES ALVES GARCIA**, Assessora I – Gabinete da Presidência, matrícula nº **10078236-01**, para compor a *Comissão de Análise Processual e Controle Interno* **da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL**

Art. 4º Compete à Comissão de Análise Processual e Controle Interno, no âmbito de suas atribuições e sem prejuízo das competências legalmente conferidas aos demais setores e agentes públicos responsáveis pela execução, fiscalização, liquidação e pagamento das despesas:

I – realizar análise prévia da instrução documental dos processos administrativos de despesa, especialmente antes das fases de liquidação e pagamento, quando determinada ou cabível;

II – verificar a presença e a regularidade formal dos documentos necessários à comprovação da despesa, observadas a legislação aplicável, os instrumentos contratuais e os modelos e listas de verificação vigentes;

III – conferir a correspondência entre o objeto contratado, o instrumento de contratação, a nota fiscal ou documento equivalente, o atesto do recebimento ou da execução e os demais documentos comprobatórios constantes dos autos;

IV – verificar, quando aplicável, a existência de nota de empenho e a compatibilidade dos documentos da despesa com o respectivo empenho e instrumento contratual;

V – aplicar ou utilizar as listas de verificação, formulários de conferência e demais instrumentos padronizados instituídos pela Administração Municipal, observada a regulamentação vigente;

VI – identificar eventuais inconsistências, ausência de documentos ou impropriedades formais que possam comprometer a regularidade da despesa, promovendo o registro da ocorrência e, quando cabível, a restituição dos autos à unidade responsável para saneamento;

VII – elaborar manifestação ou relatório de conformidade da análise realizada, quando cabível, para subsidiar o regular prosseguimento processual e a decisão da autoridade competente;

VIII – recomendar, quando necessário, a adoção de medidas corretivas ou o saneamento das impropriedades identificadas antes do prosseguimento da despesa;

IX – manter registro das análises realizadas, de modo a assegurar rastreabilidade, transparência e controle dos procedimentos adotados.
§ 1º A atuação da Comissão possui natureza **preventiva e de apoio ao controle administrativo**, não substituindo as competências do ordenador de despesa, do gestor ou fiscal do contrato, da unidade requisitante, da contabilidade, da Procuradoria-Geral do Município, da Controladoria-Geral do Município ou de outros órgãos e agentes competentes.

§ 2º A manifestação da Comissão não constitui, por si só, autorização para liquidação ou pagamento, competindo à autoridade e aos agentes responsáveis, no âmbito de suas respectivas atribuições, a prática dos atos decisórios e de execução da despesa.

§ 3º A análise da Comissão deverá observar os instrumentos de padronização e controle vigentes no Município, sem afastar exigências legais ou regulamentares aplicáveis ao processo.

Art. 5º Na análise dos processos, a Comissão deverá observar, conforme a natureza e a etapa da despesa, os modelos-padrão, listas de verificação, formulários de conferência e demais instrumentos disponibilizados pela Administração Municipal, especialmente aqueles previstos no **Decreto Municipal nº 22.270/2026**.

Art. 6º As eventuais impropriedades identificadas pela Comissão deverão ser registradas nos autos, com indicação objetiva da pendência e, quando possível, da providência necessária ao seu saneamento, sem prejuízo da apreciação da autoridade ou do setor competente.

Art. 7º A Comissão poderá solicitar às unidades administrativas da FUNCULTURAL os documentos e esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições, observadas as competências e responsabilidades de cada unidade.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições da **Portaria nº 023/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2026**, *Publicada no Diário Oficial dos Município do Estado de Rondônia no dia 04 de maio de 2026. Edição 4224*, bem como de outros atos anteriores que sejam incompatíveis com a presente Portaria.

Art. 9º Os trabalhos da Comissão serão realizados sem prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores designados e não implicarão, por si só, alteração de cargo, remuneração ou regime funcional.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

DÉBORA SILVA FIGUEREDO GIL
Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho
Decreto n° 3.160/I, de 11 de Junho de 2026

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:7140E72C

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA NO 543/2026/IPAM-DRFP

Porto Velho, 25 de setembro de 2026.

A **Diretora-Presidente Interina do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4o, parágrafo único, do Decreto no 11.973, de 10 de fevereiro de 2011, e nos termos da Lei Complementar no 886, de 11 de março de 2022,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **ROBERVAL VALÊNCIA SALES**, cadastro no 440156796-1, do quadro de servidores desta autarquia, para responder pelo cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de Chefe do Processamento de Dados – DAS 10, em substituição ao titular Marivaldo Rosa da Silva, cadastro no 272-0, no período de 12/10/2026 a 31/10/2026, que estará de férias oficiais nesse período, conforme processo SEI no 011.004130/2026-30.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PRISCILLA BEZERRA GIROTO FARIAS LIMA
Diretora Presidente - Interina

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:B98D5CED

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA Nº 170/CS/SPPD/PGM/2026

PORTARIA Nº 170/CS/SPPD/PGM/2026
Porto Velho, 21 de setembrode 2026

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. SOBRESTAR, a partir desta data, o curso do Processo de Sindicância nº 011.000598/2026-55, instaurado por meio da Portaria nº 136/CS/SPPD/2026 de 23/06/2026, publicada no D.O.M.E.R nº 4284 DE 27/07/2026 e prorrogado por meio da Portaria nº 159/CS/SPPD/2026, publicada no D.O.M.E.R. nº 4316 de 10/09/2026.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:829795F4

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 22.500, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Concede, no primeiro e no segundo turnos das Eleições de 2026, a isenção das tarifas do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Porto Velho - Rondônia.

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe e conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 006.003363/2026-94.
CONSIDERANDOo disposto no Art. 1º da Lei nº 2.898, de 16 de dezembro de 2021, que autoriza a concessão de subsídio tarifário ao transporte público coletivo urbano de passageiros no município de Porto Velho, bem como ainda dispõe no § 1º do Art. 2º da referida Lei, que autoriza diminuir ou isentar o valor da tarifa pública, como forma de incentivo e promoção à utilização do transporte público coletivo urbano no Município;
CONSIDERANDOque é fundamento da gratuidade a garantia do maior acesso dos eleitores às urnas;
DECRETA:
Art. 1º Fica concedida, no primeiro e no segundo turnos das Eleições 2026, a gratuidade das tarifas do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Porto Velho - Rondônia, nos dias**04 de outubro de 2026**e**25 de outubro de 2026**, no horário compreendido entre as 05h (cinco horas) e 18h (dezoito horas).
Art. 2ºO ressarcimento dos valores devidos pelo Município de Porto Velho - Rondônia às concessionárias que exploram o serviço de que trata o Art. 1º deste Decreto, em razão da gratuidade concedida, dar-se-á mediante qualquer meio legalmente admitido.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:10136D24

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.729/I, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Tornar sem efeito Decreto nº 3.539/I, de 18 de agosto de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:469CC822

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.730/I, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Tornar sem efeito o Decreto nº 3.546/I, de 19 de agosto de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:B527738A

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.731/I, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Tornar sem efeito o Decreto nº 3.540/I, de 18 de agosto de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:675EDB77

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.732/I, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Tornar sem efeito o Decreto nº 3.547/I, de 19 de agosto de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:C292BB36

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.733/I, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Tornar sem efeito o Decreto nº 3.674/I, de 10 de setembro de 2026.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:D14BD652

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
PORTARIA Nº336, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Porto Velho/RO, 18 de setembro de 2026.

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 006.002904/2026-67

R E S O L V E:

Art. 1°. RETIFICAR a Portaria n° 307/2026/SGOV-DEA, publicada em 17 de setembro de 2026, na Edição n° 4321 do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, nos seguintes termos:

Onde se lê:

ARBITRAR e CONCEDER 7 e ½ (sete e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, que se deslocaram até a cidade de Guajará-Mirim/RO, por meio de transporte terrestre, em veículo oficial, para acompanhar a operação de retirada e transporte dos materiais doados pela Receita Federal do Brasil, realizar a escolta operacional dos caminhões e prestar apoio nas atividades de carregamento, movimentação, organização, acondicionamento e descarregamento das mercadorias destinadas às ações de assistência humanitária desenvolvidas pelo Município de Porto Velho, nos períodos identificados a seguir, conforme solicitação constante no Processo Administrativo n° 006.002904/2026-67.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Período	Destino	Quantidade de Diárias
Hermiínio Antônio da Silva Neto	10079439	Assessor Técnico I	13/07/2026 a 14/07/2026	Guajará-Mirim/RO	1 e ½
			15/07/2026 a 16/07/2026		1 e ½
			20/07/2026 a 21/07/2026		1 e ½
Bernardo da Silva Lima Junior	10078482	Assessor Executivo III	13/07/2026 a 14/07/2026		1 e ½
			15/07/2026 a 16/07/2026		1 e ½

Leia-se:
TORNAR VÁLIDA a concessão de 4 e ½ (quatro e meia) diárias ao servidor Hermínio Antônio da Silva Neto, em razão dos deslocamentos realizados nos períodos de 13 a 14 de julho de 2026, 15 a 16 de julho de 2026 e 20 a 21 de julho de 2026 e de 3 (três) diárias ao servidor Bernardo da Silva Lima Junior, em razão dos deslocamentos realizados nos períodos de 13 a 14 de julho de 2026 e 15 a 16 de julho de 2026, por meio de transporte terrestre, em veículo oficial, até o Município de Guajará-Mirim/RO, para acompanhar a operação de retirada e transporte dos materiais doados pela Receita Federal do Brasil, realizar a escolta operacional dos caminhões e prestar apoio nas atividades de carregamento, movimentação, organização, acondicionamento e descarregamento das mercadorias destinadas às ações de assistência humanitária desenvolvidas pelo Município de Porto Velho, conforme solicitação constante no Ofício n° 4166/2026/SGOV-GMDOP, apensado aos autos do Processo Administrativo n° 006.002904/2026-67.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Período	Quantidade de Diárias
Hermiínio Antônio da Silva Neto	10079439	Assessor Técnico I	Guajará-Mirim/RO	1 e ½
			Guajará-Mirim/RO	1 e ½
			Guajará-Mirim/RO	1 e ½
Bernardo da Silva Lima Junior	10078482	Assessor Executivo III	Guajará-Mirim/RO	1 e ½
			Guajará-Mirim/RO	1 e ½

(Assinado Eletronicamente)
MAXWEL MOTA DE ANDRADE
Secretário de Governo Interino

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:1C8071F4

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
PORTARIA Nº337, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Porto Velho/RO, 18 de setembro de 2026.

O **SECRETÁRIO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 006.003106/2026-52

R E S O L V E:

Art. 1°. RETIFICAR a Portaria n° 326/2026/SGOV-DEA, publicada em 17 de setembro de 2026, na Edição n° 4321 do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, nos seguintes termos:

Onde se lê:

TORNAR VÁLIDA, 14 (quatorze) diárias aos servidores abaixo relacionados, que se deslocarão até as Linhas 05 e 11 do Assentamento Joana D'arc, por meio de transporte terrestre, para participar do Projeto Cidadania em Movimento, prestando atendimento relacionado ao alistamento e a regularização da situação dos cidadãos perante o serviço militar, incluindo orientações sobre os procedimentos necessários para emissão de certificados de dispensa de incorporação, certificados de isenção e demais documentos previstos na legislação aplicável, no período de 17 a 20 de setembro de 2026, conforme solicitação constante no Processo Administrativo n° 006.003106/2026-52.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Período	Quantidade de Diárias
Júlio Mercado Freitas Filho	12021	Coordenador CJM	Linhas 05 a 11 do Assentamento Joana D'arc	17/09/2026 a 20/09/2026	3 e ½
Lucimar da Silva Oliveira	1007978	Assessor II	Linhas 05 a 11 do Assentamento Joana D'arc	17/09/2026 a 20/09/2026	3 e ½
Francisca Diniz da Silva	527442	Assistente Administrativo	Linhas 05 a 11 do Assentamento Joana D'arc	17/09/2026 a 20/09/2026	3 e ½
Laureane Alves Gomes	76358	Assistente Administrativo	Linhas 05 a 11 do Assentamento Joana D'arc	17/09/2026 a 20/09/2026	3 e ½

Leia-se:
ARBITRAR E CONCEDER 3 e ½ (três e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, que se deslocarão até as Linhas 05 e 11 do Assentamento Joana D'arc, por meio de transporte terrestre, para participar do Projeto Cidadania em Movimento, prestando atendimento relacionado ao alistamento e a regularização da situação dos cidadãos perante o serviço militar, incluindo orientações sobre os procedimentos necessários para emissão de certificados de dispensa de

incorporação, certificados de isenção e demais documentos previstos na legislação aplicável, no período de 17 a 20 de setembro de 2026, conforme solicitação constante no Memorando 35/2026/SGOV-CJM, apensado aos autos do Processo Administrativo n° 006.003106/2026-52.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de Diárias
Júlio Mercado Freitas Filho	12021	Coordenador CJM	Linhas 05 a 11 do Assentamento Joana D'arc	3 e ½
Lucimar da Silva Oliveira	10079782	Assessor II	Linhas 05 a 11 do Assentamento Joana D'arc	3 e ½
Francisca Diniz da Silva	527442	Assistente Administrativo	Linhas 05 a 11 do Assentamento Joana D'arc	3 e ½
Laureane Alves Gomes	76358	Assistente Administrativo	Linhas 05 a 11 do Assentamento Joana D'arc	3 e ½

(Assinado Eletronicamente)
MAXWEL MOTA DE ANDRADE
Secretário De Governo Interino

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:F87112B2

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
PORTARIA Nº339, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

Porto Velho/RO, 21 de setembro de 2026.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 006.003365/2026-83

R E S O L V E:

Art. 1°. RETIFICAR a Portaria n° 324/2026/SGOV-DEA, publicada em 17 de setembro de 2026, na Edição n° 4321 do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, nos seguintes termos:

Onde se lê:

ARBITRAR e CONCEDER 7 (sete) diárias aos servidores abaixo relacionados, que se deslocarão até o Distrito de Vista Alegre do Abunã/RO, por meio de transporte terrestre, para realizar levantamentos planialtimétricos e georreferenciados e coletar informações ambientais, hidrológicas, meteorológicas, territoriais e socioeconômicas, cujos resultados subsidiarão a elaboração de diagnóstico das condições locais, abrangendo a identificação de vulnerabilidades, o registro das demandas existentes e a avaliação da capacidade de resposta, fornecendo subsídios técnicos para a tomada de decisão e o planejamento das ações de prevenção, preparação, resposta e contingenciamento diante de eventos climáticos extremos, no período de 16 a 19 de setembro de 2026, conforme solicitação constante no Processo Administrativo n° 006.003365/2026-83.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Período	Quantidade de Diárias
Roberto Kleber Cordeiro Saldanha Junior	61590	Diretor do Departamento de Gestão Politicas Fundiárias	Distrito de Vista Alegre do Abunã/RO	16/09/2026 a 19/09/2026	3 e ½
Alcimar Rodrigues da Silva	50542	Diretor Técnico do Escritório de Governança Ambiental/Engenheiro Agronomo	Distrito de Vista Alegre do Abunã/RO	16/09/2026 a 19/09/2026	3 e ½

Leia-se:
ARBITRAR e CONCEDER 3 e ½ (três e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, que se deslocarão até o Distrito de Vista Alegre do Abunã/RO, por meio de transporte terrestre, para realizar levantamentos planialtimétricos e georreferenciados e coletar informações ambientais, hidrológicas, meteorológicas, territoriais e socioeconômicas, cujos resultados subsidiarão a elaboração de diagnóstico das condições locais, abrangendo a identificação de vulnerabilidades, o registro das demandas existentes e a avaliação da capacidade de resposta, fornecendo subsídios técnicos para a tomada de decisão e o planejamento das ações de prevenção, preparação, resposta e contingenciamento diante de eventos climáticos extremos, no período de 16 a 19 de setembro de 2026, conforme solicitação constante no Processo Administrativo n° 006.003365/2026-83.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de Diárias
Roberto Kleber Cordeiro Saldanha Junior	61590	Diretor do Departamento de Gestão Politicas Fundiárias	Distrito de Vista Alegre do Abunã/RO	3 e ½
Alcimar Rodrigues da Silva	50542	Diretor Técnico do Escritório de Governança Ambiental/Engenheiro Agrônomo	Distrito de Vista Alegre do Abunã/RO	3 e ½

(Assinado Eletronicamente)
MAXWEL MOTA DE ANDRADE
Secretário de Governo Interino

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:7A0AFF09

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA N° 182, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Designa a Comissão Técnica de Acompanhamento e Controle do Programa Ben+Servidor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,

CONSIDERANDO o Decreto nº 21.861, de 19 de março de 2026, que institui o Programa de Benefícios para o Servidor Municipal de Porto Velho – BEN+SERVIDOR;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, §2º, do referido Decreto, que estabelece que o acompanhamento e o controle da execução do Programa serão realizados por meio de Comissão Técnica específica;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Comissão Técnica de Acompanhamento e Controle do Programa Ben+Servidor, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

Art. 2º A Comissão Técnica será responsável pelo acompanhamento e controle da execução do Programa Ben+Servidor, competindo-lhe:

I – analisar os pedidos de credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em participar do Programa;

II – verificar o atendimento aos requisitos estabelecidos no Decreto nº 21.861/2026 e no edital de chamamento público;

III – validar as propostas de descontos e benefícios apresentados pelas empresas interessadas;

IV – acompanhar a execução das parcerias firmadas no âmbito do Programa;

V – manifestar-se quanto à necessidade de advertência ou descredenciamento de empresas, nos termos do Decreto;

VI – manter controle e organização das informações relativas às empresas credenciadas;

VII – subsidiar o Secretário Municipal de Administração na tomada de decisões relacionadas ao Programa;

VIII - manter o canal eletrônico de contato para receber reclamações em relação às pessoas jurídicas credenciadas no Programa de Parceria;

IX - manter completa e atualizada a lista oficial das pessoas jurídicas, com indicação dos respectivos descontos e benefícios, bem como o prazo de validade da oferta, em página específica no sítio oficial

Art. 3º A Comissão Técnica será composta por 03 (três) servidores, designados por este ato:

I – Katarina Moraes Costa de Souza – Matrícula nº 10081906 – Presidente;
II – Eliseu de Oliveira – Matrícula nº 10081242 – Membro;
III – Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu – Matrícula nº 10079224 – Membro.

Art. 4º A Comissão Técnica contará com apoio técnico e institucional dos seguintes servidores:
I – Demétrio Laino Justo Filho – Matrícula nº 10078197 – Suporte técnico;
II – Cristian Willen de Oliveira Ribeiro – Matrícula nº 3123 – Representante do IPAM.

Art. 5º A Comissão Técnica reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação de seu Presidente.

Art. 6º As deliberações da Comissão deverão ser registradas em ata, contendo os encaminhamentos e manifestações técnicas pertinentes.

Art. 7º A participação na Comissão não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.

Art. 8º – Fica revogada, em todos os seus termos, a Portaria N° 70/2026/DEAD/GAB/SEMAD, De 17 de abril de 2026.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal Adjunto de Administração

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:9A9211D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1479/2026/CDCS/DGP/SEMAD 24 DE SETEMBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M. nº 3.786 de 01/07/2010.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **DANIELI CRISTINE MINOSSO MARZAROTTO,** cadastro nº 88320, para exercer, no período de **23/09/2026 a 02/10/2026,** o Cargo em Comissão de **Diretor Executivo I, DAS-11**, da **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**, em substituição à titular **MARCIA ALVES DA SILVA**, cadastro nº 10078665, em razão de férias, conforme Processo SEI nº005.017891/2026-31.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:C0E13138

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1480/2026/CDCS/DGP/SEMAD 24 DE SETEMBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 100, da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786, de 01/07/2010.

CONSIDERANDO a portaria nº 060/DIAT/ASTEC/SEMAD, de 17/08/2011, publicada no D.O.M nº 4.064 de 17/08/2011.

RESOLVE:

CANCELAR, a pedido, a **LICENÇA PRÊMIO** da servidora **CLAUDIAMIRA RODRIGUES VITALIANO SICSU**, cadastro nº 278342, ocupante do cargo de **Farmacêutico**, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Município, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**, concedida por meio da Portaria nº 1421/2026/CDCS/DGP/SEMAD, de 14/09/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4320, de 16/09/2026, conforme Processo SEI nº 005.012202/2026-00.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:E791E42D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1481/2026/CDCS/DGP/SEMAD 24 DE SETEMBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 41, inciso I, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, no interesse da Administração, a servidora **ANA LUCIA VIANA DE OLIVEIRA,** cadastro nº 679540, ocupante do cargo de **Assistente Administrativo**, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município, da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade - SEMDEC**, para a **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA,** a partir de **22/09/2026,** conforme Processo SEI nº 005.017592/2026-04.

Art. 2º DISPENSAR qualquer Adicional de Incentivo destinado a local de trabalho ou lotação anterior.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:10A41C8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 328/DAA/DA/SEMAGRIC

PORTARIA N° 328/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 17 DE SETEMBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001468/2026-70

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 10 (dez) diárias inteiras e 15 (quinze) diárias de meias½, para o período de 01/09 a 05/09, 08/09 a 12/09, 14/09 e 16/09, 17/09, 18/09, 19/09, 21/09, 22/09, 23/09, 24/09, 25/09, 26/09, 28/09, 29/09 e 30/09/2026 para os servidores **Tonis Waldevino Neris Gonçalves**, Matrícula:65640, Cargo: Motorista; **Ronaldo da Costa Braga**, Matrícula: 27176, Cargo: Motorista; **José Marinho Barrozo**, Matrícula: 244062, Cargo: Motorista; **Gildasio de Souza Hermogenes**, Matrícula: 4142, Cargo: Motorista; e **Lício Soares da Rocha**, Matrícula: 172817, Cargo: Artífice Especializado. E os quantitativos de 10 (dez) diárias inteiras e 06 (**seis**) diárias de meias½, para o período de 01/09 a 05/09, 08/09 a 12/09, 14/09 e 16/09, 17/09, 18/09, e 21/09 para a servidora Elissandra Regina Cavalcante, Matrícula: 100074, Cargo: Operador de Máquinas Pesadas **.** Que irão se deslocar por meio de veículo oficial (Caminhão Ford 1319 Mulk, Placa: NCN4233, Caminhão Agrale nº Placa: NCJ1639, Caminhão Ford Cargo 816, Placa: NDK8591 e Caminhões Basculantes, Placas: THJ4C59, THJ4B99, THJ8E49, THJ8E59), com objetivo de realizar atividades de transporte da produção, apoio logístico ao Projeto Fomenta Cacau, nas localidades de Nova Califórnia, Rio Pardo, Jaci Paraná, Nova Mutum, nas comunidades Joana D'Arc I, II e III, Cujubim, Itacoã, bem como no Setor Chacareiro do Município de Porto Velho. Conforme solicitado na Comunicação Interna 21 (1384321), Porto Velho, 06 de setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Tonis Waldevino Neris Gonçalves	65640	Motorista	Nova Califórnia, Rio Pardo, Jaci Paraná, Nova Mutum, nas comunidades Joana D'Arc I, II e III, Cujubim, Itacoã, bem como no Setor Chacareiro	10 inteiras 15 meia½	NÃO
Ronaldo da Costa Braga	271776	Motorista		10 inteiras 15 meia½	NÃO
José Marinho Barrozo	244062	Motorista		10 inteiras 15 meia½	NÃO
Gildasio de Souza Hermogenes	41442	Motorista		10 inteiras 15 meia½	NÃO
Elissandra Regina Cavalcante	1000474	Operador de Máquinas Pesadas		10 inteiras 06 meia½	NÃO
Licio Soares da Rocha	172817	Artifice Especializado		10 inteiras 15 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se.

HERLAN ALVES LOPES
Diretor de Departamento Desenvolvimento Rural e Técnicas Agrícolas
(Assinado Digitalmente)

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:E85C6715

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 329/DAA/DA/SEMAGRIC/

PORTARIA N° 329/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 18 DE SETEMBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001706/2026-47

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de **20 (vinte) meias diárias**, para o período de **02/09, 03/09, 04/09, 08/09, 09/09, 10/09, 11/09, 14/09, 15/09, 16/09, 17/09, 18/09, 21/09, 22/09, 23/09, 24/09, 25/09, 28/09, 29/09 e 30/09/2026** para o servidor **Paulo Afonso de Lima Neri**, Matrícula:**10081337**, Cargo: **Assessor Técnico II.** E os quantitativos de **12 (doze) meias diárias**, para o período de **15/09, 16/09, 17/09, 18/09, 21/09, 22/09, 23/09, 24/09, 25/9, 28/09, 29/09 e 30/09/2026** para o servidor **Francisco Fagno Pereira Felix**, Matrícula:**1001152**, Cargo: **Operador de Máquinas Pesadas.** Que irão se deslocar por meio de veículo oficial (Ford Ranger, Placa: SLK6G60), com objetivo de Supervisionar, acompanhar e presta o devido apoio necessário aos servidores em campo, onde os mesmo estão em plena atividades no programa Porteira a Dentro e o Projeto Fomenta Cacau, nas localidades de distritos de Jací Paraná, Nova Mutum, Distrito de Nazaré, Comunidade Joana D'arc I, II e III, estrada do Belmont, Eixo da BR-319 e Bacia Leiteira do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho. Conforme solicitado na Comunicação Interna 27 (1545484), Porto Velho, 14 de setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Paulo Afonso de Lima Neri	10081337	Assessor Técnico II	Jací Paraná, Nova Mutum, Distrito de Nazaré, Comunidade Joana D'arc I, II e III, estrada do Belmont, Eixo da BR-319 e Bacia Leiteira do Setor Chacareiro	20 meia½	NÃO
Francisco Fagno Pereira Felix	1001152	Operador de Máquinas Pesadas	Jací Paraná, Nova Mutum, Distrito de Nazaré, Comunidade Joana D'arc I, II e III, estrada do Belmont, Eixo da BR-319 e Bacia Leiteira do Setor Chacareiro	12 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se.

HERLAN ALVES LOPES
Diretor de Departamento Desenvolvimento Rural e Técnicas Agrícolas
(Assinado Digitalmente)

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:AC8E4AAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 330/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO,

PORTARIA N° 330/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 18 DE SETEMBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001622/2026-11

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 17 (dezessete) diárias Inteiras e 05 (cinco) meia diárias, para o período de 01/09 à 05/09, 08/09 à 12/09, 14/09 à 16/09, 21/09 à 26/09, 28/09 à 30/09/2026 para o servidor **Herlan Alves Lopes**, Matrícula:**10081284**, Cargo: **Diretor.** E os quantitativos de 04 (quatro) diárias Inteiras e 01 (uma) meia diárias, para o período de 01/09 à 05/09/2026 para a servidora **Jean Carla dos Santos Costa**, Matrícula:**10078260**, Cargo: **Assessora Executiva NI.** Que irão se deslocar por meio de veículo oficial (PLACA: TSG-4E05), com objetivo de realizar o acompanhamento e a execução das ações referentes ao Manejo Sustentável de Crocodilianos na ReservaRESEX Lago do Cuniã - Distrito São Carlos. Conforme solicitado no Ofício nº 2092/2026/SEMAGRIC-DDRTA, Porto Velho, 01 de setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Herlan Alves	10081284	Diretor	Distrito São Carlos (Reserva	17 inteiras	NÃO

Lopes			Extrativista Lago do Cuniã)	05 meia½	
Jean Carla dos Santos Costa	10078260	Assessora Executiva NI	Distrito São Carlos (Reserva Extrativista Lago do Cuniã)	04 inteiras 01 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se.

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:CA9C7C3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 331/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO

PORTARIA N° 331/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001458/2026-34

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de **25 (vinte e cinco)** meia diárias, para o período de **01/09, 02/09, 03/09, 04/09, 05/09, 08/09, 09/09, 10/09, 11/09, 12/09, 14/09, 15/09, 16/09, 17/09, 18/09, 19/09, 21/09, 22/09, 23/09, 24/09, 25/09, 26/09, 28/09, 29/09 e 30/09/2026** para os servidores **Jerry Alves de Souza**, Matrícula:**170283**, Cargo: **Gari** e **Francisco Ribeiro Domingos**, Matrícula:**121161**, Cargo: **Gari.** E os quantitativos de **12 (doze)** meia diárias, para o período de **01/09, 02/09, 03/09, 04/09, 05/09, 08/09, 09/09, 10/09, 11/09, 12/09, 14/09, 15/09/2026** para o servidor **Thawynã Medeiro Britto**, Matrícula:**271908**, Cargo: **Operador de Máquinas Pesadas.** Que irão se deslocar por meio de veículo oficial (Micro Ônibus, Placa: OHM2384), com objetivo de realizaimplantação de viveiro destinado à produção de 90.000 mudas de cacau na Área Rural do Município de Porto Velho. Conforme solicitado na Comunicação Interna 18 (1382970), Porto Velho, 06 de Setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Thawynã Medeiro Britto	271908	Operador de Máquinas Pesadas	Área Rural do Município de Porto Velho	12 meia½	NÃO
Jerry Alves de Souza	170283	Gari		25 meia½	NÃO
Francisco Ribeiro Domingos	121161	Gari		25 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se.

HERLAN ALVES LOPES
Diretor de Departamento Desenvolvimento Rural e Técnicas Agrícolas
(Assinado Digitalmente)

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:4F20246D

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 332/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO

PORTARIA N° 332/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 18 DE SETEMBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001669/2026-77

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 04 (quatro) diárias inteiras e 11 (onze) meias diárias, para o período de 10/09 à 12/09, 14/09, 15/09, 17/09 à 19/09, 21/09, 22/09, 24/09, 25/09, 26/09, 28/09 e 29/09/2026 para os servidores **David Duarte Silva**, Matrícula:**863391**, Cargo: **Agente de Vigilância Escolar** e **Leula Souza Barros**, Matrícula:**10078283**, Cargo: **Gerente de Divisão.** Os quantitativos de 04 (quatro) diárias inteiras e 11 (onze) meias diárias, para o período de 14/09, 15/09, 17/09 à 19/09, 21/09, 22/09, 24/09, 25/09, 26/09, 28/09 e 29/09/2026 para os servidores **Ana Paula F Guimaraes**, Matrícula:**284357**, Cargo: **Aux. Serv. Gerais.** E os quantitativos de 02 (duas) diárias inteiras e 13 (treze) meias diárias, para o período de 10/09 à 12/09, 14/09, 15/09, 17/09, 18/09, 19/09, 21/09, 22/09, 24/09, 25/09, 26/09, 28/09 e 29/09/2026 para os servidores **Debliane Souza da Silva Oliveira**, Matrícula:**863391**, Cargo: **Agente de Vigilância Escolar.** Que irão se deslocar por meio de veículo oficial terrestre, com objetivo de realizar atendimento direto aos produtores rurais da agricultura familiar, nas localidade da associação dos agricultores da gleba aliança - agrilança; associação de produtores e produtoras rurais do setor chacareiro do bom será e entorno -asprocha; associação de produtores rurais moradores da gleba garça - aspromogg; associação de agricultores da colônia viçosa, garças e treze de setembro - agromvigatres; associação de produtores e produtoras rurais e moradores do vale do rio jamari e entorno - asprovajam; associação de produtores rurais - asprona e comunidade brasileirinha.. Conforme solicitado no Ofício nº 2133/2026/SEMAGRIC-DPPA, Porto Velho, 04 de setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Ana Paula F Guimarães	284357	Aux. Serv. Gerais (Almoxarifado)	associação dos agricultores da gleba aliança - agrilança; associação de produtores e produtoras rurais do setor chacareiro do bom será e entorno -asprocha; associação de produtores rurais moradores da gleba garça - aspromogg; associação de agricultores da colônia viçosa, garças e treze de setembro - agromvigatres; associação de produtores e produtoras rurais e moradores do vale do rio jamari e entorno - asprovajam; associação de produtores rurais - asprona e comunidade brasileirinha.	02 Inteiras 10 meia½	NÃO
Debliane Souza da Silva Oliveira	103268	Agente de Vigilância Escolar		02 Inteiras 13 meia½	NÃO
David Duarte Silva	863391	Motorista		04 Inteiras 11 meia½	NÃO
Leula Souza Barros	10078283	Gerente de Divisão		04 Inteiras 11 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

HERLAN ALVES LOPES
Diretor de Departamento Desenvolvimento Rural e Técnicas Agrícolas
(Assinado Digitalmente)

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:C94F3998

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N°333/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO,

PORTARIA N°333/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 21 DE SETEMBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001644/2026-73

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 4(quatro) diárias inteiras e 9 (nove) meia diárias, para o período de 14/09 a 16/09, 17/09, 18/09, 21/09 a 23/09, 24/09, 25/09, 28/09, 29/09 e 30/09/2026 para os servidores **Alcimar Rodrigues da Silva**, Matrícula:**50542**, Cargo: **Engenheiro Agrônomo; Anderson Eduardo da Silva**, Matrícula:**10081180**, Cargo: **Diretor de Departamento; Jean Rodrigues de Oliveira**, Matrícula:**272807**, Cargo: **Operador de Máquinas Pesadas; e Luiz Florêncio de Sousa Júnior**, Matrícula:**10081014**, Cargo: **Agente Administrativo.** Que irão se deslocar por meio de veículo oficial (Ford Ranger Placa:SLK6G90), com objetivo de realizar o: levantamento de informações e dados para elaboração dos relatórios de prestações de contas dos equipamentos, bens e implementos, conforme solicitações do SGOV, SEAGRI, DER e MPA, na localidade de: Distritos de União Bandeirante, Jaci Paraná, Rio Pardo e Toda Região da Ponta do Abunã e Linhas C10, C30, C01, Ramal do Índio, Gleba rio preto, Comunidade Joana D'arc e Região do Baixo Madeira. Conforme solicitado na Comunicação Interna 14 (1492256), Porto Velho, 10 de Setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Alcimar Rodrigues da Silva	50542	Engenheiro Agrônomo	União Bandeirante, Jaci Paraná, Rio Pardo e Toda Região da Ponta do Abunã e Linhas C10, C30, C01, Ramal do Índio, Gleba rio preto, Comunidade Joana D'arc e Região do Baixo Madeira	04 Inteiras 09 meia½	NÃO
Anderson Eduardo da Silva	10081180	Diretor de Departamento		04 Inteiras 09 meia½	NÃO
Jean Rodrigues de Oliveira	272807	Operador de Máquinas Pesadas		04 Inteiras 09 meia½	NÃO
Luiz Florêncio de Sousa Júnior	10081014	Agente Administrativo		04 Inteiras 09 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:042CBADC

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 335/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO

PORTARIA N° 335/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 21 DE SETEMBRO DE 2026.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, No uso das atribuições que lhe confere o decreto nº 2.795/I, de 13 de abril de 2026 e tendo em vista o que consta nos autos do processo administrativo Nº 018.001685/2026-60

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 04 (quatro) diárias inteiras e 11 (onze) meias diárias, para o período de 10/09 à 12/09, 14/09,15/09, 17/09 à 19/09/2026, 21/09, 22/09, 24/09, 25/09, 26/09, 28/09 e 29/09/2026 para o servidor Romildo Botelho dos Santos, Matrícula:576655, Cargo: Engenheiro Agrônomo. Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (GOL PLACA NDY1B38), com objetivo de realizar atendimento direto aos produtores rurais da agricultura familiar, na associação dos agricultores da gleba aliança - agrilança; associação de produtores e produtoras rurais do setor chacareiro do bom será e entorno -asprocha; associação de produtores rurais moradores da gleba garça - aspromogg; associação de agricultores da colônia viçosa, garças e treze de setembro - agromvigatres; associação de produtores e produtoras rurais e moradores do vale do rio jamari e entorno - asprovajam; associação de produtores rurais - asprona e comunidade brasileirinha. Conforme solicitado no Ofício nº 2156/2026/SEMAGRIC-DDRTA, Porto Velho, 09 de setembro de 2026.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant. de diárias	Auxílio deslocamento
Romildo Botelho dos Santos	576655	Engenheiro Agrônomo	associação dos agricultores da gleba aliança - agrilança; associação de produtores e produtoras rurais do setor chacareiro do bom será e entorno -asprocha; associação de produtores rurais moradores da gleba garça - aspromogg; associação de agricultores da colônia viçosa, garças e treze de setembro - agromvigatres; associação de produtores e produtoras rurais e moradores do vale do rio jamari e entorno - asprovajam; associação de produtores rurais - asprona e comunidade brasileirinha.	04 Inteiras 11 meia½	NÃO

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre e Publique-se.

HERLAN ALVES LOPES
Diretor de Departamento Desenvolvimento Rural e Técnicas Agrícolas
(Assinado Digitalmente)

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:9BEC8C06

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA Nº336, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto 9.931/I de 31/01/2023;

RESOLVE:

Art. 1°- Publicar a Renovação do registro de N° 055 do Serviço de Inspeção Municipal - SIM em
nome da empresa de razão social: **JPJ COMERCIO LTDA**, com nome fantasia **IMPÉRIO DA CARNE**, CPF/CNPJ: 49.817.124/0001-53 conforme Laudo Técnico nº **017/2026**.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUZIA SOUZA BARROS
Diretora SEMAGRIC-DIPOAV

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAGRIC

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:A8D4227A

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA Nº337, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto 9.931/I de 31/01/2023;

RESOLVE:

Art. 1°- Publicar a Renovação do registro de N° 034 do Serviço de Inspeção Municipal - SIM em
nome da empresa de razão social: **RIFFEL & KUMMER LTDA**, com nome fantasia **RIFFEL & KUMMER LTDA**, CPF/CNPJ: 09.582.270/0001-22 conforme Laudo Técnico nº **016/2026**.
Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUZIA SOUZA BARROS
Diretora SEMAGRIC-DIPOAV

DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA
Secretário da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAGRIC

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:45B3A62E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO- SECOM
EXTRATO Nº1/2026/SECOM-DA

EXTRATO Nº 1/2026/SECOM-DA
PROCESSO N.º 021.000528/2026-88
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Comunicação - SECOM
CONTRATADA: Empresa PEN6 LTDA
ESPÉCIE: Contrato nº 120/2026/PGM

OBJETO: Contratação Emergencial de Prestação de Serviços Técnicos de Publicidade e Propaganda, de Caráter Educativo e Informativo e de Orientação Social, para atender às necessidades da Prefeitura do Município de Porto Velho/RO, As campanhas abordarão, entre outras , a crise hídrica, queimadas, saúde pública e vigilância, mobilidade e segurança , proteção a grupos vulneráveis, utilizando os meios de comunicação disponíveis no município, distritos e demais adjacências de Porto Velho-RO, tais como: rádio, TV, mídia impressa, externa e canais digitais, para atender as necessidades da Secretaria de Comunicação (SECOM), observados os prazos e procedimentos descritos no Termo de Referência.
O contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, limitada, em qualquer caso, ao prazo máximo de 1 (um) ano contado da data de ocorrência da situação emergencial, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.
O contrato extinguir-se-á de pleno direito, antes do termo final, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses, prevalecendo a que ocorrer primeiro:

I – entrada em vigor do contrato decorrente da Concorrência nº 90006/2025/SMCL/PMPV ou de outro procedimento licitatório regular instaurado para a contratação de serviços de publicidade;

II – cessação da situação emergencial, reconhecida em ato motivado da autoridade competente.

O valor desta contratação é de **R$ 14.940.000,00 (quatorze milhões e novecentos e quarenta mil reais).**
As despesas decorrentes da presente contratação, serão proveniente de recursos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de comunicação- SECOM**, detalhado abaixo:
Projeto/Atividade: 24.01.04.122.081.2809 – Publicidade Institucional e Legal de Informações de Interesse Social -
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.90 - Serviços de Publicidade
Fonte: 1.500.0000.0000.0000, Nota de Empenho nº 6590/2026 – no valor de R$ 3.735.000,00 (três milhões e setecentos e trinta e cinco mil reais), para custear as despesas no período de outubro a dezembro/2026, conforme ID 1541847.
As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento.

Porto Velho, 25 de setembro de 2026

FRANCISCO DA SILVA COSTA
Secretário Municipal de Comunicação Interino
(Assinatura Eletrônica)

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:25EC7E00

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações da Prefeitura do Município de Porto Velho, torna público aos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 321/2026/SMCL/PVH,** instaurado sob o Processo Administrativo nº SEI nº 005.005071/2026-04, tendo por objeto **AQUISIÇÃO DE MANEQUINS DE TREINAMENTO para atender as unidades de urgência e emergência com recurso de emenda parlamentar, para atender as necessidades da Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Anexo I deste Edital, as quais deverão ser, minuciosamente, observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas**, fica **SUSPENSO**, em razão da necessidade de análise dos esclarecimentos apresentados. Informa também que, ultimadas as providências decorrentes, o Edital será republicado com a devolução dos prazos e divulgação de Aviso respectivo por todos os meios em que se deu a publicação inicial. Os interessados poderão acompanhar os atos relativos ao certame em tela por meio do Portal de Compras da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br), no link licitações. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: equipe.licitacao02@portovelho.ro.gov.br ou telefone (69)3901-6270.

Porto Velho-RO, 24 de setembro de 2026.

LILIAN MOREIRA DE ALMEIDA MOURÃO
PREGOEIRA
Equipe 02 - SMCL-SEL-Arigolândia

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:9C905AA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº1/2026/SEMED-DICC

Porto Velho, 21 de setembro de 2026.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026/SEMED, QUE ENTRE SI FIRMAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL C. A. C. RIBEIRO EDUCACAO INFANTIL EIRELI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n° 05.903.125/0001- 45, com sede na Av. 7 de setembro com Av. Farquar, Centro, por força do Decreto n° 12 931. de 19 de fevereiro de 2013. publicado no D.O.M. n° 4.431, de 28/02/2013, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, neste ato representada pelo Secretário Sr. GIORDANI DOS SANTOS LIMA, doravante designada CREDENCIANTE e a instituição C. A. C. RIBEIRO EDUCACAO INFANTIL EIRELI, inscrita no CNPJ sob n° 20.919.229/0001-31 com sede na Rua VICOSA N°1449, bairro CONCEICAO, cidade de Porto Velho-RO CEP: 76808300 , estado de Rondonia, neste ato legalmente representada pelo(a) Sr(a). Cleisiane Arruda Castro Ribeiro, nacionalidade brasileira, estado civil casada, profissão Diretora, portador da cédula de identidade nº 208.994 SSP/RO e CPF nº 248.797.462-15, doravante designada como CREDENCIADA, resolvem celebrar Termo de Credenciamento nº 001, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, conforme Lei Complementar Municipal nº. 936, de 23/03/2023, Lei Complementar Municipal n. 962, de 16/11/2023, Decreto nº 19.738, de 06 de fevereiro de 2024, Decreto nº 22.198, de 14 de julho de 20256, e Edital de Credenciamento nº 01/2026/SEMED, conforme devidamente autorizado nos autos do

Processo Administrativo n° 004.006588/2025-31, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o credenciamento de instituições educacionais privadas regularmente constituídas, localizadas no âmbito do Município de Porto Velho/RO, destinado a ofertas de vagas escolares para crianças de 02 (dois) anos a 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade, correspondente a etapa de ensino Creche II e III e Pré-escolar I e II, alcançadas pelo Programa Mais Educação Infantil, mediante a execução de serviço educacional de Educação Infantil.

2. DAS VAGAS TURNO ETAPA DE ENSINO TOTAL DE VAGAS

2.1. A CREDENCIADA torna disponível para os alunos enquadrados na Lei Complementar Municipal nº 936/2023 – Programa Mais Educação Infantil, por meio da Secretaria Municipal de Educação/SEMED, as seguintes vagas:

TURNO	ETAPA DE ENSINO	TOTAL DE VAGAS
Matutino	Creche II	20
Vespertino	Creche II	20
Matutino	Creche III	12
Vespertino	Creche III	12
Matutino	Pré I	10
Vespertino	Pré II	12

2.2. As vagas ofertadas pela CREDENCIADA não geram direito automático para a contratação e nem para o percebimento de valores.

2.3. A alocação de crianças nas vagas ofertadas pela CREDENCIADA, terá caráter residual, qual seja, apenas poderão ser direcionadas crianças após preenchidas em caráter prioritário as vagas públicas disponíveis na Rede Pública Municipal de Educação, levando em consideração a proximidade da residência das crianças.

3. DO VALOR

3.1. O valor mensal a ser pago para a CREDENCIADA será de R$ 700,00 (setecentos reais) por aluno matriculado, pela prestação dos serviços especificados no item 01 – Do Objeto deste instrumento e Edital nº 01/2026/SEMED.

3.2. O valor a ser pago será fixo e irreajustável, exceto quando sofrer atualização estipulada expressamente por ato da autoridade superior municipal, via Decreto.

3.3. A CREDENCIADA receberá o pagamento mensal, pago individualmente por aluno matriculado, durante o uso da vaga, sendo o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias a contar da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada de documentação necessária que comprove a execução do(s) serviço(s) prestado(s), qual seja, registro de matrícula e frequência escolar, devidamente atestada pela comissão de acompanhamento e fiscalização da CREDENCIANTE.

3.4. A CREDENCIADA concorda com todas as condições de pagamento estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026/SEMED.

4. DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste Termo de Credenciamento serão custeadas por meio da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho (Projeto/Atividade): 09.01.12.365.155.2.006
Natureza da Despesa (Elemento): 3.3.90.39
Fonte de Recursos: 1.500.0025.1001.0000 - COTA PARTE DA EDUCAÇÃO Unidade Orçamentária:
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do presente Termo Credenciamento nº 001/2026/SEMED será de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de assinatura e terá seu extrato publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, Site da Prefeitura e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - AROM.

5.2. O Termo de Credenciamento nº 001/2026/SEMED poderá ser prorrogado, a critério da CREDENCIANTE, desde que mantidas as condições de habilitação originais. Quando da prorrogação, deverá ser apresentada nova Proposta de Atendimento atualizada para o ano letivo subsequente.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

6.1. A execução dos serviços, para atendimento às crianças encaminhadas pela CREDENCIANTE, deverá estar em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996), Lei nº. 8.069/1990, Resolução CNE/CEB nº. 5/2009, Parecer CNE/CEB nº. 20/2009, Base Nacional Comum Curricular, e Resoluções vigentes do CME;

6.2 A CREDENCIADA obriga-se a garantir a gratuidade total do atendimento para os alunos e suas famílias, sendo terminantemente vedada a cobrança de qualquer taxa, mensalidade ou valor das famílias beneficiadas, assumindo a responsabilidade integral pelo fornecimento de alimentação escolar diária, em conformidade com as normas do PNAE e sob supervisão de nutricionista; material didático pedagógico; e uniforme escolar padrão, composto por 01 camiseta e 01 bermuda, o qual deve ser entregue em até 10 (dez) dias após a efetivação da matrícula. A escola deve assegurar que não haja qualquer distinção qualitativa ou quantitativa entre os alunos beneficiários e os alunos "pagantes", permanecendo sob responsabilidade exclusiva dos pais ou representantes legais apenas o fornecimento de itens de uso pessoal, tais como fraldas, pomadas, lenços umedecidos, materiais de higiene bucal e alimentos ou leites especiais prescritos por necessidade de saúde da criança;

6.3. A CREDENCIADA deverá exigir dos responsáveis dos alunos encaminhados pela CREDENCIANTE os seguintes documentos para efetivação da matrícula:

a) Certidão de Nascimento da criança (original e cópia);
b) CPF e RG da criança, se houver;
c) Carteira de Vacinação da criança, atualizada (original e cópia);
d) RG e CPF do responsável (original e cópia);
e) Comprovante de residência, preferencialmente a fatura de energia elétrica – Energisa, atualizada, que deverá estar no nome do responsável pela criança (original e cópia). Caso o responsável não possua fatura de energia elétrica em seu nome, deverá apresentar comprovante complementar de endereço em seu nome (CAERD/Fatura de telefone/celular/IPTU), junto com a fatura, contendo o mesmo endereço;
f) Termo de Guarda Judicial, para os casos em que a matrícula por realizada por pessoa diversa dos pais;
g) Encaminhamento de Matrícula emitida pela CREDENCIANTE.

6.4. A CREDENCIADA deverá dispor de estrutura física e pessoal compatível com a prestação do serviço, conforme previsto na Resolução nº 40/2023/CME.

6.5. A execução do serviço, quanto às mediações pedagógicas, considerando a relação criança/professor, deverá ser efetuada por profissional com licenciatura em Pedagogia ou formação em Magistério ou Normal Superior, pertencente ao quadro de funcionários da CREDENCIADA;

6.6. A CREDENCIADA não poderá excluir os alunos matriculados por meio deste credenciamento da participação na celebração de datas comemorativas, promoções ou atividades extras;

6.7. Encaminhar mensalmente, no primeiro dia útil do mês subsequente à CREDENCIANTE a frequência dos alunos matriculados na instituição de ensino por meio do presente credenciamento;

6.8. A CREDENCIADA deve informar imediatamente à CREDENCIANTE a ocorrência de desistência da vaga ou situações de infrequência escolar, caracterizadas por faltas injustificadas da criança durante 15 (quinze) dias consecutivos, ou percentual de ausência injustificada superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de dias previstos para o ano letivo, computados após a efetivação da matrícula;

6.9. Emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e – com a indicação do responsável legal e da criança em lista anexa;

6.10. Manter atualizado o cadastro da instituição educacional credenciada e de seu Representante Legal junto à CREDENCIANTE;

6.11.A CREDENCIADA deverá prestar atendimento às crianças em período parcial, nos turnos matutino ou vespertino, compreendendo uma jornada de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos de segunda-feira a sexta-feira, conforme o horário de funcionamento da unidade de ensino, devendo manter as informações permanentemente atualizadas no sistema E-Cidade; 6.12.A execução dos serviços de Coordenação Pedagógica deve ser exercida por profissional com licenciatura em Pedagogia ou outra licenciatura com formação em nível de pós-graduação na área educacional, pertencente ao quadro de funcionários da CREDENCIADA, a qual deve também manter profissionais capacitados para atuar em sala de aula com os alunos da respectiva faixa etária, visando seu desenvolvimento integral e garantindo a indissociabilidade do educar e cuidar;

6.13. A CREDENCIADA assume a responsabilidade de manter a criança sob sua guarda e proteção, enquanto permanecer nas dependências da instituição, zelar pela garantia dos direitos da criança, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e oferecer educação de qualidade, em conformidade com o estabelecido no ordenamento jurídico;

6.14. Observar diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do Município, inclusive no que se refere às normas de acessibilidade;

6.15. A CREDENCIADA é obrigada a disponibilizar as vagas oferecidas para a CREDENCIANTE e matricular obrigatoriamente os alunos encaminhados para a matrícula, prestando assistência adequada conforme a legislação vigente. Exceto se comprovado que as vagas informadas foram preenchidas.

6.16. O imóvel utilizado pela CREDENCIADA deve apresentar condições de localização, acesso, segurança, salubridade, saneamento, acessibilidade, iluminação e higiene;

6.17. Caso a CREDENCIADA atenda as etapas de Ensino Fundamental e/ou Médio, devem ser reservados espaços para uso exclusivo dos alunos da Educação Infantil;

6.18. A CREDENCIADA deverá observar e cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), devendo assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste credenciamento, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pela CREDENCIANTE, devendo a CREDENCIADA exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade;

6.19. A CREDENCIADA se obriga a comunicar imediatamente à CREDENCIANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo a execução dos serviços prestados e/ou informações disponibilizados pela CREDENCIANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias para cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível;

6.20. A CREDENCIADA se compromete a responder todos os questionamentos feitos pela CREDENCIANTE, no prazo de 03 (três) dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste Termo;

6.21. A CREDENCIADA assume a responsabilidade, na medida de suas obrigações, pela remuneração e pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas, tributários, previdenciários, de seguros, de eventuais danos causados a terceiros e outros similares, eximindo a CREDENCIANTE de quaisquer ônus e reivindicações de terceiros;

6.22. A CREDENCIADA deve manter, durante toda a vigência do credenciamento, em conformidade com as responsabilidades assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026/SEMED, bem como as diretrizes do Programa Mais Educação Infantil.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

7.1. A CREDENCIANTE deverá instituir Comissão de Fiscalização e Acompanhamento para realizar a fiscalização e acompanhamento do objeto através da análise dos documentos que comprovam a prestação do serviço, atestar as notas fiscais/faturas dos serviços prestados, recusando-se quando inexatas ou incorretas, efetuando os pagamentos após validadas, nas condições estabelecidas neste Termo;

7.2. A CREDENCIANTE deverá comunicar prontamente à CREDENCIADA, qualquer anormalidade no objeto do contrato, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026/SEMED;

8. DAS PENALIDADES

8.1. O regime sancionatório aplicável a este credenciamento fundamenta-se, no que couber, nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a aplicação de qualquer penalidade será obrigatoriamente precedida de notificação prévia à CREDENCIADA, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.2. Com amparo na base legal supracitada e conforme a natureza e a gravidade da infração cometida, a CREDENCIANTE poderá aplicar as seguintes sanções, garantida a prévia manifestação do interessado no prazo legal:

a) Advertência: destinada a infrações de natureza leve, que possam ser corrigidas imediatamente e que não causem prejuízo ao serviço prestado;
b) Multa: será aplicada em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, observando-se os seguintes parâmetros e percentuais, calculados sobre o faturamento mensal bruto (valor total devido à instituição no mês da infração, considerando o número de alunos matriculados):
b.1) Multa Moratória (por atraso): 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento de prazos administrativos ou na entrega de itens obrigatórios (como alimentação, uniformes ou materiais), até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal;
b.2) Multa por Inexecução Parcial (natureza média): 2% (dois por cento) por ocorrência, nos casos de descumprimento de normas estruturais ou pedagógicas que não coloquem em risco imediato o atendimento;
b.3) Multa por Inexecução Grave (natureza grave): 5% (cinco por cento) por ocorrência, aplicada em situações que comprometam diretamente a finalidade do programa ou os direitos das crianças;
b.4) Reincidência: Em caso de reincidência na mesma infração dentro do prazo de 12 (doze) meses, os percentuais acima serão aplicados em dobro, podendo a CREDENCIANTE iniciar o processo de descredenciamento conforme o item 14.4 do Edital de Credenciamento nº 01/2026/SEMED;
c) Suspensão temporária do credenciamento: aplicada em casos de reincidência ou descumprimento grave das obrigações contratuais, o que impedirá a CREDENCIADA de firmar novos contratos com a CREDENCIANTE por um prazo determinado;
d) Descredenciamento: penalidade imposta em situações de descumprimento reiterado, cometimento de falta grave ou má conduta que seja incompatível com a execução do objeto contratado;

e) Indenização por perdas e danos: cabível quando a infração resultar em prejuízo direto ao erário municipal ou aos beneficiários do Programa Mais Educação Infantil.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como as condições para vagas ofertadas, as obrigações da CREDENCIADA e CREDENCIANTE, condições de pagamento, fiscalização e acompanhamento, descredenciamento demais condições, encontram se definidos no Edital de Credenciamento nº 01/2026/SEMED, publicado no Diário Oficial nº Nº 4301.

9.2. A CREDENCIADA concorda com todas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026/SEMED, publicado no Diário Oficial do dia 19/08/2026. Edição 4301, o qual é parte integrante do presente instrumento.

Porto Velho, 21 de setembro de 2026.

GIORDANI DOS SANTOS LIMA
Secretário Municipal de Educação –SEMED
Decreto Nº 2.504/I, DE 03/02/2026

CLEISIANE ARRUDA CASTRO RIBEIRO
Diretora/ Representante Legal
Creche Escola Cantinho de Anjos

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:91758714

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMIAS, DE UM LADO, E DO OUTRO, A RECHE GALDEANO & CIA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, Praça Padre João Nicoletti, nº 826, centro, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMIAS**, representada pelo Secretário Sr. **PAULO AFONSO FERREIRA JÚNIOR**, doravante denominado **CONTRATANTE**, Empresa **RECHE GALDEANO & CIA LTDA,** inscrita no CNPJ nº 08.713.403/0001-90, com sede na Av Duque de Caxias, n° 887, Bairro: Praça 14 de Janeiro, CEP 69.020-141, Manaus/AM, neste ato legalmente representada pelo (a) Sr. **DAVI TAVARES DE MELO BRANDT CRUZ**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021 e alterações, **decorrente da Adesão à Ata de Registro de Preços n.º 004/2026/SUPEL-RO, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 90374/2025**, nos termos devidamente autorizados nos autos do **Processo nº 012.006112/2026-82**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social- SEMIAS, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas nos Anexos do Edital, para atender à Contratante.
Parágrafo Primeiro – Integram este documento contratual, como parte indissociável, VINCULANDO ESTA CONTRATAÇÃO:
a)Edital do Pregão Eletrônico nº 90374/2025/SUPEL/RO (ID 1573876);
b)Ata de Registro de Preço Nº4/2026/SUPEL-RO (ID 1255334)
c) Termo de Referência/Projeto Básico e anexos dos documentos supracitados (ID 1573876);
1.2. Das Especificações Técnicas e Quantidades:

Item	Tipo de veículo	Unid	Qtd.	Valor unit./mês	Valor total/mês
05	**Veículo tipo Hatch:** motor turbo (mín. 105 CV), 05 passageiros e rastreamento híbrido.	UND	11	R$ 2.600,00	R$ 28.600,00
03	**Pick-up Compacta:** utilitário leve, cabine dupla, motor turbo flex e rastreamento híbrido.	UND	01	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
02	**Caminhonete 4x4:** utilitário Diesel (mín. 160 CV), tração 4x4 e automática.	UND	04	R$ 8.166,66	R$ 32.666,64
Valor total					R$ 65.266,64

2. CLÁUSULA SEGUNDA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO
2.1. Os veículos objeto deste contrato deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA à CONTRATANTE em perfeitas condições de uso, funcionamento, conservação e segurança, atendendo integralmente às especificações, características, equipamentos e acessórios estabelecidos para a contratação.
2.2. A entrega dos veículos será realizada no estacionamento da SEMIAS, localizado em Av. Pinheiro Machado, 1718 - São Cristóvão Porto Velho – RO, 76820-838.
2.3. **Do Prazo**
2.3.1. Os veículos deverão ser entregues em Porto Velho – RO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, para recebimento pela comissão designada e posterior disponibilização à CONTRATANTE.
2.3.2. O prazo acima citado justifica-se pelo motivo de que os veículos deverão ser entregues zero quilômetro com os acessórios descritos nas Especificações Técnicas.
2.3.3. Os veículos deverão ser entregues devidamente documentados e licenciados, em condições de utilização imediata, acompanhados dos respectivos documentos obrigatórios e demais itens exigidos na contratação.
2.3.4. A CONTRATADA será responsável por todos os custos necessários à disponibilização dos veículos, inclusive aqueles relacionados à entrega, documentação, licenciamento e demais providências de sua responsabilidade, conforme as condições estabelecidas na contratação.
2.3.5. Eventual pedido de prorrogação do prazo de entrega deverá ser apresentado pela CONTRATADA antes do vencimento do prazo, acompanhado de justificativa e documentação pertinente, ficando sujeito à análise e decisão da CONTRATANTE, na forma da legislação aplicável.
2.3.6. Os veículos entregues em desacordo com as especificações poderão ser recusados pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição do veículo rejeitado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO
3.1. O recebimento dos veículos será realizado pela comissão ou agente formalmente designado pela CONTRATANTE, mediante conferência das condições, características, equipamentos e documentos exigidos.
3.2. O recebimento provisório será realizado para verificação da conformidade dos veículos com as especificações contratadas, podendo a CONTRATANTE rejeitar aqueles que apresentarem desconformidades.
3.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação da compatibilidade dos veículos com as especificações e condições contratadas.
II - O recebimento dos equipamentos se dará:
a) Provisoriamente: para efeito da verificação da conformidade dos veículos contratados, em relação à qualidade será recebido pela mesma comissão designada para acompanhar o processo licitatório, que emitirá o Termo de Recebimento Provisório. A referida comissão na emissão do Termo provisório poderá rejeitar qualquer veículo que não esteja de acordo com as exigências desta Secretaria, bem como

determinar o prazo para substituição do automóvel eventualmente fora das especificações, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.
b) Definitivamente: no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.
3.4 A SEMIAS designará um representante da equipe para acompanhar e fiscalizar o RECEBIMENTO dos serviços desta contratação, sendo que o exercício da fiscalização pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

4.1. O adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas no Termo de Referência, conforme disposto no art. 96 da Lei 14.133/21, desde que cumpridas as obrigações contratuais, optando por uma das seguintes modalidades:
a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
b) seguro – garantia; ou
c) fiança bancária.
4.2. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA E VEDAÇÕES DO CONTRATO

5.1. O prazo para assinatura do contrato será de até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação ao fornecedor.
5.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, em conformidade com a legislação vigente e nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
5.3. A CONTRATADA deverá manifestar-se quanto à renovação do contrato, comunicando à CONTRATANTE sua decisão com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do término do contrato vigente.
5.4. A ausência de manifestação dentro do prazo estipulado será interpretada como desinteresse pela renovação.
5.5. O critério de reajuste deve seguir a observância das disposições constantes no Decreto Municipal nº 18.892/2023.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTES CONTRATUAIS

6.**1**. Com fundamento no Decreto Municipal nº 18.892/2023, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de reajustamento, com intervalo mínimo de 1 (um) ano a contar da data da apresentação da proposta. Essa medida visa à preservação da previsibilidade financeira, tanto para a Administração quanto para o contratado, a fim de evitar a necessidade de revisão contínua do orçamento, proporcionando estabilidade financeira ao contrato, o qual preserva o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes e reduz o risco de ajustes desnecessários e complexos no primeiro reajuste contratual.
6.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
6.3. O reajuste observará as disposições constantes no Decreto Municipal nº 18.892/2023, em consonância com o Termo de Referência.
6.4. As alterações contratuais observarão os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e poderão ser formalizadas por termo aditivo ou apostilamento quando presentes as hipóteses do art. 136 da mesma Lei.

6.4.1. Termo Aditivo

Princípios Gerais:
O Termo Aditivo será formalizado com base nos princípios da legalidade, eficiência, interesse público e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme os artigos 130 a 136 da Lei 14.133/2021, visando garantir segurança jurídica para as partes.
Formalização:
A formalização do Termo Aditivo é condição indispensável para a execução de quaisquer alterações contratuais, sendo precedida de justificativas que atendam ao interesse público. Em situações de urgência, a antecipação dos efeitos do Termo Aditivo poderá ser autorizada, desde que haja justificativa expressa. A formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme o art. 132 da Lei 14.133/2021.
Alterações Unilaterais e Equilíbrio Econômico-Financeiro:
Caso a Administração altere unilateralmente o contrato, resultando em aumento ou diminuição dos encargos do contratado, deverá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme o disposto no art. 130 da Lei 14.133/2021. Para tanto, será obrigatória a apresentação de justificativa técnica detalhada e, quando aplicável, a realização de auditoria financeira.
Apostilamento:
Situações que não caracterizem alterações contratuais substanciais, como variações no valor contratual para reajustes, compensações financeiras, ou alterações na razão social do contratado, poderão ser formalizadas por apostilamento, dispensando-se a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei 14.133/2021.
Índices de Reajuste:
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto para reajustamento do preço, as partes elegerão novo índice oficial mediante celebração de Termo Aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E PAGAMENTO

7.1. O valor desta contratação é de R$ 783.199,68 (setecentos e oitenta e três mil cento e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos), já estando nele incluídos também os custos indiretos sobre o fornecimento, tais como: despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto da licitação, os quais deverão compor sua proposta.
7.2. O valor mensal da contratação corresponde a R$ 65.266,64 (sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), considerando o valor global de 12 (doze) meses.
7.3. O pagamento será efetuado mensalmente, após a efetiva disponibilização dos veículos e o atesto da execução pelo fiscal do contrato, mediante apresentação da nota fiscal/fatura e dos documentos exigidos para liquidação da despesa.
7.4. A nota fiscal/fatura deverá discriminar os serviços efetivamente prestados e observar os dados do contrato e da nota de empenho.
7.5. O pagamento ficará condicionado à regularidade da documentação exigida para a liquidação da despesa e ao cumprimento das condições contratuais.
7.6. O pagamento será realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da validação e do atesto da Nota Fiscal/Fatura pela fiscalização e do cumprimento das condições de habilitação.
7.6.1. DOS DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO:
A Nota Fiscal/Fatura emitida em 2 (duas) vias deverá vir acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas (CNDs Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT).
7.6.2. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS:
A CONTRATANTE efetuará as retenções na fontes relativas ao Imposto de Renda (IRRF) e ao Imposto sobre Serviços (ISS), quando cabível, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e a legislação municipal aplicável, bem como as demais diretrizes detalhadas no Termo de Referência.
7.6.3. ERROS OU INCORREÇÕES:
Havendo erro na emissão da Nota Fiscal ou pendência documental, o prazo para pagamento será suspenso e reaberto somente após a devida regularização pela CONTRATADA.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS:

8.1. A cobertura das despesas decorrentes da presente contratação no exercício financeiro de 2026 ocorrerá por conta dos recursos consignados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), conforme a programação orçamentária e a Nota de Empenho especificada abaixo:

Programa de Trabalho: 12.33.08.244.160.2.860 (Bloco de Gestão dos Programas de Transferência de Renda e Cadastro Único); Elemento de Despesa: 3.3.90.33.03; Fonte de Recursos: 2.660.0000.0000.0000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS; Nota de Empenho nº 6443/2026/SEMIAS-CAA, ID 1574473.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES Á LGPD

9.1. As partes do contrato devem cumprir as obrigações legais relativas ao adequado tratamento de dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como observar o que segue:

9.1.1. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
9.1.2. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo contratado.
9.1.3. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
9.1.4. O contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
9.1.5. O contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
9.1.6. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela CONTRATANTE.
10.2. Compete à fiscalização verificar o cumprimento das obrigações contratuais, registrar ocorrências, acompanhar a entrega e disponibilização dos veículos, conferir a qualidade da execução e atestar as notas fiscais quando comprovada a execução.
10.3. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Emitir as ordens de fornecimento/autorizações necessárias à execução do objeto, quando aplicável.
11.2. Receber e conferir os veículos, observando as especificações e condições estabelecidas no contrato.
11.3. Designar os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
11.4. Comunicar à CONTRATADA as ocorrências e desconformidades verificadas durante a execução.
11.5. Efetuar os pagamentos devidos após o cumprimento das condições contratuais e a regular liquidação da despesa.
11.6. Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à adequada execução do objeto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Entregar e manter à disposição da CONTRATANTE os 16 (dezesseis) veículos objeto da contratação, em conformidade com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste contrato.
12.2. Entregar os veículos zero quilômetro, em perfeitas condições de uso, segurança e funcionamento, com os equipamentos e acessórios exigidos na contratação.
12.3. Cumprir o prazo de entrega de até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato.
12.4. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, veículo recusado por desconformidade com as especificações ou condições contratadas.
12.5. Arcar com os custos, encargos, tributos, seguros, fretes e demais despesas necessárias à execução do objeto, conforme definido na contratação.
12.6. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
12.7. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer fato que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou das condições contratuais.
12.8. Atender às determinações da fiscalização relacionadas à execução do contrato.
12.9. Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua atuação, nos limites da legislação e das condições contratuais.
12.10. Cumprir as demais obrigações específicas constantes da Ata, do Termo de Referência licitado, do Termo de Referência Simplificado e da proposta vencedora, desde que compatíveis com este contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Sem prejuízo das sanções dominadas no artigo 104, I, III e IV da Lei nº 14.133/2021 e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções reguladas na matéria, em especial a lei nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas, caso apresente alguma das situações ali previstas.
13.2. Conforme art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos, são sanções cabíveis nas contratações públicas:
1 - Advertência;
2 - Multas, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.3. Fica estabelecido, em concordância ao art.156, § 3º da Lei 14.133/21, os seguintes critérios para os níveis de infrações e os seguintes percentuais para aplicação de penalidades, incidente sobre o valor - mensal do contrato e/ou sobre a parcela inadimplida:
a) Infrações Leves (prejuízo posterior) - 0,5% (cinco décimos por cento);
b) Infrações Médias (prejuízo imediato) - Até 15% (quinze por cento);
c) Infrações Graves (prejuízo permanente) - Até 30% (trinta por cento).
13.4. As penalidades de advertência, multa (nos percentuais de 0,5%, até 15% ou até 30% conforme a gravidade), impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade serão aplicadas observando-se a dosimetria, os prazos e os procedimentos estabelecidos no citado Termo de Referência e na legislação vigente, garantido o contraditório e a ampla defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
13.5. A aplicação de qualquer penalidade observará o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.
13.6. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os demais critérios previstos na Lei nº 14.133/2021.
13.7. A aplicação de qualquer penalidade não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações contratuais nem a possibilidade de reparação dos danos causados à Administração.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

14.1. O contrato será executado diretamente pela CONTRATADA, sendo terminantemente vedada a subcontratação, cessão, transferência e/ou terceirização conforme descritos no item 39 do termo de referência anexo ao edital de licitação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MATRIZ DE RISCO

15.1. A Análise de Riscos e Adendo Matriz de Riscos, apresentada a análise no item 7 do Termo de Referência, conforme art. 131 do Decreto Municipal nº 18.892/2023, é o documento que materializa a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual e propõe controles capazes de mitigar as possibilidades ou os efeitos da sua ocorrência.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. Este Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 104 da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis. Além disso, poderão ser aplicadas as hipóteses de extinção do contrato previstas no art. 137 da referida Lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto no termo de referência, edital e seus anexos, os chamados casos omissos, que estes serão dirimidos, respeitado o objeto da licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Termo.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Após a assinatura deste contrato, o **CONTRATANTE** providenciará a publicação do mesmo ou de resumo no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo **Sítio Eletrônico Oficial do Município** em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes e duas testemunhas que também os assinam, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, **devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município.**

Porto Velho, 24 de setembro de 2026.

PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR
Secretário Municipal De Inclusão E Assistência Social - SEMIAS

DAVI TAVARES DE MELO BRANDT CRUZ
Representante Legal Da Contratada

Visto:
HELEN REGINA LEMOS FERREIRA
Subprocuradora Da Subprocuradoria Administrativa, Convênios E Contratos

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:0F99FA1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
FORMULÁRIO Nº16/2026/SEMIAS-DIMC

1. IDENTIFICAÇÃO

Processo Administrativo: 012.000748/2025-30
OSC: Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Porto Velho – AVCC
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS

2. GESTORES DE CONTRATOS

Titular(es)	**Nome:** Tatiana Socorro Barros Araújo	**Cadastro:** 10078558
Substituto(s)	**Nome:** Izabel Lopes Pereira	**Cadastro:** 10080332

Atuação: Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização e encaminhamento aos setores competentes da documentação necessária à realização dos procedimentos relativos à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento e eventual aplicação de sanções; é responsável, também, pelas providências tempestivas nos casos de inadimplemento contratual, extinção dos contratos, aderência às normas e atendimento às diretrizes e obrigações contratuais; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

3. FISCAIS TÉCNICOS

Titular(es)	**Nome: Elza Valadares de Oliveira**	**Cadastro**: 10078181
Substituto(s)	**Nome:** ----------	**Cadastro**: ----------

Atuação: Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

4. FISCAIS ADMINISTRATIVOS

Titular(es)	**Nome**: Lucas Gabriel de Almeida Veiga	**Cadastro:** 10078181
Substituto(s)	**Nome**: Rosângela Maria de Oliveira Amaral	**Cadastro**: 10078928

Atuação: Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

(X) **Não se aplica.**

5. FISCAIS SETORIAIS

Titular(es)	**Nome:**	**Cadastro:**
Substituto(s)	**Nome:**	**Cadastro:**

Atuação: Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Os servidores acima declaram ter ciência da indicação para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual e conhecimento das atribuições inerentes à função para o qual foram indicados, bem como cumprir os requisitos estabelecidos, conforme dispõe o art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023. O titular da unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico declara que os servidores indicados para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual cumprem os requisitos dispostos no art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023

PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR
Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS
Decreto nº 2807/I

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:62A9A838

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
FORMULÁRIO Nº17/2026/SEMIAS-DIMC

1. IDENTIFICAÇÃO

Processo Administrativo:012.000704/2025-18

OSC: Núcleo de Apoio à Criança com Câncer - NACC

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS

2. GESTORES DE CONTRATOS

Titular(es)	**Nome:** Tatiana Socorro Barros Araújo	**Cadastro:** 10078558
Substituto(s)	**Nome:** Izabel Lopes Pereira	**Cadastro:** 10080332

Atuação: Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização e encaminhamento aos setores competentes da documentação necessária à realização dos procedimentos relativos à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento e eventual aplicação de sanções; é responsável, também, pelas providências tempestivas nos casos de inadimplemento contratual, extinção dos contratos, aderência às normas e atendimento às diretrizes e obrigações contratuais; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

3. FISCAIS TÉCNICOS

Titular(es)	**Nome: Elza Valadares de Oliveira**	**Cadastro**: 10078181
Substituto(s)	**Nome:** ----------	**Cadastro**: ----------

Atuação: Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

4. FISCAIS ADMINISTRATIVOS

Titular(es)	**Nome**: Lucas Gabriel de Almeida Veiga	**Cadastro:** 10078181
Substituto(s)	**Nome**: Rosângela Maria de Oliveira Amaral	**Cadastro**: 10078928

Atuação: Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências

tempestivas nos casos de inadimplemento; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

(X) **Não se aplica.**

5. FISCAIS SETORIAIS

Titular(es)	**Nome:**	**Cadastro:**
Substituto(s)	**Nome:**	**Cadastro:**

Atuação: Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Os servidores acima declaram ter ciência da indicação para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual e conhecimento das atribuições inerentes à função para o qual foram indicados, bem como cumprir os requisitos estabelecidos, conforme dispõe o art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023. O titular da unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico declara que os servidores indicados para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual cumprem os requisitos dispostos no art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023

PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR
Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS
Decreto nº 2807/I

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:5EACC77F

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
FORMULÁRIO Nº18/2026/SEMIAS-DIMC

1. IDENTIFICAÇÃO

Processo Administrativo:012.000981/2025-12

OSC: ASSOCIAÇÃO CASA FAMÍLIA ROSETTA

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS

2. GESTORES DE CONTRATOS

Titular(es)	**Nome:** Tatiana Socorro Barros Araújo	**Cadastro:** 10078558
Substituto(s)	**Nome:** Izabel Lopes Pereira	**Cadastro:** 10080332

Atuação: Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização e encaminhamento aos setores competentes da documentação necessária à realização dos procedimentos relativos à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento e eventual aplicação de sanções; é responsável, também, pelas providências tempestivas nos casos de inadimplemento contratual, extinção dos contratos, aderência às normas e atendimento às diretrizes e obrigações contratuais; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

3. FISCAIS TÉCNICOS

Titular(es)	**Nome: Elza Valadares de Oliveira**	**Cadastro**: 10078181
Substituto(s)	**Nome:** ----------	**Cadastro**: ----------

Atuação: Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

4. FISCAIS ADMINISTRATIVOS

Titular(es)	**Nome**: Lucas Gabriel de Almeida Veiga	**Cadastro:** 10078181
Substituto(s)	**Nome**: Rosângela Maria de Oliveira Amaral	**Cadastro**: 10078928

Atuação: Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

(X) **Não se aplica.**

5. FISCAIS SETORIAIS

Titular(es)	**Nome:**	**Cadastro:**
Substituto(s)	**Nome:**	**Cadastro:**

Atuação: Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA
Os servidores acima declaram ter ciência da indicação para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual e conhecimento das atribuições inerentes à função para o qual foram indicados, bem como cumprir os requisitos estabelecidos, conforme dispõe o art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023. O titular da unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico declara que os servidores indicados para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual cumprem os requisitos dispostos no art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023

PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR
Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS
Decreto nº 2807/I

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:05BA65F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
FORMULÁRIO Nº19/2026/SEMIAS-DIMC

1. IDENTIFICAÇÃO

Processo Administrativo: 012.000996/2025-81

OSC: Associação Casa Família Rosetta

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS

2. GESTORES DE CONTRATOS

Titular(es)	**Nome:** Tatiana Socorro Barros Araújo	**Cadastro:** 10078558
Substituto(s)	**Nome:** Izabel Lopes Pereira	**Cadastro:** 10080332

Atuação: Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização e encaminhamento aos setores competentes da documentação necessária à realização dos procedimentos relativos à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento e eventual aplicação de sanções; é responsável, também, pelas providências tempestivas nos casos de inadimplemento contratual, extinção dos contratos, aderência às normas e atendimento às diretrizes e obrigações contratuais; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

3. FISCAIS TÉCNICOS

Titular(es)	**Nome: Elza Valadares de Oliveira**	**Cadastro**: 10078181
Substituto(s)	**Nome:** ----------	**Cadastro**: ----------

Atuação: Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a

quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

4. FISCAIS ADMINISTRATIVOS

Titular(es)	**Nome**: Lucas Gabriel de Almeida Veiga	**Cadastro:** 10078181
Substituto(s)	**Nome**: Rosângela Maria de Oliveira Amaral	**Cadastro**: 10078928

Atuação: Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

(X) **Não se aplica.**

5. FISCAIS SETORIAIS

Titular(es)	**Nome:**	**Cadastro:**
Substituto(s)	**Nome:**	**Cadastro:**

Atuação: Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Os servidores acima declaram ter ciência da indicação para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual e conhecimento das atribuições inerentes à função para o qual foram indicados, bem como cumprir os requisitos estabelecidos, conforme dispõe o art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023. O titular da unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico declara que os servidores indicados para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual cumprem os requisitos dispostos no art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023

PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR
Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS
Decreto nº 2807/I

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:14AC85B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
FORMULÁRIO Nº20/2026/SEMIAS-DIMC

1. IDENTIFICAÇÃO

Processo Administrativo:012.001161/2025-48

OSC: Associação CASA FAMÍLIA ROSETTA

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS

2. GESTORES DE CONTRATOS

Titular(es)	**Nome:** Tatiana Socorro Barros Araújo	**Cadastro:** 10078558
Substituto(s)	**Nome:** Izabel Lopes Pereira	**Cadastro:** 10080332

Atuação: Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização e encaminhamento aos setores competentes da documentação necessária à realização dos procedimentos relativos à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento e eventual aplicação de sanções; é responsável, também, pelas providências tempestivas nos casos de inadimplemento contratual, extinção dos contratos, aderência às normas e atendimento às diretrizes e obrigações contratuais; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

3. FISCAIS TÉCNICOS

Titular(es)	**Nome: Elza Valadares de Oliveira**	**Cadastro**: 10078181
Substituto(s)	**Nome:** ----------	**Cadastro**: ----------

Atuação: Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

4. FISCAIS ADMINISTRATIVOS

Titular(es)	**Nome**: Lucas Gabriel de Almeida Veiga	**Cadastro:** 10078181
Substituto(s)	**Nome**: Rosângela Maria de Oliveira Amaral	**Cadastro**: 10078928

Atuação: Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

(X) **Não se aplica.**

5. FISCAIS SETORIAIS

Titular(es)	**Nome:**	**Cadastro:**
Substituto(s)	**Nome:**	**Cadastro:**

Atuação: Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Os servidores acima declaram ter ciência da indicação para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual e conhecimento das atribuições inerentes à função para o qual foram indicados, bem como cumprir os requisitos estabelecidos, conforme dispõe o art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023. O titular da unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico declara que os servidores indicados para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual cumprem os requisitos dispostos no art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023

PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR
Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS
Decreto nº 2807/I

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:97C2F732

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
FORMULÁRIO Nº21/2026/SEMIAS-DIMC

1. IDENTIFICAÇÃO

Processo Administrativo:012.001828/2025-11

OSC: Associação Casa Família Rosetta

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS

2. GESTORES DE CONTRATOS

Titular(es)	**Nome:** Tatiana Socorro Barros Araújo	**Cadastro:** 10078558
Substituto(s)	**Nome:** Izabel Lopes Pereira	**Cadastro:** 10080332

Atuação: Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização e encaminhamento aos setores

competentes da documentação necessária à realização dos procedimentos relativos à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento e eventual aplicação de sanções; é responsável, também, pelas providências tempestivas nos casos de inadimplemento contratual, extinção dos contratos, aderência às normas e atendimento às diretrizes e obrigações contratuais; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

3. FISCAIS TÉCNICOS

Titular(es)	**Nome: Elza Valadares de Oliveira**	**Cadastro**: 10078181
Substituto(s)	**Nome:** ----------	**Cadastro**: ----------

Atuação: Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

4. FISCAIS ADMINISTRATIVOS

Titular(es)	**Nome**: Lucas Gabriel de Almeida Veiga	**Cadastro:** 10078181
Substituto(s)	**Nome**: Rosângela Maria de Oliveira Amaral	**Cadastro**: 10078928

Atuação: Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

(X) **Não se aplica.**

5. FISCAIS SETORIAIS

Titular(es)	**Nome:**	**Cadastro:**
Substituto(s)	**Nome:**	**Cadastro:**

Atuação: Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade. (Decreto Municipal nº 18.892/2023, art. 4º)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Os servidores acima declaram ter ciência da indicação para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual e conhecimento das atribuições inerentes à função para o qual foram indicados, bem como cumprir os requisitos estabelecidos, conforme dispõe o art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023. O titular da unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico declara que os servidores indicados para compor a equipe de gestão e fiscalização contratual cumprem os requisitos dispostos no art. 4º do Decreto Municipal nº 18.892/2023

PAULO AFONSO FERREIRA JUNIOR
Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS
Decreto nº 2807/I

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:9F70E411

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
RESOLUÇÃO Nº 443 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 443 DE 24 SETEMBRO DE 2026

"*Dispõe sobre a instituição da Comissão Especial responsável pela análise, revisão e elaboração de proposta de alteração da Lei Complementar nº 413, de 30 março de 2011, que Reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, é dá outras providências".*

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE PORTO VELHO/RO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 413, de 30 de março de 2011, e seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CMAS nº 372, de 27 de maio de 2025.
CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 413, de 30 de março de 2011, dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e estabelece sua composição, competências, estrutura e funcionamento;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da legislação municipal que rege o CMAS, de modo a adequá-la à atual estrutura administrativa do Município de Porto Velho;
CONSIDERANDO as alterações ocorridas na organização administrativa municipal, incluindo a unificação e/ou reorganização de órgãos e secretarias municipais, tornando necessária a revisão das representações do Poder Público previstas na legislação vigente;
CONSIDERANDO a necessidade de preservar a paridade entre a representação governamental e a sociedade civil no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a compatibilização da legislação municipal com a atual organização da Política de Assistência Social e com as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião realizada em 23 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Especial para Análise, Revisão e Elaboração de Proposta de Alteração da Lei Complementar nº 413, de 30 de março de 2011, com a finalidade de realizar estudos e elaborar proposta de atualização da legislação que regulamenta o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
Art. 2º A Comissão Especial será composta pelos seguintes conselheiros:
I – Edneli Galdino Cerqueira-Associação Pestalozzi de Porto Velho;
II –Luciana Hermínia Domiciano- Secretaria Municipal de Economia-SEMEC;
III – Marcilene Paz Pinheiro-Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia-AJERO;
IV – Marcuce Antônio Miranda dos Santos-Associação Beradeiro;
V – Natal de Souza Campos- Secretaria Municipal de Saúde-SEMUSA;
VI- Waldemarina Galvão Lopes-Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social-SEMIAS.
Parágrafo único. A Comissão Especial será presidida pelo conselheiro Marcuce Antônio Miranda dos Santosa quem competirá coordenar os trabalhos, convocar e conduzir as reuniões, acompanhar o cumprimento das atividades e apresentar ao Plenário do CMAS os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão.
Art. 3º Compete à Comissão Especial:
I – analisar a Lei Complementar nº 413, de 30 de março de 2011, identificando os dispositivos que necessitam de atualização ou alteração;
II – analisar a atual estrutura administrativa do Município de Porto Velho e sua correspondência com as representações governamentais previstas na legislação do CMAS;
III – propor as adequações necessárias na composição do Conselho Municipal de Assistência Social;
IV – analisar a necessidade de atualização das competências, estrutura e funcionamento do CMAS;
V – verificar a compatibilidade da legislação municipal com as normativas vigentes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
VI – elaborar minuta de alteração da Lei Complementar nº 413/2011;
VII – elaborar relatório contendo as alterações propostas e suas respectivas justificativas;
VIII – apresentar ao Plenário do CMAS a minuta de alteração da Lei Complementar para apreciação e deliberação.

Art. 4º A Comissão Especial poderá solicitar à Secretaria Executiva do CMAS informações, documentos e demais subsídios necessários à realização dos trabalhos.
Art. 5º A Comissão Especial terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Resolução, para conclusão dos trabalhos e apresentação da proposta ao Plenário do CMAS.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante justificativa da Comissão e deliberação do Plenário.
Art. 6º A participação dos conselheiros na Comissão Especial será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 7ºA proposta elaborada pela Comissão Especial será submetida à apreciação e deliberação do Plenário do CMAS e, após aprovada, será encaminhada ao Poder Executivo Municipal para as providências necessárias à sua tramitação e posterior sanção, observados os procedimentos legais aplicáveis, não produzindo, por si só, alteração na legislação vigente.
Art. 8º A Secretaria Executiva do CMAS prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Especial.
Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALDEMARINA GALVÃO LOPES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:32CE8790

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
RESOLUÇÃO Nº 444 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 444 DE 24 SETEMBRO DE 2026

"*Dispõe sobre a análise do plano de Trabalho do Programa Crescendo Bem, apresentado pela Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social-SEMIAS"*.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE PORTO VELHO/RO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 413, de 30 de março de 2011, e seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CMAS nº 372, de 27 de maio de 2025.
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução da Política Municipal de Assistência Social, bem como os programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais;
CONSIDERANDO o Plano de Trabalho do Programa Crescendo Bem, encaminhado pela Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS, constante do Processo SEI nº **012.002170/2025-56**;
CONSIDERANDO que este Conselho, em análise anterior, identificou a necessidade de adequações no Plano de Trabalho, especialmente quanto à apresentação da versão definitiva, exclusão de anotações internas, complementação do diagnóstico socioterritorial e dos indicadores, revisão de duplicidades textuais e revisão geral da redação e padronização do instrumento;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS apresentou nova versão do Plano de Trabalho, datada de 04 de setembro de 2026, contendo estrutura formalizada, diagnóstico socioterritorial, objetivos, metodologia, metas, indicadores, mecanismos de monitoramento, recursos humanos, prestação de contas e controle social, encontrando-se o documento formalmente assinado pelos responsáveis;
CONSIDERANDO que foram atendidas as diligências referentes à apresentação da versão definitiva, exclusão de anotações e observações internas e revisão das duplicidades textuais anteriormente identificadas;
CONSIDERANDO que houve significativa complementação do diagnóstico socioterritorial e dos indicadores, permanecendo, contudo, pendente a informação referente ao quantitativo de crianças na primeira infância e respectivo período de referência;
CONSIDERANDO que permanecem ajustes formais de redação e padronização, inclusive quanto à expressão constante na seção referente ao período de execução e à necessidade de conferência da referência processual constante ao final do Plano de Trabalho;
CONSIDERANDO que a responsabilidade pela complementação, atualização, correção e consistência das informações constantes do Plano de Trabalho, bem como pela execução, monitoramento e prestação de contas do Programa Crescendo Bem, permanece sob responsabilidade da gestão da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS;
CONSIDERANDO a necessidade de detalhamento, pela Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS, quanto à utilização do Prontuário SUAS como instrumento para comprovação da execução das metas previstas no Plano de Trabalho;
CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 99/SEMIAS/CMAS/2026, emitido no âmbito do Processo SEI nº 012.002170/2025-56, que concluiu pelo reconhecimento do atendimento parcial das diligências anteriormente determinadas;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada em 23 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o atendimento parcial das diligências anteriormente determinadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS à Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS, referentes ao Plano de Trabalho do Programa Crescendo Bem;
Art. 2º Considerar atendidas as diligências relativas:
I – à apresentação da versão definitiva do Plano de Trabalho;
II – à exclusão de anotações, observações internas e textos de elaboração;
III – à revisão das duplicidades textuais anteriormente identificadas; e
IV – à revisão geral e reorganização do instrumento, com aprimoramento de sua estrutura, inclusão de mecanismos de monitoramento e avaliação e definição de metas, indicadores, meios de verificação e responsáveis pela execução, ressalvados os ajustes formais ainda pendentes.
Art. 3º Considerar parcialmente atendida a diligência referente à complementação do diagnóstico socioterritorial e dos indicadores, permanecendo pendente a informação relativa ao quantitativo de crianças na primeira infância, acompanhada do respectivo período de referência.
Parágrafo único. A pendência prevista no caput deverá ser complementada e atualizada pela gestão da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS, permanecendo sob sua responsabilidade.
Art. 4º A Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS deverá providenciar os ajustes formais e de redação ainda identificados no Plano de Trabalho, incluindo a correção da expressão constante na seção referente ao período de execução e a conferência da referência processual indicada ao final do documento.
Art. 5º A Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS deverá apresentar ao Conselho Municipal de Inclusão e Assistência Social-CMAS o detalhamento quanto à utilização do Prontuário SUAS como instrumento para comprovação da execução das metas previstas no Plano de Trabalho do Programa Crescendo Bem, considerando o status atual das informações cadastrais.
Art. 6º Fica consignado que a apreciação do Plano de Trabalho pelo Conselho Municipal de Inclusão e Assistência Social-CMAS não afasta a responsabilidade da gestão da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS quanto:
I – à veracidade, atualização e consistência das informações apresentadas;
II – à complementação das informações pendentes;
III – à correção dos ajustes formais identificados;
IV – à adequada execução das ações previstas no Programa Crescendo Bem;
V – ao cumprimento das metas e indicadores estabelecidos;
VI – ao monitoramento e à avaliação do Programa; e
VII – à prestação de contas dos recursos e das ações executadas.

Art. 7º O Conselho Municipal de Inclusão e Assistência Social-CMAS realizará o acompanhamento, a fiscalização e o controle social da execução do Programa Crescendo Bem, podendo solicitar à gestão da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS, sempre que necessário, informações, documentos, relatórios e demais elementos necessários à avaliação da execução do Programa.
Art. 8º As pendências e ajustes consignados nesta Resolução não impedem o prosseguimento do acompanhamento do Programa pelo CMAS, devendo ser observados pela gestão da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS no decorrer da execução do Plano de Trabalho.
Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALDEMARINA GALVÃO LOPES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:89F39E21

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
11º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 26/2023/COJUSA/PGM

Termo de Apostilamento Nº28/2026/SEMUSA-NUACC

Porto Velho, 23 de setembro de 2026.

11º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 26/2023/COJUSA/PGM PROCESSO Nº 005.001480/2025-42 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA DE UM LADO, E DO OUTRO BOAS NOVAS GESTÃO DE SAÚDE.

Aos vinte e três dia do mês de setembro do ano de 2026, o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, Pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 826, centro, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**, representada Senhora Secretária **SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº *****6 SESDEC/RO e CPF nº ***.874.722-**, doravante denominado CONTRATANTE, resolve celebrar o presente Termo de Apostilamento ao Contrato nº 26/2023/COJUSA/PGM, originário do Processo Administrativo nº 005.001480/2025-42, de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 Constitui objeto do presente termo de apostilamento a consignação da dotação orçamentária que cobrirá as despesas atinentes ao Contrato nº 26/2023/COJUSA/PGM, para cobrir as despesas compreendidas no período de setembro a 21 de dezembro de 2026.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS:
2.1. As despesas referentes aos períodos especificados no exercício financeiro de 2026 serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde / SEMUSA, sob as seguintes classificações e notas de empenho:
2.2. **Programa/Atividade:** 2.669 - Operacionalização das Unidades de Saúde da Atenção Especializada; **Elemento de Despesa:** 33903400000 – Outras Despesas de Pessoal (Subelemento: 33903401000 – Outras despesas de pessoal); **Fonte de Recurso:** 16000000000000000:
· **Nota de Empenho nº 3650/2026**, de 14/09/2026, no valor de **R$ 460.868,00** (quatrocentos e sessenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 O presente termo de apostilamento, após sua assinatura, passa a fazer parte integrante do Contrato nº 26/2023/COJUSA/PGM, sendo que as demais cláusulas e condições originais permanecem íntegras e inalteradas, posto que ratificadas pelo presente instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
4.1 O presente termo de apostilamento tem fundamento legal no inciso IV, do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
5.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo Sítio Eletrônico Oficial do Município (Portal da Transparência), em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretaria Municipal de Saúde

Visto:

GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretoria Executiva de Administração

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 24/09/2026, às 13:41, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 25/09/2026, às 08:03, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1602225 e o código CRC 439838D0.

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:F63039ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
7º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 14/2024/COJUSA/PGM

Porto Velho, 23 de setembro de 2026.

7º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 14/2024/COJUSA/PGM, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA, E A EMPRESA ELLO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 826, Centro, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA, representada pela Senhora Secretária SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO, brasileira, portadora da cédula de identidade nº *****6 SESDEC/RO e CPF nº *.874.722-, doravante denominado CONTRATANTE, resolve celebrar o presente Termo de Apostilamento ao Contrato nº 14/2024/COJUSA/PGM, firmado com a empresa ELLO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 08.821.893/0001-48, originário do Processo Administrativo nº 005.001793/2025-09, de acordo com a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a consignação da dotação orçamentária que cobrirá as despesas atinentes ao reajuste do Contrato nº 14/2024/COJUSA/PGM, cujo objeto é o serviço de fornecimento de refeições preparadas a serem servidas por meio de sistema Self-service para atendimento de servidores plantonistas, para o período de agosto à 11 de novembro de 2026.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS:
2.1. As despesas referentes aos períodos especificados no exercício financeiro de 2026 serão provenientes de recursos consignados no

orçamento da Secretaria Municipal de Saúde / SEMUSA, sob as seguintes classificações e notas de empenho:
2.2. **Programa/Atividade:** 2.280 - Sustentação dos Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU 192; **Elemento de Despesa:** 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO (Subelemento: 33903007000 - Gêneros de Alimentação); **Fonte de Recurso:** 16210000000000000:

•
Nota de Empenho nº 3690/2026, de 17/09/2026, no valor de **R$ 8.602,56** (oito mil, seiscentos e dois reais e cinquenta e seis centavos)

2.3. **Programa/Atividade:** 2.669 - Operacionalização das Unidades de Saúde da Atenção Especializada; **Elemento de Despesa:** 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO (Subelemento: 33903007000 - Gêneros de Alimentação); **Fonte de Recurso:** 16210000000000000:

•
Nota de Empenho nº 3689/2026, de 17/09/2026, no valor de **R$ 50.360,82** (cinquenta mil, trezentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
3.1. O presente Termo de Apostilamento, após sua assinatura, passa a integrar o Contrato nº 14/2024/COJUSA/PGM para todos os fins de direito, permanecendo inalteradas e plenamente ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais que não conflitarem com este instrumento.
4. CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL
4.1. O presente Termo de Apostilamento fundamenta-se no art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na cláusula contratual de reajustamento e nos documentos de instrução constantes do Processo Administrativo nº 005.001793/2025-09.
5. CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao CONTRATANTE promover a divulgação do presente Termo de Apostilamento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no Portal da Transparência e nos demais meios oficiais de publicidade do Município, na forma dos arts. 54 e 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretaria Municipal de Saúde

Visto:
GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretoria Executiva de Administração

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 24/09/2026, às 13:41, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 25/09/2026, às 08:03, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1600548 e o código CRC 7357C28F.

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:911D96EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
CONTRATO - EXTRATO Nº1/2026/SEMUSA-DEA

Porto Velho, 24 de setembro de 2026.

PROCESSO Nº 005.016627/2026-80
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO TRISTÃO DA CUNHA, CNPJ nº 21.163.811/0001-83
ESPÉCIE: CONTRATO DE GESTÃO EMERGENCIAL Nº 121/2026/PGM
OBJETO: O gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de atenção primária à saúde da Unidade Básica de Saúde do Residencial Orgulho do Madeira, em estrutura provisória, na capacidade de 04 (quatro) equipes de Saúde da Família e 04 (quatro) equipes de Saúde Bucal, decorrente da Consulta para Seleção Emergencial, Edital nº 161/2026/SEMUSA-DEA.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 9.637/1998, Lei Complementar Municipal nº 721/2018 e Decreto Municipal nº 20.901/2025, com aplicação subsidiária, no que couber e por analogia, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VIGÊNCIA: Até 12 (doze) meses, contados da assinatura (23/09/2026), com extinção antecipada de pleno direito em até 60 (sessenta) dias contados da homologação do Chamamento Público ordinário do Processo SEI nº 005.000848/2026-36, caso esta ocorra antes do exaurimento da vigência máxima.
VALOR: Custeio anual de R$ 9.265.742,32 (parcela mensal de R$ 772.145,19), acrescido do investimento de implantação em parcela única de R$ 1.330.000,00, perfazendo o **valor global máximo estimado de R$ 10.595.742,32**. Para o exercício de 2026 (outubro a dezembro), cobertura orçamentária de R$ 3.646.435,58.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Programa de Trabalho: 08.31.10.301.317.2.664 – Operacionalização dos Serviços das Unidades de Atenção Primária à Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.50.85 – Contrato de Gestão
Fonte de Recursos: 1.500.0015.1002.0000
FORO: Comarca de Porto Velho/RO.
Assinam o Contrato de Gestão Emergencial:
Sandra Maria Petillo Cardoso — Secretária Municipal de Saúde (CONTRATANTE)
Felipe Pereira Aleixo de Araújo — Presidente, Associação Tristão da Cunha (CONTRATADA)

Responsável Pelo Extrato:
GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração
SEMUSA/PVH

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 24/09/2026, às 13:01, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:99A0DD3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 481/2026/DTIT/DEA/CGAF/SEMUSA, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Altera a PORTARIA Nº 37/GAB/SEMOB, que designa fiscais de Obra e Gestor do Contrato nº 10/2024/COJUSA/PGM, para substituir gestor de contrato anterior.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 1.000, de 07 de janeiro de 2025, especialmente o art. 38, bem como pelos demais dispositivos legais aplicáveis, observando o disposto no processo 005.000429/2026-02:
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente os arts. 7º, 117 e 174, que tratam da gestão e fiscalização das contratações públicas;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, que regulamenta as atribuições dos gestores e fiscais de contratos administrativos;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 18.892, de 30 de março de 2023, que regulamenta os procedimentos relativos às contratações públicas e publicações oficiais no âmbito do Município de Porto Velho;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 20.964, de 07 de maio de 2025, que disciplina os procedimentos administrativos relativos à designação de gestores e fiscais de contratos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, publicidade, eficiência, segurança jurídica, continuidade do serviço público e autotutela administrativa, previstos no art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição da equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, visando assegurar a adequada execução, acompanhamento e controle do Contrato Administrativo;
RESOLVE:
Art. 1º Remover o(a) servidor(a) abaixo relacionado(a) das funções de gestor do **Contrato nº 10/2024/COJUSA/PGM**, especialmente a **PORTARIA Nº 37/GAB/SEMOB,** publicada no **Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - DOMER, edição nº 3939, de 17/03/2025:**

Nome	Matrícula	Função
JORGE AMADO REIS DOS SANTOS	10078712	Gestor do Contrato

Art. 2º DESIGNAR os(a) servidores(a) abaixo relacionados(a) para exercer a função de Gestor do **Contrato nº 10/2024/COJUSA/PGM, celebrado com a empresa EGN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.062.730/0001-78,** cujo objeto consiste em contratação de empresa especializada para prestação de serviços para a reforma da unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte II - Zona Leste**,** visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA:

Nome	Matrícula	Função
SILVIO CARVAJAL FEITOSA	868193	Gestor do Contrato
LEIRSON DA SILVA CARVALHO	87446	Gestor do Contrato - Substituto

Art. 3º Esta portaria altera à designação de gestor e fiscais do **Contrato nº 10/2024/COJUSA/PGM**, especialmente a **PORTARIA Nº 37/GAB/SEMOB,** publicada no **Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - DOMER, edição nº 3939, de 17/03/2025.**
§1º Para fins de segurança jurídica e observância ao princípio da autotutela administrativa, ficam convalidados os atos regularmente praticados até a presente data, desde que não haja prejuízo ao interesse público ou a terceiros, nos termos da legislação vigente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LIANDRO DE ALMEIDA LOYOLA
Secretário Minicipal de Infraestrutura

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 2.809/I/2026

Visto:

GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração
Decreto nº 1.823/I/2025

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 23/09/2026, às 12:10, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 23/09/2026, às 12:23, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Liandro De Almeida Loyola, Secretário (a), em 24/09/2026, às 12:48, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1592306 e o código CRC 636656E5.

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:ED54CB29

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 489/2026/DTIT/DEA/CGAF/SEMUSA, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e tendo em vista o que consta no **Processo nº** 005.016582/2026-43
RESOLVE:
ARBITRAR e CONCEDER: 4 e ½ (quatro e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados que se deslocaram as unidades U.B.S. União Bandeirantes, U.B.S. Vista Alegre do Abunã, U.B.S. Fortaleza do Abunã, U.B.S Extrema e U.B.S Nova California.**,** por meio de transporte **Terrestre,** com o **objetivo de fazer levantamentos e fiscalização de manutenção predial**, no período de **28/09/2026 a 02/10/2026.**

Nome do Beneficiado	Matrícula	Cargo/ Função	Destino	Quantidade de Diárias	Auxilio Deslocamento
Leirson da Silva Carvalho	87446	Aux. Serviços Gerais	U.B.S. união Bandeirantes, U.B.S. Vista Alegre do Abunã, U.B.S. Fortaleza do Abunã, U.B.S Extrema e U.B.S Nova California.	4,5	N/DA
Silvio Carvajal Feitosa	868193	Arquiteto			

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Nº 2.809/I/2026

Visto:
GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração
Decreto Nº 1823/I/2025

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 25/09/2026, às 10:40, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 25/09/2026, às 11:15, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1616201 e o código CRC 6B10C2C2

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:DBD6F1CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº491, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR a servidora **JESSICA TRAJANO ALENCAR FERREIRA**, ocupante do cargo de **Assistente Administrativo**, para responder, em substituição, pela **Diretoria do Departamento de Gestão de Pessoas – DGP/SEMUSA**, nos períodos de afastamento, impedimento ou ausência da titular **FABIANA HELEN MELO NERES FERNANDES**, compreendendo férias, licenças, afastamentos por motivo de saúde, viagens institucionais e demais ausências legalmente justificadas, quando couber.
Art. 2º Durante os períodos de substituição, a servidora designada ficará responsável pelo exercício das atribuições inerentes à **Diretoria do Departamento de Gestão de Pessoas – DGP/SEMUSA**, assegurando a continuidade dos serviços administrativos e a prática dos atos de competência da respectiva unidade.
Art. 3º Ficam revogadas, a partir da entrada em vigor desta Portaria, **todas as portarias e demais atos anteriores que disponham sobre substituição da titular da Diretoria do Departamento de Gestão de Pessoas – DGP/SEMUSA**, não produzindo mais efeitos quaisquer designações anteriores para o exercício da referida substituição.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA MARIA CARDOSO PETILLO
Secretária Municipal de Saúde
SEMUSA

Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 25/09/2026, às 11:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1618246 e o código CRC A9A20088.

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:BBF5D1BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE APOSTILAMENTO

Porto Velho, 23 de setembro de 2026.

14º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº DESC/CRCE/GA/01/2023, PROCESSO Nº005.000612/2025-19QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA DE UM LADO, E A EMPRESA ENERGISA RONDÔNIA.

Ao vigésimo terceiro dia do mês de setembro de 2026, o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, Pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 826, centro, por intermédio da **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**, representada pela Senhora Secretária **SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº *****6 SESDEC/RO e CPF nº ***.874.722-**, doravante denominado CONTRATANTE, resolve celebrar o 14º Termo de Apostilamento ao Contrato nº DESC/CRCE/GA/01/2023, originário do Processo Administrativo nº005.000612/2025-19de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/21 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO APOSTILAMENTO

1.1 Constitui objeto do presente termo de apostilamento a consignação da dotação orçamentária que cobrirá as despesas atinentes ao Contrato, compreendidas nos períodos de agosto a setembro de 2026.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

2.1 As despesas compreendidas entre os períodos de agosto a setembro de 2026, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, sob a seguinte classificação:

2.2 Programa/Atividade Código: 08.31.10.301.329.2.669 – Operacionalização dos serviços das Unidades de Atenção Especializada à Saúde, fonte: 1.600, conforme nota de **empenho nº 3699/2026**, no valor total de R$ 449.674,72;

2.3 Programa/Atividade Código: 08.31.10.122.336.2.675 – Sustentação dos Serviços Administrativos, fonte: 1.500, conforme **nota de empenho nº 3700/2026**, no valor total de R$163.497,85;

2.4 Programa/Atividade Código: 08.31.10.302.329.2.396 – Sustentação da Maternidade Pública Municipal, fonte: 1.600, conforme **nota de empenho nº 3701/2026**, no valor total de R$13.772,56

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 O presente termo de apostilamento, após sua assinatura, passa a fazer parte integrante do Contrato005.000612/2025-19, sendo que as demais cláusulas e condições originais permanecem íntegras e inalteradas, posto que ratificadas pelo presente instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo Sítio Eletrônico Oficial do Município (Portal da Transparência), em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1 O presente termo de apostilamento tem fundamento legal no inciso IV, do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde

Visto:

GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretoria Executiva De Administração.

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 24/09/2026, às 13:41, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 25/09/2026, às 08:03, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1601494 e o código CRC D328DAE2.

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:D41536F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº26/2026/SEMUSA-DCCON

Porto Velho, 23 de setembro de 2026.

TERMO RETIFICAÇÃO AO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 03/2024/COJUSA/PGM, PROCESSO Nº005.002863/2025-38QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA DE UM LADO, E A MEDICANDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA.

Ao vinte e quatro dia do mês de setembro do ano de 2026, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 826, centro, por intermédio da **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**, representada pela Senhora Secretária **SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº *****6 SESDEC/RO e CPF nº ***.874.722-**, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada na forma da legislação vigente, resolve **RETIFICAR o 4º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 03/2024/COJUSA/PGM**, celebrado com a empresa **MEDICANDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**, constante do Processo nº 005.002863/2025-38, nos seguintes termos:

1. DA RETIFICAÇÃO

Fica retificada a **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS**, do 4º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 03/2024/COJUSA/PGM, em razão da necessidade de adequação da descrição da classificação orçamentária e dos valores consignados nas notas de empenho, passando a vigorar com a seguinte redação:

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

2.1. As despesas referentes aos períodos especificados no exercício financeiro de 2026 serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, sob as seguintes classificações e notas de empenho:

2.2. **Programa/Atividade:** 2.2669 - Operacionalização das Unidades de Saúde de Atenção Especializada; **Elemento de Despesa:** 33903400000 - Outras Despesas de Pessoal (Subelemento: 33903401000 - Outras Despesas de Pessoal); **Fonte de Recurso:** 160000031100000:

•

Nota de Empenho nº 3653/2026, de 14/09/2026, no valor de **R$ 200.396,49** (duzentos mil, trezentos e noventa e seis reais e quarenta e nove centavos)

•

Nota de Empenho nº 3654/2026, de 14/09/2026, no valor de **R$ 487.235,58** (quatrocentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
3.1. O presente Termo de Apostilamento, após sua assinatura, passa a integrar o Contrato nº 03/2024/COJUSA/PGM para todos os fins de direito, permanecendo inalteradas e plenamente ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais que não conflitarem com este instrumento.
4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
4.1 O presente termo de apostilamento tem fundamento legal no inciso IV, do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
5.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo Sítio Eletrônico Oficial do Município (Portal da Transparência), em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretaria Municipal de Saúde

Visto:

GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretoria Executiva de Administração

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 24/09/2026, às 13:41, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 25/09/2026, às 08:03, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1601008 e o código CRC 08ECB8E5.

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:01E5273D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº165, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidor para atuação na reforma de imóvel e equipamentos, bem como a reimplantação da equipe de trabalho para revitalização de sinalização viária da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes,

CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público de dispor de agilidade e menor burocracia em pequenos serviços de sinalização viária;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência em otimizar recursos e trazer resultados rápidos por meio de execução própria na Administração Pública;

CONSIDERANDO a exigência de regularidade formal ante as demandas necessárias para a consecução dos objetivos, buscando apoio de entidades parceiras e da própria instituição;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Marinaldo Barbosa Lima Junior,** matrícula nº 107583, como encarregado de recuperar o imóvel localizado no portão 01 do Espaço Vivencial, situado à Estrada Penal, nº 7096 – Aponiã, CEP 76824-052. Parágrafo único. O referido imóvel será destinado à instalação do Escritório de Manutenção e implantação de pequenos projetos de sinalização, bem como à recuperação de máquinas e equipamentos necessários em secretarias parceiras.

Art. 2º Fica o servidor autorizado, para a persecução dos objetivos, a buscar junto a secretarias e entidades públicas equipamentos e materiais servíveis, bem como a requisitar serviços de mão de obra dos reeducandos lotados nesta SEMTRAN.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Evelyn Ribeiro Dos Santos
Código Identificador:47A67C99

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº 136/2026/SEMA

"Dispõe sobre a alteração da Presidência do Comitê Técnico-Científico de Mudanças Climáticas do Município de Porto Velho, nos termos da Lei nº 2.273, de 23 de dezembro de 2015, revoga a Portaria nº 03/2025/GAB/SEMA e dá outras providências"

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Porto Velho e com fundamento na Lei nº 2.273/2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, na qualidade de membros do Comitê Técnico-Científico, os seguintes representantes:

I - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Comitê:
a) Arthur Felipe Borin dos Santos

II - Representantes do Poder Público Municipal:
a) Cleyanne Alves - Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres - SGOV
b) Joana Aurélia de Oliveira - Diretoria de Gestão de Políticas Públicas Ambientais e Mudanças Climáticas - SEMA
c) Larissa Ananda Paiva Maciel - Secretaria Executiva de Planejamento - SEMEC
d) Raisa Tavaes Thomaz - Assessoria de Relações Institucionais - SEMEC

III - Representantes de Órgãos Federais:
a) Caê Aires Moura Lacerda - Gerência Regional do Centro de Proteção da Amazônia - CENSIPAM
b) Astrea Alves Jordão Cardoso - Núcleo de Hidrologia do Centro de Proteção da Amazônia - CENSIPAM
c) Reinaldo Matheus Reis Ribeiro - Núcleo de Meteorologia do Centro de Proteção da Amazônia - CENSIPAM

IV - Representantes da Sociedade Civil:
a) Walelasoetxeige Paiter Bandeira Surui - Organização Kanindé
b) Tiago Henrique Karitiana da Costa - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos
c) Graziela Tosini Tejas - Associação Brasileira de Climatologia
d) Estevão Rafael Fernandes - Associação Brasileira de Antropologia

e) Tatiane Emilio Checchia - Grupo de Pesquisa Cidades Amazônicas: Sustentabilidade e Inovação Tecnológica da Fundação Universidade Federal de Rondônia
f) Sebastião Gonçalves Neves - Organização dos Seringueiros de Rondônia e comunidades extrativistas

Art. 2º O Comitê Técnico-Científico de Mudanças Climáticas tem caráter consultivo e atuará no apoio à implementação da Política Municipal de Mudanças Climáticas, assessorando os órgãos competentes em matérias técnicas, científicas e estratégicas, conforme os objetivos da Lei nº 2.273/2015.

Art. 3º O Comitê Técnico-Científico de Mudanças Climáticas reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a finalidade de discutir, avaliar e propor estudos, diretrizes, medidas e ações relacionadas à Política Municipal de Mudanças Climáticas, bem como a elaboração do Plano Municipal de Mudanças Climáticas e, após sua instituição, acompanhar sua implementação, monitoramento, avaliação, revisão e aprimoramento, inclusive quanto ao cumprimento das ações, metas e estratégias nele estabelecidas.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 03/2025/GAB/SEMA, publicada na Edição 3950 de 01.04.2025 do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de maio de 2026.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

ARTHUR FELIPE BORIN DOS SANTOS
Secretário Municipal Interino de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Decreto nº 11, de 06 de Abril de 2026

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:B3519A60

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº141/2026/SEMA

Porto Velho, 24 de Setembro de 2026.

Designa servidores para exercerem as atribuições de Gerente de Transportes, na condição de titular e substituto imediato, para fins de acompanhamento, controle e gestão da frota oficial e dos abastecimentos vinculados ao Contrato nº 068/PGM/2023, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/SEMA, no uso das atribuições legais e regulamentares inerentes ao cargo e à respectiva Unidade Administrativa, observadas as disposições da **Lei Complementar nº 1.000, de 7 de janeiro de 2025**, com as alterações introduzidas pela **Lei Complementar nº 1.019, de 18 de junho de 2025**, a regulamentação estabelecida pelo**Decreto nº 21.133, de 3 de julho de 2025**, e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no**Decreto Municipal nº 13.204, de 23 de setembro de 2013**, que disciplina o controle da utilização dos veículos oficiais no âmbito da Administração Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no**Decreto Municipal nº 21.256, de 19 de agosto de 2025**, que disciplina a utilização, a responsabilidade e o controle de veículos oficiais conduzidos por servidores da Prefeitura Municipal de Porto Velho;

CONSIDERANDO as disposições do **Contrato nº 068/PGM/2023**, celebrado pelo Município de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, para o gerenciamento do fornecimento de combustíveis em rede de postos credenciados, mediante sistema informatizado;

CONSIDERANDO a **Instrução Normativa nº 001/DMAG/DQGA/SGP, de 05 de junho de 2025**, que estabelece os procedimentos operacionais relativos ao gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota oficial e define as responsabilidades das Unidades Administrativas e dos Gerentes de Transportes;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada identificação dos agentes responsáveis pelo acompanhamento, controle e gerenciamento da frota oficial e dos respectivos abastecimentos, garantindo a continuidade administrativa, a segregação de responsabilidades, a rastreabilidade dos atos e a regular execução dos procedimentos relacionados ao Contrato nº 068/PGM/2023;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem as atribuições de**Gerente de Transportes**, no âmbito da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMA**, relativamente ao acompanhamento, controle e gestão da frota oficial e dos abastecimentos vinculados ao**Contrato nº 068/PGM/2023**:

I – TITULAR:
Nome: **LUCINEIA PEREIRA**
Matrícula: **10080631**
Cargo/Função: **Gerente II**
Lotação: **Divisão de Transporte e Abastecimento**

II – SUBSTITUTO IMEDIATO:
Nome: **CLEUTON PEREIRA MARQUES BARBOSA**
Matrícula: **10078462**
Cargo/Função: **ASSESSOR TÉCNICO i**
Lotação: **Divisão de Transporte e Abastecimento**

§ 1º O servidor designado no inciso II exercerá as atribuições de Gerente de Transportes nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares, férias, licenças e demais hipóteses de ausência do titular.
§ 2º Durante o período de substituição, o substituto imediato ficará sujeito às mesmas atribuições, responsabilidades, procedimentos e controles estabelecidos para o titular.

Art. 2º Compete ao Gerente de Transportes, observadas as disposições contratuais e regulamentares aplicáveis:

I – acompanhar e controlar a frota oficial vinculada à respectiva Unidade Administrativa, bem como os condutores e operadores autorizados;
II – orientar os condutores e operadores quanto ao funcionamento e à utilização regular do Sistema de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis;
III – acompanhar e analisar diariamente, por meio dos relatórios disponibilizados pelo sistema, as inconsistências da frota oficial sob sua responsabilidade;
IV – acompanhar, no Sistema de Gerenciamento de Abastecimento, a disponibilidade dos limites de consumo dos veículos, maquinários, equipamentos, grupos geradores, embarcações e demais bens cadastrados, adotando tempestivamente as providências necessárias para evitar a interrupção das atividades administrativas;
V – orientar os condutores e operadores para a realização dos abastecimentos nos postos credenciados que apresentem as condições mais vantajosas à Administração, considerando os preços praticados e sua localização em relação às rotas operacionais da frota;
VI – conferir os relatórios de inconsistências e verificar as ocorrências identificadas, adotando as providências necessárias à correção das falhas e à prevenção de reincidências;
VII – orientar e, quando necessário, advertir os condutores e operadores quanto ao cumprimento dos procedimentos estabelecidos para abastecimento e utilização da frota;

VIII – manter controle atualizado das informações relativas à frota, aos condutores, operadores e respectivos abastecimentos;
IX – comunicar tempestivamente ao Gestor Operacional e aos demais setores competentes as ocorrências relacionadas à execução do gerenciamento de abastecimento que demandem providências administrativas;
X – comunicar formalmente a aquisição, inclusão, transferência, cessão, devolução, baixa ou qualquer outra alteração da situação dos veículos, maquinários, equipamentos, embarcações e demais bens cadastrados no sistema;
XI – acompanhar a regularidade do consumo de combustíveis e adotar medidas destinadas à prevenção de desperdícios, inconsistências, irregularidades ou utilização incompatível com o interesse público;
XII – manter organizados e disponíveis os documentos e registros referentes à utilização da frota e aos abastecimentos, para fins de acompanhamento, fiscalização, auditoria e controle; e
XIII – desempenhar as demais atribuições previstas no Contrato nº 068/PGM/2023, na Instrução Normativa nº 001/DMAG/DQGA/SGP, de 05 de junho de 2025, nos demais regulamentos municipais e nas orientações expedidas pelos órgãos competentes.

Art. 3º O Gerente de Transportes titular e seu substituto imediato deverão possuir **acesso individual, ativo e compatível com suas atribuições ao Sistema de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis**, considerando que a consulta e o acompanhamento das informações nele disponibilizadas constituem instrumentos essenciais ao exercício das responsabilidades previstas nesta Portaria.

§ 1º Caso qualquer dos servidores designados ainda não possua acesso ao sistema, a Unidade Administrativa deverá providenciar, com a maior brevidade possível, a correspondente solicitação de cadastramento junto à **Secretaria Executiva de Gestão de Gastos Públicos – SEG/SMCL**, observando os procedimentos e requisitos estabelecidos na **Instrução Normativa nº 001/DMAG/DQGA/SGP, de 05 de junho de 2025**.

§ 2º O acesso ao sistema é de caráter individual, devendo ser preservadas a identificação e a rastreabilidade das operações realizadas por cada usuário, não sendo admitido o compartilhamento de credenciais ou senhas entre servidores.

Art. 4º Os servidores designados deverão atuar, no âmbito de suas atribuições, em articulação com a **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD**, por intermédio da **Divisão de Controle e Gestão de Veículos Oficiais – DIGV**, com os **agentes formalmente responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 068/PGM/2023**, e com a **Secretaria Executiva de Gestão de Gastos Públicos – SEG/SMCL**, na condição de **Gestora Operacional**, observadas as competências específicas atribuídas a cada unidade e agente.

Art. 5º Qualquer alteração relativa ao Gerente de Transportes titular ou ao seu substituto imediato deverá ser formalizada mediante nova Portaria, devidamente publicada no **Diário Oficial dos Municípios de Rondônia – DOM/AROM**, e comunicada à **SEMAD/DIGV**, para fins de atualização dos registros e controles relacionados ao Contrato nº 068/PGM/2023.

Art. 6º Fica revogado outros atos anteriores que disponham sobre a designação do Gerente de Transportes desta Unidade Administrativa.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR FELIPE BORIN DOS SANTOS
Secretário Municipal Inteirno de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMA
Decreto nº 11, de 06 de Abril de 2026

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:C862FCCA

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº49/2026/SEMA-ASCI

Porto Velho, 25 de setembro de 2026.

CONSIDERANDO que o presente processo Nº **022.001667/2026-19** foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa – em cumprimento as atribuições do art. 10 do Decreto nº 15.403/2018, tendo sido constatado que a despesa se encontra, portanto, **APTA para ser HOMOLOGADA** nos termos do Decreto nº 17.353 de 09 de junho de 2021, e nos termos do art. 1º do Decreto nº 12.252, de 12 de julho de 2011.

CONSIDERANDO a concessão inicial de 09 (nove) diárias e meia à servidora ***JOANA AURÉLIA DE OLIVEIRA***, ocupante do cargo de Diretora, para usufruto no período de 13 a 22 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o relatório de prestação de contas (SEI nº0871284) e o respectivo despacho 12 (SEI nº0871309)de apuração que atestaram o retorno antecipado da servidora em 17 de abril de 2026, resultando na não utilização de 04 (quatro) diárias e meia, perfazendo o montante devido de restituição ao Erário Municipal no valor de R$ 900,00 (novecentos reais);

CONSIDERANDO a emissão do Documento de Arrecadação Municipal - DAM e a comprovação inequívoca da quitação integral do débito por meio de comprovante de pagamento via Pix datado de 22/07/2026, acostado aos autos (SEI nº1337156);

HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias da servidora ***JOANA AURÉLIA DE OLIVEIRA*** conforme consta aregularidade da comprovação do objeto da viagem e a efetiva restituição dos valores correspondentes ao período não utilizado aos cofres do Tesouro Municipal, de forma que os autos deverão ser remetidos à Unidade Administrativa competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do beneficiário.

FILIPE JEFERSON GUEDES ARAGÃO
Diretor do Departamento Administrativo – DA/SEMA

ARTHUR FELIPE BORIN DOS SANTOS
Secretário Municipal Interino de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA
Decreto Nº 11, de 06 de Abril de 2026

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:51220CBD

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS AMBIENTAIS Nº39/2026/SEMA-ASTEC

Processo nº 022.000358/2026-21 / 00600-00006917/2025-14
Interessado: Associação dos Transportadores de Resíduos de Rondônia - ATRR

1. OBJETO
O presente Termo tem por objeto dar plena, total e irrevogável quitação ao pagamento do **Auto de Infração Ambiental nº 976/2025 de 12 de março de 2025, de 50 UPFM**, devido pela parte Associação dos Transportadores de Resíduos de Rondônia - ATRR.

2. DA QUITAÇÃO
A interessada **Associação dos Transportadores de Resíduos de Rondônia - ATRR cumpriu integralmente** suas obrigações previstas na Lei Municipal Complementar nº 138, de 28 de dezembro de 2001, tendo efetuado a entrega integral dos objetos do Termo de Compensação Ambiental 0464010, conforme notas fiscais 0540007 e 0570962.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA **concede plena, geral e irrevogável quitação pelas obrigações objeto deste Termo**.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
A emissão deste Termo de Quitação não isenta o(a) Compromissário(a) de quaisquer outras responsabilidades que possam surgir, ou de outras obrigações legais previstas na legislação ambiental vigente, nem inibe futuras ações de controle, fiscalização ou licenciamento que se façam necessárias, relacionadas a fatos não abrangidos pelo Auto de Infração original.

Assinam o presente **TERMO DE QUITAÇÃO DE DÉBITO AMBIENTAL** para que surta os devidos efeitos legais:

Elaborado por:
Andre Akio Ferraz Obinata
Assessor Técnico - ASTEC/SEMA

Revisado por:
Urbanita Oliveira Carvalho
Assessora Chefe - ASTEC/SEMA

Subscreve:
Arthur Felipe Borin dos Santos
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:1CA19A87

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS AMBIENTAIS Nº40/2026/SEMA-ASTEC

Processo nº: 022.000417/2026-61
Interessado: COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EXTREMA LTDA

1. OBJETO
O presente Termo tem por objeto dar plena, total e irrevogável quitação ao pagamento do **Auto de Infração Ambiental nº 662/2026, de 28/01/2026, no valor de 50 (cinquenta) UPFM**, lavrado em face de **COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EXTREMA LTDA**.

2. DA QUITAÇÃO
A parte interessada **COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EXTREMA LTDA cumpriu integralmente** suas obrigações previstas na Lei Municipal Complementar nº 138, de 28 de dezembro de 2001, tendo efetuado o pagamento da obrigação do TCA n° 21/2026/SEMA-ASTEC, atestado pelo comprovante de pagamento1569001.
A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA **concede plena, geral e irrevogável quitação pelas obrigações do referido auto de infração.**

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
A emissão deste Termo de Quitação não isenta o(a) Compromissário(a) de quaisquer outras responsabilidades que possam surgir, ou de outras obrigações legais previstas na legislação ambiental vigente, nem inibe futuras ações de controle, fiscalização ou licenciamento que se façam necessárias, relacionadas a fatos não abrangidos pelo Auto de Infração original.

Assinam o presente **TERMO DE QUITAÇÃO DE DÉBITO AMBIENTAL** para que surta os devidos efeitos legais:

Elaborado Por:
ANDRE AKIO FERRAZ OBINATA
Assessor Técnico - ASTEC/SEMA

Revisado Por:
URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Assessora Chefe - ASTEC/SEMA

Subscreve:
ARTHUR FELIPE BORIN DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:24F96391

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 002/SML/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1595/SEMADRH/2025

DO OBJETO: Outorga de concessão comum de serviço público funerário, sem exclusividade para exploração dos serviços funerários no Município de Presidente Médici – RO, pelo prazo de 10 (dez) anos, (artigo 3º Lei Municipal nº 02774/2025, Lei 14.133/21 e Lei 8.987/95), podendo ser prorrogado por igual período apenas uma vez, desde que atenda o interesse público e que as Empresas vencedoras do certame licitatório continuem preenchendo os requisitos previstos na norma pertinente. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor valor da tarifa — **art. 15, I, da Lei nº 8.987/1995**, operacionalizado por maior desconto global e linear sobre a tabela de tarifas máximas (ABREDIF 2026/2027). **ORGÃO:** Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. **DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:** 19 de outubro de 2026. **LOCAL**: Prefeitura de Municipal, localizada na Av. São João Batista, 1613 - Centro, Pres. Médici - RO, 76916-000 **HORÁRIO**: 09h30min horário local. **INFORMAÇÕES E/OU RETIRADA DO EDITAL**: 69 3471-4168, cpl@presidentemedici.ro.gov.br, https://licitanet.com.br/ e/ou https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1

Presidente Médici, 25 de setembro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Agente de Contratação
Portaria Nº 73/SEMGOV/2023

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:0A30F938

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP – Nº 24/2026

PROCESSO Nº. 698/SEMSAU/2026

A **Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia,** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Regulamentar Nº 2948/GP/2023**,** através da Pregoeira designada pelo Decreto Municipal nº: 3228/GP/2025 e Equipe de Apoio, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, Com **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI, E COM BENEFICIO REGIONAL/LOCAL PARA OS ITENS QUE COMTEMPLAM O ART.48,INCISO I, DA LEICOMPLEMENTAR123, DE 2006 /147/2014 E DECRETO MUNICIPAL 1441/2017 E SUAS ALTERAÇÕES.**
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS (PRÉ-NATAL) DESTINADOS ÀS GESTANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$: **70.899,25 (SETENTA MIL OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E VINTE CINCO CENTAVOS).**

DATA DA ABERTURA: 15/10/2026, às 09h30min (Horário de Brasília/DF).
O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) (www. pncp.gov.br/), no Portal da Transparência desta Prefeitura (www.primavera.ro.gov.br), e na Plataforma LICITANET licitações online (www.licitanet.com.br).

Primavera de Rondônia, 25 de setembro de 2026.

RENATA DE A. GONCHOROWISKI
Pregoeira

Publicado por:
Renata de Araújo Gonchorowiski
Código Identificador:EF6740F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE SINDICÂNCIA Nº 002/2026

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face da servidora L. L. e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo nº 4-847/2026, apensado ao Processo Administrativo nº 4-918/2026 e ao Processo Administrativo nº 1290/2025;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 125/PGM/2026 e o Parecer nº 2 da Corregedoria-Geral do Município (ID 48029), que opinaram pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 70, 71, 82, 83-A, 85, 85-A, 103 e 108 e seguintes da Lei Complementar nº 01/GP/2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instaurado PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em face da servidora L. L., ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, lotada na Escola Municipal José Antônio Rodrigues, para apuração ampla e exaustiva dos fatos constantes:
a) do Processo Administrativo nº 4-847/2026;
b) do Processo Administrativo nº 4-918/2026;
c) do Processo Administrativo nº 1290/2025,
bem como de quaisquer outras ocorrências, registros, relatórios e procedimentos administrativos relacionados à atuação funcional da servidora, encaminhados ou que venham a ser identificados no curso da instrução.

Art. 2º A Comissão Permanente de Regime Disciplinar, composta pelos servidores Wilson Nogueira Junior – Mat. 1238, Renata de Araújo Gonchorowiski – Mat. 1293 e Beatriz Nicolaeiwski Ramalho – Mat. 1352, sob a presidência do primeiro, fica encarregada da condução do processo, assegurados à servidora o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias a partir da data de publicação desta portaria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 01/GP/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia/RO, 25 de setembro de 2026.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:25B1C178

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 607/GP/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1666/2026/SEMSAU.

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 01 (uma) diária dentro do estado sem pernoite no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), em favor do servidor listado abaixo, que se deslocará ao município de Seringueiras/RO, no dia 25 de setembro de 2026, com a finalidade de realizar a retirada de insumos para secretaria municipal de saúde. O deslocamento será realizado por meio de veículo oficial, Toyota Hilux, placa UAL6D08, conforme memorando nº 591/SEMSAU/2026 (ID 71663).

Valdileis Ferreira Afonseca, Dir. de Vigilância Sanitária, CPF.*.046.***-85; R$ 200,00 (duzentos reais)**

Art. 2º O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 25 de setembro de 2026.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:86C51F77

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 608/GP/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1665/2026/SEMSAU.

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 04 (quatro) diária dentro do estado com pernoite no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando o valor total de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) em favor do servidor listado abaixo, que se deslocará ao município de Porto Velho/RO, nos dias 27 a 30 de setembro de 2026, com a finalidade de transportar paciente para realizar consulta médica. O deslocamento será realizado por meio de veículo oficial, Toyota Hilux, placa UAL6D08, conforme memorando nº 592/SEMSAU/2026 (ID 71665).

Douglas Jerônimo da Silva, Motorista, CPF. *.471. ***-00; R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)**

Art. 2º O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 25 de setembro de 2026.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:EA405F5F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 609/GP/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1660/2026/SEMSAU.

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 01 (uma) diária dentro do estado sem pernoite no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquentareais) em favor do servidor listado abaixo, que se deslocará ao município de Ji-Paraná/RO, no dia 25 de setembro de 2026, com a finalidade de transportar paciente para consulta médica previamente agendada. O deslocamento será realizado por meio de veículo oficial, Fiat Cronos placa SLH5A36, conforme memorando nº 589/SEMSAU/2026 (ID 71463).

Eliandro de Souza dos Santos, Motorista, CPF. *.930. ***-00; R$ 150,00 (cento e cinquentareais)**

Art. 2º O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 25 de setembro de 2026.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:B258607F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 610/GP/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1664/2026/SEMEC.

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 06 (seis) diária dentro do estado sem pernoite no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando o valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) em favor das servidoras listadas abaixo, que se deslocarão ao município de Ji-Paraná/RO, entre os dias 28 de setembro a 1 de outubro de 2026, com a finalidade de participar do 4º Encontro Formativo dos Agentes de Monitoramento do PROALFA Rondônia. O deslocamento será realizado por meio de veículo próprio, conforme memorando nº 324/SEMEC/2026 (ID 71655).

Fatima Pereira Peixoto, Supervisora Escolar, CPF. *.739.***-20; R$ 600,00 (seiscentos reais)**

Jessica Leopoldo dos Santos, Professora, CPF. *.246.***-56; R$ 600,00 (seiscentos reais)**

Art. 2º O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 25 de setembro de 2026.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:71C2F532

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS PROC. N° 3-1603

PROCESSO Nº 3-1603/2026/SEMSAU
ASSUNTO: Solicitação de Diárias.
INTERESSADOS (AS): Maikon Antônio Dantas

A Prefeitura Municipal De Primavera de Rondônia, pelo presente instrumento, **HOMOLOGA** a Prestação de Contas de Diária do servidor **Maikon Antônio Dantas**, perfazendo o valor total de R$ 300,00 (trezentos reais) para o período de 16 de setembro de 2026, de acordo com a deliberação do **Parecer Técnico do Controle Interno (ID 71501), deste Processo.**

Primavera de Rondônia/RO, em 25 de setembro de 2026

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:D5F8A0A7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
DECRETO Nº 2763/2026. DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2026, EM FAVOR DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, Estado de Rondônia, Senhor EDER DA SILVA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e pela Lei Orçamentária Anual nº 1303, de 09 de janeiro de 2026.

CONSIDERANDO o disposto do artigo 11, da Lei Orçamentária Anual nº 1.303, de 09 de janeiro de 2026, que trata por Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento vigente para o Exercício Financeiro de 2026;

CONSIDERANDO o disposto no inciso VI do artigo 167, da Constituição Federal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$ 27.374,40 distribuídos as seguintes dotações:

ACRESCIMOS:

UNIDADE GESTORA:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNCIONAL	10.302.0008.2050.0000 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA

PROGRAMÁTICA:	SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES - HPP	
FICHA:	**440**	
3.3.90.93.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		R$ 27.374,40
TOTAL ACRESCIMO:		**R$ 27.374,40**

REDUÇÕES:

UNIDADE GESTORA:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	10.122.0008.2048.0000 – OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNIC. DE SAÚDE	
FICHA:	**178**	
3.3.50.43.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS		R$ (- 20.000,00)
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	10.302.0008.2050.0000 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES - HPP	
FICHA:	**212**	
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		R$ (- 7.374,40)
TOTAL DE REDUÇÕES:		**R$ (- 27.374,40)**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Crespo - RO, 24 de Setembro de 2026.

EDER DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:ABB5D7C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
LEI Nº1.398, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

"Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente, **Crédito Adicional**, no valor de **R$ 665.258,21 (seiscentos e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos),** destinado à inclusão e/ou suplementação das dotações orçamentárias necessárias à execução das ações vinculadas aos **recursos do FHITA – Fundo para Infraestrutura de Transportes e Habitação**, exercício de 2026, conforme as dotações discriminadas no quadro abaixo:

Suplementação (+) 665.258,21
Excesso
02 11 01 Secretaria de Obras e Estradas Rurais

436	26.782.0007.2030.0003	CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS – INFRAESTRUTURA P	300.000,00
		RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS RURAIS	F.R.: 0 1 759
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 059	TRANSFERENCIA RECURSO - FITHA	
437	26.782.0007.2030.0003	CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS – INFRAESTRUTURA P	365.258,21
		RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS RURAIS	F.R.: 0 1 759
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	002 059	TRANSFERENCIA RECURSO - FITHA	

Art. 2º. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Excesso: 665.258,21

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Crespo - RO, 25 de setembro de 2026.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal de Rio Crespo – RO

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:20F03793

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 764/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA BANDA MARCIAL E FANFARRA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO E A EMPRESA FERREIRA E PASSARELLI INTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

CAPÍTULO I CLÁUSULA PRIMEIRA DO PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo, de um lado o MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 63.761.977/0001-41, com sede administrativa na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, Rio Crespo, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, e, de outro lado, a empresa ***FERREIRA E PASSARELLI INTRUMENTOS MUSICAIS LTDA*** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº ***28.374.729/0002-28***, estabelecida à ***AV. JAMARI, N° 3233, AREAS ESPECIAIS 01, SETOR 01 ARIQUEMES/RO***, neste ato representada por ***JOB DA SILVA FERREIRA***, portador(a) do CPF nº******** e RG nº ***** SSP RO, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE BENS PERMANENTES, mediante as cláusulas e condições seguintes, observando rigorosamente a legislação vigente, o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026, a proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA e os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026, os quais passam a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

O presente contrato possui natureza jurídica de contrato administrativo de fornecimento, submetendo-se ao regime jurídico de direito público, caracterizado pela supremacia do interesse público, pelas prerrogativas conferidas à Administração Pública e pela incidência das cláusulas exorbitantes legalmente previstas, sem prejuízo da aplicação subsidiária das normas de direito

privado quando compatíveis com a natureza da contratação.

A contratação decorre do procedimento licitatório instaurado para atender à necessidade pública de implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo, mediante aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, destinados ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, cívicas e sociais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Integram este contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição:

– o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026;
– o Termo de Referência;
– a proposta comercial vencedora;
– os documentos de habilitação;

– os esclarecimentos, impugnações e decisões eventualmente proferidas durante o certame;
– a Ordem de Fornecimento;
– o Processo Administrativo nº 764/2026.

A celebração deste instrumento representa manifestação legítima da vontade das partes, observando os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação, da eficiência administrativa, da transparência, da economicidade, da segurança jurídica e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato Administrativo rege-se, precipuamente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente pelas normas relativas à formalização, execução, fiscalização, alteração, pagamento, recebimento do objeto, responsabilidade contratual, infrações administrativas e extinção dos contratos administrativos, bem como pelas cláusulas constantes do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência e da proposta vencedora, que passam a integrar este instrumento para todos os efeitos legais.

A contratação observa os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, dentre os quais destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, os quais orientam toda a execução contratual e vinculam tanto a Administração quanto a Contratada.

Em observância ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, a atuação das partes será pautada pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, impondo-se comportamento compatível com a supremacia do interesse público, a finalidade administrativa, a boa-fé objetiva, a moralidade administrativa, a eficiência e a continuidade do serviço público, vedando-se qualquer conduta que comprometa a lisura do procedimento licitatório ou a adequada execução contratual.

Aplicam-se, subsidiariamente, ao presente contrato, as disposições da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), especialmente quanto à teoria geral dos contratos, boa-fé objetiva, responsabilidade civil, mora, inadimplemento das obrigações, perdas e danos e demais institutos compatíveis com o regime jurídico administrativo, desde que não contrariem as prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021.

Em matéria de transparência administrativa, publicidade dos atos e acesso às informações públicas, aplicam-se as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), garantindo-se ampla publicidade dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, observando-se os princípios da transparência ativa, controle social e prestação de contas.

Quanto ao tratamento de dados pessoais eventualmente compartilhados durante a execução contratual, as partes obrigam-se ao fiel cumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A presente contratação também observará, no que couber, a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), especialmente quanto aos deveres de probidade, integridade, honestidade, lealdade institucional e proteção ao patrimônio público, impondo às partes o dever permanente de atuar em conformidade com os princípios da ética administrativa e da boa governança pública.

A execução contratual será orientada pelos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, cooperação entre as partes, mitigação de riscos, prevenção de litígios, planejamento da contratação, responsabilidade fiscal, sustentabilidade das contratações públicas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando-se o equilíbrio entre a satisfação do interesse público e a preservação da equação econômico- financeira originalmente pactuada.

As prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021 constituem

cláusulas implícitas deste contrato, facultando ao CONTRATANTE, quando presentes os pressupostos legais, promover alterações unilaterais, aplicar sanções administrativas, fiscalizar permanentemente a execução contratual, determinar correções, instaurar processos administrativos sancionatórios e extinguir o contrato nas hipóteses legalmente previstas, sempre mediante observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Por fim, todas as controvérsias decorrentes da interpretação e execução deste contrato deverão observar a legislação aplicável, os princípios gerais do Direito Administrativo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas, bem como os entendimentos consolidados acerca da execução dos contratos administrativos, preservando-se, em qualquer hipótese, a supremacia do interesse público, a continuidade das políticas públicas e a segurança jurídica das relações contratuais.

CAPÍTULO II
DO OBJETO, DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

CLÁUSULA TERCEIRA DO OBJETO

O presente Contrato Administrativo tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos destinados à implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo/RO, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Proposta Comercial da CONTRATADA e demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026.

A presente contratação possui natureza jurídica de aquisição de bens permanentes comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os bens contratados possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, sendo plenamente possível sua caracterização mediante critérios técnicos amplamente reconhecidos no setor econômico correspondente.

A contratação decorre de procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, seleção da proposta mais vantajosa e vinculação ao instrumento convocatório, previstos na Lei nº 14.133/2021.

O objeto contratual destina-se ao fortalecimento das políticas públicas municipais de cultura,

educação e inclusão social, mediante a disponibilização de instrumentos musicais destinados ao desenvolvimento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal, promovendo atividades culturais, educacionais, cívicas e comunitárias, bem como incentivando a formação musical de crianças, adolescentes e jovens, conforme objetivos definidos pela Administração Pública.

Constituem objeto deste contrato exclusivamente os bens constantes da proposta adjudicada e homologada, vedada a substituição por produtos de qualidade inferior, recondicionados, remanufaturados, usados ou que não atendam integralmente às especificações técnicas exigidas pela Administração.

O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da eficiência administrativa, da continuidade do serviço público, da sustentabilidade das contratações públicas e da preservação do interesse público primário, constituindo obrigação essencial da CONTRATADA o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA
DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os bens objeto deste contrato deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora e da Ordem de Fornecimento, constituindo requisito essencial para o recebimento definitivo do objeto o atendimento pleno às características de qualidade, desempenho, durabilidade, funcionalidade, segurança e compatibilidade estabelecidas pela Administração.

Todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, produzidos em conformidade com os padrões técnicos adotados pelo fabricante, livres de vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias decorrentes do transporte ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização ou vida útil.

É expressamente vedado o fornecimento de produtos:

– usados;
– recondicionados;
– remanufaturados;
– recuperados;
– provenientes de mostruário;
– fora de linha de fabricação;
– com componentes reutilizados;
– com especificações inferiores às exigidas pela Administração;

– desacompanhados dos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento;
– que apresentem qualquer desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados, quando aplicável:

– manuais técnicos de operação;

– certificados de garantia;

– notas fiscais;

– acessórios originais do fabricante;

– componentes necessários ao pleno funcionamento;

– embalagens originais lacradas;

– identificação do fabricante;

– demais documentos exigidos pela legislação específica.

A CONTRATADA responderá integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, assumindo responsabilidade exclusiva por defeitos de fabricação, falhas de desempenho, incompatibilidade técnica, vícios ocultos ou quaisquer irregularidades constatadas durante o período de garantia legal e contratual.

Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo pela Administração, sem prejuízo das garantias legais previstas no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicáveis.

Durante o período de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer equipamento que apresente defeito de fabricação, mau funcionamento ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A simples entrega dos bens não importará em aceitação definitiva do objeto, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela conformidade técnica dos materiais até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato.

A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, qualquer equipamento que não satisfaça

as especificações técnicas contratadas, hipótese em que a CONTRATADA deverá promover sua substituição no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A conformidade técnica do objeto será aferida mediante inspeção realizada pelo fiscal do contrato, podendo ser solicitados testes, verificações, conferências, demonstrações de funcionamento, certificações do fabricante e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA
DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Integram o presente Contrato Administrativo, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, constituindo um único instrumento jurídico e vinculando as partes em sua integralidade:

– o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026 e todos os seus anexos;
– o Termo de Referência;
– o Estudo Técnico Preliminar;
– o Mapa de Gerenciamento de Riscos;
– a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA;
– os documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica da CONTRATADA;
– a ata da sessão pública do Pregão Eletrônico;
– a adjudicação;
– o ato de homologação;
– a Nota de Empenho;
– a Ordem de Fornecimento;
– eventuais esclarecimentos, impugnações, respostas e decisões administrativas emitidas durante o procedimento licitatório;
– o Processo Administrativo nº 764/2026 e seus documentos instrutórios.

Os documentos acima relacionados complementam-se reciprocamente, devendo ser interpretados de forma sistemática, harmônica e integrada, prevalecendo, em caso de divergência:

– a Lei Federal nº 14.133/2021;
– o Edital da Licitação;
– o Termo de Referência;
– este Contrato Administrativo;
– a proposta adjudicada da CONTRATADA.

Aeventual omissão, contradição ou divergência entre os documentos integrantes não autoriza aexecução de serviços ou fornecimento de bens em desacordo com o interesse público ou com asespecificações técnicas exigidas pela Administração, competindo ao gestor e ao fiscal do contrato promover a interpretação mais compatível com a legislação aplicável, os princípios da Administração Pública e a finalidade da contratação.

A assinatura do presente instrumento importa em declaração expressa da CONTRATADA de que examinou previamente todos os

documentos que compõem o procedimento licitatório, possui pleno conhecimento das condições técnicas, administrativas, operacionais, financeiras e jurídicas da contratação e assume integral responsabilidade pela execução do objeto, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de quaisquer cláusulas, especificações, exigências ou condições constantes dos documentos que integram este contrato.

Os documentos integrantes deste contrato permanecem disponíveis para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais normas pertinentes, assegurando-se a transparência, a publicidade dos atos administrativos e o controle da execução contratual.

CAPÍTULO III
DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA SEXTA
DO VALOR DO CONTRATO

O valor global do presente Contrato Administrativo é de R$ 23.532,94, correspondente ao montante adjudicado à CONTRATADA no procedimento licitatório, compreendendo a integralidade do objeto contratado, inclusive todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas.

O valor contratado compreende, sem limitação:
– fornecimento integral dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos;
– transporte, frete, carga, descarga e movimentação dos bens;
– embalagens apropriadas;
– seguros de transporte;
– tributos federais, estaduais e municipais;
– contribuições previdenciárias;
– encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
– despesas administrativas;
– despesas operacionais;

– custos de logística;
– assistência técnica, quando exigida;
– garantia dos produtos;
– reposição de materiais defeituosos;
– quaisquer outros custos necessários à completa execução contratual.

Nenhum pagamento adicional será devido à CONTRATADA sob alegação de erro de cálculo, subavaliação dos custos da proposta, aumento de despesas operacionais, alteração da estrutura empresarial, dificuldades de mercado ou qualquer outro fato previsível à época da formulação da proposta, ressalvadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A proposta apresentada pela CONTRATADA presume-se elaborada com pleno conhecimento das condições técnicas, econômicas, tributárias, logísticas e operacionais da contratação, constituindo obrigação exclusiva da contratada suportar os riscos ordinários da atividade empresarial, em observância ao princípio da responsabilidade objetiva do contratado perante a Administração Pública.

O preço contratado é considerado completo, suficiente e compatível com a execução integral do objeto, permanecendo inalterável durante sua vigência, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas de reajustamento, revisão ou restabelecimento da equação econômico-financeira, observadas as disposições dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Administração efetuará os pagamentos exclusivamente pelos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela fiscalização contratual, vedado o pagamento antecipado, salvo nas hipóteses excepcionalmente autorizadas pela legislação vigente, desde que devidamente motivadas e demonstradas a vantagem para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, conforme classificação constante do Processo Administrativo nº 764/2026.
A despesa será custeada pela seguinte classificação orçamentária:
Programa Orçamentário:
13.392.0002.2033.0000 – Operacionalidade das Atividades de Cultura, Desporto e Lazer.

Elemento de Despesa:
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

As despesas futuras decorrentes de eventual prorrogação contratual, quando legalmente admitida, correrão à conta das dotações consignadas nos respectivos exercícios financeiros, observando-se o disposto nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A celebração do presente contrato encontra-se condicionada à existência de disponibilidade orçamentária suficiente para suportar todas as obrigações dele decorrentes, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal, do planejamento orçamentário e da sustentabilidade financeira da contratação pública.

Na hipótese de insuficiência superveniente de recursos orçamentários, a Administração adotará as providências legalmente cabíveis, preservando-se os direitos da CONTRATADA quanto às obrigações regularmente executadas e liquidadas.

O empenho da despesa constitui requisito indispensável para a realização dos pagamentos, observando-se rigorosamente o regime jurídico da despesa pública, a ordem cronológica dos pagamentos e as normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), quando aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA
DO REAJUSTE DOS PREÇOS

Em observância ao princípio da manutenção da estabilidade das relações contratuais e ao disposto no art. 92, inciso V, c/c arts. 25, § 7º, e 134 da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado que fundamentou a licitação.

Ultrapassado o interregno mínimo de doze meses, os preços poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, desde que comprovada a manutenção da execução contratual e observada a periodicidade anual estabelecida em lei.

O reajuste será calculado utilizando-se, preferencialmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Na ausência definitiva do índice previsto, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a efetiva variação inflacionária dos custos da contratação, mediante justificativa técnica da Administração.

O reajuste dependerá de:
– solicitação formal da CONTRATADA;
– demonstração da ocorrência do período mínimo legal;
– manifestação favorável da fiscalização;
– análise jurídica, quando exigida;
– autorização da autoridade competente.

O reajuste produzirá efeitos exclusivamente para as parcelas executadas após sua formalização, vedada qualquer forma de retroatividade em desacordo com a legislação vigente.

A ausência de requerimento tempestivo da CONTRATADA importará em renúncia ao reajuste relativo ao período correspondente, ressalvada disposição legal superveniente em sentido diverso.

CLÁUSULA NONA
DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Fica assegurada a manutenção da equação econômico-financeira originalmente pactuada, em observância ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nos arts. 124, inciso II, alínea "d", 130 e 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido quando fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes, alterarem substancialmente os encargos originalmente assumidos pela CONTRATADA, tornando excessivamente onerosa a execução do contrato.

Também ensejarão pedido de reequilíbrio:
– caso fortuito;
– força maior;
– fato do príncipe;
– fato da Administração;
– criação, alteração ou extinção de tributos com repercussão direta nos custos da contratação;
– modificações legislativas que impactem significativamente a execução contratual;
– situações extraordinárias e imprevisíveis que rompam a base objetiva do contrato.

O pedido de recomposição deverá ser instruído com documentação técnica idônea, demonstrando:
– o fato gerador do desequilíbrio;
– sua imprevisibilidade ou excepcionalidade;
– o nexo causal entre o evento e o aumento dos encargos;
– a efetiva repercussão financeira sobre a execução contratual;

– memória de cálculo detalhada;
– documentos fiscais, contábeis e financeiros que comprovem a variação extraordinária dos custos.

Não serão considerados aptos a justificar o reequilíbrio econômico-financeiro:
– erros na elaboração da proposta;
– oscilações normais de mercado;
– variações cambiais previsíveis;
– aumento ordinário dos custos operacionais;
– dificuldades financeiras da empresa;
– gestão empresarial inadequada;
– riscos inerentes à atividade econômica da CONTRATADA.

Recebido o requerimento, a Administração procederá à análise técnica, econômica, contábil e jurídica, podendo requisitar documentos complementares, diligências, pareceres especializados e demais elementos necessários à correta avaliação da pretensão.

Reconhecido o direito ao restabelecimento da equação econômico-financeira, será celebrado o competente Termo Aditivo, observando-se a estrita proporcionalidade entre o evento extraordinário ocorrido e a recomposição dos encargos suportados pela CONTRATADA, vedado qualquer enriquecimento sem causa.

O reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com reajuste contratual, revisão ordinária de preços ou atualização monetária, constituindo instituto jurídico excepcional destinado exclusivamente à recomposição da relação original entre encargos assumidos pela CONTRATADA e a contraprestação devida pela Administração, preservando-se a equação econômico-financeira estabelecida no momento da contratação.

A Administração poderá, igualmente, promover a revisão contratual quando fatos supervenientes reduzirem significativamente os custos de execução do objeto, assegurando-se, em qualquer hipótese, a observância dos princípios da economicidade, eficiência, supremacia do interesse público, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e preservação do equilíbrio contratual, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IV
DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE ENTREGA, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

CLÁUSULA DÉCIMA
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O presente Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, produzindo efeitos jurídicos a partir da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais meios oficiais de divulgação, quando exigidos pela legislação aplicável, observando-se o disposto nos arts. 89, 91, 94, 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021. A vigência contratual prevista encontra-se em conformidade com o Termo de Referência da contratação.

A vigência contratual destina-se à completa execução das obrigações assumidas pelas partes, compreendendo o fornecimento dos bens, os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, a fiscalização administrativa, a solução de eventuais inconformidades, o cumprimento da garantia contratual dos produtos e a prática de todos os atos administrativos necessários ao encerramento da relação contratual.

Considerando tratar-se de aquisição de bens permanentes com entrega única, a vigência contratual não se confunde com o prazo de entrega do objeto, permanecendo o contrato em vigor durante todo o período necessário ao exercício das prerrogativas da Administração relativas à fiscalização, aplicação de sanções, responsabilização contratual, exigibilidade das garantias legais e convencionais, bem como à solução de pendências administrativas eventualmente verificadas.

A prorrogação da vigência contratual somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante demonstração inequívoca da vantajosidade administrativa, existência de interesse público devidamente motivado, disponibilidade orçamentária, manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e formalização do respectivo Termo Aditivo pela autoridade competente.

A eventual prorrogação não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, dependendo de juízo discricionário da Administração Pública, fundamentado em critérios de legalidade, conveniência, oportunidade e interesse público, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, continuidade administrativa e planejamento das contratações públicas.

Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA permanecerá obrigada a manter todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, capacidade econômico-financeira e demais requisitos exigidos no procedimento licitatório, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A extinção da vigência contratual não exonera a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes de vícios ocultos, defeitos de fabricação, garantias legais, obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias, civis e administrativas surgidas durante a execução do contrato, permanecendo íntegros os direitos da Administração quanto à apuração de responsabilidades supervenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO PRAZO DE ENTREGA

O objeto contratual deverá ser entregue em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Administração, em estrita observância ao prazo estabelecido neste Contrato Administrativo, independentemente da vigência contratual prevista na cláusula anterior.

O fornecimento será realizado em entrega única, conforme definido no Termo de Referência, devendo a CONTRATADA disponibilizar todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos contratados em perfeitas condições de uso, observadas as especificações técnicas constantes do procedimento licitatório.

A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, durante o expediente administrativo, previamente agendada com o fiscal do contrato, cabendo exclusivamente à CONTRATADA suportar todas as despesas decorrentes de transporte, seguro, carga, descarga, movimentação, armazenamento temporário, mão de obra, tributos, embalagens e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

Os produtos deverão ser entregues:
– integralmente montados, quando aplicável;
– acondicionados em embalagens originais do fabricante;
– acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao funcionamento;
– acompanhados dos respectivos manuais de operação, quando exigíveis;
– acompanhados dos certificados de garantia;
– acompanhados da Nota Fiscal correspondente;
– livres de qualquer defeito aparente ou oculto;
– rigorosamente compatíveis com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora.

O simples descarregamento dos materiais nas dependências da Administração não caracteriza o cumprimento da obrigação contratual, permanecendo a entrega condicionada à conferência quantitativa e qualitativa realizada pelo fiscal designado.

O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas neste contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente multa moratória, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis, inclusive impedimento de licitar e contratar, quando caracterizada inexecução contratual.

Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, capazes

de impedir temporariamente a execução da obrigação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a Administração no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência do evento, apresentando documentação comprobatória idônea, para apreciação da autoridade competente.

O eventual deferimento da prorrogação do prazo de entrega dependerá de decisão motivada da Administração, não sendo admitida justificativa baseada em dificuldades operacionais, indisponibilidade de fornecedores, falhas logísticas previsíveis, aumento ordinário da demanda de mercado ou quaisquer riscos inerentes à atividade empresarial da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O objeto contratado será submetido ao recebimento provisório, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante verificação inicial realizada pelo fiscal do contrato ou por comissão especialmente designada pela Administração.

O recebimento provisório possui natureza exclusivamente administrativa e destina-se à conferência preliminar do objeto entregue, não importando aceitação definitiva dos bens nem exoneração da responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade, conformidade técnica, funcionalidade ou adequação dos equipamentos fornecidos.

Durante o recebimento provisório serão verificados, entre outros aspectos:
– quantidade dos bens entregues;
– integridade física dos equipamentos;
– estado das embalagens;
– identificação dos produtos;
– correspondência com a Nota Fiscal;
– conformidade com a Ordem de Fornecimento;
– presença dos acessórios obrigatórios;
– existência dos manuais técnicos;
– certificados de garantia;
– compatibilidade com as especificações do Termo de Referência.

Constatada qualquer divergência quantitativa, qualitativa ou documental, o fiscal do contrato registrará formalmente as ocorrências verificadas, podendo rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue, determinando à CONTRATADA sua imediata substituição, complementação ou correção.

O recebimento provisório não exclui nem reduz a responsabilidade civil, administrativa, contratual ou técnica da CONTRATADA, permanecendo esta integralmente responsável pela

qualidade, segurança, funcionamento e desempenho dos equipamentos fornecidos.

A assinatura do Termo de Recebimento Provisório constitui mera confirmação de entrega física do objeto, não implicando reconhecimento da conformidade definitiva da execução contratual.

Caso sejam constatadas irregularidades durante a inspeção preliminar, ficará suspenso o procedimento de recebimento até que a CONTRATADA sane integralmente as inconformidades apontadas, reiniciando-se nova conferência após a regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

O recebimento definitivo ocorrerá após a conclusão satisfatória da inspeção técnica dos bens fornecidos, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato ou pela comissão designada pela Administração, observadas as disposições dos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que todos os equipamentos:
– atendem integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência;
– apresentam perfeito funcionamento;
– encontram-se livres de defeitos aparentes e ocultos;
– foram entregues em conformidade com a proposta vencedora;
– possuem garantia mínima exigida;
– estão acompanhados de toda a documentação técnica pertinente;
– correspondem integralmente ao objeto contratado.

A Administração poderá realizar testes operacionais, inspeções técnicas, conferências de desempenho, verificações funcionais e quaisquer outros procedimentos necessários à confirmação da conformidade do objeto antes da emissão do recebimento definitivo.

aConCstOatNaTdaRATqAuaDlqAuer pariarregpurolamriodvaedre,,

àas sAuadsmineixsptreançsãaos,

naotisfuicbasrtáituiçfãoorm,

alcmorernetçeão ou

complementação dos bens fornecidos, fixando prazo compatível com a natureza da inconformidade, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O recebimento definitivo não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios redibitórios, defeitos ocultos, falhas de fabricação, problemas de desempenho ou quaisquer irregularidades que venham a ser constatadas durante o período de garantia legal ou contratual.

Ainda que emitido o Termo de Recebimento Definitivo, a Administração conservará

integralmente o direito de exigir da CONTRATADA a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ocultos ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para o erário.

A emissão do Termo de Recebimento Definitivo constitui condição indispensável para a liquidação da despesa e autorização do pagamento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas, permanecendo condicionada ao integral cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

A aceitação definitiva do objeto não implica renúncia, novação ou transação quanto aos direitos da Administração decorrentes da legislação, do contrato, da garantia legal ou da garantia contratual, permanecendo íntegros todos os mecanismos de responsabilização previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Código Civil e nas demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO V
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, na proposta adjudicada e nas demais cláusulas deste Contrato Administrativo, constituem obrigações essenciais da CONTRATADA, cuja observância é indispensável ao regular cumprimento da avença, as seguintes:

– executar integralmente o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora, da Ordem de Fornecimento e deste Contrato Administrativo, responsabilizando-se pela perfeita execução da contratação;

– fornecer exclusivamente instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, livres de quaisquer vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias, recondicionamentos, remanufaturas ou reutilizações, observando rigorosamente as exigências técnicas estabelecidas pela Administração;

– realizar a entrega integral do objeto no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, assumindo integral responsabilidade por eventual atraso injustificado.

– suportar integralmente, sem qualquer ônus para a Administração, todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e

demais custos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

– entregar todos os equipamentos devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, acompanhados dos respectivos manuais técnicos, certificados de garantia, acessórios indispensáveis ao funcionamento e demais documentos exigidos pela legislação e pelo Termo de Referência.

– assegurar que todos os bens fornecidos atendam integralmente às normas técnicas brasileiras aplicáveis, às especificações do fabricante e aos padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança, resistência e durabilidade exigidos pela Administração.

– responsabilizar-se integralmente pela qualidade, desempenho, funcionalidade, eficiência, durabilidade e compatibilidade dos equipamentos fornecidos, respondendo por quaisquer vícios, defeitos, falhas técnicas ou desconformidades constatadas durante a execução contratual ou no período de garantia.

– substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, quaisquer produtos rejeitados pela Administração em razão de defeitos, vícios, avarias, especificações divergentes, defeitos de fabricação ou inadequação técnica, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

– prestar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, sem prejuízo das garantias legais previstas na legislação civil e consumerista aplicável, quando cabível.

– manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, econômico-financeira e qualificação técnica exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitados pela Administração.

– comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer fato extraordinário, caso fortuito, força maior ou circunstância superveniente capaz de comprometer o cumprimento das obrigações assumidas, apresentando documentação comprobatória idônea.

– indicar representante legal com poderes suficientes para responder perante a Administração durante toda a execução contratual, garantindo atendimento célere às solicitações formuladas pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

– atender prontamente todas as determinações expedidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato, promovendo, no prazo estabelecido, as correções, substituições, complementações ou adequações que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

– permitir amplo e irrestrito acesso dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização contratual às informações, documentos, instalações, registros e demais elementos relacionados à execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

– responder integralmente pelos danos materiais, morais, patrimoniais e ambientais eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros, em decorrência de ação, omissão, culpa, dolo, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos, representantes ou subcontratados.

– responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, securitários e fundiários decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo jurídico entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

– observar rigorosamente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelos seus empregados, colaboradores e prepostos durante todas as etapas de transporte, entrega e descarregamento dos bens.

– manter absoluto sigilo sobre informações, documentos, dados administrativos, técnicos, operacionais ou estratégicos aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado.

– cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual, responsabilizando-se por qualquer tratamento ilícito ou inadequado.

– abster-se de praticar qualquer ato que possa caracterizar fraude à licitação, fraude contratual, conluio, corrupção, pagamento de vantagem indevida, conflito de interesses, enriquecimento ilícito ou qualquer outra conduta incompatível com os princípios da moralidade administrativa, da probidade, da ética pública e da boa-fé objetiva.

– observar integralmente as normas anticorrupção, especialmente a Lei nº 12.846/2013, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo administrativa, civil e

penalmente pelos atos praticados por seus administradores, representantes ou empregados.

– não ceder, transferir, subcontratar ou delegar, total ou parcialmente, a execução do objeto contratual sem autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo integralmente responsável pela execução do contrato, ainda que autorizada a subcontratação parcial.

– manter atualizado seu endereço eletrônico, telefone, domicílio fiscal e demais dados cadastrais junto à Administração, comunicando qualquer alteração no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de reputarem-se válidas as comunicações encaminhadas aos endereços anteriormente informados.

– adotar práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis durante a execução contratual, observando, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, redução de desperdícios, logística adequada, destinação ambientalmente correta de resíduos e racionalização do consumo de recursos naturais, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

– cumprir integralmente todas as demais obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ordem de Fornecimento e na legislação aplicável, responsabilizando-se pela execução do objeto com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva, transparência, segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório e supremacia do interesse público.

§ 1º O inadimplemento de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula caracterizará inexecução contratual, total ou parcial, conforme a gravidade da infração, sujeitando a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e penal cabível.

§ 2º As obrigações previstas nesta cláusula possuem natureza essencial e permanente, permanecendo exigíveis durante toda a vigência contratual e, quando aplicável, mesmo após sua extinção, relativamente às garantias legais, aos vícios ocultos, à responsabilidade civil, à proteção de dados pessoais, ao dever de sigilo e às demais obrigações cuja eficácia seja prolongada por disposição legal ou contratual.

§ 3º O cumprimento das obrigações ora estabelecidas não exclui outras decorrentes da legislação aplicável, dos princípios que regem a Administração Pública, das determinações da fiscalização contratual ou de exigências supervenientes legalmente instituídas, desde que compatíveis com o objeto contratado e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo das demais atribuições previstas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, neste Contrato Administrativo e nas demais normas aplicáveis, constituem obrigações da CONTRATANTE, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva e supremacia do interesse público, as seguintes:

– proporcionar todas as condições administrativas, operacionais e institucionais indispensáveis ao fiel cumprimento do objeto contratual, assegurando à CONTRATADA o acesso às informações necessárias para a adequada execução da contratação.

– emitir, tempestivamente, a Ordem de Fornecimento, indicando todas as informações necessárias à correta entrega dos bens, especialmente local, responsável pelo recebimento, horário de funcionamento e demais orientações pertinentes.

– designar formalmente gestor e fiscal do contrato, ou comissão de fiscalização, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar permanentemente a execução contratual.

– exercer fiscalização contínua, preventiva e corretiva sobre a execução do contrato, verificando a conformidade quantitativa, qualitativa e técnica dos bens fornecidos, sem que tal fiscalização exclua ou reduza a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

– receber provisoriamente os bens entregues, promovendo a conferência inicial quanto às quantidades, integridade física, documentação, embalagens e demais requisitos previstos neste Contrato e no Termo de Referência.

– proceder ao recebimento definitivo do objeto, após a verificação do atendimento integral das especificações técnicas, quantitativas e funcionais estabelecidas na contratação, emitindo o respectivo Termo de Recebimento Definitivo quando constatada a conformidade do fornecimento.

– rejeitar, total ou parcialmente, os bens entregues em desconformidade com as especificações técnicas, exigências contratuais, normas aplicáveis ou padrões mínimos de qualidade, notificando formalmente a CONTRATADA para promover a substituição, complementação ou correção do objeto.

– notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades verificadas durante a execução contratual, fixando prazo razoável para saneamento das inconformidades, observado o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

– efetuar o pagamento devido à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos neste Contrato, após a regular liquidação da despesa, observadas a ordem cronológica dos pagamentos, a disponibilidade financeira e o cumprimento das exigências legais.

– verificar, previamente a cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e às demais exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

– analisar e decidir, de forma motivada e dentro de prazo razoável, os requerimentos administrativos apresentados pela CONTRATADA relativos à execução contratual, inclusive aqueles referentes ao reajuste, à revisão de preços, ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, à prorrogação de prazo e às demais pretensões legalmente admitidas.

– assegurar à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, observando rigorosamente o devido processo legal administrativo previsto na Lei nº 14.133/2021.

– manter atualizados os registros administrativos relativos à execução do contrato, promovendo o adequado controle documental, financeiro, orçamentário e patrimonial da contratação.

– prestar à CONTRATADA os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratual, respondendo tempestivamente às consultas formuladas que guardem relação direta com a execução do contrato.

– promover as alterações contratuais que se fizerem necessárias ao atendimento do interesse público, observando rigorosamente os limites, hipóteses e procedimentos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, preservando, sempre que cabível, a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

– comunicar imediatamente à CONTRATADA toda decisão administrativa capaz de impactar a execução contratual, especialmente aquelas relativas à suspensão, alteração, modificação quantitativa ou qualitativa, prorrogação, rescisão ou aplicação de sanções.

– adotar as providências administrativas necessárias para assegurar a adequada execução contratual, inclusive promovendo diligências, inspeções, pareceres técnicos e demais atos indispensáveis à correta fiscalização da contratação.

– observar rigorosamente os princípios da transparência, publicidade, motivação dos atos administrativos, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção da confiança legítima durante toda a execução contratual, garantindo

tratamento isonômico e impessoal à CONTRATADA.

– disponibilizar à fiscalização contratual os instrumentos administrativos necessários ao desempenho de suas atribuições, assegurando condições para o acompanhamento, registro e controle da execução do objeto, bem como para a emissão de relatórios técnicos e demais documentos pertinentes.

– cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, no Processo Administrativo nº 764/2026, na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais normas de direito público aplicáveis, observando, em todas as suas decisões, os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, continuidade do serviço público, eficiência administrativa, boa-fé objetiva, proporcionalidade, motivação e segurança jurídica.

§ 1º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE constitui prerrogativa legal decorrente do regime jurídico dos contratos administrativos e será realizada de forma permanente durante toda a execução contratual, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, não excluindo, reduzindo ou transferindo à Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela execução integral do objeto contratado.

§ 2º As decisões, determinações, notificações e orientações expedidas pelo gestor ou pelo fiscal do contrato deverão ser formalmente registradas no processo administrativo, produzindo efeitos vinculantes para a execução contratual, desde que observados os limites da legislação vigente, do instrumento convocatório e deste Contrato Administrativo.

§ 3º O inadimplemento de obrigação atribuída à CONTRATANTE não autoriza, por si só, a suspensão unilateral da execução contratual pela CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou reconhecidas mediante decisão administrativa ou judicial competente, preservando-se, em qualquer caso, a continuidade do interesse público, a boa-fé objetiva, a cooperação entre as partes e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CAPÍTULO VII
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A execução do presente Contrato Administrativo será acompanhada, controlada, supervisionada e fiscalizada pela Administração Pública, em observância ao disposto nos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo prerrogativa indeclinável da

CONTRATANTE exercer permanente controle sobre o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade integral desta pela execução do objeto.

A fiscalização contratual será exercida por Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, formalmente designados pela autoridade competente, os quais atuarão de forma coordenada e complementar, observadas as atribuições estabelecidas na legislação vigente, neste Contrato Administrativo e nos atos normativos internos do Município.

A atuação dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização observará, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação dos atos administrativos, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, prevenção de riscos e supremacia do interesse público.
A fiscalização contratual terá caráter preventivo, orientativo, corretivo e repressivo, compreendendo todas as providências necessárias à verificação da conformidade da execução contratual, inclusive quanto aos aspectos técnicos, administrativos, financeiros, documentais e patrimoniais.

O exercício da fiscalização não exclui, reduz ou transfere à Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, permanecendo esta integralmente responsável por todos os atos praticados por seus empregados, representantes, fornecedores e prepostos, nos termos dos arts. 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

No exercício de suas atribuições, a fiscalização poderá:
– realizar inspeções técnicas e administrativas;
– promover diligências;
– solicitar documentos;
– determinar correções;
– registrar ocorrências;
– emitir notificações;
– requisitar esclarecimentos;
– recomendar aplicação de penalidades;
– propor alterações contratuais;
– adotar todas as medidas necessárias à adequada execução do contrato.

As determinações expedidas pela fiscalização possuem natureza vinculante para a CONTRATADA, desde que emitidas dentro dos limites legais e contratuais, cabendo à contratada cumpri-las imediatamente, sem prejuízo do direito ao contraditório nas hipóteses legalmente previstas.

Toda atuação fiscalizatória deverá ser registrada nos autos do Processo Administrativo,

mediante relatórios, termos de ocorrência, registros fotográficos, pareceres técnicos, notificações ou quaisquer outros documentos aptos a demonstrar a efetiva execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO GESTOR DO CONTRATO

O Gestor do Contrato será formalmente designado pela autoridade competente, competindo-lhe exercer a coordenação geral da execução contratual, promovendo o acompanhamento estratégico da contratação e garantindo a adequada integração entre a fiscalização técnica, administrativa, financeira e jurídica, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compete ao Gestor do Contrato, dentre outras atribuições:
– coordenar integralmente a execução do contrato sob os aspectos administrativos, técnicos e operacionais;
– acompanhar o cumprimento dos prazos contratuais;
– supervisionar as atividades desenvolvidas pelos fiscais técnico e administrativo;
– controlar a execução física e financeira do contrato;
– verificar a compatibilidade entre a execução contratual e o planejamento administrativo;
– promover a interlocução institucional entre a Administração e a CONTRATADA;
– analisar as ocorrências registradas durante a execução contratual;
– determinar providências corretivas sempre que constatadas irregularidades;
– promover a instrução processual dos pedidos de alteração contratual;
– analisar pedidos de reajuste, revisão, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro;
– propor prorrogações, alterações, acréscimos, supressões ou extinção contratual, quando cabíveis;
– encaminhar à autoridade competente proposta de aplicação de sanções administrativas, quando caracterizada infração contratual;

– acompanhar o cumprimento das determinações expedidas pela fiscalização;
– zelar pela observância do cronograma contratual;
– emitir relatórios periódicos de acompanhamento da execução;
– atestar, quando cabível, a regularidade da execução contratual para fins de liquidação da despesa;
– garantir a adequada instrução do processo administrativo;
– comunicar imediatamente à autoridade superior quaisquer fatos capazes de comprometer a execução contratual;
– preservar a regularidade documental do contrato durante toda sua vigência;
– exercer todas as demais competências inerentes à gestão contratual previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos regulamentos municipais.

O Gestor do Contrato exercerá suas atribuições com independência técnica, autonomia funcional e responsabilidade administrativa, respondendo pelos atos praticados nos limites de

sua competência legal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
DO FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO

O Fiscal Técnico será designado pela Administração para acompanhar especificamente a execução material do objeto contratado, verificando a conformidade técnica dos bens fornecidos, observadas as especificações constantes do Edital, Termo de Referência, proposta vencedora e deste Contrato.

Compete ao Fiscal Técnico:
– acompanhar presencialmente a entrega dos bens;
– verificar a conformidade quantitativa e qualitativa dos equipamentos;
– conferir marcas, modelos, especificações e características técnicas;
– realizar inspeções, testes e verificações de funcionamento, quando cabíveis;
– avaliar a qualidade dos produtos fornecidos;
– verificar a compatibilidade dos equipamentos com as especificações contratuais;
– registrar ocorrências técnicas constatadas durante a execução;
– solicitar esclarecimentos técnicos à CONTRATADA;
– recomendar a rejeição de materiais em desacordo com o contrato;
– acompanhar a substituição de equipamentos rejeitados;
– emitir parecer técnico acerca da conformidade do objeto;
– subsidiar o Gestor do Contrato quanto à aplicação de medidas corretivas;
– acompanhar o cumprimento das garantias dos equipamentos;
– verificar a entrega dos manuais, certificados e acessórios;
– emitir o Termo de Recebimento Provisório, quando cabível;
– manifestar-se quanto ao recebimento definitivo;
– elaborar relatórios técnicos circunstanciados;
– comunicar imediatamente qualquer irregularidade relevante ao Gestor do Contrato;
– acompanhar o saneamento das inconformidades verificadas;
– exercer todas as demais atribuições técnicas compatíveis com a natureza da contratação.

A manifestação técnica emitida pelo Fiscal Técnico constitui elemento essencial para o recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo das competências atribuídas ao Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DO FISCAL ADMINISTRATIVO

O Fiscal Administrativo será responsável pelo acompanhamento dos aspectos documentais, administrativos, financeiros e formais da execução contratual, zelando pela regularidade

processual do contrato e pela observância das exigências legais pertinentes.

Compete ao Fiscal Administrativo:
– acompanhar a regularidade documental da execução contratual;
– verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
– conferir a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida para pagamento;
– analisar a documentação apresentada para fins de liquidação da despesa;
– verificar a conformidade das Notas Fiscais;
– controlar os prazos contratuais;
– acompanhar o cronograma administrativo da contratação;
– registrar todas as ocorrências administrativas da execução;
– elaborar relatórios administrativos periódicos;
– controlar a tramitação dos documentos relacionados ao contrato;
– acompanhar os procedimentos relativos ao pagamento;
– auxiliar na instrução de processos de alteração contratual;
– acompanhar a formalização de termos aditivos e apostilamentos;
– controlar os prazos de vigência contratual e das garantias;
– comunicar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades administrativas;
– acompanhar a aplicação das notificações administrativas expedidas à CONTRATADA;
– manter atualizado o processo administrativo da contratação;
– controlar a juntada de documentos obrigatórios durante toda a execução contratual;
– prestar apoio administrativo ao Gestor do Contrato e ao Fiscal Técnico;
– exercer todas as demais atribuições administrativas decorrentes da legislação, deste Contrato e dos atos normativos internos da Administração.

§ 1º Os agentes designados para a gestão e fiscalização contratual responderão exclusivamente pelos atos praticados no exercício de suas atribuições, observados os princípios da legalidade, boa-fé, eficiência, motivação, proporcionalidade e responsabilidade administrativa.

§ 2º As atividades do Gestor do Contrato, do Fiscal Técnico e do Fiscal Administrativo possuem natureza complementar, devendo ser exercidas de forma coordenada, integrada e cooperativa, preservada a segregação de funções e a independência técnica de cada agente.

§ 3º As ocorrências verificadas durante a execução contratual deverão ser formalmente registradas nos autos do processo administrativo, servindo de fundamento para decisões relativas ao recebimento do objeto, liquidação da despesa, aplicação de sanções, alterações contratuais, extinção do contrato e demais providências administrativas cabíveis.

§ 4º A ausência, insuficiência ou eventual falha da fiscalização exercida pela Administração não afasta, limita ou reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos e pelo cumprimento de todas as

obrigações assumidas neste Contrato Administrativo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII
DO PAGAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS, DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS E DO ATRASO NO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado pela CONTRATANTE mediante ordem bancária, exclusivamente em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, previamente cadastrada perante a Administração, após o regular recebimento definitivo do objeto, a liquidação da despesa e a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, observando-se as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O pagamento será realizado somente após:
– emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente;
– recebimento provisório e definitivo dos bens;
– atesto do gestor e dos fiscais do contrato;
– liquidação regular da despesa;
– comprovação da manutenção das condições de habilitação;

– inexistência de pendências contratuais impeditivas do pagamento.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação tributária vigente, contendo, obrigatoriamente:
– número do Processo Administrativo;
– número do Contrato;
– número da Nota de Empenho;
– descrição completa do objeto fornecido;
– quantitativos efetivamente entregues;
– valores unitários e totais;
– dados bancários da CONTRATADA;
– demais informações exigidas pela legislação fiscal.

Caso sejam constatadas incorreções, omissões, divergências ou inconsistências na documentação apresentada, o processo de pagamento será imediatamente suspenso, reiniciando-se a contagem do prazo legal somente após a regularização integral das pendências pela CONTRATADA, não incidindo qualquer ônus financeiro para a Administração durante esse período.

O pagamento restringir-se-á exclusivamente aos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela Administração, vedado o pagamento por materiais rejeitados, não entregues ou executados em desconformidade com o Contrato.

É vedado o pagamento antecipado, ressalvadas exclusivamente as hipóteses excepcionalíssimas autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada, mediante motivação expressa, a vantagem econômica para a Administração Pública e prestadas as garantias eventualmente exigíveis.

A quitação efetuada pela Administração não implica renúncia ao direito de apurar posteriormente vícios ocultos, falhas de execução, defeitos de fabricação, sobrepreços, pagamentos indevidos ou quaisquer outras irregularidades verificadas após a liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A liquidação da despesa constitui a fase administrativa destinada à verificação do direito adquirido pela CONTRATADA ao recebimento do crédito, mediante comprovação da efetiva entrega do objeto contratado, observando-se as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

A liquidação dependerá da apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros legalmente exigíveis:
– Nota Fiscal/Fatura;
– Termo de Recebimento Definitivo;
– atesto do Gestor do Contrato;
– manifestação do Fiscal Técnico;
– manifestação do Fiscal Administrativo;
– comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigível;
– demais documentos previstos neste Contrato ou exigidos pela Administração.

Durante a fase de liquidação serão verificados:
– a efetiva entrega dos bens;
– a conformidade quantitativa;
– a conformidade qualitativa;
– o cumprimento das especificações técnicas;
– a regularidade documental;
– a manutenção das condições de habilitação;
– a inexistência de pendências administrativas impeditivas do pagamento.

Constatada qualquer irregularidade durante a liquidação, a Administração poderá suspender o procedimento até a completa regularização pela CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A liquidação da despesa não importa reconhecimento de inexistência de vícios ocultos, defeitos supervenientes ou responsabilidades posteriores da CONTRATADA, permanecendo íntegros todos os direitos da Administração durante o período de garantia legal e contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os pagamentos realizados à CONTRATADA estarão sujeitos às retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável, especialmente aquelas disciplinadas pelo Código Tributário Nacional, pela legislação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, pelas contribuições sociais, previdenciárias e demais tributos incidentes sobre a contratação pública.

A CONTRATANTE efetuará as retenções legais obrigatórias na qualidade de fonte pagadora, observando rigorosamente:
– a legislação tributária vigente;
– as normas expedidas pela Receita Federal do Brasil;
– as instruções normativas aplicáveis;
– a legislação previdenciária;
– as normas municipais eventualmente incidentes.

A eventual existência de benefício fiscal, imunidade, isenção, suspensão, não incidência ou tratamento tributário diferenciado deverá ser previamente comprovada pela CONTRATADA mediante apresentação da documentação legal pertinente, permanecendo sob sua exclusiva responsabilidade a veracidade das informações prestadas.

A responsabilidade pela apuração, recolhimento e regularidade dos tributos próprios da atividade empresarial permanecerá integralmente atribuída à CONTRATADA, não se transferindo à Administração qualquer responsabilidade por obrigações tributárias que não estejam legalmente sujeitas à retenção.

Eventuais autuações fiscais decorrentes de informações falsas, documentos inexatos ou irregularidades imputáveis exclusivamente à CONTRATADA serão suportadas integralmente por esta, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos observarão rigorosamente a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em conformidade com o art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas exclusivamente as hipóteses legais de alteração da ordem de pagamento devidamente motivadas pela autoridade competente.

A ordem cronológica será apurada a partir da regular liquidação da despesa, considerando-se a data em que forem satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários ao pagamento.

A Administração poderá alterar a ordem cronológica exclusivamente nas hipóteses legalmente autorizadas, mediante decisão fundamentada, especialmente quando presentes razões de:
– relevante interesse público;
– emergência;
– calamidade pública;
– risco de paralisação de serviços essenciais;
– determinação judicial;
– demais situações previstas na legislação vigente.

A eventual suspensão do pagamento decorrente de irregularidade imputável à CONTRATADA implicará interrupção da posição cronológica até sua completa regularização, sem que disso decorra qualquer direito à indenização ou compensação financeira.

A observância da ordem cronológica não afasta a necessidade de disponibilidade orçamentária e financeira, tampouco dispensa a verificação da regularidade da liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA DO ATRASO NO PAGAMENTO

Na hipótese de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA tenha cumprido integralmente todas as obrigações contratuais e legais necessárias à liquidação da despesa, o valor devido será atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento.

Além da atualização monetária, incidirão juros moratórios calculados pro rata die, observando-se o índice oficial adotado pela legislação aplicável ou, na ausência de previsão específica, o índice utilizado pela Fazenda Pública para atualização de seus créditos, preservando-se a equivalência econômica da prestação.

Não caracterizará atraso imputável à Administração quando a suspensão do pagamento decorrer de:

– apresentação de documentação incompleta;
– irregularidade fiscal da CONTRATADA;
– divergência na Nota Fiscal;
– pendências na liquidação da despesa;
– descumprimento contratual;
– necessidade de diligências administrativas;
– qualquer fato imputável exclusivamente à CONTRATADA.

O período compreendido entre a notificação da irregularidade e sua efetiva regularização pela CONTRATADA não será computado para fins de incidência de atualização monetária ou juros moratórios.

O pagamento em atraso não importa novação, renúncia, transação ou reconhecimento de qualquer direito diverso daquele expressamente previsto neste Contrato e na legislação vigente, permanecendo preservadas todas as prerrogativas da Administração Pública.

§ 1º Os pagamentos serão efetuados exclusivamente após a observância cumulativa do recebimento definitivo do objeto, da liquidação regular da despesa, da disponibilidade financeira, da emissão da ordem bancária e do cumprimento das exigências legais e contratuais, em conformidade com os arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A Administração poderá realizar compensações, glosas ou descontos legalmente admitidos quando constatados pagamentos indevidos, multas contratuais, prejuízos ao erário, danos causados pela CONTRATADA ou quaisquer créditos líquidos e certos em favor da Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a legislação tributária vigente e os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, segurança jurídica, continuidade administrativa e proteção ao interesse público.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato Administrativo poderá ser alterado durante sua vigência, desde que presentes o interesse público devidamente motivado, a manutenção da finalidade da contratação, a preservação da competitividade originalmente estabelecida no procedimento

licitatório e a observância das hipóteses, limites e requisitos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As alterações contratuais constituem prerrogativa da Administração Pública, decorrente do regime jurídico de direito público aplicável aos contratos administrativos, devendo observar os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, planejamento, motivação, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e preservação do equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

As modificações contratuais somente produzirão efeitos após a formalização do competente Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme a natureza da alteração, precedidas da devida instrução processual, manifestação técnica, parecer jurídico quando exigível, disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Poderão ser promovidas alterações qualitativas destinadas à melhor adequação técnica do objeto contratado às finalidades de interesse público, desde que:
– permaneça preservada a natureza do objeto originalmente licitado;
– sejam tecnicamente justificadas;
– não impliquem desvirtuamento da competição originalmente estabelecida;
– sejam compatíveis com as condições da proposta vencedora;
– mantenham a vantajosidade da contratação para a Administração.

As alterações quantitativas poderão ocorrer quando necessárias ao atendimento das demandas supervenientes da Administração, observados os limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Toda alteração deverá ser precedida de justificativa circunstanciada demonstrando:
– a necessidade administrativa;
– a compatibilidade com o interesse público;
– a viabilidade técnica;
– a disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
– a manutenção da vantajosidade da contratação;
– a compatibilidade com o planejamento administrativo.

É vedada qualquer alteração contratual destinada a modificar substancialmente o objeto originalmente licitado, descaracterizar a competição, restringir direitos dos licitantes ou frustrar os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da seleção da proposta mais vantajosa.

As alterações promovidas deverão preservar integralmente a equação econômico-financeira inicialmente estabelecida, assegurando à CONTRATADA o restabelecimento das condições

efetivas da proposta sempre que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, nos termos da legislação vigente.

A celebração de Termo Aditivo não exonera a CONTRATADA das responsabilidades anteriormente assumidas, permanecendo íntegros todos os direitos, garantias, obrigações, penalidades e responsabilidades previstos neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA
DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais originalmente pactuadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários ao atendimento do interesse público, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os acréscimos ou supressões quantitativas deverão decorrer de necessidade administrativa devidamente fundamentada, sendo vedada sua utilização para modificar a natureza do objeto contratado ou descaracterizar as condições originalmente submetidas à competição.

Os acréscimos quantitativos observarão, cumulativamente:
– justificativa técnica expressa;
– motivação administrativa;
– disponibilidade orçamentária;

– autorização da autoridade competente;
– preservação da economicidade;
– manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

As supressões poderão decorrer:
– da redução da necessidade administrativa;
– da readequação do planejamento;
– da otimização da execução contratual;
– da conveniência e oportunidade da Administração;
– de interesse público devidamente motivado.

Os acréscimos e supressões serão calculados com base nos valores unitários originalmente contratados, preservando-se a proporcionalidade econômica da contratação, ressalvadas as hipóteses de revisão de preços legalmente admitidas.

Sempre que a alteração quantitativa repercutir sobre os custos de execução, a Administração promoverá, quando cabível, a correspondente revisão dos valores contratuais, assegurando a

manutenção da equação econômico-financeira inicialmente estabelecida.

As alterações quantitativas não poderão resultar em:
– fracionamento indevido do objeto;
– contratação de objeto estranho ao originalmente licitado;
– alteração da natureza jurídica da contratação;
– desvirtuamento da proposta vencedora;
– afronta aos princípios da isonomia, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.

As supressões consensuais que ultrapassem os limites legais somente poderão ocorrer mediante acordo expresso entre as partes, devidamente formalizado nos autos do processo administrativo e precedido da competente motivação técnica e jurídica.

A eventual recusa injustificada da CONTRATADA em executar acréscimos regularmente determinados pela Administração, dentro dos limites legais, caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando-a às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Contrato.

Por sua vez, a Administração compromete-se a promover, sempre que necessário, a correspondente adequação financeira do contrato, garantindo que nenhuma alteração quantitativa imponha à CONTRATADA ônus extraordinários não contemplados na proposta originalmente apresentada.

§ 1º Toda alteração contratual dependerá de prévia instrução do processo administrativo, contendo justificativa técnica, manifestação do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigido, demonstração da compatibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente, observando-se os arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º As alterações contratuais não poderão ser utilizadas como mecanismo de burla ao dever de licitar, de ampliação indevida do objeto inicialmente contratado ou de favorecimento da CONTRATADA, devendo observar rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

§ 3º As alterações promovidas durante a execução contratual deverão ser registradas no processo administrativo, acompanhadas da documentação comprobatória pertinente e publicizadas na forma exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se a transparência dos atos administrativos e o controle pelos órgãos de fiscalização interna e externa.

§ 4º Permanecem asseguradas à CONTRATADA todas as garantias inerentes à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que a alteração contratual importar aumento ou redução dos encargos originalmente assumidos, observado o devido processo administrativo, a comprovação do nexo causal e os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA responderá administrativamente pelas infrações praticadas durante a execução deste Contrato Administrativo, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal, trabalhista, tributária e das demais consequências previstas na legislação aplicável.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação:
– dar causa à inexecução parcial do contrato;
– dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
– dar causa à inexecução total do contrato;
– retardar injustificadamente a execução do objeto;
– deixar de entregar os bens nas condições, quantidades, especificações e prazos contratualmente estabelecidos;
– entregar produtos em desacordo com as especificações técnicas constantes do Edital, Termo de Referência ou deste Contrato;
– apresentar documentação falsa durante a execução contratual;
– praticar ato fraudulento na execução do contrato;
– comportar-se de modo inidôneo;
– praticar fraude fiscal;
– frustrar ou fraudar a execução contratual;
– deixar de substituir produtos rejeitados pela fiscalização;
– descumprir determinações regularmente expedidas pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato;
– manter situação de irregularidade que impeça a continuidade da contratação;
– praticar atos lesivos à Administração Pública.

A caracterização de qualquer infração dependerá da devida instrução do processo administrativo sancionador, assegurados o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal, a motivação das decisões administrativas e a observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

Naaplicação das penalidades serão considerados, especialmente:
I–anatureza da infração; II–agravidade da conduta; III–aextensão dos prejuízos causados; IV–avantagem obtida pelo infrator; V–areincidência;
VI–aexistência de circunstâncias agravantes ou atenuantes; VII–ograu de culpa;
VIII–aboa-fé objetiva;
IX–acooperação da CONTRATADA para a solução da irregularidade;
X–osantecedentes da empresa perante a Administração Pública.

Aspenalidades previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conformea natureza da infração e a gravidade da conduta, observados os limites estabelecidos pelaLeiFederal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA DA ADVERTÊNCIA

A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses de infrações administrativas de menor potencial ofensivo, quando a conduta da CONTRATADA não acarretar prejuízo relevante ao interesse público, à execução contratual ou ao patrimônio da Administração, desde que seja possível a imediata correção da irregularidade.

A advertência terá natureza educativa, preventiva e orientadora, destinando-se ao aperfeiçoamento da execução contratual, sem afastar

a possibilidade de aplicação de penalidades mais gravosas em caso de reincidência ou agravamento da conduta.

A aplicação da advertência será formalizada mediante decisão motivada da autoridade competente, após regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A reincidência específica poderá caracterizar circunstância agravante para fins de aplicação de penalidade mais severa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA DA MULTA MORATÓRIA

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A multa moratória será fixada em:
I – 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento).

Ultrapassado o limite máximo da multa moratória ou constatado atraso capaz de comprometer a finalidade da contratação, a Administração poderá reconhecer a inexecução total ou parcial do contrato, promovendo a aplicação das demais penalidades legalmente cabíveis.

A multa moratória poderá ser descontada:
I – dos pagamentos devidos;
II – da garantia contratual, quando houver;
III – mediante cobrança administrativa;
IV – por inscrição em dívida ativa, quando cabível.

A aplicação da multa moratória não afasta:
– a obrigação de executar o contrato;
– o dever de reparar integralmente os prejuízos causados;
– a aplicação de outras sanções administrativas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA DA MULTA COMPENSATÓRIA

A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, descumprimento grave das obrigações contratuais, fraude na execução, recusa injustificada em cumprir determinações da Administração ou demais infrações que comprometam a finalidade da contratação.

A multa compensatória poderá corresponder a até 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, observando-se a gravidade da infração, a extensão do dano, a culpabilidade da CONTRATADA e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Na fixação do percentual da multa serão considerados:
– os prejuízos causados ao erário;
– o comprometimento do interesse público;
– a vantagem indevidamente auferida;
– a reincidência;
– a boa-fé da contratada;
– a cooperação para redução dos danos;
– a extensão da inexecução contratual.

A multa compensatória possui natureza indenizatória mínima e não impede que a

Administração busque judicial ou administrativamente a reparação integral dos danos eventualmente superiores ao valor da penalidade aplicada.

A aplicação da multa compensatória poderá ocorrer cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA
DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando caracterizadas infrações de média ou elevada gravidade que não justifiquem a aplicação da declaração de inidoneidade.

O impedimento produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que houver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, conforme decisão motivada da autoridade competente.

Poderão ensejar a aplicação desta penalidade, entre outras hipóteses previstas em lei:
– inexecução total do contrato;
– inexecução parcial grave;
– atraso injustificado que comprometa a execução contratual;
– recusa injustificada em cumprir determinações da fiscalização;
– comportamento incompatível com a boa-fé contratual;
– demais hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação da penalidade dependerá da instauração de processo administrativo específico, assegurados:
– contraditório;
– ampla defesa;
– produção de provas;
– decisão motivada;
– possibilidade de recurso administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA
DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar constitui a sanção administrativa de maior gravidade prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo aplicável exclusivamente nas hipóteses de infrações extremamente graves que revelem manifesta quebra da confiança necessária à manutenção das relações contratuais com a Administração Pública.

Poderá ser aplicada, especialmente, quando a CONTRATADA:
I–apresentar documentos falsos;
II–praticar fraude à licitação ou à execução contratual; III–agir mediante dolo, corrupção, conluio ou fraude;
IV–praticar atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da contratação; V–praticar atos lesivos previstos na legislação anticorrupção;
VI–demonstrar absoluta inidoneidade moral ou profissional para contratar com a Administração Pública.

A declaração de inidoneidade produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja concedida a reabilitação, observados os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A reabilitação somente poderá ser concedida após:
– decurso do prazo mínimo previsto em lei;
– reparação integral dos danos causados;
– ressarcimento ao erário, quando cabível;
– demonstração da superação dos motivos que ensejaram a penalidade;
– decisão da autoridade competente.

§ 1º Nenhuma penalidade será aplicada sem a prévia instauração de processo administrativo sancionador, assegurados à CONTRATADA o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas, a motivação da decisão administrativa e o direito aos recursos previstos na legislação.

§ 2º As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando-se a natureza da infração, a gravidade da conduta, os danos causados ao interesse público, a culpabilidade da CONTRATADA, sua reincidência e os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

§ 3º Os valores das multas eventualmente aplicadas poderão ser descontados dos créditos da CONTRATADA, da garantia contratual, quando existente, cobrados administrativamente ou judicialmente, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa e da reparação integral dos danos causados ao erário.

§ 4º A aplicação das sanções administrativas previstas neste Capítulo não exclui a responsabilidade civil, penal, tributária, trabalhista ou por atos de improbidade administrativa, tampouco impede a adoção das medidas judiciais cabíveis para a reparação integral dos prejuízos sofridos pela Administração Pública.

§ 5º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se, ainda, os princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, motivação dos atos administrativos, proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XI
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO, DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato Administrativo extinguir-se-á nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais situações previstas na legislação aplicável, observados os princípios da legalidade, motivação, continuidade do serviço público, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

A extinção contratual constitui medida excepcional, devendo ser precedida da devida instrução processual, com apuração dos fatos, manifestação técnica do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigível e decisão fundamentada da autoridade competente.

A extinção do contrato poderá ocorrer:
– por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses legalmente previstas;
– por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e inexistam prejuízos ao interesse público;
– por decisão arbitral, quando admitida em lei e prevista contratualmente;
– por decisão judicial transitada em julgado;
– pelo advento do termo final da vigência contratual, sem necessidade de manifestação expressa, ressalvadas as obrigações remanescentes;
– por impossibilidade superveniente de execução do objeto, devidamente comprovada.

Constituem, dentre outras, causas que poderão ensejar a extinção unilateral do contrato pela Administração:
– inexecução total do objeto;
– inexecução parcial que comprometa a finalidade da contratação;
– atraso injustificado na entrega dos bens;
– paralisação injustificada da execução contratual;
– descumprimento reiterado de cláusulas contratuais;
– desatendimento das determinações expedidas pelo gestor ou pela fiscalização;
– perda das condições de habilitação indispensáveis à contratação;
– prática de fraude, dolo, simulação ou má-fé na execução contratual;

– ocorrência de atos que comprometam a confiança necessária à manutenção do vínculo contratual;
– demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A extinção contratual não exonerará a CONTRATADA da responsabilidade pelos danos causados à Administração, nem afastará a obrigação de ressarcimento ao erário, aplicação de sanções administrativas, responsabilização civil ou penal, quando cabíveis.

Na hipótese de extinção contratual, a Administração poderá adotar todas as medidas necessárias à preservação da continuidade do interesse público, inclusive promover nova contratação na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA
DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção do contrato produzirá efeitos a partir da formalização do respectivo ato administrativo, ressalvadas as hipóteses em que a legislação determinar efeitos imediatos.

Constituem efeitos da extinção contratual:
– encerramento das obrigações principais ainda não executadas;
– apuração dos créditos e débitos existentes entre as partes;
– aplicação das sanções eventualmente cabíveis;
– retenção de créditos destinados ao ressarcimento de prejuízos causados à Administração;
– execução da garantia contratual, quando existente;
– cobrança administrativa ou judicial dos valores eventualmente devidos;
– preservação das obrigações relativas à garantia dos bens fornecidos;
– manutenção da responsabilidade por vícios ocultos;
– permanência das obrigações relativas ao sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais;
– adoção das providências necessárias à continuidade da prestação administrativa.

A extinção contratual não prejudicará:
– o direito da Administração ao ressarcimento integral dos prejuízos sofridos;
– a responsabilização administrativa da CONTRATADA;
– a responsabilização civil pelos danos causados;
– eventual responsabilização penal decorrente da prática de ilícitos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA
DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

Nenhuma das partes responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais quando este

decorrer, direta e comprovadamente, de caso fortuito ou força maior, desde que caracterizados como eventos inevitáveis, imprevisíveis ou de consequências inevitáveis, estranhos à vontade das partes e impeditivos da execução do contrato, nos termos do art. 393 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), aplicado subsidiariamente aos contratos administrativos, e em consonância com os arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Consideram-se, exemplificativamente, hipóteses de caso fortuito ou força maior:
– desastres naturais de grande magnitude;
– enchentes, inundações, vendavais, tempestades ou terremotos;
– incêndios de grandes proporções não imputáveis às partes;
– guerras, conflitos armados ou comoções sociais;
– atos de terrorismo ou sabotagem;
– epidemias, pandemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas;
– greves gerais que inviabilizem objetivamente a execução contratual, desde que não atribuíveis à CONTRATADA;
– determinações supervenientes emanadas de autoridade pública que impossibilitem a execução do contrato;
– interrupções extraordinárias dos sistemas logísticos nacionais;
– demais eventos reconhecidos pela legislação e pela jurisprudência como caso fortuito ou força maior.

Não caracterizam caso fortuito ou força maior:
– dificuldades financeiras da CONTRATADA;
– deficiência administrativa;
– falta de planejamento empresarial;
– escassez de mão de obra decorrente de gestão inadequada;
– falhas de fornecedores previsíveis;
– oscilações ordinárias de mercado;
– aumento normal dos custos operacionais;
– eventos decorrentes de culpa, dolo ou negligência da CONTRATADA.

A parte que invocar caso fortuito ou força maior deverá comunicar formalmente à outra parte no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da ciência do evento, apresentando documentação idônea capaz de demonstrar:
– a ocorrência do fato;
– o nexo causal entre o evento e a impossibilidade de execução;
– os impactos produzidos sobre o contrato;
– as medidas adotadas para mitigação dos prejuízos;
– a estimativa do período necessário para superação dos efeitos do evento.

Recebida a comunicação, a Administração promoverá análise técnica e jurídica das

circunstâncias apresentadas, podendo:
– reconhecer a ocorrência do caso fortuito ou força maior;
– conceder prorrogação dos prazos de execução;
– promover alteração contratual;
– restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, quando presentes os requisitos legais;
– suspender temporariamente a execução contratual;
– extinguir o contrato, caso a execução se torne definitivamente impossível.

O reconhecimento da ocorrência de caso fortuito ou força maior não exonera a CONTRATADA do dever de adotar todas as medidas razoavelmente exigíveis para reduzir os prejuízos, preservar os bens públicos, mitigar riscos e assegurar, sempre que possível, a continuidade da execução contratual.

§ 1º A extinção contratual será sempre formalizada por ato administrativo devidamente motivado, assegurando-se à CONTRATADA, quando a hipótese envolver aplicação de penalidade ou imputação de inadimplemento, o exercício do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com os arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A ocorrência de caso fortuito ou força maior somente produzirá efeitos jurídicos após a devida comprovação documental e o reconhecimento formal pela Administração, não afastando automaticamente o cumprimento das obrigações contratuais remanescentes que permaneçam materialmente exequíveis.

§ 3º Sempre que possível, antes da extinção do contrato, a Administração deverá avaliar medidas menos gravosas, tais como a suspensão temporária da execução, a prorrogação dos prazos, a celebração de termo aditivo ou o restabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da proporcionalidade, da economicidade e da preservação dos contratos administrativos.

§ 4º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, com o art. 393 do Código Civil, bem como com os princípios da supremacia do interesse público, da segurança jurídica, da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da motivação dos atos administrativos, da continuidade do serviço público e da preservação da equação econômico-financeira do contrato.

CAPÍTULO XII
DAS RESPONSABILIDADES CIVIL, TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E AMBIENTAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA

DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá integral, exclusiva e objetivamente, nos limites estabelecidos pela legislação aplicável, por todos os danos materiais, morais, patrimoniais, extrapatrimoniais ou de qualquer outra natureza causados à CONTRATANTE, aos seus agentes, a terceiros ou ao meio ambiente em decorrência direta ou indireta da execução do objeto contratual, de ação ou omissão própria, de seus empregados, prepostos, representantes, fornecedores, transportadores ou subcontratados eventualmente autorizados.

A responsabilidade da CONTRATADA subsistirá independentemente da fiscalização, do acompanhamento, do recebimento provisório ou definitivo dos bens e do pagamento efetuado pela Administração, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, não implicando qualquer ato de controle administrativo exoneração, redução, compartilhamento ou transferência do dever de reparar.

Sem prejuízo das responsabilidades específicas previstas neste Contrato, incumbirá à CONTRATADA:

– reparar integralmente os danos decorrentes de vícios, defeitos, inadequações, falhas de fabricação, acondicionamento, transporte, entrega, montagem ou funcionamento dos bens fornecidos;
– substituir, às suas expensas, os produtos que apresentem desconformidade, defeito, vício aparente ou oculto, baixa qualidade, incompatibilidade técnica ou desempenho inferior ao exigido;
– indenizar a CONTRATANTE por perdas, avarias, extravios ou deteriorações ocorridos até o recebimento definitivo do objeto;
– ressarcir integralmente os prejuízos decorrentes de conduta culposa ou dolosa praticada durante a execução contratual;
– assumir os custos de reparação, substituição, recolhimento, transporte, reinstalação ou destinação dos bens defeituosos;
– responder por acidentes decorrentes de acondicionamento, transporte, descarga, instalação, manuseio ou utilização inadequada imputável à CONTRATADA;
– adotar todas as medidas necessárias para impedir a ampliação dos prejuízos e mitigar os efeitos de qualquer evento danoso;
– manter a CONTRATANTE indene de reclamações, ações, cobranças ou pretensões de terceiros relacionadas a fatos imputáveis à CONTRATADA.

A responsabilidade civil da CONTRATADA abrangerá tanto os danos emergentes quanto os lucros cessantes, quando comprovados, sem prejuízo da incidência dos arts. 186, 187, 389, 402, 403, 927 e demais dispositivos pertinentes do Código Civil.

A CONTRATANTE poderá promover a retenção ou compensação de créditos líquidos e certos devidos à CONTRATADA para ressarcimento de danos regularmente apurados, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do saldo remanescente.

A responsabilização prevista nesta cláusula não afastará a aplicação das sanções administrativas cabíveis nem eventual responsabilização penal, ambiental, tributária ou por atos de improbidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o contratado responde pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização administrativa exclua ou reduza essa responsabilidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA
DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por todas as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação, remuneração, direção, supervisão e desligamento de seus empregados, prepostos ou colaboradores empregados na execução deste Contrato, inexistindo entre tais pessoas e a CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício, funcional ou de subordinação jurídica.

Constituem obrigações exclusivas da CONTRATADA:
– cumprir integralmente a Consolidação das Leis do Trabalho, convenções coletivas, acordos coletivos, sentenças normativas e demais normas de proteção ao trabalho;
– efetuar pontualmente o pagamento de salários, adicionais, gratificações, horas extraordinárias, férias, décimo terceiro salário, aviso-prévio e demais verbas trabalhistas;
– observar as normas relativas à jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, intervalos, saúde, higiene e segurança ocupacional;

– fornecer, quando necessário, equipamentos de proteção individual e coletiva adequados aos riscos da atividade;
– manter registros funcionais, folhas de pagamento, controles de jornada e demais documentos legalmente exigidos;
– arcar com indenizações, despesas processuais, honorários, multas e condenações decorrentes de demandas trabalhistas relacionadas a seus empregados ou prepostos;
– substituir prontamente qualquer profissional cuja atuação comprometa a segurança, a regularidade ou a adequada execução do objeto, sem que isso importe ingerência da Administração na gestão de pessoal da empresa;
– impedir a utilização de trabalho infantil, forçado, degradante ou em condições análogas à escravidão, observando os direitos fundamentais sociais e laborais previstos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas não transferirá automaticamente à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens adquiridos, ressalvadas as hipóteses de responsabilização expressamente previstas em lei e reconhecidas por decisão da autoridade competente.

Considerando que o objeto deste Contrato consiste no fornecimento de bens permanentes mediante entrega única, não se presume a incidência do regime jurídico específico aplicável aos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, devendo eventual responsabilização da Administração observar estritamente a natureza efetiva da contratação e os requisitos legais pertinentes.

A CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE indene de quaisquer reclamações trabalhistas relativas a seus empregados, representantes ou prepostos, obrigando-se a adotar as medidas processuais cabíveis e a ressarcir eventuais valores que venham a ser suportados pela Administração em razão de fato que lhe seja imputável.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA
DA RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelo cumprimento das obrigações previdenciárias principais e acessórias decorrentes de sua atividade empresarial e das relações de trabalho mantidas com seus empregados, prepostos ou colaboradores, inclusive quanto à inscrição, arrecadação, retenção, declaração e recolhimento das contribuições legalmente exigíveis.

Compete à CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações:
– promover o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas;
– cumprir as obrigações relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
– apresentar declarações, informações e documentos exigidos pelos órgãos de fiscalização;
– manter atualizados os registros previdenciários de seus empregados;
– responder por multas, juros, autuações, cobranças e demais encargos decorrentes de inadimplemento previdenciário;
– observar a legislação relativa à segurança e saúde do trabalho e ao financiamento dos riscos ambientais laborais;
– fornecer à Administração, quando legalmente exigível, documentos comprobatórios da regularidade previdenciária.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos previdenciários não transferirá à CONTRATANTE o dever de pagamento, ressalvadas exclusivamente as hipóteses em que a legislação atribua responsabilidade específica ao tomador ou adquirente, cuja incidência

dependerá da efetiva configuração dos respectivos pressupostos legais.

Eventuais retenções previdenciárias somente serão realizadas pela CONTRATANTE quando expressamente exigidas pela legislação aplicável à natureza da operação, não se admitindo retenção fundada em presunção incompatível com o objeto efetivamente contratado.

A CONTRATADA deverá ressarcir a Administração por qualquer valor que esta venha a desembolsar em virtude de autuação, condenação ou cobrança previdenciária decorrente de descumprimento imputável à contratada, assegurado o devido processo administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA
DA RESPONSABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA

A CONTRATADA será exclusiva responsável pela apuração, declaração e recolhimento de todos os tributos, taxas, contribuições, encargos fiscais e obrigações acessórias decorrentes de sua atividade empresarial, da emissão de documentos fiscais, da circulação, comercialização, transporte e fornecimento dos bens objeto deste Contrato.

A responsabilidade fiscal da CONTRATADA compreenderá, especialmente:
– emissão regular e tempestiva da Nota Fiscal correspondente aos bens efetivamente fornecidos;
– correta indicação da natureza da operação, do código fiscal, da base de cálculo, das alíquotas e dos tributos incidentes;
– recolhimento dos tributos devidos nas esferas federal, estadual e municipal;
– manutenção da regularidade fiscal durante toda a vigência contratual;
– apresentação das certidões e documentos exigidos pela Administração;
– observância do regime tributário ao qual se encontre submetida;
– comunicação imediata de qualquer alteração cadastral ou tributária que possa repercutir sobre a execução contratual;
– responsabilização por autuações, penalidades, juros ou acréscimos decorrentes de erro, omissão, inexatidão ou irregularidade fiscal de sua autoria.

Os preços contratados considerar-se-ão inclusivos de todos os tributos, encargos, fretes, seguros, despesas operacionais e demais custos necessários ao integral adimplemento do objeto, não sendo admitida cobrança adicional fundada em obrigação tributária ordinariamente previsível à época da apresentação da proposta.

As retenções tributárias efetuadas pela CONTRATANTE na qualidade de fonte pagadora não afastam a responsabilidade da CONTRATADA pela correta apuração e quitação dos tributos de sua titularidade.

A CONTRATADA deverá comprovar, previamente ao pagamento, eventual imunidade, isenção, não incidência, suspensão ou benefício fiscal que pretenda invocar, mediante documentação válida e atualizada, sob pena de serem realizadas as retenções legalmente exigíveis.

O art. 121 da Lei nº 14.133/2021 atribui ao contratado a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA
DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá executar o objeto em estrita conformidade com a legislação ambiental vigente, observando os deveres de prevenção, precaução, sustentabilidade, redução de impactos, uso racional de recursos naturais, gestão adequada de resíduos e destinação ambientalmente correta de materiais, embalagens e componentes.

A obrigação ambiental da CONTRATADA abrangerá todas as etapas sob sua responsabilidade, incluindo fabricação, aquisição, acondicionamento, transporte, entrega, instalação, assistência técnica, recolhimento e destinação final de resíduos ou componentes sujeitos a sistema de logística reversa.

Compete à CONTRATADA:

– fornecer bens produzidos e comercializados em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;
– utilizar embalagens adequadas, preferencialmente recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente possível;
– evitar desperdício de materiais e geração desnecessária de resíduos;
– assegurar a adequada coleta, segregação, transporte, armazenamento, tratamento e destinação de resíduos decorrentes de suas atividades;
– cumprir as obrigações de logística reversa aplicáveis a pilhas, baterias, equipamentos eletroeletrônicos, componentes, acessórios e embalagens;
– recolher produtos, peças ou componentes substituídos quando a legislação ou o sistema de logística reversa assim exigir;
– manter licenças, autorizações, registros e certificações ambientais exigíveis à sua atividade;
– impedir a utilização de matérias-primas, substâncias ou processos vedados pela legislação;
– comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência ambiental relevante relacionada à execução contratual;
– promover, às suas expensas, a reparação integral de danos ambientais decorrentes de conduta que lhe seja imputável.

A CONTRATADA responderá, independentemente da aplicação de sanções administrativas ou penais, pela reparação integral dos danos ambientais que causar, inclusive mediante recuperação da área degradada, compensação ambiental, ressarcimento de despesas emergenciais e cumprimento das demais obrigações impostas pelos órgãos competentes.

A responsabilidade ambiental não será afastada pelo recebimento dos bens, pelo pagamento, pela fiscalização administrativa ou pelo encerramento do contrato, subsistindo enquanto não forem integralmente reparados os danos ou cumpridas as obrigações ambientais remanescentes.
A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação de comprovantes de destinação ambientalmente adequada, certificados de recolhimento, documentos de logística reversa ou outras evidências necessárias à verificação do cumprimento das obrigações ambientais.

As obrigações previstas nesta cláusula fundamentam-se no art. 225 da Constituição Federal, na Lei nº 6.938/1981, na Lei nº 9.605/1998, na Lei nº 12.305/2010 e em seus regulamentos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e disciplina mecanismos de logística reversa.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º A responsabilidade da CONTRATADA pelas obrigações previstas neste Capítulo será integral e subsistirá durante a vigência do contrato e, quando a natureza da obrigação assim exigir, após sua extinção, especialmente quanto a vícios ocultos, garantias, indenizações, obrigações tributárias, demandas trabalhistas, contribuições previdenciárias e danos ambientais.

§ 2º O acompanhamento, a fiscalização, o atesto, o recebimento provisório ou definitivo e o pagamento do objeto não implicam aceitação de irregularidades, renúncia de direitos, novação ou exoneração da CONTRATADA.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato capaz de gerar responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, fiscal ou ambiental, apresentando relatório circunstanciado, documentação comprobatória e plano de ação destinado à contenção e correção da irregularidade.

§ 4º A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, documentos destinados à comprovação do cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo, desde que a exigência seja pertinente ao objeto, proporcional ao risco e amparada pela legislação ou pelos instrumentos da contratação.

§ 5º O inadimplemento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual

e poderá ensejar notificação, glosa, retenção cautelar nos limites legais, aplicação de multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade, extinção do contrato e responsabilização judicial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º A imputação de responsabilidade observará a efetiva participação da CONTRATADA no evento, o nexo causal, a natureza da obrigação, a extensão do dano e os excludentes legalmente admitidos, vedada a imposição automática de encargos desvinculados da execução contratual.

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com os arts. 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021, com os arts. 186, 187, 389, 402, 403 e 927 do Código Civil, com a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e ambiental aplicável e com os princípios da legalidade, prevenção, reparação integral, boa-fé objetiva, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XIII
DA ANTICORRUPÇÃO, DA INTEGRIDADE, DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA TRANSPARÊNCIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA
DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À CORRUPÇÃO

A CONTRATADA declara conhecer e obriga-se a observar, durante toda a formação, execução e encerramento do presente Contrato Administrativo, as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 8.429/1992, do Decreto Federal nº 11.129/2022, no que couber, bem como as demais normas federais, estaduais e municipais destinadas à prevenção e repressão de atos de corrupção, fraude, conluio, improbidade, conflito de interesses e lesão ao patrimônio público.

A responsabilidade administrativa e civil da pessoa jurídica pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública será apurada na forma da Lei nº 12.846/2013, que estabelece regime de responsabilização objetiva, sem prejuízo da responsabilização individual de dirigentes, administradores, empregados, representantes, prepostos ou terceiros que tenham participado do ilícito.

A CONTRATADA obriga-se a conduzir suas atividades com estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, lealdade contratual, transparência, livre concorrência e proteção do patrimônio público, abstendo-se de praticar, autorizar, prometer, oferecer, financiar, custear, patrocinar, subvencionar ou tolerar, direta ou indiretamente, qualquer ato ilícito relacionado à contratação.

Para os fins deste Contrato, fica expressamente vedado à CONTRATADA, aos seus sócios,

administradores, empregados, representantes, prepostos, fornecedores ou terceiros que atuem em seu interesse ou benefício:
– prometer, oferecer ou conceder vantagem indevida a agente público, servidor, empregado público, autoridade, ocupante de cargo político ou a terceira pessoa a ele relacionada;
– financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática de atos ilícitos contra a Administração Pública;
– utilizar pessoa física ou jurídica interposta com a finalidade de ocultar ou dissimular interesses, beneficiários, identidade dos envolvidos ou a origem e destinação de recursos; IV – frustrar, fraudar, manipular ou comprometer o caráter competitivo do procedimento licitatório que originou este Contrato;
– ajustar, combinar ou coordenar preços, propostas, condições de participação ou comportamentos concorrenciais com outros licitantes ou fornecedores;
– afastar ou tentar afastar concorrente mediante fraude, ameaça, violência, oferecimento de vantagem ou qualquer expediente ilícito;

– obter vantagem ou benefício indevido mediante alteração, prorrogação, pagamento, recebimento, fiscalização ou extinção fraudulenta do Contrato;
– manipular, fraudar ou apresentar informações inexatas em medições, documentos fiscais, relatórios, declarações, certidões, comprovantes de entrega ou documentos de habilitação;
– dificultar atividade de investigação, auditoria, controle ou fiscalização promovida pela Administração, pelos órgãos de controle interno ou externo ou pelas autoridades competentes; X – oferecer presentes, hospitalidades, viagens, entretenimento, contribuições, favores, doações ou quaisquer benefícios com o propósito de influenciar decisão de agente público;
XI – praticar ato que configure tráfico de influência, corrupção ativa, fraude contratual, lavagem de dinheiro, falsidade documental ou qualquer outro ilícito contra a Administração Pública;
XII – omitir deliberadamente fatos relevantes, vínculos pessoais, societários ou econômicos capazes de caracterizar conflito de interesses ou comprometer a imparcialidade da contratação; XIII – retaliar, intimidar, constranger ou prejudicar pessoa que, de boa-fé, comunique suspeita de fraude, corrupção ou irregularidade relacionada ao presente Contrato;
XIV – praticar qualquer dos atos lesivos tipificados no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 ou qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, de maneira imediata e suficientemente documentada, qualquer solicitação, exigência, promessa, tentativa ou ocorrência de vantagem indevida, fraude, conflito de interesses ou outra irregularidade de que tenha conhecimento e que guarde relação direta ou indireta com a contratação.

A comunicação de boa-fé não afastará a obrigação de cooperação com a apuração, mas será considerada pela Administração na avaliação da conduta, especialmente quanto à colaboração, às providências de remediação e à efetividade dos mecanismos internos de integridade adotados.

A constatação de indícios de ato lesivo determinará o encaminhamento dos fatos à autoridade competente para instauração do procedimento administrativo pertinente, sem prejuízo da adoção de medidas cautelares, da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, da responsabilização prevista na Lei nº 12.846/2013, da reparação integral do dano e da comunicação aos órgãos de controle, ao Ministério Público e às autoridades policiais, quando cabível.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA
DA INTEGRIDADE E DOS MECANISMOS DE CONFORMIDADE

A CONTRATADA deverá adotar padrões de ética, integridade, governança e conformidade compatíveis com seu porte, estrutura, ramo de atividade, riscos operacionais e grau de interação com o Poder Público, mantendo mecanismos razoáveis e efetivos destinados à prevenção, detecção, interrupção e remediação de fraudes, desvios, irregularidades e atos ilícitos.
Para os fins deste Contrato, compreende-se programa de integridade como o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia, aplicação de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes destinados a prevenir, detectar e sanar fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, além de fomentar e manter uma cultura organizacional de integridade. Tal concepção encontra fundamento nos arts. 56 e 57 do Decreto Federal nº 11.129/2022.

Sem prejuízo da proporcionalidade e da compatibilidade com o porte empresarial, a CONTRATADA deverá:
– manter o comprometimento de sua alta direção com padrões éticos e com o cumprimento da legislação;
– adotar código de ética, código de conduta ou regras internas equivalentes aplicáveis aos administradores, empregados, representantes e terceiros;
– estabelecer políticas de prevenção a fraude, corrupção, conflito de interesses, favorecimento indevido e utilização irregular de informações;
– promover orientação e treinamento periódico dos agentes envolvidos em contratações públicas, quando compatível com a estrutura da empresa;
– realizar avaliação de riscos relacionados à interação com agentes públicos e à execução de contratos administrativos;
– manter registros contábeis completos, precisos, íntegros e compatíveis com as operações efetivamente realizadas;
– implementar controles internos destinados a assegurar a confiabilidade de documentos, propostas, notas fiscais, comprovantes, relatórios e informações encaminhadas à Administração; VIII – adotar procedimentos de diligência para contratação e supervisão de representantes, fornecedores, distribuidores, transportadores e demais terceiros vinculados à execução

contratual;
– manter canal ou meio adequado para o recebimento de comunicações de irregularidades, assegurada, quando possível, a confidencialidade do denunciante de boa-fé;
– impedir e reprimir atos de retaliação contra denunciantes, testemunhas ou colaboradores de investigações;
– instaurar procedimentos internos de apuração e aplicar medidas disciplinares proporcionais às infrações verificadas;
– interromper prontamente práticas ilícitas identificadas e adotar medidas destinadas à reparação de seus efeitos;
– cooperar com investigações e auditorias legitimamente instauradas;
– proceder ao monitoramento contínuo e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de integridade existentes;
– preservar documentos e evidências relacionados à execução contratual pelo prazo legal aplicável.

A exigência de programa de integridade como obrigação legal específica deverá observar os pressupostos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às contratações de grande vulto, bem como eventual regulamentação aplicável ao Município de Rio Crespo. O Decreto Federal nº 12.304/2024 regulamenta essa matéria diretamente no âmbito da Administração Pública federal e poderá servir como referência técnica, sem substituir eventual disciplina municipal própria.

A inexistência de obrigação legal de implantação de programa formal, em razão do valor ou da natureza desta contratação, não exonera a CONTRATADA do cumprimento das normas anticorrupção, dos deveres de probidade, boa-fé, transparência, cooperação e prevenção de ilícitos estabelecidos neste Contrato.

A CONTRATANTE poderá solicitar documentos estritamente necessários à verificação do cumprimento das obrigações de integridade, preservados os segredos comercial, industrial e empresarial e observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, finalidade e segurança da informação.

A apresentação de documentos relacionados à integridade não impede a Administração de avaliar a efetividade material das medidas adotadas, sendo insuficiente a mera existência formal de códigos, políticas ou declarações destituídos de aplicação concreta.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes comprometem-se a observar integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, bem como os atos normativos expedidos pela

Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD e as demais normas aplicáveis à privacidade, segurança da informação e proteção de dados pessoais.

A LGPD incide sobre o tratamento de dados pessoais realizado por pessoas jurídicas de direito público e privado e tem por finalidade proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O tratamento de dados pessoais relacionado a este Contrato deverá observar os princípios previstos no art. 6º da LGPD, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Cada parte será considerada agente de tratamento relativamente às operações sobre as quais detenha poder decisório próprio. A CONTRATADA atuará como operadora apenas quando realizar tratamento de dados pessoais em nome da CONTRATANTE e segundo instruções lícitas, documentadas e compatíveis com as finalidades públicas da contratação, sem prejuízo da classificação jurídica decorrente das atividades efetivamente desempenhadas.

Considerando que o objeto contratual consiste no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, mediante entrega única, o acesso da CONTRATADA a dados pessoais deverá limitar-se ao mínimo estritamente necessário à identificação dos responsáveis pelo recebimento, faturamento, comunicação institucional, fiscalização e execução das obrigações de garantia.

A CONTRATADA obriga-se a:
– tratar dados pessoais exclusivamente para finalidades legítimas, específicas, explícitas e relacionadas à execução deste Contrato;
– abster-se de utilizar os dados para publicidade, prospecção comercial, criação de perfis, compartilhamento indevido ou qualquer finalidade estranha à contratação;
– limitar o tratamento ao mínimo de dados necessário ao cumprimento das obrigações contratuais e legais;
– assegurar que somente pessoas autorizadas, treinadas e sujeitas a deveres de confidencialidade tenham acesso aos dados;
– adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação, difusão ou qualquer tratamento inadequado ou ilícito;
– manter registros das operações de tratamento realizadas em nome da CONTRATANTE quando legalmente exigíveis;
– não compartilhar, transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem fundamento jurídico, necessidade operacional e prévia autorização da CONTRATANTE, quando esta for exigível;

– exigir de terceiros autorizados o cumprimento de obrigações de proteção de dados equivalentes às previstas neste Contrato;

– prestar apoio à CONTRATANTE no atendimento de solicitações dos titulares e de determinações da ANPD;
– corrigir, atualizar, anonimizar, bloquear ou eliminar dados quando determinado pela CONTRATANTE ou exigido pela legislação;
– não realizar transferência internacional de dados sem prévia análise de conformidade e atendimento aos requisitos da LGPD;
– comunicar imediatamente qualquer suspeita ou confirmação de incidente de segurança;
– cooperar com a investigação, contenção, avaliação e remediação de incidentes;
– manter sigilo sobre os dados e informações acessados, inclusive após a extinção do vínculo contratual;
– eliminar ou devolver os dados ao término do tratamento, ressalvadas as hipóteses de conservação legalmente autorizadas.

A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado de sua ciência, sem prejuízo de prazo menor estabelecido em ato normativo, determinação administrativa ou avaliação de risco.

A comunicação deverá conter, sempre que disponíveis:
– descrição da natureza e das circunstâncias do incidente;
– data e horário da ocorrência e de sua detecção;
– categorias e quantidade estimada de titulares afetados;
– categorias e volume aproximado de dados envolvidos;
– consequências prováveis do incidente;
– medidas técnicas e administrativas já adotadas;
– plano de contenção, remediação e prevenção de reincidência;
– identificação do responsável pelo acompanhamento do incidente.

A CONTRATADA não realizará comunicação pública ou diretamente aos titulares sobre incidente relacionado a tratamento executado em nome da CONTRATANTE sem prévia articulação com esta, ressalvada determinação legal ou de autoridade competente.

O dever de comunicação interna previsto nesta cláusula não se confunde com o prazo e os procedimentos de comunicação à ANPD e aos titulares, os quais serão definidos conforme a legislação, a regulamentação vigente, a natureza dos dados e a avaliação concreta dos riscos.
Quando a CONTRATADA atuar como operadora, deverá seguir as instruções da CONTRATANTE e comunicar imediatamente caso considere que determinada orientação viola

a LGPD ou outra norma de proteção de dados, abstendo-se de executar instrução manifestamente ilícita.

A CONTRATADA será responsável pelos danos decorrentes de tratamento realizado em desacordo com a legislação, com este Contrato ou com as instruções lícitas da CONTRATANTE, observados os pressupostos de responsabilização estabelecidos na LGPD e o direito de regresso entre os responsáveis.

A responsabilização por infração à legislação de proteção de dados não afastará a aplicação das sanções contratuais, administrativas, civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA
DA CONFIDENCIALIDADE E DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CONTRATADA deverá preservar a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade das informações a que tiver acesso em razão deste Contrato, independentemente do suporte físico ou digital em que estejam armazenadas.

Consideram-se informações protegidas, para os fins desta cláusula, aquelas identificadas como sigilosas ou cujo caráter reservado decorra da legislação, de sua natureza, da presença de dados pessoais, de segredo comercial ou industrial, de credenciais de acesso, de controles de segurança ou da necessidade de proteção do interesse público.

A CONTRATADA obriga-se a:
– utilizar as informações exclusivamente para a execução contratual;
– restringir o acesso às pessoas que efetivamente necessitem conhecê-las;
– impedir cópia, extração, reprodução, divulgação ou compartilhamento não autorizado;
– proteger senhas, chaves de acesso, documentos fiscais, informações cadastrais e dados institucionais;
– implementar controles de acesso compatíveis com os riscos;
– assegurar a rastreabilidade das operações relevantes, quando tecnicamente aplicável;
– comunicar perda, acesso indevido, vazamento ou comprometimento de informação;
– restituir ou eliminar documentos e dados ao término da finalidade contratual, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
– exigir de seus empregados, representantes e terceiros compromissos equivalentes de confidencialidade;
– preservar o dever de sigilo mesmo após a extinção do Contrato.

Não serão consideradas confidenciais as informações que:
– sejam legitimamente públicas;
– já fossem comprovadamente conhecidas pela parte receptora sem obrigação de sigilo;

– tenham sido obtidas licitamente de terceiro não sujeito a dever de confidencialidade;
– devam ser divulgadas por força de lei, decisão judicial ou determinação de autoridade competente.

Na hipótese de determinação legal de divulgação de informação protegida, a parte obrigada, quando juridicamente possível,

comunicará previamente a outra parte, limitando a revelação ao conteúdo estritamente exigido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA
DA TRANSPARÊNCIA, DA PUBLICIDADE E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A execução deste Contrato submete-se aos princípios constitucionais da publicidade, transparência, prestação de contas, controle social e acesso à informação, observados o art. 37 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação, a Lei Federal nº 14.133/2021 e as normas municipais aplicáveis.

A Lei de Acesso à Informação disciplina os procedimentos a serem observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para assegurar o acesso a informações públicas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e de proteção de dados pessoais.
A CONTRATADA reconhece que poderão ser objeto de publicidade, entre outras informações:
– o inteiro teor deste Contrato e de seus termos aditivos;
– a identificação das partes;
– o objeto, o valor, a vigência e as condições de execução;
– os empenhos, pagamentos, recebimentos e demais informações da execução financeira;
– os relatórios de fiscalização e de acompanhamento contratual;
– os atos de alteração, suspensão, extinção ou prorrogação;
– as sanções administrativas eventualmente aplicadas;
– os demais documentos cuja divulgação seja exigida pela legislação.

A divulgação do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas
— PNCP constitui condição de eficácia nas hipóteses e prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da publicação no portal oficial do Município e em outros meios legalmente exigidos.

A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, de forma tempestiva, completa, verdadeira e em formato acessível, os documentos e informações necessários ao cumprimento das obrigações legais de publicidade, transparência, controle e prestação de contas.

O dever de transparência não autoriza a divulgação indiscriminada de:
– dados pessoais não necessários à finalidade pública;

– dados pessoais sensíveis;
– informações protegidas por sigilo legal;
– segredos industrial, comercial ou empresarial legitimamente comprovados;
– credenciais, senhas, chaves criptográficas ou informações capazes de comprometer a segurança de sistemas;
– informações cuja restrição de acesso esteja regularmente fundamentada.

Eventual alegação de sigilo comercial ou empresarial deverá ser apresentada pela CONTRATADA de forma específica, motivada e acompanhada de elementos que demonstrem a necessidade de proteção, não sendo admitida classificação genérica de documentos ou informações como confidenciais.

Caberá à CONTRATANTE decidir sobre pedidos de acesso à informação, classificação de sigilo, proteção de dados e divulgação de documentos, nos termos da legislação aplicável, não vinculando a Administração a declaração unilateral de confidencialidade formulada pela CONTRATADA.

Sempre que possível, a Administração promoverá a transparência mediante anonimização, tarjamento, ocultação parcial ou disponibilização de versão pública do documento, preservando somente os trechos efetivamente protegidos e assegurando acesso ao conteúdo remanescente.
A CONTRATADA deverá colaborar com os órgãos de controle interno e externo, fornecendo documentos e esclarecimentos relacionados à execução contratual, ressalvadas as garantias processuais e os sigilos expressamente protegidos por lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA
DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E DAS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS

O descumprimento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual e poderá ensejar, conforme a gravidade da conduta e mediante processo administrativo regular:
– emissão de determinação corretiva;
– advertência;
– aplicação de multa;
– glosa ou retenção de valores, nos limites legalmente admitidos;
– suspensão de acessos, credenciais ou compartilhamentos de dados;
– substituição de empregado, representante, preposto ou terceiro envolvido;
– comunicação aos órgãos de controle e às autoridades competentes;
– impedimento de licitar e contratar;
– declaração de inidoneidade;
– extinção unilateral do contrato;

– reparação integral dos danos causados;
– responsabilização nos termos da Lei nº 12.846/2013, da LGPD e das demais normas aplicáveis.

Na definição da medida administrativa serão considerados:
– a natureza e a gravidade da infração;
– a extensão do dano ou do risco causado;
– a vantagem auferida ou pretendida;
– o grau de participação da CONTRATADA;
– a existência e a efetividade dos mecanismos de integridade;
– a pronta interrupção da irregularidade;
– a cooperação com a apuração;
– a adoção de medidas de remediação;
– a reincidência;
– as circunstâncias agravantes e atenuantes.

A adoção de medidas internas de integridade, comunicação espontânea, colaboração e reparação do dano não excluirá automaticamente a responsabilidade da CONTRATADA, mas poderá ser considerada na dosimetria das consequências administrativas, nos termos da legislação.

A CONTRATADA deverá preservar documentos, registros e evidências relevantes sempre que tomar conhecimento de investigação, auditoria, incidente de segurança, denúncia ou procedimento de responsabilização relacionado ao Contrato, ficando vedada sua destruição, adulteração, ocultação ou manipulação.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º As obrigações de anticorrupção, integridade, confidencialidade, proteção de dados e cooperação com os órgãos de controle permanecerão exigíveis durante toda a vigência do Contrato e, quando sua natureza assim determinar, após sua extinção.

§ 2º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo.

§ 3º A CONTRATADA responderá pelos atos praticados por seus administradores, empregados, representantes, prepostos e terceiros que atuem em seu nome, interesse ou benefício, observados os pressupostos e limites de cada regime legal de responsabilização.

§ 4º Nenhuma disposição deste Capítulo deverá ser interpretada como autorização para tratamento excessivo de dados pessoais, vigilância desproporcional, divulgação indevida de informações protegidas ou transferência à CONTRATADA de competências decisórias

exclusivas da Administração Pública.

§ 5º As solicitações de documentos e informações formuladas pela CONTRATANTE deverão guardar pertinência com a execução

contratual, a fiscalização, a proteção do patrimônio público, a prevenção de ilícitos ou o cumprimento de obrigação legal, observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção de dados pessoais.

§ 6º As medidas sancionatórias ou restritivas dependerão de decisão motivada e da observância do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, da proporcionalidade e da

individualização da responsabilidade, ressalvadas as providências cautelares necessárias à contenção de dano grave ou risco iminente.

urgentes

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com a Constituição Federal, com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a Lei Federal nº 12.846/2013, com o Decreto Federal nº 11.129/2022, com a Lei Federal nº 13.709/2018, com a Lei Federal nº 12.527/2011, com a Lei Federal nº 8.429/1992 e com os regulamentos municipais aplicáveis, prevalecendo sempre a norma cogente e a disciplina específica vigente ao tempo da execução contratual.

CAPÍTULO XIV
DA DISPENSA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DOS PRODUTOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA
DA DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, com entrega única, bem como a avaliação administrativa dos riscos inerentes à contratação, fica dispensada a prestação de garantia de execução contratual pela CONTRATADA, não sendo exigida caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A dispensa ora estabelecida fundamenta-se no caráter facultativo da garantia prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual a Administração poderá, mediante previsão no edital e a seu critério, exigir garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. A ausência de exigência deverá guardar coerência com o planejamento da contratação, a matriz de riscos, quando existente, a complexidade do objeto, o vulto econômico do ajuste e a suficiência dos demais mecanismos de controle contratual.

A dispensa da garantia de execução não representa renúncia, limitação ou redução das prerrogativas da Administração Pública, tampouco exonera a CONTRATADA do cumprimento integral das obrigações assumidas, permanecendo-lhe atribuída responsabilidade plena:

– pela execução tempestiva e adequada do objeto;
– pela conformidade quantitativa e qualitativa dos bens entregues;
– pela observância das especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e deste Contrato;
– pela substituição, reparação ou correção dos produtos recusados ou defeituosos;
– pelos vícios aparentes ou ocultos identificados nos produtos;
– pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros;
– pelo pagamento das multas e demais sanções regularmente aplicadas;
– pelo ressarcimento integral de danos causados ao erário;
– pelo cumprimento da garantia mínima dos produtos;
– pelas demais obrigações legais, regulamentares e contratuais.

A inexistência de garantia de execução não impedirá a CONTRATANTE de promover, observados o contraditório e a ampla defesa:
– glosas sobre valores indevidamente faturados;
– descontos de multas nos créditos devidos à CONTRATADA;
– compensação administrativa de créditos líquidos e certos, quando juridicamente admissível;
– cobrança administrativa ou judicial de prejuízos;
– inscrição de débitos em dívida ativa, quando cabível;
– aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021;
– extinção do contrato nas hipóteses legalmente previstas;
– adoção das demais medidas necessárias à tutela do patrimônio público.

§ 1º A dispensa prevista nesta cláusula restringe-se exclusivamente à garantia de execução do contrato administrativo, disciplinada pelos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, não se confundindo com:
– a garantia legal dos produtos;
– a garantia contratual ou comercial fornecida pelo fabricante ou fornecedor;
– a garantia mínima de 12 (doze) meses prevista no Termo de Referência;
– a responsabilidade por vícios de qualidade, quantidade, fabricação, acondicionamento, transporte ou funcionamento;
– a responsabilidade civil pelos danos decorrentes da execução contratual.

§ 2º A dispensa da garantia de execução decorre de opção administrativa vinculada às condições desta contratação e não constitui precedente obrigatório para futuras aquisições, cuja necessidade de garantia deverá ser avaliada individualmente no respectivo planejamento.

§ 3º A Administração poderá exigir, para a celebração de eventual alteração contratual, documentos, compromissos ou medidas de mitigação compatíveis com os novos riscos introduzidos, desde que juridicamente admissíveis, previamente motivados e sem alteração

indevida das condições originárias da licitação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA DA GARANTIA MÍNIMA DOS PRODUTOS

Sem prejuízo da dispensa da garantia de execução prevista na cláusula anterior, a CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os produtos fornecidos, contada da data do respectivo recebimento definitivo pela CONTRATANTE, ou por prazo superior oferecido pelo fabricante, pela CONTRATADA ou constante da proposta vencedora, hipótese em que prevalecerá o período mais benéfico à Administração.

A garantia mínima estabelecida nesta cláusula integra as obrigações essenciais da contratação
e abrange a plena adequação, qualidade, durabilidade, segurança, funcionalidade e compatibilidade dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos adquiridos.

A garantia deverá compreender, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE:
– diagnóstico de falhas, defeitos ou vícios;
– assistência técnica necessária à solução da irregularidade;
– fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios indispensáveis ao reparo;
– mão de obra especializada;
– desmontagem e remontagem, quando necessárias;
– coleta, retirada, transporte, remessa e devolução dos produtos;
– substituição de peças defeituosas;
– substituição integral do produto, quando o reparo não for tecnicamente viável ou não restabelecer sua plena funcionalidade;
– atualização ou reinstalação de software embarcado, quando integrante do equipamento;
– testes de funcionamento após a intervenção;
– emissão de relatório técnico contendo a identificação do defeito, as providências adotadas e o resultado do atendimento;
– demais custos direta ou indiretamente relacionados ao cumprimento da garantia.

A CONTRATADA será responsável pelo atendimento da garantia perante a CONTRATANTE, ainda que o produto tenha sido fabricado, importado, distribuído ou assistido tecnicamente por terceiro, não podendo invocar limitações decorrentes de sua relação comercial com fabricante, representante, distribuidor ou assistência

técnica para retardar ou recusar o cumprimento das obrigações assumidas.

A garantia prevista neste Contrato é complementar às garantias decorrentes da legislação aplicável e não poderá ser interpretada como limitação ou exclusão da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos de fabricação, inadequação do produto ou danos causados à Administração.

Quando juridicamente incidente, a garantia contratual ou comercial será complementar à garantia legal e deverá ser formalizada por escrito, em consonância com o art. 50 da Lei Federal nº 8.078/1990.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA
DO TERMO INICIAL E DA EXTENSÃO DA GARANTIA

O prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses terá início na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo de eventual prazo mais amplo estabelecido pelo fabricante, pela legislação aplicável, pela proposta apresentada ou por documento próprio de garantia.

O recebimento provisório dos bens não dará início à contagem da garantia contratual mínima, uma vez que esse ato possui natureza precária e se destina à verificação inicial da conformidade do fornecimento.

Caso o recebimento definitivo seja retardado por fato imputável exclusivamente à CONTRATANTE, após comprovada a plena conformidade dos bens e a inexistência de pendências atribuíveis à CONTRATADA, o termo inicial poderá ser ajustado mediante decisão expressamente motivada do gestor do contrato, vedada a imposição de ônus desproporcional ao fornecedor.

Na hipótese de substituição integral do produto durante o período de garantia, iniciar-se-á novo prazo mínimo de 12 (doze) meses para o bem substituto, contado de sua aceitação definitiva, salvo se o prazo remanescente da garantia original ou a garantia do fabricante for mais favorável à Administração.

Quando houver substituição de peça, componente ou acessório essencial, a garantia correspondente será reiniciada relativamente ao item substituído, sem prejuízo do prazo aplicável ao restante do produto.

O período durante o qual o produto permanecer indisponível em razão de defeito coberto pela garantia não será computado em prejuízo da CONTRATANTE, ficando suspensa a contagem do prazo até a efetiva devolução do bem em plenas condições de uso.

A realização de reparo, substituição ou intervenção técnica não importará reconhecimento de uso inadequado pela CONTRATANTE, salvo se essa circunstância for demonstrada mediante laudo técnico circunstanciado, com indicação objetiva da causa do defeito e oportunidade de manifestação da Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA
DO ACIONAMENTO E DO ATENDIMENTO DA GARANTIA

A CONTRATANTE poderá acionar a garantia mediante comunicação escrita encaminhada à CONTRATADA por meio eletrônico, ofício, sistema administrativo ou outro canal formal indicado no contrato, contendo, sempre que possível:
– identificação do produto;
– número patrimonial ou número de série, quando existente;
– descrição do defeito ou da irregularidade;
– local em que o bem se encontra;
– registro fotográfico ou audiovisual, quando pertinente;
– indicação do responsável pelo acompanhamento do atendimento.

A ausência de algum dos elementos previstos no caput não autorizará a recusa automática do atendimento quando a irregularidade puder ser suficientemente identificada por outros meios.

Recebida a solicitação, a CONTRATADA deverá:
– confirmar formalmente o recebimento da comunicação em até 01 (um) dia útil;
– realizar a avaliação inicial e informar as providências que serão adotadas em até 02 (dois) dias úteis;
– iniciar o atendimento técnico em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, salvo prazo inferior previsto na proposta, no Termo de Referência ou no documento de garantia;
– concluir o reparo ou promover a substituição do produto em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal, ressalvada situação excepcional tecnicamente comprovada e expressamente aceita pela CONTRATANTE.

Caso o reparo não seja concluído no prazo estipulado, a CONTRATADA deverá, a critério da Administração:
– substituir imediatamente o produto por outro novo, de mesma marca e modelo ou de características superiores, desde que previamente aprovado pela fiscalização;
– disponibilizar provisoriamente equipamento equivalente, quando necessário à continuidade das atividades administrativas;
– apresentar plano de solução contendo justificativa técnica, prazo final e medidas de mitigação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

A substituição por produto de marca ou modelo diverso dependerá de prévia aprovação do Fiscal Técnico e somente será admitida quando o bem oferecido possuir qualidade, desempenho, garantia e especificações iguais ou superiores às originalmente contratadas, sem qualquer acréscimo de preço.

Os produtos encaminhados para reparo deverão ser adequadamente identificados,

acondicionados, transportados e protegidos contra danos, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA desde sua retirada até a devolução e aceitação pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá entregar comprovante de retirada e de devolução do produto, contendo, no mínimo:
– descrição e identificação do bem;
– número de série, quando existente;
– estado aparente do produto;
– acessórios encaminhados conjuntamente;
– data da retirada;
– identificação do responsável pelo transporte;
– providências executadas;
– data da devolução.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA
DOS VÍCIOS, DEFEITOS E DA SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem constatados vícios, defeitos, incorreções, incompatibilidades ou inadequações decorrentes do fornecimento, fabricação, acondicionamento, transporte ou entrega.

Serão considerados inadequados, entre outros, os produtos que:
– não correspondam às especificações técnicas contratadas;
– apresentem falhas de funcionamento;
– possuam componentes danificados, incompletos ou incompatíveis;
– apresentem sinais de uso anterior, recondicionamento ou remanufatura não autorizados;
– não sejam novos e de primeiro uso;
– revelem qualidade, resistência, durabilidade ou desempenho inferiores aos exigidos;
– sejam entregues sem acessórios, manuais, certificados ou demais componentes obrigatórios;
– apresentem defeitos estéticos relevantes que comprometam o uso, a conservação ou a apresentação institucional;
– estejam em desacordo com normas técnicas ou de segurança aplicáveis;
– não possam ser regularmente utilizados para a finalidade administrativa prevista.

A substituição integral será obrigatória quando:
– o defeito for insanável;
– o reparo comprometer a qualidade, a segurança, a durabilidade ou o desempenho do produto;
– houver reincidência do mesmo defeito após tentativa de reparo;

– o custo ou a complexidade do reparo demonstrarem sua inviabilidade;
– o prazo de reparo ultrapassar o limite contratualmente estabelecido;
– a assistência técnica concluir pela inviabilidade da recuperação;
– a fiscalização constatar que o produto reparado não recuperou sua condição plena de funcionamento.

A aceitação de reparo não impedirá a posterior rejeição do produto caso o defeito persista, reapareça ou seja constatada perda de qualidade ou funcionalidade.

A CONTRATADA não poderá substituir peças originais por componentes usados, recondicionados, remanufaturados ou de qualidade inferior, salvo autorização expressa e tecnicamente motivada da CONTRATANTE em situação excepcional, sem prejuízo da manutenção integral da garantia.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA DAS EXCLUSÕES DA GARANTIA

A exclusão da cobertura da garantia somente será admitida quando a CONTRATADA comprovar, por meio de laudo técnico detalhado, que o defeito decorreu exclusivamente de:
– uso manifestamente incompatível com as instruções do fabricante;
– intervenção técnica não autorizada realizada por terceiro;
– dano intencional;
– acidente externo sem relação com vício do produto;
– armazenamento em condições comprovadamente incompatíveis com as orientações técnicas previamente fornecidas;
– caso fortuito ou força maior sem relação com a qualidade ou segurança do produto.

O laudo técnico deverá conter:
– identificação do profissional responsável;
– qualificação técnica do subscritor;
– descrição dos exames realizados;
– registros fotográficos, quando pertinentes;
– indicação precisa da causa do defeito;
– demonstração do nexo causal entre a conduta atribuída à CONTRATANTE e o dano verificado;
– fundamentação técnica para a exclusão pretendida.

A mera alegação de mau uso, desgaste natural, umidade, impacto, oscilação elétrica, armazenamento inadequado ou intervenção de terceiro não será suficiente para excluir a garantia sem comprovação técnica objetiva.

Não será considerada causa de exclusão o desgaste prematuro incompatível com a vida útil razoavelmente esperada, a fragilidade anormal, a ausência de instrução adequada de uso ou a deficiência de informações fornecidas pelo fabricante ou pela CONTRATADA.

Havendo controvérsia quanto à origem do defeito, a Administração poderá solicitar avaliação técnica complementar, diligência, perícia ou parecer especializado, permanecendo assegurados à CONTRATADA o contraditório e a apresentação de elementos técnicos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA DISPONIBILIDADE DE PEÇAS

Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar estrutura de atendimento suficiente para o cumprimento tempestivo das obrigações assumidas, diretamente ou por intermédio de rede de assistência técnica devidamente qualificada.

Quando o atendimento for realizado por assistência técnica autorizada, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a CONTRATANTE por:
– agendamento;
– acompanhamento do serviço;
– observância dos prazos;
– qualidade dos reparos;
– fornecimento de peças;
– transporte dos produtos;
– restituição do bem em perfeito estado;
– solução definitiva da ocorrência.

A CONTRATADA deverá manter peças, componentes e acessórios necessários ao atendimento da garantia ou demonstrar capacidade de obtê-los em prazo compatível com as obrigações contratuais.

A interrupção da produção, importação, distribuição ou assistência técnica de determinado modelo não exonerará a CONTRATADA, que deverá disponibilizar solução equivalente ou superior, previamente aprovada pela Administração.

Toda peça substituída deverá ser nova, original ou tecnicamente equivalente, plenamente compatível com o produto e acompanhada da correspondente garantia.

As peças defeituosas retiradas poderão ser recolhidas pela CONTRATADA, desde que a retirada seja registrada e não prejudique eventual análise técnica ou procedimento de responsabilização instaurado pela Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA
DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE GARANTIA

O descumprimento injustificado dos prazos ou das obrigações relacionadas à garantia dos produtos caracterizará inadimplemento contratual e sujeitará a CONTRATADA, mediante regular processo administrativo, às medidas e sanções previstas neste Contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE poderá:
– estabelecer prazo final para cumprimento da obrigação;
– determinar a substituição imediata do produto;
– contratar terceiro para realizar o reparo, imputando à CONTRATADA os custos comprovadamente suportados, observadas as garantias processuais;
– descontar valores de créditos eventualmente existentes em favor da CONTRATADA, quando legalmente admissível;
– promover cobrança administrativa ou judicial;
– exigir o ressarcimento das despesas de transporte, avaliação, reparo ou substituição;
– aplicar multa moratória ou compensatória;
– considerar o inadimplemento para fins de avaliação do histórico de execução contratual;
– adotar as demais medidas necessárias à proteção do patrimônio público.

A execução do reparo por terceiro, quando determinada em razão da omissão da CONTRATADA, não extinguirá sua responsabilidade por outros vícios, defeitos ou obrigações abrangidos pela garantia.

O pagamento integral do preço, o recebimento definitivo, o encerramento da vigência ou a extinção do contrato não afastarão as obrigações de garantia cujo prazo ainda esteja em curso.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º A dispensa de garantia de execução contratual não poderá ser invocada pela CONTRATADA como fundamento para reduzir o padrão de diligência, qualidade, solvabilidade, capacidade operacional ou responsabilidade exigível na execução do objeto.

§ 2º A garantia mínima de 12 (doze) meses possui natureza de obrigação contratual autônoma e sobreviverá ao recebimento

definitivo, ao pagamento e ao encerramento da vigência contratual pelo período necessário ao seu integral cumprimento.

§ 3º Os custos relacionados ao cumprimento da garantia consideram-se incluídos no preço contratado, sendo vedada a cobrança de taxas de visita, diagnóstico, deslocamento, coleta, transporte, mão de obra, peças ou quaisquer outros encargos.

§ 4º A CONTRATADA deverá entregar, juntamente com os produtos, os respectivos certificados, termos ou documentos de garantia, redigidos em língua portuguesa e contendo, no mínimo:
– identificação do produto;
– número de série, quando houver;
– prazo de cobertura;
– condições de atendimento;
– canais de comunicação;
– identificação do fabricante e da assistência técnica;
– hipóteses justificadas de exclusão;
– procedimentos para acionamento.

§ 5º Eventual omissão, incompletude ou inconsistência do termo de garantia não afastará a responsabilidade da CONTRATADA nem reduzirá o prazo mínimo estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência.

§ 6º Em caso de divergência entre o prazo ou as condições de garantia constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta, do manual do fabricante, do certificado de garantia e deste Contrato, prevalecerá a condição mais favorável à CONTRATANTE, desde que compatível com a legislação e com a proposta regularmente aceita.

§ 7º Aplicam-se subsidiariamente às obrigações de garantia as disposições pertinentes do Código Civil e, quando juridicamente cabível à relação concreta, as normas da Lei Federal nº 8.078/1990, sem prejuízo do regime jurídico-administrativo estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas de maneira a preservar a utilidade, a durabilidade, a segurança e a plena funcionalidade dos bens adquiridos, bem como a continuidade das atividades da Banda Marcial e da Fanfarra Municipal, vedada qualquer interpretação que resulte em exoneração indevida da responsabilidade da CONTRATADA.

CAPÍTULO XV
DOS CASOS OMISSOS, DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA DO CONTRATO E DO FORO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, as dúvidas de interpretação e as controvérsias de natureza administrativa surgidas durante a execução deste Contrato serão solucionados pela CONTRATANTE mediante decisão expressamente motivada, observada a ordem jurídica aplicável às

contratações públicas, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios constitucionais e administrativos, as disposições do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da proposta adjudicada e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório.

A solução dos casos omissos deverá observar, sucessivamente e conforme a pertinência da matéria:

– as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente os princípios previstos em seus arts. 5º e 37;

– as normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021;

– as normas municipais regulamentadoras das licitações e dos contratos administrativos;

– as disposições do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA, da ata da sessão pública, dos esclarecimentos, das respostas às impugnações e dos demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026;

– os princípios gerais dos contratos administrativos e do Direito Administrativo;

– a jurisprudência dos Tribunais Superiores e as orientações dos Tribunais de Contas, especialmente aquelas aplicáveis às contratações públicas municipais;

– as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000, quando relacionada a questão de natureza orçamentária ou financeira;

– as disposições da Lei Federal nº 9.784/1999, como referência principiológica e procedimental, quando compatíveis com a autonomia municipal e inexistir norma local específica;

– as disposições do Código Civil e demais normas de direito privado, aplicadas
subsidiariamente e somente quando compatíveis com o regime jurídico-administrativo;

– os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação
ao instrumento convocatório, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade,
competitividade, economicidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva e preservação do
equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º A aplicação subsidiária de normas de direito privado não poderá afastar, restringir ou

neutralizar as prerrogativas legalmente conferidas à Administração Pública, nem modificar a natureza administrativa do vínculo contratual.

§ 2º Nenhuma prática reiterada, tolerância, omissão fiscalizatória ou conduta informal das partes poderá ser interpretada como alteração tácita do Contrato, novação, renúncia de direitos, supressão de obrigações ou afastamento de exigência prevista na legislação ou nos instrumentos da contratação.

§ 3º A eventual tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de determinada obrigação não impedirá sua exigência posterior nem constituirá precedente vinculante para situações futuras.

§ 4º As decisões administrativas destinadas à solução de casos omissos deverão ser precedidas, sempre que necessário, de:
– manifestação do Gestor do Contrato;
– manifestação do Fiscal Técnico ou do Fiscal Administrativo, conforme a natureza da questão;
– diligência destinada à complementação da instrução processual;
– oitiva da CONTRATADA, quando a decisão puder afetar seus direitos ou impor-lhe obrigações;
– análise da disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
– parecer jurídico, quando exigido pela legislação, pela complexidade da matéria ou pela autoridade competente;
– decisão motivada da autoridade administrativa competente.

§ 5º A solução conferida ao caso omisso deverá preservar a finalidade pública da contratação, a natureza do objeto, a isonomia entre os licitantes, as condições efetivas da proposta adjudicada e a equação econômico-financeira originalmente pactuada, vedada a criação de obrigação material substancial que não encontre fundamento na legislação ou nos instrumentos da licitação.

§ 6º Quando o caso omisso envolver matéria técnica referente à qualidade, funcionalidade, compatibilidade, assistência técnica ou garantia dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, a decisão administrativa deverá ser instruída com manifestação técnica idônea, admitida a realização de inspeção, teste, diligência, análise especializada ou consulta ao fabricante.

§ 7º Quando a questão envolver possível inadimplemento, aplicação de sanção, retenção de crédito, extinção contratual ou imputação de responsabilidade, serão obrigatoriamente assegurados o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas e a decisão administrativa fundamentada, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e da Lei Federal nº

14.133/2021.

§ 8º A CONTRATADA deverá submeter previamente à CONTRATANTE qualquer dúvida suscetível de afetar a execução do objeto, não podendo invocar, posteriormente, interpretação unilateral, silêncio administrativo não qualificado ou desconhecimento das normas aplicáveis como justificativa para o inadimplemento.

§ 9º A inexistência de solução expressa e imediata para questão submetida à Administração não autoriza a CONTRATADA a interromper unilateralmente o fornecimento, recusar o cumprimento de obrigação incontroversa ou alterar as condições de execução, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, na forma e no prazo estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, como condição indispensável à sua eficácia jurídica.

Por decorrer de procedimento licitatório, a divulgação no PNCP deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado da data da assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A divulgação no PNCP abrangerá, no mínimo, as informações e os documentos exigidos pela legislação, inclusive:
– identificação do órgão ou entidade contratante;
– número do Processo Administrativo;
– modalidade e identificação do procedimento licitatório;
– identificação da CONTRATADA;
– número de inscrição da CONTRATADA no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;
– descrição do objeto contratado;
– valor total do Contrato;
– prazo de vigência;
– data de assinatura;
– fonte orçamentária, quando exigida pelo sistema;
– inteiro teor do instrumento contratual;
– demais informações previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação do PNCP.

§ 1º A CONTRATANTE também promoverá a divulgação dos termos aditivos, apostilamentos e demais atos contratuais sujeitos à publicidade, observados os prazos e as exigências previstos

na legislação aplicável.

§ 2º A publicação no PNCP não afasta a observância de outros meios de publicidade exigidos pela legislação municipal, especialmente:
– o portal oficial do Município de Rio Crespo;
– o Portal da Transparência municipal;
– o Diário Oficial utilizado pelo Município;
– os sistemas eletrônicos de controle e acompanhamento das contratações públicas;
– outros meios instituídos por norma local.

§ 3º A CONTRATADA deverá fornecer, tempestivamente, todos os documentos, dados e esclarecimentos necessários à correta divulgação do Contrato, responsabilizando-se pela exatidão das informações que lhe forem diretamente atribuíveis.

§ 4º Constatada incorreção material, omissão ou divergência nas informações publicadas, a CONTRATANTE deverá promover sua retificação, preservados o histórico e a rastreabilidade do ato administrativo.

§ 5º A publicidade contratual deverá observar simultaneamente:
– o princípio constitucional da publicidade;
– a transparência ativa;
– o direito de acesso à informação;
– a proteção de dados pessoais;
– a preservação das informações legalmente sigilosas;
– a proteção de segredos comercial e industrial legitimamente comprovados.

§ 6º Os dados pessoais que não sejam necessários à finalidade pública da divulgação deverão ser suprimidos, ocultados ou anonimizados, especialmente números de documentos pessoais, endereços residenciais, contatos particulares, dados bancários, assinaturas e outras informações cuja exposição seja desnecessária ou desproporcional.

§ 7º A ausência de divulgação tempestiva no PNCP deverá ser imediatamente comunicada à autoridade competente para adoção das providências saneadoras, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa pelo descumprimento do dever legal de publicidade.

§ 8º A CONTRATADA não poderá impedir ou restringir a divulgação das informações contratuais legalmente públicas, ressalvadas as hipóteses de sigilo expressamente previstas em lei e devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

§ 9º A alegação de sigilo empresarial deverá ser específica, fundamentada e acompanhada da demonstração concreta de que a publicidade da informação poderá revelar segredo industrial,

comercial ou tecnológico juridicamente protegido, não sendo admitida declaração genérica de confidencialidade sobre o inteiro teor do Contrato ou de seus documentos essenciais.

§ 10 A publicação do instrumento no PNCP constitui condição de eficácia, mas não substitui a necessidade de prévia assinatura pelas partes, regular empenho da despesa, designação dos responsáveis pela gestão e fiscalização e atendimento das demais condições legais necessárias à execução contratual.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA DA EFICÁCIA E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

O presente Contrato produzirá efeitos após sua regular assinatura e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, observada a condição de eficácia estabelecida no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA somente deverá iniciar a execução após o recebimento da correspondente Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento administrativo equivalente, emitido por autoridade competente, no qual deverão constar, sempre que aplicável:
– a identificação do Contrato;
– a identificação do Processo Administrativo;
– a descrição dos bens;
– os quantitativos;
– o local de entrega;
– o prazo de fornecimento;
– a identificação do responsável pelo recebimento;
– outras instruções necessárias à execução.

§ 1º A execução realizada sem autorização formal da Administração não gerará, por si só, direito ao pagamento, ressalvado o

reconhecimento administrativo de obrigação efetivamente constituída e de benefício comprovadamente incorporado ao patrimônio público, observada a legislação aplicável e a apuração de responsabilidades.

§ 2º A Ordem de Fornecimento não poderá modificar as especificações, os quantitativos, os preços, os prazos ou as demais condições originalmente contratadas, salvo quando houver alteração contratual regularmente formalizada.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente qualquer divergência entre a Ordem de Fornecimento e os instrumentos da contratação, abstendo-se de executar determinação manifestamente incompatível com o Contrato até que a questão seja formalmente esclarecida pela Administração.

§ 4º O atraso da Administração na emissão da Ordem de Fornecimento não autorizará a CONTRATADA a considerar automaticamente extinto o vínculo, devendo eventual repercussão ser submetida à análise do Gestor do Contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA
DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS

As partes comprometem-se a empregar esforços para solucionar administrativamente as controvérsias decorrentes da interpretação ou execução deste Contrato, privilegiando a boa-fé, a cooperação, a eficiência, a economicidade, a consensualidade e a preservação do interesse público.

A instauração de procedimento administrativo para solução de controvérsia não suspenderá automaticamente a execução contratual, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações incontroversas e as determinações administrativas legalmente expedidas.

A parte interessada deverá formular sua pretensão por escrito, indicando:
– os fatos que deram origem à controvérsia;
– as cláusulas contratuais e normas legais aplicáveis;
– os documentos comprobatórios;
– os efeitos técnicos, administrativos ou financeiros alegados;
– a providência concretamente requerida;
– a demonstração do nexo causal, quando houver pretensão indenizatória ou econômico-financeira.

A Administração poderá realizar diligências, solicitar esclarecimentos, determinar a apresentação de documentos complementares e promover reuniões técnicas ou administrativas destinadas à adequada compreensão e solução da controvérsia.

A decisão administrativa deverá ser motivada e comunicada formalmente à CONTRATADA, sem prejuízo dos recursos administrativos cabíveis e do acesso ao Poder Judiciário.

A tentativa de solução administrativa não implicará renúncia a direitos, novação, transação ou reconhecimento da procedência da pretensão apresentada.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca competente para o Município de Rio Crespo, Estado de Rondônia, para dirimir as controvérsias decorrentes deste Contrato que não possam ser solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais

privilegiado que seja.

A eleição do foro observa o art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas devem conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir questões contratuais, ressalvadas as hipóteses legalmente excepcionadas.

§ 1º A competência territorial será definida de acordo com a organização judiciária vigente no Estado de Rondônia, considerando-se o foro que legalmente abranja o Município de Rio Crespo na data do ajuizamento da demanda.

§ 2º A eleição do foro não prejudicará:
– o exercício das competências constitucionais dos Tribunais de Contas;
– a atuação do Ministério Público;
– o controle interno da Administração;
– a competência da Justiça Federal quando configurada alguma das hipóteses previstas no art. 109 da Constituição Federal;
– a competência material da Justiça do Trabalho, quando legalmente caracterizada;
– a competência de outros órgãos jurisdicionais definida por norma constitucional ou legal de caráter absoluto.

§ 3º A eleição do foro não impede a utilização de meios consensuais de prevenção e resolução de controvérsias legalmente admitidos, desde que sua adoção seja autorizada pela autoridade competente, compatível com a natureza do direito discutido e devidamente formalizada no processo administrativo.

§ 4º As comunicações, notificações, intimações e demais atos extrajudiciais relacionados à execução deste Contrato deverão ser encaminhados aos endereços físicos e eletrônicos indicados pelas partes, incumbindo a cada uma informar qualquer alteração cadastral.

§ 5º A ausência de atualização cadastral tornará válidas as comunicações encaminhadas aos endereços constantes do Contrato ou do processo administrativo, desde que comprovada a tentativa regular de entrega ou transmissão.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO ENCERRAMENTO DO INSTRUMENTO

O presente Contrato deverá ser interpretado de forma sistemática e integrada com o Edital do Pregão Eletrônico, o Termo de Referência, a proposta adjudicada, a Nota de Empenho, os atos de homologação e adjudicação e os demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026.

A declaração de nulidade, invalidade ou ineficácia de cláusula específica não prejudicará, quando juridicamente possível, as demais disposições contratuais, que permanecerão válidas e exigíveis, desde que preservadas a essência da contratação, a finalidade pública e a equação econômico-financeira.

Qualquer modificação deste instrumento somente será válida quando formalizada pela autoridade competente por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração e as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

As obrigações que, por sua natureza, devam subsistir após o encerramento da vigência permanecerão plenamente exigíveis, especialmente aquelas relacionadas:
– à garantia mínima dos produtos;
– à responsabilidade por vícios ocultos;
– à reparação de danos;
– ao ressarcimento ao erário;
– à confidencialidade;
– à proteção de dados pessoais;
– às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais;
– à cooperação em auditorias e procedimentos de controle;
– à apuração de infrações e aplicação de sanções;
– à prestação de informações e guarda documental.

E, por estarem ajustadas e de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato Administrativo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, obrigando-se por si e por seus sucessores, após a observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis.

Rio Crespo/RO, 14 de Setembro de 2026.

Pela Contratante
EDER DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL
Município de Rio Crespo/RO

Pela Contratada
JOB DA SILVA FERREIRA
Ferreira e Passarelli Intrumentos Musicais LTDA

Publicado por:
Thiago Barros da Silva
Código Identificador:82F1359F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 764/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA BANDA MARCIAL E FANFARRA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO E A EMPRESA GS COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

CAPÍTULO I
CLÁUSULA PRIMEIRA
DO PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo, de um lado o MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 63.761.977/0001-41, com sede administrativa na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, Rio Crespo, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, e, de outro lado, a empresa **GS COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **12.559.500/0001-47**, estabelecida à **RUA TORIBIO SOARES PEREIRA, 678 SALA 01**, neste ato representada por **ALDO MACHADO DE SOUZA NETO**, portador(a) do CPF ********** e RG nº ****** SSP SC, **EMAIL: gs.edital@gmail.com ,** doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE BENS PERMANENTES, mediante as cláusulas e condições seguintes, observando rigorosamente a legislação vigente, o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026, a proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA e os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026, os quais passam a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

O presente contrato possui natureza jurídica de contrato administrativo de fornecimento, submetendo-se ao regime jurídico de direito público, caracterizado pela supremacia do interesse público, pelas prerrogativas conferidas à Administração Pública e pela incidência das cláusulas exorbitantes legalmente previstas, sem prejuízo da aplicação subsidiária das normas de direito privado quando compatíveis com a natureza da contratação.

A contratação decorre do procedimento licitatório instaurado para atender à necessidade pública de implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo, mediante aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, destinados ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, cívicas e sociais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Integram este contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026;
II – o Termo de Referência;
III – a proposta comercial vencedora;
IV – os documentos de habilitação;
V – os esclarecimentos, impugnações e decisões eventualmente proferidas durante o certame;
VI – a Ordem de Fornecimento;
VII – o Processo Administrativo nº 764/2026.

A celebração deste instrumento representa manifestação legítima da vontade das partes, observando os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação, da eficiência administrativa, da transparência, da economicidade, da segurança jurídica e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato Administrativo rege-se, precipuamente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente pelas normas relativas à formalização, execução, fiscalização, alteração, pagamento, recebimento do objeto, responsabilidade contratual, infrações administrativas e extinção dos contratos administrativos, bem como pelas cláusulas constantes do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência e da proposta vencedora, que passam a integrar este instrumento para todos os efeitos legais.

A contratação observa os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, dentre os quais destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, os quais orientam toda a execução contratual e vinculam tanto a Administração quanto a Contratada.

Em observância ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, a atuação das partes será pautada pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, impondo-se comportamento compatível com a supremacia do interesse público, a finalidade administrativa, a boa-fé objetiva, a moralidade administrativa, a eficiência e a continuidade do serviço público, vedando-se qualquer conduta que comprometa a lisura do procedimento licitatório ou a adequada execução contratual.

Aplicam-se, subsidiariamente, ao presente contrato, as disposições da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), especialmente quanto à teoria geral dos contratos, boa-fé objetiva, responsabilidade civil, mora, inadimplemento das obrigações, perdas e danos e demais institutos compatíveis com o regime jurídico administrativo, desde que não contrariem as prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021.

Em matéria de transparência administrativa, publicidade dos atos e acesso às informações públicas, aplicam-se as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), garantindo-se ampla publicidade dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, observando-se os princípios da transparência ativa, controle social e prestação de contas.

Quanto ao tratamento de dados pessoais eventualmente compartilhados durante a execução contratual, as partes obrigam-se ao fiel cumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A presente contratação também observará, no que couber, a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), especialmente quanto aos deveres de probidade, integridade, honestidade, lealdade institucional e proteção ao patrimônio público, impondo às partes o dever permanente de atuar em conformidade com os princípios da ética administrativa e da boa governança pública.

A execução contratual será orientada pelos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, cooperação entre as partes, mitigação de riscos, prevenção de litígios, planejamento da contratação, responsabilidade fiscal, sustentabilidade das contratações públicas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando-se o equilíbrio entre a satisfação do interesse público e a preservação da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

As prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021 constituem cláusulas implícitas deste contrato, facultando ao CONTRATANTE, quando presentes os pressupostos legais, promover alterações unilaterais, aplicar sanções administrativas, fiscalizar permanentemente a execução contratual, determinar correções, instaurar processos administrativos sancionatórios e extinguir o contrato nas hipóteses legalmente previstas, sempre mediante observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Por fim, todas as controvérsias decorrentes da interpretação e execução deste contrato deverão observar a legislação aplicável, os princípios gerais do Direito Administrativo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas, bem como os entendimentos consolidados acerca da execução dos contratos administrativos, preservando-se, em qualquer hipótese, a supremacia do interesse público, a continuidade das políticas públicas e a segurança jurídica das relações contratuais.

CAPÍTULO II
DO OBJETO, DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

CLÁUSULA TERCEIRA
DO OBJETO

O presente Contrato Administrativo tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos destinados à implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo/RO, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Proposta Comercial da CONTRATADA e demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026.

A presente contratação possui natureza jurídica de aquisição de bens permanentes comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os bens contratados possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, sendo plenamente possível sua caracterização mediante critérios técnicos amplamente reconhecidos no setor econômico correspondente.

A contratação decorre de procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, seleção da proposta mais vantajosa e vinculação ao instrumento convocatório, previstos na Lei nº 14.133/2021.

O objeto contratual destina-se ao fortalecimento das políticas públicas municipais de cultura, educação e inclusão social, mediante a disponibilização de instrumentos musicais destinados ao desenvolvimento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal, promovendo atividades culturais, educacionais, cívicas e comunitárias, bem como incentivando a formação musical de crianças, adolescentes e jovens, conforme objetivos definidos pela Administração Pública.

Constituem objeto deste contrato exclusivamente os bens constantes da proposta adjudicada e homologada, vedada a substituição por produtos de qualidade inferior, recondicionados, remanufaturados, usados ou que não atendam integralmente às especificações técnicas exigidas pela Administração.

O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da eficiência administrativa, da continuidade do serviço público, da sustentabilidade das contratações públicas e da preservação do interesse público primário, constituindo obrigação essencial da CONTRATADA o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA
DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os bens objeto deste contrato deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora e da Ordem de Fornecimento, constituindo requisito essencial para o recebimento definitivo do objeto o atendimento pleno às características de qualidade, desempenho, durabilidade, funcionalidade, segurança e compatibilidade estabelecidas pela Administração.

Todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, produzidos em conformidade com os padrões técnicos adotados pelo fabricante, livres de vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias decorrentes do transporte ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização ou vida útil.

É expressamente vedado o fornecimento de produtos:

I – usados;
II – recondicionados;
III – remanufaturados;
IV – recuperados;
V – provenientes de mostruário;
VI – fora de linha de fabricação;
VII – com componentes reutilizados;
VIII – com especificações inferiores às exigidas pela Administração;
IX – desacompanhados dos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento;
X – que apresentem qualquer desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados, quando aplicável:

I – manuais técnicos de operação;

II – certificados de garantia;

III – notas fiscais;

IV – acessórios originais do fabricante;

V – componentes necessários ao pleno funcionamento;

VI – embalagens originais lacradas;

VII – identificação do fabricante;

VIII – demais documentos exigidos pela legislação específica.

A CONTRATADA responderá integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, assumindo responsabilidade exclusiva por defeitos de fabricação, falhas de desempenho, incompatibilidade técnica, vícios ocultos ou quaisquer irregularidades constatadas durante o período de garantia legal e contratual.

Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo pela Administração, sem prejuízo das garantias legais previstas no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicáveis.

Durante o período de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer equipamento que apresente defeito de fabricação, mau funcionamento ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A simples entrega dos bens não importará em aceitação definitiva do objeto, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela conformidade técnica dos materiais até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato.

A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, qualquer equipamento que não satisfaça as especificações técnicas contratadas, hipótese em que a CONTRATADA deverá promover sua substituição no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A conformidade técnica do objeto será aferida mediante inspeção realizada pelo fiscal do contrato, podendo ser solicitados testes, verificações, conferências, demonstrações de funcionamento, certificações do fabricante e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA
DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Integram o presente Contrato Administrativo, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, constituindo um único instrumento jurídico e vinculando as partes em sua integralidade:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026 e todos os seus anexos;
II – o Termo de Referência;
III – o Estudo Técnico Preliminar;
IV – o Mapa de Gerenciamento de Riscos;
V – a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA;
VI – os documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica da CONTRATADA;
VII – a ata da sessão pública do Pregão Eletrônico;
VIII – a adjudicação;
IX – o ato de homologação;
X – a Nota de Empenho;
XI – a Ordem de Fornecimento;
XII – eventuais esclarecimentos, impugnações, respostas e decisões administrativas emitidas durante o procedimento licitatório;
XIII – o Processo Administrativo nº 764/2026 e seus documentos instrutórios.

Os documentos acima relacionados complementam-se reciprocamente, devendo ser interpretados de forma sistemática, harmônica e integrada, prevalecendo, em caso de divergência:

I – a Lei Federal nº 14.133/2021;
II – o Edital da Licitação;
III – o Termo de Referência;
IV – este Contrato Administrativo;
V – a proposta adjudicada da CONTRATADA.

A eventual omissão, contradição ou divergência entre os documentos integrantes não autoriza a execução de serviços ou fornecimento de bens em desacordo com o interesse público ou com as especificações técnicas exigidas pela Administração, competindo ao gestor e ao fiscal do contrato promover a interpretação mais compatível com a legislação aplicável, os princípios da Administração Pública e a finalidade da contratação.

A assinatura do presente instrumento importa em declaração expressa da CONTRATADA de que examinou previamente todos os documentos que compõem o procedimento licitatório, possui pleno conhecimento das condições técnicas, administrativas, operacionais, financeiras e jurídicas da contratação e assume integral responsabilidade pela execução do objeto, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de quaisquer cláusulas, especificações, exigências ou condições constantes dos documentos que integram este contrato.

Os documentos integrantes deste contrato permanecem disponíveis para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais normas pertinentes, assegurando-se a transparência, a publicidade dos atos administrativos e o controle da execução contratual.

CAPÍTULO III
DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA SEXTA
DO VALOR DO CONTRATO

O valor global do presente Contrato Administrativo é de R$ **4.086,28**, correspondente ao montante adjudicado à CONTRATADA no procedimento licitatório, compreendendo a integralidade do objeto contratado, inclusive todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas.

O valor contratado compreende, sem limitação:
I – fornecimento integral dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos;
II – transporte, frete, carga, descarga e movimentação dos bens;
III – embalagens apropriadas;
IV – seguros de transporte;
V – tributos federais, estaduais e municipais;
VI – contribuições previdenciárias;
VII – encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
VIII – despesas administrativas;
IX – despesas operacionais;
X – custos de logística;
XI – assistência técnica, quando exigida;
XII – garantia dos produtos;
XIII – reposição de materiais defeituosos;
XIV – quaisquer outros custos necessários à completa execução contratual.

Nenhum pagamento adicional será devido à CONTRATADA sob alegação de erro de cálculo, subavaliação dos custos da proposta, aumento de despesas operacionais, alteração da estrutura empresarial, dificuldades de mercado ou qualquer outro fato previsível à época da formulação da proposta, ressalvadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A proposta apresentada pela CONTRATADA presume-se elaborada com pleno conhecimento das condições técnicas, econômicas, tributárias, logísticas e operacionais da contratação, constituindo obrigação exclusiva da contratada suportar os riscos ordinários da atividade empresarial, em observância ao princípio da responsabilidade objetiva do contratado perante a Administração Pública.

O preço contratado é considerado completo, suficiente e compatível com a execução integral do objeto, permanecendo inalterável durante sua vigência, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas de reajustamento, revisão ou restabelecimento da equação econômico-financeira, observadas as disposições dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Administração efetuará os pagamentos exclusivamente pelos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela fiscalização contratual, vedado o pagamento antecipado, salvo nas hipóteses excepcionalmente autorizadas pela legislação vigente, desde que devidamente motivadas e demonstradas a vantagem para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, conforme classificação constante do Processo Administrativo nº 764/2026.

A despesa será custeada pela seguinte classificação orçamentária:

Programa Orçamentário:
13.392.0002.2033.0000 – Operacionalidade das Atividades de Cultura, Desporto e Lazer.

Elemento de Despesa:
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

As despesas futuras decorrentes de eventual prorrogação contratual, quando legalmente admitida, correrão à conta das dotações consignadas nos respectivos exercícios financeiros, observando-se o disposto nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A celebração do presente contrato encontra-se condicionada à existência de disponibilidade orçamentária suficiente para suportar todas as obrigações dele decorrentes, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal, do planejamento orçamentário e da sustentabilidade financeira da contratação pública.

Na hipótese de insuficiência superveniente de recursos orçamentários, a Administração adotará as providências legalmente cabíveis, preservando-se os direitos da CONTRATADA quanto às obrigações regularmente executadas e liquidadas.

O empenho da despesa constitui requisito indispensável para a realização dos pagamentos, observando-se rigorosamente o regime jurídico da despesa pública, a ordem cronológica dos pagamentos e as normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), quando aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA
DO REAJUSTE DOS PREÇOS

Em observância ao princípio da manutenção da estabilidade das relações contratuais e ao disposto no art. 92, inciso V, c/c arts. 25, § 7º, e 134 da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado que fundamentou a licitação.

Ultrapassado o interregno mínimo de doze meses, os preços poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, desde que comprovada a manutenção da execução contratual e observada a periodicidade anual estabelecida em lei.

O reajuste será calculado utilizando-se, preferencialmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Na ausência definitiva do índice previsto, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a efetiva variação inflacionária dos custos da contratação, mediante justificativa técnica da Administração.

O reajuste dependerá de:
I – solicitação formal da CONTRATADA;
II – demonstração da ocorrência do período mínimo legal;
III – manifestação favorável da fiscalização;
IV – análise jurídica, quando exigida;
V – autorização da autoridade competente.

O reajuste produzirá efeitos exclusivamente para as parcelas executadas após sua formalização, vedada qualquer forma de retroatividade em desacordo com a legislação vigente.

A ausência de requerimento tempestivo da CONTRATADA importará em renúncia ao reajuste relativo ao período correspondente, ressalvada disposição legal superveniente em sentido diverso.

CLÁUSULA NONA
DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Fica assegurada a manutenção da equação econômico-financeira originalmente pactuada, em observância ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nos arts. 124, inciso II, alínea "d", 130 e 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido quando fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes, alterarem substancialmente os encargos originalmente assumidos pela CONTRATADA, tornando excessivamente onerosa a execução do contrato.

Também ensejarão pedido de reequilíbrio:
I – caso fortuito;
II – força maior;
III – fato do príncipe;
IV – fato da Administração;
V – criação, alteração ou extinção de tributos com repercussão direta nos custos da contratação;
VI – modificações legislativas que impactem significativamente a execução contratual;
VII – situações extraordinárias e imprevisíveis que rompam a base objetiva do contrato.

O pedido de recomposição deverá ser instruído com documentação técnica idônea, demonstrando:
I – o fato gerador do desequilíbrio;
II – sua imprevisibilidade ou excepcionalidade;
III – o nexo causal entre o evento e o aumento dos encargos;
IV – a efetiva repercussão financeira sobre a execução contratual;
V – memória de cálculo detalhada;
VI – documentos fiscais, contábeis e financeiros que comprovem a variação extraordinária dos custos.

Não serão considerados aptos a justificar o reequilíbrio econômico-financeiro:
I – erros na elaboração da proposta;
II – oscilações normais de mercado;
III – variações cambiais previsíveis;
IV – aumento ordinário dos custos operacionais;
V – dificuldades financeiras da empresa;
VI – gestão empresarial inadequada;
VII – riscos inerentes à atividade econômica da CONTRATADA.

Recebido o requerimento, a Administração procederá à análise técnica, econômica, contábil e jurídica, podendo requisitar documentos complementares, diligências, pareceres especializados e demais elementos necessários à correta avaliação da pretensão.

Reconhecido o direito ao restabelecimento da equação econômico-financeira, será celebrado o competente Termo Aditivo, observando-se a estrita proporcionalidade entre o evento extraordinário ocorrido e a recomposição dos encargos suportados pela CONTRATADA, vedado qualquer enriquecimento sem causa.

O reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com reajuste contratual, revisão ordinária de preços ou atualização monetária, constituindo instituto jurídico excepcional destinado exclusivamente à recomposição da relação original entre encargos assumidos pela CONTRATADA e a contraprestação devida pela Administração, preservando-se a equação econômico-financeira estabelecida no momento da contratação.

A Administração poderá, igualmente, promover a revisão contratual quando fatos supervenientes reduzirem significativamente os custos de execução do objeto, assegurando-se, em qualquer hipótese, a

observância dos princípios da economicidade, eficiência, supremacia do interesse público, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e preservação do equilíbrio contratual, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IV
DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE ENTREGA, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

CLÁUSULA DÉCIMA
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O presente Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, produzindo efeitos jurídicos a partir da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais meios oficiais de divulgação, quando exigidos pela legislação aplicável, observando-se o disposto nos arts. 89, 91, 94, 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021. A vigência contratual prevista encontra-se em conformidade com o Termo de Referência da contratação.

A vigência contratual destina-se à completa execução das obrigações assumidas pelas partes, compreendendo o fornecimento dos bens, os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, a fiscalização administrativa, a solução de eventuais inconformidades, o cumprimento da garantia contratual dos produtos e a prática de todos os atos administrativos necessários ao encerramento da relação contratual.

Considerando tratar-se de aquisição de bens permanentes com entrega única, a vigência contratual não se confunde com o prazo de entrega do objeto, permanecendo o contrato em vigor durante todo o período necessário ao exercício das prerrogativas da Administração relativas à fiscalização, aplicação de sanções, responsabilização contratual, exigibilidade das garantias legais e convencionais, bem como à solução de pendências administrativas eventualmente verificadas.

A prorrogação da vigência contratual somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante demonstração inequívoca da vantajosidade administrativa, existência de interesse público devidamente motivado, disponibilidade orçamentária, manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e formalização do respectivo Termo Aditivo pela autoridade competente.

A eventual prorrogação não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, dependendo de juízo discricionário da Administração Pública, fundamentado em critérios de legalidade, conveniência, oportunidade e interesse público, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, continuidade administrativa e planejamento das contratações públicas.

Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA permanecerá obrigada a manter todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, capacidade econômico-financeira e demais requisitos exigidos no procedimento licitatório, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A extinção da vigência contratual não exonera a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes de vícios ocultos, defeitos de fabricação, garantias legais, obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias, civis e administrativas surgidas durante a execução do contrato, permanecendo íntegros os direitos da Administração quanto à apuração de responsabilidades supervenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO PRAZO DE ENTREGA

O objeto contratual deverá ser entregue em até 20 dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Administração, em estrita observância ao prazo estabelecido neste Contrato Administrativo, independentemente da vigência contratual prevista na cláusula anterior.

O fornecimento será realizado em entrega única, conforme definido no Termo de Referência, devendo a CONTRATADA disponibilizar todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos contratados em perfeitas condições de uso, observadas as especificações técnicas constantes do procedimento licitatório.

A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, durante o expediente administrativo, previamente agendada com o fiscal do contrato, cabendo exclusivamente à CONTRATADA suportar todas as despesas decorrentes de transporte, seguro, carga, descarga, movimentação, armazenamento temporário, mão de obra, tributos, embalagens e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

Os produtos deverão ser entregues:
I – integralmente montados, quando aplicável;
II – acondicionados em embalagens originais do fabricante;
III – acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao funcionamento;
IV – acompanhados dos respectivos manuais de operação, quando exigíveis;
V – acompanhados dos certificados de garantia;
VI – acompanhados da Nota Fiscal correspondente;
VII – livres de qualquer defeito aparente ou oculto;
VIII – rigorosamente compatíveis com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora.

O simples descarregamento dos materiais nas dependências da Administração não caracteriza o cumprimento da obrigação contratual, permanecendo a entrega condicionada à conferência quantitativa e qualitativa realizada pelo fiscal designado.

O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas neste contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente multa moratória, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis, inclusive impedimento de licitar e contratar, quando caracterizada inexecução contratual.

Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, capazes de impedir temporariamente a execução da obrigação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a Administração no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência do evento, apresentando documentação comprobatória idônea, para apreciação da autoridade competente.

O eventual deferimento da prorrogação do prazo de entrega dependerá de decisão motivada da Administração, não sendo admitida justificativa baseada em dificuldades operacionais, indisponibilidade de fornecedores, falhas logísticas previsíveis, aumento ordinário da demanda de mercado ou quaisquer riscos inerentes à atividade empresarial da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O objeto contratado será submetido ao recebimento provisório, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante verificação inicial realizada pelo fiscal do contrato ou por comissão especialmente designada pela Administração.

O recebimento provisório possui natureza exclusivamente administrativa e destina-se à conferência preliminar do objeto entregue, não importando aceitação definitiva dos bens nem exoneração da responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade, conformidade técnica, funcionalidade ou adequação dos equipamentos fornecidos.

Durante o recebimento provisório serão verificados, entre outros aspectos:
I – quantidade dos bens entregues;
II – integridade física dos equipamentos;
III – estado das embalagens;

IV – identificação dos produtos;
V – correspondência com a Nota Fiscal;
VI – conformidade com a Ordem de Fornecimento;
VII – presença dos acessórios obrigatórios;
VIII – existência dos manuais técnicos;
IX – certificados de garantia;
X – compatibilidade com as especificações do Termo de Referência.

Constatada qualquer divergência quantitativa, qualitativa ou documental, o fiscal do contrato registrará formalmente as ocorrências verificadas, podendo rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue, determinando à CONTRATADA sua imediata substituição, complementação ou correção.

O recebimento provisório não exclui nem reduz a responsabilidade civil, administrativa, contratual ou técnica da CONTRATADA, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, segurança, funcionamento e desempenho dos equipamentos fornecidos.

A assinatura do Termo de Recebimento Provisório constitui mera confirmação de entrega física do objeto, não implicando reconhecimento da conformidade definitiva da execução contratual.

Caso sejam constatadas irregularidades durante a inspeção preliminar, ficará suspenso o procedimento de recebimento até que a CONTRATADA sane integralmente as inconformidades apontadas, reiniciando-se nova conferência após a regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

O recebimento definitivo ocorrerá após a conclusão satisfatória da inspeção técnica dos bens fornecidos, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato ou pela comissão designada pela Administração, observadas as disposições dos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que todos os equipamentos:
I – atendem integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência;
II – apresentam perfeito funcionamento;
III – encontram-se livres de defeitos aparentes e ocultos;
IV – foram entregues em conformidade com a proposta vencedora;
V – possuem garantia mínima exigida;
VI – estão acompanhados de toda a documentação técnica pertinente;
VII – correspondem integralmente ao objeto contratado.

A Administração poderá realizar testes operacionais, inspeções técnicas, conferências de desempenho, verificações funcionais e quaisquer outros procedimentos necessários à confirmação da conformidade do objeto antes da emissão do recebimento definitivo.

Constatada qualquer irregularidade, a Administração notificará formalmente a CONTRATADA para promover, às suas expensas, a substituição, correção ou complementação dos bens fornecidos, fixando prazo compatível com a natureza da inconformidade, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O recebimento definitivo não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios redibitórios, defeitos ocultos, falhas de fabricação, problemas de desempenho ou quaisquer irregularidades que venham a ser constatadas durante o período de garantia legal ou contratual.

Ainda que emitido o Termo de Recebimento Definitivo, a Administração conservará integralmente o direito de exigir da CONTRATADA a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ocultos ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para o erário.

A emissão do Termo de Recebimento Definitivo constitui condição indispensável para a liquidação da despesa e autorização do pagamento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas, permanecendo condicionada ao integral cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

A aceitação definitiva do objeto não implica renúncia, novação ou transação quanto aos direitos da Administração decorrentes da legislação, do contrato, da garantia legal ou da garantia contratual, permanecendo íntegros todos os mecanismos de responsabilização previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Código Civil e nas demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO V
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, na proposta adjudicada e nas demais cláusulas deste Contrato Administrativo, constituem obrigações essenciais da CONTRATADA, cuja observância é indispensável ao regular cumprimento da avença, as seguintes:

I – executar integralmente o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora, da Ordem de Fornecimento e deste Contrato Administrativo, responsabilizando-se pela perfeita execução da contratação;

II – fornecer exclusivamente instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, livres de quaisquer vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias, recondicionamentos, remanufaturas ou reutilizações, observando rigorosamente as exigências técnicas estabelecidas pela Administração;

III – realizar a entrega integral do objeto no prazo máximo de 20 dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, assumindo integral responsabilidade por eventual atraso injustificado.

IV – suportar integralmente, sem qualquer ônus para a Administração, todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais custos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

V – entregar todos os equipamentos devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, acompanhados dos respectivos manuais técnicos, certificados de garantia, acessórios indispensáveis ao funcionamento e demais documentos exigidos pela legislação e pelo Termo de Referência.

VI – assegurar que todos os bens fornecidos atendam integralmente às normas técnicas brasileiras aplicáveis, às especificações do fabricante e aos padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança, resistência e durabilidade exigidos pela Administração.

VII – responsabilizar-se integralmente pela qualidade, desempenho, funcionalidade, eficiência, durabilidade e compatibilidade dos equipamentos fornecidos, respondendo por quaisquer vícios, defeitos, falhas técnicas ou desconformidades constatadas durante a execução contratual ou no período de garantia.

VIII – substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, quaisquer produtos rejeitados pela Administração em razão de defeitos, vícios, avarias, especificações divergentes, defeitos de fabricação ou inadequação técnica, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

IX – prestar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, sem prejuízo das garantias legais previstas na legislação civil e consumerista aplicável, quando cabível.

X – manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, econômico-financeira e qualificação técnica exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitados pela Administração.

XI – comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer fato extraordinário, caso fortuito, força maior ou circunstância superveniente capaz de comprometer o cumprimento das obrigações assumidas, apresentando documentação comprobatória idônea.

XII – indicar representante legal com poderes suficientes para responder perante a Administração durante toda a execução contratual, garantindo atendimento célere às solicitações formuladas pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

XIII – atender prontamente todas as determinações expedidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato, promovendo, no prazo estabelecido, as correções, substituições, complementações ou adequações que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

XIV – permitir amplo e irrestrito acesso dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização contratual às informações, documentos, instalações, registros e demais elementos relacionados à execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

XV – responder integralmente pelos danos materiais, morais, patrimoniais e ambientais eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros, em decorrência de ação, omissão, culpa, dolo, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos, representantes ou subcontratados.

XVI – responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, securitários e fundiários decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo jurídico entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

XVII – observar rigorosamente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelos seus empregados, colaboradores e prepostos durante todas as etapas de transporte, entrega e descarregamento dos bens.

XVIII – manter absoluto sigilo sobre informações, documentos, dados administrativos, técnicos, operacionais ou estratégicos aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado.

XIX – cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual, responsabilizando-se por qualquer tratamento ilícito ou inadequado.

XX – abster-se de praticar qualquer ato que possa caracterizar fraude à licitação, fraude contratual, conluio, corrupção, pagamento de vantagem indevida, conflito de interesses, enriquecimento ilícito ou qualquer outra conduta incompatível com os princípios da moralidade administrativa, da probidade, da ética pública e da boa-fé objetiva.

XXI – observar integralmente as normas anticorrupção, especialmente a Lei nº 12.846/2013, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo administrativa, civil e penalmente pelos atos praticados por seus administradores, representantes ou empregados.

XXII – não ceder, transferir, subcontratar ou delegar, total ou parcialmente, a execução do objeto contratual sem autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo integralmente responsável pela execução do contrato, ainda que autorizada a subcontratação parcial.

XXIII – manter atualizado seu endereço eletrônico, telefone, domicílio fiscal e demais dados cadastrais junto à Administração, comunicando qualquer alteração no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de reputarem-se válidas as comunicações encaminhadas aos endereços anteriormente informados.

XXIV – adotar práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis durante a execução contratual, observando, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, redução de desperdícios, logística adequada, destinação ambientalmente correta de resíduos e racionalização do consumo de recursos naturais, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

XXV – cumprir integralmente todas as demais obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ordem de Fornecimento e na legislação aplicável, responsabilizando-se pela execução do objeto com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva, transparência, segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório e supremacia do interesse público.

§ 1º O inadimplemento de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula caracterizará inexecução contratual, total ou parcial, conforme a gravidade da infração, sujeitando a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e penal cabível.

§ 2º As obrigações previstas nesta cláusula possuem natureza essencial e permanente, permanecendo exigíveis durante toda a vigência contratual e, quando aplicável, mesmo após sua extinção, relativamente às garantias legais, aos vícios ocultos, à responsabilidade civil, à proteção de dados pessoais, ao dever de sigilo e às demais obrigações cuja eficácia seja prolongada por disposição legal ou contratual.

§ 3º O cumprimento das obrigações ora estabelecidas não exclui outras decorrentes da legislação aplicável, dos princípios que regem a Administração Pública, das determinações da fiscalização contratual ou de exigências supervenientes legalmente instituídas, desde que compatíveis com o objeto contratado e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo das demais atribuições previstas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, neste Contrato Administrativo e nas demais normas aplicáveis, constituem obrigações da CONTRATANTE, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva e supremacia do interesse público, as seguintes:

I – proporcionar todas as condições administrativas, operacionais e institucionais indispensáveis ao fiel cumprimento do objeto contratual, assegurando à CONTRATADA o acesso às informações necessárias para a adequada execução da contratação.

II – emitir, tempestivamente, a Ordem de Fornecimento, indicando todas as informações necessárias à correta entrega dos bens, especialmente local, responsável pelo recebimento, horário de funcionamento e demais orientações pertinentes.

III – designar formalmente gestor e fiscal do contrato, ou comissão de fiscalização, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar permanentemente a execução contratual.

IV – exercer fiscalização contínua, preventiva e corretiva sobre a execução do contrato, verificando a conformidade quantitativa, qualitativa e técnica dos bens fornecidos, sem que tal fiscalização exclua ou reduza a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

V – receber provisoriamente os bens entregues, promovendo a conferência inicial quanto às quantidades, integridade física, documentação, embalagens e demais requisitos previstos neste Contrato e no Termo de Referência.

VI – proceder ao recebimento definitivo do objeto, após a verificação do atendimento integral das especificações técnicas, quantitativas e funcionais estabelecidas na contratação, emitindo o respectivo Termo de Recebimento Definitivo quando constatada a conformidade do fornecimento.

VII – rejeitar, total ou parcialmente, os bens entregues em desconformidade com as especificações técnicas, exigências contratuais, normas aplicáveis ou padrões mínimos de qualidade, notificando formalmente a CONTRATADA para promover a substituição, complementação ou correção do objeto.

VIII – notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades verificadas durante a execução contratual, fixando prazo razoável para saneamento das inconformidades, observado o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

IX – efetuar o pagamento devido à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos neste Contrato, após a regular liquidação da despesa, observadas a ordem cronológica dos pagamentos, a disponibilidade financeira e o cumprimento das exigências legais.

X – verificar, previamente a cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e às demais exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – analisar e decidir, de forma motivada e dentro de prazo razoável, os requerimentos administrativos apresentados pela CONTRATADA relativos à execução contratual, inclusive aqueles referentes ao reajuste, à revisão de preços, ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, à prorrogação de prazo e às demais pretensões legalmente admitidas.

XII – assegurar à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, observando rigorosamente o devido processo legal administrativo previsto na Lei nº 14.133/2021.

XIII – manter atualizados os registros administrativos relativos à execução do contrato, promovendo o adequado controle documental, financeiro, orçamentário e patrimonial da contratação.

XIV – prestar à CONTRATADA os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratual, respondendo tempestivamente às consultas formuladas que guardem relação direta com a execução do contrato.

XV – promover as alterações contratuais que se fizerem necessárias ao atendimento do interesse público, observando rigorosamente os limites, hipóteses e procedimentos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, preservando, sempre que cabível, a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

XVI – comunicar imediatamente à CONTRATADA toda decisão administrativa capaz de impactar a execução contratual, especialmente aquelas relativas à suspensão, alteração, modificação quantitativa ou qualitativa, prorrogação, rescisão ou aplicação de sanções.

XVII – adotar as providências administrativas necessárias para assegurar a adequada execução contratual, inclusive promovendo diligências, inspeções, pareceres técnicos e demais atos indispensáveis à correta fiscalização da contratação.

XVIII – observar rigorosamente os princípios da transparência, publicidade, motivação dos atos administrativos, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção da confiança legítima durante toda a execução contratual, garantindo tratamento isonômico e impessoal à CONTRATADA.

XIX – disponibilizar à fiscalização contratual os instrumentos administrativos necessários ao desempenho de suas atribuições, assegurando condições para o acompanhamento, registro e controle da execução do objeto, bem como para a emissão de relatórios técnicos e demais documentos pertinentes.

XX – cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, no Processo Administrativo nº 764/2026, na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais normas de direito público aplicáveis, observando, em todas as suas decisões, os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, continuidade do serviço público, eficiência administrativa, boa-fé objetiva, proporcionalidade, motivação e segurança jurídica.

§ 1º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE constitui prerrogativa legal decorrente do regime jurídico dos contratos administrativos e será realizada de forma permanente durante toda a execução contratual, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, não excluindo, reduzindo ou transferindo à Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela execução integral do objeto contratado.

§ 2º As decisões, determinações, notificações e orientações expedidas pelo gestor ou pelo fiscal do contrato deverão ser formalmente registradas no processo administrativo, produzindo efeitos vinculantes para a execução contratual, desde que observados os limites da legislação vigente, do instrumento convocatório e deste Contrato Administrativo.

§ 3º O inadimplemento de obrigação atribuída à CONTRATANTE não autoriza, por si só, a suspensão unilateral da execução contratual pela CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou reconhecidas mediante decisão administrativa ou judicial competente, preservando-se, em qualquer caso, a continuidade do interesse público, a boa-fé objetiva, a cooperação entre as partes e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CAPÍTULO VII
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A execução do presente Contrato Administrativo será acompanhada, controlada, supervisionada e fiscalizada pela Administração Pública, em observância ao disposto nos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo prerrogativa indeclinável da CONTRATANTE exercer permanente controle sobre o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade integral desta pela execução do objeto.

A fiscalização contratual será exercida por Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, formalmente designados pela autoridade competente, os quais atuarão de forma coordenada e complementar, observadas as atribuições estabelecidas na legislação vigente, neste Contrato Administrativo e nos atos normativos internos do Município.

A atuação dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização observará, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação dos atos administrativos, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, prevenção de riscos e supremacia do interesse público.

A fiscalização contratual terá caráter preventivo, orientativo, corretivo e repressivo, compreendendo todas as providências necessárias à verificação da conformidade da execução contratual, inclusive quanto aos aspectos técnicos, administrativos, financeiros, documentais e patrimoniais.

O exercício da fiscalização não exclui, reduz ou transfere à Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, permanecendo esta integralmente responsável por todos os atos praticados por seus empregados, representantes, fornecedores e prepostos, nos termos dos arts. 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

No exercício de suas atribuições, a fiscalização poderá:
I – realizar inspeções técnicas e administrativas;
II – promover diligências;
III – solicitar documentos;
IV – determinar correções;
V – registrar ocorrências;
VI – emitir notificações;
VII – requisitar esclarecimentos;
VIII – recomendar aplicação de penalidades;
IX – propor alterações contratuais;
X – adotar todas as medidas necessárias à adequada execução do contrato.

As determinações expedidas pela fiscalização possuem natureza vinculante para a CONTRATADA, desde que emitidas dentro dos limites legais e contratuais, cabendo à contratada cumpri-las imediatamente, sem prejuízo do direito ao contraditório nas hipóteses legalmente previstas.

Toda atuação fiscalizatória deverá ser registrada nos autos do Processo Administrativo, mediante relatórios, termos de ocorrência, registros fotográficos, pareceres técnicos, notificações ou quaisquer outros documentos aptos a demonstrar a efetiva execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DO GESTOR DO CONTRATO

O Gestor do Contrato será formalmente designado pela autoridade competente, competindo-lhe exercer a coordenação geral da execução contratual, promovendo o acompanhamento estratégico da contratação e garantindo a adequada integração entre a fiscalização técnica, administrativa, financeira e jurídica, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compete ao Gestor do Contrato, dentre outras atribuições:
I – coordenar integralmente a execução do contrato sob os aspectos administrativos, técnicos e operacionais;
II – acompanhar o cumprimento dos prazos contratuais;
III – supervisionar as atividades desenvolvidas pelos fiscais técnico e administrativo;
IV – controlar a execução física e financeira do contrato;
V – verificar a compatibilidade entre a execução contratual e o planejamento administrativo;
VI – promover a interlocução institucional entre a Administração e a CONTRATADA;
VII – analisar as ocorrências registradas durante a execução contratual;
VIII – determinar providências corretivas sempre que constatadas irregularidades;
IX – promover a instrução processual dos pedidos de alteração contratual;
X – analisar pedidos de reajuste, revisão, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro;
XI – propor prorrogações, alterações, acréscimos, supressões ou extinção contratual, quando cabíveis;
XII – encaminhar à autoridade competente proposta de aplicação de sanções administrativas, quando caracterizada infração contratual;
XIII – acompanhar o cumprimento das determinações expedidas pela fiscalização;
XIV – zelar pela observância do cronograma contratual;
XV – emitir relatórios periódicos de acompanhamento da execução;
XVI – atestar, quando cabível, a regularidade da execução contratual para fins de liquidação da despesa;
XVII – garantir a adequada instrução do processo administrativo;
XVIII – comunicar imediatamente à autoridade superior quaisquer fatos capazes de comprometer a execução contratual;
XIX – preservar a regularidade documental do contrato durante toda sua vigência;
XX – exercer todas as demais competências inerentes à gestão contratual previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos regulamentos municipais.

O Gestor do Contrato exercerá suas atribuições com independência técnica, autonomia funcional e responsabilidade administrativa, respondendo pelos atos praticados nos limites de sua competência legal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
DO FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO

O Fiscal Técnico será designado pela Administração para acompanhar especificamente a execução material do objeto contratado, verificando a conformidade técnica dos bens fornecidos, observadas as especificações constantes do Edital, Termo de Referência, proposta vencedora e deste Contrato.

Compete ao Fiscal Técnico:
I – acompanhar presencialmente a entrega dos bens;
II – verificar a conformidade quantitativa e qualitativa dos equipamentos;
III – conferir marcas, modelos, especificações e características técnicas;
IV – realizar inspeções, testes e verificações de funcionamento, quando cabíveis;
V – avaliar a qualidade dos produtos fornecidos;
VI – verificar a compatibilidade dos equipamentos com as especificações contratuais;
VII – registrar ocorrências técnicas constatadas durante a execução;
VIII – solicitar esclarecimentos técnicos à CONTRATADA;
IX – recomendar a rejeição de materiais em desacordo com o contrato;
X – acompanhar a substituição de equipamentos rejeitados;
XI – emitir parecer técnico acerca da conformidade do objeto;
XII – subsidiar o Gestor do Contrato quanto à aplicação de medidas corretivas;
XIII – acompanhar o cumprimento das garantias dos equipamentos;
XIV – verificar a entrega dos manuais, certificados e acessórios;
XV – emitir o Termo de Recebimento Provisório, quando cabível;
XVI – manifestar-se quanto ao recebimento definitivo;
XVII – elaborar relatórios técnicos circunstanciados;
XVIII – comunicar imediatamente qualquer irregularidade relevante ao Gestor do Contrato;
XIX – acompanhar o saneamento das inconformidades verificadas;
XX – exercer todas as demais atribuições técnicas compatíveis com a natureza da contratação.

A manifestação técnica emitida pelo Fiscal Técnico constitui elemento essencial para o recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo das competências atribuídas ao Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA
DO FISCAL ADMINISTRATIVO

O Fiscal Administrativo será responsável pelo acompanhamento dos aspectos documentais, administrativos, financeiros e formais da execução contratual, zelando pela regularidade processual do contrato e pela observância das exigências legais pertinentes.

Compete ao Fiscal Administrativo:
I – acompanhar a regularidade documental da execução contratual;
II – verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
III – conferir a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida para pagamento;
IV – analisar a documentação apresentada para fins de liquidação da despesa;

V – verificar a conformidade das Notas Fiscais;
VI – controlar os prazos contratuais;
VII – acompanhar o cronograma administrativo da contratação;
VIII – registrar todas as ocorrências administrativas da execução;
IX – elaborar relatórios administrativos periódicos;
X – controlar a tramitação dos documentos relacionados ao contrato;
XI – acompanhar os procedimentos relativos ao pagamento;
XII – auxiliar na instrução de processos de alteração contratual;
XIII – acompanhar a formalização de termos aditivos e apostilamentos;
XIV – controlar os prazos de vigência contratual e das garantias;
XV – comunicar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades administrativas;
XVI – acompanhar a aplicação das notificações administrativas expedidas à CONTRATADA;
XVII – manter atualizado o processo administrativo da contratação;
XVIII – controlar a juntada de documentos obrigatórios durante toda a execução contratual;
XIX – prestar apoio administrativo ao Gestor do Contrato e ao Fiscal Técnico;
XX – exercer todas as demais atribuições administrativas decorrentes da legislação, deste Contrato e dos atos normativos internos da Administração.

§ 1º Os agentes designados para a gestão e fiscalização contratual responderão exclusivamente pelos atos praticados no exercício de suas atribuições, observados os princípios da legalidade, boa-fé, eficiência, motivação, proporcionalidade e responsabilidade administrativa.

§ 2º As atividades do Gestor do Contrato, do Fiscal Técnico e do Fiscal Administrativo possuem natureza complementar, devendo ser exercidas de forma coordenada, integrada e cooperativa, preservada a segregação de funções e a independência técnica de cada agente.

§ 3º As ocorrências verificadas durante a execução contratual deverão ser formalmente registradas nos autos do processo administrativo, servindo de fundamento para decisões relativas ao recebimento do objeto, liquidação da despesa, aplicação de sanções, alterações contratuais, extinção do contrato e demais providências administrativas cabíveis.

§ 4º A ausência, insuficiência ou eventual falha da fiscalização exercida pela Administração não afasta, limita ou reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Contrato Administrativo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII
DO PAGAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS, DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS E DO ATRASO NO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA
DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado pela CONTRATANTE mediante ordem bancária, exclusivamente em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, previamente cadastrada perante a Administração, após o regular recebimento definitivo do objeto, a liquidação da despesa e a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, observando-se as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O pagamento será realizado somente após:
I – emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente;
II – recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – atesto do gestor e dos fiscais do contrato;
IV – liquidação regular da despesa;
V – comprovação da manutenção das condições de habilitação;
VI – inexistência de pendências contratuais impeditivas do pagamento.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação tributária vigente, contendo, obrigatoriamente:
I – número do Processo Administrativo;
II – número do Contrato;
III – número da Nota de Empenho;
IV – descrição completa do objeto fornecido;
V – quantitativos efetivamente entregues;
VI – valores unitários e totais;
VII – dados bancários da CONTRATADA;
VIII – demais informações exigidas pela legislação fiscal.

Caso sejam constatadas incorreções, omissões, divergências ou inconsistências na documentação apresentada, o processo de pagamento será imediatamente suspenso, reiniciando-se a contagem do prazo legal somente após a regularização integral das pendências pela CONTRATADA, não incidindo qualquer ônus financeiro para a Administração durante esse período.

O pagamento restringir-se-á exclusivamente aos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela Administração, vedado o pagamento por materiais rejeitados, não entregues ou executados em desconformidade com o Contrato.

É vedado o pagamento antecipado, ressalvadas exclusivamente as hipóteses excepcionalíssimas autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada, mediante motivação expressa, a vantagem econômica para a Administração Pública e prestadas as garantias eventualmente exigíveis.

A quitação efetuada pela Administração não implica renúncia ao direito de apurar posteriormente vícios ocultos, falhas de execução, defeitos de fabricação, sobrepreços, pagamentos indevidos ou quaisquer outras irregularidades verificadas após a liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA
DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A liquidação da despesa constitui a fase administrativa destinada à verificação do direito adquirido pela CONTRATADA ao recebimento do crédito, mediante comprovação da efetiva entrega do objeto contratado, observando-se as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

A liquidação dependerá da apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros legalmente exigíveis:
I – Nota Fiscal/Fatura;
II – Termo de Recebimento Definitivo;
III – atesto do Gestor do Contrato;
IV – manifestação do Fiscal Técnico;
V – manifestação do Fiscal Administrativo;
VI – comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigível;
VII – demais documentos previstos neste Contrato ou exigidos pela Administração.

Durante a fase de liquidação serão verificados:
I – a efetiva entrega dos bens;
II – a conformidade quantitativa;
III – a conformidade qualitativa;
IV – o cumprimento das especificações técnicas;
V – a regularidade documental;
VI – a manutenção das condições de habilitação;
VII – a inexistência de pendências administrativas impeditivas do pagamento.

Constatada qualquer irregularidade durante a liquidação, a Administração poderá suspender o procedimento até a completa regularização pela CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A liquidação da despesa não importa reconhecimento de inexistência de vícios ocultos, defeitos supervenientes ou responsabilidades

posteriores da CONTRATADA, permanecendo íntegros todos os direitos da Administração durante o período de garantia legal e contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA
DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os pagamentos realizados à CONTRATADA estarão sujeitos às retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável, especialmente aquelas disciplinadas pelo Código Tributário Nacional, pela legislação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, pelas contribuições sociais, previdenciárias e demais tributos incidentes sobre a contratação pública.

A CONTRATANTE efetuará as retenções legais obrigatórias na qualidade de fonte pagadora, observando rigorosamente:
I – a legislação tributária vigente;
II – as normas expedidas pela Receita Federal do Brasil;
III – as instruções normativas aplicáveis;
IV – a legislação previdenciária;
V – as normas municipais eventualmente incidentes.

A eventual existência de benefício fiscal, imunidade, isenção, suspensão, não incidência ou tratamento tributário diferenciado deverá ser previamente comprovada pela CONTRATADA mediante apresentação da documentação legal pertinente, permanecendo sob sua exclusiva responsabilidade a veracidade das informações prestadas.

A responsabilidade pela apuração, recolhimento e regularidade dos tributos próprios da atividade empresarial permanecerá integralmente atribuída à CONTRATADA, não se transferindo à Administração qualquer responsabilidade por obrigações tributárias que não estejam legalmente sujeitas à retenção.

Eventuais autuações fiscais decorrentes de informações falsas, documentos inexatos ou irregularidades imputáveis exclusivamente à CONTRATADA serão suportadas integralmente por esta, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos observarão rigorosamente a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em conformidade com o art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas exclusivamente as hipóteses legais de alteração da ordem de pagamento devidamente motivadas pela autoridade competente.

A ordem cronológica será apurada a partir da regular liquidação da despesa, considerando-se a data em que forem satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários ao pagamento.

A Administração poderá alterar a ordem cronológica exclusivamente nas hipóteses legalmente autorizadas, mediante decisão fundamentada, especialmente quando presentes razões de:
I – relevante interesse público;
II – emergência;
III – calamidade pública;
IV – risco de paralisação de serviços essenciais;
V – determinação judicial;
VI – demais situações previstas na legislação vigente.

A eventual suspensão do pagamento decorrente de irregularidade imputável à CONTRATADA implicará interrupção da posição cronológica até sua completa regularização, sem que disso decorra qualquer direito à indenização ou compensação financeira.

A observância da ordem cronológica não afasta a necessidade de disponibilidade orçamentária e financeira, tampouco dispensa a verificação da regularidade da liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA
DO ATRASO NO PAGAMENTO

Na hipótese de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA tenha cumprido integralmente todas as obrigações contratuais e legais necessárias à liquidação da despesa, o valor devido será atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento.

Além da atualização monetária, incidirão juros moratórios calculados pro rata die, observando-se o índice oficial adotado pela legislação aplicável ou, na ausência de previsão específica, o índice utilizado pela Fazenda Pública para atualização de seus créditos, preservando-se a equivalência econômica da prestação.

Não caracterizará atraso imputável à Administração quando a suspensão do pagamento decorrer de:
I – apresentação de documentação incompleta;
II – irregularidade fiscal da CONTRATADA;
III – divergência na Nota Fiscal;
IV – pendências na liquidação da despesa;
V – descumprimento contratual;
VI – necessidade de diligências administrativas;
VII – qualquer fato imputável exclusivamente à CONTRATADA.

O período compreendido entre a notificação da irregularidade e sua efetiva regularização pela CONTRATADA não será computado para fins de incidência de atualização monetária ou juros moratórios.

O pagamento em atraso não importa novação, renúncia, transação ou reconhecimento de qualquer direito diverso daquele expressamente previsto neste Contrato e na legislação vigente, permanecendo preservadas todas as prerrogativas da Administração Pública.

§ 1º Os pagamentos serão efetuados exclusivamente após a observância cumulativa do recebimento definitivo do objeto, da liquidação regular da despesa, da disponibilidade financeira, da emissão da ordem bancária e do cumprimento das exigências legais e contratuais, em conformidade com os arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A Administração poderá realizar compensações, glosas ou descontos legalmente admitidos quando constatados pagamentos indevidos, multas contratuais, prejuízos ao erário, danos causados pela CONTRATADA ou quaisquer créditos líquidos e certos em favor da Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a legislação tributária vigente e os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, segurança jurídica, continuidade administrativa e proteção ao interesse público.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato Administrativo poderá ser alterado durante sua vigência, desde que presentes o interesse público devidamente motivado, a manutenção da finalidade da contratação, a preservação da competitividade originalmente estabelecida no procedimento licitatório e a observância das hipóteses, limites e requisitos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As alterações contratuais constituem prerrogativa da Administração Pública, decorrente do regime jurídico de direito público aplicável aos contratos administrativos, devendo observar os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, planejamento, motivação, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e preservação do equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

As modificações contratuais somente produzirão efeitos após a formalização do competente Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme a natureza da alteração, precedidas da devida instrução processual, manifestação técnica, parecer jurídico quando exigível, disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Poderão ser promovidas alterações qualitativas destinadas à melhor adequação técnica do objeto contratado às finalidades de interesse público, desde que:
I – permaneça preservada a natureza do objeto originalmente licitado;
II – sejam tecnicamente justificadas;
III – não impliquem desvirtuamento da competição originalmente estabelecida;
IV – sejam compatíveis com as condições da proposta vencedora;
V – mantenham a vantajosidade da contratação para a Administração.

As alterações quantitativas poderão ocorrer quando necessárias ao atendimento das demandas supervenientes da Administração, observados os limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Toda alteração deverá ser precedida de justificativa circunstanciada demonstrando:
I – a necessidade administrativa;
II – a compatibilidade com o interesse público;
III – a viabilidade técnica;
IV – a disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
V – a manutenção da vantajosidade da contratação;
VI – a compatibilidade com o planejamento administrativo.

É vedada qualquer alteração contratual destinada a modificar substancialmente o objeto originalmente licitado, descaracterizar a competição, restringir direitos dos licitantes ou frustrar os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da seleção da proposta mais vantajosa.

As alterações promovidas deverão preservar integralmente a equação econômico-financeira inicialmente estabelecida, assegurando à CONTRATADA o restabelecimento das condições efetivas da proposta sempre que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, nos termos da legislação vigente.

A celebração de Termo Aditivo não exonera a CONTRATADA das responsabilidades anteriormente assumidas, permanecendo íntegros todos os direitos, garantias, obrigações, penalidades e responsabilidades previstos neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA
DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais originalmente pactuadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários ao atendimento do interesse público, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os acréscimos ou supressões quantitativas deverão decorrer de necessidade administrativa devidamente fundamentada, sendo vedada sua utilização para modificar a natureza do objeto contratado ou descaracterizar as condições originalmente submetidas à competição.

Os acréscimos quantitativos observarão, cumulativamente:
I – justificativa técnica expressa;
II – motivação administrativa;
III – disponibilidade orçamentária;
IV – autorização da autoridade competente;
V – preservação da economicidade;
VI – manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

As supressões poderão decorrer:
I – da redução da necessidade administrativa;
II – da readequação do planejamento;
III – da otimização da execução contratual;
IV – da conveniência e oportunidade da Administração;
V – de interesse público devidamente motivado.

Os acréscimos e supressões serão calculados com base nos valores unitários originalmente contratados, preservando-se a proporcionalidade econômica da contratação, ressalvadas as hipóteses de revisão de preços legalmente admitidas.

Sempre que a alteração quantitativa repercutir sobre os custos de execução, a Administração promoverá, quando cabível, a correspondente revisão dos valores contratuais, assegurando a manutenção da equação econômico-financeira inicialmente estabelecida.

As alterações quantitativas não poderão resultar em:
I – fracionamento indevido do objeto;
II – contratação de objeto estranho ao originalmente licitado;
III – alteração da natureza jurídica da contratação;
IV – desvirtuamento da proposta vencedora;
V – afronta aos princípios da isonomia, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.

As supressões consensuais que ultrapassem os limites legais somente poderão ocorrer mediante acordo expresso entre as partes, devidamente formalizado nos autos do processo administrativo e precedido da competente motivação técnica e jurídica.

A eventual recusa injustificada da CONTRATADA em executar acréscimos regularmente determinados pela Administração, dentro dos limites legais, caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando-a às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Contrato.

Por sua vez, a Administração compromete-se a promover, sempre que necessário, a correspondente adequação financeira do contrato, garantindo que nenhuma alteração quantitativa imponha à CONTRATADA ônus extraordinários não contemplados na proposta originalmente apresentada.

§ 1º Toda alteração contratual dependerá de prévia instrução do processo administrativo, contendo justificativa técnica, manifestação do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigido, demonstração da compatibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente, observando-se os arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º As alterações contratuais não poderão ser utilizadas como mecanismo de burla ao dever de licitar, de ampliação indevida do objeto inicialmente contratado ou de favorecimento da CONTRATADA, devendo observar rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

§ 3º As alterações promovidas durante a execução contratual deverão ser registradas no processo administrativo, acompanhadas da documentação comprobatória pertinente e publicizadas na forma exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se a transparência dos atos administrativos e o controle pelos órgãos de fiscalização interna e externa.

§ 4º Permanecem asseguradas à CONTRATADA todas as garantias inerentes à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que a alteração contratual importar aumento ou redução dos encargos originalmente assumidos, observado o devido processo administrativo, a comprovação do nexo causal e os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA responderá administrativamente pelas infrações praticadas durante a execução deste Contrato Administrativo, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal, trabalhista, tributária e das demais consequências previstas na legislação aplicável.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação:
I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
II – dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – retardar injustificadamente a execução do objeto;
V – deixar de entregar os bens nas condições, quantidades, especificações e prazos contratualmente estabelecidos;
VI – entregar produtos em desacordo com as especificações técnicas constantes do Edital, Termo de Referência ou deste Contrato;
VII – apresentar documentação falsa durante a execução contratual;
VIII – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
IX – comportar-se de modo inidôneo;
X – praticar fraude fiscal;
XI – frustrar ou fraudar a execução contratual;
XII – deixar de substituir produtos rejeitados pela fiscalização;
XIII – descumprir determinações regularmente expedidas pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato;
XIV – manter situação de irregularidade que impeça a continuidade da contratação;
XV – praticar atos lesivos à Administração Pública.

A caracterização de qualquer infração dependerá da devida instrução do processo administrativo sancionador, assegurados o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal, a motivação das decisões administrativas e a observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

Na aplicação das penalidades serão considerados, especialmente:
I – a natureza da infração;
II – a gravidade da conduta;
III – a extensão dos prejuízos causados;
IV – a vantagem obtida pelo infrator;
V – a reincidência;
VI – a existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes;
VII – o grau de culpa;
VIII – a boa-fé objetiva;
IX – a cooperação da CONTRATADA para a solução da irregularidade;
X – os antecedentes da empresa perante a Administração Pública.

As penalidades previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza da infração e a gravidade da conduta, observados os limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA
DA ADVERTÊNCIA

A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses de infrações administrativas de menor potencial ofensivo, quando a conduta da CONTRATADA não acarretar prejuízo relevante ao interesse público, à execução contratual ou ao patrimônio da Administração, desde que seja possível a imediata correção da irregularidade.

A advertência terá natureza educativa, preventiva e orientadora, destinando-se ao aperfeiçoamento da execução contratual, sem afastar a possibilidade de aplicação de penalidades mais gravosas em caso de reincidência ou agravamento da conduta.

A aplicação da advertência será formalizada mediante decisão motivada da autoridade competente, após regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A reincidência específica poderá caracterizar circunstância agravante para fins de aplicação de penalidade mais severa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA
DA MULTA MORATÓRIA

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A multa moratória será fixada em:
I – 0,33% por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Ultrapassado o limite máximo da multa moratória ou constatado atraso capaz de comprometer a finalidade da contratação, a Administração poderá reconhecer a inexecução total ou parcial do contrato, promovendo a aplicação das demais penalidades legalmente cabíveis.

A multa moratória poderá ser descontada:
I – dos pagamentos devidos;
II – da garantia contratual, quando houver;
III – mediante cobrança administrativa;
IV – por inscrição em dívida ativa, quando cabível.

A aplicação da multa moratória não afasta:
I – a obrigação de executar o contrato;
II – o dever de reparar integralmente os prejuízos causados;
III – a aplicação de outras sanções administrativas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA
DA MULTA COMPENSATÓRIA

A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, descumprimento grave das obrigações contratuais, fraude na execução, recusa injustificada em cumprir determinações da Administração ou demais infrações que comprometam a finalidade da contratação.

A multa compensatória poderá corresponder a até 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, observando-se a gravidade da infração, a extensão do dano, a culpabilidade da CONTRATADA e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Na fixação do percentual da multa serão considerados:
I – os prejuízos causados ao erário;
II – o comprometimento do interesse público;
III – a vantagem indevidamente auferida;
IV – a reincidência;
V – a boa-fé da contratada;
VI – a cooperação para redução dos danos;
VII – a extensão da inexecução contratual.

A multa compensatória possui natureza indenizatória mínima e não impede que a Administração busque judicial ou administrativamente a reparação integral dos danos eventualmente superiores ao valor da penalidade aplicada.

A aplicação da multa compensatória poderá ocorrer cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA
DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando caracterizadas infrações de média ou elevada gravidade que não justifiquem a aplicação da declaração de inidoneidade.

O impedimento produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que houver aplicado a

sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, conforme decisão motivada da autoridade competente.

Poderão ensejar a aplicação desta penalidade, entre outras hipóteses previstas em lei:
I – inexecução total do contrato;
II – inexecução parcial grave;
III – atraso injustificado que comprometa a execução contratual;
IV – recusa injustificada em cumprir determinações da fiscalização;
V – comportamento incompatível com a boa-fé contratual;
VI – demais hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação da penalidade dependerá da instauração de processo administrativo específico, assegurados:
I – contraditório;
II – ampla defesa;
III – produção de provas;
IV – decisão motivada;
V – possibilidade de recurso administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA
DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar constitui a sanção administrativa de maior gravidade prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo aplicável exclusivamente nas hipóteses de infrações extremamente graves que revelem manifesta quebra da confiança necessária à manutenção das relações contratuais com a Administração Pública.

Poderá ser aplicada, especialmente, quando a CONTRATADA:
I – apresentar documentos falsos;
II – praticar fraude à licitação ou à execução contratual;
III – agir mediante dolo, corrupção, conluio ou fraude;
IV – praticar atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da contratação;
V – praticar atos lesivos previstos na legislação anticorrupção;
VI – demonstrar absoluta inidoneidade moral ou profissional para contratar com a Administração Pública.

A declaração de inidoneidade produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja concedida a reabilitação, observados os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A reabilitação somente poderá ser concedida após:
I – decurso do prazo mínimo previsto em lei;
II – reparação integral dos danos causados;
III – ressarcimento ao erário, quando cabível;
IV – demonstração da superação dos motivos que ensejaram a penalidade;
V – decisão da autoridade competente.

§ 1º Nenhuma penalidade será aplicada sem a prévia instauração de processo administrativo sancionador, assegurados à CONTRATADA o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas, a motivação da decisão administrativa e o direito aos recursos previstos na legislação.

§ 2º As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando-se a natureza da infração, a gravidade da conduta, os danos causados ao interesse público, a culpabilidade da CONTRATADA, sua reincidência e os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

§ 3º Os valores das multas eventualmente aplicadas poderão ser descontados dos créditos da CONTRATADA, da garantia contratual, quando existente, cobrados administrativamente ou judicialmente, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa e da reparação integral dos danos causados ao erário.

§ 4º A aplicação das sanções administrativas previstas neste Capítulo não exclui a responsabilidade civil, penal, tributária, trabalhista ou por atos de improbidade administrativa, tampouco impede a adoção das medidas judiciais cabíveis para a reparação integral dos prejuízos sofridos pela Administração Pública.

§ 5º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se, ainda, os princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, motivação dos atos administrativos, proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XI
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO, DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato Administrativo extinguir-se-á nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais situações previstas na legislação aplicável, observados os princípios da legalidade, motivação, continuidade do serviço público, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

A extinção contratual constitui medida excepcional, devendo ser precedida da devida instrução processual, com apuração dos fatos, manifestação técnica do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigível e decisão fundamentada da autoridade competente.

A extinção do contrato poderá ocorrer:
I – por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses legalmente previstas;
II – por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e inexistam prejuízos ao interesse público;
III – por decisão arbitral, quando admitida em lei e prevista contratualmente;
IV – por decisão judicial transitada em julgado;
V – pelo advento do termo final da vigência contratual, sem necessidade de manifestação expressa, ressalvadas as obrigações remanescentes;
VI – por impossibilidade superveniente de execução do objeto, devidamente comprovada.

Constituem, dentre outras, causas que poderão ensejar a extinção unilateral do contrato pela Administração:
I – inexecução total do objeto;
II – inexecução parcial que comprometa a finalidade da contratação;
III – atraso injustificado na entrega dos bens;
IV – paralisação injustificada da execução contratual;
V – descumprimento reiterado de cláusulas contratuais;
VI – desatendimento das determinações expedidas pelo gestor ou pela fiscalização;
VII – perda das condições de habilitação indispensáveis à contratação;
VIII – prática de fraude, dolo, simulação ou má-fé na execução contratual;
IX – ocorrência de atos que comprometam a confiança necessária à manutenção do vínculo contratual;
X – demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A extinção contratual não exonerará a CONTRATADA da responsabilidade pelos danos causados à Administração, nem afastará a obrigação de ressarcimento ao erário, aplicação de sanções administrativas, responsabilização civil ou penal, quando cabíveis.

Na hipótese de extinção contratual, a Administração poderá adotar todas as medidas necessárias à preservação da continuidade do interesse público, inclusive promover nova contratação na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA
DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção do contrato produzirá efeitos a partir da formalização do respectivo ato administrativo, ressalvadas as hipóteses em que a legislação determinar efeitos imediatos.

Constituem efeitos da extinção contratual:
I – encerramento das obrigações principais ainda não executadas;
II – apuração dos créditos e débitos existentes entre as partes;
III – aplicação das sanções eventualmente cabíveis;
IV – retenção de créditos destinados ao ressarcimento de prejuízos causados à Administração;
V – execução da garantia contratual, quando existente;
VI – cobrança administrativa ou judicial dos valores eventualmente devidos;
VII – preservação das obrigações relativas à garantia dos bens fornecidos;
VIII – manutenção da responsabilidade por vícios ocultos;
IX – permanência das obrigações relativas ao sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais;
X – adoção das providências necessárias à continuidade da prestação administrativa.

A extinção contratual não prejudicará:
I – o direito da Administração ao ressarcimento integral dos prejuízos sofridos;
II – a responsabilização administrativa da CONTRATADA;
III – a responsabilização civil pelos danos causados;
IV – eventual responsabilização penal decorrente da prática de ilícitos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA
DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

Nenhuma das partes responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais quando este decorrer, direta e comprovadamente, de caso fortuito ou força maior, desde que caracterizados como eventos inevitáveis, imprevisíveis ou de consequências inevitáveis, estranhos à vontade das partes e impeditivos da execução do contrato, nos termos do art. 393 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), aplicado subsidiariamente aos contratos administrativos, e em consonância com os arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Consideram-se, exemplificativamente, hipóteses de caso fortuito ou força maior:
I – desastres naturais de grande magnitude;
II – enchentes, inundações, vendavais, tempestades ou terremotos;
III – incêndios de grandes proporções não imputáveis às partes;
IV – guerras, conflitos armados ou comoções sociais;
V – atos de terrorismo ou sabotagem;
VI – epidemias, pandemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas;
VII – greves gerais que inviabilizem objetivamente a execução contratual, desde que não atribuíveis à CONTRATADA;
VIII – determinações supervenientes emanadas de autoridade pública que impossibilitem a execução do contrato;
IX – interrupções extraordinárias dos sistemas logísticos nacionais;
X – demais eventos reconhecidos pela legislação e pela jurisprudência como caso fortuito ou força maior.

Não caracterizam caso fortuito ou força maior:
I – dificuldades financeiras da CONTRATADA;
II – deficiência administrativa;
III – falta de planejamento empresarial;
IV – escassez de mão de obra decorrente de gestão inadequada;
V – falhas de fornecedores previsíveis;
VI – oscilações ordinárias de mercado;
VII – aumento normal dos custos operacionais;
VIII – eventos decorrentes de culpa, dolo ou negligência da CONTRATADA.

A parte que invocar caso fortuito ou força maior deverá comunicar formalmente à outra parte no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da ciência do evento, apresentando documentação idônea capaz de demonstrar:
I – a ocorrência do fato;
II – o nexo causal entre o evento e a impossibilidade de execução;
III – os impactos produzidos sobre o contrato;
IV – as medidas adotadas para mitigação dos prejuízos;
V – a estimativa do período necessário para superação dos efeitos do evento.

Recebida a comunicação, a Administração promoverá análise técnica e jurídica das circunstâncias apresentadas, podendo:
I – reconhecer a ocorrência do caso fortuito ou força maior;
II – conceder prorrogação dos prazos de execução;
III – promover alteração contratual;
IV – restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, quando presentes os requisitos legais;
V – suspender temporariamente a execução contratual;
VI – extinguir o contrato, caso a execução se torne definitivamente impossível.

O reconhecimento da ocorrência de caso fortuito ou força maior não exonera a CONTRATADA do dever de adotar todas as medidas razoavelmente exigíveis para reduzir os prejuízos, preservar os bens públicos, mitigar riscos e assegurar, sempre que possível, a continuidade da execução contratual.

§ 1º A extinção contratual será sempre formalizada por ato administrativo devidamente motivado, assegurando-se à CONTRATADA, quando a hipótese envolver aplicação de penalidade ou imputação de inadimplemento, o exercício do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com os arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A ocorrência de caso fortuito ou força maior somente produzirá efeitos jurídicos após a devida comprovação documental e o reconhecimento formal pela Administração, não afastando automaticamente o cumprimento das obrigações contratuais remanescentes que permaneçam materialmente exequíveis.

§ 3º Sempre que possível, antes da extinção do contrato, a Administração deverá avaliar medidas menos gravosas, tais como a suspensão temporária da execução, a prorrogação dos prazos, a celebração de termo aditivo ou o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da proporcionalidade, da economicidade e da preservação dos contratos administrativos.

§ 4º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, com o art. 393 do Código Civil, bem como com os princípios da supremacia do interesse público, da segurança jurídica, da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da motivação dos atos administrativos, da continuidade do serviço público e da preservação da equação econômico-financeira do contrato.

CAPÍTULO XII
DAS RESPONSABILIDADES CIVIL, TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E AMBIENTAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA
DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá integral, exclusiva e objetivamente, nos limites estabelecidos pela legislação aplicável, por todos os danos materiais, morais, patrimoniais, extrapatrimoniais ou de qualquer outra natureza causados à CONTRATANTE, aos seus agentes, a terceiros ou ao meio ambiente em decorrência direta ou indireta da execução do objeto contratual, de ação ou omissão própria, de seus empregados, prepostos, representantes, fornecedores, transportadores ou subcontratados eventualmente autorizados.

A responsabilidade da CONTRATADA subsistirá independentemente da fiscalização, do acompanhamento, do recebimento provisório ou definitivo dos bens e do pagamento efetuado pela Administração, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, não implicando qualquer ato de controle administrativo exoneração, redução, compartilhamento ou transferência do dever de reparar.

Sem prejuízo das responsabilidades específicas previstas neste Contrato, incumbirá à CONTRATADA:

I – reparar integralmente os danos decorrentes de vícios, defeitos, inadequações, falhas de fabricação, acondicionamento, transporte, entrega, montagem ou funcionamento dos bens fornecidos;
II – substituir, às suas expensas, os produtos que apresentem desconformidade, defeito, vício aparente ou oculto, baixa qualidade, incompatibilidade técnica ou desempenho inferior ao exigido;
III – indenizar a CONTRATANTE por perdas, avarias, extravios ou deteriorações ocorridos até o recebimento definitivo do objeto;
IV – ressarcir integralmente os prejuízos decorrentes de conduta culposa ou dolosa praticada durante a execução contratual;
V – assumir os custos de reparação, substituição, recolhimento, transporte, reinstalação ou destinação dos bens defeituosos;
VI – responder por acidentes decorrentes de acondicionamento, transporte, descarga, instalação, manuseio ou utilização inadequada imputável à CONTRATADA;
VII – adotar todas as medidas necessárias para impedir a ampliação dos prejuízos e mitigar os efeitos de qualquer evento danoso;
VIII – manter a CONTRATANTE indene de reclamações, ações, cobranças ou pretensões de terceiros relacionadas a fatos imputáveis à CONTRATADA.

A responsabilidade civil da CONTRATADA abrangerá tanto os danos emergentes quanto os lucros cessantes, quando comprovados, sem prejuízo da incidência dos arts. 186, 187, 389, 402, 403, 927 e demais dispositivos pertinentes do Código Civil.

A CONTRATANTE poderá promover a retenção ou compensação de créditos líquidos e certos devidos à CONTRATADA para ressarcimento de danos regularmente apurados, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do saldo remanescente.

A responsabilização prevista nesta cláusula não afastará a aplicação das sanções administrativas cabíveis nem eventual responsabilização penal, ambiental, tributária ou por atos de improbidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o contratado responde pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização administrativa exclua ou reduza essa responsabilidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA
DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por todas as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação, remuneração, direção, supervisão e desligamento de seus empregados, prepostos ou colaboradores empregados na execução deste Contrato, inexistindo entre tais pessoas e a CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício, funcional ou de subordinação jurídica.

Constituem obrigações exclusivas da CONTRATADA:
I – cumprir integralmente a Consolidação das Leis do Trabalho, convenções coletivas, acordos coletivos, sentenças normativas e demais normas de proteção ao trabalho;
II – efetuar pontualmente o pagamento de salários, adicionais, gratificações, horas extraordinárias, férias, décimo terceiro salário, aviso-prévio e demais verbas trabalhistas;
III – observar as normas relativas à jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, intervalos, saúde, higiene e segurança ocupacional;
IV – fornecer, quando necessário, equipamentos de proteção individual e coletiva adequados aos riscos da atividade;
V – manter registros funcionais, folhas de pagamento, controles de jornada e demais documentos legalmente exigidos;
VI – arcar com indenizações, despesas processuais, honorários, multas e condenações decorrentes de demandas trabalhistas relacionadas a seus empregados ou prepostos;
VII – substituir prontamente qualquer profissional cuja atuação comprometa a segurança, a regularidade ou a adequada execução do objeto, sem que isso importe ingerência da Administração na gestão de pessoal da empresa;
VIII – impedir a utilização de trabalho infantil, forçado, degradante ou em condições análogas à escravidão, observando os direitos fundamentais sociais e laborais previstos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas não transferirá automaticamente à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens adquiridos, ressalvadas as hipóteses de responsabilização expressamente previstas em lei e reconhecidas por decisão da autoridade competente.

Considerando que o objeto deste Contrato consiste no fornecimento de bens permanentes mediante entrega única, não se presume a incidência do regime jurídico específico aplicável aos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, devendo eventual responsabilização da Administração observar estritamente a natureza efetiva da contratação e os requisitos legais pertinentes.

A CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE indene de quaisquer reclamações trabalhistas relativas a seus empregados, representantes ou prepostos, obrigando-se a adotar as medidas processuais cabíveis e a ressarcir eventuais valores que venham a ser suportados pela Administração em razão de fato que lhe seja imputável.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA
DA RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelo cumprimento das obrigações previdenciárias principais e acessórias decorrentes de sua atividade empresarial e das relações de trabalho mantidas com seus empregados, prepostos ou colaboradores, inclusive quanto à inscrição, arrecadação, retenção, declaração e recolhimento das contribuições legalmente exigíveis.

Compete à CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações:
I – promover o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas;
II – cumprir as obrigações relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
III – apresentar declarações, informações e documentos exigidos pelos órgãos de fiscalização;
IV – manter atualizados os registros previdenciários de seus empregados;
V – responder por multas, juros, autuações, cobranças e demais encargos decorrentes de inadimplemento previdenciário;
VI – observar a legislação relativa à segurança e saúde do trabalho e ao financiamento dos riscos ambientais laborais;
VII – fornecer à Administração, quando legalmente exigível, documentos comprobatórios da regularidade previdenciária.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos previdenciários não transferirá à CONTRATANTE o dever de pagamento, ressalvadas exclusivamente as hipóteses em que a legislação atribua responsabilidade específica ao tomador ou adquirente, cuja incidência dependerá da efetiva configuração dos respectivos pressupostos legais.

Eventuais retenções previdenciárias somente serão realizadas pela CONTRATANTE quando expressamente exigidas pela legislação aplicável à natureza da operação, não se admitindo retenção fundada em presunção incompatível com o objeto efetivamente contratado.

A CONTRATADA deverá ressarcir a Administração por qualquer valor que esta venha a desembolsar em virtude de autuação, condenação ou cobrança previdenciária decorrente de descumprimento imputável à contratada, assegurado o devido processo administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA
DA RESPONSABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA

A CONTRATADA será exclusiva responsável pela apuração, declaração e recolhimento de todos os tributos, taxas, contribuições, encargos fiscais e obrigações acessórias decorrentes de sua atividade empresarial, da emissão de documentos fiscais, da circulação, comercialização, transporte e fornecimento dos bens objeto deste Contrato.

A responsabilidade fiscal da CONTRATADA compreenderá, especialmente:
I – emissão regular e tempestiva da Nota Fiscal correspondente aos bens efetivamente fornecidos;
II – correta indicação da natureza da operação, do código fiscal, da base de cálculo, das alíquotas e dos tributos incidentes;
III – recolhimento dos tributos devidos nas esferas federal, estadual e municipal;
IV – manutenção da regularidade fiscal durante toda a vigência contratual;
V – apresentação das certidões e documentos exigidos pela Administração;
VI – observância do regime tributário ao qual se encontre submetida;
VII – comunicação imediata de qualquer alteração cadastral ou tributária que possa repercutir sobre a execução contratual;
VIII – responsabilização por autuações, penalidades, juros ou acréscimos decorrentes de erro, omissão, inexatidão ou irregularidade fiscal de sua autoria.

Os preços contratados considerar-se-ão inclusivos de todos os tributos, encargos, fretes, seguros, despesas operacionais e demais custos necessários ao integral adimplemento do objeto, não sendo admitida cobrança adicional fundada em obrigação tributária ordinariamente previsível à época da apresentação da proposta.

As retenções tributárias efetuadas pela CONTRATANTE na qualidade de fonte pagadora não afastam a responsabilidade da CONTRATADA pela correta apuração e quitação dos tributos de sua titularidade.

A CONTRATADA deverá comprovar, previamente ao pagamento, eventual imunidade, isenção, não incidência, suspensão ou benefício fiscal que pretenda invocar, mediante documentação válida e atualizada, sob pena de serem realizadas as retenções legalmente exigíveis.

O art. 121 da Lei nº 14.133/2021 atribui ao contratado a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA
DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá executar o objeto em estrita conformidade com a legislação ambiental vigente, observando os deveres de prevenção, precaução, sustentabilidade, redução de impactos, uso racional de recursos naturais, gestão adequada de resíduos e destinação ambientalmente correta de materiais, embalagens e componentes.

A obrigação ambiental da CONTRATADA abrangerá todas as etapas sob sua responsabilidade, incluindo fabricação, aquisição, acondicionamento, transporte, entrega, instalação, assistência técnica, recolhimento e destinação final de resíduos ou componentes sujeitos a sistema de logística reversa.

Compete à CONTRATADA:
I – fornecer bens produzidos e comercializados em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;
II – utilizar embalagens adequadas, preferencialmente recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente possível;
III – evitar desperdício de materiais e geração desnecessária de resíduos;
IV – assegurar a adequada coleta, segregação, transporte, armazenamento, tratamento e destinação de resíduos decorrentes de suas atividades;
V – cumprir as obrigações de logística reversa aplicáveis a pilhas, baterias, equipamentos eletroeletrônicos, componentes, acessórios e embalagens;
VI – recolher produtos, peças ou componentes substituídos quando a legislação ou o sistema de logística reversa assim exigir;
VII – manter licenças, autorizações, registros e certificações ambientais exigíveis à sua atividade;
VIII – impedir a utilização de matérias-primas, substâncias ou processos vedados pela legislação;
IX – comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência ambiental relevante relacionada à execução contratual;
X – promover, às suas expensas, a reparação integral de danos ambientais decorrentes de conduta que lhe seja imputável.

A CONTRATADA responderá, independentemente da aplicação de sanções administrativas ou penais, pela reparação integral dos danos ambientais que causar, inclusive mediante recuperação da área degradada, compensação ambiental, ressarcimento de despesas emergenciais e cumprimento das demais obrigações impostas pelos órgãos competentes.

A responsabilidade ambiental não será afastada pelo recebimento dos bens, pelo pagamento, pela fiscalização administrativa ou pelo encerramento do contrato, subsistindo enquanto não forem integralmente reparados os danos ou cumpridas as obrigações ambientais remanescentes.

A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação de comprovantes de destinação ambientalmente adequada, certificados de recolhimento, documentos de logística reversa ou outras evidências necessárias à verificação do cumprimento das obrigações ambientais.

As obrigações previstas nesta cláusula fundamentam-se no art. 225 da Constituição Federal, na Lei nº 6.938/1981, na Lei nº 9.605/1998, na Lei nº 12.305/2010 e em seus regulamentos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e disciplina mecanismos de logística reversa.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º A responsabilidade da CONTRATADA pelas obrigações previstas neste Capítulo será integral e subsistirá durante a vigência do contrato e, quando a natureza da obrigação assim exigir, após sua extinção, especialmente quanto a vícios ocultos, garantias, indenizações, obrigações tributárias, demandas trabalhistas, contribuições previdenciárias e danos ambientais.

§ 2º O acompanhamento, a fiscalização, o atesto, o recebimento provisório ou definitivo e o pagamento do objeto não implicam aceitação de irregularidades, renúncia de direitos, novação ou exoneração da CONTRATADA.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato capaz de gerar responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, fiscal ou ambiental, apresentando relatório circunstanciado, documentação comprobatória e plano de ação destinado à contenção e correção da irregularidade.

§ 4º A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, documentos destinados à comprovação do cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo, desde que a exigência seja pertinente ao objeto, proporcional ao risco e amparada pela legislação ou pelos instrumentos da contratação.

§ 5º O inadimplemento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual e poderá ensejar notificação, glosa, retenção cautelar nos limites legais, aplicação de multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade, extinção do contrato e responsabilização judicial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º A imputação de responsabilidade observará a efetiva participação da CONTRATADA no evento, o nexo causal, a natureza da

obrigação, a extensão do dano e os excludentes legalmente admitidos, vedada a imposição automática de encargos desvinculados da execução contratual.

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com os arts. 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021, com os arts. 186, 187, 389, 402, 403 e 927 do Código Civil, com a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e ambiental aplicável e com os princípios da legalidade, prevenção, reparação integral, boa-fé objetiva, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XIII
DA ANTICORRUPÇÃO, DA INTEGRIDADE, DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA TRANSPARÊNCIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA
DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À CORRUPÇÃO

A CONTRATADA declara conhecer e obriga-se a observar, durante toda a formação, execução e encerramento do presente Contrato Administrativo, as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 8.429/1992, do Decreto Federal nº 11.129/2022, no que couber, bem como as demais normas federais, estaduais e municipais destinadas à prevenção e repressão de atos de corrupção, fraude, conluio, improbidade, conflito de interesses e lesão ao patrimônio público.

A responsabilidade administrativa e civil da pessoa jurídica pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública será apurada na forma da Lei nº 12.846/2013, que estabelece regime de responsabilização objetiva, sem prejuízo da responsabilização individual de dirigentes, administradores, empregados, representantes, prepostos ou terceiros que tenham participado do ilícito.

A CONTRATADA obriga-se a conduzir suas atividades com estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, lealdade contratual, transparência, livre concorrência e proteção do patrimônio público, abstendo-se de praticar, autorizar, prometer, oferecer, financiar, custear, patrocinar, subvencionar ou tolerar, direta ou indiretamente, qualquer ato ilícito relacionado à contratação.

Para os fins deste Contrato, fica expressamente vedado à CONTRATADA, aos seus sócios, administradores, empregados, representantes, prepostos, fornecedores ou terceiros que atuem em seu interesse ou benefício:
I – prometer, oferecer ou conceder vantagem indevida a agente público, servidor, empregado público, autoridade, ocupante de cargo político ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II – financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática de atos ilícitos contra a Administração Pública;
III – utilizar pessoa física ou jurídica interposta com a finalidade de ocultar ou dissimular interesses, beneficiários, identidade dos envolvidos ou a origem e destinação de recursos;
IV – frustrar, fraudar, manipular ou comprometer o caráter competitivo do procedimento licitatório que originou este Contrato;
V – ajustar, combinar ou coordenar preços, propostas, condições de participação ou comportamentos concorrenciais com outros licitantes ou fornecedores;
VI – afastar ou tentar afastar concorrente mediante fraude, ameaça, violência, oferecimento de vantagem ou qualquer expediente ilícito;
VII – obter vantagem ou benefício indevido mediante alteração, prorrogação, pagamento, recebimento, fiscalização ou extinção fraudulenta do Contrato;
VIII – manipular, fraudar ou apresentar informações inexatas em medições, documentos fiscais, relatórios, declarações, certidões, comprovantes de entrega ou documentos de habilitação;
IX – dificultar atividade de investigação, auditoria, controle ou fiscalização promovida pela Administração, pelos órgãos de controle interno ou externo ou pelas autoridades competentes;
X – oferecer presentes, hospitalidades, viagens, entretenimento, contribuições, favores, doações ou quaisquer benefícios com o propósito de influenciar decisão de agente público;
XI – praticar ato que configure tráfico de influência, corrupção ativa, fraude contratual, lavagem de dinheiro, falsidade documental ou qualquer outro ilícito contra a Administração Pública;
XII – omitir deliberadamente fatos relevantes, vínculos pessoais, societários ou econômicos capazes de caracterizar conflito de interesses ou comprometer a imparcialidade da contratação;
XIII – retaliar, intimidar, constranger ou prejudicar pessoa que, de boa-fé, comunique suspeita de fraude, corrupção ou irregularidade relacionada ao presente Contrato;
XIV – praticar qualquer dos atos lesivos tipificados no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 ou qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, de maneira imediata e suficientemente documentada, qualquer solicitação, exigência, promessa, tentativa ou ocorrência de vantagem indevida, fraude, conflito de interesses ou outra irregularidade de que tenha conhecimento e que guarde relação direta ou indireta com a contratação.

A comunicação de boa-fé não afastará a obrigação de cooperação com a apuração, mas será considerada pela Administração na avaliação da conduta, especialmente quanto à colaboração, às providências de remediação e à efetividade dos mecanismos internos de integridade adotados.

A constatação de indícios de ato lesivo determinará o encaminhamento dos fatos à autoridade competente para instauração do procedimento administrativo pertinente, sem prejuízo da adoção de medidas cautelares, da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, da responsabilização prevista na Lei nº 12.846/2013, da reparação integral do dano e da comunicação aos órgãos de controle, ao Ministério Público e às autoridades policiais, quando cabível.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA
DA INTEGRIDADE E DOS MECANISMOS DE CONFORMIDADE

A CONTRATADA deverá adotar padrões de ética, integridade, governança e conformidade compatíveis com seu porte, estrutura, ramo de atividade, riscos operacionais e grau de interação com o Poder Público, mantendo mecanismos razoáveis e efetivos destinados à prevenção, detecção, interrupção e remediação de fraudes, desvios, irregularidades e atos ilícitos.

Para os fins deste Contrato, compreende-se programa de integridade como o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia, aplicação de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes destinados a prevenir, detectar e sanar fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, além de fomentar e manter uma cultura organizacional de integridade. Tal concepção encontra fundamento nos arts. 56 e 57 do Decreto Federal nº 11.129/2022.

Sem prejuízo da proporcionalidade e da compatibilidade com o porte empresarial, a CONTRATADA deverá:
I – manter o comprometimento de sua alta direção com padrões éticos e com o cumprimento da legislação;
II – adotar código de ética, código de conduta ou regras internas equivalentes aplicáveis aos administradores, empregados, representantes e terceiros;
III – estabelecer políticas de prevenção a fraude, corrupção, conflito de interesses, favorecimento indevido e utilização irregular de informações;
IV – promover orientação e treinamento periódico dos agentes envolvidos em contratações públicas, quando compatível com a estrutura da empresa;
V – realizar avaliação de riscos relacionados à interação com agentes públicos e à execução de contratos administrativos;
VI – manter registros contábeis completos, precisos, íntegros e compatíveis com as operações efetivamente realizadas;
VII – implementar controles internos destinados a assegurar a confiabilidade de documentos, propostas, notas fiscais, comprovantes, relatórios e informações encaminhadas à Administração;

VIII – adotar procedimentos de diligência para contratação e supervisão de representantes, fornecedores, distribuidores, transportadores e demais terceiros vinculados à execução contratual;
IX – manter canal ou meio adequado para o recebimento de comunicações de irregularidades, assegurada, quando possível, a confidencialidade do denunciante de boa-fé;
X – impedir e reprimir atos de retaliação contra denunciantes, testemunhas ou colaboradores de investigações;
XI – instaurar procedimentos internos de apuração e aplicar medidas disciplinares proporcionais às infrações verificadas;
XII – interromper prontamente práticas ilícitas identificadas e adotar medidas destinadas à reparação de seus efeitos;
XIII – cooperar com investigações e auditorias legitimamente instauradas;
XIV – proceder ao monitoramento contínuo e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de integridade existentes;
XV – preservar documentos e evidências relacionados à execução contratual pelo prazo legal aplicável.

A exigência de programa de integridade como obrigação legal específica deverá observar os pressupostos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às contratações de grande vulto, bem como eventual regulamentação aplicável ao Município de Rio Crespo. O Decreto Federal nº 12.304/2024 regulamenta essa matéria diretamente no âmbito da Administração Pública federal e poderá servir como referência técnica, sem substituir eventual disciplina municipal própria.

A inexistência de obrigação legal de implantação de programa formal, em razão do valor ou da natureza desta contratação, não exonera a CONTRATADA do cumprimento das normas anticorrupção, dos deveres de probidade, boa-fé, transparência, cooperação e prevenção de ilícitos estabelecidos neste Contrato.

A CONTRATANTE poderá solicitar documentos estritamente necessários à verificação do cumprimento das obrigações de integridade, preservados os segredos comercial, industrial e empresarial e observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, finalidade e segurança da informação.

A apresentação de documentos relacionados à integridade não impede a Administração de avaliar a efetividade material das medidas adotadas, sendo insuficiente a mera existência formal de códigos, políticas ou declarações destituídos de aplicação concreta.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes comprometem-se a observar integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, bem como os atos normativos expedidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD e as demais normas aplicáveis à privacidade, segurança da informação e proteção de dados pessoais.

A LGPD incide sobre o tratamento de dados pessoais realizado por pessoas jurídicas de direito público e privado e tem por finalidade proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O tratamento de dados pessoais relacionado a este Contrato deverá observar os princípios previstos no art. 6º da LGPD, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Cada parte será considerada agente de tratamento relativamente às operações sobre as quais detenha poder decisório próprio. A CONTRATADA atuará como operadora apenas quando realizar tratamento de dados pessoais em nome da CONTRATANTE e segundo instruções lícitas, documentadas e compatíveis com as finalidades públicas da contratação, sem prejuízo da classificação jurídica decorrente das atividades efetivamente desempenhadas.

Considerando que o objeto contratual consiste no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, mediante entrega única, o acesso da CONTRATADA a dados pessoais deverá limitar-se ao mínimo estritamente necessário à identificação dos responsáveis pelo recebimento, faturamento, comunicação institucional, fiscalização e execução das obrigações de garantia.

A CONTRATADA obriga-se a:
I – tratar dados pessoais exclusivamente para finalidades legítimas, específicas, explícitas e relacionadas à execução deste Contrato;
II – abster-se de utilizar os dados para publicidade, prospecção comercial, criação de perfis, compartilhamento indevido ou qualquer finalidade estranha à contratação;
III – limitar o tratamento ao mínimo de dados necessário ao cumprimento das obrigações contratuais e legais;
IV – assegurar que somente pessoas autorizadas, treinadas e sujeitas a deveres de confidencialidade tenham acesso aos dados;
V – adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação, difusão ou qualquer tratamento inadequado ou ilícito;
VI – manter registros das operações de tratamento realizadas em nome da CONTRATANTE quando legalmente exigíveis;
VII – não compartilhar, transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem fundamento jurídico, necessidade operacional e prévia autorização da CONTRATANTE, quando esta for exigível;
VIII – exigir de terceiros autorizados o cumprimento de obrigações de proteção de dados equivalentes às previstas neste Contrato;

IX – prestar apoio à CONTRATANTE no atendimento de solicitações dos titulares e de determinações da ANPD;
X – corrigir, atualizar, anonimizar, bloquear ou eliminar dados quando determinado pela CONTRATANTE ou exigido pela legislação;
XI – não realizar transferência internacional de dados sem prévia análise de conformidade e atendimento aos requisitos da LGPD;
XII – comunicar imediatamente qualquer suspeita ou confirmação de incidente de segurança;
XIII – cooperar com a investigação, contenção, avaliação e remediação de incidentes;
XIV – manter sigilo sobre os dados e informações acessados, inclusive após a extinção do vínculo contratual;
XV – eliminar ou devolver os dados ao término do tratamento, ressalvadas as hipóteses de conservação legalmente autorizadas.

A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado de sua ciência, sem prejuízo de prazo menor estabelecido em ato normativo, determinação administrativa ou avaliação de risco.

A comunicação deverá conter, sempre que disponíveis:
I – descrição da natureza e das circunstâncias do incidente;
II – data e horário da ocorrência e de sua detecção;
III – categorias e quantidade estimada de titulares afetados;
IV – categorias e volume aproximado de dados envolvidos;
V – consequências prováveis do incidente;
VI – medidas técnicas e administrativas já adotadas;
VII – plano de contenção, remediação e prevenção de reincidência;
VIII – identificação do responsável pelo acompanhamento do incidente.

A CONTRATADA não realizará comunicação pública ou diretamente aos titulares sobre incidente relacionado a tratamento executado em nome da CONTRATANTE sem prévia articulação com esta, ressalvada determinação legal ou de autoridade competente.

O dever de comunicação interna previsto nesta cláusula não se confunde com o prazo e os procedimentos de comunicação à ANPD e aos titulares, os quais serão definidos conforme a legislação, a regulamentação vigente, a natureza dos dados e a avaliação concreta dos riscos.

Quando a CONTRATADA atuar como operadora, deverá seguir as instruções da CONTRATANTE e comunicar imediatamente caso considere que determinada orientação viola a LGPD ou outra norma

de proteção de dados, abstendo-se de executar instrução manifestamente ilícita.

A CONTRATADA será responsável pelos danos decorrentes de tratamento realizado em desacordo com a legislação, com este Contrato ou com as instruções lícitas da CONTRATANTE, observados os pressupostos de responsabilização estabelecidos na LGPD e o direito de regresso entre os responsáveis.

A responsabilização por infração à legislação de proteção de dados não afastará a aplicação das sanções contratuais, administrativas, civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA
DA CONFIDENCIALIDADE E DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CONTRATADA deverá preservar a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade das informações a que tiver acesso em razão deste Contrato, independentemente do suporte físico ou digital em que estejam armazenadas.

Consideram-se informações protegidas, para os fins desta cláusula, aquelas identificadas como sigilosas ou cujo caráter reservado decorra da legislação, de sua natureza, da presença de dados pessoais, de segredo comercial ou industrial, de credenciais de acesso, de controles de segurança ou da necessidade de proteção do interesse público.

A CONTRATADA obriga-se a:
I – utilizar as informações exclusivamente para a execução contratual;
II – restringir o acesso às pessoas que efetivamente necessitem conhecê-las;
III – impedir cópia, extração, reprodução, divulgação ou compartilhamento não autorizado;
IV – proteger senhas, chaves de acesso, documentos fiscais, informações cadastrais e dados institucionais;
V – implementar controles de acesso compatíveis com os riscos;
VI – assegurar a rastreabilidade das operações relevantes, quando tecnicamente aplicável;
VII – comunicar perda, acesso indevido, vazamento ou comprometimento de informação;
VIII – restituir ou eliminar documentos e dados ao término da finalidade contratual, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
IX – exigir de seus empregados, representantes e terceiros compromissos equivalentes de confidencialidade;
X – preservar o dever de sigilo mesmo após a extinção do Contrato.

Não serão consideradas confidenciais as informações que:
I – sejam legitimamente públicas;
II – já fossem comprovadamente conhecidas pela parte receptora sem obrigação de sigilo;
III – tenham sido obtidas licitamente de terceiro não sujeito a dever de confidencialidade;
IV – devam ser divulgadas por força de lei, decisão judicial ou determinação de autoridade competente.

Na hipótese de determinação legal de divulgação de informação protegida, a parte obrigada, quando juridicamente possível, comunicará previamente a outra parte, limitando a revelação ao conteúdo estritamente exigido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA
DA TRANSPARÊNCIA, DA PUBLICIDADE E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A execução deste Contrato submete-se aos princípios constitucionais da publicidade, transparência, prestação de contas, controle social e acesso à informação, observados o art. 37 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação, a Lei Federal nº 14.133/2021 e as normas municipais aplicáveis.

A Lei de Acesso à Informação disciplina os procedimentos a serem observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para assegurar o acesso a informações públicas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e de proteção de dados pessoais.

A CONTRATADA reconhece que poderão ser objeto de publicidade, entre outras informações:
I – o inteiro teor deste Contrato e de seus termos aditivos;
II – a identificação das partes;
III – o objeto, o valor, a vigência e as condições de execução;
IV – os empenhos, pagamentos, recebimentos e demais informações da execução financeira;
V – os relatórios de fiscalização e de acompanhamento contratual;
VI – os atos de alteração, suspensão, extinção ou prorrogação;
VII – as sanções administrativas eventualmente aplicadas;
VIII – os demais documentos cuja divulgação seja exigida pela legislação.

A divulgação do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP constitui condição de eficácia nas hipóteses e prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da publicação no portal oficial do Município e em outros meios legalmente exigidos.

A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, de forma tempestiva, completa, verdadeira e em formato acessível, os documentos e informações necessários ao cumprimento das obrigações legais de publicidade, transparência, controle e prestação de contas.

O dever de transparência não autoriza a divulgação indiscriminada de:
I – dados pessoais não necessários à finalidade pública;
II – dados pessoais sensíveis;
III – informações protegidas por sigilo legal;
IV – segredos industrial, comercial ou empresarial legitimamente comprovados;
V – credenciais, senhas, chaves criptográficas ou informações capazes de comprometer a segurança de sistemas;
VI – informações cuja restrição de acesso esteja regularmente fundamentada.

Eventual alegação de sigilo comercial ou empresarial deverá ser apresentada pela CONTRATADA de forma específica, motivada e acompanhada de elementos que demonstrem a necessidade de proteção, não sendo admitida classificação genérica de documentos ou informações como confidenciais.

Caberá à CONTRATANTE decidir sobre pedidos de acesso à informação, classificação de sigilo, proteção de dados e divulgação de documentos, nos termos da legislação aplicável, não vinculando a Administração a declaração unilateral de confidencialidade formulada pela CONTRATADA.

Sempre que possível, a Administração promoverá a transparência mediante anonimização, tarjamento, ocultação parcial ou disponibilização de versão pública do documento, preservando somente os trechos efetivamente protegidos e assegurando acesso ao conteúdo remanescente.

A CONTRATADA deverá colaborar com os órgãos de controle interno e externo, fornecendo documentos e esclarecimentos relacionados à execução contratual, ressalvadas as garantias processuais e os sigilos expressamente protegidos por lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA
DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E DAS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS

O descumprimento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual e poderá ensejar, conforme a gravidade da conduta e mediante processo administrativo regular:
I – emissão de determinação corretiva;
II – advertência;
III – aplicação de multa;
IV – glosa ou retenção de valores, nos limites legalmente admitidos;

V – suspensão de acessos, credenciais ou compartilhamentos de dados;
VI – substituição de empregado, representante, preposto ou terceiro envolvido;
VII – comunicação aos órgãos de controle e às autoridades competentes;
VIII – impedimento de licitar e contratar;
IX – declaração de inidoneidade;
X – extinção unilateral do contrato;
XI – reparação integral dos danos causados;
XII – responsabilização nos termos da Lei nº 12.846/2013, da LGPD e das demais normas aplicáveis.

Na definição da medida administrativa serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração;
II – a extensão do dano ou do risco causado;
III – a vantagem auferida ou pretendida;
IV – o grau de participação da CONTRATADA;
V – a existência e a efetividade dos mecanismos de integridade;
VI – a pronta interrupção da irregularidade;
VII – a cooperação com a apuração;
VIII – a adoção de medidas de remediação;
IX – a reincidência;
X – as circunstâncias agravantes e atenuantes.

A adoção de medidas internas de integridade, comunicação espontânea, colaboração e reparação do dano não excluirá automaticamente a responsabilidade da CONTRATADA, mas poderá ser considerada na dosimetria das consequências administrativas, nos termos da legislação.

A CONTRATADA deverá preservar documentos, registros e evidências relevantes sempre que tomar conhecimento de investigação, auditoria, incidente de segurança, denúncia ou procedimento de responsabilização relacionado ao Contrato, ficando vedada sua destruição, adulteração, ocultação ou manipulação.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º As obrigações de anticorrupção, integridade, confidencialidade, proteção de dados e cooperação com os órgãos de controle permanecerão exigíveis durante toda a vigência do Contrato e, quando sua natureza assim determinar, após sua extinção.

§ 2º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo.

§ 3º A CONTRATADA responderá pelos atos praticados por seus administradores, empregados, representantes, prepostos e terceiros que atuem em seu nome, interesse ou benefício, observados os pressupostos e limites de cada regime legal de responsabilização.

§ 4º Nenhuma disposição deste Capítulo deverá ser interpretada como autorização para tratamento excessivo de dados pessoais, vigilância desproporcional, divulgação indevida de informações protegidas ou transferência à CONTRATADA de competências decisórias exclusivas da Administração Pública.

§ 5º As solicitações de documentos e informações formuladas pela CONTRATANTE deverão guardar pertinência com a execução contratual, a fiscalização, a proteção do patrimônio público, a prevenção de ilícitos ou o cumprimento de obrigação legal, observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção de dados pessoais.

§ 6º As medidas sancionatórias ou restritivas dependerão de decisão motivada e da observância do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, da proporcionalidade e da individualização da responsabilidade, ressalvadas as providências cautelares urgentes necessárias à contenção de dano grave ou risco iminente.

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com a Constituição Federal, com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a Lei Federal nº 12.846/2013, com o Decreto Federal nº 11.129/2022, com a Lei Federal nº 13.709/2018, com a Lei Federal nº 12.527/2011, com a Lei Federal nº 8.429/1992 e com os regulamentos municipais aplicáveis, prevalecendo sempre a norma cogente e a disciplina específica vigente ao tempo da execução contratual.

CAPÍTULO XIV
DA DISPENSA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DOS PRODUTOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA
DA DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, com entrega única, bem como a avaliação administrativa dos riscos inerentes à contratação, fica dispensada a prestação de garantia de execução contratual pela CONTRATADA, não sendo exigida caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A dispensa ora estabelecida fundamenta-se no caráter facultativo da garantia prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual a Administração poderá, mediante previsão no edital e a seu critério, exigir garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. A ausência de exigência deverá guardar coerência com o planejamento da contratação, a matriz de riscos, quando existente, a complexidade do objeto, o vulto econômico do ajuste e a suficiência dos demais mecanismos de controle contratual.

A dispensa da garantia de execução não representa renúncia, limitação ou redução das prerrogativas da Administração Pública, tampouco exonera a CONTRATADA do cumprimento integral das obrigações assumidas, permanecendo-lhe atribuída responsabilidade plena:
I – pela execução tempestiva e adequada do objeto;
II – pela conformidade quantitativa e qualitativa dos bens entregues;
III – pela observância das especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e deste Contrato;
IV – pela substituição, reparação ou correção dos produtos recusados ou defeituosos;
V – pelos vícios aparentes ou ocultos identificados nos produtos;
VI – pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros;
VII – pelo pagamento das multas e demais sanções regularmente aplicadas;
VIII – pelo ressarcimento integral de danos causados ao erário;
IX – pelo cumprimento da garantia mínima dos produtos;
X – pelas demais obrigações legais, regulamentares e contratuais.

A inexistência de garantia de execução não impedirá a CONTRATANTE de promover, observados o contraditório e a ampla defesa:
I – glosas sobre valores indevidamente faturados;
II – descontos de multas nos créditos devidos à CONTRATADA;
III – compensação administrativa de créditos líquidos e certos, quando juridicamente admissível;
IV – cobrança administrativa ou judicial de prejuízos;
V – inscrição de débitos em dívida ativa, quando cabível;
VI – aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021;
VII – extinção do contrato nas hipóteses legalmente previstas;
VIII – adoção das demais medidas necessárias à tutela do patrimônio público.

§ 1º A dispensa prevista nesta cláusula restringe-se exclusivamente à garantia de execução do contrato administrativo, disciplinada pelos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, não se confundindo com:
I – a garantia legal dos produtos;
II – a garantia contratual ou comercial fornecida pelo fabricante ou fornecedor;
III – a garantia mínima de 12 (doze) meses prevista no Termo de Referência;
IV – a responsabilidade por vícios de qualidade, quantidade, fabricação, acondicionamento, transporte ou funcionamento;

V – a responsabilidade civil pelos danos decorrentes da execução contratual.

§ 2º A dispensa da garantia de execução decorre de opção administrativa vinculada às condições desta contratação e não constitui precedente obrigatório para futuras aquisições, cuja necessidade de garantia deverá ser avaliada individualmente no respectivo planejamento.

§ 3º A Administração poderá exigir, para a celebração de eventual alteração contratual, documentos, compromissos ou medidas de mitigação compatíveis com os novos riscos introduzidos, desde que juridicamente admissíveis, previamente motivados e sem alteração indevida das condições originárias da licitação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA
DA GARANTIA MÍNIMA DOS PRODUTOS

Sem prejuízo da dispensa da garantia de execução prevista na cláusula anterior, a CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os produtos fornecidos, contada da data do respectivo recebimento definitivo pela CONTRATANTE, ou por prazo superior oferecido pelo fabricante, pela CONTRATADA ou constante da proposta vencedora, hipótese em que prevalecerá o período mais benéfico à Administração.

A garantia mínima estabelecida nesta cláusula integra as obrigações essenciais da contratação e abrange a plena adequação, qualidade, durabilidade, segurança, funcionalidade e compatibilidade dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos adquiridos.

A garantia deverá compreender, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE:
I – diagnóstico de falhas, defeitos ou vícios;
II – assistência técnica necessária à solução da irregularidade;
III – fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios indispensáveis ao reparo;
IV – mão de obra especializada;
V – desmontagem e remontagem, quando necessárias;
VI – coleta, retirada, transporte, remessa e devolução dos produtos;
VII – substituição de peças defeituosas;
VIII – substituição integral do produto, quando o reparo não for tecnicamente viável ou não restabelecer sua plena funcionalidade;
IX – atualização ou reinstalação de software embarcado, quando integrante do equipamento;
X – testes de funcionamento após a intervenção;
XI – emissão de relatório técnico contendo a identificação do defeito, as providências adotadas e o resultado do atendimento;
XII – demais custos direta ou indiretamente relacionados ao cumprimento da garantia.

A CONTRATADA será responsável pelo atendimento da garantia perante a CONTRATANTE, ainda que o produto tenha sido fabricado, importado, distribuído ou assistido tecnicamente por terceiro, não podendo invocar limitações decorrentes de sua relação comercial com fabricante, representante, distribuidor ou assistência técnica para retardar ou recusar o cumprimento das obrigações assumidas.

A garantia prevista neste Contrato é complementar às garantias decorrentes da legislação aplicável e não poderá ser interpretada como limitação ou exclusão da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos de fabricação, inadequação do produto ou danos causados à Administração.

Quando juridicamente incidente, a garantia contratual ou comercial será complementar à garantia legal e deverá ser formalizada por escrito, em consonância com o art. 50 da Lei Federal nº 8.078/1990.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA
DO TERMO INICIAL E DA EXTENSÃO DA GARANTIA

O prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses terá início na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo de eventual prazo mais amplo estabelecido pelo fabricante, pela legislação aplicável, pela proposta apresentada ou por documento próprio de garantia.

O recebimento provisório dos bens não dará início à contagem da garantia contratual mínima, uma vez que esse ato possui natureza precária e se destina à verificação inicial da conformidade do fornecimento.

Caso o recebimento definitivo seja retardado por fato imputável exclusivamente à CONTRATANTE, após comprovada a plena conformidade dos bens e a inexistência de pendências atribuíveis à CONTRATADA, o termo inicial poderá ser ajustado mediante decisão expressamente motivada do gestor do contrato, vedada a imposição de ônus desproporcional ao fornecedor.

Na hipótese de substituição integral do produto durante o período de garantia, iniciar-se-á novo prazo mínimo de 12 (doze) meses para o bem substituto, contado de sua aceitação definitiva, salvo se o prazo remanescente da garantia original ou a garantia do fabricante for mais favorável à Administração.

Quando houver substituição de peça, componente ou acessório essencial, a garantia correspondente será reiniciada relativamente ao item substituído, sem prejuízo do prazo aplicável ao restante do produto.

O período durante o qual o produto permanecer indisponível em razão de defeito coberto pela garantia não será computado em prejuízo da CONTRATANTE, ficando suspensa a contagem do prazo até a efetiva devolução do bem em plenas condições de uso.

A realização de reparo, substituição ou intervenção técnica não importará reconhecimento de uso inadequado pela CONTRATANTE, salvo se essa circunstância for demonstrada mediante laudo técnico circunstanciado, com indicação objetiva da causa do defeito e oportunidade de manifestação da Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA
DO ACIONAMENTO E DO ATENDIMENTO DA GARANTIA

A CONTRATANTE poderá acionar a garantia mediante comunicação escrita encaminhada à CONTRATADA por meio eletrônico, ofício, sistema administrativo ou outro canal formal indicado no contrato, contendo, sempre que possível:
I – identificação do produto;
II – número patrimonial ou número de série, quando existente;
III – descrição do defeito ou da irregularidade;
IV – local em que o bem se encontra;
V – registro fotográfico ou audiovisual, quando pertinente;
VI – indicação do responsável pelo acompanhamento do atendimento.

A ausência de algum dos elementos previstos no caput não autorizará a recusa automática do atendimento quando a irregularidade puder ser suficientemente identificada por outros meios.

Recebida a solicitação, a CONTRATADA deverá:
I – confirmar formalmente o recebimento da comunicação em até 01 (um) dia útil;
II – realizar a avaliação inicial e informar as providências que serão adotadas em até 02 (dois) dias úteis;
III – iniciar o atendimento técnico em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, salvo prazo inferior previsto na proposta, no Termo de Referência ou no documento de garantia;
IV – concluir o reparo ou promover a substituição do produto em até 20 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal, ressalvada situação excepcional tecnicamente comprovada e expressamente aceita pela CONTRATANTE.

Caso o reparo não seja concluído no prazo estipulado, a CONTRATADA deverá, a critério da Administração:
I – substituir imediatamente o produto por outro novo, de mesma marca e modelo ou de características superiores, desde que previamente aprovado pela fiscalização;

II – disponibilizar provisoriamente equipamento equivalente, quando necessário à continuidade das atividades administrativas;
III – apresentar plano de solução contendo justificativa técnica, prazo final e medidas de mitigação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

A substituição por produto de marca ou modelo diverso dependerá de prévia aprovação do Fiscal Técnico e somente será admitida quando o bem oferecido possuir qualidade, desempenho, garantia e especificações iguais ou superiores às originalmente contratadas, sem qualquer acréscimo de preço.

Os produtos encaminhados para reparo deverão ser adequadamente identificados, acondicionados, transportados e protegidos contra danos, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA desde sua retirada até a devolução e aceitação pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá entregar comprovante de retirada e de devolução do produto, contendo, no mínimo:
I – descrição e identificação do bem;
II – número de série, quando existente;
III – estado aparente do produto;
IV – acessórios encaminhados conjuntamente;
V – data da retirada;
VI – identificação do responsável pelo transporte;
VII – providências executadas;
VIII – data da devolução.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA
DOS VÍCIOS, DEFEITOS E DA SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem constatados vícios, defeitos, incorreções, incompatibilidades ou inadequações decorrentes do fornecimento, fabricação, acondicionamento, transporte ou entrega.

Serão considerados inadequados, entre outros, os produtos que:
I – não correspondam às especificações técnicas contratadas;
II – apresentem falhas de funcionamento;
III – possuam componentes danificados, incompletos ou incompatíveis;
IV – apresentem sinais de uso anterior, recondicionamento ou remanufatura não autorizados;
V – não sejam novos e de primeiro uso;
VI – revelem qualidade, resistência, durabilidade ou desempenho inferiores aos exigidos;
VII – sejam entregues sem acessórios, manuais, certificados ou demais componentes obrigatórios;
VIII – apresentem defeitos estéticos relevantes que comprometam o uso, a conservação ou a apresentação institucional;
IX – estejam em desacordo com normas técnicas ou de segurança aplicáveis;
X – não possam ser regularmente utilizados para a finalidade administrativa prevista.

A substituição integral será obrigatória quando:
I – o defeito for insanável;
II – o reparo comprometer a qualidade, a segurança, a durabilidade ou o desempenho do produto;
III – houver reincidência do mesmo defeito após tentativa de reparo;
IV – o custo ou a complexidade do reparo demonstrarem sua inviabilidade;
V – o prazo de reparo ultrapassar o limite contratualmente estabelecido;
VI – a assistência técnica concluir pela inviabilidade da recuperação;
VII – a fiscalização constatar que o produto reparado não recuperou sua condição plena de funcionamento.

A aceitação de reparo não impedirá a posterior rejeição do produto caso o defeito persista, reapareça ou seja constatada perda de qualidade ou funcionalidade.

A CONTRATADA não poderá substituir peças originais por componentes usados, recondicionados, remanufaturados ou de qualidade inferior, salvo autorização expressa e tecnicamente motivada da CONTRATANTE em situação excepcional, sem prejuízo da manutenção integral da garantia.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA
DAS EXCLUSÕES DA GARANTIA

A exclusão da cobertura da garantia somente será admitida quando a CONTRATADA comprovar, por meio de laudo técnico detalhado, que o defeito decorreu exclusivamente de:
I – uso manifestamente incompatível com as instruções do fabricante;
II – intervenção técnica não autorizada realizada por terceiro;
III – dano intencional;
IV – acidente externo sem relação com vício do produto;
V – armazenamento em condições comprovadamente incompatíveis com as orientações técnicas previamente fornecidas;
VI – caso fortuito ou força maior sem relação com a qualidade ou segurança do produto.

O laudo técnico deverá conter:
I – identificação do profissional responsável;
II – qualificação técnica do subscritor;
III – descrição dos exames realizados;
IV – registros fotográficos, quando pertinentes;
V – indicação precisa da causa do defeito;
VI – demonstração do nexo causal entre a conduta atribuída à CONTRATANTE e o dano verificado;
VII – fundamentação técnica para a exclusão pretendida.

A mera alegação de mau uso, desgaste natural, umidade, impacto, oscilação elétrica, armazenamento inadequado ou intervenção de terceiro não será suficiente para excluir a garantia sem comprovação técnica objetiva.

Não será considerada causa de exclusão o desgaste prematuro incompatível com a vida útil razoavelmente esperada, a fragilidade anormal, a ausência de instrução adequada de uso ou a deficiência de informações fornecidas pelo fabricante ou pela CONTRATADA.

Havendo controvérsia quanto à origem do defeito, a Administração poderá solicitar avaliação técnica complementar, diligência, perícia ou parecer especializado, permanecendo assegurados à CONTRATADA o contraditório e a apresentação de elementos técnicos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA DISPONIBILIDADE DE PEÇAS

Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar estrutura de atendimento suficiente para o cumprimento tempestivo das obrigações assumidas, diretamente ou por intermédio de rede de assistência técnica devidamente qualificada.

Quando o atendimento for realizado por assistência técnica autorizada, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a CONTRATANTE por:
I – agendamento;
II – acompanhamento do serviço;
III – observância dos prazos;
IV – qualidade dos reparos;
V – fornecimento de peças;
VI – transporte dos produtos;
VII – restituição do bem em perfeito estado;
VIII – solução definitiva da ocorrência.

A CONTRATADA deverá manter peças, componentes e acessórios necessários ao atendimento da garantia ou demonstrar capacidade de obtê-los em prazo compatível com as obrigações contratuais.

A interrupção da produção, importação, distribuição ou assistência técnica de determinado modelo não exonerará a CONTRATADA, que

deverá disponibilizar solução equivalente ou superior, previamente aprovada pela Administração.

Toda peça substituída deverá ser nova, original ou tecnicamente equivalente, plenamente compatível com o produto e acompanhada da correspondente garantia.

As peças defeituosas retiradas poderão ser recolhidas pela CONTRATADA, desde que a retirada seja registrada e não prejudique eventual análise técnica ou procedimento de responsabilização instaurado pela Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA
DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE GARANTIA

O descumprimento injustificado dos prazos ou das obrigações relacionadas à garantia dos produtos caracterizará inadimplemento contratual e sujeitará a CONTRATADA, mediante regular processo administrativo, às medidas e sanções previstas neste Contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE poderá:
I – estabelecer prazo final para cumprimento da obrigação;
II – determinar a substituição imediata do produto;
III – contratar terceiro para realizar o reparo, imputando à CONTRATADA os custos comprovadamente suportados, observadas as garantias processuais;
IV – descontar valores de créditos eventualmente existentes em favor da CONTRATADA, quando legalmente admissível;
V – promover cobrança administrativa ou judicial;
VI – exigir o ressarcimento das despesas de transporte, avaliação, reparo ou substituição;
VII – aplicar multa moratória ou compensatória;
VIII – considerar o inadimplemento para fins de avaliação do histórico de execução contratual;
IX – adotar as demais medidas necessárias à proteção do patrimônio público.

A execução do reparo por terceiro, quando determinada em razão da omissão da CONTRATADA, não extinguirá sua responsabilidade por outros vícios, defeitos ou obrigações abrangidos pela garantia.

O pagamento integral do preço, o recebimento definitivo, o encerramento da vigência ou a extinção do contrato não afastarão as obrigações de garantia cujo prazo ainda esteja em curso.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º A dispensa de garantia de execução contratual não poderá ser invocada pela CONTRATADA como fundamento para reduzir o padrão de diligência, qualidade, solvabilidade, capacidade operacional ou responsabilidade exigível na execução do objeto.

§ 2º A garantia mínima de 12 (doze) meses possui natureza de obrigação contratual autônoma e sobreviverá ao recebimento definitivo, ao pagamento e ao encerramento da vigência contratual pelo período necessário ao seu integral cumprimento.

§ 3º Os custos relacionados ao cumprimento da garantia consideram-se incluídos no preço contratado, sendo vedada a cobrança de taxas de visita, diagnóstico, deslocamento, coleta, transporte, mão de obra, peças ou quaisquer outros encargos.

§ 4º A CONTRATADA deverá entregar, juntamente com os produtos, os respectivos certificados, termos ou documentos de garantia, redigidos em língua portuguesa e contendo, no mínimo:
I – identificação do produto;
II – número de série, quando houver;
III – prazo de cobertura;
IV – condições de atendimento;
V – canais de comunicação;
VI – identificação do fabricante e da assistência técnica;
VII – hipóteses justificadas de exclusão;
VIII – procedimentos para acionamento.

§ 5º Eventual omissão, incompletude ou inconsistência do termo de garantia não afastará a responsabilidade da CONTRATADA nem reduzirá o prazo mínimo estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência.

§ 6º Em caso de divergência entre o prazo ou as condições de garantia constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta, do manual do fabricante, do certificado de garantia e deste Contrato, prevalecerá a condição mais favorável à CONTRATANTE, desde que compatível com a legislação e com a proposta regularmente aceita.

§ 7º Aplicam-se subsidiariamente às obrigações de garantia as disposições pertinentes do Código Civil e, quando juridicamente cabível à relação concreta, as normas da Lei Federal nº 8.078/1990, sem prejuízo do regime jurídico-administrativo estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas de maneira a preservar a utilidade, a durabilidade, a segurança e a plena funcionalidade dos bens adquiridos, bem como a continuidade das atividades da Banda Marcial e da Fanfarra Municipal, vedada qualquer interpretação que resulte em exoneração indevida da responsabilidade da CONTRATADA.

CAPÍTULO XV
DOS CASOS OMISSOS, DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA DO CONTRATO E DO FORO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA
DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, as dúvidas de interpretação e as controvérsias de natureza administrativa surgidas durante a execução deste Contrato serão solucionados pela CONTRATANTE mediante decisão expressamente motivada, observada a ordem jurídica aplicável às contratações públicas, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios constitucionais e administrativos, as disposições do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da proposta adjudicada e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório.

A solução dos casos omissos deverá observar, sucessivamente e conforme a pertinência da matéria:

I – as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente os princípios previstos em seus arts. 5º e 37;

II – as normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021;

III – as normas municipais regulamentadoras das licitações e dos contratos administrativos;

IV – as disposições do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA, da ata da sessão pública, dos esclarecimentos, das respostas às impugnações e dos demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026;

V – os princípios gerais dos contratos administrativos e do Direito Administrativo;

VI – a jurisprudência dos Tribunais Superiores e as orientações dos Tribunais de Contas, especialmente aquelas aplicáveis às contratações públicas municipais;

VII – as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000, quando relacionada a questão de natureza orçamentária ou financeira;

VIII – as disposições da Lei Federal nº 9.784/1999, como referência principiológica e procedimental, quando compatíveis com a autonomia municipal e inexistir norma local específica;

IX – as disposições do Código Civil e demais normas de direito privado, aplicadas subsidiariamente e somente quando compatíveis com o regime jurídico-administrativo;

X – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva e preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º A aplicação subsidiária de normas de direito privado não poderá afastar, restringir ou neutralizar as prerrogativas legalmente conferidas à Administração Pública, nem modificar a natureza administrativa do vínculo contratual.

§ 2º Nenhuma prática reiterada, tolerância, omissão fiscalizatória ou conduta informal das partes poderá ser interpretada como alteração tácita do Contrato, novação, renúncia de direitos, supressão de obrigações ou afastamento de exigência prevista na legislação ou nos instrumentos da contratação.

§ 3º A eventual tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de determinada obrigação não impedirá sua exigência posterior nem constituirá precedente vinculante para situações futuras.

§ 4º As decisões administrativas destinadas à solução de casos omissos deverão ser precedidas, sempre que necessário, de:
I – manifestação do Gestor do Contrato;
II – manifestação do Fiscal Técnico ou do Fiscal Administrativo, conforme a natureza da questão;
III – diligência destinada à complementação da instrução processual;
IV – oitiva da CONTRATADA, quando a decisão puder afetar seus direitos ou impor-lhe obrigações;
V – análise da disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
VI – parecer jurídico, quando exigido pela legislação, pela complexidade da matéria ou pela autoridade competente;
VII – decisão motivada da autoridade administrativa competente.

§ 5º A solução conferida ao caso omisso deverá preservar a finalidade pública da contratação, a natureza do objeto, a isonomia entre os licitantes, as condições efetivas da proposta adjudicada e a equação econômico-financeira originalmente pactuada, vedada a criação de obrigação material substancial que não encontre fundamento na legislação ou nos instrumentos da licitação.

§ 6º Quando o caso omisso envolver matéria técnica referente à qualidade, funcionalidade, compatibilidade, assistência técnica ou garantia dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, a decisão administrativa deverá ser instruída com manifestação técnica idônea, admitida a realização de inspeção, teste, diligência, análise especializada ou consulta ao fabricante.

§ 7º Quando a questão envolver possível inadimplemento, aplicação de sanção, retenção de crédito, extinção contratual ou imputação de responsabilidade, serão obrigatoriamente assegurados o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas e a decisão administrativa fundamentada, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º A CONTRATADA deverá submeter previamente à CONTRATANTE qualquer dúvida suscetível de afetar a execução do objeto, não podendo invocar, posteriormente, interpretação unilateral, silêncio administrativo não qualificado ou desconhecimento das normas aplicáveis como justificativa para o inadimplemento.

§ 9º A inexistência de solução expressa e imediata para questão submetida à Administração não autoriza a CONTRATADA a interromper unilateralmente o fornecimento, recusar o cumprimento de obrigação incontroversa ou alterar as condições de execução, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, na forma e no prazo estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, como condição indispensável à sua eficácia jurídica.

Por decorrer de procedimento licitatório, a divulgação no PNCP deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado da data da assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A divulgação no PNCP abrangerá, no mínimo, as informações e os documentos exigidos pela legislação, inclusive:
I – identificação do órgão ou entidade contratante;
II – número do Processo Administrativo;
III – modalidade e identificação do procedimento licitatório;
IV – identificação da CONTRATADA;
V – número de inscrição da CONTRATADA no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;
VI – descrição do objeto contratado;
VII – valor total do Contrato;
VIII – prazo de vigência;
IX – data de assinatura;
X – fonte orçamentária, quando exigida pelo sistema;
XI – inteiro teor do instrumento contratual;
XII – demais informações previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação do PNCP.

§ 1º A CONTRATANTE também promoverá a divulgação dos termos aditivos, apostilamentos e demais atos contratuais sujeitos à publicidade, observados os prazos e as exigências previstos na legislação aplicável.

§ 2º A publicação no PNCP não afasta a observância de outros meios de publicidade exigidos pela legislação municipal, especialmente:
I – o portal oficial do Município de Rio Crespo;
II – o Portal da Transparência municipal;
III – o Diário Oficial utilizado pelo Município;
IV – os sistemas eletrônicos de controle e acompanhamento das contratações públicas;
V – outros meios instituídos por norma local.

§ 3º A CONTRATADA deverá fornecer, tempestivamente, todos os documentos, dados e esclarecimentos necessários à correta divulgação do Contrato, responsabilizando-se pela exatidão das informações que lhe forem diretamente atribuíveis.

§ 4º Constatada incorreção material, omissão ou divergência nas informações publicadas, a CONTRATANTE deverá promover sua retificação, preservados o histórico e a rastreabilidade do ato administrativo.

§ 5º A publicidade contratual deverá observar simultaneamente:
I – o princípio constitucional da publicidade;
II – a transparência ativa;
III – o direito de acesso à informação;
IV – a proteção de dados pessoais;
V – a preservação das informações legalmente sigilosas;
VI – a proteção de segredos comercial e industrial legitimamente comprovados.

§ 6º Os dados pessoais que não sejam necessários à finalidade pública da divulgação deverão ser suprimidos, ocultados ou anonimizados, especialmente números de documentos pessoais, endereços residenciais, contatos particulares, dados bancários, assinaturas e outras informações cuja exposição seja desnecessária ou desproporcional.

§ 7º A ausência de divulgação tempestiva no PNCP deverá ser imediatamente comunicada à autoridade competente para adoção das

providências saneadoras, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa pelo descumprimento do dever legal de publicidade.

§ 8º A CONTRATADA não poderá impedir ou restringir a divulgação das informações contratuais legalmente públicas, ressalvadas as hipóteses de sigilo expressamente previstas em lei e devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

§ 9º A alegação de sigilo empresarial deverá ser específica, fundamentada e acompanhada da demonstração concreta de que a publicidade da informação poderá revelar segredo industrial, comercial ou tecnológico juridicamente protegido, não sendo admitida declaração genérica de confidencialidade sobre o inteiro teor do Contrato ou de seus documentos essenciais.

§ 10 A publicação do instrumento no PNCP constitui condição de eficácia, mas não substitui a necessidade de prévia assinatura pelas partes, regular empenho da despesa, designação dos responsáveis pela gestão e fiscalização e atendimento das demais condições legais necessárias à execução contratual.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA
DA EFICÁCIA E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

O presente Contrato produzirá efeitos após sua regular assinatura e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, observada a condição de eficácia estabelecida no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA somente deverá iniciar a execução após o recebimento da correspondente Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento administrativo equivalente, emitido por autoridade competente, no qual deverão constar, sempre que aplicável:
I – a identificação do Contrato;
II – a identificação do Processo Administrativo;
III – a descrição dos bens;
IV – os quantitativos;
V – o local de entrega;
VI – o prazo de fornecimento;
VII – a identificação do responsável pelo recebimento;
VIII – outras instruções necessárias à execução.

§ 1º A execução realizada sem autorização formal da Administração não gerará, por si só, direito ao pagamento, ressalvado o reconhecimento administrativo de obrigação efetivamente constituída e de benefício comprovadamente incorporado ao patrimônio público, observada a legislação aplicável e a apuração de responsabilidades.

§ 2º A Ordem de Fornecimento não poderá modificar as especificações, os quantitativos, os preços, os prazos ou as demais condições originalmente contratadas, salvo quando houver alteração contratual regularmente formalizada.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente qualquer divergência entre a Ordem de Fornecimento e os instrumentos da contratação, abstendo-se de executar determinação manifestamente incompatível com o Contrato até que a questão seja formalmente esclarecida pela Administração.

§ 4º O atraso da Administração na emissão da Ordem de Fornecimento não autorizará a CONTRATADA a considerar automaticamente extinto o vínculo, devendo eventual repercussão ser submetida à análise do Gestor do Contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA
DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS

As partes comprometem-se a empregar esforços para solucionar administrativamente as controvérsias decorrentes da interpretação ou execução deste Contrato, privilegiando a boa-fé, a cooperação, a eficiência, a economicidade, a consensualidade e a preservação do interesse público.

A instauração de procedimento administrativo para solução de controvérsia não suspenderá automaticamente a execução contratual, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações incontroversas e as determinações administrativas legalmente expedidas.

A parte interessada deverá formular sua pretensão por escrito, indicando:
I – os fatos que deram origem à controvérsia;
II – as cláusulas contratuais e normas legais aplicáveis;
III – os documentos comprobatórios;
IV – os efeitos técnicos, administrativos ou financeiros alegados;
V – a providência concretamente requerida;
VI – a demonstração do nexo causal, quando houver pretensão indenizatória ou econômico-financeira.

A Administração poderá realizar diligências, solicitar esclarecimentos, determinar a apresentação de documentos complementares e promover reuniões técnicas ou administrativas destinadas à adequada compreensão e solução da controvérsia.

A decisão administrativa deverá ser motivada e comunicada formalmente à CONTRATADA, sem prejuízo dos recursos administrativos cabíveis e do acesso ao Poder Judiciário.

A tentativa de solução administrativa não implicará renúncia a direitos, novação, transação ou reconhecimento da procedência da pretensão apresentada.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA
DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca competente para o Município de Rio Crespo, Estado de Rondônia, para dirimir as controvérsias decorrentes deste Contrato que não possam ser solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A eleição do foro observa o art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas devem conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir questões contratuais, ressalvadas as hipóteses legalmente excepcionadas.

§ 1º A competência territorial será definida de acordo com a organização judiciária vigente no Estado de Rondônia, considerando-se o foro que legalmente abranja o Município de Rio Crespo na data do ajuizamento da demanda.

§ 2º A eleição do foro não prejudicará:
I – o exercício das competências constitucionais dos Tribunais de Contas;
II – a atuação do Ministério Público;
III – o controle interno da Administração;
IV – a competência da Justiça Federal quando configurada alguma das hipóteses previstas no art. 109 da Constituição Federal;
V – a competência material da Justiça do Trabalho, quando legalmente caracterizada;
VI – a competência de outros órgãos jurisdicionais definida por norma constitucional ou legal de caráter absoluto.

§ 3º A eleição do foro não impede a utilização de meios consensuais de prevenção e resolução de controvérsias legalmente admitidos, desde que sua adoção seja autorizada pela autoridade competente, compatível com a natureza do direito discutido e devidamente formalizada no processo administrativo.

§ 4º As comunicações, notificações, intimações e demais atos extrajudiciais relacionados à execução deste Contrato deverão ser encaminhados aos endereços físicos e eletrônicos indicados pelas partes, incumbindo a cada uma informar qualquer alteração cadastral.

§ 5º A ausência de atualização cadastral tornará válidas as comunicações encaminhadas aos endereços constantes do Contrato ou

do processo administrativo, desde que comprovada a tentativa regular de entrega ou transmissão.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO ENCERRAMENTO DO INSTRUMENTO

O presente Contrato deverá ser interpretado de forma sistemática e integrada com o Edital do Pregão Eletrônico, o Termo de Referência, a proposta adjudicada, a Nota de Empenho, os atos de homologação e adjudicação e os demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026.

A declaração de nulidade, invalidade ou ineficácia de cláusula específica não prejudicará, quando juridicamente possível, as demais disposições contratuais, que permanecerão válidas e exigíveis, desde que preservadas a essência da contratação, a finalidade pública e a equação econômico-financeira.

Qualquer modificação deste instrumento somente será válida quando formalizada pela autoridade competente por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração e as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

As obrigações que, por sua natureza, devam subsistir após o encerramento da vigência permanecerão plenamente exigíveis, especialmente aquelas relacionadas:
I – à garantia mínima dos produtos;
II – à responsabilidade por vícios ocultos;
III – à reparação de danos;
IV – ao ressarcimento ao erário;
V – à confidencialidade;
VI – à proteção de dados pessoais;
VII – às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais;
VIII – à cooperação em auditorias e procedimentos de controle;
IX – à apuração de infrações e aplicação de sanções;
X – à prestação de informações e guarda documental.

E, por estarem ajustadas e de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato Administrativo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, obrigando-se por si e por seus sucessores, após a observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis.

Rio Crespo/RO, 17 de Setembro de 2026.

Pela Contratante
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Município De Rio Crespo/RO

Pela Contratada
ALDO MACHADO DE SOUZA NETO
GS Comercio De Instrumentos Musicais LTDA

Publicado por:
Thiago Barros da Silva
Código Identificador:5D2BD1B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 764/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA BANDA MARCIAL E FANFARRA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO E A EMPRESA **LETS MUSICAL LTDA**, NA FORMA ABAIXO.

CAPÍTULO I
CLÁUSULA PRIMEIRA
DO PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo, de um lado o MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 63.761.977/0001-41, com sede administrativa na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, Rio Crespo, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, e, de outro lado, a empresa **LETS MUSICAL LTDA** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **63.791.087/0001-82**, estabelecida à **VIA VEREADOR JOAQUIM COSTA, 1.405, GALPÃO "E" - LUC 14, CAMPINA VERDE, CONTAGEM/MG – CEP: 32.150-240**, neste ato representada por **LETICIA PIMENTA GARCIA BOUSAS**, portador(a) do CPF nº ********** e RG nº *******, **EMAIL: LICITACAOLETS@LETSMUSICAL.COM.BR TELEFONE: 31 – 3211-1322/1397,** doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE BENS PERMANENTES, mediante as cláusulas e condições seguintes, observando rigorosamente a legislação vigente, o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026, a proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA e os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026, os quais passam a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

O presente contrato possui natureza jurídica de contrato administrativo de fornecimento, submetendo-se ao regime jurídico de direito público, caracterizado pela supremacia do interesse público, pelas prerrogativas conferidas à Administração Pública e pela incidência das cláusulas exorbitantes legalmente previstas, sem prejuízo da aplicação subsidiária das normas de direito privado quando compatíveis com a natureza da contratação.

A contratação decorre do procedimento licitatório instaurado para atender à necessidade pública de implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo, mediante aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, destinados ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, cívicas e sociais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Integram este contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026;
II – o Termo de Referência;
III – a proposta comercial vencedora;
IV – os documentos de habilitação;
V – os esclarecimentos, impugnações e decisões eventualmente proferidas durante o certame;
VI – a Ordem de Fornecimento;
VII – o Processo Administrativo nº 764/2026.

A celebração deste instrumento representa manifestação legítima da vontade das partes, observando os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação, da eficiência administrativa, da transparência, da economicidade, da segurança jurídica e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato Administrativo rege-se, precipuamente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente pelas normas relativas à formalização, execução, fiscalização, alteração, pagamento, recebimento do objeto, responsabilidade contratual, infrações administrativas e extinção dos contratos administrativos, bem como pelas cláusulas constantes do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência e da proposta

vencedora, que passam a integrar este instrumento para todos os efeitos legais.

A contratação observa os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, dentre os quais destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, os quais orientam toda a execução contratual e vinculam tanto a Administração quanto a Contratada.

Em observância ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, a atuação das partes será pautada pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, impondo-se comportamento compatível com a supremacia do interesse público, a finalidade administrativa, a boa-fé objetiva, a moralidade administrativa, a eficiência e a continuidade do serviço público, vedando-se qualquer conduta que comprometa a lisura do procedimento licitatório ou a adequada execução contratual.

Aplicam-se, subsidiariamente, ao presente contrato, as disposições da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), especialmente quanto à teoria geral dos contratos, boa-fé objetiva, responsabilidade civil, mora, inadimplemento das obrigações, perdas e danos e demais institutos compatíveis com o regime jurídico administrativo, desde que não contrariem as prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021.

Em matéria de transparência administrativa, publicidade dos atos e acesso às informações públicas, aplicam-se as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), garantindo-se ampla publicidade dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, observando-se os princípios da transparência ativa, controle social e prestação de contas.

Quanto ao tratamento de dados pessoais eventualmente compartilhados durante a execução contratual, as partes obrigam-se ao fiel cumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A presente contratação também observará, no que couber, a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), especialmente quanto aos deveres de probidade, integridade, honestidade, lealdade institucional e proteção ao patrimônio público, impondo às partes o dever permanente de atuar em conformidade com os princípios da ética administrativa e da boa governança pública.

A execução contratual será orientada pelos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, cooperação entre as partes, mitigação de riscos, prevenção de litígios, planejamento da contratação, responsabilidade fiscal, sustentabilidade das contratações públicas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando-se o equilíbrio entre a satisfação do interesse público e a preservação da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

As prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021 constituem cláusulas implícitas deste contrato, facultando ao CONTRATANTE, quando presentes os pressupostos legais, promover alterações unilaterais, aplicar sanções administrativas, fiscalizar permanentemente a execução contratual, determinar correções, instaurar processos administrativos sancionatórios e extinguir o contrato nas hipóteses legalmente previstas, sempre mediante observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Por fim, todas as controvérsias decorrentes da interpretação e execução deste contrato deverão observar a legislação aplicável, os princípios gerais do Direito Administrativo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas, bem como os entendimentos consolidados acerca da execução dos contratos administrativos, preservando-se, em qualquer hipótese, a supremacia do interesse público, a continuidade das políticas públicas e a segurança jurídica das relações contratuais.

CAPÍTULO II
DO OBJETO, DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

CLÁUSULA TERCEIRA
DO OBJETO

O presente Contrato Administrativo tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos destinados à implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo/RO, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Proposta Comercial da CONTRATADA e demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026.

A presente contratação possui natureza jurídica de aquisição de bens permanentes comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os bens contratados possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, sendo plenamente possível sua caracterização mediante critérios técnicos amplamente reconhecidos no setor econômico correspondente.

A contratação decorre de procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, seleção da proposta mais vantajosa e vinculação ao instrumento convocatório, previstos na Lei nº 14.133/2021.

O objeto contratual destina-se ao fortalecimento das políticas públicas municipais de cultura, educação e inclusão social, mediante a disponibilização de instrumentos musicais destinados ao desenvolvimento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal, promovendo atividades culturais, educacionais, cívicas e comunitárias, bem como incentivando a formação musical de crianças, adolescentes e jovens, conforme objetivos definidos pela Administração Pública.

Constituem objeto deste contrato exclusivamente os bens constantes da proposta adjudicada e homologada, vedada a substituição por produtos de qualidade inferior, recondicionados, remanufaturados, usados ou que não atendam integralmente às especificações técnicas exigidas pela Administração.

O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da eficiência administrativa, da continuidade do serviço público, da sustentabilidade das contratações públicas e da preservação do interesse público primário, constituindo obrigação essencial da CONTRATADA o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA
DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os bens objeto deste contrato deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora e da Ordem de Fornecimento, constituindo requisito essencial para o recebimento definitivo do objeto o atendimento pleno às características de qualidade, desempenho, durabilidade, funcionalidade, segurança e compatibilidade estabelecidas pela Administração.

Todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, produzidos em conformidade com os padrões técnicos adotados pelo fabricante, livres de vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias decorrentes do transporte ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização ou vida útil.

É expressamente vedado o fornecimento de produtos:

I – usados;
II – recondicionados;
III – remanufaturados;
IV – recuperados;
V – provenientes de mostruário;
VI – fora de linha de fabricação;
VII – com componentes reutilizados;
VIII – com especificações inferiores às exigidas pela Administração;
IX – desacompanhados dos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento;
X – que apresentem qualquer desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados, quando aplicável:

I – manuais técnicos de operação;

II – certificados de garantia;

III – notas fiscais;

IV – acessórios originais do fabricante;

V – componentes necessários ao pleno funcionamento;

VI – embalagens originais lacradas;

VII – identificação do fabricante;

VIII – demais documentos exigidos pela legislação específica.

A CONTRATADA responderá integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, assumindo responsabilidade exclusiva por defeitos de fabricação, falhas de desempenho, incompatibilidade técnica, vícios ocultos ou quaisquer irregularidades constatadas durante o período de garantia legal e contratual.

Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo pela Administração, sem prejuízo das garantias legais previstas no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicáveis.

Durante o período de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer equipamento que apresente defeito de fabricação, mau funcionamento ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A simples entrega dos bens não importará em aceitação definitiva do objeto, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela conformidade técnica dos materiais até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato.

A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, qualquer equipamento que não satisfaça as especificações técnicas contratadas, hipótese em que a CONTRATADA deverá promover sua substituição no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A conformidade técnica do objeto será aferida mediante inspeção realizada pelo fiscal do contrato, podendo ser solicitados testes, verificações, conferências, demonstrações de funcionamento, certificações do fabricante e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA
DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Integram o presente Contrato Administrativo, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, constituindo um único instrumento jurídico e vinculando as partes em sua integralidade:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026 e todos os seus anexos;
II – o Termo de Referência;
III – o Estudo Técnico Preliminar;
IV – o Mapa de Gerenciamento de Riscos;
V – a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA;
VI – os documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica da CONTRATADA;
VII – a ata da sessão pública do Pregão Eletrônico;
VIII – a adjudicação;
IX – o ato de homologação;
X – a Nota de Empenho;
XI – a Ordem de Fornecimento;
XII – eventuais esclarecimentos, impugnações, respostas e decisões administrativas emitidas durante o procedimento licitatório;
XIII – o Processo Administrativo nº 764/2026 e seus documentos instrutórios.

Os documentos acima relacionados complementam-se reciprocamente, devendo ser interpretados de forma sistemática, harmônica e integrada, prevalecendo, em caso de divergência:

I – a Lei Federal nº 14.133/2021;
II – o Edital da Licitação;
III – o Termo de Referência;
IV – este Contrato Administrativo;
V – a proposta adjudicada da CONTRATADA.

A eventual omissão, contradição ou divergência entre os documentos integrantes não autoriza a execução de serviços ou fornecimento de bens em desacordo com o interesse público ou com as especificações técnicas exigidas pela Administração, competindo ao gestor e ao fiscal do contrato promover a interpretação mais compatível com a legislação aplicável, os princípios da Administração Pública e a finalidade da contratação.

A assinatura do presente instrumento importa em declaração expressa da CONTRATADA de que examinou previamente todos os documentos que compõem o procedimento licitatório, possui pleno conhecimento das condições técnicas, administrativas, operacionais, financeiras e jurídicas da contratação e assume integral responsabilidade pela execução do objeto, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de quaisquer cláusulas, especificações, exigências ou condições constantes dos documentos que integram este contrato.

Os documentos integrantes deste contrato permanecem disponíveis para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais normas pertinentes, assegurando-se a transparência, a publicidade dos atos administrativos e o controle da execução contratual.

CAPÍTULO III
DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA SEXTA
DO VALOR DO CONTRATO

O valor global do presente Contrato Administrativo é de R$ **7.190,00**, correspondente ao montante adjudicado à CONTRATADA no procedimento licitatório, compreendendo a integralidade do objeto contratado, inclusive todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas.

O valor contratado compreende, sem limitação:

I – fornecimento integral dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos;
II – transporte, frete, carga, descarga e movimentação dos bens;
III – embalagens apropriadas;
IV – seguros de transporte;
V – tributos federais, estaduais e municipais;
VI – contribuições previdenciárias;
VII – encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
VIII – despesas administrativas;
IX – despesas operacionais;
X – custos de logística;
XI – assistência técnica, quando exigida;
XII – garantia dos produtos;
XIII – reposição de materiais defeituosos;
XIV – quaisquer outros custos necessários à completa execução contratual.

Nenhum pagamento adicional será devido à CONTRATADA sob alegação de erro de cálculo, subavaliação dos custos da proposta, aumento de despesas operacionais, alteração da estrutura empresarial, dificuldades de mercado ou qualquer outro fato previsível à época da formulação da proposta, ressalvadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A proposta apresentada pela CONTRATADA presume-se elaborada com pleno conhecimento das condições técnicas, econômicas, tributárias, logísticas e operacionais da contratação, constituindo obrigação exclusiva da contratada suportar os riscos ordinários da atividade empresarial, em observância ao princípio da responsabilidade objetiva do contratado perante a Administração Pública.

O preço contratado é considerado completo, suficiente e compatível com a execução integral do objeto, permanecendo inalterável durante sua vigência, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas de reajustamento, revisão ou restabelecimento da equação econômico-financeira, observadas as disposições dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Administração efetuará os pagamentos exclusivamente pelos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela fiscalização contratual, vedado o pagamento antecipado, salvo nas hipóteses excepcionalmente autorizadas pela legislação vigente, desde que devidamente motivadas e demonstradas a vantagem para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, conforme classificação constante do Processo Administrativo nº 764/2026.

A despesa será custeada pela seguinte classificação orçamentária:

Programa Orçamentário:
13.392.0002.2033.0000 – Operacionalidade das Atividades de Cultura, Desporto e Lazer.

Elemento de Despesa:
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

As despesas futuras decorrentes de eventual prorrogação contratual, quando legalmente admitida, correrão à conta das dotações consignadas nos respectivos exercícios financeiros, observando-se o disposto nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A celebração do presente contrato encontra-se condicionada à existência de disponibilidade orçamentária suficiente para suportar todas as obrigações dele decorrentes, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal, do planejamento orçamentário e da sustentabilidade financeira da contratação pública.

Na hipótese de insuficiência superveniente de recursos orçamentários, a Administração adotará as providências legalmente cabíveis, preservando-se os direitos da CONTRATADA quanto às obrigações regularmente executadas e liquidadas.

O empenho da despesa constitui requisito indispensável para a realização dos pagamentos, observando-se rigorosamente o regime jurídico da despesa pública, a ordem cronológica dos pagamentos e as normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), quando aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA
DO REAJUSTE DOS PREÇOS

Em observância ao princípio da manutenção da estabilidade das relações contratuais e ao disposto no art. 92, inciso V, c/c arts. 25, § 7º, e 134 da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado que fundamentou a licitação.

Ultrapassado o interregno mínimo de doze meses, os preços poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, desde que comprovada a manutenção da execução contratual e observada a periodicidade anual estabelecida em lei.

O reajuste será calculado utilizando-se, preferencialmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Na ausência definitiva do índice previsto, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a efetiva variação inflacionária dos custos da contratação, mediante justificativa técnica da Administração.

O reajuste dependerá de:
I – solicitação formal da CONTRATADA;
II – demonstração da ocorrência do período mínimo legal;
III – manifestação favorável da fiscalização;
IV – análise jurídica, quando exigida;
V – autorização da autoridade competente.

O reajuste produzirá efeitos exclusivamente para as parcelas executadas após sua formalização, vedada qualquer forma de retroatividade em desacordo com a legislação vigente.

A ausência de requerimento tempestivo da CONTRATADA importará em renúncia ao reajuste relativo ao período correspondente, ressalvada disposição legal superveniente em sentido diverso.

CLÁUSULA NONA
DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Fica assegurada a manutenção da equação econômico-financeira originalmente pactuada, em observância ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nos arts. 124, inciso II, alínea "d", 130 e 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido quando fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes, alterarem substancialmente os encargos originalmente assumidos pela CONTRATADA, tornando excessivamente onerosa a execução do contrato.

Também ensejarão pedido de reequilíbrio:
I – caso fortuito;
II – força maior;
III – fato do príncipe;
IV – fato da Administração;
V – criação, alteração ou extinção de tributos com repercussão direta nos custos da contratação;

VI – modificações legislativas que impactem significativamente a execução contratual;
VII – situações extraordinárias e imprevisíveis que rompam a base objetiva do contrato.

O pedido de recomposição deverá ser instruído com documentação técnica idônea, demonstrando:
I – o fato gerador do desequilíbrio;
II – sua imprevisibilidade ou excepcionalidade;
III – o nexo causal entre o evento e o aumento dos encargos;
IV – a efetiva repercussão financeira sobre a execução contratual;
V – memória de cálculo detalhada;
VI – documentos fiscais, contábeis e financeiros que comprovem a variação extraordinária dos custos.

Não serão considerados aptos a justificar o reequilíbrio econômico-financeiro:
I – erros na elaboração da proposta;
II – oscilações normais de mercado;
III – variações cambiais previsíveis;
IV – aumento ordinário dos custos operacionais;
V – dificuldades financeiras da empresa;
VI – gestão empresarial inadequada;
VII – riscos inerentes à atividade econômica da CONTRATADA.

Recebido o requerimento, a Administração procederá à análise técnica, econômica, contábil e jurídica, podendo requisitar documentos complementares, diligências, pareceres especializados e demais elementos necessários à correta avaliação da pretensão.

Reconhecido o direito ao restabelecimento da equação econômico-financeira, será celebrado o competente Termo Aditivo, observando-se a estrita proporcionalidade entre o evento extraordinário ocorrido e a recomposição dos encargos suportados pela CONTRATADA, vedado qualquer enriquecimento sem causa.

O reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com reajuste contratual, revisão ordinária de preços ou atualização monetária, constituindo instituto jurídico excepcional destinado exclusivamente à recomposição da relação original entre encargos assumidos pela CONTRATADA e a contraprestação devida pela Administração, preservando-se a equação econômico-financeira estabelecida no momento da contratação.

A Administração poderá, igualmente, promover a revisão contratual quando fatos supervenientes reduzirem significativamente os custos de execução do objeto, assegurando-se, em qualquer hipótese, a observância dos princípios da economicidade, eficiência, supremacia do interesse público, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e preservação do equilíbrio contratual, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IV
DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE ENTREGA, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

CLÁUSULA DÉCIMA
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O presente Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, produzindo efeitos jurídicos a partir da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais meios oficiais de divulgação, quando exigidos pela legislação aplicável, observando-se o disposto nos arts. 89, 91, 94, 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021. A vigência contratual prevista encontra-se em conformidade com o Termo de Referência da contratação.

A vigência contratual destina-se à completa execução das obrigações assumidas pelas partes, compreendendo o fornecimento dos bens, os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, a fiscalização administrativa, a solução de eventuais inconformidades, o cumprimento da garantia contratual dos produtos e a prática de todos os atos administrativos necessários ao encerramento da relação contratual.

Considerando tratar-se de aquisição de bens permanentes com entrega única, a vigência contratual não se confunde com o prazo de entrega do objeto, permanecendo o contrato em vigor durante todo o período necessário ao exercício das prerrogativas da Administração relativas à fiscalização, aplicação de sanções, responsabilização contratual, exigibilidade das garantias legais e convencionais, bem como à solução de pendências administrativas eventualmente verificadas.

A prorrogação da vigência contratual somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante demonstração inequívoca da vantajosidade administrativa, existência de interesse público devidamente motivado, disponibilidade orçamentária, manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e formalização do respectivo Termo Aditivo pela autoridade competente.

A eventual prorrogação não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, dependendo de juízo discricionário da Administração Pública, fundamentado em critérios de legalidade, conveniência, oportunidade e interesse público, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, continuidade administrativa e planejamento das contratações públicas.

Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA permanecerá obrigada a manter todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, capacidade econômico-financeira e demais requisitos exigidos no procedimento licitatório, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A extinção da vigência contratual não exonera a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes de vícios ocultos, defeitos de fabricação, garantias legais, obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias, civis e administrativas surgidas durante a execução do contrato, permanecendo íntegros os direitos da Administração quanto à apuração de responsabilidades supervenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO PRAZO DE ENTREGA

O objeto contratual deverá ser entregue em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Administração, em estrita observância ao prazo estabelecido neste Contrato Administrativo, independentemente da vigência contratual prevista na cláusula anterior.

O fornecimento será realizado em entrega única, conforme definido no Termo de Referência, devendo a CONTRATADA disponibilizar todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos contratados em perfeitas condições de uso, observadas as especificações técnicas constantes do procedimento licitatório.

A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, durante o expediente administrativo, previamente agendada com o fiscal do contrato, cabendo exclusivamente à CONTRATADA suportar todas as despesas decorrentes de transporte, seguro, carga, descarga, movimentação, armazenamento temporário, mão de obra, tributos, embalagens e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

Os produtos deverão ser entregues:
I – integralmente montados, quando aplicável;
II – acondicionados em embalagens originais do fabricante;
III – acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao funcionamento;
IV – acompanhados dos respectivos manuais de operação, quando exigíveis;
V – acompanhados dos certificados de garantia;
VI – acompanhados da Nota Fiscal correspondente;
VII – livres de qualquer defeito aparente ou oculto;
VIII – rigorosamente compatíveis com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora.

O simples descarregamento dos materiais nas dependências da Administração não caracteriza o cumprimento da obrigação contratual, permanecendo a entrega condicionada à conferência quantitativa e qualitativa realizada pelo fiscal designado.

O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas neste contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente multa moratória, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis, inclusive impedimento de licitar e contratar, quando caracterizada inexecução contratual.

Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, capazes de impedir temporariamente a execução da obrigação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a Administração no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência do evento, apresentando documentação comprobatória idônea, para apreciação da autoridade competente.

O eventual deferimento da prorrogação do prazo de entrega dependerá de decisão motivada da Administração, não sendo admitida justificativa baseada em dificuldades operacionais, indisponibilidade de fornecedores, falhas logísticas previsíveis, aumento ordinário da demanda de mercado ou quaisquer riscos inerentes à atividade empresarial da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O objeto contratado será submetido ao recebimento provisório, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante verificação inicial realizada pelo fiscal do contrato ou por comissão especialmente designada pela Administração.

O recebimento provisório possui natureza exclusivamente administrativa e destina-se à conferência preliminar do objeto entregue, não importando aceitação definitiva dos bens nem exoneração da responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade, conformidade técnica, funcionalidade ou adequação dos equipamentos fornecidos.

Durante o recebimento provisório serão verificados, entre outros aspectos:
I – quantidade dos bens entregues;
II – integridade física dos equipamentos;
III – estado das embalagens;
IV – identificação dos produtos;
V – correspondência com a Nota Fiscal;
VI – conformidade com a Ordem de Fornecimento;
VII – presença dos acessórios obrigatórios;
VIII – existência dos manuais técnicos;
IX – certificados de garantia;
X – compatibilidade com as especificações do Termo de Referência.

Constatada qualquer divergência quantitativa, qualitativa ou documental, o fiscal do contrato registrará formalmente as ocorrências verificadas, podendo rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue, determinando à CONTRATADA sua imediata substituição, complementação ou correção.

O recebimento provisório não exclui nem reduz a responsabilidade civil, administrativa, contratual ou técnica da CONTRATADA, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, segurança, funcionamento e desempenho dos equipamentos fornecidos.

A assinatura do Termo de Recebimento Provisório constitui mera confirmação de entrega física do objeto, não implicando reconhecimento da conformidade definitiva da execução contratual.

Caso sejam constatadas irregularidades durante a inspeção preliminar, ficará suspenso o procedimento de recebimento até que a CONTRATADA sane integralmente as inconformidades apontadas, reiniciando-se nova conferência após a regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

O recebimento definitivo ocorrerá após a conclusão satisfatória da inspeção técnica dos bens fornecidos, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato ou pela comissão designada pela Administração, observadas as disposições dos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que todos os equipamentos:
I – atendem integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência;
II – apresentam perfeito funcionamento;
III – encontram-se livres de defeitos aparentes e ocultos;
IV – foram entregues em conformidade com a proposta vencedora;
V – possuem garantia mínima exigida;
VI – estão acompanhados de toda a documentação técnica pertinente;
VII – correspondem integralmente ao objeto contratado.

A Administração poderá realizar testes operacionais, inspeções técnicas, conferências de desempenho, verificações funcionais e quaisquer outros procedimentos necessários à confirmação da conformidade do objeto antes da emissão do recebimento definitivo.

Constatada qualquer irregularidade, a Administração notificará formalmente a CONTRATADA para promover, às suas expensas, a substituição, correção ou complementação dos bens fornecidos, fixando prazo compatível com a natureza da inconformidade, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O recebimento definitivo não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios redibitórios, defeitos ocultos, falhas de fabricação, problemas de desempenho ou quaisquer irregularidades que venham a ser constatadas durante o período de garantia legal ou contratual.

Ainda que emitido o Termo de Recebimento Definitivo, a Administração conservará integralmente o direito de exigir da CONTRATADA a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ocultos ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para o erário.

A emissão do Termo de Recebimento Definitivo constitui condição indispensável para a liquidação da despesa e autorização do pagamento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas, permanecendo condicionada ao integral cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

A aceitação definitiva do objeto não implica renúncia, novação ou transação quanto aos direitos da Administração decorrentes da legislação, do contrato, da garantia legal ou da garantia contratual, permanecendo íntegros todos os mecanismos de responsabilização previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Código Civil e nas demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO V
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, na proposta adjudicada e nas demais cláusulas deste Contrato Administrativo, constituem obrigações essenciais da CONTRATADA, cuja observância é indispensável ao regular cumprimento da avença, as seguintes:

I – executar integralmente o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora, da Ordem de Fornecimento e deste Contrato Administrativo, responsabilizando-se pela perfeita execução da contratação;

II – fornecer exclusivamente instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, livres de quaisquer vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias, recondicionamentos, remanufaturas ou reutilizações, observando rigorosamente as exigências técnicas estabelecidas pela Administração;

III – realizar a entrega integral do objeto no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, assumindo integral responsabilidade por eventual atraso injustificado.

IV – suportar integralmente, sem qualquer ônus para a Administração, todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais custos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

V – entregar todos os equipamentos devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, acompanhados dos respectivos manuais técnicos, certificados de garantia, acessórios indispensáveis ao funcionamento e demais documentos exigidos pela legislação e pelo Termo de Referência.

VI – assegurar que todos os bens fornecidos atendam integralmente às normas técnicas brasileiras aplicáveis, às especificações do fabricante e aos padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança, resistência e durabilidade exigidos pela Administração.

VII – responsabilizar-se integralmente pela qualidade, desempenho, funcionalidade, eficiência, durabilidade e compatibilidade dos equipamentos fornecidos, respondendo por quaisquer vícios, defeitos, falhas técnicas ou desconformidades constatadas durante a execução contratual ou no período de garantia.

VIII – substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, quaisquer produtos rejeitados pela Administração em razão de defeitos, vícios, avarias, especificações divergentes, defeitos de fabricação ou inadequação técnica, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

IX – prestar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, sem prejuízo das garantias legais previstas na legislação civil e consumerista aplicável, quando cabível.

X – manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, econômico-financeira e qualificação técnica exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitados pela Administração.

XI – comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer fato extraordinário, caso fortuito, força maior ou circunstância superveniente capaz de comprometer o cumprimento das obrigações assumidas, apresentando documentação comprobatória idônea.

XII – indicar representante legal com poderes suficientes para responder perante a Administração durante toda a execução contratual, garantindo atendimento célere às solicitações formuladas pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

XIII – atender prontamente todas as determinações expedidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato, promovendo, no prazo estabelecido, as correções, substituições, complementações ou adequações que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

XIV – permitir amplo e irrestrito acesso dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização contratual às informações, documentos, instalações, registros e demais elementos relacionados à execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

XV – responder integralmente pelos danos materiais, morais, patrimoniais e ambientais eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros, em decorrência de ação, omissão, culpa, dolo, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos, representantes ou subcontratados.

XVI – responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, securitários e fundiários decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo jurídico entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

XVII – observar rigorosamente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelos seus empregados, colaboradores e prepostos durante todas as etapas de transporte, entrega e descarregamento dos bens.

XVIII – manter absoluto sigilo sobre informações, documentos, dados administrativos, técnicos, operacionais ou estratégicos aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado.

XIX – cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual, responsabilizando-se por qualquer tratamento ilícito ou inadequado.

XX – abster-se de praticar qualquer ato que possa caracterizar fraude à licitação, fraude contratual, conluio, corrupção, pagamento de vantagem indevida, conflito de interesses, enriquecimento ilícito ou qualquer outra conduta incompatível com os princípios da moralidade administrativa, da probidade, da ética pública e da boa-fé objetiva.

XXI – observar integralmente as normas anticorrupção, especialmente a Lei nº 12.846/2013, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo administrativa, civil e penalmente pelos atos praticados por seus administradores, representantes ou empregados.

XXII – não ceder, transferir, subcontratar ou delegar, total ou parcialmente, a execução do objeto contratual sem autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo integralmente responsável pela execução do contrato, ainda que autorizada a subcontratação parcial.

XXIII – manter atualizado seu endereço eletrônico, telefone, domicílio fiscal e demais dados cadastrais junto à Administração, comunicando qualquer alteração no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de reputarem-se válidas as comunicações encaminhadas aos endereços anteriormente informados.

XXIV – adotar práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis durante a execução contratual, observando, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, redução de desperdícios, logística adequada, destinação ambientalmente correta de resíduos e racionalização do consumo de recursos naturais, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

XXV – cumprir integralmente todas as demais obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ordem de Fornecimento e na legislação aplicável, responsabilizando-se pela execução do objeto com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva, transparência, segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório e supremacia do interesse público.

§ 1º O inadimplemento de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula caracterizará inexecução contratual, total ou parcial, conforme a gravidade da infração, sujeitando a CONTRATADA às

sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e penal cabível.

§ 2º As obrigações previstas nesta cláusula possuem natureza essencial e permanente, permanecendo exigíveis durante toda a vigência contratual e, quando aplicável, mesmo após sua extinção, relativamente às garantias legais, aos vícios ocultos, à responsabilidade civil, à proteção de dados pessoais, ao dever de sigilo e às demais obrigações cuja eficácia seja prolongada por disposição legal ou contratual.

§ 3º O cumprimento das obrigações ora estabelecidas não exclui outras decorrentes da legislação aplicável, dos princípios que regem a Administração Pública, das determinações da fiscalização contratual ou de exigências supervenientes legalmente instituídas, desde que compatíveis com o objeto contratado e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo das demais atribuições previstas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, neste Contrato Administrativo e nas demais normas aplicáveis, constituem obrigações da CONTRATANTE, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva e supremacia do interesse público, as seguintes:

I – proporcionar todas as condições administrativas, operacionais e institucionais indispensáveis ao fiel cumprimento do objeto contratual, assegurando à CONTRATADA o acesso às informações necessárias para a adequada execução da contratação.

II – emitir, tempestivamente, a Ordem de Fornecimento, indicando todas as informações necessárias à correta entrega dos bens, especialmente local, responsável pelo recebimento, horário de funcionamento e demais orientações pertinentes.

III – designar formalmente gestor e fiscal do contrato, ou comissão de fiscalização, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar permanentemente a execução contratual.

IV – exercer fiscalização contínua, preventiva e corretiva sobre a execução do contrato, verificando a conformidade quantitativa, qualitativa e técnica dos bens fornecidos, sem que tal fiscalização exclua ou reduza a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

V – receber provisoriamente os bens entregues, promovendo a conferência inicial quanto às quantidades, integridade física, documentação, embalagens e demais requisitos previstos neste Contrato e no Termo de Referência.

VI – proceder ao recebimento definitivo do objeto, após a verificação do atendimento integral das especificações técnicas, quantitativas e funcionais estabelecidas na contratação, emitindo o respectivo Termo de Recebimento Definitivo quando constatada a conformidade do fornecimento.

VII – rejeitar, total ou parcialmente, os bens entregues em desconformidade com as especificações técnicas, exigências contratuais, normas aplicáveis ou padrões mínimos de qualidade, notificando formalmente a CONTRATADA para promover a substituição, complementação ou correção do objeto.

VIII – notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades verificadas durante a execução contratual, fixando prazo razoável para saneamento das inconformidades, observado o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

IX – efetuar o pagamento devido à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos neste Contrato, após a regular liquidação da despesa, observadas a ordem cronológica dos pagamentos, a disponibilidade financeira e o cumprimento das exigências legais.

X – verificar, previamente a cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e às demais exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – analisar e decidir, de forma motivada e dentro de prazo razoável, os requerimentos administrativos apresentados pela CONTRATADA relativos à execução contratual, inclusive aqueles referentes ao reajuste, à revisão de preços, ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, à prorrogação de prazo e às demais pretensões legalmente admitidas.

XII – assegurar à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, observando rigorosamente o devido processo legal administrativo previsto na Lei nº 14.133/2021.

XIII – manter atualizados os registros administrativos relativos à execução do contrato, promovendo o adequado controle documental, financeiro, orçamentário e patrimonial da contratação.

XIV – prestar à CONTRATADA os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratual, respondendo tempestivamente às consultas formuladas que guardem relação direta com a execução do contrato.

XV – promover as alterações contratuais que se fizerem necessárias ao atendimento do interesse público, observando rigorosamente os limites, hipóteses e procedimentos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, preservando, sempre que cabível, a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

XVI – comunicar imediatamente à CONTRATADA toda decisão administrativa capaz de impactar a execução contratual, especialmente aquelas relativas à suspensão, alteração, modificação quantitativa ou qualitativa, prorrogação, rescisão ou aplicação de sanções.

XVII – adotar as providências administrativas necessárias para assegurar a adequada execução contratual, inclusive promovendo diligências, inspeções, pareceres técnicos e demais atos indispensáveis à correta fiscalização da contratação.

XVIII – observar rigorosamente os princípios da transparência, publicidade, motivação dos atos administrativos, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção da confiança legítima durante toda a execução contratual, garantindo tratamento isonômico e impessoal à CONTRATADA.

XIX – disponibilizar à fiscalização contratual os instrumentos administrativos necessários ao desempenho de suas atribuições, assegurando condições para o acompanhamento, registro e controle da execução do objeto, bem como para a emissão de relatórios técnicos e demais documentos pertinentes.

XX – cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, no Processo Administrativo nº 764/2026, na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais normas de direito público aplicáveis, observando, em todas as suas decisões, os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, continuidade do serviço público, eficiência administrativa, boa-fé objetiva, proporcionalidade, motivação e segurança jurídica.

§ 1º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE constitui prerrogativa legal decorrente do regime jurídico dos contratos administrativos e será realizada de forma permanente durante toda a execução contratual, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, não excluindo, reduzindo ou transferindo à

Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela execução integral do objeto contratado.

§ 2º As decisões, determinações, notificações e orientações expedidas pelo gestor ou pelo fiscal do contrato deverão ser formalmente registradas no processo administrativo, produzindo efeitos vinculantes para a execução contratual, desde que observados os limites da legislação vigente, do instrumento convocatório e deste Contrato Administrativo.

§ 3º O inadimplemento de obrigação atribuída à CONTRATANTE não autoriza, por si só, a suspensão unilateral da execução contratual pela CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou reconhecidas mediante decisão administrativa ou judicial competente, preservando-se, em qualquer caso, a continuidade do interesse público, a boa-fé objetiva, a cooperação entre as partes e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CAPÍTULO VII
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A execução do presente Contrato Administrativo será acompanhada, controlada, supervisionada e fiscalizada pela Administração Pública, em observância ao disposto nos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo prerrogativa indeclinável da CONTRATANTE exercer permanente controle sobre o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade integral desta pela execução do objeto.

A fiscalização contratual será exercida por Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, formalmente designados pela autoridade competente, os quais atuarão de forma coordenada e complementar, observadas as atribuições estabelecidas na legislação vigente, neste Contrato Administrativo e nos atos normativos internos do Município.

A atuação dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização observará, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação dos atos administrativos, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, prevenção de riscos e supremacia do interesse público.

A fiscalização contratual terá caráter preventivo, orientativo, corretivo e repressivo, compreendendo todas as providências necessárias à verificação da conformidade da execução contratual, inclusive quanto aos aspectos técnicos, administrativos, financeiros, documentais e patrimoniais.

O exercício da fiscalização não exclui, reduz ou transfere à Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, permanecendo esta integralmente responsável por todos os atos praticados por seus empregados, representantes, fornecedores e prepostos, nos termos dos arts. 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

No exercício de suas atribuições, a fiscalização poderá:
I – realizar inspeções técnicas e administrativas;
II – promover diligências;
III – solicitar documentos;
IV – determinar correções;
V – registrar ocorrências;
VI – emitir notificações;
VII – requisitar esclarecimentos;
VIII – recomendar aplicação de penalidades;
IX – propor alterações contratuais;
X – adotar todas as medidas necessárias à adequada execução do contrato.

As determinações expedidas pela fiscalização possuem natureza vinculante para a CONTRATADA, desde que emitidas dentro dos limites legais e contratuais, cabendo à contratada cumpri-las imediatamente, sem prejuízo do direito ao contraditório nas hipóteses legalmente previstas.

Toda atuação fiscalizatória deverá ser registrada nos autos do Processo Administrativo, mediante relatórios, termos de ocorrência, registros fotográficos, pareceres técnicos, notificações ou quaisquer outros documentos aptos a demonstrar a efetiva execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DO GESTOR DO CONTRATO

O Gestor do Contrato será formalmente designado pela autoridade competente, competindo-lhe exercer a coordenação geral da execução contratual, promovendo o acompanhamento estratégico da contratação e garantindo a adequada integração entre a fiscalização técnica, administrativa, financeira e jurídica, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compete ao Gestor do Contrato, dentre outras atribuições:
I – coordenar integralmente a execução do contrato sob os aspectos administrativos, técnicos e operacionais;
II – acompanhar o cumprimento dos prazos contratuais;
III – supervisionar as atividades desenvolvidas pelos fiscais técnico e administrativo;
IV – controlar a execução física e financeira do contrato;
V – verificar a compatibilidade entre a execução contratual e o planejamento administrativo;
VI – promover a interlocução institucional entre a Administração e a CONTRATADA;
VII – analisar as ocorrências registradas durante a execução contratual;
VIII – determinar providências corretivas sempre que constatadas irregularidades;
IX – promover a instrução processual dos pedidos de alteração contratual;
X – analisar pedidos de reajuste, revisão, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro;
XI – propor prorrogações, alterações, acréscimos, supressões ou extinção contratual, quando cabíveis;
XII – encaminhar à autoridade competente proposta de aplicação de sanções administrativas, quando caracterizada infração contratual;
XIII – acompanhar o cumprimento das determinações expedidas pela fiscalização;
XIV – zelar pela observância do cronograma contratual;
XV – emitir relatórios periódicos de acompanhamento da execução;
XVI – atestar, quando cabível, a regularidade da execução contratual para fins de liquidação da despesa;
XVII – garantir a adequada instrução do processo administrativo;
XVIII – comunicar imediatamente à autoridade superior quaisquer fatos capazes de comprometer a execução contratual;
XIX – preservar a regularidade documental do contrato durante toda sua vigência;
XX – exercer todas as demais competências inerentes à gestão contratual previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos regulamentos municipais.

O Gestor do Contrato exercerá suas atribuições com independência técnica, autonomia funcional e responsabilidade administrativa, respondendo pelos atos praticados nos limites de sua competência legal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
DO FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO

O Fiscal Técnico será designado pela Administração para acompanhar especificamente a execução material do objeto contratado, verificando a conformidade técnica dos bens fornecidos, observadas as especificações constantes do Edital, Termo de Referência, proposta vencedora e deste Contrato.

Compete ao Fiscal Técnico:

I – acompanhar presencialmente a entrega dos bens;
II – verificar a conformidade quantitativa e qualitativa dos equipamentos;
III – conferir marcas, modelos, especificações e características técnicas;
IV – realizar inspeções, testes e verificações de funcionamento, quando cabíveis;
V – avaliar a qualidade dos produtos fornecidos;
VI – verificar a compatibilidade dos equipamentos com as especificações contratuais;
VII – registrar ocorrências técnicas constatadas durante a execução;
VIII – solicitar esclarecimentos técnicos à CONTRATADA;
IX – recomendar a rejeição de materiais em desacordo com o contrato;
X – acompanhar a substituição de equipamentos rejeitados;
XI – emitir parecer técnico acerca da conformidade do objeto;
XII – subsidiar o Gestor do Contrato quanto à aplicação de medidas corretivas;
XIII – acompanhar o cumprimento das garantias dos equipamentos;
XIV – verificar a entrega dos manuais, certificados e acessórios;
XV – emitir o Termo de Recebimento Provisório, quando cabível;
XVI – manifestar-se quanto ao recebimento definitivo;
XVII – elaborar relatórios técnicos circunstanciados;
XVIII – comunicar imediatamente qualquer irregularidade relevante ao Gestor do Contrato;
XIX – acompanhar o saneamento das inconformidades verificadas;
XX – exercer todas as demais atribuições técnicas compatíveis com a natureza da contratação.

A manifestação técnica emitida pelo Fiscal Técnico constitui elemento essencial para o recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo das competências atribuídas ao Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA
DO FISCAL ADMINISTRATIVO

O Fiscal Administrativo será responsável pelo acompanhamento dos aspectos documentais, administrativos, financeiros e formais da execução contratual, zelando pela regularidade processual do contrato e pela observância das exigências legais pertinentes.

Compete ao Fiscal Administrativo:
I – acompanhar a regularidade documental da execução contratual;
II – verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
III – conferir a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida para pagamento;
IV – analisar a documentação apresentada para fins de liquidação da despesa;
V – verificar a conformidade das Notas Fiscais;
VI – controlar os prazos contratuais;
VII – acompanhar o cronograma administrativo da contratação;
VIII – registrar todas as ocorrências administrativas da execução;
IX – elaborar relatórios administrativos periódicos;
X – controlar a tramitação dos documentos relacionados ao contrato;
XI – acompanhar os procedimentos relativos ao pagamento;
XII – auxiliar na instrução de processos de alteração contratual;
XIII – acompanhar a formalização de termos aditivos e apostilamentos;
XIV – controlar os prazos de vigência contratual e das garantias;
XV – comunicar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades administrativas;
XVI – acompanhar a aplicação das notificações administrativas expedidas à CONTRATADA;
XVII – manter atualizado o processo administrativo da contratação;
XVIII – controlar a juntada de documentos obrigatórios durante toda a execução contratual;
XIX – prestar apoio administrativo ao Gestor do Contrato e ao Fiscal Técnico;
XX – exercer todas as demais atribuições administrativas decorrentes da legislação, deste Contrato e dos atos normativos internos da Administração.

§ 1º Os agentes designados para a gestão e fiscalização contratual responderão exclusivamente pelos atos praticados no exercício de suas atribuições, observados os princípios da legalidade, boa-fé, eficiência, motivação, proporcionalidade e responsabilidade administrativa.

§ 2º As atividades do Gestor do Contrato, do Fiscal Técnico e do Fiscal Administrativo possuem natureza complementar, devendo ser exercidas de forma coordenada, integrada e cooperativa, preservada a segregação de funções e a independência técnica de cada agente.

§ 3º As ocorrências verificadas durante a execução contratual deverão ser formalmente registradas nos autos do processo administrativo, servindo de fundamento para decisões relativas ao recebimento do objeto, liquidação da despesa, aplicação de sanções, alterações contratuais, extinção do contrato e demais providências administrativas cabíveis.

§ 4º A ausência, insuficiência ou eventual falha da fiscalização exercida pela Administração não afasta, limita ou reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Contrato Administrativo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII
DO PAGAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS, DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS E DO ATRASO NO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA
DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado pela CONTRATANTE mediante ordem bancária, exclusivamente em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, previamente cadastrada perante a Administração, após o regular recebimento definitivo do objeto, a liquidação da despesa e a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, observando-se as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O pagamento será realizado somente após:
I – emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente;
II – recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – atesto do gestor e dos fiscais do contrato;
IV – liquidação regular da despesa;
V – comprovação da manutenção das condições de habilitação;
VI – inexistência de pendências contratuais impeditivas do pagamento.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação tributária vigente, contendo, obrigatoriamente:
I – número do Processo Administrativo;
II – número do Contrato;
III – número da Nota de Empenho;
IV – descrição completa do objeto fornecido;
V – quantitativos efetivamente entregues;
VI – valores unitários e totais;
VII – dados bancários da CONTRATADA;
VIII – demais informações exigidas pela legislação fiscal.

Caso sejam constatadas incorreções, omissões, divergências ou inconsistências na documentação apresentada, o processo de pagamento será imediatamente suspenso, reiniciando-se a contagem do prazo legal somente após a regularização integral das pendências pela CONTRATADA, não incidindo qualquer ônus financeiro para a Administração durante esse período.

O pagamento restringir-se-á exclusivamente aos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela Administração, vedado o pagamento por materiais rejeitados, não entregues ou executados em desconformidade com o Contrato.

É vedado o pagamento antecipado, ressalvadas exclusivamente as hipóteses excepcionalíssimas autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada, mediante motivação expressa, a

vantagem econômica para a Administração Pública e prestadas as garantias eventualmente exigíveis.

A quitação efetuada pela Administração não implica renúncia ao direito de apurar posteriormente vícios ocultos, falhas de execução, defeitos de fabricação, sobrepreços, pagamentos indevidos ou quaisquer outras irregularidades verificadas após a liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA
DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A liquidação da despesa constitui a fase administrativa destinada à verificação do direito adquirido pela CONTRATADA ao recebimento do crédito, mediante comprovação da efetiva entrega do objeto contratado, observando-se as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

A liquidação dependerá da apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros legalmente exigíveis:
I – Nota Fiscal/Fatura;
II – Termo de Recebimento Definitivo;
III – atesto do Gestor do Contrato;
IV – manifestação do Fiscal Técnico;
V – manifestação do Fiscal Administrativo;
VI – comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigível;
VII – demais documentos previstos neste Contrato ou exigidos pela Administração.

Durante a fase de liquidação serão verificados:
I – a efetiva entrega dos bens;
II – a conformidade quantitativa;
III – a conformidade qualitativa;
IV – o cumprimento das especificações técnicas;
V – a regularidade documental;
VI – a manutenção das condições de habilitação;
VII – a inexistência de pendências administrativas impeditivas do pagamento.

Constatada qualquer irregularidade durante a liquidação, a Administração poderá suspender o procedimento até a completa regularização pela CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A liquidação da despesa não importa reconhecimento de inexistência de vícios ocultos, defeitos supervenientes ou responsabilidades posteriores da CONTRATADA, permanecendo íntegros todos os direitos da Administração durante o período de garantia legal e contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA
DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os pagamentos realizados à CONTRATADA estarão sujeitos às retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável, especialmente aquelas disciplinadas pelo Código Tributário Nacional, pela legislação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, pelas contribuições sociais, previdenciárias e demais tributos incidentes sobre a contratação pública.

A CONTRATANTE efetuará as retenções legais obrigatórias na qualidade de fonte pagadora, observando rigorosamente:
I – a legislação tributária vigente;
II – as normas expedidas pela Receita Federal do Brasil;
III – as instruções normativas aplicáveis;
IV – a legislação previdenciária;
V – as normas municipais eventualmente incidentes.

A eventual existência de benefício fiscal, imunidade, isenção, suspensão, não incidência ou tratamento tributário diferenciado deverá ser previamente comprovada pela CONTRATADA mediante apresentação da documentação legal pertinente, permanecendo sob sua exclusiva responsabilidade a veracidade das informações prestadas.

A responsabilidade pela apuração, recolhimento e regularidade dos tributos próprios da atividade empresarial permanecerá integralmente atribuída à CONTRATADA, não se transferindo à Administração qualquer responsabilidade por obrigações tributárias que não estejam legalmente sujeitas à retenção.

Eventuais autuações fiscais decorrentes de informações falsas, documentos inexatos ou irregularidades imputáveis exclusivamente à CONTRATADA serão suportadas integralmente por esta, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos observarão rigorosamente a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em conformidade com o art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas exclusivamente as hipóteses legais de alteração da ordem de pagamento devidamente motivadas pela autoridade competente.

A ordem cronológica será apurada a partir da regular liquidação da despesa, considerando-se a data em que forem satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários ao pagamento.

A Administração poderá alterar a ordem cronológica exclusivamente nas hipóteses legalmente autorizadas, mediante decisão fundamentada, especialmente quando presentes razões de:
I – relevante interesse público;
II – emergência;
III – calamidade pública;
IV – risco de paralisação de serviços essenciais;
V – determinação judicial;
VI – demais situações previstas na legislação vigente.

A eventual suspensão do pagamento decorrente de irregularidade imputável à CONTRATADA implicará interrupção da posição cronológica até sua completa regularização, sem que disso decorra qualquer direito à indenização ou compensação financeira.

A observância da ordem cronológica não afasta a necessidade de disponibilidade orçamentária e financeira, tampouco dispensa a verificação da regularidade da liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA
DO ATRASO NO PAGAMENTO

Na hipótese de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA tenha cumprido integralmente todas as obrigações contratuais e legais necessárias à liquidação da despesa, o valor devido será atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento.

Além da atualização monetária, incidirão juros moratórios calculados pro rata die, observando-se o índice oficial adotado pela legislação aplicável ou, na ausência de previsão específica, o índice utilizado pela Fazenda Pública para atualização de seus créditos, preservando-se a equivalência econômica da prestação.

Não caracterizará atraso imputável à Administração quando a suspensão do pagamento decorrer de:
I – apresentação de documentação incompleta;
II – irregularidade fiscal da CONTRATADA;
III – divergência na Nota Fiscal;
IV – pendências na liquidação da despesa;
V – descumprimento contratual;
VI – necessidade de diligências administrativas;
VII – qualquer fato imputável exclusivamente à CONTRATADA.

O período compreendido entre a notificação da irregularidade e sua efetiva regularização pela CONTRATADA não será computado para fins de incidência de atualização monetária ou juros moratórios.

O pagamento em atraso não importa novação, renúncia, transação ou reconhecimento de qualquer direito diverso daquele expressamente previsto neste Contrato e na legislação vigente, permanecendo preservadas todas as prerrogativas da Administração Pública.

§ 1º Os pagamentos serão efetuados exclusivamente após a observância cumulativa do recebimento definitivo do objeto, da liquidação regular da despesa, da disponibilidade financeira, da emissão da ordem bancária e do cumprimento das exigências legais e contratuais, em conformidade com os arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A Administração poderá realizar compensações, glosas ou descontos legalmente admitidos quando constatados pagamentos indevidos, multas contratuais, prejuízos ao erário, danos causados pela CONTRATADA ou quaisquer créditos líquidos e certos em favor da Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a legislação tributária vigente e os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, segurança jurídica, continuidade administrativa e proteção ao interesse público.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato Administrativo poderá ser alterado durante sua vigência, desde que presentes o interesse público devidamente motivado, a manutenção da finalidade da contratação, a preservação da competitividade originalmente estabelecida no procedimento licitatório e a observância das hipóteses, limites e requisitos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As alterações contratuais constituem prerrogativa da Administração Pública, decorrente do regime jurídico de direito público aplicável aos contratos administrativos, devendo observar os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, planejamento, motivação, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e preservação do equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

As modificações contratuais somente produzirão efeitos após a formalização do competente Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme a natureza da alteração, precedidas da devida instrução processual, manifestação técnica, parecer jurídico quando exigível, disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Poderão ser promovidas alterações qualitativas destinadas à melhor adequação técnica do objeto contratado às finalidades de interesse público, desde que:
I – permaneça preservada a natureza do objeto originalmente licitado;
II – sejam tecnicamente justificadas;
III – não impliquem desvirtuamento da competição originalmente estabelecida;
IV – sejam compatíveis com as condições da proposta vencedora;
V – mantenham a vantajosidade da contratação para a Administração.

As alterações quantitativas poderão ocorrer quando necessárias ao atendimento das demandas supervenientes da Administração, observados os limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Toda alteração deverá ser precedida de justificativa circunstanciada demonstrando:
I – a necessidade administrativa;
II – a compatibilidade com o interesse público;
III – a viabilidade técnica;
IV – a disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
V – a manutenção da vantajosidade da contratação;
VI – a compatibilidade com o planejamento administrativo.

É vedada qualquer alteração contratual destinada a modificar substancialmente o objeto originalmente licitado, descaracterizar a competição, restringir direitos dos licitantes ou frustrar os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da seleção da proposta mais vantajosa.

As alterações promovidas deverão preservar integralmente a equação econômico-financeira inicialmente estabelecida, assegurando à CONTRATADA o restabelecimento das condições efetivas da proposta sempre que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, nos termos da legislação vigente.

A celebração de Termo Aditivo não exonera a CONTRATADA das responsabilidades anteriormente assumidas, permanecendo íntegros todos os direitos, garantias, obrigações, penalidades e responsabilidades previstos neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA
DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais originalmente pactuadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários ao atendimento do interesse público, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os acréscimos ou supressões quantitativas deverão decorrer de necessidade administrativa devidamente fundamentada, sendo vedada sua utilização para modificar a natureza do objeto contratado ou descaracterizar as condições originalmente submetidas à competição.

Os acréscimos quantitativos observarão, cumulativamente:
I – justificativa técnica expressa;
II – motivação administrativa;
III – disponibilidade orçamentária;
IV – autorização da autoridade competente;
V – preservação da economicidade;
VI – manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

As supressões poderão decorrer:
I – da redução da necessidade administrativa;
II – da readequação do planejamento;
III – da otimização da execução contratual;
IV – da conveniência e oportunidade da Administração;
V – de interesse público devidamente motivado.

Os acréscimos e supressões serão calculados com base nos valores unitários originalmente contratados, preservando-se a proporcionalidade econômica da contratação, ressalvadas as hipóteses de revisão de preços legalmente admitidas.

Sempre que a alteração quantitativa repercutir sobre os custos de execução, a Administração promoverá, quando cabível, a correspondente revisão dos valores contratuais, assegurando a manutenção da equação econômico-financeira inicialmente estabelecida.

As alterações quantitativas não poderão resultar em:
I – fracionamento indevido do objeto;
II – contratação de objeto estranho ao originalmente licitado;
III – alteração da natureza jurídica da contratação;
IV – desvirtuamento da proposta vencedora;
V – afronta aos princípios da isonomia, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.

As supressões consensuais que ultrapassem os limites legais somente poderão ocorrer mediante acordo expresso entre as partes,

devidamente formalizado nos autos do processo administrativo e precedido da competente motivação técnica e jurídica.

A eventual recusa injustificada da CONTRATADA em executar acréscimos regularmente determinados pela Administração, dentro dos limites legais, caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando-a às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Contrato.

Por sua vez, a Administração compromete-se a promover, sempre que necessário, a correspondente adequação financeira do contrato, garantindo que nenhuma alteração quantitativa imponha à CONTRATADA ônus extraordinários não contemplados na proposta originalmente apresentada.

§ 1º Toda alteração contratual dependerá de prévia instrução do processo administrativo, contendo justificativa técnica, manifestação do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigido, demonstração da compatibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente, observando-se os arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º As alterações contratuais não poderão ser utilizadas como mecanismo de burla ao dever de licitar, de ampliação indevida do objeto inicialmente contratado ou de favorecimento da CONTRATADA, devendo observar rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

§ 3º As alterações promovidas durante a execução contratual deverão ser registradas no processo administrativo, acompanhadas da documentação comprobatória pertinente e publicizadas na forma exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se a transparência dos atos administrativos e o controle pelos órgãos de fiscalização interna e externa.

§ 4º Permanecem asseguradas à CONTRATADA todas as garantias inerentes à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que a alteração contratual importar aumento ou redução dos encargos originalmente assumidos, observado o devido processo administrativo, a comprovação do nexo causal e os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA responderá administrativamente pelas infrações praticadas durante a execução deste Contrato Administrativo, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal, trabalhista, tributária e das demais consequências previstas na legislação aplicável.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação:
I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
II – dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – retardar injustificadamente a execução do objeto;
V – deixar de entregar os bens nas condições, quantidades, especificações e prazos contratualmente estabelecidos;
VI – entregar produtos em desacordo com as especificações técnicas constantes do Edital, Termo de Referência ou deste Contrato;
VII – apresentar documentação falsa durante a execução contratual;
VIII – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
IX – comportar-se de modo inidôneo;
X – praticar fraude fiscal;
XI – frustrar ou fraudar a execução contratual;
XII – deixar de substituir produtos rejeitados pela fiscalização;
XIII – descumprir determinações regularmente expedidas pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato;
XIV – manter situação de irregularidade que impeça a continuidade da contratação;
XV – praticar atos lesivos à Administração Pública.

A caracterização de qualquer infração dependerá da devida instrução do processo administrativo sancionador, assegurados o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal, a motivação das decisões administrativas e a observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

Na aplicação das penalidades serão considerados, especialmente:
I – a natureza da infração;
II – a gravidade da conduta;
III – a extensão dos prejuízos causados;
IV – a vantagem obtida pelo infrator;
V – a reincidência;
VI – a existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes;
VII – o grau de culpa;
VIII – a boa-fé objetiva;
IX – a cooperação da CONTRATADA para a solução da irregularidade;
X – os antecedentes da empresa perante a Administração Pública.

As penalidades previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza da infração e a gravidade da conduta, observados os limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA
DA ADVERTÊNCIA

A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses de infrações administrativas de menor potencial ofensivo, quando a conduta da CONTRATADA não acarretar prejuízo relevante ao interesse público, à execução contratual ou ao patrimônio da Administração, desde que seja possível a imediata correção da irregularidade.

A advertência terá natureza educativa, preventiva e orientadora, destinando-se ao aperfeiçoamento da execução contratual, sem afastar a possibilidade de aplicação de penalidades mais gravosas em caso de reincidência ou agravamento da conduta.

A aplicação da advertência será formalizada mediante decisão motivada da autoridade competente, após regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A reincidência específica poderá caracterizar circunstância agravante para fins de aplicação de penalidade mais severa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA
DA MULTA MORATÓRIA

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A multa moratória será fixada em:
I – 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento).

Ultrapassado o limite máximo da multa moratória ou constatado atraso capaz de comprometer a finalidade da contratação, a Administração poderá reconhecer a inexecução total ou parcial do contrato, promovendo a aplicação das demais penalidades legalmente cabíveis.

A multa moratória poderá ser descontada:
I – dos pagamentos devidos;
II – da garantia contratual, quando houver;
III – mediante cobrança administrativa;

IV – por inscrição em dívida ativa, quando cabível.

A aplicação da multa moratória não afasta:
I – a obrigação de executar o contrato;
II – o dever de reparar integralmente os prejuízos causados;
III – a aplicação de outras sanções administrativas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA
DA MULTA COMPENSATÓRIA

A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, descumprimento grave das obrigações contratuais, fraude na execução, recusa injustificada em cumprir determinações da Administração ou demais infrações que comprometam a finalidade da contratação.

A multa compensatória poderá corresponder a até 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, observando-se a gravidade da infração, a extensão do dano, a culpabilidade da CONTRATADA e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Na fixação do percentual da multa serão considerados:
I – os prejuízos causados ao erário;
II – o comprometimento do interesse público;
III – a vantagem indevidamente auferida;
IV – a reincidência;
V – a boa-fé da contratada;
VI – a cooperação para redução dos danos;
VII – a extensão da inexecução contratual.

A multa compensatória possui natureza indenizatória mínima e não impede que a Administração busque judicial ou administrativamente a reparação integral dos danos eventualmente superiores ao valor da penalidade aplicada.

A aplicação da multa compensatória poderá ocorrer cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA
DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando caracterizadas infrações de média ou elevada gravidade que não justifiquem a aplicação da declaração de inidoneidade.

O impedimento produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que houver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, conforme decisão motivada da autoridade competente.

Poderão ensejar a aplicação desta penalidade, entre outras hipóteses previstas em lei:
I – inexecução total do contrato;
II – inexecução parcial grave;
III – atraso injustificado que comprometa a execução contratual;
IV – recusa injustificada em cumprir determinações da fiscalização;
V – comportamento incompatível com a boa-fé contratual;
VI – demais hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação da penalidade dependerá da instauração de processo administrativo específico, assegurados:
I – contraditório;
II – ampla defesa;
III – produção de provas;
IV – decisão motivada;
V – possibilidade de recurso administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA
DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar constitui a sanção administrativa de maior gravidade prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo aplicável exclusivamente nas hipóteses de infrações extremamente graves que revelem manifesta quebra da confiança necessária à manutenção das relações contratuais com a Administração Pública.

Poderá ser aplicada, especialmente, quando a CONTRATADA:
I – apresentar documentos falsos;
II – praticar fraude à licitação ou à execução contratual;
III – agir mediante dolo, corrupção, conluio ou fraude;
IV – praticar atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da contratação;
V – praticar atos lesivos previstos na legislação anticorrupção;
VI – demonstrar absoluta inidoneidade moral ou profissional para contratar com a Administração Pública.

A declaração de inidoneidade produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja concedida a reabilitação, observados os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A reabilitação somente poderá ser concedida após:
I – decurso do prazo mínimo previsto em lei;
II – reparação integral dos danos causados;
III – ressarcimento ao erário, quando cabível;
IV – demonstração da superação dos motivos que ensejaram a penalidade;
V – decisão da autoridade competente.

§ 1º Nenhuma penalidade será aplicada sem a prévia instauração de processo administrativo sancionador, assegurados à CONTRATADA o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas, a motivação da decisão administrativa e o direito aos recursos previstos na legislação.

§ 2º As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando-se a natureza da infração, a gravidade da conduta, os danos causados ao interesse público, a culpabilidade da CONTRATADA, sua reincidência e os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

§ 3º Os valores das multas eventualmente aplicadas poderão ser descontados dos créditos da CONTRATADA, da garantia contratual, quando existente, cobrados administrativamente ou judicialmente, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa e da reparação integral dos danos causados ao erário.

§ 4º A aplicação das sanções administrativas previstas neste Capítulo não exclui a responsabilidade civil, penal, tributária, trabalhista ou por atos de improbidade administrativa, tampouco impede a adoção das medidas judiciais cabíveis para a reparação integral dos prejuízos sofridos pela Administração Pública.

§ 5º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se, ainda, os princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, motivação dos atos administrativos, proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XI
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO, DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato Administrativo extinguir-se-á nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais situações previstas na legislação aplicável, observados os princípios da legalidade, motivação, continuidade do

serviço público, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

A extinção contratual constitui medida excepcional, devendo ser precedida da devida instrução processual, com apuração dos fatos, manifestação técnica do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigível e decisão fundamentada da autoridade competente.

A extinção do contrato poderá ocorrer:
I – por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses legalmente previstas;
II – por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e inexistam prejuízos ao interesse público;
III – por decisão arbitral, quando admitida em lei e prevista contratualmente;
IV – por decisão judicial transitada em julgado;
V – pelo advento do termo final da vigência contratual, sem necessidade de manifestação expressa, ressalvadas as obrigações remanescentes;
VI – por impossibilidade superveniente de execução do objeto, devidamente comprovada.

Constituem, dentre outras, causas que poderão ensejar a extinção unilateral do contrato pela Administração:
I – inexecução total do objeto;
II – inexecução parcial que comprometa a finalidade da contratação;
III – atraso injustificado na entrega dos bens;
IV – paralisação injustificada da execução contratual;
V – descumprimento reiterado de cláusulas contratuais;
VI – desatendimento das determinações expedidas pelo gestor ou pela fiscalização;
VII – perda das condições de habilitação indispensáveis à contratação;
VIII – prática de fraude, dolo, simulação ou má-fé na execução contratual;
IX – ocorrência de atos que comprometam a confiança necessária à manutenção do vínculo contratual;
X – demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A extinção contratual não exonerará a CONTRATADA da responsabilidade pelos danos causados à Administração, nem afastará a obrigação de ressarcimento ao erário, aplicação de sanções administrativas, responsabilização civil ou penal, quando cabíveis.

Na hipótese de extinção contratual, a Administração poderá adotar todas as medidas necessárias à preservação da continuidade do interesse público, inclusive promover nova contratação na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA
DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção do contrato produzirá efeitos a partir da formalização do respectivo ato administrativo, ressalvadas as hipóteses em que a legislação determinar efeitos imediatos.

Constituem efeitos da extinção contratual:
I – encerramento das obrigações principais ainda não executadas;
II – apuração dos créditos e débitos existentes entre as partes;
III – aplicação das sanções eventualmente cabíveis;
IV – retenção de créditos destinados ao ressarcimento de prejuízos causados à Administração;
V – execução da garantia contratual, quando existente;
VI – cobrança administrativa ou judicial dos valores eventualmente devidos;
VII – preservação das obrigações relativas à garantia dos bens fornecidos;
VIII – manutenção da responsabilidade por vícios ocultos;
IX – permanência das obrigações relativas ao sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais;
X – adoção das providências necessárias à continuidade da prestação administrativa.

A extinção contratual não prejudicará:
I – o direito da Administração ao ressarcimento integral dos prejuízos sofridos;
II – a responsabilização administrativa da CONTRATADA;
III – a responsabilização civil pelos danos causados;
IV – eventual responsabilização penal decorrente da prática de ilícitos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA
DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

Nenhuma das partes responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais quando este decorrer, direta e comprovadamente, de caso fortuito ou força maior, desde que caracterizados como eventos inevitáveis, imprevisíveis ou de consequências inevitáveis, estranhos à vontade das partes e impeditivos da execução do contrato, nos termos do art. 393 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), aplicado subsidiariamente aos contratos administrativos, e em consonância com os arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Consideram-se, exemplificativamente, hipóteses de caso fortuito ou força maior:
I – desastres naturais de grande magnitude;
II – enchentes, inundações, vendavais, tempestades ou terremotos;
III – incêndios de grandes proporções não imputáveis às partes;
IV – guerras, conflitos armados ou comoções sociais;
V – atos de terrorismo ou sabotagem;
VI – epidemias, pandemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas;
VII – greves gerais que inviabilizem objetivamente a execução contratual, desde que não atribuíveis à CONTRATADA;
VIII – determinações supervenientes emanadas de autoridade pública que impossibilitem a execução do contrato;
IX – interrupções extraordinárias dos sistemas logísticos nacionais;
X – demais eventos reconhecidos pela legislação e pela jurisprudência como caso fortuito ou força maior.

Não caracterizam caso fortuito ou força maior:
I – dificuldades financeiras da CONTRATADA;
II – deficiência administrativa;
III – falta de planejamento empresarial;
IV – escassez de mão de obra decorrente de gestão inadequada;
V – falhas de fornecedores previsíveis;
VI – oscilações ordinárias de mercado;
VII – aumento normal dos custos operacionais;
VIII – eventos decorrentes de culpa, dolo ou negligência da CONTRATADA.

A parte que invocar caso fortuito ou força maior deverá comunicar formalmente à outra parte no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da ciência do evento, apresentando documentação idônea capaz de demonstrar:
I – a ocorrência do fato;
II – o nexo causal entre o evento e a impossibilidade de execução;
III – os impactos produzidos sobre o contrato;
IV – as medidas adotadas para mitigação dos prejuízos;
V – a estimativa do período necessário para superação dos efeitos do evento.

Recebida a comunicação, a Administração promoverá análise técnica e jurídica das circunstâncias apresentadas, podendo:
I – reconhecer a ocorrência do caso fortuito ou força maior;
II – conceder prorrogação dos prazos de execução;
III – promover alteração contratual;
IV – restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, quando presentes os requisitos legais;
V – suspender temporariamente a execução contratual;
VI – extinguir o contrato, caso a execução se torne definitivamente impossível.

O reconhecimento da ocorrência de caso fortuito ou força maior não exonera a CONTRATADA do dever de adotar todas as medidas razoavelmente exigíveis para reduzir os prejuízos, preservar os bens públicos, mitigar riscos e assegurar, sempre que possível, a continuidade da execução contratual.

§ 1º A extinção contratual será sempre formalizada por ato administrativo devidamente motivado, assegurando-se à CONTRATADA, quando a hipótese envolver aplicação de penalidade ou imputação de inadimplemento, o exercício do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com os arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A ocorrência de caso fortuito ou força maior somente produzirá efeitos jurídicos após a devida comprovação documental e o reconhecimento formal pela Administração, não afastando automaticamente o cumprimento das obrigações contratuais remanescentes que permaneçam materialmente exequíveis.

§ 3º Sempre que possível, antes da extinção do contrato, a Administração deverá avaliar medidas menos gravosas, tais como a suspensão temporária da execução, a prorrogação dos prazos, a celebração de termo aditivo ou o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da proporcionalidade, da economicidade e da preservação dos contratos administrativos.

§ 4º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, com o art. 393 do Código Civil, bem como com os princípios da supremacia do interesse público, da segurança jurídica, da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da motivação dos atos administrativos, da continuidade do serviço público e da preservação da equação econômico-financeira do contrato.

CAPÍTULO XII
DAS RESPONSABILIDADES CIVIL, TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E AMBIENTAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA
DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá integral, exclusiva e objetivamente, nos limites estabelecidos pela legislação aplicável, por todos os danos materiais, morais, patrimoniais, extrapatrimoniais ou de qualquer outra natureza causados à CONTRATANTE, aos seus agentes, a terceiros ou ao meio ambiente em decorrência direta ou indireta da execução do objeto contratual, de ação ou omissão própria, de seus empregados, prepostos, representantes, fornecedores, transportadores ou subcontratados eventualmente autorizados.

A responsabilidade da CONTRATADA subsistirá independentemente da fiscalização, do acompanhamento, do recebimento provisório ou definitivo dos bens e do pagamento efetuado pela Administração, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, não implicando qualquer ato de controle administrativo exoneração, redução, compartilhamento ou transferência do dever de reparar.

Sem prejuízo das responsabilidades específicas previstas neste Contrato, incumbirá à CONTRATADA:

I – reparar integralmente os danos decorrentes de vícios, defeitos, inadequações, falhas de fabricação, acondicionamento, transporte, entrega, montagem ou funcionamento dos bens fornecidos;
II – substituir, às suas expensas, os produtos que apresentem desconformidade, defeito, vício aparente ou oculto, baixa qualidade, incompatibilidade técnica ou desempenho inferior ao exigido;
III – indenizar a CONTRATANTE por perdas, avarias, extravios ou deteriorações ocorridos até o recebimento definitivo do objeto;
IV – ressarcir integralmente os prejuízos decorrentes de conduta culposa ou dolosa praticada durante a execução contratual;
V – assumir os custos de reparação, substituição, recolhimento, transporte, reinstalação ou destinação dos bens defeituosos;
VI – responder por acidentes decorrentes de acondicionamento, transporte, descarga, instalação, manuseio ou utilização inadequada imputável à CONTRATADA;
VII – adotar todas as medidas necessárias para impedir a ampliação dos prejuízos e mitigar os efeitos de qualquer evento danoso;
VIII – manter a CONTRATANTE indene de reclamações, ações, cobranças ou pretensões de terceiros relacionadas a fatos imputáveis à CONTRATADA.

A responsabilidade civil da CONTRATADA abrangerá tanto os danos emergentes quanto os lucros cessantes, quando comprovados, sem prejuízo da incidência dos arts. 186, 187, 389, 402, 403, 927 e demais dispositivos pertinentes do Código Civil.

A CONTRATANTE poderá promover a retenção ou compensação de créditos líquidos e certos devidos à CONTRATADA para ressarcimento de danos regularmente apurados, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do saldo remanescente.

A responsabilização prevista nesta cláusula não afastará a aplicação das sanções administrativas cabíveis nem eventual responsabilização penal, ambiental, tributária ou por atos de improbidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o contratado responde pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização administrativa exclua ou reduza essa responsabilidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA
DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por todas as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação, remuneração, direção, supervisão e desligamento de seus empregados, prepostos ou colaboradores empregados na execução deste Contrato, inexistindo entre tais pessoas e a CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício, funcional ou de subordinação jurídica.

Constituem obrigações exclusivas da CONTRATADA:
I – cumprir integralmente a Consolidação das Leis do Trabalho, convenções coletivas, acordos coletivos, sentenças normativas e demais normas de proteção ao trabalho;
II – efetuar pontualmente o pagamento de salários, adicionais, gratificações, horas extraordinárias, férias, décimo terceiro salário, aviso-prévio e demais verbas trabalhistas;
III – observar as normas relativas à jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, intervalos, saúde, higiene e segurança ocupacional;
IV – fornecer, quando necessário, equipamentos de proteção individual e coletiva adequados aos riscos da atividade;
V – manter registros funcionais, folhas de pagamento, controles de jornada e demais documentos legalmente exigidos;
VI – arcar com indenizações, despesas processuais, honorários, multas e condenações decorrentes de demandas trabalhistas relacionadas a seus empregados ou prepostos;
VII – substituir prontamente qualquer profissional cuja atuação comprometa a segurança, a regularidade ou a adequada execução do objeto, sem que isso importe ingerência da Administração na gestão de pessoal da empresa;
VIII – impedir a utilização de trabalho infantil, forçado, degradante ou em condições análogas à escravidão, observando os direitos fundamentais sociais e laborais previstos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas não transferirá automaticamente à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens adquiridos, ressalvadas as hipóteses de responsabilização expressamente previstas em lei e reconhecidas por decisão da autoridade competente.

Considerando que o objeto deste Contrato consiste no fornecimento de bens permanentes mediante entrega única, não se presume a incidência do regime jurídico específico aplicável aos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, devendo eventual responsabilização da Administração observar estritamente a natureza efetiva da contratação e os requisitos legais pertinentes.

A CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE indene de quaisquer reclamações trabalhistas relativas a seus empregados, representantes ou prepostos, obrigando-se a adotar as medidas processuais cabíveis e a ressarcir eventuais valores que venham a ser suportados pela Administração em razão de fato que lhe seja imputável.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA
DA RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelo cumprimento das obrigações previdenciárias principais e acessórias decorrentes de sua atividade empresarial e das relações de trabalho mantidas com seus empregados, prepostos ou colaboradores, inclusive quanto à inscrição, arrecadação, retenção, declaração e recolhimento das contribuições legalmente exigíveis.

Compete à CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações:
I – promover o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas;
II – cumprir as obrigações relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
III – apresentar declarações, informações e documentos exigidos pelos órgãos de fiscalização;
IV – manter atualizados os registros previdenciários de seus empregados;
V – responder por multas, juros, autuações, cobranças e demais encargos decorrentes de inadimplemento previdenciário;
VI – observar a legislação relativa à segurança e saúde do trabalho e ao financiamento dos riscos ambientais laborais;
VII – fornecer à Administração, quando legalmente exigível, documentos comprobatórios da regularidade previdenciária.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos previdenciários não transferirá à CONTRATANTE o dever de pagamento, ressalvadas exclusivamente as hipóteses em que a legislação atribua responsabilidade específica ao tomador ou adquirente, cuja incidência dependerá da efetiva configuração dos respectivos pressupostos legais.

Eventuais retenções previdenciárias somente serão realizadas pela CONTRATANTE quando expressamente exigidas pela legislação aplicável à natureza da operação, não se admitindo retenção fundada em presunção incompatível com o objeto efetivamente contratado.

A CONTRATADA deverá ressarcir a Administração por qualquer valor que esta venha a desembolsar em virtude de autuação, condenação ou cobrança previdenciária decorrente de descumprimento imputável à contratada, assegurado o devido processo administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA
DA RESPONSABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA

A CONTRATADA será exclusiva responsável pela apuração, declaração e recolhimento de todos os tributos, taxas, contribuições, encargos fiscais e obrigações acessórias decorrentes de sua atividade empresarial, da emissão de documentos fiscais, da circulação, comercialização, transporte e fornecimento dos bens objeto deste Contrato.

A responsabilidade fiscal da CONTRATADA compreenderá, especialmente:
I – emissão regular e tempestiva da Nota Fiscal correspondente aos bens efetivamente fornecidos;
II – correta indicação da natureza da operação, do código fiscal, da base de cálculo, das alíquotas e dos tributos incidentes;
III – recolhimento dos tributos devidos nas esferas federal, estadual e municipal;
IV – manutenção da regularidade fiscal durante toda a vigência contratual;
V – apresentação das certidões e documentos exigidos pela Administração;
VI – observância do regime tributário ao qual se encontre submetida;
VII – comunicação imediata de qualquer alteração cadastral ou tributária que possa repercutir sobre a execução contratual;
VIII – responsabilização por autuações, penalidades, juros ou acréscimos decorrentes de erro, omissão, inexatidão ou irregularidade fiscal de sua autoria.

Os preços contratados considerar-se-ão inclusivos de todos os tributos, encargos, fretes, seguros, despesas operacionais e demais custos necessários ao integral adimplemento do objeto, não sendo admitida cobrança adicional fundada em obrigação tributária ordinariamente previsível à época da apresentação da proposta.

As retenções tributárias efetuadas pela CONTRATANTE na qualidade de fonte pagadora não afastam a responsabilidade da CONTRATADA pela correta apuração e quitação dos tributos de sua titularidade.

A CONTRATADA deverá comprovar, previamente ao pagamento, eventual imunidade, isenção, não incidência, suspensão ou benefício fiscal que pretenda invocar, mediante documentação válida e atualizada, sob pena de serem realizadas as retenções legalmente exigíveis.

O art. 121 da Lei nº 14.133/2021 atribui ao contratado a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA
DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá executar o objeto em estrita conformidade com a legislação ambiental vigente, observando os deveres de prevenção, precaução, sustentabilidade, redução de impactos, uso racional de recursos naturais, gestão adequada de resíduos e destinação ambientalmente correta de materiais, embalagens e componentes.

A obrigação ambiental da CONTRATADA abrangerá todas as etapas sob sua responsabilidade, incluindo fabricação, aquisição, acondicionamento, transporte, entrega, instalação, assistência técnica, recolhimento e destinação final de resíduos ou componentes sujeitos a sistema de logística reversa.

Compete à CONTRATADA:
I – fornecer bens produzidos e comercializados em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;
II – utilizar embalagens adequadas, preferencialmente recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente possível;
III – evitar desperdício de materiais e geração desnecessária de resíduos;
IV – assegurar a adequada coleta, segregação, transporte, armazenamento, tratamento e destinação de resíduos decorrentes de suas atividades;
V – cumprir as obrigações de logística reversa aplicáveis a pilhas, baterias, equipamentos eletroeletrônicos, componentes, acessórios e embalagens;
VI – recolher produtos, peças ou componentes substituídos quando a legislação ou o sistema de logística reversa assim exigir;
VII – manter licenças, autorizações, registros e certificações ambientais exigíveis à sua atividade;
VIII – impedir a utilização de matérias-primas, substâncias ou processos vedados pela legislação;
IX – comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência ambiental relevante relacionada à execução contratual;
X – promover, às suas expensas, a reparação integral de danos ambientais decorrentes de conduta que lhe seja imputável.

A CONTRATADA responderá, independentemente da aplicação de sanções administrativas ou penais, pela reparação integral dos danos ambientais que causar, inclusive mediante recuperação da área degradada, compensação ambiental, ressarcimento de despesas emergenciais e cumprimento das demais obrigações impostas pelos órgãos competentes.

A responsabilidade ambiental não será afastada pelo recebimento dos bens, pelo pagamento, pela fiscalização administrativa ou pelo encerramento do contrato, subsistindo enquanto não forem integralmente reparados os danos ou cumpridas as obrigações ambientais remanescentes.

A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação de comprovantes de destinação ambientalmente adequada, certificados de recolhimento, documentos de logística reversa ou outras evidências necessárias à verificação do cumprimento das obrigações ambientais.

As obrigações previstas nesta cláusula fundamentam-se no art. 225 da Constituição Federal, na Lei nº 6.938/1981, na Lei nº 9.605/1998, na Lei nº 12.305/2010 e em seus regulamentos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e disciplina mecanismos de logística reversa.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO

§ 1º A responsabilidade da CONTRATADA pelas obrigações previstas neste Capítulo será integral e subsistirá durante a vigência do contrato e, quando a natureza da obrigação assim exigir, após sua extinção, especialmente quanto a vícios ocultos, garantias, indenizações, obrigações tributárias, demandas trabalhistas, contribuições previdenciárias e danos ambientais.

§ 2º O acompanhamento, a fiscalização, o atesto, o recebimento provisório ou definitivo e o pagamento do objeto não implicam aceitação de irregularidades, renúncia de direitos, novação ou exoneração da CONTRATADA.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato capaz de gerar responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, fiscal ou ambiental, apresentando relatório circunstanciado, documentação comprobatória e plano de ação destinado à contenção e correção da irregularidade.

§ 4º A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, documentos destinados à comprovação do cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo, desde que a exigência seja pertinente ao objeto, proporcional ao risco e amparada pela legislação ou pelos instrumentos da contratação.

§ 5º O inadimplemento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual e poderá ensejar notificação, glosa, retenção cautelar nos limites legais, aplicação de multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade, extinção do contrato e responsabilização judicial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º A imputação de responsabilidade observará a efetiva participação da CONTRATADA no evento, o nexo causal, a natureza da obrigação, a extensão do dano e os excludentes legalmente admitidos, vedada a imposição automática de encargos desvinculados da execução contratual.

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com os arts. 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021, com os arts. 186, 187, 389, 402, 403 e 927 do Código Civil, com a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e ambiental aplicável e com os princípios da legalidade, prevenção, reparação integral, boa-fé objetiva, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XIII
DA ANTICORRUPÇÃO, DA INTEGRIDADE, DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA TRANSPARÊNCIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA
DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À CORRUPÇÃO

A CONTRATADA declara conhecer e obriga-se a observar, durante toda a formação, execução e encerramento do presente Contrato Administrativo, as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 8.429/1992, do Decreto Federal nº 11.129/2022, no que couber, bem como as demais normas federais, estaduais e municipais destinadas à prevenção e repressão de atos de corrupção, fraude, conluio, improbidade, conflito de interesses e lesão ao patrimônio público.

A responsabilidade administrativa e civil da pessoa jurídica pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública será apurada na forma da Lei nº 12.846/2013, que estabelece regime de responsabilização objetiva, sem prejuízo da responsabilização individual de dirigentes, administradores, empregados, representantes, prepostos ou terceiros que tenham participado do ilícito.

A CONTRATADA obriga-se a conduzir suas atividades com estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, lealdade contratual, transparência, livre concorrência e proteção do patrimônio público, abstendo-se de praticar, autorizar, prometer, oferecer, financiar, custear, patrocinar, subvencionar ou tolerar, direta ou indiretamente, qualquer ato ilícito relacionado à contratação.

Para os fins deste Contrato, fica expressamente vedado à CONTRATADA, aos seus sócios, administradores, empregados, representantes, prepostos, fornecedores ou terceiros que atuem em seu interesse ou benefício:
I – prometer, oferecer ou conceder vantagem indevida a agente público, servidor, empregado público, autoridade, ocupante de cargo político ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II – financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática de atos ilícitos contra a Administração Pública;
III – utilizar pessoa física ou jurídica interposta com a finalidade de ocultar ou dissimular interesses, beneficiários, identidade dos envolvidos ou a origem e destinação de recursos;
IV – frustrar, fraudar, manipular ou comprometer o caráter competitivo do procedimento licitatório que originou este Contrato;
V – ajustar, combinar ou coordenar preços, propostas, condições de participação ou comportamentos concorrenciais com outros licitantes ou fornecedores;
VI – afastar ou tentar afastar concorrente mediante fraude, ameaça, violência, oferecimento de vantagem ou qualquer expediente ilícito;
VII – obter vantagem ou benefício indevido mediante alteração, prorrogação, pagamento, recebimento, fiscalização ou extinção fraudulenta do Contrato;
VIII – manipular, fraudar ou apresentar informações inexatas em medições, documentos fiscais, relatórios, declarações, certidões, comprovantes de entrega ou documentos de habilitação;
IX – dificultar atividade de investigação, auditoria, controle ou fiscalização promovida pela Administração, pelos órgãos de controle interno ou externo ou pelas autoridades competentes;
X – oferecer presentes, hospitalidades, viagens, entretenimento, contribuições, favores, doações ou quaisquer benefícios com o propósito de influenciar decisão de agente público;
XI – praticar ato que configure tráfico de influência, corrupção ativa, fraude contratual, lavagem de dinheiro, falsidade documental ou qualquer outro ilícito contra a Administração Pública;
XII – omitir deliberadamente fatos relevantes, vínculos pessoais, societários ou econômicos capazes de caracterizar conflito de interesses ou comprometer a imparcialidade da contratação;
XIII – retaliar, intimidar, constranger ou prejudicar pessoa que, de boa-fé, comunique suspeita de fraude, corrupção ou irregularidade relacionada ao presente Contrato;
XIV – praticar qualquer dos atos lesivos tipificados no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 ou qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, de maneira imediata e suficientemente documentada, qualquer solicitação, exigência, promessa, tentativa ou ocorrência de vantagem indevida, fraude, conflito de interesses ou outra irregularidade de que tenha conhecimento e que guarde relação direta ou indireta com a contratação.

A comunicação de boa-fé não afastará a obrigação de cooperação com a apuração, mas será considerada pela Administração na avaliação da conduta, especialmente quanto à colaboração, às providências de remediação e à efetividade dos mecanismos internos de integridade adotados.

A constatação de indícios de ato lesivo determinará o encaminhamento dos fatos à autoridade competente para instauração do procedimento administrativo pertinente, sem prejuízo da adoção de medidas cautelares, da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, da responsabilização prevista na Lei nº 12.846/2013, da reparação integral do dano e da comunicação aos órgãos de controle, ao Ministério Público e às autoridades policiais, quando cabível.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA
DA INTEGRIDADE E DOS MECANISMOS DE CONFORMIDADE

A CONTRATADA deverá adotar padrões de ética, integridade, governança e conformidade compatíveis com seu porte, estrutura, ramo de atividade, riscos operacionais e grau de interação com o Poder Público, mantendo mecanismos razoáveis e efetivos destinados à prevenção, detecção, interrupção e remediação de fraudes, desvios, irregularidades e atos ilícitos.

Para os fins deste Contrato, compreende-se programa de integridade como o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia, aplicação de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes destinados a prevenir, detectar e sanar fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, além de fomentar e manter uma cultura organizacional de integridade. Tal concepção encontra fundamento nos arts. 56 e 57 do Decreto Federal nº 11.129/2022.

Sem prejuízo da proporcionalidade e da compatibilidade com o porte empresarial, a CONTRATADA deverá:
I – manter o comprometimento de sua alta direção com padrões éticos e com o cumprimento da legislação;
II – adotar código de ética, código de conduta ou regras internas equivalentes aplicáveis aos administradores, empregados, representantes e terceiros;
III – estabelecer políticas de prevenção a fraude, corrupção, conflito de interesses, favorecimento indevido e utilização irregular de informações;
IV – promover orientação e treinamento periódico dos agentes envolvidos em contratações públicas, quando compatível com a estrutura da empresa;
V – realizar avaliação de riscos relacionados à interação com agentes públicos e à execução de contratos administrativos;
VI – manter registros contábeis completos, precisos, íntegros e compatíveis com as operações efetivamente realizadas;
VII – implementar controles internos destinados a assegurar a confiabilidade de documentos, propostas, notas fiscais, comprovantes, relatórios e informações encaminhadas à Administração;
VIII – adotar procedimentos de diligência para contratação e supervisão de representantes, fornecedores, distribuidores, transportadores e demais terceiros vinculados à execução contratual;
IX – manter canal ou meio adequado para o recebimento de comunicações de irregularidades, assegurada, quando possível, a confidencialidade do denunciante de boa-fé;
X – impedir e reprimir atos de retaliação contra denunciantes, testemunhas ou colaboradores de investigações;
XI – instaurar procedimentos internos de apuração e aplicar medidas disciplinares proporcionais às infrações verificadas;
XII – interromper prontamente práticas ilícitas identificadas e adotar medidas destinadas à reparação de seus efeitos;
XIII – cooperar com investigações e auditorias legitimamente instauradas;
XIV – proceder ao monitoramento contínuo e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de integridade existentes;
XV – preservar documentos e evidências relacionados à execução contratual pelo prazo legal aplicável.

A exigência de programa de integridade como obrigação legal específica deverá observar os pressupostos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às contratações de grande vulto, bem como eventual regulamentação aplicável ao Município de Rio Crespo. O Decreto Federal nº 12.304/2024 regulamenta essa matéria diretamente no âmbito da Administração Pública federal e poderá servir como referência técnica, sem substituir eventual disciplina municipal própria.

A inexistência de obrigação legal de implantação de programa formal, em razão do valor ou da natureza desta contratação, não exonera a CONTRATADA do cumprimento das normas anticorrupção, dos deveres de probidade, boa-fé, transparência, cooperação e prevenção de ilícitos estabelecidos neste Contrato.

A CONTRATANTE poderá solicitar documentos estritamente necessários à verificação do cumprimento das obrigações de integridade, preservados os segredos comercial, industrial e empresarial e observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, finalidade e segurança da informação.

A apresentação de documentos relacionados à integridade não impede a Administração de avaliar a efetividade material das medidas adotadas, sendo insuficiente a mera existência formal de códigos, políticas ou declarações destituídos de aplicação concreta.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes comprometem-se a observar integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, bem como os atos normativos expedidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD e as demais normas aplicáveis à privacidade, segurança da informação e proteção de dados pessoais.

A LGPD incide sobre o tratamento de dados pessoais realizado por pessoas jurídicas de direito público e privado e tem por finalidade proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O tratamento de dados pessoais relacionado a este Contrato deverá observar os princípios previstos no art. 6º da LGPD, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Cada parte será considerada agente de tratamento relativamente às operações sobre as quais detenha poder decisório próprio. A CONTRATADA atuará como operadora apenas quando realizar tratamento de dados pessoais em nome da CONTRATANTE e segundo instruções lícitas, documentadas e compatíveis com as finalidades públicas da contratação, sem prejuízo da classificação jurídica decorrente das atividades efetivamente desempenhadas.

Considerando que o objeto contratual consiste no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, mediante entrega única, o acesso da CONTRATADA a dados pessoais deverá limitar-se ao mínimo estritamente necessário à identificação dos responsáveis pelo recebimento, faturamento, comunicação institucional, fiscalização e execução das obrigações de garantia.

A CONTRATADA obriga-se a:
I – tratar dados pessoais exclusivamente para finalidades legítimas, específicas, explícitas e relacionadas à execução deste Contrato;
II – abster-se de utilizar os dados para publicidade, prospecção comercial, criação de perfis, compartilhamento indevido ou qualquer finalidade estranha à contratação;
III – limitar o tratamento ao mínimo de dados necessário ao cumprimento das obrigações contratuais e legais;
IV – assegurar que somente pessoas autorizadas, treinadas e sujeitas a deveres de confidencialidade tenham acesso aos dados;
V – adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação, difusão ou qualquer tratamento inadequado ou ilícito;

VI – manter registros das operações de tratamento realizadas em nome da CONTRATANTE quando legalmente exigíveis;
VII – não compartilhar, transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem fundamento jurídico, necessidade operacional e prévia autorização da CONTRATANTE, quando esta for exigível;
VIII – exigir de terceiros autorizados o cumprimento de obrigações de proteção de dados equivalentes às previstas neste Contrato;

IX – prestar apoio à CONTRATANTE no atendimento de solicitações dos titulares e de determinações da ANPD;
X – corrigir, atualizar, anonimizar, bloquear ou eliminar dados quando determinado pela CONTRATANTE ou exigido pela legislação;
XI – não realizar transferência internacional de dados sem prévia análise de conformidade e atendimento aos requisitos da LGPD;
XII – comunicar imediatamente qualquer suspeita ou confirmação de incidente de segurança;
XIII – cooperar com a investigação, contenção, avaliação e remediação de incidentes;
XIV – manter sigilo sobre os dados e informações acessados, inclusive após a extinção do vínculo contratual;
XV – eliminar ou devolver os dados ao término do tratamento, ressalvadas as hipóteses de conservação legalmente autorizadas.

A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado de sua ciência, sem prejuízo de prazo menor estabelecido em ato normativo, determinação administrativa ou avaliação de risco.

A comunicação deverá conter, sempre que disponíveis:
I – descrição da natureza e das circunstâncias do incidente;
II – data e horário da ocorrência e de sua detecção;
III – categorias e quantidade estimada de titulares afetados;
IV – categorias e volume aproximado de dados envolvidos;
V – consequências prováveis do incidente;
VI – medidas técnicas e administrativas já adotadas;
VII – plano de contenção, remediação e prevenção de reincidência;
VIII – identificação do responsável pelo acompanhamento do incidente.

A CONTRATADA não realizará comunicação pública ou diretamente aos titulares sobre incidente relacionado a tratamento executado em nome da CONTRATANTE sem prévia articulação com esta, ressalvada determinação legal ou de autoridade competente.

O dever de comunicação interna previsto nesta cláusula não se confunde com o prazo e os procedimentos de comunicação à ANPD e aos titulares, os quais serão definidos conforme a legislação, a regulamentação vigente, a natureza dos dados e a avaliação concreta dos riscos.

Quando a CONTRATADA atuar como operadora, deverá seguir as instruções da CONTRATANTE e comunicar imediatamente caso considere que determinada orientação viola a LGPD ou outra norma de proteção de dados, abstendo-se de executar instrução manifestamente ilícita.

A CONTRATADA será responsável pelos danos decorrentes de tratamento realizado em desacordo com a legislação, com este Contrato ou com as instruções lícitas da CONTRATANTE, observados os pressupostos de responsabilização estabelecidos na LGPD e o direito de regresso entre os responsáveis.

A responsabilização por infração à legislação de proteção de dados não afastará a aplicação das sanções contratuais, administrativas, civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA
DA CONFIDENCIALIDADE E DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CONTRATADA deverá preservar a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade das informações a que tiver acesso em razão deste Contrato, independentemente do suporte físico ou digital em que estejam armazenadas.

Consideram-se informações protegidas, para os fins desta cláusula, aquelas identificadas como sigilosas ou cujo caráter reservado decorra da legislação, de sua natureza, da presença de dados pessoais, de segredo comercial ou industrial, de credenciais de acesso, de controles de segurança ou da necessidade de proteção do interesse público.

A CONTRATADA obriga-se a:
I – utilizar as informações exclusivamente para a execução contratual;
II – restringir o acesso às pessoas que efetivamente necessitem conhecê-las;
III – impedir cópia, extração, reprodução, divulgação ou compartilhamento não autorizado;
IV – proteger senhas, chaves de acesso, documentos fiscais, informações cadastrais e dados institucionais;
V – implementar controles de acesso compatíveis com os riscos;
VI – assegurar a rastreabilidade das operações relevantes, quando tecnicamente aplicável;
VII – comunicar perda, acesso indevido, vazamento ou comprometimento de informação;
VIII – restituir ou eliminar documentos e dados ao término da finalidade contratual, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
IX – exigir de seus empregados, representantes e terceiros compromissos equivalentes de confidencialidade;
X – preservar o dever de sigilo mesmo após a extinção do Contrato.

Não serão consideradas confidenciais as informações que:
I – sejam legitimamente públicas;
II – já fossem comprovadamente conhecidas pela parte receptora sem obrigação de sigilo;
III – tenham sido obtidas licitamente de terceiro não sujeito a dever de confidencialidade;
IV – devam ser divulgadas por força de lei, decisão judicial ou determinação de autoridade competente.

Na hipótese de determinação legal de divulgação de informação protegida, a parte obrigada, quando juridicamente possível, comunicará previamente a outra parte, limitando a revelação ao conteúdo estritamente exigido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA
DA TRANSPARÊNCIA, DA PUBLICIDADE E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A execução deste Contrato submete-se aos princípios constitucionais da publicidade, transparência, prestação de contas, controle social e acesso à informação, observados o art. 37 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação, a Lei Federal nº 14.133/2021 e as normas municipais aplicáveis.

A Lei de Acesso à Informação disciplina os procedimentos a serem observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para assegurar o acesso a informações públicas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e de proteção de dados pessoais.

A CONTRATADA reconhece que poderão ser objeto de publicidade, entre outras informações:
I – o inteiro teor deste Contrato e de seus termos aditivos;
II – a identificação das partes;
III – o objeto, o valor, a vigência e as condições de execução;
IV – os empenhos, pagamentos, recebimentos e demais informações da execução financeira;
V – os relatórios de fiscalização e de acompanhamento contratual;
VI – os atos de alteração, suspensão, extinção ou prorrogação;
VII – as sanções administrativas eventualmente aplicadas;
VIII – os demais documentos cuja divulgação seja exigida pela legislação.

A divulgação do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP constitui condição de eficácia nas hipóteses e prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, sem

prejuízo da publicação no portal oficial do Município e em outros meios legalmente exigidos.

A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, de forma tempestiva, completa, verdadeira e em formato acessível, os documentos e informações necessários ao cumprimento das obrigações legais de publicidade, transparência, controle e prestação de contas.

O dever de transparência não autoriza a divulgação indiscriminada de:
I – dados pessoais não necessários à finalidade pública;
II – dados pessoais sensíveis;
III – informações protegidas por sigilo legal;
IV – segredos industrial, comercial ou empresarial legitimamente comprovados;
V – credenciais, senhas, chaves criptográficas ou informações capazes de comprometer a segurança de sistemas;
VI – informações cuja restrição de acesso esteja regularmente fundamentada.

Eventual alegação de sigilo comercial ou empresarial deverá ser apresentada pela CONTRATADA de forma específica, motivada e acompanhada de elementos que demonstrem a necessidade de proteção, não sendo admitida classificação genérica de documentos ou informações como confidenciais.

Caberá à CONTRATANTE decidir sobre pedidos de acesso à informação, classificação de sigilo, proteção de dados e divulgação de documentos, nos termos da legislação aplicável, não vinculando a Administração a declaração unilateral de confidencialidade formulada pela CONTRATADA.

Sempre que possível, a Administração promoverá a transparência mediante anonimização, tarjamento, ocultação parcial ou disponibilização de versão pública do documento, preservando somente os trechos efetivamente protegidos e assegurando acesso ao conteúdo remanescente.

A CONTRATADA deverá colaborar com os órgãos de controle interno e externo, fornecendo documentos e esclarecimentos relacionados à execução contratual, ressalvadas as garantias processuais e os sigilos expressamente protegidos por lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA
DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E DAS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS

O descumprimento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual e poderá ensejar, conforme a gravidade da conduta e mediante processo administrativo regular:
I – emissão de determinação corretiva;
II – advertência;
III – aplicação de multa;
IV – glosa ou retenção de valores, nos limites legalmente admitidos;
V – suspensão de acessos, credenciais ou compartilhamentos de dados;
VI – substituição de empregado, representante, preposto ou terceiro envolvido;
VII – comunicação aos órgãos de controle e às autoridades competentes;
VIII – impedimento de licitar e contratar;
IX – declaração de inidoneidade;
X – extinção unilateral do contrato;
XI – reparação integral dos danos causados;
XII – responsabilização nos termos da Lei nº 12.846/2013, da LGPD e das demais normas aplicáveis.

Na definição da medida administrativa serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração;
II – a extensão do dano ou do risco causado;
III – a vantagem auferida ou pretendida;
IV – o grau de participação da CONTRATADA;
V – a existência e a efetividade dos mecanismos de integridade;
VI – a pronta interrupção da irregularidade;
VII – a cooperação com a apuração;
VIII – a adoção de medidas de remediação;
IX – a reincidência;
X – as circunstâncias agravantes e atenuantes.

A adoção de medidas internas de integridade, comunicação espontânea, colaboração e reparação do dano não excluirá automaticamente a responsabilidade da CONTRATADA, mas poderá ser considerada na dosimetria das consequências administrativas, nos termos da legislação.

A CONTRATADA deverá preservar documentos, registros e evidências relevantes sempre que tomar conhecimento de investigação, auditoria, incidente de segurança, denúncia ou procedimento de responsabilização relacionado ao Contrato, ficando vedada sua destruição, adulteração, ocultação ou manipulação.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º As obrigações de anticorrupção, integridade, confidencialidade, proteção de dados e cooperação com os órgãos de controle permanecerão exigíveis durante toda a vigência do Contrato e, quando sua natureza assim determinar, após sua extinção.

§ 2º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo.

§ 3º A CONTRATADA responderá pelos atos praticados por seus administradores, empregados, representantes, prepostos e terceiros que atuem em seu nome, interesse ou benefício, observados os pressupostos e limites de cada regime legal de responsabilização.

§ 4º Nenhuma disposição deste Capítulo deverá ser interpretada como autorização para tratamento excessivo de dados pessoais, vigilância desproporcional, divulgação indevida de informações protegidas ou transferência à CONTRATADA de competências decisórias exclusivas da Administração Pública.

§ 5º As solicitações de documentos e informações formuladas pela CONTRATANTE deverão guardar pertinência com a execução contratual, a fiscalização, a proteção do patrimônio público, a prevenção de ilícitos ou o cumprimento de obrigação legal, observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção de dados pessoais.

§ 6º As medidas sancionatórias ou restritivas dependerão de decisão motivada e da observância do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, da proporcionalidade e da individualização da responsabilidade, ressalvadas as providências cautelares urgentes necessárias à contenção de dano grave ou risco iminente.

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com a Constituição Federal, com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a Lei Federal nº 12.846/2013, com o Decreto Federal nº 11.129/2022, com a Lei Federal nº 13.709/2018, com a Lei Federal nº 12.527/2011, com a Lei Federal nº 8.429/1992 e com os regulamentos municipais aplicáveis, prevalecendo sempre a norma cogente e a disciplina específica vigente ao tempo da execução contratual.

CAPÍTULO XIV
DA DISPENSA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DOS PRODUTOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA
DA DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, com entrega única, bem como a avaliação administrativa dos riscos inerentes à contratação, fica dispensada a prestação de garantia de execução contratual pela CONTRATADA, não sendo exigida caução em

dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A dispensa ora estabelecida fundamenta-se no caráter facultativo da garantia prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual a Administração poderá, mediante previsão no edital e a seu critério, exigir garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. A ausência de exigência deverá guardar coerência com o planejamento da contratação, a matriz de riscos, quando existente, a complexidade do objeto, o vulto econômico do ajuste e a suficiência dos demais mecanismos de controle contratual.

A dispensa da garantia de execução não representa renúncia, limitação ou redução das prerrogativas da Administração Pública, tampouco exonera a CONTRATADA do cumprimento integral das obrigações assumidas, permanecendo-lhe atribuída responsabilidade plena:
I – pela execução tempestiva e adequada do objeto;
II – pela conformidade quantitativa e qualitativa dos bens entregues;
III – pela observância das especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e deste Contrato;
IV – pela substituição, reparação ou correção dos produtos recusados ou defeituosos;
V – pelos vícios aparentes ou ocultos identificados nos produtos;
VI – pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros;
VII – pelo pagamento das multas e demais sanções regularmente aplicadas;
VIII – pelo ressarcimento integral de danos causados ao erário;
IX – pelo cumprimento da garantia mínima dos produtos;
X – pelas demais obrigações legais, regulamentares e contratuais.

A inexistência de garantia de execução não impedirá a CONTRATANTE de promover, observados o contraditório e a ampla defesa:
I – glosas sobre valores indevidamente faturados;
II – descontos de multas nos créditos devidos à CONTRATADA;
III – compensação administrativa de créditos líquidos e certos, quando juridicamente admissível;
IV – cobrança administrativa ou judicial de prejuízos;
V – inscrição de débitos em dívida ativa, quando cabível;
VI – aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021;
VII – extinção do contrato nas hipóteses legalmente previstas;
VIII – adoção das demais medidas necessárias à tutela do patrimônio público.

§ 1º A dispensa prevista nesta cláusula restringe-se exclusivamente à garantia de execução do contrato administrativo, disciplinada pelos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, não se confundindo com:
I – a garantia legal dos produtos;
II – a garantia contratual ou comercial fornecida pelo fabricante ou fornecedor;
III – a garantia mínima de 12 (doze) meses prevista no Termo de Referência;
IV – a responsabilidade por vícios de qualidade, quantidade, fabricação, acondicionamento, transporte ou funcionamento;
V – a responsabilidade civil pelos danos decorrentes da execução contratual.

§ 2º A dispensa da garantia de execução decorre de opção administrativa vinculada às condições desta contratação e não constitui precedente obrigatório para futuras aquisições, cuja necessidade de garantia deverá ser avaliada individualmente no respectivo planejamento.

§ 3º A Administração poderá exigir, para a celebração de eventual alteração contratual, documentos, compromissos ou medidas de mitigação compatíveis com os novos riscos introduzidos, desde que juridicamente admissíveis, previamente motivados e sem alteração indevida das condições originárias da licitação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA
DA GARANTIA MÍNIMA DOS PRODUTOS

Sem prejuízo da dispensa da garantia de execução prevista na cláusula anterior, a CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os produtos fornecidos, contada da data do respectivo recebimento definitivo pela CONTRATANTE, ou por prazo superior oferecido pelo fabricante, pela CONTRATADA ou constante da proposta vencedora, hipótese em que prevalecerá o período mais benéfico à Administração.

A garantia mínima estabelecida nesta cláusula integra as obrigações essenciais da contratação e abrange a plena adequação, qualidade, durabilidade, segurança, funcionalidade e compatibilidade dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos adquiridos.

A garantia deverá compreender, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE:
I – diagnóstico de falhas, defeitos ou vícios;
II – assistência técnica necessária à solução da irregularidade;
III – fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios indispensáveis ao reparo;
IV – mão de obra especializada;
V – desmontagem e remontagem, quando necessárias;
VI – coleta, retirada, transporte, remessa e devolução dos produtos;
VII – substituição de peças defeituosas;
VIII – substituição integral do produto, quando o reparo não for tecnicamente viável ou não restabelecer sua plena funcionalidade;
IX – atualização ou reinstalação de software embarcado, quando integrante do equipamento;
X – testes de funcionamento após a intervenção;
XI – emissão de relatório técnico contendo a identificação do defeito, as providências adotadas e o resultado do atendimento;
XII – demais custos direta ou indiretamente relacionados ao cumprimento da garantia.

A CONTRATADA será responsável pelo atendimento da garantia perante a CONTRATANTE, ainda que o produto tenha sido fabricado, importado, distribuído ou assistido tecnicamente por terceiro, não podendo invocar limitações decorrentes de sua relação comercial com fabricante, representante, distribuidor ou assistência técnica para retardar ou recusar o cumprimento das obrigações assumidas.

A garantia prevista neste Contrato é complementar às garantias decorrentes da legislação aplicável e não poderá ser interpretada como limitação ou exclusão da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos de fabricação, inadequação do produto ou danos causados à Administração.

Quando juridicamente incidente, a garantia contratual ou comercial será complementar à garantia legal e deverá ser formalizada por escrito, em consonância com o art. 50 da Lei Federal nº 8.078/1990.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA
DO TERMO INICIAL E DA EXTENSÃO DA GARANTIA

O prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses terá início na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo de eventual prazo mais amplo estabelecido pelo fabricante, pela legislação aplicável, pela proposta apresentada ou por documento próprio de garantia.

O recebimento provisório dos bens não dará início à contagem da garantia contratual mínima, uma vez que esse ato possui natureza precária e se destina à verificação inicial da conformidade do fornecimento.

Caso o recebimento definitivo seja retardado por fato imputável exclusivamente à CONTRATANTE, após comprovada a plena conformidade dos bens e a inexistência de pendências atribuíveis à CONTRATADA, o termo inicial poderá ser ajustado mediante decisão expressamente motivada do gestor do contrato, vedada a imposição de ônus desproporcional ao fornecedor.

Na hipótese de substituição integral do produto durante o período de garantia, iniciar-se-á novo prazo mínimo de 12 (doze) meses para o

bem substituto, contado de sua aceitação definitiva, salvo se o prazo remanescente da garantia original ou a garantia do fabricante for mais favorável à Administração.

Quando houver substituição de peça, componente ou acessório essencial, a garantia correspondente será reiniciada relativamente ao item substituído, sem prejuízo do prazo aplicável ao restante do produto.

O período durante o qual o produto permanecer indisponível em razão de defeito coberto pela garantia não será computado em prejuízo da CONTRATANTE, ficando suspensa a contagem do prazo até a efetiva devolução do bem em plenas condições de uso.

A realização de reparo, substituição ou intervenção técnica não importará reconhecimento de uso inadequado pela CONTRATANTE, salvo se essa circunstância for demonstrada mediante laudo técnico circunstanciado, com indicação objetiva da causa do defeito e oportunidade de manifestação da Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA
DO ACIONAMENTO E DO ATENDIMENTO DA GARANTIA

A CONTRATANTE poderá acionar a garantia mediante comunicação escrita encaminhada à CONTRATADA por meio eletrônico, ofício, sistema administrativo ou outro canal formal indicado no contrato, contendo, sempre que possível:
I – identificação do produto;
II – número patrimonial ou número de série, quando existente;
III – descrição do defeito ou da irregularidade;
IV – local em que o bem se encontra;
V – registro fotográfico ou audiovisual, quando pertinente;
VI – indicação do responsável pelo acompanhamento do atendimento.

A ausência de algum dos elementos previstos no caput não autorizará a recusa automática do atendimento quando a irregularidade puder ser suficientemente identificada por outros meios.

Recebida a solicitação, a CONTRATADA deverá:
I – confirmar formalmente o recebimento da comunicação em até 01 (um) dia útil;
II – realizar a avaliação inicial e informar as providências que serão adotadas em até 02 (dois) dias úteis;
III – iniciar o atendimento técnico em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, salvo prazo inferior previsto na proposta, no Termo de Referência ou no documento de garantia;
IV – concluir o reparo ou promover a substituição do produto em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal, ressalvada situação excepcional tecnicamente comprovada e expressamente aceita pela CONTRATANTE.

Caso o reparo não seja concluído no prazo estipulado, a CONTRATADA deverá, a critério da Administração:
I – substituir imediatamente o produto por outro novo, de mesma marca e modelo ou de características superiores, desde que previamente aprovado pela fiscalização;
II – disponibilizar provisoriamente equipamento equivalente, quando necessário à continuidade das atividades administrativas;
III – apresentar plano de solução contendo justificativa técnica, prazo final e medidas de mitigação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

A substituição por produto de marca ou modelo diverso dependerá de prévia aprovação do Fiscal Técnico e somente será admitida quando o bem oferecido possuir qualidade, desempenho, garantia e especificações iguais ou superiores às originalmente contratadas, sem qualquer acréscimo de preço.

Os produtos encaminhados para reparo deverão ser adequadamente identificados, acondicionados, transportados e protegidos contra danos, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA desde sua retirada até a devolução e aceitação pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá entregar comprovante de retirada e de devolução do produto, contendo, no mínimo:
I – descrição e identificação do bem;
II – número de série, quando existente;
III – estado aparente do produto;
IV – acessórios encaminhados conjuntamente;
V – data da retirada;
VI – identificação do responsável pelo transporte;
VII – providências executadas;
VIII – data da devolução.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA
DOS VÍCIOS, DEFEITOS E DA SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem constatados vícios, defeitos, incorreções, incompatibilidades ou inadequações decorrentes do fornecimento, fabricação, acondicionamento, transporte ou entrega.

Serão considerados inadequados, entre outros, os produtos que:
I – não correspondam às especificações técnicas contratadas;
II – apresentem falhas de funcionamento;
III – possuam componentes danificados, incompletos ou incompatíveis;
IV – apresentem sinais de uso anterior, recondicionamento ou remanufatura não autorizados;
V – não sejam novos e de primeiro uso;
VI – revelem qualidade, resistência, durabilidade ou desempenho inferiores aos exigidos;
VII – sejam entregues sem acessórios, manuais, certificados ou demais componentes obrigatórios;
VIII – apresentem defeitos estéticos relevantes que comprometam o uso, a conservação ou a apresentação institucional;
IX – estejam em desacordo com normas técnicas ou de segurança aplicáveis;
X – não possam ser regularmente utilizados para a finalidade administrativa prevista.

A substituição integral será obrigatória quando:
I – o defeito for insanável;
II – o reparo comprometer a qualidade, a segurança, a durabilidade ou o desempenho do produto;
III – houver reincidência do mesmo defeito após tentativa de reparo;
IV – o custo ou a complexidade do reparo demonstrarem sua inviabilidade;
V – o prazo de reparo ultrapassar o limite contratualmente estabelecido;
VI – a assistência técnica concluir pela inviabilidade da recuperação;
VII – a fiscalização constatar que o produto reparado não recuperou sua condição plena de funcionamento.

A aceitação de reparo não impedirá a posterior rejeição do produto caso o defeito persista, reapareça ou seja constatada perda de qualidade ou funcionalidade.

A CONTRATADA não poderá substituir peças originais por componentes usados, recondicionados, remanufaturados ou de qualidade inferior, salvo autorização expressa e tecnicamente motivada da CONTRATANTE em situação excepcional, sem prejuízo da manutenção integral da garantia.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA
DAS EXCLUSÕES DA GARANTIA

A exclusão da cobertura da garantia somente será admitida quando a CONTRATADA comprovar, por meio de laudo técnico detalhado, que o defeito decorreu exclusivamente de:
I – uso manifestamente incompatível com as instruções do fabricante;
II – intervenção técnica não autorizada realizada por terceiro;
III – dano intencional;
IV – acidente externo sem relação com vício do produto;
V – armazenamento em condições comprovadamente incompatíveis com as orientações técnicas previamente fornecidas;

VI – caso fortuito ou força maior sem relação com a qualidade ou segurança do produto.

O laudo técnico deverá conter:
I – identificação do profissional responsável;
II – qualificação técnica do subscritor;
III – descrição dos exames realizados;
IV – registros fotográficos, quando pertinentes;
V – indicação precisa da causa do defeito;
VI – demonstração do nexo causal entre a conduta atribuída à CONTRATANTE e o dano verificado;
VII – fundamentação técnica para a exclusão pretendida.

A mera alegação de mau uso, desgaste natural, umidade, impacto, oscilação elétrica, armazenamento inadequado ou intervenção de terceiro não será suficiente para excluir a garantia sem comprovação técnica objetiva.

Não será considerada causa de exclusão o desgaste prematuro incompatível com a vida útil razoavelmente esperada, a fragilidade anormal, a ausência de instrução adequada de uso ou a deficiência de informações fornecidas pelo fabricante ou pela CONTRATADA.

Havendo controvérsia quanto à origem do defeito, a Administração poderá solicitar avaliação técnica complementar, diligência, perícia ou parecer especializado, permanecendo assegurados à CONTRATADA o contraditório e a apresentação de elementos técnicos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA DISPONIBILIDADE DE PEÇAS

Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar estrutura de atendimento suficiente para o cumprimento tempestivo das obrigações assumidas, diretamente ou por intermédio de rede de assistência técnica devidamente qualificada.

Quando o atendimento for realizado por assistência técnica autorizada, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a CONTRATANTE por:
I – agendamento;
II – acompanhamento do serviço;
III – observância dos prazos;
IV – qualidade dos reparos;
V – fornecimento de peças;
VI – transporte dos produtos;
VII – restituição do bem em perfeito estado;
VIII – solução definitiva da ocorrência.

A CONTRATADA deverá manter peças, componentes e acessórios necessários ao atendimento da garantia ou demonstrar capacidade de obtê-los em prazo compatível com as obrigações contratuais.

A interrupção da produção, importação, distribuição ou assistência técnica de determinado modelo não exonerará a CONTRATADA, que deverá disponibilizar solução equivalente ou superior, previamente aprovada pela Administração.

Toda peça substituída deverá ser nova, original ou tecnicamente equivalente, plenamente compatível com o produto e acompanhada da correspondente garantia.

As peças defeituosas retiradas poderão ser recolhidas pela CONTRATADA, desde que a retirada seja registrada e não prejudique eventual análise técnica ou procedimento de responsabilização instaurado pela Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA
DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE GARANTIA

O descumprimento injustificado dos prazos ou das obrigações relacionadas à garantia dos produtos caracterizará inadimplemento contratual e sujeitará a CONTRATADA, mediante regular processo administrativo, às medidas e sanções previstas neste Contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE poderá:
I – estabelecer prazo final para cumprimento da obrigação;
II – determinar a substituição imediata do produto;
III – contratar terceiro para realizar o reparo, imputando à CONTRATADA os custos comprovadamente suportados, observadas as garantias processuais;
IV – descontar valores de créditos eventualmente existentes em favor da CONTRATADA, quando legalmente admissível;
V – promover cobrança administrativa ou judicial;
VI – exigir o ressarcimento das despesas de transporte, avaliação, reparo ou substituição;
VII – aplicar multa moratória ou compensatória;
VIII – considerar o inadimplemento para fins de avaliação do histórico de execução contratual;
IX – adotar as demais medidas necessárias à proteção do patrimônio público.

A execução do reparo por terceiro, quando determinada em razão da omissão da CONTRATADA, não extinguirá sua responsabilidade por outros vícios, defeitos ou obrigações abrangidos pela garantia.

O pagamento integral do preço, o recebimento definitivo, o encerramento da vigência ou a extinção do contrato não afastarão as obrigações de garantia cujo prazo ainda esteja em curso.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º A dispensa de garantia de execução contratual não poderá ser invocada pela CONTRATADA como fundamento para reduzir o padrão de diligência, qualidade, solvabilidade, capacidade operacional ou responsabilidade exigível na execução do objeto.

§ 2º A garantia mínima de 12 (doze) meses possui natureza de obrigação contratual autônoma e sobreviverá ao recebimento definitivo, ao pagamento e ao encerramento da vigência contratual pelo período necessário ao seu integral cumprimento.

§ 3º Os custos relacionados ao cumprimento da garantia consideram-se incluídos no preço contratado, sendo vedada a cobrança de taxas de visita, diagnóstico, deslocamento, coleta, transporte, mão de obra, peças ou quaisquer outros encargos.

§ 4º A CONTRATADA deverá entregar, juntamente com os produtos, os respectivos certificados, termos ou documentos de garantia, redigidos em língua portuguesa e contendo, no mínimo:
I – identificação do produto;
II – número de série, quando houver;
III – prazo de cobertura;
IV – condições de atendimento;
V – canais de comunicação;
VI – identificação do fabricante e da assistência técnica;
VII – hipóteses justificadas de exclusão;
VIII – procedimentos para acionamento.

§ 5º Eventual omissão, incompletude ou inconsistência do termo de garantia não afastará a responsabilidade da CONTRATADA nem reduzirá o prazo mínimo estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência.

§ 6º Em caso de divergência entre o prazo ou as condições de garantia constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta, do manual do fabricante, do certificado de garantia e deste Contrato, prevalecerá a condição mais favorável à CONTRATANTE, desde que compatível com a legislação e com a proposta regularmente aceita.

§ 7º Aplicam-se subsidiariamente às obrigações de garantia as disposições pertinentes do Código Civil e, quando juridicamente cabível à relação concreta, as normas da Lei Federal nº 8.078/1990, sem prejuízo do regime jurídico-administrativo estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas de maneira a preservar a utilidade, a durabilidade, a segurança e a plena funcionalidade dos bens adquiridos, bem como a continuidade das atividades da Banda Marcial e da Fanfarra Municipal, vedada qualquer interpretação que resulte em exoneração indevida da responsabilidade da CONTRATADA.

CAPÍTULO XV
DOS CASOS OMISSOS, DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA DO CONTRATO E DO FORO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA
DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, as dúvidas de interpretação e as controvérsias de natureza administrativa surgidas durante a execução deste Contrato serão solucionados pela CONTRATANTE mediante decisão expressamente motivada, observada a ordem jurídica aplicável às contratações públicas, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios constitucionais e administrativos, as disposições do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da proposta adjudicada e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório.

A solução dos casos omissos deverá observar, sucessivamente e conforme a pertinência da matéria:

I – as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente os princípios previstos em seus arts. 5º e 37;

II – as normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021;

III – as normas municipais regulamentadoras das licitações e dos contratos administrativos;

IV – as disposições do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA, da ata da sessão pública, dos esclarecimentos, das respostas às impugnações e dos demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026;

V – os princípios gerais dos contratos administrativos e do Direito Administrativo;

VI – a jurisprudência dos Tribunais Superiores e as orientações dos Tribunais de Contas, especialmente aquelas aplicáveis às contratações públicas municipais;

VII – as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000, quando relacionada a questão de natureza orçamentária ou financeira;

VIII – as disposições da Lei Federal nº 9.784/1999, como referência principiológica e procedimental, quando compatíveis com a autonomia municipal e inexistir norma local específica;

IX – as disposições do Código Civil e demais normas de direito privado, aplicadas subsidiariamente e somente quando compatíveis com o regime jurídico-administrativo;

X – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva e preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º A aplicação subsidiária de normas de direito privado não poderá afastar, restringir ou neutralizar as prerrogativas legalmente conferidas à Administração Pública, nem modificar a natureza administrativa do vínculo contratual.

§ 2º Nenhuma prática reiterada, tolerância, omissão fiscalizatória ou conduta informal das partes poderá ser interpretada como alteração tácita do Contrato, novação, renúncia de direitos, supressão de obrigações ou afastamento de exigência prevista na legislação ou nos instrumentos da contratação.

§ 3º A eventual tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de determinada obrigação não impedirá sua exigência posterior nem constituirá precedente vinculante para situações futuras.

§ 4º As decisões administrativas destinadas à solução de casos omissos deverão ser precedidas, sempre que necessário, de:
I – manifestação do Gestor do Contrato;
II – manifestação do Fiscal Técnico ou do Fiscal Administrativo, conforme a natureza da questão;
III – diligência destinada à complementação da instrução processual;
IV – oitiva da CONTRATADA, quando a decisão puder afetar seus direitos ou impor-lhe obrigações;
V – análise da disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
VI – parecer jurídico, quando exigido pela legislação, pela complexidade da matéria ou pela autoridade competente;
VII – decisão motivada da autoridade administrativa competente.

§ 5º A solução conferida ao caso omisso deverá preservar a finalidade pública da contratação, a natureza do objeto, a isonomia entre os licitantes, as condições efetivas da proposta adjudicada e a equação econômico-financeira originalmente pactuada, vedada a criação de obrigação material substancial que não encontre fundamento na legislação ou nos instrumentos da licitação.

§ 6º Quando o caso omisso envolver matéria técnica referente à qualidade, funcionalidade, compatibilidade, assistência técnica ou garantia dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, a decisão administrativa deverá ser instruída com manifestação técnica idônea, admitida a realização de inspeção, teste, diligência, análise especializada ou consulta ao fabricante.

§ 7º Quando a questão envolver possível inadimplemento, aplicação de sanção, retenção de crédito, extinção contratual ou imputação de responsabilidade, serão obrigatoriamente assegurados o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas e a decisão administrativa fundamentada, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º A CONTRATADA deverá submeter previamente à CONTRATANTE qualquer dúvida suscetível de afetar a execução do objeto, não podendo invocar, posteriormente, interpretação unilateral, silêncio administrativo não qualificado ou desconhecimento das normas aplicáveis como justificativa para o inadimplemento.

§ 9º A inexistência de solução expressa e imediata para questão submetida à Administração não autoriza a CONTRATADA a interromper unilateralmente o fornecimento, recusar o cumprimento de obrigação incontroversa ou alterar as condições de execução, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, na forma e no prazo estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, como condição indispensável à sua eficácia jurídica.

Por decorrer de procedimento licitatório, a divulgação no PNCP deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado da data da assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A divulgação no PNCP abrangerá, no mínimo, as informações e os documentos exigidos pela legislação, inclusive:
I – identificação do órgão ou entidade contratante;
II – número do Processo Administrativo;
III – modalidade e identificação do procedimento licitatório;

IV – identificação da CONTRATADA;
V – número de inscrição da CONTRATADA no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;
VI – descrição do objeto contratado;
VII – valor total do Contrato;
VIII – prazo de vigência;
IX – data de assinatura;
X – fonte orçamentária, quando exigida pelo sistema;
XI – inteiro teor do instrumento contratual;
XII – demais informações previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação do PNCP.

§ 1º A CONTRATANTE também promoverá a divulgação dos termos aditivos, apostilamentos e demais atos contratuais sujeitos à publicidade, observados os prazos e as exigências previstos na legislação aplicável.

§ 2º A publicação no PNCP não afasta a observância de outros meios de publicidade exigidos pela legislação municipal, especialmente:
I – o portal oficial do Município de Rio Crespo;
II – o Portal da Transparência municipal;
III – o Diário Oficial utilizado pelo Município;
IV – os sistemas eletrônicos de controle e acompanhamento das contratações públicas;
V – outros meios instituídos por norma local.

§ 3º A CONTRATADA deverá fornecer, tempestivamente, todos os documentos, dados e esclarecimentos necessários à correta divulgação do Contrato, responsabilizando-se pela exatidão das informações que lhe forem diretamente atribuíveis.

§ 4º Constatada incorreção material, omissão ou divergência nas informações publicadas, a CONTRATANTE deverá promover sua retificação, preservados o histórico e a rastreabilidade do ato administrativo.

§ 5º A publicidade contratual deverá observar simultaneamente:
I – o princípio constitucional da publicidade;
II – a transparência ativa;
III – o direito de acesso à informação;
IV – a proteção de dados pessoais;
V – a preservação das informações legalmente sigilosas;
VI – a proteção de segredos comercial e industrial legitimamente comprovados.

§ 6º Os dados pessoais que não sejam necessários à finalidade pública da divulgação deverão ser suprimidos, ocultados ou anonimizados, especialmente números de documentos pessoais, endereços residenciais, contatos particulares, dados bancários, assinaturas e outras informações cuja exposição seja desnecessária ou desproporcional.

§ 7º A ausência de divulgação tempestiva no PNCP deverá ser imediatamente comunicada à autoridade competente para adoção das providências saneadoras, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa pelo descumprimento do dever legal de publicidade.

§ 8º A CONTRATADA não poderá impedir ou restringir a divulgação das informações contratuais legalmente públicas, ressalvadas as hipóteses de sigilo expressamente previstas em lei e devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

§ 9º A alegação de sigilo empresarial deverá ser específica, fundamentada e acompanhada da demonstração concreta de que a publicidade da informação poderá revelar segredo industrial, comercial ou tecnológico juridicamente protegido, não sendo admitida declaração genérica de confidencialidade sobre o inteiro teor do Contrato ou de seus documentos essenciais.

§ 10 A publicação do instrumento no PNCP constitui condição de eficácia, mas não substitui a necessidade de prévia assinatura pelas partes, regular empenho da despesa, designação dos responsáveis pela gestão e fiscalização e atendimento das demais condições legais necessárias à execução contratual.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA
DA EFICÁCIA E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

O presente Contrato produzirá efeitos após sua regular assinatura e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, observada a condição de eficácia estabelecida no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA somente deverá iniciar a execução após o recebimento da correspondente Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento administrativo equivalente, emitido por autoridade competente, no qual deverão constar, sempre que aplicável:
I – a identificação do Contrato;
II – a identificação do Processo Administrativo;
III – a descrição dos bens;
IV – os quantitativos;
V – o local de entrega;
VI – o prazo de fornecimento;
VII – a identificação do responsável pelo recebimento;
VIII – outras instruções necessárias à execução.

§ 1º A execução realizada sem autorização formal da Administração não gerará, por si só, direito ao pagamento, ressalvado o reconhecimento administrativo de obrigação efetivamente constituída e de benefício comprovadamente incorporado ao patrimônio público, observada a legislação aplicável e a apuração de responsabilidades.

§ 2º A Ordem de Fornecimento não poderá modificar as especificações, os quantitativos, os preços, os prazos ou as demais condições originalmente contratadas, salvo quando houver alteração contratual regularmente formalizada.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente qualquer divergência entre a Ordem de Fornecimento e os instrumentos da contratação, abstendo-se de executar determinação manifestamente incompatível com o Contrato até que a questão seja formalmente esclarecida pela Administração.

§ 4º O atraso da Administração na emissão da Ordem de Fornecimento não autorizará a CONTRATADA a considerar automaticamente extinto o vínculo, devendo eventual repercussão ser submetida à análise do Gestor do Contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA
DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS

As partes comprometem-se a empregar esforços para solucionar administrativamente as controvérsias decorrentes da interpretação ou execução deste Contrato, privilegiando a boa-fé, a cooperação, a eficiência, a economicidade, a consensualidade e a preservação do interesse público.

A instauração de procedimento administrativo para solução de controvérsia não suspenderá automaticamente a execução contratual, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações incontroversas e as determinações administrativas legalmente expedidas.

A parte interessada deverá formular sua pretensão por escrito, indicando:
I – os fatos que deram origem à controvérsia;
II – as cláusulas contratuais e normas legais aplicáveis;
III – os documentos comprobatórios;
IV – os efeitos técnicos, administrativos ou financeiros alegados;
V – a providência concretamente requerida;
VI – a demonstração do nexo causal, quando houver pretensão indenizatória ou econômico-financeira.

A Administração poderá realizar diligências, solicitar esclarecimentos, determinar a apresentação de documentos complementares e promover reuniões técnicas ou administrativas destinadas à adequada compreensão e solução da controvérsia.

A decisão administrativa deverá ser motivada e comunicada formalmente à CONTRATADA, sem prejuízo dos recursos administrativos cabíveis e do acesso ao Poder Judiciário.

A tentativa de solução administrativa não implicará renúncia a direitos, novação, transação ou reconhecimento da procedência da pretensão apresentada.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA
DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca competente para o Município de Rio Crespo, Estado de Rondônia, para dirimir as controvérsias decorrentes deste Contrato que não possam ser solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A eleição do foro observa o art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas devem conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir questões contratuais, ressalvadas as hipóteses legalmente excepcionadas.

§ 1º A competência territorial será definida de acordo com a organização judiciária vigente no Estado de Rondônia, considerando-se o foro que legalmente abranja o Município de Rio Crespo na data do ajuizamento da demanda.

§ 2º A eleição do foro não prejudicará:
I – o exercício das competências constitucionais dos Tribunais de Contas;
II – a atuação do Ministério Público;
III – o controle interno da Administração;
IV – a competência da Justiça Federal quando configurada alguma das hipóteses previstas no art. 109 da Constituição Federal;
V – a competência material da Justiça do Trabalho, quando legalmente caracterizada;
VI – a competência de outros órgãos jurisdicionais definida por norma constitucional ou legal de caráter absoluto.

§ 3º A eleição do foro não impede a utilização de meios consensuais de prevenção e resolução de controvérsias legalmente admitidos, desde que sua adoção seja autorizada pela autoridade competente, compatível com a natureza do direito discutido e devidamente formalizada no processo administrativo.

§ 4º As comunicações, notificações, intimações e demais atos extrajudiciais relacionados à execução deste Contrato deverão ser encaminhados aos endereços físicos e eletrônicos indicados pelas partes, incumbindo a cada uma informar qualquer alteração cadastral.

§ 5º A ausência de atualização cadastral tornará válidas as comunicações encaminhadas aos endereços constantes do Contrato ou do processo administrativo, desde que comprovada a tentativa regular de entrega ou transmissão.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO ENCERRAMENTO DO INSTRUMENTO

O presente Contrato deverá ser interpretado de forma sistemática e integrada com o Edital do Pregão Eletrônico, o Termo de Referência, a proposta adjudicada, a Nota de Empenho, os atos de homologação e adjudicação e os demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026.

A declaração de nulidade, invalidade ou ineficácia de cláusula específica não prejudicará, quando juridicamente possível, as demais disposições contratuais, que permanecerão válidas e exigíveis, desde que preservadas a essência da contratação, a finalidade pública e a equação econômico-financeira.

Qualquer modificação deste instrumento somente será válida quando formalizada pela autoridade competente por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração e as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

As obrigações que, por sua natureza, devam subsistir após o encerramento da vigência permanecerão plenamente exigíveis, especialmente aquelas relacionadas:
I – à garantia mínima dos produtos;
II – à responsabilidade por vícios ocultos;
III – à reparação de danos;
IV – ao ressarcimento ao erário;
V – à confidencialidade;
VI – à proteção de dados pessoais;
VII – às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais;
VIII – à cooperação em auditorias e procedimentos de controle;
IX – à apuração de infrações e aplicação de sanções;
X – à prestação de informações e guarda documental.

E, por estarem ajustadas e de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato Administrativo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, obrigando-se por si e por seus sucessores, após a observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis.

Rio Crespo/RO, 14 de Setembro de 2026.

Pela Contratante
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Município De Rio Crespo/RO

Pela Contratada
LETICIA PIMENTA GARCIA BOUSAS
Lets Musical LTDA

Publicado por:
Thiago Barros da Silva
Código Identificador:D409DC96

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 764/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA BANDA MARCIAL E FANFARRA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO E A EMPRESA MARCELO ARAUJO SILVA E CIA LTDA, NA FORMA ABAIXO.

CAPÍTULO I
CLÁUSULA PRIMEIRA
DO PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo, de um lado o MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 63.761.977/0001-41, com sede administrativa na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, Rio Crespo, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, e, de outro lado, a empresa **MARCELO ARAUJO SILVA E CIA LTDA** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **71.107.320/0001-93**, estabelecida à **RUA FREI HENRIQUE 618-SL 201, BAIRRO: SÃO FRANCISCO, CIDADE: PARÁ DE MINAS MG, CEP 35660-970**, neste ato

representada por **MARCELO ARAÚJO SILVA**, portador(a) do CPF nº ********** e RG nº *******, **EMAIL: VENDAS@MARCELOELETROMUSICAL.COM TELEFONE: (37)3232-0077 35660011,** doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE BENS PERMANENTES, mediante as cláusulas e condições seguintes, observando rigorosamente a legislação vigente, o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026, a proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA e os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026, os quais passam a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

O presente contrato possui natureza jurídica de contrato administrativo de fornecimento, submetendo-se ao regime jurídico de direito público, caracterizado pela supremacia do interesse público, pelas prerrogativas conferidas à Administração Pública e pela incidência das cláusulas exorbitantes legalmente previstas, sem prejuízo da aplicação subsidiária das normas de direito privado quando compatíveis com a natureza da contratação.

A contratação decorre do procedimento licitatório instaurado para atender à necessidade pública de implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo, mediante aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, destinados ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, cívicas e sociais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Integram este contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026;
II – o Termo de Referência;
III – a proposta comercial vencedora;
IV – os documentos de habilitação;
V – os esclarecimentos, impugnações e decisões eventualmente proferidas durante o certame;
VI – a Ordem de Fornecimento;
VII – o Processo Administrativo nº 764/2026.

A celebração deste instrumento representa manifestação legítima da vontade das partes, observando os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação, da eficiência administrativa, da transparência, da economicidade, da segurança jurídica e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato Administrativo rege-se, precipuamente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente pelas normas relativas à formalização, execução, fiscalização, alteração, pagamento, recebimento do objeto, responsabilidade contratual, infrações administrativas e extinção dos contratos administrativos, bem como pelas cláusulas constantes do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência e da proposta vencedora, que passam a integrar este instrumento para todos os efeitos legais.

A contratação observa os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, dentre os quais destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, os quais orientam toda a execução contratual e vinculam tanto a Administração quanto a Contratada.

Em observância ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, a atuação das partes será pautada pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, impondo-se comportamento compatível com a supremacia do interesse público, a finalidade administrativa, a boa-fé objetiva, a moralidade administrativa, a eficiência e a continuidade do serviço público, vedando-se qualquer conduta que comprometa a lisura do procedimento licitatório ou a adequada execução contratual.

Aplicam-se, subsidiariamente, ao presente contrato, as disposições da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), especialmente quanto à teoria geral dos contratos, boa-fé objetiva, responsabilidade civil, mora, inadimplemento das obrigações, perdas e danos e demais institutos compatíveis com o regime jurídico administrativo, desde que não contrariem as prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021.

Em matéria de transparência administrativa, publicidade dos atos e acesso às informações públicas, aplicam-se as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), garantindo-se ampla publicidade dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, observando-se os princípios da transparência ativa, controle social e prestação de contas.

Quanto ao tratamento de dados pessoais eventualmente compartilhados durante a execução contratual, as partes obrigam-se ao fiel cumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A presente contratação também observará, no que couber, a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), especialmente quanto aos deveres de probidade, integridade, honestidade, lealdade institucional e proteção ao patrimônio público, impondo às partes o dever permanente de atuar em conformidade com os princípios da ética administrativa e da boa governança pública.

A execução contratual será orientada pelos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, cooperação entre as partes, mitigação de riscos, prevenção de litígios, planejamento da contratação, responsabilidade fiscal, sustentabilidade das contratações públicas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando-se o equilíbrio entre a satisfação do interesse público e a preservação da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

As prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021 constituem cláusulas implícitas deste contrato, facultando ao CONTRATANTE, quando presentes os pressupostos legais, promover alterações unilaterais, aplicar sanções administrativas, fiscalizar permanentemente a execução contratual, determinar correções, instaurar processos administrativos sancionatórios e extinguir o contrato nas hipóteses legalmente previstas, sempre mediante observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Por fim, todas as controvérsias decorrentes da interpretação e execução deste contrato deverão observar a legislação aplicável, os princípios gerais do Direito Administrativo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas, bem como os entendimentos consolidados acerca da execução dos contratos administrativos, preservando-se, em qualquer hipótese, a supremacia do interesse público, a continuidade das políticas públicas e a segurança jurídica das relações contratuais.

CAPÍTULO II
DO OBJETO, DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

CLÁUSULA TERCEIRA
DO OBJETO

O presente Contrato Administrativo tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos destinados à

implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo/RO, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Proposta Comercial da CONTRATADA e demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026.

A presente contratação possui natureza jurídica de aquisição de bens permanentes comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os bens contratados possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, sendo plenamente possível sua caracterização mediante critérios técnicos amplamente reconhecidos no setor econômico correspondente.

A contratação decorre de procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, seleção da proposta mais vantajosa e vinculação ao instrumento convocatório, previstos na Lei nº 14.133/2021.

O objeto contratual destina-se ao fortalecimento das políticas públicas municipais de cultura, educação e inclusão social, mediante a disponibilização de instrumentos musicais destinados ao desenvolvimento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal, promovendo atividades culturais, educacionais, cívicas e comunitárias, bem como incentivando a formação musical de crianças, adolescentes e jovens, conforme objetivos definidos pela Administração Pública.

Constituem objeto deste contrato exclusivamente os bens constantes da proposta adjudicada e homologada, vedada a substituição por produtos de qualidade inferior, recondicionados, remanufaturados, usados ou que não atendam integralmente às especificações técnicas exigidas pela Administração.

O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da eficiência administrativa, da continuidade do serviço público, da sustentabilidade das contratações públicas e da preservação do interesse público primário, constituindo obrigação essencial da CONTRATADA o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA
DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os bens objeto deste contrato deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora e da Ordem de Fornecimento, constituindo requisito essencial para o recebimento definitivo do objeto o atendimento pleno às características de qualidade, desempenho, durabilidade, funcionalidade, segurança e compatibilidade estabelecidas pela Administração.

Todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, produzidos em conformidade com os padrões técnicos adotados pelo fabricante, livres de vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias decorrentes do transporte ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização ou vida útil.

É expressamente vedado o fornecimento de produtos:

I – usados;
II – recondicionados;
III – remanufaturados;
IV – recuperados;
V – provenientes de mostruário;
VI – fora de linha de fabricação;
VII – com componentes reutilizados;
VIII – com especificações inferiores às exigidas pela Administração;
IX – desacompanhados dos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento;
X – que apresentem qualquer desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados, quando aplicável:

I – manuais técnicos de operação;

II – certificados de garantia;

III – notas fiscais;

IV – acessórios originais do fabricante;

V – componentes necessários ao pleno funcionamento;

VI – embalagens originais lacradas;

VII – identificação do fabricante;

VIII – demais documentos exigidos pela legislação específica.

A CONTRATADA responderá integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, assumindo responsabilidade exclusiva por defeitos de fabricação, falhas de desempenho, incompatibilidade técnica, vícios ocultos ou quaisquer irregularidades constatadas durante o período de garantia legal e contratual.

Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo pela Administração, sem prejuízo das garantias legais previstas no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicáveis.

Durante o período de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer equipamento que apresente defeito de fabricação, mau funcionamento ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A simples entrega dos bens não importará em aceitação definitiva do objeto, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela conformidade técnica dos materiais até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato.

A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, qualquer equipamento que não satisfaça as especificações técnicas contratadas, hipótese em que a CONTRATADA deverá promover sua substituição no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A conformidade técnica do objeto será aferida mediante inspeção realizada pelo fiscal do contrato, podendo ser solicitados testes, verificações, conferências, demonstrações de funcionamento, certificações do fabricante e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA
DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Integram o presente Contrato Administrativo, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, constituindo um único instrumento jurídico e vinculando as partes em sua integralidade:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026 e todos os seus anexos;
II – o Termo de Referência;
III – o Estudo Técnico Preliminar;
IV – o Mapa de Gerenciamento de Riscos;
V – a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA;
VI – os documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica da CONTRATADA;
VII – a ata da sessão pública do Pregão Eletrônico;

VIII – a adjudicação;
IX – o ato de homologação;
X – a Nota de Empenho;
XI – a Ordem de Fornecimento;
XII – eventuais esclarecimentos, impugnações, respostas e decisões administrativas emitidas durante o procedimento licitatório;
XIII – o Processo Administrativo nº 764/2026 e seus documentos instrutórios.

Os documentos acima relacionados complementam-se reciprocamente, devendo ser interpretados de forma sistemática, harmônica e integrada, prevalecendo, em caso de divergência:

I – a Lei Federal nº 14.133/2021;
II – o Edital da Licitação;
III – o Termo de Referência;
IV – este Contrato Administrativo;
V – a proposta adjudicada da CONTRATADA.

A eventual omissão, contradição ou divergência entre os documentos integrantes não autoriza a execução de serviços ou fornecimento de bens em desacordo com o interesse público ou com as especificações técnicas exigidas pela Administração, competindo ao gestor e ao fiscal do contrato promover a interpretação mais compatível com a legislação aplicável, os princípios da Administração Pública e a finalidade da contratação.

A assinatura do presente instrumento importa em declaração expressa da CONTRATADA de que examinou previamente todos os documentos que compõem o procedimento licitatório, possui pleno conhecimento das condições técnicas, administrativas, operacionais, financeiras e jurídicas da contratação e assume integral responsabilidade pela execução do objeto, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de quaisquer cláusulas, especificações, exigências ou condições constantes dos documentos que integram este contrato.

Os documentos integrantes deste contrato permanecem disponíveis para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais normas pertinentes, assegurando-se a transparência, a publicidade dos atos administrativos e o controle da execução contratual.

CAPÍTULO III
DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA SEXTA
DO VALOR DO CONTRATO

O valor global do presente Contrato Administrativo é de R$ **1.760,00**, correspondente ao montante adjudicado à CONTRATADA no procedimento licitatório, compreendendo a integralidade do objeto contratado, inclusive todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas.

O valor contratado compreende, sem limitação:
I – fornecimento integral dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos;
II – transporte, frete, carga, descarga e movimentação dos bens;
III – embalagens apropriadas;
IV – seguros de transporte;
V – tributos federais, estaduais e municipais;
VI – contribuições previdenciárias;
VII – encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
VIII – despesas administrativas;
IX – despesas operacionais;
X – custos de logística;
XI – assistência técnica, quando exigida;
XII – garantia dos produtos;
XIII – reposição de materiais defeituosos;
XIV – quaisquer outros custos necessários à completa execução contratual.

Nenhum pagamento adicional será devido à CONTRATADA sob alegação de erro de cálculo, subavaliação dos custos da proposta, aumento de despesas operacionais, alteração da estrutura empresarial, dificuldades de mercado ou qualquer outro fato previsível à época da formulação da proposta, ressalvadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A proposta apresentada pela CONTRATADA presume-se elaborada com pleno conhecimento das condições técnicas, econômicas, tributárias, logísticas e operacionais da contratação, constituindo obrigação exclusiva da contratada suportar os riscos ordinários da atividade empresarial, em observância ao princípio da responsabilidade objetiva do contratado perante a Administração Pública.

O preço contratado é considerado completo, suficiente e compatível com a execução integral do objeto, permanecendo inalterável durante sua vigência, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas de reajustamento, revisão ou restabelecimento da equação econômico-financeira, observadas as disposições dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Administração efetuará os pagamentos exclusivamente pelos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela fiscalização contratual, vedado o pagamento antecipado, salvo nas hipóteses excepcionalmente autorizadas pela legislação vigente, desde que devidamente motivadas e demonstradas a vantagem para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, conforme classificação constante do Processo Administrativo nº 764/2026.

A despesa será custeada pela seguinte classificação orçamentária:

Programa Orçamentário:
13.392.0002.2033.0000 – Operacionalidade das Atividades de Cultura, Desporto e Lazer.

Elemento de Despesa:
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

As despesas futuras decorrentes de eventual prorrogação contratual, quando legalmente admitida, correrão à conta das dotações consignadas nos respectivos exercícios financeiros, observando-se o disposto nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A celebração do presente contrato encontra-se condicionada à existência de disponibilidade orçamentária suficiente para suportar todas as obrigações dele decorrentes, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal, do planejamento orçamentário e da sustentabilidade financeira da contratação pública.

Na hipótese de insuficiência superveniente de recursos orçamentários, a Administração adotará as providências legalmente cabíveis, preservando-se os direitos da CONTRATADA quanto às obrigações regularmente executadas e liquidadas.

O empenho da despesa constitui requisito indispensável para a realização dos pagamentos, observando-se rigorosamente o regime jurídico da despesa pública, a ordem cronológica dos pagamentos e as normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), quando aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA
DO REAJUSTE DOS PREÇOS

Em observância ao princípio da manutenção da estabilidade das relações contratuais e ao disposto no art. 92, inciso V, c/c arts. 25, § 7º, e 134 da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado que fundamentou a licitação.

Ultrapassado o interregno mínimo de doze meses, os preços poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, desde que comprovada a manutenção da execução contratual e observada a periodicidade anual estabelecida em lei.

O reajuste será calculado utilizando-se, preferencialmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Na ausência definitiva do índice previsto, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a efetiva variação inflacionária dos custos da contratação, mediante justificativa técnica da Administração.

O reajuste dependerá de:
I – solicitação formal da CONTRATADA;
II – demonstração da ocorrência do período mínimo legal;
III – manifestação favorável da fiscalização;
IV – análise jurídica, quando exigida;
V – autorização da autoridade competente.

O reajuste produzirá efeitos exclusivamente para as parcelas executadas após sua formalização, vedada qualquer forma de retroatividade em desacordo com a legislação vigente.

A ausência de requerimento tempestivo da CONTRATADA importará em renúncia ao reajuste relativo ao período correspondente, ressalvada disposição legal superveniente em sentido diverso.

CLÁUSULA NONA
DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Fica assegurada a manutenção da equação econômico-financeira originalmente pactuada, em observância ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nos arts. 124, inciso II, alínea "d", 130 e 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido quando fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes, alterarem substancialmente os encargos originalmente assumidos pela CONTRATADA, tornando excessivamente onerosa a execução do contrato.

Também ensejarão pedido de reequilíbrio:
I – caso fortuito;
II – força maior;
III – fato do príncipe;
IV – fato da Administração;
V – criação, alteração ou extinção de tributos com repercussão direta nos custos da contratação;
VI – modificações legislativas que impactem significativamente a execução contratual;
VII – situações extraordinárias e imprevisíveis que rompam a base objetiva do contrato.

O pedido de recomposição deverá ser instruído com documentação técnica idônea, demonstrando:
I – o fato gerador do desequilíbrio;
II – sua imprevisibilidade ou excepcionalidade;
III – o nexo causal entre o evento e o aumento dos encargos;
IV – a efetiva repercussão financeira sobre a execução contratual;
V – memória de cálculo detalhada;
VI – documentos fiscais, contábeis e financeiros que comprovem a variação extraordinária dos custos.

Não serão considerados aptos a justificar o reequilíbrio econômico-financeiro:
I – erros na elaboração da proposta;
II – oscilações normais de mercado;
III – variações cambiais previsíveis;
IV – aumento ordinário dos custos operacionais;
V – dificuldades financeiras da empresa;
VI – gestão empresarial inadequada;
VII – riscos inerentes à atividade econômica da CONTRATADA.

Recebido o requerimento, a Administração procederá à análise técnica, econômica, contábil e jurídica, podendo requisitar documentos complementares, diligências, pareceres especializados e demais elementos necessários à correta avaliação da pretensão.

Reconhecido o direito ao restabelecimento da equação econômico-financeira, será celebrado o competente Termo Aditivo, observando-se a estrita proporcionalidade entre o evento extraordinário ocorrido e a recomposição dos encargos suportados pela CONTRATADA, vedado qualquer enriquecimento sem causa.

O reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com reajuste contratual, revisão ordinária de preços ou atualização monetária, constituindo instituto jurídico excepcional destinado exclusivamente à recomposição da relação original entre encargos assumidos pela CONTRATADA e a contraprestação devida pela Administração, preservando-se a equação econômico-financeira estabelecida no momento da contratação.

A Administração poderá, igualmente, promover a revisão contratual quando fatos supervenientes reduzirem significativamente os custos de execução do objeto, assegurando-se, em qualquer hipótese, a observância dos princípios da economicidade, eficiência, supremacia do interesse público, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e preservação do equilíbrio contratual, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IV
DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE ENTREGA, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

CLÁUSULA DÉCIMA
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O presente Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, produzindo efeitos jurídicos a partir da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais meios oficiais de divulgação, quando exigidos pela legislação aplicável, observando-se o disposto nos arts. 89, 91, 94, 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021. A vigência contratual prevista encontra-se em conformidade com o Termo de Referência da contratação.

A vigência contratual destina-se à completa execução das obrigações assumidas pelas partes, compreendendo o fornecimento dos bens, os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, a fiscalização administrativa, a solução de eventuais inconformidades, o cumprimento da garantia contratual dos produtos e a prática de todos os atos administrativos necessários ao encerramento da relação contratual.

Considerando tratar-se de aquisição de bens permanentes com entrega única, a vigência contratual não se confunde com o prazo de entrega do objeto, permanecendo o contrato em vigor durante todo o período necessário ao exercício das prerrogativas da Administração relativas à fiscalização, aplicação de sanções, responsabilização contratual, exigibilidade das garantias legais e convencionais, bem como à solução de pendências administrativas eventualmente verificadas.

A prorrogação da vigência contratual somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante demonstração inequívoca da vantajosidade administrativa, existência de interesse público devidamente motivado, disponibilidade

orçamentária, manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e formalização do respectivo Termo Aditivo pela autoridade competente.

A eventual prorrogação não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, dependendo de juízo discricionário da Administração Pública, fundamentado em critérios de legalidade, conveniência, oportunidade e interesse público, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, continuidade administrativa e planejamento das contratações públicas.

Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA permanecerá obrigada a manter todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, capacidade econômico-financeira e demais requisitos exigidos no procedimento licitatório, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A extinção da vigência contratual não exonera a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes de vícios ocultos, defeitos de fabricação, garantias legais, obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias, civis e administrativas surgidas durante a execução do contrato, permanecendo íntegros os direitos da Administração quanto à apuração de responsabilidades supervenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO PRAZO DE ENTREGA

O objeto contratual deverá ser entregue em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Administração, em estrita observância ao prazo estabelecido neste Contrato Administrativo, independentemente da vigência contratual prevista na cláusula anterior.

O fornecimento será realizado em entrega única, conforme definido no Termo de Referência, devendo a CONTRATADA disponibilizar todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos contratados em perfeitas condições de uso, observadas as especificações técnicas constantes do procedimento licitatório.

A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, durante o expediente administrativo, previamente agendada com o fiscal do contrato, cabendo exclusivamente à CONTRATADA suportar todas as despesas decorrentes de transporte, seguro, carga, descarga, movimentação, armazenamento temporário, mão de obra, tributos, embalagens e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

Os produtos deverão ser entregues:
I – integralmente montados, quando aplicável;
II – acondicionados em embalagens originais do fabricante;
III – acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao funcionamento;
IV – acompanhados dos respectivos manuais de operação, quando exigíveis;
V – acompanhados dos certificados de garantia;
VI – acompanhados da Nota Fiscal correspondente;
VII – livres de qualquer defeito aparente ou oculto;
VIII – rigorosamente compatíveis com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora.

O simples descarregamento dos materiais nas dependências da Administração não caracteriza o cumprimento da obrigação contratual, permanecendo a entrega condicionada à conferência quantitativa e qualitativa realizada pelo fiscal designado.

O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas neste contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente multa moratória, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis, inclusive impedimento de licitar e contratar, quando caracterizada inexecução contratual.

Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, capazes de impedir temporariamente a execução da obrigação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a Administração no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência do evento, apresentando documentação comprobatória idônea, para apreciação da autoridade competente.

O eventual deferimento da prorrogação do prazo de entrega dependerá de decisão motivada da Administração, não sendo admitida justificativa baseada em dificuldades operacionais, indisponibilidade de fornecedores, falhas logísticas previsíveis, aumento ordinário da demanda de mercado ou quaisquer riscos inerentes à atividade empresarial da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O objeto contratado será submetido ao recebimento provisório, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante verificação inicial realizada pelo fiscal do contrato ou por comissão especialmente designada pela Administração.

O recebimento provisório possui natureza exclusivamente administrativa e destina-se à conferência preliminar do objeto entregue, não importando aceitação definitiva dos bens nem exoneração da responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade, conformidade técnica, funcionalidade ou adequação dos equipamentos fornecidos.

Durante o recebimento provisório serão verificados, entre outros aspectos:
I – quantidade dos bens entregues;
II – integridade física dos equipamentos;
III – estado das embalagens;
IV – identificação dos produtos;
V – correspondência com a Nota Fiscal;
VI – conformidade com a Ordem de Fornecimento;
VII – presença dos acessórios obrigatórios;
VIII – existência dos manuais técnicos;
IX – certificados de garantia;
X – compatibilidade com as especificações do Termo de Referência.

Constatada qualquer divergência quantitativa, qualitativa ou documental, o fiscal do contrato registrará formalmente as ocorrências verificadas, podendo rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue, determinando à CONTRATADA sua imediata substituição, complementação ou correção.

O recebimento provisório não exclui nem reduz a responsabilidade civil, administrativa, contratual ou técnica da CONTRATADA, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, segurança, funcionamento e desempenho dos equipamentos fornecidos.

A assinatura do Termo de Recebimento Provisório constitui mera confirmação de entrega física do objeto, não implicando reconhecimento da conformidade definitiva da execução contratual.

Caso sejam constatadas irregularidades durante a inspeção preliminar, ficará suspenso o procedimento de recebimento até que a CONTRATADA sane integralmente as inconformidades apontadas, reiniciando-se nova conferência após a regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

O recebimento definitivo ocorrerá após a conclusão satisfatória da inspeção técnica dos bens fornecidos, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato ou pela comissão designada pela Administração, observadas as disposições dos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que todos os equipamentos:

I – atendem integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência;
II – apresentam perfeito funcionamento;
III – encontram-se livres de defeitos aparentes e ocultos;
IV – foram entregues em conformidade com a proposta vencedora;
V – possuem garantia mínima exigida;
VI – estão acompanhados de toda a documentação técnica pertinente;
VII – correspondem integralmente ao objeto contratado.

A Administração poderá realizar testes operacionais, inspeções técnicas, conferências de desempenho, verificações funcionais e quaisquer outros procedimentos necessários à confirmação da conformidade do objeto antes da emissão do recebimento definitivo.

Constatada qualquer irregularidade, a Administração notificará formalmente a CONTRATADA para promover, às suas expensas, a substituição, correção ou complementação dos bens fornecidos, fixando prazo compatível com a natureza da inconformidade, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O recebimento definitivo não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios redibitórios, defeitos ocultos, falhas de fabricação, problemas de desempenho ou quaisquer irregularidades que venham a ser constatadas durante o período de garantia legal ou contratual.

Ainda que emitido o Termo de Recebimento Definitivo, a Administração conservará integralmente o direito de exigir da CONTRATADA a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ocultos ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para o erário.

A emissão do Termo de Recebimento Definitivo constitui condição indispensável para a liquidação da despesa e autorização do pagamento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas, permanecendo condicionada ao integral cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

A aceitação definitiva do objeto não implica renúncia, novação ou transação quanto aos direitos da Administração decorrentes da legislação, do contrato, da garantia legal ou da garantia contratual, permanecendo íntegros todos os mecanismos de responsabilização previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Código Civil e nas demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO V
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, na proposta adjudicada e nas demais cláusulas deste Contrato Administrativo, constituem obrigações essenciais da CONTRATADA, cuja observância é indispensável ao regular cumprimento da avença, as seguintes:

I – executar integralmente o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora, da Ordem de Fornecimento e deste Contrato Administrativo, responsabilizando-se pela perfeita execução da contratação;

II – fornecer exclusivamente instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, livres de quaisquer vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias, recondicionamentos, remanufaturas ou reutilizações, observando rigorosamente as exigências técnicas estabelecidas pela Administração;

III – realizar a entrega integral do objeto no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, assumindo integral responsabilidade por eventual atraso injustificado.

IV – suportar integralmente, sem qualquer ônus para a Administração, todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais custos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

V – entregar todos os equipamentos devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, acompanhados dos respectivos manuais técnicos, certificados de garantia, acessórios indispensáveis ao funcionamento e demais documentos exigidos pela legislação e pelo Termo de Referência.

VI – assegurar que todos os bens fornecidos atendam integralmente às normas técnicas brasileiras aplicáveis, às especificações do fabricante e aos padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança, resistência e durabilidade exigidos pela Administração.

VII – responsabilizar-se integralmente pela qualidade, desempenho, funcionalidade, eficiência, durabilidade e compatibilidade dos equipamentos fornecidos, respondendo por quaisquer vícios, defeitos, falhas técnicas ou desconformidades constatadas durante a execução contratual ou no período de garantia.

VIII – substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, quaisquer produtos rejeitados pela Administração em razão de defeitos, vícios, avarias, especificações divergentes, defeitos de fabricação ou inadequação técnica, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

IX – prestar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, sem prejuízo das garantias legais previstas na legislação civil e consumerista aplicável, quando cabível.

X – manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, econômico-financeira e qualificação técnica exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitados pela Administração.

XI – comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer fato extraordinário, caso fortuito, força maior ou circunstância superveniente capaz de comprometer o cumprimento das obrigações assumidas, apresentando documentação comprobatória idônea.

XII – indicar representante legal com poderes suficientes para responder perante a Administração durante toda a execução contratual, garantindo atendimento célere às solicitações formuladas pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

XIII – atender prontamente todas as determinações expedidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato, promovendo, no prazo estabelecido, as correções, substituições, complementações ou adequações que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

XIV – permitir amplo e irrestrito acesso dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização contratual às informações, documentos, instalações, registros e demais elementos relacionados à execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

XV – responder integralmente pelos danos materiais, morais, patrimoniais e ambientais eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros, em decorrência de ação, omissão, culpa, dolo, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos, representantes ou subcontratados.

XVI – responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, securitários e fundiários decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo jurídico entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

XVII – observar rigorosamente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelos seus empregados, colaboradores e prepostos durante todas as etapas de transporte, entrega e descarregamento dos bens.

XVIII – manter absoluto sigilo sobre informações, documentos, dados administrativos, técnicos, operacionais ou estratégicos aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado.

XIX – cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual, responsabilizando-se por qualquer tratamento ilícito ou inadequado.

XX – abster-se de praticar qualquer ato que possa caracterizar fraude à licitação, fraude contratual, conluio, corrupção, pagamento de vantagem indevida, conflito de interesses, enriquecimento ilícito ou qualquer outra conduta incompatível com os princípios da moralidade administrativa, da probidade, da ética pública e da boa-fé objetiva.

XXI – observar integralmente as normas anticorrupção, especialmente a Lei nº 12.846/2013, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo administrativa, civil e penalmente pelos atos praticados por seus administradores, representantes ou empregados.

XXII – não ceder, transferir, subcontratar ou delegar, total ou parcialmente, a execução do objeto contratual sem autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo integralmente responsável pela execução do contrato, ainda que autorizada a subcontratação parcial.

XXIII – manter atualizado seu endereço eletrônico, telefone, domicílio fiscal e demais dados cadastrais junto à Administração, comunicando qualquer alteração no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de reputarem-se válidas as comunicações encaminhadas aos endereços anteriormente informados.

XXIV – adotar práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis durante a execução contratual, observando, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, redução de desperdícios, logística adequada, destinação ambientalmente correta de resíduos e racionalização do consumo de recursos naturais, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

XXV – cumprir integralmente todas as demais obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ordem de Fornecimento e na legislação aplicável, responsabilizando-se pela execução do objeto com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva, transparência, segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório e supremacia do interesse público.

§ 1º O inadimplemento de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula caracterizará inexecução contratual, total ou parcial, conforme a gravidade da infração, sujeitando a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e penal cabível.

§ 2º As obrigações previstas nesta cláusula possuem natureza essencial e permanente, permanecendo exigíveis durante toda a vigência contratual e, quando aplicável, mesmo após sua extinção, relativamente às garantias legais, aos vícios ocultos, à responsabilidade civil, à proteção de dados pessoais, ao dever de sigilo e às demais obrigações cuja eficácia seja prolongada por disposição legal ou contratual.

§ 3º O cumprimento das obrigações ora estabelecidas não exclui outras decorrentes da legislação aplicável, dos princípios que regem a Administração Pública, das determinações da fiscalização contratual ou de exigências supervenientes legalmente instituídas, desde que compatíveis com o objeto contratado e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo das demais atribuições previstas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, neste Contrato Administrativo e nas demais normas aplicáveis, constituem obrigações da CONTRATANTE, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva e supremacia do interesse público, as seguintes:

I – proporcionar todas as condições administrativas, operacionais e institucionais indispensáveis ao fiel cumprimento do objeto contratual, assegurando à CONTRATADA o acesso às informações necessárias para a adequada execução da contratação.

II – emitir, tempestivamente, a Ordem de Fornecimento, indicando todas as informações necessárias à correta entrega dos bens, especialmente local, responsável pelo recebimento, horário de funcionamento e demais orientações pertinentes.

III – designar formalmente gestor e fiscal do contrato, ou comissão de fiscalização, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar permanentemente a execução contratual.

IV – exercer fiscalização contínua, preventiva e corretiva sobre a execução do contrato, verificando a conformidade quantitativa, qualitativa e técnica dos bens fornecidos, sem que tal fiscalização exclua ou reduza a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

V – receber provisoriamente os bens entregues, promovendo a conferência inicial quanto às quantidades, integridade física, documentação, embalagens e demais requisitos previstos neste Contrato e no Termo de Referência.

VI – proceder ao recebimento definitivo do objeto, após a verificação do atendimento integral das especificações técnicas, quantitativas e funcionais estabelecidas na contratação, emitindo o respectivo Termo de Recebimento Definitivo quando constatada a conformidade do fornecimento.

VII – rejeitar, total ou parcialmente, os bens entregues em desconformidade com as especificações técnicas, exigências contratuais, normas aplicáveis ou padrões mínimos de qualidade, notificando formalmente a CONTRATADA para promover a substituição, complementação ou correção do objeto.

VIII – notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades verificadas durante a execução contratual, fixando prazo razoável para saneamento das inconformidades, observado o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

IX – efetuar o pagamento devido à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos neste Contrato, após a regular liquidação da despesa, observadas a ordem cronológica dos pagamentos, a disponibilidade financeira e o cumprimento das exigências legais.

X – verificar, previamente a cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e às demais exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – analisar e decidir, de forma motivada e dentro de prazo razoável, os requerimentos administrativos apresentados pela CONTRATADA relativos à execução contratual, inclusive aqueles referentes ao reajuste, à revisão de preços, ao restabelecimento do equilíbrio

econômico-financeiro, à prorrogação de prazo e às demais pretensões legalmente admitidas.

XII – assegurar à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, observando rigorosamente o devido processo legal administrativo previsto na Lei nº 14.133/2021.

XIII – manter atualizados os registros administrativos relativos à execução do contrato, promovendo o adequado controle documental, financeiro, orçamentário e patrimonial da contratação.

XIV – prestar à CONTRATADA os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratual, respondendo tempestivamente às consultas formuladas que guardem relação direta com a execução do contrato.

XV – promover as alterações contratuais que se fizerem necessárias ao atendimento do interesse público, observando rigorosamente os limites, hipóteses e procedimentos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, preservando, sempre que cabível, a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

XVI – comunicar imediatamente à CONTRATADA toda decisão administrativa capaz de impactar a execução contratual, especialmente aquelas relativas à suspensão, alteração, modificação quantitativa ou qualitativa, prorrogação, rescisão ou aplicação de sanções.

XVII – adotar as providências administrativas necessárias para assegurar a adequada execução contratual, inclusive promovendo diligências, inspeções, pareceres técnicos e demais atos indispensáveis à correta fiscalização da contratação.

XVIII – observar rigorosamente os princípios da transparência, publicidade, motivação dos atos administrativos, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção da confiança legítima durante toda a execução contratual, garantindo tratamento isonômico e impessoal à CONTRATADA.

XIX – disponibilizar à fiscalização contratual os instrumentos administrativos necessários ao desempenho de suas atribuições, assegurando condições para o acompanhamento, registro e controle da execução do objeto, bem como para a emissão de relatórios técnicos e demais documentos pertinentes.

XX – cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, no Processo Administrativo nº 764/2026, na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais normas de direito público aplicáveis, observando, em todas as suas decisões, os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, continuidade do serviço público, eficiência administrativa, boa-fé objetiva, proporcionalidade, motivação e segurança jurídica.

§ 1º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE constitui prerrogativa legal decorrente do regime jurídico dos contratos administrativos e será realizada de forma permanente durante toda a execução contratual, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, não excluindo, reduzindo ou transferindo à Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela execução integral do objeto contratado.

§ 2º As decisões, determinações, notificações e orientações expedidas pelo gestor ou pelo fiscal do contrato deverão ser formalmente registradas no processo administrativo, produzindo efeitos vinculantes para a execução contratual, desde que observados os limites da legislação vigente, do instrumento convocatório e deste Contrato Administrativo.

§ 3º O inadimplemento de obrigação atribuída à CONTRATANTE não autoriza, por si só, a suspensão unilateral da execução contratual pela CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou reconhecidas mediante decisão administrativa ou judicial competente, preservando-se, em qualquer caso, a continuidade do interesse público, a boa-fé objetiva, a cooperação entre as partes e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CAPÍTULO VII
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A execução do presente Contrato Administrativo será acompanhada, controlada, supervisionada e fiscalizada pela Administração Pública, em observância ao disposto nos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo prerrogativa indeclinável da CONTRATANTE exercer permanente controle sobre o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade integral desta pela execução do objeto.

A fiscalização contratual será exercida por Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, formalmente designados pela autoridade competente, os quais atuarão de forma coordenada e complementar, observadas as atribuições estabelecidas na legislação vigente, neste Contrato Administrativo e nos atos normativos internos do Município.

A atuação dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização observará, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação dos atos administrativos, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, prevenção de riscos e supremacia do interesse público.

A fiscalização contratual terá caráter preventivo, orientativo, corretivo e repressivo, compreendendo todas as providências necessárias à verificação da conformidade da execução contratual, inclusive quanto aos aspectos técnicos, administrativos, financeiros, documentais e patrimoniais.

O exercício da fiscalização não exclui, reduz ou transfere à Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, permanecendo esta integralmente responsável por todos os atos praticados por seus empregados, representantes, fornecedores e prepostos, nos termos dos arts. 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

No exercício de suas atribuições, a fiscalização poderá:
I – realizar inspeções técnicas e administrativas;
II – promover diligências;
III – solicitar documentos;
IV – determinar correções;
V – registrar ocorrências;
VI – emitir notificações;
VII – requisitar esclarecimentos;
VIII – recomendar aplicação de penalidades;
IX – propor alterações contratuais;
X – adotar todas as medidas necessárias à adequada execução do contrato.

As determinações expedidas pela fiscalização possuem natureza vinculante para a CONTRATADA, desde que emitidas dentro dos limites legais e contratuais, cabendo à contratada cumpri-las imediatamente, sem prejuízo do direito ao contraditório nas hipóteses legalmente previstas.

Toda atuação fiscalizatória deverá ser registrada nos autos do Processo Administrativo, mediante relatórios, termos de ocorrência, registros fotográficos, pareceres técnicos, notificações ou quaisquer outros documentos aptos a demonstrar a efetiva execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DO GESTOR DO CONTRATO

O Gestor do Contrato será formalmente designado pela autoridade competente, competindo-lhe exercer a coordenação geral da execução contratual, promovendo o acompanhamento estratégico da contratação e garantindo a adequada integração entre a fiscalização técnica, administrativa, financeira e jurídica, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compete ao Gestor do Contrato, dentre outras atribuições:
I – coordenar integralmente a execução do contrato sob os aspectos administrativos, técnicos e operacionais;
II – acompanhar o cumprimento dos prazos contratuais;
III – supervisionar as atividades desenvolvidas pelos fiscais técnico e administrativo;
IV – controlar a execução física e financeira do contrato;
V – verificar a compatibilidade entre a execução contratual e o planejamento administrativo;
VI – promover a interlocução institucional entre a Administração e a CONTRATADA;
VII – analisar as ocorrências registradas durante a execução contratual;
VIII – determinar providências corretivas sempre que constatadas irregularidades;
IX – promover a instrução processual dos pedidos de alteração contratual;
X – analisar pedidos de reajuste, revisão, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro;
XI – propor prorrogações, alterações, acréscimos, supressões ou extinção contratual, quando cabíveis;
XII – encaminhar à autoridade competente proposta de aplicação de sanções administrativas, quando caracterizada infração contratual;
XIII – acompanhar o cumprimento das determinações expedidas pela fiscalização;
XIV – zelar pela observância do cronograma contratual;
XV – emitir relatórios periódicos de acompanhamento da execução;
XVI – atestar, quando cabível, a regularidade da execução contratual para fins de liquidação da despesa;
XVII – garantir a adequada instrução do processo administrativo;
XVIII – comunicar imediatamente à autoridade superior quaisquer fatos capazes de comprometer a execução contratual;
XIX – preservar a regularidade documental do contrato durante toda sua vigência;
XX – exercer todas as demais competências inerentes à gestão contratual previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos regulamentos municipais.

O Gestor do Contrato exercerá suas atribuições com independência técnica, autonomia funcional e responsabilidade administrativa, respondendo pelos atos praticados nos limites de sua competência legal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
DO FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO

O Fiscal Técnico será designado pela Administração para acompanhar especificamente a execução material do objeto contratado, verificando a conformidade técnica dos bens fornecidos, observadas as especificações constantes do Edital, Termo de Referência, proposta vencedora e deste Contrato.

Compete ao Fiscal Técnico:
I – acompanhar presencialmente a entrega dos bens;
II – verificar a conformidade quantitativa e qualitativa dos equipamentos;
III – conferir marcas, modelos, especificações e características técnicas;
IV – realizar inspeções, testes e verificações de funcionamento, quando cabíveis;
V – avaliar a qualidade dos produtos fornecidos;
VI – verificar a compatibilidade dos equipamentos com as especificações contratuais;
VII – registrar ocorrências técnicas constatadas durante a execução;
VIII – solicitar esclarecimentos técnicos à CONTRATADA;
IX – recomendar a rejeição de materiais em desacordo com o contrato;
X – acompanhar a substituição de equipamentos rejeitados;
XI – emitir parecer técnico acerca da conformidade do objeto;
XII – subsidiar o Gestor do Contrato quanto à aplicação de medidas corretivas;
XIII – acompanhar o cumprimento das garantias dos equipamentos;
XIV – verificar a entrega dos manuais, certificados e acessórios;
XV – emitir o Termo de Recebimento Provisório, quando cabível;
XVI – manifestar-se quanto ao recebimento definitivo;
XVII – elaborar relatórios técnicos circunstanciados;
XVIII – comunicar imediatamente qualquer irregularidade relevante ao Gestor do Contrato;
XIX – acompanhar o saneamento das inconformidades verificadas;
XX – exercer todas as demais atribuições técnicas compatíveis com a natureza da contratação.

A manifestação técnica emitida pelo Fiscal Técnico constitui elemento essencial para o recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo das competências atribuídas ao Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA
DO FISCAL ADMINISTRATIVO

O Fiscal Administrativo será responsável pelo acompanhamento dos aspectos documentais, administrativos, financeiros e formais da execução contratual, zelando pela regularidade processual do contrato e pela observância das exigências legais pertinentes.

Compete ao Fiscal Administrativo:
I – acompanhar a regularidade documental da execução contratual;
II – verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
III – conferir a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida para pagamento;
IV – analisar a documentação apresentada para fins de liquidação da despesa;
V – verificar a conformidade das Notas Fiscais;
VI – controlar os prazos contratuais;
VII – acompanhar o cronograma administrativo da contratação;
VIII – registrar todas as ocorrências administrativas da execução;
IX – elaborar relatórios administrativos periódicos;
X – controlar a tramitação dos documentos relacionados ao contrato;
XI – acompanhar os procedimentos relativos ao pagamento;
XII – auxiliar na instrução de processos de alteração contratual;
XIII – acompanhar a formalização de termos aditivos e apostilamentos;
XIV – controlar os prazos de vigência contratual e das garantias;
XV – comunicar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades administrativas;
XVI – acompanhar a aplicação das notificações administrativas expedidas à CONTRATADA;
XVII – manter atualizado o processo administrativo da contratação;
XVIII – controlar a juntada de documentos obrigatórios durante toda a execução contratual;
XIX – prestar apoio administrativo ao Gestor do Contrato e ao Fiscal Técnico;
XX – exercer todas as demais atribuições administrativas decorrentes da legislação, deste Contrato e dos atos normativos internos da Administração.

§ 1º Os agentes designados para a gestão e fiscalização contratual responderão exclusivamente pelos atos praticados no exercício de suas atribuições, observados os princípios da legalidade, boa-fé, eficiência, motivação, proporcionalidade e responsabilidade administrativa.

§ 2º As atividades do Gestor do Contrato, do Fiscal Técnico e do Fiscal Administrativo possuem natureza complementar, devendo ser exercidas de forma coordenada, integrada e cooperativa, preservada a segregação de funções e a independência técnica de cada agente.

§ 3º As ocorrências verificadas durante a execução contratual deverão ser formalmente registradas nos autos do processo administrativo, servindo de fundamento para decisões relativas ao recebimento do objeto, liquidação da despesa, aplicação de sanções, alterações contratuais, extinção do contrato e demais providências administrativas cabíveis.

§ 4º A ausência, insuficiência ou eventual falha da fiscalização exercida pela Administração não afasta, limita ou reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Contrato Administrativo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII
DO PAGAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS, DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS E DO ATRASO NO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA
DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado pela CONTRATANTE mediante ordem bancária, exclusivamente em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, previamente cadastrada perante a Administração, após o regular recebimento definitivo do objeto, a liquidação da despesa e a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, observando-se as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O pagamento será realizado somente após:
I – emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente;
II – recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – atesto do gestor e dos fiscais do contrato;
IV – liquidação regular da despesa;
V – comprovação da manutenção das condições de habilitação;
VI – inexistência de pendências contratuais impeditivas do pagamento.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação tributária vigente, contendo, obrigatoriamente:
I – número do Processo Administrativo;
II – número do Contrato;
III – número da Nota de Empenho;
IV – descrição completa do objeto fornecido;
V – quantitativos efetivamente entregues;
VI – valores unitários e totais;
VII – dados bancários da CONTRATADA;
VIII – demais informações exigidas pela legislação fiscal.

Caso sejam constatadas incorreções, omissões, divergências ou inconsistências na documentação apresentada, o processo de pagamento será imediatamente suspenso, reiniciando-se a contagem do prazo legal somente após a regularização integral das pendências pela CONTRATADA, não incidindo qualquer ônus financeiro para a Administração durante esse período.

O pagamento restringir-se-á exclusivamente aos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela Administração, vedado o pagamento por materiais rejeitados, não entregues ou executados em desconformidade com o Contrato.

É vedado o pagamento antecipado, ressalvadas exclusivamente as hipóteses excepcionalíssimas autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada, mediante motivação expressa, a vantagem econômica para a Administração Pública e prestadas as garantias eventualmente exigíveis.

A quitação efetuada pela Administração não implica renúncia ao direito de apurar posteriormente vícios ocultos, falhas de execução, defeitos de fabricação, sobrepreços, pagamentos indevidos ou quaisquer outras irregularidades verificadas após a liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA
DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A liquidação da despesa constitui a fase administrativa destinada à verificação do direito adquirido pela CONTRATADA ao recebimento do crédito, mediante comprovação da efetiva entrega do objeto contratado, observando-se as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

A liquidação dependerá da apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros legalmente exigíveis:
I – Nota Fiscal/Fatura;
II – Termo de Recebimento Definitivo;
III – atesto do Gestor do Contrato;
IV – manifestação do Fiscal Técnico;
V – manifestação do Fiscal Administrativo;
VI – comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigível;
VII – demais documentos previstos neste Contrato ou exigidos pela Administração.

Durante a fase de liquidação serão verificados:
I – a efetiva entrega dos bens;
II – a conformidade quantitativa;
III – a conformidade qualitativa;
IV – o cumprimento das especificações técnicas;
V – a regularidade documental;
VI – a manutenção das condições de habilitação;
VII – a inexistência de pendências administrativas impeditivas do pagamento.

Constatada qualquer irregularidade durante a liquidação, a Administração poderá suspender o procedimento até a completa regularização pela CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A liquidação da despesa não importa reconhecimento de inexistência de vícios ocultos, defeitos supervenientes ou responsabilidades posteriores da CONTRATADA, permanecendo íntegros todos os direitos da Administração durante o período de garantia legal e contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA
DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os pagamentos realizados à CONTRATADA estarão sujeitos às retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável, especialmente aquelas disciplinadas pelo Código Tributário Nacional, pela legislação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, pelas contribuições sociais, previdenciárias e demais tributos incidentes sobre a contratação pública.

A CONTRATANTE efetuará as retenções legais obrigatórias na qualidade de fonte pagadora, observando rigorosamente:
I – a legislação tributária vigente;
II – as normas expedidas pela Receita Federal do Brasil;
III – as instruções normativas aplicáveis;
IV – a legislação previdenciária;
V – as normas municipais eventualmente incidentes.

A eventual existência de benefício fiscal, imunidade, isenção, suspensão, não incidência ou tratamento tributário diferenciado deverá ser previamente comprovada pela CONTRATADA mediante apresentação da documentação legal pertinente, permanecendo sob sua exclusiva responsabilidade a veracidade das informações prestadas.

A responsabilidade pela apuração, recolhimento e regularidade dos tributos próprios da atividade empresarial permanecerá integralmente atribuída à CONTRATADA, não se transferindo à Administração qualquer responsabilidade por obrigações tributárias que não estejam legalmente sujeitas à retenção.

Eventuais autuações fiscais decorrentes de informações falsas, documentos inexatos ou irregularidades imputáveis exclusivamente à CONTRATADA serão suportadas integralmente por esta, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos observarão rigorosamente a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em conformidade com o art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas exclusivamente as hipóteses legais de alteração da ordem de pagamento devidamente motivadas pela autoridade competente.

A ordem cronológica será apurada a partir da regular liquidação da despesa, considerando-se a data em que forem satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários ao pagamento.

A Administração poderá alterar a ordem cronológica exclusivamente nas hipóteses legalmente autorizadas, mediante decisão fundamentada, especialmente quando presentes razões de:
I – relevante interesse público;
II – emergência;
III – calamidade pública;
IV – risco de paralisação de serviços essenciais;
V – determinação judicial;
VI – demais situações previstas na legislação vigente.

A eventual suspensão do pagamento decorrente de irregularidade imputável à CONTRATADA implicará interrupção da posição cronológica até sua completa regularização, sem que disso decorra qualquer direito à indenização ou compensação financeira.

A observância da ordem cronológica não afasta a necessidade de disponibilidade orçamentária e financeira, tampouco dispensa a verificação da regularidade da liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA
DO ATRASO NO PAGAMENTO

Na hipótese de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA tenha cumprido integralmente todas as obrigações contratuais e legais necessárias à liquidação da despesa, o valor devido será atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento.

Além da atualização monetária, incidirão juros moratórios calculados pro rata die, observando-se o índice oficial adotado pela legislação aplicável ou, na ausência de previsão específica, o índice utilizado pela Fazenda Pública para atualização de seus créditos, preservando-se a equivalência econômica da prestação.

Não caracterizará atraso imputável à Administração quando a suspensão do pagamento decorrer de:
I – apresentação de documentação incompleta;
II – irregularidade fiscal da CONTRATADA;
III – divergência na Nota Fiscal;
IV – pendências na liquidação da despesa;
V – descumprimento contratual;
VI – necessidade de diligências administrativas;
VII – qualquer fato imputável exclusivamente à CONTRATADA.

O período compreendido entre a notificação da irregularidade e sua efetiva regularização pela CONTRATADA não será computado para fins de incidência de atualização monetária ou juros moratórios.

O pagamento em atraso não importa novação, renúncia, transação ou reconhecimento de qualquer direito diverso daquele expressamente previsto neste Contrato e na legislação vigente, permanecendo preservadas todas as prerrogativas da Administração Pública.

§ 1º Os pagamentos serão efetuados exclusivamente após a observância cumulativa do recebimento definitivo do objeto, da liquidação regular da despesa, da disponibilidade financeira, da emissão da ordem bancária e do cumprimento das exigências legais e contratuais, em conformidade com os arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A Administração poderá realizar compensações, glosas ou descontos legalmente admitidos quando constatados pagamentos indevidos, multas contratuais, prejuízos ao erário, danos causados pela CONTRATADA ou quaisquer créditos líquidos e certos em favor da Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a legislação tributária vigente e os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, segurança jurídica, continuidade administrativa e proteção ao interesse público.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato Administrativo poderá ser alterado durante sua vigência, desde que presentes o interesse público devidamente motivado, a manutenção da finalidade da contratação, a preservação da competitividade originalmente estabelecida no procedimento licitatório e a observância das hipóteses, limites e requisitos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As alterações contratuais constituem prerrogativa da Administração Pública, decorrente do regime jurídico de direito público aplicável aos contratos administrativos, devendo observar os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, planejamento, motivação, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e preservação do equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

As modificações contratuais somente produzirão efeitos após a formalização do competente Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme a natureza da alteração, precedidas da devida instrução processual, manifestação técnica, parecer jurídico quando exigível, disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Poderão ser promovidas alterações qualitativas destinadas à melhor adequação técnica do objeto contratado às finalidades de interesse público, desde que:
I – permaneça preservada a natureza do objeto originalmente licitado;
II – sejam tecnicamente justificadas;
III – não impliquem desvirtuamento da competição originalmente estabelecida;
IV – sejam compatíveis com as condições da proposta vencedora;
V – mantenham a vantajosidade da contratação para a Administração.

As alterações quantitativas poderão ocorrer quando necessárias ao atendimento das demandas supervenientes da Administração, observados os limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Toda alteração deverá ser precedida de justificativa circunstanciada demonstrando:
I – a necessidade administrativa;
II – a compatibilidade com o interesse público;
III – a viabilidade técnica;
IV – a disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
V – a manutenção da vantajosidade da contratação;
VI – a compatibilidade com o planejamento administrativo.

É vedada qualquer alteração contratual destinada a modificar substancialmente o objeto originalmente licitado, descaracterizar a competição, restringir direitos dos licitantes ou frustrar os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da seleção da proposta mais vantajosa.

As alterações promovidas deverão preservar integralmente a equação econômico-financeira inicialmente estabelecida, assegurando à CONTRATADA o restabelecimento das condições efetivas da proposta sempre que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis,

previsíveis de consequências incalculáveis, força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, nos termos da legislação vigente.

A celebração de Termo Aditivo não exonera a CONTRATADA das responsabilidades anteriormente assumidas, permanecendo íntegros todos os direitos, garantias, obrigações, penalidades e responsabilidades previstos neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA
DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais originalmente pactuadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários ao atendimento do interesse público, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os acréscimos ou supressões quantitativas deverão decorrer de necessidade administrativa devidamente fundamentada, sendo vedada sua utilização para modificar a natureza do objeto contratado ou descaracterizar as condições originalmente submetidas à competição.

Os acréscimos quantitativos observarão, cumulativamente:
I – justificativa técnica expressa;
II – motivação administrativa;
III – disponibilidade orçamentária;
IV – autorização da autoridade competente;
V – preservação da economicidade;
VI – manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

As supressões poderão decorrer:
I – da redução da necessidade administrativa;
II – da readequação do planejamento;
III – da otimização da execução contratual;
IV – da conveniência e oportunidade da Administração;
V – de interesse público devidamente motivado.

Os acréscimos e supressões serão calculados com base nos valores unitários originalmente contratados, preservando-se a proporcionalidade econômica da contratação, ressalvadas as hipóteses de revisão de preços legalmente admitidas.

Sempre que a alteração quantitativa repercutir sobre os custos de execução, a Administração promoverá, quando cabível, a correspondente revisão dos valores contratuais, assegurando a manutenção da equação econômico-financeira inicialmente estabelecida.

As alterações quantitativas não poderão resultar em:
I – fracionamento indevido do objeto;
II – contratação de objeto estranho ao originalmente licitado;
III – alteração da natureza jurídica da contratação;
IV – desvirtuamento da proposta vencedora;
V – afronta aos princípios da isonomia, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.

As supressões consensuais que ultrapassem os limites legais somente poderão ocorrer mediante acordo expresso entre as partes, devidamente formalizado nos autos do processo administrativo e precedido da competente motivação técnica e jurídica.

A eventual recusa injustificada da CONTRATADA em executar acréscimos regularmente determinados pela Administração, dentro dos limites legais, caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando-a às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Contrato.

Por sua vez, a Administração compromete-se a promover, sempre que necessário, a correspondente adequação financeira do contrato, garantindo que nenhuma alteração quantitativa imponha à CONTRATADA ônus extraordinários não contemplados na proposta originalmente apresentada.

§ 1º Toda alteração contratual dependerá de prévia instrução do processo administrativo, contendo justificativa técnica, manifestação do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigido, demonstração da compatibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente, observando-se os arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º As alterações contratuais não poderão ser utilizadas como mecanismo de burla ao dever de licitar, de ampliação indevida do objeto inicialmente contratado ou de favorecimento da CONTRATADA, devendo observar rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

§ 3º As alterações promovidas durante a execução contratual deverão ser registradas no processo administrativo, acompanhadas da documentação comprobatória pertinente e publicizadas na forma exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se a transparência dos atos administrativos e o controle pelos órgãos de fiscalização interna e externa.

§ 4º Permanecem asseguradas à CONTRATADA todas as garantias inerentes à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que a alteração contratual importar aumento ou redução dos encargos originalmente assumidos, observado o devido processo administrativo, a comprovação do nexo causal e os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA responderá administrativamente pelas infrações praticadas durante a execução deste Contrato Administrativo, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal, trabalhista, tributária e das demais consequências previstas na legislação aplicável.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação:
I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
II – dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – retardar injustificadamente a execução do objeto;
V – deixar de entregar os bens nas condições, quantidades, especificações e prazos contratualmente estabelecidos;
VI – entregar produtos em desacordo com as especificações técnicas constantes do Edital, Termo de Referência ou deste Contrato;
VII – apresentar documentação falsa durante a execução contratual;
VIII – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
IX – comportar-se de modo inidôneo;
X – praticar fraude fiscal;
XI – frustrar ou fraudar a execução contratual;
XII – deixar de substituir produtos rejeitados pela fiscalização;
XIII – descumprir determinações regularmente expedidas pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato;
XIV – manter situação de irregularidade que impeça a continuidade da contratação;
XV – praticar atos lesivos à Administração Pública.

A caracterização de qualquer infração dependerá da devida instrução do processo administrativo sancionador, assegurados o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal, a motivação das decisões administrativas e a observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

Na aplicação das penalidades serão considerados, especialmente:
I – a natureza da infração;

II – a gravidade da conduta;
III – a extensão dos prejuízos causados;
IV – a vantagem obtida pelo infrator;
V – a reincidência;
VI – a existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes;
VII – o grau de culpa;
VIII – a boa-fé objetiva;
IX – a cooperação da CONTRATADA para a solução da irregularidade;
X – os antecedentes da empresa perante a Administração Pública.

As penalidades previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza da infração e a gravidade da conduta, observados os limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA
DA ADVERTÊNCIA

A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses de infrações administrativas de menor potencial ofensivo, quando a conduta da CONTRATADA não acarretar prejuízo relevante ao interesse público, à execução contratual ou ao patrimônio da Administração, desde que seja possível a imediata correção da irregularidade.

A advertência terá natureza educativa, preventiva e orientadora, destinando-se ao aperfeiçoamento da execução contratual, sem afastar a possibilidade de aplicação de penalidades mais gravosas em caso de reincidência ou agravamento da conduta.

A aplicação da advertência será formalizada mediante decisão motivada da autoridade competente, após regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A reincidência específica poderá caracterizar circunstância agravante para fins de aplicação de penalidade mais severa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA
DA MULTA MORATÓRIA

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A multa moratória será fixada em:
I – 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento).

Ultrapassado o limite máximo da multa moratória ou constatado atraso capaz de comprometer a finalidade da contratação, a Administração poderá reconhecer a inexecução total ou parcial do contrato, promovendo a aplicação das demais penalidades legalmente cabíveis.

A multa moratória poderá ser descontada:
I – dos pagamentos devidos;
II – da garantia contratual, quando houver;
III – mediante cobrança administrativa;
IV – por inscrição em dívida ativa, quando cabível.

A aplicação da multa moratória não afasta:
I – a obrigação de executar o contrato;
II – o dever de reparar integralmente os prejuízos causados;
III – a aplicação de outras sanções administrativas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA
DA MULTA COMPENSATÓRIA

A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, descumprimento grave das obrigações contratuais, fraude na execução, recusa injustificada em cumprir determinações da Administração ou demais infrações que comprometam a finalidade da contratação.

A multa compensatória poderá corresponder a até 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, observando-se a gravidade da infração, a extensão do dano, a culpabilidade da CONTRATADA e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Na fixação do percentual da multa serão considerados:
I – os prejuízos causados ao erário;
II – o comprometimento do interesse público;
III – a vantagem indevidamente auferida;
IV – a reincidência;
V – a boa-fé da contratada;
VI – a cooperação para redução dos danos;
VII – a extensão da inexecução contratual.

A multa compensatória possui natureza indenizatória mínima e não impede que a Administração busque judicial ou administrativamente a reparação integral dos danos eventualmente superiores ao valor da penalidade aplicada.

A aplicação da multa compensatória poderá ocorrer cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA
DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando caracterizadas infrações de média ou elevada gravidade que não justifiquem a aplicação da declaração de inidoneidade.

O impedimento produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que houver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, conforme decisão motivada da autoridade competente.

Poderão ensejar a aplicação desta penalidade, entre outras hipóteses previstas em lei:
I – inexecução total do contrato;
II – inexecução parcial grave;
III – atraso injustificado que comprometa a execução contratual;
IV – recusa injustificada em cumprir determinações da fiscalização;
V – comportamento incompatível com a boa-fé contratual;
VI – demais hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação da penalidade dependerá da instauração de processo administrativo específico, assegurados:
I – contraditório;
II – ampla defesa;
III – produção de provas;
IV – decisão motivada;
V – possibilidade de recurso administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA
DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar constitui a sanção administrativa de maior gravidade prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo aplicável exclusivamente nas hipóteses de infrações extremamente graves que revelem manifesta quebra da confiança necessária à manutenção das relações contratuais com a Administração Pública.

Poderá ser aplicada, especialmente, quando a CONTRATADA:
I – apresentar documentos falsos;
II – praticar fraude à licitação ou à execução contratual;
III – agir mediante dolo, corrupção, conluio ou fraude;
IV – praticar atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da contratação;
V – praticar atos lesivos previstos na legislação anticorrupção;
VI – demonstrar absoluta inidoneidade moral ou profissional para contratar com a Administração Pública.

A declaração de inidoneidade produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja concedida a reabilitação, observados os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A reabilitação somente poderá ser concedida após:
I – decurso do prazo mínimo previsto em lei;
II – reparação integral dos danos causados;
III – ressarcimento ao erário, quando cabível;
IV – demonstração da superação dos motivos que ensejaram a penalidade;
V – decisão da autoridade competente.

§ 1º Nenhuma penalidade será aplicada sem a prévia instauração de processo administrativo sancionador, assegurados à CONTRATADA o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas, a motivação da decisão administrativa e o direito aos recursos previstos na legislação.

§ 2º As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando-se a natureza da infração, a gravidade da conduta, os danos causados ao interesse público, a culpabilidade da CONTRATADA, sua reincidência e os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

§ 3º Os valores das multas eventualmente aplicadas poderão ser descontados dos créditos da CONTRATADA, da garantia contratual, quando existente, cobrados administrativamente ou judicialmente, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa e da reparação integral dos danos causados ao erário.

§ 4º A aplicação das sanções administrativas previstas neste Capítulo não exclui a responsabilidade civil, penal, tributária, trabalhista ou por atos de improbidade administrativa, tampouco impede a adoção das medidas judiciais cabíveis para a reparação integral dos prejuízos sofridos pela Administração Pública.

§ 5º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se, ainda, os princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, motivação dos atos administrativos, proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XI
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO, DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato Administrativo extinguir-se-á nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais situações previstas na legislação aplicável, observados os princípios da legalidade, motivação, continuidade do serviço público, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

A extinção contratual constitui medida excepcional, devendo ser precedida da devida instrução processual, com apuração dos fatos, manifestação técnica do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigível e decisão fundamentada da autoridade competente.

A extinção do contrato poderá ocorrer:
I – por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses legalmente previstas;
II – por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e inexistam prejuízos ao interesse público;
III – por decisão arbitral, quando admitida em lei e prevista contratualmente;
IV – por decisão judicial transitada em julgado;
V – pelo advento do termo final da vigência contratual, sem necessidade de manifestação expressa, ressalvadas as obrigações remanescentes;
VI – por impossibilidade superveniente de execução do objeto, devidamente comprovada.

Constituem, dentre outras, causas que poderão ensejar a extinção unilateral do contrato pela Administração:
I – inexecução total do objeto;
II – inexecução parcial que comprometa a finalidade da contratação;
III – atraso injustificado na entrega dos bens;
IV – paralisação injustificada da execução contratual;
V – descumprimento reiterado de cláusulas contratuais;
VI – desatendimento das determinações expedidas pelo gestor ou pela fiscalização;
VII – perda das condições de habilitação indispensáveis à contratação;
VIII – prática de fraude, dolo, simulação ou má-fé na execução contratual;
IX – ocorrência de atos que comprometam a confiança necessária à manutenção do vínculo contratual;
X – demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A extinção contratual não exonerará a CONTRATADA da responsabilidade pelos danos causados à Administração, nem afastará a obrigação de ressarcimento ao erário, aplicação de sanções administrativas, responsabilização civil ou penal, quando cabíveis.

Na hipótese de extinção contratual, a Administração poderá adotar todas as medidas necessárias à preservação da continuidade do interesse público, inclusive promover nova contratação na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA
DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção do contrato produzirá efeitos a partir da formalização do respectivo ato administrativo, ressalvadas as hipóteses em que a legislação determinar efeitos imediatos.

Constituem efeitos da extinção contratual:
I – encerramento das obrigações principais ainda não executadas;
II – apuração dos créditos e débitos existentes entre as partes;
III – aplicação das sanções eventualmente cabíveis;
IV – retenção de créditos destinados ao ressarcimento de prejuízos causados à Administração;
V – execução da garantia contratual, quando existente;
VI – cobrança administrativa ou judicial dos valores eventualmente devidos;
VII – preservação das obrigações relativas à garantia dos bens fornecidos;
VIII – manutenção da responsabilidade por vícios ocultos;
IX – permanência das obrigações relativas ao sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais;
X – adoção das providências necessárias à continuidade da prestação administrativa.

A extinção contratual não prejudicará:
I – o direito da Administração ao ressarcimento integral dos prejuízos sofridos;
II – a responsabilização administrativa da CONTRATADA;
III – a responsabilização civil pelos danos causados;
IV – eventual responsabilização penal decorrente da prática de ilícitos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA
DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

Nenhuma das partes responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais quando este decorrer, direta e comprovadamente, de caso fortuito ou força maior, desde que caracterizados como eventos inevitáveis, imprevisíveis ou de consequências inevitáveis, estranhos à vontade das partes e impeditivos da execução do contrato, nos termos do art. 393 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), aplicado subsidiariamente aos contratos administrativos, e em consonância com os arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Consideram-se, exemplificativamente, hipóteses de caso fortuito ou força maior:
I – desastres naturais de grande magnitude;
II – enchentes, inundações, vendavais, tempestades ou terremotos;
III – incêndios de grandes proporções não imputáveis às partes;
IV – guerras, conflitos armados ou comoções sociais;
V – atos de terrorismo ou sabotagem;
VI – epidemias, pandemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas;
VII – greves gerais que inviabilizem objetivamente a execução contratual, desde que não atribuíveis à CONTRATADA;
VIII – determinações supervenientes emanadas de autoridade pública que impossibilitem a execução do contrato;
IX – interrupções extraordinárias dos sistemas logísticos nacionais;
X – demais eventos reconhecidos pela legislação e pela jurisprudência como caso fortuito ou força maior.

Não caracterizam caso fortuito ou força maior:
I – dificuldades financeiras da CONTRATADA;
II – deficiência administrativa;
III – falta de planejamento empresarial;
IV – escassez de mão de obra decorrente de gestão inadequada;
V – falhas de fornecedores previsíveis;
VI – oscilações ordinárias de mercado;
VII – aumento normal dos custos operacionais;
VIII – eventos decorrentes de culpa, dolo ou negligência da CONTRATADA.

A parte que invocar caso fortuito ou força maior deverá comunicar formalmente à outra parte no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da ciência do evento, apresentando documentação idônea capaz de demonstrar:
I – a ocorrência do fato;
II – o nexo causal entre o evento e a impossibilidade de execução;
III – os impactos produzidos sobre o contrato;
IV – as medidas adotadas para mitigação dos prejuízos;
V – a estimativa do período necessário para superação dos efeitos do evento.

Recebida a comunicação, a Administração promoverá análise técnica e jurídica das circunstâncias apresentadas, podendo:
I – reconhecer a ocorrência do caso fortuito ou força maior;
II – conceder prorrogação dos prazos de execução;
III – promover alteração contratual;
IV – restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, quando presentes os requisitos legais;
V – suspender temporariamente a execução contratual;
VI – extinguir o contrato, caso a execução se torne definitivamente impossível.

O reconhecimento da ocorrência de caso fortuito ou força maior não exonera a CONTRATADA do dever de adotar todas as medidas razoavelmente exigíveis para reduzir os prejuízos, preservar os bens públicos, mitigar riscos e assegurar, sempre que possível, a continuidade da execução contratual.

§ 1º A extinção contratual será sempre formalizada por ato administrativo devidamente motivado, assegurando-se à CONTRATADA, quando a hipótese envolver aplicação de penalidade ou imputação de inadimplemento, o exercício do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com os arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A ocorrência de caso fortuito ou força maior somente produzirá efeitos jurídicos após a devida comprovação documental e o reconhecimento formal pela Administração, não afastando automaticamente o cumprimento das obrigações contratuais remanescentes que permaneçam materialmente exequíveis.

§ 3º Sempre que possível, antes da extinção do contrato, a Administração deverá avaliar medidas menos gravosas, tais como a suspensão temporária da execução, a prorrogação dos prazos, a celebração de termo aditivo ou o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da proporcionalidade, da economicidade e da preservação dos contratos administrativos.

§ 4º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, com o art. 393 do Código Civil, bem como com os princípios da supremacia do interesse público, da segurança jurídica, da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da motivação dos atos administrativos, da continuidade do serviço público e da preservação da equação econômico-financeira do contrato.

CAPÍTULO XII
DAS RESPONSABILIDADES CIVIL, TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E AMBIENTAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA
DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá integral, exclusiva e objetivamente, nos limites estabelecidos pela legislação aplicável, por todos os danos materiais, morais, patrimoniais, extrapatrimoniais ou de qualquer outra natureza causados à CONTRATANTE, aos seus agentes, a terceiros ou ao meio ambiente em decorrência direta ou indireta da execução do objeto contratual, de ação ou omissão própria, de seus empregados, prepostos, representantes, fornecedores, transportadores ou subcontratados eventualmente autorizados.

A responsabilidade da CONTRATADA subsistirá independentemente da fiscalização, do acompanhamento, do recebimento provisório ou definitivo dos bens e do pagamento efetuado pela Administração, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, não implicando qualquer ato de controle administrativo exoneração, redução, compartilhamento ou transferência do dever de reparar.

Sem prejuízo das responsabilidades específicas previstas neste Contrato, incumbirá à CONTRATADA:

I – reparar integralmente os danos decorrentes de vícios, defeitos, inadequações, falhas de fabricação, acondicionamento, transporte, entrega, montagem ou funcionamento dos bens fornecidos;
II – substituir, às suas expensas, os produtos que apresentem desconformidade, defeito, vício aparente ou oculto, baixa qualidade, incompatibilidade técnica ou desempenho inferior ao exigido;
III – indenizar a CONTRATANTE por perdas, avarias, extravios ou deteriorações ocorridos até o recebimento definitivo do objeto;
IV – ressarcir integralmente os prejuízos decorrentes de conduta culposa ou dolosa praticada durante a execução contratual;
V – assumir os custos de reparação, substituição, recolhimento, transporte, reinstalação ou destinação dos bens defeituosos;
VI – responder por acidentes decorrentes de acondicionamento, transporte, descarga, instalação, manuseio ou utilização inadequada imputável à CONTRATADA;
VII – adotar todas as medidas necessárias para impedir a ampliação dos prejuízos e mitigar os efeitos de qualquer evento danoso;
VIII – manter a CONTRATANTE indene de reclamações, ações, cobranças ou pretensões de terceiros relacionadas a fatos imputáveis à CONTRATADA.

A responsabilidade civil da CONTRATADA abrangerá tanto os danos emergentes quanto os lucros cessantes, quando comprovados, sem prejuízo da incidência dos arts. 186, 187, 389, 402, 403, 927 e demais dispositivos pertinentes do Código Civil.

A CONTRATANTE poderá promover a retenção ou compensação de créditos líquidos e certos devidos à CONTRATADA para ressarcimento de danos regularmente apurados, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do saldo remanescente.

A responsabilização prevista nesta cláusula não afastará a aplicação das sanções administrativas cabíveis nem eventual responsabilização penal, ambiental, tributária ou por atos de improbidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o contratado responde pelos danos causados

diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização administrativa exclua ou reduza essa responsabilidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA
DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por todas as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação, remuneração, direção, supervisão e desligamento de seus empregados, prepostos ou colaboradores empregados na execução deste Contrato, inexistindo entre tais pessoas e a CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício, funcional ou de subordinação jurídica.

Constituem obrigações exclusivas da CONTRATADA:
I – cumprir integralmente a Consolidação das Leis do Trabalho, convenções coletivas, acordos coletivos, sentenças normativas e demais normas de proteção ao trabalho;
II – efetuar pontualmente o pagamento de salários, adicionais, gratificações, horas extraordinárias, férias, décimo terceiro salário, aviso-prévio e demais verbas trabalhistas;
III – observar as normas relativas à jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, intervalos, saúde, higiene e segurança ocupacional;
IV – fornecer, quando necessário, equipamentos de proteção individual e coletiva adequados aos riscos da atividade;
V – manter registros funcionais, folhas de pagamento, controles de jornada e demais documentos legalmente exigidos;
VI – arcar com indenizações, despesas processuais, honorários, multas e condenações decorrentes de demandas trabalhistas relacionadas a seus empregados ou prepostos;
VII – substituir prontamente qualquer profissional cuja atuação comprometa a segurança, a regularidade ou a adequada execução do objeto, sem que isso importe ingerência da Administração na gestão de pessoal da empresa;
VIII – impedir a utilização de trabalho infantil, forçado, degradante ou em condições análogas à escravidão, observando os direitos fundamentais sociais e laborais previstos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas não transferirá automaticamente à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens adquiridos, ressalvadas as hipóteses de responsabilização expressamente previstas em lei e reconhecidas por decisão da autoridade competente.

Considerando que o objeto deste Contrato consiste no fornecimento de bens permanentes mediante entrega única, não se presume a incidência do regime jurídico específico aplicável aos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, devendo eventual responsabilização da Administração observar estritamente a natureza efetiva da contratação e os requisitos legais pertinentes.

A CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE indene de quaisquer reclamações trabalhistas relativas a seus empregados, representantes ou prepostos, obrigando-se a adotar as medidas processuais cabíveis e a ressarcir eventuais valores que venham a ser suportados pela Administração em razão de fato que lhe seja imputável.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA
DA RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelo cumprimento das obrigações previdenciárias principais e acessórias decorrentes de sua atividade empresarial e das relações de trabalho mantidas com seus empregados, prepostos ou colaboradores, inclusive quanto à inscrição, arrecadação, retenção, declaração e recolhimento das contribuições legalmente exigíveis.

Compete à CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações:
I – promover o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas;
II – cumprir as obrigações relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
III – apresentar declarações, informações e documentos exigidos pelos órgãos de fiscalização;
IV – manter atualizados os registros previdenciários de seus empregados;
V – responder por multas, juros, autuações, cobranças e demais encargos decorrentes de inadimplemento previdenciário;
VI – observar a legislação relativa à segurança e saúde do trabalho e ao financiamento dos riscos ambientais laborais;
VII – fornecer à Administração, quando legalmente exigível, documentos comprobatórios da regularidade previdenciária.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos previdenciários não transferirá à CONTRATANTE o dever de pagamento, ressalvadas exclusivamente as hipóteses em que a legislação atribua responsabilidade específica ao tomador ou adquirente, cuja incidência dependerá da efetiva configuração dos respectivos pressupostos legais.

Eventuais retenções previdenciárias somente serão realizadas pela CONTRATANTE quando expressamente exigidas pela legislação aplicável à natureza da operação, não se admitindo retenção fundada em presunção incompatível com o objeto efetivamente contratado.

A CONTRATADA deverá ressarcir a Administração por qualquer valor que esta venha a desembolsar em virtude de autuação, condenação ou cobrança previdenciária decorrente de descumprimento imputável à contratada, assegurado o devido processo administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA
DA RESPONSABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA

A CONTRATADA será exclusiva responsável pela apuração, declaração e recolhimento de todos os tributos, taxas, contribuições, encargos fiscais e obrigações acessórias decorrentes de sua atividade empresarial, da emissão de documentos fiscais, da circulação, comercialização, transporte e fornecimento dos bens objeto deste Contrato.

A responsabilidade fiscal da CONTRATADA compreenderá, especialmente:
I – emissão regular e tempestiva da Nota Fiscal correspondente aos bens efetivamente fornecidos;
II – correta indicação da natureza da operação, do código fiscal, da base de cálculo, das alíquotas e dos tributos incidentes;
III – recolhimento dos tributos devidos nas esferas federal, estadual e municipal;
IV – manutenção da regularidade fiscal durante toda a vigência contratual;
V – apresentação das certidões e documentos exigidos pela Administração;
VI – observância do regime tributário ao qual se encontre submetida;
VII – comunicação imediata de qualquer alteração cadastral ou tributária que possa repercutir sobre a execução contratual;
VIII – responsabilização por autuações, penalidades, juros ou acréscimos decorrentes de erro, omissão, inexatidão ou irregularidade fiscal de sua autoria.

Os preços contratados considerar-se-ão inclusivos de todos os tributos, encargos, fretes, seguros, despesas operacionais e demais custos necessários ao integral adimplemento do objeto, não sendo admitida cobrança adicional fundada em obrigação tributária ordinariamente previsível à época da apresentação da proposta.

As retenções tributárias efetuadas pela CONTRATANTE na qualidade de fonte pagadora não afastam a responsabilidade da CONTRATADA pela correta apuração e quitação dos tributos de sua titularidade.

A CONTRATADA deverá comprovar, previamente ao pagamento, eventual imunidade, isenção, não incidência, suspensão ou benefício fiscal que pretenda invocar, mediante documentação válida e

atualizada, sob pena de serem realizadas as retenções legalmente exigíveis.

O art. 121 da Lei nº 14.133/2021 atribui ao contratado a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA
DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá executar o objeto em estrita conformidade com a legislação ambiental vigente, observando os deveres de prevenção, precaução, sustentabilidade, redução de impactos, uso racional de recursos naturais, gestão adequada de resíduos e destinação ambientalmente correta de materiais, embalagens e componentes.

A obrigação ambiental da CONTRATADA abrangerá todas as etapas sob sua responsabilidade, incluindo fabricação, aquisição, acondicionamento, transporte, entrega, instalação, assistência técnica, recolhimento e destinação final de resíduos ou componentes sujeitos a sistema de logística reversa.

Compete à CONTRATADA:
I – fornecer bens produzidos e comercializados em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;
II – utilizar embalagens adequadas, preferencialmente recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente possível;
III – evitar desperdício de materiais e geração desnecessária de resíduos;
IV – assegurar a adequada coleta, segregação, transporte, armazenamento, tratamento e destinação de resíduos decorrentes de suas atividades;
V – cumprir as obrigações de logística reversa aplicáveis a pilhas, baterias, equipamentos eletroeletrônicos, componentes, acessórios e embalagens;
VI – recolher produtos, peças ou componentes substituídos quando a legislação ou o sistema de logística reversa assim exigir;
VII – manter licenças, autorizações, registros e certificações ambientais exigíveis à sua atividade;
VIII – impedir a utilização de matérias-primas, substâncias ou processos vedados pela legislação;
IX – comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência ambiental relevante relacionada à execução contratual;
X – promover, às suas expensas, a reparação integral de danos ambientais decorrentes de conduta que lhe seja imputável.

A CONTRATADA responderá, independentemente da aplicação de sanções administrativas ou penais, pela reparação integral dos danos ambientais que causar, inclusive mediante recuperação da área degradada, compensação ambiental, ressarcimento de despesas emergenciais e cumprimento das demais obrigações impostas pelos órgãos competentes.

A responsabilidade ambiental não será afastada pelo recebimento dos bens, pelo pagamento, pela fiscalização administrativa ou pelo encerramento do contrato, subsistindo enquanto não forem integralmente reparados os danos ou cumpridas as obrigações ambientais remanescentes.

A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação de comprovantes de destinação ambientalmente adequada, certificados de recolhimento, documentos de logística reversa ou outras evidências necessárias à verificação do cumprimento das obrigações ambientais.

As obrigações previstas nesta cláusula fundamentam-se no art. 225 da Constituição Federal, na Lei nº 6.938/1981, na Lei nº 9.605/1998, na Lei nº 12.305/2010 e em seus regulamentos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e disciplina mecanismos de logística reversa.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º A responsabilidade da CONTRATADA pelas obrigações previstas neste Capítulo será integral e subsistirá durante a vigência do contrato e, quando a natureza da obrigação assim exigir, após sua extinção, especialmente quanto a vícios ocultos, garantias, indenizações, obrigações tributárias, demandas trabalhistas, contribuições previdenciárias e danos ambientais.

§ 2º O acompanhamento, a fiscalização, o atesto, o recebimento provisório ou definitivo e o pagamento do objeto não implicam aceitação de irregularidades, renúncia de direitos, novação ou exoneração da CONTRATADA.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato capaz de gerar responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, fiscal ou ambiental, apresentando relatório circunstanciado, documentação comprobatória e plano de ação destinado à contenção e correção da irregularidade.

§ 4º A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, documentos destinados à comprovação do cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo, desde que a exigência seja pertinente ao objeto, proporcional ao risco e amparada pela legislação ou pelos instrumentos da contratação.

§ 5º O inadimplemento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual e poderá ensejar notificação, glosa, retenção cautelar nos limites legais, aplicação de multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade, extinção do contrato e responsabilização judicial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º A imputação de responsabilidade observará a efetiva participação da CONTRATADA no evento, o nexo causal, a natureza da obrigação, a extensão do dano e os excludentes legalmente admitidos, vedada a imposição automática de encargos desvinculados da execução contratual.

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com os arts. 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021, com os arts. 186, 187, 389, 402, 403 e 927 do Código Civil, com a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e ambiental aplicável e com os princípios da legalidade, prevenção, reparação integral, boa-fé objetiva, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XIII
DA ANTICORRUPÇÃO, DA INTEGRIDADE, DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA TRANSPARÊNCIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA
DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À CORRUPÇÃO

A CONTRATADA declara conhecer e obriga-se a observar, durante toda a formação, execução e encerramento do presente Contrato Administrativo, as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 8.429/1992, do Decreto Federal nº 11.129/2022, no que couber, bem como as demais normas federais, estaduais e municipais destinadas à prevenção e repressão de atos de corrupção, fraude, conluio, improbidade, conflito de interesses e lesão ao patrimônio público.

A responsabilidade administrativa e civil da pessoa jurídica pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública será apurada na forma da Lei nº 12.846/2013, que estabelece regime de responsabilização objetiva, sem prejuízo da responsabilização individual de dirigentes, administradores, empregados, representantes, prepostos ou terceiros que tenham participado do ilícito.

A CONTRATADA obriga-se a conduzir suas atividades com estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, lealdade contratual, transparência, livre concorrência e proteção do patrimônio público, abstendo-se de praticar, autorizar, prometer, oferecer, financiar,

custear, patrocinar, subvencionar ou tolerar, direta ou indiretamente, qualquer ato ilícito relacionado à contratação.

Para os fins deste Contrato, fica expressamente vedado à CONTRATADA, aos seus sócios, administradores, empregados, representantes, prepostos, fornecedores ou terceiros que atuem em seu interesse ou benefício:
I – prometer, oferecer ou conceder vantagem indevida a agente público, servidor, empregado público, autoridade, ocupante de cargo político ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II – financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática de atos ilícitos contra a Administração Pública;
III – utilizar pessoa física ou jurídica interposta com a finalidade de ocultar ou dissimular interesses, beneficiários, identidade dos envolvidos ou a origem e destinação de recursos;
IV – frustrar, fraudar, manipular ou comprometer o caráter competitivo do procedimento licitatório que originou este Contrato;
V – ajustar, combinar ou coordenar preços, propostas, condições de participação ou comportamentos concorrenciais com outros licitantes ou fornecedores;
VI – afastar ou tentar afastar concorrente mediante fraude, ameaça, violência, oferecimento de vantagem ou qualquer expediente ilícito;
VII – obter vantagem ou benefício indevido mediante alteração, prorrogação, pagamento, recebimento, fiscalização ou extinção fraudulenta do Contrato;
VIII – manipular, fraudar ou apresentar informações inexatas em medições, documentos fiscais, relatórios, declarações, certidões, comprovantes de entrega ou documentos de habilitação;
IX – dificultar atividade de investigação, auditoria, controle ou fiscalização promovida pela Administração, pelos órgãos de controle interno ou externo ou pelas autoridades competentes;
X – oferecer presentes, hospitalidades, viagens, entretenimento, contribuições, favores, doações ou quaisquer benefícios com o propósito de influenciar decisão de agente público;
XI – praticar ato que configure tráfico de influência, corrupção ativa, fraude contratual, lavagem de dinheiro, falsidade documental ou qualquer outro ilícito contra a Administração Pública;
XII – omitir deliberadamente fatos relevantes, vínculos pessoais, societários ou econômicos capazes de caracterizar conflito de interesses ou comprometer a imparcialidade da contratação;
XIII – retaliar, intimidar, constranger ou prejudicar pessoa que, de boa-fé, comunique suspeita de fraude, corrupção ou irregularidade relacionada ao presente Contrato;
XIV – praticar qualquer dos atos lesivos tipificados no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 ou qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, de maneira imediata e suficientemente documentada, qualquer solicitação, exigência, promessa, tentativa ou ocorrência de vantagem indevida, fraude, conflito de interesses ou outra irregularidade de que tenha conhecimento e que guarde relação direta ou indireta com a contratação.

A comunicação de boa-fé não afastará a obrigação de cooperação com a apuração, mas será considerada pela Administração na avaliação da conduta, especialmente quanto à colaboração, às providências de remediação e à efetividade dos mecanismos internos de integridade adotados.

A constatação de indícios de ato lesivo determinará o encaminhamento dos fatos à autoridade competente para instauração do procedimento administrativo pertinente, sem prejuízo da adoção de medidas cautelares, da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, da responsabilização prevista na Lei nº 12.846/2013, da reparação integral do dano e da comunicação aos órgãos de controle, ao Ministério Público e às autoridades policiais, quando cabível.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA
DA INTEGRIDADE E DOS MECANISMOS DE CONFORMIDADE

A CONTRATADA deverá adotar padrões de ética, integridade, governança e conformidade compatíveis com seu porte, estrutura, ramo de atividade, riscos operacionais e grau de interação com o Poder Público, mantendo mecanismos razoáveis e efetivos destinados à prevenção, detecção, interrupção e remediação de fraudes, desvios, irregularidades e atos ilícitos.

Para os fins deste Contrato, compreende-se programa de integridade como o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia, aplicação de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes destinados a prevenir, detectar e sanar fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, além de fomentar e manter uma cultura organizacional de integridade. Tal concepção encontra fundamento nos arts. 56 e 57 do Decreto Federal nº 11.129/2022.

Sem prejuízo da proporcionalidade e da compatibilidade com o porte empresarial, a CONTRATADA deverá:
I – manter o comprometimento de sua alta direção com padrões éticos e com o cumprimento da legislação;
II – adotar código de ética, código de conduta ou regras internas equivalentes aplicáveis aos administradores, empregados, representantes e terceiros;
III – estabelecer políticas de prevenção a fraude, corrupção, conflito de interesses, favorecimento indevido e utilização irregular de informações;
IV – promover orientação e treinamento periódico dos agentes envolvidos em contratações públicas, quando compatível com a estrutura da empresa;
V – realizar avaliação de riscos relacionados à interação com agentes públicos e à execução de contratos administrativos;
VI – manter registros contábeis completos, precisos, íntegros e compatíveis com as operações efetivamente realizadas;
VII – implementar controles internos destinados a assegurar a confiabilidade de documentos, propostas, notas fiscais, comprovantes, relatórios e informações encaminhadas à Administração;
VIII – adotar procedimentos de diligência para contratação e supervisão de representantes, fornecedores, distribuidores, transportadores e demais terceiros vinculados à execução contratual;
IX – manter canal ou meio adequado para o recebimento de comunicações de irregularidades, assegurada, quando possível, a confidencialidade do denunciante de boa-fé;
X – impedir e reprimir atos de retaliação contra denunciantes, testemunhas ou colaboradores de investigações;
XI – instaurar procedimentos internos de apuração e aplicar medidas disciplinares proporcionais às infrações verificadas;
XII – interromper prontamente práticas ilícitas identificadas e adotar medidas destinadas à reparação de seus efeitos;
XIII – cooperar com investigações e auditorias legitimamente instauradas;
XIV – proceder ao monitoramento contínuo e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de integridade existentes;
XV – preservar documentos e evidências relacionados à execução contratual pelo prazo legal aplicável.

A exigência de programa de integridade como obrigação legal específica deverá observar os pressupostos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às contratações de grande vulto, bem como eventual regulamentação aplicável ao Município de Rio Crespo. O Decreto Federal nº 12.304/2024 regulamenta essa matéria diretamente no âmbito da Administração Pública federal e poderá servir como referência técnica, sem substituir eventual disciplina municipal própria.

A inexistência de obrigação legal de implantação de programa formal, em razão do valor ou da natureza desta contratação, não exonera a CONTRATADA do cumprimento das normas anticorrupção, dos deveres de probidade, boa-fé, transparência, cooperação e prevenção de ilícitos estabelecidos neste Contrato.

A CONTRATANTE poderá solicitar documentos estritamente necessários à verificação do cumprimento das obrigações de integridade, preservados os segredos comercial, industrial e empresarial e observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, finalidade e segurança da informação.

A apresentação de documentos relacionados à integridade não impede a Administração de avaliar a efetividade material das medidas adotadas, sendo insuficiente a mera existência formal de códigos, políticas ou declarações destituídos de aplicação concreta.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes comprometem-se a observar integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, bem como os atos normativos expedidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD e as demais normas aplicáveis à privacidade, segurança da informação e proteção de dados pessoais.

A LGPD incide sobre o tratamento de dados pessoais realizado por pessoas jurídicas de direito público e privado e tem por finalidade proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O tratamento de dados pessoais relacionado a este Contrato deverá observar os princípios previstos no art. 6º da LGPD, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Cada parte será considerada agente de tratamento relativamente às operações sobre as quais detenha poder decisório próprio. A CONTRATADA atuará como operadora apenas quando realizar tratamento de dados pessoais em nome da CONTRATANTE e segundo instruções lícitas, documentadas e compatíveis com as finalidades públicas da contratação, sem prejuízo da classificação jurídica decorrente das atividades efetivamente desempenhadas.

Considerando que o objeto contratual consiste no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, mediante entrega única, o acesso da CONTRATADA a dados pessoais deverá limitar-se ao mínimo estritamente necessário à identificação dos responsáveis pelo recebimento, faturamento, comunicação institucional, fiscalização e execução das obrigações de garantia.

A CONTRATADA obriga-se a:
I – tratar dados pessoais exclusivamente para finalidades legítimas, específicas, explícitas e relacionadas à execução deste Contrato;
II – abster-se de utilizar os dados para publicidade, prospecção comercial, criação de perfis, compartilhamento indevido ou qualquer finalidade estranha à contratação;
III – limitar o tratamento ao mínimo de dados necessário ao cumprimento das obrigações contratuais e legais;
IV – assegurar que somente pessoas autorizadas, treinadas e sujeitas a deveres de confidencialidade tenham acesso aos dados;
V – adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação, difusão ou qualquer tratamento inadequado ou ilícito;
VI – manter registros das operações de tratamento realizadas em nome da CONTRATANTE quando legalmente exigíveis;
VII – não compartilhar, transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem fundamento jurídico, necessidade operacional e prévia autorização da CONTRATANTE, quando esta for exigível;
VIII – exigir de terceiros autorizados o cumprimento de obrigações de proteção de dados equivalentes às previstas neste Contrato;

IX – prestar apoio à CONTRATANTE no atendimento de solicitações dos titulares e de determinações da ANPD;
X – corrigir, atualizar, anonimizar, bloquear ou eliminar dados quando determinado pela CONTRATANTE ou exigido pela legislação;
XI – não realizar transferência internacional de dados sem prévia análise de conformidade e atendimento aos requisitos da LGPD;
XII – comunicar imediatamente qualquer suspeita ou confirmação de incidente de segurança;
XIII – cooperar com a investigação, contenção, avaliação e remediação de incidentes;
XIV – manter sigilo sobre os dados e informações acessados, inclusive após a extinção do vínculo contratual;
XV – eliminar ou devolver os dados ao término do tratamento, ressalvadas as hipóteses de conservação legalmente autorizadas.

A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado de sua ciência, sem prejuízo de prazo menor estabelecido em ato normativo, determinação administrativa ou avaliação de risco.

A comunicação deverá conter, sempre que disponíveis:
I – descrição da natureza e das circunstâncias do incidente;
II – data e horário da ocorrência e de sua detecção;
III – categorias e quantidade estimada de titulares afetados;
IV – categorias e volume aproximado de dados envolvidos;
V – consequências prováveis do incidente;
VI – medidas técnicas e administrativas já adotadas;
VII – plano de contenção, remediação e prevenção de reincidência;
VIII – identificação do responsável pelo acompanhamento do incidente.

A CONTRATADA não realizará comunicação pública ou diretamente aos titulares sobre incidente relacionado a tratamento executado em nome da CONTRATANTE sem prévia articulação com esta, ressalvada determinação legal ou de autoridade competente.

O dever de comunicação interna previsto nesta cláusula não se confunde com o prazo e os procedimentos de comunicação à ANPD e aos titulares, os quais serão definidos conforme a legislação, a regulamentação vigente, a natureza dos dados e a avaliação concreta dos riscos.

Quando a CONTRATADA atuar como operadora, deverá seguir as instruções da CONTRATANTE e comunicar imediatamente caso considere que determinada orientação viola a LGPD ou outra norma de proteção de dados, abstendo-se de executar instrução manifestamente ilícita.

A CONTRATADA será responsável pelos danos decorrentes de tratamento realizado em desacordo com a legislação, com este Contrato ou com as instruções lícitas da CONTRATANTE, observados os pressupostos de responsabilização estabelecidos na LGPD e o direito de regresso entre os responsáveis.

A responsabilização por infração à legislação de proteção de dados não afastará a aplicação das sanções contratuais, administrativas, civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA
DA CONFIDENCIALIDADE E DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CONTRATADA deverá preservar a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade das informações a que tiver acesso em razão deste Contrato, independentemente do suporte físico ou digital em que estejam armazenadas.

Consideram-se informações protegidas, para os fins desta cláusula, aquelas identificadas como sigilosas ou cujo caráter reservado decorra da legislação, de sua natureza, da presença de dados pessoais, de segredo comercial ou industrial, de credenciais de acesso, de controles de segurança ou da necessidade de proteção do interesse público.

A CONTRATADA obriga-se a:
I – utilizar as informações exclusivamente para a execução contratual;
II – restringir o acesso às pessoas que efetivamente necessitem conhecê-las;
III – impedir cópia, extração, reprodução, divulgação ou compartilhamento não autorizado;
IV – proteger senhas, chaves de acesso, documentos fiscais, informações cadastrais e dados institucionais;
V – implementar controles de acesso compatíveis com os riscos;
VI – assegurar a rastreabilidade das operações relevantes, quando tecnicamente aplicável;

VII – comunicar perda, acesso indevido, vazamento ou comprometimento de informação;
VIII – restituir ou eliminar documentos e dados ao término da finalidade contratual, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
IX – exigir de seus empregados, representantes e terceiros compromissos equivalentes de confidencialidade;
X – preservar o dever de sigilo mesmo após a extinção do Contrato.

Não serão consideradas confidenciais as informações que:
I – sejam legitimamente públicas;
II – já fossem comprovadamente conhecidas pela parte receptora sem obrigação de sigilo;
III – tenham sido obtidas licitamente de terceiro não sujeito a dever de confidencialidade;
IV – devam ser divulgadas por força de lei, decisão judicial ou determinação de autoridade competente.

Na hipótese de determinação legal de divulgação de informação protegida, a parte obrigada, quando juridicamente possível, comunicará previamente a outra parte, limitando a revelação ao conteúdo estritamente exigido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA
DA TRANSPARÊNCIA, DA PUBLICIDADE E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A execução deste Contrato submete-se aos princípios constitucionais da publicidade, transparência, prestação de contas, controle social e acesso à informação, observados o art. 37 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação, a Lei Federal nº 14.133/2021 e as normas municipais aplicáveis.

A Lei de Acesso à Informação disciplina os procedimentos a serem observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para assegurar o acesso a informações públicas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e de proteção de dados pessoais.

A CONTRATADA reconhece que poderão ser objeto de publicidade, entre outras informações:
I – o inteiro teor deste Contrato e de seus termos aditivos;
II – a identificação das partes;
III – o objeto, o valor, a vigência e as condições de execução;
IV – os empenhos, pagamentos, recebimentos e demais informações da execução financeira;
V – os relatórios de fiscalização e de acompanhamento contratual;
VI – os atos de alteração, suspensão, extinção ou prorrogação;
VII – as sanções administrativas eventualmente aplicadas;
VIII – os demais documentos cuja divulgação seja exigida pela legislação.

A divulgação do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP constitui condição de eficácia nas hipóteses e prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da publicação no portal oficial do Município e em outros meios legalmente exigidos.

A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, de forma tempestiva, completa, verdadeira e em formato acessível, os documentos e informações necessários ao cumprimento das obrigações legais de publicidade, transparência, controle e prestação de contas.

O dever de transparência não autoriza a divulgação indiscriminada de:
I – dados pessoais não necessários à finalidade pública;
II – dados pessoais sensíveis;
III – informações protegidas por sigilo legal;
IV – segredos industrial, comercial ou empresarial legitimamente comprovados;
V – credenciais, senhas, chaves criptográficas ou informações capazes de comprometer a segurança de sistemas;
VI – informações cuja restrição de acesso esteja regularmente fundamentada.

Eventual alegação de sigilo comercial ou empresarial deverá ser apresentada pela CONTRATADA de forma específica, motivada e acompanhada de elementos que demonstrem a necessidade de proteção, não sendo admitida classificação genérica de documentos ou informações como confidenciais.

Caberá à CONTRATANTE decidir sobre pedidos de acesso à informação, classificação de sigilo, proteção de dados e divulgação de documentos, nos termos da legislação aplicável, não vinculando a Administração a declaração unilateral de confidencialidade formulada pela CONTRATADA.

Sempre que possível, a Administração promoverá a transparência mediante anonimização, tarjamento, ocultação parcial ou disponibilização de versão pública do documento, preservando somente os trechos efetivamente protegidos e assegurando acesso ao conteúdo remanescente.

A CONTRATADA deverá colaborar com os órgãos de controle interno e externo, fornecendo documentos e esclarecimentos relacionados à execução contratual, ressalvadas as garantias processuais e os sigilos expressamente protegidos por lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA
DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E DAS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS

O descumprimento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual e poderá ensejar, conforme a gravidade da conduta e mediante processo administrativo regular:
I – emissão de determinação corretiva;
II – advertência;
III – aplicação de multa;
IV – glosa ou retenção de valores, nos limites legalmente admitidos;
V – suspensão de acessos, credenciais ou compartilhamentos de dados;
VI – substituição de empregado, representante, preposto ou terceiro envolvido;
VII – comunicação aos órgãos de controle e às autoridades competentes;
VIII – impedimento de licitar e contratar;
IX – declaração de inidoneidade;
X – extinção unilateral do contrato;
XI – reparação integral dos danos causados;
XII – responsabilização nos termos da Lei nº 12.846/2013, da LGPD e das demais normas aplicáveis.

Na definição da medida administrativa serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração;
II – a extensão do dano ou do risco causado;
III – a vantagem auferida ou pretendida;
IV – o grau de participação da CONTRATADA;
V – a existência e a efetividade dos mecanismos de integridade;
VI – a pronta interrupção da irregularidade;
VII – a cooperação com a apuração;
VIII – a adoção de medidas de remediação;
IX – a reincidência;
X – as circunstâncias agravantes e atenuantes.

A adoção de medidas internas de integridade, comunicação espontânea, colaboração e reparação do dano não excluirá automaticamente a responsabilidade da CONTRATADA, mas poderá ser considerada na dosimetria das consequências administrativas, nos termos da legislação.

A CONTRATADA deverá preservar documentos, registros e evidências relevantes sempre que tomar conhecimento de investigação, auditoria, incidente de segurança, denúncia ou procedimento de responsabilização relacionado ao Contrato, ficando vedada sua destruição, adulteração, ocultação ou manipulação.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º As obrigações de anticorrupção, integridade, confidencialidade, proteção de dados e cooperação com os órgãos de controle

permanecerão exigíveis durante toda a vigência do Contrato e, quando sua natureza assim determinar, após sua extinção.

§ 2º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo.

§ 3º A CONTRATADA responderá pelos atos praticados por seus administradores, empregados, representantes, prepostos e terceiros que atuem em seu nome, interesse ou benefício, observados os pressupostos e limites de cada regime legal de responsabilização.

§ 4º Nenhuma disposição deste Capítulo deverá ser interpretada como autorização para tratamento excessivo de dados pessoais, vigilância desproporcional, divulgação indevida de informações protegidas ou transferência à CONTRATADA de competências decisórias exclusivas da Administração Pública.

§ 5º As solicitações de documentos e informações formuladas pela CONTRATANTE deverão guardar pertinência com a execução contratual, a fiscalização, a proteção do patrimônio público, a prevenção de ilícitos ou o cumprimento de obrigação legal, observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção de dados pessoais.

§ 6º As medidas sancionatórias ou restritivas dependerão de decisão motivada e da observância do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, da proporcionalidade e da individualização da responsabilidade, ressalvadas as providências cautelares urgentes necessárias à contenção de dano grave ou risco iminente.

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com a Constituição Federal, com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a Lei Federal nº 12.846/2013, com o Decreto Federal nº 11.129/2022, com a Lei Federal nº 13.709/2018, com a Lei Federal nº 12.527/2011, com a Lei Federal nº 8.429/1992 e com os regulamentos municipais aplicáveis, prevalecendo sempre a norma cogente e a disciplina específica vigente ao tempo da execução contratual.

CAPÍTULO XIV
DA DISPENSA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DOS PRODUTOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA
DA DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, com entrega única, bem como a avaliação administrativa dos riscos inerentes à contratação, fica dispensada a prestação de garantia de execução contratual pela CONTRATADA, não sendo exigida caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A dispensa ora estabelecida fundamenta-se no caráter facultativo da garantia prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual a Administração poderá, mediante previsão no edital e a seu critério, exigir garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. A ausência de exigência deverá guardar coerência com o planejamento da contratação, a matriz de riscos, quando existente, a complexidade do objeto, o vulto econômico do ajuste e a suficiência dos demais mecanismos de controle contratual.

A dispensa da garantia de execução não representa renúncia, limitação ou redução das prerrogativas da Administração Pública, tampouco exonera a CONTRATADA do cumprimento integral das obrigações assumidas, permanecendo-lhe atribuída responsabilidade plena:
I – pela execução tempestiva e adequada do objeto;
II – pela conformidade quantitativa e qualitativa dos bens entregues;
III – pela observância das especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e deste Contrato;
IV – pela substituição, reparação ou correção dos produtos recusados ou defeituosos;
V – pelos vícios aparentes ou ocultos identificados nos produtos;
VI – pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros;
VII – pelo pagamento das multas e demais sanções regularmente aplicadas;
VIII – pelo ressarcimento integral de danos causados ao erário;
IX – pelo cumprimento da garantia mínima dos produtos;
X – pelas demais obrigações legais, regulamentares e contratuais.

A inexistência de garantia de execução não impedirá a CONTRATANTE de promover, observados o contraditório e a ampla defesa:
I – glosas sobre valores indevidamente faturados;
II – descontos de multas nos créditos devidos à CONTRATADA;
III – compensação administrativa de créditos líquidos e certos, quando juridicamente admissível;
IV – cobrança administrativa ou judicial de prejuízos;
V – inscrição de débitos em dívida ativa, quando cabível;
VI – aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021;
VII – extinção do contrato nas hipóteses legalmente previstas;
VIII – adoção das demais medidas necessárias à tutela do patrimônio público.

§ 1º A dispensa prevista nesta cláusula restringe-se exclusivamente à garantia de execução do contrato administrativo, disciplinada pelos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, não se confundindo com:
I – a garantia legal dos produtos;
II – a garantia contratual ou comercial fornecida pelo fabricante ou fornecedor;
III – a garantia mínima de 12 (doze) meses prevista no Termo de Referência;
IV – a responsabilidade por vícios de qualidade, quantidade, fabricação, acondicionamento, transporte ou funcionamento;
V – a responsabilidade civil pelos danos decorrentes da execução contratual.

§ 2º A dispensa da garantia de execução decorre de opção administrativa vinculada às condições desta contratação e não constitui precedente obrigatório para futuras aquisições, cuja necessidade de garantia deverá ser avaliada individualmente no respectivo planejamento.

§ 3º A Administração poderá exigir, para a celebração de eventual alteração contratual, documentos, compromissos ou medidas de mitigação compatíveis com os novos riscos introduzidos, desde que juridicamente admissíveis, previamente motivados e sem alteração indevida das condições originárias da licitação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA
DA GARANTIA MÍNIMA DOS PRODUTOS

Sem prejuízo da dispensa da garantia de execução prevista na cláusula anterior, a CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os produtos fornecidos, contada da data do respectivo recebimento definitivo pela CONTRATANTE, ou por prazo superior oferecido pelo fabricante, pela CONTRATADA ou constante da proposta vencedora, hipótese em que prevalecerá o período mais benéfico à Administração.

A garantia mínima estabelecida nesta cláusula integra as obrigações essenciais da contratação e abrange a plena adequação, qualidade, durabilidade, segurança, funcionalidade e compatibilidade dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos adquiridos.

A garantia deverá compreender, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE:
I – diagnóstico de falhas, defeitos ou vícios;
II – assistência técnica necessária à solução da irregularidade;
III – fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios indispensáveis ao reparo;
IV – mão de obra especializada;
V – desmontagem e remontagem, quando necessárias;
VI – coleta, retirada, transporte, remessa e devolução dos produtos;
VII – substituição de peças defeituosas;

VIII – substituição integral do produto, quando o reparo não for tecnicamente viável ou não restabelecer sua plena funcionalidade;
IX – atualização ou reinstalação de software embarcado, quando integrante do equipamento;
X – testes de funcionamento após a intervenção;
XI – emissão de relatório técnico contendo a identificação do defeito, as providências adotadas e o resultado do atendimento;
XII – demais custos direta ou indiretamente relacionados ao cumprimento da garantia.

A CONTRATADA será responsável pelo atendimento da garantia perante a CONTRATANTE, ainda que o produto tenha sido fabricado, importado, distribuído ou assistido tecnicamente por terceiro, não podendo invocar limitações decorrentes de sua relação comercial com fabricante, representante, distribuidor ou assistência técnica para retardar ou recusar o cumprimento das obrigações assumidas.

A garantia prevista neste Contrato é complementar às garantias decorrentes da legislação aplicável e não poderá ser interpretada como limitação ou exclusão da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos de fabricação, inadequação do produto ou danos causados à Administração.

Quando juridicamente incidente, a garantia contratual ou comercial será complementar à garantia legal e deverá ser formalizada por escrito, em consonância com o art. 50 da Lei Federal nº 8.078/1990.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA
DO TERMO INICIAL E DA EXTENSÃO DA GARANTIA

O prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses terá início na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo de eventual prazo mais amplo estabelecido pelo fabricante, pela legislação aplicável, pela proposta apresentada ou por documento próprio de garantia.

O recebimento provisório dos bens não dará início à contagem da garantia contratual mínima, uma vez que esse ato possui natureza precária e se destina à verificação inicial da conformidade do fornecimento.

Caso o recebimento definitivo seja retardado por fato imputável exclusivamente à CONTRATANTE, após comprovada a plena conformidade dos bens e a inexistência de pendências atribuíveis à CONTRATADA, o termo inicial poderá ser ajustado mediante decisão expressamente motivada do gestor do contrato, vedada a imposição de ônus desproporcional ao fornecedor.

Na hipótese de substituição integral do produto durante o período de garantia, iniciar-se-á novo prazo mínimo de 12 (doze) meses para o bem substituto, contado de sua aceitação definitiva, salvo se o prazo remanescente da garantia original ou a garantia do fabricante for mais favorável à Administração.

Quando houver substituição de peça, componente ou acessório essencial, a garantia correspondente será reiniciada relativamente ao item substituído, sem prejuízo do prazo aplicável ao restante do produto.

O período durante o qual o produto permanecer indisponível em razão de defeito coberto pela garantia não será computado em prejuízo da CONTRATANTE, ficando suspensa a contagem do prazo até a efetiva devolução do bem em plenas condições de uso.

A realização de reparo, substituição ou intervenção técnica não importará reconhecimento de uso inadequado pela CONTRATANTE, salvo se essa circunstância for demonstrada mediante laudo técnico circunstanciado, com indicação objetiva da causa do defeito e oportunidade de manifestação da Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA
DO ACIONAMENTO E DO ATENDIMENTO DA GARANTIA

A CONTRATANTE poderá acionar a garantia mediante comunicação escrita encaminhada à CONTRATADA por meio eletrônico, ofício, sistema administrativo ou outro canal formal indicado no contrato, contendo, sempre que possível:
I – identificação do produto;
II – número patrimonial ou número de série, quando existente;
III – descrição do defeito ou da irregularidade;
IV – local em que o bem se encontra;
V – registro fotográfico ou audiovisual, quando pertinente;
VI – indicação do responsável pelo acompanhamento do atendimento.

A ausência de algum dos elementos previstos no caput não autorizará a recusa automática do atendimento quando a irregularidade puder ser suficientemente identificada por outros meios.

Recebida a solicitação, a CONTRATADA deverá:
I – confirmar formalmente o recebimento da comunicação em até 01 (um) dia útil;
II – realizar a avaliação inicial e informar as providências que serão adotadas em até 02 (dois) dias úteis;
III – iniciar o atendimento técnico em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, salvo prazo inferior previsto na proposta, no Termo de Referência ou no documento de garantia;
IV – concluir o reparo ou promover a substituição do produto em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal, ressalvada situação excepcional tecnicamente comprovada e expressamente aceita pela CONTRATANTE.

Caso o reparo não seja concluído no prazo estipulado, a CONTRATADA deverá, a critério da Administração:
I – substituir imediatamente o produto por outro novo, de mesma marca e modelo ou de características superiores, desde que previamente aprovado pela fiscalização;
II – disponibilizar provisoriamente equipamento equivalente, quando necessário à continuidade das atividades administrativas;
III – apresentar plano de solução contendo justificativa técnica, prazo final e medidas de mitigação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

A substituição por produto de marca ou modelo diverso dependerá de prévia aprovação do Fiscal Técnico e somente será admitida quando o bem oferecido possuir qualidade, desempenho, garantia e especificações iguais ou superiores às originalmente contratadas, sem qualquer acréscimo de preço.

Os produtos encaminhados para reparo deverão ser adequadamente identificados, acondicionados, transportados e protegidos contra danos, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA desde sua retirada até a devolução e aceitação pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá entregar comprovante de retirada e de devolução do produto, contendo, no mínimo:
I – descrição e identificação do bem;
II – número de série, quando existente;
III – estado aparente do produto;
IV – acessórios encaminhados conjuntamente;
V – data da retirada;
VI – identificação do responsável pelo transporte;
VII – providências executadas;
VIII – data da devolução.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA
DOS VÍCIOS, DEFEITOS E DA SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem constatados vícios, defeitos, incorreções, incompatibilidades ou inadequações decorrentes do fornecimento, fabricação, acondicionamento, transporte ou entrega.

Serão considerados inadequados, entre outros, os produtos que:
I – não correspondam às especificações técnicas contratadas;
II – apresentem falhas de funcionamento;

III – possuam componentes danificados, incompletos ou incompatíveis;
IV – apresentem sinais de uso anterior, recondicionamento ou remanufatura não autorizados;
V – não sejam novos e de primeiro uso;
VI – revelem qualidade, resistência, durabilidade ou desempenho inferiores aos exigidos;
VII – sejam entregues sem acessórios, manuais, certificados ou demais componentes obrigatórios;
VIII – apresentem defeitos estéticos relevantes que comprometam o uso, a conservação ou a apresentação institucional;
IX – estejam em desacordo com normas técnicas ou de segurança aplicáveis;
X – não possam ser regularmente utilizados para a finalidade administrativa prevista.

A substituição integral será obrigatória quando:
I – o defeito for insanável;
II – o reparo comprometer a qualidade, a segurança, a durabilidade ou o desempenho do produto;
III – houver reincidência do mesmo defeito após tentativa de reparo;
IV – o custo ou a complexidade do reparo demonstrarem sua inviabilidade;
V – o prazo de reparo ultrapassar o limite contratualmente estabelecido;
VI – a assistência técnica concluir pela inviabilidade da recuperação;
VII – a fiscalização constatar que o produto reparado não recuperou sua condição plena de funcionamento.

A aceitação de reparo não impedirá a posterior rejeição do produto caso o defeito persista, reapareça ou seja constatada perda de qualidade ou funcionalidade.

A CONTRATADA não poderá substituir peças originais por componentes usados, recondicionados, remanufaturados ou de qualidade inferior, salvo autorização expressa e tecnicamente motivada da CONTRATANTE em situação excepcional, sem prejuízo da manutenção integral da garantia.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA
DAS EXCLUSÕES DA GARANTIA

A exclusão da cobertura da garantia somente será admitida quando a CONTRATADA comprovar, por meio de laudo técnico detalhado, que o defeito decorreu exclusivamente de:
I – uso manifestamente incompatível com as instruções do fabricante;
II – intervenção técnica não autorizada realizada por terceiro;
III – dano intencional;
IV – acidente externo sem relação com vício do produto;
V – armazenamento em condições comprovadamente incompatíveis com as orientações técnicas previamente fornecidas;
VI – caso fortuito ou força maior sem relação com a qualidade ou segurança do produto.

O laudo técnico deverá conter:
I – identificação do profissional responsável;
II – qualificação técnica do subscritor;
III – descrição dos exames realizados;
IV – registros fotográficos, quando pertinentes;
V – indicação precisa da causa do defeito;
VI – demonstração do nexo causal entre a conduta atribuída à CONTRATANTE e o dano verificado;
VII – fundamentação técnica para a exclusão pretendida.

A mera alegação de mau uso, desgaste natural, umidade, impacto, oscilação elétrica, armazenamento inadequado ou intervenção de terceiro não será suficiente para excluir a garantia sem comprovação técnica objetiva.

Não será considerada causa de exclusão o desgaste prematuro incompatível com a vida útil razoavelmente esperada, a fragilidade anormal, a ausência de instrução adequada de uso ou a deficiência de informações fornecidas pelo fabricante ou pela CONTRATADA.

Havendo controvérsia quanto à origem do defeito, a Administração poderá solicitar avaliação técnica complementar, diligência, perícia ou parecer especializado, permanecendo assegurados à CONTRATADA o contraditório e a apresentação de elementos técnicos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA DISPONIBILIDADE DE PEÇAS

Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar estrutura de atendimento suficiente para o cumprimento tempestivo das obrigações assumidas, diretamente ou por intermédio de rede de assistência técnica devidamente qualificada.

Quando o atendimento for realizado por assistência técnica autorizada, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a CONTRATANTE por:
I – agendamento;
II – acompanhamento do serviço;
III – observância dos prazos;
IV – qualidade dos reparos;
V – fornecimento de peças;
VI – transporte dos produtos;
VII – restituição do bem em perfeito estado;
VIII – solução definitiva da ocorrência.

A CONTRATADA deverá manter peças, componentes e acessórios necessários ao atendimento da garantia ou demonstrar capacidade de obtê-los em prazo compatível com as obrigações contratuais.

A interrupção da produção, importação, distribuição ou assistência técnica de determinado modelo não exonerará a CONTRATADA, que deverá disponibilizar solução equivalente ou superior, previamente aprovada pela Administração.

Toda peça substituída deverá ser nova, original ou tecnicamente equivalente, plenamente compatível com o produto e acompanhada da correspondente garantia.

As peças defeituosas retiradas poderão ser recolhidas pela CONTRATADA, desde que a retirada seja registrada e não prejudique eventual análise técnica ou procedimento de responsabilização instaurado pela Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA
DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE GARANTIA

O descumprimento injustificado dos prazos ou das obrigações relacionadas à garantia dos produtos caracterizará inadimplemento contratual e sujeitará a CONTRATADA, mediante regular processo administrativo, às medidas e sanções previstas neste Contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE poderá:
I – estabelecer prazo final para cumprimento da obrigação;
II – determinar a substituição imediata do produto;
III – contratar terceiro para realizar o reparo, imputando à CONTRATADA os custos comprovadamente suportados, observadas as garantias processuais;
IV – descontar valores de créditos eventualmente existentes em favor da CONTRATADA, quando legalmente admissível;
V – promover cobrança administrativa ou judicial;
VI – exigir o ressarcimento das despesas de transporte, avaliação, reparo ou substituição;
VII – aplicar multa moratória ou compensatória;
VIII – considerar o inadimplemento para fins de avaliação do histórico de execução contratual;
IX – adotar as demais medidas necessárias à proteção do patrimônio público.

A execução do reparo por terceiro, quando determinada em razão da omissão da CONTRATADA, não extinguirá sua responsabilidade por outros vícios, defeitos ou obrigações abrangidos pela garantia.

O pagamento integral do preço, o recebimento definitivo, o encerramento da vigência ou a extinção do contrato não afastarão as obrigações de garantia cujo prazo ainda esteja em curso.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO

§ 1º A dispensa de garantia de execução contratual não poderá ser invocada pela CONTRATADA como fundamento para reduzir o padrão de diligência, qualidade, solvabilidade, capacidade operacional ou responsabilidade exigível na execução do objeto.

§ 2º A garantia mínima de 12 (doze) meses possui natureza de obrigação contratual autônoma e sobreviverá ao recebimento definitivo, ao pagamento e ao encerramento da vigência contratual pelo período necessário ao seu integral cumprimento.

§ 3º Os custos relacionados ao cumprimento da garantia consideram-se incluídos no preço contratado, sendo vedada a cobrança de taxas de visita, diagnóstico, deslocamento, coleta, transporte, mão de obra, peças ou quaisquer outros encargos.

§ 4º A CONTRATADA deverá entregar, juntamente com os produtos, os respectivos certificados, termos ou documentos de garantia, redigidos em língua portuguesa e contendo, no mínimo:
I – identificação do produto;
II – número de série, quando houver;
III – prazo de cobertura;
IV – condições de atendimento;
V – canais de comunicação;
VI – identificação do fabricante e da assistência técnica;
VII – hipóteses justificadas de exclusão;
VIII – procedimentos para acionamento.

§ 5º Eventual omissão, incompletude ou inconsistência do termo de garantia não afastará a responsabilidade da CONTRATADA nem reduzirá o prazo mínimo estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência.

§ 6º Em caso de divergência entre o prazo ou as condições de garantia constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta, do manual do fabricante, do certificado de garantia e deste Contrato, prevalecerá a condição mais favorável à CONTRATANTE, desde que compatível com a legislação e com a proposta regularmente aceita.

§ 7º Aplicam-se subsidiariamente às obrigações de garantia as disposições pertinentes do Código Civil e, quando juridicamente cabível à relação concreta, as normas da Lei Federal nº 8.078/1990, sem prejuízo do regime jurídico-administrativo estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas de maneira a preservar a utilidade, a durabilidade, a segurança e a plena funcionalidade dos bens adquiridos, bem como a continuidade das atividades da Banda Marcial e da Fanfarra Municipal, vedada qualquer interpretação que resulte em exoneração indevida da responsabilidade da CONTRATADA.

CAPÍTULO XV
DOS CASOS OMISSOS, DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA DO CONTRATO E DO FORO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA
DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, as dúvidas de interpretação e as controvérsias de natureza administrativa surgidas durante a execução deste Contrato serão solucionados pela CONTRATANTE mediante decisão expressamente motivada, observada a ordem jurídica aplicável às contratações públicas, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios constitucionais e administrativos, as disposições do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da proposta adjudicada e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório.

A solução dos casos omissos deverá observar, sucessivamente e conforme a pertinência da matéria:

I – as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente os princípios previstos em seus arts. 5º e 37;

II – as normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021;

III – as normas municipais regulamentadoras das licitações e dos contratos administrativos;

IV – as disposições do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA, da ata da sessão pública, dos esclarecimentos, das respostas às impugnações e dos demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026;

V – os princípios gerais dos contratos administrativos e do Direito Administrativo;

VI – a jurisprudência dos Tribunais Superiores e as orientações dos Tribunais de Contas, especialmente aquelas aplicáveis às contratações públicas municipais;

VII – as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000, quando relacionada a questão de natureza orçamentária ou financeira;

VIII – as disposições da Lei Federal nº 9.784/1999, como referência principiológica e procedimental, quando compatíveis com a autonomia municipal e inexistir norma local específica;

IX – as disposições do Código Civil e demais normas de direito privado, aplicadas subsidiariamente e somente quando compatíveis com o regime jurídico-administrativo;

X – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva e preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º A aplicação subsidiária de normas de direito privado não poderá afastar, restringir ou neutralizar as prerrogativas legalmente conferidas à Administração Pública, nem modificar a natureza administrativa do vínculo contratual.

§ 2º Nenhuma prática reiterada, tolerância, omissão fiscalizatória ou conduta informal das partes poderá ser interpretada como alteração tácita do Contrato, novação, renúncia de direitos, supressão de obrigações ou afastamento de exigência prevista na legislação ou nos instrumentos da contratação.

§ 3º A eventual tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de determinada obrigação não impedirá sua exigência posterior nem constituirá precedente vinculante para situações futuras.

§ 4º As decisões administrativas destinadas à solução de casos omissos deverão ser precedidas, sempre que necessário, de:
I – manifestação do Gestor do Contrato;
II – manifestação do Fiscal Técnico ou do Fiscal Administrativo, conforme a natureza da questão;
III – diligência destinada à complementação da instrução processual;
IV – oitiva da CONTRATADA, quando a decisão puder afetar seus direitos ou impor-lhe obrigações;
V – análise da disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
VI – parecer jurídico, quando exigido pela legislação, pela complexidade da matéria ou pela autoridade competente;
VII – decisão motivada da autoridade administrativa competente.

§ 5º A solução conferida ao caso omisso deverá preservar a finalidade pública da contratação, a natureza do objeto, a isonomia entre os

licitantes, as condições efetivas da proposta adjudicada e a equação econômico-financeira originalmente pactuada, vedada a criação de obrigação material substancial que não encontre fundamento na legislação ou nos instrumentos da licitação.

§ 6º Quando o caso omisso envolver matéria técnica referente à qualidade, funcionalidade, compatibilidade, assistência técnica ou garantia dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, a decisão administrativa deverá ser instruída com manifestação técnica idônea, admitida a realização de inspeção, teste, diligência, análise especializada ou consulta ao fabricante.

§ 7º Quando a questão envolver possível inadimplemento, aplicação de sanção, retenção de crédito, extinção contratual ou imputação de responsabilidade, serão obrigatoriamente assegurados o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas e a decisão administrativa fundamentada, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º A CONTRATADA deverá submeter previamente à CONTRATANTE qualquer dúvida suscetível de afetar a execução do objeto, não podendo invocar, posteriormente, interpretação unilateral, silêncio administrativo não qualificado ou desconhecimento das normas aplicáveis como justificativa para o inadimplemento.

§ 9º A inexistência de solução expressa e imediata para questão submetida à Administração não autoriza a CONTRATADA a interromper unilateralmente o fornecimento, recusar o cumprimento de obrigação incontroversa ou alterar as condições de execução, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, na forma e no prazo estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, como condição indispensável à sua eficácia jurídica.

Por decorrer de procedimento licitatório, a divulgação no PNCP deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado da data da assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A divulgação no PNCP abrangerá, no mínimo, as informações e os documentos exigidos pela legislação, inclusive:
I – identificação do órgão ou entidade contratante;
II – número do Processo Administrativo;
III – modalidade e identificação do procedimento licitatório;
IV – identificação da CONTRATADA;
V – número de inscrição da CONTRATADA no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;
VI – descrição do objeto contratado;
VII – valor total do Contrato;
VIII – prazo de vigência;
IX – data de assinatura;
X – fonte orçamentária, quando exigida pelo sistema;
XI – inteiro teor do instrumento contratual;
XII – demais informações previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação do PNCP.

§ 1º A CONTRATANTE também promoverá a divulgação dos termos aditivos, apostilamentos e demais atos contratuais sujeitos à publicidade, observados os prazos e as exigências previstos na legislação aplicável.

§ 2º A publicação no PNCP não afasta a observância de outros meios de publicidade exigidos pela legislação municipal, especialmente:
I – o portal oficial do Município de Rio Crespo;
II – o Portal da Transparência municipal;
III – o Diário Oficial utilizado pelo Município;
IV – os sistemas eletrônicos de controle e acompanhamento das contratações públicas;
V – outros meios instituídos por norma local.

§ 3º A CONTRATADA deverá fornecer, tempestivamente, todos os documentos, dados e esclarecimentos necessários à correta divulgação do Contrato, responsabilizando-se pela exatidão das informações que lhe forem diretamente atribuíveis.

§ 4º Constatada incorreção material, omissão ou divergência nas informações publicadas, a CONTRATANTE deverá promover sua retificação, preservados o histórico e a rastreabilidade do ato administrativo.

§ 5º A publicidade contratual deverá observar simultaneamente:
I – o princípio constitucional da publicidade;
II – a transparência ativa;
III – o direito de acesso à informação;
IV – a proteção de dados pessoais;
V – a preservação das informações legalmente sigilosas;
VI – a proteção de segredos comercial e industrial legitimamente comprovados.

§ 6º Os dados pessoais que não sejam necessários à finalidade pública da divulgação deverão ser suprimidos, ocultados ou anonimizados, especialmente números de documentos pessoais, endereços residenciais, contatos particulares, dados bancários, assinaturas e outras informações cuja exposição seja desnecessária ou desproporcional.

§ 7º A ausência de divulgação tempestiva no PNCP deverá ser imediatamente comunicada à autoridade competente para adoção das providências saneadoras, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa pelo descumprimento do dever legal de publicidade.

§ 8º A CONTRATADA não poderá impedir ou restringir a divulgação das informações contratuais legalmente públicas, ressalvadas as hipóteses de sigilo expressamente previstas em lei e devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

§ 9º A alegação de sigilo empresarial deverá ser específica, fundamentada e acompanhada da demonstração concreta de que a publicidade da informação poderá revelar segredo industrial, comercial ou tecnológico juridicamente protegido, não sendo admitida declaração genérica de confidencialidade sobre o inteiro teor do Contrato ou de seus documentos essenciais.

§ 10 A publicação do instrumento no PNCP constitui condição de eficácia, mas não substitui a necessidade de prévia assinatura pelas partes, regular empenho da despesa, designação dos responsáveis pela gestão e fiscalização e atendimento das demais condições legais necessárias à execução contratual.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA
DA EFICÁCIA E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

O presente Contrato produzirá efeitos após sua regular assinatura e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, observada a condição de eficácia estabelecida no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA somente deverá iniciar a execução após o recebimento da correspondente Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento administrativo equivalente, emitido por autoridade competente, no qual deverão constar, sempre que aplicável:
I – a identificação do Contrato;
II – a identificação do Processo Administrativo;
III – a descrição dos bens;
IV – os quantitativos;
V – o local de entrega;
VI – o prazo de fornecimento;
VII – a identificação do responsável pelo recebimento;
VIII – outras instruções necessárias à execução.

§ 1º A execução realizada sem autorização formal da Administração não gerará, por si só, direito ao pagamento, ressalvado o reconhecimento administrativo de obrigação efetivamente constituída e de benefício comprovadamente incorporado ao patrimônio público, observada a legislação aplicável e a apuração de responsabilidades.

§ 2º A Ordem de Fornecimento não poderá modificar as especificações, os quantitativos, os preços, os prazos ou as demais condições originalmente contratadas, salvo quando houver alteração contratual regularmente formalizada.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente qualquer divergência entre a Ordem de Fornecimento e os instrumentos da contratação, abstendo-se de executar determinação manifestamente incompatível com o Contrato até que a questão seja formalmente esclarecida pela Administração.

§ 4º O atraso da Administração na emissão da Ordem de Fornecimento não autorizará a CONTRATADA a considerar automaticamente extinto o vínculo, devendo eventual repercussão ser submetida à análise do Gestor do Contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA
DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS

As partes comprometem-se a empregar esforços para solucionar administrativamente as controvérsias decorrentes da interpretação ou execução deste Contrato, privilegiando a boa-fé, a cooperação, a eficiência, a economicidade, a consensualidade e a preservação do interesse público.

A instauração de procedimento administrativo para solução de controvérsia não suspenderá automaticamente a execução contratual, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações incontroversas e as determinações administrativas legalmente expedidas.

A parte interessada deverá formular sua pretensão por escrito, indicando:
I – os fatos que deram origem à controvérsia;
II – as cláusulas contratuais e normas legais aplicáveis;
III – os documentos comprobatórios;
IV – os efeitos técnicos, administrativos ou financeiros alegados;
V – a providência concretamente requerida;
VI – a demonstração do nexo causal, quando houver pretensão indenizatória ou econômico-financeira.

A Administração poderá realizar diligências, solicitar esclarecimentos, determinar a apresentação de documentos complementares e promover reuniões técnicas ou administrativas destinadas à adequada compreensão e solução da controvérsia.

A decisão administrativa deverá ser motivada e comunicada formalmente à CONTRATADA, sem prejuízo dos recursos administrativos cabíveis e do acesso ao Poder Judiciário.

A tentativa de solução administrativa não implicará renúncia a direitos, novação, transação ou reconhecimento da procedência da pretensão apresentada.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA
DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca competente para o Município de Rio Crespo, Estado de Rondônia, para dirimir as controvérsias decorrentes deste Contrato que não possam ser solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A eleição do foro observa o art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas devem conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir questões contratuais, ressalvadas as hipóteses legalmente excepcionadas.

§ 1º A competência territorial será definida de acordo com a organização judiciária vigente no Estado de Rondônia, considerando-se o foro que legalmente abranja o Município de Rio Crespo na data do ajuizamento da demanda.

§ 2º A eleição do foro não prejudicará:
I – o exercício das competências constitucionais dos Tribunais de Contas;
II – a atuação do Ministério Público;
III – o controle interno da Administração;
IV – a competência da Justiça Federal quando configurada alguma das hipóteses previstas no art. 109 da Constituição Federal;
V – a competência material da Justiça do Trabalho, quando legalmente caracterizada;
VI – a competência de outros órgãos jurisdicionais definida por norma constitucional ou legal de caráter absoluto.

§ 3º A eleição do foro não impede a utilização de meios consensuais de prevenção e resolução de controvérsias legalmente admitidos, desde que sua adoção seja autorizada pela autoridade competente, compatível com a natureza do direito discutido e devidamente formalizada no processo administrativo.

§ 4º As comunicações, notificações, intimações e demais atos extrajudiciais relacionados à execução deste Contrato deverão ser encaminhados aos endereços físicos e eletrônicos indicados pelas partes, incumbindo a cada uma informar qualquer alteração cadastral.

§ 5º A ausência de atualização cadastral tornará válidas as comunicações encaminhadas aos endereços constantes do Contrato ou do processo administrativo, desde que comprovada a tentativa regular de entrega ou transmissão.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO ENCERRAMENTO DO INSTRUMENTO

O presente Contrato deverá ser interpretado de forma sistemática e integrada com o Edital do Pregão Eletrônico, o Termo de Referência, a proposta adjudicada, a Nota de Empenho, os atos de homologação e adjudicação e os demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026.

A declaração de nulidade, invalidade ou ineficácia de cláusula específica não prejudicará, quando juridicamente possível, as demais disposições contratuais, que permanecerão válidas e exigíveis, desde que preservadas a essência da contratação, a finalidade pública e a equação econômico-financeira.

Qualquer modificação deste instrumento somente será válida quando formalizada pela autoridade competente por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração e as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

As obrigações que, por sua natureza, devam subsistir após o encerramento da vigência permanecerão plenamente exigíveis, especialmente aquelas relacionadas:
I – à garantia mínima dos produtos;
II – à responsabilidade por vícios ocultos;
III – à reparação de danos;
IV – ao ressarcimento ao erário;
V – à confidencialidade;
VI – à proteção de dados pessoais;
VII – às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais;
VIII – à cooperação em auditorias e procedimentos de controle;
IX – à apuração de infrações e aplicação de sanções;
X – à prestação de informações e guarda documental.

E, por estarem ajustadas e de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato Administrativo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, obrigando-se por si e por seus sucessores, após a observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis.

Rio Crespo/RO, 17 de Setembro de 2026.

Pela Contratante
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Município De Rio Crespo/RO

Pela Contratada
MARCELO ARAÚJO SILVA
Marcelo Araujo Silva e CIA LTDA

Publicado por:
Thiago Barros da Silva
Código Identificador:3D6D5889

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 764/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA BANDA MARCIAL E FANFARRA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO E A EMPRESA RALSON M. LIMA LTDA, NA FORMA ABAIXO.

CAPÍTULO I
CLÁUSULA PRIMEIRA
DO PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo, de um lado o MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 63.761.977/0001-41, com sede administrativa na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, Rio Crespo, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, e, de outro lado, a empresa **RALSON M. LIMA LTDA** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **33.146.225/0001-00**, estabelecida à **RUA CACOAL, N° 2432, BNH - SETOR 07, ARIQUEMES/RO**, neste ato representada por **RALSON MARQUES LIMA**, portador(a) do CPF nº ********** e RG nº ********** , **EMAIL: AMAZONCOMERCIOLICITACOES@GMAIL.COM, TELEFONE: (69) 99252-9883,** doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE BENS PERMANENTES, mediante as cláusulas e condições seguintes, observando rigorosamente a legislação vigente, o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026, a proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA e os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026, os quais passam a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

O presente contrato possui natureza jurídica de contrato administrativo de fornecimento, submetendo-se ao regime jurídico de direito público, caracterizado pela supremacia do interesse público, pelas prerrogativas conferidas à Administração Pública e pela incidência das cláusulas exorbitantes legalmente previstas, sem prejuízo da aplicação subsidiária das normas de direito privado quando compatíveis com a natureza da contratação.

A contratação decorre do procedimento licitatório instaurado para atender à necessidade pública de implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo, mediante aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, destinados ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, cívicas e sociais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Integram este contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026;
II – o Termo de Referência;
III – a proposta comercial vencedora;
IV – os documentos de habilitação;
V – os esclarecimentos, impugnações e decisões eventualmente proferidas durante o certame;
VI – a Ordem de Fornecimento;
VII – o Processo Administrativo nº 764/2026.

A celebração deste instrumento representa manifestação legítima da vontade das partes, observando os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação, da eficiência administrativa, da transparência, da economicidade, da segurança jurídica e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato Administrativo rege-se, precipuamente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente pelas normas relativas à formalização, execução, fiscalização, alteração, pagamento, recebimento do objeto, responsabilidade contratual, infrações administrativas e extinção dos contratos administrativos, bem como pelas cláusulas constantes do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência e da proposta vencedora, que passam a integrar este instrumento para todos os efeitos legais.

A contratação observa os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, dentre os quais destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, os quais orientam toda a execução contratual e vinculam tanto a Administração quanto a Contratada.

Em observância ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, a atuação das partes será pautada pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, impondo-se comportamento compatível com a supremacia do interesse público, a finalidade administrativa, a boa-fé objetiva, a moralidade administrativa, a eficiência e a continuidade do serviço público, vedando-se qualquer conduta que comprometa a lisura do procedimento licitatório ou a adequada execução contratual.

Aplicam-se, subsidiariamente, ao presente contrato, as disposições da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), especialmente quanto à teoria geral dos contratos, boa-fé objetiva, responsabilidade civil, mora, inadimplemento das obrigações, perdas e danos e demais institutos compatíveis com o regime jurídico administrativo, desde que não contrariem as prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021.

Em matéria de transparência administrativa, publicidade dos atos e acesso às informações públicas, aplicam-se as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), garantindo-se ampla publicidade dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, observando-se os princípios da transparência ativa, controle social e prestação de contas.

Quanto ao tratamento de dados pessoais eventualmente compartilhados durante a execução contratual, as partes obrigam-se ao fiel cumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger

os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A presente contratação também observará, no que couber, a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), especialmente quanto aos deveres de probidade, integridade, honestidade, lealdade institucional e proteção ao patrimônio público, impondo às partes o dever permanente de atuar em conformidade com os princípios da ética administrativa e da boa governança pública.

A execução contratual será orientada pelos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, cooperação entre as partes, mitigação de riscos, prevenção de litígios, planejamento da contratação, responsabilidade fiscal, sustentabilidade das contratações públicas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando-se o equilíbrio entre a satisfação do interesse público e a preservação da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

As prerrogativas conferidas à Administração Pública pela Lei nº 14.133/2021 constituem cláusulas implícitas deste contrato, facultando ao CONTRATANTE, quando presentes os pressupostos legais, promover alterações unilaterais, aplicar sanções administrativas, fiscalizar permanentemente a execução contratual, determinar correções, instaurar processos administrativos sancionatórios e extinguir o contrato nas hipóteses legalmente previstas, sempre mediante observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Por fim, todas as controvérsias decorrentes da interpretação e execução deste contrato deverão observar a legislação aplicável, os princípios gerais do Direito Administrativo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas, bem como os entendimentos consolidados acerca da execução dos contratos administrativos, preservando-se, em qualquer hipótese, a supremacia do interesse público, a continuidade das políticas públicas e a segurança jurídica das relações contratuais.

CAPÍTULO II
DO OBJETO, DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

CLÁUSULA TERCEIRA
DO OBJETO

O presente Contrato Administrativo tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos destinados à implantação, estruturação e funcionamento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal de Rio Crespo/RO, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Proposta Comercial da CONTRATADA e demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026.

A presente contratação possui natureza jurídica de aquisição de bens permanentes comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os bens contratados possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, sendo plenamente possível sua caracterização mediante critérios técnicos amplamente reconhecidos no setor econômico correspondente.

A contratação decorre de procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, seleção da proposta mais vantajosa e vinculação ao instrumento convocatório, previstos na Lei nº 14.133/2021.

O objeto contratual destina-se ao fortalecimento das políticas públicas municipais de cultura, educação e inclusão social, mediante a disponibilização de instrumentos musicais destinados ao desenvolvimento da Banda Marcial e Fanfarra Municipal, promovendo atividades culturais, educacionais, cívicas e comunitárias, bem como incentivando a formação musical de crianças, adolescentes e jovens, conforme objetivos definidos pela Administração Pública.

Constituem objeto deste contrato exclusivamente os bens constantes da proposta adjudicada e homologada, vedada a substituição por produtos de qualidade inferior, recondicionados, remanufaturados, usados ou que não atendam integralmente às especificações técnicas exigidas pela Administração.

O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da eficiência administrativa, da continuidade do serviço público, da sustentabilidade das contratações públicas e da preservação do interesse público primário, constituindo obrigação essencial da CONTRATADA o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA
DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os bens objeto deste contrato deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora e da Ordem de Fornecimento, constituindo requisito essencial para o recebimento definitivo do objeto o atendimento pleno às características de qualidade, desempenho, durabilidade, funcionalidade, segurança e compatibilidade estabelecidas pela Administração.

Todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, produzidos em conformidade com os padrões técnicos adotados pelo fabricante, livres de vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias decorrentes do transporte ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização ou vida útil.

É expressamente vedado o fornecimento de produtos:

I – usados;
II – recondicionados;
III – remanufaturados;
IV – recuperados;
V – provenientes de mostruário;
VI – fora de linha de fabricação;
VII – com componentes reutilizados;
VIII – com especificações inferiores às exigidas pela Administração;
IX – desacompanhados dos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento;
X – que apresentem qualquer desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados, quando aplicável:

I – manuais técnicos de operação;

II – certificados de garantia;

III – notas fiscais;

IV – acessórios originais do fabricante;

V – componentes necessários ao pleno funcionamento;

VI – embalagens originais lacradas;

VII – identificação do fabricante;

VIII – demais documentos exigidos pela legislação específica.

A CONTRATADA responderá integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, assumindo responsabilidade exclusiva por

defeitos de fabricação, falhas de desempenho, incompatibilidade técnica, vícios ocultos ou quaisquer irregularidades constatadas durante o período de garantia legal e contratual.

Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo pela Administração, sem prejuízo das garantias legais previstas no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicáveis.

Durante o período de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer equipamento que apresente defeito de fabricação, mau funcionamento ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A simples entrega dos bens não importará em aceitação definitiva do objeto, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela conformidade técnica dos materiais até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato.

A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, qualquer equipamento que não satisfaça as especificações técnicas contratadas, hipótese em que a CONTRATADA deverá promover sua substituição no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A conformidade técnica do objeto será aferida mediante inspeção realizada pelo fiscal do contrato, podendo ser solicitados testes, verificações, conferências, demonstrações de funcionamento, certificações do fabricante e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA
DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Integram o presente Contrato Administrativo, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, constituindo um único instrumento jurídico e vinculando as partes em sua integralidade:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026 e todos os seus anexos;
II – o Termo de Referência;
III – o Estudo Técnico Preliminar;
IV – o Mapa de Gerenciamento de Riscos;
V – a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA;
VI – os documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica da CONTRATADA;
VII – a ata da sessão pública do Pregão Eletrônico;
VIII – a adjudicação;
IX – o ato de homologação;
X – a Nota de Empenho;
XI – a Ordem de Fornecimento;
XII – eventuais esclarecimentos, impugnações, respostas e decisões administrativas emitidas durante o procedimento licitatório;
XIII – o Processo Administrativo nº 764/2026 e seus documentos instrutórios.

Os documentos acima relacionados complementam-se reciprocamente, devendo ser interpretados de forma sistemática, harmônica e integrada, prevalecendo, em caso de divergência:

I – a Lei Federal nº 14.133/2021;
II – o Edital da Licitação;
III – o Termo de Referência;
IV – este Contrato Administrativo;
V – a proposta adjudicada da CONTRATADA.

A eventual omissão, contradição ou divergência entre os documentos integrantes não autoriza a execução de serviços ou fornecimento de bens em desacordo com o interesse público ou com as especificações técnicas exigidas pela Administração, competindo ao gestor e ao fiscal do contrato promover a interpretação mais compatível com a legislação aplicável, os princípios da Administração Pública e a finalidade da contratação.

A assinatura do presente instrumento importa em declaração expressa da CONTRATADA de que examinou previamente todos os documentos que compõem o procedimento licitatório, possui pleno conhecimento das condições técnicas, administrativas, operacionais, financeiras e jurídicas da contratação e assume integral responsabilidade pela execução do objeto, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de quaisquer cláusulas, especificações, exigências ou condições constantes dos documentos que integram este contrato.

Os documentos integrantes deste contrato permanecem disponíveis para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais normas pertinentes, assegurando-se a transparência, a publicidade dos atos administrativos e o controle da execução contratual.

CAPÍTULO III
DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA SEXTA
DO VALOR DO CONTRATO

O valor global do presente Contrato Administrativo é de R$ **4.223,00**, correspondente ao montante adjudicado à CONTRATADA no procedimento licitatório, compreendendo a integralidade do objeto contratado, inclusive todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas.

O valor contratado compreende, sem limitação:
I – fornecimento integral dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos;
II – transporte, frete, carga, descarga e movimentação dos bens;
III – embalagens apropriadas;
IV – seguros de transporte;
V – tributos federais, estaduais e municipais;
VI – contribuições previdenciárias;
VII – encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
VIII – despesas administrativas;
IX – despesas operacionais;
X – custos de logística;
XI – assistência técnica, quando exigida;
XII – garantia dos produtos;
XIII – reposição de materiais defeituosos;
XIV – quaisquer outros custos necessários à completa execução contratual.

Nenhum pagamento adicional será devido à CONTRATADA sob alegação de erro de cálculo, subavaliação dos custos da proposta, aumento de despesas operacionais, alteração da estrutura empresarial, dificuldades de mercado ou qualquer outro fato previsível à época da formulação da proposta, ressalvadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A proposta apresentada pela CONTRATADA presume-se elaborada com pleno conhecimento das condições técnicas, econômicas, tributárias, logísticas e operacionais da contratação, constituindo obrigação exclusiva da contratada suportar os riscos ordinários da atividade empresarial, em observância ao princípio da responsabilidade objetiva do contratado perante a Administração Pública.

O preço contratado é considerado completo, suficiente e compatível com a execução integral do objeto, permanecendo inalterável durante sua vigência, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas de reajustamento, revisão ou restabelecimento da equação econômico-financeira, observadas as disposições dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Administração efetuará os pagamentos exclusivamente pelos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela fiscalização contratual, vedado o pagamento antecipado, salvo nas hipóteses

excepcionalmente autorizadas pela legislação vigente, desde que devidamente motivadas e demonstradas a vantagem para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, conforme classificação constante do Processo Administrativo nº 764/2026.

A despesa será custeada pela seguinte classificação orçamentária:

Programa Orçamentário:
13.392.0002.2033.0000 – Operacionalidade das Atividades de Cultura, Desporto e Lazer.

Elemento de Despesa:
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

As despesas futuras decorrentes de eventual prorrogação contratual, quando legalmente admitida, correrão à conta das dotações consignadas nos respectivos exercícios financeiros, observando-se o disposto nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A celebração do presente contrato encontra-se condicionada à existência de disponibilidade orçamentária suficiente para suportar todas as obrigações dele decorrentes, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal, do planejamento orçamentário e da sustentabilidade financeira da contratação pública.

Na hipótese de insuficiência superveniente de recursos orçamentários, a Administração adotará as providências legalmente cabíveis, preservando-se os direitos da CONTRATADA quanto às obrigações regularmente executadas e liquidadas.

O empenho da despesa constitui requisito indispensável para a realização dos pagamentos, observando-se rigorosamente o regime jurídico da despesa pública, a ordem cronológica dos pagamentos e as normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), quando aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA
DO REAJUSTE DOS PREÇOS

Em observância ao princípio da manutenção da estabilidade das relações contratuais e ao disposto no art. 92, inciso V, c/c arts. 25, § 7º, e 134 da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado que fundamentou a licitação.

Ultrapassado o interregno mínimo de doze meses, os preços poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, desde que comprovada a manutenção da execução contratual e observada a periodicidade anual estabelecida em lei.

O reajuste será calculado utilizando-se, preferencialmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Na ausência definitiva do índice previsto, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a efetiva variação inflacionária dos custos da contratação, mediante justificativa técnica da Administração.

O reajuste dependerá de:
I – solicitação formal da CONTRATADA;
II – demonstração da ocorrência do período mínimo legal;
III – manifestação favorável da fiscalização;
IV – análise jurídica, quando exigida;
V – autorização da autoridade competente.

O reajuste produzirá efeitos exclusivamente para as parcelas executadas após sua formalização, vedada qualquer forma de retroatividade em desacordo com a legislação vigente.

A ausência de requerimento tempestivo da CONTRATADA importará em renúncia ao reajuste relativo ao período correspondente, ressalvada disposição legal superveniente em sentido diverso.

CLÁUSULA NONA
DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Fica assegurada a manutenção da equação econômico-financeira originalmente pactuada, em observância ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nos arts. 124, inciso II, alínea "d", 130 e 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido quando fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes, alterarem substancialmente os encargos originalmente assumidos pela CONTRATADA, tornando excessivamente onerosa a execução do contrato.

Também ensejarão pedido de reequilíbrio:
I – caso fortuito;
II – força maior;
III – fato do príncipe;
IV – fato da Administração;
V – criação, alteração ou extinção de tributos com repercussão direta nos custos da contratação;
VI – modificações legislativas que impactem significativamente a execução contratual;
VII – situações extraordinárias e imprevisíveis que rompam a base objetiva do contrato.

O pedido de recomposição deverá ser instruído com documentação técnica idônea, demonstrando:
I – o fato gerador do desequilíbrio;
II – sua imprevisibilidade ou excepcionalidade;
III – o nexo causal entre o evento e o aumento dos encargos;
IV – a efetiva repercussão financeira sobre a execução contratual;
V – memória de cálculo detalhada;
VI – documentos fiscais, contábeis e financeiros que comprovem a variação extraordinária dos custos.

Não serão considerados aptos a justificar o reequilíbrio econômico-financeiro:
I – erros na elaboração da proposta;
II – oscilações normais de mercado;
III – variações cambiais previsíveis;
IV – aumento ordinário dos custos operacionais;
V – dificuldades financeiras da empresa;
VI – gestão empresarial inadequada;
VII – riscos inerentes à atividade econômica da CONTRATADA.

Recebido o requerimento, a Administração procederá à análise técnica, econômica, contábil e jurídica, podendo requisitar documentos complementares, diligências, pareceres especializados e demais elementos necessários à correta avaliação da pretensão.

Reconhecido o direito ao restabelecimento da equação econômico-financeira, será celebrado o competente Termo Aditivo, observando-se a estrita proporcionalidade entre o evento extraordinário ocorrido e a recomposição dos encargos suportados pela CONTRATADA, vedado qualquer enriquecimento sem causa.

O reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com reajuste contratual, revisão ordinária de preços ou atualização monetária, constituindo instituto jurídico excepcional destinado exclusivamente à recomposição da relação original entre encargos assumidos pela CONTRATADA e a contraprestação devida pela Administração, preservando-se a equação econômico-financeira estabelecida no momento da contratação.

A Administração poderá, igualmente, promover a revisão contratual quando fatos supervenientes reduzirem significativamente os custos de execução do objeto, assegurando-se, em qualquer hipótese, a observância dos princípios da economicidade, eficiência, supremacia do interesse público, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e preservação do equilíbrio contratual, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IV
DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE ENTREGA, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

CLÁUSULA DÉCIMA
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O presente Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, produzindo efeitos jurídicos a partir da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais meios oficiais de divulgação, quando exigidos pela legislação aplicável, observando-se o disposto nos arts. 89, 91, 94, 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021. A vigência contratual prevista encontra-se em conformidade com o Termo de Referência da contratação.

A vigência contratual destina-se à completa execução das obrigações assumidas pelas partes, compreendendo o fornecimento dos bens, os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, a fiscalização administrativa, a solução de eventuais inconformidades, o cumprimento da garantia contratual dos produtos e a prática de todos os atos administrativos necessários ao encerramento da relação contratual.

Considerando tratar-se de aquisição de bens permanentes com entrega única, a vigência contratual não se confunde com o prazo de entrega do objeto, permanecendo o contrato em vigor durante todo o período necessário ao exercício das prerrogativas da Administração relativas à fiscalização, aplicação de sanções, responsabilização contratual, exigibilidade das garantias legais e convencionais, bem como à solução de pendências administrativas eventualmente verificadas.

A prorrogação da vigência contratual somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante demonstração inequívoca da vantajosidade administrativa, existência de interesse público devidamente motivado, disponibilidade orçamentária, manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e formalização do respectivo Termo Aditivo pela autoridade competente.

A eventual prorrogação não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, dependendo de juízo discricionário da Administração Pública, fundamentado em critérios de legalidade, conveniência, oportunidade e interesse público, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, continuidade administrativa e planejamento das contratações públicas.

Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA permanecerá obrigada a manter todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, capacidade econômico-financeira e demais requisitos exigidos no procedimento licitatório, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A extinção da vigência contratual não exonera a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes de vícios ocultos, defeitos de fabricação, garantias legais, obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias, civis e administrativas surgidas durante a execução do contrato, permanecendo íntegros os direitos da Administração quanto à apuração de responsabilidades supervenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO PRAZO DE ENTREGA

O objeto contratual deverá ser entregue em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Administração, em estrita observância ao prazo estabelecido neste Contrato Administrativo, independentemente da vigência contratual prevista na cláusula anterior.

O fornecimento será realizado em entrega única, conforme definido no Termo de Referência, devendo a CONTRATADA disponibilizar todos os instrumentos musicais, acessórios e equipamentos contratados em perfeitas condições de uso, observadas as especificações técnicas constantes do procedimento licitatório.

A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, durante o expediente administrativo, previamente agendada com o fiscal do contrato, cabendo exclusivamente à CONTRATADA suportar todas as despesas decorrentes de transporte, seguro, carga, descarga, movimentação, armazenamento temporário, mão de obra, tributos, embalagens e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

Os produtos deverão ser entregues:
I – integralmente montados, quando aplicável;
II – acondicionados em embalagens originais do fabricante;
III – acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao funcionamento;
IV – acompanhados dos respectivos manuais de operação, quando exigíveis;
V – acompanhados dos certificados de garantia;
VI – acompanhados da Nota Fiscal correspondente;
VII – livres de qualquer defeito aparente ou oculto;
VIII – rigorosamente compatíveis com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora.

O simples descarregamento dos materiais nas dependências da Administração não caracteriza o cumprimento da obrigação contratual, permanecendo a entrega condicionada à conferência quantitativa e qualitativa realizada pelo fiscal designado.

O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas neste contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente multa moratória, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis, inclusive impedimento de licitar e contratar, quando caracterizada inexecução contratual.

Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, capazes de impedir temporariamente a execução da obrigação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a Administração no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência do evento, apresentando documentação comprobatória idônea, para apreciação da autoridade competente.

O eventual deferimento da prorrogação do prazo de entrega dependerá de decisão motivada da Administração, não sendo admitida justificativa baseada em dificuldades operacionais, indisponibilidade de fornecedores, falhas logísticas previsíveis, aumento ordinário da demanda de mercado ou quaisquer riscos inerentes à atividade empresarial da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O objeto contratado será submetido ao recebimento provisório, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante verificação inicial realizada pelo fiscal do contrato ou por comissão especialmente designada pela Administração.

O recebimento provisório possui natureza exclusivamente administrativa e destina-se à conferência preliminar do objeto entregue, não importando aceitação definitiva dos bens nem exoneração da responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade, conformidade técnica, funcionalidade ou adequação dos equipamentos fornecidos.

Durante o recebimento provisório serão verificados, entre outros aspectos:
I – quantidade dos bens entregues;
II – integridade física dos equipamentos;
III – estado das embalagens;
IV – identificação dos produtos;
V – correspondência com a Nota Fiscal;
VI – conformidade com a Ordem de Fornecimento;
VII – presença dos acessórios obrigatórios;
VIII – existência dos manuais técnicos;
IX – certificados de garantia;
X – compatibilidade com as especificações do Termo de Referência.

Constatada qualquer divergência quantitativa, qualitativa ou documental, o fiscal do contrato registrará formalmente as ocorrências verificadas, podendo rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue, determinando à CONTRATADA sua imediata substituição, complementação ou correção.

O recebimento provisório não exclui nem reduz a responsabilidade civil, administrativa, contratual ou técnica da CONTRATADA, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, segurança, funcionamento e desempenho dos equipamentos fornecidos.

A assinatura do Termo de Recebimento Provisório constitui mera confirmação de entrega física do objeto, não implicando reconhecimento da conformidade definitiva da execução contratual.

Caso sejam constatadas irregularidades durante a inspeção preliminar, ficará suspenso o procedimento de recebimento até que a CONTRATADA sane integralmente as inconformidades apontadas, reiniciando-se nova conferência após a regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

O recebimento definitivo ocorrerá após a conclusão satisfatória da inspeção técnica dos bens fornecidos, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato ou pela comissão designada pela Administração, observadas as disposições dos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que todos os equipamentos:
I – atendem integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência;
II – apresentam perfeito funcionamento;
III – encontram-se livres de defeitos aparentes e ocultos;
IV – foram entregues em conformidade com a proposta vencedora;
V – possuem garantia mínima exigida;
VI – estão acompanhados de toda a documentação técnica pertinente;
VII – correspondem integralmente ao objeto contratado.

A Administração poderá realizar testes operacionais, inspeções técnicas, conferências de desempenho, verificações funcionais e quaisquer outros procedimentos necessários à confirmação da conformidade do objeto antes da emissão do recebimento definitivo.

Constatada qualquer irregularidade, a Administração notificará formalmente a CONTRATADA para promover, às suas expensas, a substituição, correção ou complementação dos bens fornecidos, fixando prazo compatível com a natureza da inconformidade, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O recebimento definitivo não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios redibitórios, defeitos ocultos, falhas de fabricação, problemas de desempenho ou quaisquer irregularidades que venham a ser constatadas durante o período de garantia legal ou contratual.

Ainda que emitido o Termo de Recebimento Definitivo, a Administração conservará integralmente o direito de exigir da CONTRATADA a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ocultos ou desempenho incompatível com as especificações contratadas, sem qualquer ônus adicional para o erário.

A emissão do Termo de Recebimento Definitivo constitui condição indispensável para a liquidação da despesa e autorização do pagamento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas, permanecendo condicionada ao integral cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

A aceitação definitiva do objeto não implica renúncia, novação ou transação quanto aos direitos da Administração decorrentes da legislação, do contrato, da garantia legal ou da garantia contratual, permanecendo íntegros todos os mecanismos de responsabilização previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Código Civil e nas demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO V
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, na proposta adjudicada e nas demais cláusulas deste Contrato Administrativo, constituem obrigações essenciais da CONTRATADA, cuja observância é indispensável ao regular cumprimento da avença, as seguintes:

I – executar integralmente o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora, da Ordem de Fornecimento e deste Contrato Administrativo, responsabilizando-se pela perfeita execução da contratação;

II – fornecer exclusivamente instrumentos musicais, acessórios e equipamentos novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, livres de quaisquer vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, avarias, recondicionamentos, remanufaturas ou reutilizações, observando rigorosamente as exigências técnicas estabelecidas pela Administração;

III – realizar a entrega integral do objeto no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, assumindo integral responsabilidade por eventual atraso injustificado.

IV – suportar integralmente, sem qualquer ônus para a Administração, todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais custos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

V – entregar todos os equipamentos devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, acompanhados dos respectivos manuais técnicos, certificados de garantia, acessórios indispensáveis ao funcionamento e demais documentos exigidos pela legislação e pelo Termo de Referência.

VI – assegurar que todos os bens fornecidos atendam integralmente às normas técnicas brasileiras aplicáveis, às especificações do fabricante e aos padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança, resistência e durabilidade exigidos pela Administração.

VII – responsabilizar-se integralmente pela qualidade, desempenho, funcionalidade, eficiência, durabilidade e compatibilidade dos equipamentos fornecidos, respondendo por quaisquer vícios, defeitos, falhas técnicas ou desconformidades constatadas durante a execução contratual ou no período de garantia.

VIII – substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, quaisquer produtos rejeitados pela Administração em razão de defeitos, vícios, avarias,

especificações divergentes, defeitos de fabricação ou inadequação técnica, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

IX – prestar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, sem prejuízo das garantias legais previstas na legislação civil e consumerista aplicável, quando cabível.

X – manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, econômico-financeira e qualificação técnica exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitados pela Administração.

XI – comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer fato extraordinário, caso fortuito, força maior ou circunstância superveniente capaz de comprometer o cumprimento das obrigações assumidas, apresentando documentação comprobatória idônea.

XII – indicar representante legal com poderes suficientes para responder perante a Administração durante toda a execução contratual, garantindo atendimento célere às solicitações formuladas pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

XIII – atender prontamente todas as determinações expedidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato, promovendo, no prazo estabelecido, as correções, substituições, complementações ou adequações que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

XIV – permitir amplo e irrestrito acesso dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização contratual às informações, documentos, instalações, registros e demais elementos relacionados à execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

XV – responder integralmente pelos danos materiais, morais, patrimoniais e ambientais eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros, em decorrência de ação, omissão, culpa, dolo, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos, representantes ou subcontratados.

XVI – responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, securitários e fundiários decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo jurídico entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

XVII – observar rigorosamente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelos seus empregados, colaboradores e prepostos durante todas as etapas de transporte, entrega e descarregamento dos bens.

XVIII – manter absoluto sigilo sobre informações, documentos, dados administrativos, técnicos, operacionais ou estratégicos aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado.

XIX – cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual, responsabilizando-se por qualquer tratamento ilícito ou inadequado.

XX – abster-se de praticar qualquer ato que possa caracterizar fraude à licitação, fraude contratual, conluio, corrupção, pagamento de vantagem indevida, conflito de interesses, enriquecimento ilícito ou qualquer outra conduta incompatível com os princípios da moralidade administrativa, da probidade, da ética pública e da boa-fé objetiva.

XXI – observar integralmente as normas anticorrupção, especialmente a Lei nº 12.846/2013, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo administrativa, civil e penalmente pelos atos praticados por seus administradores, representantes ou empregados.

XXII – não ceder, transferir, subcontratar ou delegar, total ou parcialmente, a execução do objeto contratual sem autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo integralmente responsável pela execução do contrato, ainda que autorizada a subcontratação parcial.

XXIII – manter atualizado seu endereço eletrônico, telefone, domicílio fiscal e demais dados cadastrais junto à Administração, comunicando qualquer alteração no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de reputarem-se válidas as comunicações encaminhadas aos endereços anteriormente informados.

XXIV – adotar práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis durante a execução contratual, observando, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, redução de desperdícios, logística adequada, destinação ambientalmente correta de resíduos e racionalização do consumo de recursos naturais, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

XXV – cumprir integralmente todas as demais obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ordem de Fornecimento e na legislação aplicável, responsabilizando-se pela execução do objeto com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva, transparência, segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório e supremacia do interesse público.

§ 1º O inadimplemento de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula caracterizará inexecução contratual, total ou parcial, conforme a gravidade da infração, sujeitando a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e penal cabível.

§ 2º As obrigações previstas nesta cláusula possuem natureza essencial e permanente, permanecendo exigíveis durante toda a vigência contratual e, quando aplicável, mesmo após sua extinção, relativamente às garantias legais, aos vícios ocultos, à responsabilidade civil, à proteção de dados pessoais, ao dever de sigilo e às demais obrigações cuja eficácia seja prolongada por disposição legal ou contratual.

§ 3º O cumprimento das obrigações ora estabelecidas não exclui outras decorrentes da legislação aplicável, dos princípios que regem a Administração Pública, das determinações da fiscalização contratual ou de exigências supervenientes legalmente instituídas, desde que compatíveis com o objeto contratado e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo das demais atribuições previstas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, neste Contrato Administrativo e nas demais normas aplicáveis, constituem obrigações da CONTRATANTE, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva e supremacia do interesse público, as seguintes:

I – proporcionar todas as condições administrativas, operacionais e institucionais indispensáveis ao fiel cumprimento do objeto contratual, assegurando à CONTRATADA o acesso às informações necessárias para a adequada execução da contratação.

II – emitir, tempestivamente, a Ordem de Fornecimento, indicando todas as informações necessárias à correta entrega dos bens, especialmente local, responsável pelo recebimento, horário de funcionamento e demais orientações pertinentes.

III – designar formalmente gestor e fiscal do contrato, ou comissão de fiscalização, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar permanentemente a execução contratual.

IV – exercer fiscalização contínua, preventiva e corretiva sobre a execução do contrato, verificando a conformidade quantitativa, qualitativa e técnica dos bens fornecidos, sem que tal fiscalização exclua ou reduza a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

V – receber provisoriamente os bens entregues, promovendo a conferência inicial quanto às quantidades, integridade física, documentação, embalagens e demais requisitos previstos neste Contrato e no Termo de Referência.

VI – proceder ao recebimento definitivo do objeto, após a verificação do atendimento integral das especificações técnicas, quantitativas e funcionais estabelecidas na contratação, emitindo o respectivo Termo de Recebimento Definitivo quando constatada a conformidade do fornecimento.

VII – rejeitar, total ou parcialmente, os bens entregues em desconformidade com as especificações técnicas, exigências contratuais, normas aplicáveis ou padrões mínimos de qualidade, notificando formalmente a CONTRATADA para promover a substituição, complementação ou correção do objeto.

VIII – notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades verificadas durante a execução contratual, fixando prazo razoável para saneamento das inconformidades, observado o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

IX – efetuar o pagamento devido à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos neste Contrato, após a regular liquidação da despesa, observadas a ordem cronológica dos pagamentos, a disponibilidade financeira e o cumprimento das exigências legais.

X – verificar, previamente a cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e às demais exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – analisar e decidir, de forma motivada e dentro de prazo razoável, os requerimentos administrativos apresentados pela CONTRATADA relativos à execução contratual, inclusive aqueles referentes ao reajuste, à revisão de preços, ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, à prorrogação de prazo e às demais pretensões legalmente admitidas.

XII – assegurar à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, observando rigorosamente o devido processo legal administrativo previsto na Lei nº 14.133/2021.

XIII – manter atualizados os registros administrativos relativos à execução do contrato, promovendo o adequado controle documental, financeiro, orçamentário e patrimonial da contratação.

XIV – prestar à CONTRATADA os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratual, respondendo tempestivamente às consultas formuladas que guardem relação direta com a execução do contrato.

XV – promover as alterações contratuais que se fizerem necessárias ao atendimento do interesse público, observando rigorosamente os limites, hipóteses e procedimentos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, preservando, sempre que cabível, a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

XVI – comunicar imediatamente à CONTRATADA toda decisão administrativa capaz de impactar a execução contratual, especialmente aquelas relativas à suspensão, alteração, modificação quantitativa ou qualitativa, prorrogação, rescisão ou aplicação de sanções.

XVII – adotar as providências administrativas necessárias para assegurar a adequada execução contratual, inclusive promovendo diligências, inspeções, pareceres técnicos e demais atos indispensáveis à correta fiscalização da contratação.

XVIII – observar rigorosamente os princípios da transparência, publicidade, motivação dos atos administrativos, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção da confiança legítima durante toda a execução contratual, garantindo tratamento isonômico e impessoal à CONTRATADA.

XIX – disponibilizar à fiscalização contratual os instrumentos administrativos necessários ao desempenho de suas atribuições, assegurando condições para o acompanhamento, registro e controle da execução do objeto, bem como para a emissão de relatórios técnicos e demais documentos pertinentes.

XX – cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Contrato Administrativo, no Edital, no Termo de Referência, no Processo Administrativo nº 764/2026, na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais normas de direito público aplicáveis, observando, em todas as suas decisões, os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, continuidade do serviço público, eficiência administrativa, boa-fé objetiva, proporcionalidade, motivação e segurança jurídica.

§ 1º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE constitui prerrogativa legal decorrente do regime jurídico dos contratos administrativos e será realizada de forma permanente durante toda a execução contratual, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, não excluindo, reduzindo ou transferindo à Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela execução integral do objeto contratado.

§ 2º As decisões, determinações, notificações e orientações expedidas pelo gestor ou pelo fiscal do contrato deverão ser formalmente registradas no processo administrativo, produzindo efeitos vinculantes para a execução contratual, desde que observados os limites da legislação vigente, do instrumento convocatório e deste Contrato Administrativo.

§ 3º O inadimplemento de obrigação atribuída à CONTRATANTE não autoriza, por si só, a suspensão unilateral da execução contratual pela CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou reconhecidas mediante decisão administrativa ou judicial competente, preservando-se, em qualquer caso, a continuidade do interesse público, a boa-fé objetiva, a cooperação entre as partes e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CAPÍTULO VII
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A execução do presente Contrato Administrativo será acompanhada, controlada, supervisionada e fiscalizada pela Administração Pública, em observância ao disposto nos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo prerrogativa indeclinável da CONTRATANTE exercer permanente controle sobre o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade integral desta pela execução do objeto.

A fiscalização contratual será exercida por Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, formalmente designados pela autoridade competente, os quais atuarão de forma coordenada e complementar, observadas as atribuições estabelecidas na legislação vigente, neste Contrato Administrativo e nos atos normativos internos do Município.

A atuação dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização observará, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade,

moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação dos atos administrativos, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, prevenção de riscos e supremacia do interesse público.

A fiscalização contratual terá caráter preventivo, orientativo, corretivo e repressivo, compreendendo todas as providências necessárias à verificação da conformidade da execução contratual, inclusive quanto aos aspectos técnicos, administrativos, financeiros, documentais e patrimoniais.

O exercício da fiscalização não exclui, reduz ou transfere à Administração a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, permanecendo esta integralmente responsável por todos os atos praticados por seus empregados, representantes, fornecedores e prepostos, nos termos dos arts. 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

No exercício de suas atribuições, a fiscalização poderá:
I – realizar inspeções técnicas e administrativas;
II – promover diligências;
III – solicitar documentos;
IV – determinar correções;
V – registrar ocorrências;
VI – emitir notificações;
VII – requisitar esclarecimentos;
VIII – recomendar aplicação de penalidades;
IX – propor alterações contratuais;
X – adotar todas as medidas necessárias à adequada execução do contrato.

As determinações expedidas pela fiscalização possuem natureza vinculante para a CONTRATADA, desde que emitidas dentro dos limites legais e contratuais, cabendo à contratada cumpri-las imediatamente, sem prejuízo do direito ao contraditório nas hipóteses legalmente previstas.

Toda atuação fiscalizatória deverá ser registrada nos autos do Processo Administrativo, mediante relatórios, termos de ocorrência, registros fotográficos, pareceres técnicos, notificações ou quaisquer outros documentos aptos a demonstrar a efetiva execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DO GESTOR DO CONTRATO

O Gestor do Contrato será formalmente designado pela autoridade competente, competindo-lhe exercer a coordenação geral da execução contratual, promovendo o acompanhamento estratégico da contratação e garantindo a adequada integração entre a fiscalização técnica, administrativa, financeira e jurídica, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compete ao Gestor do Contrato, dentre outras atribuições:
I – coordenar integralmente a execução do contrato sob os aspectos administrativos, técnicos e operacionais;
II – acompanhar o cumprimento dos prazos contratuais;
III – supervisionar as atividades desenvolvidas pelos fiscais técnico e administrativo;
IV – controlar a execução física e financeira do contrato;
V – verificar a compatibilidade entre a execução contratual e o planejamento administrativo;
VI – promover a interlocução institucional entre a Administração e a CONTRATADA;
VII – analisar as ocorrências registradas durante a execução contratual;
VIII – determinar providências corretivas sempre que constatadas irregularidades;
IX – promover a instrução processual dos pedidos de alteração contratual;
X – analisar pedidos de reajuste, revisão, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro;
XI – propor prorrogações, alterações, acréscimos, supressões ou extinção contratual, quando cabíveis;
XII – encaminhar à autoridade competente proposta de aplicação de sanções administrativas, quando caracterizada infração contratual;
XIII – acompanhar o cumprimento das determinações expedidas pela fiscalização;
XIV – zelar pela observância do cronograma contratual;
XV – emitir relatórios periódicos de acompanhamento da execução;
XVI – atestar, quando cabível, a regularidade da execução contratual para fins de liquidação da despesa;
XVII – garantir a adequada instrução do processo administrativo;
XVIII – comunicar imediatamente à autoridade superior quaisquer fatos capazes de comprometer a execução contratual;
XIX – preservar a regularidade documental do contrato durante toda sua vigência;
XX – exercer todas as demais competências inerentes à gestão contratual previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos regulamentos municipais.

O Gestor do Contrato exercerá suas atribuições com independência técnica, autonomia funcional e responsabilidade administrativa, respondendo pelos atos praticados nos limites de sua competência legal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
DO FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO

O Fiscal Técnico será designado pela Administração para acompanhar especificamente a execução material do objeto contratado, verificando a conformidade técnica dos bens fornecidos, observadas as especificações constantes do Edital, Termo de Referência, proposta vencedora e deste Contrato.

Compete ao Fiscal Técnico:
I – acompanhar presencialmente a entrega dos bens;
II – verificar a conformidade quantitativa e qualitativa dos equipamentos;
III – conferir marcas, modelos, especificações e características técnicas;
IV – realizar inspeções, testes e verificações de funcionamento, quando cabíveis;
V – avaliar a qualidade dos produtos fornecidos;
VI – verificar a compatibilidade dos equipamentos com as especificações contratuais;
VII – registrar ocorrências técnicas constatadas durante a execução;
VIII – solicitar esclarecimentos técnicos à CONTRATADA;
IX – recomendar a rejeição de materiais em desacordo com o contrato;
X – acompanhar a substituição de equipamentos rejeitados;
XI – emitir parecer técnico acerca da conformidade do objeto;
XII – subsidiar o Gestor do Contrato quanto à aplicação de medidas corretivas;
XIII – acompanhar o cumprimento das garantias dos equipamentos;
XIV – verificar a entrega dos manuais, certificados e acessórios;
XV – emitir o Termo de Recebimento Provisório, quando cabível;
XVI – manifestar-se quanto ao recebimento definitivo;
XVII – elaborar relatórios técnicos circunstanciados;
XVIII – comunicar imediatamente qualquer irregularidade relevante ao Gestor do Contrato;
XIX – acompanhar o saneamento das inconformidades verificadas;
XX – exercer todas as demais atribuições técnicas compatíveis com a natureza da contratação.

A manifestação técnica emitida pelo Fiscal Técnico constitui elemento essencial para o recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo das competências atribuídas ao Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA
DO FISCAL ADMINISTRATIVO

O Fiscal Administrativo será responsável pelo acompanhamento dos aspectos documentais, administrativos, financeiros e formais da execução contratual, zelando pela regularidade processual do contrato e pela observância das exigências legais pertinentes.

Compete ao Fiscal Administrativo:
I – acompanhar a regularidade documental da execução contratual;

II – verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
III – conferir a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida para pagamento;
IV – analisar a documentação apresentada para fins de liquidação da despesa;
V – verificar a conformidade das Notas Fiscais;
VI – controlar os prazos contratuais;
VII – acompanhar o cronograma administrativo da contratação;
VIII – registrar todas as ocorrências administrativas da execução;
IX – elaborar relatórios administrativos periódicos;
X – controlar a tramitação dos documentos relacionados ao contrato;
XI – acompanhar os procedimentos relativos ao pagamento;
XII – auxiliar na instrução de processos de alteração contratual;
XIII – acompanhar a formalização de termos aditivos e apostilamentos;
XIV – controlar os prazos de vigência contratual e das garantias;
XV – comunicar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades administrativas;
XVI – acompanhar a aplicação das notificações administrativas expedidas à CONTRATADA;
XVII – manter atualizado o processo administrativo da contratação;
XVIII – controlar a juntada de documentos obrigatórios durante toda a execução contratual;
XIX – prestar apoio administrativo ao Gestor do Contrato e ao Fiscal Técnico;
XX – exercer todas as demais atribuições administrativas decorrentes da legislação, deste Contrato e dos atos normativos internos da Administração.

§ 1º Os agentes designados para a gestão e fiscalização contratual responderão exclusivamente pelos atos praticados no exercício de suas atribuições, observados os princípios da legalidade, boa-fé, eficiência, motivação, proporcionalidade e responsabilidade administrativa.

§ 2º As atividades do Gestor do Contrato, do Fiscal Técnico e do Fiscal Administrativo possuem natureza complementar, devendo ser exercidas de forma coordenada, integrada e cooperativa, preservada a segregação de funções e a independência técnica de cada agente.

§ 3º As ocorrências verificadas durante a execução contratual deverão ser formalmente registradas nos autos do processo administrativo, servindo de fundamento para decisões relativas ao recebimento do objeto, liquidação da despesa, aplicação de sanções, alterações contratuais, extinção do contrato e demais providências administrativas cabíveis.

§ 4º A ausência, insuficiência ou eventual falha da fiscalização exercida pela Administração não afasta, limita ou reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Contrato Administrativo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII
DO PAGAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS, DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS E DO ATRASO NO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA
DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado pela CONTRATANTE mediante ordem bancária, exclusivamente em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, previamente cadastrada perante a Administração, após o regular recebimento definitivo do objeto, a liquidação da despesa e a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, observando-se as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O pagamento será realizado somente após:
I – emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente;
II – recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – atesto do gestor e dos fiscais do contrato;
IV – liquidação regular da despesa;
V – comprovação da manutenção das condições de habilitação;
VI – inexistência de pendências contratuais impeditivas do pagamento.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação tributária vigente, contendo, obrigatoriamente:
I – número do Processo Administrativo;
II – número do Contrato;
III – número da Nota de Empenho;
IV – descrição completa do objeto fornecido;
V – quantitativos efetivamente entregues;
VI – valores unitários e totais;
VII – dados bancários da CONTRATADA;
VIII – demais informações exigidas pela legislação fiscal.

Caso sejam constatadas incorreções, omissões, divergências ou inconsistências na documentação apresentada, o processo de pagamento será imediatamente suspenso, reiniciando-se a contagem do prazo legal somente após a regularização integral das pendências pela CONTRATADA, não incidindo qualquer ônus financeiro para a Administração durante esse período.

O pagamento restringir-se-á exclusivamente aos bens efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela Administração, vedado o pagamento por materiais rejeitados, não entregues ou executados em desconformidade com o Contrato.

É vedado o pagamento antecipado, ressalvadas exclusivamente as hipóteses excepcionalíssimas autorizadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada, mediante motivação expressa, a vantagem econômica para a Administração Pública e prestadas as garantias eventualmente exigíveis.

A quitação efetuada pela Administração não implica renúncia ao direito de apurar posteriormente vícios ocultos, falhas de execução, defeitos de fabricação, sobrepreços, pagamentos indevidos ou quaisquer outras irregularidades verificadas após a liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA
DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A liquidação da despesa constitui a fase administrativa destinada à verificação do direito adquirido pela CONTRATADA ao recebimento do crédito, mediante comprovação da efetiva entrega do objeto contratado, observando-se as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

A liquidação dependerá da apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros legalmente exigíveis:
I – Nota Fiscal/Fatura;
II – Termo de Recebimento Definitivo;
III – atesto do Gestor do Contrato;
IV – manifestação do Fiscal Técnico;
V – manifestação do Fiscal Administrativo;
VI – comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigível;
VII – demais documentos previstos neste Contrato ou exigidos pela Administração.

Durante a fase de liquidação serão verificados:
I – a efetiva entrega dos bens;
II – a conformidade quantitativa;
III – a conformidade qualitativa;
IV – o cumprimento das especificações técnicas;
V – a regularidade documental;
VI – a manutenção das condições de habilitação;
VII – a inexistência de pendências administrativas impeditivas do pagamento.

Constatada qualquer irregularidade durante a liquidação, a Administração poderá suspender o procedimento até a completa

regularização pela CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A liquidação da despesa não importa reconhecimento de inexistência de vícios ocultos, defeitos supervenientes ou responsabilidades posteriores da CONTRATADA, permanecendo íntegros todos os direitos da Administração durante o período de garantia legal e contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA
DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os pagamentos realizados à CONTRATADA estarão sujeitos às retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável, especialmente aquelas disciplinadas pelo Código Tributário Nacional, pela legislação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, pelas contribuições sociais, previdenciárias e demais tributos incidentes sobre a contratação pública.

A CONTRATANTE efetuará as retenções legais obrigatórias na qualidade de fonte pagadora, observando rigorosamente:
I – a legislação tributária vigente;
II – as normas expedidas pela Receita Federal do Brasil;
III – as instruções normativas aplicáveis;
IV – a legislação previdenciária;
V – as normas municipais eventualmente incidentes.

A eventual existência de benefício fiscal, imunidade, isenção, suspensão, não incidência ou tratamento tributário diferenciado deverá ser previamente comprovada pela CONTRATADA mediante apresentação da documentação legal pertinente, permanecendo sob sua exclusiva responsabilidade a veracidade das informações prestadas.

A responsabilidade pela apuração, recolhimento e regularidade dos tributos próprios da atividade empresarial permanecerá integralmente atribuída à CONTRATADA, não se transferindo à Administração qualquer responsabilidade por obrigações tributárias que não estejam legalmente sujeitas à retenção.

Eventuais autuações fiscais decorrentes de informações falsas, documentos inexatos ou irregularidades imputáveis exclusivamente à CONTRATADA serão suportadas integralmente por esta, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos observarão rigorosamente a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em conformidade com o art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas exclusivamente as hipóteses legais de alteração da ordem de pagamento devidamente motivadas pela autoridade competente.

A ordem cronológica será apurada a partir da regular liquidação da despesa, considerando-se a data em que forem satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários ao pagamento.

A Administração poderá alterar a ordem cronológica exclusivamente nas hipóteses legalmente autorizadas, mediante decisão fundamentada, especialmente quando presentes razões de:
I – relevante interesse público;
II – emergência;
III – calamidade pública;
IV – risco de paralisação de serviços essenciais;
V – determinação judicial;
VI – demais situações previstas na legislação vigente.

A eventual suspensão do pagamento decorrente de irregularidade imputável à CONTRATADA implicará interrupção da posição cronológica até sua completa regularização, sem que disso decorra qualquer direito à indenização ou compensação financeira.

A observância da ordem cronológica não afasta a necessidade de disponibilidade orçamentária e financeira, tampouco dispensa a verificação da regularidade da liquidação da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA
DO ATRASO NO PAGAMENTO

Na hipótese de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA tenha cumprido integralmente todas as obrigações contratuais e legais necessárias à liquidação da despesa, o valor devido será atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento.

Além da atualização monetária, incidirão juros moratórios calculados pro rata die, observando-se o índice oficial adotado pela legislação aplicável ou, na ausência de previsão específica, o índice utilizado pela Fazenda Pública para atualização de seus créditos, preservando-se a equivalência econômica da prestação.

Não caracterizará atraso imputável à Administração quando a suspensão do pagamento decorrer de:
I – apresentação de documentação incompleta;
II – irregularidade fiscal da CONTRATADA;
III – divergência na Nota Fiscal;
IV – pendências na liquidação da despesa;
V – descumprimento contratual;
VI – necessidade de diligências administrativas;
VII – qualquer fato imputável exclusivamente à CONTRATADA.

O período compreendido entre a notificação da irregularidade e sua efetiva regularização pela CONTRATADA não será computado para fins de incidência de atualização monetária ou juros moratórios.

O pagamento em atraso não importa novação, renúncia, transação ou reconhecimento de qualquer direito diverso daquele expressamente previsto neste Contrato e na legislação vigente, permanecendo preservadas todas as prerrogativas da Administração Pública.

§ 1º Os pagamentos serão efetuados exclusivamente após a observância cumulativa do recebimento definitivo do objeto, da liquidação regular da despesa, da disponibilidade financeira, da emissão da ordem bancária e do cumprimento das exigências legais e contratuais, em conformidade com os arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A Administração poderá realizar compensações, glosas ou descontos legalmente admitidos quando constatados pagamentos indevidos, multas contratuais, prejuízos ao erário, danos causados pela CONTRATADA ou quaisquer créditos líquidos e certos em favor da Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a legislação tributária vigente e os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, segurança jurídica, continuidade administrativa e proteção ao interesse público.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato Administrativo poderá ser alterado durante sua vigência, desde que presentes o interesse público devidamente motivado, a manutenção da finalidade da contratação, a preservação da competitividade originalmente estabelecida no procedimento licitatório e a observância das hipóteses, limites e requisitos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As alterações contratuais constituem prerrogativa da Administração Pública, decorrente do regime jurídico de direito público aplicável aos contratos administrativos, devendo observar os princípios da legalidade, supremacia do interesse público, planejamento, motivação, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e preservação do equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

As modificações contratuais somente produzirão efeitos após a formalização do competente Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme a natureza da alteração, precedidas da devida instrução processual, manifestação técnica, parecer jurídico quando exigível, disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Poderão ser promovidas alterações qualitativas destinadas à melhor adequação técnica do objeto contratado às finalidades de interesse público, desde que:
I – permaneça preservada a natureza do objeto originalmente licitado;
II – sejam tecnicamente justificadas;
III – não impliquem desvirtuamento da competição originalmente estabelecida;
IV – sejam compatíveis com as condições da proposta vencedora;
V – mantenham a vantajosidade da contratação para a Administração.

As alterações quantitativas poderão ocorrer quando necessárias ao atendimento das demandas supervenientes da Administração, observados os limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Toda alteração deverá ser precedida de justificativa circunstanciada demonstrando:
I – a necessidade administrativa;
II – a compatibilidade com o interesse público;
III – a viabilidade técnica;
IV – a disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
V – a manutenção da vantajosidade da contratação;
VI – a compatibilidade com o planejamento administrativo.

É vedada qualquer alteração contratual destinada a modificar substancialmente o objeto originalmente licitado, descaracterizar a competição, restringir direitos dos licitantes ou frustrar os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da seleção da proposta mais vantajosa.

As alterações promovidas deverão preservar integralmente a equação econômico-financeira inicialmente estabelecida, assegurando à CONTRATADA o restabelecimento das condições efetivas da proposta sempre que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, nos termos da legislação vigente.

A celebração de Termo Aditivo não exonera a CONTRATADA das responsabilidades anteriormente assumidas, permanecendo íntegros todos os direitos, garantias, obrigações, penalidades e responsabilidades previstos neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA
DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais originalmente pactuadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários ao atendimento do interesse público, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os acréscimos ou supressões quantitativas deverão decorrer de necessidade administrativa devidamente fundamentada, sendo vedada sua utilização para modificar a natureza do objeto contratado ou descaracterizar as condições originalmente submetidas à competição.

Os acréscimos quantitativos observarão, cumulativamente:
I – justificativa técnica expressa;
II – motivação administrativa;
III – disponibilidade orçamentária;
IV – autorização da autoridade competente;
V – preservação da economicidade;
VI – manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

As supressões poderão decorrer:
I – da redução da necessidade administrativa;
II – da readequação do planejamento;
III – da otimização da execução contratual;
IV – da conveniência e oportunidade da Administração;
V – de interesse público devidamente motivado.

Os acréscimos e supressões serão calculados com base nos valores unitários originalmente contratados, preservando-se a proporcionalidade econômica da contratação, ressalvadas as hipóteses de revisão de preços legalmente admitidas.

Sempre que a alteração quantitativa repercutir sobre os custos de execução, a Administração promoverá, quando cabível, a correspondente revisão dos valores contratuais, assegurando a manutenção da equação econômico-financeira inicialmente estabelecida.

As alterações quantitativas não poderão resultar em:
I – fracionamento indevido do objeto;
II – contratação de objeto estranho ao originalmente licitado;
III – alteração da natureza jurídica da contratação;
IV – desvirtuamento da proposta vencedora;
V – afronta aos princípios da isonomia, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.

As supressões consensuais que ultrapassem os limites legais somente poderão ocorrer mediante acordo expresso entre as partes, devidamente formalizado nos autos do processo administrativo e precedido da competente motivação técnica e jurídica.

A eventual recusa injustificada da CONTRATADA em executar acréscimos regularmente determinados pela Administração, dentro dos limites legais, caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando-a às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Contrato.

Por sua vez, a Administração compromete-se a promover, sempre que necessário, a correspondente adequação financeira do contrato, garantindo que nenhuma alteração quantitativa imponha à CONTRATADA ônus extraordinários não contemplados na proposta originalmente apresentada.

§ 1º Toda alteração contratual dependerá de prévia instrução do processo administrativo, contendo justificativa técnica, manifestação do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigido, demonstração da compatibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente, observando-se os arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º As alterações contratuais não poderão ser utilizadas como mecanismo de burla ao dever de licitar, de ampliação indevida do objeto inicialmente contratado ou de favorecimento da CONTRATADA, devendo observar rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

§ 3º As alterações promovidas durante a execução contratual deverão ser registradas no processo administrativo, acompanhadas da documentação comprobatória pertinente e publicizadas na forma exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se a transparência dos atos administrativos e o controle pelos órgãos de fiscalização interna e externa.

§ 4º Permanecem asseguradas à CONTRATADA todas as garantias inerentes à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que a alteração contratual importar aumento ou

redução dos encargos originalmente assumidos, observado o devido processo administrativo, a comprovação do nexo causal e os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA responderá administrativamente pelas infrações praticadas durante a execução deste Contrato Administrativo, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal, trabalhista, tributária e das demais consequências previstas na legislação aplicável.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação:
I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
II – dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – retardar injustificadamente a execução do objeto;
V – deixar de entregar os bens nas condições, quantidades, especificações e prazos contratualmente estabelecidos;
VI – entregar produtos em desacordo com as especificações técnicas constantes do Edital, Termo de Referência ou deste Contrato;
VII – apresentar documentação falsa durante a execução contratual;
VIII – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
IX – comportar-se de modo inidôneo;
X – praticar fraude fiscal;
XI – frustrar ou fraudar a execução contratual;
XII – deixar de substituir produtos rejeitados pela fiscalização;
XIII – descumprir determinações regularmente expedidas pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato;
XIV – manter situação de irregularidade que impeça a continuidade da contratação;
XV – praticar atos lesivos à Administração Pública.

A caracterização de qualquer infração dependerá da devida instrução do processo administrativo sancionador, assegurados o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal, a motivação das decisões administrativas e a observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

Na aplicação das penalidades serão considerados, especialmente:
I – a natureza da infração;
II – a gravidade da conduta;
III – a extensão dos prejuízos causados;
IV – a vantagem obtida pelo infrator;
V – a reincidência;
VI – a existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes;
VII – o grau de culpa;
VIII – a boa-fé objetiva;
IX – a cooperação da CONTRATADA para a solução da irregularidade;
X – os antecedentes da empresa perante a Administração Pública.

As penalidades previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza da infração e a gravidade da conduta, observados os limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA
DA ADVERTÊNCIA

A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses de infrações administrativas de menor potencial ofensivo, quando a conduta da CONTRATADA não acarretar prejuízo relevante ao interesse público, à execução contratual ou ao patrimônio da Administração, desde que seja possível a imediata correção da irregularidade.

A advertência terá natureza educativa, preventiva e orientadora, destinando-se ao aperfeiçoamento da execução contratual, sem afastar a possibilidade de aplicação de penalidades mais gravosas em caso de reincidência ou agravamento da conduta.

A aplicação da advertência será formalizada mediante decisão motivada da autoridade competente, após regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A reincidência específica poderá caracterizar circunstância agravante para fins de aplicação de penalidade mais severa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA
DA MULTA MORATÓRIA

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A multa moratória será fixada em:
I – 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento).

Ultrapassado o limite máximo da multa moratória ou constatado atraso capaz de comprometer a finalidade da contratação, a Administração poderá reconhecer a inexecução total ou parcial do contrato, promovendo a aplicação das demais penalidades legalmente cabíveis.

A multa moratória poderá ser descontada:
I – dos pagamentos devidos;
II – da garantia contratual, quando houver;
III – mediante cobrança administrativa;
IV – por inscrição em dívida ativa, quando cabível.

A aplicação da multa moratória não afasta:
I – a obrigação de executar o contrato;
II – o dever de reparar integralmente os prejuízos causados;
III – a aplicação de outras sanções administrativas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA
DA MULTA COMPENSATÓRIA

A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, descumprimento grave das obrigações contratuais, fraude na execução, recusa injustificada em cumprir determinações da Administração ou demais infrações que comprometam a finalidade da contratação.

A multa compensatória poderá corresponder a até 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, observando-se a gravidade da infração, a extensão do dano, a culpabilidade da CONTRATADA e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Na fixação do percentual da multa serão considerados:
I – os prejuízos causados ao erário;
II – o comprometimento do interesse público;
III – a vantagem indevidamente auferida;
IV – a reincidência;
V – a boa-fé da contratada;
VI – a cooperação para redução dos danos;
VII – a extensão da inexecução contratual.

A multa compensatória possui natureza indenizatória mínima e não impede que a Administração busque judicial ou administrativamente a reparação integral dos danos eventualmente superiores ao valor da penalidade aplicada.

A aplicação da multa compensatória poderá ocorrer cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando caracterizadas infrações de média ou elevada gravidade que não justifiquem a aplicação da declaração de inidoneidade.

O impedimento produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que houver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, conforme decisão motivada da autoridade competente.

Poderão ensejar a aplicação desta penalidade, entre outras hipóteses previstas em lei:
I – inexecução total do contrato;
II – inexecução parcial grave;
III – atraso injustificado que comprometa a execução contratual;
IV – recusa injustificada em cumprir determinações da fiscalização;
V – comportamento incompatível com a boa-fé contratual;
VI – demais hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação da penalidade dependerá da instauração de processo administrativo específico, assegurados:
I – contraditório;
II – ampla defesa;
III – produção de provas;
IV – decisão motivada;
V – possibilidade de recurso administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA
DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar constitui a sanção administrativa de maior gravidade prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo aplicável exclusivamente nas hipóteses de infrações extremamente graves que revelem manifesta quebra da confiança necessária à manutenção das relações contratuais com a Administração Pública.

Poderá ser aplicada, especialmente, quando a CONTRATADA:
I – apresentar documentos falsos;
II – praticar fraude à licitação ou à execução contratual;
III – agir mediante dolo, corrupção, conluio ou fraude;
IV – praticar atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da contratação;
V – praticar atos lesivos previstos na legislação anticorrupção;
VI – demonstrar absoluta inidoneidade moral ou profissional para contratar com a Administração Pública.

A declaração de inidoneidade produzirá efeitos perante toda a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja concedida a reabilitação, observados os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A reabilitação somente poderá ser concedida após:
I – decurso do prazo mínimo previsto em lei;
II – reparação integral dos danos causados;
III – ressarcimento ao erário, quando cabível;
IV – demonstração da superação dos motivos que ensejaram a penalidade;
V – decisão da autoridade competente.

§ 1º Nenhuma penalidade será aplicada sem a prévia instauração de processo administrativo sancionador, assegurados à CONTRATADA o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas, a motivação da decisão administrativa e o direito aos recursos previstos na legislação.

§ 2º As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando-se a natureza da infração, a gravidade da conduta, os danos causados ao interesse público, a culpabilidade da CONTRATADA, sua reincidência e os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, individualização da pena e segurança jurídica.

§ 3º Os valores das multas eventualmente aplicadas poderão ser descontados dos créditos da CONTRATADA, da garantia contratual, quando existente, cobrados administrativamente ou judicialmente, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa e da reparação integral dos danos causados ao erário.

§ 4º A aplicação das sanções administrativas previstas neste Capítulo não exclui a responsabilidade civil, penal, tributária, trabalhista ou por atos de improbidade administrativa, tampouco impede a adoção das medidas judiciais cabíveis para a reparação integral dos prejuízos sofridos pela Administração Pública.

§ 5º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se, ainda, os princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, motivação dos atos administrativos, proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XI
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO, DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato Administrativo extinguir-se-á nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais situações previstas na legislação aplicável, observados os princípios da legalidade, motivação, continuidade do serviço público, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e proteção do interesse público.

A extinção contratual constitui medida excepcional, devendo ser precedida da devida instrução processual, com apuração dos fatos, manifestação técnica do gestor do contrato, parecer jurídico quando exigível e decisão fundamentada da autoridade competente.

A extinção do contrato poderá ocorrer:
I – por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses legalmente previstas;
II – por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e inexistam prejuízos ao interesse público;
III – por decisão arbitral, quando admitida em lei e prevista contratualmente;
IV – por decisão judicial transitada em julgado;
V – pelo advento do termo final da vigência contratual, sem necessidade de manifestação expressa, ressalvadas as obrigações remanescentes;
VI – por impossibilidade superveniente de execução do objeto, devidamente comprovada.

Constituem, dentre outras, causas que poderão ensejar a extinção unilateral do contrato pela Administração:
I – inexecução total do objeto;
II – inexecução parcial que comprometa a finalidade da contratação;
III – atraso injustificado na entrega dos bens;
IV – paralisação injustificada da execução contratual;
V – descumprimento reiterado de cláusulas contratuais;
VI – desatendimento das determinações expedidas pelo gestor ou pela fiscalização;
VII – perda das condições de habilitação indispensáveis à contratação;
VIII – prática de fraude, dolo, simulação ou má-fé na execução contratual;
IX – ocorrência de atos que comprometam a confiança necessária à manutenção do vínculo contratual;
X – demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A extinção contratual não exonerará a CONTRATADA da responsabilidade pelos danos causados à Administração, nem afastará

a obrigação de ressarcimento ao erário, aplicação de sanções administrativas, responsabilização civil ou penal, quando cabíveis.

Na hipótese de extinção contratual, a Administração poderá adotar todas as medidas necessárias à preservação da continuidade do interesse público, inclusive promover nova contratação na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA
DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção do contrato produzirá efeitos a partir da formalização do respectivo ato administrativo, ressalvadas as hipóteses em que a legislação determinar efeitos imediatos.

Constituem efeitos da extinção contratual:
I – encerramento das obrigações principais ainda não executadas;
II – apuração dos créditos e débitos existentes entre as partes;
III – aplicação das sanções eventualmente cabíveis;
IV – retenção de créditos destinados ao ressarcimento de prejuízos causados à Administração;
V – execução da garantia contratual, quando existente;
VI – cobrança administrativa ou judicial dos valores eventualmente devidos;
VII – preservação das obrigações relativas à garantia dos bens fornecidos;
VIII – manutenção da responsabilidade por vícios ocultos;
IX – permanência das obrigações relativas ao sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais;
X – adoção das providências necessárias à continuidade da prestação administrativa.

A extinção contratual não prejudicará:
I – o direito da Administração ao ressarcimento integral dos prejuízos sofridos;
II – a responsabilização administrativa da CONTRATADA;
III – a responsabilização civil pelos danos causados;
IV – eventual responsabilização penal decorrente da prática de ilícitos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA
DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

Nenhuma das partes responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais quando este decorrer, direta e comprovadamente, de caso fortuito ou força maior, desde que caracterizados como eventos inevitáveis, imprevisíveis ou de consequências inevitáveis, estranhos à vontade das partes e impeditivos da execução do contrato, nos termos do art. 393 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), aplicado subsidiariamente aos contratos administrativos, e em consonância com os arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Consideram-se, exemplificativamente, hipóteses de caso fortuito ou força maior:
I – desastres naturais de grande magnitude;
II – enchentes, inundações, vendavais, tempestades ou terremotos;
III – incêndios de grandes proporções não imputáveis às partes;
IV – guerras, conflitos armados ou comoções sociais;
V – atos de terrorismo ou sabotagem;
VI – epidemias, pandemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas;
VII – greves gerais que inviabilizem objetivamente a execução contratual, desde que não atribuíveis à CONTRATADA;
VIII – determinações supervenientes emanadas de autoridade pública que impossibilitem a execução do contrato;
IX – interrupções extraordinárias dos sistemas logísticos nacionais;
X – demais eventos reconhecidos pela legislação e pela jurisprudência como caso fortuito ou força maior.

Não caracterizam caso fortuito ou força maior:
I – dificuldades financeiras da CONTRATADA;
II – deficiência administrativa;
III – falta de planejamento empresarial;
IV – escassez de mão de obra decorrente de gestão inadequada;
V – falhas de fornecedores previsíveis;
VI – oscilações ordinárias de mercado;
VII – aumento normal dos custos operacionais;
VIII – eventos decorrentes de culpa, dolo ou negligência da CONTRATADA.

A parte que invocar caso fortuito ou força maior deverá comunicar formalmente à outra parte no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da ciência do evento, apresentando documentação idônea capaz de demonstrar:
I – a ocorrência do fato;
II – o nexo causal entre o evento e a impossibilidade de execução;
III – os impactos produzidos sobre o contrato;
IV – as medidas adotadas para mitigação dos prejuízos;
V – a estimativa do período necessário para superação dos efeitos do evento.

Recebida a comunicação, a Administração promoverá análise técnica e jurídica das circunstâncias apresentadas, podendo:
I – reconhecer a ocorrência do caso fortuito ou força maior;
II – conceder prorrogação dos prazos de execução;
III – promover alteração contratual;
IV – restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, quando presentes os requisitos legais;
V – suspender temporariamente a execução contratual;
VI – extinguir o contrato, caso a execução se torne definitivamente impossível.

O reconhecimento da ocorrência de caso fortuito ou força maior não exonera a CONTRATADA do dever de adotar todas as medidas razoavelmente exigíveis para reduzir os prejuízos, preservar os bens públicos, mitigar riscos e assegurar, sempre que possível, a continuidade da execução contratual.

§ 1º A extinção contratual será sempre formalizada por ato administrativo devidamente motivado, assegurando-se à CONTRATADA, quando a hipótese envolver aplicação de penalidade ou imputação de inadimplemento, o exercício do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com os arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º A ocorrência de caso fortuito ou força maior somente produzirá efeitos jurídicos após a devida comprovação documental e o reconhecimento formal pela Administração, não afastando automaticamente o cumprimento das obrigações contratuais remanescentes que permaneçam materialmente exequíveis.

§ 3º Sempre que possível, antes da extinção do contrato, a Administração deverá avaliar medidas menos gravosas, tais como a suspensão temporária da execução, a prorrogação dos prazos, a celebração de termo aditivo ou o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da proporcionalidade, da economicidade e da preservação dos contratos administrativos.

§ 4º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em conformidade com os arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, com o art. 393 do Código Civil, bem como com os princípios da supremacia do interesse público, da segurança jurídica, da boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes, da motivação dos atos administrativos, da continuidade do serviço público e da preservação da equação econômico-financeira do contrato.

CAPÍTULO XII
DAS RESPONSABILIDADES CIVIL, TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E AMBIENTAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA
DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá integral, exclusiva e objetivamente, nos limites estabelecidos pela legislação aplicável, por todos os danos materiais, morais, patrimoniais, extrapatrimoniais ou de qualquer outra natureza causados à CONTRATANTE, aos seus agentes, a terceiros ou ao meio ambiente em decorrência direta ou indireta da

execução do objeto contratual, de ação ou omissão própria, de seus empregados, prepostos, representantes, fornecedores, transportadores ou subcontratados eventualmente autorizados.

A responsabilidade da CONTRATADA subsistirá independentemente da fiscalização, do acompanhamento, do recebimento provisório ou definitivo dos bens e do pagamento efetuado pela Administração, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, não implicando qualquer ato de controle administrativo exoneração, redução, compartilhamento ou transferência do dever de reparar.

Sem prejuízo das responsabilidades específicas previstas neste Contrato, incumbirá à CONTRATADA:

I – reparar integralmente os danos decorrentes de vícios, defeitos, inadequações, falhas de fabricação, acondicionamento, transporte, entrega, montagem ou funcionamento dos bens fornecidos;
II – substituir, às suas expensas, os produtos que apresentem desconformidade, defeito, vício aparente ou oculto, baixa qualidade, incompatibilidade técnica ou desempenho inferior ao exigido;
III – indenizar a CONTRATANTE por perdas, avarias, extravios ou deteriorações ocorridos até o recebimento definitivo do objeto;
IV – ressarcir integralmente os prejuízos decorrentes de conduta culposa ou dolosa praticada durante a execução contratual;
V – assumir os custos de reparação, substituição, recolhimento, transporte, reinstalação ou destinação dos bens defeituosos;
VI – responder por acidentes decorrentes de acondicionamento, transporte, descarga, instalação, manuseio ou utilização inadequada imputável à CONTRATADA;
VII – adotar todas as medidas necessárias para impedir a ampliação dos prejuízos e mitigar os efeitos de qualquer evento danoso;
VIII – manter a CONTRATANTE indene de reclamações, ações, cobranças ou pretensões de terceiros relacionadas a fatos imputáveis à CONTRATADA.

A responsabilidade civil da CONTRATADA abrangerá tanto os danos emergentes quanto os lucros cessantes, quando comprovados, sem prejuízo da incidência dos arts. 186, 187, 389, 402, 403, 927 e demais dispositivos pertinentes do Código Civil.

A CONTRATANTE poderá promover a retenção ou compensação de créditos líquidos e certos devidos à CONTRATADA para ressarcimento de danos regularmente apurados, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do saldo remanescente.

A responsabilização prevista nesta cláusula não afastará a aplicação das sanções administrativas cabíveis nem eventual responsabilização penal, ambiental, tributária ou por atos de improbidade, quando presentes os respectivos pressupostos legais. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o contratado responde pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização administrativa exclua ou reduza essa responsabilidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA
DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por todas as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação, remuneração, direção, supervisão e desligamento de seus empregados, prepostos ou colaboradores empregados na execução deste Contrato, inexistindo entre tais pessoas e a CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício, funcional ou de subordinação jurídica.

Constituem obrigações exclusivas da CONTRATADA:
I – cumprir integralmente a Consolidação das Leis do Trabalho, convenções coletivas, acordos coletivos, sentenças normativas e demais normas de proteção ao trabalho;
II – efetuar pontualmente o pagamento de salários, adicionais, gratificações, horas extraordinárias, férias, décimo terceiro salário, aviso-prévio e demais verbas trabalhistas;
III – observar as normas relativas à jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, intervalos, saúde, higiene e segurança ocupacional;
IV – fornecer, quando necessário, equipamentos de proteção individual e coletiva adequados aos riscos da atividade;
V – manter registros funcionais, folhas de pagamento, controles de jornada e demais documentos legalmente exigidos;
VI – arcar com indenizações, despesas processuais, honorários, multas e condenações decorrentes de demandas trabalhistas relacionadas a seus empregados ou prepostos;
VII – substituir prontamente qualquer profissional cuja atuação comprometa a segurança, a regularidade ou a adequada execução do objeto, sem que isso importe ingerência da Administração na gestão de pessoal da empresa;
VIII – impedir a utilização de trabalho infantil, forçado, degradante ou em condições análogas à escravidão, observando os direitos fundamentais sociais e laborais previstos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas não transferirá automaticamente à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens adquiridos, ressalvadas as hipóteses de responsabilização expressamente previstas em lei e reconhecidas por decisão da autoridade competente.

Considerando que o objeto deste Contrato consiste no fornecimento de bens permanentes mediante entrega única, não se presume a incidência do regime jurídico específico aplicável aos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, devendo eventual responsabilização da Administração observar estritamente a natureza efetiva da contratação e os requisitos legais pertinentes.

A CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE indene de quaisquer reclamações trabalhistas relativas a seus empregados, representantes ou prepostos, obrigando-se a adotar as medidas processuais cabíveis e a ressarcir eventuais valores que venham a ser suportados pela Administração em razão de fato que lhe seja imputável.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA
DA RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelo cumprimento das obrigações previdenciárias principais e acessórias decorrentes de sua atividade empresarial e das relações de trabalho mantidas com seus empregados, prepostos ou colaboradores, inclusive quanto à inscrição, arrecadação, retenção, declaração e recolhimento das contribuições legalmente exigíveis.

Compete à CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações:
I – promover o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas;
II – cumprir as obrigações relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
III – apresentar declarações, informações e documentos exigidos pelos órgãos de fiscalização;
IV – manter atualizados os registros previdenciários de seus empregados;
V – responder por multas, juros, autuações, cobranças e demais encargos decorrentes de inadimplemento previdenciário;
VI – observar a legislação relativa à segurança e saúde do trabalho e ao financiamento dos riscos ambientais laborais;
VII – fornecer à Administração, quando legalmente exigível, documentos comprobatórios da regularidade previdenciária.

A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos previdenciários não transferirá à CONTRATANTE o dever de pagamento, ressalvadas exclusivamente as hipóteses em que a legislação atribua responsabilidade específica ao tomador ou adquirente, cuja incidência dependerá da efetiva configuração dos respectivos pressupostos legais.

Eventuais retenções previdenciárias somente serão realizadas pela CONTRATANTE quando expressamente exigidas pela legislação aplicável à natureza da operação, não se admitindo retenção fundada em presunção incompatível com o objeto efetivamente contratado.

A CONTRATADA deverá ressarcir a Administração por qualquer valor que esta venha a desembolsar em virtude de autuação, condenação ou cobrança previdenciária decorrente de descumprimento imputável à contratada, assegurado o devido processo administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA
DA RESPONSABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA

A CONTRATADA será exclusiva responsável pela apuração, declaração e recolhimento de todos os tributos, taxas, contribuições, encargos fiscais e obrigações acessórias decorrentes de sua atividade empresarial, da emissão de documentos fiscais, da circulação, comercialização, transporte e fornecimento dos bens objeto deste Contrato.

A responsabilidade fiscal da CONTRATADA compreenderá, especialmente:
I – emissão regular e tempestiva da Nota Fiscal correspondente aos bens efetivamente fornecidos;
II – correta indicação da natureza da operação, do código fiscal, da base de cálculo, das alíquotas e dos tributos incidentes;
III – recolhimento dos tributos devidos nas esferas federal, estadual e municipal;
IV – manutenção da regularidade fiscal durante toda a vigência contratual;
V – apresentação das certidões e documentos exigidos pela Administração;
VI – observância do regime tributário ao qual se encontre submetida;
VII – comunicação imediata de qualquer alteração cadastral ou tributária que possa repercutir sobre a execução contratual;
VIII – responsabilização por autuações, penalidades, juros ou acréscimos decorrentes de erro, omissão, inexatidão ou irregularidade fiscal de sua autoria.

Os preços contratados considerar-se-ão inclusivos de todos os tributos, encargos, fretes, seguros, despesas operacionais e demais custos necessários ao integral adimplemento do objeto, não sendo admitida cobrança adicional fundada em obrigação tributária ordinariamente previsível à época da apresentação da proposta.

As retenções tributárias efetuadas pela CONTRATANTE na qualidade de fonte pagadora não afastam a responsabilidade da CONTRATADA pela correta apuração e quitação dos tributos de sua titularidade.

A CONTRATADA deverá comprovar, previamente ao pagamento, eventual imunidade, isenção, não incidência, suspensão ou benefício fiscal que pretenda invocar, mediante documentação válida e atualizada, sob pena de serem realizadas as retenções legalmente exigíveis.

O art. 121 da Lei nº 14.133/2021 atribui ao contratado a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA
DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá executar o objeto em estrita conformidade com a legislação ambiental vigente, observando os deveres de prevenção, precaução, sustentabilidade, redução de impactos, uso racional de recursos naturais, gestão adequada de resíduos e destinação ambientalmente correta de materiais, embalagens e componentes.

A obrigação ambiental da CONTRATADA abrangerá todas as etapas sob sua responsabilidade, incluindo fabricação, aquisição, acondicionamento, transporte, entrega, instalação, assistência técnica, recolhimento e destinação final de resíduos ou componentes sujeitos a sistema de logística reversa.

Compete à CONTRATADA:
I – fornecer bens produzidos e comercializados em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;
II – utilizar embalagens adequadas, preferencialmente recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente possível;
III – evitar desperdício de materiais e geração desnecessária de resíduos;
IV – assegurar a adequada coleta, segregação, transporte, armazenamento, tratamento e destinação de resíduos decorrentes de suas atividades;
V – cumprir as obrigações de logística reversa aplicáveis a pilhas, baterias, equipamentos eletroeletrônicos, componentes, acessórios e embalagens;
VI – recolher produtos, peças ou componentes substituídos quando a legislação ou o sistema de logística reversa assim exigir;
VII – manter licenças, autorizações, registros e certificações ambientais exigíveis à sua atividade;
VIII – impedir a utilização de matérias-primas, substâncias ou processos vedados pela legislação;
IX – comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência ambiental relevante relacionada à execução contratual;
X – promover, às suas expensas, a reparação integral de danos ambientais decorrentes de conduta que lhe seja imputável.

A CONTRATADA responderá, independentemente da aplicação de sanções administrativas ou penais, pela reparação integral dos danos ambientais que causar, inclusive mediante recuperação da área degradada, compensação ambiental, ressarcimento de despesas emergenciais e cumprimento das demais obrigações impostas pelos órgãos competentes.

A responsabilidade ambiental não será afastada pelo recebimento dos bens, pelo pagamento, pela fiscalização administrativa ou pelo encerramento do contrato, subsistindo enquanto não forem integralmente reparados os danos ou cumpridas as obrigações ambientais remanescentes.

A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação de comprovantes de destinação ambientalmente adequada, certificados de recolhimento, documentos de logística reversa ou outras evidências necessárias à verificação do cumprimento das obrigações ambientais.

As obrigações previstas nesta cláusula fundamentam-se no art. 225 da Constituição Federal, na Lei nº 6.938/1981, na Lei nº 9.605/1998, na Lei nº 12.305/2010 e em seus regulamentos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e disciplina mecanismos de logística reversa.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º A responsabilidade da CONTRATADA pelas obrigações previstas neste Capítulo será integral e subsistirá durante a vigência do contrato e, quando a natureza da obrigação assim exigir, após sua extinção, especialmente quanto a vícios ocultos, garantias, indenizações, obrigações tributárias, demandas trabalhistas, contribuições previdenciárias e danos ambientais.

§ 2º O acompanhamento, a fiscalização, o atesto, o recebimento provisório ou definitivo e o pagamento do objeto não implicam aceitação de irregularidades, renúncia de direitos, novação ou exoneração da CONTRATADA.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato capaz de gerar responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, fiscal ou ambiental, apresentando relatório circunstanciado, documentação comprobatória e plano de ação destinado à contenção e correção da irregularidade.

§ 4º A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, documentos destinados à comprovação do cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo, desde que a exigência seja pertinente ao objeto, proporcional ao risco e amparada pela legislação ou pelos instrumentos da contratação.

§ 5º O inadimplemento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual e poderá ensejar notificação, glosa, retenção cautelar nos limites legais, aplicação de multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade, extinção do contrato e responsabilização judicial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º A imputação de responsabilidade observará a efetiva participação da CONTRATADA no evento, o nexo causal, a natureza da obrigação, a extensão do dano e os excludentes legalmente admitidos, vedada a imposição automática de encargos desvinculados da execução contratual.

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com os arts. 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021, com os arts. 186, 187, 389, 402, 403 e 927 do Código Civil, com a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e ambiental aplicável e com os princípios da legalidade, prevenção, reparação integral, boa-fé objetiva, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção do interesse público.

CAPÍTULO XIII
DA ANTICORRUPÇÃO, DA INTEGRIDADE, DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA TRANSPARÊNCIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA
DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À CORRUPÇÃO

A CONTRATADA declara conhecer e obriga-se a observar, durante toda a formação, execução e encerramento do presente Contrato Administrativo, as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 8.429/1992, do Decreto Federal nº 11.129/2022, no que couber, bem como as demais normas federais, estaduais e municipais destinadas à prevenção e repressão de atos de corrupção, fraude, conluio, improbidade, conflito de interesses e lesão ao patrimônio público.

A responsabilidade administrativa e civil da pessoa jurídica pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública será apurada na forma da Lei nº 12.846/2013, que estabelece regime de responsabilização objetiva, sem prejuízo da responsabilização individual de dirigentes, administradores, empregados, representantes, prepostos ou terceiros que tenham participado do ilícito.

A CONTRATADA obriga-se a conduzir suas atividades com estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, lealdade contratual, transparência, livre concorrência e proteção do patrimônio público, abstendo-se de praticar, autorizar, prometer, oferecer, financiar, custear, patrocinar, subvencionar ou tolerar, direta ou indiretamente, qualquer ato ilícito relacionado à contratação.

Para os fins deste Contrato, fica expressamente vedado à CONTRATADA, aos seus sócios, administradores, empregados, representantes, prepostos, fornecedores ou terceiros que atuem em seu interesse ou benefício:
I – prometer, oferecer ou conceder vantagem indevida a agente público, servidor, empregado público, autoridade, ocupante de cargo político ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II – financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática de atos ilícitos contra a Administração Pública;
III – utilizar pessoa física ou jurídica interposta com a finalidade de ocultar ou dissimular interesses, beneficiários, identidade dos envolvidos ou a origem e destinação de recursos;
IV – frustrar, fraudar, manipular ou comprometer o caráter competitivo do procedimento licitatório que originou este Contrato;
V – ajustar, combinar ou coordenar preços, propostas, condições de participação ou comportamentos concorrenciais com outros licitantes ou fornecedores;
VI – afastar ou tentar afastar concorrente mediante fraude, ameaça, violência, oferecimento de vantagem ou qualquer expediente ilícito;
VII – obter vantagem ou benefício indevido mediante alteração, prorrogação, pagamento, recebimento, fiscalização ou extinção fraudulenta do Contrato;
VIII – manipular, fraudar ou apresentar informações inexatas em medições, documentos fiscais, relatórios, declarações, certidões, comprovantes de entrega ou documentos de habilitação;
IX – dificultar atividade de investigação, auditoria, controle ou fiscalização promovida pela Administração, pelos órgãos de controle interno ou externo ou pelas autoridades competentes;
X – oferecer presentes, hospitalidades, viagens, entretenimento, contribuições, favores, doações ou quaisquer benefícios com o propósito de influenciar decisão de agente público;
XI – praticar ato que configure tráfico de influência, corrupção ativa, fraude contratual, lavagem de dinheiro, falsidade documental ou qualquer outro ilícito contra a Administração Pública;
XII – omitir deliberadamente fatos relevantes, vínculos pessoais, societários ou econômicos capazes de caracterizar conflito de interesses ou comprometer a imparcialidade da contratação;
XIII – retaliar, intimidar, constranger ou prejudicar pessoa que, de boa-fé, comunique suspeita de fraude, corrupção ou irregularidade relacionada ao presente Contrato;
XIV – praticar qualquer dos atos lesivos tipificados no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 ou qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, de maneira imediata e suficientemente documentada, qualquer solicitação, exigência, promessa, tentativa ou ocorrência de vantagem indevida, fraude, conflito de interesses ou outra irregularidade de que tenha conhecimento e que guarde relação direta ou indireta com a contratação.

A comunicação de boa-fé não afastará a obrigação de cooperação com a apuração, mas será considerada pela Administração na avaliação da conduta, especialmente quanto à colaboração, às providências de remediação e à efetividade dos mecanismos internos de integridade adotados.

A constatação de indícios de ato lesivo determinará o encaminhamento dos fatos à autoridade competente para instauração do procedimento administrativo pertinente, sem prejuízo da adoção de medidas cautelares, da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, da responsabilização prevista na Lei nº 12.846/2013, da reparação integral do dano e da comunicação aos órgãos de controle, ao Ministério Público e às autoridades policiais, quando cabível.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA
DA INTEGRIDADE E DOS MECANISMOS DE CONFORMIDADE

A CONTRATADA deverá adotar padrões de ética, integridade, governança e conformidade compatíveis com seu porte, estrutura, ramo de atividade, riscos operacionais e grau de interação com o Poder Público, mantendo mecanismos razoáveis e efetivos destinados à prevenção, detecção, interrupção e remediação de fraudes, desvios, irregularidades e atos ilícitos.

Para os fins deste Contrato, compreende-se programa de integridade como o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia, aplicação de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes destinados a prevenir, detectar e sanar fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, além de fomentar e manter uma cultura organizacional de integridade. Tal concepção encontra fundamento nos arts. 56 e 57 do Decreto Federal nº 11.129/2022.

Sem prejuízo da proporcionalidade e da compatibilidade com o porte empresarial, a CONTRATADA deverá:

I – manter o comprometimento de sua alta direção com padrões éticos e com o cumprimento da legislação;
II – adotar código de ética, código de conduta ou regras internas equivalentes aplicáveis aos administradores, empregados, representantes e terceiros;
III – estabelecer políticas de prevenção a fraude, corrupção, conflito de interesses, favorecimento indevido e utilização irregular de informações;
IV – promover orientação e treinamento periódico dos agentes envolvidos em contratações públicas, quando compatível com a estrutura da empresa;
V – realizar avaliação de riscos relacionados à interação com agentes públicos e à execução de contratos administrativos;
VI – manter registros contábeis completos, precisos, íntegros e compatíveis com as operações efetivamente realizadas;
VII – implementar controles internos destinados a assegurar a confiabilidade de documentos, propostas, notas fiscais, comprovantes, relatórios e informações encaminhadas à Administração;
VIII – adotar procedimentos de diligência para contratação e supervisão de representantes, fornecedores, distribuidores, transportadores e demais terceiros vinculados à execução contratual;
IX – manter canal ou meio adequado para o recebimento de comunicações de irregularidades, assegurada, quando possível, a confidencialidade do denunciante de boa-fé;
X – impedir e reprimir atos de retaliação contra denunciantes, testemunhas ou colaboradores de investigações;
XI – instaurar procedimentos internos de apuração e aplicar medidas disciplinares proporcionais às infrações verificadas;
XII – interromper prontamente práticas ilícitas identificadas e adotar medidas destinadas à reparação de seus efeitos;
XIII – cooperar com investigações e auditorias legitimamente instauradas;
XIV – proceder ao monitoramento contínuo e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de integridade existentes;
XV – preservar documentos e evidências relacionados à execução contratual pelo prazo legal aplicável.

A exigência de programa de integridade como obrigação legal específica deverá observar os pressupostos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às contratações de grande vulto, bem como eventual regulamentação aplicável ao Município de Rio Crespo. O Decreto Federal nº 12.304/2024 regulamenta essa matéria diretamente no âmbito da Administração Pública federal e poderá servir como referência técnica, sem substituir eventual disciplina municipal própria.

A inexistência de obrigação legal de implantação de programa formal, em razão do valor ou da natureza desta contratação, não exonera a CONTRATADA do cumprimento das normas anticorrupção, dos deveres de probidade, boa-fé, transparência, cooperação e prevenção de ilícitos estabelecidos neste Contrato.

A CONTRATANTE poderá solicitar documentos estritamente necessários à verificação do cumprimento das obrigações de integridade, preservados os segredos comercial, industrial e empresarial e observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, finalidade e segurança da informação.

A apresentação de documentos relacionados à integridade não impede a Administração de avaliar a efetividade material das medidas adotadas, sendo insuficiente a mera existência formal de códigos, políticas ou declarações destituídos de aplicação concreta.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes comprometem-se a observar integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, bem como os atos normativos expedidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD e as demais normas aplicáveis à privacidade, segurança da informação e proteção de dados pessoais.

A LGPD incide sobre o tratamento de dados pessoais realizado por pessoas jurídicas de direito público e privado e tem por finalidade proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O tratamento de dados pessoais relacionado a este Contrato deverá observar os princípios previstos no art. 6º da LGPD, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Cada parte será considerada agente de tratamento relativamente às operações sobre as quais detenha poder decisório próprio. A CONTRATADA atuará como operadora apenas quando realizar tratamento de dados pessoais em nome da CONTRATANTE e segundo instruções lícitas, documentadas e compatíveis com as finalidades públicas da contratação, sem prejuízo da classificação jurídica decorrente das atividades efetivamente desempenhadas.

Considerando que o objeto contratual consiste no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, mediante entrega única, o acesso da CONTRATADA a dados pessoais deverá limitar-se ao mínimo estritamente necessário à identificação dos responsáveis pelo recebimento, faturamento, comunicação institucional, fiscalização e execução das obrigações de garantia.

A CONTRATADA obriga-se a:
I – tratar dados pessoais exclusivamente para finalidades legítimas, específicas, explícitas e relacionadas à execução deste Contrato;
II – abster-se de utilizar os dados para publicidade, prospecção comercial, criação de perfis, compartilhamento indevido ou qualquer finalidade estranha à contratação;
III – limitar o tratamento ao mínimo de dados necessário ao cumprimento das obrigações contratuais e legais;
IV – assegurar que somente pessoas autorizadas, treinadas e sujeitas a deveres de confidencialidade tenham acesso aos dados;
V – adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação, difusão ou qualquer tratamento inadequado ou ilícito;
VI – manter registros das operações de tratamento realizadas em nome da CONTRATANTE quando legalmente exigíveis;
VII – não compartilhar, transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem fundamento jurídico, necessidade operacional e prévia autorização da CONTRATANTE, quando esta for exigível;
VIII – exigir de terceiros autorizados o cumprimento de obrigações de proteção de dados equivalentes às previstas neste Contrato;

IX – prestar apoio à CONTRATANTE no atendimento de solicitações dos titulares e de determinações da ANPD;
X – corrigir, atualizar, anonimizar, bloquear ou eliminar dados quando determinado pela CONTRATANTE ou exigido pela legislação;
XI – não realizar transferência internacional de dados sem prévia análise de conformidade e atendimento aos requisitos da LGPD;
XII – comunicar imediatamente qualquer suspeita ou confirmação de incidente de segurança;
XIII – cooperar com a investigação, contenção, avaliação e remediação de incidentes;
XIV – manter sigilo sobre os dados e informações acessados, inclusive após a extinção do vínculo contratual;
XV – eliminar ou devolver os dados ao término do tratamento, ressalvadas as hipóteses de conservação legalmente autorizadas.

A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado de sua ciência, sem prejuízo de prazo menor estabelecido em ato normativo, determinação administrativa ou avaliação de risco.

A comunicação deverá conter, sempre que disponíveis:
I – descrição da natureza e das circunstâncias do incidente;
II – data e horário da ocorrência e de sua detecção;
III – categorias e quantidade estimada de titulares afetados;
IV – categorias e volume aproximado de dados envolvidos;
V – consequências prováveis do incidente;
VI – medidas técnicas e administrativas já adotadas;
VII – plano de contenção, remediação e prevenção de reincidência;

VIII – identificação do responsável pelo acompanhamento do incidente.

A CONTRATADA não realizará comunicação pública ou diretamente aos titulares sobre incidente relacionado a tratamento executado em nome da CONTRATANTE sem prévia articulação com esta, ressalvada determinação legal ou de autoridade competente.

O dever de comunicação interna previsto nesta cláusula não se confunde com o prazo e os procedimentos de comunicação à ANPD e aos titulares, os quais serão definidos conforme a legislação, a regulamentação vigente, a natureza dos dados e a avaliação concreta dos riscos.

Quando a CONTRATADA atuar como operadora, deverá seguir as instruções da CONTRATANTE e comunicar imediatamente caso considere que determinada orientação viola a LGPD ou outra norma de proteção de dados, abstendo-se de executar instrução manifestamente ilícita.

A CONTRATADA será responsável pelos danos decorrentes de tratamento realizado em desacordo com a legislação, com este Contrato ou com as instruções lícitas da CONTRATANTE, observados os pressupostos de responsabilização estabelecidos na LGPD e o direito de regresso entre os responsáveis.

A responsabilização por infração à legislação de proteção de dados não afastará a aplicação das sanções contratuais, administrativas, civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA
DA CONFIDENCIALIDADE E DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CONTRATADA deverá preservar a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade das informações a que tiver acesso em razão deste Contrato, independentemente do suporte físico ou digital em que estejam armazenadas.

Consideram-se informações protegidas, para os fins desta cláusula, aquelas identificadas como sigilosas ou cujo caráter reservado decorra da legislação, de sua natureza, da presença de dados pessoais, de segredo comercial ou industrial, de credenciais de acesso, de controles de segurança ou da necessidade de proteção do interesse público.

A CONTRATADA obriga-se a:
I – utilizar as informações exclusivamente para a execução contratual;
II – restringir o acesso às pessoas que efetivamente necessitem conhecê-las;
III – impedir cópia, extração, reprodução, divulgação ou compartilhamento não autorizado;
IV – proteger senhas, chaves de acesso, documentos fiscais, informações cadastrais e dados institucionais;
V – implementar controles de acesso compatíveis com os riscos;
VI – assegurar a rastreabilidade das operações relevantes, quando tecnicamente aplicável;
VII – comunicar perda, acesso indevido, vazamento ou comprometimento de informação;
VIII – restituir ou eliminar documentos e dados ao término da finalidade contratual, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
IX – exigir de seus empregados, representantes e terceiros compromissos equivalentes de confidencialidade;
X – preservar o dever de sigilo mesmo após a extinção do Contrato.

Não serão consideradas confidenciais as informações que:
I – sejam legitimamente públicas;
II – já fossem comprovadamente conhecidas pela parte receptora sem obrigação de sigilo;
III – tenham sido obtidas licitamente de terceiro não sujeito a dever de confidencialidade;
IV – devam ser divulgadas por força de lei, decisão judicial ou determinação de autoridade competente.

Na hipótese de determinação legal de divulgação de informação protegida, a parte obrigada, quando juridicamente possível, comunicará previamente a outra parte, limitando a revelação ao conteúdo estritamente exigido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA
DA TRANSPARÊNCIA, DA PUBLICIDADE E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A execução deste Contrato submete-se aos princípios constitucionais da publicidade, transparência, prestação de contas, controle social e acesso à informação, observados o art. 37 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação, a Lei Federal nº 14.133/2021 e as normas municipais aplicáveis.

A Lei de Acesso à Informação disciplina os procedimentos a serem observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para assegurar o acesso a informações públicas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e de proteção de dados pessoais.

A CONTRATADA reconhece que poderão ser objeto de publicidade, entre outras informações:
I – o inteiro teor deste Contrato e de seus termos aditivos;
II – a identificação das partes;
III – o objeto, o valor, a vigência e as condições de execução;
IV – os empenhos, pagamentos, recebimentos e demais informações da execução financeira;
V – os relatórios de fiscalização e de acompanhamento contratual;
VI – os atos de alteração, suspensão, extinção ou prorrogação;
VII – as sanções administrativas eventualmente aplicadas;
VIII – os demais documentos cuja divulgação seja exigida pela legislação.

A divulgação do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP constitui condição de eficácia nas hipóteses e prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da publicação no portal oficial do Município e em outros meios legalmente exigidos.

A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, de forma tempestiva, completa, verdadeira e em formato acessível, os documentos e informações necessários ao cumprimento das obrigações legais de publicidade, transparência, controle e prestação de contas.

O dever de transparência não autoriza a divulgação indiscriminada de:
I – dados pessoais não necessários à finalidade pública;
II – dados pessoais sensíveis;
III – informações protegidas por sigilo legal;
IV – segredos industrial, comercial ou empresarial legitimamente comprovados;
V – credenciais, senhas, chaves criptográficas ou informações capazes de comprometer a segurança de sistemas;
VI – informações cuja restrição de acesso esteja regularmente fundamentada.

Eventual alegação de sigilo comercial ou empresarial deverá ser apresentada pela CONTRATADA de forma específica, motivada e acompanhada de elementos que demonstrem a necessidade de proteção, não sendo admitida classificação genérica de documentos ou informações como confidenciais.

Caberá à CONTRATANTE decidir sobre pedidos de acesso à informação, classificação de sigilo, proteção de dados e divulgação de documentos, nos termos da legislação aplicável, não vinculando a Administração a declaração unilateral de confidencialidade formulada pela CONTRATADA.

Sempre que possível, a Administração promoverá a transparência mediante anonimização, tarjamento, ocultação parcial ou disponibilização de versão pública do documento, preservando

somente os trechos efetivamente protegidos e assegurando acesso ao conteúdo remanescente.

A CONTRATADA deverá colaborar com os órgãos de controle interno e externo, fornecendo documentos e esclarecimentos relacionados à execução contratual, ressalvadas as garantias processuais e os sigilos expressamente protegidos por lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA
DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E DAS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS

O descumprimento das obrigações previstas neste Capítulo constituirá infração contratual e poderá ensejar, conforme a gravidade da conduta e mediante processo administrativo regular:
I – emissão de determinação corretiva;
II – advertência;
III – aplicação de multa;
IV – glosa ou retenção de valores, nos limites legalmente admitidos;
V – suspensão de acessos, credenciais ou compartilhamentos de dados;
VI – substituição de empregado, representante, preposto ou terceiro envolvido;
VII – comunicação aos órgãos de controle e às autoridades competentes;
VIII – impedimento de licitar e contratar;
IX – declaração de inidoneidade;
X – extinção unilateral do contrato;
XI – reparação integral dos danos causados;
XII – responsabilização nos termos da Lei nº 12.846/2013, da LGPD e das demais normas aplicáveis.

Na definição da medida administrativa serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração;
II – a extensão do dano ou do risco causado;
III – a vantagem auferida ou pretendida;
IV – o grau de participação da CONTRATADA;
V – a existência e a efetividade dos mecanismos de integridade;
VI – a pronta interrupção da irregularidade;
VII – a cooperação com a apuração;
VIII – a adoção de medidas de remediação;
IX – a reincidência;
X – as circunstâncias agravantes e atenuantes.

A adoção de medidas internas de integridade, comunicação espontânea, colaboração e reparação do dano não excluirá automaticamente a responsabilidade da CONTRATADA, mas poderá ser considerada na dosimetria das consequências administrativas, nos termos da legislação.

A CONTRATADA deverá preservar documentos, registros e evidências relevantes sempre que tomar conhecimento de investigação, auditoria, incidente de segurança, denúncia ou procedimento de responsabilização relacionado ao Contrato, ficando vedada sua destruição, adulteração, ocultação ou manipulação.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º As obrigações de anticorrupção, integridade, confidencialidade, proteção de dados e cooperação com os órgãos de controle permanecerão exigíveis durante toda a vigência do Contrato e, quando sua natureza assim determinar, após sua extinção.

§ 2º A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações previstas neste Capítulo.

§ 3º A CONTRATADA responderá pelos atos praticados por seus administradores, empregados, representantes, prepostos e terceiros que atuem em seu nome, interesse ou benefício, observados os pressupostos e limites de cada regime legal de responsabilização.

§ 4º Nenhuma disposição deste Capítulo deverá ser interpretada como autorização para tratamento excessivo de dados pessoais, vigilância desproporcional, divulgação indevida de informações protegidas ou transferência à CONTRATADA de competências decisórias exclusivas da Administração Pública.

§ 5º As solicitações de documentos e informações formuladas pela CONTRATANTE deverão guardar pertinência com a execução contratual, a fiscalização, a proteção do patrimônio público, a prevenção de ilícitos ou o cumprimento de obrigação legal, observados os princípios da necessidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção de dados pessoais.

§ 6º As medidas sancionatórias ou restritivas dependerão de decisão motivada e da observância do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, da proporcionalidade e da individualização da responsabilidade, ressalvadas as providências cautelares urgentes necessárias à contenção de dano grave ou risco iminente.

§ 7º As disposições deste Capítulo serão interpretadas em consonância com a Constituição Federal, com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a Lei Federal nº 12.846/2013, com o Decreto Federal nº 11.129/2022, com a Lei Federal nº 13.709/2018, com a Lei Federal nº 12.527/2011, com a Lei Federal nº 8.429/1992 e com os regulamentos municipais aplicáveis, prevalecendo sempre a norma cogente e a disciplina específica vigente ao tempo da execução contratual.

CAPÍTULO XIV
DA DISPENSA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DOS PRODUTOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA
DA DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, com entrega única, bem como a avaliação administrativa dos riscos inerentes à contratação, fica dispensada a prestação de garantia de execução contratual pela CONTRATADA, não sendo exigida caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A dispensa ora estabelecida fundamenta-se no caráter facultativo da garantia prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual a Administração poderá, mediante previsão no edital e a seu critério, exigir garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. A ausência de exigência deverá guardar coerência com o planejamento da contratação, a matriz de riscos, quando existente, a complexidade do objeto, o vulto econômico do ajuste e a suficiência dos demais mecanismos de controle contratual.

A dispensa da garantia de execução não representa renúncia, limitação ou redução das prerrogativas da Administração Pública, tampouco exonera a CONTRATADA do cumprimento integral das obrigações assumidas, permanecendo-lhe atribuída responsabilidade plena:
I – pela execução tempestiva e adequada do objeto;
II – pela conformidade quantitativa e qualitativa dos bens entregues;
III – pela observância das especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e deste Contrato;
IV – pela substituição, reparação ou correção dos produtos recusados ou defeituosos;
V – pelos vícios aparentes ou ocultos identificados nos produtos;
VI – pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros;
VII – pelo pagamento das multas e demais sanções regularmente aplicadas;
VIII – pelo ressarcimento integral de danos causados ao erário;
IX – pelo cumprimento da garantia mínima dos produtos;
X – pelas demais obrigações legais, regulamentares e contratuais.

A inexistência de garantia de execução não impedirá a CONTRATANTE de promover, observados o contraditório e a ampla defesa:
I – glosas sobre valores indevidamente faturados;
II – descontos de multas nos créditos devidos à CONTRATADA;
III – compensação administrativa de créditos líquidos e certos, quando juridicamente admissível;

IV – cobrança administrativa ou judicial de prejuízos;
V – inscrição de débitos em dívida ativa, quando cabível;
VI – aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021;
VII – extinção do contrato nas hipóteses legalmente previstas;
VIII – adoção das demais medidas necessárias à tutela do patrimônio público.

§ 1º A dispensa prevista nesta cláusula restringe-se exclusivamente à garantia de execução do contrato administrativo, disciplinada pelos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, não se confundindo com:
I – a garantia legal dos produtos;
II – a garantia contratual ou comercial fornecida pelo fabricante ou fornecedor;
III – a garantia mínima de 12 (doze) meses prevista no Termo de Referência;
IV – a responsabilidade por vícios de qualidade, quantidade, fabricação, acondicionamento, transporte ou funcionamento;
V – a responsabilidade civil pelos danos decorrentes da execução contratual.

§ 2º A dispensa da garantia de execução decorre de opção administrativa vinculada às condições desta contratação e não constitui precedente obrigatório para futuras aquisições, cuja necessidade de garantia deverá ser avaliada individualmente no respectivo planejamento.

§ 3º A Administração poderá exigir, para a celebração de eventual alteração contratual, documentos, compromissos ou medidas de mitigação compatíveis com os novos riscos introduzidos, desde que juridicamente admissíveis, previamente motivados e sem alteração indevida das condições originárias da licitação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA
DA GARANTIA MÍNIMA DOS PRODUTOS

Sem prejuízo da dispensa da garantia de execução prevista na cláusula anterior, a CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os produtos fornecidos, contada da data do respectivo recebimento definitivo pela CONTRATANTE, ou por prazo superior oferecido pelo fabricante, pela CONTRATADA ou constante da proposta vencedora, hipótese em que prevalecerá o período mais benéfico à Administração.

A garantia mínima estabelecida nesta cláusula integra as obrigações essenciais da contratação e abrange a plena adequação, qualidade, durabilidade, segurança, funcionalidade e compatibilidade dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos adquiridos.

A garantia deverá compreender, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE:
I – diagnóstico de falhas, defeitos ou vícios;
II – assistência técnica necessária à solução da irregularidade;
III – fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios indispensáveis ao reparo;
IV – mão de obra especializada;
V – desmontagem e remontagem, quando necessárias;
VI – coleta, retirada, transporte, remessa e devolução dos produtos;
VII – substituição de peças defeituosas;
VIII – substituição integral do produto, quando o reparo não for tecnicamente viável ou não restabelecer sua plena funcionalidade;
IX – atualização ou reinstalação de software embarcado, quando integrante do equipamento;
X – testes de funcionamento após a intervenção;
XI – emissão de relatório técnico contendo a identificação do defeito, as providências adotadas e o resultado do atendimento;
XII – demais custos direta ou indiretamente relacionados ao cumprimento da garantia.

A CONTRATADA será responsável pelo atendimento da garantia perante a CONTRATANTE, ainda que o produto tenha sido fabricado, importado, distribuído ou assistido tecnicamente por terceiro, não podendo invocar limitações decorrentes de sua relação comercial com fabricante, representante, distribuidor ou assistência técnica para retardar ou recusar o cumprimento das obrigações assumidas.

A garantia prevista neste Contrato é complementar às garantias decorrentes da legislação aplicável e não poderá ser interpretada como limitação ou exclusão da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos de fabricação, inadequação do produto ou danos causados à Administração.

Quando juridicamente incidente, a garantia contratual ou comercial será complementar à garantia legal e deverá ser formalizada por escrito, em consonância com o art. 50 da Lei Federal nº 8.078/1990.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA
DO TERMO INICIAL E DA EXTENSÃO DA GARANTIA

O prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses terá início na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo de eventual prazo mais amplo estabelecido pelo fabricante, pela legislação aplicável, pela proposta apresentada ou por documento próprio de garantia.

O recebimento provisório dos bens não dará início à contagem da garantia contratual mínima, uma vez que esse ato possui natureza precária e se destina à verificação inicial da conformidade do fornecimento.

Caso o recebimento definitivo seja retardado por fato imputável exclusivamente à CONTRATANTE, após comprovada a plena conformidade dos bens e a inexistência de pendências atribuíveis à CONTRATADA, o termo inicial poderá ser ajustado mediante decisão expressamente motivada do gestor do contrato, vedada a imposição de ônus desproporcional ao fornecedor.

Na hipótese de substituição integral do produto durante o período de garantia, iniciar-se-á novo prazo mínimo de 12 (doze) meses para o bem substituto, contado de sua aceitação definitiva, salvo se o prazo remanescente da garantia original ou a garantia do fabricante for mais favorável à Administração.

Quando houver substituição de peça, componente ou acessório essencial, a garantia correspondente será reiniciada relativamente ao item substituído, sem prejuízo do prazo aplicável ao restante do produto.

O período durante o qual o produto permanecer indisponível em razão de defeito coberto pela garantia não será computado em prejuízo da CONTRATANTE, ficando suspensa a contagem do prazo até a efetiva devolução do bem em plenas condições de uso.

A realização de reparo, substituição ou intervenção técnica não importará reconhecimento de uso inadequado pela CONTRATANTE, salvo se essa circunstância for demonstrada mediante laudo técnico circunstanciado, com indicação objetiva da causa do defeito e oportunidade de manifestação da Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA
DO ACIONAMENTO E DO ATENDIMENTO DA GARANTIA

A CONTRATANTE poderá acionar a garantia mediante comunicação escrita encaminhada à CONTRATADA por meio eletrônico, ofício, sistema administrativo ou outro canal formal indicado no contrato, contendo, sempre que possível:
I – identificação do produto;
II – número patrimonial ou número de série, quando existente;
III – descrição do defeito ou da irregularidade;
IV – local em que o bem se encontra;
V – registro fotográfico ou audiovisual, quando pertinente;
VI – indicação do responsável pelo acompanhamento do atendimento.

A ausência de algum dos elementos previstos no caput não autorizará a recusa automática do atendimento quando a irregularidade puder ser suficientemente identificada por outros meios.

Recebida a solicitação, a CONTRATADA deverá:
I – confirmar formalmente o recebimento da comunicação em até 01 (um) dia útil;
II – realizar a avaliação inicial e informar as providências que serão adotadas em até 02 (dois) dias úteis;
III – iniciar o atendimento técnico em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, salvo prazo inferior previsto na proposta, no Termo de Referência ou no documento de garantia;
IV – concluir o reparo ou promover a substituição do produto em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal, ressalvada situação excepcional tecnicamente comprovada e expressamente aceita pela CONTRATANTE.

Caso o reparo não seja concluído no prazo estipulado, a CONTRATADA deverá, a critério da Administração:
I – substituir imediatamente o produto por outro novo, de mesma marca e modelo ou de características superiores, desde que previamente aprovado pela fiscalização;
II – disponibilizar provisoriamente equipamento equivalente, quando necessário à continuidade das atividades administrativas;
III – apresentar plano de solução contendo justificativa técnica, prazo final e medidas de mitigação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

A substituição por produto de marca ou modelo diverso dependerá de prévia aprovação do Fiscal Técnico e somente será admitida quando o bem oferecido possuir qualidade, desempenho, garantia e especificações iguais ou superiores às originalmente contratadas, sem qualquer acréscimo de preço.

Os produtos encaminhados para reparo deverão ser adequadamente identificados, acondicionados, transportados e protegidos contra danos, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA desde sua retirada até a devolução e aceitação pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá entregar comprovante de retirada e de devolução do produto, contendo, no mínimo:
I – descrição e identificação do bem;
II – número de série, quando existente;
III – estado aparente do produto;
IV – acessórios encaminhados conjuntamente;
V – data da retirada;
VI – identificação do responsável pelo transporte;
VII – providências executadas;
VIII – data da devolução.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA
DOS VÍCIOS, DEFEITOS E DA SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem constatados vícios, defeitos, incorreções, incompatibilidades ou inadequações decorrentes do fornecimento, fabricação, acondicionamento, transporte ou entrega.

Serão considerados inadequados, entre outros, os produtos que:
I – não correspondam às especificações técnicas contratadas;
II – apresentem falhas de funcionamento;
III – possuam componentes danificados, incompletos ou incompatíveis;
IV – apresentem sinais de uso anterior, recondicionamento ou remanufatura não autorizados;
V – não sejam novos e de primeiro uso;
VI – revelem qualidade, resistência, durabilidade ou desempenho inferiores aos exigidos;
VII – sejam entregues sem acessórios, manuais, certificados ou demais componentes obrigatórios;
VIII – apresentem defeitos estéticos relevantes que comprometam o uso, a conservação ou a apresentação institucional;
IX – estejam em desacordo com normas técnicas ou de segurança aplicáveis;
X – não possam ser regularmente utilizados para a finalidade administrativa prevista.

A substituição integral será obrigatória quando:
I – o defeito for insanável;
II – o reparo comprometer a qualidade, a segurança, a durabilidade ou o desempenho do produto;
III – houver reincidência do mesmo defeito após tentativa de reparo;
IV – o custo ou a complexidade do reparo demonstrarem sua inviabilidade;
V – o prazo de reparo ultrapassar o limite contratualmente estabelecido;
VI – a assistência técnica concluir pela inviabilidade da recuperação;
VII – a fiscalização constatar que o produto reparado não recuperou sua condição plena de funcionamento.

A aceitação de reparo não impedirá a posterior rejeição do produto caso o defeito persista, reapareça ou seja constatada perda de qualidade ou funcionalidade.

A CONTRATADA não poderá substituir peças originais por componentes usados, recondicionados, remanufaturados ou de qualidade inferior, salvo autorização expressa e tecnicamente motivada da CONTRATANTE em situação excepcional, sem prejuízo da manutenção integral da garantia.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA
DAS EXCLUSÕES DA GARANTIA

A exclusão da cobertura da garantia somente será admitida quando a CONTRATADA comprovar, por meio de laudo técnico detalhado, que o defeito decorreu exclusivamente de:
I – uso manifestamente incompatível com as instruções do fabricante;
II – intervenção técnica não autorizada realizada por terceiro;
III – dano intencional;
IV – acidente externo sem relação com vício do produto;
V – armazenamento em condições comprovadamente incompatíveis com as orientações técnicas previamente fornecidas;
VI – caso fortuito ou força maior sem relação com a qualidade ou segurança do produto.

O laudo técnico deverá conter:
I – identificação do profissional responsável;
II – qualificação técnica do subscritor;
III – descrição dos exames realizados;
IV – registros fotográficos, quando pertinentes;
V – indicação precisa da causa do defeito;
VI – demonstração do nexo causal entre a conduta atribuída à CONTRATANTE e o dano verificado;
VII – fundamentação técnica para a exclusão pretendida.

A mera alegação de mau uso, desgaste natural, umidade, impacto, oscilação elétrica, armazenamento inadequado ou intervenção de terceiro não será suficiente para excluir a garantia sem comprovação técnica objetiva.

Não será considerada causa de exclusão o desgaste prematuro incompatível com a vida útil razoavelmente esperada, a fragilidade anormal, a ausência de instrução adequada de uso ou a deficiência de informações fornecidas pelo fabricante ou pela CONTRATADA.

Havendo controvérsia quanto à origem do defeito, a Administração poderá solicitar avaliação técnica complementar, diligência, perícia ou parecer especializado, permanecendo assegurados à CONTRATADA o contraditório e a apresentação de elementos técnicos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA DISPONIBILIDADE DE PEÇAS

Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar estrutura de atendimento suficiente para o cumprimento tempestivo das obrigações assumidas, diretamente ou por intermédio de rede de assistência técnica devidamente qualificada.

Quando o atendimento for realizado por assistência técnica autorizada, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a CONTRATANTE por:
I – agendamento;
II – acompanhamento do serviço;
III – observância dos prazos;
IV – qualidade dos reparos;
V – fornecimento de peças;
VI – transporte dos produtos;
VII – restituição do bem em perfeito estado;
VIII – solução definitiva da ocorrência.

A CONTRATADA deverá manter peças, componentes e acessórios necessários ao atendimento da garantia ou demonstrar capacidade de obtê-los em prazo compatível com as obrigações contratuais.

A interrupção da produção, importação, distribuição ou assistência técnica de determinado modelo não exonerará a CONTRATADA, que deverá disponibilizar solução equivalente ou superior, previamente aprovada pela Administração.

Toda peça substituída deverá ser nova, original ou tecnicamente equivalente, plenamente compatível com o produto e acompanhada da correspondente garantia.

As peças defeituosas retiradas poderão ser recolhidas pela CONTRATADA, desde que a retirada seja registrada e não prejudique eventual análise técnica ou procedimento de responsabilização instaurado pela Administração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA
DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE GARANTIA

O descumprimento injustificado dos prazos ou das obrigações relacionadas à garantia dos produtos caracterizará inadimplemento contratual e sujeitará a CONTRATADA, mediante regular processo administrativo, às medidas e sanções previstas neste Contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE poderá:
I – estabelecer prazo final para cumprimento da obrigação;
II – determinar a substituição imediata do produto;
III – contratar terceiro para realizar o reparo, imputando à CONTRATADA os custos comprovadamente suportados, observadas as garantias processuais;
IV – descontar valores de créditos eventualmente existentes em favor da CONTRATADA, quando legalmente admissível;
V – promover cobrança administrativa ou judicial;
VI – exigir o ressarcimento das despesas de transporte, avaliação, reparo ou substituição;
VII – aplicar multa moratória ou compensatória;
VIII – considerar o inadimplemento para fins de avaliação do histórico de execução contratual;
IX – adotar as demais medidas necessárias à proteção do patrimônio público.

A execução do reparo por terceiro, quando determinada em razão da omissão da CONTRATADA, não extinguirá sua responsabilidade por outros vícios, defeitos ou obrigações abrangidos pela garantia.

O pagamento integral do preço, o recebimento definitivo, o encerramento da vigência ou a extinção do contrato não afastarão as obrigações de garantia cujo prazo ainda esteja em curso.

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO
§ 1º A dispensa de garantia de execução contratual não poderá ser invocada pela CONTRATADA como fundamento para reduzir o padrão de diligência, qualidade, solvabilidade, capacidade operacional ou responsabilidade exigível na execução do objeto.

§ 2º A garantia mínima de 12 (doze) meses possui natureza de obrigação contratual autônoma e sobreviverá ao recebimento definitivo, ao pagamento e ao encerramento da vigência contratual pelo período necessário ao seu integral cumprimento.

§ 3º Os custos relacionados ao cumprimento da garantia consideram-se incluídos no preço contratado, sendo vedada a cobrança de taxas de visita, diagnóstico, deslocamento, coleta, transporte, mão de obra, peças ou quaisquer outros encargos.

§ 4º A CONTRATADA deverá entregar, juntamente com os produtos, os respectivos certificados, termos ou documentos de garantia, redigidos em língua portuguesa e contendo, no mínimo:
I – identificação do produto;
II – número de série, quando houver;
III – prazo de cobertura;
IV – condições de atendimento;
V – canais de comunicação;
VI – identificação do fabricante e da assistência técnica;
VII – hipóteses justificadas de exclusão;
VIII – procedimentos para acionamento.

§ 5º Eventual omissão, incompletude ou inconsistência do termo de garantia não afastará a responsabilidade da CONTRATADA nem reduzirá o prazo mínimo estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência.

§ 6º Em caso de divergência entre o prazo ou as condições de garantia constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta, do manual do fabricante, do certificado de garantia e deste Contrato, prevalecerá a condição mais favorável à CONTRATANTE, desde que compatível com a legislação e com a proposta regularmente aceita.

§ 7º Aplicam-se subsidiariamente às obrigações de garantia as disposições pertinentes do Código Civil e, quando juridicamente cabível à relação concreta, as normas da Lei Federal nº 8.078/1990, sem prejuízo do regime jurídico-administrativo estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º As disposições deste Capítulo deverão ser interpretadas de maneira a preservar a utilidade, a durabilidade, a segurança e a plena funcionalidade dos bens adquiridos, bem como a continuidade das atividades da Banda Marcial e da Fanfarra Municipal, vedada qualquer interpretação que resulte em exoneração indevida da responsabilidade da CONTRATADA.

CAPÍTULO XV
DOS CASOS OMISSOS, DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA DO CONTRATO E DO FORO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA
DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, as dúvidas de interpretação e as controvérsias de natureza administrativa surgidas durante a execução deste Contrato serão solucionados pela CONTRATANTE mediante decisão expressamente motivada, observada a ordem jurídica aplicável às contratações públicas, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios constitucionais e administrativos, as disposições do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da proposta adjudicada e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório.

A solução dos casos omissos deverá observar, sucessivamente e conforme a pertinência da matéria:

I – as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente os princípios previstos em seus arts. 5º e 37;

II – as normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021;

III – as normas municipais regulamentadoras das licitações e dos contratos administrativos;

IV – as disposições do Edital do Pregão Eletrônico, do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA, da ata da sessão pública,

dos esclarecimentos, das respostas às impugnações e dos demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 764/2026;

V – os princípios gerais dos contratos administrativos e do Direito Administrativo;

VI – a jurisprudência dos Tribunais Superiores e as orientações dos Tribunais de Contas, especialmente aquelas aplicáveis às contratações públicas municipais;

VII – as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000, quando relacionada a questão de natureza orçamentária ou financeira;

VIII – as disposições da Lei Federal nº 9.784/1999, como referência principiológica e procedimental, quando compatíveis com a autonomia municipal e inexistir norma local específica;

IX – as disposições do Código Civil e demais normas de direito privado, aplicadas subsidiariamente e somente quando compatíveis com o regime jurídico-administrativo;

X – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva e preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º A aplicação subsidiária de normas de direito privado não poderá afastar, restringir ou neutralizar as prerrogativas legalmente conferidas à Administração Pública, nem modificar a natureza administrativa do vínculo contratual.

§ 2º Nenhuma prática reiterada, tolerância, omissão fiscalizatória ou conduta informal das partes poderá ser interpretada como alteração tácita do Contrato, novação, renúncia de direitos, supressão de obrigações ou afastamento de exigência prevista na legislação ou nos instrumentos da contratação.

§ 3º A eventual tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de determinada obrigação não impedirá sua exigência posterior nem constituirá precedente vinculante para situações futuras.

§ 4º As decisões administrativas destinadas à solução de casos omissos deverão ser precedidas, sempre que necessário, de:
I – manifestação do Gestor do Contrato;
II – manifestação do Fiscal Técnico ou do Fiscal Administrativo, conforme a natureza da questão;
III – diligência destinada à complementação da instrução processual;
IV – oitiva da CONTRATADA, quando a decisão puder afetar seus direitos ou impor-lhe obrigações;
V – análise da disponibilidade orçamentária, quando houver repercussão financeira;
VI – parecer jurídico, quando exigido pela legislação, pela complexidade da matéria ou pela autoridade competente;
VII – decisão motivada da autoridade administrativa competente.

§ 5º A solução conferida ao caso omisso deverá preservar a finalidade pública da contratação, a natureza do objeto, a isonomia entre os licitantes, as condições efetivas da proposta adjudicada e a equação econômico-financeira originalmente pactuada, vedada a criação de obrigação material substancial que não encontre fundamento na legislação ou nos instrumentos da licitação.

§ 6º Quando o caso omisso envolver matéria técnica referente à qualidade, funcionalidade, compatibilidade, assistência técnica ou garantia dos instrumentos musicais, acessórios e equipamentos, a decisão administrativa deverá ser instruída com manifestação técnica idônea, admitida a realização de inspeção, teste, diligência, análise especializada ou consulta ao fabricante.

§ 7º Quando a questão envolver possível inadimplemento, aplicação de sanção, retenção de crédito, extinção contratual ou imputação de responsabilidade, serão obrigatoriamente assegurados o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas e a decisão administrativa fundamentada, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º A CONTRATADA deverá submeter previamente à CONTRATANTE qualquer dúvida suscetível de afetar a execução do objeto, não podendo invocar, posteriormente, interpretação unilateral, silêncio administrativo não qualificado ou desconhecimento das normas aplicáveis como justificativa para o inadimplemento.

§ 9º A inexistência de solução expressa e imediata para questão submetida à Administração não autoriza a CONTRATADA a interromper unilateralmente o fornecimento, recusar o cumprimento de obrigação incontroversa ou alterar as condições de execução, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, na forma e no prazo estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, como condição indispensável à sua eficácia jurídica.

Por decorrer de procedimento licitatório, a divulgação no PNCP deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado da data da assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A divulgação no PNCP abrangerá, no mínimo, as informações e os documentos exigidos pela legislação, inclusive:
I – identificação do órgão ou entidade contratante;
II – número do Processo Administrativo;
III – modalidade e identificação do procedimento licitatório;
IV – identificação da CONTRATADA;
V – número de inscrição da CONTRATADA no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;
VI – descrição do objeto contratado;
VII – valor total do Contrato;
VIII – prazo de vigência;
IX – data de assinatura;
X – fonte orçamentária, quando exigida pelo sistema;
XI – inteiro teor do instrumento contratual;
XII – demais informações previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação do PNCP.

§ 1º A CONTRATANTE também promoverá a divulgação dos termos aditivos, apostilamentos e demais atos contratuais sujeitos à publicidade, observados os prazos e as exigências previstos na legislação aplicável.

§ 2º A publicação no PNCP não afasta a observância de outros meios de publicidade exigidos pela legislação municipal, especialmente:
I – o portal oficial do Município de Rio Crespo;
II – o Portal da Transparência municipal;
III – o Diário Oficial utilizado pelo Município;
IV – os sistemas eletrônicos de controle e acompanhamento das contratações públicas;
V – outros meios instituídos por norma local.

§ 3º A CONTRATADA deverá fornecer, tempestivamente, todos os documentos, dados e esclarecimentos necessários à correta divulgação do Contrato, responsabilizando-se pela exatidão das informações que lhe forem diretamente atribuíveis.

§ 4º Constatada incorreção material, omissão ou divergência nas informações publicadas, a CONTRATANTE deverá promover sua retificação, preservados o histórico e a rastreabilidade do ato administrativo.

§ 5º A publicidade contratual deverá observar simultaneamente:
I – o princípio constitucional da publicidade;
II – a transparência ativa;
III – o direito de acesso à informação;
IV – a proteção de dados pessoais;
V – a preservação das informações legalmente sigilosas;
VI – a proteção de segredos comercial e industrial legitimamente comprovados.

§ 6º Os dados pessoais que não sejam necessários à finalidade pública da divulgação deverão ser suprimidos, ocultados ou anonimizados, especialmente números de documentos pessoais, endereços residenciais, contatos particulares, dados bancários, assinaturas e outras informações cuja exposição seja desnecessária ou desproporcional.

§ 7º A ausência de divulgação tempestiva no PNCP deverá ser imediatamente comunicada à autoridade competente para adoção das providências saneadoras, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa pelo descumprimento do dever legal de publicidade.

§ 8º A CONTRATADA não poderá impedir ou restringir a divulgação das informações contratuais legalmente públicas, ressalvadas as hipóteses de sigilo expressamente previstas em lei e devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

§ 9º A alegação de sigilo empresarial deverá ser específica, fundamentada e acompanhada da demonstração concreta de que a publicidade da informação poderá revelar segredo industrial, comercial ou tecnológico juridicamente protegido, não sendo admitida declaração genérica de confidencialidade sobre o inteiro teor do Contrato ou de seus documentos essenciais.

§ 10 A publicação do instrumento no PNCP constitui condição de eficácia, mas não substitui a necessidade de prévia assinatura pelas partes, regular empenho da despesa, designação dos responsáveis pela gestão e fiscalização e atendimento das demais condições legais necessárias à execução contratual.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA
DA EFICÁCIA E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

O presente Contrato produzirá efeitos após sua regular assinatura e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, observada a condição de eficácia estabelecida no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CONTRATADA somente deverá iniciar a execução após o recebimento da correspondente Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento administrativo equivalente, emitido por autoridade competente, no qual deverão constar, sempre que aplicável:
I – a identificação do Contrato;
II – a identificação do Processo Administrativo;
III – a descrição dos bens;
IV – os quantitativos;
V – o local de entrega;
VI – o prazo de fornecimento;
VII – a identificação do responsável pelo recebimento;
VIII – outras instruções necessárias à execução.

§ 1º A execução realizada sem autorização formal da Administração não gerará, por si só, direito ao pagamento, ressalvado o reconhecimento administrativo de obrigação efetivamente constituída e de benefício comprovadamente incorporado ao patrimônio público, observada a legislação aplicável e a apuração de responsabilidades.

§ 2º A Ordem de Fornecimento não poderá modificar as especificações, os quantitativos, os preços, os prazos ou as demais condições originalmente contratadas, salvo quando houver alteração contratual regularmente formalizada.

§ 3º A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente qualquer divergência entre a Ordem de Fornecimento e os instrumentos da contratação, abstendo-se de executar determinação manifestamente incompatível com o Contrato até que a questão seja formalmente esclarecida pela Administração.

§ 4º O atraso da Administração na emissão da Ordem de Fornecimento não autorizará a CONTRATADA a considerar automaticamente extinto o vínculo, devendo eventual repercussão ser submetida à análise do Gestor do Contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA
DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS

As partes comprometem-se a empregar esforços para solucionar administrativamente as controvérsias decorrentes da interpretação ou execução deste Contrato, privilegiando a boa-fé, a cooperação, a eficiência, a economicidade, a consensualidade e a preservação do interesse público.

A instauração de procedimento administrativo para solução de controvérsia não suspenderá automaticamente a execução contratual, devendo a CONTRATADA cumprir as obrigações incontroversas e as determinações administrativas legalmente expedidas.

A parte interessada deverá formular sua pretensão por escrito, indicando:
I – os fatos que deram origem à controvérsia;
II – as cláusulas contratuais e normas legais aplicáveis;
III – os documentos comprobatórios;
IV – os efeitos técnicos, administrativos ou financeiros alegados;
V – a providência concretamente requerida;
VI – a demonstração do nexo causal, quando houver pretensão indenizatória ou econômico-financeira.

A Administração poderá realizar diligências, solicitar esclarecimentos, determinar a apresentação de documentos complementares e promover reuniões técnicas ou administrativas destinadas à adequada compreensão e solução da controvérsia.

A decisão administrativa deverá ser motivada e comunicada formalmente à CONTRATADA, sem prejuízo dos recursos administrativos cabíveis e do acesso ao Poder Judiciário.

A tentativa de solução administrativa não implicará renúncia a direitos, novação, transação ou reconhecimento da procedência da pretensão apresentada.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA
DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca competente para o Município de Rio Crespo, Estado de Rondônia, para dirimir as controvérsias decorrentes deste Contrato que não possam ser solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A eleição do foro observa o art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas devem conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir questões contratuais, ressalvadas as hipóteses legalmente excepcionadas.

§ 1º A competência territorial será definida de acordo com a organização judiciária vigente no Estado de Rondônia, considerando-se o foro que legalmente abranja o Município de Rio Crespo na data do ajuizamento da demanda.

§ 2º A eleição do foro não prejudicará:
I – o exercício das competências constitucionais dos Tribunais de Contas;
II – a atuação do Ministério Público;
III – o controle interno da Administração;
IV – a competência da Justiça Federal quando configurada alguma das hipóteses previstas no art. 109 da Constituição Federal;

V – a competência material da Justiça do Trabalho, quando legalmente caracterizada;
VI – a competência de outros órgãos jurisdicionais definida por norma constitucional ou legal de caráter absoluto.

§ 3º A eleição do foro não impede a utilização de meios consensuais de prevenção e resolução de controvérsias legalmente admitidos, desde que sua adoção seja autorizada pela autoridade competente, compatível com a natureza do direito discutido e devidamente formalizada no processo administrativo.

§ 4º As comunicações, notificações, intimações e demais atos extrajudiciais relacionados à execução deste Contrato deverão ser encaminhados aos endereços físicos e eletrônicos indicados pelas partes, incumbindo a cada uma informar qualquer alteração cadastral.

§ 5º A ausência de atualização cadastral tornará válidas as comunicações encaminhadas aos endereços constantes do Contrato ou do processo administrativo, desde que comprovada a tentativa regular de entrega ou transmissão.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO ENCERRAMENTO DO INSTRUMENTO

O presente Contrato deverá ser interpretado de forma sistemática e integrada com o Edital do Pregão Eletrônico, o Termo de Referência, a proposta adjudicada, a Nota de Empenho, os atos de homologação e adjudicação e os demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 764/2026.

A declaração de nulidade, invalidade ou ineficácia de cláusula específica não prejudicará, quando juridicamente possível, as demais disposições contratuais, que permanecerão válidas e exigíveis, desde que preservadas a essência da contratação, a finalidade pública e a equação econômico-financeira.

Qualquer modificação deste instrumento somente será válida quando formalizada pela autoridade competente por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração e as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

As obrigações que, por sua natureza, devam subsistir após o encerramento da vigência permanecerão plenamente exigíveis, especialmente aquelas relacionadas:
I – à garantia mínima dos produtos;
II – à responsabilidade por vícios ocultos;
III – à reparação de danos;
IV – ao ressarcimento ao erário;
V – à confidencialidade;
VI – à proteção de dados pessoais;
VII – às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais;
VIII – à cooperação em auditorias e procedimentos de controle;
IX – à apuração de infrações e aplicação de sanções;
X – à prestação de informações e guarda documental.

E, por estarem ajustadas e de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato Administrativo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, obrigando-se por si e por seus sucessores, após a observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis.
Rio Crespo/RO, 14 de Setembro de 2026.

Pela Contratante
EDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Município de Rio Crespo/RO

Pela Contratada
Ralson M. Lima LTDA
RALSON MARQUES LIMA

Publicado por:
Thiago Barros da Silva
Código Identificador:FB8AD365

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 027/2026 REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2024/PRM/RO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO COMPRAS E LICITAÇÕES – SEMACOL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA, usando das atribuições que lhe são conferidas, convoca os candidatos do Anexo II, aprovados no Concurso Público Municipal **001/2024/PRM/RO/2024**, qualificado para preenchimento de vagas do quadro pessoal, a se apresentarem na Diretoria de Recursos Humanos no prazo de **28/09/2026 a 27/10/2026**, para formalização contratual, munidos dos documentos abaixo relacionados:

• Idade mínima de 18 anos completo;

01 (uma) Xerox do Título de eleitor;
Certidão de quitação eleitoral;
02 (duas) Xerox e original da cédula de Identidade (RG);
02 (duas) Xerox e original do cartão de identificação do contribuinte - CPF;
01 (uma) foto 3x4;
02 (duas) Xerox e original da Comprovação de escolaridade, conforme requisito do cargo - **Anexo I**;
01 (uma) Xerox Certificado de reservista (para o sexo masculino);
01 (uma) Xerox e original do Certidão de nascimento ou casamento;
01 (uma) Xerox e original do cartão de identificação do contribuinte CPF do Cônjuge **(se houver)**;
01 (uma) Xerox e original do Certidão de nascimento dos filhos, CPF e carteira de vacinação (menores de 14 anos);
01 (uma) Xerox do PIS/PASEP;
Atestado de capacidade física, expedido por órgão de saúde municipal ou particular, original ou assinado eletronicamente;
Atestado de capacidade mental, expedido por um psicólogo do órgão de saúde municipal ou particular, original ou assinado eletronicamente;
01 (uma) Xerox do cartão do SUS;
01 (uma) Xerox da Tipagem sanguínea;
01 (uma) Xerox da Carteira de trabalho – CTPS física ou digital;
Certidão Cível e criminal primeira e segunda instância Tribunal de justiça de Rondônia;
Prova de quitação com a fazenda pública do Município de Rolim de Moura/RO;
Prova de quitação com o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, reconhecida firma em cartório ou Cópia da Declaração de Imposto de Renda completa;
Declaração sobre exercício ou não, de outro cargo ou função, reconhecida firma em cartório;
02 (duas) Xerox e Original do Comprovante de Habilitação expedida pelo órgão ou entidade a qual esteja vinculado o candidato;
01 (uma) Xerox do Comprovante de endereço;
01 (uma) Xerox e original da CNH – Carteira Nacional de Habilitação na categoria exigida ao cargo, **caso aplicável**;
Conta salário-banco Caixa econômica Federal **(retirar ofício no DRH)**;

ANEXO I

Item	Cód.	Cargo	Requisitos
	ES08	Prof. 40 Horas - Pedagogo Interprete de Libras	Ensino Superior em Pedagogia com certificado de intérprete de LIBRAS de no mínimo 120 horas ou certificado de aprovação no PROLIBRAS – Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação das Libras/Língua Portuguesa.
	G19	Operador de Retroescavadeira PC – 40H	Ensino Fundamental incompleto e Carteira Nacional de Habilitação, categoria D ou E.

ANEXO II

ES08 – PROF. 40 HORAS - PEDAGOGO INTERPRETE DE LIBRAS

ITEM	CLASSIF.	NOME
	1º	JAQUELINE OLIVEIRA LAURENTINO ALVES

G19 – OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA – PC – 40H

ITEM	CLASSIF.	NOME
	1º	ITAMAR LOPES TAVARES

Palácio Senador "Olavo Pires", 25 de setembro de 2026.

NILZO ROSA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração, Compras e Licitações – SEMACOL.

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:7E633A38

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 042-26

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO 42/2026

Processo Administrativo N° 2484/2026.
Pregão Eletrônico N° 42/2026.
Objeto: AQUISIÇÃO DE DIETEAS ENTERAIS.

Fornecedores e itens registrados:

ARP	Fornecedor	CNPJ	itens(s) Vencido(s)	Total Geral
ARP N°146	TECPLUS LTDA	43.456.296/0001-62	1 - 3 - 27.	R$ 32.445,60
ARP N°147	J & A COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	49.059.257/0001-08	2 - 8 - 9 - 14 - 16 - 17 - 19 - 21 - 23 - 24 - 25 - 26 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 41 - 42.	R$ 169.309,50
ARP N°148	INTEGRALMED DISTRIBUIDORA LTDA	46.672.090/0001-68	12 - 13 - 18 - 34 - 36	R$ 26.147,50
ARP N°149	HASSEN RAAD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	21.296.343/0001-15	33 - 35.	R$ 3.261,30
	Total Geral			**R$ 231.163,90**

A ata de registro de preços terá validade de 12 meses a contar da data de sua publicação no PNCP.
Obs.: A íntegra das Atas de Registro de Preços, poderá ser obtida através do portal da transparência da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura e no Portal Nacional de Contratações Públicas, PNCP.

Rolim de Moura, 25 de Setembro de 2026.

WELMERSON FERNANDES MAXIMIANO
Gerente de Registro de Preços
Portaria 185/2026

Publicado por:
Marta Regina de Oliveira
Código Identificador:44910D21

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DOS TERMOS DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2025

O MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração – Compras e Licitações, por meio da Gerência de Registro de Preços, torna público, para conhecimento dos interessados, que foram celebrados os Termos de Prorrogação da Vigência **e Renovação dos Quantitativos das Atas de Registro de Preços nº 036/2025**, com fundamento no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Os referidos Termos foram formalizados nos autos do **Processo Administrativo nº 1503/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 55/2025**, cujo objeto é a **Aquisição e Recarga de Extintores**, com os seguintes fornecedores signatários:
Empresa: **SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, CNPJ nº 51.659.136/0001-49;
Empresa: **PROTEGE EXTINTORES LTDA**, CNPJ nº07.781.779/0001-79;
A prorrogação da vigência e a renovação dos quantitativos foram formalizadas mediante anuência dos fornecedores registrados, após a comprovação da vantajosidade das condições registradas para atendimento das demandas das Secretarias Municipais, permanecendo vigentes as demais cláusulas e condições estabelecidas nas respectivas Atas de Registro de Preços, ressalvadas as alterações que possam ocorrer na forma da legislação vigente.
Fica prorrogada a vigência das Atas de Registro de Preços nº 036/2025, anteriormente prevista até 29/09/2026, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar no período de **30/09/2026 a 29/09/2027**, com a renovação dos quantitativos para o novo período de vigência, observadas as demais condições estabelecidas nas respectivas Atas e as disposições da legislação vigente.

Rolim de Moura – RO, 25 de Setembro de 2026.

WELMERSON FERNANDES MAXIMIANO
Gerente de Registro de Preço
Portaria nº 185/2026

Publicado por:
Welmerson Fernandes Maximiano
Código Identificador:76EBEB5B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO DE CONTRATO N° 110/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 110/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA –RO;
CONTRATADA: MAGNA MEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4689/2026;
PREGÃO N° 064/2026;
OBJETO: Aquisição de 01 (um) Sistema Digital para Teste de Acuidade Visual, destinado a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rolim de Moura/RO, visando à realização de exames oftalmológicos com maior precisão, padronização e confiabilidade.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **90 (noventa) dias**, após formalização do instrumento contratual, podendo ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, apenas nos casos expressos na Lei de Licitações nº 14.133/2021.
Nota de empenho n° 2946/2026, unidade orçamentária 5.011 (FMS), programa de trabalho 1.116, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00, no valor de **R$ 6.250,00**, com data de 22/09/2026;

Rolim de Moura, 22/09/2026.

Município de Rolim de Moura-RO
ALDAIR JÚLIO PEREIRA

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:B136CD96

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 4.866/2026

LEI Nº 4.866/2026

"Dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por moto-aplicativo no município de Rolim de Moura".

O PrefeitO DO MUNICÍPIO de Rolim de Moura, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, Inciso III, da Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele **SANCIONA** a seguin-te;

LEI:

Art. 1º O presente diploma legal regulamenta, no âmbito do Município de Rolim de Moura, a atividade de transporte remunerado privado individual de passageiros por motocicletas.
Parágrafo Único. Para efeitos desta Lei, considera-se transporte remunerado privado individual de passageiros, o serviço remunerado de transporte de passageiros, por motocicletas, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas, solicitadas exclusivamente por usuários ou terceiro previamente cadastrados em aplicativos, sendo vedada a solicitação de viagem pelo condutor do veículo.

CAPÍTULO I
DO USO DO SISTEMA VIÁRIO URBANO

Art. 2º O uso e a exploração econômica do Sistema Viário Urbano do Município pelos serviços de que trata esta Lei devem observar as seguintes diretrizes:
I- Evitar a ociosidade ou sobrecarga da infraestrutura urbana disponível e racionalizar a ocupação e a utilização daquela instalada;
II- Proporcionar melhoria nas condições de acessibilidade e mobilidade;

III- Promover o desenvolvimento sustentável do Município, nas dimensões socioeconômicas, inclusivas e ambientais;
IV- Garantir a segurança e o conforto nos deslocamentos das pessoas;
V- Incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias que aperfeiçoem o uso dos recursos do sistema de transporte;
VI- Harmonizar-se com o estímulo ao uso do transporte público e aos meios alternativos de transporte individual.

CAPÍTULO II
DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL PRIVADO REMUNERADO DE PASSAGEIROS

Art. 3º Para efeitos desta Lei, adotam-se as seguintes definições:
I- Aplicativo: serviço de intermediação que disponibiliza, opera e controlar o agenciamento de viagens, visando à conexão de passageiros e prestadores de serviço;
II- Operadora de Plataforma de Transportes - OPT: pessoa jurídica que seja titular do direito de uso de provedor de aplicações de internet, acessível por meio de terminal conectado à internet, destinado à intermediação e gestão do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros entre o condutor e o usuário, regularmente cadastrada pelo município de Rolim de Moura;
III- motocicleta: veículo automotor de duas rodas dirigido por condutor em posição montada;
IV- Condutor: motorista profissional que utiliza o aplicativo da OPT cadastrada, para prestar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, devidamente cadastrado na OPT e na Coordenadoria Municipal de Trânsito-COMTRAN;
V- Usuário: pessoa física que utiliza o serviço de transporte privado individual remunerado, mediante adesão e uso do aplicativo da OPT;
VI- Viagem: serviço prestado pelo condutor ao usuário por meio da OPT contendo os dados de origem, destino, tempo total, distância, mapa do trajeto percorrido, data, horário, valor total pago, identificação do condutor e veículo;
VII- Sistema de Tecnologia de Transportes - STT: serviço prestado pelas OPT aos usuários por meio de aplicativo, regulamentado pelo Município de Rolim de Moura, com a finalidade de promover a construção de uma mobilidade urbana sustentável no Município;
VIII- Certificado Anual de Credenciamento das Empresas - CAC: resultado final da habilitação municipal da pessoa jurídica para operação no viário urbano concedida em caráter precário e personalíssimo para o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por meio de aplicativo;
IX- Certificado de Autorização - CA: concedida a título personalíssimo e precário à pessoa física, condutor, após preenchidos os requisitos previstos nesta Lei para execução do serviço;
X- Coordenadoria Municipal de Trânsito - COMTRAN: órgão gestor do município, responsável pelo gerenciamento, controle e fiscalização;
XI- Interface de Programação de Aplicativos – API: conjunto de padrões de programação que permite a construção de aplicativos e a sua utilização de maneira não tão evidente para os usuários;
XII- Sítio: é o local na rede mundial de computadores identificado por um nome de domínio, constituído por uma ou mais páginas de hipertexto, que podem conter textos, gráficos e informações em multimídia.

DO SERVIÇO

Art. 4º O direito ao uso intensivo do viário urbano no Município de Rolim de Moura para exploração de atividade econômica de transporte remunerado privado individual de passageiros somente será conferido às OPT.
§ 1º Somente terão direito ao uso intensivo do viário urbano no Município de Rolim Moura as OPT credenciadas no Município de Rolim de Moura, através da Coordenadoria Municipal de Trânsito - COMTRAN, que sejam responsáveis pela intermediação entre os motoristas prestadores de serviço e os seus usuários.
§ 2º A exploração do viário no exercício do serviço de que trata esta Lei, será realizada obrigatoriamente por meio dos aplicativos geridos pelas plataformas digitais de transporte, assegurada a não discriminação de usuários e a promoção do amplo acesso ao serviço, sem prejuízo da possibilidade de exclusão regulamentar por motivo de justa causa.

DO CREDENCIAMENTO

Art. 5º Poderão se habilitar ao credenciamento pessoas jurídicas que sejam titulares do direito de uso de programa, aplicativo destinado à prestação dos serviços cujo CNAE corresponda a intermediação de negócios ou a promoção de Vendas de Serviços.
§1º O número de motocicletas credenciadas será de até 100% (cem por cento) da quantidade de mototáxis autorizados a circular no Município.
§2º Em havendo credenciamento com número superior ao descrito no §1º deste artigo, o critério de desempate se dará por idade, o mais velho tem a precedência.
I – Possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida, na categoria "A", com a observação de Exercício de Atividade Remunerada – EAR, observados o tempo mínimo de habilitação e os demais requisitos previstos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, na legislação federal pertinente e nas normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
II – Comprovar aprovação em curso especializado destinado aos profissionais que exerçam atividade remunerada de transporte de passageiros por motocicleta ou motoneta, bem como nos respectivos cursos de atualização, quando exigíveis, observados os requisitos, conteúdo, carga horária, validade e demais condições estabelecidas pela legislação federal de trânsito e pelas normas vigentes do CONTRAN;
III – não estar cumprindo penalidade de suspensão do direito de dirigir, cassação da Carteira Nacional de Habilitação ou qualquer outro impedimento administrativo ou judicial incompatível com o exercício da atividade;
IV – Manter, durante todo o período de cadastramento e exercício da atividade, regularidade da Carteira Nacional de Habilitação e dos demais requisitos legais e regulamentares exigidos para a condução profissional de motocicleta destinada ao transporte remunerado de passageiros.
Parágrafo único. A perda, suspensão ou ausência superveniente de qualquer dos requisitos previstos neste artigo impedirá o exercício da atividade enquanto perdurar a irregularidade, assegurados, quando cabíveis, o contraditório e a ampla defesa no procedimento administrativo correspondente.
V – apresentar certidão negativa criminal, atualizada, expedida pelos órgãos competentes da Justiça Estadual e Federal, referente ao primeiro e ao segundo graus de jurisdição, como requisito obrigatório para o cadastramento e para a renovação da autorização municipal para o exercício da atividade;

VI – Manter atualizada a documentação prevista no inciso anterior durante todo o período de cadastramento e exercício da atividade, apresentando nova certidão no prazo de 2 (dois) anos contadas a partir da data do cadastramento na atividade sob pena de suspensão da atividade até regularização da aptidão do condutor para o exercício da atividade.

Art. 6º O credenciamento dar-se-á mediante a apresentação de requerimento e sua respectiva aprovação junto à Coordenadoria Municipal de Trânsito-COMTRAN, devidamente assinado e autenticado em cartório pelo representante legal da empresa.
Parágrafo Único. Todas as OPT interessadas poderão se credenciar, garantindo a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, assegurando a todos existências dignas, conforme os ditames da justiça social.

Art. 7º São condições para o credenciamento:
I- Formular requerimento com concordância irrevogável e irretratável do regime previsto nesta lei, conforme modelo apresentado no Anexo I.
II- Comprovar o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) ser pessoa jurídica com objeto social compatível com as atividades; possuir constituição perante os órgãos de registro competentes inclusive com Alvará de funcionamento da cidade onde tem sede fixa;
b) possuir inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; apresentar Certidão Negativa de Débitos da Previdência Social; apresentar Certidão de Regularidade Fiscal das Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
c) apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
Parágrafo Único. As condições exigidas devem ser mantidas ao longo da prestação do serviço, sob pena de descredenciamento.

DAS OPERADORAS DE PLATAFORMA
DE TRANSPORTES – OPT

Art. 8º A operação das OPT para os serviços de que trata esta Lei, dependerá, dentre outros requisitos, de:
I- Prévio credenciamento junto à Coordenadoria Municipal de Trânsito - COMTRAN, nos termos do artigo 7º desta Lei, e autorização do direito de uso;
II- Cadastro de veículos e motoristas, na forma desta Lei.
Parágrafo Único. O credenciamento das OPT terá validade de dois anos, renovável por iguais e sucessivos períodos, mediante requerimento apresentado com antecedência mínima de trinta dias do seu término, sob pena de descredenciamento automático.

Art. 9º As OPT credenciadas para os serviços de que trata esta Lei ficam obrigadas:
I- A assegurar o amplo acesso ao serviço, vedada qualquer discriminação de usuários sem justa causa, sob pena de descredenciamento e aplicação das demais sanções cabíveis;
II- Disponibilizar ao COMTRAN, sempre que requisitados, os relatórios e as estatísticas periódicas relacionados às viagens iniciadas, finalizadas ou não, rotas e distâncias percorridas, com a finalidade de subsidiar o planejamento da mobilidade urbana e possibilitar o acompanhamento e fiscalização do serviço fornecido, sem prejuízo do direito à privacidade e à confidencialidade dos dados pessoais dos usuários e motoristas;
III- Intermediar a conexão entre os usuários e os motoristas, mediante adoção de plataforma digital de transporte;
IV- Cadastrar os veículos e motoristas, desde que atendidos os requisitos mínimos de segurança, conforto, higiene e qualidade na prestação de serviços;
V- Intermediar o pagamento entre o usuário e o motorista, preferencialmente por meios eletrônicos, permitida a cobrança da taxa de intermediação pactuada;
VI- Utilizar mapas digitais para acompanhamento do trajeto e do tráfego em tempo real;
VII- permitir avaliação da qualidade do serviço pontuando o motorista, a moto e o capacete e disponibilizar o resultado dessa avaliação aos usuários no ato da solicitação de viagem e ao Município, quando solicitado;
VIII- disponibilizar eletronicamente ao usuário a identificação do motorista com foto, marca, cor, modelo do veículo e número da placa de identificação, antes do início da corrida;
IX- Emitir recibo eletrônico com as seguintes informações:
a) Origem e destino;
b) Tempo total e distância percorrida;
c) Mapa do trajeto conforme sistema de georreferenciamento;
d) Especificação dos itens do preço total pago;
e) Identificação do condutor.
X- Registrar, gerir e assegurar a veracidade das informações prestadas pelos motoristas prestadores de serviço e a conformidade com os requisitos estabelecidos pela municipalidade.

CAPITULO III
DA POLÍTICA DE PREÇOS

Art. 10 Compete às OPT fixar o preço dos serviços ofertados através de suas plataformas digitais assegurada a devida publicidade dos parâmetros utilizados.
§ 1º Fica vedada a fixação e a cobrança de preços dinâmicos, exceto quando previamente comunicadas ao usuário no momento da solicitação da viagem, com a informação do valor final estimado.
§ 2º Sem prejuízo do disposto neste artigo, as OPT poderão fixar preços variáveis em razão da categoria do veículo, do dia da semana e do horário.
§ 3º Devem ser disponibilizadas ao usuário, quando da solicitação da viagem, as informações sobre o preço a ser cobrado e a estimativa do seu valor final.
§ 4º A liberdade de fixação de preços referida neste artigo não impede que o Município exerça a sua competência de fiscalizar e reprimir práticas desleais e abusivas.

CAPÍTULO IV
DA POLÍTICA DE CADASTRAMENTO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS

Art. 11 Para cadastrar-se na Coordenadoria Municipal de Trânsito os motoristas de transporte por moto-aplicativo deverão, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos:
I- Comprovação da contratação e manutenção de seguro privado de acidentes pessoais, vigente durante todo o período de prestação do serviço, com cobertura para o condutor e o passageiro transportado, abrangendo, reembolso de despesas medicas, morte acidental, invalidez total ou parcial de caráter permanente decorrentes de acidente ocorrido durante a execução do serviço de transporte remunerado, sem prejuízo de outras coberturas obrigatórias estabelecidas pela legislação federal aplicável;
II- estar vestido com camisa de manga longa dotada de dispositivos retro refletivos, nos termos da regulamentação do CONTRAN, e, que as camisas sejam de cor diversa da utilizada por mototáxis;
III- ser contribuinte individual ativo do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, nos termos da alínea h, do inciso V, do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências;
IV- apresentar Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedida pela Polícia Civil, Polícia Federal, Justiça Estadual e Justiça Federal.

Parágrafo Único. As condições exigidas devem ser mantidas ao longo da prestação do serviço, sob pena de descredenciamento.
§ 1º O seguro previsto no inciso I deverá possuir cobertura compatível com a natureza do serviço de transporte remunerado de passageiros por motocicleta, vedada a apresentação de apólice que exclua da cobertura os acidentes ocorridos durante o exercício da atividade remunerada objeto desta Lei.
§ 2º A comprovação da vigência do seguro constitui requisito para o cadastramento e sua renovação, cabendo ao prestador manter a cobertura durante todo o período em que estiver autorizado a exercer a atividade.
§ 3º Os valores mínimos de cobertura, a forma de comprovação e demais requisitos operacionais poderão ser definidos em regulamento, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e as condições disponíveis no mercado securitário.

Art. 12 Os veículos que serão utilizados na operação das Plataformas Digitais de Transporte deverão obedecer aos seguintes requisitos mínimo, para operar motocicleta:
I- com capacidade de até (02) duas pessoas, incluindo o condutor, obedecida a capacidade do veículo;
II- que possua, no máximo, (08) oito anos de fabricação, com cilindradas mínima de 125 e máxima de 160, na posição de dirigibilidade montada;
III- que possua identificação visual através de adesivo móvel de tamanho máximo de 10x10, a ser afixado, conforme disposições previstas em Portaria da COMTRAN;
IV- ser aprovado em vistoria a ser realizada a cada 06 (seis) meses pela COMTRAN, obedecendo o mês referência do calendário de licenciamento dos veículos automotores no Estado de Rondônia, em consonância, ainda, com as exigências das Resoluções do CONTRAN quanto aos itens mínimos de conforto e segurança dos veículos e passageiros;
V- apresentar o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRLV), na forma da regulamentação;
VI- operar veículo com suporte veicular que comporte celular e que não interfira e nem obstrua a visibilidade do painel de instrumentos.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DA COMTRAN

Art. 13 Compete o COMTRAN o acompanhamento, desenvolvimento e deliberação dos parâmetros, políticas públicas e fiscalização dos serviços estabelecidos nesta Lei, devendo dentre outras atribuições; expedir portarias sobre a matéria; fiscalizar o cumprimento da presente Lei.

CAPÍTULO VI
DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E
RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 14 Constitui infração a inobservância de qualquer preceito desta Lei, regulamento ou normas complementares, sem prejuízo da aplicação das normas do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 15 As multas serão calculadas tendo como base o valor da UPF no Município de Rolim de Moura - UPF, vigente à época da infração.

Art. 16 O exercício da atividade descrita na presente Lei sem o devido credenciamento dos condutores e OPT será considerado ilegal, sujeito às sanções previstas no artigo 231 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 17 Constitui infração gravíssima a operação ilegal do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros pelos condutores e OPT. Pena - multa no valor de 10 UPF.
Parágrafo Único. A reincidência implicará em descredenciamento.

CAPÍTULO VII
DO EXAME TOXICOLÓGICO

Art. 18. Constitui requisito obrigatório para o cadastramento e para a permanência do condutor na prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por motocicleta a apresentação de exame toxicológico de larga janela de detecção, com resultado negativo, observados os requisitos técnicos estabelecidos pela legislação e regulamentação federal aplicáveis.
§ 1º O condutor habilitado na categoria A, com anotação de Exercício de Atividade Remunerada – EAR, deverá apresentar exame toxicológico de larga janela de detecção com resultado negativo no ato do cadastramento inicial perante o órgão municipal competente.
§ 2º Para fins de manutenção do cadastramento municipal, o condutor habilitado na categoria A deverá realizar novo exame toxicológico a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, contados da data da coleta do exame apresentado no cadastramento inicial ou do último exame periódico realizado.
§ 3º O prazo previsto no § 2º adota, para o condutor profissional de transporte remunerado de passageiros por motocicleta, o mesmo intervalo temporal estabelecido pela legislação federal de trânsito para a realização periódica do exame toxicológico pelos condutores das categorias C, D e E, constituindo requisito específico para cadastramento e permanência no serviço regulamentado por esta Lei.
§ 4º A exigência estabelecida neste artigo não altera as regras nacionais relativas à obtenção, renovação ou validade da Carteira Nacional de Habilitação na categoria A, constituindo requisito administrativo relacionado exclusivamente ao cadastramento e ao exercício da atividade de transporte remunerado privado individual de passageiros por motocicleta no Município de Rolim de Moura.
§ 5º O exame toxicológico deverá observar os padrões técnicos previstos na legislação federal e nas normas dos órgãos nacionais de trânsito, inclusive quanto à larga janela de detecção, procedimentos de coleta e análise, cadeia de custódia, contraprova e realização por entidade ou laboratório regularmente credenciado ou autorizado, conforme regulamentação vigente.
§ 6º. A detecção, no exame toxicológico de larga janela de detecção, de substância decorrente do uso de medicamento regularmente prescrito não constituirá, por si só, impedimento automático ao cadastramento, à renovação ou à manutenção do condutor na atividade, desde que o interessado apresente documentação médica válida e idônea que demonstre a necessidade terapêutica do medicamento e a compatibilidade de seu uso com o exercício seguro da atividade de transporte remunerado de passageiros.
§ 7º. Para os fins do parágrafo anterior, a documentação médica deverá ser emitida por profissional legalmente habilitado e conter, respeitado o sigilo das informações médicas e observado o estritamente necessário à finalidade administrativa:
I – identificação do profissional responsável e respectivo registro no conselho profissional competente;
II – indicação de que o condutor se encontra submetido a tratamento que justifique o uso do medicamento ou da substância detectável no exame toxicológico;
III – declaração médica quanto à compatibilidade do tratamento com a condução segura de veículo automotor e com o exercício profissional do transporte remunerado de passageiros, especialmente quanto à inexistência, nas condições prescritas de utilização, de efeitos capazes de comprometer de forma relevante a atenção, percepção, coordenação motora, capacidade de reação ou demais condições necessárias à condução segura.
§ 8º. A ressalva prevista neste artigo somente será aplicável quando ficar demonstrado que a substância identificada no exame decorre de uso terapêutico legítimo, regularmente prescrito e devidamente comprovado, e que o tratamento, nas condições indicadas pelo profissional responsável, não compromete a segurança da prestação do serviço.
§ 9º. A apresentação de prescrição ou documentação médica não afastará a necessidade de avaliação da compatibilidade do tratamento com a condução segura quando houver indicação técnica de que o medicamento utilizado possa comprometer a capacidade psicomotora ou representar risco relevante à segurança do trânsito.
§ 10º. Constatada, mediante documentação ou avaliação médica tecnicamente fundamentada, a incompatibilidade temporária do tratamento com a condução segura de veículo automotor, o condutor ficará impedido de prestar o serviço enquanto perdurar a condição incompatível, podendo requerer a regularização de seu cadastro mediante apresentação
de nova documentação médica que demonstre a recuperação das condições necessárias ao exercício seguro da atividade.
§ 11º. O tratamento dos documentos e informações de saúde apresentados nos termos deste artigo deverá observar o sigilo médico, a finalidade específica do procedimento de cadastramento e a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, sendo vedada a utilização das informações para finalidade diversa daquela relacionada à verificação das condições necessárias ao exercício seguro da atividade.
§ 12º A ausência de apresentação de exame toxicológico válido e com resultado negativo no cadastramento inicial impedirá o cadastramento do condutor até o cumprimento do requisito.
§ 13º O condutor que deixar de realizar ou apresentar o exame toxicológico periódico no prazo estabelecido no § 2º ficará impedido de exercer a atividade e terá seu cadastro municipal suspenso até a regularização, observados, quando cabíveis, o contraditório, a ampla defesa e o devido processo administrativo.
§ 14º O resultado positivo deverá ser tratado de acordo com os procedimentos técnicos e garantias previstos na legislação aplicável,

assegurados ao interessado o direito à contraprova, quando cabível, bem como a confidencialidade e a proteção de seus dados pessoais e sensíveis.
§ 15º Fica autorizado ao Poder Executivo regulamentar os procedimentos administrativos necessários à comprovação e fiscalização do cumprimento deste artigo, vedada a alteração, por regulamento, da periodicidade estabelecida no § 2º.
CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 As OPT disponibilizarão ao Município, sem ônus e mediante solicitação, acesso a mecanismo informatizado que viabilize, facilite, agilize e dê segurança à fiscalização de suas operações, e deverão para tal respeitar as características exigidas nos Anexos I e II, desta Lei.
Parágrafo Único. Para efeito do disposto no caput deste artigo, fica assegurado ao Município o acesso aos relatórios dos sistemas de mobilidade, a bases de dados e a percepção de dados estáticos e/ou dinâmicos das OPT, na forma e parâmetros estabelecidos pela COMTRAN, inclusive pela integração dos sistemas, para o acompanhamento do serviço ou qualquer outra utilização dos dados compartilhados, observado o interesse público e o sigilo dos dados pessoais dos passageiros.

Art. 20 Contra as penalidades aplicadas aos condutores, deverão ser observados os procedimentos adotados pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB e demais legislações aplicáveis.

Art. 21 Compete ao COMTRAN fiscalizar os serviços previstos nesta Lei, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos, no âmbito das suas competências.

Art. 22 As OPT e os motoristas que já exercem a atividade de que trata esta Lei terão 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Lei, para se adaptarem às suas exigências.

Art. 23 Os casos omissos serão regulamentados por Decreto.

Art. 24 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura/RO, 24 de julho de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:46DEC2C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL RESOLUÇAO CMDCA ACTV

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOELSCENTE DE ROLIM DE MOURA – CMDCA/RM. RESOLUÇÃO n°. 014/CMDCA-RM/2026.
O Conselho – CMDCA Torna Público: Aprovação do Certificado de Registro da Instituição denominada **Associação Cristã de Trabalho Voluntário –ACTV** portador do CNPJ **nº 48.354.814/0001-50** junto a este Conselho CMDCA/RM/2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rolim de Moura – CMDCA/RM, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal de n° 3.576/2019, em consonância com a Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, pela garantia das politicas publicas de proteção a Criança e ao Adolescente de nossa cidade, de acordo com a **Ata de Reunião de n° 322/2026-CMDCA** do dia **07/05/2026**, Pauta de nº 04, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no 13/05//2026, na Edição 4231 Passa expor a seguir:

01 – Considerando os princípios essenciais infanto-juvenis diante da CF/88 e do Estatuto da Criança e do Adolescente que concede prioridade absoluta à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, que define os Conselhos como instâncias responsáveis pelos processos de Deliberação e Controle das políticas voltadas a esse público. A proposição e o controle do processo de execução dessas políticas são atribuições dos Conselhos – órgãos paritários.

02 – Considerando que a referida instituição apresentou requerimento solicitando a renovação do certificado de registro da entidade junto ao conselho Conforme o artigo 90, parágrafo único da Lei Federal 8069/90/ECA, a referida Instituição requer **Atualização** de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como autoriza o fornecimento do mesmo para uso comum de Instituições e Serviços de Utilidade Pública.
RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar a Renovação do Certificado de Registro da**, Associação Cristã de Trabalho Voluntário –ACTV** portador do CNPJ **nº 48.354.814/0001-50** com fluxo no Art. 13 no item VII, conforme Art. 15 da Lei Municipal de n° 3.576/2019 e demais normas em vigor. A referida renovação compreende o período de 02 (dois) anos sendo do dia **07/05/2026 a 07/05/2028.**

Art. 2°. A referida entidade é uma instituição que presta serviços sociais de utilidade pública nesta cidade de Rolim de Moura/RO.
Art. 3°. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Solange Ferreira Jordao Rolim de Moura/RO, 14 de maio de 2026

Presidente do Conselho – CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
CMDCA/RM

Publicado por:
Elizangela de Fatima Vieira Dias
Código Identificador:D58BBF10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL RESOLUÇAO CMDCA APAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOELSCENTE DE ROLIM DE MOURA – CMDCA/RM. RESOLUÇÃO n°. 018/CMDCA-RM/2026.

O Conselho Municipal (CMDCA) dispõe sobre a Renovação do Certificado de Registro da Instituição denominada **Associação Por Amor a Rondônia - APAR** junto a este Conselho CMDCA/RM/2026.e da outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rolim de Moura – CMDCA/RM, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal de n° 3.576/2019, em consonância com a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, pela garantia das politicas publicas de proteção a Criança e ao Adolescente, de acordo com a **Ata de Reunião de n° 326/2026-CMDCA** do dia 06/08/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 12/08/2026, na Edição de n° 4296. Passa expor a seguir:
01- Considerando os princípios essenciais infanto-juvenis diante da CF/88 e do Estatuto da Criança e do Adolescente que concede prioridade absoluta à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, que define os Conselhos como instâncias responsáveis pelos processos de Deliberação e Controle das políticas voltadas a esse público. Onde a proposição e o controle do processo de execução dessas políticas publicas são de atribuições dos Conselhos, como órgãos paritários, compostos por representantes do governo local e da sociedade civil, da qual os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente se configuram como fundos públicos especiais, com finalidade específica de custear ações, serviços, programas ou projetos que contribuam para a proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes.
02 – Considerando que a entindade apresentou ao conselho requerimento solicitando a Renovação do Certificado de Registro da entidade junto ao conselho Conforme o artigo 90, parágrafo único da Lei Federal 8069/90/ECA, sendo que a referida Instituição requer **Atualização** de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como autoriza o fornecimento do mesmo para uso comum de Instituições e Serviços de Utilidade Pública.

03 – Considerando a necessidade de seguir a legalidade, onde não podemos deixar de cumprir os demais princípios básicos da norma jurídica que envolve a administração pública como a impessoalidade, a**moralidade**, a publicidade e**princípio**da**eficiência**, (CF/88) entre outras doutrinas em prol da eficiência administrativa (Celeridade Processual/Execução).

RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar a Renovação do Certificado de Registro da **ASSOCIAÇÃO POR AMOR A RONDÔNIA - APAR**, inscrita no **CNPJ: 04.279.669/0001-15,** com fluxo no Art. 13 no item VII, conforme Art. 15 da Lei Municipal de n° 3.576/2019 e demais normas em vigor. A referida renovação compreende o período de 02 (dois) anos sendo do dia **06/08/2026 a 06/08/2028.**

Art. 2°. A referida entidade é uma instituição que presta serviços sociais de utilidade pública nesta cidade de Rolim de Moura/RO.
Art. 3°. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rolim de Moura/RO, 14 de AGOSTO de 2026.

SOLANGE FERREIRA JORDÃO
Conselheiro Presidente – CMDCA
Localizado na Av. Salvador, Nº 4710, bairro Olímpico, Rolim de Moura/RO, CEP: 76.940-000.
CMDCAROLIMDEMOURARO@GMAIL.COM

Publicado por:
Elizangela de Fatima Vieira Dias
Código Identificador:92CD6A4C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº 67/GAB/2026

PORTARIA Nº 67/GAB/2026
São Felipe D'Oeste/RO, 25 de setembro de 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal para deslocamento em objeto de serviço e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER 03 (três) diárias ao servidor Sr. CESAR AUGUSTO VIEIRA, ocupante do cargo de Procurador Jurídico do Município, portador do CPF nº ***.254.390-**, para cobertura de despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana durante deslocamento temporário da sede.

Art. 2º – O afastamento ocorrerá no período de 28 a 30 de setembro de 2026, com destino aos municípios de Jaru/RO e Porto Velho/RO, para cumprimento de agendas institucionais de interesse da municipalidade, conforme cronograma abaixo:

Dia 28/09/2026 (Jaru/RO): Reunião técnico-jurídica junto ao GTX - Licença Ambiental.
Dia 29/09/2026 (Porto Velho/RO): Despacho na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM/RO) e audiência no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) referente às obras da Pista de Caminhada.

Art. 3º – O deslocamento terrestre dar-se-á em veículo oficial do modelo FIAT TORO, Placa RSZ 5D46, com saída prevista para as 06:00 horas do dia 28/09/2026 e retorno no dia 30/09/2026.
Art. 4º – O valor total das diárias é de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), correspondente a 03 diárias no valor unitário de R$ 400,00, cujas despesas correrão por conta do orçamento vigente (Lei Municipal nº 1661/2025 - LOA 2026), sob a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 02.001 – Gabinete do Prefeito
Funcional Programática: 02.001.04.122.0009.2004 – Manutenção das Atividades do Gabinete
Elemento de Despesa: 3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil
Fonte de Recursos: 1.500.0000 – Recursos Livres

Art. 5º – O servidor fica obrigado a apresentar o relatório detalhado de viagem e os devidos comprovantes de cumprimento da agenda no prazo regulamentar após o retorno à sede.
Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDSON DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:FB979507

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 09/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2023.

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026 ao Contrato Administrativo 09/2023 - Processo Administrativo nº 036/2023.
(Alteração de Conta-Corrente para Pagamento}
Considerando o Requerimento da empresa UNI TELECOM LTDA – CNPJ nº 49.271.108/0001-08;
CONTRATANTE: Município de São Felipe d'Oeste/RO
CONTRATADO: UNI TELECOM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. – CNPJ nº 49.271.108/0001-08.
I – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a altera**ção dos dados bancários para fins de pagamento dos serviços de fornecimento de internet empenhados e inerentes AO Contrato Administrativo 09/2023 conforme a seguir:**
Banco: 001 – Banco do Brasil S.A.
Agência: 4268-4
C/C: 31282-7
Dessa forma, considerando o requerimento da empresa contratada, ficam alte**rados os dados bancários para fins de pagamentos dos serviços de fornecimento de internet, objetos do Contrato Administrativo 09/2023.**
III – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente apostilamento encontra respaldo no art. 136 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a formalização por apostila para **correções de erros materiais**, desde que não haja modificação da essência do ajuste.
A presente retificação não altera objeto, prazo, valores ou quaisquer condições pactuadas, tratando-se de mero ajuste formal em cumprimento a pedido da empresa detentora do registro.
IV – DA RATIFICAÇÃO
Ficam **ratificadas todas as demais cláusulas e condições** constantes do documento então numerado como **Contrato Administrativo 09/2023** e de seus instrumentos correlatos.
V – DA PUBLICIDADE
O presente Termo de Apostilamento deverá ser juntado ao respectivo processo administrativo e publicado na forma da Lei Municipal nº. 417/2011 no endereço www.diariomunicipal.com.br/arom, em atendimento aos Dispositivos Legais, conforme o Artigo 91 da Lei 14.133/21, em observância ao princípio da publicidade.
VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Por se tratar de correção de erro material, **dispensa-se a assinatura da detentora do registro**, sendo suficiente a formalização pelo Órgão Gerenciador.

São Felipe D´Oeste-RO**,** 25 de setembro de 2026**.**

Contratado:
Município de São Felipe D´Oeste-RO
EDSON DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:C69E5680

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 177/2026

Processo Administrativo n. 0194/2026.
Contrato n. 177/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada: Licitafisio Com. De Prod. Méd. Hosp. LTDA .
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados a Estrutura, Modernização e Aparelhamento do Setor de Fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor: R$83.810,00(Oitenta e três mil oitocentos e dez reais).
Fonte de Recurso: Próprios
Forma de Pagamento: 30(Trinta) dias, após a fornecimento dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e pelo Secretário Municipal de Saúde.
Prazo: 06(Seis)meses.
Embasamento legal: Pregão eletrônico n. 063/2026, nos autos do processo licitatório n. 0194/2026

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:AC1F4ABC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA DE SÃO MIGUEL DO GUAPOORÉ

EXTRATO DO CONTRATO 46/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1948/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2026
CONTRATADA: G M O COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 53.877.662/0001- 00

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de kit essencial específico e peças originais, calibração de fotômetro, calibração de testes, limpeza e suporte técnico remoto e presencial no Analisador Automático de Bioquímica RL-280, Marca RONDOLAB, destinado ao atendimento do Laboratório Municipal da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guaporé/RO.

DO PRAZO: O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR: O valor total do presente contrato é de **R$ 73.680,00 (setenta e três mil, seiscentos e oitenta reais)**, dividido em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas de **R$ 6.140,00 (seis mil, cento e quarenta reais)**.

As despesas correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:
06.001.10.301.0011.1404 - PROP. 3504 - Ações e Serviços - Metas Quantitativas - Navegação do Cuidado
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
06.001.10.302.0011.2024 - Atendimento ao Bloco Atenção Especializada
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica

São Miguel do Guaporé/RO, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Daiane Kolln Klein
Código Identificador:D76C09EE

GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

EXTRATO DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2153/2026
CONTRATO DE TRABALHO Nº 160/SEMED/2026
CONTRATADO: SILVANA DAS NEVES CASSUPÁ RIBEIRO

DO OBJETO: TERMO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, regido pela Lei Municipal nº. 2526/2025, a qual autoriza a realização do Processo Seletivo Simplificado para a presente contratação.

DO PRAZO: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, conforme Lei Municipal nº 2526/2025.

São Miguel do Guaporé/RO, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Daiane Kolln Klein
Código Identificador:298646AD

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE – AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º RDQA 2026

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da **Audiência Pública de Prestação de Contas do 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) de 2026**, referente ao período de maio a agosto, em cumprimento ao §5º do Art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Na ocasião serão apresentados o montante e a fonte dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, as auditorias realizadas ou em fase de execução no período e a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada e conveniada.
Estendemos o convite às autoridades municipais, aos Secretários Municipais, aos Vereadores, aos Conselheiros Municipais de Saúde, aos servidores da saúde e a toda a comunidade, reforçando que a participação social é fundamental para a transparência e o controle da gestão do SUS em nosso Município.

São Miguel do Guaporé/RO, 25 de setembro de 2026.

EDISON CRISPIM DIAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Karem Lorraine Dos Santos da Silva
Código Identificador:1BD7E331

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 01/2026 DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR (RDQA) DE 2026 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL Nº 01/2026 DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

DO 2º RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR (RDQA) DE 2026 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os Munícipes que:

CONSIDERANDO que esta municipalidade deverá cumprir o que determina o §5º do Art. 36, da Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012;

CONSIDERANDO que a cada quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde no mês subsequente;

RESOLVE:

Art. 1.° - Fica marcada para o dia **30 de setembro** do corrente ano, Audiência Pública da Prestação de Contas do 2º quadrimestre referente ao ano de 2026.

§1º - A audiência que trata do *caput* deste artigo será realizada no espaço da **Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Guaporé**, no período vespertino **às 15:30 h**

§2° - Ficam convidados todas as autoridades deste Município, os Conselheiros Municipais de Saúde, bem como todos os munícipes, para dar ciência das receitas correntes aplicadas e as despesas com ações e serviços públicos de saúde da gestão municipal.

EDISON CRISPIM DIAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Karem Lorraine Dos Santos da Silva
Código Identificador:7EBA9BA6

GABINETE DO PREFEITO
ORDEM DE SERVIÇOS - PROCESSO Nº 1424/2026 - CONTRATO Nº 44/2026

ORDEM DE SERVIÇO

PROCESSO N.1424/2026
CONTRATO Nº 44/2026

O Prefeito do Município de São Miguel do Guaporé/RO, Edilson Crispin Dias, no uso de suas atribuições legais, por meio da presente Ordem de Serviço, autoriza a empresa ERGON CONSULTORIA EM SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.638.229/0001-05, com sede na Rua Manoel Franco, n.º 1823, Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominada CONTRATADA, a iniciar, a partir do dia 24 de setembro de 2026, a execução dos serviços objeto do Contrato n.º 44/2026.
Os serviços consistem na prestação de serviços integrados de Engenharia e Medicina do Trabalho, visando à elaboração, coordenação e execução dos programas ambientais, laudos técnicos, relatórios médicos e a respectiva geração, validação e transmissão dos eventos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) ao sistema eSocial (Governo Federal), de forma a atender os 1.234 (mil duzentos e trinta e quatro) servidores públicos da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO.
A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as disposições constantes do contrato, do Termo de Referência e demais documentos que integram o processo administrativo, bem como a legislação aplicável.

São Miguel do Guaporé – RO, 23 de setembro de 2026.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal

CIÊNCIA E RECEBIMENTO
Recebi a presente Ordem de Serviço e declaro estar ciente de todos os seus termos e condições, comprometendo-me a iniciar os serviços na data estipulada.

Publicado por:
Giovanna Milena Rosa Marinho
Código Identificador:EA476FA9

INSTITUTO DE PREVIDENCIA - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RO
ATA COMITÊ DE INVESTIMENTOS

ATA Nº09/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPMSMG

Ata de Reunião do Comitê de Investimentos do IPMSMG, realizada no dia 25 de setembro de 2026, às 11h na sala de reunião do IPMSMG.
Aos 25 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 11 horas na sala de reunião do IPMSMG – Instituto de Previdência Municipal de São Miguel do Guaporé, reuniu-se o Comitê de Investimento com a presença dos membros; Gilberto Barbosa Silva, Marcelo Flores da Silva e Silvia Cristina de Oliveira Ferreira, nomeados através da Decreto de nº 2243/2025. Havendo número legal, o Presidente do Comitê senhor Marcelo Flores da Silva, cumprimentou e deu por aberta a sessão, e colocado a Ordem do dia (resgate e aplicação dos fundos de investimentos): passando a palavra para o senhor Gilberto o mesmo apresentou o valor a ser resgatado da aplicação da conta corrente: 17.046-1/AG 22926 – Fundo Soberano o valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais) e após analise das taxas indicativas ficou decidido que será aplicado no Vértice 2030 com taxa administrativa de 0,06% com CNPJ 56.209.467/0001-09, o saldo da conta corrente 26.441-5/AG 22926 é de R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) e aplicar no Fundo IRF-M1. Na conta de recebimento dos aportes C/c nº 31.127-8 AG 2292-6, o valor recebido no dia 08/09 do aporte mensal é R$ 312.001,38 (trezentos e doze mil, um real e trinta e oito centavos, aplicado no Fundo Soberano BB CNPJ 63.197.387/0001-38 o valor atual aplicado é de R$ 1.599.682,73 (hum milhão quinhentos e noventa e nove mil e seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos . No dia 08/09 foi recebido o valor do parcelamento do mes é de R$ 73.050,30 (setenta e tres mil e cinquenta reais e trinta centavos) na conta corrente 17.041-6 Agencia 22926.
Em seguida foi apresentado o relatório mensal da carteira de investimento referente ao mês 08 de 2026, enviado pelo senhor Douglas para explanação do conteúdo e sanar as dúvidas que surgiram, após a discursão e analise pelo comitê de Investimento, foi apresentado que houve um rendimento de R$ 1.592.941,79 (um milhão quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e um reais e setenta e nove centavos) e rentabilidade foi de 1,24% com uma meta de 0,12%. Acumulado no ano de 141,32%. Com patrimônio líquido de R$ 130.526.548,71 (cento e trinta milhões quinhentos e vinte e seis mil quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos).
Em seguida passa a palavra para o presidente Marcelo, nada mais a ser tratado o presidente agradeceu a presença de todos, da qual, para constar, eu, Silvia Cristina de Oliveira Ferreira, secretaria e membro do Comitê de Investimento, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Membro do Comitê.

MARCELO FLORES DA SILVA
Presidente

GILBERTO BARBOSA SILVA
Gestor de Recursos

SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA FERREIRA
Secretaria

Publicado por:
Marcelo Flores da Silva
Código Identificador:21AAD489

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ATA DA SESSÃO PARA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº: 970/2025
Data: 25/09/2026
Horário de início: 09:00 horas
Local: Prefeitura - Av. Marechal Rondon, nº 984 - Centro

Aos vigésimo quinto dias do mês setembro do ano de 2026, às 09:00hr, reuniram-se no departamento de combustível situado no prédio da prefeitura municipal, a comissão de levantamento de preço de combustível, designada pela Portaria nº 271/PMS/GAB/2025, conforme art. 20 parágrafo único da IN.º 01/2020 com a finalidade de realizar a sessão de apresentação de propostas de preços para realização dos Abastecimentos de veículos e máquinas no mês de Outubro de 2026.
Conforme previsto no aviso e na IN.º 01/2020, compareceu três posto credenciado apresentou seu envelope contendo as propostas de preços, sendo registrado o seguinte participantes:
1. R. T. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA – CNPJ nº 10.491.743/0001-65
2. NETO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA – CNPJ nº 53.135.868/0001-65
3. AUTO POSTO FRARE LTDA - CNPJ nº 08.593.602/0001-01
Procedeu-se à abertura do envelope contendo as propostas de preço, tendo sido verificado o atendimento às exigências quanto à forma de apresentação e conteúdo.
Após a análise, foram registrada a seguinte propostas:

ITEm	DESCRIÇÃO	ESP.	R. T. COMÉRCIO	NETO COMERCIO	AUTO POSTO FRARE
1.	GASOLINA	LT.	R$ 7,10	R$ 7,08	R$ 7,25
2.	DIESEL S-10	LT.	R$ 7,80	R$ 6,97	R$ 7,55
3.	DIESEL COMUM	LT.	R$ 7,50	R$ 6,88	R$ 7,25

A sessão prosseguiu com a fase de classificação das propostas por itens, sendo vencedora a empresa que apresentou o menor valor por item, conforme registrado abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	ESP.	VL. UNIT	EMPRESA VENCEDORA
1.	GASOLINA	LT.	R$ 7,08	NETO COMERCIO LTDA
2.	DIESEL S-10	LT.	R$ 6,97	NETO COMERCIO LTDA
3.	DIESEL COMUM	LT.	R$ 6,88	NETO COMERCIO LTDA

Encerrada esta fase, a Comissão declarou a sessão encerrada.
Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, vai por mim assinada e pelos demais presentes.

Seringueiras, 25 de setembro de 2026.

_____
FABIO JUNIOR ROMÃO DE BARROS

_____
MAYLLON FELIPE WICISNECKI

_____
LANDERSON DO AMARAL

_____
R. T. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

_____
NETO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Publicado por:
Fabio Junior Romão de Barros
Código Identificador:74E421E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ATA Nº 001/2026

ATA Nº 001/2026

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Seringueiras, realizou-se reunião para tratar da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), referentes ao exercício de 2027.
Estiveram presentes o Prefeito Municipal, Armando Bernado da Silva; o Vice-Prefeito, Claudio Pirouzi; a Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento, Adriana Correia da Silva; o Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Milton Cesar Pereira; a Secretária Municipal de Administração, Valdirene C. de Oliveira Rocha; a Secretária Municipal de Saúde, Bruna Inacio Xavier; a Secretária Municipal de Assistência Social, Vera Leite; o Secretário Municipal de Obras, Deroz Gomes da Silva; a Secretária Municipal de Educação, Michelle de Andrade; o Chefe de Gabinete e Secretário Municipal Interino de Agricultura e Meio Ambiente, Brendon Bernardo da Silva; e a Controladora Interna, Euzania Cristina Silva Santos.
Durante a reunião, foram apresentadas e discutidas as ações propostas por cada secretaria, bem como a previsão de aplicação dos recursos por natureza de despesa. Também foi registrada a disponibilização, no site da Prefeitura, de questionário para participação popular, com o recebimento de respostas da população. Ao final, foram concluídas as discussões relativas à elaboração das peças orçamentárias.
Nada mais havendo a tratar, eu, Adriana Correia da Silva, lavrei a presente ata, que, após lida e considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais presentes.

ASSINATURAS DOS PRESENTES
Gabinete do Prefeito
Armando Bernado da Silva
Prefeito Municipal

Claudio Pirouzi
Vice-Prefeito

Brendon Bernardo da Silva
Chefe de Gabinete e Secretário Municipal Interino de Agricultura e Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
Adriana Correia da Silva

Secretaria Municipal de Administração
Valdirene C. de Oliveira Rocha

Secretaria Municipal de Saúde
Bruna Inacio Xavier

Secretaria Municipal de Assistência Social
Vera Leite

Secretaria Municipal de Obras
Deroz Gomes da Silva

Secretaria Municipal de Educação
Michelle de Andrade

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Milton Cesar Pereira

Controladoria Interna
Euzania Cristina Silva Santos
Controladora Interna

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:4FF0E23D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 117/DCL/2026

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº2229/SEMAD/2026.

O VALOR TOTAL PREVISTO: **R$ 100.731,65 (cem mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos).**

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que se encontra instaurada a Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 117/DCL/2026**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, que será julgada pelo **MENOR PREÇO POR ITEM** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO E ENFEITES NATALINOS.**

INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **a partir das 09h00min, horário de Brasília/DF, do dia 09/10/2026.**

Todas as informações oficiais pertinentes o presente certame poderá ser acessadas nos sites: http://www.seringueiras.ro.gov.br/> Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e local **www.licitanet.com.br** Maiores informações através do telefone (0xx) -69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras - RO, 25 de setembro de 2026

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:DBE9AE97

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 118/DCL/2026

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE – SEMSAU.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº2288/SEMSAU/2026.
O VALOR TOTAL PREVISTO: **R$ 26.695,02 (vinte e seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais e dois centavos).**

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que se encontra instaurada a Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 118/DCL/2026**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, que será julgada pelo **MENOR PREÇO POR LOTE** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O ANALISADOR BIOQUÍMICO AUTOMÁTICO SX-160/SINMOWA.**

INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **a partir das 09h00min, horário de Brasília/DF, do dia 09/10/2026.**

Todas as informações oficiais pertinentes o presente certame poderá ser acessadas nos sites: http://www.seringueiras.ro.gov.br/> Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e local **www.licitanet.com.br** Maiores informações através do telefone (0xx) -69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras - RO, 25 de setembro de 2026

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:9AC2C585

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO N 202-2026

MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS
ESTADO DO: RO
Exercício: 2026
Decreto n° 202/2026 de 24/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS, RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2222/2025 de 30/10/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.006		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
02.006.12.361.0004.2.030		MANUTENCAO DA SEMECE 5% E 25%	
72 - 3.1.90.94.00.00	15000100	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	20.000,00
02.006.12.361.0004.2.033		MANUTENCAO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL	
87 - 3.1.90.11.00.00	15400300	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	165.000,00
02.006.12.365.0004.2.054		MANUTENCAO FUNDEB 70% - ENSINO INFANTIL	
104 - 3.1.90.13.00.00	15400100	OBRIGACOES PATRONAIS	1.000,00
		Total Suplementação:	186.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

Redução			
02		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.006		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
02.006.12.361.0004.2.030		MANUTENCAO DA SEMECE 5% E 25%	
70 - 3.1.90.11.00.00	15000100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
02.006.12.361.0004.2.033		MANUTENCAO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL	
87 - 3.1.90.11.00.00	15400100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	165.000,00
02.006.12.365.0004.2.054		MANUTENCAO FUNDEB 70% - ENSINO INFANTIL	
103 - 3.1.90.11.00.00	15400100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
		Total Redução:	186.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS, Estado do RO, em 24 de setembro de 2026.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:93E65714

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO N 203-2026

MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS
ESTADO DO: RO
Exercício: 2026
Decreto n° 203/2026 de 24/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS, RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2376/2026 de 24/09/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de

R$26.250,00 (vinte e seis mil e duzentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.008		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
02.008.26.122.0006.2.039		MANUTENCAO DA SEMOSP	
123 - 3.1.90.13.00.00	15000000	OBRIGACOES PATRONAIS	26.250,00
Total Suplementação:			26.250,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

Redução			
02		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.008		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
02.008.26.122.0006.2.039		MANUTENCAO DA SEMOSP	
126 - 3.3.90.08.00.00	15000000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	26.250,00
Total Redução:			26.250,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS, Estado do RO, em 24 de setembro de 2026.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:E1F2C4AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS**, ARMANDO BERNARDO DA SILVA,** no desempenho de suas atribuições legais, **CONVOCA** os (as) candidatos (as) abaixo relacionados(as), observada a ordem de classificação dos aprovados no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, nos termos das Leis Municipais nº 048/94 e 2.296/2026 e demais comunicações de direito, para provimento de Cargos Públicos Temporários do Município de Seringueiras - RO, cujo Resultado Final foi homologado em 27 de maio de 2026, pelo Decreto nº 100/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - AROM em 28 de maio de 2026, edição nº 4242, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Seringueiras - RO, junto ao Departamento de Recursos Humanos no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste edital, munidos dos documentos exigidos originais e fotocópias, para assinatura do contrato no seu respectivo cargo e entrar em exercício.

1 – PROFESSOR PEDAGOGO - 40 HORAS (EDUCAÇAO)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
105º	MARIA JACINARIA DE PAIVA	47,50
106º	ROSANE DA SILVA	47,50
107º	NILDA LOPES DE SOUZA	47,00
108º	JOSIANE ARAUJO	47,00
109º	TATIANE SILVA DE SOUZA ROHR	47,00
110º	GLEICI KELY RIBEIRO DE OLIVEIRA	47,00
111º	MARIA CRISTINA P. BELLON	46,50
112º	MIRIAN APARECIDA MARCO BALBINO	46,00
113º	LUZIA CUSTODIO	46,00
114º	ANDREIA DE SOUZA L. DA SILVA	46,00
115º	MARISA DA SILVA ALMEIDA	46,00
117º	ALVINA SANTANA DE SOUZA RAFAIM	47,50
118º	JOSELITA PEREIRA DA LUZ ALVES	46,00
119º	SERGIO NASCIMENTO LOPES	46,00
120º	TANIA CRISTINA DE OLIVEIRA	45,00
121º	ZENILDA NUNES	45,00
122º	ROSANGELA GONÇALVES DA COSTA	45,00
123º	WANDERLEIA ISABEL PIVATTO	45,00
124º	MARLUCE AGUILAR GOMES CARVALHO	45,00

2 – MERENDEIRA- 40 HORAS (EDUCAÇAO)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
23º	JANE CLEIA HAASE	60,00
24º	JESSICA TESCH	60,00
25º	ALINE VIEIRA GOMES DOS SANTOS	55,00
26º	LEIDINALVA DA SILVA	55,00
27º	CLEUDES IZABEL DA SILVA	50,00
28º	SANDRA LACERDA DE SOUZA	50,00

3– MONITOR DE PATIO- 40 HORAS (EDUCAÇAO)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
2º	JULIANO LOPES FARIAS	100,00
3º	CLEIDIANE SCHUNK	95,00

4– MEDIADOR DE SALA- 40 HORAS (EDUCAÇAO)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
1º	LINDAMARA DOS SANTOS BELARMINO CANDIDO	100,00

5 – ZELADORA- 40 HORAS (EDUCAÇAO)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
5º	GREICIELY AUGUSTINHO DE ROCO	100,00
6º	ADRIANA TEIXEIRA SANTOS ZANGALLI	100,00
7º	KAMILA BORGES	100,00
8º	TATIANE GRACIOLE	100,00
9º	LEIDIANE DE OLIVEIRA FELBER	100,00
10º	MARINALVA AMARO DOS SANTOS	90,00

6– AUXILIAR DE CRECHE- 40 HORAS (EDUCAÇAO)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
5º	ANA CAROLINA ROCHA DE BRITO	100,00
6º	VANUZA TOSTES DA SILVA	95,00

7– AUXILIAR DE CRECHE (PCD)- 40 HORAS (EDUCAÇAO)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
17º	MARIA APARECIDA GOMES	50,00

8– CUIDADOR DE CRIANÇAS- 40 HORAS (EDUCAÇAO)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
11º	ELIANE ROZENO GUIMARÃES	100,00
12º	JOELSON SOARES DA SILVA	95,00
13º	ALESSANDRA FRAGA GABRECHT	95,00

9– NUTRICIONISTA - 40 HORAS (EDUCAÇAO)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
1º	GEAN TIMOTEO DOS SANTOS	62,50

10– TECNICO EM ENFERMAGEM - 40 HORAS (SAÚDE)

Classificação	Nome do Candidato	Nota
21º	DIENE FERNANDA N. DA COSTA	100,00

RELAÇAO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS

a) 01 (uma) foto 3 x 4 atual;
b) Cópia da Carteira de Identidade (RG);
c) Cópia do comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
d) Cópia do Título de Eleitor e quitação eleitoral (comprovante de votação da última eleição);
e) Cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);
f) Cópia da Carteira de trabalho (pagina da foto e pagina dos dados pessoais); ou carteira digital impressa.
g) Cópia do PIS ou PASEP (deverá ser apresentado um comprovante oficial da inscrição);
h) Certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais, expedida Justiça Estadual de onde reside nos últimos 5 (cinco) anos;
i) Certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais expedida pelo Foro da Justiça Federal de onde reside nos últimos 05 (cinco) anos;
j) Certidão negativa de débitos TCE-RO.
k) Cópia do Registro no Órgão de Classe (Caso seja pré-requisito para investidura no cargo);
l) Certidão Negativa do Órgão de Classe Competente (declarando se está apto para o exercício da profissão);
m) Cópia da Declaração de Dados bancários; (Comprovante de Conta Bancária Banco do Brasil – caso não possua conta no Banco do Brasil será emitido documento após assinatura do contrato para abertura desta);
n) Cópia de Comprovante de Residência atualizado (conta de água, luz ou telefone, etc.) ou Declaração (reconhecida firma);
o) Cópia da Certidão de nascimento ou, se casado, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável com firma reconhecida em Cartório,
p) CPF e RG do cônjuge.
q) Cópia de Certidão de Nascimento e CPF dos dependentes (filhos) menores de 21 anos;

r) Cópia do Comprovante de Escolaridade exigido para o cargo, conforme Edital;
s) Atestado de Saúde Ocupacional (A.S.O) emitido por profissional médico.
t) Declaração de Bens e Valores com firma reconhecida em cartório ou assinada e autenticada pela conta gov.br;
u) Declaração que não ocupa cargo ou função pública ou privada que cause incompatibilidade com o cargo a que será nomeado com firma reconhecida em cartório ou assinada e autenticada pela conta gov.br;
Todas as cópias dos documentos deverão ser autenticadas em cartório, ou apresentação do original que será certificada confere com original por membros da contratação.

Seringueiras-RO, 25 de setembro de 2026.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:6C735917

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PARECER COMPLEMENTAR Nº 01/CME/2026 REFERENTE AO PARECER Nº 11/CME/2025

PARECER COMPLEMENTAR Nº 01/CME/2026
Referente ao Parecer nº 11/CME/2025 – Processo nº 015/CME/2025
I – RELATÓRIO
O presente Parecer Complementar tem por finalidade complementar o Parecer nº 11/CME/2025, aprovado por este Conselho Municipal de Educação, referente à análise e aprovação das Matrizes Curriculares das escolas de Educação Integral em Tempo Integral do Sistema Municipal de Educação de Seringueiras-RO.
Após revisão do documento, verificou-se que, na descrição dos componentes curriculares que compõem a organização curricular do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, não foram mencionados os componentes **Direitos Humanos** e **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, embora estes constem nas Matrizes Curriculares encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação e analisadas por este Conselho.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Considerando que os componentes curriculares supracitados integram a proposta curricular aprovada e contribuem para a formação integral dos estudantes, faz-se necessária a complementação do Parecer nº 11/CME/2025, a fim de garantir o fiel registro das informações constantes nas Matrizes Curriculares das Escolas de Educação Integral em Tempo Integral.
Dessa forma, onde consta:
O Ensino Fundamental I – anos iniciais é estruturado com as Áreas do Conhecimento e Componentes Curriculares – **Linguagens:** Língua Portuguesa, Educação Física e Arte – **Matemática:** Matemática, Educação Financeira – **Ciências Humanas:** Geografia e História – **Ciências da Natureza:** Ciências – **Ensino Religioso:** Ensino Religioso. **Computação:** Tecnologias Educacionais, **Diversificadas:** Recreação, Práticas de linguagem, Pensamentos lógicos e Atividades monitoradas.
Passa a constar:
O Ensino Fundamental I – anos iniciais é estruturado com as Áreas do Conhecimento e Componentes Curriculares – Linguagens: Língua Portuguesa, Educação Física e Arte; Matemática: Matemática e Educação Financeira; Ciências Humanas: Geografia e História; Ciências da Natureza: Ciências; Ensino Religioso: Ensino Religioso; Computação: Tecnologias Educacionais; **Diversificadas:** Recreação, Práticas de linguagem, Pensamentos lógicos e Atividades monitoradas, além dos componentes curriculares Direitos Humanos e Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, conforme previsto nas Matrizes Curriculares aprovadas.
III – CONCLUSÃO
Fica complementado o Parecer nº 11/CME/2025 para inclusão dos componentes curriculares **Direitos Humanos** e **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, permanecendo inalterados os demais termos, fundamentos, conclusões e decisões constantes do referido parecer.

Seringueiras-RO, 25 de setembro de 2026.

ROSILEY EMILIANO COVRE
Conselheira Relatora

Publicado por:
Uanderson Alves Dos Reis
Código Identificador:4914FB6E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Termo Aditivo de Contrato nº 02/2026
Contrato nº 006/CMT/2024
Processo Administrativo nº 042/2024 – 03º Volume

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.
Contratada: SOLUTION WEB DESIGN LTDA.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e a suplementação do valor do contrato supracitado.

Prazo de Vigência: Fica prorrogado por 12 (doze) meses, com vigência de 02 de outubro de 2026 a 02 de outubro de 2027.
Valor do Aditivo: O valor mensal do contrato fica estabelecido em R$ 2.856,64 (dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), totalizando, para o período de 12 (doze) meses, o valor de R$ 34.279,68 (trinta e quatro mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas correrão à conta da dotação orçamentária: Função/Programa 01.031.0001.2001.0000, Elemento de Despesa 3.3.90.40.00
Ficha 12.

Teixeirópolis/RO, 25 de setembro de 2026.

Assinam:
SOLUTION WEB DESIGN LTDA.
ELIZEU RODRIGUES
VALÉRIA BATISTA CARREIRO

Publicado por:
Marli Silva Santos
Código Identificador:C633CC7B

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Termo Aditivo de Contrato nº 02/2026
Contrato nº 005/CMT/2024
Processo Administrativo nº 042/2024 – 03º Volume

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.
Contratada: SISPEL – SISTEMAS INTEGRADOS DE SOFTWARE LTDA.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e a suplementação do valor do contrato supracitado.

Prazo de Vigência: Fica prorrogado por 12 (doze) meses, com vigência de 02 de outubro de 2026 a 02 de outubro de 2027.
Valor do Aditivo: O valor mensal do contrato fica estabelecido em R$ 9.257,64 (nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), totalizando, para o período de 12 (doze) meses, o valor de R$ 111.091,68 (cento e onze mil, noventa e um reais e sessenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas correrão à conta da dotação orçamentária: Função/Programa 01.031.0001.2001.0000, Elemento de Despesa 3.3.90.40.00
Ficha 12.

Teixeirópolis/RO, 25 de setembro de 2026.

Assinam:
SISPEL – SISTEMAS INTEGRADOS DE SOFTWARE LTDA.
ELIZEU RODRIGUES
VALÉRIA BATISTA CARREIRO

Publicado por:
Marli Silva Santos
Código Identificador:6D1FC903

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 230/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Transposição de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de TEIXEIRÓPOLIS e autorização contida na Lei Municipal nº 1347/2025, de 19 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 181.162,47, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
02.000 - EXECUTIVO
02.002 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE
02.002.4.812.8.2009-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

R$181.162,47

2.500.0000.0000 (SF) - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE 181.162,47
Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:
02.000 - EXECUTIVO
02.006 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INFRA. E MEIO AMBIENTE
02.006.15.452.16.2067-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$181.162,47
2.500.0000.0000 (SF) - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE 181.162,47

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 25 de Setembro de 2026.

ANDERSON RAMIRES DE OLIVEIRA
..791-** Contador

OSMY TOLEDO DE SOUZA
..472-** Prefeito Municipal

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:4A4EF7A9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 231/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de TEIXEIRÓPOLIS e autorização contida na Lei Municipal nº 1346/2025, de 19 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 31.298,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
03.000 - EDUCAÇÃO
03.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
03.001.12.361.10.2012-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO

R$16.498,00

1.500.0025.1001 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE 16.498,00

03.000 - EDUCAÇÃO
03.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
03.001.12.365.9.2013-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO R$14.800,00
1.500.0025.1001 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE 14.800,00
Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:
03.000 - EDUCAÇÃO
03.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
03.001.12.361.10.2012-3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE R$16.498,00
1.500.0025.1001 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE 16.498,00

03.000 - EDUCAÇÃO
03.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
03.001.12.365.9.2013-3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE R$8.800,00
1.500.0025.1001 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE 8.800,00
03.001.12.365.9.2013-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA R$6.000,00
1.500.0025.1001 RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE 6.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 25 de Setembro de 2026.

ANDERSON RAMIRES DE OLIVEIRA
..791-**
Contador

OSMY TOLEDO DE SOUZA
..472-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:18B36E5F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Dispõe sobre a convocação de audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2026, em conformidade com o §4º do art. 9º da Lei Complementar nº 141/2012 (Lei que regulamenta o financiamento doSistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRÓPOLIS – RO, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao disposto no §4º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 – Lei que regulamenta o financiamento doSistema Único de Saúde (SUS).
CONSIDERANDO a obrigatoriedade de o Poder Executivo demonstrar e avaliar, ao final de cada quadrimestre, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
CONSIDERANDO a importância da participação popular e da transparência na gestão fiscal do Município;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei complementar n° 141/2012, no "Art.36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao Quadrimestre anterior, o qual conterá no mínimo as seguintes informações:
Montante e fonte dos recursos aplicados no período;
Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;
Oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.
§5°O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que se trata o caput."
A Secretaria Municipal de Saúde elaborou o presente Relatório Quadrimestral Detalhado (RQD), envolvendo o gestor municipal e os técnicos de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde, em um formato que integra as informações exigidas na Lei 141/2012, e permite maiores análises na sua construção.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica convocada a audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2026, a ser realizada no dia 29 de setembro de 2026, às 10h00, no auditório da Câmara Municipal de Teixeirópolis.
§1º – A audiência pública será gravada em vídeo e transmitida ao vivo pela página oficial da Prefeitura Municipal no Facebook, no endereço: https://www.facebook.com/prefeituramunicipaldeteixeiropolis/.
§2º – Ficam convidados todos os munícipes, autoridades locais, representantes de órgãos públicos e demais interessados a participarem da audiência pública, para tomarem ciência e contribuírem com a discussão dos resultados fiscais apresentados, em atendimento ao disposto no §4º do art. 36 da Lei que regulamenta o financiamento doSistema Único de Saúde (SUS). Art. 2º – Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Teixeirópolis – RO, 25 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:B568C82A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato Nº 033/PJM/2026
Processo nº: 00433-7.07.01-2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeirópolis/RO
Contratado**: M.L.J. DANTAS ME**

Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LINK DE ACESSO DEDICADO E REDUNDANTE À INTERNET POR MEIO DE IP – "INTERNET PROTOCOL", COM VELOCIDADE MINIMA DE 100 MBPS (CEM) MEGABITS POR SEGUNDO, COM 99,6% DE DISPONIBILIDADE MENSAL OU SUPERIOR, ENGLOBANDO O SUPORTE TÉCNICO, O TRANSPORTE DO SINAL DA PRESTADORA DO SERVIÇO ATÉ AS INSTALAÇÕES, USANDO INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA E MODENS (NÃO USAREMOS OS ROTEADORES DA EMPRESA, CONTINUAREMOS A USAR OS EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPLIS). FORNECIMENTO DE 01 (UM) IP FIXO. LOCAL DE USO: SEDE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE TEIXEIRÓPOLIS,
RUA LUIZ BORGES, S/N, BAIRRO SETOR 02, para atender às necessidades da **GABINETE DO PREFEITO**, conforme especificado na **Ata de Registro de Preço nº 053,** Termo de Referência e Edital de Licitação.

Valor: Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 17.640,00 (dezessete mil e seiscentos e quarenta reais),** com pagamento mensal no valor de **R$ 1.470,00 (um mil e quatrocentos e setenta reais).**

Prazo: O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

Data da formalização: Teixeirópolis/RO, 24 de setembro de 2026.

Assinam:
M.L.J. DANTAS ME
OSMY TOLEDO DE SOUZA
HELENILSON ANDERSON AMORIM LENK

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:A8A670D0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE VALOR AO CONTRATO Nº. 042/PMT/SEMAF/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1741/SEMAF/2025

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
CNPJ: 84.727.601/0001-90
Parte 2: PÚBLICA SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº 04.804.931/0001-01

O Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A LOCAÇÃO DE SISTEMAS ESTRUTURANTES DE TI, CONTEMPLANDO DE SOFTWARE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTROLE PARA O MUNICÍPIO DE THEOBROMA/RO, EXECUTIVO E LEGISLATIVO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS.

Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o Prazo do contrato deste Termo aditivo por mais **12 (Doze) Meses**, sendo o dia **01/10/2026 como data inicial e 01/10/2027 como término da vigência.**

Reajuste de Valor R$** Fica Reajustado ao contrato nº 042/PMT/SEMAF/2025 para o novo período de vigência de 12 (doze) meses, o **valor mensal global do contrato será de R$ 50.654,86 (Cinquenta mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), correspondendo ao valor anual de R$ 607.858,32 (Seiscentos e sete mil Oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Órgão/Entidade	Valor mensal reajustado	Valor anual reajustado
Executivo – Prefeitura Municipal	R$ 41.411,24	R$ 496.934,88
Legislativo – Câmara Municipal	R$ 5.564,72	R$ 66.776,64
Instituto de Previdência – IPT/RPPS	R$ 3.678,90	R$ 44.146,80
TOTAL	R$ 50.654,86	R$ 607.858,32

Theobroma/RO, 25 de Setembro de 2026

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:2A7D76DF

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 - SUPEL TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Órgão Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Processo nº 632-2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE INTEGRADO DE GESTÃO EDUCACIONAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES NA MODALIDADE LICENÇA DE USO.

Valor estimado de **R$ 121.666,67 (cento e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**

Data para cadastro de propostas: 29/09/2026, a partir das 08H00min, finalizando às 09h59min do dia 13/10/2026. Início da Sessão Pública: **13 DE OUTUBRO DE 2026, às 10h00min** (Horário de Brasília).

Local da disputa virtual: www.licitanet.com.br **(Licitanet)**.

A retirada do Edital e seus anexos completo poderá ser efetuada gratuitamente através do portal transparência do Município https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/

Informações Complementares na Superintendência Municipal de Licitações, sito a Av. Treze de Fevereiro, nº. 1431, Centro, de segunda a sexta-feira, das 07h00min, às 13h00min, exceto feriado. e-mail "**supel@theobroma.ro.gov.br**".

Theobroma/RO, em 25 de Setembro de 2026.

EDIVALDO DIAS DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Ranielly Hell Raasch
Código Identificador:9F4D3E4A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL, 24 DE SETEMBRO DE 2026.
THEOBROMA/RO, 24 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em acordo com a Lei Orgânica Municipal.

Considerando as Leis Municipais nº 36/1995 e suas alterações;

Considerando o processo administrativo nº 1540/2026;

Considerando o Parecer Jurídico 0 de 22/09/2026 (ID 162653);

R E S O L V E

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora **SIRLENE FERREIRA DE LIMA**, cargo Zeladora, matrícula nº 840, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Art. 2º O período do gozo de licença-prêmio será do dia **07/10/2026 a 04/01/2027.**

Art. 3º A servidora deverá cumprir os procedimentos legais e administrativos para formalizar o gozo da licença-prêmio, conforme as orientações do setor de Recursos Humanos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:3F817ED4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista dos pareceres da Superintendência municipal de Licitações e Jurídico, resolve:

01 – **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** nos termos do Art. 71, Inciso IV da Lei Federal nº: 14.133/21 e posteriores alterações, a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº	1210/2026
b) Licitação Nº	032/2026
c) Modalidade	PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação	25/09/2026
e) Objeto da Homologação	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) AUTOMÓVEL PARA ATENDER AO ESF URBANO JOSÉ JULIÃO DE SOUZA (CNES: 7022484), LOCALIZADO NA AVENIDA 13 DE FEVEREIRO, Nº 1220, SETOR 01, MUNICÍPIO DE THEOBROMA - RO, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 0005.007733-91, PROPOSTA Nº 0700/2025 14, ORIUNDO DE REPASSE FUNDO A FUNDO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU/RO PARA O MUNICÍPIO DE THEOBROMA - RO.

f) Fornecedor declarado vencedor após realização do certame licitatório.
Fornecedor: TIGRAO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
CNPJ N° 05.880.596/0001-85
Valor Total Homologado - R$ 159.900,00 (cento e cinquenta e nove mil e novecentos reais).

Theobroma, 25 de Setembro de 2026

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ranielly Hell Raasch
Código Identificador:0346F654

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ
CONCESSÃO DE DIARIA-SERVIDOR HARRISON JHONATHA JENSEN STEIN P/PORTO VELHO/RO

CAMARA MUNICIPAL DE URUPA
CNPJ: 63.789.416/0001-50
Proposta e Concessão de Diárias

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante: CAMARA MUNICIPAL DE URUPÁ/RO				
Proponente (Dirigente/Chefe Imediato)			**Cargo/Função/Matrícula**	
JARBAS LUIS DE ALMEIDA			PRESIDENTE	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) HARRISON JHONATHA JENSEN STEIN			**Cargo/Função/Matrícula** AUX.ADM. /OUVIDOR GERAL MATRICULA 11968	
CPF	**Identidade**	**Banco**	**Agência**	**Conta Corrente**
026.***.402-**	.***698-2/SESDEC/SP	1	40***-X	20.****-0

DADOS DA VIAGEM

Destino: **PORTO VELHO/RO**	**Meio de Transporte**	**Data de Início** 28/09/2026	**Data de Retorno** 30/09/2026
Motivo da Viagem: 0 SENHOR HARRISON JHONATHA JENSEN STEIN/ AUX.ADM. /OUVIDOR GERAL; ESTARÁ REALIZANDO VIAGEM PARA CIDADE PORTO VELHO/RO, PARA PARTICIPAR DO CURSO PRESENCIAL "A OUVIDORIA COMO AGENTE DE MUDANÇA: CONSTRUINDO UMA CULTURA DE EXCELÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA" PROMOVIDO PELO TCE/RO.			
Proponente: _____ (Assinado Eletronicamente) JARBAS LUIS DE ALMEIDA Data: ___/___/_____ PRESIDENTE			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Localização	UFUR (65,60)	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
PORTO VELHO/RO	11(UFUR)	02 e ½	721,60	1.804,00
TOTAL				1.804,00

Publicado por:
Elizabete Cavalcanti da Silva
Código Identificador:F9E404F4

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ
CONVOCAÇÃO

Aos Ilmos Srs. Vereadores
Urupá – RO

Convocação:

O Presidente da Câmara Municipal de Urupá-RO Jarbas Luís De Almeida, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONVOCA, os senhores vereadores para participarem da Sessão Extraordinária, que será realizada no dia 01 de OUTUBRO, de 2026 (quinta-feira) que dará início as 09:00hrs

PAUTA – DELIBERAR SOBRE:

ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O 2º BIÊNIO DA LEGISLATURA 2027-2028:

Nos termos do **art. 8º, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urupá**, a eleição da Mesa Diretora para o 2º Biênio ocorrerá sob a direção da Mesa em exercício, observando-se as disposições regimentais pertinentes.

JARBAS LUÍZ DE ALMEIDA
Presidente
CMUR LEG.2025-2028

Publicado por:
Eliane Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:00FADBA1

DIVISÃO DE RECEITAS
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - URUPA - RO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, de 25 de Setembro de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].
Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
EDERSON JOSE DA SILVA	612.677.832-49	0977 /00007/2026

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: FABIO DUTRA DA SILVA Matrícula: 00058342

Cargo: Secretária do Município de Fazenda / 18 Assinatura:
Data de afixação: 25/09/2026
Data de desafixação:10/10/2026

Publicado por:
Elenilza Santos da Silva Mendes
Código Identificador:AECDC85C

DIVISÃO DE RECEITAS
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - URUPA - RO

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00028, de 25 de Setembro de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
JUAREZ DA CUNHA (ESPÓLIO DE)	357.560.987-04	0977/00037/2026

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: FABIO DUTRA DA SILVA Matrícula: 00058342

Cargo: / 18 Assinatura:
Data de afixação: 25/09/2026
Data de desafixação:10/10/2026

Publicado por:
Elenilza Santos da Silva Mendes
Código Identificador:32D65084

DIVISÃO DE RECEITAS
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - URUPA - RO

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00029, de 25 de Setembro de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
OSVALDO BENTO SIMOES	211.132.469-87	0977/00033/2026
OSVALDO BENTO SIMOES	211.132.469-87	0977/00034/2026
OSVALDO BENTO SIMOES	211.132.469-87	0977/00035/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		

Nome: FABIO DUTRA DA SILVA Matrícula: 00058342
Cargo: / 18 Assinatura:

Data de afixação: 25/09/2026
Data de desafixação:10/10/2026

Publicado por:
Elenilza Santos da Silva Mendes
Código Identificador:00AC4724

PROCURADORIA JURIDICA
LEI N. 1.264/2026

LEI N. 1.264/2026 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui o Fundo Municipal de Infraestrutura e Habitação – FMIHA no Município de Urupá/RO e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E DA NATUREZA DO FUNDO

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Infraestrutura e Habitação – FMIHA, com objetivo de captar, gerenciar e aplicar recursos voltados ao investimento em infraestrutura e habitação no âmbito do Município de Urupá.

Art. 2º O FMIHA possuirá natureza exclusivamente contábil e financeira, não implicando na criação de nova estrutura administrativa ou de cargos na administração pública municipal.

Art. 3º O Fundo constituir-se-á como unidade orçamentária vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento – SEMINFRA.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º A gestão, execução e a prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal de Infraestrutura e Habitação competirão ao respectivo Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, na condição de gestor e ordenador de despesas.

Art. 5º Para a devida regularidade, segregação contábil e operacionalização financeira, o Fundo Municipal deverá:

I - Possuir inscrição ativa e própria no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - Manter domicílio bancário em conta corrente específica nas instituições financeiras oficiais, vinculada exclusivamente à movimentação e finalidade dos recursos repassados.

CAPÍTULO III
DAS RECEITAS E DA APLICAÇÃO

Art. 6º Constituem receitas do Fundo Municipal de Infraestrutura e Habitação – FMIHA:

I – Recursos transferidos pelo Estado de Rondônia por intermédio do Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA, ou outro Fundo estadual que venha a sucedê-lo, na modalidade fundo a fundo;

II – rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;

III – recursos decorrentes de operações de crédito legalmente autorizadas destinadas às finalidades do Fundo;

IV – outras receitas legalmente atribuídas.

Art. 7º Os recursos financeiros integrados ao Fundo deverão ser incluídos no orçamento do Município e serão utilizados em ações, obras e serviços de infraestrutura e de habitação.

CAPÍTULO IV
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIDADE

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos observará as normas de controle interno e externo estabelecidas pela legislação federal e municipal, bem como aos regulamentos específicos editados pelos Conselhos inerentes ao fundo e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à gestão dos recursos.

Art. 9º A ausência ou a irregularidade na prestação de contas, bem como à não execução das finalidades previstas nos planos de aplicação dos recursos, sujeitará o Município à suspensão dos repasses financeiros à obrigação de devolução dos recursos recebidos, nos prazos estipulados na legislação correlata.

CAPÍTULO V
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente exercício, crédito adicional especial, observados os requisitos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Fica a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira estabelecida no Anexo Único desta Lei, parte integrante da presente Lei.

Art. 11 As ações financiadas pelo FMIHA deverão guardar compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA vigentes, observando, ainda, a legislação federal, estadual e municipal aplicável.

CAPÍTULO VI
DO COMITÊ GESTOR

Art. 12 Fica criado o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Infraestrutura e Habitação – FMIHA, composto por 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos:

I – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento – SEMINFRA, que o presidirá;

II – Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI;

III – Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ;

IV – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP.

Parágrafo único. Os membros do Comitê Gestor serão designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal. O exercício da função não será remunerado, não gerando direito à percepção de jeton, gratificação ou qualquer outra vantagem, sendo os serviços prestados considerados de relevante interesse público.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, mediante Decreto, observadas as disposições da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis ao Fundo.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Revoga-se a Lei n. 1.245 de 20 de julho de 2026.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Urupá/RO, 25 de setembro de 2026.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito

ANEXO ÚNICO DA LEI N. 1.264/2026
DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
(Nos termos do Artigo 16, Inciso II da Lei Complementar Federal n. 101/2000)

O Prefeito Municipal de Urupá, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento às exigências contidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente em seu artigo 16, inciso II, DECLARA:

Que o Projeto de Lei que institui o **Fundo Municipal de Infraestrutura e Habitação – FMIHA** apresenta plena adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes.

Que a criação do referido fundo e a eventual abertura de crédito adicional especial possuem dotação e suporte financeiro provenientes de excesso de arrecadação, superávit financeiro ou anulação parcial de dotações, não gerando impacto negativo nas metas de resultado fiscal do Município estabelecidas para o presente exercício e para os dois subsequentes.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente declaração.

Urupá/RO, 25 de setembro de 2026.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudiney Quirino de Souza
Código Identificador:5F4FE8CB

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N. 153.2026 - SUPRIMENTO DE FUNDOS. CONSUMO E SERVIÇO - ANTÔNIO PEREIRA NETO

PORTARIA N. 153/2026 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

"Estabelece regime de adiantamento ao Sr. ANTONIO PEREIRA NETO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso I da Lei Orgânica do Município, com fundamentos contidos no processo eletrônico n. 900/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer regime de adiantamento para o Sr. **ANTÔNIO PEREIRA NETO**, matrícula n. 58535, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo. Os recursos necessários serão para atender necessidades da Secretaria/Fundo Municipal de Saúde, sendo as despesas de caráter excepcionais e imprevisíveis que não podem ser subordinadas aos procedimentos normais.

Art. 2º Fica o regime de adiantamento concedido através da Funcional Programática: **02.009.04.122.0002.2024. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO.** Para suprimento de consumo e serviço a ser lançado no elemento de despesa abaixo relacionado, por meio do Processo Eletrônico n. 900/2026.

Elementos:

3.3.90.30.00– MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 32.000,00

Art. 3º O período do regime de adiantamento concedido será de 30 (trinta) dias para aplicação contado da disponibilização do recurso financeiro ao servidor, e 20 (vinte) dias para prestação de contas, conforme prevê o Artigo 6º e Capítulo V do Decreto n. 190/2014, que regulamenta a Lei n. 632/2014.

Art. 4º Os processos e demais expedientes relativos aos adiantamentos, após sua aplicação e devida prestação de contas final, ficarão arquivados na Contabilidade à disposição da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Publique-se na forma da Lei.

(Assinado Eletronicamente)
EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito do Município de Urupá-RO

Publicado por:
Johnatan Silva de Sousa
Código Identificador:33B4250B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA FABIANA PORTILHO SENHORINHO

Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Urupá-RO		
Beneficiário:		
FABIANA PORTILHO SENHORINHO		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
Ji-Paraná- RO	25/09/2026	25/09/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora **FABIANA PORTILHO SENHORINHO**, referente ao seu deslocamento, no dia 25 de setembro de 2026, para a cidade de Ji-Paraná – RO, com a finalidade de participar da Reunião de Articulação Institucional com Secretários Municipais de Educação sobre Temas Estratégicos da Educação Pública Municipal, e Formação PAIC/PROALFA para Coordenadores ,Agentes de monitoramento, Formadores e Secretários.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:83107032

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA JOANOS EDIONARDO CARDOSO

Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Urupá-RO		
Beneficiário:		
JOANOS EDIONARDO CARDOSO		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO DO OESTE-RO	24/09/2026	24/09/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária ao servidor **JOANOS EDIONARDO CARDOSO**, na condição de motorista, em razão de seu deslocamento para OURO PRETO DO OESTE – RO no dia 24 de setembro de 2026, conduzir profissionais da Educação para Formação PAIC/PROALFA.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:3C0C6187

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA NILCEIA VIEIRA KELLER OLIVEIRA

Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Urupá-RO		
Beneficiário:		
NILCEIA VIEIRA KELLER OLIVEIRA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO DO OESTE- RO	24/09/2026	24/09/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária a servidora NILCEIA VIEIRA KELLER OLIVEIRA, referente ao seu deslocamento no dia 24 de setembro de 2026 PARA cidade de OURO PRETO DO OESTE - RO, com a finalidade de participar da Formação PAIC/PROALFA destinada a articuladores, agentes de monitoramento, gestores e formadores.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:6B77C716

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA OSVALDO PIRES DE PAULA

Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Urupá-RO		
Beneficiário:		
OSVALDO PIRES DE PAULA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO DO OESTE- RO	24/09/2026	24/09/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária para servidor OSVALDO PIRES DE PAULA, referente ao seu deslocamento no dia 24 de setembro de 2026 PARA cidade de OURO PRETO DO OESTE - RO, com a finalidade de participar da Formação PAIC/PROALFA destinada a articuladores, agentes de monitoramento, gestores e formadores.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:43367CD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA ROSANI BUENO DA SILVA DUTRA RODRIGUES

Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Urupá-RO		
Beneficiário:		
ROSANI BUENO DA SILVA DUTRA RODRIGUES		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO DO OESTE-RO	24/09/2026	24/09/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora ROSANI BUENO DA SILVA DUTRA RODRIGUES, referente ao seu deslocamento no dia 24 de setembro de 2026 PARA cidade de OURO PRETO DO OESTE - RO, com a finalidade de participar da Formação PAIC/PROALFA destinada a articuladores, agentes de monitoramento, gestores e formadores.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:9DE3D425

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA ROSIMEIRE TERTULIANO LUNA

Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Urupá-RO		
Beneficiário:		
ROSIMEIRE TERTULIANO LUNA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO DO OESTE- RO	24/09/2026	24/09/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora ROSIMEIRE TERTULIANO LUNA, referente ao seu deslocamento no dia 24 de setembro de 2026 para cidade de OURO PRETO DO OESTE - RO, com a finalidade de participar da Formação PAIC/PROALFA destinada a articuladores, agentes de monitoramento, gestores e formadores.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:8ECC386D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA SILVANA GOMES LEAL

Unidade/Órgão Requisitante: **Prefeitura Municipal de Urupá-RO**		
Beneficiário:		
SILVANA GOMES LEAL		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO DO OESTE- RO	24/09/2026	24/09/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora **SILVANA GOMES LEAL**, referente ao seu deslocamento no dia 24 de setembro de 2026 para cidade de OURO PRETO DO OESTE - RO, com a finalidade de participar da Formação PAIC/PROALFA destinada a articuladores, agentes de monitoramento, gestores e formadores.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:8B6F7BDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA TIELEN VALENTIM DOS SANTOS

Unidade/Órgão Requisitante: **Prefeitura Municipal de Urupá-RO**		
Beneficiário:		
TIELEN VALENTIM DOS SANTOS		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO DO OESTE- RO	24/09/2026	24/09/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora TIELEN VALENTIM DOS SANTOS, referente ao seu deslocamento no dia 24 de setembro de 2026 para cidade de OURO PRETO DO OESTE - RO, com a finalidade de participar da Formação PAIC/PROALFA destinada a articuladores, agentes de monitoramento, gestores e formadores.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:46A04194

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA WIGMA DE SOUZA PINTO

Unidade/Órgão Requisitante: **Prefeitura Municipal de Urupá-RO**		
Beneficiário:		
WIGMA DE SOUZA PINTO		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO DO OESTE- RO	24/09/2026	24/09/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora **WIGMA DE SOUZA PINTO**, referente ao seu deslocamento no dia 24 de setembro de 2026 para cidade de OURO PRETO DO OESTE - RO, com a finalidade de participar da Formação PAIC/PROALFA destinada a articuladores, agentes de monitoramento, gestores e formadores.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:324ED996

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 11588 PROCESSO 9/2026

DECRETO Nº 11588 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

CRIA E REGULAMENTA A CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO/RO, NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e estabelece requisitos para adesão dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao SISAN;

CONSIDERANDO as normas e orientações da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN relativas à estruturação e adesão dos Municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 11.587/2026, que cria e regulamenta o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Municipal de Vale do Paraíso/RO;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir instância governamental intersetorial destinada à articulação, integração, planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Vale do Paraíso/RO.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, FINALIDADE E VINCULAÇÃO

Art. 1º Fica criada a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal de Vale do Paraíso/RO, instância governamental de gestão intersetorial integrante da estrutura municipal necessária à participação no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
§ 1º A CAISAN Municipal tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades, políticas, programas, projetos e ações da Administração Pública Municipal relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional e ao Direito Humano à Alimentação Adequada.
§ 2º A CAISAN Municipal ficará vinculada administrativamente à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS.
§ 3º A atuação da CAISAN Municipal será desenvolvida de forma articulada com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Municipal, respeitadas as competências próprias de cada instância.

Art. 2º A CAISAN Municipal constitui instância exclusivamente governamental, formada por representantes de órgãos do Poder Executivo Municipal cujas atribuições guardem relação com a Segurança Alimentar e Nutricional.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à CAISAN Municipal:
I – elaborar, a partir das diretrizes e prioridades emanadas pelo CONSEA Municipal e pelas Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN Municipal;
II – estabelecer, no âmbito do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, diretrizes, objetivos, metas, ações, indicadores, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação;
III – coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante articulação permanente com os órgãos e entidades responsáveis pela implementação de

políticas, programas e ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional;
IV – promover a articulação e integração das políticas municipais relacionadas à assistência social, saúde, educação, agricultura, produção de alimentos, abastecimento, meio ambiente, planejamento e demais áreas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional;
V – acompanhar a incorporação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional nos instrumentos de planejamento e orçamento municipal;
VI – acompanhar e monitorar, de forma integrada, a previsão, destinação e aplicação dos recursos destinados às políticas, programas, projetos e ações de interesse da Segurança Alimentar e Nutricional;
VII – promover a compatibilização e a integração das ações municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, evitando sobreposição e buscando complementaridade entre programas e políticas públicas;
VIII – solicitar aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;
IX – apresentar periodicamente ao CONSEA Municipal relatórios, dados e informações necessários ao acompanhamento e monitoramento da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
X – monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
XI – acompanhar e apoiar a implementação das deliberações das Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no que couber ao Município;
XII – contribuir para o desenvolvimento de ações destinadas à promoção e proteção do Direito Humano à Alimentação Adequada;
XIII – identificar situações e grupos populacionais em condição de vulnerabilidade ou Insegurança Alimentar e Nutricional e propor ações intersetoriais para seu enfrentamento;
XIV – promover articulação com órgãos e entidades estaduais e federais responsáveis pelas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional;
XV – acompanhar os procedimentos necessários à adesão, permanência e regularidade do Município junto ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
XVI – apoiar tecnicamente os órgãos municipais na execução das ações relacionadas ao SISAN;
XVII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
XVIII – exercer outras atribuições relacionadas à gestão intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional.

CAPÍTULO III
DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 4º O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN Municipal será elaborado de forma intersetorial pela CAISAN Municipal, com base:
I – nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONSEA Municipal;
II – nas deliberações das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional;
III – no diagnóstico da situação de Segurança Alimentar e Nutricional do Município;
IV – nas políticas, programas, projetos e ações executados pelos órgãos municipais;
V – nas diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Art. 5º O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá:
I – conter diagnóstico da situação de Segurança Alimentar e Nutricional e de Insegurança Alimentar e Nutricional no Município;
II – possuir caráter intersetorial;
III – estabelecer diretrizes, objetivos, metas e ações;
IV – identificar as responsabilidades dos órgãos e entidades municipais envolvidos;
V – indicar, quando possível, as fontes de recursos necessárias à implementação das ações;
VI – contemplar estratégias destinadas aos diferentes grupos populacionais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade e Insegurança Alimentar e Nutricional;
VII – estabelecer mecanismos e indicadores para acompanhamento, monitoramento e avaliação;
VIII – considerar a diversidade social, cultural, econômica e territorial da população municipal;
IX – observar os princípios e diretrizes estabelecidos pela legislação do SISAN.

Art. 6º O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será quadrienal e terá vigência correspondente ao Plano Plurianual – PPA.
Parágrafo único. O Plano será revisado a cada 2 (dois) anos, com base nas orientações da CAISAN Municipal, nas propostas e recomendações do CONSEA Municipal, nas deliberações das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional e nos resultados do acompanhamento e monitoramento de sua execução.

Art. 7º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações integrantes da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional serão de responsabilidade dos órgãos e entidades municipais competentes, de acordo com a natureza de cada ação e observadas as respectivas atribuições legais.
Parágrafo único. A CAISAN Municipal exercerá função de articulação, acompanhamento e monitoramento, não substituindo os órgãos municipais responsáveis pela execução administrativa, financeira ou orçamentária das respectivas políticas e programas.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO

Art. 8º A CAISAN Municipal será integrada pelos mesmos representantes governamentais titulares e suplentes do CONSEA Municipal, sendo composta por representantes dos seguintes órgãos:
I – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS;
II – Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU;
III – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo – SEMECE;
IV – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente – SEMAPEM.
§ 1º Cada órgão contará com 1 (um) representante titular e respectivo suplente, correspondentes aos representantes governamentais do mesmo órgão junto ao CONSEA Municipal.
§ 2º Os representantes governamentais titulares e suplentes serão designados por ato específico do Chefe do Poder Executivo Municipal.
§ 3º A substituição de representante poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante indicação do titular da Secretaria correspondente e posterior formalização administrativa.

CAPÍTULO V
DA PRESIDÊNCIA E DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Art. 9º A CAISAN Municipal será presidida pelo representante titular da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS.
§ 1º Nas ausências e impedimentos do Presidente, a Presidência será exercida por membro governamental definido na forma do Regimento Interno.
§ 2º Compete ao Presidente:
I – representar institucionalmente a CAISAN Municipal;
II – convocar e presidir suas reuniões;
III – estabelecer, em conjunto com a Secretaria-Executiva, a pauta das reuniões;
IV – articular a participação dos órgãos integrantes;
V – encaminhar aos órgãos competentes as decisões e deliberações da CAISAN;
VI – exercer outras atribuições previstas no Regimento Interno.

Art. 10. A CAISAN Municipal contará com Secretaria-Executiva, vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS.
§ 1º O Secretário-Executivo será servidor indicado pelo titular da SEMTAS e designado por ato administrativo pertinente.
§ 2º Compete à Secretaria-Executiva:

I – prestar apoio técnico, administrativo e operacional à CAISAN;
II – organizar as reuniões e providenciar as respectivas convocações;
III – elaborar, organizar e manter as atas e demais documentos;
IV – acompanhar o cumprimento das deliberações;
V – organizar dados, informações e documentos relativos ao SISAN;
VI – apoiar a elaboração e o monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
VII – manter atualizadas as informações referentes à CAISAN perante as instâncias estadual e nacional e nas plataformas oficiais pertinentes;
VIII – exercer outras atividades necessárias ao funcionamento da Câmara.

CAPÍTULO VI
DO FUNCIONAMENTO

Art. 11. A CAISAN Municipal reunir-se-á:
I – ordinariamente, conforme calendário definido por seus membros, preferencialmente com periodicidade bimestral;
II – extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros.
§ 1º As reuniões serão registradas em ata.
§ 2º O Regimento Interno estabelecerá os procedimentos relativos à convocação, quórum, deliberação, substituições, organização das pautas e demais regras de funcionamento.

Art. 12. Poderão participar das reuniões da CAISAN Municipal, na condição de convidados e sem direito a voto:
I – representantes de outras Secretarias e órgãos municipais;
II – representantes do CONSEA Municipal;
III – representantes de órgãos estaduais e federais;
IV – especialistas e profissionais relacionados às matérias em discussão;
V – representantes de instituições de ensino, pesquisa ou extensão;
VI – representantes de entidades ou organizações da sociedade civil.

CAPÍTULO VII
DOS COMITÊS, CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 13. A CAISAN Municipal poderá instituir comitês técnicos, câmaras temáticas ou grupos de trabalho, de caráter temporário ou permanente, destinados ao estudo, análise e acompanhamento de matérias específicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.
§ 1º O ato de instituição definirá a finalidade, a composição, o prazo de funcionamento, quando temporário, e as atribuições específicas.
§ 2º Poderão participar das instâncias previstas no caput representantes de órgãos públicos, do CONSEA Municipal, instituições de ensino, especialistas e outros convidados cuja atuação contribua para o objeto analisado.

CAPÍTULO VIII
DA ARTICULAÇÃO COM O CONSEA MUNICIPAL

Art. 14. A CAISAN Municipal manterá interlocução permanente com o CONSEA Municipal para formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 15. A CAISAN Municipal encaminhará ao CONSEA Municipal:
I – informações relativas à elaboração e execução do Plano Municipal;
II – relatórios de acompanhamento e monitoramento;
III – informações referentes às ações desenvolvidas pelos órgãos integrantes;
IV – resultados das avaliações da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
V – outras informações necessárias ao exercício do controle e participação social.

Art. 16. As proposições e recomendações apresentadas pelo CONSEA Municipal relacionadas às competências da CAISAN serão analisadas pela Câmara e encaminhadas aos órgãos responsáveis, quando cabível.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. A participação dos membros na CAISAN Municipal será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 18. A criação da CAISAN Municipal não implica a criação de cargos, funções remuneradas ou vantagens pecuniárias.

Art. 19. O Poder Executivo Municipal, por meio da SEMTAS e dos demais órgãos integrantes, fornecerá, observadas as respectivas disponibilidades, o suporte administrativo, técnico e material necessário ao funcionamento da CAISAN Municipal.

Art. 20. Após a publicação deste Decreto, caberá à SEMTAS:
I – encaminhar ao Gabinete do Prefeito a relação dos representantes governamentais titulares e suplentes para edição do respectivo ato de designação;
II – indicar o servidor que exercerá a Secretaria-Executiva, para a correspondente designação administrativa;
III – adotar as providências para realização da primeira reunião da CAISAN Municipal;
IV – organizar a documentação necessária à instalação e ao regular funcionamento da Câmara.

Art. 21. Na primeira reunião da CAISAN Municipal deverão ser adotadas, entre outras, as seguintes providências:
I – formalização de sua instalação;
II – definição inicial do calendário de reuniões;
III – início da elaboração do Regimento Interno;
IV – levantamento preliminar das políticas, programas, projetos e ações de Segurança Alimentar e Nutricional existentes no Município;
V – definição das providências administrativas necessárias à adesão do Município ao SISAN.

Art. 22. A CAISAN Municipal elaborará e aprovará seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, funcionamento, quórum, reuniões, deliberações, Secretaria-Executiva, grupos de trabalho e demais matérias necessárias ao exercício de suas atribuições.

Art. 23. Os órgãos e entidades municipais deverão fornecer à CAISAN Municipal, quando solicitados, as informações necessárias à elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 24. Os casos omissos serão deliberados pela CAISAN Municipal, observadas as normas aplicáveis ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vale do Paraíso/RO, 25 de setembro de 2026.

LUIZ PEREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:0E57A10D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 8.344 PROCESSO 9/2026

PORTARIA Nº 8.344 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA DE VALE DO PARAÍSO/RO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

considerando o disposto no Decreto Municipal nº 11.587/2026, que cria e regulamenta o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, e
considerando as indicações encaminhadas por meio do Memorando nº 619/SEMTAS/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros titulares e respectivos suplentes abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA de Vale do Paraíso/RO, observada a composição de 1/3 (um terço) de representantes do Poder Público Municipal e 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil:

I – PODER PÚBLICO MUNICIPAL

a) Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS
Titular: Rodrigo Silva Frank
Suplente: Gisele Ilário Fernandes

b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo – SEMECE
Titular: Ana Paula Candeira
Suplente: Euricleia Sacaramuci Vargas

c) Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU
Titular: Camylla Ronquetti Ardisson
Suplente: Elaine de Souza Rocha

d) Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente – SEMAPEM
Titular: Daniel Gazoli de Andrade
Suplente: Lauany Nogueira da Silva

II – SOCIEDADE CIVIL

a) Associação de Pais e Professores da Escola Família Agrícola de Vale do Paraíso – APPEFA
Titular: Elder Vieira da Silva
Suplente: André Luiz de Oliveira Rodrigues

b) Associação dos Produtores e Proprietários de Agroindústria de Vale do Paraíso – AGROVALE
Titular: Damião Geraldo de Oliveira
Suplente: Elivelton Rodrigues

c) Associação dos Produtores Rurais Colibri – APRUC
Titular: Martiliano Pereira da Silva
Suplente: Denise Verônica de Andrade

d) Representação dos Feirantes do Município
Titular: Dalva Anjos dos Santos
Suplente: Suely Maria Pandolfi dos Santos

e) Representação do Comércio
Titular: Rafaela Silva Frank
Suplente: Dayane Gonçalves

f) Associação de Desenvolvimento Atípico de Vale do Paraíso – ADA
Titular: Adriana dos Santos Oliveira Dondoni
Suplente: Késia da Silva Pemper

g) Igreja Evangélica Assembleia de Deus
Titular: Marcos Vinicius de Oliveira Marcondes
Suplente: Ronivaldo Moraes dos Santos

h) Associação Unidos pela Vida – AUV
Titular: Lucas Rafael Fernandes
Suplente: Irene Luciano da Silva

Art. 2º Os membros ora designados exercerão suas funções pelo período previsto no Decreto Municipal nº 11.587/2026, permitida a substituição de representantes na forma nele estabelecida.

Art. 3º A Presidência do CONSEA será exercida obrigatoriamente por representante da sociedade civil, a ser escolhido dentre os membros titulares, na reunião de instalação do Conselho, na forma do Decreto Municipal nº 11.587/2026 e do respectivo Regimento Interno.

Art. 4º A participação no CONSEA será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vale do Paraíso/RO, 24 de setembro de 2026.

LUIZ PEREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:EFDF6794

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 8.345 PROCESSO 1555/2026

PORTARIA Nº 8.345 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DO CONTRATO Nº 62/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Memorando nº 357/SEMOSP/2026, de 25 de setembro de 2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de Fiscal e Gestor para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 62/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a servidora **JOSIANE DE LIMA NEIMOG**, Chefe da Diretoria do Departamento Municipal de Obras, como **FISCAL DO CONTRATO Nº 62/2026**, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do referido contrato, observando as disposições legais vigentes.

Art. 2º Nomear o servidor **WANDERLEY FERREIRA BARBOSA**, Superintendente de Obras, como **GESTOR DO CONTRATO Nº 62/2026**, competindo-lhe a gestão, coordenação e supervisão geral da execução contratual.

Art. 3º São atribuições do Fiscal e do Gestor do Contrato aquelas previstas na legislação aplicável, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PEREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:510A024A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESUMO DE CONTRATO N° 62/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1-1555/2026

RESUMO DE CONTRATO N° 62/2026

Processo Administrativo n° 1-1555/2026

Modalidade: Ata de Registro de Preços nº 15/2026/ARP, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 025/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO
Interveniente: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
Contratada: CONSTRUTORA PARAÍSO LTDA, inscrita no CNPJ/MF n° 00.541.146/0001-44
Objeto: Fornecimento parcelado de 199,51 m³ (cento e noventa e nove vírgula cinquenta e um metros cúbicos) de concreto usinado bombeável, classe de resistência C20, com brita 0 e 1, Slump = 100 +/- 20 mm, excluído o serviço de bombeamento (NBR 8953), destinado à construção de calçadas e passeios públicos no Município de Vale do Paraíso/RO, conforme Plano de Ação nº 09032025-2-086104.
Dotação Orçamentária: Nota de Reserva Orçamentária nº 3938, de 23 de setembro de 2026, PROGRAMAÇÃO: 15.421.1106.2084.0000 – Manutenção, Conservação e Pavimentação de Vias Urbanas. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. FICHA: 668
Valor Total: R$ 204.547,83 (duzentos e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos).
Vigência: Será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura
Data de Celebração: 23 de setembro de 2026

Vale do Paraíso/RO, 25 de setembro de 2026

LUIZ PEREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:EFE0B393

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESUMO DO TERMO DE DESLIGAMENTO PROCESSO 133/2025

RESUMO DO TERMO DE DESLIGAMENTO DO VOLUNTÁRIO

Termo de Adesão nº: 04/2026

Interveniente: Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente-SEMAPEM.

Voluntário: CARLOS ANJO DOS SANTOS

OBJETO: Rescinde automaticamente o TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO DO VOLUNTARIADO junto a esta Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente-SEMAPEM.

Data de Assinatura: 24/09/2026

Vale do Paraíso RO, 24 de setembro 2026

DANIEL GAZOLI DE ANDRADE
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:D418CD6C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESUMO DO TERMO DE DESLIGAMENTO PROCESSO 133/2025

RESUMO DO TERMO DE DESLIGAMENTO DO VOLUNTÁRIO

Termo de Adesão nº: 08/2026

Interveniente: Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente-SEMAPEM.

Voluntário: JOÃO VITOR SOUZA SILVA

OBJETO: Rescinde automaticamente o TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO DO VOLUNTARIADO junto a esta Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente-SEMAPEM.

Data de Assinatura: 24/09/2026

Vale do Paraíso RO, 24 de setembro 2026

DANIEL GAZOLI DE ANDRADE
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:6CB9DC5B

ESTADO DE RONDÔNIA
CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 007/2026//CIMCERO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 007/2026//CIMCERO

"Dispõe sobre os procedimentos para registro, renovação, reforma, ampliação, transferência, alteração cadastral e cancelamento de estabelecimentos no Serviço de Inspeção Municipal executado pelo CIMCERO."

O **Presidente** do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia - CIMCERO**, Giovan Damo**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no âmbito dos municípios consorciados ao CIMCERO, aprovado por meio da Resolução nº 006/2026/CIMCERO;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e consolidar os procedimentos relativos ao registro, à renovação, à reforma, à ampliação, à transferência, à alteração cadastral e ao cancelamento de registro dos estabelecimentos junto ao Serviço de Inspeção Municipal executado pelo CIMCERO;

RESOLVE:

Art. 1° Todo estabelecimento de produtos de origem animal que realize o comércio municipal e intermunicipal, entre os municípios atendidos pelo CIMCERO, deve estar registrado no SIM Executado pelo CIMCERO.

Art. 2° Esta Instrução Normativa se aplica a todos os estabelecimentos industriais ou entrepostos de produtos de origem animal localizados nos municípios que integram o CIMCERO e que estejam registrados no SIM executado pelo CIMCERO.

Art. 3° Os estabelecimentos de produtos de origem animal serão classificados conforme as categorias previstas no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal do SIM/CIMCERO, observadas as disposições desta Instrução Normativa e das demais normas complementares aplicáveis.
I - de carnes e derivados;
II - de leite e derivados;
III - de pescado e derivados;
IV - de ovos e derivados;
V - de produtos das abelhas e derivados;
VI - de armazenagem;

Parágrafo único. Os estabelecimentos devem dispor de dependências, instalações e equipamentos compatíveis com o conjunto de operações e processos estabelecidos para cada produto.

Art. 4° Para solicitar o Registro de estabelecimentos junto ao SIM executado pelo CIMCERO, se faz necessário o cumprimento das etapas do processo que segue abaixo:
Requerimento de registro, conforme modelo estabelecido pelo SIM executado pelo CIMCERO (Anexo I);
Cópia dos seguintes documentos:
Inscrição Estadual, Contrato Social ou Firma Individual e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, no caso de solicitação por pessoa jurídica, ou documento oficial de identificação, para os casos de registro de estabelecimento em nome de pessoa física;
Plantas das edificações contendo:
planta baixa de cada pavimento com os detalhes de equipamentos;
planta de situação;
planta hidrossanitária;
plantas de cortes longitudinal e transversal;
planta com setas indicativas do fluxo de produção e de movimentação de colaboradores; ou
Croqui detalhado.
Termo de compromisso no qual o estabelecimento concorde em acatar as exigências do SIM executado pelo CIMCERO, sem prejuízo de outras exigências que venham a ser determinadas (Anexo II);
Memorial Econômico Sanitário do Estabelecimento (MESE) devidamente preenchido com todas as informações requeridas em modelo estabelecido pelo SIM executado pelo CIMCERO (Anexo III);
Memorial Descritivo de Construção do Estabelecimento devidamente preenchido com todas as informações requeridas, em modelo estabelecido pelo SIM executado pelo CIMCERO (Anexo IV);
Alvará de localização e/ou funcionamento emitido pela prefeitura aprovando a instalação do estabelecimento no local indicado;
Laudo de análise da água de abastecimento (físico-química e microbiológica);
Programa de Autocontrole, conforme diretrizes estabelecidas pelo SIM executado pelo CIMCERO em norma complementar ou Manual de Boas Práticas de Fabricação;
Licença ambiental ou documento equivalente emitido pelo órgão ambiental competente ou, quando admitido, protocolo de solicitação da respectiva licença;
ART ou DRT - Anotação de Responsabilidade Técnica ou Declaração de Responsabilidade Técnica;
Comprovante de pagamento das taxas, quando couber;
§ 1° Para avaliação prévia de projeto de estabelecimento de pequeno porte, poderão ser aceitos croquis detalhados das instalações, desde que permitam a perfeita compreensão da edificação, contendo, no mínimo: identificação dos ambientes; disposição dos equipamentos; fluxo de produção; fluxo dos manipuladores; dimensões aproximadas dos ambientes.
§ 2° Para o estabelecimento já construído, deve ser solicitada a avaliação das dependências industriais e sociais, dos equipamentos, do fluxograma, da água de abastecimento e de escoamento de águas residuais, com parecer conclusivo em laudo elaborado por médico veterinário do SIM executado pelo CIMCERO.
§ 3° Os projetos aprovados com ressalvas devem ter as mesmas atendidas antes da solicitação de vistoria para emissão do Laudo de Vistoria Final do estabelecimento.
§ 4° A construção do estabelecimento deve obedecer a outras exigências que estejam previstas em legislação da União, dos Estados, dos Municípios e de outros órgãos de normatização técnica.
§ 5° A avaliação documental será realizada mediante utilização de Formulário de Verificação de Conformidade Documental constante do Anexo V desta Instrução Normativa.

Art. 5° Os documentos para solicitação de registro de estabelecimentos poderão ser alterados a qualquer momento, através de publicação oficial, a critério do SIM executado pelo CIMCERO.

Art. 6° A conclusão do processo de registro do estabelecimento se dá pela emissão do certificado de registro, que poderá ter formato digital, no qual constará:
Número de registro;
Nome do estabelecimento;
Classificação do estabelecimento;
CNPJ ou CPF;
Endereço;
Assinatura do Serviço Oficial de Inspeção executado pelo CIMCERO.
§ 1° O número de registro do estabelecimento é único e identifica a unidade fabril no Município.
§ 2° O certificado de registro possui validade de 12 meses, contados da data de sua emissão.

Art. 7º Os estabelecimentos que possuírem registro válido na data de entrada em vigor desta Instrução Normativa permanecerão sujeitos ao prazo constante do respectivo Certificado de Registro, ressalvado o disposto neste artigo.
§ 1º Os estabelecimentos cujo registro tenha sido concedido ou renovado, anteriormente à entrada em vigor desta Instrução Normativa, com validade de 24 (vinte e quatro) meses serão submetidos à auditoria de atualização cadastral e documental pelo SIM executado pelo CIMCERO.

§ 2º Concluída a auditoria e verificado o atendimento aos requisitos aplicáveis, será emitido novo Certificado de Registro com validade de 12 (doze) meses, passando o estabelecimento a integrar o ciclo anual de renovação.
§ 3º Os estabelecimentos serão formalmente comunicados pelo SIM executado pelo CIMCERO quanto à realização da auditoria e à adequação do prazo de validade do registro.

Art. 8º A renovação do registro deverá ser requerida pelo estabelecimento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de vencimento do Certificado de Registro.
§ 1º O requerimento de renovação deverá ser acompanhado da documentação cadastral, sanitária, técnica e ambiental aplicável ao estabelecimento, devidamente atualizada, devendo ser apresentados documentos vigentes em substituição àqueles cujo prazo de validade tenha expirado.
§ 2º Deverão ser apresentados, para fins de renovação, o requerimento correspondente, o laudo de análise da água de abastecimento, os Programas de Autocontrole atualizados e os demais documentos cuja atualização, alteração ou renovação seja necessária.
§ 3º A documentação necessária à renovação deverá ser encaminhada de forma completa, em um único envio, conforme procedimento estabelecido pelo SIM executado pelo CIMCERO.
§ 4º A renovação do registro ficará condicionada à análise e aprovação da documentação apresentada e à verificação do atendimento às demais exigências aplicáveis ao estabelecimento.

Art. 9º Após a conclusão do processo de registro e a emissão do respectivo Certificado de Registro, será elaborada a Ata de Instalação do Serviço, destinada a formalizar o início das atividades do SIM executado pelo CIMCERO no estabelecimento.
§ 1º A autorização para o início das atividades do estabelecimento será formalmente comunicada ao interessado por meio de ofício, emitido pelo SIM executado pelo CIMCERO.
§ 2º O início da produção fica condicionado ao prévio registro dos respectivos produtos junto ao SIM executado pelo CIMCERO.
§ 3º Após a concessão do registro, o estabelecimento será cadastrado no sistema e-SISBI do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, bem como serão inseridos no referido sistema os produtos e respectivos rótulos, quando aplicável.

Art. 10. A reforma, remodelação ou construção nas dependências e instalações dos estabelecimentos registrados que implique alteração da capacidade de produção, do fluxo de matérias-primas e produtos ou do fluxo de colaboradores dependerá de prévia aprovação do projeto pelo SIM executado pelo CIMCERO.
§ 1º Para aprovação do projeto de reforma, remodelação ou construção, o responsável pelo estabelecimento deverá apresentar:
Plantas com as seguintes identificações:
Cor preta: para as partes que serão conservadas;
Cor vermelha: para as partes que serão construídas; e
Cor amarela: para as partes que serão demolidas.
Memorial Descritivo de Construção do Estabelecimento conforme modelo estabelecido pelo SIM executado pelo CIMCERO (Anexo IV);
Justificativa da reforma pretendida.
§ 2º Fica dispensada a aprovação prévia do projeto quando a reforma, remodelação ou construção não implicar alteração da capacidade de produção, do fluxo de matérias-primas e produtos ou do fluxo de colaboradores, devendo o responsável legal apresentar as plantas atualizadas e a descrição das alterações realizadas para fins de atualização cadastral do estabelecimento.

Art. 11. Após a aprovação do projeto de que trata o art. 10, o fiscal responsável emitirá parecer autorizando o início das obras.
§ 1º Concluídas as obras, o estabelecimento deverá solicitar vistoria final para verificação da execução do projeto aprovado, ficando o uso das novas instalações condicionado à liberação pelo SIM executado pelo CIMCERO.
§ 2º Quando a reforma, remodelação ou construção implicar alteração da classificação do estabelecimento, será realizada a atualização do registro e emitida a correspondente autorização para o início da atividade pelo SIM executado pelo CIMCERO.

Art. 12. A alienação, locação ou arrendamento de estabelecimento registrado no SIM executado pelo CIMCERO deverá ser acompanhada da correspondente solicitação de transferência da titularidade do registro.

Art. 13. A solicitação de transferência do registro deverá ser apresentada ao SIM executado pelo CIMCERO, acompanhada dos seguintes documentos:
I – requerimento de transferência de titularidade;
II – documentação de identificação e regularidade do novo titular, conforme aplicável;
III – documentação comprobatória da aquisição, locação, arrendamento ou outro instrumento jurídico que justifique a transferência;
IV – documentação cadastral que necessite de atualização em decorrência da transferência; e
V – demais documentos complementares que venham a ser solicitados pelo SIM executado pelo CIMCERO.
§ 1º A transferência ficará condicionada à análise e aprovação da documentação pelo SIM executado pelo CIMCERO.
§ 2º A transferência da titularidade não implicará alteração do número de registro do estabelecimento.
§ 3º Após a aprovação da transferência, será atualizado o cadastro do estabelecimento e emitido novo Certificado de Registro em nome do novo titular.

Art. 14. Qualquer estabelecimento que interrompa seu funcionamento por período superior a seis meses, somente poderá reiniciar suas atividades mediante inspeção prévia pelo SIM executado pelo CIMCERO.
Parágrafo Único. A paralisação ou o reinício parcial ou total das atividades industriais, a troca ou a instalação de novos equipamentos deve ser comunicada ao SIM executado pelo CIMCERO.

Art. 15. O cancelamento do registro do estabelecimento poderá ocorrer nos seguintes casos:
I – a pedido do proprietário ou representante legal;
II – quando o estabelecimento deixar de funcionar pelo período de 1 (um) ano;
III – quando o estabelecimento permanecer interditado ou com suas atividades suspensas pelo período de 1 (um) ano;
IV – quando não for realizada a transferência de titularidade do registro junto ao SIM executado pelo CIMCERO no prazo estabelecido na legislação aplicável; ou
V – por cassação do registro pelo SIM executado pelo CIMCERO.

Art. 16. O cancelamento do registro será realizado pelo Diretor(a) do SIM executado pelo CIMCERO, por meio da emissão de Termo de Cancelamento de Registro.

Art. 17. No caso de cancelamento do registro do estabelecimento, serão recolhidos os materiais de rotulagem, os materiais pertencentes ao SIM executado pelo CIMCERO, bem como documentos, lacres e carimbos oficiais.

Art. 18. O cancelamento do registro do estabelecimento será comunicado oficialmente aos órgãos competentes do Município e do Estado e, quando aplicável, aos órgãos federais competentes.

Art. 19. Para o retorno das atividades do estabelecimento que teve o registro cancelado, devem ser cumpridas as exigências para um novo registro de estabelecimento.

Art. 20. O cancelamento do registro não prejudica a aplicação das ações fiscais e penalidades cabíveis decorrentes da infração à legislação.

Art. 21. O descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação aplicável.

Art. 22. Fica revogada a Instrução Normativa nº 01, de 24 de junho de 2025.

Art. 23. Esta Norma entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná – RO, na data da assinatura

(Assinado Eletronicamente)
GIOVAN DAMO
Presidente do CIMCERO
Biênio 2025/2026

ANEXO I

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REGISTRO NO SIM – CIMCERO

À Diretoria do Serviço de Inspeção Municipal executado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Rondônia – CIMCERO:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO		
Nome:		CPF:
Endereço:		
Município:	UF: RO	CEP:
Telefone (s):	Email:	
2 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO		
Razão Social:		
Nome Fantasia:	CNPJ/CPF:	
Endereço do Estabelecimento:		
Município:	CEP:	
Classificação:		
Categoria:		
Capacidade:		

Venho requerer de Vossa Senhoria o que segue:

3 - ITEN REQUERIDO	
	Vistoria Prévia do Terreno (*)
	Vistoria das instalações de estabelecimento já construído
	Análise/ Aprovação de Projeto de Construção de estabalecimento (*)
	Análise/Aprovação de Projeto de Reforma/ Ampliação de estabelecimento
	Vistoria Final de estabelecimento (*)
	Instalação do SIM em estabelecimento (*)
	Renovação de Registro de Estabelecimento (*)
	Transferência de Razão Social de Estabelecimento
	Suspensão / Cancelamento de registro de estabelecimento
	Outros:
IMPORTANTE: (*) - O Requerimento deve estar acompanhado de Comprovante de Recolhimento de Taxa de Prestação de Serviço Referente à solicitação, (quando couber e previsto em legislação).	
- ASSINALAR UMA ÚNICA OPÇÃO ACIMA.	
4 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Nome:	
Registro no Conselho Regional, nº:	
Contato:	

_____ **Local/Data da Solicitação**	_____ **Assinatura**

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, ..., CPF nº ..... proprietário(a) da empresa .... (razão social/CNPJ) ....., localizada (endereço completo) .....
concordo em acatar todas as exigências legais determinadas pela legislação segundo decreto vigente do Município de ..... para implantação e manutenção do Serviço de Inspeção Municipal.
Estou ciente que quaisquer obras a serem construídas, bem como a alterações no fluxo e do volume de produção somente poderão concretizar-se após aprovação prévia do projeto pelo **Serviço de Inspeção Municipal** que se encontra vinculado **Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste de Rondônia – CIMCERO** e que o descumprimento deste acarretará em sanções previstas em legislações vigentes.

Data:

Contato:

_____

Assinatura (Responsável legal)

ANEXO III

MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO DO ESTABELECIMENTO – MESE

1- IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO		
Razão Social/ Nome Fantasia:		
Proprietário/ Representante legal:		
Endereço do proprietário:		
Cidade/ Estado/ CEP:		
Contato: Email/ Telefone:		
Responsável Técnico (Nº de registro no CRMV):		
Nº de Registro (se houver):		
Localização do estabelecimento:		
Classificação do estabelecimento:		
2-CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO		
2.1 - Matéria prima	**2.1.1 – Capacidade de abate ou processamento diário**	**2.1.2 - Unidade de medida**
2.1- PRODUTO QUE PRETENDE FABRICAR		
2.1.1- Produto	**2.1.2 Capacidade de processamento diário**	**2.1.3- Forma de conservação**
3- MATÉRIA PRIMA		
3.1- Tipo de matéria prima	**3.2- Meio de Transporte**	**3.3- Procedência**
4- LISTAGEM DAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS		
Denominação da área: _____ *piso (material e declive) /pé direito e material do forro/revestimento das paredes / material da porta e janelas / dimensão (m²):*		

5-LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS				
5.1- Denominação da área	**5.2- Equipamento**	**5.3- Temperatura de trabalho** (quando aplicável)	**5.4-Capacidade** (Ton/unidade de produção)	**5.5- Unidade de medida**

6- DESCRIÇÃO DOS VESTIÁRIOS E SANITÁRIOS
(Q*uantidade/sexo/equipamentos*)
7- DESCRIÇÃO DAS BARREIRAS SANITÁRIAS
(Materiais e equipamentos)
8- SISTEMA DA ÁGUA DE ABASTECMENTO
Procedência: Volume da vazão: Sistema de trabalho utilizado: Localização: Reservatórios e suas capacidades:
9-DESTINO DAS ÁGUAS RESIDUAIS
(Descrever métodos de escoamento das águas e destino)
10- BARREIRAS FÍSICAS CONTRA PRAGAS
(Indicar sistema de proteção física)
11- DESCRIÇÃO DO LABORATÓRIO DE CONTROLE
(Descrever equipamentos /análises que pretende realizar)
12- DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE FRIO
(Capacidade /Temperatura de cada uma (câmaras e outros setores climatizados) / Sistema de refrigeração (amônia/elétrica) / Banco de gelo/água)
13- OUTRAS INFORMAÇÕES
14- PROCESSO DE PRODUÇÃO
(Descrever todas as etapas de produção, desde o recebimento até a expedição. Incluir na descrição, temperaturas, tempos e demais parâmetros previstos na legislação)
15- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
(Capacidade /Temperatura de cada uma (câmaras e outros setores climatizados) / Sistema de refrigeração (amônia/elétrica/ Banco de gelo/água)

Obs.: Os itens deste formulário deverão ser descritos detalhadamente. Informações complementares poderão ser solicitadas.

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Responsável Legal da empresa/estabelecimento	Responsável Técnico do estabelecimento

(Assinatura e carimbo)	(Assinatura e identificação - Registro Conselho)

ANEXO IV
MEMORIAL DESCRITIVO DE CONSTRUÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1- IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO			
Nome Fantasia:			
Proprietário/ Representante legal:			
Endereço/ Cidade/ Estado:			
Contato: Email/ Telefone:			
Responsável Técnico:			
Nº de registro: (se houver):			
Localização do estabelecimento: Município:			
Classificação do estabelecimento:			
2- DETALHES DO TERRENO E DO PROJETO			
2.1- Área total do terreno:	**M²**	**2.2-Áreaútil:**	**M²**
2.3-Área a ser construída:	**M²**	**2.4-Recuo do alinhamento da rua:**	**M**
2.5- Existência de área industrial:			
2.6- Descrição do perfil do terreno:			
2.7- Facilidade de escoamento das águas residuais:			
2.8-Forma de acesso:		**Tipo de localização:**	
2.9-Fontes de mau cheiro:			

3- ÁGUA DE ABASTECIMENTO		
3.1- Fonte produtora: (poço/rede pública)	**3.2- Vazão (m³/hora):**	**3.3- Capacidade do reservatório (m³):**
4- INFORMAÇÕES SOBRE A PLANTA		
(Colocar informações, orientações sobre as dimensões da planta)		

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Responsável Legal da empresa/estabelecimento	Responsável Técnico do estabelecimento
(Assinatura e carimbo)	(Assinatura e identificação - Registro Conselho)

ANEXO V

FORMULÁRIO DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DOCUMENTAL			
Razão Social:			
Nome Fantasia:		**CNPJ/CPF:**	
Endereço:			
Município:		**CEP:**	
Classificação:			
Versão da Análise:		**Data:**	
Nº Registro SIM:		**Processo n°.:**	
DOCUMENTO		**Situação**	**ID**
01	Requerimento de solicitação de registro no SIM		
02	Termo de Compromisso		
03	Requerimento de aprovação prévia do terreno/ estabelecimento preexistente		
04	Laudo de Inspeção Prévia de Terreno ou de estabelecimento.		
05	Memorial Descritivo de Construção – MDC		
06	Alvará de localização e/ou funcionamento emitido pela prefeitura		
07	Documento que comprove posse ou permissão de uso do terreno		
08	Documento de liberação do Órgão competente de Fiscalização do Meio Ambiente, conforme o caso ou Protocolo de entrada na solicitação da documentação		
09	Contrato social/Firma Individual		
10	Memorial Econômico Sanitário do Estabelecimento (MESE)		
11	Plantas:		
	Planta de situação		
	Planta baixa de cada pavimento com detalhe dos equipamentos		
	Fachada e cortes longitudinal e transversal		
	Planta hidrossanitária, com detalhes da rede de esgoto e abastecimento de água		
	Planta com setas indicativas do fluxo de produção e de movimentação de colaboradores		
	Localização do estabelecimento		
	Croqui detalhado		
12	Inscrição no CNPJ ou RG/CPF		
13	Inscrição na Receita Estadual – IE ou Inscrição de Registro Rural - IR		
14	Anotação ou Declaração de Responsabilidade Técnica (ART/DRT)		
15	Laudo de análise de água (físico-química e microbiológica)		
16	Laudo de vistoria final com parecer conclusivo (Conforme modelo)		
17	Programas de Autocontroles ou Manual de BPF		
18	Título de Registro no SIM		
19	Requerimento solicitando aprovação do produto e do rótulo		
20	Memorial Descritivo de Fabricação do produto assinado pelo Responsável Técnico (RT)		
21	Croqui do rótulo que represente fielmente a utilização das suas cores e tamanhos		
Observações:			

***Situação: informar Entregue, Pendente ou Não se aplica, conforme o caso.**

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:D7155DA8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 24170/2026 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

"ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO VALOR DE R$ 540.000,00 (QUINHENTOS E QUARENTA MIL REAIS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o artigo 6º, inciso III da Lei 2996 de 29/12/2025 (ID 3696613) – LOA/2026, publicada no dia 30/12/2025, edição 4140 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e art. 41, inciso I com o art. 43 §1°, inciso III ambos da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDO ser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo nº 24647/2026-Memorando 43 de 24/09/2026 (ID 4309982), o qual justifica o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação, no valor de **R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais)** no exercício financeiro de 2026, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED				
Projeto/Atividade: 3011 – APOIO E PARCERIA AS ENTIDADES - ENSINO FUNDAMENTAL				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DE DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	226	02.07.12.361.0006.3011	3.3.50.41.00 - CONTRIBUIÇÕES	440.000,00
Fonte de recurso: 25.1.500.1001- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.				
Projeto/Atividade: 3010 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
ANULAÇÃO	276	02.07.12.361.0039.3010	3.3.90.46.00 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	-300.000,00
Fonte de recurso: 25.1.500.1001- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.				
Projeto/Atividade: 3045 –FORMAÇÃO PROFISSIONAL AOS SERVIDORES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
ANULAÇÃO	288	02.07.12.361.0039.3045	3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	-20.000,00
Fonte de recurso: 25.1.500.1001- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.				
Projeto/Atividade: 3018– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADESDA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES				
ANULAÇÃO	334	02.07.12.365.0040.3018	3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	-50.000,00
ANULAÇÃO	339	02.07.12.365.0040.3018	3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	-50.000,00
Fonte de recurso: 25.1.500.1001- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.				
Projeto/Atividade: 3044 –FORMAÇÃO PROFISSIONAL AOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL				
ANULAÇÃO	354	02.07.12.365.0040.3044	3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	-20.000,00
Fonte de recurso: 25.1.500.1001- Recurso do exercício corrente - Recursos não vinculado de impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.				
Projeto/Atividade: 3023 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AEE				
ANULAÇÃO	356	02.07.12.367.0039.3023	3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-100.000,00
SUPLEMENTAR	357	02.07.12.364.0006.3016	3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100.000,00
Fonte de recurso: 70.1.540.1070 - Recurso do exercício corrente - Transferência do FUNDEB - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício				
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FONTE 1.500				**440.000,00**
TOTAL ANULAÇÃO FONTE 1.500				**-440.000,00**
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FONTE 1.540				**100.000,00**
TOTAL ANULAÇÃO FONTE 1.540				**-100.000,00**
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO				**540.000,00**
TOTAL DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO				**-540.000,00**

Parágrafo Único - Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizada a Anulação Parcial de Dotação da própria unidade orçamentária, visando assegurar a continuidade e regular execução da despesa com pessoal de profissionais da educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 48º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 24/09/2026 às 21:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Everton Absolon Cória Mendes
Código Identificador:D3FE299C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 008/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 008

PROCESSO SELETIVO N.° 001/SEMSAU/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
EDITAL N.º 001/SEMSAU/2026
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, RESOLVE:
Art. 1° Convocar os candidatos qualificados no Art. 3° deste edital, aprovados no teste seletivo Edital n.° 001/SEMSAU/2026, publicado em 30 de junho de 2026 e resultado final publicado em 03 de julho de 2026, nos termos do item 13.2 do edital, para apresentação da documentação (constante no item 13.3 do edital):
13.3 São documentos necessários para contratação 1 Cópia:

•
Cédula de Identidade (RG);

•
CPF;

•
Título de Eleitor com último Comprovante de Votação;

•
Certificado de Reservista e Certificado de Dispensa de Incorporação (Homem);

•
Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;

•
Carteira de Registro Profissional (Conselho de Classe);

•
Comprovante de Residência;

•
Comprovante de Escolaridade;

•
Certidão de nascimento; Se casado, deverá apresentar CPF do cônjuge e certidão de casamento;

•
Certidão de nascimento dos dependentes menores de 21 anos, acompanhado de carteira de vacinação e comprovação de frequência à escola, devidamente atualizada; e CPF dos dependentes.

•
Duas (01) fotos 3x4;

•
Carteira de trabalho e previdência social (Página de identificação (frente e verso) página da última contratação e página seguinte);

•
Declaração de bens e rendas ou Imposto de Renda do último Ano em exercício;

•
Declaração firmada pelo candidato de não ter sofrido penalidade disciplinar por prática de atos desabonadores ou condenação por crime ou contravenção no exercício profissional ou de qualquer função pública;

•
Certidão Negativa do Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);

•
Certidão Cível e Criminal da Justiça Estadual; (https://www.tjro.jus.br/)

•
Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal (https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao);

•
Declaração de acúmulo/não acúmulo de Vínculos Empregatícios

•
Autodeclaração étnico-racial; (modelo fornecido pelo Recursos Humanos - RH)

•
Certidão de adimplência/nada consta emitido pelo respectivo conselho de classe;

Atenção: No ato da contratação poderão ser exigidos outros documentos e o candidato deverá estar de posse dos documentos originais.
13.4 ATENÇÃO: No ato da contratação o candidato deverá:
13.4.1 Apresentar cópias e estar de posse dos documentos originais acima;
13.4.2 Estar de posse de todos dos documentos originais apresentados na inscrição (títulos).
13.4.3 Apresentar atestado de saúde física e mental, bem como os seguintes exames: Hemograma completo; Uréia; Creatinina; TGO; TGP; Glicemia em jejum; Hemoglobina Glicosilada; Beta HCG (Mulheres); Eletrocardiograma (com laudo de Cardiologista) e Raio-X tórax AP (com laudo), que será submetido à análise e aprovação da junta médica da Prefeitura de Ariquemes/RO.
13.5 O candidato convocado para assinatura do Contrato Temporário que não comparecer dentro do prazo constante no ato de convocação será tido como desistente, podendo a Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes/RO convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação.
13.6 Será admitida a solicitação de reclassificação/final de fila, mediante protocolo de requerimento junto ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Os convocados deverão comparecer à Divisão de Recursos Humanos, localizada na prefeitura municipal de Ariquemes/RO, Av. Tancredo Neves, 2166, setor Institucional, CEP 76872-854, de posse da documentação solicitada no artigo 1º deste edital de convocação, no PERÍODO de 16/09/2026 à 23/09/2026.
Art. 3º Ficam convocados os candidatos abaixo conforme os respectivos cargos:
ESPECIALISTA DA SAÚDE I - ENFERMEIRO - ATENÇÃO BÁSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
11	ALISSON JORGE RODRIGUES DE LIMA	***.562.902.**
13	LILIANE GABRIEL DA SILVA	***.293.692-**

ESPECIALISTA DA SAÚDE II - MÉDICO CLÍNICO GERAL - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
23	VERA REGINA FRANZEMANN BERGMANN	***.574.772-**
24	JANAINA CARLA MARTINELLI	***.008.052-**
25	YURAMIS MONTIEL ESPINOSA	***.550.341-**

ESPECIALISTA DA SAÚDE I - PEDAGOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	RAQUEL DIAS DE SOUZA DOS SANTOS	

TÉCNICO DA SAÚDE I - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ATENÇÃO BÁSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
10	ADEMIR COMPARIN NIZIO	***.193.982-**
11	KATIANE SANTOS DE ALMEIDA MOTA	***.553.472-**
12	LIDIOMAR GOMES SILVA	***.110.452-**
13	MARCIA DOS SANTOS	***.496.662-**
14	MARIA DAS DORES SOARES BISPO	***.865.132-**

TÉCNICO DA SAÚDE I - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
98	ALINE BECKER DA SILVA	***.081.382-**
99	JESSICA DO AMARAL ARAÚJO	***.024.672-**
100	MIDIÃ SANTOS SILVA CASTRO	***.220.492-**
101	ADRIANA PEREIRA MELO	***.383.742-**
102	ANA LUCIA COELHO DO PRADO	**.073.602-**
103	ANGELA DE OLIVEIRA PALÁCIOS	***.022.232-**
104	MARILDA CRISTINA VERISSIMO	***.591.892-**
105	TATIANE BARROS DE SOUSA	***.502.952-**
106	GIULIANA GLEICE MENDES LARANJEIRA	***.283.332-**
107	JADIANE DA SILVA SANTOS	***.738.542-**
108	LEDINALVA DE MORAES BARBOSA	***.921.732-**

Art. 5° Os candidatos deverão apresentar também no ato da contratação os documentos originais encaminhados no ato da inscrição.
Art. 6° O candidato que não comparecer à junta médica agendada pelo departamento de Recursos Humanos será considerado como desistente da vaga, possibilitando que a administração municipal convoque o próximo candidato aprovado.
Art. 7° Após realização da junta médica o profissional apto deverá se apresentar IMEDIATAMENTE (prazo máximo de 24 horas) ao Departamento de Recursos Humanos para receber sua lotação.
Art. 8° Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos por intermédio do telefone: (69) 3516-2094.
Ariquemes/RO, 16 de Setembro de 2026.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Giliane da Cruz Nascimento Barbosa
Código Identificador:7B6E0377

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA PARA CONVOCAÇÃO N.º 008/2026

JUSTIFICATIVA PARA CONVOCAÇÃO N.º 008/2026

A Prefeitura de Ariquemes/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, deflagrou Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais da área da saúde por prazo determinado, Processo Administrativo n.° 8-6754/2026, Edital n.° 001/SEMSAU/2026, resultado preliminar, resultado dos recursos, homologação e resultado final disponíveis em <https://abre.ai/j5tf>. E, por meio dos documentos juntados aos autos, evidencia-se a necessidade de contratação de profissionais para substituir os contratos temporários que se encerrarão entre os meses de julho/2026 e outubro/2026.
Considerando a homologação e publicação do resultado final em 03/07/2026, a Secretaria Municipal de Saúde encontra-se apta para realizar a convocação dos candidatos aprovados, visando suprir as necessidades das unidades de saúde pertencentes à estrutura da SEMSAU.
Neste sentido, tendo em vista os os candidatos aprovados e convocados que não se apresentaram e/ou pediram reclassificação, bem como pedidos de exoneração protocolados por profissionais do quadro, se faz necessária a convocação dos profissionais aprovados para substituição dos mesmos.
Informa-se que, conforme orientações da Controladoria Geral do Município, os demais candidatos aprovados serão convocados gradualmente, a título de substituição, seja por extinção de contratos temporários, pedidos de exoneração, cedência, afastamento, óbito, entre outros.
Segue planilha contendo a identificação de qual profissional está sendo substituído, por quem está sendo substituído e cargo.

NOVA CONVOCAÇÃO - PROFISSIONAIS QUE NÃO ASSUMIRAM				
MAT.	PROFISSIONAL A SER SUBSTITUÍDO	PROFISSIONAL CONVOCADO NÃO ASSUMIU/PEDIU RECLASSIFICAÇÃO	CARGO	CONVOCADO EDITAL 008/2026
15995	MARIA DA PAZ BEZERRA DOS SANTOS Admitido(a) em 01/08/2024 - Desligamento em 01/08/2026	ROSANA DA SILVA	ENFERMEIRO N I-GRUPO - 87	ALISSON JORGE RODRIGUES DE LIMA
16103	VALDEMAR CAVALCANTE DE MIRANDA NETO Admitido(a) em 13/09/2024 - Desligado 13/09/2026	AMANDA LUIZA GERALDO ARRUDA	MÉDICO CLÍNICO GERAL N I - GRUPO - 86	VERA REGINA FRANZEMANN BERGMANN
	Edital 006/2026 Estudo de Impacto	JENNEFER DO CARMO MACEDO RODRIGUES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	ADEMIR COMPARIN NIZIO
	Edital 006/2026 Estudo de Impacto	TEREZINHA SIQUEIRA DA ROCHA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	ALINE BECKER DA SILVA
	Edital 006/2026 Estudo de Impacto	ANDRESSA ARAUJO MUNIZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	JESSICA DO AMARAL ARAÚJO
15994	ANA CRISTINA DOS SANTOS COSTA Admitido(a) em 01/08/2024 - Desligamento em 01/08/2026	ELISSANDRA VENANCIO DE SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	KATIANE SANTOS DE ALMEIDA MOTA
17243	IRANI CARDOSO DE MATOS Admitido(a) em 04/05/2024 - Desligado 03/08/2026	WENDER FERREIRA DE LIMA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	LIDIOMAR GOMES SILVA

PROFISSIONAL A SER SUBSTITUÍDO, CARGO E CANDIDATO A SER CONVOCADO				
MATRÍCULA	NOME	CARGO	CONVOCADO EDITAL 008/2026	CARGO
16762	SANAUA RICARDO MATIAS Admitido em 02/06/2026 - Desligado em 01/09/2026	ENFERMEIRO N 1 - GRUPO - 87	LILIANE GABRIEL DA SILVA	ENFERMEIRO N 1 - GRUPO - 87
16085	SIDOMAR GOMES CARDOSO Admitido em 01/09/2024 - Desligado em 01/09/2026	MÉDICO CLÍNICO GERAL N I - GRUPO - 86	YURAMIS MONTIEL ESPINOSA	MÉDICO CLÍNICO GERAL N I - GRUPO - 86
16120	JANAINA CARLA MARTINELLI Admitida em 01/10/2024 - Desligado em 01/10/2026	MÉDICO CLÍNICO GERAL N I - GRUPO - 86	JANAINA CARLA MARTINELLI	MÉDICO CLÍNICO GERAL N I - GRUPO - 86
16214	LUCIANA RIBEIRO DOS REIS Admitida em 01/01/2025 - Desligado em 01/09/2026	PEDAGOGO	RAQUEL DIAS DE SOUZA DOS SANTOS	PEDAGOGO
16162	DANIEL TEIXEIRA Admitido em 14/11/2024 - Desligado em 01/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	MIDIÃ SANTOS SILVA CASTRO	TECNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16147	ELIETE DE OLIVEIRA SOUZA Admitida em 01/11/2024 - Desligado em 01/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	ADRIANA PEREIRA MELO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16836	GISELE ALVES PAIVA Admitida em 08/07/2025 - Desligado em 03/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	ANA LUCIA COELHO DO PRADO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16145	GRACIELE DIONISIO BRITO Admitida em 01/11/2024 - Desligado em 10/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	ANGELA DE OLIVEIRA PALÁCIOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16452	JAQUELINE BARREM SEVERO LEITE Admitida em 17/03/2025 - Desligado em 03/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	MARCIA DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16445	KATIANE SANTOS DE ALMEIDA MOTA Admitida em 11/03/2025 - Desligado em 01/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	MARIA DAS DORES SOARES BISPO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16614	NEUSA BARBOSA RIBEIRO DA SILVA Admitida em 15/04/2025 - Desligado em 01/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	MARILDA CRISTINA VERISSIMO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16879	RANIELICA FELIPE SOARES NANTES Admitida em 05/02/2026 - Desligado em 03/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	TATIANE BARROS DE SOUSA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16743	ROSIDALVA FARIAS CASTRO Admitida em 01/06/2025 - Desligado em 01/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	GIULIANA GLEICE MENDES LARANJEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
17187	ROSINEIA ALVES Admitida em 09/04/2025 - Desligado em 01/09/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	JADIANE DA SILVA SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45
16123	JUCENILDO DA LUZ ANDRADE Admitido em 01/10/2024 - Desligado em 01/10/2026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45	LEDINALVA DE MORAES BARBOSA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM N I - GRUPO - 45

Ariquemes/RO, 16 de Setembro de 2026.

GABRIEL SANTOS DALLA COSTA
Secretário Municipal de Saúde
Decreto: 23.654/2026

Publicado por:
Giliane da Cruz Nascimento Barbosa
Código Identificador:7F10DD5D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

CÃMARA MUNICIPAL DE BURITIS
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 472/2026 DE 25/09/2026 01.651.731/0001-60

Nota de Empenho Ordinário Nº 472/2026 de 25/09/2026
01.651.731/0001-60

Dados da Licitação/Processo Licitação: DISPENSA - 0020/26 Processo: 193/2026 Obra: Contrato: Convênio:	**Autorização da Despesa** Reserva de Saldo: Pedido Nº: 00331/26

Dados do Fornecedor:

Nome:	34175 - START COMERCIO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CPF/CNPJ:	37.420.244/0001-33
Endereço:	AV JUSCELINO KUBITSCHEK, 1442 - setor 2
Cidade:	ARIQUEMES/RO

Classificação da Despesa Empenhada
Ficha: 14
01 - CÂMARA MUNICIPAL
01 - LEGISLATIVO
01 - LEGISLATIVO
01.031.1000.2001.0000 - MANUT DAS ATIVID ADMINIST DA CÂMARA
4.4.90.52.00- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

99 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

Dados da Contabilização D: 123119999000000 - OUTROS BENS MÓVEIS C: 213110101000000 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	**Centro de Custo** 010 - CAMARA MUNICIPAL 104 - MATERIAL PERMANENTE

Código de Aplicação
001 - CÂMARA MUNICIPAL
001 -RECURSOS PRÓPRIOS
Fonte TCE/RO
1 - Recursos do Exercício Corrente
500 - Recursos não Vinculados de Impostos
0000 - Sem Detalhamento
Fonte STN
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)
Valor do Empenho
1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)
Dotação

Dotação Total:	474.764,00
Empenhado até a data:	25.996,00
Valor deste Empenho:	1.400,00
Saldo Atual:	447.368,00

Descrição do Material/Serviço
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000050/26 - Ano Mod.: 2026 - Modalidade: DISPENSA - Nº Mod.: 20 - Mod. Formatada: 20 - O presente objeto consiste na aquisição de bens permanente, destinados à equipe de limpeza, higienização e conservação predial da Câmara Municipal de Buritis/RO, contemplando carrinhos de limpeza, destinados a atender às necessidades da equipe de limpeza da Câmara Municipal de Buritis/RO
Detalhamento dos Itens

Item	Descrição Completa	Marca	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	KIT DE CARRINHO DUPLO DOBLÔ PARA LIMPEZA composto pelos seguintes itens: 01 Conjunto Doblô 50 Litros – com 4 rodas/rodízio para fácil movimentação; 01 Cabo Telescópico – com altura mínima aproximada de 80cm. Altura do cabo suficiente para diminuir o esforço e melhorar a postura do operador ao empurrar; 02 Baldes com 25 Litros cada – que se encaixem no conjunto doblô; 01 espremedor de refil de MOP – que se encaixe no conjunto doblô; 01 espaço para armazenamento de produtos de limpeza, podendo ser acoplado ao cabo. Deve proporcionar solução completa para a limpeza de pisos em geral e outras superfícies, com sistema de 2 águas, uma para solução limpadora e outra para água limpa, aumentando a		2,00	UN	700,00	1.400,00

	produtividade permitindo que os operadores efetuem a limpeza de uma área muito maior quando comparado com outros sistemas de limpeza. Especificações técnicas: Material do produto: polipropileno injetado. Medidas aproximadas: Comprimento x Largura x Altura: 79 cm x 41 cm x 52 cm (Aprox. 80cm com o cabo). Peso aproximado: 12.00 kg					

Retenções/Consignações

Local Entrega

Emitido por: EDIVALDO DA SILVA SOUZA

Publicado por:
Edwirges Pogere
Código Identificador:307EE4E3

CÃMARA MUNICIPAL DE BURITIS
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 473/2026 DE 25/09/2026 01.651.731/0001-60

Nota de Empenho Ordinário Nº 473/2026 de 25/09/2026
01.651.731/0001-60

Dados da Licitação/Processo Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO - 0009/26 Processo: 198/2026 Obra: Contrato: Convênio:	**Autorização da Despesa** Reserva de Saldo: Pedido Nº: 00332/26

Dados do Fornecedor:

Nome:	23918 - OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP
CPF/CNPJ:	70.429.956/0001-99
Endereço:	AV MATO GROSSO, 839 - MODULO 02
Cidade:	JUINA/MT

Classificação da Despesa Empenhada
Ficha: 14
01 - CÂMARA MUNICIPAL
01 - LEGISLATIVO
01 - LEGISLATIVO
01.031.1000.2001.0000 - MANUT DAS ATIVID ADMINIST DA CÂMARA
4.4.90.52.00- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

41 - EQUIPAMENTO DE T.I.C. - COMPUTADORES

Dados da Contabilização D: 123110201000000 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS C: 213110101000000 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	**Centro de Custo** 010 - CAMARA MUNICIPAL 104 - MATERIAL PERMANENTE

Código de Aplicação
001 - CÂMARA MUNICIPAL
001 -RECURSOS PRÓPRIOS
Fonte TCE/RO
1 - Recursos do Exercício Corrente
500 - Recursos não Vinculados de Impostos
0000 - Sem Detalhamento
Fonte STN
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)
Valor do Empenho
16.980,00 (dezesseis mil e novecentos e oitenta reais)
Dotação

Dotação Total:	474.764,00
Empenhado até a data:	27.396,00
Valor deste Empenho:	16.980,00
Saldo Atual:	430.388,00

Descrição do Material/Serviço
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000043/26 - Ano Mod.: 2026 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 9 - Mod. Formatada: 9 - Aquisição de material permanente de informática, composto por 04 (quatro) computadores tipo desktop e 02 (dois) notebooks,propósito de atender à modernização tecnológica e às necessidades operacionais da Diretoria de Imprensa e demais setores administrativos da Câmara Municipal de Buritis/RO
Detalhamento dos Itens

Item	Descrição Completa	Marca	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
2	NOTEBOOK (Estação Móvel/Portátil): Processador Intel Core i7 (11ª geração ou		2,00	UND	8.490,00	16.980,00

	superior); 16 GB de Memória RAM; Armazenamento SSD de 512 GB; Recursos integrados para videoconferências (câmera e microfone); UND 02 R$ 8.845,90 R$ 17.691,80 Sistema Operacional Windows 11 Pro com licença original e definitiva.					

Retenções/Consignações

Local Entrega

Emitido por: EDIVALDO DA SILVA SOUZA

Publicado por:
Edwirges Pogere
Código Identificador:46D9363C

CÃMARA MUNICIPAL DE BURITIS
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 474/2026 DE 25/09/2026 01.651.731/0001-60

Nota de Empenho Ordinário Nº 474/2026 de 25/09/2026
01.651.731/0001-60

Dados da Licitação/Processo Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO - 0009/26 Processo: 198/2026 Obra: Contrato: Convênio:	**Autorização da Despesa** Reserva de Saldo: Pedido Nº: 00333/26

Dados do Fornecedor:

Nome:	23698 - TJ COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI - LTDA
CPF/CNPJ:	27.274.178/0001-87
Endereço:	AV CANAA, 3000 - SETOR 01
Cidade:	ARIQUEMES/RO

Classificação da Despesa Empenhada
Ficha: 14
01 - CÂMARA MUNICIPAL
01 - LEGISLATIVO
01 - LEGISLATIVO
01.031.1000.2001.0000 - MANUT DAS ATIVID ADMINIST DA CÂMARA
4.4.90.52.00- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

41 - EQUIPAMENTO DE T.I.C. - COMPUTADORES

Dados da Contabilização D: 123110201000000 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS C: 213110101000000 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	**Centro de Custo** 010 - CAMARA MUNICIPAL 104 - MATERIAL PERMANENTE

Código de Aplicação
001 - CÂMARA MUNICIPAL
001 -RECURSOS PRÓPRIOS
Fonte TCE/RO
1 - Recursos do Exercício Corrente
500 - Recursos não Vinculados de Impostos
0000 - Sem Detalhamento
Fonte STN
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)
Valor do Empenho
15.000,00 (quinze mil reais)
Dotação

Dotação Total:	474.764,00
Empenhado até a data:	44.376,00
Valor deste Empenho:	15.000,00
Saldo Atual:	415.388,00

Descrição do Material/Serviço
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000043/26 - Ano Mod.: 2026 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 9 - Mod. Formatada: 9 - Aquisição de material permanente de informática, composto por 04 (quatro) computadores tipo desktop e 02 (dois) notebooks,propósito de atender à modernização tecnológica e às necessidades operacionais da Diretoria de Imprensa e demais setores administrativos da Câmara Municipal de Buritis/RO
Detalhamento dos Itens

Item	Descrição Completa	Marca	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	COMPUTADOR DESKTOP (Estação Fixa): Processador Intel Core i7 (9ª geração ou superior); 16 GB de Memória RAM;		4,00	UND	3.750,00	15.000,00

	Armazenamento SSD NVMe de 512 GB; Monitor LED de 23,8 polegadas Full HD; periféricos originais (teclado e mouse); Sistema Operacional Windows 11 Pro com licença original e definitiva (OEM/etiqueta de autenticidade)					

Retenções/Consignações

Local Entrega

Emitido por: EDIVALDO DA SILVA SOUZA

Publicado por:
Edwirges Pogere
Código Identificador:247AE61E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 073, DE 09 DE ABRIL DE 2026.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA,no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 1292/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Municipal vigente Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro no valor de R$ 644.855,46 (seiscentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), para atender ao desdobro da despesa especificada abaixo:

I Dotações acriar:

a)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
306	Alimentação e Nutrição	
0006	Alimentação Escolar	
2079	Manutenção da Merenda Escolar	
2.552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Exerc.Anterior)	
584 -3.3.90.30	**Material DeConsumo**	**5.681,12**
b)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2030	Manutenção de Outras Ações da Educação Básica	
2.599	OutrosRecursosVinculados à Educação (Exerc.Anterior)	
585 -4.4.90.52	**Equipamento e MaterialPermanente**	**15.287,85**
c)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2030	Manutenção de Outras Ações da Educação Básica	
2.540	Transferências do FUNDEB-Impostos eTransferências de Impostos (Exerc.Anterior)	
586 -3.1.90.11	**VencimentoseVantagensFixas-PessoalCivil**	**59.445,08**

d)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2030	Manutenção de Outras Ações da Educação Básica	
2.543	Transferências do FUNDEB-Complementação da União-VAAR (Exerc.Anterior)	
587 -4.4.90.52	**Equipamento e MaterialPermanente**	**11.861,61**
e)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2030	Manutenção de Outras Ações da Educação Básica	
2.546	Transferências do FUNDEB-Complementação da União ETI (Exerc.Anterior)	
588 -3.3.90.30	**Material DeConsumo**	**41.439,78**
f)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	

02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2030	Manutenção de Outras Ações da Educação Básica	
2.546	Transferências do FUNDEB-Complementação da União ETI (Exerc.Anterior)	
589 -4.4.90.52	**Equipamento e MaterialPermanente**	**17.759,90**
g)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2030	Manutenção de Outras Ações da Educação Básica	
2.501	Outros Recursos não Vinculados (Exerc.Anteior)	

590 -3.3.90.39	**OutrosServiçosdeTerceiros-PessoaJurídica**	**16.269,62**
h)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2029	Manutençãodas Atividades do Transporte Escolar	
2.553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)(Exerc.Anterior)	
591 -3.3.90.39	**OutrosServiçosdeTerceiros-PessoaJurídica**	**3.949,49**
i)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2029	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
2.550	Transferência do Salário-Educação (Exerc.Anterior)	

592 -3.3.90.39	**OutrosServiçosdeTerceiros-PessoaJurídica**	**166.280,14**
j)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
364	Ensino Superior	
0007	Apoio aos Universitários	
2084	Apoio Financeiro a Universitários	
2.500	Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Anterior)	
593 -3.3.50.43	**SubvençõesSociais**	**42.891,60**
k)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
365	Educação Infantil	
0027	Educação de Qualidade	
1016	Construção, Ampliação e Reforma de Espaço Educativo Tipo II	
2.500	Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Anterior)	
594 -4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**232.416,15**
l)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
365	Educação Infantil	
0027	Educação de Qualidade	
2032	Manutenção e Desenvolvimentodo Ensino Infantil	
2.546	Transferências do FUNDEB-Complementação da União ETI (Exerc.Anterior)	
595 -3.3.90.30	**Material DeConsumo**	**22.101,18**
m)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
365	Educação Infantil	
0027	Educação de Qualidade	
2032	Manutenção e Desenvolvimentodo Ensino Infantil	
2.546	Transferências do FUNDEB-Complementação da União ETI (Exerc.Anterior)	
596 -4.4.90.52	**Equipamento e MaterialPermanente**	**9.471,94**

Art. 2º Fica aberto, no Orçamento Municipal vigente Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no valor de**R$ 16.018,73 (dezesseis mil, dezoito reais esetentae três centavos),**para atender ao desdobro da despesa especificada abaixo:

IDotações a criar (por anulação):

a)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2030	Manutenção de OutrasAções da Educação Básica	

1.546	Transferências do FUNDEB-Complementação da União-ETI	

597 -3.3.90.30	**Material DeConsumo**	**7.312,93**
b)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2030	Manutenção de Outras Ações da Educação Básica	
1.546	Transferências do FUNDEB-Complementação da União-ETI	
598 -4.4.90.52	**Equipamentos e MaterialPermanente**	**3.134,12**
c)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
365	Educação Infantil	
0027	Educação de Qualidade	
2032	Manutenção e Desenvolvimentodo Ensino Infantil	
1.546	Transferências do FUNDEB-Complementação da União-ETI	
599 -3.3.90.30	**Material DeConsumo**	**3.900,18**
d)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
365	Educação Infantil	
0027	Educação de Qualidade	
2032	Manutenção e Desenvolvimentodo Ensino Infantil	
1.546	Transferências do FUNDEB-Complementação da União-ETI	
600 -4.4.90.52	**Equipamento e MaterialPermanente**	**1.671,50**

Art. 3º Para cobertura dos créditos especificados no art. 1º serão utilizadas as seguintes fontes:

I Superávit financeiro:

a)Conta:11.032-9Agência8291- 0PNAE-*R$5.681,12*
b)Conta: 11.177-5 Ag. 8291-0 Complementação Invest. FUNDEB -*R$15.287,85*
c)Conta:11.176-7Agência8291- 0FUNDEB-*R$162.079,49*
d)Conta:11.134-1Agência8291- 0PNATE-*R$3.949,49*
e)Conta: 8139-6Agência 8291-0 Salário Educação-*R$166.280,14*
f)Conta:1517-2Ag.8291-0Pref.Mun. CampoNovoRecursosLivres-*R$291.577,37*

Art. 4º Para cobertura dos créditos especificados no art. 2º será anulada a seguinte dotação:

Anulação de Dotação:

a)		
02.04	Secretaria Municipal de Educação	
02.04.04	Secretaria Municipal de Educação	
12	Educação	
361	Ensino Fundamental	
0027	Educação de Qualidade	
2027	Remuneração dos Profissionais da EducaçãoBásica	
1.546	Transferências do FUNDEB-Complementação da União-ETI	
454 -3.1.90.11	**VencimentoseVantagensFixas-PessoalCivil**	**16.018,73**

Art. 5º Este decreto entrará em vigor a partir de 09 de abril de 2026, revogando o Decreto nº 054/2026, de 19 de março de 2026.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:BE83D13B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 10670, 25 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a inclusão e readequação no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), destinado ao remanejamento orçamentário para atender a Secretaria Municipal Geral - SEMG.

O **Prefeito Municipal de Candeias do Jamari - RO,** no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na LEI Nº 1.839 DE 14 DE JANEIRO DE 2026, combinado com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a inclusão e adequação no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao remanejamento orçamentário para a Secretaria Municipal Geral - SEMG para custear despesas visando custeio de capacitação do setor patrimonial. Obedecendo às vinculações e classificações orçamentárias constantes abaixo:

04.000	PODER EXECUTIVO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
02.014	COORDENADORIA MUNICIPAL DE REG FUN - CMDUR						
PROJETO/ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	FICHA	NATUREZA DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
15.451.0005.2.047	GERIR A EXECUÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	196	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.500.0000.0000	10.000,00	
SUB-TOTAL						10.000,00	
02.012	SECRETARIA MUNICIPAL GERAL -SEMG						
PROJETO/ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	FICHA	NATUREZA DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
04.122.0005.2.041	GERIR A EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA DA SEMG	179	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇO DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500.0000.0000		10.000,00
SUB-TOTAL							10.000,00
TOTAL GERAL						10.000,00	10.000,00

Art. 2º - Fica autorizada a alteração do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias) e detalhamento da despesa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:597DEA6F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal ANDRE DE OLIVEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01.001.01.031.0002.2.003.3.3.90.30.00.00. - 15000000 - MATERIAL DE CONSUMO
01.001.01.031.0002.2.003.3.3.90.39.00.00. - 15000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

•
– HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	/2026				
b) Licitação Nrº :	10/2026				
c) Modalidade :	Inexigibilidade				
d) Data Adjudicação :	25 de setembro de 2026				
e) Objeto da Licitação :	DESPESA REFERENTE	À	CONTRATAÇÃO	DE	EMPRESA

ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA REVISÃO

PREVENTIVA DE 50.000 KM DO VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS/RO.
a) Processo Adm Nrº : 50/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: AUTOVEMA MOTORS COMERCIO DE CAMIONETAS LTDA CNPJ/CPF: 35.266.554/0003-81

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	LAVAGEM DE VEICULO CLIENTE	1	R$ 100,00	R$ 100,00
2	OXI-SANITIZAÇÃO-LIMPAR	1	R$ 170,00	R$ 170,00
3	LIMPEZA TECNICA DO MOTOR	1	R$ 175,00	R$ 175,00
4	LIMPEZA DOS DUTOS DE AR	1	R$ 175,00	R$ 175,00
5	LIMPEZA DO NUCLEO EVAPORADOR	1	R$ 175,00	R$ 175,00
6	TRAT. ANTIDESGASTE DO MOTOR	1	R$ 121,50	R$ 121,50
7	TRAT.TRATAMENTO COMBUSTIVEL- PILULA	1	R$ 67,50	R$ 67,50
8	OXI 300	1	R$ 379,89	R$ 379,89
9	PARA-BRISA 310	1	R$ 159,46	R$ 159,46
10	AROMA 311	1	R$ 2,70	R$ 2,70
11	EVAPORADORA 304	1	R$ 192,29	R$ 192,29
12	TELA 315	1	R$ 154,77	R$ 154,77
13	AR COND.301	1	R$ 187,60	R$ 187,60
14	LIMPEZA TECNICA DO RADIADOR	1	R$ 220,00	R$ 220,00
15	TRAT. ANTI ZINABRE- BATERIA	1	R$ 140,70	R$ 140,70
16	GRAXA317	1	R$ 15,00	R$ 15,00
17	5A.REVISAO-50.000,00 KM	1	R$ 300,00	R$ 300,00
18	LIMPEZA SISTEMA DE FREIO	2	R$ 190,00	R$ 380,00
19	REPARADOR 313	1	R$ 196,98	R$ 196,98

20	VERNIZ 314	1	R$ 154,77	R$ 154,77
21	OLEO,MOTOR-SAE 5W-30 SINTET	5	R$ 68,64	R$ 343,20
22	FILTRO CJ, CABINE, CARVÃO	1	R$ 170,29	R$ 170,29
23	ELEMENTO, FILTRANTE AR MOTOR	1	R$ 181,84	R$ 181,84
24	FILTRO OLEO LUBRIFICANTE MOTO	1	R$ 118,33	R$ 118,33
25	JUNTA, VEDACAO DRENO OLEO MOTO	1	R$ 15,41	R$ 15,41
26	LUBRIFICACAO CJ-MTECH	1	R$ 126,48	R$ 126,48
27	LIMPADOR, SISTEMA COMBUSTIVEL	1	R$ 185,03	R$ 185,03
28	LIMPADOR, SPRAY SISTEMA A/C	2	R$ 110,67	R$ 221,34
29	ESTABILIZADOR, DIESEL	1	R$ 44,99	R$ 44,99
30	VALVULA CJ,TPMS PNEU	1	R$ 1.801,52	R$ 1.801,52
31	SERVIÇO DE MECANICA	1	R$ 469,00	R$ 469,00

Valor Total Homologado - R$ 7.145,59

•
– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s). Castanheiras,25 de setembro de 2026.

ANDRE DE OLIVEIRA
Presidente-CMC

Publicado por:
Rosineia Silva do Zaco
Código Identificador:D83B0768

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO 11- DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS			
PERIODO: Janeiro a Agosto			
RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	3.937,97	-3.937,97
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	3.937,97	-3.937,97

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.590,62	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.590,62	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.590,62	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	2025 (i)	2026 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	102.003,75	-72.652,65	29.351,10

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES	***LUCINEIDE APARECIDA JULIO***	***JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA***
023.856.642-08	606.804.072-00	204.027.242-91
Prefeito Municipal	Contadora	Secretario Mun. Decreto 003/2025

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:69C26861

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO 14- DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
PERIODO: Janeiro a Agosto 2026/BIMESTRE Julho - Agosto	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	R$ 1
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial	101.301.443,0-0
Previsão Atualizada	106.574.463,2-9

Receitas Realizadas	84.192.272,1-6
Déficit Orçamentário	0,0-0
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	26.335.233,6-7
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-
Dotação Inicial	101.301.443,0-0
Créditos Adicionais	50.170.372,4-0
Dotação Atualizada	151.471.815,4-0
Despesas Empenhadas	104.549.705,5-3
Despesas Liquidadas	70.759.182,0-7
Despesas Pagas	69.368.652,0-6
Superávit Orçamentário	13.433.090,0-9
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	104.549.705,5-3
Despesas Liquidadas	70.759.182,0-7
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	114.320.945,1-9
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	108.276.618,1-9
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	106.470.702,1-9
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Pagas	0,0-0
Resultado Previdenciário	0,0-0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Pagas	0,0-0
Resultado Previdenciário	0,0-0

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	1.342.174,55	6.363.606,82	474,13
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	6.900.172,34	10.576.432,37	153,28

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	620.083,57	1.216,32	590.577,67	28.289,58
Poder Executivo	620.083,57	1.216,32	590.577,67	28.289,58
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.050.195,93	741.348,21	4.262.888,86	2.045.958,86
Poder Executivo	7.050.195,93	741.348,21	4.262.888,86	2.045.958,86
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.670.279,50	742.564,53	4.853.466,53	2.074.248,44

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	12.649.379,86	25,00	24,24
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	6.639.808,01	70,00	64,76
Mínimo Anual de 4% do FUNDEB na Criação de Matrículas em ETI	0,00	4,00	0,00
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	28.275.513,02	10.870.388,34
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	3.937,97	-3.937,97
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	14.550.187,08	15,00	28,34
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

EY WANDERLEY DA COSTA GONÇA	*LUCINEIDE APARECIDA JULIO*	*JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA*
023.856.642-08	606.804.072-00	204.027.242-91
Prefeito Municipal	Contadora	Secretario Mun. Decreto 003/2025

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:8CB06745

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO 4- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIOS E NOMINAL

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Agosto 2026/BIMESTRE Julho - Agosto		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Ago/2026
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	100.401.443,00	74.284.607,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.978.188,73	8.734.779,23
IPTU	609.101,24	572.513,91
ISS	2.183.329,19	2.067.303,81
ITBI	526.258,84	791.830,60
IRRF	2.324.030,47	1.753.949,74
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.335.468,99	3.549.181,17
Contribuições	298.867,15	121.474,19
Receita Patrimonial	2.223.161,23	3.706.367,31
Aplicações Financeiras (II)	2.223.161,23	3.706.367,31
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	82.626.051,28	60.984.286,74
Cota Parte do FPM	22.308.192,35	11.385.854,49
Cota Parte do ICMS	35.071.164,07	25.277.017,36
Cota Parte do IPVA	1.535.325,32	887.076,47
Cota Parte do ITR	189.916,05	76.128,58
Transferências da LC 61/1989	185.424,82	141.163,40
Transferencias do FUNDEB	13.695.064,87	10.549.041,90
Outras Transferências Correntes	9.640.963,80	12.668.004,54
Demais Receitas Correntes	1.275.174,61	737.699,72
Outras Receitas Financeiras (III)	105.529,00	6.275,76
Receitas Correntes Restantes	1.169.645,61	731.423,96
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	98.072.752,77	70.571.964,12
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	6.173.020,29	9.907.664,97
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	6.173.020,29	9.907.664,97
Convênios	6.173.020,29	5.871.998,97
Outras Transferências de Capital	0,00	4.035.666,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	6.173.020,29	9.907.664,97
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	104.245.773,06	80.479.629,09
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	104.245.773,06	80.479.629,09

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	110.746.510,84	76.274.192,51	60.672.236,28	59.459.052,75	578.097,17	1.960.901,72	1.959.090,80
Pessoal e Encargos Sociais	42.938.211,40	28.858.527,35	28.704.174,69	28.174.179,19	0,00	16.060,63	16.060,63
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	67.808.299,44	47.415.665,16	31.968.061,59	31.284.873,56	578.097,17	1.944.841,09	1.943.030,17
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	67.808.299,44	47.415.665,16	31.968.061,59	31.284.873,56	578.097,17	1.944.841,09	1.943.030,17
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	110.746.510,84	76.274.192,51	60.672.236,28	59.459.052,75	578.097,17	1.960.901,72	1.959.090,80
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	39.145.901,36	28.275.513,02	10.086.945,79	9.909.599,31	12.480,50	2.373.651,16	2.303.798,06
Investimentos	38.965.901,36	28.095.513,02	9.980.849,47	9.803.502,99	12.480,50	2.373.651,16	2.303.798,06
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	180.000,00	180.000,00	106.096,32	106.096,32	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI +	38.965.901,36	28.095.513,02	9.980.849,47	9.803.502,99	12.480,50	2.373.651,16	2.303.798,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	1.579.403,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	151.291.815,40	104.369.705,53	70.653.085,75	69.262.555,74	590.577,67	4.334.552,88	4.262.888,86
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	151.291.815,40	104.369.705,53	70.653.085,75	69.262.555,74	590.577,67	4.334.552,88	4.262.888,86
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							6.363.606,82
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							6.363.606,82

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.342.174,55

JUROS NOMINAIS	Jan a Ago/2026
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	0,00
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	6.363.606,82
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	6.900.172,34

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Jan a Ago/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.585.760,60	1.479.664,28
DEDUÇÕES (XL)	42.106.163,33	52.576.499,38
Disponibilidade de Caixa	42.106.163,33	52.576.499,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	42.736.052,90	53.573.462,67
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	620.083,57	99.953,60
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.806,00	897.009,69
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-40.520.402,73	-51.096.835,10
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		10.576.432,37
AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Ago/2026	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-520.129,97	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	10.056.302,40	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	10.056.302,40	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.335.233,67	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	26.335.233,67	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES	***LUCINEIDE APARECIDA JULIO***	***JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA***
023.856.642-08	606.804.072-00	204.027.242-91
Prefeito Municipal	Contadora	Secretario Mun. Decreto 003/2025

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:BB4B67C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO 8- DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO MDE

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Agosto 2026/BIMESTRE Julho - Agosto		
RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)		R$ 1
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO
1- RECEITA DE IMPOSTOS	5.642.719,74	5.185.598,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	609.101,24	572.513,91
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	526.258,84	791.830,60
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.183.329,19	2.067.303,81
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.324.030,47	1.753.949,74
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	72.810.942,53	46.999.984,46
2.1- Cota-Parte FPM	26.908.654,82	14.023.317,59
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	25.002.312,37	13.187.316,84
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	1.906.342,45	836.000,75
2.2- Cota-Parte ICMS	43.588.955,09	31.596.271,52
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	231.781,03	176.454,25
2.4- Cota-Parte ITR	212.394,94	95.160,63
2.5- Cota-Parte IPVA	1.869.156,65	1.108.780,47
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	78.453.662,27	52.185.582,52
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	13.520.919,92	9.232.744,16
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	5.432.495,55	3.813.598,89
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	13.890.287,82	10.730.947,51
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	13.890.287,82	10.214.450,70
6.1.1- Principal	13.695.064,87	10.032.545,09
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	195.222,95	181.905,61
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	38.076,27
6.2.1- Principal	0,00	38.076,27
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00

6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	478.420,54
6.4.1- Principal	0,00	478.420,54
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	174.144,95	799.800,93

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	1.136.828,02
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.136.828,02
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	11.867.775,53

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	15.026.927,91	9.114.978,66	9.018.188,41	8.873.757,80	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.680.801,87	7.471.400,61	7.471.400,61	7.331.904,03	0,00
10.1.1- Educação Infantil	2.744.429,63	1.568.085,00	1.568.085,00	1.539.428,35	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	9.565.751,00	5.551.305,77	5.551.305,77	5.451.425,01	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	370.621,24	352.009,84	352.009,84	341.050,67	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.346.126,04	1.643.578,05	1.546.787,80	1.541.853,77	0,00
10.2.1- Educação Infantil	673.806,04	477.433,25	380.643,00	380.643,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.625.790,00	1.119.614,80	1.119.614,80	1.114.680,77	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	46.530,00	46.530,00	46.530,00	46.530,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	8.087.137,81	8.087.137,81	7.944.297,05	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.087.137,81	8.087.137,81	7.944.297,05	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES 12.1- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.639.808,01	6.639.808,01	6.501.901,28	0,00	0,00	0,00
12.2- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- INDICADORES FUNDEB (70% E 4%) 15.1- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSI	7.176.768,88	6.639.808,01	6.639.808,01	64,76
15.2- MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB NA CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI11	429.237,90	0,00	0,00	0,00
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	1.073.094,75	2.643.809,70	2.643.809,70	1.570.714,95	24,64

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor de Superávit Permitido no Ex. Ant. não Aplicado no

						Exercício Atual (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	1.350.911,18	1.095.781,94	659.769,19	271.281,41	164.731,34	436.012,75

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	10.208.435,92	7.991.657,81	5.431.812,37	5.375.737,57	0,00
20.1- Educação Infantil	2.167.058,25	1.569.936,86	1.346.848,18	1.334.805,75	0,00
20.2- Ensino Fundamental	7.616.788,64	6.250.355,60	3.913.598,84	3.874.343,86	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	424.589,03	171.365,35	171.365,35	166.587,96	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	25.235.363,83	17.106.636,47	14.450.000,78	14.249.495,37	0,00
21.1- Educação Infantil	5.585.293,92	3.615.455,11	3.295.576,18	3.254.877,10	0,00
21.1.1- Creche	2.392.650,92	1.417.811,51	1.386.984,05	1.367.303,60	0,00
21.1.2- Pré-Escola	3.192.643,00	2.197.643,60	1.908.592,13	1.887.573,50	0,00
21.2- Ensino Fundamental	19.650.069,91	13.491.181,36	11.154.424,60	10.994.618,27	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	5.431.812,37
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	9.232.744,16
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	1.570.714,95
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	436.012,75
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	8.448,97
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	12.649.379,86

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	13.046.395,63	12.649.379,86	24,24

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.067.060,75	914.014,56	914.014,56	8.448,97	144.597,22
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	744.229,85	591.183,66	591.183,66	8.448,97	144.597,22
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	322.830,90	322.830,90	322.830,90	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.966.783,21	6.237.594,28
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	1.223.087,80	909.285,80
31.1.1- Salário-Educação	710.362,36	657.692,91
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	205.171,61	185.057,24
31.1.4- PNATE	103.484,94	63.224,56
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	204.068,89	3.311,09
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.743.695,41	5.316.437,68
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	11.870,80

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	12.990.081,67	10.574.509,61	6.339.756,21	6.310.598,85	0,00
32.1- Educação Infantil	1.889.822,73	1.119.297,34	999.294,22	999.294,22	0,00
32.2- Ensino Fundamental	7.983.873,29	7.216.837,88	3.298.804,45	3.286.567,23	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	179.233,98	177.009,98	141.720,75	141.720,75	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	104.693,44	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	2.832.458,23	2.061.364,41	1.899.936,79	1.883.016,65	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	38.225.445,50	27.681.146,08	20.789.756,99	20.560.094,22	0,00

33.1- Despesas Correntes	33.628.859,96	24.079.654,54	19.568.167,67	19.338.504,90	0,00

33.1.1- Pessoal Ativo	17.581.947,12	11.285.035,67	11.191.194,80	10.982.804,75	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	15.946.912,84	12.694.618,87	8.276.972,87	8.255.700,15	0,00
33.2- Despesas de Capital	4.331.740,11	3.471.934,95	1.094.174,94	1.094.174,94	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	4.331.740,11	3.471.934,95	1.094.174,94	1.094.174,94	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.459.658,92	767.952,05
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	10.730.947,51	657.692,91
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	9.196.588,70	316.423,09
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.994.017,73	1.109.221,87
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	13.347,18	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	3.007.364,91	1.109.221,87
WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES	***LUCINEIDE APARECIDA JULIO***	***JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA***
023.856.642-08	606.804.072-00	204.027.242-91
Prefeito Municipal	Contadora	Secretario Mun. Decreto 003/2025
1) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."		
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9) Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
11) Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.		

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:1C4DD5C0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 390, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 4º, inciso I, da LOA – Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2026 (Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025);
RESOLVE:
Art. 1º ABRIR no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, na importância de R$ 25.679,53 (Vinte e Cinco Mil, Seiscentos e Setenta e Nove Reais e Cinquenta e Três Centavos), necessário para o "reforço" das dotações especificadas no ANEXO ÚNICO constante deste Decreto.
Art. 2º Os recursos financeiros necessários à cobertura do Crédito de que trata o artigo 1º, serão provenientes dos Recursos conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no ANEXO ÚNICO constante deste Decreto:
I – Recursos Ordinários (Próprios): através de "Transferência" por Anulação de Dotação
Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64).
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 24 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 390/2026

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 1º do Decreto) - SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0025.2.043	Atividades do Ensino Fundamental	455	3.3.90.46	Auxílio Alimentação	25.1.500 1001	RNVI IDMDE	25.679,53
TOTAL GERAL							**25.679,53**

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 2º do Decreto) - REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0025.2.043	Atividades do Ensino Fundamental	447	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.1.500 1001	RNVI IDMDE	20.679,53
		453	3.1.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	25.1.500 1001	RNVI IDMDE	5.000,00
TOTAL GERAL							**25.679,53**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 24 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
24/09/2026 18:40:29
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 632119 e o CRC 185F6CAD.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:9030352C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 026, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONALPROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026
(LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO, o disposto na alínea "a", do inciso VIlI, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º PROMOVER ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme ANEXO ÚNICO desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando custear despesas com o pagamento extra (jetom) referente à participação em reuniões do colegiado de servidores públicos membros/representantes do Conselho Municipal de Educação (CME).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 24 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

JEAN LOPES REIS
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
(Assinado Digitalmente)

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 026/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0024.2.054	Atividades do Conselho	437	3.3.90.36	Outros Serviços de	25.1.500	RNVI IDMDE	

	Municipal de Educação			Terceiros - Pessoa Física	1001		7.805,04
TOTAL GERAL							**7.805,04**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0024.2.054	Atividades do Conselho Municipal de Educação	435	3.3.90.30	Material de Consumo	25.1.500 1001	RNVI IDMDE	4.851,22
		436	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	25.1.500 1001	RNVI IDMDE	2.953,82
TOTAL GERAL							**7.805,04**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 24 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

JEAN LOPES REIS
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
24/09/2026 18:41:33
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

Jean Lopes Reis
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
24/09/2026 18:27:43
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 632121 e o CRC 0A95C75D.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:E587458D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 027, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONALPROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026

(LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO, o disposto na alínea "a", do inciso VIlI, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º PROMOVER ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme ANEXO ÚNICO desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando custear despesas com o pagamento de empresas terceirizadas, entre outras despesas necessárias à manutenção das atividades educacionais infantis, atendendo assim, às demandas da SEMED.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

(Assinado Digitalmente)

JEAN LOPES REIS
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
(Assinado Digitalmente)

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 027/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do FUNDEB**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.365.0016.2.044	Atividades da Educação Infantil (Pré-Escola)	464	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.1.540 0	TFUNDEB-ITI SD	83.638,44
TOTAL GERAL							**83.638,44**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
***Recursos do FUNDEB**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.365.0016.2.044	Atividades da Educação Infantil (Pré-Escola)	461	3.3.90.30	Material de Consumo	30.1.540 0	TFUNDEB-ITI SD	83.638,44
TOTAL GERAL							**83.638,44**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

JEAN LOPES REIS
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS
Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
25/09/2026 11:47:44
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

Jean Lopes Reis
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
25/09/2026 11:42:13
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 633062 e o CRC F8076223.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:839B2D96

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 028, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONALPROGRAMÁTICA, JUNTO AO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO, o disposto na alínea "a", do inciso VIlI, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º PROMOVER ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme ANEXO ÚNICO desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando custear despesas com o pagamento de empresas terceirizadas, entre outras despesas necessárias à manutenção das atividades educacionais, atendendo assim, às demandas da SEMED.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO “PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE”, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

JEAN LOPES REIS
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
(Assinado Digitalmente)

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 028/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do FNDE**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0015.2.047	Atividades do Programa Salário Educação	409	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.550 0	TS-E SD	114.000,00
TOTAL GERAL							**114.000,00**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
***Recursos do FNDE**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.361.0015.2.047	Atividades do Programa Salário Educação	408	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.550 0	TS-E SD	114.000,00
TOTAL GERAL							**114.000,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

JEAN LOPES REIS
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
25/09/2026 11:47:45
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

Jean Lopes Reis
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
25/09/2026 11:42:13
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 633063 e o CRC 754AD727.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:4415AA91

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 029, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DENTRO DA MESMA INSTITUCIONAL E FUNCIONALPROGRAMÁTICA,
JUNTO AO QUADRO DE

DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD REFERENTE
AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE
COLORADO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026
(LEI Nº 2.717, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025).
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO, o disposto na alínea "a", do inciso VIlI, do artigo 4º, da Lei nº 2.717, de 31 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º PROMOVER ajuste em nível de Elemento de Despesa dentro da mesma Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, bem como dentro da mesma Fonte de Recurso, junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD referente ao Orçamento Geral do Município de Colorado do Oeste para o Exercício de 2026, conforme ANEXO ÚNICO desta Portaria.
Parágrafo único. O referido ajuste é necessário para dar cobertura a suplementação de dotação orçamentária, visando custear despesas com o pagamento de empresas terceirizadas, entre outras despesas necessárias à manutenção das atividades educacionais infantis, atendendo assim, às demandas da SEMED.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

JEAN LOPES REIS
Assessor Especial De Administração, Planejamento E Finanças
(Assinado Digitalmente)

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 029/2026

(DESPESA)

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do FNDE**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.365.0016.2.047	Atividades do Programa Salário Educação	477	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.550 0	TS-E SD	20.000,00
TOTAL GERAL							**20.000,00**

REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
***Recursos do FNDE**							
07.00	**SEMED**						
07.01	Secretaria Municipal de Educação						
07.01.12.365.0016.2.047	Atividades do Programa Salário Educação	476	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.550 0	TS-E SD	20.000,00
TOTAL GERAL							**20.000,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE SETEMBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

JEAN LOPES REIS
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
25/09/2026 11:47:46
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

Jean Lopes Reis
Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças
25/09/2026 12:59:58

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br

informando o ID 633067 e o CRC ECBC9EEB.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:7C126A30

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DE AÇÃO DA PNEERQ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM – RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

PLANO DE AÇÃO DA PNEERQ

Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola

2026
Período de Execução: 2026–2028
Plano Revisado

Eixo: Gestão Escolar, Profissionais da Educação e Comunidade Escolar da Rede

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.. 4
2. APRESENTAÇÃO.. 5
3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA.. 5
4. JUSTIFICATIVA.. 6
5. ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA.. 6
6. OBJETIVOS. 7
Objetivo Geral 7
Objetivos Específicos. 7
7. INDICADORES DE EQUIDADE EDUCACIONAL DA REDE MUNICIPAL.. 8
8. EIXOS ESTRUTURANTES DA PNEERQ.. 8
1. Coordenação Federativa. 8
2. Diagnóstico e Monitoramento da Implementação da Lei nº 10.639/2003. 8
3. Formação dos(as) Profissionais da Educação. 9
4. Material Didático e Literário. 9
5. Protocolos de Prevenção, Identificação e Resposta ao Racismo na Educação. 9
6. Afirmação das Trajetórias Negras e Quilombolas. 9
7. Difusão de Saberes. 9
9. PLANO DE AÇÃO – 2026–2028. 9
10. ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO – 180 HORAS. 12
11. ACOMPANHAMENTO, EVIDÊNCIAS E REPLANEJAMENTO.. 13
12. RESULTADOS ESPERADOS. 14
13. ARTICULAÇÃO COM A AGENDA DE EQUIDADE E O VAAR.. 14
REFERÊNCIAS. 15

IDENTIFICAÇÃO

Entidade Executora:
Secretaria Municipal de Educação de Guajará-Mirim – SEMED

Secretária Municipal de Educação:
Maria Tereza Crespo Ribeiro

Coordenadora Estadual da PNEERQ/UNDIME RO:
Ednalva Firmina dos Santos

Agente de Formação Local :
Herma Assunção Leigue

Período de Execução:

Plano preenchido em 2025 e reformulado em 2026, com execução até 2028

Abrangência:
Todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino

APRESENTAÇÃO

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) orienta a implementação de ações educacionais voltadas à superação das desigualdades étnico-raciais, à valorização da diversidade e ao fortalecimento da educação escolar quilombola. Na Rede Municipal de Ensino de Guajará-Mirim, este Plano de Ação traduz a política em ações concretas de gestão, formação, currículo, práticas pedagógicas, materiais, prevenção e enfrentamento do racismo, valorização das trajetórias negras e quilombolas e difusão de saberes.
O plano revisado toma como base o diagnóstico já realizado no âmbito da PNEERQ e a orientação recebida para que as ações sejam organizadas diretamente nos sete eixos da política, com caráter didático-pedagógico, coerência com as necessidades de aprendizagem dos estudantes e execução em horizonte de dois anos. As ações serão desenvolvidas de forma articulada ao Referencial Curricular do Estado de Rondônia (RCRO), aos Projetos Pedagógicos das escolas e aos demais instrumentos de planejamento e acompanhamento da rede.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Lei nº 10.639/2003 – inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.
Lei nº 11.645/2008 – amplia a obrigatoriedade para a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
Resolução CNE/CP nº 01/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Base Nacional Comum Curricular – BNCC.
Referencial Curricular do Estado de Rondônia – RCRO.
Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024 – institui a PNEERQ.
Lei nº 14.113/2020 – regulamenta o Fundeb, incluindo as condicionalidades relacionadas à complementação-VAAR.
Resoluções da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade e demais orientações vigentes aplicáveis ao VAAR.

JUSTIFICATIVA

O diagnóstico utilizado pela rede evidencia avanços em acolhimento, inclusão, atendimento às diferenças individuais e desenvolvimento de projetos relacionados à educação antirracista, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de fortalecer a formação dos profissionais, a representatividade étnico-racial dos materiais pedagógicos, a participação da comunidade e a consolidação de práticas pedagógicas alinhadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e à Educação Escolar Quilombola (EEQ).
A revisão do plano concentra, portanto, as ações nos sete eixos da PNEERQ e prioriza o vínculo entre equidade racial e aprendizagem. A intenção é que a temática não seja tratada como ação isolada ou exclusivamente comemorativa, mas como dimensão permanente do currículo, do planejamento, da avaliação, da organização da sala de aula, dos materiais, da convivência e da gestão pedagógica.

ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA

As ações serão desenvolvidas de forma interdisciplinar e transversal, respeitando a organização curricular e os componentes curriculares. A ERER e a valorização das trajetórias negras, indígenas e quilombolas deverão aparecer no planejamento, nas experiências de aprendizagem, na leitura e produção de textos, na Matemática, nas Ciências da Natureza e nos demais componentes, sem substituir os objetivos de aprendizagem de cada etapa.
A formação indicada no material orientador será incorporada ao Eixo 3, com carga horária de 180 horas, sendo 120 horas de Pedagogia Geral e 60 horas de Conteúdos Específicos. A Pedagogia Geral contempla: aprendizagem e diversidade étnico-racial; gestão da sala de aula para ambientes justos; trabalho em grupo em salas heterogêneas; planejamento para a aprendizagem; e práticas de avaliação. Os conteúdos específicos contemplam práticas de ensino de Matemática, Ciências da Natureza e Língua Portuguesa. A formação deverá resultar em aplicação prática e acompanhamento nas escolas.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Implementar e consolidar, no período de 2026–2028, ações da PNEERQ na Rede Municipal de Ensino de Guajará-Mirim, articulando equidade racial, educação antirracista, valorização da diversidade e Educação Escolar Quilombola às práticas de gestão, currículo, formação e ensino, com foco na aprendizagem e na redução das desigualdades educacionais.

Objetivos Específicos

Fortalecer a coordenação e a governança municipal da PNEERQ e a articulação entre SEMED e unidades escolares.
Utilizar o diagnóstico da PNEERQ como referência para planejamento, acompanhamento e tomada de decisão, sem duplicar instrumentos já existentes.
Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação em ERER, EEQ e práticas pedagógicas para salas heterogêneas.
Qualificar planejamento, avaliação, agrupamentos e intervenções pedagógicas considerando as diferentes trajetórias dos estudantes.
Ampliar a representatividade e a qualidade étnico-racial dos materiais didáticos e literários utilizados pela rede.
Prevenir, identificar, registrar, encaminhar e responder pedagogicamente a situações de racismo e discriminação.
Valorizar histórias, culturas, identidades, saberes e trajetórias negras e quilombolas, articulando-os ao currículo.
Fortalecer a participação das famílias, comunidades e sujeitos do território na construção de práticas educativas de equidade.
Acompanhar indicadores de participação e aprendizagem, inclusive os relacionados às avaliações externas, produzindo evidências para intervenção pedagógica.

Manter documentação comprobatória das ações e dos resultados para fins de acompanhamento institucional.

INDICADORES DE EQUIDADE EDUCACIONAL DA REDE MUNICIPAL

A análise dos indicadores de desigualdade educacional do Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia (SAERO), considerando o Indicador Socioeconômico Escolar (ISE) e os recortes por Cor ou Raça, evidencia avanços e desafios relacionados à promoção da equidade educacional na Rede Municipal de Ensino de Guajará-Mirim.
Os resultados demonstram que diversas unidades escolares apresentaram redução das diferenças de desempenho entre estudantes pertencentes a distintos grupos socioeconômicos, classificados a partir do ISE, evidenciando avanços na garantia do direito à aprendizagem e na redução das desigualdades educacionais.
Da mesma forma, a análise dos indicadores por Cor ou Raça revela movimentos de redução das diferenças de desempenho entre estudantes brancos/amarelos e estudantes pardos, pretos e indígenas em parte das unidades escolares da rede, sinalizando avanços na construção de práticas educacionais mais equitativas e comprometidas com a valorização da diversidade.
Entretanto, os resultados também apontam a permanência de desigualdades em algumas unidades escolares, reforçando a necessidade de fortalecer ações pedagógicas, curriculares e formativas voltadas à promoção da equidade, à valorização da diversidade étnico-racial e ao enfrentamento das desigualdades historicamente presentes no contexto educacional.
Nesse cenário, a implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) constitui estratégia fundamental para o fortalecimento das políticas de inclusão, justiça social e garantia do direito à aprendizagem para todos os estudantes da Rede Municipal de Ensino.

EIXOS ESTRUTURANTES DA PNEERQ

Coordenação Federativa

Articulação entre SEMED, unidades escolares e instâncias de colaboração para assegurar continuidade, acompanhamento e integração da PNEERQ às políticas educacionais.

Diagnóstico e Monitoramento da Implementação da Lei nº 10.639/2003

Uso pedagógico do diagnóstico e de evidências de currículo, práticas, materiais, participação e aprendizagem para orientar decisões e intervenções.

Formação dos(as) Profissionais da Educação

Formação continuada articulada à prática escolar, incluindo os 180h apresentados no material orientador e acompanhamento da aplicação.

Material Didático e Literário

Seleção, ampliação, uso pedagógico e avaliação de materiais que representem adequadamente populações negras, indígenas e quilombolas.

Protocolos de Prevenção, Identificação e Resposta ao Racismo na Educação

Prevenção, identificação, acolhimento, registro, encaminhamento e acompanhamento de situações de racismo e discriminação.

Afirmação das Trajetórias Negras e Quilombolas

Valorização das histórias, identidades, culturas, territórios, saberes e contribuições de pessoas e comunidades negras e quilombolas.

Difusão de Saberes

Socialização de experiências, práticas pedagógicas, produções estudantis e conhecimentos construídos pelas escolas e comunidades.

PLANO DE AÇÃO – 2026–2028

As ações abaixo seguem o modelo orientador recebido, organizando cada iniciativa por eixo, responsável, prazo e indicador de acompanhamento. O cronograma foi distribuído em dois anos para garantir continuidade, execução, acompanhamento e replanejamento, evitando concentrar a PNEERQ em ações pontuais.

Eixo Diagnóstico/ Equidade	Ação	Responsável	Prazo (sem./ano)	Indicador de acompanhamento
1. Coordenação Federativa	Instituir/fortalecer a Comissão Municipal de Equidade/PNEERQ e pontos focais nas unidades escolares, com reuniões periódicas para pactuação, acompanhamento e replanejamento.	SEMED; Agente de Formação Local da PNEERQ; gestores escolares	4º tri/2026; 2027; 2028	Comissão formalizada; registros de reuniões; 100% das escolas com referência definida.
	Articular a PNEERQ aos documentos e instrumentos de gestão e planejamento pedagógico das escolas, incluindo PP, Regimento, planejamento anual e ações de formação e acompanhamento.	SEMED; Coordenação Pedagógica; gestores escolares	4º tri/2026–2027	Percentual de escolas com registros da PNEERQ nos documentos e planejamentos; evidências de acompanhamento.
2. Diagnóstico e Monitoramento da Lei nº 10.639/2003	Transformar os resultados do Diagnóstico Equidade/PNEERQ 2026 em perfis de necessidades por escola, identificando prioridades de currículo, formação, materiais, convivência e aprendizagem, sem duplicar o diagnóstico já realizado.	SEMED; Coordenação da PNEERQ; equipes gestoras e pedagógicas	4º tri/2026 e revisão anual	100% das escolas com prioridades registradas e plano de intervenção/acompanha-mento.
	Acompanhar a participação dos estudantes nas avaliações externas e internas e mobilizar escolas e famílias para garantir participação, especialmente nos anos avaliados pelo Saeb, articulando os dados às intervenções pedagógicas.	SEMED; gestores; coordenações pedagógicas; professores	Contínuo – 2026–2028	Taxa de participação nas avaliações; registros de mobilização; relatórios de análise e intervenção.
3. Formação dos(as) profissionais da educação	Executar a formação de 180h: Pedagogia Geral (120h) e Conteúdos Específicos (60h), contemplando aprendizagem e diversidade étnico-racial, gestão da sala, trabalho em grupos heterogêneos, planejamento,	SEMED; Coordenação PNEERQ; formadores; equipes pedagógicas	2026–2028, conforme calendário formativo	Percentual de profissionais participantes; frequência; certificação/registro; produtos formativos.

	avaliação e práticas de Matemática, Ciências da Natureza e Língua Portuguesa.			
	Realizar oficinas pedagógicas de aplicação da formação, com elaboração de sequências/planos de aula, estratégias de agrupamento, avaliação formativa e intervenções para estudantes com diferentes necessidades de aprendizagem.	Formadores; coordenação pedagógica; professores	Trimestral – 2026–2028	Planos/atividades produzidos; registros de aplicação; acompanhamento de práticas em sala.
4. Material Didático e Literário	Realizar levantamento, seleção, organização e ampliação do acervo didático e literário com representatividade negra, indígena e quilombola, considerando adequação etária, qualidade e uso pedagógico.	SEMED; escolas; bibliotecas/salas de leitura; coordenação pedagógica	4º tri/2026–2027	Inventário atualizado; número de materiais selecionados/adquiridos; percentual de escolas atendidas.
	Integrar o uso dos materiais às práticas de leitura, produção textual, Matemática, Ciências da Natureza e demais componentes, garantindo que a temática esteja articulada aos objetivos de aprendizagem.	Professores; coordenação pedagógica; gestores	Contínuo – 2027–2028	Registros nos planejamentos; atividades aplicadas; portfólios/produções dos estudantes.
5. Protocolos de prevenção, identificação e resposta ao racismo na educação	Estudar, divulgar e implementar procedimentos institucionais de prevenção, identificação, registro, acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de situações de racismo e discriminação, articulados às normas vigentes.	SEMED; gestores; coordenação pedagógica; profissionais da educação	4º tri/2026–2027	Procedimentos divulgados; registros de formação; situações identificadas e encaminhadas conforme fluxo institucional.
	Desenvolver ações pedagógicas permanentes de convivência, respeito às diferenças e prevenção ao racismo, com participação dos estudantes e das famílias.	Escolas; gestores; professores; comunidade escolar	Contínuo – 2026–2028	Número de ações realizadas; registros de participação; avaliação das ações pela comunidade escolar.
6. Afirmação das trajetórias negras e quilombolas	Desenvolver projetos interdisciplinares que incorporem histórias, culturas, identidades, territórios, saberes e contribuições negras e quilombolas aos processos de ensino e aprendizagem.	Escolas; professores; coordenação pedagógica; comunidades	Anual – 2026, 2027 e 2028	100% das escolas com pelo menos uma ação/projeto anual; registros pedagógicos e produções dos estudantes.
	Promover atividades com participação de sujeitos e saberes do território, valorizando memórias, oralidades, produções culturais e conhecimentos comunitários.	Escolas; comunidade; coordenação da PNEERQ	Semestral – 2026–2028	Número de atividades; participação da comunidade; registros e produtos pedagógicos.
7. Difusão de Saberes	Criar espaços de socialização das práticas desenvolvidas pelas escolas, incluindo rodas de conversa, mostras, feiras, registros pedagógicos e compartilhamento de experiências entre profissionais.	SEMED; Coordenação PNEERQ; escolas	Semestral – 2026–2028	Número de experiências socializadas; registros; participação das escolas.
	Organizar repositório/portfólio de evidências da PNEERQ, reunindo planos, registros de formação, materiais produzidos, projetos, avaliações, relatórios e experiências pedagógicas.	Agente de Formação Local da PNEERQ; SEMED; escolas	Implantação 2026; atualização contínua	Repositório atualizado; percentual de escolas com documentação organizada; relatórios de acompanhamento.

ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO – 180 HORAS

A formação será registrada como ação do Eixo 3 e terá caráter aplicado, com articulação entre estudo, planejamento, experimentação pedagógica, acompanhamento e devolutiva.

Bloco	Temáticas	Carga horária
Pedagogia Geral	1. Aprendizagem e diversidade étnico-racial; 2. Gestão da sala de aula para a construção de ambientes justos para a aprendizagem; 3. Trabalho em grupo em salas de aula heterogêneas; 4. Planejamento para a aprendizagem: alinhando objetivos, avaliação e experiências de aprendizagem; 5. Práticas de avaliação.	120h – 5 unidades de 24h
Conteúdos Específicos	Práticas de ensino de Matemática; Práticas de ensino de Ciências da Natureza; Práticas de ensino de Língua Portuguesa.	60h – 3 unidades de 20h
Total	Formação geral + conteúdos específicos, com aplicação pedagógica acompanhada.	180h

ACOMPANHAMENTO, EVIDÊNCIAS E REPLANEJAMENTO

O acompanhamento será realizado por meio dos indicadores definidos na própria tabela do Plano de Ação. Não se cria, nesta versão, um capítulo separado de monitoramento: cada ação já possui seu indicador de acompanhamento, conforme o modelo orientador.
Constituem evidências de execução, conforme a natureza de cada ação:
Portarias, atas e registros de reuniões das comissões;
Planejamentos, planos de aula, sequências didáticas e registros de intervenções;
Listas de presença, registros e produtos das formações;
Levantamentos e inventários de materiais didáticos e literários;
Projetos escolares, registros fotográficos institucionais e produções dos estudantes;
Registros de rodas de conversa, mostras, feiras e participação comunitária;
Instrumentos de acompanhamento, relatórios e análises de dados;
Registros de participação nas avaliações externas e ações de mobilização;
Portfólios e repositório de evidências da PNEERQ.
Os dados serão analisados periodicamente para identificar avanços, dificuldades e necessidades de reorientação das ações. O replanejamento poderá ocorrer sem alteração dos eixos estruturantes, preservando a finalidade do plano e adequando estratégias, prazos e responsáveis às necessidades identificadas.

RESULTADOS ESPERADOS

Implementação articulada da PNEERQ nas unidades escolares da Rede Municipal.
Profissionais da educação com formação ampliada para práticas pedagógicas antirracistas e para o trabalho com diversidade e salas heterogêneas.
Planejamentos e práticas pedagógicas que incorporem a ERER e a valorização das trajetórias negras e quilombolas.
Ampliação do acesso a materiais didáticos e literários representativos e adequados ao trabalho pedagógico.
Maior capacidade institucional para prevenção, identificação e resposta a situações de racismo.
Maior participação da comunidade escolar e dos sujeitos do território.
Fortalecimento do acompanhamento da participação dos estudantes nas avaliações e uso pedagógico dos resultados.
Produção de evidências que permitam acompanhar a implementação da política e subsidiar decisões da SEMED.
Contribuição para a redução de desigualdades educacionais e para a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes.

ARTICULAÇÃO COM A AGENDA DE EQUIDADE E O VAAR

Este Plano reconhece que as ações da PNEERQ devem contribuir para a melhoria das condições de aprendizagem e para o enfrentamento das desigualdades. Em relação ao VAAR, a Condicionalidade II está relacionada à participação dos estudantes nas avaliações do Saeb; por isso, o plano inclui mobilização, acompanhamento da participação e uso pedagógico dos resultados. As ações de equidade e redução de desigualdades educacionais também dialogam com a Condicionalidade III, que trata da redução das desigualdades socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024. Institui a PNEERQ.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundeb.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

RONDÔNIA. Referencial Curricular do Estado de Rondônia – RCRO.

BRASIL. Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade. Normativas e orientações vigentes sobre as condicionalidades do VAAR.

Publicado por:
Samuel Rodrigues Duran
Código Identificador:848C61EF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO N.° 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 902-07/2026

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO,** inscrita no CNPJ sob o no 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna, 1425, Setor 01, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos dos artigos 82, 83, 84, 85 e 86 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal n° 2660/2023 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe, em virtude de deliberação do Pregoeiro, e da homologação do procedimento pelo Prefeito do Município de Itapuã do Oeste, firmam a presente ata para registrar os preços ofertados pela empresa para fornecimento dos objetos conforme especificações dos Anexos do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Aquisição de um Caminhão Coletor Compactador de Resíduos Sólidos Urbanos.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA II – DOS FORNECEDORES E SEUS RESPECTIVOS ITENS:

Fornecedor: FOX DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS LTDA **CNPJ: 46.135.499/0002-26**							
Representante: Leidimar Fernandes Alves da Silva Trigueiro							
Telefone: (62) 9967-4771							
E-mail: temporarioforza@gmail.com							
Endereço: AVENIDA P1 , 000 - JARDIM SANTA BARBARA, Palmas - Tocantins - 77060-344							
Item	**Quant.**	**Unid.**	**Descrição**	**Marca**	**Modelo**	**Valor R$**	**Total R$**
1	1	und	Caminhão novo (zero km), tipo caminhão prensa/coletor compactador de resíduos, tração 6x2 ou superior, com eixo drop, potência mínima de 315 cv, torque mínimo de 1.200 nm, motorização 6 cilindros com, no mínimo, 6.8L (equivalente a 6.800 cm³), escape vertical, módulo de interface com compactador para parametrização, para choque elevado em aço vocacional, banco do passageiro 2/3, protetor de cárter, farol traseiro em LED, alarme de ré, freios traseiros reforçados, PBT técnico acima de 24.000 kg, transmissão automatizada Off ROAD com interior reforçado, tomada de força de velocidade alta para compactação com baixa rotação do motor, freio motor mínimo de 280 cv, equipado com implemento compactador com capacidade mínima de 19 m³, sistema hidráulico de compactação traseira, plataforma para até 04 coletores/operadores, dispositivo de basculamento para contêiner plástico e metálico (lifter), reservatório para chorume, sinalização e dispositivos de segurança conforme normas vigentes, cabine com capacidade mínima para 03 ocupantes, ar-condicionado. O veículo deve apresentar todos os equipamentos exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito e CONTRAN e garantia total de no mínimo 36 meses livre de quilometragem, com duas	VOLVO	VM360 6x2 I-SHIFT VOCACIONAL	R$ 889.000,00	R$ 889.000,00

			assitencia técnica no estado de Rondônia, sendo uma na capital Porto Velho e outra no interior. O veículo deverá ser entregue devidamente licenciado para o exercício vigente, em conformidade com a legislação de trânsito aplicável.				
VALOR TOTAL R$ 889.000,00 (oitocentos e oitenta e nove mil reais).							

O valor total da contratação é de R$ 889.000,00 (oitocentos e oitenta e nove mil reais).

O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é esse registrado no certame e estabelecido nessa Cláusula II deste instrumento.
Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Município, prorrogável uma única vez pelo mesmo período, em conformidade com o artigo 84 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

CLÁUSULA IV – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS PARTICIPANTES.

A Administração e o gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEMAP, nos termos do art. 27 do Decreto Municipal n° 2660/2023 que disciplina o sistema de registro de preços no âmbito desta Prefeitura.

UNIDADES ADMINISTRATIVAS PARTICIPANTES:

ÓRGÃO DEMANDANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE – **SEMAGRI**

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

São aquelas descritas no Item 09 da Minuta do Contrato; e
São todas aquelas descritas no item 21 do Termo de Referência.

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São aquelas descritas no Item 08 da Minuta do Contrato; e
São todas aquelas descritas no item 24 do Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO CADASTRO RESERVA

Relação de fornecedores que aceitaram compor o cadastro reserva:
(Conforme anexo – Relatório disponível no portal LICITANET)

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

O contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços poderá ser substituído pela Nota de Empenho, nos termos do edital de **Pregão Eletrônico.**
A licitante vencedora fica obrigada a atender todas as ordens de serviço efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega decorrente dela estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
Se o serviço prestado não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a contratada será intimada à sua reparação na forma definida no edital.
A fatura deverá ser entregue com a devida comprovação de manutenção das condições habilitatórias previstas no certame, na forma exigida pelo edital de licitação.
Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor.
O licitante vencedor declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre o fornecimento, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada emissão de empenho decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
A eventual recusa no recebimento não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas no Art. 156, da Lei Federal nº. 14.133/2021.
A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos contratos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O prazo e o local de entrega do objeto ou execução dos serviços encontram-se definidos de forma pormenorizada no Termo de Referência para a contratação, **Anexo VII** do edital de **Pregão Eletrônico**.
LOCAL DE ENTREGA: Conforme item 02 do edital.
PRAZO DE ENTREGA: Conforme item 02 do edital.

CLÁUSULA X – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedada a utilização desta Ata por órgãos da Administração Pública Federal e Estadual, sendo autorizada aos Municipais, mediante expressa autorização da SEMAP.
A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste, consolidadas no Decreto Municipal n° 2660/2023.
Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio ao regulamento acima mencionado, e encaminhados à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - **SEMAP**. itapuaro@gmail.com

CLÁUSULA XI – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações da Prefeitura Municipal, após autorização expressa do órgão gerenciador – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEMAP.
A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no § 2º ao § 8 º do Art. 86 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
As contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.
O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA XII – DO REMANEJAMENTO DOS ITENS REGISTRADOS

Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.
Caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA XIII – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

É possível alterar a ata de registro de preços, em negociação entre órgão gestor e
fornecedor, a ata poderá ser aditada, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, e
poderá, ainda, sofrer apostilamento.
A alteração na ata de registro de preços é independente da alteração dos contratos.
Se o órgão participante já houver formalizado um contrato com o fornecedor ou prestador de serviços à época em que foi realizada a alteração na ata de registro de preços, a relação entre as duas partes não sofrerá influência das alterações realizadas na ata.
Se for realizada uma alteração em qualquer contrato celebrado entre o fornecedor e um
dos órgãos participantes do registro de preços, a ata não sofrerá nenhuma influência, a não ser que o órgão gestor considere prudente realizá-la.
Para que haja maior flexibilidade nas compras por registro de preços, poderá utilizar
empenho em substituição ao contrato para entregas imediatas.

CLÁUSULA XIV – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
Pela Administração, quando:
O licitante vencedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
O licitante vencedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido sem justificativa aceitável;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;
Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
Pelo licitante vencedor quando:
Ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;
A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.
No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia - AROM, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
O cancelamento de registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurará o
contraditório e a ampla defesa, formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA XV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

São aquelas descritas no item 25 do Edital; e
Aquelas descritas no item 11 da Minuta de Contrato;
A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública da prefeitura de Itapuã do Oeste.
No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com a Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste, a detentora desta ata ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às cominações previstas no edital, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, garantida prévia e ampla defesa por parte do contratado.

CLÁUSULA XVI – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do presente instrumento fica a cargo da secretaria participante conforme item 4.2 desse instrumento.
O recebimento do objeto, tanto provisório como o definitivo, far-se-á na forma estabelecida pelo edital de licitação que precedeu o presente registro;
O setor de Patrimônio e Almoxarifado ou equivalente será responsável pela fiscalização da ata, devendo informar à secretaria demandante qualquer acontecimento anormal.
Comunicações oficiais referentes a presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo fornecedor.
A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

CLÁUSULA XVII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada pela Secretaria Demandante, conforme item 4.2 desse instrumento.

CLÁUSULA XVIII – DO PAGAMENTO

Na contratação decorrentes deste registro, o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, a contar do recebimento dos serviços e da nota fiscal original emitida pela contratada, conforme definido no item 02 do edital.

CLÁUSULA XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o edital de Pregão Eletrônico, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo Administrativo.
A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou e pela publicação da ata em diário oficial.
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº. 14.133/2021, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

CLÁUSULA XX – DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DIEGO EMANUEL FELIX DA SILVA
Secretário – SEMAP
Portaria Nº 067/GAB-PMIO/2025

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Prefeito

Empresas Vencedoras Do Certame:

FOX DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS LTDA

NÃO HÁ CADASTRO RESERVA:

Publicado por:
Lucilaine Veiga de Souza Volet Castro
Código Identificador:475426E3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3414, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

"REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E OS CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA A APURAÇÃO DO JUSTO VALOR DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS OBJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB-E, INCIDENTES SOBRE BENS PÚBLICOS DE DOMÍNIO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, DEFINE A CORRELAÇÃO DE SETORES E NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017, E DA LEI MUNICIPAL Nº 1.264, DE 21 DE JULHO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, no uso de suas atribuições quelhe sãoconferida no inciso VI do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.465/2017;

CONSIDERANDO o disposto no art. 16 da Lei Federal nº 13.465/2017, segundo o qual, na REURB-E promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular fica condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada, a ser apurado na forma estabelecida em ato do Poder Executivo titular do domínio;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 13.465/2017, na apuração do justo valor não serão considerados o valor das acessões e benfeitorias do ocupante, nem a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 23, 24 e 26 da Lei Municipal nº 1.264, de 21 de julho de 2026, que autorizam o Poder Executivo a regulamentar, por decreto, os critérios técnicos, estudos mercadológicos e procedimentos administrativos relativos à REURB-E;

CONSIDERANDO a necessidade de delimitar geograficamente e correlacionar os setores cadastrais aos respectivos núcleos urbanos consolidados para fins de aplicação da Planta de Valores Genéricos (PVG) e delimitação das poligonais de regularização;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DA DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos administrativos e os critérios técnicos para a apuração do justo valor das unidades imobiliárias objeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E, incidentes sobre bens públicos de domínio do Município de Itapuã do Oeste/RO, observadas a legislação federal e municipal aplicáveis.

Art. 2º Para fins de aplicação da metodologia de avaliação, identificação cadastral e delimitação das poligonais objeto de regularização fundiária, fica estabelecida a seguinte correlação obrigatória entre os Setores Fiscais/Cadastrais e os Núcleos Urbanos Informais:

I – Setor Cadastral 001: indicado como Núcleo Urbano 001;
II – Setor Cadastral 002: indicado como Núcleo Urbano 002;
III – Setor Cadastral 003: indicado como Núcleo Urbano 003;
IV – Setor Cadastral 004: indicado como Núcleo Urbano 004;
V – Setor Cadastral 005: indicado como Núcleo Urbano 005;
VI – Setor Cadastral 006: indicado como Núcleo Urbano 006;
VII – Setor Cadastral 009: indicado como Núcleo Urbano 009.

Art. 3º A apuração do justo valor de que trata este Decreto observará, cumulativamente:

I – A legislação federal e municipal aplicável à REURB-E;

II – Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, motivação e eficiência;

III – Critérios técnicos de avaliação imobiliária baseados em normas da ABNT;

IV – Estudos e elementos de natureza mercadológica disponíveis e pertinentes ao imóvel;

V – As características físicas, urbanísticas e locacionais da unidade imobiliária;

VI – A Planta de Valores Genéricos (PVG) do respectivo setor e núcleo de localização;

VII – A documentação constante do processo administrativo de regularização fundiária.

Parágrafo único. A aplicação da Planta de Valores Genéricos – PVG, associada ao respectivo núcleo previsto no art. 2º, servirá como elemento referencial básico, não dispensando a análise dos demais critérios técnicos e mercadológicos locais.

CAPÍTULO II
DA APURAÇÃO DO JUSTO VALOR

Art. 4º O justo valor de cada unidade imobiliária objeto de REURB-E será apurado mediante avaliação técnica e mercadológica individualizada, devidamente fundamentada, observados os critérios e procedimentos estabelecidos neste Decreto e na Metodologia para Apuração do Justo Valor da Unidade Imobiliária – REURB-E, constante do Anexo Único.

§ 1º A metodologia prevista no Anexo Único considerará estritamente as características da unidade imobiliária e a legislação aplicável, limitando-se à avaliação do terreno (nua propriedade).

§ 2º Na apuração do justo valor serão obrigatoriamente excluídas as acessões e benfeitorias realizadas pelo ocupante, bem como a valorização decorrente de sua implantação, em estrito cumprimento ao art. 16 da Lei Federal nº 13.465/2017.

§ 3º O resultado da aplicação da metodologia será formalizado por meio de Laudo de Avaliação Técnica, acompanhado da respectiva memória de cálculo, integrando o processo administrativo de REURB-E.

Art. 5º Na apuração do justo valor da unidade imobiliária objeto de REURB-E sobre bem público, não serão considerados:

I – O valor das acessões realizadas pelo ocupante;
II – O valor das benfeitorias realizadas pelo ocupante;
III – A valorização do imóvel decorrente da implantação das acessões e benfeitorias realizadas pelo ocupante.

Art. 6º O laudo de avaliação técnica de que trata o § 3º do art. 4º conterá, no mínimo:

I – Identificação precisa da unidade imobiliária e do Núcleo Urbano correspondente (001 a 006, ou 009);
II – Localização, confrontações e área poligonal do terreno;
III – Indicação da situação dominial do imóvel público;
IV – Data de referência da avaliação;
V – Metodologia utilizada e fontes mercadológicas consideradas;
VI – Memória descritiva dos fatores de ajuste aplicados;
VII – Valor final apurado para o terreno;
VIII – Identificação, registro profissional e assinatura do responsável técnico emitente.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E IMPUGNAÇÃO

Art. 7º A apuração do justo valor será realizada de ofício no âmbito do processo administrativo de REURB-E, após a regular instrução, identificação e caracterização topográfica da unidade imobiliária.

Art. 8º Concluída a avaliação e emitido o laudo, o beneficiário será cientificado pessoalmente ou por edital acerca do valor apurado e das condições de pagamento previstas na legislação municipal específica.

Art. 9º O beneficiário poderá apresentar impugnação ou pedido de revisão do valor apurado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua ciência.

§ 1º A impugnação deverá ser fundamentada e instruída, preferencialmente, com laudo de profissional habilitado que demonstre o desacordo com os preços praticados no respectivo núcleo urbano.

§ 2º O pedido de revisão será analisado pela unidade técnica municipal competente, cujo parecer técnico fundamentado será submetido à decisão final da autoridade superior, vedada a aplicação de valores arbitrários.

CAPÍTULO IV
DA COBRANÇA E FORMA DE PAGAMENTO

Art. 10. A cobrança decorrente da outorga de direitos reais na REURB-E observará as taxas, emolumentos e valores estabelecidos na legislação municipal em vigor, especialmente a Lei Municipal nº 1.001, de 31 de maio de 2023, ou outra que vier a sucedê-la.

§ 1º Em conformidade com o art. 26 da Lei Municipal nº 1.264/2026, este Decreto não institui, majora ou altera tributos ou encargos sem expressa previsão legislativa.

§ 2º O pagamento do justo valor poderá ser realizado em cota única ou parcelado, conforme critérios e condições fixados em regulamentação fazendária do Município, restando a expedição da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e do título definitivo condicionada à quitação integral ou regularidade do parcelamento firmado.

CAPÍTULO V
DA PUBLICIDADE, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Art. 11. Os atos administrativos relacionados à apuração do justo valor serão motivados e integrados ao respectivo processo administrativo, assegurada a ampla transparência pública.

Art. 12. Os documentos, laudos e planilhas mercadológicas permanecerão arquivados junto ao processo digital de regularização, servindo para fins de fiscalização da Controladoria-Geral do Município e demais órgãos de controle externo.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os casos omissos na aplicação deste Decreto serão solucionados pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária, mediante parecer técnico e jurídico, observada a Lei Federal nº 13.465/2017 e a Lei Municipal nº 1.264/2026.

Art. 14. Integra este Decreto, para todos os fins, o Anexo Único – Metodologia para Apuração do Justo Valor da Unidade Imobiliária – REURB-E.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapuã do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste/RO

ANEXO ÚNICO

METODOLOGIA PARA APURAÇÃO DO JUSTO VALOR DA UNIDADE IMOBILIÁRIA OBJETO DE REURB-E

1. OBJETO

1.1. O presente Anexo estabelece a metodologia técnica e os procedimentos de cálculo destinados à apuração do justo valor das unidades imobiliárias objeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E, quando incidentes sobre bens públicos de domínio do Município de Itapuã do Oeste/RO.

1.2. A metodologia deverá ser aplicada em conjunto com as disposições do Decreto Municipal, da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, do Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, da Lei Municipal nº 1.264, de 21 de julho de 2026 e demais normas aplicáveis.

1.3. A finalidade da metodologia é estabelecer procedimento uniforme, objetivo, documentado e tecnicamente fundamentado para a apuração do justo valor da unidade imobiliária.

2. PREMISSAS DA AVALIAÇÃO

2.1. A avaliação deverá observar:

I – a legislação federal e municipal aplicável;
II – as características específicas da unidade imobiliária;
III – as condições do mercado imobiliário local na data de referência;
IV – os valores praticados em imóveis de características semelhantes, quando disponíveis;
V – a Planta de Valores Genéricos – PVG vigente aplicável ao respectivo setor e núcleo;
VI – a localização e as características urbanísticas da unidade;
VII – a área e configuração do terreno;
VIII – as condições de infraestrutura e acessibilidade, quando pertinentes à determinação do valor do terreno;
IX – os demais elementos técnicos e mercadológicos disponíveis e relevantes para a avaliação.

2.2. A metodologia deverá buscar a determinação do valor econômico do terreno, observadas as características da unidade imobiliária e as condições verificadas no mercado.

3. FONTES DE INFORMAÇÃO

3.1. Poderão ser utilizadas como fontes de informação, entre outras tecnicamente idôneas:

I – Planta de Valores Genéricos – PVG do Município;
II – cadastros imobiliários municipais;
III – registros e informações constantes dos processos administrativos;
IV – transações imobiliárias efetivamente realizadas, quando disponíveis;
V – ofertas de imóveis semelhantes no mercado local;
VI – avaliações imobiliárias oficiais;
VII – informações fornecidas por órgãos públicos;
VIII – levantamentos realizados pela Administração Municipal;
IX – estudos e pesquisas de mercado;
X – outros elementos técnicos comprobadamente pertinentes à avaliação.

3.2. Os dados utilizados deverão ser identificados no laudo ou memória de cálculo, indicando-se, quando possível, a fonte, data, localização, área, valor e características relevantes.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DO TERRENO

4.1. O Valor Unitário do Terreno – VUT será determinado mediante análise técnica dos elementos disponíveis, considerando-se a compatibilidade entre a unidade objeto da avaliação e os imóveis utilizados como referência.

4.2. Quando a Planta de Valores Genéricos – PVG apresentar valor aplicável ao respectivo setor fiscal que compreenda o núcleo da unidade imobiliária, este poderá ser utilizado como parâmetro de referência.

4.3. A utilização da PVG não impede a consideração de dados mercadológicos ou outros elementos técnicos que demonstrem a necessidade de adequação do valor de referência às características específicas da unidade avaliada.

4.4. Quando houver pesquisa de mercado suficiente, poderão ser considerados imóveis comparáveis localizados no mesmo setor ou em áreas com características urbanísticas e mercadológicas semelhantes.

5. FÓRMULA DE CÁLCULO

5.1. O justo valor do terreno será apurado, em regra, mediante a seguinte fórmula:

=×
Onde:
JVT = Justo Valor do Terreno, expresso em Reais (R$);
VUT = Valor Unitário do Terreno, expresso em R$/m²;
A = Área da unidade imobiliária, expressa em m².

5.2. O Valor Unitário do Terreno – VUT será definido mediante avaliação técnica, observados os critérios estabelecidos neste Anexo.

5.3. Quando houver necessidade de aplicação de fatores técnicos de ajuste em razão das características específicas da unidade, estes deverão ser expressamente identificados, justificados e demonstrados no laudo ou memória de cálculo.

5.4. Os fatores de ajuste não poderão ser utilizados de forma arbitrária, devendo possuir fundamento técnico verificável e relação objetiva com as características do imóvel.

6. PESQUISA DE MERCADO

6.1. Quando realizada pesquisa de mercado, deverão ser priorizados imóveis comparáveis à unidade avaliada.

6.2. Os valores obtidos deverão, sempre que possível, ser convertidos em valor unitário por metro quadrado.

6.3. Havendo quantidade suficiente de elementos comparáveis, poderá ser calculado o valor unitário de referência mediante tratamento técnico compatível com os dados disponíveis.

6.4. A memória de cálculo deverá demonstrar os valores utilizados, os critérios de seleção e os eventuais ajustes realizados.

6.5. Na ausência de dados mercadológicos suficientes, a avaliação poderá utilizar outros elementos técnicos disponíveis, inclusive a Planta de Valores Genéricos – PVG, desde que a escolha seja devidamente justificada.

7. ACESSÕES E BENFEITORIAS

7.1. Na apuração do justo valor da unidade imobiliária objeto de REURB-E sobre bem público, não serão considerados, nos termos da legislação federal aplicável:

I – o valor das acessões realizadas pelo ocupante;
II – o valor das benfeitorias realizadas pelo ocupante;
III – a valorização do imóvel decorrente da implantação das acessões e benfeitorias realizadas pelo ocupante.

7.2. Quando necessário para a adequada apuração do valor do terreno, deverão ser identificadas no laudo as edificações, acessões e benfeitorias existentes na unidade, exclusivamente para fins de sua exclusão da avaliação.

8. DATA DE REFERÊNCIA

8.1. A avaliação deverá indicar expressamente a data de referência utilizada para a determinação do valor.

8.2. Preferencialmente, deverão ser utilizados dados disponíveis próximos à data de referência da avaliação.

8.3. Quando houver necessidade de atualização de valores históricos, o procedimento adotado deverá ser registrado na memória de cálculo, indicando-se a fonte e o critério utilizado.

9. MEMÓRIA DE CÁLCULO

9.1. Toda avaliação deverá ser acompanhada de memória de cálculo contendo, no mínimo:

Item	Informação
1	Identificação do imóvel e do respectivo Setor/Núcleo Urbano
2	Número do processo administrativo

3	Setor/localização geográfica
4	Área do terreno (m²)
5	Data de referência da avaliação
6	Valor da PVG, quando utilizado
7	Dados de mercado utilizados como referência
8	Valor unitário adotado (R$/m²)
9	Fatores de ajuste, se existentes
10	Fundamentação técnica dos ajustes
11	Valor bruto calculado
12	Exclusões explícitas relativas a benfeitorias/acessões do ocupante
13	Justo valor final do terreno
14	Identificação e registro profissional do responsável técnico

10. MODELO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: _____

BENEFICIÁRIO: _____

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE: _____

CORRELAÇÃO TERRITORIAL :

( ) Setor 001 Núcleo 001
( ) Setor 002 Núcleo 002
( ) Setor 003 Núcleo 003
( ) Setor 004 Núcleo 004
( ) Setor 005 Núcleo 005
( ) Setor 006 Núcleo 006
( ) Setor 009 Núcleo 009

LOCALIZAÇÃO: _____

ÁREA DO TERRENO: _____ m²

DATA DE REFERÊNCIA: ___/___/_____

VALOR DE REFERÊNCIA

Valor unitário da PVG municipal para o setor indicado: R$ _____/m²

PESQUISA DE MERCADO

Referência	Área	Valor Total	Valor / m²	Fonte do Dado
Imóvel 01	___ m²	R$ _____	R$ _____/m²	_____
Imóvel 02	___ m²	R$ _____	R$ _____/m²	_____
Imóvel 03	___ m²	R$ _____	R$ _____/m²	

VALOR UNITÁRIO ADOTADO

VUT = R$ _____/m²

Justificativa técnica: _____

CÁLCULO DO VALOR DO TERRENO

JVT=VUT×Área
JVT=VUT m² x Área m²
JVT=VUT×Área

JVT=R$ 000000,00 m2× 000000,00 m2 JVT = R$ 000000,00 m² 000000,00

JVT=R$_____/2×_____2

JVT=R$_____ R$ _ _ _ _ _ _

=$_____

ACESSÕES E BENFEITORIAS

Foram identificadas acessões ou benfeitorias físicas no imóvel?
( ) Sim ( ) Não

____

JUSTO VALOR APURADO

( ) $ _____

FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E ASSINATURA

Responsável pela avaliação: _____

Cargo / Função: _____

Registro Profissional (CREA/CAU/CRECI): _____

Data: ___/___/_____

Assinatura: _____

OPÇÃO DE PAGAMENTO ESCOLHIDA PELO BENEFICIÁRIO

( ) À vista com 15% de desconto: Valor Final R$ _____

( ) Parcelado em _____ vezes (Máximo de 48 parcelas): Valor da Parcela Inicial R$ _____

11. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

11.1. Quando não houver dados suficientes para aplicação direta da metodologia prevista neste Anexo, deverá ser adotado procedimento técnico alternativo compatível com as características do imóvel.

11.2. A adoção de metodologia alternativa deverá ser expressamente justificada no laudo de avaliação, indicando:

I – a insuficiência ou inadequação dos dados ordinariamente utilizados;
II – a metodologia escolhida;
III – os dados considerados;
IV – os cálculos realizados;
V – a justificativa para o resultado obtido.

11.3. A inexistência de dados suficientes não autoriza a adoção de valor arbitrário ou desprovido de fundamentação técnica.

12. REVISÃO DA AVALIAÇÃO

12.1. A avaliação poderá ser revista quando forem identificados:

I – erro material;
II – erro de cálculo;
III – utilização de informação comprovadamente incorreta;
IV – alteração relevante dos elementos considerados na avaliação antes da conclusão do procedimento;
V – fato novo capaz de alterar objetivamente o resultado;
VI – determinação fundamentada da autoridade competente ou dos órgãos de controle.

12.2. A revisão deverá ser formalizada nos autos e acompanhada da respectiva justificativa técnica.

13. CONTROLE E RASTREABILIDADE

13.1. Todos os documentos utilizados para a apuração do justo valor deverão ser juntados ou referenciados no processo administrativo, permitindo a identificação da origem dos dados utilizados.

13.2. Sempre que forem utilizados dados externos, deverá ser registrada a respectiva fonte e a data de consulta ou obtenção.

13.3. A memória de cálculo deverá permitir a reprodução do resultado por terceiro que tenha acesso aos mesmos dados e informações.

13.4. Os documentos e informações deverão ser mantidos pelo prazo estabelecido na legislação aplicável, observadas as normas de gestão documental, transparência e proteção de dados pessoais.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A presente metodologia constitui instrumento de regulamentação técnica e administrativa e não institui, majora ou altera tributos, taxas ou encargos.

14.2. Eventual alteração da legislação federal ou municipal que repercuta sobre a metodologia de apuração do justo valor deverá ser observada nos procedimentos subsequentes, sem prejuízo de posterior atualização formal deste Anexo.

14.3. A aplicação desta metodologia não afasta a necessidade de observância das normas técnicas de avaliação imobiliária (NBRs/ABNT) aplicáveis à natureza do trabalho realizado.

14.4. Os casos não previstos neste Anexo serão solucionados mediante análise técnica fundamentada e, quando necessária, manifestação jurídica, observada a legislação vigente.

14.5. Este Anexo integra o Decreto Municipal nº 3414/2026 para todos os fins.

Itapuã do Oeste/RO, 25 de setembro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste/RO

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP:76861-000
Contato:(69) 3231-2330 - Site:www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ:63.761.936/0001-55

Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS**, **CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, em 25/09/2026 às 14:29, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.043 de 13/01/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br, informando o ID **565873** e o código verificador **C22DA7B5**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	JULIANO FRANCA MOURA JUNIOR	***.263.532-**	25/09/2026 13:59

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:F5786D47

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N. 7.076/PMMA/2026.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação nº. 372, 13/02/92
DECRETO N. 7.076/PMMA/2026.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO, JOSÉ ALVES PEREIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nos termos da Lei nº. 2.871/PMMA/2026, autorizado proceder Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro ao Orçamento Vigente, no valor **R$64.000,00 (Sessenta e quatro mil reais),** para contrapartida na construção do almoxarifado da prefeitura, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, conforme dotação orçamentária distribuída no quadro abaixo:

Órgão/ Unid.	Função	Sub-Função	Programa	Projeto/ Atividade	Ação Do Programa	Elemento De Despesas	FONTE	Valor
02/003	**04**	**122**	**0005**	1	**599**	**4.4.90.51.00.00**	**R$**	**25000000**
PMMA/ SEMAP	Administração	Administração Geral	Qualidade da gestão da administração	projeto	Construção do arquivo na Prefeitura Municipal de M. Andreazza conf. Pl. de ação 09032023-07731	Obras e Instalações	64.000,00	Recursonão Vinculados de Impostos – Exercícios Anteriores
						Total	**64.000,00**	

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/Ro, 24 de setembro de 2026.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA
Procuradora do Município - OAB/RO 2209

DOCUMENTO PUBLICADO NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA CONFORME LEI N. 384/2003
POR UM PERÍODO MINIMO DE SETE DIAS

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:CEAA6994

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI N. 2.870/PMMA/2026.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação nº. 372, 13/02/92

LEI N. 2.870/PMMA/2026.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO., APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro ao Orçamento Vigente, no valor **R$330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais),** para dar continuidade nos serviços da Secretaria Municipal de administração em sentenças judiciais, devido a bloqueios nas contas da prefeitura e gêneros alimentícios, combustível, material de limpeza e material de informática, e diárias para a Secretaria Municipal de Fazenda, conforme dotação orçamentária distribuída no quadro abaixo:

Órgão/ Unid.	Função	Sub-Função	Programa	Projeto/ Atividade	Ação Do Programa	Elemento De Despesas	FONTE	Valor
02/003	04	122	0005	0	004	3.3.90.91.00.00	R$	25000000
PMMA/ SEMAP	Administração	Administração Geral	Qualidade da Gestão da Administração	Operações Especiais	Cumprimento das Sentenças Judiciais	Sentenças Judiciais	250.000,00	Recursos não Vinculados de Impostos – Exercícios Anteriores
02/004	04	122	0006	2	011	33.90.14.00.00	R$	25000000
PMMA/ SEMF	Administração	Administração Geral	Gestão da SEMF	Atividade	Atendimento aos Serviços Administrativos da SEMF	Diárias – Pessoal Civil	25.000,00	Recursos não Vinculados de Impostos – Exercícios Anteriores
02/003	04	122	0005	2	051	33.90.30.00.00	R$	25000000
PMMA/ SEMAP	Administração	Administração Geral	Qualidade da Gestão da Administração	Atividade	Atendimento aos Serviços Administrativos da SEMAP	Material de Consumo	55.000,00	Recursos não Vinculados de Impostos – Exercícios Anteriores
						Total	**330.000,00**	

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/RO, 17 de setembro de 2026.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA
Advogada do Município - OAB/RO 2209

DOCUMENTO PUBLICADO NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA CONFORME LEI N. 384/2003 POR UM PERÍODO MINIMO DE SETE DIAS

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:3CCF1484

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI N. 2.871/PMMA/2026.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação nº. 372, 13/02/92
LEI N. 2.871/PMMA/2026.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO., APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado proceder Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro ao Orçamento Vigente, no valor **R$64.000,00 (Sessenta e quatro mil reais),** para contrapartida na construção do almoxarifado da prefeitura, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, conforme dotação orçamentária distribuída no quadro abaixo:

Órgão/ Unid.	Função	Sub-Função	Programa	Projeto/ Atividade	Ação Do Programa	Elemento De Despesas	FONTE	Valor
02/003	**04**	**122**	**0005**	1	**599**	**4.4.90.51.00.00**	**R$**	**25000000**
PMMA/ SEMAP	Administração	Administração Geral	Qualidade da gestão da administração	projeto	Construção do arquivo na Prefeitura Municipal de M. Andreazza conf. Pl. de ação 09032023-07731	Obras e Instalações	64.000,00	Recursonão Vinculados de Impostos – Exercícios Anteriores
						Total	**64.000,00**	

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/Ro, 24 de setembro de 2026.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA
Procuradora do Município - OAB/RO 2209

DOCUMENTO PUBLICADO NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA CONFORME LEI N. 384/2003 POR UM PERÍODO MINIMO DE SETE DIAS

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:44E8599B

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2.026

MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DE RONDÔNIA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2.026		
LRF, Art. 48 - Anexo VI		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida		62.344.388,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		59.009.073,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		58.277.166,05
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	24.402.149,85	41,87
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <54,00%>	31.469.669,67	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	29.896.186,18	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	28.322.702,70	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-40.219.337,20	-68,16
Limite definido por Resolução do Senado Federal	70.810.887,66	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.981.996,07	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	9.441.451,69	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	4.130.635,11	7,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA, emitido em 22/set/2026 as 16h e 58m.		

JOSE ALVES PEREIRA	***PEDRO OTAVIO ROCHA***
Prefeito	Contador CRC/RO 003415-O

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:06772226

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO) ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA			
ESTADO DE RONDÔNIA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I) JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO			Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	9.021.512,53	1.707.999,72	7.313.512,81
Investimentos	8.593.790,53	1.581.999,72	7.011.790,81
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	427.722,00	126.000,00	301.722,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	9.021.512,53	1.707.999,72	7.313.512,81
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OUROS (III) = (II - I)	**9.021.512,53**	**1.707.999,72**	**7.313.512,81**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA, emitido em 22/set/2026 as 15h e 45m.			
Nota: Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			

JOSE ALVES PEREIRA	***PEDRO OTAVIO ROCHA***
Prefeito	Contador CRC/RO 003415-O

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:EFA54253

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°73-2026

MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 73/SUPEL/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 464

No dia 24 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.761.985/0001-98, com sede à RUA CASTELO BRANCO n° 2330 CEP 76888-000 – Monte Negro-RO neste ato legalmente representado por **IVAIR JOSÉ FERNANDES**, portador do CPF n° **677.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: COSTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 32.644.237/0001-00						
Representante: FRANCISCO ADRIANO COSTA SOUZA						
Telefone: (85) 9916-6400						
Email: adrianocultura@hotmail.com						
Endereço: TRAVESSA PADRE LINO ADERALDO, 377 - NOVA BRASILIA, Senador Pompeu - CE - 63600-000						
Item: 1	**Quantidade:** 64,00	**Unidade:** CAIXA	**Marca:** Carestream	**Modelo:** Carestream	**Preço Unitário:** R$ 535,00	**Valor Total:** R$34.240,00
Descrição: FILME DRYVIEW TAMANHO 20X25CM (8x10 polegadas), CAIXA COM 125 PELICULAS ESPECIFICO PARA UTILIZACAO NA IMPRESSORA DV5950.						
Item: 2	**Quantidade:** 64,00	**Unidade:** CAIXA	**Marca:** Carestream	**Modelo:** Carestream	**Preço Unitário:** R$ 1.100,00	**Valor Total:** R$70.400,00
Descrição: FILME DRYVIEW TAMANHO 28X35CM (11x14 polegadas), CAIXA COM 125 PELICULAS, ESPECIFICO PARA UTILIZACAO NA IMPRESSORA DV5950.						
Item: 3	**Quantidade:** 64,00	**Unidade:** CAIXA	**Marca:** Carestream	**Modelo:** Carestream	**Preço Unitário:** R$ 1.344,00	**Valor Total:** R$86.016,00
Descrição: FILME DRYVIEW TAMANHO 35X43CM (14x17 polegadas), CAIXA COM 125 PELICULAS, ESPECIFICO PARA UTILIZACAO NA IMPRESSORA DV5950.						
					Total: R$	**190.656,00**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

1. DO OBJETO:

1.1. **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILMES RADIOLÓGICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO HOSPITAL IRMÃ DULCE.**

2. DA VIGÊNCIA DA ATA.

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura

2.2. Conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021 e Art. 234 da 1.559/2024 o prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e em comum acordo.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021: Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

LEI MUNICIPAL Nº 1.559, DE 11 DE ABRIL DE 2024:

Art. 234. A ata de registro de preços terá validade de 1 (um) ano, podendo ser renovada por igual período, e, ao final desse prazo, o quantitativo inicial será restabelecido, vedado o acúmulo de itens entre os períodos.

§1º. Na prorrogação da ata de registro de preços, poderão ser integrados ao novo período os órgãos e entidades aderentes e seus respectivos quantitativos, bem como os órgãos que

manifestarem seu interesse em participar da ata de registro de preços até a data da prorrogação, desde que haja concordância do fornecedor melhor classificado na ata de registro de preços

§2º. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o restabelecimento do quantitativo inicial

§3º.Será admitido o remanejamento do saldo de quantidades da ata de registro de preços entre os órgãos participantes.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Lei Municipal nº 1.559 de 11 de abril de 2024.

3.2. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das contratações realizadas, bem como da finalidade pública na utilização dos **serviços contratados**, são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA GARANTIA

4.1. A empresa vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos responsáveis, em cada item especificado neste instrumento convocatório.

4.2. A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange todo o processo de prestação de serviços em todas as etapas, sem ônus adicional para as Secretarias.

4.2.1 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelo correio postal nacional, obrigando -se a empresa Contratada atendê -la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e, caso tenha que substituir o material seja feito imediatamente assim que for comunicado, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições prevista no edital;

4.3. O serviço ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

4.4. Da Garantia do Objeto

4.5. O início do período da garantia dar -se -á na data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto;

4.6. Sendo evidenciado defeito em prazo igual ou inferior a 4 (quatro) dias corridos, o bem deverá ser substituído pelo contratado, no prazo de até 5 dias úteis. Sendo evidenciado defeito em prazo superior a 4 (quatro) dias, o problema será sanado pela assistência técnica;

4.7. Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia ficará inteiramente a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade, arcando com quaisquer danos.

4.8. A garantia não será válida sobre defeitos causados pelo mau uso ou acidentes causados pelos seus Usuários;
4.9. Os reparos nos defeitos de fabricação deverão ser solucionados em até 01 (uma) horas.

5. CRITÉRIO PARA ACEITAÇÃO DO OBJETO
5.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta;
5.2 O recebimento provisório dos produtos não implica a aceitação definitiva dos mesmos;
5.3 A atestação final de conformidade do fornecimento cabe às SECRETARIAS;
5.4 Caso os itens estejam em desacordo com as especificações exigidas neste TR ou apresentarem vício, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, mediante Termo de Recusa, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí -los no prazo de 01 (uma) hora, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o contratante, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;
5.5 Somente após a verificação do enquadramento dos produtos com as especificações definidas neste TR, dar -se -á o recebimento definitivo por servidor responsável, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações e demais exigências estabelecidas nesta contratação, atestando no documento de entrega, o recebimento em condições satisfatórias, em termos de quantidade e qualidade, conforme o inciso II, alínea b, do art. 140 da Lei 14.133/2021;
5.6 Será recusado produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;
5.7 O servidor designado como fiscal poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de defeito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil;
5.8 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado do produto fornecido, cabendo -lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;
5.9 A Administração poderá solicitar testes dos produtos junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do produto. A recusa da CONTRATADA a substituir os produtos
reprovados nos testes será considerada descumprimento contratual, sujeitando a mesma à aplicação da penalidade.

6. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
6.1. Os objetos da presente ata deverão ser entregues na Secretaria conforme pedido da secretaria, o prazo de entrega será de até 10 (dez) dias, a contar do pedido da respectiva secretaria e que a entrega dos objetos será de forma PARCELADO, de acordo com a necessidade;

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
7.1 Liquidação

7.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
7.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando -se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
7.1.3A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da
Lei 14.133/2021;
7.1.4 Constatando -se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
7.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
7.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
7.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
7.2 Prazo do pagamento
7.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos produtos adquiridos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;
7.2.2AS SECRETARIAS poderão deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas
obrigações; 7.3 Forma de pagamento 7.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
7.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
7.3.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
7.3.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRAS POR SECRETARIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, observada a natureza de despesa correspondente a cada item adquirido, devendo os bens permanentes ser custeados por dotações classificadas em 3.3.90.30 — Material de Consumo, ou outra classificação que venha a ser indicada pelo setor contábil competente, conforme a fonte de recurso e a natureza do objeto, conforme segue: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Órgão: 03.000 – SAÚDE
Unidade: 03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função programática: 10.122.0010.2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA SEMUSA
Elemento de Despesa: 230 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO Desp: 257
Funcional Programática: 2.047 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Elemento de Despesa: 230 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Desp: 230.

9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conforme as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
9.1.11Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

9.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Termo de Referência, no percentual de até 15% (quinze por cento), a depender da situação;
b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c” e “d” abaixo:

1. c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
2. d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;
9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
9.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e entidades municipais poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
10.1.1.consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora: e
10.1.2.consulta e aceitação prévia do fornecedor.
10.2.A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
10.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
10.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
10.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
10.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1
Dos limites para as adesões
10.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
10.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

11. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
11.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
11.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
11.3.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

11.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.4.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

11.5.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
11.6.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
11.6.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
11.6.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

11.6.2.2. Mantiverem sua proposta original.

11.6.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

11.7.O registro dos licitantes ou dos fornecedores tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

11.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
11.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
11.9.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

11.9.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

11.10.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.11. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11.11.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
11.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

11.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
11.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
11.15. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
11.16. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
11.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

12. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
12.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
12.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
12.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
12.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

12.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
13.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
13.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
13.1.2.Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus
preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
13.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
13.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
13.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
13.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
13.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 1 (https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/pregao/107691/completo_relatorio_ata_registro_preco_completo_95009861517.html#cancelamento_do_fornecedor), sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
13.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
13.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
13.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
13.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
14.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
14.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

14.2.1.De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

14.2.2.De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
14.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
14.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
14.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
14.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3
(https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/pregao/107691/completo_relatorio_ata_registro_preco_completo_95009861517.html#gerenciador_estimador_%C3%A9_partic_em_remane),
a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
15.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
15.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
15.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável.
15.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado mesmo que não haja comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
15.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
15.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
15.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
15.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
15.4.1. Por razão de interesse público;
15.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
15.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
16. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO
16.1.1.Entregar o objeto licitado em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e seus anexos.
16.1.2.Fornecer os produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelas unidades administrativas, em estrita observância às especificações do edital e da proposta.
16.1.3.Verificar se a rotulagem dos produtos está em conformidade com a legislação em vigor.
16.1.4. Responsabilizar -se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 1990) e art. 120. da Lei nº 14.133/2021.
15.1.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 01 (uma) hora os produtos fora das especificações e/ou condições de consumo humano.
16.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação.
16.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 01 (uma) horas que antecede o horário previsto para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação. 16.1. 8. Manter -se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. 16.1. 9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
16.1.10. Responsabilizar -se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato. 16.1.11. Manter permanente entendimento com a Contratante, objetivando evitar interrupções e paralisações na execução dos serviços.
16.1.12.Cumprir rigorosamente as leis, instruções, normas e demais legislações sanitárias federais e estaduais e orientações dos órgãos fiscalizadores sobre os fornecimentos do objeto, segundo a legislação vigente.
16.1.13. Apresentar juntamente à fatura os documentos que comprovem a situação de habilitação.
16.1.14. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções em decorrência do transporte ou dos materiais empregados, conforme dispõe o art. 119 da Lei nº 14.133/2021. 16.1.15. Atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando -se principalmente a determinação disciplinada no inciso III, art. 39 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90), bem como, em estrita observância às normas de segurança alimentar, estabelecidas pelos órgãos competentes.
16.1.16.Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação de serviços.
16.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá -los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação. 16.1.18. Adotar as práticas de sustentabilidade, conforme disposições contidas no Decreto Estadual nº. 21.264/2016.
16.1.19. Assumir a total responsabilidade por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços objeto desta
contratação, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que o respeito exige a legislação em vigor.
16.1.20. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.
16.1.21. Responder, integralmente, por todos os ônus, encargos perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.

15.1.22. Emitir a Nota Fiscal com o CNPJ e especificações dos serviços realizados de modo idêntico àquele apresentado neste Termo de Referência e na Nota de Empenho.
16.1.23. Permitir e assegurar a unidade requisitante o direito irrestrito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as especificações.
16.1.24.Embalar e transportar adequadamente os alimentos para pronta entrega à unidade requisitante.
16.1.25. Fica obrigado a empresa indicar no documento fiscal suas alíquotas, ou sua isenção conforme as legislações vigentes, fica obrigado ainda apresentar as declarações para os casos de isenção conforme Instruções Normativas vigentes.

17. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES
17.1. São obrigações da Contratante:

17.1.1.Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados.

17.1.2.Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento.

17.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Termo de Referência e cumprir com as disposições editalícias e da Ata de Registro de Preços.
17.1.4.Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

17.1.5.Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de sanções administrativas.
17.1.6. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Contratada das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.
17.1.7.Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

17.1.8.Reter os impostos incidentes sobre as empresas que prestem serviços ou forneçam bens ao município.

18. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
18.1. Os órgãos participantes desta Ata de Registro de Preços são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA.

19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Monte Negro. A fiscalização será efetuada pela Comissão de Recebimento designada, que acompanhará a execução dos serviços;
19.2. A existência da fiscalização da Prefeitura Municipal de Monte Negro, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.
19.3. As Secretarias Municipais participantes, através da Equipe de Recebimento, serão responsáveis pela fiscalização dos serviços contratados, observando todos os aspectos estipulados (prazo de execução, local da execução).
19.4. A fiscalização poderá acompanhar a execução dos serviços, verificar as condições operacionais dos equipamentos utilizados, exigir a apresentação das licenças ambientais, autorizações para transporte e destinação dos resíduos, bem como fiscalizar o cumprimento das normas de segurança, saúde ocupacional e meio **ambiente.**
19.5. Não serão aceitos serviços executados em desacordo com o Termo de Referência, com as normas ambientais, sanitárias, de segurança do trabalho ou com as determinações da fiscalização.

20. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1.A empresa vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis. Caso deixe de assiná-la no prazo estabelecido, ficará sujeita às sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei nº 14.133/2021.
21. DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA
21.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste termo, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
22.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
22.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
22.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 1.559/2024, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, independente de transcrição.
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Em Exercício

COSTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA 32.644.237/0001-00

Publicado por:
Leiliane Spadetto
Código Identificador:FCB24FE7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
ATA DO CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2026 – FASE DE HABILITAÇÃO

Processo Administrativo n. 2333/SEMCET/2026

Aos **vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 11h40**, na Sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, reuniu-se a **Comissão Permanente de Contratação – CPC**, designada pelo **Decreto Municipal nº 19.709/2026**, para realização da sessão pública destinada à análise da documentação de habilitação apresentada no **Chamamento Público nº 04/2026**, referente ao **Processo Administrativo nº 2333/SEMCET/2026**.
O Chamamento Público nº 04/2026 tem por objeto a **seleção de Organização da Sociedade Civil – OSC para celebração de Termo de Colaboração, com transferência de recursos financeiros, destinado à execução de projeto municipal de iniciação, treinamento, desenvolvimento técnico e formação esportiva de base na modalidade voleibol, para crianças e adolescentes residentes no Município de Ouro Preto do Oeste/RO**, conforme condições, critérios e exigências estabelecidos no edital e em seus anexos, integrantes do processo administrativo.

O **INSTITUTO NOVA OURO VÔLEI E AÇÃO – NOVA VÔLEI**, inscrito no **CNPJ nº 60.798.968/0001-37**, apresentou proposta para participação no Chamamento Público nº 04/2026, contendo a documentação e os elementos exigidos pelo instrumento convocatório.
A proposta apresentada foi submetida à análise e julgamento da **Comissão Especial de Seleção**, constituída pela **Portaria nº 18.673, de 30 de julho de 2026**, responsável pela análise da admissibilidade, avaliação técnica e classificação da proposta, conforme as regras estabelecidas no Edital.
A referida Comissão Especial de Seleção elaborou o **Relatório da Comissão Especial de Seleção – ID nº 1719658**, datado de 16 de setembro de 2026, no qual foram analisados, entre outros elementos, a Proposta/Plano de Trabalho, o Plano de Aplicação dos Recursos, a memória de cálculo, a relação de materiais e equipamentos, o cronograma de execução, os documentos relativos à experiência institucional, aos atletas atendidos, à equipe técnica, à estrutura operacional e ao reconhecimento social.
O Relatório registrou a classificação técnica da proposta do **INSTITUTO NOVA OURO VÔLEI E AÇÃO – NOVA VÔLEI**, ressalvando que a classificação na etapa de seleção não se confundia com a fase posterior de habilitação.
Após a divulgação do resultado da etapa de seleção, a Organização da Sociedade Civil foi convocada, nos termos do item 13 do Edital, para apresentação dos documentos necessários à fase de habilitação.

O **INSTITUTO NOVA OURO VÔLEI E AÇÃO – NOVA VÔLEI** apresentou os documentos de habilitação exigidos no instrumento convocatório, encaminhando-os pelo endereço eletrônico indicado no Edital.
Os documentos foram protocolados no Processo Administrativo nº 2333/SEMCET/2026 em **23 de setembro de 2026**, com registro de criação às **11h27min30s** e finalização às **11h29min30s**, constando assinatura eletrônica do Presidente da Comissão Permanente de Contratação às 11h29min39s.
Entre os documentos apresentados consta, ainda, a **Declaração Unificada de Capacidade Técnica e Compromissos**, na qual a Organização da Sociedade Civil declara possuir capacidade técnica e operacional, equipe, metodologia, estrutura administrativa, materiais, instrumentos de controle e acesso regular ao local de execução suficientes para realizar o objeto proposto, além de assumir os compromissos relacionados à execução das metas e à utilização dos recursos públicos.

A Comissão Permanente de Contratação procedeu à análise da documentação apresentada pelo **INSTITUTO NOVA OURO VÔLEI E AÇÃO – NOVA VÔLEI**, em conformidade com as exigências estabelecidas no Chamamento Público nº 04/2026.

Processo Administrativo n. 2333/SEMCET/2026
Foram analisados os documentos relativos aos requisitos de habilitação previstos no Edital, compreendendo a **habilitação jurídica, a regularidade fiscal, social e trabalhista e a qualificação econômico-financeira**, bem como os demais documentos exigidos para a participação da Organização da Sociedade Civil no procedimento.
Após a conferência da documentação apresentada, a Comissão Permanente de Contratação verificou o atendimento aos requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório.
Dessa forma, o **INSTITUTO NOVA OURO VÔLEI E AÇÃO – NOVA VÔLEI**, inscrito no **CNPJ nº 60.798.968/0001-37**, foi considerado: **HABILITADO** no **Chamamento Público nº 04/2026**, referente ao Processo Administrativo nº **2333/SEMCET/2026**.

DO RESULTADO
Diante da análise realizada, a Comissão Permanente de Contratação registra o seguinte resultado da fase de habilitação:

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
INSTITUTO NOVA OURO VÔLEI E AÇÃO – NOVA VÔLEI	60.798.968/0001-37	HABILITADO

A presente conclusão refere-se especificamente à **fase de habilitação**, não substituindo os demais atos e providências previstos no Edital e na legislação aplicável para a formalização da parceria.

DO ENCERRAMENTO
Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente **Ata do Chamamento Público nº 04/2026 – Fase de Habilitação**, que, após lida e achada conforme, será assinada pelos membros da **Comissão Permanente de Contratação – CPC**.

Ouro Preto do Oeste/RO, 25de setembro de 2026.

Publicado por:
Juciley Tomaz de Oliveira
Código Identificador:2A95527D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
PORTARIA Nº334, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 006.003228/2026-49

R E S O L V E:

Art. 1°. RETIFICAR a Portaria n° 320/2026/SGOV-DEA, publicada em 14 de setembro de 2026, na Edição n° 4318 do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, nos seguintes termos:

Onde se lê:

ARBITRAR e CONCEDER, 16 (dezesseis) diárias ao servidor abaixo relacionado, para deslocamento aos Distritos de União Bandeirantes, Nova Califórnia, Rio Pardo e Extrema; às Linhas 18, 22, 27, 32 e 67, localizadas na BR-364; às Linhas 13, 17 e C-01, localizadas na BR-319; e aos Ramais São Sebastião e Maravilha, todos no Estado de Rondônia, por meio de transporte terrestre, com a finalidade de realizar o levantamento das demandas e necessidades locais, mediante a coleta de informações junto às comunidades, visando subsidiar o planejamento e a adoção de providências administrativas compatíveis com as particularidades de cada localidade. As informações obtidas contribuirão para o direcionamento de ações e medidas voltadas ao atendimento das necessidades identificadas e ao aprimoramento da prestação dos serviços públicos à população, conforme documentação acostada aos autos do Processo Administrativo n° 006.003228/2026-49.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Período	Quantidade de Diárias
Matheus Serrate de Araujo Carvalho	10080218	Coordenador CJM	Distrito de União Bandeirantes	03/09/2026 a 05/09/2026	2 e ½
			Linhas 18, 22, 27, 32 e 67 (BR-364)	06/09/2026 a 07/09/2026	1 e ½
			Distrito de Nova Colina	10/09/2026 a 12/09/2026	2 e ½
			Ramal São Sebastião	13/09/2026 a 14/09/2026	1 e ½
			Distrito de Rio Pardo	17/09/2026 a 19/09/2026	2 e ½
			Linha 13, 17, e C-01 (BR-319)	20/09/2026 a 21/09/2026	1 e ½
			Distrito de Extrema	24/09/2026 a 26/09/2026	2 e ½
			Ramal Maravilha	27/09/2026 a 28/09/2026	1 e ½

Leia-se:
ARBITRAR e CONCEDER 16 (dezesseis) diárias ao servidor abaixo relacionado, para se deslocar até o Distrito de União Bandeirantes no período de 03 a 05 de setembro de 2026, até as Linhas 18, 22, 27, 32 e 67, localizadas na BR-364, no período de 06 a 07 de setembro de 2026, até o Distrito de Nova Califórnia no período de 10 a 12 de setembro de 2026, até o Ramal São Sebastião no período de 13 a 14 de setembro de 2026, até o Distrito de Rio Pardo no período de 17 a 19 de setembro de 2026, até as Linhas 13, 17 e C-01, localizadas na BR-319, no período de 20 a 21 de setembro de 2026, até o Distrito de Extrema no período de 24 a 26 de setembro de 2026 e até o Ramal Maravilha no período de 27 a 28 de setembro de 2026, por meio de transporte terrestre, para acompanhas as demandas locais e reunir informações necessárias para subsidiar a implementação de medidas e ações voltadas ao aprimoramento dos serviços públicos prestados, conforme solicitação constante no Ofício n° 4681/2026/SGOV-DEA, apensado aos autos do Processo Administrativo n° 006.003228/2026-49.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de Diárias
Matheus Serrate de Araujo Carvalho	10080218	Coordenador CJM	Distrito de União Bandeirantes	2 e ½
			Linhas 18, 22, 27, 32 e 67 (BR-364)	1 e ½
			Distrito de Nova Colina	2 e ½
			Ramal São Sebastião	1 e ½
			Distrito de Rio Pardo	2 e ½
			Linha 13, 17, e C-01 (BR-319)	1 e ½
			Distrito de Extrema	2 e ½
			Ramal Maravilha	1 e ½

(Assinado Eletronicamente)
MAXWEL MOTA DE ANDRADE
Secretário de Governo Interino

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:BC99D846

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.476, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Republicação

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2026;

Considerando o Ofício n.° 8552/2026/SEMED-DIORP, de 16 de setembro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Educação - SEMED solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com os processos n.º 004.005941/2025-66, tendo como contratação de seguro da frota dos ônibus; 004.006344/2025-59, tendo como objeto estudo de terceirização da frota, e processos de vigilância para as escolas,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 1.795.212,46 (um milhão, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e doze reais e quarenta e seis centavos).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo o 6º da Lei nº 3.348, de 27 de novembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	TRANSPÕE R$	REALOCA R$
09.01.12.361.311.2.790	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Ensino Fundamental	FIS	3.1.90.11	1.540.0070.0000.0000	1.000.000,00	-
09.01.12.361.311.2.790	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Ensino Fundamental	FIS	3.1.90.16	1.540.0070.0000.0000	383.222,74	-
09.01.12.361.311.2.790	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Ensino Fundamental	FIS	3.1.91.13	1.540.0070.0000.0000	311.989,72	-
09.01.12.366.157.2.364	Formação dos profissionais da educação	FIS	3.3.90.36	1.500.0025.1001.0000	100.000,00	-
09.01.12.361.311.2.752	Transporte escolar	FIS	3.3.90.39	1.540.0030.0000.0000	-	965989,72
09.01.12.122.313.2.273	Manutenção da sede e unidades educacionais	FIS	3.3.90.37	1.540.0030.0000.0000	-	729.222,74
09.01.12.122.313.2.273	Manutenção da sede e unidades educacionais	FIS	3.3.90.37	1.500.0025.1001.0000	-	100.000,00
SUBTOTAL					1.795.212,46	1.795.212,46
TOTAL					1.795.212,46	1.795.212,46

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:2A5C191C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.493, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Remanejamento de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei nº 3.351, de 15 de dezembro de 2025, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2026;

Considerando o art. 8º, §§ 1º e 2º do Decreto n.º 19.692, de 19 de janeiro de 2024, que estabelece procedimentos e prazos para a operacionalização de ações governamentais com recursos oriundos de Emendas Parlamentares;

Considerando o Ofício n.° 084/CTEAEP/2026, 18 de agosto de 2026, referente a movimentação de recursos da Emenda Parlamentar n.° 031/2025 pelo Vereador Bruno Luciano do Couto Araújo em favor da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de remanejamento de recursos orçamentários no valor de R$ 30.000,00(trinta mil reais).

Art. 2º - Os remanejamentos são decorrentes da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas de um órgão para o outro ou de uma unidade orçamentária para outra, conforme disposto no inciso XV do Artigo 6º da Lei n.º 3.348, de 27 de novembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMIAS						
12.35 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	REMANEJA R$	REALOCA R$
12.35.08.244.146.2.849	Manutenção do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas	SEG	3.3.50.43	1.500.0000.0000.0026	30.000,00	-
SUBTOTAL					30.000,00	-
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMIAS						
12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMIAS						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	REMANEJA R$	REALOCA R$
12.01.08.244.354.2.837	Apoio à Politica Municipal de Direitos, Acessibilidade, Inclusão e Desenvolvimento Humano da Pessoa com Deficiência	SEG	3.3.50.43	1.500.0000.0000.0026	-	30.000,00
SUBTOTAL					30.000,00	30.000,00
TOTAL					30.000,00	30.000,00

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Município

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:A03611E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.494, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.240, de 27 de dezembro de 2024, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2025;

Considerando o art. 8º, §§ 1º e 2º do Decreto n.º 19.692, de 19 de janeiro de 2024, que estabelece procedimentos e prazos para a operacionalização de ações governamentais com recursos oriundos de Emendas Parlamentares;

Considerando o Ofício n.° 084/CTEAEP/2026, 18 de agosto de 2026, referente a movimentação de recursos da Emenda Parlamentar n.° 034 e 37/2025 pelo Vereador Bruno Luciano do Couto Araújo em favor da Secretaria Municipal de Educação - SEMED,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 40.000,00(quarenta mil reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo 6º da Lei nº 3.193, de 27 de junho de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSPÕE R$**	**REALOCA R$**
09.01.12.365.155.2.288	Modernização da Infraestrutura física das unidades educacionais - PRÉ-ESCOLA	FIS	3.3.50.43	1.500.0025.1001.0026	10.000,00	-
09.01.12.365.155.2.291	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos	FIS	3.3.50.43	1.500.0025.1001.0026	30.000,00	-
09.01.12.361.311.2.231	Modernização da Infraestrutura Física das unidades educacionais	FIS	3.3.50.43	1.500.0025.1001.0026	-	40.000,00
SUBTOTAL					**40.000,00**	**40.000,00**
TOTAL					**40.000,00**	**40.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:FD1D8ED9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 22.495, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2026;

Considerando o Ofício nº 2572/2026/SEMTEL-DA**,** 24 de Setembro de 2026, pelo qual a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - SEMTEL solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas para atendimento das comemorações do Aniversário da Cidade a ser realizado no complexo Estrada de Ferro Madeira Mamoré,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$109.000,00 (cento e nove mil reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo o 6º da Lei nº 3.348, de 27 de novembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL						
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSPOSIÇÃO R$**	**REALOCA R$**
13.01.23.695.351.1.021	Construção e Ampliação dos Pontos Turísticos do Município	FIS	4.4.90.51	1.500.000.0000.0000	109.000,00	-
13.01.23.695.351.2.855	Apoio as Ações do Turismo.	FIS	3.3.90.39	1.500.000.0000.0000		109.000,00
SUBTOTAL					**109.000,00**	**109.000,00**
TOTAL					**109.000,00**	**109.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:FF377CD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.º 22.492, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026;

Considerando o Ofício n.º 801/2026/SMD-DA e n.º 801/2026/SMD-DA, de 22, pelo qual a Superintendência Municipal de Distritos - SMD solicita suplementação de recursos para cobertura de despesas com locação de veículos e com o Contrato n.º 028/PGM/2018, tendo como objeto locação de imóvel destinado ao funcionamento da Sede Administrativa do Distrito de União Bandeirante,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 9.984,00 (nove mil e novecentos e oitenta e quatro reais).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV						
02.71 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DOS DISTRITOS - SMD						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**ANULA R$**	**SUPLEMENTA R$**
02.71.04.122.286.2.692	Manutenção das sedes administrativas	FIS	3.3.90.47	1.500.0000.0000.0000	8.000,00	-
			3.3.90.39	1.500.0000.0000.0000	1.984,00	-
			3.3.90.93	1.500.0000.0000.0000	-	8.000,00
			3.3.90.36	1.500.0000.0000.0000	-	1.984,00
SUBTOTAL					**9.984,00**	**9.984,00**
TOTAL					**9.984,00**	**9.984,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 21.684, de 23 de dezembro de 2025 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 21.685, de 23 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:4F51BF8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
RESOLUÇÃO Nº 445 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 445 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre a análise do Plano de Trabalho readequado da Organização da Sociedade Civil – Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia – AMA-RO, referente à Emenda Parlamentar, e dá outras providências".

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE PORTO VELHO/RO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 413, de 30 de março de 2011, e seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CMAS nº 372, de 27 de maio de 2025;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 14.859, de 31 de outubro de 2017, que dispõe sobre as normas e procedimentos do regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 21.694, de 08 de janeiro de 2026, que estabelece procedimentos e prazos para operacionalização de ações governamentais com recursos oriundos de emendas parlamentares;
CONSIDERANDO o Parecer nº 70/COFAS-CMAS/2026, emitido anteriormente no âmbito da análise do Plano de Trabalho referente ao Projeto "Limpeza que Acolhe", no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), aprovado com ressalvas;
CONSIDERANDO o novo Plano de Trabalho encaminhado pela Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia – AMA-RO, por meio do Ofício nº 098/2026/AMA, de 14 de setembro de 2026, apresentado em atendimento às recomendações anteriormente apontadas;
CONSIDERANDO que, após análise comparativa entre as ressalvas anteriormente apontadas e a documentação readequada apresentada pela Organização da Sociedade Civil, verificou-se o atendimento parcial das recomendações de natureza jurídica e técnica;
CONSIDERANDO que foram promovidas adequações quanto à complementação da base legal, adequação do objeto, inclusão de indicadores e parâmetros de monitoramento, reformulação da capacidade técnica, inclusão da memória de cálculo, reestruturação da contrapartida e correção da referência institucional à AMA-RO;
CONSIDERANDO que permanecem ajustes de natureza técnica e formal a serem saneados, especialmente quanto ao cronograma físico de execução, planilha orçamentária, memória de cálculo, capacidade técnica, revisão ortográfica e pesquisa de preços;
CONSIDERANDO que o Parecer nº 98/SEMIAS-CMAS/2026 manifesta-se pelo prosseguimento da instrução processual, ficando a formalização do Termo de Fomento condicionada ao saneamento das inconsistências remanescentes e à validação final dos documentos pela Gestão/SEMIAS;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 23 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Parecer favorável com ressalvas referente ao Plano de Trabalho readequado da Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia – AMA-RO, conforme abaixo, considerando o atendimento parcial das recomendações anteriormente apontadas e autorizando o prosseguimento da instrução processual, condicionado ao saneamento das pendências remanescentes.

Ordem	Entidade Beneficiária	Valor	Parlamentar	Processo SEI	Nº da Emenda	Parecer
01	Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia – AMA-RO	R$ 30.000,00	Vereador Bruno Luciano do Couto Araújo	012.003153/2026-17	Nº 031/2025	Parecer nº 98/SEMIAS-CMAS/2026 – Favorável com ressalvas

Art. 2º A Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS deverá dar ciência à Organização da Sociedade Civil acerca das ressalvas remanescentes constantes do Parecer nº 98/SEMIAS-CMAS/2026.
Art. 3º As ressalvas constantes do Parecer nº 98/SEMIAS-CMAS/2026 deverão ser integralmente atendidas antes da formalização do respectivo Termo de Fomento, especialmente quanto:
I – à revisão integral do cronograma físico de execução;
II – à revisão integral da planilha orçamentária e sua compatibilização com o Plano de Aplicação dos Recursos;
III – à conferência da memória de cálculo e dos quantitativos;
IV – à revisão da redação referente à capacidade técnica;
V – à revisão ortográfica e formal do documento; e
VI – à conferência da pesquisa de preços atualizada.
Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS promover, solicitar ou validar os ajustes necessários antes da efetiva formalização do Termo de Fomento, de modo a assegurar a conformidade do Plano de Trabalho com a legislação aplicável, a coerência entre seus elementos e a regularidade da futura execução e prestação de contas da parceria.
§ O saneamento das ressalvas deverá ser comprovado nos autos, ficando dispensada nova análise ou deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, cabendo à Gestão, após a comprovação da adequação, dar prosseguimento aos trâmites administrativos necessários à formalização da parceria, observadas as demais exigências legais e documentais aplicáveis, dispensado novo encaminhamento ao CMAS para análise ou deliberação.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALDEMARINA GALVÃO LOPES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:25BFC2DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº21/2026/SEMUSA-NPCFD

Porto Velho, 24 de setembro de 2026

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa – em cumprimento as atribuições do art. 10 do Decreto nº 15.403/2018, tendo sido constatado que a despesa do processo Nº 005.015362/2026-01 - , encontra-se, APTA para ser homologada nos termos do Decreto n.° 17.353, de 09 de Julho de 2021, e nos termos do art. 1º do Decreto nº 12.252, de 12 de julho de 2011.

DECIDO: HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias nos termos do Decreto nº 17.353, de 09 de junho de 2021 de forma que os autos deverão ser remetidos à Unidade Administrativa competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário(s).

Nome Do Servidor	Mat.	Cargo/Função	Destino	Quant	Valor Unitário	Valor Total
Edielson Cavalcante Da Silva	35172	Marinheiro/Piloto	Distrito de Demarcação, Comunidade Rio Preto, Distrito de Calama, Comunidade de Nova Esperança e Comunidade de Papagaios	03 diárias e ½ diária	R$ 150,00	R$ 525,00
Raimundo Vieira da Cunha	107.533	Gerente da Divisão de Gestão de Frota/SEMUSA		03 diárias e ½ diária	R$ 200,00	R$ 700,00
Ercir Rodrigues Silva	23.200	Assistente Administrativo/Fiscal do Contrato		03 diárias e ½ diária	R$ 150,00	R$ 525,00
Manoel Simplício de Souza	10080772	Assessor I/Motorista		½ diária (14/09/2026)	R$ 75,00	R$ 150,00
				½ diária (17/09/2026)		

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto n°2.809/I/2026

Visto Por:

SIMONE TAVARES DO NASCIMENTO
Gerente Divisão De Demonstrativos e Prestação De Contas
Decreto n° 8.784/I/2022

Documento assinado eletronicamente por Simone Tavares Do Nascimento, Gerente, em 24/09/2026, às 09:26, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 24/09/2026, às 09:35, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1607854 e o código CRC 00FAD9F5.

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:A56D5D1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº22/2026/SEMUSA-NPCFD

Porto Velho, 24 de setembro de 2026.

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa – em cumprimento as atribuições do art. 10 do Decreto nº 15.403/2018, tendo sido constatado que a despesa do processo Nº 005.017353/2026-46 - SOLICITAÇÃO DE DIARIAS - INDENIZATORIAS, encontra-se, APTA para ser homologada nos termos do Decreto n.° 17.353, de 09 de Julho de 2021, e nos termos do art. 1º do Decreto nº 12.252, de 12 de julho de 2011.
DECIDO: HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias nos termos do Decreto nº 17.353, de 09 de junho de 2021 de forma que os autos deverão ser remetidos à Unidade Administrativa competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário(s).

Nome Do Servidor	Mat.	Cargo/Função	Destino	Quant	Valor Unitário	Valor Total
FREDSON PEREIRA DE OLIVEIRA	884636	Auxiliar Administrativo/MOTORISTA	JI PARANA	6 x ½ Diarias (seis meias diarias)	R$ 75,00	R$ 450,00

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto n°2.809/I/2026

Visto Por:

SIMONE TAVARES DO NASCIMENTO
Gerente Divisão De Demonstrativos e Prestação De Contas
Decreto n° 8.784/I/2022

Documento assinado eletronicamente por Simone Tavares Do Nascimento, Gerente, em 24/09/2026, às 13:38, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 24/09/2026, às 13:52, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1613715 e o código CRC EF95429D.

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:DB2CAB53

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito, ARMANDO BERNARDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	2083/2026
b) Licitação Nrº :	90/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade
d) Data Homologação :	22/09/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Nome	lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor_Unitario	Valor_Total
MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	1	1	Minicarregadeira sobre rodas, nova, zero hora, equipada com motor diesel de potência mínima de 59HP, peso operacional mínimo de 2.900 kg, capacidade operacional mínima de carga de 740 kg, capacidade mínima da caçamba de 0,33 m³ e altura mínima de elevação do pino da caçamba de 3.000 mm. Equipamento com cabine fechada original de fábrica, equipada com ar-condicionado e proteção ROPS/FOPS, tração 4x4, sistema hidráulico compatível com as operações do equipamento, engate rápido universal, caçamba frontal e pneus novos. Deverá possuir garantia mínima de 12(doze) meses, assistência técnica no Estado de Rondônia, manual em português e atender às normas técnicas e de segurança vigentes.	XCMG	UN	1	240.000,00	240.000,00

Seringueiras, 22 de Setembro de 2026

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:43CE66D4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito, ARMANDO BERNARDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	3367/2026
b) Licitação Nrº :	91/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade
d) Data Homologação :	22/09/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Nome	lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor_Unitario	Valor_Total
JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA	1	1	5A.REVISAO FLEX - KM OU T		SERV	2	342,00	615,60
JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA	1	2	Recomendados Saude e Bem Estar		SERV	1	39,90	39,90
JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA	1	3	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO		SERV	1	180,00	180,00
JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA	1	4	OLEO MOPAR 0W20 100ML		UN	34	9,50	323,00
JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA	1	5	FILTRO OLEO MOTOR		UN	1	92,25	92,25
JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA	1	6	ELEMENTO FILTRA		UN	1	99,96	99,96
JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA	1	7	FILTRO COMBUSTI		UN	1	40,28	40,28
JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA	1	8	LIMPA BICO FLEX VIA TANQUE		UN	1	125,00	125,00
JIRAUTO AUTOMOVEIS	1	9	FILTRO AR COND. EVO		UN	1	89,00	89,00

LTDA								
JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA	1	10	SPRAY (DESCARBONIZANTE UNIVE		UN	1	129,00	129,00

Seringueiras, 22 de Setembro de 2026

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:80FAB336

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ
CONCESSÃO DE DIARIA-MOTORISTA SILVIO CORREIA DE LIMA PARA PORTO VELHO/ROO

CAMARA MUNICIPAL DE URUPA
CNPJ: 63.789.416/0001-50
Proposta e Concessão de Diárias

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante: CAMARA MUNICIPAL				
Proponente (Dirigente/Chefe Imediato)			**Cargo/Função/Matrícula**	
JARBAS LUIS DE ALMEIDA			PRESIDENTE	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) SILVIO CORREIA DE LIMA			**Cargo/Função/Matrícula** ASS. LEG./MOTORISTA– Matricula.:11.952	
CPF	**Identidade**	**Banco**	**Agência**	**Conta Corrente**
711**.***.***-15	***437/SESDEC/RO	1	4007-X	13.***-9

DADOS DA VIAGEM

Destino PORTO VELHO-RO	**Meio de Transporte**	**Data de Início** 28/09/2026	**Data de Retorno** 30/09/2026
Motivo da Viagem: 0 SENHOR **SILVIO CORREIA DE LIMA/ASSESSOR LEGISLATIVO/MOTORISTA**, ESTARÁ REALIZANDO VIAGEM PARA CIDADE PORTO VELHO/RO, PARA CONDUZIR O SERVIDOR HARRISON JHONATHA JENSEN STEIN/OUVIDOR GERAL/CMUR.			
Proponente: _____ (assinado eletronicamente) JARBAS LUIS DE ALMEIDA Data: ___/___/_____ PRESIDENTE			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Localização	UFUR (65,60)	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
PORTO VELHO/RO	11(UFUR)	02 e ½	721,60	1.804,00
TOTAL				1.804,00

Publicado por:
Elizabete Cavalcanti da Silva
Código Identificador:959CE6C6

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PE 029/2026 - AQUISIÇÃO DE CÂMARAS PORTÁTEIS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO
E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

No uso de suas atribuições legais, após parecer jurídico, que se manifestou favoravelmente, sendo assim o Prefeito ADJUDICA E HOMOLOGA o resultado do Pregão nº 29/2026referente ao Processo 463/2026que tem como objetivo **Aquisição de Câmaras Portáteis** para Conservação de Vacinas**.**
Fundamento Legal: Lei n. 14.133/2021.
Homologo em favor da licitante:
4074 - ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERACAO LTDA

a) Processo Nrº :	463/2026
b) Licitação Nrº :	29/2026
c) Modalidade :	Pregão
d) Data Homologação :	25/09/2026

lote	**ordem**	**descricao**	**marca**	**unidade**	**quantidade**	**valorunitario**	**valortotal**	**nome**
1	1	CÂMARA PORTÁTIL PARA VACINAÇÃO EXTRAMURO – CAPACIDADE 30 LITROS	ELBER CTB 30	UND	1	8.350,00	8.350,00	ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERACAO LTDA

Urupá, 25 de setembro de 2026.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito

Publicado por:
Mirielle Gonzalves Pinto
Código Identificador:2C21B70D

GABINETE DO PREFEITO
AVALIAÇÃO PNAB

PROJETO 01 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Mimos que encanta			
Proponente	Francisca Andreia pessoa de Menezes	CPF	006.***.*** 17
Categoria	Exposição de artesanato, crochê e demais produções artesanais voltada à democratização do acesso à cultura	Valor	R$ 1.000,00
Execução	01/09/2026 a 31/12/2026	Inscrição	1
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto Ateliê dos Mimos tem como proposta fortalecer e valorizar o artesanato local por meio da produção de peças artesanais e personalizadas, como chaveiros, canetas, terços e pulseiras. A ideia surgiu a parti do tratamento de leucemia do meu filho comecei a fazer artesanato pra ocupa minha mente e e ajuda supera o momento difícil que nós estávamos passando desde 2023, e TB ajuda na nossa renda buscando transformar minha criatividade em uma fonte de renda e levar produtos feitos à mão para a comunidade. O projeto também pretende ampliar a divulgação e a comercialização do artesanato, contribuindo para a valorização da cultura e do trabalho artesanal no município de Urupá.		Valoriza o artesanato em Urupá levando alegria através do artesanato pra população de Urupá Produzir pelo menos 100 peças artesanais durante o projeto. Produzir chaveiros, canetas, terços e pulseiras personalizados. Participar de pelo menos 2 feiras ou eventos para divulgar e comercializar os produtos. Divulgar o Ateliê dos Mimos para a comunidade de Urupá. Ampliar a comercialização dos produtos artesanais, contribuindo para a geração de renda.	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: O projeto é voltado para o público em geral, incluindo crianças, jovens, adultos e idosos, residentes no município de Urupá e região. O trabalho será divulgado e comercializado em feiras, eventos e espaços da comunidade Público prioritário: Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: 100 pessoas Local/território: No município de Urupá – RO, incluindo meu espaço de produção e feiras, eventos e espaços públicos da comunidade Gratuidade: Sim. Cobrança/venda: Sim. Detalhamento de cobrança/venda: Haverá venda de produtos artesanais, como chaveiros, canetas personalizadas...		O projeto contará com equipe/profissionais? O próprio proponente executará o projeto. Nome do profissional, empresa ou colaborador: Francisca Andreia Pessoa de Menezes Função no projeto: Artesã e responsável pela produção CPF ou CNPJ, se houver: 00667211217 Mini currículo ou breve descrição da experiência: Atua na produção artesanal de produtos personalizados, desenvolvendo trabalhos manuais com criatividade e dedicação, incluindo canetas personalizadas, chaveiros, terços e pulseiras. Atividade que realizará no projeto: Confecção dos produtos artesanais, organização dos materiais...	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp., Convites impressos., Escolas., Espaços culturais., Outro Período: Será divulgada antes da atividade e no meio do projeto e no final do projeto Público da divulgação: Público em geral Responsável: Nossa equipe Observações: A divulgação e essencial,então vamos força muito na divulgação Previsão de acessibilidade: A equipe precisa orientar. Arquitetônica: Atividade realizada em local térreo ou de fácil acesso. Comunicacional: Orientação presencial ao público. Atitudinal: Apoio individualizado a pessoas com deficiência, quando necessário., Acolhimento de pessoas idosas ou com mobilidade reduzida...		Valor informado no formulário: R$ 1.000,00 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 1.000,00 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Ainda não definido. Detalhamento de venda/arrecadação: Produto, ingresso, inscrição ou serviço que será vendido: Chaveiros personalizados Quantidade prevista: 30 unidades Valor unitário: R$ 10,00 Valor total estimado: R$ 300,00 Onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto: Compra de materiais, embalagens e demais custos necessários para a produção...	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Atuo com artesanato desde 2023, produzindo peças artesanais e personalizadas. Trabalho com chaveiros personalizados, canetas personalizadas, terços e pulseiras. Em 2026, participei da Feira do Empreendedor em Urupá, apresentando e comercializando meus produtos artesanais. Busco valorizar o artesanato e a criatividade, levando produtos feitos com dedicação e carinho ao público. Documento/arquivo complementar: https://drive.google.com/open?id=1btZeJfMFT5a1fM0wISOixT6SNd95jKbT Links/materiais: O projeto Mimos que Encantam busca contribuir para a...		Completar a planilha orçamentária para fechar R$ 1.000,00 e esclarecer a gratuidade do acesso à ação cultural em relação à eventual venda de produtos. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 01 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Mimos que encanta | Francisca Andreia pessoa de menezes					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2: : Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	10	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	8	10	9	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	8	10	8	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	10	10	9	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	8	10	8	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	8	10	8	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	9	
TOTAL POR AVALIADOR		62	70	61	
Nota final consolidada	66,66		Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO ☐ REPROVADO / DESCLASSIFICADO	
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____				
Fundamentação final	_____ _____				
Data	16/09/2026	Deliberação		X Unânime ☐ Maioria	
Assinaturas: Avaliador 1 _____		Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____	

PROJETO 02 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Atelie sirlene lima			
Proponente	Sirlene Alves de Lima	CPF	953.***.***-34
Categoria	Exposição de artesanato, crochê e demais produções artesanais voltada à democratização do acesso à cultura	Valor	R$ 2.000,00 (valor considerado para saneamento; teto da categoria)
Execução	21/08/2026 a 21/08/2026	Inscrição	2
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
Trabalho com tapetes artesanais de frufru e minha renda familiar		Faço e vendo tapetes artesanais , pretendo aumentar minha produção e crescer meu empreendimento Quero mostrar o meu trabalho pra q todos possam ta conhecendo	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: Meu trabalho abrange todos os tipos de público e uma trabalho q voltado para deixa seu lar mais aconchegante Público prioritário: Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: Atender Toda a comunidade Local/território: Parque de exposições Gratuidade: Não. Cobrança/venda: Sim. Detalhamento de cobrança/venda: Vendas		O projeto contará com equipe/profissionais? Sim. Sirlene Alves de Lima Artesã 953.156.242-34 Trabalho com tapetes de frufru a mais de 7 anos Trabalho com vendas e exposições do meu trabalho Atelie sirlene lima Tapete frufru	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp. Período: Antes, durante, e depois Público da divulgação: Todos os tipos de público Responsável: Sirlene Alves Observações: Sempre manter atualizado Previsão de acessibilidade: A equipe precisa orientar. Arquitetônica: Não se aplica. Comunicacional: Não se aplica. Atitudinal: Não se aplica. Forma de implementação: Nao sei informar Justificativa quando não prevista: Nao sei responder		Valor informado no formulário: Nao sei responder Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 2.000,00 (valor considerado para saneamento; teto da categoria)	

	Outras fontes: Venda de produtos. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Sim. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Tapete frufru Costureira Jogo de cozinha de 3 peças 220.00 Jogo de banheiro 3 peça 150.00
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO	SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO
Trabalho com tapetes artesanais de frufru Documento/arquivo complementar: https://drive.google.com/open?id=1POmNQD1BOltx1_kzGu9OKB20NAArPXLL Links/materiais: @ateliêsirlenelima	O valor não foi informado no formulário. Para fins desta ficha, considerar R$ 2.000,00, correspondente ao teto da categoria, conforme orientação administrativa. Confirmar CPF e demais dados no saneamento. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.	

PROJETO 02 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Atelie Sirlene lima | Sirlene Alves de Lima					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2: Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	6	10	7	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	9	9	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	8	10	8	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	6	10	7	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	8	10	8	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	9	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10		9	
TOTAL POR AVALIADOR		58	69	57	
Nota final consolidada	61,33		Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO ☐ REPROVADO / DESCLASSIFICADO	
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____				
Fundamentação final	_____ _____				
Data	16/09/2026	Deliberação		X Unânime ☐ Maioria	
Assinaturas: Avaliador 1 _____		Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____	

PROJETO 03 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
DANÇA E CULTURA			
Proponente	VALCE PEREIRA DE ALMEIDA	CPF	606.***. ***- 49
Categoria	Manifestações artísticas e culturais voltadas à dança	Valor	R$ 4.000,00
Execução	12/09/2026 a 26/09/2026	Inscrição	3
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto de dança tem como objetivo promover a prática da dança como uma ferramenta de expressão artística, desenvolvimento pessoal, integração social e valorização da cultura. Serão realizadas atividades práticas de dança, envolvendo aulas, ensaios, exercícios de expressão corporal e preparação de apresentações, de acordo com a faixa etária e o nível dos participantes. A proposta é importante porque a dança contribui para o desenvolvimento da coordenação motora, da criatividade, da disciplina, da autoestima e da convivência em grupo. Além disso, oferece aos participantes uma oportunidade de descobrir e desenvolver talentos artísticos...		Desenvolver habilidades de expressão corporal, coordenação motora, ritmo e criatividade por meio da prática da dança. Promover a inclusão social e a integração entre os participantes, estimulando o respeito, a cooperação e o trabalho em equipe. Incentivar o acesso à cultura e à arte, proporcionando aos participantes novas experiências e oportunidades de desenvolvimento artístico. Fortalecer a autoestima, a disciplina, a confiança e a capacidade de expressão dos participantes. Preparar apresentações de dança que possibilitem compartilhar com a comunidade os conhecimentos e as habilidades desenvolvidos durante o projeto. Realizar 08 aulas/oficinas de dança durante o período de execução do projeto...	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: O projeto de dança será destinado a pessoas com idade acima de 40 anos, incluindo adultos e pessoas idosas da comunidade local. O público será formado por moradores do bairro, comunidade e regiões próximas ao local de realização do projeto, incluindo pessoas interessadas em praticar dança, melhorar a qualidade de vida, socializar e participar de atividades culturais. As atividades serão abertas a participantes com diferentes níveis de experiência, não sendo necessário conhecimento prévio em dança. O projeto pretende oferecer um espaço acolhedor, inclusivo e descontraído, estimulando a convivência, a autoestima...		O projeto contará com equipe/profissionais? Não. Divulgação e inscrições: divulgação do projeto na comunidade e realização das inscrições dos participantes com idade acima de 40 anos. Organização das atividades: preparação do espaço, definição dos horários, formação das turmas e planejamento das aulas de acordo com o perfil dos participantes. Realização das aulas: desenvolvimento de aulas e oficinas de dança, com exercícios de alongamento, coordenação, ritmo, expressão corporal e movimentos adaptados às condições dos participantes. Ensaios: realização de ensaios para preparar os participantes para a apresentação final...	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: WhatsApp., Associações comunitárias., Divulgação presencial na comunidade., Divulgação em grupos comunitários. Período: A divulgação será realizada antes do início das atividades, durante o período de 01/09/2026 a 15/09/2026, por meio de redes sociais, grupos de WhatsApp, cartazes e outros meios de comunicação disponíveis na comunidade. Público da divulgação: O público-alvo da divulgação será composto principalmente por pessoas com mais de 40 anos, incluindo adultos e idosos da comunidade local e regiões próximas, além de familiares, amigos e demais moradores interessados em atividades de dança, cultura...		Valor informado no formulário: R$ 4.000,00 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 4.000,00 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: NAO Prevê venda/arrecadação: Não se aplica. Detalhamento de venda/arrecadação: NÃO SE APLICA ITENS DE DESPESA: Descrição do item: Cantor Justificativa: Profissional contratado para realizar apresentação musical durante as atividades do projeto, contribuindo para a ambientação e acompanhamento das atividades de dança. Unidade de medida: Serviço Valor unitário: R$ 800,00 Quantidade: 1 Valor total: R$ 800,00	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Meu nome é Valce Pereira de Almeida e venho construindo minha trajetória por meio da participação e colaboração em atividades culturais e comunitárias. Ao longo desse percurso, tenho buscado contribuir com ações que valorizam a cultura, as manifestações artísticas, as tradições e a participação da comunidade. Minha atuação cultural está voltada para o apoio, a participação e a colaboração na realização de atividades e eventos culturais, contribuindo para a divulgação e valorização dos artistas e fazedores de cultura do município...		Confirmar/corrigir o CPF informado e detalhar a composição integral dos R$ 4.000,00. Ajustar o cronograma, se necessário, para execução após o Termo de Execução Cultural. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 03 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
DANÇA E CULTURA | VALCE PEREIRA DE ALMEIDA					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2: : Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	10	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	10	10	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	10	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	10	10	10	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	10	10	10	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	10	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	10	
TOTAL POR AVALIADOR		70	70	70	

Nota final consolidada	70	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO ☐ REPROVADO / DESCLASSIFICADO
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____ _____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador 1 _____		Avaliador 2 _____	Avaliador 3 _____

PROJETO 04 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Mãos que Criam: Artesanato e Tradição			
Proponente	Sirlene alves de lima	CPF 009.***.***-38	
Categoria	Exposição de artesanato, crochê e demais produções artesanais voltada à democratização do acesso à cultura	Valor	R$ 1.000,00
Execução	01/09/2026 a 29/09/2026	Inscrição	4
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto “Mãos que Criam: Artesanato e Tradição” tem como proposta realizar uma exposição de trabalhos artesanais produzidos pelo Ateliê Sirlene Lima, valorizando o artesanato feito à mão como forma de expressão cultural, criatividade e preservação dos saberes artesanais. A exposição terá como principal destaque a produção de tapetes de fru-fru, além de outras peças artesanais confeccionadas pelo ateliê, como trabalhos em crochê, costuras e chaveiros de bichinhos. A ideia surgiu a partir do trabalho artesanal desenvolvido por Sirlene Lima e do desejo de valorizar e apresentar à comunidade a beleza e a importância dos produtos feitos manualmente...		Valorizar o artesanato local, destacando principalmente a produção de tapetes de fru-fru e outras peças artesanais. Democratizar o acesso à cultura, proporcionando à comunidade de Urupá/RO contato gratuito com trabalhos artesanais produzidos à mão. Preservar e divulgar os saberes artesanais, mostrando técnicas e conhecimentos presentes na produção de tapetes, crochê, costura e chaveiros artesanais. Dar visibilidade ao trabalho do Ateliê Sirlene Lima, apresentando sua produção artesanal e contribuindo para o reconhecimento do artesanato como manifestação cultural. 1. Produzir e apresentar 20 peças artesanais**, tendo como destaque tapetes de fru-fru, além de peças de crochê, costura e chaveiros 2...	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: Perfil do Público a Ser Atingido O projeto é destinado ao público geral da comunidade de Urupá/RO**, incluindo crianças, jovens, adultos e idosos interessados em artesanato e cultura. A exposição será aberta à comunidade, possibilitando que moradores da área urbana e da zona rural do município tenham acesso às peças artesanais produzidas pelo Ateliê Sirlene Lima. A proposta busca alcançar especialmente pessoas que apreciam o artesanato, trabalhos manuais e manifestações da cultura local, proporcionando um espaço de valorização e contato com a produção artesanal...		O projeto contará com equipe/profissionais? Não. 1. Organização das peças artesanais: seleção e preparação dos tapetes de fru-fru, peças de crochê, costuras e chaveiros que serão apresentados. 2. Preparação do espaço: organização do local onde será realizada a exposição, deixando as peças dispostas de forma organizada e acessível ao público. 3. Divulgação divulgação da exposição antes e durante sua realização, utilizando meios de comunicação acessíveis à comunidade. 4. Realização da exposição: apresentação das peças artesanais ao público, com orientação e atendimento aos visitantes. 5. encerramento: desmontagem e organização do espaço...	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: WhatsApp., Site oficial do Município. Período: Período de Divulgação A divulgação será realizada antes do início do projeto, com o objetivo de informar e convidar a comunidade para participar da exposição, e durante a execução do projeto reforçando a divulgação e ampliando o alcance da ação junto ao público de Urupá/RO. Público da divulgação: todos Responsável: Eu sirlene alves de lima Atelie sirlene lima Observações: Não informado Previsão de acessibilidade: A equipe precisa orientar. Arquitetônica: Rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas., Piso tátil., Rampas...		Valor informado no formulário: R$ 1.000,00 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 1.000,00 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não se aplica. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Materiais para confecção das peças artesanais	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
O Ateliê Sirlene Lima trabalha com produção artesanal, confeccionando peças feitas à mão com criatividade, dedicação e cuidado em cada detalhe. Principais atividades Tapetes artesanais Peças de crochê Trabalhos de costura Chaveiros artesanais de bichinhos Peças personalizadas sob encomenda O ateliê busca oferecer produtos artesanais de qualidade, valorizando o trabalho manual e a criatividade. Cada peça é confeccionada com atenção ao acabamento e pode ser produzida de acordo com diferentes modelos, cores e necessidades dos clientes...		Confirmar o CPF correto, diante da divergência com a outra inscrição da mesma proponente, e detalhar a composição dos R$ 1.000,00. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 04 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Mãos que Criam: Artesanato e Tradição | Sirlene alves de lima					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2 Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.				
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.				
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.				
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.				
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.				
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.				
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.				
TOTAL POR AVALIADOR		____ / 70	____ / 70	____ / 70	
Nota final consolidada	_____ / 70		Parecer final	☐ APROVADO / CLASSIFICADO X REPROVADO / DESCLASSIFICADO	
Critério eliminatório	☐ Não X Sim. Indicar: Duas inscrições para o mesmo CPF				
Fundamentação final	A proposta do Projeto já foi apresentada a outra categoria, neste sentido essa proposta será desclassificada.				
Data	16/09/2026		Deliberação	x Unânime ☐ Maioria	
Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____			Avaliador 3 _____	

PROJETO 05 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Execução cultural com recursos da política nacional aldir Blanc de fomento à cultura.			
Proponente	Lucélia Gomes Coimbra santos	CPF	748.***.***-68
Categoria	Exposição de artesanato, crochê e demais produções artesanais voltada à democratização do acesso à cultura	Valor	R$ 4.000,00 informado; teto da categoria: R$ 2.000,00
Execução	28/08/2026 a 04/09/2026	Inscrição	6
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais quando houver significativa especialidade no contexto de sua execução. Como projetos realizados em comunidades indígenas, comunidades rurais, comunidades tradicionais e etc.		objetivo principal é ampliar o acesso da população à cultura e fortalecer as iniciativas culturais da comunidade. Na prática, o projeto busca: Valorizar e divulgar a cultura local e regional; Fortalecer grupos, coletivos e entidades culturais; Oferecer formação, oficinas e atividades culturais Aproximar artistas, comunidade, escolas e instituições; Dar mais visibilidade às manifestações culturais; Contribuir para a economia criativa e geração de oportunidades; Promover inclusão e acessibilidade cultural; Preservar a memória e o patrimônio cultural da comunidade. A meta seria a Formação e Educação Cultural Realizar oficinas, cursos, palestras, workshops, seminários e outras atividades educativas...	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: moradores do município de Urupá/RO, abrangendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, com atenção especial às comunidades em situação de vulnerabilidade social e aos grupos que possuem menor acesso às atividades culturais. O projeto também busca envolver artistas, artesãos, grupos culturais, estudantes e demais agentes da cultura local, promovendo participação, inclusão, valorização e acesso democrático à cultura. Público prioritário: Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: Umas 100 Local/território: Município de Urupá – RO...		O projeto contará com equipe/profissionais? O próprio proponente executará o projeto. A divulgação será feita por redes sociais, grupos e sites do município e meios de comunicação disponível. Projeto cultural pnab.	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp., Site oficial do Município. Período: Antes e durante a execução do projeto. Público da divulgação: Comunidades em geral, estudantes, artistas locais, moradores da zona rural, idosos, crianças jovens etc. Responsável: Emater Observações: Não informado Previsão de acessibilidade: Sim.		Valor informado no formulário: R$ 4.000,00 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 4.000,00 informado; teto da categoria: R$ 2.000,00 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não se aplica.	

Arquitetônica: Rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas., Piso tátil., Rampas., Corrimãos e guarda-corpos., Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência., Iluminação adequada., Espaço sem barreiras físicas relevantes., Atividade realizada em local térreo ou de fácil acesso...	Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Exposição de artesanato valor total 4.000,00.
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO	SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO
Eu faço esculturas há mais de 20 anos, comecei fazendo de argila, e depois parei e comecei a fazer esculturas de concreto, já tem em média 6 anos que sigo fazendo assim. Eu faço as esculturas por encomenda, faço de tudo que o cliente me pedir, por exemplo onças, fontes de araras, imagem religiosas, cachorros, galinhas, bois, cavalos etc. Faço de vários tamanhos,depende do tamanho que a pessoa pedir, seja pequeno ou grande de até 1 metro ou mais...	O valor informado de R$ 4.000,00 supera o teto de R$ 2.000,00 da categoria. A análise deverá considerar eventual saneamento/adequação ao teto sem alteração substancial do objeto. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.	

PROJETO 05 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Execução cultural com recursos da política nacional aldir Blanc de fomento à cultura. | Lucélia Gomes Coimbra santos					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2: Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	9	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	8	10	8	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	8	10	9	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	8	10	9	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	8	10	8	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	9	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	10	
TOTAL POR AVALIADOR		62	70	62	
Nota final consolidada	64,66	Parecer final		X APROVADO / CLASSIFICADO ☐ REPROVADO / DESCLASSIFICADO	
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____				
Fundamentação final	_____ _____				
Data	16/09/2026	Deliberação		X Unânime ☐ Maioria	
Assinaturas: Avaliador 1 _____		Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____	

PROJETO 06 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Canção do Sertão			
Proponente	Ailton Valim Souza	CPF	031.***.***-48
Categoria	Apresentações musicais de artistas solo, duplas, bandas, grupos e coletivos musicais locais	Valor	R$ 1.000,00
Execução	09/10/2026 a 16/10/2026	Inscrição	7
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
Projeto esse que mostra a vida do povo sertanejo, contada em melodias, levando alegria e diversão para todos.		Oportunidade Entretenimento Conhecimento di trabalho Meu objetivo é de levar o melhor da música a todos indiferentes de suas etnias, em uma unica apresentação musical.	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: Para todas as idades e religioes Público prioritário: Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: Nao tem numero de pessoas, e sim, ilimitada Local/território: Espaço Cultural Gratuidade: Sim. Cobrança/venda: Não. Detalhamento de cobrança/venda: Não se aplica		O projeto contará com equipe/profissionais? O próprio proponente executará o projeto. Allan Cantor 03156777748 Atua a mais de 4 anos, sou sanfoneiro, guitarrista, violonista e ja participei de varios eventos na cidade e ate fora do Estado. Esse projeto CANÇÃO DO SERTAO, ja é uma antiga ideia que hoje se torna realidade, atraves de muitos esforços. CANÇÃO DO SERTÃO Divulgações em whatz App Ag.valim@gmail.com 09 de outubro a 16 de outubro 2026	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp., Site oficial do Município. Período: 08 de outubro de 2026 Público da divulgação: Comunidade em geral sem limites de idade Responsável: Allan Observações: Atingir todas as localidades do municipio Previsão de acessibilidade: Sim. Arquitetônica: Piso tátil., Banheiros adaptados para pessoas com deficiência., Iluminação adequada., Atividade realizada em local térreo ou de fácil acesso. Comunicacional: Língua Brasileira de Sinais, Libras., Linguagem simples. Atitudinal: Não se aplica. Forma de implementação: Presencial e linguagem simples Justificativa quando não prevista: Nao se aplica		Valor informado no formulário: R$ 1.000,00 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 1.000,00 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Allan Vocalista e sanfoneiro Cantor 1000,00 1 1000,00	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Sou Allan, cantor sertanejo de Urupa, levo cançoes para o publico sertanejo, trago essa profissao com muita alegria e vosto do que faço, meus shows tem duraçao de 2 a 3 horas, atendendo todas as idades. Agenda e contato: 069 99244 9764 Documento/arquivo complementar: https://drive.google.com/open?id=1otAfTxRXsAV_mDIkH393OgHrQfUsWbXU Links/materiais: Não informado		Confirmar/corrigir o CPF informado no formulário. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 06 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Canção do Sertão | Ailton Valim Souza					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2:Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	9	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	10	8	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	9	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	10	10	7	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	10	10	7	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	8	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	10	
TOTAL POR AVALIADOR		60	70	58	

Nota final consolidada	62,66	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO ☐ REPROVADO / DESCLASSIFICADO
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria

Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____	Avaliador 3 _____

PROJETO 07 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Sertanejo			
Proponente	Rogério Rodrigues silirio	CPF	955.***.***-00
Categoria	Apresentação musical voltada à democratização do acesso à cultura	Valor	R$ 2.000,00
Execução	01/10/2026 a 31/12/2026	Inscrição	8
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto consiste na intenção de lazer e cultura para o público presente.		Levar emoção e intreterimento para o publico Levar ao menos 5 mil pessoas neste evento.	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: Publico em geral Público prioritário: Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: 1 Local/território: Urupá Gratuidade: Sim. Cobrança/venda: Não. Detalhamento de cobrança/venda: Não		O projeto contará com equipe/profissionais? O próprio proponente executará o projeto. Rogério Rodrigues silirio empenhado e proficional Rogério Rodrigues silirio Rogério Rodrigues silirio Rogério Rodrigues silirio Rogério Rodrigues silirio Cantar músicas sertanejas Divulgando meu trabalho	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp. Período: Hoje Público da divulgação: Todos os generos Responsável: Rogério Rodrigues silirio Observações: Fazer as pessoas interessarem pelo meu conteudo Previsão de acessibilidade: Sim. Arquitetônica: Atividade realizada em local térreo ou de fácil acesso. Comunicacional: Linguagem simples. Atitudinal: Apoio individualizado a pessoas com deficiência, quando necessário., Acolhimento de pessoas idosas ou com mobilidade reduzida., Medidas para eliminação de atitudes capacitistas. Forma de implementação: O show será feito com linguagem simples. Justificativa quando não prevista: Não se aplica		Valor informado no formulário: R$ 2.000,00 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 2.000,00 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não se aplica. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Cantor proficional e executante do projeto valor unitário 2.000 reais	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Sou cantor sertanejo estou na estrada a mais de 10 anos e gosto de leva alegria e entretenimento para Esclarecer a divergência entre o público estimado as pessoas. Documento/arquivo complementar: Não informado Links/materiais: @rsilirio		de 1 pessoa e a meta de aproximadamente 5.000 pessoas, bem como confirmar se a inscrição é individual ou coletiva. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 07 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Sertanejo | Rogério Rodrigues silirio					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2: Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	8	10	9	Comissão
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	10	8	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	9	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	8	10	9	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	8	10	8	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	9	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	10	
TOTAL POR AVALIADOR		64	70	62	

Nota final consolidada	65,33	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO ☐ REPROVADO / DESCLASSIFICADO
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____

PROJETO 08 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Oficina de Capacitação em Elaboração de Projetos Culturais			
Proponente	ROSELI RODRIGUES RAMIRES	CPF	098.***.***-05
Categoria	Oficina de capacitação em elaboração de projetos culturais	Valor	R$ 3.194,18
Execução	01/09/2026 a 01/09/2026	Inscrição	9
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
" A Oficina de Capacitação em Elaboração de Projetos Culturais é uma ação formativa voltada à orientação de artistas, produtores e agentes culturais sobre a elaboração e inscrição de projetos em editais de fomento à cultura. A proposta consiste em conduzir os participantes, de forma prática e acessível, por todas as etapas da construção de um projeto cultural, simulando o preenchimento de formulários, esclarecendo dúvidas e explicando a finalidade e a importância de cada campo exigido nos editais. A proposta surgiu a partir da experiência de acompanhamento de editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)...		O projeto tem como objetivo capacitar artistas, produtores e agentes culturais de Urupá/RO para a elaboração e inscrição de projetos culturais em editais públicos de fomento. Busca orientar os participantes sobre o preenchimento correto dos formulários de inscrição, esclarecer dúvidas sobre as etapas de elaboração de projetos e desenvolver a autonomia necessária para estruturar propostas de forma organizada, coerente e alinhada às exigências dos editais. Além disso, pretende ampliar o acesso às políticas públicas de cultura, fortalecer a participação dos agentes culturais em oportunidades de financiamento e contribuir para o fortalecimento da produção cultural no município...	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: "Artistas, produtores, agentes culturais, estudantes e demais interessados do município de Urupá/RO que desejam aprender a elaborar projetos culturais e ampliar seus conhecimentos sobre editais públicos de fomento à cultura, independentemente da experiência prévia na área. " Público prioritário: Artistas locais., Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: Aproximadamente 30 participantes do município de Urupá/RO interessados em elaboração de projetos culturais e editais de fomento. Local/território: A oficina será realizada de forma on-line...		O projeto contará com equipe/profissionais? O próprio proponente executará o projeto. "O projeto será executado em três etapas: planejamento e organização da oficina, divulgação e mobilização dos participantes e realização da formação on-line. Durante a oficina, os participantes receberão orientações sobre a elaboração de projetos culturais, acompanharão uma simulação prática do preenchimento de formulários de editais e poderão esclarecer dúvidas ao longo de toda a atividade, desenvolvendo maior autonomia para participar de futuros editais de fomento à cultura...	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp., Site oficial do Município. Período: 01/09 até 11/09 Público da divulgação: Artistas, produtores culturais, agentes culturais, coletivos, artesãos, músicos, estudantes e demais interessados do município de Urupá/RO em participar de editais e ações de formação cultural. Responsável: Proponente do projeto, com apoio da Secretaria Municipal de Cultura. Observações: "A divulgação será realizada por meio de grupos de WhatsApp, redes sociais e canais de comunicação da Secretaria Municipal de Cultura...		Valor informado no formulário: R$ 3.194,18 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 3.194,18 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: "Descrição do item: Serviço de instrutoria para realização da Oficina de Capacitação em Elaboração de Projetos Culturais. Justificativa: Profissional responsável pelo planejamento, elaboração do conteúdo, condução da oficina, orientação dos participantes...	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA	
Atuo na área da cultura com foco na formação e capacitação de agentes culturais, desenvolvendo atividades voltadas à elaboração de projetos culturais e ao fortalecimento da participação em editais públicos de fomento. Possuo experiência na condução de oficinas de capacitação em elaboração de projetos culturais, compartilhando conhecimentos sobre estruturação de propostas, planejamento, definição de objetivos, cronogramas, orçamento e adequação às exigências dos editais. Minha atuação busca contribuir para que artistas...		Sem pendência de saneamento. Para fins de análise pela Comissão, a proposta é considerada integralmente vinculada ao Município de Urupá/RO, inclusive quanto ao público-alvo, território de execução e estratégia de divulgação.	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 08 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO
Oficina de Capacitação em Elaboração de Projetos Culturais | ROSELI RODRIGUES RAMIRES

Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2: Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	10	Comissão
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	10	10	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	10	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	10	10	10	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	10	10	10	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	10	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	10	
TOTAL POR AVALIADOR		70	70	70	

Nota final consolidada	70	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO ☐ REPROVADO / DESCLASSIFICADO
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____

PROJETO 09 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Teatro heróis da fé			
Proponente	Ana Paula dos Santos	CPF	820.***.*** -68
Categoria	Apresentação teatral voltada à democratização do acesso à cultura	Valor	2.000,00(dois mil reais)
Execução	07/09/2026 a 31/10/2026	Inscrição	10
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto teatral será realizado uma peça gospel, onde as pessoas estão lutando contra depressão , vícios , violência e é importante, pois segundo a fé cristã , existe uma saída para isso tudo, JESUS, a ideia surgiu onde houve a necessidade de passar esses valores para vários tipos e idades de pessoas.		O projeto alcança : conscientização, amor próprio, fé,auto estima e convenção da alma. Realização de um teatro, com um figurino de 08 atores.	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: Realização de um teatro, que abrange um grande público , entre crianças, adolescentes, jovens , adultos e idosos, beneficiando no mínimo 200 pessoas, que serão estudantes, famílias rurais e urbanas. Público prioritário: Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: 200 no mínimo Local/território: Barracão da exposição agropecuária municipal Gratuidade: Sim. Cobrança/venda: Não. Detalhamento de cobrança/venda: Não de aplica		O projeto contará com equipe/profissionais? O próprio proponente executará o projeto. O projeto é realizado por meio teatral, onde os envolvidos já são o capacitados , serão divulgados por meio de convites via rede social. O Redentor .Enssias antecipados Divulgacão em todas as redes sociais disponíveis no município.02de setembro a 31 de outubro a ser realizado.	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp., Igrejas ou espaços comunitários., Impulsionamento em redes sociais. Período: Assim que o projeto for contemplado Público da divulgação: Moradores da zona rural e urbanas de todas as faixas de idades. Responsável: Todos os envolvidos na programação Observações: Será em redes sócias e convites verbais. Previsão de acessibilidade: Sim. Arquitetônica: Atividade realizada em local térreo ou de fácil acesso. Comunicacional: Comunicação visual acessível., compor o grupo teatral com 350 reais para cada participante , que será para fins do figurino Orientação presencial ao público. Atitudinal: Capacitação da equipe envolvida no projeto...		Valor informado no formulário: 2.000,00(dois mil reais) Valor/condição administrativa desta ficha: 2.000,00(dois mil reais) Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Profissionais que irão representado.	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Represento um grupo de Teatro Gospel, composto de adolescentes, jovens e adultos, onde atuam com peças teatrais , em diversos eventos , dos quais são convidados. Documento/arquivo complementar: Não informado Links/materiais: Não informado		Esclarecer/corrigir a composição orçamentária, pois 8 participantes a R$ 350,00 não corresponde aos R$ 2.000,00 solicitados; confirmar também a natureza individual/coletiva da inscrição. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 09 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Teatro heróis da fé | Ana Paula dos Santos					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2: Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da
					Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	9	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	10	8	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	9	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	8	10	10	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	6	10	7	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	9	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	9	
TOTAL POR AVALIADOR		64	70	61	

Nota final consolidada	65	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO ☐ REPROVADO / DESCLASSIFICADO
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____

PROJETO 10 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Projetos Culturais - Politica Nacional Aldir Blanc (PNAB)			
Proponente	Diogenis Rodrigues Junior	CPF	879.***.***-20
Categoria	Exposição de artesanato, crochê e demais produções artesanais voltada à democratização do acesso à cultura	Valor	R$ 2.000,00
Execução	01/10/2026 a 31/12/2026	Inscrição	11
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto tem como proposta valorizar, fortalecer e divulgar o artesanato em madeira rústica, por meio da produção artesanal de peças utilitárias e decorativas, como tábuas de corte e servir, gamelas, objetos decorativos e outras criações desenvolvidas a partir das características naturais da madeira. A iniciativa parte do trabalho de um artesão que, encontrou na madeira uma forma de expressão artística, utilizando principalmente restos, fragmentos e madeiras encontradas na natureza. A ideia surgiu da percepção de que materiais muitas vezes considerados sem utilidade podem ganhar novos significados e se transformar, por meio do trabalho manual, em peças únicas, funcionais e de valor cultural...		Objetivo geral Valorizar e fortalecer o artesanato em madeira rústica como manifestação cultural, promovendo o reconhecimento do saber-fazer artesanal, o reaproveitamento de materiais e a produção de peças únicas que expressem a identidade e a criatividade do artesão. Objetivos específicos 1. Produzir e aprimorar peças artesanais em madeira, incluindo tábuas de corte e servir, gamelas, objetos decorativos e outras criações, valorizando as características naturais de cada material. 2. Valorizar o saber-fazer artesanal, fortalecendo a trajetória do artesão e contribuindo para a preservação de conhecimentos e práticas relacionadas ao trabalho manual com madeira. 3...	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	

Perfil do público: O projeto será destinado ao público em geral do município de Urupá, Rondônia, abrangendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, sem distinção de faixa etária ou profissão. A proposta busca alcançar moradores da área urbana e da zona rural do município, incluindo famílias, trabalhadores, estudantes, artistas, artesãos, produtores rurais e demais integrantes da comunidade interessados em conhecer, valorizar e prestigiar o artesanato e a cultura local. Dessa forma, o público-alvo será formado principalmente pelos moradores de Urupá e comunidades de seu entorno...	O projeto contará com equipe/profissionais? Não. Planejamento: organização das atividades, materiais e peças a serem produzidas. Seleção da madeira: coleta e preparação de restos e fragmentos de madeira para reaproveitamento. Produção artesanal: confecção e acabamento das tábuas, gamelas e peças decorativas. Registro e divulgação: fotografar as peças e divulgar o trabalho e sua importância cultural. Exposição: apresentação das peças à comunidade de Urupá, valorizando o artesanato e o reaproveitamento da madeira...
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE	ORÇAMENTO
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp., Site oficial do Município. Período: 01/10/2026 a 31/12/2026 Público da divulgação: Comunidade em geral Responsável: Prefeitura Municipal e inscritos Observações: Não informado Previsão de acessibilidade: Sim. Arquitetônica: Rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas., Iluminação adequada., Atividade realizada em local térreo ou de fácil acesso. Comunicacional: Linguagem simples. Atitudinal: Não se aplica. Forma de implementação: Local térreo de fácil acesso, com iluminação adequada e linguagem simples. Justificativa quando não prevista: não se aplica	Valor informado no formulário: R$ 2.000,00 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 2.000,00 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Descrição do item: artesão Justificativa: artesão que irá produzir as peças Unidade de medida: peças Quantidade: 30 Valor total: R$ 2000,00
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO	SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO
Artesanato em Madeira Rústica Área de atuação: Artesanato, arte e cultura popular, reaproveitamento de materiais e produção artesanal em madeira. Apresentação: Artesão dedicado à produção de peças artesanais em madeira rústica, valorizando a beleza natural, a simplicidade e a identidade de cada pedaço de madeira encontrado. Seu trabalho tem como princípio o **reaproveitamento de restos e fragmentos de madeira encontrados na natureza**, transformando materiais que poderiam ser descartados em peças funcionais, decorativas e de valor artístico...	Esclarecer e demonstrar vínculo territorial, cultural, comunitário ou profissional com Urupá/RO, considerando o endereço informado em Ouro Preto do Oeste/RO. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.	

PROJETO 10 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Projetos Culturais - Politica Nacional Aldir Blanc (PNAB) | Diogenis Rodrigues Junior					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2:Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	9	Comissão
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	8	10	9	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	8	10	8	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	8	10	8	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	6	10	7	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	9	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	10	
TOTAL POR AVALIADOR		60	70	60	

Nota final consolidada	63,33	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO ☐ REPROVADO / DESCLASSIFICADO
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____

PROJETO 11 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Geração Eleita			
Proponente	Fagner Lucas de Oliveira Cavalcante	CPF	018.***.***-28
Categoria	Apresentação teatral voltada à democratização do acesso à cultura	Valor	R$ 2.000
Execução	01/09/2026 a 31/10/2026	Inscrição	12
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
Será um realizado um teatro com contexto biblico que busca promover amor, alegria e esperança para a vida das pessoas, salientando o valor da vida humana para Cristo. O projeto é importante porque visar ajudar pessoas através da fé cristã, incentivar a mudança de vida, bons habitos e a manutenção de um carater que ajuda o ser humano a viver em comunidade.		Trazer esperança através da fé, incentivar a cidadania e a responsabilidade com a comunidade, enfatizar a influencia da cultura cristã na nossa sociedade. Serão realizados dois teatros com o objetivo de anunciar esperança as pessoas através da fé cristã.	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: O projeto visa alcançar pessoas de todas as faixas etárias e niveis socieconomicos ou culturais. Público prioritário: Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: Quantas forem possiveis. Local/território: Parque de Exposições de Urupá Gratuidade: Sim. Cobrança/venda: Não. Detalhamento de cobrança/venda: Não se aplica		O projeto contará com equipe/profissionais? Sim. Anuncio do projeto, ensaios e apresentação. Nome da atividade: Teatro Cristão Etapa: Pré-produção Descrição: Peaça teatral que faz alusão a trechos da biblia sagrada Data de início: 01/09/2026 Data de término: 31/10/2026	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp., Igrejas ou espaços comunitários. Período: Antes e durante a execução do projeto. A partir do dia 23/08/26. Público da divulgação: Comunidade e munícipes em geral. Responsável: Alice Ribeiro Observações: Não informado Previsão de acessibilidade: Não se aplica. Arquitetônica: Não se aplica. Comunicacional: Não se aplica. Atitudinal: Não se aplica. Forma de implementação: Não informado Justificativa quando não prevista: O local onde será realizado o projeto já contem todas as medidas de acessibilidade.		Valor informado no formulário: R$ 2.000 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 2.000 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Compra de vestuario e auxilio para deslocamento dos participantes aos ensaios e a apresentação.	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Promoção da fé e cultura cristã Documento/arquivo complementar: Não informado Links/materiais: Não informado		Detalhar os R$ 2.000,00 entre vestuário e auxílio para deslocamento e ajustar o cronograma, se necessário, para execução após o Termo. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 11 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Geração Eleita | Fagner Lucas de Oliveira Cavalcante					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2: Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	8	10	9	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	8	10	8	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	8	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	10	10	8	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	10	10	9	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	8	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	10	
	TOTAL POR AVALIADOR	66	70	60	

Nota final consolidada	65,33	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO DESCLASSIFICADO ☐REPROVADO /
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____ _____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador1 _____	Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____

PROJETO 12 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
CONCURSO DE CALOUROS			
Proponente	VANIA CAMPOS DA FONSECA	CPF	703.***.***-56
Categoria	Concurso Cultural de Calouros	Valor	R$ 4.000,00
Execução	01/06/2027 a 30/09/2027	Inscrição	13
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto consiste na realização de uma feira cultural com concurso de calouros para valorizar artistas locais, democratizar o acesso ao lazer e movimentar a economia da região. A iniciativa surgiu da carência de espaços de visibilidade para novos talentos e será executada em um momento essencial para o fortalecimento da cultura e integração da comunidade.		Abrir espaço e dar visibilidade; Oferecer entretenimento gratuito; Movimentar a economia local;. Valorizar a identidade cultural REALIZAÇÃO DE 01 (UM) CONCURSO DE CALOUROS.	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: O PERFIL DO PÚBLICO A SER ATINGIDO PELO PROJETO É DE CRIANÇAS, JOVENS, ADULTOS E IDOSOS. PÚBLICO DA ZONA RURAL, MAS TAMBÉM DA URBANA. Público prioritário: Comunidade rural., Artistas locais. Quantidade prevista: 10 Local/território: NO PATIO DA EMATER-RO, ESLOC URUPÁ Gratuidade: Sim. Cobrança/venda: Não. Detalhamento de cobrança/venda: NÃO SE APLICA		O projeto contará com equipe/profissionais? O próprio proponente executará o projeto. Haverá divulgação prévia para as inscrições do concurso nos dias anteriores à feira cultural da Emater-RO. Na data do evento, os participantes serão divididos nas seguintes categorias: infantil, gospel adulto e secular adulto. Nome da atividade: Divulgação do projeto Etapa: Chamamento para inscrição Descrição: Divulgação de inscrições abertas para participar do concurso nas redes sociais, grupos de WhatsApp, site oficial do Município e demais meios de comunicação disponíveis...	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., Convites impressos., Associações comunitárias., Igrejas ou espaços comunitários., Divulgação presencial na comunidade., Divulgação em grupos comunitários., Divulgação em comunidades rurais. Período: Antes do início das atividades Público da divulgação: Comunidade em geral Responsável: Vania Campos Observações: Não informado Previsão de acessibilidade: Não se aplica. Arquitetônica: Atividade realizada em local térreo ou de fácil acesso. Comunicacional: Orientação presencial ao público. deficiência, quando necessário... Atitudinal: Apoio individualizado a pessoas com		Valor informado no formulário: R$ 4.000,00 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 4.000,00 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Descrição do item: Som Justificativa: É necessario alugar equipamento de som para a apresentação dos cantores inscritos no concurso Unidade de medida: Aluguel Valor unitário: R$ 1.000,00 Quantidade: 1 Valor total: R$ 1.000,00 Referência de preço...	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Atuação na organização de feiras culturais com concurso de calouros, levando entretenimento e promovendo a participação de cantores da região em eventos. Documento/arquivo complementar: Não informado Links/materiais: Não informado Uso interno da		Corrigir o cronograma informado para 2027, adequando-o ao prazo máximo de 6 meses contado da assinatura do Termo de Execução Cultural. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 12 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
CONCURSO DE CALOUROS | VANIA CAMPOS DA FONSECA					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2:Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	10	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	10	10	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	10	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	10	10	10	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	10	10	10	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	10	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	10	
	TOTAL POR AVALIADOR	70	70	70	

Nota final consolidada	70	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO REPROVADO / DESCLASSIFICADO ☐
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____ _____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____

PROJETO 13 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
CANTO BEBO MAIS NAO CHORO			
Proponente	HELIO MARCIO DE SOUZA TEIXEIRA	CPF	663.***.***-30
Categoria	Apresentação musical voltada à democratização do acesso à cultura	Valor	R$ 1.000,00
Execução	09/10/2026 a 16/10/2026	Inscrição	14
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
Esse projeto, é pra passar o que a musica é importante em nossa vida, reunir famílias, musicas com letras faceis e respeitosas, pra toda familia.		Reconhecimento cultural Oportunidade Reunir amigos A proposta desse projeto, é quantia de pessoas indefinida, projeto pra relembrar bons momentos em familia e curtir uma boa musica.	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: Toda família, sem referencia de idade. Público prioritário: Mulheres., Povos e comunidades tradicionais., Pessoas negras., Pessoas indígenas., Comunidade rural., Crianças., Jovens., Idosos., Estudantes., Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: Sem numeros de pessoas, em aberto Local/território: Espaço Cultural Gratuidade: Sim. Cobrança/venda: Não. Detalhamento de cobrança/venda: Nao se aplica		O projeto contará com equipe/profissionais? Não. Anuncios em redes sociais Presenciais E cartazes CANTO BEBO MAIS NAO CHORO ENSAIOS ACUSTICOS WATS AAPP INSTAGRAN	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp., Site oficial do Município. Período: 05/10/2026 Público da divulgação: Para toda comunidade Responsável: Helio Observações: Redes Sociais Previsão de acessibilidade: A equipe precisa orientar. Arquitetônica: Atividade realizada em local térreo ou de fácil acesso. Comunicacional: Orientação presencial ao público. Atitudinal: Acolhimento de pessoas idosas ou com mobilidade reduzida. Forma de implementação: Banheiro acessível, boa iluminaçao e pessoas orientando as necessidades de cada. Justificativa quando não prevista: Nao se aplica		Valor informado no formulário: R$ 1.000,00 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 1.000,00 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros., Recursos próprios do proponente. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Cantor Personagem principal do evento Artista 1000,00 1 1000,00	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Sou Hellionardo, tenho 47 anos, musico ha 8 anos, modao e sertanejo romántico, apresentação para toda familia, sem discriminação de religiao, raça ou cor Duraçao de meus shows de 2 a 3 horas, levando alegria e muito carisma para o publico, contato pra shows 069992651715. Documento/arquivo complementar: https://drive.google.com/open?id=1jQTmUyfwvkUkeV46_oQ1OrTo3RNkEFrZ Links/materiais: Não informado		Esta é a inscrição posterior do proponente e foi mantida para análise em substituição à inscrição anterior de conteúdo equivalente e valor incompatível com a respectiva categoria. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 13 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
CANTO BEBO MAIS NAO CHORO | HELIO MARCIO DE SOUZA TEIXEIRA					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2:Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	8	10	9	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	10	10	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	10	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	8	10	9	

E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	6	10	7	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	8	10	9	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	9	
	TOTAL POR AVALIADOR	60	70	63	

Nota final consolidada	64,33	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO REPROVADO / DESCLASSIFICADO ☐
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____ _____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____

PROJETO 14 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Concurso de Cosplay			
Proponente	ABNER JUNIOR DOS SANTOS BRANDÃO	CPF	069.***.***-13
Categoria	Concurso de Cosplay e valorização da cultura geek	Valor	3 mil
Execução	12/10/2026 a 17/10/2026	Inscrição	15
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto Concurso Cosplay propõe a realização de uma atividade cultural voltada à valorização da cultura pop, da criatividade, da expressão artística e da participação da comunidade. A iniciativa consiste na realização de um concurso no qual participantes poderão representar personagens de filmes, séries, desenhos, animes, histórias em quadrinhos, jogos eletrônicos e outras manifestações da cultura geek, utilizando figurinos, maquiagem, acessórios, interpretação e performances. A proposta é importante por proporcionar um espaço de convivência, lazer e expressão cultural, estimulando a criatividade, a dedicação e o desenvolvimento de habilidades artísticas. O cosplay envolve diferentes áreas...		1.Promover a cultura pop e geek como manifestação cultural e forma de expressão artística. 2.Incentivar a criatividade, a produção artesanal e a expressão cênica por meio da prática do cosplay. 3.Criar um espaço de participação, convivência, lazer e integração entre jovens, adultos e demais interessados na cultura pop. 4.Valorizar talentos locais e estimular a participação da comunidade em atividades culturais. 5.Fortalecer a cultura e a economia criativa por meio da valorização de atividades relacionadas à criação de figurinos, caracterização e performances artísticas. Realizar 01 Concurso Cosplay aberto à participação da comunidade. Promover a participação de no mínimo 10 cosplayers na competição...	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: O projeto será destinado ao público geral, com especial atenção a crianças, adolescentes, jovens e adultos interessados em cultura pop, cultura geek, animes, mangás, histórias em quadrinhos, filmes, séries, jogos eletrônicos e outras manifestações relacionadas. O concurso poderá envolver tanto cosplayers iniciantes quanto participantes com experiência, permitindo diferentes níveis de conhecimento e produção artística. Também serão contemplados familiares, amigos e demais integrantes da comunidade interessados em acompanhar as apresentações. O público será composto prioritariamente por moradores do município e da região...		O projeto contará com equipe/profissionais? O próprio proponente executará o projeto. Planejamento e organização: definição da data, local, categorias, regulamento, critérios de avaliação e estrutura necessária para realização do concurso. Divulgação e mobilização: realização de campanha de divulgação do concurso em redes sociais, canais institucionais e demais meios de comunicação, incentivando a participação da comunidade. Inscrições: abertura e organização das inscrições dos participantes, com coleta das informações necessárias e orientações sobre as regras do concurso. Preparação da estrutura: organização do espaço, equipamentos de som...	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais. Período: 01/09/2026 Público da divulgação: Comunidade em geral Responsável: O Proponente do concurso Observações: Não informado Previsão de acessibilidade: Não se aplica. Arquitetônica: Não se aplica. Comunicacional: Não se aplica. Atitudinal: Não se aplica. Forma de implementação: Não informado Justificativa quando não prevista: a modalidade escolhida não exige medida adicional		Valor informado no formulário: 3 mil Valor/condição administrativa desta ficha: 3 mil Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Descrição do item: Premiação Justificativa: Premiação para 3 melhores representação de Cosplay Unidade de medida: Serviço Valor unitário: R$ 1.000,00 Quantidade: 3 Valor total: R$3.000,00	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Gosto do Universo Geek e de eventos de cosplay Documento/arquivo complementar: Não informado Links/materiais: Os materiais serão apresentados conforme etapas de execução do projeto		Sem pendência relevante de saneamento identificada na triagem administrativa. Resposta/regularização considerada pela Comissão: _____	
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.			

PROJETO 14 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Concurso de Cosplay | ABNER JUNIOR DOS SANTOS BRANDÃO					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2: Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	10	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	10	10	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	10	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	10	8	10	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	10	10	10	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	10	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados. TOTAL POR AVALIADOR	10 70	10 68	10 70	

Nota final consolidada	69,33	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO REPROVADO / ☐ DESCLASSIFICADO
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____ _____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____

PROJETO 15 • SÍNTESE PARA ANÁLISE			
Cinema Itinerante jovens e adolescentes			
Proponente	Gabriel Barbosa Pedro	CPF	068.***.***-04
Categoria	Cinema itinerante em espaços públicos voltado à democratização do acesso à cultura	Valor	R$ 9.294,50
Execução	01/10/2026 a 30/11/2026	Inscrição	16
SÍNTESE DO PROJETO		OBJETIVOS E METAS	
O projeto Cinema Itinerante tem como objetivo proporcionar momentos de lazer, convivência e integração para crianças, adolescentes, jovens e adultos, promovendo a inclusão de pessoas de diferentes realidades, condições sociais e etnias. Por meio da exibição de filmes e de ações de evangelismo, o projeto busca levar entretenimento, acolhimento e uma mensagem de fé, esperança, amor e transformação às comunidades atendidas.		Reunir o máximo de público possível para a realização do projeto. Alcançar principalmente jovens e adolescentes com difícil acesso.	
PÚBLICO, TERRITÓRIO E ACESSO		EXECUÇÃO, EQUIPE E CRONOGRAMA	
Perfil do público: público geral Público prioritário: Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos. Quantidade prevista: 100 Local/território: Será realizado em dois locais fora do município, um é no Núcleo Primavera na zona rural e outro em Nova Aliança também zona rural (ambos distritos de Urupá). Gratuidade: Sim. Cobrança/venda: Não. Detalhamento de cobrança/venda: não se aplica		O projeto contará com equipe/profissionais? O próprio proponente executará o projeto. Gabriel Barbosa Pedro Coordenador 068.254.672-04 Primeiro vamos fazer a parte de divulgação para conseguirmos atingir um público grande para a realização do evento e depois a parte da contratação dos equipamentos para a realização, como por exemplo a tela, cadeiras, carrinho de pipocas e etc... cinema itinerante de jovens e adolescentes início no mês de outubro e finaliza no mês de novembro	
DIVULGAÇÃO E ACESSIBILIDADE		ORÇAMENTO	
Estratégia: Redes sociais., WhatsApp., Site oficial do Município., Rádio., Convites impressos., Carro de som., Escolas., Igrejas ou espaços comunitários., Divulgação em grupos comunitários. Período: começará cerca de 15 dias antes da realização do evento Público da divulgação: geral Responsável: A equipe de organização Observações: Não informado Previsão de acessibilidade: Não se aplica. Arquitetônica: Rampas., Iluminação adequada. Comunicacional: Legendas., Textos adaptados para leitores de tela., Materiais com fonte ampliada., Comunicação visual acessível., Orientação presencial ao público...		Valor informado no formulário: R$ 9.294,50 Valor/condição administrativa desta ficha: R$ 9.294,50 Outras fontes: Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros. Detalhamento de outras fontes: Não se aplica Prevê venda/arrecadação: Não. Detalhamento de venda/arrecadação: Não se aplica ITENS DE DESPESA: Aluguel de tela + projetor/equipamentos R$ 1.500,00 Aluguel de cadeiras R$ 1.200,00 Locação de ônibus ou van R$ 2.000,00 combustível para veículos de apoio R$ 800,00 Pipoca R$ 1.000,00 Suco R$ 700,00 Churros R$ 1.200,00 Materiais/descartáveis e despesas de apoio R$ 500,00 Reserva para imprevistos R$ 394,50	
TRAJETÓRIA / PORTFÓLIO		SANEAMENTO / PONTO DE ATENÇÃO	
Trabalho com jovens e adolescentes Documento/arquivo complementar: Não informado Links/materiais: Não		Sem pendência relevante de saneamento identificada na triagem administrativa. Resposta/regularização	

informado	considerada pela Comissão: _____
Uso interno da Comissão. A síntese não substitui o formulário original nem as informações formalmente saneadas.	

PROJETO 15 • AVALIAÇÃO DA COMISSÃO					
Cinema Itinerante jovens e adolescentes | Gabriel Barbosa Pedro					
Escala: 10 = pleno • 6 = satisfatório • 2 = insatisfatório • 0 = não atendimento. Máximo: 70 pontos. Mínimo para classificação: 40 pontos. Nota 0 em A, D ou E é eliminatória.					
Avaliador 1: Denize Wgliana Gervasio de Oliveira		Avaliador 2:Alice Ribeiro de Souza		Avaliador 3: Mateus dos Santos Nascimento	
Crit.	Aspecto avaliado	Av. 1	Av. 2	Av. 3	Fundamentação / observação da Comissão
A	Qualidade do projeto: Coerência entre objeto, justificativa, objetivos, metas, ações e resultados.	10	10	10	
B	Relevância cultural local: Contribuição para fortalecimento, valorização, preservação, difusão ou desenvolvimento da cultura de Urupá.	10	10	10	
C	Democratização e integração: Ampliação do acesso, participação comunitária, inclusão e alcance de públicos diversos.	10	10	10	
D	Viabilidade técnica: Cronograma, equipe, locais, etapas e capacidade real de execução.	10	10	10	
E	Coerência orçamentária: Compatibilidade dos custos com o objeto, mercado local e limite da categoria.	10	10	10	
F	Divulgação e acesso público: Meios de divulgação, público-alvo, território, gratuidade e acesso.	10	10	10	
G	Trajetória cultural: Experiência e atuação cultural comprovadas pelo formulário e materiais apresentados.	10	10	10	
	TOTAL POR AVALIADOR	70	70	70	

Nota final consolidada	70	Parecer final	X APROVADO / CLASSIFICADO REPROVADO / DESCLASSIFICADO ☐
Critério eliminatório	X Não ☐ Sim. Indicar: _____		
Fundamentação final	_____ _____		
Data	16/09/2026	Deliberação	X Unânime ☐ Maioria
Assinaturas: Avaliador 1 _____	Avaliador 2 _____		Avaliador 3 _____

Publicado por:
Mirielle Gonzalves Pinto
Código Identificador:43C90171

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO – ADESÃO À ARP Nº 038/CPL/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO – ADESÃO À ARP Nº 038/CPL/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 640/2026
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

RATIFICAR a adesão à Ata de Registro de Preços nº 038/CPL/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 038/CPL/2025, realizado pelo Município de Novo Horizonte do Oeste/RO.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO, CNPJ nº 63.762.009/0001-50.
ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE (CARONA): MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI/RO.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMPONENTE BÁSICO E INJETÁVEIS, MEDICAMENTOS REFERÊNCIA E GENÉRICOS DA TABELA DE A À Z, ATRAVÉS DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA OFICIAL DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (TABELA CMED).
DETENTORA DA ARP: RAMOS & PESSOA LTDA CNPJ: 33.221.055/0001-80
ITEM ADERIDO:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Aquisição de medicamentos de A à Z, similar, genérico e biológico e outros, que compõe a farmácia básica, injetáveis e de controle especial pertencentes à Portaria 344/98-MS, que compõe a Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e sentenças judiciais	1	R$ 1.245.198,61	R$ 1.245.198,61
2	Aquisição em caráter excepcional, de MEDICAMENTOS de A à Z DE CLASSIFICAÇÃO ÉTICOS constantes da: Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde	1	R$ 212.713,11	R$ 212.713,11

VALOR TOTAL: R$ 1.457.911,72 (Um Milhão Quatrocentos e Cinquenta e Sete Mil Novecentos e Onze Reais e Setenta e Dois Centavos)
VIGÊNCIA DA ARP: de 19/12/2025 até 19/12/2026.
VIGÊNCIA DA ADESÃO: de 24/09/2026 até 19/12/2026, período no qual serão realizadas a(s) aquisição(ões) por meio de termo de contrato ou outro instrumento equivalente.
Publique-se e cumpra-se.
Vale do Anari/RO, 24 de Setembro de 2026.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:B09AD1FC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 085/SML/2026/14.133/2021 PROCESSO N.º 2052/SEMSAU/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 291/2026/PREGAO/SML/PMA-DGSRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 085/SML/2026/14.133/2021
PROCESSO N.º 2052/SEMSAU/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 291/2026/PREGAO/SML/PMA-DGSRP

Aos 25 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, n.º 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO n.º 291/SML/2026, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, por intermédio do(a) Secretário(a) Municipal designado(a), firma-se a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, de Futura e Eventual Aquisição de **Material de limpeza e Higiene pessoal (Desinfetantes, Rodos e Vassouras),** para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Ariquemes por um período de 12 (doze) meses.

TABELA I
1. LICITANTE: BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00.
TEL/FAX: (69) 92278841. E-MAIL: CD.MELLO@HOTMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA JOSE VIEIRA CAULA, 5201 - ANDAR ALTOS - IGARAPE. CEP: 76.824-389. Cidade: Porto Velho / Rondônia.
NOME DO REPRESENTANTE: CYNTHIA DETTMANN DE MELLO RASUL, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.481.062-XX RG sob o n.º XX00XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 44, 46, 47, 48 e 49.

2. LICITANTE: M S GONCALVES LTDA - CNPJ: 49.138.874/0001-07.
TEL/FAX: (69) 93816466. E-MAIL: MARLUCESOARESLOPES@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA GARÇAS, 353 - ELDORADO. CEP: 76.811-682. Cidade: Porto Velho / Rondônia.
NOME DO REPRESENTANTE: MARLUCE SOARES GONCALVES, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.946.801-XX RG sob o n.º XX4524XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 1, 6, 10, 13, 17, 22, 28, 43 e 52.

3. LICITANTE: AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 66.195.213/0001-24.
TEL/FAX: (69) 93770290. E-MAIL: SORPACK.ARIQUEMES@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA TUCANOS, 700 - JARDIM DAS PALMEIRAS. CEP: 76.876-406. Cidade: Ariquemes / Rondônia.
NOME DO REPRESENTANTE: ALMIR ROGERIO DE JESUS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.466.612-XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 8, 9, 18, 20, 21, 38, 39 e 40.

4. LICITANTE: JEFFERSON IAN BESSA COSTA - CNPJ: 57.199.615/0001-06.
TEL/FAX: (69) 92945776. E-MAIL: JEFFERSONBESSACOSTA@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA DOS PIQUIAS, 1368 - COHAB. CEP: 76.808-038. Cidade: Porto Velho / Rondônia.
NOME DO REPRESENTANTE: JEFFERSON IAN BESSA COSTA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.567.882-XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 5, 15, 16, 19 e 25.

5. LICITANTE: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - CNPJ: 40.876.269/0001-50.
TEL/FAX: (87) 81181011. E-MAIL: distribuidora_agreste@outlook.com.

ENDEREÇO: RUA SARGENTO SILVINO MACEDO, 03 - SAO JOSE. CEP: 55.295-280. Cidade: Garanhuns / Pernambuco.
NOME DO REPRESENTANTE: RAISSA RABELO FERREIRA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.619.254-XX RG sob o n.º XXX725XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 2, 7 e 23.

6. LICITANTE: HIGIBEST COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 26.581.761/0001-78.
TEL/FAX: (69) 34431918. E-MAIL: licitacao.higibest@gmail.com.
ENDEREÇO: RUA RIO BRANCO, 2262 - CENTRO. CEP: 76.963-734. Cidade: Cacoal / Rondônia.
NOME DO REPRESENTANTE: ANA CLAUDIA BRUNE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.992.962-XX RG sob o n.º XXX647584XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 12 e 45.

7. LICITANTE: BATISTA & PASSOS LICITACOES LTDA - CNPJ: 67.554.200/0001-67.
TEL/FAX: (11) 83859399. E-MAIL: BPLICITACAO.BRASIL@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA NELSON MARIA NETO, 316 - LOTEAMENTO PARK GRAN RESERVE. CEP: 13.336-261. Cidade: Indaiatuba / São Paulo.
NOME DO REPRESENTANTE: EDUARDO JOSE BATISTA JUNIOR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.569.918-XX RG sob o n.º XXX492161XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 4.

8. LICITANTE: DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA - CNPJ: 40.223.106/0001-79.
TEL/FAX: (54) 40629518. E-MAIL: DARLU@DARLU.COM.BR.
ENDEREÇO: RUA FLORESTA, 440 - CENTRO. CEP: 99.740-000. Cidade: Barão de Cotegipe / Rio Grande do Sul.
NOME DO REPRESENTANTE: LIGIANE PAULA GIACOMEL IZYCKI HAIDUKI, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.919.100-XX RG sob o n.º XXX35602XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 33.

9. LICITANTE: JWP VENDAS ONLINE LTDA - CNPJ: 65.011.182/0001-41.
TEL/FAX: (49) 34823706. E-MAIL: SOCIETARIO@WSA.ADM.BR.
ENDEREÇO: AVENIDA OSVALDO REIS, 3281 - LOJA 0036 - PRAIA BRAVA. CEP: 88.306-773. Cidade: Itajaí / Santa Catarina.
NOME DO REPRESENTANTE: JULIA MARAFON PETKOW, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.742.689-XX RG sob o n.º XXX64925XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 11.

10. LICITANTE: PABLO LUIS MARTINS - CNPJ: 09.138.326/0001-54.
TEL/FAX: (48) 33754436. E-MAIL: HANDTECEQUIPAMENTOS@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA VEREADOR ARTHUR MANOEL MARIANO, 1721 - FORQUILHINHAS. CEP: 88.106-500. Cidade: São José / Santa Catarina.
NOME DO REPRESENTANTE: PABLO LUIS MARTINS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.357.539-XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 51.

11. LICITANTE: CENTRO DA LIMPEZA KE LTDA - CNPJ: 55.753.455/0001-70.
TEL/FAX: (69) 99374614. E-MAIL: licitibem@gmail.com.
ENDEREÇO: AVENIDA MARECHAL RONDON, 1911 - SETOR 201 QUADRA00073 LOTE. CEP: 76.900-137. Cidade: Ji-Paraná / Rondônia.
NOME DO REPRESENTANTE: KAIO EDUARDO TORRES PEREIRA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.982.182-XX RG sob o n.º XX883XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 24.

12. LICITANTE: AVF COMERCIO E IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 28.900.846/0001-05.
TEL/FAX: (31) 30241731. E-MAIL: HIGOREMANUEL@AVFSOLUCOES.COM.BR.
ENDEREÇO: RUA AREIA, 220 - SALA A - VITORIA. CEP: 31.970-710. Cidade: Belo Horizonte / Minas Gerais.
NOME DO REPRESENTANTE: AUDREY VALESCA FIRMINO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.625.836-XX RG sob o n.º XXXX5169XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 3.

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	EMPRESA DETENTORA

1	ÁGUA SANITÁRIA DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADA EM GALÃO PLÁSTICO FOSCO NO MÍNIMO 1.000ML. Água sanitária de 1ª qualidade, acondicionada em galão plástico fosco no mínimo 1.000ml. O produto deverá atender às seguintes especificações: indicado para uso geral, ser bactericida, alvejante com cloro ativo, auxiliar na desinfecção de frutas/ verduras e ser de procedência nacional. Composição: hipoclorito de sódio, estabilizante e água. Teor de cloro ativo: 2,0 - 2,5% (p/p). Na embalagem deverá constar: dados do fabricante, site, número de telefone grátis 0800 para sac, número do lote, data de fabricação e validade, instruções de uso, precauções, modos de conservação e armazenagem, telefone grátis 0800 para Sac.	UND	11736	BRINORT	2,99	M S GONCALVES LTDA - CNPJ: 49.138.874/0001-07
2	ÁLCOOL LÍQUIDO DE GRADUAÇÃO IGUAL OU INFERIOR A 46,3 INPM, CONTENDO NO MÍNIMO 1.000ML, ESPECIALMENTE INDICADO PARA LIMPEZA NÃO INCLUINDO DESINFECÇÃO E SEM ADIÇÃO DE DESNATURANTE. DEVERÁ CONSTAR NO RÓTULO INFORMAÇÕES DO PRODUTO, FABRICANTE, QUÍMICO RESPONSÁVEL, NÚMERO DO LOTE, TELEFONE GRÁTIS 0800 PARA SAC, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. Álcool líquido de graduação igual ou inferior a 46,3 inpm, contendo no mínimo 1.000ml, especialmente indicado para limpeza não incluindo desinfecção e sem adição de desnaturante. Deverá constar no rótulo informações do produto, fabricante, químico responsável, número do lote, telefone grátis 0800 para sac, data de fabricação e validade.	FRASC	5114	BELLOBELLA	7,19	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - CNPJ: 40.876.269/0001-50
3	APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL, DE PLÁSTICO RESISTENTE, DE ALTA PERFORMANCE, COM NO MÍNIMO DUAS LÂMINAS PARALELAS, EM AÇO INOXIDÁVEL, AFIADAS, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, DE MANEJO FÁCIL E SEGURO. CABO COM TEXTURA ANTIDESLIZANTE. EMBALAGEM EM CARTELA, RESISTENTE, DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. Aparelho de barbear descartável, de plástico resistente, de alta performance, com no mínimo duas lâminas paralelas, em aço inoxidável, afiadas, sem rebarbas ou sinais de oxidação, de manejo fácil e seguro. Cabo com textura antideslizante. Embalagem em cartela, resistente, de modo a assegurar proteção do produto até o momento de sua utilização e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.	UND	2418	iamo	3,00	AVF COMERCIO E IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 28.900.846/0001-05
4	AVENTAL EM COURVIN, NA COR BRANCA, TIPO AÇOUGUEIRO, SEM MANGA, FORRADO, COMPRIMENTO 1,20 M. Avental em courvin, na cor branca, tipo açougueiro, sem manga, forrado, comprimento 1,20 m.	UND	269	REDUCAP	24,90	BATISTA & PASSOS LICITACOES LTDA - CNPJ: 67.554.200/0001-67
5	CERA LIQUIDA AUTO BRILHO INCOLOR DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADA EM FRASCO PLÁSTICO DE NO MÍNIMO 750 ML, PROPORCIONANDO PERFUME AGRADÁVEL, AÇÃO AN TI DERRAPANTE COM SECAGEM RÁPIDA DEVERÁ CONSTAR NO RÓTULO DO PRODUTO: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, PRECAUÇÕES E SUA COMPOSIÇÃO. Cera liquida auto brilho incolor de 1ª qualidade, acondicionada em frasco plástico de no mínimo 750 ml, proporcionando perfume agradável, ação an ti derrapante com secagem rápida deverá constar no rótulo do produto: dados de identificação do fabricante, precauções e sua composição.	UND	941	Politriz	6,00	JEFFERSON IAN BESSA COSTA - CNPJ: 57.199.615/0001-06
6	DESENTUPIDOR PARA PIA, COM CORPO EM PLÁSTICO ANATÔMICO, SUGADOR DE BORRACHA PRÉ MOLDADA, COM FORMATO SANFONADO. Desentupidor para pia, com corpo em plástico anatômico, sugador de borracha pré moldada, com formato sanfonado.	UND	130	VASSOURAS CARVALHO	8,90	M S GONCALVES LTDA - CNPJ: 49.138.874/0001-07
7	DESINFETANTE COM FRAGRÂNCIA, ASPECTO LÍQUIDO, APLICAÇÃO BACTERICIDA, EMBALAGEM C/ 2 LITROS Desinfetante com fragrância, aspecto líquido, aplicação bactericida, embalagem c/ 2 litros. Válido por 3 (três) anos a partir da data de fabricação. Data de fabricação impressa na embalagem. Validade não inferior a 18 (dezoito) meses a partir do recebimento definitivo. Fabricação, validade e lote impressos na embalagem. número de telefone grátis 0800 para SAC	UND	850	MR BRILHO	5,49	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - CNPJ: 40.876.269/0001-50
8	DESINFETANTE EM PEDRA PARA VASO Desinfetante em pedra para vaso sanitário, embalagem com mínimo de 25g.	UND	4639	azulim	1,45	AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 66.195.213/0001-24
9	DESINFETANTE LÍQUIDO A BASE DE PINHO Desinfetante líquido a base de pinho, p/ uso geral, ação bactericida e germicida. Registro no ministério da saúde. Embalagem plástica de 1000ml, contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, número de telefone grátis 0800 para sac.	UND	9317	azulim	3,00	AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 66.195.213/0001-24
10	DESINFETANTE LÍQUIDO A BASE DE PINHO DE 1ª QUALIDADE, P/ USO GERAL, AÇÃO BACTERICIDA E GERMICIDA. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM PLÁSTICA DE NO MÍNIMO 500ML, CONTENDO O NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DE TELEFONE	UND	830	ALVEJAX	2,50	M S GONCALVES LTDA - CNPJ: 49.138.874/0001-07

	GRÁTIS 0800 PARA SAC. Desinfetante líquido a base de pinho de 1ª qualidade, p/ uso geral, ação bactericida e germicida. Registro no ministério da saúde. Embalagem plástica de no mínimo 500ml, contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, número de telefone grátis 0800 para sac.					
11	DESODORANTE AEROSOL COM PERFUME FRAGRÂNCIA SUAVE ANTITRANSPIRANTE COMPOSTO DE ÁLCOOL ETÍLICO, UNISSEX 90 GRAMAS/150ML Desodorante Tipo: Aerosol Modelo: Com Perfume, Fragrância Suave Prazo Validade: Mínimo 80% Da Data De Fabricação ANOS Características Adicionais: Antitranspirante Composto De Álcool Etílico, Unissex Conteúdo Mínimo De 90 Gramas/150 Ml	UND	450	KOV	8,47	JWP VENDAS ONLINE LTDA - CNPJ: 65.011.182/0001-41
12	DESODORIZADOR DE AMBIENTES, EMBALAGEM COM NO MINIMO 350ML, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS C/ REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES DO FABRICANTE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. Desodorizador de ambientes, embalagem com no minimo 350ml, fragrâncias diversas c/ registro no ministério da saúde, químico responsável, validade de no mínimo 12 meses a partir da entrega do produto composição e informações do fabricante estampada na embalagem.	UND	912	CHESIQUIMICA	12,49	HIGIBEST COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 26.581.761/0001-78
13	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO DE 1ª QUALIDADE, EM FRASCO PLASTICO DE NO MÍNIMO 500ML COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTES, SEQUESTRANTE, DERIVADOS DE ISOTIAZOLINONAS, ESPESSANTE, CORANTE, PERFUME E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONADO SÓDIO. CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL DEVERÁ CONSTAR NO RÓTULO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INSTRUÇÕES DE USO, NÚMERO DE TELEFONE GRÁTIS 0800 PARA SAC Detergente líquido neutro de 1ª qualidade, em frasco plastico de no mínimo 500ml composição: tensoativos aniônicos, coadjuvantes, sequestrante, derivados de isotiazolinonas, espessante, corante, perfume e água. Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonado sódio. Contém tensoativo biodegradável. Deverá constar no rótulo dados de identificação do fabricante, instruções de uso, número de telefone grátis 0800 para sac.	FRASC	13982	UZZO	2,55	M S GONCALVES LTDA - CNPJ: 49.138.874/0001-07
15	ESCOVA P/ LAVAR ROUPA COM BASE PLÁSTICA MEDINDO APROXIMADAMENTE 16 CM. Escova p/ lavar roupa com base plástica, medindo aproximadamente 16 cm.	UND	275	Dubom/Condor	3,49	JEFFERSON IAN BESSA COSTA - CNPJ: 57.199.615/0001-06
16	ESPONJA DE AÇO PARA LIMPEZA. COMPOSTO DE AÇO CARBONO DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADOS EM PACOTE PLÁSTICO CONTENDO 8 UNIDADES, COM PESO LÍQUIDO DE 60G NO MÍNIMO POR PACOTE. Esponja de aço para limpeza. Composto de aço carbono de primeira qualidade, embalados em pacote plástico contendo 8 unidades, com peso líquido de 60g no mínimo por pacote.	PCT	1424	Qlustro	2,15	JEFFERSON IAN BESSA COSTA - CNPJ: 57.199.615/0001-06
17	ESPONJA DE NYLON DUPLA FACE P/ LIMPEZA, MED. APROX. 110MM X 75MM X 20MM. Esponja de nylon dupla face p/ limpeza, med. Aprox. 110mm x 75mm x 20mm.	UND	24838	BRILHEX	0,85	M S GONCALVES LTDA - CNPJ: 49.138.874/0001-07
18	FLANELA COMUM EM ALGODÃO, MEDINDO ARPOXIMADAMENTE 30 X 40 CM, COR OURO. Flanela comum em algodão, medindo aproximadamente 30 x 40 cm, cor ouro.	UND	1065	eco	2,30	AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 66.195.213/0001-24
19	FÓSFORO, PACOTE COM 10 CAIXAS DE 40 Fósforo, Pacote com 10 Caixas de 40 Fósforos cada	PCT	63	Gaboardi	4,60	JEFFERSON IAN BESSA COSTA - CNPJ: 57.199.615/0001-06
20	INSETICIDA AEROSOL, ACONDICIONADO EM LATA DE AÇO DE NO MÍNIMO 300ML Inseticida aerosol, acondicionado em lata de aço de no mínimo 300ml, composição: ativos solventes, emulsificantes, antioxidante, conservante, veículo e propelente. O produto deverá conter as seguintes informações no rótulo: instruções de uso, precauções, código de barras, identificação do fabricante, data de fabricação e validade.	UND	901	baston	9,90	AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 66.195.213/0001-24
21	LIMPA ALUMÍNIO PRODUTO LÍQUIDO PARA LIMPEZA DE ALUMÍNIO, EMBALAGEM PLÁSTICO DE 500 ML, COM TAMPA DOSADORA. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVA NÃO TÓXICO, BIODEGRADÁVEL, SABÃO COADJUVANTE, CORANTE, ÁGUA, GLICERINA E ÁCIDO SULFÔNICO. Limpa alumínio produto líquido para limpeza de alumínio, embalagem plástico de 500 ml, com tampa dosadora. Composição: tensoativa não tóxico, biodegradável, sabão coadjuvante, corante, água, glicerina e ácido sulfônico.	UND	1047	polylar	2,60	AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 66.195.213/0001-24
22	LIMPA-VIDRO SPRAY, EMBALAGEM DE 500 ML COM PULVERIZADOR ROSQUEÁVEL EM FORMA DE GATILHO E REAPROVEITÁVEL, COMPOSTO A BASE DE LAURIL ÉTER LFATO DE	UND	733	TUPI	9,00	M S GONCALVES LTDA - CNPJ: 49.138.874/0001-07

	SÓDIO, EM EMBALAGEM ERGONÔMICA E NÃO CILÍNDRICA, NA COR AZUL. COM VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. LIMPA-VIDRO spray, embalagem de 500 ml, com pulverizador rosqueável em forma de gatilho e reaproveitável, composto a base de lauril éter lfato de sódio, em embalagem ergonômica e não cilíndrica, na cor azul. Com validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega.					
23	LIMPADOR BASE ÁCIDA Limpador Base Ácida Composição Básica: Composto Ativo De Tensoativo Amônico; Aspecto Físico: Líquido Aplicação: Limpeza geral, pisos de cerâmica, azulejos e superfícies que suportam acidez. Características Adicionais: Biodegradável Embalagem de 02 litros.	UND	698	BELLOLAR	16,85	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - CNPJ: 40.876.269/0001-50
24	LIMPADOR MULTI USO, EMBALAGEM PLÁSTICA DE NO MÍNIMO 500ML COM BICO DOSADOR DEVERÁ CONSTAR NO RÓTULO DO PRODUTO: INDICAÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO PRODUTO, MODO DE USAR, PRECAUÇÕES, TELEFONE GRÁTIS 0800 PARA SAC, NÚMERO DO LOTE E VALIDADE, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, SOLVENTES, ÁGUA, SEQUESTRANTE, ALCALINIZANTE, CONSERVANTE E PERFUME. Limpador multi uso, embalagem plástica de no mínimo 500ml com bico dosador deverá constar no rótulo do produto: indicações de utilização do produto, modo de usar, precauções, telefone grátis 0800 para SAC, número do lote e validade, composição: tensoativo aniônico, tensoativo não iônico, solventes, água, sequestrante, alcalinizante, conservante e perfume.	UND	5416	AZULIM	3,70	CENTRO DA LIMPEZA KE LTDA - CNPJ: 55.753.455/0001-70
25	LUSTRA MÓVEIS BRILHO SECO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO DE 200ML. Lustra móveis brilho seco, acondicionado em frasco plastico de 200ml. Composição cera microcristalina, cera de parafina, silicone, emulsificante, espessante, derivado de isotiazolinona, solventes alifáticos, fragrância e água. Deverá constar no rotulo do produto: dados de identificação do fabricante, instruções de uso, telefone grátis 0800 para SAC, composição, código de barras, numero do lote, data de fabricação e validade.	UND	85	Ype/ audax	5,44	JEFFERSON IAN BESSA COSTA - CNPJ: 57.199.615/0001-06
26	LUSTRA MÓVEIS BRILHO SECO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO DE 500ML. COMPOSIÇÃO CERA MICROCRISTALINA, CERA DE PARAFINA, SILICONE, EMULSIFICANTE, ESPESSANTE, DERIVADO DE ISOTIAZOLINONA, SOLVENTES ALIFÁTICOS, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. DEVERÁ CONSTAR NO ROTULO DO PRODUTO: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INSTRUÇÕES DE USO, TELEFONE GRÁTIS 0800 PARA SAC, COMPOSIÇÃO, CÓDIGO DE BARRAS, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. Lustra móveis brilho seco, acondicionado em frasco plastico de 500ml. Composição cera microcristalina, cera de parafina, silicone, emulsificante, espessante, derivado de isotiazolinona, solventes alifáticos, fragrância e água. Deverá constar no rotulo do produto: dados de identificação do fabricante, instruções de uso, telefone grátis 0800 para SAC, composição, código de barras, numero do lote, data de fabricação e validade.	UND	10	AUDAX	16,00	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
27	LUVA DE PROTEÇÃO NITRÍLICA GRANDE SEM FORRO Luva De Proteção Material: Nitrílica Aplicação: Limpeza Tipo Punho: Longo, Cerca 50 Cm Tamanho: Grande Cor: Amarela Ou Verde Acabamento Palma: Antiderrapante Esterilidade: Não Esterilizada Características Adicionais: Sem Forro	PAR	1377	VOLK	13,00	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
28	MÁSCARA DESCARTÁVEL EM TNT DUPLO, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, COM CLIPS NASAL. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES. MÁSCARA DESCARTÁVEL EM TNT DUPLO, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, COM CLIPS NASAL. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	CX	40	NOBRE	7,50	M S GONCALVES LTDA - CNPJ: 49.138.874/0001-07
29	PÁ DE LIXO PLÁSTICA C/ CABO LONGO DE APROXIMADAMENTE 95CM. Pá de Lixo Plástica c/ Cabo Longo de aproximadamente 95 CM.	UND	132	PLASDONI	13,00	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
30	PÁ PARA LIXO COM BASE EM METAL ZINCADO COM CABO MEDINDO 60 CM COM CABO PLASTIFICADO MEDINDO 60 CM DE COMPRIMENTO PERFEITAMENTE PRESO A BASE. DEVERÁ CONTER NO PRODUTO ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. Pá para lixo com base em metal zincado com cabo medindo 60 cm com cabo plastificado medindo 60 cm de comprimento perfeitamente preso a base. Deverá conter no produto etiqueta com dados de identificação do fabricante.	UND	218	PLASDONI	12,00	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
31	PANO DE CHÃO TIPO ESFREGÃO PARA LIMPEZA EM GERAL, 70% ALGODÃO, 20% POLIESTER E 10% DE VISCOSE, ACABAMENTO EM OVERLOQUE, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 70CMX40CM. Pano de chão tipo esfregão para limpeza em geral, 70% algodão, 20% poliester e 10% de viscose, acabamento em overloque, com medidas mínimas de 70cmx40cm.	und	1239	CAEBITEX	7,00	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
32	PANO DE PRATO, MEDINDO 60 X 40 CM, 100% ALGODÃO, EM TECIDO FELPUDO, COM NO MÍNIMO 220 G/M². Pano de prato, medindo 60 x 40 cm, 100% algodão, em tecido felpudo, com no mínimo 220 g/m².	und	979	CAEBITEX	3,60	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
33	PANO PARA LIMPEZA DE CHÃO, MESCLADO DIMENSÃO APROX. DE 58X88 CM. Pano para limpeza de chão, mesclado, dimensão aprox. de 58x88	UND	866	DLH	8,34	DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA - CNPJ: 40.223.106/0001-79

	cm.					
34	PAPEL HIGIÊNICO PERFUMADO, FOLHA SIMPLES, NÃO RECICLADO EM ROLO, ALTA ABSORÇÃO, NA COR BRANCA, DIMENSÕES DE 10CM X 60M. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A MARCA DO FABRICANTE, DIMENSÕES, COR E LOTE DO PRODUTO, EMBALAGEM CONTENDO 04 ROLOS CADA, O PAPEL HIGIÊNICO DEVE ATENDER A NORMA ABNT/NBR 15464. Papel higiênico perfumado, folha simples, não reciclado em rolo, alta absorção, na cor branca, dimensões de 10cm x 60m. A embalagem deverá conter a marca do fabricante, dimensões, cor e lote do produto, embalagem contendo 04 rolos cada, o papel higiênico deve atender a norma ABNT/NBR 15464. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 35**	PCT	10654	PRIME	6,39	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
35	PAPEL HIGIÊNICO PERFUMADO, FOLHA SIMPLES, NÃO RECICLADO EM ROLO, ALTA ABSORÇÃO, NA COR BRANCA, DIMENSÕES DE 10CM X 60M. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A MARCA DO FABRICANTE, DIMENSÕES, COR E LOTE DO PRODUTO, EMBALAGEM CONTENDO 04 ROLOS CADA, O PAPEL HIGIÊNICO DEVE ATENDER A NORMA ABNT/NBR 15464. Papel higiênico perfumado, folha simples, não reciclado em rolo, alta absorção, na cor branca, dimensões de 10cm x 60m. A embalagem deverá conter a marca do fabricante, dimensões, cor e lote do produto, embalagem contendo 04 rolos cada, o papel higiênico deve atender a norma ABNT/NBR 15464. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 34**	PCT	3364	PRIME	6,39	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
36	PAPEL TOALHA BOBINA BRANCO 20CM X 200M ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGEM DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM A DESCRIÇÃO RESUMIDA DO MATERIAL. Papel toalha bobina branco 20cm x 200m acondicionamento em embalagem devidamente identificada com a descrição resumida do material.	UND	1596	PIRAY	10,90	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
37	PAPEL TOALHA, INTERFOLHA, NÃO RECICLADO ALTO ABSORÇÃO, 02 (DUAS) DOBRAS, LARGURA MÍNIMA 21.0 X 21.0CM, NA COR BRANCA EMBALAGEM C/ 1000 FOLHAS. Papel toalha, interfolha, não reciclado alto absorção, 02 (duas) dobras, largura mínima 21.0 x 21.0cm, na cor branca embalagem c/ 1000 folhas.	EMB	3114	PIRAY	8,90	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
38	REFIL PARA MOP ÚMIDO 320 G. PONTA COM LOOP CRU RL32BR. REFIL PARA MOP LÍQUIDO COM 85% DE ALGODÃO E 15% DE POLIESTER EM SUA COMPOSIÇÃO, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA. PESO 320 G, COMP.: 35 CM, LARGURA: 17 CM ALTURA: 6 CM Refil para Mop Úmido 320 G. Ponta Com Loop Cru. Refil para mop líquido com 85% de algodão e 15% de poliéster em sua composição, com alto poder de absorção e resistência. PESO 320 g, Comp.: 35 cm, Largura: 17 cm Altura: 6 cm.	UND	150	MAXITEX	17,00	AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 66.195.213/0001-24
39	RODO EM ALUMÍNIO COM 80 CM DE LARGURA COM CABO FIXO DE 1,50M, LÂMINA DE BORRACHA. Rodo em alumínio com 80 cm de largura com cabo fixo de 1,50m, lâmina de borracha.	UND	120	dsr	60,00	AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 66.195.213/0001-24
40	RODO EM POLIPROPILENO, MEDIDAS APROXIMADAS 40 CM X 6 CM X 3 CM TUBULAR, BORRACHA EM EVA DUPLO, MEDINDO FORA DA BASE 3 CM X 0,50 CM CADA, COR PRETO, CABO DE MADEIRA ENCAPADO CONTENDO APROXIMADAMENTE 1,30M DE COMPRIMENTO, COM ROSCA, APRESENTANDO DADOS DO FABRICANTE. (TAM. 40). Rodo em polipropileno, medidas aproximadas 40 cm x 6 cm x 3 cm tubular, borracha em EVA duplo, medindo fora da base 3 cm x 0,50 cm cada, cor preto, cabo de madeira encapado contendo aproximadamente 1,30m de comprimento, com rosca, apresentando dados do fabricante. (tam. 40).	UND	235	dsr	6,90	AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 66.195.213/0001-24
41	RODO EM POLIPROPILENO, MEDIDAS APROXIMADAS 60 CM X 6 CM X 3 CM TUBULAR, BORRACHA EM EVA DUPLO, MEDINDO FORA DA BASE 3 CM X 0,70 CM CADA,COR PRETO, CABO DE MADEIRA ENCAPADO CONTENDO APROXIMADAMENTE 1,30M DE COMPRIMENTO, COM ROSCA, APRESENTANDO DADOS DO FABRICANTE (TAM. 60). Rodo em polipropileno, medidas aproximadas 60 cm x 6 cm x 3 cm tubular, borracha em EVA duplo, medindo fora da base 3 cm x 0,70 cm cada,cor preto, cabo de madeira encapado contendo aproximadamente 1,30m de comprimento, com rosca, apresentando dados do fabricante (tam. 60).	UND	758	PIRAY	10,00	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
42	SABONETE EM TABLETE, GLICERINADO (PH ENTRE 5,5 A 8,5), COMUM, PARA HIGIENE CORPORAL, 90 GRAMAS, FRAGRÂNCIA SUAVE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL. Sabonete em tablete, glicerinado (ph entre 5,5 a 8,5), comum, para higiene corporal, 90 gramas, fragrância suave em embalagem individual	UND	200	SOFT	4,00	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
43	SABONETE LÍQUIDO ANTIBACTERIANO, GALÃO DE NO MÍNIMO 5	GALÃO	377	UP PRO	39,99	M S GONCALVES LTDA - CNPJ:

	LITROS, INDICADO COMO ANTISSÉPTICO DAS MÃOS E BRAÇOS POSSUINDO AÇÃO ANTISSÉPTICO SOBRE A PELE DURANTE A SUA UTILIZAÇÃO. FRAGRÂNCIA: ERVA- DOCE, FLORAL OU PÊSSEGO.SABONETE LÍQUIDO ANTIBACTERIANO, GALÃO DE NO MÍNIMO 5 LITROS, INDICADO COMO ANTISSÉPTICO DAS MÃOS E BRAÇOS POSSUINDO AÇÃO ANTISSÉPTICO SOBRE A PELE DURANTE A SUA UTILIZAÇÃO. FRAGRÂNCIA: ERVA- DOCE, FLORAL OU PÊSSEGO. Sabonete líquido antibacteriano, galão de no mínimo 5 litros, indicado como antisséptico das mãos e braços, possuindo ação anti séptico sobre a pele durante a sua utilização. Fragrância: erva- doce, floral ou pêssego.					49.138.874/0001-07
44	SACO P/ LIMPEZA DE CHÃO, 100% ALGODÃO, ALVEJADO, MEDINDO APROX 45X 68 CM. Saco p/ limpeza de chão, 100% algodão, alvejado, medindo aprox 45x 68 cm	UND	915	CAEBITEX	5,80	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
45	SAPONÁCEO CREMOSO, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICO E NAO-ANIÔNICO, ESPESSANTE, APLICAÇÃO LIMPEZA PISOS, PAREDES E LOUÇAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMPONENTE ATIVO BIODEGRADÁVEL LINEAR ALQUIBENZEN O, ASPECTO FÍSICO CREMOSO,EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 300 GRAMAS. Saponáceo cremoso, composição tensoativos aniônico e nao-aniônico, espessante, aplicação limpeza pisos, paredes e louças, caracteristicas adicionais componente ativo biodegradável linear alquibenzen o, aspecto físico cremoso,embalagem de aproximadamente 300 gramas.	UND	962	AUDAX	6,89	HIGIBEST COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 26.581.761/0001-78
46	SAPONÁCEO EM PÓ, COM DETERGENTE EM FRASCO DE NO MÍNIMO 300 GRS. Saponáceo em pó, com detergente em frasco de no mínimo 300 grs. Tampa abre fecha. Composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, agente abrasivo, corante e essência. Componente ativo: linear alquilbenzeno, sulfonato de sódio. O produto deverá conter tensoativo biodegradável.	UND	580	FONT	6,00	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
47	SODA CÁUSTICA, COM 98 A 99%, ESCAMA EMBALAGEM DE 1000G CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE. Soda cáustica, com 98 a 99%, escama, embalagem de 1000g contendo a identificação do produto e prazo de validade.	UND	202	LIPON	18,40	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
48	TALCO INDUSTRIAL ANTISSÉPTICA, CICATRIZANTE E ADSTRINGENTE BRANCA 140 G Talco Uso: Fórmula Antisséptica, Cicatrizante E Adstringente Cor: Branca Tipo: Neutro Apresentação: Pó Embalagem Mínimo 140 Grama	UND	300	HEDERA	7,00	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
49	VASSOURA DE PÊLO 40. CERDAS SINTÉTICAS, BASE EM MADEIRA, ALTURA DAS CERDAS APROX. 5,5 CM, COM APROX. 89 TUFOS, CABO MEDINDO APROX. 1,30 M, FIXO, COM ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. Vassoura de pêlo 40. Cerdas sintéticas, base em madeira, altura das cerdas aprox. 5,5 cm, com aprox. 89 tufos, cabo medindo aprox. 1,30 m, fixo, com etiqueta com dados de identificação do fabricante.	UND	387	FLORINI	19,90	BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 24.584.199/0001-00
51	VASSOURA METÁLICA, PARA LIMPEZA DE PÁTIO E JARDIM, COM CABO REVESTIDO, CABO COM APROXIMADAMENTE 120 CM. Vassoura metálica, para limpeza de pátio e jardim, com cabo revestido, cabo com aproximadamente 120 cm.	UND	30	MISTER	32,54	PABLO LUIS MARTINS - CNPJ: 09.138.326/0001-54
52	VASSOURA PARA USO GERAL COM CERDAS DE NYLON, CABO DE MADEIRA COM ROSCA COM BASE E CEPA PLÁSTICA, 50 TUFOS COM 10 CM DE ALTURA, CABO DE MADEIRA DE APROXIMADAMENTE 1,18 M REVESTIDA EM PLÁSTICO COM ROSCA E GANCHO PLÁSTICO. DEVERÁ O PRODUTO TER ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. Vassoura para uso geral com cerdas de nylon, cabo de madeira com rosca com base e cepa plástica, 50 tufos com 10 cm de altura, cabo de madeira de aproximadamente 1,18 m revestida em plástico com rosca e gancho plástico. Deverá o produto ter etiqueta com dados de identificação do fabricante.	UND	1033	VASSOURAS CARVALHO	11,00	M S GONCALVES LTDA - CNPJ: 49.138.874/0001-07

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1 O órgão gerenciador será a Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preço - DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2 Caberá à Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preço - DGSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

2.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

2.4 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM NA ARP	UND	SML	SEMOSP	SEMUST	SEMED	SEMSAU	SEMTEC	SEMA	IPEMA	SEMDES	SEMAIC	SEMPOG	QUANT. TOTAL
1	UND	12	240	450	-	4.800	120	400	-	994	300	920	11736

2	FRASC	36	24	15	-	3.850	30	50	-	247	-	712	5114
3	UND	-	-	-	-	2268	-	-	-	150	-	-	2418
4	UND	-	5	-	-	100	-	-	2	5	-	-	269
5	UND	-	15	-	-	700	40	-	-	-	150	-	941
6	UND	-	-	10	-	100	-	-	-	13	-	7	130
7	UND	12	20	78	-	-	60	150	60	220	100	150	850
8	UND	-	192		-	2.124	-	80	-	235	108	1900	4639
9	UND	24	24	104	-	6.168	100	300	-	469	-		9317
10	UND	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	830	830
11	UND	-	-	-	-	240	-	-	-	150	-	60	450
12	UND	12	24	10	-	240	30	40	20	226	50	260	912
13	FRASC	24	300	360	-	8.340	200	300	-	946	300	460	13982
14	UND	-	6	10	100	300	-	10	10	51	-	10	497
15	UND	-	12	20	100	120	-	5	-	16	-	2	275
16	PCT	-	48	-	520	627	-	20	-	196	-	13	1424
17	UND	-	63	75	780	22.650	-	100	-	560	150	380	24838
18	UND	-	24	-	100	525	-	50	-	176	40	150	1065
19	PCT	1	-	-	-	-	6	-	-	31	20	5	63
20	UND	3	12	10	120	350	30	-	-	186	30	160	901
21	UND	-	13	-	200	600	-	100	-	89	40	5	1047
22	UND	4	-	-	-	350	50	-	20	199	-	110	733
23	UND	-	-	52	-	450	-	10	-	86	-	100	698
24	UND	12	24	100	350	3.564	30	100	-	258	60	918	5416
25	UND	-	-	20	-	45	-	20	-	-	-	20	85
26	UND	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
27	PAR	-	-	20	680	450	15	10	10	72	10	110	1377
28	CX	-	6	10	-	-	-	5	-	15	-	4	40
29		-	-	12	-	75	-	10	-	24	10	1	132
30	UND	-	7	10	-	187	-	10	-	-	-	4	218
31	und	-	38	50	300	499	40	10	10	112	20	160	1239
32	und	12	30	20	375	262	-	30	-	130	40	80	979
33	UND	-	20	50	450	-	10	20	10	146	-	160	866
34 35	PCT **ITEM COM COTA**	162	125	250	5.487	4.550	60	250	-	1.544	30	1560	14018
36	UND	36	23	-	80	-	-	30	50	515	12	850	1596
37	EMB	100	31	-	-	1.935	15	90	50	38	5	850	3114
38	UND	-	-	-	-	150	-	-	-	-	-	-	150
39	UND	-	-	20	-	-	30	30	-	26	-	14	
40	UND	-	6	10	-	100	30	30	-	20	5	34	235
41	UND	-	8	30	370	180	40	30	-	51	5	44	758
42	UND	-	25	-	-	-	-	-	-	150	-	25	200
43	GALÃO	12	5	3	80	-	10	10	-	87	10	160	377
44	UND	-	31	30	-	600	40	10	10	124	-	70	915
45	UND	-	-	-	-	560	-	-	-	22	100	280	962
46	UND	-	-	-	-	560	-	-	-	-	-	20	580
47	UND	-	-	-	60	60	10	-	-	15	20	25	202
48	UND	-	-	-	-	150	-	-	-	150	-		300
49	UND	-	12	20	100	180	30	5	-	-	-	15	387
50	UND	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	4	38
51	UND	-	4	-	-	-	-	10	-	8	-	8	30
52	UND	-	13	30	490	300	40	25	-	68	10	57	1033
53	UND	-	2	10	-	150	-	-	-	9	4	14	189
54	GALÃO	-	-	-	-	50	-	-	-	20	-	-	70

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias, órgãos e demais entes da Administração Pública que não tenham participado do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificado no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, órgão ou demais entes da Administração Pública a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias, órgãos e entes da Administração Pública não participantes que aderirem.
3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos e secretarias participantes.
3.5 As secretarias, órgãos e entes da Administração Pública poderão solicitar adesão aos itens de que não tenham figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
3.6 Não será concedida nova adesão à secretaria, órgão ou ente da Administração Pública que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia
4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.
4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
5.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao(à) Diretor(a) de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Diretor(a) de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516-2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166, Setor Institucional em Ariquemes/RO, CEP: 76.872-854.
6.5 Ao receber a impugnação, o(a) Diretor(a) de Registro de Preços instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o(a) Diretor(a) de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;
V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS

8.1 Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

8.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

8.2.1 Comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

8.2.2 Previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

8.2.3 Justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

8.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XV - Dotação Orçamentária.

9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e, f, g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b, c, d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA XI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
11.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
11.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
11.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
12.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
12.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
12.2.1 O registro a que se refere o item 12.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art. 80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
12.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 12.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
12.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 12.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS
13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIV - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
14.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr. João Pedro Longo de Jesus, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, N.º 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico N.º 291/SML/2026, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo N.º 2052/SEMSAU/2026.
15.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico N.º 291/2026/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita, por intermédio do(a) Secretário(a) Municipal designado(a).

Órgão Gerenciador

JOÃO PEDRO LONGO DE JESUS
Diretor da Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preços

Publicado por:
João Pedro Longo de Jesus
Código Identificador:EC60AE28

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO 12- DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PROPRIAS COM SAÚDE

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a Agosto 2026/BIMESTRE Julho - Agosto				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				R$ 1
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	5.642.719,74	5.642.719,74	5.185.598,06	91,90
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	609.101,24	609.101,24	572.513,91	93,99
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	526.258,84	526.258,84	791.830,60	150,46
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.183.329,19	2.183.329,19	2.067.303,81	94,69
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.324.030,47	2.324.030,47	1.753.949,74	75,47
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	70.904.600,08	70.904.600,08	46.163.983,71	65,11
Cota-Parte FPM	25.002.312,37	25.002.312,37	13.187.316,84	52,74
Cota-Parte ITR	212.394,94	212.394,94	95.160,63	44,80
Cota-Parte IPVA	1.869.156,65	1.869.156,65	1.108.780,47	59,32
Cota-Parte ICMS	43.588.955,09	43.588.955,09	31.596.271,52	72,49
Cota-Parte IPI-Exportação	231.781,03	231.781,03	176.454,25	76,13
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	76.547.319,82	76.547.319,82	51.349.581,77	67,08

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	14.226.401,67	16.478.976,79	14.037.046,50	85,18	12.319.830,67	74,76	12.113.201,24	73,51	0,00
Despesas Correntes	13.611.724,72	15.386.439,43	13.471.367,58	87,55	12.251.832,38	79,63	12.110.003,24	78,71	0,00
Despesas de Capital	614.676,95	1.092.537,36	565.678,92	51,78	67.998,29	6,22	3.198,00	0,29	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	1.057.185,79	2.313.860,49	2.235.460,64	96,61	1.965.163,45	84,93	1.963.248,94	84,85	0,00
Despesas Correntes	1.022.185,79	2.299.200,79	2.221.540,94	96,62	1.958.503,75	85,18	1.956.589,24	85,10	0,00
Despesas de Capital	35.000,00	14.659,70	13.919,70	94,95	6.659,70	45,43	6.659,70	45,43	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	410.480,35	161.665,71	92.229,38	57,05	81.778,51	50,58	80.385,78	49,72	0,00
Despesas Correntes	400.480,35	152.068,84	82.632,51	54,34	81.778,51	53,78	80.385,78	52,86	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	9.596,87	9.596,87	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	546.304,78	280.959,15	188.698,37	67,16	183.414,45	65,28	174.142,80	61,98	0,00
Despesas Correntes	536.304,78	275.359,15	183.098,40	66,49	177.814,48	64,58	174.142,80	63,24	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	5.600,00	5.599,97	100,00	5.599,97	100,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	16.240.372,59	19.235.462,14	16.553.434,89	86,06	14.550.187,08	75,64	14.330.978,76	74,50	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	16.553.434,89	14.550.187,08	14.330.978,76
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	16.553.434,89	14.550.187,08	14.330.978,76
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	7.702.437,27	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	8.850.997,62	6.847.749,81	6.628.541,49
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	32,24	28,34	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Valor inscrito em RP Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.786.130,37	3.786.130,37	9.226.771,26	243,70
Proveniente da União	3.736.046,55	3.736.046,55	6.997.300,11	187,29
Proveniente dos Estados	50.083,82	50.083,82	2.229.471,15	4.451,48
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	152.685,40	0,00

TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)					3.786.130,37		3.786.130,37	9.379.456,66	247,73
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.438.938,01	16.729.424,91	8.380.104,81	50,09	2.938.982,40	17,57	2.767.734,81	16,54	0,00
Despesas Correntes	3.438.938,01	11.428.913,25	4.442.031,18	38,87	2.756.834,40	24,12	2.621.608,81	22,94	0,00
Despesas de Capital	0,00	5.300.511,66	3.938.073,63	74,30	182.148,00	3,44	146.126,00	2,76	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	162.160,53	704.682,56	262.688,11	37,28	173.403,21	24,61	173.403,21	24,61	0,00
Despesas Correntes	162.160,53	704.682,56	262.688,11	37,28	173.403,21	24,61	173.403,21	24,61	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	136.599,83	603.625,18	377.972,01	62,62	127.795,84	21,17	127.795,84	21,17	0,00
Despesas Correntes	136.599,83	574.532,54	358.651,01	62,42	127.795,84	22,24	127.795,84	22,24	0,00
Despesas de Capital	0,00	29.092,64	19.321,00	66,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	1.480.556,37	443.913,03	327.960,37	73,88	325.905,88	73,42	324.038,63	73,00	0,00
Despesas Correntes	1.480.556,37	443.913,03	327.960,37	73,88	325.905,88	73,42	324.038,63	73,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	36.432,00	116.216,46	66.704,82	57,40	66.704,82	57,40	64.631,90	55,61	0,00
Despesas Correntes	36.432,00	116.216,46	66.704,82	57,40	66.704,82	57,40	64.631,90	55,61	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	287.522,23	464.336,38	267.995,70	57,72	261.177,70	56,25	258.133,36	55,59	0,00
Despesas Correntes	272.522,23	459.086,38	262.745,70	57,23	261.177,70	56,89	258.133,36	56,23	0,00
Despesas de Capital	15.000,00	5.250,00	5.250,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	5.542.208,97	19.062.198,52	9.683.425,82	50,80	3.893.969,85	20,43	3.715.737,75	19,49	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	17.665.339,68	33.208.401,70	22.417.151,31	67,50	15.258.813,07	45,95	14.880.936,05	44,81	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	162.160,53	704.682,56	262.688,11	37,28	173.403,21	24,61	173.403,21	24,61	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.193.785,62	2.917.485,67	2.613.432,65	89,58	2.092.959,29	71,74	2.091.044,78	71,67	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.891.036,72	605.578,74	420.189,75	69,39	407.684,39	67,32	404.424,41	66,78	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	582.736,78	397.175,61	255.403,19	64,30	250.119,27	62,97	238.774,70	60,12	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	287.522,23	464.336,38	267.995,70	57,72	261.177,70	56,25	258.133,36	55,59	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	21.782.581,56	38.297.660,66	26.236.860,71	68,51	18.444.156,93	48,16	18.046.716,51	47,12	0,00
1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.									
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".									
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".									
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012									
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012									
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].									
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre									

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES	***LUCINEIDE APARECIDA JULIO***	***JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA***
023.856.642-08	606.804.072-00	204.027.242-91
Prefeito Municipal	Contadora	Secretario Mun. Decreto 003/2025

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:3C5BE266

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO 1- BALANÇO ORÇAMENTARIO

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 3 PERIODO: Janeiro a Agosto 2026/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) | R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A AGO (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.301.443,00	106.574.463,29	21.228.156,04	19,92	84.192.272,16	79,00	22.382.191,13
RECEITAS CORRENTES	100.401.443,00	100.401.443,00	20.833.463,45	20,75	74.284.607,19	73,99	26.116.835,81
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.978.188,73	13.978.188,73	1.937.065,38	13,86	8.734.779,23	62,49	5.243.409,50
Impostos	5.642.719,74	5.642.719,74	1.417.043,85	25,11	5.185.598,06	91,90	457.121,68
Taxas	8.335.468,99	8.335.468,99	520.021,53	6,24	3.549.181,17	42,58	4.786.287,82
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	298.867,15	298.867,15	39.157,25	13,10	121.474,19	40,64	177.392,96
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	298.867,15	298.867,15	39.157,25	13,10	121.474,19	40,64	177.392,96
RECEITA PATRIMONIAL	2.223.161,23	2.223.161,23	989.586,21	44,51	3.706.367,31	166,72	-1.483.206,08
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.223.161,23	2.223.161,23	989.586,21	44,51	3.706.367,31	166,72	-1.483.206,08
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.048.932,07	1.048.932,07	173.721,70	16,56	710.364,47	67,72	338.567,60
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.048.932,07	1.048.932,07	173.721,70	16,56	710.364,47	67,72	338.567,60
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82.626.051,28	82.626.051,28	17.688.505,62	21,41	60.984.286,74	73,81	21.641.764,54
Transferências da União e de suas Entidades	28.148.749,62	28.148.749,62	4.571.152,64	16,24	18.451.601,79	65,55	9.697.147,83
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	40.782.236,79	40.782.236,79	10.324.022,22	25,31	32.496.234,38	79,68	8.286.002,41
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	13.695.064,87	13.695.064,87	2.793.330,76	20,40	10.036.450,57	73,29	3.658.614,30
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	226.242,54	226.242,54	5.427,29	2,40	27.335,25	12,08	198.907,29
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	120.515,54	120.515,54	1.576,00	1,31	18.877,27	15,66	101.638,27
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	105.727,00	105.727,00	3.851,29	3,64	8.457,98	8,00	97.269,02
RECEITAS DE CAPITAL	900.000,00	6.173.020,29	394.692,59	6,39	9.907.664,97	160,50	-3.734.644,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	900.000,00	6.173.020,29	394.692,59	6,39	9.907.664,97	160,50	-3.734.644,68
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	3.384.479,14	0,00	0,00	4.624.661,65	136,64	-1.240.182,51
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	900.000,00	2.788.541,15	394.692,59	14,15	5.283.003,32	189,45	-2.494.462,17
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	101.301.443,00	106.574.463,29	21.228.156,04	19,92	84.192.272,16	79,00	22.382.191,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Agosto 2026/BIMESTRE Julho - Agosto
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A AGO (c)	% (c/a)	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	101.301.443,00	106.574.463,29	21.228.156,04	19,92	84.192.272,16	79,00	22.382.191,13
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	101.301.443,00	106.574.463,29	21.228.156,04	19,92	84.192.272,16	79,00	22.382.191,13
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	26.335.233,67			26.335.233,67		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		26.335.233,67			26.335.233,67		
(CC 5.2.2.1.3.01.00)							
WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES	***LUCINEIDE APARECIDA JULIO***				***JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA***		
023.856.642-08	606.804.072-00				204.027.242-91		
Prefeito Municipal	Contadora				Secretario Mun. Decreto 003/2025		

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Agosto 2026/BIMESTRE Julho - Agosto
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A AGO (f)		BIMESTRE	JAN A AGO (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	101.301.443,00	151.471.815,40	26.578.597,22	104.549.705,53	46.922.109,87	25.886.311,62	70.759.182,07	80.712.633,33	69.368.652,06	0,00
DESPESAS CORRENTES	94.494.277,13	110.746.510,84	11.886.108,67	76.274.192,51	34.472.318,33	18.377.075,30	60.672.236,28	50.074.274,56	59.459.052,75	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.657.372,55	42.938.211,40	7.292.838,72	28.858.527,35	14.079.684,05	7.265.467,84	28.704.174,69	14.234.036,71	28.174.179,19	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.836.904,58	67.808.299,44	4.593.269,95	47.415.665,16	20.392.634,28	11.111.607,46	31.968.061,59	35.840.237,85	31.284.873,56	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	52.836.904,58	67.808.299,44	4.593.269,95	47.415.665,16	20.392.634,28	11.111.607,46	31.968.061,59	35.840.237,85	31.284.873,56	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.227.762,67	39.145.901,36	14.692.488,55	28.275.513,02	10.870.388,34	7.509.236,32	10.086.945,79	29.058.955,57	9.909.599,31	0,00
INVESTIMENTOS	5.047.762,67	38.965.901,36	14.692.488,55	28.095.513,02	10.870.388,34	7.482.712,24	9.980.849,47	28.985.051,89	9.803.502,99	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	180.000,00	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	26.524,08	106.096,32	73.903,68	106.096,32	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.579.403,20	1.579.403,20	0,00	0,00	1.579.403,20	0,00	0,00	1.579.403,20	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	101.301.443,00	151.471.815,40	26.578.597,22	104.549.705,53	46.922.109,87	25.886.311,62	70.759.182,07	80.712.633,33	69.368.652,06	0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	101.301.443,00	151.471.815,40	26.578.597,22	104.549.705,53	46.922.109,87	25.886.311,62	70.759.182,07	80.712.633,33	69.368.652,06	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			13.433.090,09		14.823.620,10	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	101.301.443,00	151.471.815,40	26.578.597,22	104.549.705,53		25.886.311,62	84.192.272,16		84.192.272,16	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		
WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES			***LUCINEIDE APARECIDA JULIO***			***JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA***				
023.856.642-08			606.804.072-00			204.027.242-91				
Prefeito Municipal			Contadora			Secretario Mun. Decreto 003/2025				

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:5D579F79

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO 2- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO												
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL												
PERIODO: Janeiro a Agosto 2026/BIMESTRE Julho - Agosto												
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")												R$ 1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			BIMESTRE	JAN A AGO (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A AGO (d)	% (d/total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.301.443,00	151.471.815,40	26.578.597,22	104.549.705,53	100,00	46.922.109,87	25.886.311,62	70.759.182,07	100,00	80.712.633,33	0,00	
Legislativa	5.339.937,46	5.339.937,46	715.288,37	3.379.399,80	3,23	1.960.537,66	700.255,62	2.994.532,57	4,23	2.345.404,89	0,00	
Ação Legislativa	5.339.937,46	5.339.937,46	715.288,37	3.379.399,80	3,23	1.960.537,66	700.255,62	2.994.532,57	4,23	2.345.404,89	0,00	
Administração	13.660.269,70	13.745.634,34	1.810.035,51	9.226.081,11	8,82	4.519.553,23	2.360.134,18	7.991.091,60	11,29	5.754.542,74	0,00	
Planejamento e Orçamento	2.237.704,32	2.246.368,82	238.576,34	1.749.260,42	1,67	497.108,40	439.521,96	1.267.707,14	1,79	978.661,68	0,00	
Administração Financeira	2.602.529,96	2.622.667,44	277.848,07	1.897.976,53	1,82	724.690,91	438.151,39	1.633.802,71	2,31	988.864,73	0,00	
Normatização e Fiscalização	418.575,00	433.805,00	27.574,03	129.755,56	0,12	304.049,44	19.844,03	122.025,56	0,17	311.779,44	0,00	
Administração Geral	8.321.260,42	8.362.593,08	1.266.037,07	5.414.207,35	5,18	2.948.385,73	1.434.842,22	4.939.781,61	6,98	3.422.811,47	0,00	
Demais Subfunções	80.200,00	80.200,00	0,00	34.881,25	0,03	45.318,75	27.774,58	27.774,58	0,04	52.425,42	0,00	
Assistência Social	4.827.638,60	8.805.200,50	2.391.170,92	5.266.603,04	5,04	3.538.597,46	643.440,73	2.094.497,31	2,96	6.710.703,19	0,00	
Assistência à Pessoa Idosa	0,00	516.845,51	0,00	414.490,15	0,40	102.355,36	12.998,84	68.988,99	0,10	447.856,52	0,00	
Assistência à Pessoa com Deficiência	0,00	2.418.664,09	1.733.500,00	1.733.500,00	1,66	685.164,09	0,00	0,00	0,00	2.418.664,09	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	914.059,48	974.302,80	78.874,62	557.995,23	0,53	416.307,57	93.609,82	323.791,04	0,46	650.511,76	0,00	
Assistência Comunitária	3.053.979,12	4.072.556,24	501.244,59	2.157.396,96	2,06	1.915.159,28	442.295,46	1.329.551,12	1,88	2.743.005,12	0,00	
Administração Geral	859.600,00	815.800,00	77.551,71	401.820,70	0,38	413.979,30	94.536,61	370.766,16	0,52	445.033,84	0,00	
Demais Subfunções	0,00	7.031,86	0,00	1.400,00	0,00	5.631,86	0,00	1.400,00	0,00	5.631,86	0,00	
Saúde	21.782.581,56	38.297.660,66	6.179.068,92	26.236.860,71	25,10	12.060.799,95	6.744.971,15	18.444.156,93	26,07	19.853.503,73	0,00	
Atenção Básica	17.665.339,68	33.208.401,70	5.860.728,15	22.417.151,31	21,44	10.791.250,39	4.853.064,90	15.258.813,07	21,56	17.949.588,63	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	162.160,53	704.682,56	20.039,17	262.688,11	0,25	441.994,45	106.413,71	173.403,21	0,25	531.279,35	0,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.193.785,62	2.917.485,67	95.774,97	2.613.432,65	2,50	304.053,02	1.573.999,70	2.092.959,29	2,96	824.526,38	0,00	
Vigilância Sanitária	1.891.036,72	605.578,74	44.537,23	420.189,75	0,40	185.388,99	44.654,90	407.684,39	0,58	197.894,35	0,00	
Vigilância Epidemiológica	582.736,78	397.175,61	71.764,72	255.403,19	0,24	141.772,42	80.205,26	250.119,27	0,35	147.056,34	0,00	
Administração Geral	287.522,23	464.336,38	86.224,68	267.995,70	0,26	196.340,68	86.632,68	261.177,70	0,37	203.158,68	0,00	
Educação	32.267.429,14	38.225.445,50	5.091.861,45	27.681.146,08	26,48	10.544.299,42	6.205.061,94	20.789.756,99	29,38	17.435.688,51	0,00	
Ensino Fundamental	22.330.806,90	26.792.202,93	3.651.169,96	20.138.114,05	19,26	6.654.088,88	3.616.230,22	13.883.323,86	19,62	12.908.879,07	0,00	
Ensino Superior	96.178,20	179.233,98	0,00	177.009,98	0,17	2.224,00	9.812,55	141.720,75	0,20	37.513,23	0,00	
Educação Infantil	6.006.043,68	7.475.116,65	721.819,03	4.734.752,45	4,53	2.740.364,20	1.839.896,28	4.294.870,40	6,07	3.180.246,25	0,00	
Educação Especial	1.023.251,83	946.433,71	272.044,59	569.905,19	0,55	376.528,52	272.044,59	569.905,19	0,81	376.528,52	0,00	

Administração Geral	2.811.148,53	2.832.458,23	446.827,87	2.061.364,41	1,97	771.093,82	467.078,30	1.899.936,79	2,69	932.521,44	0,00
Cultura	43.000,00	487.207,37	0,00	16.000,00	0,02	471.207,37	0,00	8.000,00	0,01	479.207,37	0,00
Difusão Cultural	43.000,00	487.207,37	0,00	16.000,00	0,02	471.207,37	0,00	8.000,00	0,01	479.207,37	0,00
Urbanismo	4.086.871,39	12.926.824,24	9.412.539,68	10.928.926,50	10,45	1.997.897,74	5.601.551,01	6.067.975,83	8,58	6.858.848,41	0,00
Infra-Estrutura Urbana	2.000.000,00	11.334.409,19	9.358.739,68	9.743.342,13	9,32	1.591.067,06	5.385.449,92	5.385.449,92	7,61	5.948.959,27	0,00
Serviços Urbanos	2.086.871,39	1.592.415,05	53.800,00	1.185.584,37	1,13	406.830,68	216.101,09	682.525,91	0,96	909.889,14	0,00
Habitação	0,00	4.652.184,89	0,00	3.967.080,00	3,79	685.104,89	0,00	0,00	0,00	4.652.184,89	0,00
Habitação Urbana	0,00	4.652.184,89	0,00	3.967.080,00	3,79	685.104,89	0,00	0,00	0,00	4.652.184,89	0,00
Saneamento	3.605.826,40	3.579.203,39	238.849,15	3.137.144,25	3,00	442.059,14	544.375,11	1.937.228,18	2,74	1.641.975,21	0,00
Saneamento Básico Urbano	3.605.826,40	3.579.203,39	238.849,15	3.137.144,25	3,00	442.059,14	544.375,11	1.937.228,18	2,74	1.641.975,21	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A AGO (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A AGO (d)	% (d/total d)		
Gestão Ambiental	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	3.154.608,47	9.558.681,88	106.398,20	4.297.130,63	4,11	5.261.551,25	1.109.424,40	3.519.145,73	4,97	6.039.536,15	0,00
Extensão Rural	3.154.608,47	9.558.681,88	106.398,20	4.297.130,63	4,11	5.261.551,25	1.109.424,40	3.519.145,73	4,97	6.039.536,15	0,00
Transporte	8.594.853,33	9.464.836,28	519.774,70	7.738.778,01	7,40	1.726.058,27	1.616.199,31	5.149.315,47	7,28	4.315.520,81	0,00
Transporte Rodoviário	8.594.853,33	9.464.836,28	519.774,70	7.738.778,01	7,40	1.726.058,27	1.616.199,31	5.149.315,47	7,28	4.315.520,81	0,00
Desporto e Lazer	1.032.368,89	3.510.940,83	89.330,76	1.554.502,36	1,49	1.956.438,47	102.088,30	821.587,49	1,16	2.689.353,34	0,00
Desporto Comunitário	1.032.368,89	3.510.940,83	89.330,76	1.554.502,36	1,49	1.956.438,47	102.088,30	821.587,49	1,16	2.689.353,34	0,00
Encargos Especiais	1.298.654,86	1.298.654,86	24.279,56	1.120.053,04	1,07	178.601,82	258.809,87	941.893,97	1,33	356.760,89	0,00
Outros Encargos Especiais	1.298.654,86	1.298.654,86	24.279,56	1.120.053,04	1,07	178.601,82	258.809,87	941.893,97	1,33	356.760,89	0,00
Reserva de Contingência	1.579.403,20	1.579.403,20	0,00	0,00	0,00	1.579.403,20	0,00	0,00	0,00	1.579.403,20	0,00
Demais Subfunções	1.579.403,20	1.579.403,20	0,00	0,00	0,00	1.579.403,20	0,00	0,00	0,00	1.579.403,20	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	101.301.443,00	151.471.815,40	26.578.597,22	104.549.705,53	100,00	46.922.109,87	25.886.311,62	70.759.182,07	100,00	80.712.633,33	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES	***LUCINEIDE APARECIDA JULIO***	***JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA***
023.856.642-08	606.804.072-00	204.027.242-91
Prefeito Municipal	Contadora	Secretario Mun. Decreto 003/2025

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:91B5771C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO 3- DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SET/2025 A AGO/2026														
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													R$ 1	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	10.009.839,19	12.259.065,30	7.095.874,22	15.279.104,45	9.259.227,34	8.001.412,16	10.021.520,46	9.386.432,16	13.058.453,69	10.442.767,60	11.355.283,62	11.992.254,32	128.161.234,51	113.922.362,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	975.515,84	1.109.896,33	981.484,04	1.908.199,19	1.142.574,48	1.015.683,07	1.071.183,58	1.099.442,11	1.282.924,66	1.185.905,95	723.058,29	1.214.007,09	13.709.874,63	13.978.188,73
IPTU	14.954,10	21.142,31	38.233,69	33.997,83	24.749,85	19.419,46	80.718,18	99.608,63	119.889,15	113.651,64	75.711,77	38.765,23	680.841,84	609.101,24
ISS	184.200,85	239.907,32	150.396,33	367.348,94	213.610,92	239.650,97	187.855,30	215.266,40	389.513,60	288.236,98	236.198,40	296.971,24	3.009.157,25	2.183.329,19
ITBI	8.347,80	48.933,58	23.075,16	113.966,16	351.533,80	10.741,02	35.937,88	60.185,72	51.132,70	55.129,72	48.755,29	178.414,47	986.153,30	526.258,84
IRRF	238.416,65	269.613,10	262.358,52	862.313,70	23.675,24	209.372,31	218.602,77	243.428,44	257.639,58	259.003,95	276.837,37	265.390,08	3.386.651,71	2.324.030,47
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	529.596,44	530.300,02	507.420,34	530.572,56	529.004,67	536.499,31	548.069,45	480.952,92	464.749,63	469.883,66	85.555,46	434.466,07	5.647.070,53	8.335.468,99

Contribuições	20.501,35	20.251,71	21.725,54	19.317,23	0,00	0,00	19.493,96	21.634,67	19.623,67	21.564,64	20.248,04	18.909,21	203.270,02	298.867,15
Receita Patrimonial	560.080,50	414.426,44	372.174,24	160.989,81	436.566,14	402.386,71	449.580,78	464.361,35	462.377,74	501.508,38	554.105,58	435.480,63	5.214.038,30	2.223.161,23
Rendimentos de Aplicação Financeira	560.080,50	414.426,44	354.412,20	147.879,24	434.861,09	401.695,27	449.093,94	464.361,35	461.983,90	504.785,55	554.105,58	435.480,63	5.183.165,69	2.223.161,23
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	17.762,04	13.110,57	1.705,05	691,44	486,84	0,00	393,84	-3.277,17	0,00	0,00	30.872,61	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	86.774,71	92.748,78	81.866,07	116.439,63	100.816,03	68.232,63	90.525,90	68.856,39	93.003,65	115.208,17	85.958,72	87.762,98	1.088.193,66	1.048.932,07
Transferências Correntes	8.366.362,16	10.621.137,42	5.637.027,16	13.010.275,81	7.579.081,12	6.500.700,19	8.389.934,14	7.731.006,76	11.199.362,81	8.614.365,77	9.967.413,93	10.235.166,18	107.851.833,45	96.146.971,20
Cota-Parte do FPM	1.664.342,40	1.116.215,99	1.517.316,75	2.443.445,35	1.684.779,21	2.118.272,19	1.282.742,03	1.510.304,12	1.827.947,48	1.925.909,68	2.048.029,60	1.625.333,28	20.764.638,08	26.908.654,82
Cota-Parte do ICMS	5.177.638,00	3.546.680,95	2.573.119,59	4.982.062,72	3.602.080,25	2.666.791,17	4.394.289,06	3.103.579,68	3.642.576,38	4.755.003,49	4.040.746,25	5.391.205,24	47.875.772,78	43.588.955,09
Cota-Parte do IPVA	122.335,98	80.821,55	50.043,45	47.152,51	131.436,06	96.359,78	173.882,74	166.209,11	166.399,91	140.601,45	147.225,37	86.666,05	1.409.133,96	1.869.156,65
Cota-Parte do ITR	15.795,29	772.060,44	80.594,30	103.777,42	54.797,08	3.160,63	8.270,07	8.910,51	3.620,05	9.538,29	6.297,26	566,74	1.067.388,08	212.394,94
Transferências da LC 61/1989	21.189,04	21.112,20	19.428,52	18.851,06	24.202,65	3.008,91	38.404,38	14.900,94	17.918,92	17.453,45	38.365,04	22.199,96	257.035,07	231.781,03
Transferencias do FUNDEB	946.036,10	1.202.513,65	1.053.474,57	1.337.038,30	1.298.843,80	1.261.137,91	1.037.802,92	1.362.399,75	1.345.533,44	1.304.688,72	1.295.035,61	1.643.599,75	15.088.104,52	13.695.064,87
Outras Transferências Correntes	419.025,35	3.881.732,64	343.049,98	4.077.948,45	782.942,07	351.969,60	1.454.542,94	1.564.702,65	4.195.366,63	461.170,69	2.391.714,80	1.465.595,16	21.389.760,96	9.640.963,80
Outras Receitas Correntes	604,63	604,62	1.597,17	63.882,78	189,57	14.409,56	802,10	1.130,88	1.161,16	4.214,69	4.499,06	928,23	94.024,45	226.242,54
DEDUÇÕES (II)	1.279.172,09	1.107.378,19	848.100,48	1.372.894,40	1.099.459,01	977.518,49	1.179.517,61	960.780,82	1.131.692,50	1.369.701,24	1.088.932,54	1.425.141,95	13.840.289,32	13.520.919,92
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	1.279.172,09	1.107.378,19	848.100,48	1.372.894,40	1.099.459,01	977.518,49	1.179.517,61	960.780,82	1.131.692,50	1.369.701,24	1.088.932,54	1.425.141,95	13.840.289,32	13.520.919,92
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.730.667,10	11.151.687,11	6.247.773,74	13.906.210,05	8.159.768,33	7.023.893,67	8.842.002,85	8.425.651,34	11.926.761,19	9.073.066,36	10.266.351,08	10.567.112,37	114.320.945,19	100.401.443,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	1.584.090,00	0,00	1.604.259,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	2.705.978,00	0,00	0,00	0,00	6.044.327,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	8.730.667,10	9.567.597,11	6.247.773,74	12.301.951,05	8.159.768,33	7.023.893,67	8.842.002,85	8.275.651,34	9.220.783,19	9.073.066,36	10.266.351,08	10.567.112,37	108.276.618,19	100.401.443,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	830.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	830.300,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	81.972,00	81.972,00	69.828,00	151.800,00	71.324,00	48.630,00	71.324,00	81.050,00	81.050,00	81.050,00	77.808,00	77.808,00	975.616,00	992.772,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	8.648.695,10	8.655.325,11	6.177.945,74	12.150.151,05	8.088.444,33	6.975.263,67	8.770.678,85	8.194.601,34	9.139.733,19	8.992.016,36	10.188.543,08	10.489.304,37	106.470.702,19	99.408.671,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026		

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES	***LUCINEIDE APARECIDA JULIO***	***JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA***
023.856.642-08	606.804.072-00	204.027.242-91
Prefeito Municipal	Contadora	Secretario Mun. Decreto 003/2025

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:91421677

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO 7- DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
PERIODO: Janeiro a Agosto 2026/BIMESTRE Julho - Agosto												
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2025 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	21.793,06	598.290,51	590.577,67	1.216,32	28.289,58	469.231,07	6.580.964,86	4.334.552,88	4.262.888,86	741.348,21	2.045.958,86	2.074.248,44
02 PODER EXECUTIVO	21.793,06	598.290,51	590.577,67	1.216,32	28.289,58	469.231,07	6.580.964,86	4.334.552,88	4.262.888,86	741.348,21	2.045.958,86	2.074.248,44
0202 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.637,62	27.990,21	26.293,94	26.293,94	1.696,27	14.637,62	14.637,62
0203 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	0,00	2.153,34	2.153,34	0,00	0,00	0,00	160.390,56	160.098,62	160.098,62	291,94	0,00	0,00
0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD	0,00	20.690,00	19.473,68	1.216,32	0,00	0,00	311.028,72	261.678,92	261.678,92	49.349,80	0,00	0,00
0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	0,00	57.500,00	57.500,00	0,00	0,00	0,00	130.533,30	75.757,69	73.946,77	54.775,61	1.810,92	1.810,92
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - S	21.793,06	375.473,78	375.473,78	0,00	21.793,06	117.540,02	3.103.835,52	2.137.006,55	2.067.153,45	149.250,17	1.004.971,92	1.026.764,98
0207 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544.501,12	1.171.192,45	1.171.192,45	8.619,61	364.689,06	364.689,06
0208 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	57.468,36	50.971,84	0,00	6.496,52	337.053,43	888.356,35	173.184,44	173.184,44	392.377,00	659.848,34	666.344,86
0209 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.844,43	139.211,39	139.211,39	4.633,04	0,00	0,00
0210 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	57.698,89	57.698,89	0,00	0,00	0,00	229.676,29	172.793,08	172.793,08	56.882,21	1,00	1,00
0211 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO -	0,00	27.306,14	27.306,14	0,00	0,00	0,00	6.844,86	6.844,86	6.844,86	0,00	0,00	0,00
0212 FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.963,50	10.490,94	10.490,94	23.472,56	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	21.793,06	598.290,51	590.577,67	1.216,32	28.289,58	469.231,07	6.580.964,86	4.334.552,88	4.262.888,86	741.348,21	2.045.958,86	2.074.248,44
WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES				***LUCINEIDE APARECIDA JULIO***				***JOSÉ CARLOS DUARTE FERREIRA***				
023.856.642-08				606.804.072-00				204.027.242-91				
Prefeito Municipal				Contadora				Secretario Mun. Decreto 003/2025				

Publicado por:
Gilza Dias de Freitas Oliveira
Código Identificador:D974BB1F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	114.398.197,77	113.702.074,80	115.791.992,53	178.804.662,17	120.158.183,94	114.313.201,00	116.659.436,56	117.015.690,45	119.200.115,55	126.876.461,89	119.938.982,56	116.625.086,50	1.473.484.085,72	3.454.316,17
Pessoal Ativo	94.936.688,52	96.209.040,99	96.653.451,61	151.650.838,39	99.055.726,07	92.623.087,07	96.540.608,78	97.898.743,71	98.287.333,35	105.913.725,18	98.857.067,09	95.851.035,33	1.224.477.346,09	1.936.151,87
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	84.443.416,68	85.725.980,14	85.927.076,46	126.449.004,79	88.666.773,93	82.026.964,90	86.165.584,56	87.237.044,61	87.876.453,56	95.441.935,28	88.290.494,26	85.401.723,42	1.083.652.452,59	1.675.951,02
Obrigações Patronais	10.493.271,84	10.483.060,85	10.726.375,15	25.201.833,60	10.388.952,14	10.596.122,17	10.375.024,22	10.661.699,10	10.410.879,79	10.471.789,90	10.566.572,83	10.449.311,91	140.824.893,50	260.200,85
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.216.480,94	17.325.880,91	17.157.412,88	21.471.802,88	21.102.457,87	18.349.898,71	18.113.344,36	17.880.648,56	18.274.192,20	19.557.747,27	18.093.520,33	18.196.940,15	222.740.327,06	20.585,51
Aposentadorias, Reserva e Reformas	14.026.735,55	14.254.129,39	14.097.272,34	16.493.805,99	17.831.363,14	14.787.906,19	14.813.673,98	14.595.275,36	14.994.777,16	14.890.188,92	14.855.539,54	14.949.217,09	180.589.884,65	20.585,51
Pensões	3.189.745,39	3.071.751,52	3.060.140,54	4.977.996,89	3.271.094,73	3.561.992,52	3.299.670,38	3.285.373,20	3.279.415,04	4.667.558,35	3.237.980,79	3.247.723,06	42.150.442,41	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.245.028,31	167.152,90	1.981.128,04	5.682.020,90		3.340.215,22	2.005.483,42	1.236.298,18	2.638.590,00	1.404.989,44	2.988.395,14	2.577.111,02	26.266.412,57	1.497.578,79
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	22.379.497,80	22.194.469,10	23.553.104,39	32.412.774,33	26.158.590,79	24.567.712,04	24.308.391,48	23.506.529,56	24.314.877,00	24.756.949,87	24.711.397,62	25.248.248,45	298.112.542,43	20.585,51
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.861.072,46	1.486.451,55	2.023.868,69	1.664.874,67	1.150.222,14	1.182.520,95	1.513.488,93	1.912.789,21	2.299.998,07	1.594.678,60	1.499.859,48	2.000.040,84	20.189.865,59	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	144.212,53	44.608,79	33.068,82	1.659.322,53	34.731,68	21.397,49	47.537,82	19.413,05	2.370,83	2.641,61	12.460,29	19.143,73	2.040.909,17	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	569.356,30	753.565,91	1.130.909,36	4.597.138,73	320.571,56	1.857.713,55	1.540.644,52	509.274,75	530.227,71	135.629,44	1.012.965,33	513.785,35	13.471.782,51	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.155.252,47	17.280.707,20	17.116.261,87	19.841.162,99	21.075.968,39	18.307.502,70	18.070.948,35	17.838.252,55	18.231.796,19	19.769.727,32	18.093.520,33	18.181.033,62	220.962.133,98	20.585,51
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	1.584.620,00	1.672.836,00	1.599.972,00	2.849.054,56	2.481.165,10	1.299.524,45	1.744.196,00	1.734.470,00	1.753.922,00	1.747.438,00	1.750.680,00	1.757.164,00	21.975.042,11	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	1.064.984,04	956.299,65	1.649.023,65	1.801.220,85	882.558,41	867.179,77	863.934,60	832.579,75	813.587,25	491.857,75	806.426,08	803.434,94	11.833.086,74	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais					213.373,51	1.031.873,13	527.641,26	659.750,25	682.974,95	1.014.977,15	1.535.486,11	1.973.645,97	7.639.722,33	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	92.018.699,97	91.507.605,70	92.238.888,14	146.391.887,84	93.999.593,15	89.745.488,96	92.351.045,08	93.509.160,89	94.885.238,55	102.119.512,02	95.227.584,94	91.376.838,05	1.175.371.543,29	3.433.730,66

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	2.727.744.996,53	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	20.042.394,11	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	60.411.034,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	22.082.068,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	75.232.046,87	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	2.549.977.453,55	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	1.178.805.273,95	46,23
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.376.987.824,92	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.308.138.433,67	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.239.289.042,43	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	LINHA OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO TOTALIZOU O VALOR R$ 2.577.111,02 QUE REPRESENTA AS ND 3.3.90.34.00 E 3.3.50.34.

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (VII) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (X) (%)	
Excedente em 2021 (XI) = (X - VII) (%)	
Redutor anual (XII) = (0,10 x XI) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)										
	2021	2022	2023	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)											
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI)											
% DTP (VI / V)											
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)											

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Despesa Executada com Pessoal			
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º art. 18 da LRF)				
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				

Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração				
Outras Deduções Constitucionais ou Legais				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)				

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	**Cálculo da Dívida Consolidada Líquida**			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		Até o 1º Quadrimestre	**Até o 2º Quadrimestre**	**Até o 3º Quadrimestre**
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	654.552.657,93	601.229.792,18	632.031.709,82	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	499.891.768,93	451.873.248,36	434.564.786,76	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Internos				
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	288.245.205,51	265.655.658,76	239.367.715,69	
Internos	288.245.205,51	265.655.658,76	239.367.715,69	
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	211.646.563,42	186.217.589,60	195.197.071,07	
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias	135.536.356,82	131.874.952,06	128.213.547,30	
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira	76.110.206,60	54.342.637,54	66.983.523,77	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	154.660.889,00	149.356.543,82	197.466.923,06	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	674.856.214,82	782.715.680,55	890.581.749,24	
Disponibilidade de Caixa	594.492.772,34	702.352.238,07	810.218.306,76	
Disponibilidade de Caixa Bruta	610.754.214,63	713.223.778,89	819.352.112,55	
(-) Restos a Pagar Processados	8.087.619,11	3.750.022,50	2.972.788,84	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.173.823,18	7.121.518,32	6.161.016,95	
Demais Haveres Financeiros	80.363.442,48	80.363.442,48	80.363.442,48	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-20.303.556,89	-181.485.888,37	-258.550.039,42	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.450.718.545,05	2.549.986.920,50	2.727.744.996,53	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	20.123.692,00	15.669.770,00	20.042.394,11	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	2.430.594.853,05	2.534.317.150,50	2.707.702.602,42	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	26,93	23,72	23,34	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-0,84	-7,16	-9,55	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	2.916.713.823,66	3.041.180.580,60	3.249.243.122,90	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.625.042.441,29	2.737.062.522,54	2.924.318.810,61	
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	6.632.516,51	6.632.516,51	6.632.516,51	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	86.121.651,25	86.119.065,09	88.299.265,29	
Passivo Atuarial	5.840.431.974,57	5.840.431.974,57	5.840.431.974,57	
RP Não-Processados	138.780.535,41	56.925.929,38	37.621.634,71	
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Contratual de PPP				

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	**Cálculo da Dívida Consolidada Líquida**

	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Apropriação de Depósitos Judiciais				

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	2.450.718.545,05	2.549.986.920,50	2.727.744.996,53	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	20.123.692,00	15.669.770,00	20.042.394,11	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	2.430.594.853,05	2.534.317.150,50	2.707.702.602,42	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	534.730.867,67	557.549.773,11	595.694.572,53	
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	481.257.780,90	501.794.795,80	536.125.115,28	
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)				

Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	**Valor Realizado no Período**	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		113.523,92
Interna		113.523,92
Empréstimos	0,00	113.523,92
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa		
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)		113.523,92

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	**Apuração do Cumprimento dos Limites**	
	VALOR	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.727.744.996,53	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	20.042.394,11	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	2.707.702.602,42	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	113.523,92	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	433.232.416,39	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	389.909.174,75	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	189.539.182,17	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Demais Contribuições Sociais		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	2.727.744.996,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	2.707.702.602,42
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	2.549.977.453,55

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.178.805.273,95	46,23
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	1.376.987.824,92	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	1.308.138.433,67	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	1.239.289.042,43	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-258.550.039,42	-9,55
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.249.243.122,90	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	595.694.572,53	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período

	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	113.523,92	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	433.232.416,39	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	189.539.182,17	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:45887AB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Relatório Resumido de Execução Orçamentária							
Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO (Poder Executivo)							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
CNPJ:							
Exercício: 2026							
Período de referência: 4º bimestre							
RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário							
Receitas Orçamentárias	**Estágios da Receita Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.558.702.172,00	2.614.001.020,97	558.116.995,91	21,35	2.064.932.652,16	79,00	549.068.368,81
RECEITAS CORRENTES	2.519.779.874,00	2.548.036.698,04	547.782.942,79	21,50	2.022.993.782,04	79,39	525.042.916,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	607.489.340,00	607.489.340,00	95.140.166,20	15,66	420.263.474,96	69,18	187.225.865,04
Impostos	528.282.120,00	528.282.120,00	85.612.014,48	16,21	352.923.904,50	66,81	175.358.215,50
Taxas	79.207.220,00	79.207.220,00	9.528.151,72	12,03	67.339.570,46	85,02	11.867.649,54
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	222.166.640,00	222.166.640,00	39.131.821,81	17,61	150.614.569,17	67,79	71.552.070,83
Contribuições Sociais	149.653.760,00	149.653.760,00	24.387.605,58	16,30	97.703.806,82	65,29	51.949.953,18
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	72.512.880,00	72.512.880,00	14.744.216,23	20,33	52.910.762,35	72,97	19.602.117,65
RECEITA PATRIMONIAL	68.854.220,00	68.886.617,98	42.363.162,88	61,50	102.600.791,73	148,94	-33.714.173,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	713.750,00	713.750,00	134.056,46	18,78	594.881,44	83,35	118.868,56
Valores Mobiliários	68.032.470,00	68.064.867,98	42.168.005,19	61,95	101.835.999,06	149,62	-33.771.131,08
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							

Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais	108.000,00	108.000,00	61.101,23	56,58	169.911,23	157,33	-61.911,23
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	5.907.500,00	10.999.194,38	2.148.029,18	19,53	5.397.495,60	49,07	5.601.698,78
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.248.660,00	8.340.354,38	1.663.889,75	19,95	4.261.383,52	51,09	4.078.970,86
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	2.658.840,00	2.658.840,00	484.139,43	18,21	1.136.112,08	42,73	1.522.727,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.571.609.284,00	1.585.489.856,36	323.338.453,91	20,39	1.256.966.815,41	79,28	328.523.040,95
Transferências da União e de suas Entidades	724.729.915,00	738.610.487,36	145.492.949,61	19,70	626.017.583,95	84,76	112.592.903,41
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	440.197.749,00	440.197.749,00	94.358.260,25	21,44	332.909.017,78	75,63	107.288.731,22
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	406.681.620,00	406.681.620,00	83.487.244,05	20,53	298.040.213,68	73,29	108.641.406,32
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.752.890,00	53.005.049,32	45.661.308,81	86,15	87.150.635,17	164,42	-34.145.585,85
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6.222.800,00	15.474.959,32	4.582.870,28	29,61	16.056.512,18	103,76	-581.552,86
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	17.381.570,00	17.381.570,00	6.561.033,22	37,75	19.963.199,60	114,85	-2.581.629,60
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	7.006.080,00	7.006.080,00	1.152.304,56	16,45	4.609.218,24	65,79	2.396.861,76
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	13.142.440,00	13.142.440,00	33.365.100,75	253,87	46.521.705,15	353,98	-33.379.265,15

Receitas Orçamentárias	**Estágios da Receita Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS DE CAPITAL	38.922.298,00	65.964.322,93	10.334.053,12	15,67	41.938.870,12	63,58	24.025.452,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					113.523,92		-113.523,92
Operações de Crédito - Mercado Interno					113.523,92		-113.523,92
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28.960.320,00	55.824.388,44	7.996.443,85	14,32	32.285.639,85	57,83	23.538.748,59
Transferências da União e de suas Entidades	28.960.320,00	53.197.873,44	7.046.443,85	13,25	26.539.124,85	49,89	26.658.748,59
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		2.626.515,00	950.000,00	36,17	5.746.515,00	218,79	-3.120.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	9.961.978,00	10.139.934,49	2.337.609,27	23,05	9.539.706,35	94,08	600.228,14
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	9.961.978,00	10.064.143,34		0,00	0,00	0,00	10.064.143,34
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital		75.791,15	2.337.609,27	3.084,28	9.539.706,35	12.586,83	-9.463.915,20
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	188.301.210,00	188.301.210,00	36.590.537,02	19,43	127.420.316,34	67,67	60.880.893,66
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.747.003.382,00	2.802.302.230,97	594.707.532,93	21,22	2.192.352.968,50	78,23	609.949.262,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	2.747.003.382,00	2.802.302.230,97	594.707.532,93	21,22	2.192.352.968,50	78,23	609.949.262,47

DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	2.747.003.382,00	2.802.302.230,97	594.707.532,93	21,22	2.192.352.968,50	78,23	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	73.900.000,00	356.134.954,91			282.234.954,91		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	73.900.000,00	73.900.000,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		282.234.954,91			282.234.954,91		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.643.068.052,00	2.973.243.896,18	562.904.918,70	2.233.987.623,70	739.256.272,48	458.680.994,01	1.705.726.424,52	1.267.517.471,66	1.689.987.439,45	

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	2.520.225.153,00	2.728.981.656,45	536.052.981,23	2.104.472.364,96	624.509.291,49	440.475.405,85	1.615.100.758,22	1.113.880.898,23	1.599.876.527,66	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.441.771.579,00	1.477.700.935,00	338.576.356,42	1.102.119.116,49	375.581.818,51	226.951.929,24	918.359.198,92	559.341.736,08	917.993.381,05	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	24.673.808,00	34.466.611,00	5.945.857,95	31.866.969,95	2.599.641,05	5.686.110,25	24.660.597,77	9.806.013,23	24.608.903,84	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.053.779.766,00	1.216.814.110,45	191.530.766,86	970.486.278,52	246.327.831,93	207.837.366,36	672.080.961,53	544.733.148,92	657.274.242,77	
DESPESAS DE CAPITAL	96.549.828,00	217.969.168,73	26.851.937,47	129.515.258,74	88.453.909,99	18.205.588,16	90.625.666,30	127.343.502,43	90.110.911,79	
INVESTIMENTOS	74.655.600,00	166.914.395,43	22.437.258,05	80.404.930,75	86.509.464,68	12.355.305,81	46.279.355,04	120.635.040,39	45.831.765,16	
INVERSÕES FINANCEIRAS		19.650.000,00		19.650.000,00	0,00		19.650.000,00	0,00	19.650.000,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	21.894.228,00	31.404.773,30	4.414.679,42	29.460.327,99	1.944.445,31	5.850.282,35	24.696.311,26	6.708.462,04	24.629.146,63	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.293.071,00	26.293.071,00			26.293.071,00			26.293.071,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	177.835.330,00	185.208.889,70	45.789.000,23	160.562.958,13	24.645.931,57	33.045.151,93	126.275.521,81	58.933.367,89	126.275.521,81	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.820.903.382,00	3.158.452.785,88	608.693.918,93	2.394.550.581,83	763.902.204,05	491.726.145,94	1.832.001.946,33	1.326.450.839,55	1.816.262.961,26	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	2.820.903.382,00	3.158.452.785,88	608.693.918,93	2.394.550.581,83	763.902.204,05	491.726.145,94	1.832.001.946,33	1.326.450.839,55	1.816.262.961,26	
SUPERÁVIT (XIII)							360.351.022,17		376.090.007,24	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	2.820.903.382,00	3.158.452.785,88	608.693.918,93	2.394.550.581,83		491.726.145,94	2.192.352.968,50		2.192.352.968,50	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	188.301.210,00	188.301.210,00	36.590.537,02	19,43	127.420.316,34	67,67	60.880.893,66
RECEITAS CORRENTES	188.301.210,00	188.301.210,00	36.590.537,02	19,43	127.420.316,34	67,67	60.880.893,66
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	158.891.010,00	158.891.010,00	26.344.321,54	16,58	104.666.082,21	65,87	54.224.927,79
Contribuições Sociais	158.891.010,00	158.891.010,00	26.344.321,54	16,58	104.666.082,21	65,87	54.224.927,79
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.410.200,00	29.410.200,00	10.246.215,48	34,84	22.754.234,13	77,37	6.655.965,87
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	29.410.200,00	29.410.200,00	10.246.215,48	34,84	22.754.234,13	77,37	6.655.965,87
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

Demais Receitas de Capital								

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	177.835.330,00	185.208.889,70	45.789.000,23	160.562.958,13	24.645.931,57	33.045.151,93	126.275.521,81	58.933.367,89	126.275.521,81	
DESPESAS CORRENTES	170.163.828,00	170.707.685,50	45.789.000,23	146.061.755,53	24.645.929,97	30.023.013,25	114.258.513,31	56.449.172,19	114.258.513,31	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.416.818,00	101.246.818,00	34.752.959,81	84.246.139,36	17.000.678,64	16.097.709,85	64.655.698,20	36.591.119,80	64.655.698,20	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.002.610,00	4.960.467,50	0,00	4.960.467,50	0,00	1.158.616,20	4.495.093,86	465.373,64	4.495.093,86	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.744.400,00	64.500.400,00	11.036.040,42	56.855.148,67	7.645.251,33	12.766.687,20	45.107.721,25	19.392.678,75	45.107.721,25	
DESPESAS DE CAPITAL	7.671.502,00	14.501.204,20	0,00	14.501.202,60	1,60	3.022.138,68	12.017.008,50	2.484.195,70	12.017.008,50	
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	7.671.502,00	14.501.204,20	0,00	14.501.202,60	1,60	3.022.138,68	12.017.008,50	2.484.195,70	12.017.008,50	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.643.068.052,00	2.973.243.896,18	562.904.918,70	2.233.987.623,70	93,29	739.256.272,48	458.680.994,01	1.705.726.424,52	93,11	1.267.517.471,66	
Legislativa	59.445.260,00	62.430.593,00	10.343.841,46	44.877.430,25	1,87	17.553.162,75	10.726.495,03	43.667.395,87	2,38	18.763.197,13	
Ação Legislativa	18.834,00	18.834,00				18.834,00				18.834,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral	58.085.978,00	60.771.311,00	10.199.699,68	44.172.153,38	1,84	16.599.157,62	10.568.953,25	43.020.719,00	2,35	17.750.592,00	
FU01 - Demais Subfunções	1.340.448,00	1.640.448,00	144.141,78	705.276,87	0,03	935.171,13	157.541,78	646.676,87	0,04	993.771,13	
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	496.157.394,00	531.997.296,46	87.280.612,36	396.856.514,77	16,57	135.140.781,69	89.128.005,57	341.750.361,66	18,65	190.246.934,80	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	456.005.902,00	485.270.979,77	78.816.934,48	359.985.943,39	15,03	125.285.036,38	82.573.232,53	310.181.115,07	16,93	175.089.864,70	
Administração Financeira											
Controle Interno	210.000,00	60.000,00		30.000,00	0,00	30.000,00		30.000,00	0,00	30.000,00	
Normatização e Fiscalização	105.000,00	105.000,00				105.000,00				105.000,00	
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial	299.962,00	19.000,00				19.000,00				19.000,00	
Formação de Recursos Humanos	753.200,00	5.838.110,79	2.538.370,00	5.667.527,91	0,24	170.582,88	415.198,49	877.388,78	0,05	4.960.722,01	

Administração de Receitas	40.000,00	0,00				0,00				0,00	
Administração de Concessões	135.000,00	135.000,00	10.000,00	21.000,00	0,00	114.000,00	10.000,00	21.000,00	0,00	114.000,00	
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	38.608.330,00	40.569.205,90	5.915.307,88	31.152.043,47	1,30	9.417.162,43	6.129.574,55	30.640.857,81	1,67	9.928.348,09	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	1.844.093,00	3.868.093,00	1.362.803,00	2.607.868,19	0,11	1.260.224,81	956.125,00	1.906.810,19	0,10	1.961.282,81	
Policiamento	1.069.992,00	2.643.992,00	1.050.000,00	2.173.992,00	0,09	470.000,00	897.522,00	1.728.134,00	0,09	915.858,00	
Defesa Civil	183.801,00	163.801,00				163.801,00				163.801,00	
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral	580.300,00	1.050.300,00	312.803,00	433.876,19	0,02	616.423,81	58.603,00	178.676,19	0,01	871.623,81	
FU06 - Demais Subfunções	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	19.210.704,00	39.831.389,47	5.702.823,37	15.573.616,73	0,65	24.257.772,74	3.671.363,91	6.937.771,91	0,38	32.893.617,56	
Assistência ao Idoso	779.155,00	2.779.155,00		2.021.750,00	0,08	757.405,00		160.524,42	0,01	2.618.630,58	
Assistência à Pessoa com Deficiência	649.402,00	649.402,00	-2.600,00	21.000,00	0,00	628.402,00	-2.600,00			649.402,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.490.908,00	3.022.564,06	927.472,93	967.990,13	0,04	2.054.573,93	615.972,89	629.490,09	0,03	2.393.073,97	
Assistência Comunitária	4.307.487,00	8.279.129,10	545.551,14	2.427.785,83	0,10	5.851.343,27	302.252,90	854.541,40	0,05	7.424.587,70	

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Serviços Socioassistenciais	6.126.086,00	20.188.347,71	3.739.417,92	6.860.670,81	0,29	13.327.676,90	2.278.772,72	3.498.974,17	0,19	16.689.373,54	
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral	5.628.533,00	4.683.658,60	482.981,38	3.231.020,96	0,13	1.452.637,64	464.158,14	1.768.634,57	0,10	2.915.024,03	
FU08 - Demais Subfunções	229.133,00	229.133,00	10.000,00	43.399,00	0,00	185.734,00	12.807,26	25.607,26	0,00	203.525,74	
Previdência Social	354.960.860,00	354.550.860,00	20.717.921,82	207.596.407,56	8,67	146.954.452,44	42.135.644,37	172.297.112,01	9,40	182.253.747,99	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	336.532.329,00	336.022.329,00	15.708.404,00	190.834.864,35	7,97	145.187.464,65	39.094.427,41	161.117.908,70	8,79	174.904.420,30	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	17.348.531,00	17.198.531,00	4.989.517,82	16.038.720,87	0,67	1.159.810,13	2.912.495,03	10.774.453,85	0,59	6.424.077,15	
FU09 - Demais Subfunções	1.080.000,00	1.330.000,00	20.000,00	722.822,34	0,03	607.177,66	128.721,93	404.749,46	0,02	925.250,54	
Saúde	574.963.586,00	677.797.597,34	91.005.582,10	479.526.303,26	20,03	198.271.294,08	101.536.979,14	394.385.082,32	21,53	283.412.515,02	
Atenção Básica	47.491.147,00	110.401.688,41	15.875.469,25	71.951.279,51	3,00	38.450.408,90	17.574.021,51	54.508.426,93	2,98	55.893.261,48	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	173.992.916,00	243.205.713,20	22.792.670,30	192.466.655,26	8,04	50.739.057,94	33.209.799,86	136.477.348,50	7,45	106.728.364,70	
Suporte Profilático e Terapêutico	10.754.920,00	11.897.383,00	3.055.686,48	9.873.937,59	0,41	2.023.445,41	1.973.908,30	6.472.286,59	0,35	5.425.096,41	
Vigilância Sanitária	330.000,00	385.015,00	129.453,04	197.071,31	0,01	187.943,69	14.699,55	52.409,75	0,00	332.605,25	
Vigilância Epidemiológica	6.382.040,00	17.644.299,50	2.208.755,78	10.775.829,01	0,45	6.868.470,49	2.536.919,87	9.472.859,93	0,52	8.171.439,57	
Alimentação e Nutrição	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
FU10 - Administração Geral	303.137.563,00	261.188.498,23	41.188.048,22	170.768.977,08	7,13	90.419.521,15	40.243.368,68	163.925.800,99	8,95	97.262.697,24	
FU10 - Demais Subfunções	32.825.000,00	33.025.000,00	5.755.499,03	23.492.553,50	0,98	9.532.446,50	5.984.261,37	23.475.949,63	1,28	9.549.050,37	
Trabalho	951.233,00	423.067,00				423.067,00				423.067,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	951.233,00	423.067,00				423.067,00				423.067,00	
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	633.528.335,00	674.592.378,33	256.055.475,69	618.368.824,69	25,82	56.223.553,64	112.874.998,00	415.712.499,19	22,69	258.879.879,14	
Ensino Fundamental	365.395.845,00	395.027.447,87	166.302.477,17	368.382.987,80	15,38	26.644.460,07	67.916.004,57	249.567.052,56	13,62	145.460.395,31	

Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	93.656.839,00	90.192.052,70	30.424.968,85	77.423.989,76	3,23	12.768.062,94	14.997.169,24	54.425.268,96	2,97	35.766.783,74	
Educação de Jovens e Adultos	607.950,00	603.738,56	97.541,28	576.616,56	0,02	27.122,00	97.541,28	576.616,56	0,03	27.122,00	
Educação Especial	917.695,00	858.769,00	306.646,00	620.582,00	0,03	238.187,00	306.646,00	620.582,00	0,03	238.187,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	123.070.420,00	137.522.640,61	37.596.928,41	126.547.689,68	5,28	10.974.950,93	21.762.841,17	79.550.136,21	4,34	57.972.504,40	
FU12 - Demais Subfunções	49.879.586,00	50.387.729,59	21.326.913,98	44.816.958,89	1,87	5.570.770,70	7.794.795,74	30.972.842,90	1,69	19.414.886,69	
Cultura	8.748.715,00	15.027.853,04	3.427.379,45	11.114.350,75	0,46	3.913.502,29	4.042.364,63	9.940.926,24	0,54	5.086.926,80	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Difusão Cultural	6.773.715,00	13.052.853,04	3.117.961,44	9.707.728,67	0,41	3.345.124,37	3.711.737,84	8.546.537,23	0,47	4.506.315,81	
FU13 - Administração Geral	1.935.000,00	1.935.000,00	309.418,01	1.406.622,08	0,06	528.377,92	330.626,79	1.394.389,01	0,08	540.610,99	
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	207.975.179,00	273.219.637,17	32.582.567,17	219.831.521,00	9,18	53.388.116,17	36.175.809,67	139.211.472,00	7,60	134.008.165,17	
Infra-Estrutura Urbana	29.123.066,00	78.026.516,76	14.513.420,78	50.789.975,28	2,12	27.236.541,48	10.805.290,73	33.711.782,34	1,84	44.314.734,42	
Serviços Urbanos	143.899.576,00	148.967.355,15	17.016.297,08	133.906.476,36	5,59	15.060.878,79	19.839.131,43	83.810.830,76	4,57	65.156.524,39	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	34.852.537,00	46.125.765,26	1.052.849,31	35.135.069,36	1,47	10.990.695,90	5.531.387,51	21.688.858,90	1,18	24.436.906,36	
FU15 - Demais Subfunções	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00	

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Habitação	10.181.848,00	9.954.211,94	101.750,00	1.231.364,13	0,05	8.722.847,81	101.750,00	221.466,74	0,01	9.732.745,20	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	10.181.848,00	9.954.211,94	101.750,00	1.231.364,13	0,05	8.722.847,81	101.750,00	221.466,74	0,01	9.732.745,20	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	1.358.644,00	1.598.494,56	500.000,00	524.400,00	0,02	1.074.094,56		24.400,00	0,00	1.574.094,56	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	1.358.644,00	1.598.494,56	500.000,00	524.400,00	0,02	1.074.094,56		24.400,00	0,00	1.574.094,56	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	9.762.791,00	14.494.586,66	5.057.955,42	11.380.445,93	0,48	3.114.140,73	2.589.312,26	7.955.961,54	0,43	6.538.625,12	
Preservação e Conservação Ambiental	3.552.640,00	7.502.595,80	4.245.971,04	5.302.491,04	0,22	2.200.104,76	1.846.758,53	2.657.780,05	0,15	4.844.815,75	
Controle Ambiental	4.527.336,00	5.043.094,71	371.234,75	4.543.545,75	0,19	499.548,96	542.773,72	4.263.546,74	0,23	779.547,97	
Recuperação de Áreas Degradadas	80.000,00	346.081,15	301.181,15	344.756,15	0,01	1.325,00	15.100,00	58.675,00	0,00	287.406,15	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	1.602.815,00	1.602.815,00	139.568,48	1.189.652,99	0,05	413.162,01	184.680,01	975.959,75	0,05	626.855,25	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	7.233.021,00	5.961.133,30	796.202,48	3.846.657,11	0,16	2.114.476,19	578.121,36	1.830.537,49	0,10	4.130.595,81	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	7.233.021,00	5.961.133,30	796.202,48	3.846.657,11	0,16	2.114.476,19	578.121,36	1.830.537,49	0,10	4.130.595,81	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	9.629.685,00	15.385.098,70	1.944.960,73	9.165.870,19	0,38	6.219.228,51	1.461.818,27	2.947.960,86	0,16	12.437.137,84	
Abastecimento	1.430.000,00	0,00				0,00				0,00	
Extensão Rural	580.000,00	580.000,00	30.086,00	30.086,00	0,00	549.914,00				580.000,00	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	6.182.985,00	12.473.535,70	1.822.585,65	7.645.404,61	0,32	4.828.131,09	1.296.906,95	2.111.100,48	0,12	10.362.435,22	

Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	1.336.700,00	2.302.063,00	92.289,08	1.460.879,58	0,06	841.183,42	164.911,32	836.860,38	0,05	1.465.202,62	
FU20 - Demais Subfunções	100.000,00	29.500,00		29.500,00	0,00	0,00				29.500,00	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	2.547.573,00	5.152.808,76	526.739,93	1.309.006,56	0,05	3.843.802,20	433.469,00	627.329,80	0,03	4.525.478,96	
Promoção Comercial	65.000,00	0,00				0,00				0,00	
Comercialização	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	2.452.573,00	5.122.808,76	526.739,93	1.309.006,56	0,05	3.813.802,20	433.469,00	627.329,80	0,03	4.495.478,96	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	69.915.649,00	79.418.416,90	29.956.509,49	74.250.062,78	3,10	5.168.354,12	25.321.952,22	63.252.589,46	3,45	16.165.827,44	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.823.484,00	5.254.274,97	2.008.655,00	4.638.500,25	0,19	615.774,72	1.555.244,88	4.047.233,34	0,22	1.207.041,63	
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral	11.484.365,00	17.556.341,93	5.131.974,76	14.627.963,97	0,61	2.928.377,96	3.370.679,09	8.868.245,23	0,48	8.688.096,70	
FU26 - Demais Subfunções	56.607.800,00	56.607.800,00	22.815.879,73	54.983.598,56	2,30	1.624.201,44	20.396.028,25	50.337.110,89	2,75	6.270.689,11	
Desporto e Lazer	8.534.322,00	26.923.371,50	3.326.869,28	9.334.855,98	0,39	17.588.515,52	2.876.853,31	6.902.470,04	0,38	20.020.901,46	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	2.063.789,00	7.185.448,00	2.734.688,37	5.800.995,87	0,24	1.384.452,13	2.058.281,47	4.722.107,97	0,26	2.463.340,03	
Lazer	2.485.000,00	2.317.315,00	592.180,91	1.801.178,27	0,08	516.136,73	535.761,41	1.452.019,89	0,08	865.295,11	
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções	3.985.533,00	17.420.608,50	0,00	1.732.681,84	0,07	15.687.926,66	282.810,43	728.342,18	0,04	16.692.266,32	
Encargos Especiais	139.826.089,00	154.323.938,05	12.214.924,95	126.592.123,82	5,29	27.731.814,23	24.069.932,27	96.154.277,20	5,25	58.169.660,85	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											

Transferências											
Outros Encargos Especiais	139.826.089,00	154.323.938,05	12.214.924,95	126.592.123,82	5,29	27.731.814,23	24.069.932,27	96.154.277,20	5,25	58.169.660,85	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	26.293.071,00	26.293.071,00				26.293.071,00				26.293.071,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	177.835.330,00	185.208.889,70	45.789.000,23	160.562.958,13	6,71	24.645.931,57	33.045.151,93	126.275.521,81	6,89	58.933.367,89	
TOTAL (III) = (I + II)	2.820.903.382,00	3.158.452.785,88	608.693.918,93	2.394.550.581,83	100,00	763.902.204,05	491.726.145,94	1.832.001.946,33	100,00	1.326.450.839,55	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	177.835.330,00	185.208.889,70	45.789.000,23	160.562.958,13	6,71	24.645.931,57	33.045.151,93	126.275.521,81	6,89	58.933.367,89	
Legislativa	1.611.994,00	1.611.994,00	227.305,97	943.137,37	0,04	668.856,63	227.305,97	943.137,37	0,05	668.856,63	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral	1.611.994,00	1.611.994,00	227.305,97	943.137,37	0,04	668.856,63	227.305,97	943.137,37	0,05	668.856,63	
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	31.454.115,00	31.300.115,00	5.459.984,70	19.818.150,54	0,83	11.481.964,46	5.460.375,18	19.817.581,54	1,08	11.482.533,46	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	24.679.675,00	24.709.675,00	3.874.128,94	15.545.894,66	0,65	9.163.780,34	3.874.519,42	15.545.325,66	0,85	9.164.349,34	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	6.774.440,00	6.590.440,00	1.585.855,76	4.272.255,88	0,18	2.318.184,12	1.585.855,76	4.272.255,88	0,23	2.318.184,12	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											

FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Serviços Socioassistenciais											
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	750.000,00	750.000,00	215.700,00	707.773,82	0,03	42.226,18	119.996,56	492.627,64	0,03	257.372,36	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	750.000,00	750.000,00	215.700,00	707.773,82	0,03	42.226,18	119.996,56	492.627,64	0,03	257.372,36	
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	29.122.763,00	29.162.763,00	5.674.733,47	22.710.062,00	0,95	6.452.701,00	5.674.733,47	22.710.062,00	1,24	6.452.701,00	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	29.122.763,00	29.162.763,00	5.674.733,47	22.710.062,00	0,95	6.452.701,00	5.674.733,47	22.710.062,00	1,24	6.452.701,00	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	74.612.974,00	73.312.974,00	34.201.561,89	67.366.180,23	2,81	5.946.793,77	10.655.986,74	42.902.019,68	2,34	30.410.954,32	
Ensino Fundamental	40.963.110,00	39.763.110,00	19.716.372,88	37.276.790,97	1,56	2.486.319,03	5.722.811,51	22.937.178,51	1,25	16.825.931,49	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	9.701.920,00	9.701.920,00	4.123.207,20	8.760.713,48	0,37	941.206,52	1.342.673,88	5.407.645,85	0,30	4.294.274,15	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	23.947.944,00	23.847.944,00	10.361.981,81	21.328.675,78	0,89	2.519.268,22	3.590.501,35	14.557.195,32	0,79	9.290.748,68	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	43.920,00	43.920,00	4.439,84	10.509,71	0,00	33.410,29	4.851,71	8.482,73	0,00	35.437,27	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral	43.920,00	43.920,00	4.439,84	10.509,71	0,00	33.410,29	4.851,71	8.482,73	0,00	35.437,27	
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											

Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	145.030,00	145.030,00	5.274,36	135.274,36	0,01	9.755,64	5.274,36	135.274,36	0,01	9.755,64	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	145.030,00	145.030,00	5.274,36	135.274,36	0,01	9.755,64	5.274,36	135.274,36	0,01	9.755,64	
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											

FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	40.094.534,00	48.882.093,70	0,00	48.871.870,10	2,04	10.223,60	10.896.627,94	39.266.336,49	2,14	9.615.757,21	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	10.684.334,00	19.471.893,70	0,00	19.461.670,10	0,81	10.223,60	4.180.754,88	16.512.102,36	0,90	2.959.791,34	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções	29.410.200,00	29.410.200,00	0,00	29.410.200,00	1,23	0,00	6.715.873,06	22.754.234,13	1,24	6.655.965,87	
Reserva de Contingência											

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	250.697.099,77	204.798.083,40	201.179.143,65	305.585.649,54	236.083.685,73	304.263.641,64	263.561.432,27	226.547.488,21	259.534.298,08	291.732.703,41	242.763.355,89	341.285.615,15	3.128.032.196,74	2.744.029.228,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	43.451.143,41	43.812.022,87	41.439.581,31	59.704.905,35	59.744.318,97	66.623.867,50	54.867.586,06	47.175.718,23	45.350.182,11	51.361.635,89	49.096.416,13	46.043.750,07	608.671.127,90	607.489.340,00
IPTU	1.909.653,23	2.100.863,28	1.229.289,39	1.376.773,87	11.681.916,32	17.645.832,83	7.426.816,38	3.540.279,87	2.199.514,00	2.401.052,44	3.143.126,18	2.037.777,70	56.692.895,49	61.742.220,00
ISS	22.221.099,61	23.350.060,66	21.975.788,01	26.012.296,38	22.683.122,73	21.078.285,06	22.310.657,58	23.657.925,03	23.431.199,04	24.189.681,33	25.767.625,42	25.153.781,98	281.831.522,83	283.116.900,00
ITBI	1.795.671,56	1.900.764,35	1.883.884,91	2.593.663,77	1.891.553,11	1.826.117,78	1.972.234,10	2.165.753,08	2.029.747,32	2.233.498,28	2.130.797,29	2.459.941,22	24.883.626,77	21.615.540,00
IRRF	13.043.353,15	12.365.944,76	12.906.467,64	26.621.701,43	10.622.050,77	11.710.058,92	11.970.959,67	12.549.204,48	12.896.177,49	13.198.252,41	12.554.446,50	12.364.518,19	162.803.135,41	161.807.460,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.481.365,86	4.094.389,82	3.444.151,36	3.100.469,90	12.865.676,04	14.363.572,91	11.186.918,33	5.262.555,77	4.793.544,26	9.339.151,43	5.500.420,74	4.027.730,98	82.459.947,40	79.207.220,00
Contribuições	18.184.253,47	18.289.288,08	14.527.926,41	31.203.867,73	19.268.291,88	17.372.180,60	19.051.832,81	18.943.285,37	18.107.148,48	18.740.008,22	20.454.363,97	18.677.457,84	232.819.904,86	222.166.640,00
Receita Patrimonial	6.747.157,69	7.215.187,91	8.694.467,86	6.770.479,92	6.581.241,87	21.274.670,66	7.705.050,81	7.137.083,47	9.938.330,75	7.601.251,29	8.499.844,49	33.863.318,39	132.028.085,11	68.886.617,98
Rendimentos de Aplicação Financeira	6.698.527,05	7.194.831,00	8.656.011,71	6.405.818,02	6.481.609,64	21.193.162,52	7.656.234,83	6.966.221,76	9.834.157,44	7.536.607,68	8.388.881,69	33.779.123,50	130.791.186,84	68.064.867,98
Outras Receitas Patrimoniais	48.630,64	20.356,91	38.456,15	364.661,90	99.632,23	81.508,14	48.815,98	170.861,71	104.173,31	64.643,61	110.962,80	84.194,89	1.236.898,27	821.750,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	463.761,43	1.561.519,10	924.639,34	1.164.409,29	441.833,79	469.460,05	380.372,04	422.245,96	867.143,27	668.411,31	1.198.340,90	949.688,28	9.511.824,76	10.999.194,38
Transferências Correntes	176.507.307,22	128.902.885,93	130.144.552,83	193.905.818,18	145.943.687,00	185.330.258,56	175.735.774,45	147.712.827,84	179.415.757,61	206.002.466,13	155.709.242,84	203.895.239,32	2.029.205.817,91	1.781.482.386,36
Cota-Parte do FPM	44.620.624,65	29.925.485,63	40.678.901,50	65.508.189,31	41.617.789,56	52.326.029,23	31.686.577,82	37.307.867,27	45.154.364,13	47.574.248,10	50.590.881,50	40.149.343,56	527.140.302,26	502.066.250,00
Cota-Parte do ICMS	48.741.149,06	33.387.676,87	24.222.783,71	46.900.046,21	34.264.397,10	25.462.141,55	41.956.044,87	29.632.536,00	34.778.799,51	45.400.094,96	38.580.468,67	51.474.458,40	454.800.596,91	416.183.480,00
Cota-Parte do IPVA	7.425.931,13	6.460.093,67	4.063.441,62	4.743.583,75	10.185.057,27	9.923.727,62	12.227.579,34	11.110.788,24	10.372.158,17	9.975.710,13	11.600.328,03	8.794.038,70	106.882.437,67	102.678.690,00
Cota-Parte do ITR	347.444,61	1.113.227,41	287.915,74	199.934,19	157.396,74	36.847,71	25.392,60	61.658,39	27.280,67	65.095,05	122.185,93	91.246,80	2.535.625,84	2.436.560,00
Transferências da LC nº 61/1989	199.469,26	198.745,63	182.895,91	177.459,67	229.900,79	28.728,71	366.679,51	142.272,05	171.087,52	166.643,04	366.303,76	211.962,06	2.442.147,91	2.011.220,00
Transferências do FUNDEB	28.365.143,66	33.430.242,57	30.369.392,35	39.856.061,64	35.065.148,44	36.152.789,99	29.334.341,22	38.875.245,28	38.232.111,74	36.886.145,85	36.597.582,62	46.876.287,97	430.040.493,33	406.681.620,00
Outras Transferências Correntes	46.807.544,85	24.387.414,15	30.339.222,00	36.520.543,41	24.423.997,10	61.399.993,75	60.139.159,09	30.582.460,61	50.679.955,87	65.934.529,00	17.851.492,33	56.297.901,83	505.364.213,99	349.424.566,36
Outras Receitas Correntes	5.343.476,55	5.017.179,51	5.447.975,90	12.836.169,07	4.104.312,22	13.193.204,27	5.820.816,10	5.156.327,34	5.855.735,86	7.358.930,57	7.805.147,56	37.856.161,25	115.795.436,20	53.005.049,32
DEDUÇÕES (II)	26.979.784,36	23.809.861,43	24.140.738,97	43.574.091,53	26.954.641,80	50.095.769,02	28.949.041,78	26.231.155,84	31.885.349,47	32.397.614,79	27.518.780,56	57.750.370,66	400.287.200,21	325.669.440,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	8.386.646,86	8.007.245,49	5.125.450,23	19.558.692,66	7.927.002,00	7.231.932,53	8.934.246,24	8.160.204,69	7.947.082,83	8.117.402,56	8.053.956,18	8.044.649,96	105.494.512,23	98.916.990,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	275.122,51	10.275,61	1.090.021,73	2.751.401,69		8.223.492,94	559.008,18	434.525,07	1.068.107,46	1.552.654,34	1.106.074,07	1.379.195,14	18.449.878,74	9.496.440,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	1.297.432,03	1.575.294,52	4.038.079,33	1.676.760,21	1.736.731,55	17.084.848,62	2.203.332,56	1.985.401,71	4.769.421,20	2.065.768,13	2.236.931,93	28.182.315,69	68.852.317,48	21.263.480,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	17.020.582,96	14.217.045,81	13.887.187,68	19.587.236,97	17.290.908,25	17.555.494,93	17.252.454,80	15.651.024,37	18.100.737,98	20.661.789,76	16.121.818,38	20.144.209,87	207.490.491,76	195.992.530,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	223.717.315,41	180.988.221,97	177.038.404,68	262.011.558,01	209.129.043,93	254.167.872,62	234.612.390,49	200.316.332,37	227.648.948,61	259.335.088,62	215.244.575,33	283.535.244,49	2.727.744.996,53	2.418.359.788,04
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	3.518.133,00	5.298.989,00		4.835.000,00		242.648,00		3.340.000,00	1.400.000,00	1.100.000,00	548.451,71	-240.827,60	20.042.394,11	2.000.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	220.199.182,41	175.689.232,97	177.038.404,68	257.176.558,01	209.129.043,93	253.925.224,62	234.612.390,49	196.976.332,37	226.248.948,61	258.235.088,62	214.696.123,62	283.776.072,09	2.707.702.602,42	2.416.359.788,04
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)			3.990.900,00	7.472.700,00		43.849.613,00			1.500.000,00	3.597.821,00			60.411.034,00	4.276.400,00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	1.672.836,00	1.672.836,00	1.599.972,00	3.260.664,00	1.695.566,00	1.692.324,00	1.744.196,00	1.734.470,00	1.753.922,00	1.747.438,00	1.750.680,00	1.757.164,00	22.082.068,00	22.758.830,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	5.484.461,84	5.308.890,05	4.027.821,39	7.478.244,16	5.710.677,14	5.237.202,80	6.268.927,96	5.554.209,54	8.688.557,92	6.623.021,41	7.151.454,56	7.698.578,10	75.232.046,87	68.118.340,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	213.041.884,57	168.707.506,92	167.419.711,29	238.964.949,85	201.722.800,79	203.146.084,82	226.599.266,53	189.687.652,83	214.306.468,69	246.266.808,21	205.793.989,06	274.320.329,99	2.549.977.453,55	2.321.206.218,04

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Nota 1 - Na linha Outras Deduções Constitucionais ou Legais, são informados os valores das Contribuições da Assistencia a Saude, que referem-se as seguintes naturezas 1216031100 e 1922040100 e foi acrescido a NR 1923500100 a parti de janeiro de 2026,conforme portaria STN/MF nº1.458, 4 de Julho de 2025

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)

Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	33.175.240,00	67.170.260,68
Receita de Contribuições dos Segurados	9.053.430,00	5.752.071,01
Ativo	6.724.960,00	4.211.602,21
Inativo	1.918.800,00	1.225.643,22
Pensionista	409.670,00	314.825,58
Receita de Contribuições Patronais	8.318.320,00	5.363.316,01
Ativo	8.318.320,00	5.363.316,01
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	10.923.090,00	43.944.421,38
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	10.815.090,00	43.774.510,15
Outras Receitas Patrimoniais	108.000,00	169.911,23
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	4.880.400,00	12.110.452,28
Compensação Financeira entre os Regimes	4.880.400,00	12.086.863,61
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		23.588,67
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	33.175.240,00	67.170.260,68

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	103.849.007,00	74.007.566,40	59.741.593,23	59.741.593,23	
Aposentadorias	78.299.007,00	57.354.120,82	46.126.700,50	46.126.700,50	
Pensões por Morte	25.550.000,00	16.653.445,58	13.614.892,73	13.614.892,73	
Outras Despesas Previdenciárias	1.149.050,00	55.086,88	44.338,84	44.338,84	
Compensação Financeira entre os Regimes	259.050,00	55.086,88	44.338,84	44.338,84	
Demais Despesas Previdenciárias	890.000,00				
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	104.998.057,00	74.062.653,28	59.785.932,07	59.785.932,07	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	-71.822.817,00	-6.892.392,60	7.384.328,61	7.384.328,61	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	**Previsão Orçamentária**
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	73.900.000,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	**Previsão Orçamentária**
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	**Aportes de Recursos**
	APORTES REALIZADOS

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	**Período de Referência**
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.836,66
Investimentos e Aplicações	938.181.541,85
Outros Bens e Direitos	2.786.671,18

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	**Execução da Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	248.191.720,00	174.189.216,60
Receita de Contribuições dos Segurados	89.633.660,00	58.468.694,25
Ativo	83.703.560,00	54.450.305,41
Inativo	5.324.340,00	3.556.271,94
Pensionista	605.760,00	462.116,90
Receita de Contribuições Patronais	117.147.380,00	76.914.596,43
Ativo	117.147.380,00	76.914.596,43
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	7.384.440,00	13.787.608,13
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	7.384.440,00	13.787.608,13
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	34.026.240,00	25.018.317,79
Compensação Financeira entre os Regimes	4.616.040,00	2.236.193,59
Demais Receitas Correntes	29.410.200,00	22.782.124,20
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	248.191.720,00	174.189.216,60

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	232.143.322,00	117.236.699,28	101.407.883,03	101.407.883,03	
Aposentadorias	191.723.322,00	99.615.800,39	86.528.931,22	86.528.931,22	
Pensões por Morte	40.420.000,00	17.620.898,89	14.878.951,81	14.878.951,81	
Outras Despesas Previdenciárias	730.000,00	111.450,06	88.575,09	88.575,09	
Compensação Financeira entre os Regimes	600.000,00	109.828,88	88.575,09	88.575,09	
Demais Despesas Previdenciárias	130.000,00	1.621,18			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	232.873.322,00	117.348.149,34	101.496.458,12	101.496.458,12	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	15.318.398,00	56.841.067,26	72.692.758,48	72.692.758,48	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	17.337.875,40
Recursos para Formação de Reserva	5.416.358,73

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	152.773.028,65
Investimentos e Aplicações	208.677.742,96
Outros Bens e Direitos	128.034.171,46

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES	3.063.950,00	2.708.900,43
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	3.063.950,00	2.708.900,43

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	20.128.531,00	18.207.025,97	12.069.301,54	12.069.301,54	
Pessoal e Encargos Sociais	12.651.000,00	12.535.745,00	9.059.538,79	9.059.538,79	
Demais Despesas Correntes	7.477.531,00	5.671.280,97	3.009.762,75	3.009.762,75	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	101.000,00	4.068,80			
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	20.229.531,00	18.211.094,77	12.069.301,54	12.069.301,54	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	-17.165.581,00	-15.502.194,34	-9.360.401,11	-9.360.401,11	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.235.463,20
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	2.451.906.998,04	1.906.345.720,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	607.489.340,00	420.263.474,96
IPTU	61.742.220,00	50.076.315,72
ISS	283.116.900,00	188.272.278,17
ITBI	21.615.540,00	16.709.642,18
IRRF	161.807.460,00	97.865.668,43
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	79.207.220,00	67.339.570,46
Contribuições	156.904.860,00	108.781.973,68
Receita Patrimonial	47.515.137,98	42.166.129,11
Aplicações Financeiras (II)	46.801.387,98	41.571.247,67
Outras Receitas Patrimoniais	713.750,00	594.881,44
Transferências Correntes	1.585.489.856,36	1.256.966.815,41
Cota-Parte do FPM	410.735.740,00	281.255.896,25
Cota-Parte do ICMS	332.946.780,00	241.239.153,00
Cota-Parte do IPVA	82.142.940,00	67.326.078,31
Cota-Parte do ITR	1.949.240,00	469.683,22
Transferências da LC nº 61/1989	1.608.970,00	1.346.861,94
Transferências do FUNDEB	406.681.620,00	298.019.653,11
Outras Transferências Correntes	349.424.566,36	367.309.489,58
Demais Receitas Correntes	54.507.803,70	78.167.327,51
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	54.507.803,70	78.167.327,51
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	2.405.105.610,06	1.864.774.473,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	263.167.430,00	183.797.359,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	21.263.480,00	60.271.018,71
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	65.964.322,93	41.938.870,12
Operações de Crédito (VIII)		113.523,92
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	55.824.388,44	32.285.639,85

Convênios	37.598.621,75	11.385.301,16
Outras Transferências de Capital	18.225.766,69	20.900.338,69
Outras Receitas de Capital	10.139.934,49	9.539.706,35
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	10.064.143,34	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	75.791,15	9.539.706,35
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	55.900.179,59	41.825.346,20
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	2.724.173.219,65	2.090.397.178,20
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	2.461.005.789,65	1.906.599.819,20

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	2.541.459.431,95	2.040.916.291,90	1.556.007.579,80	1.540.783.349,24	5.771.753,30	59.583.073,28	59.568.100,27
Pessoal e Encargos Sociais	1.228.195.374,00	982.418.708,23	812.672.968,14	812.307.150,27	38.569,18	1.589.187,19	1.589.187,19
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	39.427.078,50	36.827.437,45	29.155.691,63	29.103.997,70	1.042.224,63		
Outras Despesas Correntes	1.273.836.979,45	1.021.670.146,22	714.178.920,03	699.372.201,27	4.690.959,49	57.993.886,09	57.978.913,08
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	2.502.032.353,45	2.004.088.854,45	1.526.851.888,17	1.511.679.351,54	4.729.528,67	59.583.073,28	59.568.100,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	358.229.910,00	209.617.828,59	173.351.691,73	173.351.691,73		466.868,85	466.868,85
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	232.369.372,93	144.012.392,54	102.642.674,80	102.127.920,29	2.848.015,32	29.081.472,02	26.584.722,11
Investimentos	166.813.395,43	80.400.861,95	46.279.355,04	45.831.765,16	1.584.590,78	29.081.472,02	26.584.722,11
Inversões Financeiras	19.650.000,00	19.650.000,00	19.650.000,00	19.650.000,00			
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras	19.650.000,00	19.650.000,00	19.650.000,00	19.650.000,00			
Amortização da Dívida (XXVII)	45.905.977,50	43.961.530,59	36.713.319,76	36.646.155,13	1.263.424,54		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	186.463.395,43	100.050.861,95	65.929.355,04	65.481.765,16	1.584.590,78	29.081.472,02	26.584.722,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	26.293.071,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	101.000,00	4.068,80					
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	3.073.119.729,88	2.313.761.613,79	1.766.132.934,94	1.750.512.808,43	6.314.119,45	89.131.414,15	86.619.691,23
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	2.714.788.819,88	2.104.139.716,40	1.592.781.243,21	1.577.161.116,70	6.314.119,45	88.664.545,30	86.152.822,38

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2026
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	246.950.559,09
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	236.971.760,67

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE

Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-210.689.317,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	54.532.727,60
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	69.711.984,62

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	221.792.503,65

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	**Saldo**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até o Bimestre 2026 (b)**
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	654.552.657,93	632.031.709,82
DEDUÇÕES (XL)	674.856.214,82	890.581.749,24
Disponibilidade de Caixa	594.492.772,34	810.218.306,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	610.754.214,63	819.352.112,55
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	8.087.619,11	2.972.788,84
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.173.823,18	6.161.016,95
Demais Haveres Financeiros	80.363.442,48	80.363.442,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-20.303.556,89	-258.550.039,42

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	238.246.482,53

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	**Meta Fixada na LDO**
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-150.471.466,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-5.114.830,27
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	-9.126.682,83

OUTROS AJUSTES (XLIX)	-2.212.465,78
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/-(XLIX))	221.792.503,65

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	**Até o Bimestre / 2026**
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	236.971.760,67

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	356.134.954,91
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	73.900.000,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	282.234.954,91
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	NOTA EXPLICATIVA - DIFERENÇA DE R$ 2.212.465,78 O montante de R$ 2.212.465,78, apresentado como diferença no demonstrativo, decorre de ajustes relacionados à remuneração de contas bancarias vinculadas a precatórios, bem como de outros ajustes necessários à adequada apuração e evidenciação dos valores, conforme a seguinte composição: • Remuneração da conta de precatório n° 2848/040/01531493-1, apurada até 30/06/2026: R$ 311.236.49; • Remuneração da conta de precatório n° 2848/040/01518832-4: R$ 947.084,40; • Outros ajustes: R$ 954.144,89.

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	**Poder/Órgão**											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+ b) - (c + d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (i + j)**	**Saldo Total L = (e + k)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	463.651,28	9.929.617,00	8.619.768,62	1.312.433,74	461.065,92		139.463.891,29	89.131.414,15	86.619.691,23	12.689.524,40	40.154.675,66	40.615.741,58
PODER EXECUTIVO	463.651,28	9.924.017,00	8.614.168,62	1.312.433,74	461.065,92		139.194.046,65	88.880.751,51	86.369.028,59	12.689.524,40	40.135.493,66	40.596.559,58
PODER LEGISLATIVO		5.600,00	5.600,00		0,00		269.844,64	250.662,64	250.662,64		19.182,00	19.182,00
Câmara Municipal		5.600,00	5.600,00		0,00		269.844,64	250.662,64	250.662,64		19.182,00	19.182,00
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	463.651,28	9.929.617,00	8.619.768,62	1.312.433,74	461.065,92		139.463.891,29	89.131.414,15	86.619.691,23	12.689.524,40	40.154.675,66	40.615.741,58

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	**Poder/Órgão - Intra**											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c + d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (i + j)**	**Saldo Total L = (e + k)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												

PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	**Especificação de PPP**	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE**
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	**Despesas de PPP**										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	**EXERCÍCIO CORRENTE (EC)**	**<EC + 1>**	**<EC + 2>**	**<EC + 3>**	**<EC + 4>**	**<EC + 5>**	**<EC + 6>**	**<EC + 7>**	**<EC + 8>**	**<EC + 9>**

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	**Despesas de PPP**										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	**EXERCÍCIO CORRENTE (EC)**	**<EC + 1>**	**<EC + 2>**	**<EC + 3>**	**<EC + 4>**	**<EC + 5>**	**<EC + 6>**	**<EC + 7>**	**<EC + 8>**	**<EC + 9>**

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	**Despesas de PPP**										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	**EXERCÍCIO CORRENTE (EC)**	**<EC + 1>**	**<EC + 2>**	**<EC + 3>**	**<EC + 4>**	**<EC + 5>**	**<EC + 6>**	**<EC + 7>**	**<EC + 8>**	**<EC + 9>**

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	**Despesas de PPP**										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	**EXERCÍCIO CORRENTE (EC)**	**<EC + 1>**	**<EC + 2>**	**<EC + 3>**	**<EC + 4>**	**<EC + 5>**	**<EC + 6>**	**<EC + 7>**	**<EC + 8>**	**<EC + 9>**

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	2.747.003.382,00
Previsão Atualizada	2.802.302.230,97
Receitas Realizadas	2.192.352.968,50
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	282.234.954,91
DESPESAS	
Dotação Inicial	2.820.903.382,00
Dotação Atualizada	3.158.452.785,88
Despesas Empenhadas	2.394.550.581,83
Despesas Liquidadas	1.832.001.946,33
Despesas Pagas	1.816.262.961,26
Superávit Orçamentário	360.351.022,17

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	2.394.550.581,83
Despesas Liquidadas	1.832.001.946,33

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	2.727.744.996,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	2.707.702.602,42
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	2.549.977.453,55

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	67.170.260,68
Despesas Previdenciárias Empenhadas	74.062.653,28
Despesas Previdenciárias Liquidadas	59.785.932,07
Despesas Previdenciárias Pagas	59.785.932,07
Resultado Previdenciário	7.384.328,61
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	174.189.216,60
Despesas Previdenciárias Empenhadas	117.348.149,34
Despesas Previdenciárias Liquidadas	101.496.458,12
Despesas Previdenciárias Pagas	101.496.458,12
Resultado Previdenciário	72.692.758,48

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-210.689.317,00	236.971.760,67	-112,47
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-150.471.466,00	238.246.482,53	-158,33

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.393.268,28	1.312.433,74	8.619.768,62	461.065,92
Poder Executivo	10.387.668,28	1.312.433,74	8.614.168,62	461.065,92
Poder Legislativo	5.600,00	0,00	5.600,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	139.463.891,29	12.689.524,40	86.619.691,23	40.154.675,66
Poder Executivo	139.194.046,65	12.689.524,40	86.369.028,59	40.135.493,66
Poder Legislativo	269.844,64	0,00	250.662,64	19.182,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	149.857.159,57	14.001.958,14	95.239.459,85	40.615.741,58

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	248.586.215,11		22,82
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	183.712.902,67		60,96
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil (Indicador IEI)			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	**Exercício de Apuração**			
	Exercício	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	**Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**	
	Valor Apurado no Exercício	**Saldo a Realizar**
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	**Apuração das Despesas com Saúde**		
	Valor Apurado Até o Bimestre	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	220.746.966,12		20,69

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	**Valor Realizado no Período**
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	**Valor Realizado no Período**
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Guilherme Desmaret Spinet
Código Identificador:8EC838DF